

Dossier Temático sobre Terra 2014 - 2016

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC



Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. **Redução da Pobreza e Economia**
2. **Microfinanças**
3. **Mercado Informal**
4. **OGE investimens públicos e transparência**
5. **Governança descentralização e cidadania**
6. **Urbanismo e habitação**
7. **Terra**
8. **Serviços básicos**
9. **Género e Violência**
10. **Ambiente**

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.



Elaborado com o apoio financeiro da União Europeia

Redação

Sobriano César Capitão

Conselho de Edição

Allan Cain,
João Domingos
e Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email cedoc.dwang@angonet. Org

Com apoio de

Development Workshop
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

INDÍCE

I. DOSSIER TEMAT. 2014

I.1 JANEIRO 2014

1.1.1 Terrenos do Estado estão livres de minas	1
1.1.2 Reservas fundiárias desminadas este ano	1
1.1.3 ESTADO	2
1.1.4 Imperio Chines nos inertes	2
1.1.5 Silêncio	3
1.1.6 Demolições. Militares ameaçam desalojar 40 famílias	4
1.1.7 Camponeses são indemnizados por cedência de terra	4
1.1.8 Esse problema não é nosso, é do Minars	6
1.1.9 Ministério da Justiça facilita cidadãos	6
1.1.10 Que mal fizemos ao governo?	6
1.1.11 Benguela disciplina uso de terra no Vale do Cuvaco	8
1.1.12 Rua do Bairro Patriota está a ser “encarcerada”	9
1.1.13 Moradores transferidos hoje	10
1.1.14 Casas no Zango desagradam moradores dos bairros Chicala 2 e Kilombo	10
1.1.15 Demolições. Moradores da Chicala contestam realojamento	11
1.1.16 Estamos melhor no Zango	12
1.1.17 MINJUD acusado de despejar centenas de famílias no Zango IV	15
1.1.18 Cem famílias combatem martelo demolidor	15
1.1.19 Kizango no Zango II	16
1.1.20 O camartelo voltou a funcionar	17
1.1.21 Todos para o Zango	18
1.1.22 Bento Bento: O Governo não tem casa para todos... é politiquice	19
1.1.23 Chaves são vendidas à 1 hora da manhã	19
1.1.24 Comissão de moradores perdeu autoridade	20
1.1.25 Ex-moradores do kilombo dizem que foram atirados no mato	20
1.1.26 Familiares clamam por apoio do Governo para soba do Buraco	21
1.1.27 Morador da Chicala aflito	22
1.1.28 Morador da Chicala aflito	22
1.1.29 Demolições provocam ira do povo em Cabinda	23
1.1.30 Demolições provocam ira do povo em Cabinda	23

I.2 FEVEREIRO 2014

1.2.1 Se não nos darem casas vamos ser bandidos	24
1.2.2 Só angolanos admitem tamanha humilhação	24
1.2.3 Realojados vendem moradias no Zango	25
1.2.4 Demolições vão ao Parlamento	26
1.2.5 30 De Dezembro	26
1.2.6 Ex-moradores da Chicala-3 abandonados no Zango	26
1.2.7 Governo combate construção desordenada	27
1.2.8 Ensino dos filhos dos desalojados de Caxito demora a chegar	27
1.2.9 Comissão Administrativa de Luanda 'Cada família vai receber apenas uma casa'	29
1.2.10 Emissões de títulos de reconhecimento de terras conhece avanços na Huila	29
1.2.11 Moradores dos prédios “Sul-Africanos” dizem-se coagidos pelo GPL	30
1.2.12 Oito das 40 famílias recusam abandonar os prédios Sul-Africanos	31
1.2.13 Fiscais: os principais «predadores»	31
1.2.14 Normas absurdas em Cacucaco	32

1.2.15 A «máfia» dos terrenos em Luanda	33
1.2.16 «Estamos aqui desde 86»	33
1.2.17 O drama do sequele – 2	34
1.2.18 Reserva fundiária possui zona verde	35
1.2.19 Baixa e Talatona dividem a fortuna do mercado Imobiliária	35
1.2.20 Rui Falcão ameaça funcionários para venda ilegal de terrenos no município do Namibe	36
1.2.21 Governo Promove mais Deveres dos Cidadãos em Detrimento dos seus Direitos	37
1.2.22 Famílias da Chikala e Kilombo não têm paz	38
1.2.22 Demolições prosseguem	39
I.3 MARÇO 2014	40
1.3.1 Desalojados de Chuva de Cacucaco continuam em tendas a sete anos	40
1.3.2 Dirigentes do MPLA usurpam terras numa clara neocolonização negra	41
1.3.3 Bairros desordenados ofuscam as cidades	42
1.3.4 Indígenas podem perder Terra	42
1.3.5 Casas impróprias, delinquência e chuva complicam a vida	43
1.3.6 Entregues Lotes de Terreno para a construção de casas	44
I.4 ABRIL 2014	45
1.4.1 Empresários desaloja população em Cacucaco	45
1.4.2 Terrenos em litígio com mais dois intervenientes no bairro Lukembo	45
1.4.3 Protesto. Desalojados do Bengo manifestam-se por um tecto	47
1.4.4 Municípes de Malanje recebem terrenos	49
1.4.5 Administração do Kilamba mais de 100 famílias ao relento no bairro cinco fio	49
1.4.6 Pararam as demolições	50
1.4.7 Administrações de viana e Calumbo negam acusações de expropriação	51
I.5 MAIO 2014	53
1.5.1 Ocupações ilegais são desafio à autoridade do Estado	53
1.5.2 Martelo demolidor soma e segue em Cacucaco	54
1.5.3 Demolições deixam centenas de famílias ao relento	54
1.5.4 Novas medidas para combater venda ilegal	55
1.5.5 Moradores transferidos para outras localidades	56
1.5.6 CUANDO CUBANGO: Terras para cultivo livres de minas	56
1.5.7 Angola explora cinco milhões de hectares dos 35 que possui para agricultura	57
I.6 JUNHO 2014	58
1.6.1 Governo distribui terrenos	58
1.6.2 A pilhagem dos recursos	58
1.6.3 Desajolados abandonam tendas em Caxito	59
1.6.4 Dirigentes sabem de abandonos	61
1.6.5 Terrenos abandonados travam crescimento do Pólo Industrial	61
1.6.6 Cava só para a Agricultura	62
1.6.7 Provedor defende realojamento	63
1.6.8 Família Tavares acusada de apropriar-se de terrenos no Musseque Capara	64
1.6.9 "Fomos Surpreendidos"	65
1.6.10 Existe um projecto privado que visa a construção de um condomínio de luxo naquela zona	65
1.6.11 Moradores dos “Cinco Fios” expostos ao perigo	65
1.6.12 Provedor defende legalidade	66
1.6.13 Empresa de Segurança A.O.S lidera «ganguê» de invasores	67

1.6.14 Famílias realojadas recebem casas no Lubango	69
1.6.15 Parece que ainda estamos em guerra	69
1.6.16 Demolições em série no Zango-2	71
1.6.17 Dois anos à espera de resposta	73
1.6.18 Invasores de terras chegam à Burgalheira do Dande	73
1.6.19 Justiça precisa-se	74
1.6.20 População abandonada	75
1.6.21 Sobreposição de direitos de superfície gera conflito de terrenos no Lar do Patriota	75
1.6.22 CCDH quer fim das demolições no País	76
1.6.23 Apropriação de terrenos foi criticada em Luanda	77

I.7 JULHO 2014 **78**

1.7.1 Invasão de Terrenos para construção habitacional ameaça agricultura	78
1.7.2 SOS Habitat solta grito contra demolições	79
1.7.3 Terra é atribuída às pessoas disponíveis	81
1.7.4 Benguela vende terrenos	82
1.7.5 Moradores do Margoso querem realojamento condigno	82
1.7.6 Namkwang acusada de borla por cidadã de endossar culpa à Sonangol	84
1.7.7 Recomendada melhor distribuição das terras	85
1.7.8 Agrovilas nascem nas urbanizações	86
1.7.9 General “Dinguaza” nega usurpação de terreno dos camponeses no Benfica	86
1.7.10 Militares que ocupam terrenos ilegalmente tem os dias Contados	88
1.7.11 Administração local realoja famílias	89
1.7.12 Família Tavares afirma ser proprietários do terreno no Musseque Capari	89
1.7.13 Isaac dos Anjos defende construção dirigida	91
1.7.14 Mulher quitandeira quer mercados mais limpo	91
1.7.15 Os Tavares e o muceoue capari	92
1.7.16 Avançam as obras e aumentam as casas de chapa	92
1.7.17 Obras na reserva fundiária arrancam ainda este ano	93

I.8 AGOSTO 2014 **95**

1.8.1 Guerra de terras agita Ndalatando	95
1.8.2 Entregues títulos de terrenos	95
1.8.3 Dias contados para construções anárquicas	96
1.8.4 Ser rico é lavrar a terra	97
1.8.5 Casas do Bairro Cambambe estão a ser demolidas	98
1.8.6 Administradora explica	99
1.8.7 Requalificação geral inquietada	100

I.9 SETEMBRO 2014 **101**

1.9.1 240 Famílias Sem Tectos em Malange	101
1.9.2 Polémica Instalada Na Praia Da Rua 11	102
1.9.3 O Descalbro da politica habitacional	103
1.9.4 Os enteados do Zango IV	104
1.9.5 Realojamento condiciona conclusão de obras	105
1.9.6 Terrenos colocados a venda	106
1.9.7 Icolo e Bengo. Mendes de Carvalho quer acabar com a ocupação ilegal de terras	106
1.9.8 Inquérito as ocupações anárquicas de terrenos	107
1.9.9 Ocupação ilegal de terrenos e travada pelas autoridades	107
1.9.10 Famílias abandonam as zonas de risco	108
1.9.11 Repatriados recebem lotes para a construção de casas	108

I.10 OUTUBRO 2014

I 10

1.10.1 Plano evita construções anárquicas	110
1.10.2 Construção ordenada esta a ser incentivada	110
1.10.3 Famílias desalojadas no Kilamba	111
1.10.4 Moradores ilegais são despejados	112
1.10.5 Milhares de habitantes estão em zonas de risco	113
1.10.6 Entregues lotes de terrenos a população na Baía Farta	113
1.10.7 Comunidades rurais perdem direito sobre a terra	114
1.10.8 Governo entrega Lotes para autoconstrução	114
1.10.9 Apelo a concessão de títulos de reconhecimento de terrenos	115
1.10.10 Terreno livre de minas	116
1.10.11 Exploração de Inertes prejudica ambiente	116
1.10.12 Lei de terras atrapalha sobas nas Lundas	117
1.10.13 Angola cumpre pressupostos legais	117

I.11 NOVEMBRO 2014

I 19

1.11.1 Formação e trabalhos no terreno arrancam em breve	119
1.11.2 Associação NGWAMI MAKÁ e Fiscalização do Governo Provincial de Luanda em braço de ferro	119
1.11.3 Milhares de casas em construção na provincial	120
1.11.4 O reacender dos conflitos de terra	120
1.11.5 Famílias expulsas das salinas do lobito para darem lugar a projecto imobiliário	121
1.11.6 Terreno em litígio na zona do Benfica	122
1.11.7 Administração entrega lotes para a autoconstrução	123
1.11.8 Agricultura, ocupação de terrenos prejudica cintura verde de Luanda	124
1.11.9 Obras estruturantes melhoram tráfego	128
1.11.10 Construções anárquicas desencorajadas na cidade	128
1.11.11 Província acolhe o lançamento do projecto de gestão de terras	128

I.12 DEZEMBRO 2014

I 30

1.12.1 Administração do Sumbe distribui terrenos	130
1.12.2 Executivo quer o fim da ocupação de terrenos	130
1.12.3 Administração do Sumbe distribui terrenos	131
1.12.4 Executivo quer o fim da ocupação de terrenos	131
1.12.5 Executivo prepara programa para gestão de espaços	132
1.12.6 As makas dos terrenos	133
1.12.7 Governo quer melhor gestão dos solos	134
1.12.8 Bornito estremece dos Anjos	135
1.12.9 Ocupação Massiva de Terrenos Acentuados em Cinco Municípios da Capital	135
1.12.10 Os problemas da habitação na perspectiva da cidadania	136
1.12.11 Postos de Comando Unificados	137
1.12.12 Ocupação massiva de terrenos acentuados em cinco municípios da capital	139
1.12.13 Terras na mesa de debates	139
1.12.14 Quem trava os conflitos de terra em Luanda?	140
1.12.15 Terras. Causas, efeitos e culpados da ocupação ilegal	141
1.12.16 Defesa das Reservas Fundiárias do Estado	144
1.12.17 Casas em Malanje	146
1.12.18 Grupo técnico para acabar com os conflitos de terras em Icolo e Bengo será criado	146
1.12.19 L'Éléphant terrible, dos Anjos e Bornito selam acordo	147
1.12.20 Ministro acusa SOS Habitat de denegrir imagem do executivo	148
1.12.21 País grande, pouca gente e luta pela terra	148
1.12.22 Acusações contra SOS Habitat sobem de tom	149

1.12.23	Prossegue ocupação ilegal de terras em várias zonas do Bengo	150
1.12.24	Criado um grupo técnico para dirimir os conflitos	151
1.12.25	Táticas colonialistas roubam o sonho da terra do povo	152
1.12.26	Problemática da ocupação de terras	154
1.12.27	Docentes analisam gestão racional de terras	155
1.12.28	Acesso aos terrenos dificulta execução de programas	155
1.12.29	Distribuídos milhares de Lotes na Lunda Sul	156
1.12.30	Registo da terra a favor dos camponeses	157
1.12.31	Terras sem minas	157
2.	DOSSIER TEMAT 2015	159
2.1	JANEIRO 2015	159
2.1.1	Inauguradas lojas de registo no Huambo	159
2.1.2	Requalificação avança em Ondjiva	159
2.1.3	Demolição inesperada deixa 12 famílias ao relento	159
2.1.4	Pedro Canga recusa orientações superiores	160
2.1.5	Bairro é derrubado sobre escolta militar	163
2.1.6	Ministro avalia construção dirigida	164
2.1.7	Moradores recusam ir viver para o Zango	164
1.1	Governo concede áreas para resolver conflitos	165
2.1.8	Zonas de cultivo estão livres de minas	166
2.1.9	Terras agrícolas sem minas	166
2.1.10	Administração deixa vianenses sem tecto	166
2.1.11	Aniversário. O paraíso de uns, o inferno de outros ou a casa comum do salve-se quem puder	168
2.1.12	As demolições em Viana	170
2.1.13	Camponeses do Bita acusam Sonangol de incumprimento	171
2.1.14	Cidadãos presos por protestarem	172
2.1.15	Croquis de localização em novo instrutivo	172
2.1.16	Camartelo volta a demolir	173
2.1.17	O que dizem as prováveis vítima	174
2.1.18	Autoridades do Icolo e Bengo em rota de colisão com camponeses	174
2.1.19	Bancada Parlamentar da UNITA visita famílias afectadas pelo "martelo demolidor" em Viana	175
2.1.20	Governador concede áreas para resolver conflitos de terras no Cubal	176
2.1.21	Ministério transfere projectos para gesterra	176
2.1.22	UNITA	176
2.	FEVEREIRO 2015	177
2.2.1	Casas desaparecem na boa esperança III em Cacuaco	177
2.2.2	Relatório indica escassez de infra-estruturas básicas em Luanda	177
2.2.3	Contornos de uma requalificação polémica	178
2.2.4	É o que diz a Administração	179
2.2.5	Isaac esconde receitas da venda de terrenos	180
2.2.6	Administração quer denúncias	181
2.2.7	Cerca de mil hectares de terras sem minas devolvidos à população de Malanje	181
2.2.8	Construções anárquicas demolidas na província	181
2.2.9	Jackson Neto será indiciado no crime de usurpação de imóvel	182
2.2.10	Resolução de conflitos de terra	183
2.3	MARÇO 2015	184
2.3.1	MPLA diz que as maiores demolições foram feitas pela UNITA durante a Guerra	184

2.3.2 Comandante Gika no centro da mudança urbanista	184
2.3.3 Desalojados de Kitondo com destino incerto	186
2.3.4 Deputados debatem, mas não encontram soluções	187
2.3.5 Governo de Angola cria empresa pública para gerir terrenos infra-estruturados	188
2.3.6 Garimpeiros invadem reservas do Kilamba	189
2.3.7 Novo cadastro preocupa moradores	190
2.3.8 Vamos combater para as ocupações anárquicas	192
2.3.9 Invasão e venda ilegal de terrenos em proporções alarmantes	193
2.3.10 Governador ameaça demolir	194
2.3.11 Administrador de Cacuaco Acusado de Usar Poder De Estado Para Infernizar Famílias	195
2.3.12 General acusado de usar militares para confiscar terreno em Luanda	195
2.3.13 Terrenos restituídos a famílias de Catete	196
2.3.14 Comunidade San ganha título de terra	197
2.3.15 Ordenamento territorial	197
2.3.16 «O Governo não vai construir mas sim dar o apoio em meios»	198
2.3.17 General usa militares para confiscar terreno em Luanda	199

2.4 ABRIL 2015

201

2.4.1 Administração só fala com ordens superiores	201
2.4.2 Demolições na Chicala podem deixar mais de 180 crianças fora da escola	201
2.4.3 'Desalojamento a meio do ano é ilegal'	203
2.4.4 Habitantes de Bom Jesus receiam abandonar a terra	203
2.4.5 Invasores ocupam mais de 18 hectares em Viana	205
2.4.6 Regresso dos antigos moradores	206
2.4.7 Transporte em falta	207
2.4.8 Pavimentação de ruas na reserva fundiária	207
2.8.9 Camponeses recebem títulos de posse de terra	208
2.4.10 Demolições na chicala	210
2.4.11 Famílias realojadas em locais seguros no Sumbe	210
2.4.12 Roubo De Terrenos Dos Populares Em Cacuaco	211
2.4.13 Sinistrados descontentes com distribuição de bens	212
2.4.14 Demolições arbitrárias provocam protestos na Catumbela	214

2.5 MAIO 2015

215

2.5.1 Participantes defendem desburocratização	215
2.1 Assaltos às terras que geram milhões (II)	216
2.5.2 Bairro Operário entre a história e o Zango	217
2.5.3 Estado deve entregar terrenos urbanizados	218
2.5.4 Forais das cidades são actualizados	219
2.5.5 Ocupações à margem da lei têm dias contados na capital	219
2.5.6 China Jiang Su Ursupa Terras De Camponeses	219
2.5.7 Governo quer pôr fim à ocupação ilegal de terrenos	220
2.5.8 Províncias à procura de soluções	222
2.5.9 Execução de projectos fica condicionado	223
2.5.10 Infiltração de figuras públicas	224
2.5.11 Realojamento polémico no B.O	224
2.5.12 Administração pretende adoptar registo biométrico	225
2.5.13 Governo disciplina a distribuição	226
2.5.14 Cidadãos mobilizados contra ocupação ilegal	226
2.5.15 Agricultores têm pressa na legalização	227
2.5.16 Municípios têm regulamento sobre uso sustentável de solos	227
2.5.17 Ocupação ilegal de terrenos em debate	228

2.6 JUNHO 2015

230

2.6.1 Há seis anos sem casas	230
2.6.2 Mão invisível invade largo no zango	231
2.6.3 Administrador de Cacuo denunciado de demolir quatrocentas casas na Funda	232
2.6.4 “Não vamos, de jeito nenhum, ocupar terrenos”	232
2.6.5 Os prós e os contras de uma política habitacional	235
2.6.6 A garantia é do director	237
2.6.7 Afinal, não é só o Zé Povinho que faz ocupação ilegal	237
2.6.8 Envolvidos em falcatura de terrenos	238
2.6.9 Combate à ilegalidade. Administração de Icolo e Bengo reage ao assalto de terrenos	239
2.6.10 Governo quer expropriar OS terrenos sem produção	241
2.6.11 Envolvidos em falcatura de terrenos	242
2.6.12 China Pede Terras Em Angola Em Troca De Financiamento	243
2.6.13 Combate a ocupação ilegal de terrenos em Cacuo	243
2.6.14 Governo expropria terras sem produção	244
2.6.15 Participantes defendem desburocratização	244

2.7 JULHO 2015

247

2.7.1 Descartado envolvimento de militares	247
2.7.2 Em pouco tempo processo abortou	247
2.7.3 Terreno em Cacuo. Administração apela à disciplina	249
2.7.4 Municípios em zonas de risco começaram a receber direitos de superfície provisórios	250
2.7.5 Programa de requalificação dos Bitas causa revolta entre os camponeses	251
2.7.6 Autoridades reduzem conflitos de terra	253
2.7.7 Deputada da UNITA com Administrador municipal de Viana usurpam terrenos de Velha	253
2.7.8 Dez mil pedidos de terrenos dão entrada na Administração Municipal de Cacuo	254
2.7.9 Camponeses recebem título de propriedade	255
2.7.10 Empresários defendem explorações inertes para diversificação da economia	256
2.7.11 Lotes para construção entregue à população	257
2.7.12 Autoconstrução com mais terras à disposição	257
2.7.13 Novos pólos industriais em Angola	258
2.7.14 "Terra do Futuro" cria 17 novos fazendeiros	258
2.7.15 Luanda. Arranca loteamento 'Inteligente' de parcelas no Icolo e Bengo	259
2.7.16 Militares armados tentaram usurpar terreno (Lavra) Da Mãe do Presidente do Tribunal Supremo na zona do Bitá	261
2.7.17 Concessão de terrenos com grande procura	261
2.7.18 Oficial Militar Ocupa e destrói Lavras	263
2.7.19 Dez mil pedidos de terrenos dão entrada na Administração Municipal de Cacuo	264
2.7.20 Moradores indignados e divididos	265

2.8 AGOSTO 2015

266

2.8.1 Sinistrados recebem lotes de terreno em Benguela	266
2.8.2 Irão para a cadeia	267
2.8.3 Centenas de hectares lavrados no Huambo	267
2.8.4 Porto de Caio assina carta de Intenções para Exportação de fosfato	268
2.8.5 Há ou não militares na expropriação	269
2.8.6 Há quatro anos esquecidos no Panguila	269
2.8.7 O azar do azarado	270
2.8.8 Diálogo para solucionar ocupação de terras	271
2.8.9 A legalidade e as terras	271
2.8.10 20 Mil cidadãos 'lutam' por 3.500 terrenos em Cacuo	272
2.8.11 Administradora do Sambizanga	273

2.8.12 Alerta aos empresários	273
2.8.13 PR admite dificuldades na requalificação do Sambizanga	274
2.8.14 Presidente da República visitou ontem o Sambizanga	275
2.8.15 Aceitar viver mal na Boavista	276
2.8.16 Lobito reserva terrenos para a zona industrial	277
2.8.17 Ocupação ilegal de casas no Zango	279
2.8.18 Bento Soite	279
2.8.19 Casas desabitadas no Zango servem de depósito de lixo e esconderismo de marginais	279
2.8.20 Promessas, promessas e promessas	280
2.8.21 Cáritas denuncia invasão de terras	281
2.8.22 ‘Ninguém será retirado das suas terras’	281
2.8.23 Divisão de terras divide camponeses dos Bitas e Administração	282
2.8.24 Moradores fogem da Quiçama para a Ilha	283
2.8.25 Vidas destruídas	284
2.8.26 Desalojados recebem lotes de terrenos	285
2.8.27 Huambo intensifica fiscalização das obras	285
2.8.28 Lotes de terreno foram entregues aos desalojados	286
2.8.29 Diálogo com moradores do Bairro Operário	286
2.8.30 Sambizanga com melhor qualidade de vida	287
2.8.31 Mais Famílias Serão Desalojadas no Sambizanga	287
2.8.31 Guerra de terras desemboca em caça às bruchas no Icolo e Bengo	288
2.8.32 Moradores do BO abandonam reunião de esclarecimento	290
2.8.33 Administradora garante entrega de lotes de terrenos	292
2.8.34 Autoridades e população longe de consenso	292

2.9 SETEMBRO 2015

293

2.9.1 Docente Universitário fala do estado real do continente	293
2.9.2 Administração apela ao respeito ao memorando	293
2.9.3 Pároco de Calumbo acusado de usurpação de terrenos	294
2.9.4 Requalificações visam fomentar o turismo religioso	295
2.9.5 Comissão de moradores abandonados pela polícia do Kilamba	295
2.9.6 Demolições e agressões na ordem do dia	295
2.9.7 Governo recua e constrói para sinistrados	296
2.9.8 O terreno da discórdia	297
2.9.9 Tchizé recusa projecto demolidor	297
2.9.10 Reservas fundiárias são invadidas por cidadãos	298
2.9.11 Apropriação de terras preocupa camponeses	298
2.9.12 Lotes de terra são entregues às populações	299
2.9.13 Sobrinho de Dos Santos surripia terrenos	299
2.9.14 Requalificação de Luanda requer esforço do Executivo	300
2.9.15 Dos Anjos decide construir casas para sinistrados do Lobito	303
2.9.16 Efectivos da Polícia Nacional condenados por burlar terreno	303

2.10 OUTUBRO 2015

306

2.10.1 Lotes para autoconstrução distribuídos no Alto Hombe	306
2.10.2 A zona vai ser requalificada pelo governo do Bengo	306
2.10.3 Bandidagem corrupção e venda ilegal de casas sociais no Zango	306
2.10.4 Populares acusam grupo gema de usurpar terras	307
2.10.5 Lotes de terrenos são recuperados pela administração	308
2.10.6 Antigo Roque parado	309
2.10.7 Camponeses acusam as FAA de ocupação e destruição das lavras	309
2.10.8 Camponeses exigem indemnização avaliado em mais de 50 mil dólares	310
2.10.9 Chefe de Estado destaca Plano Metropolitano	311
2.10.10 Desempenhado da Vila do Cuacra “esquecidos” pela fábrica de cimento Yeto	313

2.10.11 Camponeses achincalhados e espancados	314
2.10.12 Esposa de Capitão ameaça moradores	315
2.10.13 Plano director trava ocupações ilegais	316
2.10.14 Administração faz distribuição de lotes de terra	317
2.10.15 Camponeses venceram litígio antes deste	317
2.10.16 Governante em litígio com camponesas	317
2.10.17 Área de Cacuaco recebe moradores do Zango Quatro	319
2.10.18 Área de Cacuaco recebe moradores do Zango Quatro	320
2.10.19 A população é a parte integrante do processo	320

2.11 NOVEMBRO 2015

322

2.11.1 Fazendas na Conda redimensionadas	322
2.11.2 Conflitos de terras reflectidos em comunidade	322
2.11.3 Disputa por terreno causa três mortos	322
2.11.3 "Interesses alimentam conflitos"	323
2.11.4 População tem acesso a terrenos	324
2.11.5 Cerco a ocupações ilegais em Luanda	324
2.11.6 Fiscais vão travar transgressões	325
2.11.7 Bié prevê aumentar a produção	326
2.11.8 Camponeses "atacam" autoridades depois da visita do PR à Quiminha	326
2.11.9 Tiroteios em conflito de terra	328
2.11.10 Governo regulariza ocupação de terras	328
2.11.11 Património imobiliário começa a ser registado	329
2.11.12 Construção em áreas de risco é sancionada	329
2.11.13 Jovens recebem espaços para construção	330

2.12 DEZEMBRO 2015

332

2.12.1 Burla de terras: empreendedores opõem-se a soba do Quizengo	332
2.12.2 Corno pagar ao banco	332
2.12.3 Em busca de soluções	333
2.12.4 As “traquinices” de Rosa Chita	333
2.12.5 Burla de terrenos põe empreendedores e sobas	334
2.12.6 «A China está a ocupar terras em África e Angola não é excepção»	336
2.12.7 «As comunidades estão a perder o património geo-histórico e cultural»	336
2.12.8 «Porque que os deputados não debatem sobre a governação dos solos no país?»	337
2.12.9 «Se não há tabela de preços das terras há roubalheira»	339
2.12.10 «Tribunais banalizam queixas que lhes são apresentadas»	340
2.12.11 Vítimas de demolição continuam ao relento	341
2.12.12 Estado quer privados para as infra-estruturas	342
2.12.13 Arguido responde em Juízo por burla de terreno	343
2.12.14 Sector agrícola e infra-estruturas com muito espaço livre de minas	344
2.12.15 Comissão Nacional identifica zonas minadas	345

3. DOSSIER TEMAT. 2016

347

3.1 JANEIRO 2016

347

3.1.1 Melhora gestão urbana no Lubango	347
3.1.2 Identificadas várias áreas minadas no interior	347
3.1.3 Milhares de hectares para projectos sociais	348
3.1.4 Prossegue o “braço de ferro” nas terras do Bita	349
3.1.5 Administração alarga habitações ao Bita	350

3.1.6 Chuvas no Seles devastam Lavras	350
3.1.7 Realojamento de famílias vivendo em zonas de risco	350
3.1.8 Incentivada a autoconstrução	350
3.1.9 Atribuição de terrenos está suspensa	351
3.2 FEVEREIRO 2016	353
3.2.1 Zenu entra na “guerra” de terrenos	353
3.2.2 Prédio Anangola recebe novos moradores	353
3.2.3 Habitantes transferidos para zonas seguras	354
3.2.4 O Esbulho de terras, a queixa e o desmentido de Sindika	354
3.2.5 Administração municipal recupera terras	357
3.2.6 Futungo de Belas sob tensão	357
3.2.7 Administração loteia terrenos para moradias	358
3.2.8 Famílias vão para zonas seguras	358
3.3 MARÇO 2016	360
3.3.1 Terra, um problema sensível	360
3.3.2 Cidadãos detidas ilegalmente pelo PCU já em liberdade	360
3.3.3 Governo deve impedir construções em zonas de risco	361
3.3.4 Huíla identifica zonas de maior risco	361
3.3.5 Negócio de terreno em Luanda em que há logro ou trapaça	362
3.3.6 Milhares de árvores foram plantadas na Huíla	363
3.3.7 Terreno fantasma custou a vida de quatro chineses	364
3.4 ABRIL 2016	366
3.4.1 Cerca de 70 mil pessoas podem ser afectadas por desabamento de terra	366
3.4.2 O Morro da Samba e as barreiras de protecção	366
3.4.3 Terrenos no Talatona sob ultimato	367
3.4.4 Fazendeiros improdutos perdem terras	367
3.4.5 Demolições no zango resultam em morto e dois feridos	367
3.5 MAIO 2016	369
3.5.1 Governo concede terrenos no Huambo	369
3.6 JUNHO 2016	370
3.6.1 ONGs denunciam esbulho de terras no Cunene	370
3.6.2 ONG’s denunciam esbulho de terras no Cunene	370
3.6.3 Terras devolvidas a antigos militares	371
3.6.4 Empresários esbulham terras de camponeses	372
3.6.5 Investimento de cinco mil milhões para casas Sociais	372
3.6.6 Organizações denunciam esbulho de terras de 39 comunidades	373
3.6.7 Venda ilegal de terras preocupa administração de Viana	374
3.6.8 Várias famílias são realojadas	375
3.6.9 Comunidades agro-pastoris denunciam ocupação de terras para projecto empresarial	375
3.6.10 Venda ilegal de terrenos é debatida em Cacongo	375
3.6.11 Distribuídos terrenos para autoconstrução	376
3.6.12 População em zona de risco é realojada	376
3.6.13 Venda ilegal de terrenos com os dias contados	378

3.7 JULHO 2016

379

3.7.1 Canhongo esclarece disputa de terreno	379
3.7.2 Acesso a terra e aos fertilizantes	380
3.7.3 O ciclo vicioso dos realojamentos em Luanda	380
3.7.4 Expropriação de terras levada a comunidade internacional	381
3.7.5 Incidentes de Capupa fazem novos deslocados	382
3.7.6 Serviço de Protecção Civil desaconselha edificações	383

3.8 AGOSTO 2016

384

3.8.1 Abordada construção em zonas de risco	384
3.8.2 "Deixamos as tendas por doenças e fome"	384
3.8.3 Sinistrados de Caxito voltam a construir no local das 'cheias	385
3.8.4 ZEE acusada de demolir mais de 600 residências no Zango 3	385
3.8.5 Demolições anárquicas no Zango III	387
3.8.6 Militares acusados de semear terror no Zango	387
3.8.7 Concentração no GPL	388
3.8.9 Denúncias nas redes sociais	389
3.8.10 FAA espezinham administração do Estado?	390
3.8.11 Insuficiência das administrações municipais	391
3.8.12 Intervenção das FAA	392
3.8.13 Martelo demolidor de Wala deixa por baixo mais de 600 casas	392
3.8.14 Toda "Tramoia" do GPL e de Rui Cruz	393
3.8.15 Vou receber o meu dinheiro	393
3.8.16 Jornalistas detidos por militares da UGP	394
3.8.17 Vítimas do zango desabafam: "dos santos governa 50 para ele"	394
3.8.18 Empresa construtora diz-se surpreendida	395
3.8.19 Militares facturam com demolições de casas	395
3.8.20 Famílias em zonas de risco recebem terrenos	396
3.8.21 Famílias em zonas de risco recebem lotes de terreno	396
3.8.22 FOBES e Administração de Viana Negoceiam solução para demolições no Zango	397
3.8.23 ANASAMBA pretende apoiar administração na resolução de problemas	398
3.8.24 Provedor de justiça impedido de entrar em zona de demolições	398
3.8.25 Estado Maior das FAA reage ao incidente do Zango II	399
3.8.26 Identificadas áreas de risco	399
3.8.27 "Demolições legais"	400
3.8.28 Angola: família de rapaz morto em demolições pede ajuda	400
3.8.29 Angola: onde as demolições, a miséria e as execuções funcionam em perfeita sintonia!!!	400
3.8.30 Autoridades dizem que demolições no zango são legais	401
3.8.31 Criança morta e mulher violada	402
3.8.32 "Demoli residências no Ramiro para distribuir aos meus colegas"	402
3.8.33 UNITA também associada razões da morte no Zango II	403
3.8.34 Figuras públicas condenam actuação de militares e morte de menor	403
3.8.35 Forças do general wala executam rapaz de 14 anos	404
3.8.36 General Wala lamenta execução de rapaz de 14 anos pelas suas forças de segurança	404
3.8.37 General Wala trava provedor de justiça	405
3.8.38 "Iniciou uma verdadeira guerra contra os pobres"	405
3.8.39 Kamartelo não poupa gente sofrida	406
3.8.40 Milhares De Casas Demolidas Por Militares Nos Arredores De Luanda	408
3.8.41 Militares que abateram menor de 14 anos no Zango continuam a monte	409
3.8.42 Posição «demolidora»:	410
3.8.43 A administração da Samba propõe transferência de moradores em zona de risco	411
3.8.44 Provedor da Justiça	411
3.8.45 Quando mais nada resta ao Estado de Direito	412
3.8.46 Recção "Militares falaram em afronta das populações"	413

3.8.47 ZEE	413
3.8.48 As demolições vão continuar	414
3.8.49 As histórias (algumas) do general Wala	414
3.8.50 Assassinato de menino de 14 anos verga o estado-maior das FAA	415
3.8.51 Cruéis	416
3.8.52 "Demolições servem interesses particulares"	417
3.8.53 FAA são forças de paz são forças de defesa da soberania	417
3.8.54 Militares da PCU executam menino Rufino	419
3.8.55 "Ninguém tem direito de tirar a vida de outrem"	420
3.8.56 No Reino... militares acima da lei tratam os pretos pior que os bois	420
3.8.57 O Executivo tem meios para impedir isso	421
3.8.58 Políticos apelam para o respeito dos direitos humanos	421
3.8.50 Rufino António	421
3.8.60 Solicitada a detenção do General Wala	422
3.8.61 SOS Habitat	422
3.8.62 MPLA e UNITA trocam acusações sobre acontecimentos do Zango	422
3.8.63 Ainda a maka do Zango	423
3.8.64 Cruéis	423
3.8.65 O sonho do 'direito à casa própria' volta a ruir em Benguela	424
3.8.66 Auto-construção com vários lotes para distribuição	426
3.8.67 Luís do Nascimento defende caso "Rufino"	426
3.8.68 "Em Angola a diversificação da economia está a criar e conflitos graves"	427
3.8.69 Governo angolano é sui generis permite a construção de casas e depois as destrói	427
3.8.70 Morte de Rufino atribuída a UNITA	428
3.8.71 Morte de Rufino leva Gen. Wala ao Tribunal	428
3.8.72 Novas acusações contra militares no zango: "estupraram a minha esposa, tiraram a minha botija "	429
3.8.73 Todos têm medo do Wala	429
3.8.74 Carta para um bajulador	430
3.8.75 Zangoenvergonha Angolamasnaoo MPLA	431
3.8.76 Distribuídos lotes à população local	432
3.8.77 Ttie Economist aprova venda de 53 unidades na Zee Luanda-Bengo	432
3.8.78 Demolições em Viana: o lobo na pele de cordeiro	433
3.8.79 Governantes: Demolições de Vidas, Nenhum Remorso - Parte I	436
3.8.80 Invasores de terrenos comandam na ZEE	438
3.8.81 Governantes: demolições de vidas, nenhum remorso - parte I	441
3.8.82 Cuanza Norte dá cartas na produção de citrinos	443
3.8.83 Desalojados dizem-se esquecidos na Ilha Dourada	445

3.9 SETEMBRO 2016

447

3.9.1 Esperança de vida em angola, um problema	447
3.9.2 Seis horas de sustos e de angustia no zango	448
3.9.3 Luanda tem mais de um milhão de hectares para a agricultura	449
3.9.4 Demolições Não Param No Zango E Há Denúncias De Violações De Mulheres	450
3.9.5 Governo Angolano É Sul Generis Privaiiza A Orla Marítima E Incentiva Turismo	450
3.9.6 Familiares dispostos a identificar militar que disparou sobre Rufino	451
3.9.7 Demolições em Viana: o lobo na pele de cordeiro – parte II	452
3.9.8 Lotes de terreno para moradores em áreas de risco	455
3.9.9 Populares em zonas de risco recebem lotes para moradias	456
3.9.10 Reservas fundiárias baixam défice de casas Província da Huíla dispõem 57 mil hectares	456
3.9.11 Esquecidos da Kinanga ou pomessas de realojamento do Governo Angolano	457
3.9.12 Polícia Agride Jovens Que Exigem Fim das Demolições no Zango	457
3.9.13 Militares nas demolições no Zango reclamam falta de salário	458
3.9.14 Não houve expropriação de terras	459
3.9.15 Reação da Sociedade Mineira do Cuango	459

3.9.16	Donos das terras agastados com Carlos Cavuquila	460
3.9.17	FAA violam e espancam mulheres no Zango	460
3.9.18	Governador de Luanda apoia famílias sem teto	461
3.9.19	Governante acusado de falsear documentos de posse de terra	461
3.9.20	Atribuição de nome aos bairros e ruas já tem regras	462
3.9.21	Porque estamos no "lixo"	463

3.10 OUTUBRO 2016

465

3.10.1	Demolições forçam mais de 50 mil famílias a viver em tendas	465
3.10.2	No Zango populações comemoram dia do habitat ao relento	466
3.10.3	Novas demolições no Zango derrubam capela da Igreja Católica	467
3.10.4	Construções anárquicas em Luanda	467
3.10.5	ONGs pedem ajuda à União Africana	468
3.10.6	Assessores Diplomáticos do Presidente Esbulham Terra	469
3.10.7	Demolições continuam no Zango após visita do governador	471
3.10.8	Nunda desdramatiza envolvimento das FAA em demolições no Zango	472
3.10.9	Desalojados do zango esperam por respostas há dois meses	473
3.10.10	Provedor da Justiça revela que foi impedido por um coronel	473
3.10.11	Construções ilegais travadas no Lobito	474
3.10.12	Bispos católicos manifestam-se contra demolições em Angola	474
3.10.13	Saiba mais sobre a Lei de Terras	475
3.10.14	Auto-construção dirigida ganha terreno na Huíla	476
3.10.15	Distribuição de terrenos atinge 1.412 lotes no 'Bié	477
3.10.16	Mais de noventa famílias sem residências	478
3.10.17	“Os invasores vieram do prédio da Cuca”	479

3.11 NOVEMBRO 2016

480

3.11.1	Preços dos terrenos estão em estudo	480
3.11.2	Abordada clarificação na venda de terrenos	481
3.11.3	Começou venda de lotes em projecto urbanístico	481
3.11.4	Moradores do prédio da ECIL com destino incerto	482
3.11.5	Urbanismo regulariza concessão de terrenos	483

3.12 DEZEMBRO 2016

485

3.12.1	Terreno milionário vendido ao ex-BESA	485
3.12.2	População em zona de risco	485
3.12.3	Pai de Rufino ainda chora a morte do filho	485
3.12.4	Vítimas de demolições no Zango com futuro incerto	486
3.12.5	Governador do BNA esbulha terreno de cidadão pobre, sob cumplicidade de juiz	487
3.12.6	SOS Habitat fala de 6 mil casas demolidas este ano	490
3.12.7	Famílias que partilham a mesma casa excluídas das novas	490
3.12.8	Inquilinos lutam por residências	491
3.12.9	Ex-funcionário dos CFL recusa sair sem realojamento	492
3.12.10	Lotes do Prenda deixam descontos moradores	493
3.12.11	Ancião desalojado pelo Tribunal acolhido por familiares no Prenda	493
3.12.12	Demolições e futuro incerto no Zango	494
3.12.13	“Não tem nada a reclamar”	495
3.12.14	A cidade é para os ricos	495
3.12.15	Imposto Predial Urbano vai ser pago em Janeiro de 2017	500

I.DOSSIER TEMAT. 2014

I.1 JANEIRO 2014

I.1.1 Terrenos do Estado estão livres de minas

Jornal de Angola

04 De Janeiro de 2014

As reservas fundiárias do Estado nas localidades de Ona nghue, Evale, Oitambo, Onguma, Oshikango Shapopawa e do Aeroporto de Ondjiva estão livres de minas, anunciou quinta-feira em Ondjiva o oficial de ligação de informação da Comissão Intersectorial de Desminagem e Assistência Humanitária (CNIDAH).

Ao todo são 3.352.920 metros quadrados desminados no quadro do Programa de acção contra minas, segundo Mário Satipamba ao Jornal de Angola.

O oficial disse que os trabalhos contaram com o envolvimento das brigadas das Forças Armadas Angolanas e do Instituto Nacional de Desminagem.

Mário Satipamba indicou que durante o ano passado foram removidas e destruídas 89 minas, das quais oito anti-tanque e 81 anti-pessoal, além de 7.835 engenhos explosivos não detonados.

O oficial de ligação e informação da CNIDAH disse que durante o ano foram igualmente removidas 13.428 munições de diferentes armas de fogo, assim como a realização de sessões de sensibilização sobre riscos de minas, nos municípios do Cuanhama e Ombadja.

Mário Satipamba aconselha a população para que, antes de aplicar os projectos, deve contactar a sala operativa da CNIDAH, as brigadas de desminagem das F AA ou ainda as administrações locais, de modo a evitar acidentes com minas.

Quando Cubango

Em Junho último, no Cuando Cubango, a brigada do Instituto Nacional de Desminagem (INAD) destruiu em Luassingua, 173 engenhos explosivos removidos das bermas do troço rodoviário entre Menongue e Longa numa área de 510 mil metros quadrados.

Entre os engenhos destruí dos havia sete minas anti-tanque, duas minas anti-pessoal, 53 obuses de canhão 130 e 22 milímetros, dez de morteiro de 82 e 60

milímetros, 101 munições de armas ligeiras, oito granadas e 59.095 metais diversos.

O chefe de departamento do INAD disse que os trabalhos, iniciados em 2008, tiveram sucessivas paralisações devido a problemas de ordem financeira e técnica, que retardaram a conclusão da colocação da Estrada Nacional 280 entre Luassingua e Longa. Taukondjele declarou que o INAD realiza acções no troço Chinguaja-Cuchi, numa extensão de 53 quilómetros.

I.1.2 Reservas fundiárias desminadas este ano

Jornal de Angola

07 De Janeiro 2014

As áreas das reservas fundiárias dos municípios do interior do Huambo vão ser desminadas este ano para servir os sectores da Hotelaria, Turismo, Urbanismo, Habitação, Agricultura e Transporte, informou ontem o chefe de departamento do Instituto Nacional de Desminagem (INAD).

O Governo Provincial prevê construir mais de 12 mil residências nas respectivas reservas fundiárias, no quadro da execução do programa nacional de urbanismo e habitação em curso no país. O acto de colocação simbólica da primeira pedra para a construção das reservas fundiárias foi realizado em Abril de 2012, no município do Chindjendje, pelo governador Faustino Muteca. Em cada um dos 11 municípios da província vão ser construí dos 200 fogos habitacionais.

Em Outubro, o vice-governador da província do Huambo para a área técnica e infra-estruturas, José Paulo Kai, visitou algumas localidades e ficou satisfeito com os avanços no processo de loteamento das reservas fundiárias dos municípios da Caála, Tchindjendje, Ucuma, Longonjo e de Lossambo.

"No município da Caála temos a garantia do empreiteiro de que pode iniciar o programa de construção das quatro mil residências sociais, para alojar a população que vive em zonas de risco", disse o vice-governador da província do Huambo para a área técnica e infra-estruturas, realçando que o programa é uma das prioridades do Executivo, que vai garantir habitação condigna às famílias da região.

O chefe de departamento do Instituto Nacional de Desminagem disse que a instituição está a trabalhar com dois métodos de desminagem, manual e mecanizado, para acelerar o processo. As acções

permitiram no ano passado desminar 3.188.055 metros quadrados.

O Instituto Nacional de Desminagem, que contou nesta missão com a brigada das Forças Armadas Angolanas e da Organização Não-Governamental Halo Trust, limpou ainda um quilómetro e meio de estrada e recolheu duas minas anti-pessoal e outras duas anti-tanque, 139 engenhos explosivos não detonados e 392 munições de diversos calibres.

Quanto à área educativa, 3.795 cidadãos foram instruídos sobre o perigo de minas. A maioria das acções foi realizada no município de Chicala-Cholohanga, a 42 quilómetros da cidade do Huambo, por ter sido uma localidade bastante afectada pelo conflito armado.

I.1.3 ESTADO

Jornal Acapital
11 De Janeiro de 2014

O ministro da Geologia e Minas, Francisco Queirós, que falava a abertura do Iº Encontro Nacional dos Operadores do Subsector dos Minerais para a Construção no ano findo, referiu que para que a estratégia se concretize, "é preciso diversificar a exploração mineira, aumentar as receitas fiscais e patrimoniais do Estado".

Falou ainda do incremento do investimento social nas áreas de produção mineira, indicando que para a diversificação mineira era fundamental o estabelecimento de sinergias com os operadores do subsector dos minerais para a construção civil, no sentido de normalizar a exploração dos inertes e revitalizar o subsector das rochas ornamentais",

"É inegável o papel de cada um dos operadores de minerais para a construção civil na edificação da nova Angola, com o provimento de soluções que têm permitido que o nosso país seja um exemplo de recuperação neste período do pós-guerra e de paz efectiva", sublinhou o ministro, considerando que com a intervenção dos operadores, "a exploração de minérios para a construção civil, em especial dos inertes, atingiu uma grande expansão, motivada pelo crescimento do mercado imobiliário, da construção de infra-estruturas e da edificação de habitações,

"Com o vosso contributo, acreditamos ser possível e realizável a estratégia do Executivo, fundada na expectativa de uma actuação mais incisiva do sector de Geologia e Minas", referiu,

"Por deficiente fiscalização pública, muitos dos intervenientes fogem ao pagamento de impostos e

taxas ao Estado, explorando e usando estes recursos naturais do Estado como se fosse sua propriedade privada", admitiu Francisco Queirós, enfatizando que "há operadores que atentam frontalmente contra as normas do Código Mineiro, da legislação ambiental, do Código de Estrada e de outros diplomas legais",

Observou, por outro lado, que vem muitas áreas de exploração, há falta de segurança, higiene e saúde no exercício das actividades geológicas e mineiras e insegurança nas vias de transportação desses minerais, sobretudo dos inertes".

I.1.4 Imperio Chines nos inertes

Jornal Acapital
11 De Janeiro de 2014

Quem passa pela via expressa de Luanda, no troço Cacucaco/Zango, facilmente consegue ver os amontoados de britas, burgau, areia e um pouco de quase todos os elementos necessários para a construção civil.

Estão lá aos pontapés prontos a serem comercializados. O que passa despercebido nesta corrida desenfreada ao garimpo fácil, são as inúmeras crateras que ficam atrás dos montes de areia.

Não há dúvidas de que os mesmos têm um forte impacto ambiental, sobretudo com a formação de ravinas.

Facto é que, dezenas de camiões entram e saem pelos desvios criados que dão acesso às zonas de exploração. Logo à entrada, alguns jovens camionistas esperam por clientes que para lá se deslocam à procura de inertes.

Dão a informação necessária sobre os preços praticados, pelos chineses. "Uma carrada de pedras grandes o chinês vende a 15 mil kwanzas (kz). Com o frete do carro, fica a 21 mil kz, a depender do local onde vive o cliente", disse Pedro Faria acrescentando que uma carrada de burgau está orçada em sete mil kz.

"Com o carro fica tudo a 13 mil kz. A carrada de areia custa cinco mil e 500 kz. Mais o frete, chega aos 12 mil kz", afirmou Faria, que há três anos e meio se dedica à venda de inertes naquelas paragens.

Segundo o mesmo, os preços praticados a retalho são negociáveis a depender do número de montes que o cliente solicitar. "Sete mil kz é o preço estabelecido" para um monte de inertes a retalho.

O mais interessante é que muita mão-de-obra neste negócio é menores. Na entrada, para um dos campos de exploração, por exemplo, encontramos duas crianças com idades entre 12 e 14 anos. Preparavam montes de brita para a comercialização.

O pai delas, Miguel Cavimba, explicou ao A Capital que exerce esta actividade há mais de sete anos e que é com a mesma que sustenta a família.

"Começamos a vender brita e burgau há muito tempo. Antes não comprávamos. Explorávamos na zona do Rio Seco e éramos os fornecedores de quase toda a zona de Viana", um trabalho que segundo disse, era feito à base de enxadas, picaretas e pás.

"Mas quando chegaram os chineses com as máquinas grandes e a vender aos camiões, perdemos a clientela. Passamos a comprar nos camiões que, por sua vez, compram aos chineses", explicou, reforçando que a cada dia sente que o tempo da venda de inertes para aqueles que não têm máquinas escavadoras como as dos chineses, terminou.

São vários os jovens que residem não só nos arredores da via expressa entre o município de Viana e Cacucaco, mas também nos mais diversos pontos de Luanda, que se dedicam à venda de inertes a retalho. Usam camiões ou carrinhas.

Um deles é Abel João que há mais de três anos ganha a vida vendendo minerais. Pai de quatro filhos, encontramo-lo sentado rodeado de vários montes de pedras.

Adiantou que ganhar a vida com esta actividade ficou difícil desde que aumentou a concorrência.

"Antes podíamos vender vários montes de pedras ou de britas, porque os donos das obras vinham directamente comprar a nós. Hoje em dia, as pessoas preferem comprar directamente dos camionistas", que se dividem entre chineses, cubanos e tantos outros.

"Enfim, eles é que ditam as regras", disse.

Eles é que mandam

Apesar de tudo, nacionais e estrangeiros não se chocam muito quanto à exploração, porque trabalham em áreas diferentes. Os primeiros exercem a actividade em praças e nas respectivas zonas de exploração, onde aguardam pelos clientes, já os cidadãos estrangeiros fazem-no nas grandes empresas.

Fernando Silva, camionista há dois anos, não tem dúvidas do monopólio que os estrangeiros detêm

neste negócio. Segundo disse, eles é que estão com tudo.

"Os chineses é que exploram e nos vendem os inertes. Pago a quantidade de brita ou areia que precisar, recebo a ficha, levo o camião até à zona de exploração", onde um outro chinês, maquinista, recebe a ficha e carrega.

"Talvez sejam eles a dominar a exploração por causa das máquinas com que trabalham", deduziu, manifestando que a única coisa que o inquieta é a concorrência com os camionistas chineses que são os mais privilegiados quando o assunto for transportar inertes para grandes construções.

De acordo com Fernando Silva, os angolanos envolvidos no negócio só revendem inertes a particulares, enquanto que, os chineses transportam para grandes empresas, grandes construções.

"Por exemplo: eu posso carregar em média duas carradas de areia para os meus clientes, mas os chineses entram e saem todo o dia. Pois, para além de carregarem inertes para as empresas que eles dizem ser da Casa Militar, aproveitam vender a outras pessoas", apontou, sublinhando que enquanto um nacional tem que comprar a carrada, eles, os chineses, não compram nada.

"Aproveitam-se do nome da Casa Militar e desviam o material para outros clientes em nosso detrimento", denunciou.

O processo de compra desenrolar-se em espécie de guichés improvisados em contentores para onde os camionistas se dirigem e, através de uma pequena janela são atendidos. A regra é, pagar, e levar sem conversas.

1.1.5 Silêncio

Jornal Acapital

11 De Janeiro de 2012

Naquelas paragens o cenário é marcado pela presença maciça de seguranças privados equipados com armas de fogo. São eles que asseguram o local. Ninguém tem autorização para prestar qualquer informação. Os chineses, pior ainda. Parecem surdos e mudos.

A única expressão em português que pronunciam é: «não falar. Pagar».

Um pouco por toda a extensão adjacente à centralidade de Cacucaco, as enormes crateras abertas pelas máquinas tornaram a zona completamente

acidentada, com as consequências nefastas, possíveis e imaginárias para o meio ambiente.

A grande questão que se levanta é se as empresas e pessoas singulares envolvidas nesta exploração de inertes estão ecologicamente capacitadas e disciplinadas para o efeito.

Tanto é que, ao longo do percurso da via expressa, na zona onde se é: "não fala faz a exploração de brita, pedra e areia, existem pessoas que já lá vivem há mais de 15 anos. São elas que sentem na pele as consequências da devastação do seu habitat.

1.1.6 Demolições. Militares ameaçam desalojar 40 famílias

Jornal Agora

17 De Janeiro de 2017

Tendas enormes das Forças Armadas Angolanas (FAA) e soldados de prevenção saltam à vista à entrada do bairro do Progresso, no município de Belas, em Luanda, que parece transformado em território militarmente ocupado.

"Todos os dias recebemos ameaças por parte de oficiais das FAA e da Polícia, que aparecem aqui sem aviso prévio. Os militares instalaram-se no bairro sem sequer apresentarem um documento formal do Governo, que diga que temos de abandonar as nossas casas. Está insuportável viver assim".

O testemunho chega na voz da dona de casa Madalena Ngunza, uma das habitantes que partilha com o Agora a angústia de um dia acordar sem saber onde viver.

"A situação é bastante preocupante, porque não temos nenhuma garantia de sermos realojados depois das demolições, inicialmente marcadas para dia 5 de Janeiro e entretanto adiadas para 5 de Fevereiro", lembra António Ntsimba, responsável da comissão de moradores.

No papel de representante das cerca de 40 famílias que residem no Progresso, António considera que o caso torna-se ainda mais inquietante pelo facto de a Administração Municipal demarcar-se do assunto.

"Elaborámos um documento que espelha problema que estamos a viver, e já demos entrada do mesmo junto do Gabinete do Governador Provincial de Luanda, do Gabinete do ministro do Interior e do Gabinete do ministro da Defesa, mas ainda estamos a aguardar pelas respostas, visto que a Administração Municipal nada tem feito por nós e diz desconhecer o assunto".

O cenário agrava-se desde o passado mês de Dezembro, quando surgiram as primeiras ameaças de demolição. Desde essa altura, António Ntsimba conta que se têm repetido os casos de apropriação indevida de materiais de construção por parte dos militares, que chegam mesmo a prender os pedreiros e os proprietários das obras.

EXPULSOS DE TERRENOS LEGAIS SEM JUSTIFICAÇÃO.

De acordo com o responsável, os detidos são encaminhados para a esquadra que existe no interior do bairro, onde chegam a ficar um dia inteiro sem qualquer satisfação. Por outro lado, os materiais de construção nunca chegam a ser devolvidos.

"Eles estão cá para nos intimidar. Mandam parar com as obras em terras que são nossas. Não adquiri o terreno de forma ilegal, tenho documentos", protesta o morador Sebastião Lourenço alertando para os efeitos dessa actuação.

"As senhoras que têm lavra já não conseguem ter acesso às mesmas porque os oficiais das FAA permanecem no local para impedir a passagem. Então as senhoras já não sabem como fazer para adquirir os alimentos".

O problema está a ser acompanhado pela associação SOS Habitat, conforme revelou ao Agora Rafael Morais, coordenador da direcção. Lembrando que o papel da SOS é defender o direito de terra e de habitação das populações, o responsável é peremptório é condenar a forma como o processo está a ser conduzido no Progresso.

"Orientamos os populares a comparecerem nas nossas instalações, para em conjunto podermos elaborar uma solicitação ao Ministério da Defesa, no sentido de encontrarmos os responsáveis pela ocupação do espaço, até porque, este não é o papel das FAA". Segundo Rafael Morais, "a administração não pode ser alheia a esta situação, porque acontece na sua área de jurisdição".

Enquanto os esclarecimentos não chegam, os moradores vêem-se obrigados a viver debaixo de tectos que ameaçam ruir a qualquer momento.

1.1.7 Camponeses são indemnizados por cedência de terra

Jornal de Angola

18 De Janeiro de 2014

Mais de 652 camponeses das comunas de Cabiri e Bom Jesus foram Indemnizados por cederem as suas

parcelas de terra ao Projecto Integrado de Desenvolvimento Agrário da Quiminha, no município de Icolo e Bengo, em Luanda.

A informação foi prestada numa reunião convocada pelo coordenador do projecto, Ernesto Chicocuma, para esclarecer o andamento das obras que começaram em Janeiro de 2012, com conclusão prevista para 2015.

Ernesto Chicocuma adiantou que as indemnizações atingiram já 25.078.750,00 kwanzas. Ernesto Chicocuma avançou que um grupo de trabalho está a fazer o levantamento dos proprietários que possuem pomares no perímetro do projecto e da quantidade de árvores para prosseguir com o pagamento das indemnizações previstas.

Na ocasião, a administradora interina de Icolo e Bengo, Margarida Pedro, exortou os representantes dos camponeses a acatarem as informações prestadas sobre o projecto, para levarem às comunidades a mensagem correcta.

Durante o encontro, os participantes foram informados que o projecto Integrado de Desenvolvimento Agrário da Quiminha vai ocupar uma área de cinco mil hectares. Devem constar do projecto 300 fazendas com um lote de um hectare de terra para a prática de agricultura irrigada e sequeiro, para além de 300 unidades de produção de ovos, entre outras infra-estruturas sociais.

O Projecto da Quiminha, localizado entre o km 44 e Catete e deste para a comuna de Cabiri, pode garantir emprego directo a mais de quatro mil pessoas.

Camponeses do Alto Dui, comuna do Quicombo, município do Sumbe (Cuanza Sul), estão preocupados com o preço praticado pelos proprietários de tractores na preparação da terra.

Cuanza-Sul

O soba do Alto Dui, Alfredo Kutombocas, disse que os proprietários de tractores estão a cobrar por cada hectare 10.000,00 kwanzas, um valor considerado muito elevado para as famílias camponesas. Por falta de dinheiro os camponeses estão a trabalhar a terra manualmente; o que causa prejuízos, pois "a preparação da terra de forma mecanizada permite um maior rendimento". Os camponeses do Alto Dui praticam a agricultura de sequeiro, de Janeiro a Junho, produzindo milho, feijão e melancia. O Alto Dui possui uma área de produção superior a 70 mil hectares.

Acção formativa no Bié

Mais de 60 membros de associações de camponesas estão a participar na cidade do Cuito (Bié), num curso sobre técnicas de transformação e processamento de produtos agro-pecuários.

A acção formativa destina-se a mulheres associadas em cooperativas e em grupos solidários e tem a duração de dois dias e visa melhorar as condições de vida das mulheres agrupadas em cooperativas, tendo em conta o programa de combate à fome e à pobreza.

A directora Provincial da Família e Promoção da Mulher, Carolina César, disse que o encontro pretende capacitar os membros das associações e das cooperativas e grupos solidários sobre técnicas de conservação da produção a ser escoada para outros destinos.

O vice-governador da província do Bié para o Sector Político e Social, Carlos Ulombe da Silva, disse que o encontro vai reforçar a capacidade dos vários autores envolvidos rumo ao desenvolvimento da agricultura a nível de todo o interior da província do Bié. "Pedimos a máxima atenção e colaboração durante o encontro, com vista a contribuírem para o crescimento das comunidades."

Agricultura em Malanje

Os camponeses da província de Malanje foram exortados a organizar-se em associações ou cooperativas agrícolas para tirarem melhor proveito dos programas de desenvolvimento agrícola.

O apelo foi feito no final de um encontro de auscultação que o governador provincial de Malanje, Norberto dos Santos, manteve com os agricultores, criadores de gado, associações de camponeses e de pescadores, visando a recolha de contribuições para o plano de apoio aos camponeses na província.

Norberto dos Santos explicou que a agricultura é a base do desenvolvimento de uma sociedade por isso é urgente fazer investimentos no sector, "porque Malanje não pode ficar de fora", tendo em atenção as potencialidades agrícolas da região.

O governador provincial acrescentou que em relação à agricultura empresarial o Governo Provincial vai continuar a apoiar os grandes projectos que estão a ser lançados na província, como a Biocom e as fazendas Pedras Negras, Pungo Andongo e Luau.

I.1.8 Esse problema não é nosso, é do Minars

Semanário Angolense
18 De Janeiro de 2014

Com o propósito de ouvir as partes, a reportagem do *Semanário Angolense* (SA) deslocou-se à Administração de Belas para saber a sua opinião em relação ao assunto mas, como sempre, tivemos que enfrentar as habituais manias de que os órgãos públicos não falam para a imprensa privada. O director do gabinete da administradora apenas referiu que os populares estão ali por um curto espaço de tempo.

De acordo com o mesmo, outros dados não podiam ser dados por ele e muito menos pela administradora, porque existe o MINARS que vela por estes assuntos. Um facto que entra em desconformidade com um outro do governo da província de Luanda que menciona: «a Administração de Belas é que deve falar sobre situações decorrentes no seu local de jurisdição.

I.1.9 Ministério da Justiça facilita cidadãos

Semanário Angolense
18 De Janeiro de 2014

Uma nota de imprensa proveniente do Centro de Documentação e Imagem do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos chegada à redacção do *Semanário Angolense* (SA) informa que, desde o passado dia 24 de Dezembro de 2013, o horário de funcionamento dos serviços de justiça, passou a ser das 07H30 às 17H00 horas, em regime de turnos, para melhor responder às necessidades dos cidadãos.

Este horário abrange os cartórios notariais, as conservatórias do Registo Civil, Predial, Comercial e Propriedade Automóvel, Lojas de Registo e postos de emissão de bilhete de identidade e registo criminal.

A intercalação do horário imposto, conforme o nsl do artigo 3º da Lei n08/02 de 19 de Julho, para um regime de turnos, permitirá que os serviços da justiça ofereçam um melhor serviço aos cidadãos.

I.1.10 Que mal fizemos ao governo?

Semanário Angolense
18 De Janeiro de 2014

Muito há ainda por fazer em relação à resolução, de forma definitiva, dos graves problemas que a sociedade angolana infelizmente ainda atravessa,

principalmente daqueles problemas considerados como os mais sensíveis ou os mais básicos, como é o caso da habitação, educação e saúde.

Os sectores acima referenciados constituem de forma profunda o tão badalado sector social de um país, aquele que em termos de distribuição do Orçamento Geral do Estado merece, em alguns países desenvolvidos, a máxima atenção dos dirigentes, pois, estes são extremamente importantes.

Mas parece que, em Angola, estes não constituem sectores prioritários devido à forma como são tratados.

Por incrível que pareça, há ainda muitos angolanos, quer em Luanda como no resto do país, que estão realmente a passar por condições de vida bastante degradantes, como não tendo nada que comer, não tendo uma casa própria, sobretudo depois de desalojados ou simplesmente sinistrados. Também não têm direito a educação, mesmo vivendo próximo de escolas estatais e privadas.

Muitos cidadãos vivem sufocados no seu próprio país, porque não são tratados com dignidade e os direitos que lhes são garantidos constitucionalmente não se efectivam na sua vida particular. A Constituição, enquanto carta magna, ou seja, documento segundo o qual o país deve-se orientar para o seu desempenho harmonioso, garante vida melhor, condições saudáveis e, acima de tudo, de habitabilidade para todos, sem excepção, até mesmo para o cidadão estrangeiro.

Em anos passados, nomeadamente de 2010 a 2013, fenómenos naturais ocorreram como sempre.

As chuvas que já nos acostumaram a fazer estragos, principalmente de ordem material, inclusive ceifando vidas humanas. Atiraram várias famílias para a condição de sinistrados porque as localidades onde viviam eram impróprias sobretudo em tempo de enxurradas.

Foi o que ocorreu com uma parte da população do distrito urbano do Sambizanga, que foi atingida de forma brutal pelas chuvas, chegando a verificar-se enchentes nas suas residências, que causaram a desgraça de muitos filhos desta terra.

Assim sendo, e em função também de uma onda de descontentamento por parte de quantos acompanharam o drama daquelas famílias, houve a necessidade de serem retirados, pelo governo, e levados para lugar mais cómodo com condições pelo menos melhores que as anteriores, porque afinal de contas, a última coisa que qualquer pessoa deve perder é a dignidade.

Para espanto de todos, aqueles sinistrados foram parar à zona conhecida como «Sapú II», um lugar pior que o anterior, aliás, foram levados como animais e atirados para as ruas do referido bairro sem qualquer condição básica para se viver. Acompanhados, na altura, pelo senhor Bento Soito, com membros do Ministério da Reinserção Social e outros, foram apenas deixados na rua com promessas de que voltariam, o que nunca mais voltou a acontecer, já lá vão vários anos.

Aquela gente ficou assim sujeita a todas adversidades possíveis, pois, muitos dormem em tendas já apodrecidas que foram distribuídas pelo MINARS, outros ainda dormem em casebres de chapas feitos por eles se protegerem das adversidades do tempo e de outros perigos que a própria natureza e a sociedade são susceptíveis de oferecer.

Os sinistrados de Viana, provenientes do «bairro do Cemitério», estão há sensivelmente nove anos em condições precárias, tendo muitos dos seus filhos contrariado doenças como a cólera, tuberculose, entre outras, chegando ao ponto de alguns terem morrido.

Já os sinistrados do Sambizanga estão há quatro anos ao ar livre desde que saíram dos seus bairros por causa das chuvas.

O drama das famílias

Como referimos, as famílias sinistradas estão a viver uma realidade extremamente difícil, passando por enormes dificuldades como doenças, fome, violação, falta de segurança e outras situações que põe em risco a vida daqueles moradores que dia pós dia reclamam por melhores condições de vida.

Manuela dos Santos é sinistrada proveniente do «bairro Cemitério», em Viana, e está na Sapú II há aproximadamente 10 anos; vive com o marido e três filhos.

«Estamos há muito tempo a viver nestas condições. Sofremos bastante, estamos a viver aqui nestas condições como o senhor está ver e, gostaríamos de saber o que fizemos de errado para merecermos este castigo, este sofrimento todo, uma vez que somos seres humanos e angolanos como os outros», questiona acabrunhada.

Manuela dos Santos, que falou em representação do coordenador das famílias, esclareceu que já tiveram problemas sérios de saúde como pneumonia. As crianças, na sua maioria, foram parar ao hospital Sanatório por causa da tuberculose contraída em função das condições em que vivem. Quando saíram do antigo bairro, foi-lhes garantido que havia casas reservadas para eles. A promessa, na altura, foi feita

pelo senhor Bento Soito e os outros representantes do MINARS e, depois de chegarem ao local, mudaram de linguagem.

De acordo com a interlocutora, foram informados que permaneceriam ao relento por apenas seis meses. Depois o problema seria resolvido dentro do tempo estabelecido. Transcorridos os seis meses combinados, nada se viu e continuaram a receber «calmantes» por parte das entidades.

«Desde que cá estamos dificilmente recebemos visitas, quer da administração do Sambizanga, administração de Belas e muito menos do governo da província de Luanda, órgão máximo e responsável pelo bem-estar dos luandenses. Aparecem de vez em quando pessoas mandadas por este ou aquele dirigente, que se informam sobre a nossa situação e como sempre, acabam por fazer promessas», acusou a senhora.

Segundo ela, após a verificação da demora, os sinistrados decidiram criar uma comissão de cinco elementos no intuito de contactar com frequência as pessoas de direito no sentido de rapidamente se solucionar os problemas, pois, o sofrimento é demasiado.

«Somos 11 famílias, todas provenientes de Viana e temos documentos de sinistrados que foram apresentados à administração de Belas e de outros órgãos que solicitaram tais documentos. Por incrível que pareça, os documentos foram poli copiados e atirados ao gabinete da senhora Loana Quintas, que na altura prometera solucionar os problemas, mas, não passou disso mesmo», referiu.

Em função desta demora, o grupo pensou em construir as suas residências, cada um no espaço que ocupa. Com ajuda de algumas pessoas de boa-fé fizeram as bases, ou seja, os alicerces, que foram depois destruídos pelos fiscais do município de Belas alegando não haver permissão de uso do espaço.

Mendonça José, também é sinistrado, proveniente do «bairro do Cemitério», tem sete filhos e, de acordo com ele, a situação é bastante caótica porque tudo piora a cada dia que passa.

Outros sinistrados que passam por grandes dificuldades são os provenientes do Sambizanga. Iguamente estão atirados à sua sorte no bairro da «Sapú II». São aproximadamente 120 famílias, todas atiradas numa área mais espaçosa, mas que os deixa sujeitos também a todas adversidades. Estes por sua vez, disseram que são vítimas de meliantes, sofrem assaltos nos seus pobres casebres,

assim como violação sexual por parte de delinquentes provenientes de outras localidades.

Avelino Malique também é sinistrado e, ao falar em nome de todos, disse que os dirigentes não têm noção de quanto sofrimento as pessoas passam desde que foram «jogados» ali. «Quase nunca temos água, não temos como beneficiar de energia eléctrica e tal como as outras onze famílias, estamos à mercê de bandidos e de tudo o que de mau na sociedade», lamentou, acrescentando:

«As coisas não vão bem, todos os dias aqui temos problemas. Fomos atirados aqui com algumas tendas apenas e os senhores do MINARS foram-se embora, nós ficamos abandonados como animais sarnentos. Pedimos as pessoas de bom senso que venham dar-nos a mão, que procurem o mais rápido possível resolver os nossos problemas, porque aqui a vida está mesmo difícil».

I.1.1.1 Benguela disciplina uso de terra no Vale do Cuvaco

Jornal de Angola

20 De Janeiro de 2014

O Governo de Benguela aposta numa governação participativa e aponta a agro-indústria como base para o desenvolvimento sustentável da região. O dirigente máximo da província, Isaac dos Anjos, anunciou novos projectos na área agro-industrial, além de medidas disciplinadoras da exploração das terras aráveis, com destaque para o Vale do Cavaco e o Cubal.

O governador Isaac dos Anjos encontrou-se com responsáveis e quadros administrativos e técnicos de Benguela aos quais explicou que a província possui espaços vastos de terras férteis para a agricultura realçando a necessidade da adopção de técnicas modernas de cultivo.

Engenheiro agrónomo de formação, Isaac dos Anjos salientou que a agricultura e o desenvolvimento do meio rural vão merecer atenção especial da governação da província, como caminho para garantir a segurança alimentar e diminuir a importação de produtos agrícolas.

"É preciso sabermos explorar as potencialidades das terras aráveis que oferecem excelentes condições para a produção."

O relançamento da produção agrícola vai passar pela redistribuição de terras aos cidadãos empreendedores que tenham vontade de fazer agricultura em grande escala, por isso o Governo Provincial de Benguela

está a fazer um levantamento da ocupação das parcelas.

"Empreendedor é o cidadão que apresenta determinadas habilidades e competências para criar, abrir e gerir negócios que geram resultados positivos", disse o governador, esclarecendo que o levantamento da ocupação das terras "visa identificar os agricultores que trabalham e aqueles que apenas ocuparam a terra e nada fazem".

"Os improdutivos vão ter um tratamento dentro do princípio da legalidade e se confirmar a sua inoperância ficam sem as parcelas de terra", garantiu.

O governador de Benguela realçou os investimentos feitos pelo Governo no apoio aos agricultores destacando o Programa de Aquisição dos Produtos Agro-Pecuários (Papagro). Este programa do Ministério do Comércio, disse o governador, vai auxiliar a acção do Executivo no escoamento e comercialização regular da produção agrícola interna e de todos os excedentes de produção familiar camponesa, das cooperativas e associações agrícolas, reduzindo as perdas que se têm registado.

"Vai acabar o clamor dos camponeses e pequenos agricultores que durante os últimos anos viveram muitos problemas com o escoamento dos produtos saídos do campo." O governador de Benguela disse que o Papagro está centralizado no combate à fome e à pobreza e vai contribuir para aumentar o rendimento das famílias camponesas, estimular a produção agrícola e diminuir as importações dos produtos que podem ser cultivados em larga escala na região.

Processamento de tomate

Para o primeiro semestre de 2014 está prevista a instalação em Benguela de uma fábrica de processamento de tomate. A unidade, com capacidade para transformar oito toneladas deste hortícola por hora, "vai resolver o grave problema que vivem os agricultores que se dedicam à produção de tomate e viam o produto estragar-se por fatura produtiva e falta de mercado", afirmou Isaac dos Anjos.

A construção da unidade de transformação de tomate é a resposta do Governo ao "grito de alerta dos agricultores do Vale do Cavaco, Catumbela, Dombe Grande e outras localidades do interior onde é produzido o tomate", reclamação que "já vem sendo feita há mais de três anos", explicou o governador.

As grandes quantidades de tomate produzidas na região "não encontravam mercado para o consumo e como consequência o produto deteriorava-se no

campo e os encargos financeiros reflectiam-se nos bolsos dos produtores".

Isaac dos Anjos lembrou que Benguela "sempre foi a região com maior produção de tomate de qualidade desejada pelo mercado de consumo" e garantiu que "existe uma aposta do Governo Provincial em voltar a fazer do Vale do Cavaco um centro de produção de uma referência nacional".

No caso concreto do Vale do Cavaco, Isaac dos Anjos disse que o Governo "decidiu de modo determinante acabar com o negócio ilegal" da venda de terrenos na região, que estava a ser feito por "alguns elementos que tiveram o privilégio de explorar as parcelas".

O governador adiantou que o problema da falta de água "tem os dias contados" e vai ser solucionado com a regularização da barragem do Dungo, que serve de reservatório para reforçar o Rio Cubal da Hanha. A barragem do Dungo volta a funcionar "num curto espaço de tempo para propiciar a irrigação e relançar a produção agrícola no vale do Cavaco", garantiu o governador.

A barragem está localizada no rio Cubal da Hanha, um afluente do rio Catumbela. Um canal sai dali para o rio Ralo e ao chegar ao litoral de Benguela esse curso de água recebe o nome de rio Cavaco, que serve de fonte para o aumento do nível freático do vale.

Pólo do Cubal

Com terras aráveis, água em abundância e a perspectiva do reforço do abastecimento de energia eléctrica a partir da Central Hidroeléctrica do Loma um, o Cubal está a ser transformado num pólo de desenvolvimento agro-industrial.

Uma fábrica de processamento de milho para a produção de ração animal foi já instalada. Para abastecer essa unidade, estão disponíveis, numa primeira fase, três mil hectares de terras.

No Cubal está também a ser instalada uma Escola de Formação Técnica Rural, que vai ministrar cursos de agricultura e pecuária.

Issac dos Anjos anunciou ainda a realização, pelo Governo, de um estudo das bacias hidrográficas de cada região, para um melhor aproveitamento dos rios. "E injustificável que um município como o Chongoroi, com vários rios, tenha problemas de estiagem. Temos de ser mais inteligentes no sentido de aproveitar os rios, por ali passa o rio Coporolo que desagua no vale do Dombe-Grande, na Baía-Farta", enfatizou, considerando fundamental a

construção de represas para armazenar a água e distribuí-la ao perímetro agrário. "Um dos caminhos encontrados pelo Executivo para dinamizar a economia nacional é a aposta em projectos agro-industriais de grandes proporções e todos os municípios Benguela têm condições excelentes para tal", continuou o governador de Benguela,

explicando: "Temos de manter os métodos de produção tradicional devido às milhares de famílias que produzem a terra mas o processo tem de avançar para a produção agrícola moderna e industrial."

I.1.12 Rua do Bairro Patriota está a ser "encarcerada"

Jornal de Angola
23 De Janeiro de 2014

No Bairro do Patriota, por trás da Igreja Universal do Reino de Deus, em Benfica, há uma rua que está a ser totalmente fechada com a construção de dois muros que vão deixar a via Inacessível estando já a ser Implantados os cabocos.

Proprietários de empresas e de terrenos situados naquela rua e os moradores estão indignados com a situação procurando entender que motivo leva alguém a "encravar" uma rua, que deve ser um espaço público para fruição de todos.

Os muros vão impedir a circulação de pessoas e viaturas, sem haver até agora qualquer tipo de acção em contrário da administração comunal e da fiscalização.

O director de uma empresa prestadora de serviços à indústria petrolífera disse ao Jornal de Angola ter comprado o espaço há nove anos e agora uma porta de segurança que dá para a rua que está a ser bloqueada pela construção dos muros.

O empresário disse que quando viu as pedras, areia e blocos pensou serem trabalhos de asfaltagem das ruas no quadro da reparação das vias secundárias e terciárias de Luanda, e que o Patriota não estava de fora, pois muitas ruas aguardam pelo asfalto.

Mas ficou indignado quando soube que se tratava de obras para cortar o acesso à rua, autêntica ocupação abusiva de um espaço público. As ruas do Bairro do Patriota estão bem identificadas e projectadas.

O que falta é o asfalto. Como existem problemas de lixo, árvores secas, barro e capim que fazem das ruas pequenas lixeiras, muitos oportunistas aproveitam-se e vão ocupando anarquicamente os terrenos.

A rua agora bloqueada estava entregue ao lixo tendo sido feita uma limpeza recente para facilitar a circulação de pessoas e viaturas. De repente aparecem empreiteiros a fechar a rua sem autorização contactar o presidente para certificar o sucedido. A ocupação abusiva e desordenada de espaços públicos, para construções anárquicas ilegais acontecem um pouco por toda a capital do país, desfigurando a cidade e criando graves problemas de saneamento básico, de circulação de pessoas e viaturas.

Estas irregularidades prejudicam ordenamento do trânsito e do território, que afecta também a economia e o desenvolvimento social do país, pelo que as autoridades locais são chamadas a uma maior intervenção e eficaz acção preventiva e fiscalizadora onde se praticam alegados actos ilegais, alegando tratar-se de um terreno com um suposto dono que decidiu erguer as paredes, os tais muros que fecham a rua.

Um dos empreiteiros no local disse ao Jornal de Angola tratar-se de uma obra acompanhada pela comissão de moradores do bairro e que para mais informações era necessário.

I.1.13 Moradores transferidos hoje

Jornal de Angola
21 De Janeiro de 2014

Mais de 1.226 famílias do bairro Chicala 2, distrito urbano da Ingombota, começam a ser realojadas hoje no Zango 4, Viana, onde estão há já algum tempo criadas as condições de habitabilidade.

Pedro António, agente dos Serviços de Fiscalização do município de Luanda, declarou ontem ao Jornal de Angola estarem criadas todas as condições para os moradores podem ser transferidos a partir de hoje. A transferência para casas sociais no Zango decorre de um processo desenvolvido entre 6 de Novembro e 31 de Dezembro com o registo das famílias abrangidas. Ontem, foi feita a confirmação dos nomes dos beneficiários e a entrega das fichas que as habilitam como moradores.

No local estavam ontem mais de 20 autocarros, o que indicava o início a qualquer momento da transferência das famílias para o bairro do Zango.

O processo decorre num clima de transparência, pois além das famílias terem sido registadas, a Comissão Administrativa da Cidade de Luanda divulgou na semana passada no Jornal de Angola a lista com os nomes dos 1.226 beneficiários. Entre os beneficiários está Suraia António, moradora há dez anos no Chic

ala 2, disse estar "muito satisfeita por ir para uma zona urbanizada".

"Tenho a certeza que a qualidade de vida no Zango é melhor porque as casas são maiores e com vastos quintais", acentuou.

Manuel Fonseca, no Chicala há mais de 13 anos, referiu que a grande preocupação é a falta de escolas no Zango e a distância que o separa do Porto de Luanda, onde trabalha. Os nossos filhos, disse, correm o risco de não estudarem este ano lectivo.

I.1.14 Casas no Zango desagradam moradores dos bairros Chicala 2 e Kilombo

Jornal O País
24 De Janeiro de 2014

Cerca de mil famílias, que habitavam nos bairros Kilomibo e Chicala 2, no distrito da Ingombota, começaram a ser realojadas esta semana na comuna do Zango, em Viana, no âmbito de um programa do Governo Provincial de Luanda que visa a requalificação da capital do país.

A entrega das casas sociais é resultado de um processo de cadastramento que ocorreu nos meses de Novembro e Dezembro de 2012, onde terão sido abrangidas as famílias envolvidas no processo, apesar de ainda existirem algumas queixas.

A Comissão Administrativa da Cidade de Luanda (CÀCL) publicou no último Sábado, 18, no Jornal de Angola, a lista dos beneficiários, uma informação que apanhou de surpresa centenas de moradores que até então não tinham o conhecimento exacto do início das demolições das residências que habitavam e da consequente transferência para o Zango.

"Fomos cadastrados em Novembro de 2012 e nunca nos informaram sobre o dia exacto das demolições, a Segunda-feira de madrugada surpreenderam-nos com um poderio militar e que não permitiu a entrada de mais ninguém no interior dos bairros", disse contou a moradora Miquelina António.

Isabel Simão, que já teve uma primeira casa demolida no bairro do Iraque, mudou-se para a Chicala, onde também foi 'convidada' a abandonar o local e transferir-se para o Zango.

Por seu lado, Albertina João diz que antes das demolições foi advertida que não fizesse alterações na residência que possuía no barro do Kilombo. Não levou a sério os avisos, efectuou algumas mexidas e

arrendou o anexo que possuía. Por ironia do destino, a senhora terá de partilhar a nova residência no Zango com o seu inquilino, por sinal um homem muito mais novo que ela.

O morador Manuel Garcia, que também passou para as casas sociais em Viana, garante que estas residências não oferecem minimais condições de habitualidade. Além de serem pequenas, conta o jovem, as casas não têm os quintais cobertos para a protecção das crianças.

A mesma preocupação apresenta Luzia António Manuel, que viveu mais de 13 anos na Chicala. Segundo ela, a grande preocupação é a falta de escolas no Zango e a distância que separa esta comuna da Urbanização Nova Vida, onde trabalha.

Os nossos filhos correm o risco de não estudarem neste ano lectivo 2014, atendendo que as escolas já encerraram as confirmações', reclamou a senhora.

Mas, William Kiala, que viveu 12 anos no bairro Kilombo, deixou a sua nova área de jurisdição para reclamar junto da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, órgão responsável pela distribuição das moradias.

O jovem contou que as condições da casa que lhe foi entregue na Terça-feira, 21, não são as que esperava. 'Mal começamos a utilizar, as fossas já têm vestígios de fissuras', explicou, acrescentando que 'era bom que o Governo preparasse já uma área residencial para os moradores daqui, porque nós não queremos repetir a história dos ilhéus do Benfica ou dos vizinhos da ex-favela'.

As desconfianças fazem com que muitos dos agora transferidos se mostrem reticentes em relação ao final do processo. Há quem diga mesmo que dificilmente os moradores terão condições condignas, a julgar pela qualidade das casas a que tiveram direito o primeiro grupo de beneficiários.

'Quem não tem viatura perderá o emprego, porque não será fácil sair de Viana para o centro da cidade, onde a maioria de nós trabalha', disse Isabel João.

1.1.15 Demolições. Moradores da Chicala contestam realojamento

Jornal Agora

24 De Janeiro de 2014

A angústia desnorteia os passos de Manuel Araújo, perdido entre a falta de documentos, a perspectiva de ficar sem tecto e a dificuldade em obter respostas.

"O responsável' da Comissão de Moradores abandonou-nos à nossa sorte. Eu vivo aqui há 13 anos, mas, como perdi os documentos no incêndio [que destruiu 60 habitações no ano passado], não tenho como provar isso. Se ele estivesse cá, poderia confirmar a minha história", protesta o morador do bairro Kilombo, na Chicala. Excluído da lista de realojamentos no Zango, por falta de identificação, Manuel contesta os procedimentos para a atribuição de habitações.

"SE TIVEREM DE DEMOUR A MINHA CASA, SERÁ COMIGO LÁ DENTRO".

"O meu nome não foi divulgado, por isso fiquei sem ter para onde ir", conta o habitante, acusando a Comissão Administrativa da Cidade de Luanda de desconhecer a realidade do Kilombo.

"A lista de moradores que vão receber casa, no total de 548 famílias, não satisfaz a demanda da população residente", reclama Manuel, acrescentando que aqueles cujos nomes não foram contemplados têm sido tratados como aproveitadores.

"Estamos a ver pessoas novas receberem casa, enquanto os antigos moradores são chamados de intrusos", continua este habitante, que promete não arredar pé do Kilombo sem uma alternativa de habitação.

"O primeiro cadastramento foi realizado há dois anos e o segundo em Novembro de 2013. Por isso, não se percebe como eu e outros ficamos de fora. Só sei dizer que não sairei daqui. Se tiverem de demolir a minha casa, será comigo lá dentro".

O desespero de Manuel Araújo contrasta com o entusiasmo de Rosária Azevedo, satisfeita com a possibilidade de proporcionar aos filhos uma residência mais condigna.

"Estou muito feliz, porque, na Chicala, vivia mal. O bairro está infestado de pulgas. Os miúdos dormiam mal. Sei que, no Zango, estes problemas serão ultrapassados", antecipa a ex-vizinha de Manuel, apanhada pelo Agora a caminho para a nova morada.

SEM TECTO POR CAUSA DE ERRO ADMINISTRATIVO.

A viagem realiza-se através de autocarros da TCUL, especialmente fretados para o processo de realojamento, iniciado no início da semana e prolongado até à próxima segunda-feira.

Incluída na primeira leva de mudanças, Sofia Ngunza aponta o dedo para a desorganização dos responsáveis.

"Cheguei ao Zango por volta das 23 horas de segunda-feira, mas passei a noite ao relento com os meus filhos, porque não havia chaves das casas", conta esta recém-realojada, ainda a digerir a noite da mudança.

"Nem sequer jantámos, pois a feijoada que distribuíram estava estragada", recorda, adiantando que teve de esperar até às 14 horas do dia seguinte para resolver a situação.

"Antes de se ter a chave em mãos, passa-se por um processo muito difícil", sublinha Sofia, já depois de entregar a ficha de inscrição efectuada no Kilombo, receber a declaração de residência no Zango e obter as ambicionadas chaves.

Menos sorte teve Simão Mateus que, na tarde de terça-feira, depois da chegada na véspera, continuava às voltas com a nova morada. Motivo? O número da casa colocada na declaração de residência não correspondia a nenhuma das habitações.

"Estou nesta situação porque nem todas as casas estão numeradas. Já não sei o que fazer, uma vez que não me dão alternativa", desabafa Simão, na despedida da reportagem do Agora, ainda à deriva, sem a perspectiva de uma solução.

CASAS PEQUENAS, SUSTENTO AMEAÇADO.

Enquanto isso, não falta quem vá tirando as medidas à nova residência.

"As casas atribuídas são muito pequenas e estão inacabadas. O beneficiário tem a obrigação de cimentar o chão de casa, construir a sala, a cozinha e a dispensa. A parte concluída da residência inclui apenas dois quartos, casa de banho e corredor", reclama o denominado pastor João.

Além de manifestar o descontentamento em relação às condições das habitações, João nota que, "no bairro, não existem escolas nem hospitais".

A lista de reclamações passa ainda pela experiência de Rosária Azevedo que, apesar de reconhecer vantagens do ponto de vista do conforto, não esconde a inquietação em relação ao sustento.

"A minha maior dificuldade vai ser encontrar uma forma de sobreviver, pois sou peixeira", sublinha esta ex-moradora do Kilombo. "De agora em diante, vou ter de arranjar uma alternativa, dado que a deslocação do Zango para a Chicala vai custar muito caro".

I.1.16 Estamos melhor no Zango

Novo Jornal

24 De Janeiro de 2014

AS PRIMEIRAS IMPRESSÕES são positivas. As casas têm água canalizada e luz e, sendo de piso térreo (estão implantadas num terreno com uma área de 150 metros quadrados), permitindo a quem o desejar, ampliar a área coberta, que é actualmente de cerca de 40 metros quadrados, repartidos por cozinha, dois quartos e casa de banho.

Principais críticas? A dimensão padrão das novas habitações, nem sempre suficientes para albergar famílias numerosas [apesar de o Regulamento Geral de Edificações Urbanas (REGEU) estabelecer regras para se respeitar a dimensão do agregado familiar], a distância, associada ao tempo de demora para chegar e regressar, por exemplo, ao do centro da capital, os custos dessas deslocações.

A estas juntam-se, designadamente questões práticas como a inscrição de filhos nas escolas e o transporte (e a segurança) para quem trabalha por turnos. É que o Zango 2 fica a cerca de 50 quilómetros a Leste de Luanda. Enquanto a Chicala 2 e Kilombo ficam na cidade.

"As casas são pequenas e estávamos a contar que seriam grandes, mas ainda assim estamos melhor aqui, diferente da Chicala onde não respirávamos em condições", frisou Helga Ponte, acrescentando que "o povo às vezes é ingrato e não sabe reconhecer as coisas boas".

No local encontravam-se ainda operários chineses a dar "os últimos retoques", mas foi possível contabilizar cerca de 350 casas geminadas, equivalente a 700 residências.

Embora pequenas, os populares dizem sentir-se bem, pelo alojamento, e acreditam que no Zango estão melhor. A única desvantagem, asseguram, é o facto da Chicala 2 e o Kilombo estarem mais perto "de quase tudo".

"Lá, com 200 kwanzas jantávamos, já aqui vai ser difícil. Estamos distantes de tudo", adiantou uma jovem.

Reconheceram que só por terem água canalizada e energia eléctrica instalada nas residências isso é sinónimo de "vantagens e melhorias", uma vez que não existiam na Chicala 2 e no Kilombo.

"Aqui é melhor porque temos água, energia e as ruas estão urbanizadas. Estamos minimamente melhores", contou Gomes.

DISTANTES DO TRABALHO

Um dos constrangimentos mais falado pelos novos moradores em resultado da ida ao Zango é a distância dos postos de trabalho.

Alguns moradores disseram que anteriormente acordavam às 06h00 para se deslocarem aos locais de trabalho, maioritariamente localizados no centro da capital.

Agora, na sequência da transferência para o Zango, argumentam que vão ter de acordar às 04h00 para chegarem perto das 07h00 ao posto de trabalho.

"Faltei nos dois primeiros dias desta semana para tratar dos assuntos do realojamento. Amanhã [4ªfeira] tenho de ir ao trabalho e nem sei a que horas acordar", adiantou Noémia Bernardo.

Os trabalhadores em regime de turnos manifestaram também alguma apreensão por eventuais problemas de segurança nos trajectos fora de horas entre o Zango e Luanda e vice-versa.

"Trabalho no Morro Bento, e estou no período nocturno. Saio habitualmente entre as 21h00 e as 22h00. Não sei como será daqui para frente", declarou uma antiga moradora da Chicala 2, acrescentando: "Talvez passe a dormir, de vez em quando, em casa de uma amiga na cidade".

Todos os contactados pela reportagem do Novo Jornal admitiram poder vir a registar-se também problemas de falta de transporte.

ACESSO ÀS ESCOLAS

O acesso às escolas constitui outra "dor de cabeça" para os encarregados de educação agora transferidos para o Zango 2.

Os desalojados lamentaram que a Comissão Administrativa da Cidade de Luanda (CACL) não tenha acautelado a situação dos menores estudantes quando faltam apenas seis dias para a abertura oficial do ano lectivo 2014, já no próximo dia 31.

"Já reconfirmei as matrículas de dois dos meus filhos na Chicala. Não sei se vou conseguir a transferência deles para uma escola aqui no Zango.

Mas vou tentar. Além disso ainda tenho de matricular o meu outro filho", narrou Pedro.

Através de sondagens rápidas que os novos moradores do Zango 2 fizeram aperceberam-se que há escolas no território, mas estão receosos de não conseguir a transferência a tempo.

"A minha mãe disse-nos que aqui há escolas e por isso regressou à Chicala para pedir transferência para os meus irmãos", frisou Maura, de 23 anos.

O processo de transferência de habitantes da Chicala e Kilombo para o Zango iniciou-se esta semana depois de a CACL publicar um anúncio no Jornal de Angola com os nomes das pessoas que iriam receber casa no Zango 2 [previamente cadastrados no local onde habitavam até agora].

Mediante essa lista, começaram os trabalhos de desalojamento de 1774 famílias (e conseqüente destruição das anteriores casas), numa zona da cidade de Luanda que alberga, de acordo com cálculos dos residentes "mais de cinco mil famílias".

O PROCESSO DE DESALOJAMENTO

"O número de moradores dessa zona que a administração publicou no jornal não corresponde ao número real de habitantes daqui. O nosso coordenador sabe disso", começou por dizer Delcio Black, revoltado por o seu nome não constar da lista.

Para entender os contornos da elaboração da lista de moradores a serem desalojados e transferidos para o novo bairro, o Novo Jornal tentou localizar, sem êxito, o coordenador do bairro, o qual, de acordo com moradores do Kilombo, "foi dos primeiros a seguir para a casa nova, no Zango 2.

"O próprio coordenador, que deveria ficar aqui com o povo até que todos recebessem casa, já recebeu a respectiva habitação nova e não quer saber de mais nada", disse um outro morador, do grupo dos que não viu o seu nome inscrito no Jornal de Angola.

Moradores que "não tiveram a sorte" de ver os nomes inscritos na lista que saiu no jornal asseguraram terem sido alertados por funcionários do Governo Provincial de Luanda (GPL), no local, para estarem atentos às próximas edições do diário.

Até quinta-feira, dia de fecho da presente edição do Novo Jornal, o Jornal de Angola não publicou qualquer outra lista de moradores com direito a mudar-se para o Zango.

"Estamos com azar", lamentou Domingas Trindade, ainda com o jornal na mão.

Os moradores, sob as ordens de funcionários do GPL e da CACL, retiraram os bens das casas que

começaram a ser demolidas na Chicala, a partir das 04:00 da manhã da última segunda-feira. Bens e pessoas foram então embarcados em camiões e autocarros que os transportaram para a nova morada. Previamente foi-lhes entregue uma ficha de morador pelas autoridades do CACL.

AMBIENTE MILITARIZADO

Coma intenção declarada de prevenirem eventuais confusões sempre propícias de acontecerem neste tipo de operações de deslocação de pessoas, as autoridades fizeram questão de estacionar no local [Chicala 2 e Kilombo] elementos do exército, forças de segurança e fiscais.

"Penso que só estão aqui para intimidar caso não aceitemos sair", frisou Bartolomeu.

Diante do excesso de forças militarizadas no bairro, os moradores realçaram não existir motivo para tanto aparato bélico no local.

"Nós somos humildes. Não há motivo para tantos polícias e militares aqui. Eles estavam a pensar que o povo do Kilombo iria fazer alguma confusão, conforme aconteceu noutros sítios", alegou Laurindo. "O importante - acrescentou Queta Zumbo - é que trabalhem bem".

Até ao fecho desta edição não foi registado qualquer incidente que obrigasse à intervenção das forças de segurança presentes no local.

"Somos pacíficos", rematou Laurindo.

OPORTUNISTAS CONFESSAM

João Cativa, 75 anos, confessou que já teve direito a uma residência cedida pelo Governo Provincial de Luanda, na sequência do desalojamento na zona da Boavista.

"Eu já tenho uma casa no Zango 3, mas está lá a minha mulher. Separamo-nos e ela agora vive lá com outro homem", afirmou.

Perante a separação com a ex-parceira, João Cativa assumiu que estava "agora no Kilombo, onde ergueu "uma cubata de chapa", para tentar a sua sorte: Que lhe foram atribuída uma nova casa.

O ancião assumiu mesmo que foi para o Kilombo porque sabia que "tarde ou cedo" seria retirado dali e lhe dariam mais uma casa. Indicou mesmo que quer essa casa para vender e regressar ao Bailundo-Huambo, sua terra natal.

Alguns moradores, atentos às palavras de João Cativa prometeram-lhe 2500 dólares norte-americanos pela

eventual futura ficha que lhe dará direito a uma nova casa. João Cativa nunca lhes respondeu.

No Kilombo, a reportagem do Novo Jornal encontrou ainda dois jovens - um de 15 e outro de 18 anos que asseguraram ter tido "a visão" de erguer duas "cubatas de chapas" nos arredores do bairro, na perspectiva de virem a ser contemplados com casas novas no processo de realojamento no Zango 2.

"Continuamos a viver na Chicala 1 e sabemos como essas coisas funcionam. Por isso pagámos 300 dólares por cada terreno onde metemos as nossas cubatas aqui na zona do Kilombo", relataram.

Admitiram que foi a mãe quem lhes deu o dinheiro para pagar os terrenos, e dizem que a mesma tem outros espaços na Chicala 2.

Os dois classificaram o Zango como mato, assegurando que vão arrendar as residências que eventualmente venham a receber porque preferem "ficar na 'city'".

RECÉM-NASCIDO AO RELENTO

Ainda no Kilombo, na passada terça-feira, uma mulher, que acabou de ser mãe no passado dia 10, lamentava-se da demora dos camiões no transporte dos seus bens para a nova casa.

"Estou sem forças para aguentar tudo isso. Fomos obrigados a retirar as coisas das antigas casas no início da semana. De ontem [2ªfeira] para hoje [3.a feira] já dormimos na rua. Pensava que iríamos logo nessa noite. O parto é recente e acabei por ter de cozinhar na rua, pata poder dar comida aos meus filhos", afirmou.

Questionada sobre o paradeiro do marido, respondeu que faleceu pouco antes do nascimento do filho que leva nos braços.

"Estou sozinha desde a morte do meu marido. Foi graças a alguns vizinhos que têm chatas que consegui retirar as minhas coisas de casa", salientou.

CHATAS-BARCO E CARRINHAS

Devido ao congestionamento na rua principal do Kilombo, e também pela distância até ao local onde pararam os autocarros que transportaram os desalojados, muitos, cujas residências se situavam no fundo do bairro, optaram por alugar as chatas barcos para fazer o trajecto.

O atraso dos camiões da CACL levou também muitos moradores a alugar viaturas para seguirem

directamente para o Zango, sem perda de mais tempo.

I.1.17 MINJUD acusado de despejar centenas de famílias no Zango IV

Jornal Manchete

24 De Janeiro de 2014

Centenas de famílias residentes no Zango IV, acusam supostos funcionários do Ministério da Juventude e Desportos (MINJUD) de as ter despejado, alegadamente, por terem adquirido as residências a pessoas que se fizeram passar por proprietárias das mesmas.

De acordo com as fontes estes supostos funcionários sublinharam que as residências em causa pertencem ao MINJUD e as chaves que possuem foram forjadas por pessoas que se faziam passar por donas.

Joana Domingos, funcionária pública, diz que adquiriu a casa em 2012, por intermédio de funcionários do Governo Provincial de Luanda e, hoje, passado mais de um ano e meio aparecem pessoas a reclamar que a mesma foi ocupada ilegalmente.

"Isso é brincadeira!", exclamou.

A interlocutora afirmou possuir todos os documentos que atestam a compra do referido imóvel.

"Esses senhores brincam connosco, aquando da compra das casas fomos informados pelos senhorios que as mesmas eram residências de algumas famílias carenciadas, contudo, aquelas que decidiram as vender, agora dizem outra coisa", desabafou Lazarino Miguel, outro comprador. Segundo a versão de Lazarino, ele adquiriu a sua residência a uma família que já se encontrava de malas feitas para a sua terra natal. "Daí chegamos a um acordo sobre a aquisição do referido imóvel, foi assim que comprei, mas hoje surgem pessoas a nos tirar das casas, alegando que as mesmas pertencem o MINJUD".

Quem tem a mesma versão de Lazarino Miguel é um intendente da Polícia Nacional, que diz não concordar pelo comportamento dos indivíduos que hoje se fazem passar de proprietários das casas.

"Os homens aparecem com alguns agentes da polícia, invadem as residências, tiram os haveres para fora sem o consentimento dos donos, deixem papéis com os números a pedirem que devemos nos dirigir ao Gabinete Jurídico do MINJUD, quando vamos para lá nos recusam receber", disse o policial, que não quis ser identificado.

De acordo com o jovem Manuel Luís, os protagonistas dos despejos são os senhores identificados com os nomes de Gonçalves, Emília e João.

Assis que se apresentam como sendo talhadores do Gabinete Jurídico 0 MINJUD.

"Queremos saber do ministro Gonçalves Muandumba ou de um dos responsáveis o que é que se passa na verdade?", disse, esperançoso na resolução do problema.

MINJUD fala em sabotagem

Contactado sobre o assunto, João Assis, funcionário do Gabinete Jurídico do MINJUD disse que os moradores em causa adquiriram as residências por caminhos ínvios, uma vez que as mesmas estavam desocupadas, tendo os vendedores, forjado às respectivas chaves.

João Assis referiu, também, que as casas foram construídas para as instituições ligadas ao associativismo juvenil, e que passado algum tempo indivíduos aproveitadores entenderam que deveriam sabotá-las e se esqueceram de que o MINJUD ainda tinha em conta do seu património.

O responsável esclareceu, igualmente, que centenas de famílias que viviam ali abandonaram voluntariamente a zona e que somente apenas três famílias é que estão rebeldes.

I.1.18 Cem famílias combatem martelo demolidor

Jornal Acapital

25 De Janeiro de 2014

Populares que ergueram casas nos terrenos adjacentes ao antigo autódromo de Benguela, formando uma nova área residencial no bairro dos Navegantes, arredores da, idade, suspeitam que a Administração Municipal comece por destruir o comité de Acção do MPLA, construído graças ao esforço de cada família, para depois colocar o martelo demolidor em direcção às suas moradias.

O CAP· que o caro leitor observa só não foi destruído na passada quarta-feira, 22, porque os moradores se opuseram às pretensões das autoridades, travando o avanço das máquinas que ali se encontravam. Foram vividos momentos de alvoroço, com palavras duras dirigidas a membros do partido no poder, numa tarde que voltou a ser de alerta para quem há muito convive com o espectro de desalojamento.

Dados fornecidos ao jornal *A Capital* apontam para cem o número de famílias naquele espaço, concedido, segundo alguns «anciões», pelo general Kundi Pahyama, então comissário provincial, numa altura em que as palavras autoconstrução dirigida não faziam parte do nosso dicionário.

Hoje, quase trinta anos depois, a Administração Municipal, a trabalhar em nome do ordenamento, sugere a transferência das famílias, em grande medida, diz, em função da necessidade de libertá-las de «urna zona situada ao lado do aeroporto». Acontece, porém, que esta justificação, caucionada pela ENANA, não é bem recebida pelos moradores, que se apegam à existência de um «luxuoso condomínio» a escassos metros, surgido na sequência de demolições que deixaram sem tecto centenas de pessoas. Temendo o pior, os que sobreviveram à primeira onda de demolições, constantemente incomodados por chineses que dizem ter tudo pronto para partir e vedar o espaço, viram na construção de um CAP a fórmula para segurar as suas casas. «O MPLA também é nosso, por isso decidimos montar este Comité de Acção. O camarada Presidente Agostinho Neto dizia que "o mais importante é resolver os problemas do povo", não o problema dos chineses», sublinhavam moradores, perante o silêncio dos secretários municipais, José Manuel Lucombo, membro do Comité Central, e Carlos Vasconcelos «Cacá». Este último, também presidente da Câmara de Comércio e Indústria, tentava acalmar os ânimos de senhoras que acusavam altos funcionários da Administração de envolvimento em negociatas de terrenos.

Um chefe de família, crítico em relação à postura de dirigentes que «nem sequer saudaram o povo, limitando-se a dizer que tudo isto é do Estado», acrescentou que repetido vezes sem conta que as novas casas e prédios estarão à venda. «Não votámos para esta brincadeira», disseram, unânimes, populares que, para fraseando Kundi Pahyama, reafirmavam que «as pessoas não devem ficar à espera do PAM».

Confrontados com a cedência de lotes para a autoconstrução, o programa que ganhou força após a chegada do governador Isaac dos Anjos, mostraram-se alheios à iniciativa, salientando que «ninguém sabe onde as pessoas fazem o pagamento dos tais 27 mil Kwanzas».

Um funcionário da Administração Municipal de Benguela, afecto aos serviços de fiscalização, calculou em 50 hectares a dimensão da área em causa. Um hectare corresponde a um campo de futebol.

Administração Municipal quer dialogar

Em reacção, o administrador municipal de Benguela, Leopoldo Muhongo, começou por explicar que o Comité Municipal do MPLA notificou a Administração por não reconhecer a estrutura erguida pelos populares ao lado de uma bandeira do partido. «Como se vê, estão a ser usados os símbolos de uma entidade partidária. Por outro lado, este espaço não se encontra licenciado», acrescentou. Questionado sobre o futuro das casas após a destruição de uma estrutura não reconhecida pelo CMP, o administrador lembrou que não se trata de um assunto novo, até porque aflorado já pela imprensa, e ressaltou que a sua presença serviu para aferir o nível de organização. «Queremos saber como a área se encontra em termos de arruamentos e de redes técnicas para serviços como água e luz», esclareceu o dirigente.

Já em posse de uma lista de moradores, Leopoldo fez questão de vincar que a Administração vai analisar o que é melhor para as famílias ali instaladas.

Aqui chegado, disse não ter conhecimento da presença de chineses que, tal como referem os moradores, insistem em partir casas para vedar todo o espaço.

Quanto ao expediente que culminou com a construção das casas erguidas em «terrenos não licenciados», o administrador municipal salientou que, infelizmente, os bairros cresceram por via de construção no período nocturno e aos fins-de-semana. «Temos dificuldades no acompanhamento desta prática. Em relação a este case concreto, é prematuro dizer se ficam ou saem», finalizou.

1.1.19 Kizango no Zango II

Jornal Acapital
25 De Janeiro de 2014

O sentimento, na zona de realojamento, é repartido entre lamentações para uns e gritos de alegria para outros. Enquanto uns acusam os responsáveis da Fiscalização de estarem a trocar, fraudulentamente, as casas dos que deveriam receber T-3, de estarem a aproveitar enquadrar pessoas infiltradas, outros regozijam-se pelo momento de ter uma casa.

Tal é o caso de Sofia Mbiavanga que agradece ao Executivo pela casa que lhe coube, pedindo apenas que se resolva o problema da falta de água potável.

"Aqui está bom, na Chikala eu estava a passar mal. Aqui temos luz; só falta água e autocarros para podermos ir à cidade. Mas gostei da casa e está tudo bem", manifestou.

No meio de tudo isso, há quem denuncia que os que estão contentes são oportunistas. Vitória de Jesus, por exemplo, contou a este semanário que existem pessoas contentes no Zango, mas são aquelas que viviam em quartos de chapas.

"Com certeza estão contentes e estão a rir, mas só o fazem, porque viviam num bate chapa. Outras são aquelas que, sabendo da possível transferência construíram anexos nos quintais para receberem mais habitações", denunciou, sublinhando que os que viveram toda uma Vida na Chikala e no Kilombo, e que tinham casas em condições, é que saem a perder.

A anciã Ana Bela, 60 anos, mãe de seis filhos, vivia na Chicala II, numa casa de quatro quartos, sala, cozinha duas casas de banho. Disse, no entanto, que está a dormir fora da casa que recebeu por esta ter quartos com dimensões muito pequenas.

"Estamos a dormir fora de casa porque as coisas não cabem lá dentro. É lamentável", reagiu a mais velha, ao lembrar que até há casas de banho cuja loiça sanitária não funciona.

"Eu tinha a minha casa onde cabiam todas as minhas mobílias. Ainda restava espaço para colocar um montão de coisas. Agora, aqui onde nos trouxeram, nem uma mobília de quarto cabe", queixou-se ainda Ana Bela, reclamando para que haja um pouco mais de respeito pelas pessoas.

"Entendemos que o Governo queira investir naquele espaço onde vivemos, mas, devia dar condições de habitabilidade o mínimo aceitáveis. São dois quartos pequenos que nem cabem, sequer, na minha antiga casa de banho", lamuriou a senhora, ao enfatizar que só um jogo de cadeirões ocupou toda sala; uma cama e duas maletas ocuparam todo o quarto.

"Estão-nos a dar um quintal desenhado com alguns blocos para construirmos. Está bem. Mas, vamos construir quando e com quê", questionou.

Só para o leitor ter uma ideia, as casas T-2, têm dois quartos de 3/3 metros (m), e uma casa de banho de 2,5 m, para além de um espaço de cinco 5/2 m onde o proprietário da habitação pode alargar a dimensão da casa.

1.1.20 O camartelo voltou a funcionar

Semanário Angolense
25 De Janeiro de 2014

Os moradores afirmam que estão muito revoltados com a situação por não terem sido avisados com a devida antecedência sobre a demolição das suas

residências. Conscientemente todos previam que um dia tal situação poderia acontecer mas, quando se tomou a decisão para se demolir o bairro, dever-se-ia avisar os moradores sobre a medida a ser tomada.

«Somos pessoas como eles e não animais nocivos que devem ser exterminados a todo custo. Deveriam avisar-nos e, para mais transparência, podiam mesmo divulgar na comunicação social a data da demolição para que pudéssemos arrumar bem as nossas coisas. Devíamos ser retirados de casa para casa e não de casa para a rua, ao relento, com crianças e tudo, como aconteceu com algumas pessoas que estiveram três dias nessas condições e só depois para o local de destino», condenou.

A demolição teve início no dia 21 do corrente e os moradores foram transferidos para os bairros Zango. Naquele dia, a própria comissão de moradores da Chicala 3 também foi surpreendida pela chegada das máquinas no "bairro. Segundo alguns populares, apenas no sábado (19) tiveram conhecimento através de um comunicado no Jornal de Angola, mas sem grandes explicações. Como muita gente não lê o jornal, o aviso devia ter passado na rádio e na televisão.

Assim, na segunda-feira (21), no período da manhã, foram surpreendidos pela administração do distrito da Ingombota que ordenou a demolição das suas residências, depois de pôr no terreno as máquinas demolidoras acompanhadas pela Polícia Nacional, Polícia Militar e fiscais da administração local.

Sem dar tempo aos moradores para arrumarem devidamente os seus pertences, estes foram simplesmente escorraçados das suas casas, carregando atabalhoadamente os seus bens e deixados ao relento com os respectivos haveres, sem quaisquer condições de higiene e alimentação.

Os desabrigados reclamavam por falta de água e imploravam para que a administração tivesse um gesto caridoso e lhes mandasse, ao menos, uma cisterna de água. De segunda a quarta-feira, estavam a três dias praticamente sem comer e sem água para beber. Quem quisesse comer tinha que comprar pincho e pão, dormindo ao ar livre, em plena rua, para não perder os seus bens.

A população diz que está a ser retirada de casas maiores, com três ou quatro quartos, com condições criadas, para ser enviada para casas muito pequenas com apenas dois quartos, sem quintais, onde nem a mobília que alguns possuem cabe. Da Chicala 3 para o Zango 4, local em que estão a ser instalados, as pessoas são transportadas em viaturas do tipo Hiace, ao passo que os pertences seguem em contentores de

20 toneladas. No local, cada um fica onde calhar de acordo com a guia de transferência.

A reportagem do Semanário Angolense (SA) testemunhou o triste acontecimento e tentou ouvir uma responsável da comissão de moradores na pessoa da senhora Estrela que, abatida pela situação, não se disponibilizou a falar com ninguém. Registava-se no local uma grande azáfama, uma coluna de pessoas estava perfilada diante das tendas de registo, que se prolongou pela tarde. Em meio a tudo, muita gente estava preocupada sem saber o que comer.

Malabarismos no Zango

Os primeiros populares que chegaram ao Zango 4, começaram de imediato a viver uma situação nunca antes imaginada, ao depararem-se logo à chegada com problemas como a falta de saneamento básico, energia e água, bens que ainda não existem naquela localidade para onde foram atirados.

As pessoas estão preocupadas porque a precariedade das construções, decididamente mal construídas e débeis, a que se alia uma intensa escuridão de noite, pode torna-los alvos fáceis da acção de marginais.

Mas a balbúrdia não terminava aí, ainda haveria muito mais. Como já tem sido prática entre nós algumas pessoas aproveitaram-se da desgraça dos outros para poder satisfazer as suas ambições desmedidas, os responsáveis pela entrega das casas aos novos proprietários encetaram uma encenação que baralhou tudo e todos. Ali mesmo a cunha e a «gasosa» começou a funcionar e a distribuição passou a ser feita de acordo com os seus critérios e não como estava determinado na guia.

Assim, as pessoas que deveriam receber uma residência mais ou menos de acordo com o que perdera, acabaram por ir parar em outra cujo número e condições não correspondia com o que constava na respectiva guia.

É o caso de dona Madalena Agostinho, mãe de cinco filhos e solteira, também desalojada do bairro da Chicala 3, que contactou via telefone o SA para expor a sua situação. De acordo com o seu registo, foi-lhe atribuída a residência com o número C28IE mas, para seu espanto, foi-lhe entregue outra com o número DI8IE. Esta casa não tem a mesma qualidade da que lhe foi atribuída em função da que foi demolida. Por causa disso, a cidadã continua ao relento com os seus cinco filhos menores e carece de muita atenção e cuidados. Quem acode?!

1.1.21 Todos para o Zango

Jornal Acapital

25 De Janeiro de 2014

Manuel José Ngunza, morador da Chikal 11 há mais de 14 anos, está na fila de embarque para o Zango. Entretanto, enquanto espera, lamenta a forma como estão a ser transferidos. Este cidadão, acusa, mesmo, a Comissão Administrativa de Luanda de não lhes ter antecipado a data da saída.

"Não mostraram o tipo de casa que iam dar às pessoas, para sabermos o que devemos, realmente, levar. Vejo vizinhos a reclamarem pelas casas que estão a dar", queixa-se Manuel Ngunza, ele que tinha sua casa própria com quatro quartos, duas salas, duas cozinhas e casa de banho.

"Espero que a vida no Zango seja igual a desses projectos habitacionais que fazem. Pelo menos espero um pouco de dignidade", porque, continuou, "já começo a adivinhar o caos que nos espera, porque não se acautelou o problema de escolas, hospitais e outros serviços.

"Tenho dois filhos estudantes universitários; tenho quatro filhas no ensino de base; já confirmei a matrícula das crianças, porque não sabia de antemão quando é que iríamos sair da Chicala", apontou.

Pelo mesmo diapasão alinha José António, outro morador em vésperas de ser transferido. Segundo ele, quando os fiscais começaram a partir as casas, algumas famílias estavam ausentes das residências, o que agora desembocou num autêntico embaraço na confirmação dos titulares de certas casas.

"Existem vizinhos que estão a passar mal para confirmarem a dimensão das suas residências, porque não estiveram no dia das demolições", pelo que, de acordo com este morador, correm o risco de receber habitações pequenas.

Na rua da nova marginal de Luanda, o registo das pessoas que ainda não receberam as fichas está a depender do primeiro registo que se fez na Casa Técnica.

A transferência dos populares, está a ser feita em camião contentorizados, cujo espaço é repartido por três famílias. Cada uma delas, deve demarcar o lugar a ocupar e controlar os seus haveres até ao local de desembarque.

O semanário *A capital* apurou junto de fontes ligadas ao processo que a transferência dos populares vai beneficiar, na totalidade, aproximadamente, mil e 200 famílias, na Chikala 11 e 544, no bairro Kilombo.

Após a conclusão da mudança de habitações, que está a ser coordenada pelo Gabinete de Cadastramento Habitacional e Realojamento Populacional da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda (CACL), as casas da Chikala 11 e do Kilombo serão demolidas.

Desde a criação da CACL, em 2011, milhares de famílias que viviam em condições de risco em bairros do município de Luanda foram já transferidas para outras áreas habitacionais.

I.1.22 Bento Bento: O Governo não tem casa para todos... é politiquice

Jornal O PAÍS

31 De Janeiro de 2013

Enquanto a nossa equipa de reportagem estava no local a ouvir os populares, o governador de Luanda, Bento Bento, reuniu com o presidente da Comissão Administrativa da cidade, delegados provinciais e a administradora do município da Quiçama.

A reunião extraordinária serviu para fazer alguns acertos, além de distribuir tarefas que visam dar solução ao problema daqueles populares.

O governador começou por justificar a razão daquele (desalojamento rápido, alegando ter recebido orientações superiores.

Bento Bento disse que aquelas pessoas não estão ali para viver em tendas, mas também "o Governo não tem capacidade de dar casas a todos e, todos quantos estão a agitar é mentira, é politiquice". Orientou os líderes locais a não burocratizar o processo de entrega de terrenos, porque poderá queimar muito tempo.

As tendas, segundo o dirigente, são um meio de transição.

Aquelas famílias não deviam ficar mais de 3 dias para receber chapas' pregos, madeira e começar a construir, no seu terreno com dimensão de 15 x 15m - desde que esteja distante da estrada. Será feita ainda uma escola provisória, de chapas, e um hospital.

Segundo o presidente da Comissão Administrativa de Luanda, José Tavares, a empresa que está a dar apoio àquelas famílias no que concerne à cesta básica,

tenciona parar de o fazer, coisa que o governador pediu que fosse superada.

O governador ficou surpreso, no terreno, porque a administração da Quiçama estava a trabalhar sozinha quando deveria ter sido acompanhada pelo MINARS e pelo GPL. Foi destacada alguém, que não se fez presente, dificultando assim o trabalho da Comissão Administrativa.

"Não toleramos este tipo de brincadeira. Como é que nenhum responsável do MINARS se faz presente no acto de alojamento numa população? Depois, quando tomamos medidas querem ir se queixar à imprensa", disse ele.

Acrescentou ainda, para finalizar, que a função da Comissão Administrativa é colocar a população naquele local e cumprir com o compromisso, mas a responsabilidade de coordenação deste processo todo é do MINARS.

I.1.23 Chaves são vendidas à 1 hora da manhã

Jornal O PAÍS

31 De Janeiro de 2014

Enquanto a população sofre no município da Quiçama, por alegada falta de residências no Zango IV; local em que se encontra a maior parte dos ex-moradores do Kilombo, algumas pessoas estarão a vender, às escondidas, as dezenas de casas que ainda não foram habitadas.

Este facto nos foi reportado pelos populares que estão naquela localidade e têm constatado movimentos estranhos no período nocturno, que depois são confirmados ao alvorecer. "Quando damos conta, de manhã, a casa que ontem estava fechada, hoje está a ser habitada por alguém que nunca sequer foi visto no Kilombo. Alguém totalmente desconhecido", disse o cidadão Paulino Tchiana.

Aquele indivíduo tem passado a noite fora, junto dos outros três vizinhos que ainda não receberam as casas, e, quase todos os dias, à 1 hora da manhã têm presenciado negociações de chaves de apartamentos que deviam ser entregues aos desalojados do Kilombo.

"O nosso nome saiu na primeira lista publicada e, ainda assim, estamos a dormir aqui fora porque não nos deram casa nenhuma. Em contrapartida, temos visto uma senhora a fazer negócio das chaves com mulatos e brancos - pessoas que no Kilombo não se encontravam", acrescentou o nosso interlocutor. De

acordo com o nosso entrevistado, o mesmo tipo de negócio também tem sido desenvolvido pelo filho do dono da empresa que presta o serviço de segurança privada às casas do Zango IV; pois "também foi visto a entregar três chaves a duas senhoras mulatas", disse ele, que estava no seu bairro antigo há 12 anos.

As casas que estão a ser comercializadas são as que se encontram depois de uma vedação de arame, que, segundo os populares foi colocado recentemente, para as separar das outras residências (em que habita a maior parte do sexo-ilhéus).

"As casas são boas, mas aquecem muito"

Apesar da sua nova residência ser melhor, em relação à antiga, a dimensão da mesma preocupa o cidadão Fernando Kuamba.

A casa feita de contraplacado tem 2 quartos, um corredor e um quarto de banho, e a família daquele cidadão é composta por sete pessoas.

Preocupa-lhe também o facto de ainda não existir aí uma escola e não sabe o que fazer com os 3 filhos em idade escolar. "Apesar de termos falta de energia e a casa aquecer muito, estamos melhor aqui", acrescentou ele que foi beneficiado na primeira lista publicada.

I.1.24 Comissão de moradores perdeu autoridade

Jornal O PAÍS

31 De Janeiro de 2014

O bairro do Kilombo, segundo Maximino Aleixo, presidente da comissão de moradores, sofreu mais de 4 processos de cadastragem. O primeiro e o segundo foram feitos por aquela comissão, mas o terceiro quem o fez foi o Ministério da Habitação.

Em 2005 tinham um total de 750 famílias e o desalojamento estava previsto para acontecer depois de 4 meses. Não se fez, até o ano de 2010 altura em que aparece o MINARS a cadastrar. O número de famílias passou para 2156 até o ano de 2013.

A comissão foi dando conta de que havia pessoas a se infiltrar no bairro, mas não podia fazer nada porque quem estava a dirigir o processo era, alegadamente, um grupo da Casa Militar, dirigido por uma senhora identificada por Da Helena. Neste grupo, segundo Maximino, não havia nenhum membro da comissão dos moradores do Kilombo.

"Fomos todos expulsos, disseram que o nosso mandato terminou e que não devíamos intervir em

nada, para evitar problemas. Hoje, ouço que os moradores querem a minha cabeça, mesmo sem saberem o que realmente aconteceu", contou.

O nosso interlocutor acrescentou ainda que "aquela senhora é quem está em frente no processo de distribuição de casas no Zango IV e só consulta o comissário quando há um número, por exemplo, que abrange duas ou três pessoas com o mesmo nome. "Sou chateado até às zero horas por isso, para outras coisas não querem saber de mim. Temos visto pessoas a se infiltrar, pessoas que não são moradores do Kilombo, mas ainda assim a minha voz não é ouvida juntou.

I.1.25 Ex-moradores do kilombo dizem que foram atirados no mato

Jornal O PAÍS

31 De Janeiro de 2013

São 1048 famílias que estão na Quiçama, segundo uma lista publicada pela Comissão Administrativa de Luanda, no dia 23 de Janeiro, Sem antes terem sido criadas as condições básicas de alojamento, a maior parte destas foi transportada para o local, que estava ainda a ser capinado, segundo o que contaram os cidadãos, quando chegavam.

Não entendem a razão de tanta pressa em serem desalojados do Kilombo, pois, muitos não conseguiram sequer tirar os seus pertences porque a polícia os impediu, relatam. Esta pressa fez com que a maior parte dos moradores ficasse sem o nome na lista dos beneficiários, tanto de casa quanto de terreno, segundo se queixam.

A primeira lista publicada por aquela comissão, tomava conta que seriam contempladas, com uma casa no Zango IV; 548 famílias. Ainda assim, há quem não recebeu casa, mas foi alistado e, por conseguinte, indivíduos que não foram identificados como moradores do Kilombo, beneficiam de residências.

Quem viu o bairro crescer, como é o caso de Avelino Lucas, morador há 17 anos, que pelo menos devia ter o nome na "lista dos terrenos", foi ultrapassado no tempo e no espaço.

"Nem na primeira nem na segunda lista o meu nome saiu, mesmo depois das 4 cadastragens feitas", disse.

Mesmo com um futuro incerto, aquele cidadão arriscou tudo para estar na Quiçama com a sua família e merecer uma parcela de terreno, já que também foi morador do Kilombo. "Aqui tem muitos que não moravam no nosso bairro e uma das provas

é só ver que o dedo dos pés dos seus filhos não tem 'bitacaia' infecção que afecta quase todos naquela zona", reforçou.

Cobras atacam e fazem vítima A zona em que se encontram acampados aqueles cidadãos está rodeada de capim e pequenos arbustos, é tórrida e tem muitos mosquitos, segundo o que constatamos. De acordo com os populares, uma criança foi vítima de picada de cobra, não resistiu e acabou por morrer no dia 24 quatro dias antes de ser colocada uma ambulância ao local.

Sobre este facto, Inês Cipriano, também vinda do Kilombo, acrescentou que a família da criança abandonou o local, deixando as suas mobílias, depois daquela triste ocorrência. Um dia depois, um grupo de

jovens matou 2 cobras que estavam prestes a atacar uma jovem enquanto fazia necessidades fisiológicas no capim, por falta de WC, na altura.

Aqui, não é sítio para "viver com criança", disse Bernarda Adriano, que alega estarem a ser tratados como se fossem cães, quando "também somos cidadãos angolanos". Lá no Zango, reforçou ela, tem muitas casas fechadas e "ouvimos que estão a ser vendidas até 12 mil dólares".

Reclamou também o facto de estarem muito distante do povoado, além de desconfiar que os dois autocarros da TCUL, que há dois dias os têm apoiado, venham a desaparecer depois de algumas semanas.

"Não temos nada aqui, todas as nossas coisas ficaram. Estão a nos dar uma 'metadinha' de pão com fiambre/ queixo e, para cada um, um bidão de água mineral (1,5 litro). Esta comida é que nos aguenta o dia todo. Há quem consegue uma fezada na merenda dos polícias, mas com confusão", disse uma cidadã que preferiu não se identificar.

Uma tenda para IS pessoas

No local, está a ser feito um novo cadastro para a entrega de tendas, já que o número de cidadãos dormindo ao relento ainda é bastante elevado. Estão albergadas, segundo os relatos dos nossos interlocutores, numa As mobílias estão a desaparecer e o pouco tenda, 15 pessoas.

Avelino Lucas disse estar chateado porque foi colocado numa tenda de homens e separado da sua mulher.

Este cidadão acrescentou ainda que está há uma semana sem trabalhar, porque para chegar até à Ilha

de Luanda (seu local de trabalho) terá de desembolsar 1500,00kz só em transporte.

Os entrevistados foram unânimes em dizer que o presidente da comissão de moradores do Kilombo os traiu, pois quem realmente devia merecer casa está naquela situação. "O Sr. Maximino está a nos fugir porque sabe o que fez. O povo está zangado com ele e, se não fosse a sua mulher quem o alertou para não vir aqui (na Quiçama), seria pego".

I.1.26 Familiares clamam por apoio do Governo para soba do Buraco

Jornal O PAÍS

31 De Janeiro de 2014

Filhos, sobrinho OS e netos do soba do bairro Buraco, município de Belas em Luanda, Francisco Bernardo, queixaram -se a O PAÍS, na manhã de Quinta-feira, 30 de Janeiro, por não estarem a receber apoio do Governo para tratar da doença, por si considerada estranha, do pai, tio e avô, que já se encontra cego há um bom tempo.

"O meu pai ficou cego, ninguém o ajudou, agora está com esta doença misteriosa, que lhe pôs a pele assim, parece com escamas e não tem apoio do Governo, não é justo, porque ele trabalhou toda vida para o povo, em nome do Estado", reclamou Fátima Francisco, uma dos seis filhos, acrescentando que a epidemia o obriga a coçar-se a toda hora e momento, o que vai tornando o seu corpo bastante esbranquiçado.

A olho nu, é possível observar uma camada rijia a sobrepor-se à pele do corpo, sobretudo nos membros inferiores e na cabeça, as partes que mais lhe dão comichão, segundo fez entender o mais velho, que já tem dificuldade em pronunciar uma palavra em condições. Quando se esforça por fazê-lo, vê-se obrigado a cortar a palavra ao meio, complicando, deste jeito, ainda mais o problema dos desalojados.

A filha informou que o seu pai já não consegue andar, nem fazer outras coisas sozinho, necessitando, para o efeito da ajuda de alguém. Chamou ainda a atenção para o facto de o doente ter as quatro filhas como um factor de protecção e de assistência máxima.

"É nessas situações que se vêem quem são os verdadeiros filhos e o velho teve a grande sorte de ter quatro meninas", acentuou, acrescentando que ela e as irmãs estão a fazer tudo para não faltar nenhum apoio ao pai.

Francisca Bernardo, outra filha, referiu-se aos custos nos hospitais de Luanda, estimando-os em mais de cem mil Kwanzas, principalmente nas clínicas Multiperfil e Pedra Santa, ambas situadas no bairro Morro Bento.

"Já gastámos muito em consulta nessas clínicas e estou a ver que ainda vamos gastar mais" ,avaliou Francisca Bernardo, tendo alegado que, em circunstâncias normais, o Governo devia apoiar o doente.

Visivelmente agastada com a situação, Francisca recordou os tempos em que o bairro não tinha coordenação' sendo que todas as tarefas político-administrativas estavam entregues ao soba Francisco Bernardo, actualmente privado de movimentação de trabalho.

Francisco Bernardo, o soba em causa, deixou de exercer o seu ministério na íntegra, devido ao peso da idade e às consequentes limitações ao nível de saúde, alegadamente causadas pela fase etária, uma vez que o idoso se encontra às portas dos 90 anos de idade.

"O pai já tem 89 anos, desde que atingiu 81 que ele não conseguia mais movimentar-se como antes, por isso teve de deixar os trabalhos da comunidade' para ficar a descansar mais em casa", retomou a palavra Fátima Francisco, tendo adiantado que antes da última idade referida por si, o soba Francisco Bernardo ainda andava a resolver certas situações da comunidade do Buraco.

Apesar das limitações, o considerado decano dos sobas não deixa de ser o legítimo representante dessa área pesqueira da costa luandense, porquanto o sobado se deixa apenas com a morte, mesmo nas circunstâncias em que alguém se submete a exercer o seu trabalho na comunidade.

A par disso, vale lembrar que circulam entre os moradores do Buraco informações que justificam a nova posição do soba Miguel Neto, actual secretário dos sobas, que é sobrinho do velho Francisco Bernardo, como uma compensação a favor do tio. Na cultura africana os sobrinhos são herdeiros legítimos dos bens e do trono.

Miguel Neto, que se destaca como líder do sobado do bairro Ramiro, tem sido o veículo da administração Municipal de Belas, tendo já levado, em nome desta repartição do Governo da Província de Luanda (GPL), duas caixas de fraldas descartáveis e um cabaz de natal em cada quadra festiva.

De acordo com as filhas do doente, o seu primo dificilmente efectua visitas ao tio. Elas afirmaram que o soba do Ramiro pode passar um mês ou mais

tempo sem ter um contacto directo com o irmão de sua falecida mãe.

Igual falha apontam ao coordenador do bairro Buraco que, como se não bastasse, dizem andar de costas viradas ao velho, faz muito tempo. Questionado se, enquanto esteve no activo, o octogenário se sobrepunha à coordenação do titular, Fátima Francisco e Francisca Bernardo, disseram que o velho era amigo de todos.

O Buraco localiza-se entre o Mussulo e o Tapo, próximo da ADPP, Ramiro, sendo considerado como o ponto de passagem dos turistas e automobilistas que, por via terrestre, rumam para essa que é tida como a maior ilha da província de Luanda.

I.1.27 Morador da Chicala aflito

Jornal de Angola
31 De Janeiro de 2014

Eu moro na Chicala há mais de 20 anos numa casa de blocos que eu mesmo construí, quando estava nas extintas FAPLA. Na altura, o terreno estava desabitado. Naquele tempo, muitos angolanos deixaram as suas terras, devido à guerra, e refugiaram-se em Luanda.

Com a paz, continuámos a viver na mesma zona, por falta de meios para regressar às nossas zonas de origem. Agora, a nossa presença na Chicala está ameaçada de despejo. Ouvimos dizer que nos querem realojar no Kilamba, mas não há certeza. Também ouvimos dizer que nos vão tirar daqui sem garantia de realojamento.

Estou aflito, não apenas por mim, mas também pela minha família. Além da minha esposa, desempregada, tenho quatro filhos matriculados na escola. Não sei o que vai ser de nós.

I.1.28 Morador da Chicala aflito

Jornal de Angola
31 De Janeiro de 2014

Eu moro na Chicala há mais de 20 anos numa casa de blocos que eu mesmo construí, quando estava nas extintas FAPLA. Na altura, o terreno estava desabitado. Naquele tempo, muitos angolanos deixaram as suas terras, devido à guerra, e refugiaram-se em Luanda.

Com a paz, continuámos a viver na mesma zona, por falta de meios para regressar às nossas zonas de origem. Agora, a nossa presença na Chicala está

ameaçada de despejo. Ouvimos dizer que nos querem realojar no Kilamba, mas não há certeza. Também ouvimos dizer que nos vão tirar daqui sem garantia de realojamento.

Estou aflito, não apenas por mim, mas também pela minha família. Além da minha esposa, desempregada, tenho quatro filhos matriculados na escola. Não sei o que vai ser de nós.

I.1.29 Demolições provocam ira do povo em Cabinda

Semanário Terra Angolana
Janeiro de 2014

Governo e a população no Enclave rico em petróleo estão de costas viradas, por causa das demolições que o executivo da Alclina da Lomba entendeu levar a cabo em prejuízo das populações, no bairro Resistência. Como de hábito, nessas circunstâncias, o governo não notificou as populações sobre a sua intenção e nem manifestou intenção de dialogar. Para a surpresa dos moradores, nos dias 27 e 29 de Dezembro, portanto no calor das Festas de Natal e Ano Novo, eis que urna coligação de policiais e fiscais começaram a demolir as residências de populares, gerando um mal-estar e muita revolta.

O governo provincial diz que pretende construir no local uma Mediateca que para bons governantes seria motivo suficiente para um diálogo que resultasse num acordo que beneficiasse as partes.

Os populares não acreditam nas explicações do Governo e acusam-no de praticar discriminação, porque na mesma área cobiçada vivem outras pessoas que por serem do MPLA não foram tocadas, são os casos da mãe e irmão da governadora do irmão Euclides da Lomba, do secretário provincial da cultura e do membro do comité central do MPLA com empreendimento na área que foram mexidos.

As 14 famílias que resistem no local prometem não arredar o pé, exigindo que o governo as indemneze, algo para o qual o executivo de Da Lomba não parece preparado nem disposto.

As vítimas do martelo demolidor, conscientes dos seus direitos de cidadãos endereçaram carta ao governo provincial em que deixam claro que não vão abandonar o local. A referida missiva foi entregue a Governadora de Cabinda pelo Advogado Arão Tembo.

I.1.30 Demolições provocam ira do povo em Cabinda

Semanário Terra Angolana
Janeiro de 2014

Governo e a população no Enclave rico em petróleo estão de costas viradas, por causa das demolições que o executivo da Alclina da Lomba entendeu levar a cabo em prejuízo das populações, no bairro Resistência. Como de hábito, nessas circunstâncias, o governo não notificou as populações sobre a sua intenção e nem manifestou intenção de dialogar. Para a surpresa dos moradores, nos dias 27 e 29 de Dezembro, portanto no calor das Festas de Natal e Ano Novo, eis que urna coligação de policiais e fiscais começaram a demolir as residências de populares, gerando um mal-estar e muita revolta.

O governo provincial diz que pretende construir no local uma Mediateca que para bons governantes seria motivo suficiente para um diálogo que resultasse num acordo que beneficiasse as partes.

Os populares não acreditam nas explicações do Governo e acusam-no de praticar discriminação, porque na mesma área cobiçada vivem outras pessoas que por serem do MPLA não foram tocadas, são os casos da mãe e irmão da governadora do irmão Euclides da Lomba, do secretário provincial da cultura e do membro do comité central do MPLA com empreendimento na área que foram mexidos.

As 14 famílias que resistem no local prometem não arredar o pé, exigindo que o governo as indemneze, algo para o qual o executivo de Da Lomba não parece preparado nem disposto.

As vítimas do martelo demolidor, conscientes dos seus direitos de cidadãos endereçaram carta ao governo provincial em que deixam claro que não vão abandonar o local. A referida missiva foi entregue a Governadora de Cabinda pelo Advogado Arão Tembo.

Provoca interrogações aos populares, o facto de Mediateca ter já um espaço para a sua construção há mais de dois anos, no Cais Litoral ao lado das futuras instalações do Centro Universitário 11 de Novembro. Populares desconfiam com existência de interesses privados por trás das demolições das suas residências.

1.2 FEVEREIRO 2014

1.2.1 Se não nos darem casas vamos ser bandidos

Jornal Folha 08

01 De Fevereiro de 2014

O celeuma, um mais, na longa avenida da brutalidade habitual deste governo que nos brinda, desde 1975, com actuações de uma prática, pior que a colonial, quanto a expulsão compulsiva da maioria de cidadãos pretos/pobres, considerados de segunda classe, logo sem o cobertor dos Direitos Constitucionais.

No caso concreto, emerge a última medida, discricionária/administrativa da Comissão Administrativa de Luanda, que demoliu as "suas" residências, atirando-os, desde o 22.01.14, para zonas descampadas do Zango 4 e da Kissama, não aconselhadas nem aos animais, melhor, os cães dos actuais governantes vivem melhor e com mais direitos.

Em pleno século XXI, a permanente exclusão e discriminação de cidadãos arredando-os das precárias residências, por inexistência de outras, erguidas por um Estado cada vez mais autoritário, viola descaradamente, o espírito e a letra do art.º 85.º da CRA (Constituição da República de Angola): "todo cidadão tem direito à habitação e a qualidade de vida".

Aqui chegados se nota, não só a insensibilidade, mas o desconhecimento das leis e daí, uma certa irracionalidade destes senhores, que nem curam de cumprir as leis, alegadamente, por eles feita e aprovada.

Assim não se sabe com que ferramentas do Direito Administrativo, trabalha José Tavares e a sua turma, quando tratam da espoliação. É verdade que o que vem contando é o direito da -arrogância governativa e da bajulação e culto de personalidade, que vai descambando para o mesmo precipício do da Coreia do Norte.

O local onde foram transferidos os ex-habitantes do bairro Quilombo, Chicala 1, onde o poder quer construir uma baía imobiliária, para os cada vez mais ricos e estrangeiros, que não se podem, na sua miope e colonial visão, misturar, com os pretos pobres, não tem as mínimas condições de habitabilidade humana "É uma zona para animais, até o soba da Kissama, aconselhou-nos a abandonar o local", denunciou J. Mona, hoje "tendizado" no Zango 4.

No entanto, o mais grave no rolo destes crimes públicos é o cinismo político, as mentiras e ilusões apresentadas no período eleitoral, pelo partido do governo, que imediatamente a seguir, refastelado no poder, as manda para o esgoto, passando a tratar os eleitores pobres e os afastados do poder, de forma desprezível. "Eles nem têm em conta que nos mandam para zonas sem transportes públicos, e com candongueiros difíceis, sem unidades de saúde e escolas para os nossos filhos. Numa só palavra mandam-nos ao desemprego", acusa Joaquim Lourenço, lançando o seguinte alerta: "se o governo entende que não tenho direito à habitação, então, vou preferir ser bandido para ter casa própria", concluiu.

A mesma situação de desespero está José Luís, armador e pescador de carreira, que vivia no Kilombo desde a terra idade, "onde aprendi a profissão até me tornar mestre e ter comigo cerca de 10 jovens a trabalhar nas minhas embarcações, que nesta situação, estão paradas, mas tenho de continuar a pagar impostos", denunciou, acusando o governo de malfeitor, pois desgraça os pobres para beneficiar os ricos e estrangeiros, contribuindo desta forma, para o aumento da delinquência.

O jurista Gil André, considera "irresponsável este acto da Comissão Administrativa de Luanda, dirigida pelo general José Tavares pois irá contribuir para a instabilidade social e o surgimento dos excluídos ou cidadãos de segunda classe, para além do acto violar o artigo 85º da CRA".

Por outro lado, advoga, a Comissão Administrativa de Luanda, pisoteou o artigo 23º CRA, que prevê direito de igualdade a todos, por atribuir residências a algumas famílias e excluir outras, motivo que levou a um confronto entre moradores.

"Uma senhora a quem foi atribuída a casa nº 0171, nunca viveu no Kilombo, nem lá tem filhos ou familiares, mas beneficiou em detrimento dos moradores que estão a viver ao relento. É isso que nos vai levar a uma nova guerra, pois são muitas injustiças", disse Adão da Costa.

1.2.2 Só angolanos admitem tamanha humilhação

Jornal Folha 08

01 De Fevereiro de 2014

Famílias inteiras foram arrancadas do Kilombo desde a madrugada do dia Não há razões absolutamente nenhuma para tanta crueldade. O nosso petróleo vale muito, mas não tanto como a nossa gente. O mundo que beneficia das nossas riquezas deveria se

preocupar em saber como este governo atropela os direitos do cidadão desta terra que fornece tais produtos.

As condições em que vivem as mulheres e crianças sobretudo, são insuportáveis, e só um povo humilde e pacífico, como é o angolano pode aceitar tamanha humilhação e sofrimento.

Não há pressa para o luxo, há sim muita pressa para dar de comer, dar água, dar energia eléctrica, dar assistência médica, educação e habitação condigna a este povo que há 500 anos jamais parou de sofrer e ser humilhado.

Podia-se muito bem evacuar os habitantes de forma faseada e cada família ser direccionada para uma habitação digna disso mesmo e não escorraçados e atirados para a promiscuidade que o próprio PR se vangloriou em condenar.

Se assim procedessem, também facilmente teriam detectado aqueles que se aproveitam da miséria dos outros para se enriquecerem. A Administração de Luanda diz que muita gente engana, fingem-se de desalojados somente para obter casas onde nunca vão habitar, mas de certeza absoluta quem engana não é o pobre que foi atirado como animal para junto dos selvagens; são aqueles que conhecem os esquemas, aqueles que estão no mesmo governo. Agora, sentenciar a pobre gente por causa de meia dúzia de pessoas burladoras que já têm casa e querem se aproveitar da situação não está correcto. Repetimos, estes burladores estão no seio do governo. As pessoas lançadas para este descampado da Cabala em Quissama, voltaram aos tempos primitivos, "na era moderna". Esta situação de Cafarnaum justificava-se em tempo de guerra, hoje é largamente condenável. As vidas daquela gente esta bloqueada, aquelas criaturas pararam no tempo. E o Governador Provincial que para lá se deslocou dia 29 de Janeiro, mas manteve--se distante da realidade, também constatou e foi vaiado pela hipocrisia. Como se explica, lançarem pais, mães, filhas e filhos a viverem numa mesma tenda de cerca de cinco metros quadrados, para digamos: sete famílias, nesta composição?

Foi depois de receber esta triste ocorrência que o Presidente da CASA Abel Chivukuvuku se deslocou a frente de uma Caravana ao local para demonstrar solidariedade. Postos lá, foi barrado por um aparato de polícias pronto a tudo. Foi usada muita brutalidade como sempre a polícia nos habituou nos últimos tempos. Cerca de 30 homens armados 04 carros de transporte de polícias idas da Divisão do Kazenga e do Icole e Bengo, 02 helicópteros, formaram um cordão e não permitiram o acesso aos sinistrados do grupo que acompanhava o Presidente.

Contudo o Presidente da CASA, em companhia da Deputada Odete Ludovina Joaquim e seu chefe de Gabinete Milu Tonga, furaram a barreira até as tendas, pôs nada por Lei o interditava.

Depois de ter penetrado nas tendas, constatado a desgraça, Abel Chivukuvuku manifestou sua indignação ao responder as perguntas dos jornalistas que acompanharam a caravana.

I.2.3 Realojados vendem moradias no Zango

Jornal de Angola

06 De Fevereiro de 2014

Alguns ex-moradores do KI-lombo, na Chicala 2, que foram realojados no Zango 4, venderam ou arrendaram as casas que lhes foram entregues pelo Estado, no âmbito do Programa de Realojamento de Famílias em Condições de Risco.

A situação foi denunciada pelo vice-governador para a Área Política e Social, Adriano Mendes de Carvalho, que confessou a desilusão sentida pelo Governo Provincial de Luanda.

Em conferência de imprensa realizada para dar a conhecer o número de famílias realojadas no Zango 4 e na Cabala foi divulgada uma lista com o nome de 17 indivíduos desalojados do Kilombo, que venderam ou arrendaram as moradias que lhes foram dadas no Zango 4.

"O Governo Provincial de Luanda constatou com tristeza que das mais de 1.700 moradias distribuídas, 32,5 por cento já foram vendidas e outras arrendadas", afirmou Adriano Mendes de Carvalho, que garantiu depois que as autoridades da província de Luanda não vão permitir que estas acções de má-fé prossigam, pelo que vai punir as pessoas que assim procederem.

Muitas famílias, perante as medidas anunciadas de realojamento, mandam vir pessoas de outras províncias para, de forma oportunista, beneficiarem destas moradias, acrescentou o vice-governador, que pediu a todas as famílias que estão a ser realojadas para denunciarem aqueles que tenham este tipo de comportamento.

Entrega de terrenos loteados

Para desencorajar as ocupações ilegais e desordenadas, o Governo Provincial de Luanda decidiu entregar terrenos loteados e chapas de zinco a todos os que forem desalojados de casas de chapa.

Esta medida já foi adoptada com famílias que estavam no Kilombo e foram realojadas na Cabala, na sequência de um estudo sobre o modo de vida delas, que reside na pesca e agricultura.

"Transferimos essas famílias para a Cabala, no município do Icolo e Bengo, por se tratar de uma área onde podem desenvolver actividades como a agricultura, pesca, artes e ofícios, e beneficiar de vários serviços sociais", explicou o vice-governador de Luanda para a Área Política e Social.

1.2.4 Demolições vão ao Parlamento

Jornal Manchete

07 De Fevereiro de 2014

Grupo parlamentar da CASA-CE vai instar o presidente da Assembleia Nacional por causa dos desalojamentos que o governo angolano está a efectuar.

Abel Chivukuvuku prometeu uma CASA mais acutilante este ano, depois de na semana passada ter ido ao bairro da Quissama para onde foram transferidos populares, retirados das suas casas no Quilombo e colocados em tendas. Numa tenda estão a viver no mínimo treze pessoas. Chivukuvuku escreveu uma carta ao Presidente da República para verificar no qual as condições em que se encontram a viver as pessoas. O presidente da CASA-CE garante que a sua bancada parlamentar vai levar este assunto a debate no Parlamento.

"O grupo parlamentar da CASA-CE vai accionar a Assembleia Nacional porque esta tinha aprovada uma resolução que dava sugestões ao Governo como deve efectuar movimentações de cidadãos e o Governo não tem respeitado esta resolução da Assembleia Nacional", disse o líder da coligação.

Chivukuvuku assegura também que vai propor a deslocação de uma delegação parlamentar ao bairro da Quissama.

"O nosso grupo parlamentar vai sugerir também que um grupo de deputados se desloque a Quissama, eles são representantes do povo então é este povo que sofre que eles devem visitar e constatar", continuou.

Em relação à carta dirigida ao Presidente da República Chivukuvuku disse não ter obtido ainda nenhuma resposta, mas promete que dentro de dias vai voltar a visitar a Quissama.

Por isso, diz que vai "esperar até ao princípio da próxima semana para ver se o Presidente vai ou não ver as condições dos cidadãos que estão na

Quissama". E durante a próxima semana vai voltar lá para ver se houve alguma alteração ou não.

1.2.5 30 De Dezembro

Jornal Folha 08

08 De Fevereiro de 2014

A Rádio Ecclesia informa que um indivíduo intitulado secretário-geral do MPLA, anda na espoliação de terrenos dos camponeses em Viana, para construção de residências. O administrador diz desconhecer o acontecimento. Claro que o clima é de tensão. Pessoalmente não me é difícil perceber que por trás disto estão cidadãos estrangeiros.

Por exemplo, grande número de portugueses está na especulação imobiliária. Como conseguem o dinheiro para alugar apartamentos por cinco mil dólares mensais?

09.01 Horas. Repórter da Rádio Ecclesia informa que há um forte tumulto na cadeia de Viana. Os reclusos revoltaram-se contra os guardas. Há tiroteio e lançamento de gás lacrimogéneo. O trânsito está interrompido. A zona da cadeia é definida como extremamente calamitosa.

1.2.6 Ex-moradores da Chicala-3 abandonados no Zango

Semanário Angolense

08 De Fevereiro de 2014

As suas residências eram maiores em relação as que estão a ser distribuídas, lamentam os cidadãos e, como se não bastasse, as mesmas são de muito pouca qualidade, têm o tecto muito baixo, o que constitui um sério perigo para as pessoas altas. As casas são compostas por dois pequenos quartos de um metro e meio de lado e um minúsculo quarto de banho.

O Semanário Angolense (SA) esteve no terreno e constatou que as casas, não estão realmente bem acabadas e falta construir a sala, a cozinha e mais um quarto, tudo de dimensões bastante diminutas. Para além das casas não terem sido acabadas, os espaços são muito pequenos e nem cabe a mobília e haveres dos cidadãos. Pela marcação das partes não construídas, nota-se que as construções estão assentes apenas em blocos de areia e cimento, sem qualquer tipo de cabouco, o que periga a vida dos moradores sobretudo em épocas de chuva.

Desgastados com toda esta situação e sem meios financeiros, ainda foi dada à população a responsabilidade do acabamento das suas «mini-

residências». Pessoas há que desde o dia 22 de Janeiro até a presente data, têm os seus haveres ao relento porque simplesmente não cabem nas diminutas dimensões das ditas casas. Algumas famílias também dormem ao relento porque pelo número dos seus membros também não cabem no interior das mesmas.

Alguns populares aproveitaram para denunciar que algumas das casas que eram destinadas para eles já estavam ocupadas, fruto de um esquema dos próprios distribuidores. «Há quem recebeu as chaves de residências que já foram ocupadas por -outras pessoas alheias ao nosso processo.

Quando abriram a porta já as encontraram com haveres de outros.

Depois disso foi-lhes entregue outras casas mas com problemas nas portas, janelas a até mesmo no tecto», afirmam.

O SA contactou o órgão responsável, no terreno, pela distribuição das residências e, o senhor Santana, tentou explicar a situação de algumas pessoas a quem, foram entregues residências diferentes das que constam nas guias.

Santana alegou que a situação deveu-se ao facto de algumas casas estarem já com problemas de degradação, enquanto que outras estão sem as respectivas chaves.

Entretanto, os cidadãos trasladados da Chicala 3 afirmam que estão a ser vítimas de «cambalacho» e tudo não passa de manobras aproveitacionistas de indivíduos sem escrúpulos que sempre tiram benefício das desgraças dos outros. «Por isso há antigos vizinhos nossos que, por terem dinheiro, ou 'padrinhos na cozinha', estão a ir para outros locais do Zango, como no Zango 2, onde as condições e as casas são muito melhores», acusam.

I.2.7 Governo combate construção desordenada

Jornal de Angola

12 De Fevereiro de 2014

O Governo Provincial de Benguela dá prioridade às acções que visam combater a construção desordenada e à criação de um centro produtivo, anunciou o governador Isaac dos Anjos, que discursava durante um encontro com membros do conselho de auscultação e concertação social, convocado para analisar o estado de conservação e desenvolvimento de Benguela.

O governador Isaac dos Anjos disse que tal como o Lobito, o município sede da província também está a debater-se com falta de terrenos. Reiterou a necessidade se conquistar espaços e preservá-los.

Para isso é necessária uma boa gestão do território, em termos de ocupação útil, para evitar a diminuição da superfície agrícola e garantir que mais pessoas continuem a habitar a cidade.

Isaac dos Anjos salientou que, apesar de Benguela ser uma cidade centenária, não fica de fora dos problemas ligados à ocupação ilegal de terrenos, alguns com papéis passados, desde 1813. Daí considerar que Benguela "é uma região de conflitos de terras".

Com vista a dar solução a esta situação, o Governo Provincial optou por transformar terras menos produtivas em áreas residenciais.

Numa área de 5.000 hectares, localizada a Sul da cidade de Benguela, começa a nascer uma nova urbanização, cujos primeiros moradores receberam os títulos de concessão, durante a visita efectuada ao local pelo governador Isaac dos Anjos. As ruas têm entre 28 e 60 metros de largura. Existem lotes até mil metros quadrados. A centralidade é dez vezes maior que a área onde foi construída a velha cidade de Benguela que tem apenas 400 hectares.

A zona da Graça, por exemplo, na parte mais alta da cidade Benguela, é outra das áreas onde vai evoluir a urbanização da cidade, pelo facto de haver uma grande disponibilidade de terrenos na zona localizada entre a fábrica de cimento "Cimenfort" e as Bimbas, informou o governador Isaac dos Anjos.

"Aí vamos chamar de novo as terras ao seu dono, que é o Estado.

Depois vamos criar lotes urbanizados e infra-estruturados", explicou o governador de Benguela. "Já estão a ser feitos o levantamento, planeamento, avisos de loteamento e talhonamento, para a sua publicação em Diário da República. Só depois autorizamos a venda", disse.

I.2.8 Ensino dos filhos dos desalojados de Caxito demora a chegar

O País

14 De Fevereiro de 2014

Pais e encarregados de educação realojados nas tendas de Caboxa, em Caxito, província do Bengo, as segundas cabanas que enfrentam depois das de Mabubas, decidiram levar as crianças aos bairros de

origem e arredores, para vê-las frequentarem as aulas, que tiveram início efectivo na Quinta-feira, 6, um dia depois do acto que arcou a abertura oficial do ano lectivo 2014 ter sido presidido pelo vice-presidente da República de Angola, Manuel Vicente, em Menongue no Kuando Kubango.

A decisão resulta do facto de estar a demorar a colocação de salas adaptadas para as aulas da classe estudantil no novo centro de acolhimento 25 de Dezembro.

"Quando nós entrámos lá nas Mabubas, eles disseram que, tão logo começassem as aulas, os nossos filhos iam, imediatamente, à escola, mas nosso espanto foi verificar um movimento de cadastramento para obtenção do registo civil a condicionar a programação de inserção dos petizes em turmas adaptadas", queixou-se uma senhora, que pediu para o seu nome não ser citado nestas linhas, temendo duras represálias, como fez questão de desabafar.

Para ela, o registo dos miúdos não tem razão de ser uma vez que a alternativa escolhida passaria pela montagem de uma tenda, que funcionaria temporariamente como sala de aula, enquanto se esperava por melhores condições.

A encarregada, que propôs a «Cidadela de crianças» da ADPP, por sinal localizada próxima do centro dos desalojados de Caxito, em Caboxa, considerou ainda que o Governo não pensou em medidas ajustadas, por não ter contemplado a instituição cuja vocação é formar professores, onde ela acha que deviam solicitar professores para o efeito.

De acordo com a referida encarregada, «Cidadela de crianças» é um espaço que se encontra dentro da ADPP, que serve, ao mesmo tempo, para as crianças prenderem e para os professores estagiários aplicarem, na prática, instruções recebidas na Escola de Professores do Futuro (EPF).

Os seus vizinhos, ouvidos por O PAÍS, alegaram não acreditar muito nas promessas do género, pelo facto de o Governo local ainda não ter definido se vai construir casas para os desalojados ou não.

"Se ainda não há um projecto de construção de residências para nós, quanto mais de uma escola que precisa de atender compartimentos específicos e adaptados para o ensino", questionaram, argumentando ter sido esta a razão principal que os fez regressar com os filhos a Caxito, a fim de não perderem o início ou mesmo todo ano lectivo.

No centro de acolhimento de Caboxa, que manteve o nome de 25 de Dezembro, era notória a pouca movimentação de crianças, pois as poucas, no

terreno, ou estavam próximas dos pais ou brincavam livremente pelo espaço ali criado, interrompidos, de quando em quando, pelos encarregados cuja preocupação se

resumia em não quererem ver os seus filhos próximo de árvores e arbustos. As cobras foram apontadas como os animais que mais atravessam a mata em direcção às tendas das vítimas das chuvas de Natal, como também são conhecidos nestas paragens de Caboxa.

Transferidos sem os intrusos

Quando este jornal retractou sobre a situação dos referidos sinistrados, na altura realojados na zona da Mabubas, próximo da empresa Angospencer, que, por sinal, havia cedido um pouco do seu espaço, onde se ergueram tendas de várias espécies, os moradores haviam-se queixado da existência de intrusos, que se sobrepunham aos verdadeiros sinistrados, nos momentos de recepção da comida, por exemplo, por serem mais robustos em relação aos desalojados.

"Ao passarmos para Caboxa, esses indivíduos não arriscaram meter-se no nosso meio, nem reclamar que estiveram muito tempo connosco, sumiram sem deixar rastros" disse um cidadão, que, embora não tenha aceitado identificar-se, deixou indicações de ser um dos responsáveis do centro 25 de Dezembro .

Aliás, momentos depois, começou a falar com muita profundidade sobre o programa de segurança da área, tendo informado que a polícia está sempre lá, à entrada do 25 de Dezembro. Outra explicação por si dada foi sobre a eficiência na distribuição de alimentos, como arroz, feijão, óleo e fiambre, cujos sacos e caixas se viam amontoados no terreiro. Uma garantia contestada por uma sua vizinha, segundo a qual o quite só era entregue às famílias uma vez por mês.

Água e energia eléctrica estão disponibilizadas, de tal forma que, actualmente, este último bem, produzido por um gerador de 17.5 Quilovolts-amperes, permite assistência de televisão. No centro há ainda um posto médico, que conta com dois enfermeiros por dia.

1.2.9 Comissão Administrativa de Luanda 'Cada família vai receber apenas uma casa'

O País

14 De Fevereiro de 2014

Quando a nossa equipa de reportagem chegou ao local, encontrou uma senhora que contestava junto do representante da Comissão Administrativa de Luanda, Tadeu Fortes. A cidadã que parecia ser uma moradora antiga daqueles prédios, reclamava o seu direito, reclamando que devia ter recebido uma casa melhor.

Com os nervos à flor da pele, a senhora nem sequer quis dar entrevista ao nosso jornal e mostrou-se persistente diante do assessor Tadeu Fortes, que deixou claro que cada família apenas irá receber uma casa.

Segundo aquele responsável, enquanto mantinha uma conversa 'não autorizada' com o nosso repórter, o Estado está a cumprir com a obrigação que tem para com aquelas famílias, que consiste em "atribuir, a cada uma delas, uma residência do tipo T3, no Zango Iv, para deixarem o edifício, já que está degradado e pode desabar, a qualquer altura, e colocar em risco a vida dos residentes".

O representante da comissão administrativa disse ainda que alguns cidadãos querem se aproveitar da

situação, exigindo a recepção de três casas quando só merecem uma. "Nem duas sequer estamos a dar, é uma a cada família e acabou", deixou claro ele, que não parava de citar que o Estado fez tudo que estava ao seu alcance. Os apartamentos, do edifício em causa, segundo o nosso interlocutor, são do tipo T1 e T2, por isso aqueles cidadãos não deviam ter razões de queixas, uma vez que estão a receber chaves de um apartamento T3. "São um total de 50 famílias e já entregamos as chaves a 42. Estas 8 famílias que aqui estão ainda insistem em não colaborar", sentenciou Tadeu.

1.2.10 Emissões de títulos de reconhecimento de terras conhece avanços na Huila

O País

14 De Fevereiro de 2014

Dos sete títulos de reconhecimento previstos, um acaba de ser recentemente cedido à comunidade da Jamba II, no município da Humpata, a pouco mais de 20 quilómetros na zona Oeste da cidade do Lubango.

Caçula, com um título, que irá beneficiar membros da comunidade San, cujo processo está bastante avançado e o município de Caluquembe, com cinco títulos, deverão ser os próximos passos, anunciou Rita Soma.

Rita Soma defendeu, por outro lado, que a gratuidade salvaguardada pela Lei de Terras nº 9/04 de 9 de Novembro, no que à concessão de reconhecimento de terras diz respeito, encontra dificuldades no terreno, já que a conclusão de todo o processo envolve alguns custos que, na sua opinião, as administrações municipais que têm as áreas das comunidades beneficiárias deviam ter maior participação.

Segundo Rita Soma, ao arcarem com os custos inerentes ao processo, com os fundos que lhes são alocados através do orçamento geral do Estado, "estariam a combater a fome e a pobreza" uma das prioridades das políticas do Executivo angolano, sustentou.

Numa altura em que o assédio pelas terras comunitárias cresceu, Rita Soma disse que a nova lei de terras veio de certa forma dar resposta a favor daquelas comunidades que se acham incapazes de proteger as suas terras, encontram na lei a solução para o fim do problema. "É uma lei à altura da conjuntura", concluiu.

Dados avançados pela secção do ordenamento rural da Direcção Provincial da Agricultura, no âmbito da nova lei de terras, sugerem que foram emitidos na província da Huila até ao presente momento um total de oito títulos de reconhecimento e 15 ao abrigo da anterior lei, perfazendo um total de 23 emissões de títulos de reconhecimento. No âmbito privado foram emitidos ao abrigo da Lei 9/04 de 9 de Novembro, um total de mil e 37 títulos de concessão a pequenos médios e grandes agricultores.

Os municípios da Matala e Gambos tradicionalmente pastoris são as zonas com mais áreas cedidas, segundo a responsável da secção do ordenamento rural daquela direcção, Rita Soma.

O aviso está lançado. As varias instituições, empresas e industrias da Huila têm o primeiro trimestre de 2014 para entregar à direcção local do ambiente o estudo sobre o impacto ambiental do âmbito da Lei nº 59/07 sobre o licenciamento ambiental

Segundo o chefe do departamento do ambiente da Huila, Rafael Quirino, que reforçou o apelo a 31 de Janeiro, data que marca a comemoração do Dia Nacional do Ambiente, as empresas locais receberam já o ultimato para que no prazo estabelecido

cumpram com este requisito da lei sob pena de conhecerem a mão pesada da justiça.

Rafael Quirino anunciou que durante o período que vigorar os três meses será privilegiada a acção pedagógica junto das instituições. "O não cumprimento implicará penalização com multas, porque o Estado tem leis e a lei deve ser cumprida", lembrou o responsável.

Em reacção, o presidente de direcção da Associação Agro-pecuária, Comercial e Industrial da Huíla, AAPCIL, António Lemos, reputou de pertinente a lei que visa a protecção do ambiente, mas questionou os três meses dados para cumprimento da lei tendo considerado como tempo bastante irrisório para sensibilizar os visados pela legislação.

"Não sei o que é que se vai fazer contra os carvoeiros que não são empresas; contra as pequenas estações de serviços que poluem os nossos rios e que ninguém toca nelas, porque são ocupadas por estrangeiros", questionou o responsável que atende pela classe dos empresários na província da Huíla.

António Lemos promete trabalhar junto dos associados para mobilizá-los e sensibilizá-los para a necessidade do cumprimento da lei, mas alertou que os três meses estipulados são poucos para muitas empresas criadas com sacrifício e que são o garante do sustento de dezenas de famílias espalhadas pela província.

1.2.11 Moradores dos prédios "Sul-Africanos" dizem-se coagidos pelo GPL

O País

14 De Fevereiro 2014

Os moradores dos conhecidos prédios "sul-africanos", localizados no distrito do Rangel, estão a ser desalojados por alegadas condições degradantes em que se encontram os edifícios. Quarenta famílias já foram encaminhadas ao Zango IV; onde receberam, cada, um apartamento T3, mas mesmo assim sentem-se prejudicados.

Ao contrário daquelas que já estão no Zango, apesar do descontentamento, outras dez famílias ainda habitam nos edifícios porque defendem que a Comissão Administrativa de Luanda (CAL) deve negociar justamente com eles e não optar em "acordar uma coisa e fazer outra", afirmaram os moradores.

O cidadão Pedro Vasconcelos, de 38 anos, proprietário de um apartamento T4, no bloco 4, é um dos que ainda se encontram no local à espera de melhores negociações. A primeira negociação, como nos conta, "fizemos com o governo, acompanhados do nosso advogado, mas infelizmente, não foi tida nem achada. Temos documentos pedindo audiência ao presidente da CAL e nunca nos foi concedida".

Aquele cidadão aponta que as famílias deviam ser, pelo menos, ouvidas antes da ordem de despejo. Na esperança de serem atendidos, foi feita, segundo o Pedro, uma negociação com Tadeu Fortes, assessor do presidente da CAL para o sector administrativo' político e social.

Para o seu espanto, aqueles moradores foram ameaçados, quando esperavam ter uma conversa amena, segundo o que reportam. "Ameaçaram demolir os edifícios com as famílias aqui dentro. E mais: cortaram nos a água a energia, hoje (12/02)", disse, desesperadamente, o nosso entrevistado.

Por outro lado, de acordo o interlocutor, aqueles prédios existem há mais de 40 anos, as famílias cresceram e "o governo não quer se importar com isto. Eu vivo com 4 irmãos, cada um tem sua família constituída, estão a nos dar apenas um T3, com os compartimentos reduzidos. Agora, eu pergunto: como vamos viver? Não estão a dar as casas em função do agregado familiar, é triste", acrescentou.

"São casas inacabadas"

Pedra Vasconcelos e os seus vizinhos não paravam de frisar que não queriam ficar nos prédios para sempre' apenas precisam negociar com o GPL, porque as casas que estão a ser entregues carecem de melhorias. Para que sejam consideradas condignas, segundo ele, os cidadãos terão de gastar, no mínimo, 2 milhões de kwanzas.

"Estão a nos dizer que as casas têm os pavimentos ladrilhados, mas fomos ver, não é nada disso. As fossas são pequenas, temos de fazer tanque de água e construir o morro do quintal. Constatamos também que, por falta de espaço, as pessoas estão a deixar as mobílias fora de casa e, conseqüentemente, estão a ser roubadas", contaram.

Nós estamos a negociar, acrescentaram' para sermos ressarcidos em mais de uma casa, pois há oradores com agregado familiar menor que o nosso que receberam mais de uma residência. "A CAL disse que conversou com o nosso advogado e este disse que não merecemos, mas aquilo que o advogado escreveu vem contradizer esta alegação", sentenciou Pedro, que em seguida mostrou, documento.

Recorda que em 2006, quando fizeram o cadastro, a Comissão Administrativa de Luanda disse que iria indemnizá-los em função do número de famílias que vive numa casa.

Hoje, o discurso mudou e o advogado nunca mais foi visto - suspeitam que tenha sido corrompido.

"Somos 10 famílias que estamos nesta situação e assim vamos continuar até serem justos connosco. Estamos a ser coagidos a assinar o contrato de entrega das chaves para abandonar o edifício e nem sequer nos querem ver a reclamar. Estão a dizer para assinarmos e depois reclamar - nós já conhecemos este jogo", disse, sob anonimato, uma senhora que vive há 30 anos num daqueles edifícios.

A senhora é moradora do Bloco 2, tem 4 filhos (todos eles têm família constituída e vivem no apartamento da mãe). Alega também que uma casa no Zango, "de 3 quartos pequenitos, não é suficiente para a extensa família que tem", acrescentou ela que já explicou a sua situação ao assessor Tadeu e este dissera que nada podia fazer.

1.2.12 Oito das 40 famílias recusam abandonar os prédios Sul-Africanos

Jornal Manchete

14 De Fevereiro 2014

Mais de 30 famílias que viviam em situação de risco, nos prédios conhecidos como dos Sul-Africanos, no distrito urbano do Rangel, em Luanda, começaram já a abandonar os edifícios, estando a ser realojadas no Zango IV, em Viana. Mas, oito famílias não manifestaram a intenção de abandonar o local, alegadamente, porque as casas oferecidas pela Comissão Administrativa de Luanda não reúnem as condições adequadas.

São no total 5 edifícios projectados para um tempo de vida útil não superior a 20 anos. Entretanto, hoje os conhecidos prédios dos Sul-Africanos no Rangel têm mais de 40 anos de existência e encontram-se já em avançado estado de degradação.

A situação de risco e de vulnerabilidade a que muitos cidadãos viviam neste local motivou as autoridades governamentais a efectuar um processo de desalojamento que durou pelo menos 10 anos para que as partes chegassem ao acordo.

Em declarações ao *Manchete*, a propósito de desalojamento destas famílias, a administradora do distrito urbano do Rangel, Maria Clemente da Silva,

afirmou que "realmente, esse é um processo muito antigo e que se pretende tirar as pessoas de lá há muitos anos. No entanto, o estado em que os prédios se apresentam é que motivou o Governo a determinar a retirada dos moradores para se evitar situações que pudessem ser piores".

Oito das 48 famílias que viviam nos prédios disseram "não" a proposta da Comissão Administrativa de Luanda, eles explicaram o porque. Fernanda Eduardo, residente, salientou que "nós não gostamos da proposta, visto que nós estamos numa área bem localizada e as casas que nós temos são casas ladrilhadas".

Manuel Constantino, outro morador, frisou que "eu não digo que não saio, eu estou disposto a sair desde que a administração de Luanda faça um acordo razoável em virtude do espaço que tenho para melhor acomodar a minha família".

Anabela dos Santos, por seu lado, disse que "desde que a Comissão Administrativa venha com boa negociação não vamos complicar a situação, para o nosso bem e também para a administração de Luanda".

A administradora do Rangel diz não compreender as razões de apenas 8 famílias de um grupo enorme de cidadãos que sabem perfeitamente os riscos a que são sujeitos em insistirem em permanecer nos prédios.

"Realmente são 48 famílias, a maior parte delas já saiu e 8 é que estão renitentes. Eu até não estou a perceber porque qualquer um de nós não aceitaria viver naquele estado, até não há necessidade de estar a argumentar assim tanto porque o cenário dos prédios fala por si, olhando para aquilo é lamentável e tudo que possa vir é bem-vindo", frisou, acrescentando que já arrancou o projecto de vedação do perímetro que vai terminar com a demolição dos edifícios em causa, embora não se saiba ao certo o que será feito nesse espaço.

1.2.13 Fiscais: os principais «predadores»

Semanário Angolense

15 De Fevereiro 2014

Este tipo de negócio está a enriquecer muita gente e é o principal causador do aparecimento de bairros sem qualquer condição de habitabilidade e da ocupação anárquica de terrenos.

Quando o governo precisar daquele espaço, encontra-o totalmente ocupado e começam então as demolições, com as consequências conhecidas por

que a prática não é nova, sendo que o GPL e o próprio Executivo sabem disso, mas deixam o «fenómeno» seguir solto.

Para além do Km 30, município de Viana, onde o governador Bento Bento chamara a atenção do administrador Zeca Moreno para ter cuidado com os seus fiscais, outra zona em que a «má fia» dos terrenos é forte nessa mesma circunscrição é a área do Kikuxi, onde se situam alguns empreendimentos públicos estratégicos. Parcelas de terras anunciadas como «reservas fundiárias do Estado», para futuros e importantes projectos para a província de Luanda, foram já invadidas por vários populares, provavelmente depois de as «comprarem» a fiscais da administração municipal.

São já às centenas as edificações de chapas aí erguidas, devendo aí surgir a breve trecho um novo bairro anárquico, que obrigará o governo a um esforço suplementar para tirar os seus habitantes de lá quando se decidir em concretizar os projectos previstos para a zona. E isto por culpa de próprios funcionários seus, os que fazem parte da «máfia» dos terrenos desse município.

De acordo com uma fonte da administração local, é a própria fiscalização municipal quem cria as condições e manda ocupar os terrenos a troco de algumas somas monetárias, aconselhando inclusive que, enquanto as pessoas vão ocupando os terrenos, instalem apenas barracas de chapa mas que as ocupem de imediato.

Vários desses fiscais e outros funcionários administrativos também ocupam terrenos, fazem as tais barracas e põem nelas pessoas ao seu serviço.

A intenção é, quando se distribuir terrenos urbanizados ou casas novas aos moradores daquelas áreas, eles acabem também por beneficiar.

É assim que muitos deles têm diversas casas em vários locais. «Isto é já uma prática antiga, que acontece em vários municípios de Luanda. Por isso é que quando se tenta acabar com um problema de construção anárquica num local, começa outro igualou pior que aquele noutra zona. São situações que envolvem gente bem situada e até mesmo elementos de altas patentes da Polícia e das Forças Armadas», considerou a fonte.

I.2.14 Normas absurdas em Cacuaco

Semanário Angolense

15 De Fevereiro de 2014

Na administração municipal do Cacuaco havia um grande movimento de pessoas quando a reportagem do *Semanário Angolense* chegou ao sítio, para tentar ouvir uma explicação da sua titular. Infelizmente, a administradora não estava presente e ninguém se prestou a dar qualquer informação. «Não estamos autorizados a falar para a imprensa», disse um indivíduo que não quis sequer dizer o seu nome nem a sua função lá.

Era visível que muitas daquelas pessoas que ali se encontravam queriam resolver situações que tinham a ver com terrenos. Alice, uma jovem que disse ter faltado ao serviço para esclarecer uma questão afirmou ironicamente: «A administradora, em regra, nunca está. Mas, se quiserem falar com ela, têm que esperar até ao fim do expediente, isto é, se aparecer».

Ela explicou que tem um terreno comprado à administração, mas está impedida de construir porque exigem que se trate uma série de documentos cujo valor ronda os cem mil Kwanzas. «Isso é absurdo. Quando compramos os terrenos, disseram-nos que devíamos aguardar orientações para autoconstrução dirigida. Já passou mais de um ano e nada. Há pessoas que começaram a construir mesmo assim, mas os fiscais apareceram e mandaram demolir o que já estava feito, porque há que se tratar primeiro os tais documentos, que custam somas elevadas. Isto é bastante estranho e acho que estas ordens não vêm de cima. Mas não temos onde nos queixar porque é tudo 'farinha do mesmo saco'», desabafou a cidadã.

Entretanto, a administradora de Cacuaco, Rosa Dias dos Santos, disse por ocasião da reunião no GPL que no seu município também são visíveis as ocupações ilegais de terrenos que são reservas do Estado.

Pedi aos munícipes para estarem bem informados sobre os locais onde compram terrenos. «Evitem comprar terrenos a terceiras pessoas», alertou.

1.2.15 A «máfia» dos terrenos em Luanda

Semanário Angolense
15 De Fevereiro 2014

O esbulho de terras a camponeses por figuras com alguma influência, para a criação de fazendas ou a construção de condomínios habitacionais, a que se junta a venda ilícita de terrenos por fiscais e outros funcionários das administrações municipais, que o fazem a vários compradores ao mesmo tempo, está a criar uma situação potencialmente explosiva em alguns municípios de Luanda, sobretudo naqueles que faziam parte da chamada «cintura verde» da província.

A forma como são conduzidos determinados processos em Luanda, alguns supostamente com o beneplácito das administrações municipais, sempre em benefício de quem tem poder (político, financeiro ou militar) e em prejuízo dos camponeses, alguns dos quais estão fixados nas terras agora ambicionadas por terceiros há várias gerações, portanto, com algum direito sobre eles, deixam muito a desejar, chegando mesmo a criar um sentimento de revolta entre os populares esbulhados. De tal sorte que acabam por questionar se estamos mesmo independentes, já que tem havido «expropriações» que nem os colonos portugueses faziam.

O «fenómeno», se assim se pode chamar, não é novo. Teve inicialmente como foco os então municípios da Samba e Kilamba Kiáxi, direccionando-se agora, depois de esgotados os espaços naqueles, para os municípios de Cacuaco, Viana, Belas e Icolo e Bengo, onde várias povoações estão ser literalmente tomadas de assalto pelos esbulhadores de terras, sem o mínimo respeito pelos direitos dos seus habitantes, em alguns casos, sem prévio aviso. Está-se assim a matar a origem, a ancestralidade, a tradição, a cultura, a história e o modo de vida de diversas gerações que, por este andar, acabarão por ser forasteiros na sua própria terra.

O mais estranho é que no meio disso tudo há áreas marcadas e vedadas consideradas «reservas fundiárias do Estado», sendo estas as primeiras que os fiscais e demais funcionários administrativos se apressam em lotear e vender.

De acordo com um cidadão, que comprou uma parcela de terreno de 12 por 20 metros no interior duma «reserva fundiária do Estado» que já se encontra lotada de casas, o mesmo fiscal que lhe vendeu o terreno ao preço de 250 mil Kwanzas, voltou a vender o mesmo espaço a outros dois indivíduos.

Em face disso, o caso gerou polémica, mas o mesmo fiscal, em companhia de colegas da Administração Municipal de Viana, conseguiu outros dois espaços que cedeu aos compradores enganados.

O cidadão informou que casos idênticos são quase que diários tendo assistido a um em que o novo comprador, sem saber que o terreno já tinha «dono», chegou mesmo a «levantar as paredes», antes de lhe surgir o primeiro com documentação' que atestava a titularidade sobre o espaço.

Este despoletou uma briga entre famílias que acabou com a demolição da obra e feridos. Mas o fiscal responsável pela falcatura desapareceu de cena, com protecção dos seus colegas da administração de Viana. «Estas situações acabam na Polícia e são do conhecimento das comissões de moradores e das administrações comunais e até da municipal, já que os cidadãos quando se apercebem que os elementos da comissão de moradores e da comuna são cúmplices no negócio, recorrem ao município, mas de nada lhes serve, porque nada se resolve e acabam sempre por perder, porque em alguns casos quem fica com o terreno é uma outra pessoa», disse.

1.2.16 «Estamos aqui desde 86»

Semanário Angolense
15 De Fevereiro de 2014

A área é conhecida por Sequele-2. E a reportagem do SA esteve no terreno, constatou o que está a ser feito e a melindrosa situação daquela gente. O mais velho Mateus Martins é o soba da localidade e, acompanhado de alguns dos seus «súbditos», recebeu a nossa equipa de reportagem para falar de sua justiça. O mais velho explicou que a sua comunidade existe desde 1986, quando toda aquela área era uma mata cerrada. Foi o trabalho deles que abriu os terrenos, depois de derrubarem árvores e limparem a zona de capim para depois criarem as suas lavras.

Segundo ele, produzia-se muita coisa, que era comprada por gente ida de Luanda. «Todos estamos devidamente registados na administração e trabalhamos aqui durante o tempo de guerra. As mães que aqui se encontram passaram mal para limparem as matas que aqui existiam. Somos pessoas simples, sempre trabalhamos a terra para ganhar o nosso sustento. Nunca quisemos ser um peso para o governo e até já fomos considerados seus parceiros. Mas hoje perdemos todo o valor», lamentou o ancião.

O soba Mateus Martins contou que depois que os tais militares tomaram a outra parte do Sequele-2, há alguns que aparecem de rompante nas casas, ou nas lavras, exigindo comida e violentando as nossas

mulheres, sem respeitar sequer as idades. Duas dessas vítimas foram apresentadas aos repórteres do SA. Elas lamentaram a triste situação em que estão, apelando às entidades superiores do país para que não permitam os abusos desses homens que lhes invadiram as terras.

«Nós somos angolanos, queremos o bem do nosso país e do nosso governo. Aqui ninguém quer impedir o progresso. Apenas queremos que nos respeitem como cidadãos, como seres humanos. Temos família, ao perdermos tudo o que temos o que será de nós e dos nossos filhos», questionou o soba Mateus Martins.

Ele disse ainda que, quando expuseram as suas preocupações à administração, foi-lhes dito que eles se encontravam numa reserva do Estado, pelo que teriam que sair. Em contrapartida, ser-lhe-ia dado um outro lugar para trabalhar.

«Prometeram-nos que receberíamos terrenos com a metade, das dimensões das nossas lavras. Quem ocupa 100 metros, recebe 50 e por aí. De repente, apareceu aqui um indivíduo chamado Cunha que, por sua vez, também vedou grandes extensões de terreno sem conversar com ninguém. E nem respeitar as lavras.

Os fiscais que o acompanhavam disseram que ele é o dono destas terras, com documentos tudo. Perante isso, nós nada pudemos fazer, mas ficamos admirados: desde quando é que esse senhor pode ser dono destas terras, se os primeiros a chegar aqui há mais de 30 anos fomos nós? Fomos nós que desmatamos tudo isto, trabalhamos duro aqui e hoje isto já tem donos», questionou uma das senhoras presentes, identifica por Dona Margarida.

A camponesa revelou que o tal senhor Cunha, está a aliciar os camponeses, comprando terrenos para revenda. Ela acusa mesmo a administradora municipal, Rosa Dias dos Santos, de ser cúmplice da apropriação dos terrenos. «Ela prometeu-nos uma coisa e está a fazer outra. Em vez de nos dar terreno num local onde possamos continuar a lavar, agora quer dar-nos pequenos lotes de 10 metros por 20, ainda por cima, lá do outro lado, em direcção ao mar, num local cheio de lodo e que foi um antigo cemitério. Nós não vamos aceitar isso», disse, indignada, a senhora.

No local onde se encontram, embora exista a placa a anunciar a «reserva fundiária do Estado», os terrenos estão a ser loteados pelos fiscais para posterior venda, conforme disseram os camponeses. «Nós estamos a ser corridos daqui e querem dar-nos terrenos pequenos e impróprios para lavar e as terras que nós

trabalhamos vão ser vendidas a outras pessoas. Isto não é justo», concluiu o soba Mateus Martins.

1.2.17 O drama do sequele – 2

Semanário Angolense

15 De Fevereiro 2014

A par de Viana, o município do Cacuaco é um dos mais visados quanto ao problema da venda ilegal de terrenos. Até recentemente, era uma circunscrição particularmente piscatória e agrícola, com alguma indústria pelo meio. Situada ao longo litoral, em tempo de terra, albergou milhares de cidadãos deslocados das suas zonas de origem.

Muitas dessas pessoas, para não dependerem só da caridade das instituições do Estado, juntaram-se às populações locais passaram a trabalhar quer na pesca como na lavoura.

Grande parte dos terrenos que outrora eram lavras, hortas e quintas, transformaram-se em bairros, enquanto outros iam servindo para que o governo levar a cabo alguns projectos, como aconteceu com a centralidade de Cacuaco.

Algumas zonas foram transformadas em «reservas fundiárias do Estado», ao passo que outras seriam deixadas para que a população continuasse a cultivar a terra. Mas essas seriam depois alvos da cobiça de alguns militares, que as invadiram, em meio a espancamentos, violações e destruição das culturas, como mandioca, feijão e milho. Chegavam mesmo a queimá-las. Saliente-se que houve casos de morte nessas áreas.

Amedrontados, os camponeses pediram ajuda às autoridades, mas, ao invés de uma solução, arranjaram mais problemas. Os fiscais municipais e outros indivíduos, supostamente ligados ao governo provincial de Luanda, entraram em acção e, usando subterfúgios vários, foram tomando os terrenos da população, vendendo-os consoante a capacidade de cada comprador.

O negócio era tão lucrativo que, mesmo algumas áreas identificadas como «reservas fundiárias do Estado», não escaparam à ambição dos «mafiosos». Foi assim com os terrenos dos Mulenvos, de cima e de baixo, do Rio Seco e do Sequele-1, entre outros.

Ao longo da invasão, houve camponeses que resistiram, mas perderem tudo, aceitaram ficar com um pequeno talhão de alguns metros quadrados, deixando o resto (em maior extensão) com os invasores.

Mais recentemente, com a construção da via expressa Viana - Cacucaco, novos empreendimentos foram surgindo ao longo da rodovia, abarcando áreas mais no interior.

Aquelas áreas são todas ocupadas por camponeses que construíram nas suas lavras habitações rústicas, a maioria feitas de chapa, que lhes servem de abrigo durante a época de trabalho, assim como para guardar alguns produtos colhidos.

Recentemente, conforme soube o SA no local, as terras foram invadidas por militares das FAA, não se sabendo se a mando de quem, que, acompanhados por máquinas e sem prévio aviso nem tempo aos populares para que recolhessem alguns haveres, esmagaram tudo: casebres e lavras. Em seguida, como sinal de demarcação, abriram uma enorme vala que se estende por alguns quilómetros. Tudo o que ficou para lá da vala, que é proibido atravessar, deixou de pertencer aos camponeses.

Do lado de cá da demarcação, ficaram algumas comunidades de camponeses, que, como disseram, estão cheias de medo, sem saber o que será delas no futuro imediato. «Estamos aqui agora, mas não sabemos o que nos pode acontecer logo. De noite não conseguimos dormir, temos medo do que eles nos possam fazer», Disse uma idosa identificada por Domingas.

1.2.18 Reserva fundiária possui zona verde

Jornal de Angola
19 De Fevereiro de 2014

O ordenamento da reserva fundiária sul de Benguela inclui 37 hectares de zona verde, para proporcionar condições ambientais equilibradas aos futuros moradores da área para a qual está prevista a construção de uma centralidade, garantiu o governador provincial.

Isaac dos Anjos deu esta informação em resposta a uma preocupação apresentada pela directora provincial do Comércio, Hotelaria e Turismo, Alice Cabral, durante a visita realizada à zona fundiária a sul da província, com 4.799 hectares.

A centralidade que ali vai ser construída inclui edifícios com andares unifamiliares, em parcelas de terra de mil metros quadrados, e eu já venda começa em Março. A localidade vai ter uma marginal que abrange as parcelas 19, 15, 11 e 30, destinadas à instalação de fábricas, comércio e prestação de serviços.

"A marginal do Mormolo corresponde à área adjacente à Estrada Nacional 250, que liga a cidade de Benguela ao Lubango", disse Isaac dos Anjos, acrescentando que próximo daquele perímetro vai ser construída a auto-estrada periférica de Benguela, destinada a ligar as cidades do litoral.

O governador referiu que o talhão número 31, com 866 lotes ordenados, já está a receber antigos moradores dos bairros da Ilha e do Uche Antigo, que se encontravam em zonas de risco.

O empresário do ramo da construção civil Carlos Cardoso disse, por sua vez, tratar-se de um projecto de grande gabarito que vai valorizar as populações.

1.2.19 Baixa e Talatona dividem a fortuna do mercado Imobiliária

Semanário Angolense
22 De Fevereiro 2014

No mercado imobiliário, como em qualquer negócio, a procura molda a rentabilidade. Assim, o centro antigo da Cidade de Luanda - a Baixa, e a região do Talatona, para onde a urbe mais cresceu, continuam a ser as zonas mais rentáveis da capital, por serem as mais procuradas.

Mais do que simplesmente termos essa ideia generalizada, a melhor prova dessa realidade está nos preços que se praticam na hora de fechar os negócios. E nessa hora, segundo o consultor imobiliário, Admilton Luís, ao *Semanário Angolense*, fazendo um mapeamento, Alvalade Maculusso, Miramar, Marginal e Talatona, lideram os negócios mais caros.

Preços e valorização

Um apartamento T2 na Baixa está em torno de 200, 250, 300 mil dólares. Um T3 já é a base de 300, 350,400 mil dólares. «Estamos a falar de imóveis antigos», esclarece Admilton Luís, que nos fornece os dados.

O consultor acrescenta que tratando-se de moradias - casas - que normalmente são de T3, T4, T5 os preços situam-se entre os 950 mil dólares a mais de um milhão de dólares, chegando mesmo a atingir os 2 milhões de dólares.

Pelo entendimento que tem do mercado, Admilton aponta que com 300 a 400 mil dólares podem se encontrar casas nas regiões do Benfica e do Patriota. Lá a tipologia, acabamento e tamanho do lote determinam a valorização dos imóveis e assim os preços finais.

Baseado nesse conhecimento do mercado que o profissional consultado pelo SA tem a visão da valorização da região de Viana nos próximos tempos, assim como do Benfica.

Nesse mapa de valores a Ilha de Luanda e o Mussulo são um caso a parte, conforme a análise do nosso interlocutor. «A Ilha faz parte das Ingombotas. Ainda tem muitas casas rústicas. Mas esta a sofrer uma requalificação facto que também tem um potencial», considera. O Mussulo sendo turísticos não se enquadra no ramo habitacional propriamente dito mas tem tido alguma procura em termos de transacções imobiliárias, conta o Admilton.

Perfil dos clientes

Em termos de clientes, o especialista consultado por nós, aponta que para a modalidade de aluguer/arrendamento 90% dos interessados são estrangeiros. Desses estrangeiros, 70 a 75% são portugueses.

Os outros 25 a 30% que completam o total de interessados em alugar imóveis estão divididos entre outros estrangeiros, de acordo com o corretor. Agora temos tido também muitos chineses, americanos, israelitas e franceses, também têm aparecido muito.

No que diz respeito a vendas, a maioria dos clientes são angolanos e portugueses.

Ao fechar um negócio

Para Admilton Luís os principais cuidados que deve tomar uma pessoa que procura fazer negócio nesse mercado é antes de mais, procurar uma imobiliária.

«Primeiro: certificar-se que essa empresa é séria e procurar informar-se quais são os meios de

divulgação que essa empresa possui. Segundo: prestar atenção no tipo de contrato que se vai firmar com a empresa. Quando se solicita este serviço a pessoa não tem que pagar necessariamente a essa imobiliária. O pagamento só deve ser feito caso a imobiliária já realize o negócio de arrendamento ou venda do seu imóvel» - Aconselha o consultor.

Para ele uma atenção especial deve ser dada pelos proprietários de imóveis na hora da assinatura do contrato, na alternativa «exclusivo» ou «não exclusivo», em relação a imobiliária que vai intermediar o negócio.

Outro alertar que o profissional faz é que as pessoas tenham muito cuidado ao comprar imóveis que ainda não estejam prontos pois trata-se de um risco muito grande. «Tem-se de se checar a documentação. Posso

garantir que mais de 60% dos empreendimentos que estão a ser erguidos em Angola não tem a documentação completa. Por isso que eu alerto, consultem um advogado, peçam cópias dos documentos dos imóveis que vão comprar, para não serem vítimas de burladores, conforme tem acontecido muito».

Intermediários

A medida que o tempo passa o mercado está a tornar-se profissional em termos de corretores.

Para o consultor com quem conversamos os chamados intermediários de rua merecem todo o

respeito, mas a formação profissional já começa a fazer a diferença no mercado.

Em Angola, além das empresas fazerem formação interna a APIMA (Associação dos Profissionais Imobiliários de Angola) tem dado formações as pessoas que querem começar no ramo. Há três anos o curso da APIMA custava 600 dólares.

A renda de um corretor, embora dependa da quantidade de negociações que «fechar», pode ser boa. Segundo Admilton Luís, pela realidade da empresa em que trabalha, há' que considerar as fases: há o iniciante, há o médio e há o avançado. «O tempo em que se está na profissão conta muito e também a forma profissional como nos posicionamos no mercado de forma geral. Mas um corretor médio deve ganhar entre quatro a oito mil dólares mensais».

I.2.20 Rui Falcão ameaça funcionários para venda ilegal de terrenos no município do Namibe

Semanário Angolense

22 De Fevereiro de 2014

Paíram suspeitas desde há muito que funcionários afectos aos distintos órgãos da Administração Municipal do Namibe têm andado envolvidos em negócios de terrenos, tendo como potenciais clientes pessoas com um elevado poder de compra.

Aliás, as suspeitas de envolvimento de tais funcionários têm sido adensadas pelos padrões de vida que eles ostentam, manifestamente incomparáveis com os salários que auferem no Estado.

Há sinais exteriores de riqueza visíveis que têm ajudado a encaixar as peças do puzzle: a quantidade e qualidade de casas, carros, concubinas, assim como diversos bens materiais de que dispõem.

Oficialmente, não se tem conhecimento de um único funcionário que tenha já sido demitido por tais práticas, mas os próximos dois meses poderão ser cruciais, já que o governador Rui Falcão deu início a uma cruzada, tendo mesmo pedido inclusive a cabeça dos negociantes dos terrenos.

A boca pequena, sabe-se desde há muito que os negociantes têm estado a facturar entre os quatro (4) e os doze (12) mil dólares norte americanos, por um terreno com as dimensões de 20/30 metros quadrados.

Consta que alguns terrenos localizados nas imediações do rio Giraul, à saída da estrada 280 com destino ao Lubango, chegaram a ser vendidos entre os dezoito (18) e os trinta (30) mil dólares.

Nessa voragem pelo lucro fácil, não terão sido igualmente poupados espaços que antes constituíam reservas do Estado, mas que foram sacrificados para satisfazer interesses particulares.

Cruzada contra candongueiros Em alguns meios locais crê-se que um dos sinais dados pelo governador Rui Falcão tem a ver com algumas movimentações que ele procedeu recentemente no tecido governativo local.

A nomeação do antigo administrador municipal do Tômbwa para exercer as mesmas funções no município sede do Namibe está a ser encarada como um sinal de que o Executivo local pretende imprimir uma vassourada na administração local, expurgando do seu seio os funcionários conectados com práticas de corrupção.

Este sinal ganhou alguma consistência aquando da tomada de posse do antigo edil do Tômbwa João José Guerra de Freitas, a quem o governador Rui Falcão pediu para que, no prazo de dois meses, afaste todos os funcionários envolvidos na venda de terrenos.

O número 1 da província do Namibe disse, na ocasião, que não haverá contemplanções para com os funcionários públicos que procedam à venda ilegal de terrenos, assim como com os fiscais que apliquem coimas inexistentes aos cidadãos.

«Há muitos negócios escuros no seio da Administração do Município relativamente à venda ilegal de terrenos, temos inclusive nomes dos implicados, pelo que serão tomadas as devidas medidas. Esses elementos terão de ser substituídos urgentemente, porque queremos administrar a vida das pessoas' com transparência.

Os quadros que servem a Administração devem ser íntegros e sérios», avisou, aparentemente inconformado.

«Não devemos ter contemplanções, nem receios e muito menos nos coibirmos das acções que teremos de tomar em relação a essas pessoas que não servem a administração», disse, a concluir.

I.2.2I Governo Promove mais Deveres dos Cidadãos em Detrimento dos seus Direitos

Jornal Manchete

28 De Fevereiro 2014

O coordenador do CNCDDH - Conselho Nacional de Coordenação dos Direitos Humanos, Tunga Alberto disse, esta segunda-feira, 24 de Fevereiro, em Luanda, que o governo angolano mostra-se mais preocupado em promover os deveres dos cidadãos em detrimento dos seus direitos.

O responsável daquele movimento associativo teceu tais considerações quando convidado pelo Manchete a pronunciar-se sobre a actual situação dos Direitos Humanos no país.

O também activista cívico pensa que a alegada estratégia do Executivo angolano é fundamentalmente impedir que os cidadãos conheçam os seus direitos. "O Governo não está interessado em fazer com que os cidadãos conheçam os seus direitos e deveres, Está mais preocupado em promover e falar sobre o que os cidadãos devem fazer para com o Estado", disse.

Tunga Alberto apontou como exemplos as demolições e despejos força dos que se têm registado em Luanda e não só. "Quando o cidadão está a construir não existe Governo. Quando está a morar na sua casota vem o Governo com o discurso de sempre: a população construiu em zona de risco ou em reserva fundiária do Estado", explicou.

O activista é de opinião que o Estado devia divulgar a Lei nº09/04 de 9 de Novembro - Lei da Terra e explicar igualmente aos cidadãos que a iniciativa e propriedade privadas não devem ser exercidas em reservas fundiárias do Estado, espaços que visam a produção de bens ou serviços públicos para a satisfação das necessidades públicas.

Segundo disse, ao invés de o Governo "dizer apenas que o cidadão tem obrigações, podia, também, avançar-lhe, que o Estado deve garantir o direito à educação ou habitação".

Falta de conhecimento dos seus direitos

O Conselho Nacional de Coordenação dos Direitos Humanos diz ter constatado por parte dos cidadãos, em vários pontos de Angola, uma clara falta de conhecimento no que tange os seus direitos, liberdades e garantias previstos no artigo 30º e seguintes da Constituição da República de Angola.

"Os direitos dos cidadãos só estão no papel. Eles não os conhecem, porque o Governo não está interessado", lamentou.

Os motivos que concorrem para este desconhecimento, de acordo com o nosso entrevistado, estão ligados à falta de iniciativa por parte do Estado em dar a conhecer aos cidadãos os seus reais direitos.

Tunga Alberto defende, entretanto, a tradução da lei fundamental em línguas nacionais para ajudar a população a entrar em contacto com os seus direitos.

"A Constituição da República de Angola só está mesmo em português.

Não foi traduzida em Kimbundu, Umbundo e outras línguas que facilitariam a sua leitura, visto que existe em Angola muitas populações que não dominam a língua oficial", rematou. Acrescentou que a promoção dos direitos e liberdades dos cidadãos vai permitir que "os mesmos os conheçam e os defendam". O activista cívico chamou à atenção as restantes forças vivas da sociedade, para a necessidade de conhecerem e interpretarem melhor os diplomas legais que compõem o ordenamento jurídico angolano.

"As autoridades tradicionais, e sobre tudo a polícia devem conhecer a lei para melhor actuar", aconselhou.

Violação de direitos fundamentais

O nosso entrevistado disse constatar com preocupação a violação sistemática do direito à informação por parte do Estado.

Tunga Alberto disse, lamentando, que os semanários publicados na capital do país ao fim de semana não chegam e ao resto das províncias do interior e litoral de Angola, tendo acrescentado que "a liberdade de imprensa e de expressão têm sido também violados". Concordado, deste modo, com a o relatório anual da Human Right a Watch publicado recentemente que a revela restrições ao exercício dos referidos direitos constitucionalmente consagrados. O defensor dos Direitos q Humanos fez ainda saber que os únicos serviços noticiosos que chegam as zonas recônditas

são os dos órgãos públicos, nomeadamente, TPA, RNA e Jornal de Angola.

Tunga Alberto acredita que a situação pode ser invertida se todas as forças vivas da nação se engajarem na promoção, divulgação e pressionar o Estado a garantir os direitos e liberdades dos cidadãos, apesar de e conhecer, por outro lado, que muito ainda deve ser feito.

Por outro lado, o nosso interlocutor saudou a realização do senso da população e habitação a ser materializado m Maio próximo, tendo avançado que o feito vai ajudar o Estado a desempenhar a sua função política com vista à promoção do bem-estar social e económico, um dos fins do Estado moderno. A criação da Secretaria do Estado para os Direitos Humanos, liderado pelo António Bento Bembe, homem do Fórum Cabindés para o Dialogo é outro elemento apontado pelo activista como sendo um sinónimo de avanço no combate a impunidade e consequentemente a defesa dos Direitos Humanos no país. "São aspectos que devem ser apontados. Mas ainda, temos muito caminho a percorrer", concluiu.

1.2.2 Famílias da Chikala e Kilombo não têm paz

Terra Angolana

Fevereiro de 2014

As famílias desalojadas da Chakala II e Kilombo, em Luanda e transferidas para o município da Quissama, a 75 quilómetros da capital continuam a viver sem paz. É que passados mais de trinta dias desde que suas residências foram deitadas a baixo pelo executivo provincial de Bento Bento, aquelas famílias continuam a navegar no mar de dificuldades. Carecem de água potável para consumo humano, não tem alimentos e a situação agrava-se ainda mais com ausência de equipamentos sociais tais como hospitais, escolas, mercados, etc. Marlene Mendes uma das afectadas revela que com a sua transferência compulsiva para Quissama a sua vida deu passos atrás.

"Aqui não há nada. Estão a dizer na rádio e da televisão que criaram condições aqui. Nós não tomamos banho, fazemos necessidades no capim, vivemos na poeira. Nós somos angolanos vivemos num país rico que tem petróleo, diamante, mercúrio, aonde é que vai todo esse dinheiro? Queremos que nos tirem daqui, estamos a sofrer", desabafou Marlene Mendes.

Outra cidadã que também revelou o seu desagrado perante a desumanidade do governo angolano, disse

que o governo devia antes de partir as casas do povo criar condições para o realojamento das pessoas e lamentou o facto de estar a partilhar a mesma tenda com outras famílias.

"Eu não vivia com monte de pessoas em minha casa. Eu apenas vivia com o meu marido e meus filhos, repara como estamos a viver aqui. 25 a 30 pessoas na mesma tenda. Isso não é vida", lamentou.

Nós no Kilombo vivíamos perto da cidade, tínhamos tudo próximo, a escola, hospital, o mercado o trabalho. Aqui praticamente nos vieram deitar fora", acrescentou outra senhora vítima do martelo demolidor de Bento Sebastião Bento e José Tavares.

1.2.22 Demolições prosseguem

Jornal Inforsambila
Fevereiro de 2014

As demolições enquadram-se num plano do governo que quer transformar o Sambizanga, em cidade.

Por exemplo, no espaço que era o mercado roque santeiro, a primeira fase das obras de requalificação vai custar ao Estado perto de 500 milhões de dólares e previa-se estar concluída dentro de 24 meses.

Quando concluído o projecto prevê a acomodação de aproximadamente 400.000 pessoas em toda extensão de desenvolvimento urbano, actualmente ocupada por construções informais e implantada de forma desorganizada, devido a ausência de estradas apropriadas e falta de infra-estruturas sociais adequadas, segundo fez saber o director Nacional de infra-estruturas do Ministério do Urbanismo e Habitação.

As demolições no distrito do Sambizanga tiveram início em Agosto de 2007, no bairro da Petrangol, na altura tendo em vista o alargamento da estrada que dá acesso ao mercado dos Kwanzas e a estrada directa de Cacuoaco.

Os primeiros moradores foram transportados para o Sapú, lugar que o Governo Provincial de Luanda (GPL) escolheu como novo destino de muitas famílias que durante muitos anos construíram suas vidas nas imediações da Refinaria de Luanda, uma zona nobre e sem qualquer risco aparente. Para trás ficaram escolas, amigos e toda uma vida feita.

Na altura algumas pessoas não resistiram em ver as suas casas a serem demolidas e houve mesmo pessoas que chegaram a morrer de trombose.

Passados mais de quatro anos, as obras da estrada não conhecem o seu fim, e mais casas foram demolidas.

1.3 MARÇO 2014

1.3.1 Desalojados de Chuva de Cacuaco continuam em tendas a sete anos

Jornal Angolense
08 De Março 2014

São mais de três centenas de famílias que vivem, aliás sobrevivem em condições inóspitas desde 2007 em tendas de campanha localizadas no bairro Golfe-2, no distrito urbano do Kilamba-Kiaxi. Dentre os desalojados, estão as vítimas das enxurradas que se abateram impiedosamente sobre o município do Cacuaco há sete anos, como também os populares que foram despejados pelo Camartelo demolidor do GPL nos bairros do Iraque e Bagdad. Ironia do destino ou não: os desalojados, tanto os do Cacuaco como os do «Iraque» e «Bagdad» vivem paredes-meias com duas congregações religiosas, mais concretamente as igrejas Iosafath - antiga Maná- e a Nosso Senhor Jesus Cristo no Mundo, vulgo Simão Toco. Dada a proliferação de igrejas na zona pode-se inferir que as gritantes carências materiais a que têm sido sujeitos estarão a ser mitigadas de forma espiritual.

Há poucas esperanças entre os infelizes, já que não acreditam que o quadro sombrio venha a inverter-se a curto ou médio prazo, depois de terem passado 7 anos a assistir à mudança de governadores provinciais: primeiro, Francisca do Espírito Santo, depois, José Maria dos Santos, e, por último, Bento Bento. Agora, as esperanças, ainda que ténues, recaem sobre este último edil, já que de outros guardam tristes recordações.

Logo à entrada do campo de refugiados, o Semanário Angolense deu com uma tenda gigante, de eor castanha, já bastante deteriorada. Apesar do castanho dominante, na tenda são ainda visíveis sinais de que a mesma era antes verde, pelo que tudo aponta que as chuvas, os fortes raios solares e as poeiras ofuscaram a vivacidade daquele alojamento precário.

Na tenda gigante, um pano estendido ao comprido faz a vez de porta. Na parte exterior da mesma, duas crianças debruçadas sobre uma fogueira têm o olhar concentrado numa panela que, a avaliar pela hora, seria a do almoço.

O cenário no local é, de resto, bastante desolador: junto às tendas existem várias poças de águas paradas que empestam a atmosfera com um cheiro

nauseabundo, ao ponto de obrigar os visitantes a levarem, com alguma frequência, as mãos às narinas.

Indiferentes ao perigo, algumas crianças brincam sobre as águas paradas, sem que tenham por perto um adulto a chamá-las à atenção para as consequências nefastas' que poderão advir daquelas brincadeiras inocentes.

Um rasgão de dimensões consideráveis na lona da tenda reduz ainda mais a privacidade deste alojamento precário, já que a partir da fresta aberta pode-se divisar o seu interior e observar os utensílios domésticos e outras bugigangas. A um canto da cobertura de lona, um saco de lixo atrai uma fauna de insectos, moscas, baratas e ratos.

Testemunhos dramáticos

A presença do Semanário Angolense no local despertou a atenção de algumas famílias que se encontravam debaixo de um sol intenso.

Cada um, à sua maneira, foi desfiando o seu rosário, queixando-se das péssimas condições sociais naquela «campo de concentração». Disseram de sua justiça, os momentos difíceis que têm passado durante os sete anos que lá vivem.

Maria Fatez, mãe de três filhos, recorda, com profunda tristeza, o dia em que a sua residência foi arrasada pelas águas da chuva. Diz que não tem estado a receber nenhum tipo de apoios por parte do Estado, estando a sobreviver de «pequenos negócios de medicamentos tradicionais» que vende diariamente na «zunga». Sentada à porta da tenda já bastante carcomida pelo tempo, ela afirma que tem vivido «momentos difíceis, que só Deus sabel».

Maria lembra, com nostalgia, a sua antiga moradia, que, segundo ela, dava-lhe o «mínimo de conformo», mas que há sete anos viu-se obrigada a viver naquela tenda.

Diz que tem estado a sofrer muito com as crianças. «Enfrentamos de dia um sol insuportável e, quando chove, a situação torna-se mais complicada. De noite, não temos energia eléctrica» lamenta, com o semblante desanimado.

Apurou-se que não existe naquele espaço nenhum género de saneamento básico, nem casas de banho, daí que os moradores sejam obrigados a defecar em sacos de plásticos. «Não temos outra alternativa senão fazermos as necessidades ao ar livre, por falta de casas de banho», desabafa António Manuel, que clama ao mesmo tempo por água potável, alimentos e serviços de saúde. Entre os descontentes, está igualmente Doroteia Vuluca, 45 anos, que se queixa igualmente das péssimas condições de habitabilidade.

«Vivemos mal, sem condições mínimas. Quando começarem as chuvas, a nossa desgraça irá aumentar, já que corremos o risco de contrair várias doenças».

A sinistrada conta que as péssimas condições de habitabilidade naquele recinto já levaram à morte de alguns moradores, cujo número não precisou, uma vez que, segundo apurou a nossa reportagem, existe entre os populares um número considerável de familiares com pacientes que padecem de tuberculose e outras doenças contagiosas.

Soube-se também que várias crianças que vivem no «campo de concentração» estão fora do sistema de ensino, por falta de escolas.

Uma anciã revelou que o índice pobreza é muito elevado e que muitas famílias têm-se limitado a fazer apenas a uma refeição por dia. «Há famílias que nem conseguem comprar um pão para comer», afirmou Domingas Vuluca.

Emília Panzo, outra anciã vítima da «maldita» chuva que se abateu sobre o Cacucaco em Janeiro de 2007, diz que o local tem sido alvo de várias de acções de marginais, que, às vezes, aparecem «munidos de facas para ameaçar os residentes».

Os sinistrados disseram também que, atendendo a situação anómala que os mesmos enfrentam, no ano transacto endereçaram cartas ao Presidente da República, José Eduardo dos Santos, no sentido de verem os seus problemas resolvidos, «mas a coisa continua na mesma senda, sem qualquer resposta plausível sobre o assunto», frisou um dos moradores, que falou sob anonimato.

Entretanto, um dos coordenadores do «Centro», que falou também sob anonimato, disse ao Semanário Angolense que os moradores estão cansados com as falsas promessas dos governantes. «As pessoas aqui não têm dignidade humana, falta-lhes de tudo um pouco».

Soube-se que o único Centro de Saúde que lá existia está encerrado há muito tempo devido à falta de medicamentos e materiais gastáveis. De igual modo, o Centro de Alfabetização fechou à míngua de verbas e material didácticos para os alunos.

I.3.2 Dirigentes do MPLA usurpam terras numa clara neocolonização negra

Jornal de Angola
08 De Março 2014

A ocupação de terrenos de populares por parte de alguns dirigentes do partido no poder em Angola, o

MPIA, é um dos grandes problemas na Huíla. A maioria das vítimas são herdeiros e pouco podem fazer para proteger as suas terras.

O fenómeno não é novo. As formas de ocupação é que são diferentes. Simula-se que o terreno será expropriado pelo Estado por ser aliciante e estar numa zona bem localizada. Começam então as chantagens por parte dos interessados, que na sua maioria são políticos do MPLA. Localizam depois os documentos na Administração Municipal e o título de propriedade passa a ficar em nome dos interessados. Entre vários casos encontramos o da família Santos, no bairro do Tchico, nos arredores da cidade do Lubango. Uma zona bem localizada, junto à estrada principal, onde os seus antepassados viviam desde o tempo colonial. Uma parte servia para habitação e outra para agricultura de sub-sistência.

Segundo a família, a situação da piorou em 2004. Domingos dos Santos, de 62 anos, é um dos herdeiros que foi surpreendido com obras de estranhos no terreno que os seus pais lhe deixaram.

Recorreu a administração local do Lubango a fim de impedir a continuação das obras. No momento recorremos a fiscalização da Administração do Lubango para poder mandar parar as obras e assim não foi feito. A família foi forçada a contactar o antigo Administrador, na altura o senhor Adriano Tyova", conta.

Mas para o espanto desta família não era dado seguimento ao seu processo.

"Os documentos entraram na administração do Lubango e assim foi andando, íamos pondo lá e eram constantemente anulados. Afinal na ajuda que fomos pedindo ao Vigílio Tyova ele passou os documentos em nome dele", explica Domingos dos Santos.

As ameaças para deixarem o terreno aumentaram, como relata Nádia Santos, outra das herdeiras do terreno em litígio. "O senhor Vigílio Tyova diz que ele é o poder, manda e desfaz, e já nos provou isso e por conseguinte veio aqui intimidar-nos", relata. Mas a lesada não se sente intimidada com o cargo político de Tyova. "Só porque ele é membro do partido MPLA e segundo secretário na província da Huíla, o senhor Vigílio Tyova é excelência? Lá quando está a exercer os seus cargos. Mas quando vem aqui ao nosso terreno a querer roubar ele passa a ser simplesmente o cidadão Tyova", sublinha.

A lesada exige, por isso, que não haja dois pesos e duas medidas: "A lei não pode ser uma para os ministros e outra para o povo.

Nós não nos vamos calar, se nos matam temos filhos, netos, temos criações e gerações a não ser que ele tenha que destruir uma família.

O advogado Bemardo Peso, que representa a família Santos, afirma que se trata de um caso de espoliação de terreno e abuso de poder por parte de Vigílio Tyova, na época administrador municipal do Lubango e hoje segundo secretário provincial do MPLA, partido no poder, e deputado da Assembleia Nacional.

Para Bemardo Peso, o que se passa aqui é quase a lei da selva "onde o mais forte serve-se dos seus poderes para extinguir direitos de terceiros."

Para o advogado da família Santos trata-se de um caso de abuso de poder. "Quando aqui há indivíduos ou entidades bem posicionadas que expropriam terrenos de outros, tecnicamente isto não é expropriação, mas sim esbulho, porque expropriação está ligada ao interesse público, neste caso estamos diante de abuso de autoridade", afirma.

Bemardo Peso, que também é presidente da Associação SOKA YOLA, ligada à defesa dos direitos humanos, diz que para além do Lubango também há casos semelhantes no município da Humpata.

O governador da província da Huila e primeiro secretário do MPLA, João Marcelino Tchippingui, prometeu trabalhar para se poder pôr fim a estas situações: "Este fenómeno não é novo ele vem se repetindo por i so pensamos que precisamos de tomar medidas grandes para males grandes."

I.3.3 Bairros desordenados ofuscam as cidades

Jornal de Angola
12 De Março de 2014

Em declarações Angop, António Abílio disse que as construções anárquicas dificultam o saneamento básico, sobretudo em zonas onde as empresas de limpeza têm dificuldades de acesso.

As grandes quantidades de resíduos domésticos que são depositadas em lugares impróprios, as águas estagnadas por falta de esgotos e o abate indiscriminado de árvores provocam danos ao ambiente. Por essa razão, defende a necessidade de se regular as construções, com base numa política de gestão e urbanização.

António Abílio lembrou que as construções anárquicas vêm do tempo do conflito armado,

durante o qual, por razões de segurança, as pessoas que fugiam do interior construam nas periferias das cidades. Agora, o processo de requalificação urbanística das cidades, em curso no país, deve pôr termo a esse tipo de construções.

O director provincial do Ordenamento do Território, Urbanismo e Habitação, António Abílio referiu que, na província da Huila, o Governo já deu início ao processo de requalificação do Lubango, no âmbito do qual as moradias construídas à beira de estradas, rios, caminho-de-ferro, em encostas e sobre esgotos são demolidas.

O Lubango está ladeado de construções anárquicas, situação que deve ser corrigida no quadro do processo de requalificação urbana, que tem permitido o realojamento de várias famílias em novas áreas urbanizadas da cidade.

Mulher Rural é prioridade

António Abílio revelou que o Governo Provincial tem 53 reservas fundiárias, a maioria das quais no Lubango, onde a procura de terrenos é maior. A cidade tem uma população estimada em mais de 1,6 milhões de habitantes. O Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) vai ajudar a melhorar substancialmente a qualidade de vida das mulheres rurais, garantiu na segunda-feira, em Luanda, a chefe da secção da Família e Promoção da Mulher do distrito urbano da Maianga.

Ana Domingos, que falava à Angop, disse que o PND prevê acções específicas dirigidas à mulher rural que vão ajudar a ultrapassar as dificuldades que ainda enfrenta no seu processo de desenvolvimento. A alfabetização da mulher rural, disse, é um dos instrumentos que constam do Plano Nacional de Desenvolvimento, por o Executivo entender que, dotando as mulheres de conhecimentos académicos, maior é o seu contributo no desenvolvimento do país.

As autoridades do distrito urbano da Maianga desenvolvem regularmente campanhas de alfabetização no Mercado do Catinton.

I.3.4 Indígenas podem perder Terra

Jornal Folha 8
15 De Março 2014

Um clima de instabilidade agiganta-se na província do Huambo, devido ao eterno problema sobre a posse e a propriedade das terras, em função da actual política governativa, que não se coíbe em vender terras de famílias cujas gerações aí nasceram.

A camponesa Rosalina, 55 anos de idade, natural do Lomato-Huambo, desabafou ao F8, nos seguintes termos: "querem nos receber as nossas terras, para entregar aos estrangeiros", afirmou, adiantando o facto de "nós como natos destas terras, não podemos ser corridos, pois também as precisamos, para trabalhar e nos alimentar".

A maioria dos camponeses e autóctones do interior e mesmo das zonas urbanas do Huambo, condenam a visão e interpretação da constituição e da lei de terras feita pelo executivo local, principalmente, nas pessoas dos senhores, Kalunga Kissanga, Francisco Fato e Guilherme Tuluka e ainda André Milo, administrador da comuna do Benfica, de estarem a cumprir ordens do executivo central para retirada de terra de pacatos cidadãos.

As referidas terras têm proprietários e nelas estamos a praticar o cultivo de, milho, feijão, mandioca, batata-doce, para além de bananeiras, mangueiras e é aqui também onde estão as nossas humildes casas, recorda um camponês. "Agora querem nos receber e vamos comer o quê e ficar aonde", disse questionando, "que governo é esse que nos tira a terra deixada pelos nos os ancestrais, uma coisa que nem o colono fazia

1.3.5 Casas impróprias, delinquência e chuva complicam a vida

Semanário Angolense

15 De Março de 2014

Os moradores retirados da Chicala-2 continuam em situação dramática e, agora, estão a passar por grandes dificuldades por causa da invasão das águas da chuva, que encheu as fossas e está a derrubar as paredes das residências por não terem sido bem construídas.

Os moradores estão deveras preocupados nesta época chuvosa e alegam que naquela localidade não se faz a recolha do lixo, nem há meios que os ajude a esvaziar as fossas que estão totalmente cheias de água pluvial. A maior preocupação daquela gente é com a saúde das crianças porque o bairro ainda não dispõe de um posto médico.

Outra situação que deixa os pais muito tristes e apreensivos é o facto de não haver sequer uma escola, o que faz com que as crianças provenientes da Chicala-2 se encontrem fora do sistema de ensino. Apenas alguns pais com alguma possibilidade conseguiram pôr os seus filhos em colégios.

O Semanário Angolense (SA) foi ao terreno e conversou com alguns moradores que mencionaram

a falta de água potável como água não corre nas torneiras das residências e só tivemos acesso a ela nas duas primeiras semanas após a retirada da Chicala», contaram.

Na situação em que se encontram, nem todos têm a possibilidade financeira para comprar água todos os dias. «No bairro vizinho os moradores que têm reservatórios de água vendem o recipiente de 20 litros ao preço de 100kz. Para uma família são predia e nem todos o podem fazer», lamentou um dos moradores.

Assim sendo, os mesmos aproveitaram a presença do SA para apelar a administração do município de Viana ou a quem de direito para ajudá-los enviando camiões cisternas com água para os abastecer.

Nos últimos dias os populares estão a ser assaltados constantemente pelos amigos do alheio que roubam todos os seus haveres na calada da noite. Os moradores afirmam que os assaltantes estão identificados e moram no bairro das casas de chapa, chegam com motas de carroça e transportam tudo o que tiver algum valor, sobretudo o mobiliário que, pela exiguidade das casas, teve que ficar no exterior.

Como se não Polícia teme ladrões

Outra situação preocupante portas das residências de armas em punho e facas e levam mais alguns meios. Os moradores dizem que já fizeram várias queixas à esquadra mais próxima mas nunca foram atendidos, porque alegam que têm poucos agentes em serviço e não têm meios para prender os bandidos.

A população, descontentes com a situação, afirma que foram transferidos para a «boca do leão», ao invés de um bairro onde pudessem fazer a sua vida de forma pacífica. O Zango -2 tem muitos problemas como a falta de energia, água, escolas, hospitais e saneamento básico. «Atiraram-nos aqui e abandonaram-nos, ninguém faz nada, nem mesmo a administração local», reclamou uma moradora.

A senhora Feliciano Iumbi, ex-moradora da Chicala-2, mãe de seis filhos, agora moradora do Zango-2, está preocupada com a casa que lhe foi entregue porque a mesma encontra-se junto de um pequeno monte que, quando chove, faz com que as águas vão de encontro às paredes que estão a desfazer-se. Temendo que a casa desabe ela está a retirar os seus haveres mais importantes e a guardam.

I.3.6 Entregues Lotes de Terreno para a construção de casas

Jornal de Angola
21 De Março 2014

Antigos militares residentes no Município de Baía Farta, Província de Benguela, receberam ontem lotes de terreno para construção de residências, no Bairro 11 de Novembro, no âmbito do projecto de auto construção dirigida desenvolvido pela Administração do município pesqueiro.

O responsável da associação dos ex-militares no município, Vinho Betatela, disse que na construção das residências os vinte antigos combatentes beneficiaram de 50 por Baía Farta, Maria João, anunciou que a partir de Abril vão ser em gues mais 100 hectares de terreno loteados a outros beneficiários.

Maria João apelou às pessoas que vivem em zonas de risco para aderirem ao processo de inscrição para cedência de terrenos.

No quadro do plano de urbanização e ordenamento dos bairros mais de 60 hectares foram cedidos à população no Bairro 11 de Novembro, e estão projectadas áreas para a construção de infra-estruturas sociais como escolas postos médicos passeios e lancis.

I.4 ABRIL 2014

I.4.1 Empresários desaloja população em Cacucaco

Jornal Manchete

04 De Abril de 2014

Texto Albino Sampaio

Segundo os moradores, o imbróglho envolvendo a população e o empresário, Francisco José Neves é de conhecimento do então administrador municipal de Cacucaco, Carlos Cavuquila, o qual havia mesmo orientado o empresário no sentido de que não tomasse qualquer posição sem que antes reconstruísse as casas da população.

Mas, acto continuo, aproveitando da saída do Carlos Cavuquila de Cacucaco, alinou-se o empresária com a actual administradora de Cacucaco, Rosa Janota, para firmar um trato que culminou na destruição das residências dos pacatos cidadãos.

Em função de querer ver retomado o terreno, Francisco José Neves, apresentou uma sentença, com o processo nº 2209/2012/-c, registado sob nº 06 da 1 a Secção da sala do Cível e Administrativo do Tribunal Provincial de Luanda, que está ser fortemente contestada pela população, que não reconhecem o facto de o processo estar a ser tratado unilateralmente por parte do empresário.

Francisco José Neves, também é acusado pelos moradores como sendo o indivíduo que faz a cabeça de alguns dirigentes naquele município, apenas para ver os seus intentos salvaguardados.

No dia de demolição, fez-se transportar no local diante de alguns efectivos afectos a Polícia Nacional, com o fim de intimidar os cidadãos, numa altura em que apenas encontraram' no bairro somente as crianças, porque alguns encarregados já se encontravam no local de trabalho.

No entanto, o Manchete apurou que o empresário apresentara uma providência cautelar de restituição provisória da posse, com alguns fundamentos de que os requerentes em comum e em partes iguais, são necessariamente os legítimos donos de uma parcela de terreno turístico, omissa na matriz, na zona industrial do Sequela, município do Cacucaco, ocupando uma área 134.319,21 m².

Ainda de acordo com as fontes deste município, o empresário Francisco José Neves destruiu as

residências dos cidadãos, sem no entanto encontrar um espaço para acolhimento das famílias.

O Manchete apurou também que o referido autotitulado dono do terreno, pretendia indemnizar cada um dos populares com um valor de 10 mil dólares para as famílias que tinham casas erguidas de bloco sem terreno, sendo que 5 mil dólares se destinavam aos que tinham casas apenas de chapas de zinco.

Um desses responsáveis que têm sido apontados, como sendo suspeitos beneficiário da venda de terreno, o coordenador do bairro Belo Monte, Samuel Mateus Domingos, acusado como tendo participado num negócio obscuro com o empresário.

Segundo os munícipes, a carta enviada à administradora de Cacucaco, Rosa Janota, espelhava que no dia 24 de Novembro de 2012, os moradores solicitaram ao governante que colocasse o fim ao processo, uma vez que o referido empresário usava tudo ao seu alcance para expulsar a população do terreno.

Face as divergências ocorridas, a administradora, Rosa Janota orientou que o processo fosse parar ao Tribunal.

Acto contínuo, no sentido de estabelecer o contacto com o empresário, Francisco José Neves, o Manchete tentou sucessivamente o contacto telefónico porém, o mesmo não respondia as suas chamadas. Momentos depois, o mesmo enviou uma mensagem com o seguinte teor, "me encontro reunido", no entanto, o mesmo já não voltou a dar qualquer sinal, pelo que prometemos trazer mais detalhes nos próximos dias.

Do mesmo modo, tentamos também o contacto com a administradora municipal de Cacucaco, Rosa Janota Dias dos Santos, mas a mesma não atendia o telefone.

I.4.2 Terrenos em litígio com mais dois intervenientes no bairro Lukembo

Jornal Manchete

04 De Abril de 2014

Texto: Moreira Mário

Há uma semana António Porfírio viu as vedações dos seus espaços serem demolidas pela administração de Belas, tutelada pela administradora Joana Quintas, alegadamente, a favor da TCUL - Empresa de Transportes Colectivos Urbanos de Luanda.

De acordo com a vítima, antes da intervenção da TCUL nos seus terrenos, um outro cidadão em tempos havia igualmente reclamado como sendo dono legítimo dos referidos espaços e que do mesmo modo, era auxiliado pela administração de Belas.

Tal como explicou Porfírio, passados três anos depois de ter adquirido os espaços e tendo realizado alguns serviços de vedação do mesmo, foi surpreendido com escritas nas paredes, alegando que "o terreno estava em litígio". Como não sabia quem era, uma vez que ao longo de quatro anos nunca terá recebido qualquer interpelação de quem quer que seja, mesmo por altura quando decorriam as obras, não mais fez senão, dar a conhecer o caso ao seu advogado.

"O meu advogado foi constatar o facto nos terrenos e de seguida encaminhou um processo para o tribunal provincial, por sua vez, este órgão procurou identificar quem era esta pessoa. Simplesmente estávamos a pensar que fosse a administração, mas da informação que tivemos do tribunal, é que havia um senhor que reclamava pelo espaço", disse.

Depois do tribunal identificar quem realmente reivindicava a titularidade dos terrenos, cujo nome atende por José Kinjango, alega-se o mesmo ser pastor de uma igreja. E, portanto, em Julho de 2013 o tribunal notificou as partes a se apresentarem à primeira audiência. Aconteceu que o indivíduo em causa (senhor Kinjango) não apareceu, nem mesmo o seu advogado.

Mesmo assim, o tribunal deu sequência a audiência, ou seja, achou procedente continuar com o julgamento, disse Porfírio, alegando que no mesmo dia, o tribunal lhe passou uma providência cautelar. Mas estranhamente, nesse mesmo dia, a administração de Belas foi novamente ao espaço e escreveu nas paredes com escritas que diziam que "ia demolir as obras".

"Dei a ocorrência ao meu advogado que escreveu uma carta e a cópia da providência cautelar, este último documento cedido pelo próprio tribunal, eu mesmo levei e dei entrada a secretaria da administração de Belas, e as outras cópias foram entregues ao senhor Kaós, chefe da fiscalização do município de Belas, enquanto outra carta foi entregue ao senhor Miguel, mais conhecido por Lito, chefe de inspecção da mesma administração".

A VEZ DA TCUL ...

A fonte lembra que no dia em que entregou a providência cautelar do tribunal à administração, o senhor Kaós lhe disse pessoalmente que o caso com

o senhor Kinjango já estava ultrapassado, porque apareceu mais um outro dono.

"Como é possível que a fiscalização, sendo uma entidade que vela pela normalidade administrativa da zona, aparece qualquer um que diz que sou o proprietário de uma parcela de terra na zona X e este órgão move os seus homens, escrevem nas paredes a indicar litígio. Depois já não é a mesma pessoa, é outra, e estes vêm dizer agora o dona é outra pessoa. O que está a passar afinal?" questionou a fonte, declarando que foi na sequência deste assunto que o seu advogado escreveu cartas denunciando tais actos por parte da administração de Belas, tendo dirigido em várias instituições do Estado: "ao ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, ao governador de Luanda, Bento Bento, para o presidente da bancada parlamentar do MPLA, Virgílio de Fontes Pereira, bem como ao secretário-geral deste mesmo partido, senhor Dino Matross, mas nenhuma resposta foi dada.

Mas por confidência de alguns funcionários da administração chegadas a administradora Joana Quintas, alertaram o cidadão para se acautelar porque havia um negócio dos seus espaços entre a administradora e a TCUL. Esta empresa solicitou a administração de Belas que estava interessada em obter uma parcela de terra na zona do Lukembo, e nesta manifestação apresentada pela TCUL, segundo ele, a administradora moveu algumas pessoas afectas a sua instituição para, no entanto, localizar uma área que se pudesse ceder a empresa transportadora urbana.

"Um alto responsável da TCUL chegou ao local e disse que gostou da área em que se encontram os meus terrenos. E foi assim que a partir daí começou a negociata", contou, conforme o informado. O cidadão lembrou que tem em posse o mesmo terreno, muito antes da existência da administração de Belas, na altura área de jurisdição da Samba, tutelada pelo então administrador Rui Fançony. O mesmo referiu que, enquanto a zona em causa pertenceu à Samba nunca tiveram conflitos de terras na zona, só depois da mudança administrativa é que os conflitos também começaram.

NOVAS DISPUTAS

Os espaços em litígio e que já estavam completamente vedados, com muros de construção definitiva, têm uma extensão de dois hectares, 100/60 e 200 metros quadrados, segundo o interlocutor. Apesar das pressões que vêm sofrendo para ceder as parcelas de terra, nunca cederam. Entretanto, alguns meses depois, quando se registava uma acalmia total, Porfírio foi surpreendido no passado dia 27 de Março

no seu local de trabalho, com um telefonema de um vizinho dando conta da sua obra estava a ser demolida por máquinas, inclusive outras obras também que se encontram naquele área.

"Quando cheguei ao local, estavam as últimas paredes da minha obra a tombar, com o perímetro todo completamente cercado por agentes da Polícia da Ordem Pública e da Polícia Militar. Os mesmos não permitiram que alguém se aproximasse", disse, lamentando que "foram quatro anos de trabalho. Não tive ilusões de ter um carro de luxo, o que queria era dar um futuro melhor a minha família, agora foi tudo por água abaixo, em menos de duas horas".

Adianta que, dois dias depois, o mesmo responsável da TCUL apareceu no local a persuadir o presidente da comissão de moradores daquela comunidade, para assinar uma declaração a favor da sua empresa, de maneira a desfazer-se dos documentos que atestam serem os verdadeiros proprietários, mas não teve sucesso.

Porfirio, diz com franqueza, que se a justiça existe no nosso país e respeita os direitos dos seus cidadãos, tem fé que ela vai assumir a sua posição, uma vez que tem todos os documentos que lhe conferem a posse dos terrenos.

Até ao fecho desta edição, procuramos ouvir a TCUL e a administradora Joana Quintas, os nossos esforços surtiram em fracasso.

"NÃO DEVO ADIANTAR NADA POR ENQUANTO"

Em busca do contraditório a TCUL, uma fonte ligada à área de comunicação e imagem, garantiu-nos que o terreno em causa foi cedido pela administração municipal de Belas, segundo a informação que lhe foi dada pelos seus superiores para nós transmitir. Acrescentou ainda que se quiséssemos obter melhor esclarecimento sobre o assunto, devemos contactar a própria administração de Belas.

Já o porta-voz da TCUL, identificado apenas por Sérgio, disse-nos que "não podia adiantar nada quanto o assunto sem antes consultar os seus superiores". Ao ouvirmos também a administradora do município de Belas, Joana Quintas, por via telefone, fomos informados que a mesma se encontrava reunida. No entanto, não recebemos qualquer sinal da mesma até ao fecho desta edição.

I.4.3 Protesto. Desalojados do Bengo manifestam-se por um tecto

Jornal Agora

11 De Abril de 2014

Depois de quatro anos a residirem no mesmo local, após pagarem milhares de Kwanzas em licenças de construção, e numa altura em que até já tinham garantias da administração local de que o processo de legalização dos bairros estava bem encaminhado, mais de 2.000 famílias do Bengo vêem-se obrigadas a dormir ao relento.

A situação abriu uma 'frente de batalha entre a população e o administrador comunal do Dande, Abreu Augusto Leal, contestado pela ordem de demolição de 2.500 casebres, localizados nos bairros Sassa-Lernba e Xi-Muto, na comuna da Barra do Dande.

POPULARES AMEAÇAM INCENDIAR CARRO DO ADMINISTRADOR. "Se o senhor Abreu não falar com a população, vamos bloquear a estrada número 100, e ninguém vai entrar ou sair do Bengo, até que nos devolvam as nossas casas", avisavam, no último sábado, dezenas de moradores.

Reunidos para concertar acções de luta em defesa do próprio tecto, os desalojados convocaram, além do bloqueio, previsto para hoje, uma manifestação de protesto, agendada para amanhã.

A revolta popular corre o risco de se radicalizar, atendendo às palavras de ordem ouvidas da boca de alguns moradores, contundentes nas ameaças: "Vamos incendiar o carro do administrador".

A exaltação dos ânimos tem como esteio um já longo processo de legalização, conforme explica ao Agora Mateus Miguel, presidente da Comissão de Moradores,

O responsável adianta que, 'diante do franco desenvolvimento' da comuna, em 2012 fez chegar ao administrador o número de habitantes existentes, no sentido de agilizar o processo de legalização dos bairros e da própria comissão.

"Este cartão [de contacto] foi ele mesmo que me deu", confirma o senhor Nelito, responsabilizando Abreu Augusto Leal. "Se desconhecia a nossa

existência, ou se achasse que estamos aqui em situação de ilegalidade, por que razão não reagiu na hora? Nós gastámos dinheiro para estarmos aqui", insiste o morador, que culpa ainda um ex-trabalhador do poder local pelo imbróglio.

EX-FUNCIONÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO ACUSADO DE VENDER TERRENOS INDEVIDAMENTE.

"Quando tudo começou, os terrenos estavam a ser vendidos a 5.000 Kz, depois subiram para 10.000 Kz, e hoje vendem-se acima dos 50.000 Kz. Nós, pelo menos, comprámo-los das mãos da mulher de um antigo funcionário da administração municipal. O Estado deve pedir-lhe contas", protesta.

O direito de propriedade reivindicado pelos moradores é, todavia, contestado pelas autoridades. Segundo fontes da Direcção Provincial da Habitação do Bengo, o terreno sobre o qual recaem as ordens de demolição pertencia à empresa Martal que, na época colonial, o utilizava para a criação de gado.

A situação acabou por se alterar com a criação da Zona Económica Especial (ZEE) Luanda/Bengo, conforme esclareceu Abreu Augusto Leal.

"Só fiz cumprir a Lei", reforça o administrador comunal da Barra do Dande, evocando a aplicação do Decreto Presidencial nº 77/11 de 19 de Abril, e do Decreto nº 50/09, de 1 de Setembro.

O responsável recorda que estes instrutivos aprovam os limites geográficos, nos termos dos quais as diversas partes que integram a referida zona devem ser implementados e desenvolvidos.

PAGAR UCENÇA DE CONSTRUÇÃO E VER CASA SER DESTRUÍDA. Neste contexto, o governante refere que "todo aquele espaço que pertencia à empresa Martal passou a ser reserva do Estado, destinada para as construções de grandes centralidades, como, por exemplo, a de Capari e a de Cacucaco".

Abreu Augusto Leal defende ainda que esta situação foi criada por "um grupo de pessoas que induz em erro os menos avisados, algo que constitui uma afronta às autoridades do Executivo".

Por sua vez, os moradores insistem na ideia de que as autoridades estão a retirar direitos que sempre reconheceram.

Daniel Simão conta, por exemplo, que, aquando da construção da sua casa, foi interpelado pela fiscalização do Dande, com a notificação nº12/2013, passada pela Administração Municipal e registada a 27 de Setembro do ano passado.

"Paguei 30 mil Kz de multa na secção da fiscalização e fui autorizado a continuar com as obras, para depois me partirem a casa?", interroga.

A situação é comum a vários outros habitantes que, como 'armas de protesto' contra o que chamam de desigualdades sociais, exibem croquis e cópias de direitos de superfície emitidos pela Administração Municipal.

"Nascemos nas zonas adjacentes e precisamos de um espaço para viver", protesta Isabel José, a quem faltam palavras para expressar o que lhe vai na alma. Afinal, recorda, tudo aconteceu quando se encontrava no óbito de um familiar.

"Quando cheguei, já tinham demolido tudo.

Não tirei absolutamente nada. Perdi cerca de 70 sacos de cimento, e as panelas e os pratos também foram destruídos", lastimou. Com olhos carregados de lágrimas, a moradora conta que já recorreu a um advogado para tratar da sua defesa.

Isabel José acrescenta que os moradores já haviam enviado uma carta para a administração da comuna, solicitando a legalização da zona. "Tivemos uma resposta positiva, até porque foi aí que alguns moradores conseguiram tratar dos seus croquis de localização".

SOBA ALEGA TER SIDO AGREDIDO PELAS FORÇAS POUÇIAIS. Apesar de validados pelas autoridades locais, os documentos não travaram a campanha de demolições, concretizada debaixo de denúncias de abuso de força por parte das autoridades policiais.

"Encontrava-me a tomar o pequeno-almoço, quando elementos da Polícia se apresentaram na minha casa e me começaram a bater em mim. Nem me deixaram vestir", lamenta o soba do Sassa-Lemba, que diz ter sido atacado por sair em defesa da população.

"Chegaram às 6 horas e, quando procurei saber para onde levariam as pessoas desalojadas, começaram a espancar-me. O povo revoltou-se; os militares começaram a disparar, e só não aconteceu o pior porque conseguimos conter a fúria dos moradores", relata a entidade tradicional.

O episódio, ainda segundo o testemunho do soba, terminou com várias detenções. "Fomos levados para a esquadra de Caxito, onde ficámos detidos durante uma semana, sem uma explicação plausível. Fomos humilhados como se fôssemos delinquentes na nossa própria terra", recorda António Sebastião.

"Depois de alguns dias, fomos julgados, e queriam que pagássemos 40 mil Kz por pessoa, mas pagámos apenas 20", conta, garantindo que as convulsões causaram a morte de uma menor de sete anos, soterrada nos escombros.

O balanço fatal foi, contudo, desmentido pelo administrador Abreu Augusto Leal, que confirma apenas a demolição de 2.500 casebres e a detenção de 12 cidadãos.

Por outro lado, o responsável da comuna da Barra do Dandé esclarece por que razão algumas residências não foram abaixo: a ZEE pertence à Casa Militar.

"As residências ou terrenos de militares e generais devem ser daqueles que estão a trabalhar na perspectiva da construção", conclui o administrador.

I.4.4 Municípios de Malanje recebem terrenos

Jornal de Angola

17 De Abril de 2014

Texto: Francisco Curinbingana

A Administração Municipal de Malanje começou a distribuir terrenos destinados à auto-construção dirigida, no bairro da Carreira de Tiro. São no total 945 lotes, dos quais 889 são entregues na primeira fase aos futuros habitantes da área, que vai contar com diversas infra-estruturas sociais e económicas, como escolas, bancos, lojas, serviços administrativos, esquadra policial, hotéis, hospital e creches.

O governador de Malanje, Norberto dos Santos, precisou que o objectivo do Governo é fazer com que cada cidadão adquira o seu lote de terreno e construa a sua casa, respeitando o modelo da Administração municipal.

Quanto à estrada que dá acesso à comuna do N'golaLuige, o governador de Malanje precisou que a reabilitação consta do Programa do Governo para este ano. A via, acrescentou, vai ser asfaltada e melhorada.

A comuna de N'golaLuige, disse o governador, tem muitas valências, porque a captação de água está próxima, além do novo sistema que vai ser instalado, a partir do rio Cuije.

O governador Norberto dos Santos garantiu que em breve vão ser também distribuídos lotes de terreno para a auto-construção dirigida no município de Cacusó.

Aproveitou para desencorajar aqueles que constroem em locais impróprios pois, como referiu, "Malanje tem muito terreno, apelo a todos que queiram construir as suas casas para que se dirijam à Administração Municipal, a fim de recebermos seus lotes". Dirigindo-se aos jovens, o governador disse que não devem esperar que o governo lhes dê uma casa: "aproveitem esta oportunidade para poderem construir as vossas casas, pois o Governo vai garantir as infra-estruturas, água e energia". O administrador municipal de Malanje, Osvaldo Naval dos Santos, precisou, durante a cerimónia de entrega de lotes para a autoconstrução dirigida que a iniciativa representa a resposta às preocupações apresentadas à Administração Municipal pelos municípios.

"Para os próximos dias, disse, vão ser lançadas outras listas de terrenos, o que vai permitir a redução do aglomerado de documentos existentes. Actualmente na Administração Municipal de Malanje.

"Estamos a mobilizar os nossos municípios e o resultado tem sido bom. Procuram, a Administração Municipal para tratarmos de assuntos que têm a ver com obras. Licenciamento de terrenos e assim evitamos construções anárquicas".

I.4.5 Administração do Kilamba mais de 100 famílias ao relento no bairro cinco fio

Jornal Manchete

18 De Abril de 2014

Texto: Jorge Neto

Mateus Mukanza, 36 anos

"Foi a administração do Kilamba que partiu as nossas casas, porque os carros da polícia que vieram fazer escolta aos homens das máquinas estavam identificados, e vimos o Jeep que aqui apreendeu mais de 21 pessoas e possuía a matrícula, LD-55-28 EY. Apareceram cá por volta das 9 horas, porque sabiam que nessa altura só estariam em casa crianças e mulheres, mas haviam outros homens que não tendo ido trabalhar se encontravam no terreno, e quando os mesmos tentaram comunicar com os agentes, os homens das máquinas foram logo colocados nos carros, tendo alguns deles sido espancados e conduzidos à cadeia onde permaneceram durante mais de 8 horas". "Com a chuva que está cair e a roupa das crianças que está toda molhada, os electrodomésticos todos estragaram com a água da chuva, só queremos que nos devolvem

a nossa casa. Se nos dissessem que este terreno é do governo, ninguém construiria aqui. Agora, aonde é que vamos morar, eu vivo aqui há mais de 5 anos com 3 filhos e a minha esposa".

Paulo José

"Fomos trabalhar. As crianças foram à escola, e quando regressamos encontramos esta desgraça. Vivía aqui com 11 pessoas. Com esta atitude da administração, ficamos na rua. Temos um bebé de cinco meses e estamos todos aqui, com chuva e sol, por culpa da administração. O que nos preocupa é que ninguém avisou que viriam aqui destruir as nossas casas. Não construímos ilegalmente, porque não invadimos o terreno. Eu comprei este terreno em 2006 nas camponesas, porque isto tudo era lavra. Naquela altura pagamos 1500 pelo terreno, agora porque tem cidade próximo, querem nos tirar daqui. Se for vontade do governo, paciência, mas estamos a ouvir que há empresários que estão a fazer de tudo para nos retirem das nossas casas. Esperamos que o governo decida se ficamos aqui, ou então que nos dão outro espaço para construir, porque também temos direitos. Somos todos angolanos e esta não é a paz que esperávamos.

António Sukama Afonso, pedreiro de 36 anos de idade

"A minha casa tinha dois quartos, sala, cozinha e quintal. O governo não pode agir assim. Encontraram-me a descansar, entraram em casa

e começaram a tirar as coisas para partir a casa. E quando fui saber os motivos aos homens que manejavam as máquinas, um polícia começou logo a bater em mim e levou-me à esquadra. Fiquei lá das 10 horas até as 16, sem motivo algum.

Vivo com esposa e 4 filhos, e desde quinta-feira da semana passada estamos nesta situação, ao sol, à chuva e na poeira, tudo por cima das crianças mosquitos e outros insectos. Vamos ter muitos problemas de doença com as crianças.

Nós apelamos ao governo para resolver este problema, porque aqui, a população está a sofrer horrores".

Juliana Baptista, 33 anos Zungueira

"Tenho 5 filhos, sou solteira e ganho a vida vendendo fraldas descartáveis na zunga. Comprei este terreno em 2005 nas senhoras das lavras, porque aqui era tudo lavra e construí mesmo com os lucros dos meus negócios.

Quando recebi o telefonema de que estavam a partir a minha casa eu estava no mercado dos K wanzas, no Hoji-ya-Henda. E assim que cá cheguei já encontrei tudo destruído. Dentro de casa, tinha 60 mil kwanzas numa pasta e já não encontrei. Só pode ter sido roubada pelos homens que arrombaram a minha casa.

Colocaram as minhas coisas na rua e destruíram a minha habitação. Neste momento estou na rua, como podem ver. As roupas das crianças estão todas molhadas pela chuva que está a bater, neste momento não tenho nem o que o comer porque, com este roubo destruíram a minha vida.

Nem sei onde nem como recomeçar. Nem tenho o que dar às crianças para comer".

I.4.6 Pararam as demolições

18 De Abril de 2014

Jornal de Angola

Texto: Domiana N'jila

As demolições das casas ilegais do bairro Mata Gato, no Sambizanga foram suspensas mas os moradores estão preocupados porque não sabem quando recomeçam. Vão ser realojados no Zango, mas enquanto as coisas estão paradas, os gatunos estão a roubar os seus bens.

Alguns moradores do bairro Mata Gato quando interrogados pela reportagem do Jornal de Angola sobre o assunto mostraram-se revoltados.

Uma moradora do bairro que não quis ser identificada, disse que só foram demolidas as casas da frente para a rua. As do meio ficaram em pé.

Mas como estavam todas encostadas umas às outras, a maior parte dessas casas está em risco de desabar. Algumas desabaram mesmo, devido à chuva que ultimamente caiu em Luanda. "O governo disse que vai construir uma estrada. Por isso temos de sair daqui".

Os moradores cujas casas foram demolidas já receberam outras no Zango: "as casas no Zango estavam ocupadas por oportunistas, mas graças à polícia que acompanhou as moradores até ao Zango, foram restituídas aos verdadeiros moradores", disse um habitante do bairro Mata Gato.

Outro morador do bairro Mata Gato disse que as pessoas não estão satisfeitas com o cenário que se vive: "desde que as casas foram demolidas os assaltos aumentaram".

1.4.7 Administrações de viana e Calumbo negam acusações de expropriação

Semanário Angolense

26 De Abril de 2014

Texto: Maria Kiluanji

A Administração Comunal de Calumbo considera falsas as acusações, segundo as quais, aquela e a municipal de Via na estariam apoderar-se dos terrenos dos camponeses situados nos zangos 1,2 e 3.

Em declarações esta semana ao *Semanário Angolense* (SA), o administrador da comuna de Calumbo, Manuel Bernardo, argumentou que não é possível haver tal situação, porque já não existem camponeses naquelas localidades, mas, sim, um grupo organizado de pessoas a tentar incitar os ex-camponeses a criarem desordem nos Zangos. Acrescentou que o referido grupo está bem identificado.

Contactado o administrador municipal de Via na, Zeca Moreno, também acusado da mesma prática, disse que não responde a difamações. Ainda assim, desafiou os cidadãos a apresentarem provas sobre as acusações. O edil de Via na atirou a bola para Manuel Bernardo, dizendo que o dossier sobre o assunto é do domínio deste.

Em resposta, o número um da comuna de Calumbo sublinhou que nos Zangos, não existe produção agrícola neste momento e que o termo camponês tem ligação com actividade produtiva de campo, realçando que nessas zonas existe apenas um pequeno aglomerado de antigos camponeses com espaços não muito significativos.

Segundo acrescentou, estes aguardam pela resolução dos problemas relacionados com as suas indemnizações pelo Governo, representado pelo Programa de Habitação Social, dentro do território de Calumbo, que é gestor administrativo.

Contactos com camponeses

O responsável informou que o programa de habitação social tem insistentemente contactado os camponeses, com a colaboração dos administradores locais, no sentido de os persuadir a não erguerem obras sem autorização do governo, porque grande parte do território de Via na, foi constituído em reserva fundiária do Estado.

Manuel Bernardo explicou ainda que, dentro dessas reservas, todas as execuções que se fizerem devem ter o respaldo das estruturas administrativas

correspondentes. Apontou que grande parte dessa população tem apetência pela casa própria, por um lado, e, por outro, transformam esses espaços como se fosse uma luta contra a pobreza.

O administrador de Calumbo defende que a casa deve ser adquirida cumprindo com aquilo que o Estado orienta, os terrenos têm de ser urbanizados e infra estruturados e, depois da conclusão das obras, o governo distribui, sendo a distribuição destinada às pessoas que vivem em zonas de riscos nos diferentes pontos da província de Luanda para melhorar assim a qualidade de vida da população.

«Quanto à questão das agressões contra alguns camponeses idosos no Zango, por parte de supostos militares, Manuel Bernardo, afirma que existe um posto de comando unificado, integrado pela Polícia Militar e a Polícia de Ordem Pública e outros serviços, como a Investigação Criminal e até mesmo o tribunal, para fazer julgamentos», ressaltou.

Considerou um trabalho imprescindível, porque há muitos abusos, desordem e desvios das normas administrativas do Zango, porque «alguns oportunistas, como é o caso das associações Nguami Maka e dos Ex-militares, que não são parceiras da administração e que, por agirem à margem da lei, um deles já esteve detido.»

Fins políticos?

«Existem estratégias individuais que, pretendendo atingir fins políticos, enveredam por práticas e tudo fazem para colocar na frente de batalha pessoas inocentes, com cultura baixa e vulneráveis e quando há problemas, não aparecem», apontou.

E esses cidadãos que estão a ser manipulados vivem noutros pontos do Zango e vêm reclamar antigas lavras, algumas das quais já indemnizadas pelo Programa de Habitação Social.

Manuel Bernardo reafirmou que as indemnizações de camponeses de lavras começaram há muitos anos e que a grande maioria dos agricultores já foi indemnizada. «O Estado teve de negociar com eles e paga a cultura e não a terra, porque ela é propriedade exclusiva do Estado, como diz a lei de terras.

Por isso, aconselhou os camponeses que reclamam terras nos Zangos a terem o cuidado de perceber esse pormenor. A indemnização, segundo Manuel Bernardo, só ocorre quando essa terra tem cultura e cada cultivo tem um código e um preço.

O governante avançou que os sobas não são entidades para autorizar a cedência de terrenos a cidadãos, acusando o soba de Caquila, Henriques

Manuel, de estar metido em negócios de terrenos, o que não contribui em nada para o desenvolvimento da província.

Dez casas, restaurantes ...

Questionado sobre as mais de 10 casas nos Zangos, a fazenda e os restaurantes com piscinas, fruto da invasão das lavras dos camponeses, ele alegou que, primeiro, isso é incompatível com a sua postura como representante do Estado na comuna e como servidor público.

Defendeu que não seria bom da sua parte enveredar por este tipo de prática, ajuntando que nunca pensou nisso. Embora viva necessidades, nunca teve esse desejo, afirmando trabalhar com o verdadeiro sentido de responsabilidade.

«Se quisesse um terreno para erguer uma residência, solicitava à administração municipal, que também só pode ceder mil metros quadrados», garantiu.

Manuel Bernardo assegurou que tem uma casa boa, grande e suficiente para a família. Uma, casa chega. Não é necessário muita ambição, defendendo que essa informação não é verdadeira e desafiando as pessoas que o acusam a provarem e mostrarem os bens que afirmam que ele tem.

De recordar que, na edição passada, o SA publicou um trabalho, em que os camponeses da comuna do Zango 1, 2 e 3, município de Viana, acusavam as administrações municipal e comunal de Calumbo de estarem a maltratar os agricultores e a incitarem à invasão das suas lavras.

Destruição de lavras

De acordo com os camponeses entrevistados por este jornal, supostos militares das Forças Armadas Angolanas destruíram as suas lavras e as ocuparam, a mando da Administração de Viana, alegando ser reserva fundiária do Estado.

Segundo os agricultores, as invasões foram acompanhadas de agressões físicas. Na segunda quinzena do mês de Março, os administradores municipal de Viana e comunal de Calumbo reuniram com alguns camponeses do Zango no sentido de negociarem os espaços, uma vez que as entidades locais afirmaram que são reserva fundiária.

Nessa reunião, foi acordado que os camponeses receberiam uma indemnização, consubstanciada na entrega de uma casa para cada família e uma quantia em dinheiro, não especificada.

Com o surgimento das invasões os camponeses disseram não compreender a atitude das entidades locais e lamentaram, uma vez que fora feito um acordo.

O soba de Banza Caquila, Henriques Manuel, lamentou o facto na edição anterior, afirmando viver na zona há mais de 70 anos. Os seus avós e pais trabalharam nela e nunca tinha acontecido situação igual.

Administrador em zona de risco?

Na altura, o ancião, de 73 anos, lamentou o comportamento das autoridades locais, afirmando mesmo que viu a zona crescer e não compreende como é que os administradores de Viana e de Calumbo afirmam que eles não são proprietários das lavras.

A autoridade tradicional foi mais longe e acusou o Zeca Moreno e Manuel Bernardo, administradores de Viana e de Calumbo, respectivamente, de agirem de má-fé, uma vez que estes têm estado a vender terrenos a várias pessoas e em nome do Estado.

O soba de Caquila afirmou que há enriquecimento ilícito por parte dessas duas individualidades.

Solidária com os camponeses dos Zangos 1, 2 e 3 está a Associação Angolana dos Ex-Militares, Bombeiros e Cristãos de Angola, afirmando o segundo o seu secretário-geral, Jorge de Castro Van-Dúnern, que essa situação está a criar um sentimento de revolta por parte da população, uma vez que grande parte dos associados é viúva de guerra de ex-militares, muitas delas agora na condição de camponesas.

O líder associativo acusou categoricamente o administrador de Calumbo de se ter apoderado de cerca de 15 hectares de terras pertencentes aos camponeses, para a construção de restaurantes, com piscinas e um campo vasto para a criação de gado e cavalos.

Acrescentou que um dos administradores possui mais de 10 casas nos Zangos, uma situação que, segundo ele, não faz sentido. «Essas casas foram construídas para as pessoas que vivem em zonas de risco e não para os administradores, nenhum administrador aqui em Luanda vive em zona de risco e carece de casa para que sejam contemplados nesse programa habitacional», protestou.

I.5 MAIO 2014

I.5.1 Ocupações ilegais são desafio à autoridade do Estado

Jornal de Angola

04 De Maio de 2014

Texto: Álvaro Domingos

A ocupação ilegal de terrenos públicos provoca uma situação nefasta a todos os níveis. O problema não se confina apenas à província de Luanda, pois estende-se a todo o país. Onde existem placas a indicar a existência de reservas fundiárias do Estado logo surgem casebres de chapa ou capim a "marcar" terreno para as indemnizações.

Na maior parte dos casos são ocupantes manipulados e ao serviço de organizações de malfeitores que têm escritório na política e mãos livres para o crime, seja de exportação ilícita de dinheiro, esbulho de fundos partidários ou roubo da coisa pública.

Apesar de conhecerem os riscos, e até reconhecerem publicamente que estão a cometer um crime, os ocupantes das reservas fundiárias continuam a violar a lei por conta de outrem, sem nenhuma consequência, bem pelo contrário.

Existe uma evidente falta de autoridade do Estado. Permitir que alguém considere seu o que pertence a todos, é também criminoso.

A situação levanta esta questão premente que está ligada à compreensão das leis e ao exercício da autoridade e da ordem pública. Os terrenos públicos pertencem ao Estado, tal como está estabelecido pela Constituição da República. É certo que o partido que lidera a oposição queria que a terra fosse "propriedade do povo".

Assim mesmo, uma coisa vaga, à vontade de cada freguês. Como não conseguiram montar a armadilha na Lei Fundamental, agora os dirigentes e deputados eleitos da UNITA ficam placidamente a olhar para os assaltos às reservas fundiárias do Estado.

Nem uma palavra de condenação. Pelo contrário, os activistas do partido de Isáias Samakuva estão sempre na primeira linha de defesa das ocupações selvagens. Já nem sequer disfarçam que estão fora da ordem Constitucional. Eles sabem que querem e para onde vão.

Os terrenos das reservas fundiárias são do Estado, quer dizer, de todos nós, ninguém pode apropriar-se deles, para fins pessoais.

O Estado cede a sua utilização, emitindo uma licença que será renovada se houver interesse público. É tão simples como isso.

Os activistas da UNITA ainda não sabem, mas é fácil aprender que o Estado, somos todos, é o Povo Angolano abraçado numa só Nação. Tenho esperança que Isáias Samakuva e os senhores deputados da UNITA um dia compreendam estes conceitos. Nesta óptica, quem ocupar um terreno vago de propriedade privada ou estatal está a incorrer num crime por usurpação.

O respeito pela propriedade, seja privada ou estatal é inquestionável. Ninguém pode, sem um motivo válido e escudado por uma ordem judicial, ocupar um terreno público para construir uma habitação ou dar-lhe outra utilidade. A UNITA tem excelentes juristas, alguns até são deputados. Facilmente percebem o que estou a descrever.

É importante que as leis sejam respeitadas por todos os cidadãos não só neste caso, mas também em outras situações gritantes, como a violência doméstica e os abusos sexuais, sobre os quais as autoridades agem imediatamente, sempre que surge uma denúncia.

No caso vertente, a ocupação ilegal de terrenos públicos e privados, ao contrário do que alegam os prevaricadores, além de abusiva, não tem nenhuma justificação plausível e muito menos aceitável.

Alegar que os terrenos estavam desocupados e, portanto, à mão de semear, é o mesmo que assaltar uma casa ou roubar um carro porque os proprietários estavam ausentes ou a dormir. Quem assalta casas e rouba carros não é um "ocupante" mas simplesmente um criminoso que vai ter de prestar contas à Justiça.

Por trás das ocupações das reservas fundiárias do Estado está também um negócio ilegal, relacionado com a intenção danosa de obter uma habitação do Estado em novas urbanizações ou centralidades.

Quem age dessa forma oportunista parte do princípio que o Estado tem o dever de realojar pessoas que construíram casebres onde não podiam. Os que precisam de casa e respeitam as leis, esses podem ficar à espera de uma casa digna.

Apesar dos avisos das autoridades policiais e do Governo, há pessoas que insistem em construir em locais impróprios, contrariando as disposições legais.

Além de entrarem em conflito com a lei, por ocupação ilegal de terrenos públicos e privados, põem em causa a sua própria integridade física e dos seus familiares.

Já houve situações dramáticas nas barrocas da Boavista, em Luanda, e noutras partes do país, com mortes e destruição de casebres devido ao deslizamento de terras e enxurradas.

O perigo continua a rondar essas áreas, apesar das várias advertências das autoridades. Mesmo assim, os ocupantes ilegais insistem na transgressão e, depois, quando a chuva provoca estragos, reclamam da falta de apoio do Governo e exigem realojamento.

A figura da posse de terra, por falta de aproveitamento, não colhe nestes casos, porque existem proprietários, o Estado ou privados.

A chamada reserva de Estado significa que esses terrenos estão disponíveis para futuras urbanizações, ou para outros fins, como a construção de hospitais, ou até a produção agro-pecuária e parques industriais.

Sendo assim, compete às autoridades impor a ordem, independentemente das reclamações avançadas na comunicação social. pelos prevaricadores, cujo eco chega a associações da sociedade civil e de outras instituições reconhecidas pelo Estado, que assumem o papel de representantes, apesar de não terem recebido mandato para tal.

O aproveitamento dessas situações por organizações partidárias é por demais conhecido e repudiado pelos homens da lei que actuam dentro dos marcos da legalidade, como lhes compete. Mas tem que ser a sociedade no seu conjunto a condenar os assaltantes e todos os que fazem política atentando contra o bem comum e os recursos que pertencem ao Estado.

1.5.2 Martelo demolidor soma e segue em Cacuaco

Jornal A República

09 De Maio de 2014

Texto: Inácio Cândido

Os populares do bairro Belo Horizonte em Cacuaco, foram surpreendidos pelo martelo demolidor para beneficiar a empresa Bem Posta; os fiscais e polícia nacional sob a orientação da administração de Cacuaco foram os actores.

De acordo a informação prestada por populares que se dizem agastados com a situação, foram demolidas mais de cem casas e, como ficou claro, muitas famílias estão ao relento, sem uma explicação da administração de Cacuaco, incluindo alguns raptos à mistura, de modo a beneficiar um cidadão de nacionalidade portuguesa.

João de Almeida, disse que vive no bairro Belo Horizonte em Cacuaco, há mais de 20 anos, ficou surpreendido com o martelo demolidor que madrugou no seu bairro, alegando que o Estado só dava privilégio ao estrangeiro e, aos nacionais que são os donos da terra, não. "Então uma pessoa que chegou há pouco tempo já tem um terreno legalizado e com documento vindo do tribunal provincial de Luanda e da administração de Cacuaco?" Disse, interrogando-se, João de Almeida.

O coordenador adjunto do Belo Horizonte disse, que estavam todos preocupados com tipo de demolições, que ocorreu no seu bairro sem o consentimento das populações. "Nós perguntamos se nós só valemos no período das eleições e agora não somos tidos nem achados; a chefe do executivo local tem que dar uma explicação concernente a esta situação", disse o responsável do Belo Horizonte.

Por seu lado, Rosa Janota dos Santos administradora local, pede calma as famílias do Belo Horizonte, dizendo que foram surpreendidos pelo Comando de divisão de Cacuaco, que foram orientados pelo Comando provincial de Luanda da Polícia Nacional, que havia de receber uma comissão do tribunal, para ir para o Belo Horizonte para demolir as casas daquelas famílias, disse Rosa Janota dos Santos.

1.5.3 Demolições deixam centenas de famílias ao relento

Jornal Angolense

10 De Maio de 2014

Texto: Vandakeya Calitanque

Centenas de casas foram demolidas nos dias 12 e 17 do passado mês (Abril), no bairro Bitá Cinco Fios, município de Belas, sem qualquer justificação.

Os factos episódicos desenrolaram-se, mais concretamente, por detrás da centralidade do Kilarnba e, por conseguinte, famílias inteiras estão ao relento.

No local, o cenário é desolador e assemelha-se ao de um campo com espólios de guerra.

Com as demolições, a população, maioritariamente composta por idosos, luta para de alguma forma sobreviver. Sem ter para onde ir, algumas pessoas, ali mesmo nos escombros das suas residências, criaram abrigos improvisados para tentarem defender-se do sol e das intempéries, caso das fortes chuvas que têm caído sobre Luanda nos últimos dias.

Quando o dia se despede e a noite chega, o cenário é dramático e parece-se ao de um «campo de batalha» em tempo de guerra. Crianças, idosos e jovens confinam-se e dormem em espaços apertados como se estivessem a esconder-se do fogo inimigo.

Segundo apurou o Semanário Angolense (SA) no local, as demolições naquele bairro foram realizadas de forma coerciva.

Os moradores contam que, sem aviso prévio, foram surpreendidos por máquinas, aparato policial e militar que, com disparos e muita agressividade, obrigaram as famílias a abandonarem as suas casas, sob pena de serem mortos. «Nunca vi coisa igual.», disse um morador deveras assustado. «Chegamos a pensar que o Savimbi voltou, foi um intenso tiroteio que parecia haver guerra».

De acordo com os moradores, no dia das demolições, uma senhora grávida de oito meses deu à luz prematuramente, devido ao susto provocado pelo impacto da destruição da sua casa.

Com a voz embargada, o pai do bebé conta que perderam o filho pouco tempo depois de nascer, tal eram as contingências do momento. «A terra trepidava com o funcionamento das máquinas e a poeira era muita, o bebé morreu poucos minutos após o seu nascimento e foi enterrado debaixo de um cajueiro».

Até ao momento da nossa reportagem a senhora identificada por Marcelina, encontrava-se hospitalizada, mas sem risco de vida, de acordo com o seu marido, Pedro Sebastião.

Um outro caso deu-se com a senhora Juliana que deu à luz a gémeos, por via de cesariana. Um dos bebés morreu, ao nascer, numa unidade de Saúde e o outro encontra-se ao relento com os pais e mais três irmãos menores de idade.

Juliana, com o cenho franzido e inúmeras interrogações estampadas no seu olhar perdido no horizonte, conta que encontrou a sua casa a ser demolida quando chegava do hospital. «Por sorte as vizinhas conseguiram tirar algumas coisas, senão perdia tudo», disse a senhora gesticulando desesperada.

Em condições precárias, principalmente para uma criança recém-nascida, Juliana refugiou-se com o bebé num casebre feito de chapas recuperadas nos escombros. Fernando Vunji, marido de Juliana, com a aparência cansada e parecendo desorientado, disse não saber o que fazer diante da situação. Filho de camponeses, conta que seus pais morreram e deixaram-lhe aquele espaço onde construiu uma casa

de três quartos que perdeu com as demolições. Como protecção física ganha 18 mil Kwanzas que mal chegam para comprar terreno ou construir uma casa. Fernando repete vezes sem conta: «Estou na desgraça! Estou na desgraça! Estou na desgraça!!!».

No momento das demolições não foi permitido a ninguém fazer telefonemas. «Há um casal que teimou e foi espancado pelos militares», contaram os populares em tom de revolta. «o marido foi algemado e a mulher espancada ao ponto de ficar sem roupa», descreveram. «Eles não tinham piedade.

Apontavam as armas às pessoas que não queriam abandonar as suas casas, fizeram a detenção de alguns jovens, que começaram a ser espancados aqui e depois levados para a esquadra», contou um popular visivelmente assustado.

Consta, segundo relatos no local, que no dia 17 de Abril mais de cinco moradores foram detidos ao tentarem defender-se ou evitarem as demolições.

Administração não tuge nem muge

Enquanto decorriam as demolições, um grupo de moradores dirigiu-se à administração do município de Belas afim de junto da administradora, Joana Quintas, terem alguma satisfação sobre o que estava a acontecer, mas não foram recebidos.

Segundo consta, grande parte dos moradores ocuparam os terrenos antes da proclamação da independência e nunca mais de lá saíram.

I.5.4 Novas medidas para combater venda ilegal

Jornal de Angola
16 De Maio de 2014

O Governo Provincial de Malanje anunciou ontem um conjunto de medidas destinadas a criar condições estruturais para uma acção nos termos da Lei de Terras e impedir a venda ilegal de terrenos por parte de algumas autoridades tradicionais, anunciou o governador Norberto dos Santos, durante a segunda sessão ordinária.

A província de Malanje tem 1.096.789 hectares de terras distribuídos, dos quais cerca de 92 por cento não tem aproveitamento útil.

Durante a reunião, foi aprovada a estratégia de massificação das Tecnologias de Informação e Comunicação na província, que prevê, a curto, médio e longos prazos, a instalação de pontos de acesso à internet nas escolas e noutros espaços públicos, com

a participação do sector privado. Norberto dos Santos recomendou, ainda, às administrações municipais que construam salas de leitura com acesso à internet.

Os membros do Governo Provincial foram informados da execução financeira do primeiro trimestre deste ano, da preparação do Orçamento Geral do Estado para 2015, medidas de combate à sinistralidade rodoviária, segurança pública, assim como o estado de execução do Programa de Reconversão Varietal da mandioca, para o qual foi decidido solicitar apoio ao Ministério da Agricultura.

A reunião considerou, ainda, que criação de condições de habitabilidade para os médicos, em todos os municípios, vai permitir melhorar a assistência médica e medicamentosa às populações.

1.5.5 Moradores transferidos para outras localidades

Jornal de Angola
18 De Maio de 2014

Os moradores das aldeias que estão próximas ao perímetro do projecto de ampliação e modernização da barragem hidroeléctrica de Cambambe, município de Cambambe, no Cuanza Norte, vão ser transferidos para outras zonas.

Esta mudança resulta de um entendimento a que chegou a população das aldeias e a Empresa Nacional de Electricidade (ENE), disse na sexta-feira à Angop a técnica de Assistência e Segurança da ENE, Eurides Laurinda Santos.

Antes do início do processo de transferência da população, vai ser feito um recenseamento dos habitantes, para determinar a quantidade de casas a ser erguidas noutra localidade. As novas áreas de destino em resposta à necessidade da protecção da fauna e da flora. Actualmente, está a ser desenvolvida uma campanha de esclarecimento da população sobre os benefícios que vão resultar da ampliação e modernização da Barragem de Cambambe.

"Além do impacto e benefícios económicos que vai representar para o país, o projecto vai ser desenvolvido em obediência às normas de preservação e protecção da natureza", assegurou a alta funcionária da empresa pública.

A reabilitação e modernização da barragem de hidroeléctrica de Cambambe, iniciada em 2009, fica concluída em Fevereiro do próximo ano e está a cargo da construtora brasileira Odebrecht, Que opera em Angola há mais de 20 anos.

1.5.6 CUANDO CUBANGO: Terras para cultivo livres de minas

Jornal de Angola
19 De Maio de 2014
Texto: Lourenço Blue/Savate

O Instituto Nacional de Desminagem (INAD) removeu, entre Agosto de 2013 e Maio deste ano, 503 minas anti-pessoal e três antitanque na comuna do Savate, município do Cuangar, província do Cuando Cubango.

Foram igualmente removidos 21 engenhos explosivos não detonados (uxos), 49 munições de pequeno calibre e 13.856 metais diversos que tinham sido implantados e abandonados durante a invasão das tropas do regime do apartheid, na década de 70.

Em declarações à imprensa, o chefe do departamento provincial do INAD, Paulo Taukondjele, informou que dos 2.743.200 metros quadrados inicialmente previstos para a desminagem, apenas 33.399 metros quadrados de terra arável ficaram livres de minas para o cultivo e pasto de gado. Os trabalhos, explicou, registaram sucessivas paralisações, motivadas pelo crescimento da vegetação e alvoroço de insectos. "Estamos a trabalhar afincadamente na desminagem desta localidade, para relançarmos a actividade agrícola e a pastorícia, visto que a população sobrevive destas actividades " disse, o Soba da comuna do Savate, Nicolau Cambulo, elogiou o processo de desminagem, que já permitiu a limpeza de milhares de hectares de terras aráveis e está a facilitar o relançamento da produção agrícola.

Reconheceu existirem ainda vários campos de minas não identificados no Savate, uma comuna que foi apagada do mapa durante a guerra pós-independência, devido a um bombardeamento da aviação sul-africana que destruiu tudo, e agora começa a reerguer -se.

Nicolau Cambulo referiu que, desde o ano passado, 40 cabeças de gado bovino morreram ao accionarem minas durante o pasto, ao longo das margens do Rio Cubango. "Desde que começaram os trabalhos de desminagem, temos verificado melhorias na estrada e no campo. Neste momento, já foram terraplanados mais de cem quilómetros", referiu, acrescentando que estão a ser feitos trabalhos de compactação para depois receber o asfalto.

I.5.7 Angola explora cinco milhões de hectares dos 35 que possui para agricultura

Jornal Continente
30 De Maio de 2014

Angola dispõe de 35 milhões de hectares para o cultivo agrícola, dos quais apenas cinco milhões estão a ser explorados, informou o secretário de Estado da Agricultura, José Amaro Tati.

Ao falar sobre o "Financiamento às infra-estruturas agro-industriais", o secretário de Estado da Agricultura afirmou que para reduzir essa diferença torna-se necessário captar investimentos, recuperar e construir infra-estruturas para o sector. Garantiu que o país possui água, nos diferentes rios, capaz de irrigar 7,5 milhões hectares de terras aráveis.

Para elevar a produção agro-alimentar interna e melhorar a comercialização dos bens produzidos, defendeu maior articulação entre a agricultura familiar e a comercial. "Precisamos fazer um esforço considerável na área de investigação e inovação para acelerar o processo de modernização do sector", frisou.

Relativamente à produção do café, a agrónoma Josefa Sacko, ex- secretária-geral da Organização Inter-Africana do Café (OIAC), que falava na palestra sobre o financiamento do sector do café, disse que para reabilitar a produção do grão no país é necessário um investimento na ordem dos 34,2 biliões de kwanzas.

O referido investimento, prosseguiu, vai permitir alcançar uma produção média de 45 mil e 305 toneladas de café em 2017, o que deverá permitir a exportação de 24,9 mil toneladas. Afirmou que para a produção do grão estão disponíveis, em Angola, 400 mil hectares de terra.

I.6 JUNHO 2014

I.6.1 Governo distribui terrenos

01 De Junho de 2014

Jornal de Angola

Texto: Manuel Fontoura

A Comissão Provincial de Urbanismo, Requalificação e Ordenamento do Território do Cuanza Norte tem disponíveis lotes de terrenos para a auto-construção dirigida, nos municípios de Cazengo, Cambambe e Lucala.

De acordo com as deliberações saídas da sessão ordinária do Governo Provincial, dirigida pelo governador Henrique André Júnior, a área para construção tem 639 hectares, abrange a comunidade de Queta, partindo do norte da Estrada Nacional 230 e vai até à margem do rio Cariamba. Estão identificadas mais duas parcelas na localidade da Pedreira, com 382 hectares. Em Ndalatando, o terreno identificado localiza-se ao longo da Estrada Nacional 230 (Bairro Mesquita), com aproximadamente 300 hectares. Na área do Quilómetro 13, a área passa pelo Instituto Médio Agrário de Camuaxi em direcção ao Golungo Alto, com uma superfície de aproximadamente 400 hectares. Nas zonas de Quionjo e Zanga foram identificados espaços com 120 hectares, enquanto a localidade de Calolo tem 640 hectares. No município de Cambambe, o terreno localiza-se no Alto Dondo e tem uma superfície de 350 hectares. O município do Lucala tem uma área de 340 hectares localizada no bairro Ngola Nhinbi, outrade 221 hectares em direcção à linha férrea Luanda/Malanje, uma outra área está localizada na Estrada Nacional 230 de Lucalae Samba Cajú, com 312 hectares.

I.6.2 A pilhagem dos recursos

Novo Jornal

06 De Junho de 2014

O RELATÓRIO do Progresso em África referente ao presente ano, o qual o antigo secretário-geral das Nações Unidas prefacia escreve no seu desenvolvimento que o continente

berço está numa encruzilhada. O crescimento económico ganhou raízes em grande parte da região. As exportações estão em franca expansão, o investimento estrangeiro está a crescer e a dependência da ajuda está a diminuir. As reformas da governação estão a transformar a

paisagem política.

O documento observa que a democracia, a transparência e a responsabilização concederam aos cidadãos de África uma maior voz nas decisões que afectam as suas vidas.

Estes desenvolvimentos são animadores. No entanto, avança que, os progressos alcançados na redução da pobreza, na melhoria das vidas das pessoas e no estabelecimento das bases para um crescimento mais inclusivo e sustentável, têm sido menos impressionantes.

Os governos não conseguiram converter a riqueza criada pelo crescimento económico, em oportunidades que todos os africanos possam explorar, para criar um futuro melhor.

Chegou a hora de definir um caminho em direcção a um crescimento mais inclusivo e a sociedades mais justas, alerta o relatório.

O Relatório do Progresso em África de 2014, aborda alguns dos principais desafios que os governos de África enfrentam.

"Partilhamos da opinião de que existem fortes motivos para optimismo. A demografia, a globalização, as novas tecnologias e as mudanças no ambiente empresarial estão a fundir-se, para criar oportunidades de desenvolvimento que não existiam antes da recuperação económica. No entanto", lê-se no documento, acrescentando que "o optimismo não deveria dar lugar à exuberância que é agora exibida em alguns quadrantes.

Os governos necessitam urgentemente de garantir que o crescimento económico não cria simplesmente riqueza para alguns, mas que melhora bem-estar da maioria".

Acima de tudo, tal significa reforçar a concentração nos maiores e mais produtivos activos de África: a agricultura e a pesca da região. Este relatório apela a uma protecção, gestão e mobilização mais eficazes dos vastos recursos oceânicos e florestais do continente. Esta protecção é necessária para promover o crescimento transformador", sublinha o relatório.

Num outro desenvolvimento refere que, "os progressos alcançados na última década e meia não devem ser subestimados".

Considerada que, "o crescimento económico aumentou os rendimentos médios em cerca de um terço. Com base na actual trajectória de crescimento, os rendimentos irão duplicar ao longo dos próximos

22 anos. Anteriormente, sinónimo de má gestão macroeconómica e de estagnação económica, a África acolhe agora algumas das economias de mais rápido crescimento do mundo".

No que respeita ao crescimento, a Etiópia rivaliza com a China e a Zâmbia ultrapassa a Índia. Em contraste com uma percepção generalizadamente errónea, o historial de crescimento não se limita ao petróleo e aos minerais e o das exportações ao investimento estrangeiro. Os grupos empresariais africanos emergiram como uma poderosa força de

mudança por direito próprio, em áreas como a banca, a transformação de produtos agrícolas, as telecomunicações e a construção.

Pela primeira vez numa geração, a pobreza está a diminuir, mas de forma demasiado lenta. De acordo com o texto, os benefícios do crescimento estão a escapar aos pobres de África a um ritmo desesperadamente lento.

No próximo ano, os governos africanos irão aderir à comunidade internacional mais alargada através da adopção dos objectivos de desenvolvimento" internacionais pós-2015. Um desses objectivos será a erradicação da pobreza até 2030. Com base nas tendências actuais,

a África não conseguirá alcançar aquele objectivo por uma ampla margem.

Por que motivo o crescimento está a reduzir a pobreza de forma tão lenta? Questiona-se, sublinhando que, em parte, porque as pessoas pobres de África são muito pobres: quem vive abaixo da linha de pobreza de 1,25 dólares por dia vive em média com apenas 70 cêntimos de dólares por dia.

"E por outro lado, porque os elevados níveis da desigualdade inicial significam que é necessário um grande crescimento para reduzir a pobreza nem que seja por uma pequena margem. O aumento da trajectória de crescimento em dois pontos percentuais "per capita" e uma modesta redistribuição a favor dos pobres colocaria África a uma distância próxima de erradicar a pobreza até 2030", sustenta o documento.

Programas de protecção social bem concebidos, poderiam desempenhar um papel fundamental ao protegerem as pessoas vulneráveis contra os riscos causados pelas secas, doenças e outros choques. Através da transferência de fundos, poderão também elevar os níveis de rendimento. A experiência nutras regiões, especialmente na América Latina, demonstra que a protecção social pode ajudar simultaneamente a reduzir a pobreza e a desigualdade, bem como a promover um crescimento na agricultura.

No entanto, a África sub-investe nesta área vital e poucos governos desenvolveram programas integrados. Em contrapartida, despendem cerca de 3% do PIB em subsídios à energia, maioria dos quais é canalizada para os mais ricos, o que representa três vezes o nível de apoio fornecido à protecção social.

I.6.3 Desajolados abandonam tendas em Caxito

Jornal O País

06 De Junho de 2014

Texto: Alberto Bambi

Algumas famílias que habitavam temporariamente nas tendas de Caboxa, em Caxito, província do Bengo, estão a abandonar o centro de acolhimento para voltar aos seus bairros de origem, principalmente em Mifuma e Cangombe, onde já começaram a construir novas casas.

Francisca Miranda, de 28 anos de idade, cuja residência se encontra em fase de acabamento, como fez questão de referir a própria, alegou que estava cansada de viver de promessas.

"Não dava para esperar por tantas promessas sem nada acontecer, a minha família é muita e a viver naquelas condições podíamos ter muitos problemas de saúde, então decidimos arrendar uma casa aqui próximo do bairro e começar a construir", declarou Francisca Miranda, ou simplesmente Tia Xica, como é carinhosamente tratada por vizinhos, tendo adiantado que não

podia cuidar dos seus três filhos, três irmãos, da mãe e do marido na mesma cabana com outras famílias. Afinal, não se tratava da primeira vez que ela e o marido decidiam viver em regime de arrendamento, porquanto, depois do desabamento das moradias dos bairros Mifuma e Kingombe, a família de Francisca já tinha evitado ir às tendas, nessa altura estacionadas na zona das Mabubas. Para assegurar a resolução que ela e o esposo tomaram, Francisca mostrou o material que estavam a usar para a construção da nova residência. "Como vêem, começamos a construir mesmo com pedras, depois colocamos pilares e a casa está a ser feita de blocos comprados em fábrica, para se evitar o resultado que a antiga teve de cair por ter sido feita de adobe".

De acordo com a interlocutora deste jornal, em Mifuma havia moradias erguidas com adobe e com blocos e tijolo. Depois da enxurrada de 2S de Dezembro de 2013, só caíram as habitações de barro, sendo que as poucas do género, que resistiram às águas da chuva, chegaram a rachar, posteriormente.

"o meu quintal, apenas o quarto de banho não caiu, porque foi feito de bloco" , realçou, enquanto lamentava o facto de, muito antes, não terem tido possibilidade de comprar os meios ideais.

Quanto aos gastos, a entrevistada recordou-se de ter ouvido, muitas vezes, que o governo daria casa aos sinistrados ou os ajudaria, dando-lhes materiais de construção, mas preferiu juntar esforços com o marido para comprar o necessário.

"Isso tudo que está aqui custou muito dinheiro, é só ver que, até hoje, o dono de casa tem muitos kilapi de quase 200 mil Kwanzas" , disse, referindo-se às dívidas do companheiro, que se viu obrigado a recorrer a amigos e familiares para evitar que sua família se submetesse a viver sob renda por mais tempo.

Questionada se não tinha receio de uma retaliação por parte das autoridades que os levaram para as tendas, Francisca Miranda, respondeu de forma negativa gesticulando com a mão, tendo acrescentado que, antes do desalojamento, entidades do Estado destacadas no local, apresentaram duas modalidades, que incluíam a da construção.

"Na primeira hora, eles também disseram que quem tivesse possibilidade devia construir, porque nas tendas só aconselhavam ir aqueles que não podiam fazer mesmo nada" , ripostou.

Escola e negócio na base das fugas

António José Mendes Miguel, de 20 anos de idade, justificou a saída de Caboxa com a necessidade dos estudos.

"Tinham prometido colocar aí salas de aulas, primeiro para as crianças do ensino primário, depois para os jovens do ensino secundário, a favor dos quais também se falava da possibilidade de serem inseridos na escola politécnica ou da ADPP, que ficam próximo das tendas, mas nada disso estava a acontecer, por isso resolvi vir ao bairro para continuar com os estudos", alegou António Miguel, que frequenta a 10ª Classe.

Sobre a situação em que se encontram ele e outros desalojados, o jovem recomendou as pessoas a não atirarem muito a responsabilidade ao Governo, por não ter sido o causador do fenómeno das enxurradas do último Natal no Bengo.

Entretanto aconselhou, igualmente, às entidades do Estado que prometeram ajudar os desalojados a cumprirem com as suas promessas, determinando estimadamente o tempo de espera.

"Nós não podemos exigir muito ao Estado, porque o que aconteceu foi por uma calamidade natural, mas era bom que os que prometeram viessem pronunciarem-se sobre o tempo que o povo tem de esperar para ter novas casas ou materiais de construção" , recomendou António

Miguel, assegurando que atitudes como estas colocavam os populares mais calmos.

Negrão, como é conhecido entre amigos e familiares no bairro Mifuma, apontou a convivência de três ou cinco famílias numa só tenda como urna das causas' que está a desmotivar os moradores do centro de acolhimento 2S de Dezembro

Outros regressados das tendas ouvidos por O PAÍs, na tarde de Terça - feira, 3, alegaram que temiam ver seus espaços conquistados por pessoas mais endinheiradas do Bengo, que, segundo eles, visitavam clandestinamente a área.

"Os nossos vizinhos nos dizem que aqui vem muita gente grande perguntar de quem são os terrenos, se querem vendê-los, por isso decidimos vir fazer alguma coisa" , disse um ocupante das tendas de Caboxa, tendo revelado que ele e seus amigos acordaram em erguer as casas

com materiais seguros, como pedras, ferro, cimento e blocos, para não sofrerem pressão no que toca à indicação de construção de risco.

Aliás, os mesmos referiram que não acreditavam nas explicações que davam os bairros da chuva do Natal como sendo de risco, porque, para eles, o problema estava na vala de irrigação e não nas casas.

"O Governo, ou tapa a vala ou aumenta a altura da mesma, porque é daí onde saiu a água que deixou cair as casas", reclamaram, tendo lamentado o facto de, até à data, supostamente não se ter traçado nenhum programa de requalificação do canal de água.

Insistência no adobe

Apesar de a maior parte dos regressados de Mifuma e Cangombe ter apostado na construção definitiva, com blocos, pedras, burgau e ferro, não faltam os que teimam em construir com adobes.

"Eu não tenho possibilidade, mas também não quero ficar lá no centro de acolhimento, porque a vida é muito sufocada" , reclamou um indivíduo, que pediu o anonimato, tendo adiantado que na Sexta - feira, 6, recomeçaria a vida em Kingombe. Em relação aos riscos, ele garantiu que primeiro entulhou o seu terreno com restos de inertes, até conseguir uma base

de 60 centímetros acima da superfície normal do bairro.

A fonte revelou que também se considerou pressionada a construir de qualquer maneira porque os dois vizinhos que o ladeavam decidiram vender a terra que lhes restou do desabamento.

"É possível que os compradores, ao começarem a fazer a sua obra, confundam com o meu terreno. Um dia chego aqui e vejo novas residências no meu espaço", desabafou, assegurando que casos do género vão acontecendo em Mifuma e Kingombe.

Tendas fechadas

No Centro de Acolhimento 25 de Dezembro, localizado em Caboxa, a equipa de reportagem de O PAÍS deparou-se com algumas tendas completamente vazias, ao ponto de estarem encerradas.

O número de desalojados que circulava no terreiro do centro não passava de 10, um cenário diferente do dos meses de Janeiro, Fevereiro e Março. Questionados sobre as fugas, alguns indivíduos encontrados no pátio, entre os quais Domingas da Silva, que disse ter já 60 anos de idade, não variaram nas causas antes apresentadas.

"Estas tendas não têm ninguém, por isso estão fechadas, as pessoas daí foram embora construir mais", sacudi Domingas da Silva, tendo informado na sua cabana, actualmente, se encontra apenas uma das quatro famílias com que dividia o abrigo de lona verde.

Outras mulheres apontaram a falta de ocupação e a redução da quantidade alimentar diária como um dos factores que influenciaram as suas amigas a abandonarem Caboxa. Segundo elas, nos últimos dias as dificuldades aumentaram. A busca da lenha constitui agora uma actividade para homens corajosos, devido às cobras e outros répteis, que não hesitam chegar nas tendas.

"Nós estamos já a fazer coragem aqui, porque não temos onde ir, nem o que fazer", lamentaram, anunciando que vão esperar até o Estado lhes tirar daí para outro sítio melhor. O centro ainda beneficia de assistência alimentar, medico-medicamentosa e água, bem como de

segurança, que todos os dias estão disponibilizados para os que ficaram aí. Sobre a energia, os desalojados preferiram não falar.

I.6.4 Dirigentes sabem de abandonos

Jornal O PAÍS

06 De Junho de 2014

Embora tenham pedido para os seus nomes não serem citados nesta reportagem, dois dirigentes do Governo da Província do Bengo admitiram ter conhecimento do caso, mas recusaram-se a adiantar qualquer informação sobre as medidas do Governo local face a tal realidade.

Já Mário António, que respondia como coordenador do Centro de Acolhimento 25 de Dezembro, reconheceu que o abandono voluntário das tendas pelos populares iria criar alguns transtornos no que ao controlo dos mesmos dizia respeito, tendo assegurado: porém, que a sua equipa se basearia nos registos iniciais para confirmar a permanência deste ou daquele ocupante.

Em relação às novas construções, nos bairros de Mifuma e Kingombe, o coordenador do centro aconselhou os que regressaram aos seus locais de origem para avaliarem a distância do canal. "Porque todas as residências que estiverem antes dos 20 metros da vala serão demolidas, por se considerar aquela como área de risco", esclareceu, adiantando que, para isso, já estava criada uma comissão encarregue de tomar as providências no local. Mário António fez saber que o Governo já trabalha na preparação de um espaço na zona da Açucareira, onde, possivelmente, seriam construídas habitações para os desalojados, se a solução não passar por atribuição de parcelas de terra e materiais de construção.

"Só que tudo que é do Governo demora um pouco e a população não quer esperar"; realçou o responsável, aconselhando os que ficaram a terem muita calma, para não complicarem ainda mais a situação.

I.6.5 Terrenos abandonados travam crescimento do Pólo Industrial

Semanário Angolense

07 De Junho de 2014

Texto: N. Talapaxi S.

A maior dificuldade para a aprovação dos projectos dos pedidos de empresas que pretendem instalar-se no Pólo de Desenvolvimento Industrial de Viana, em Luanda, é a falta de terrenos. De acordo com Luís Ribeiro, Coordenador da Comissão de Gestão desse centro empresarial, estão sendo analisados os processos de 50 firmas que querem investir no local.

=A falta de terrenos, no entanto, é um fenómeno que, na realidade, acontece por causa da falta de exploração dos espaços pelos proprietários, seja por insuficiência de recursos financeiros ou por ausência de planos consistentes, como deu a entender o responsável do Pólo, deixando expresso que diante dessa situação, o «mato» toma conta das propriedades.

Luís Ribeiro esclareceu que «o Pólo de Desenvolvimento Industrial de Viana ocupa uma extensão de 2700 hectares, mas pelo menos 50 por cento deste espaço está atribuído a pessoas que na prática nada fazem, encontrando-se em estado de abandono parcial, nalguns casos, e noutros, de abandono completo».

O «cabeça» do referido centro empresarial reconhece que «fazer indústria, fazer comércio é bastante difícil; e as pessoas podem ter dificuldades para instalarem ou desenvolverem os projectos que tinham em mente quando pediram os terrenos». Assim, ele faz o apelo para que os proprietários apareçam já que a situação não pode continuar indefinida.

Para se ter um quadro do que se instaurou no local, o Coordenador da Comissão de Gestão do Pólo Industrial faz saber que a instituição tem contratos firmados com cerca de 800 entidades proprietárias de espaços, entretanto, já nem se tem conseguido contactar com parte dessas pessoas. «Eventualmente já não temos os seus contactos ou estão desactualizados», afirma.

=Em busca de uma solução para essa maka, Luís Ribeiro disse que está sendo feito um levantamento exaustivo do que está no terreno para que se saiba qual a relação contratual das pessoas que dizem ter os terrenos.

=Assim, segundo o mesmo gestor, estão a ir ao terreno, bem como publicam uma série de anúncios a solicitar que as pessoas com terrenos nessa área apareçam para dialogar, apresentem os documentos. Esse é o primeiro passo de levantamento de cadastro que se pretende.

Proprietários e investidores

Mostrando-se ponderar as condições ao seu alcance para resolver esse apuro, como responsável pelo Pólo, Luís Ribeiro dá a conhecer que pretende-se mobilizar as pessoas para fazerem aquilo para o qual pediram os terrenos. E, sublinha que se for possível ajudar, a ajuda virá.

Uma das formas de ajuda já está traçada. Como a intenção da Coordenação do Pólo não é receber os espaços «abandonados», está agendada para o dia 23

de Junho a realização de um encontro que deve unir os proprietários dos terrenos e os potenciais investidores, com o objectivo de se incentivar a criação de parcerias.

Na visão de Luís Ribeiro «com a realização deste encontro pretendemos resolver dois problemas: daqueles que têm terrenos, mas que por diversas razões não têm capacidade para investir neles e daqueles que têm projectos prontos para implantar e andam a procura de espaço».

Ainda de acordo com o responsável do Pólo, essa é bem imagem daquilo que a Coordenação do local pretende. Ou seja, criar empregos, criar uma actividade económica particularmente industrial, e promover o empreendimento.

«Não temos uma perspectiva de tirar nada a ninguém, estamos numa perspectiva de juntar esforços dos investidores, dos que têm os terrenos e nós próprios para ver se conseguimos realmente criar mais fábricas», enfatizou e concluiu que «ficaria satisfeito se fossem concretizadas, com a realização do evento, entre 20 e 30 parcerias».

Para um universo de cerca de 800 proprietários de espaços «esquecidos» a previsão de satisfação que o Coordenador da Comissão de Gestão apresenta é até muito modesta, pois não representa nem dez por cento de parcerias. Mas certamente 20 a 30 acordos que se estabeleçam entre proprietários de terras e investidores representariam um avanço a não desprezar. Todavia, parece arrematar-se aqui um recado aos detentores dos espaços que não comparecerem a esse encontro de negociações: que o Estado, segundo as Leis vigentes no país, é o dono absoluto das terras e elas devem servir à sociedade de alguma forma, apresentando rendimentos. Ou corresse o risco de perde-las ainda que tenham sido compradas.

1.6.6 Cava só para a Agricultura

Jornal A Capital

07 De Junho de 2014

Texto: Marcos António

Estas acções, delineadas após um encontro de concertação com a Direcção da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, no início da semana, conformam, em linhas gerais, o reforço da fiscalização, surgindo como elementos-chave os administradores de zonas.

O principal dado a reter, muito referenciado pelo administrador municipal, Leopoldo Muhongo, é que

as áreas para a actividade agrícola estão delimitadas, cabendo à Administração Municipal evitar que sejam tomadas por construções anárquicas. "O Cavaco deve voltar a representar uma mais-valia para a economia da província", venceu o administrador. Tanto é que o sector da Agricultura, enquanto organismo gestor da política agrária, adverte que vai retirar os terrenos a produtores sem capacidade para tamanha empreitada.

O vale do Cavaco, agora com não mais de 3 mil hectares, metade da área disponível nos tempos áureos, voltou a estar na boca de "meio mundo" após a inauguração, há quase um mês, das vias de acesso.

A reabilitação dos acessos, um dos principais ganhos do Governo de Isaac dos Anjos, representa, é certo, uma importante abertura para o escoamento dos produtos, mas não se deve perder de vista que foi pelo factor qualidade que os agricultores solicitavam o projecto.

Anteriormente, segundo a Federação das Cooperativas Agro-pecuárias, liderada por Manuel Monteiro, a poeira resultante da circulação de carros, que tinha como destino os campos agrícolas, diminuía a qualidade dos produtos, tornando-os menos competitivos.

Arrumada a questão das estradas, espera-se pela conclusão, daqui a dois meses, da reabilitação da barragem do Dungo, que vai solucionar o velho problema da falta de água. Vários fazendeiros acreditam no aumento de volume de investimentos quando todo o trabalho de casa estiver finalizado. Por ora, o Governo prevê que trezentas e cinquenta empresas agrícolas venham a explorar este vale, sendo que cada uma deverá empregar mais de deus funcionários.

Um dos mais importantes vales do Centro e Sul de Angola, de onde saía a banana exportada para a Europa, com realce para Portugal, o Cavaco é também favorável a hortofrutícolas.

I.6.7 Provedor defende realojamento

Jornal de Angola
07 De Junho de 2014
Texto: Gabriel Bunga

O provedor de Justiça, Paulo Tjipilica, disse ontem, em Luanda, que os cidadãos do "Bairro Cinco Fios", que viram as suas casas demolidas pela administração da Cidade do Kilamba, devem ser realojados em residências condignas.

O provedor falava no fim de uma visita àquele bairro, na sequência de denúncias dos cidadãos afectados

pelas demolições. Paulo Tjipilica percorreu o bairro e viu crianças, jovens, adultos e velhos ao relento. Mais de duas mil casas foram demolidas em Abril deste ano. O bairro existia desde 2012.

O provedor classificou de "catastrófica" a situação em que estão as famílias e considerou "urgente que as autoridades administrativas de Luanda forneçam água àqueles cidadãos". O provedor realçou que as autoridades administrativas, no uso do direito de expropriação de terras por utilidade pública, devem primeiro criar condições para o realojamento dos cidadãos.

Paulo Tjipilica indicou que a província de Luanda é a que regista mais casos de violação dos direitos fundamentais dos cidadãos nos processos de desalojamentos. O provedor de Justiça reuniu-se com as famílias afectadas, ouviu as preocupações, pediu calma e garantiu "fazer

tudo" para as autoridades administrativas "corrigirem as ilegalidades e as injustiças" contra as famílias.

O presidente da comissão de moradores do "Bairro Cinco Fios", João Augusto Miguel, disse que a Administração da Cidade do Kilamba não avisou os moradores de que ia demolir as casas, surpreendendo as famílias.

O presidente da Cidade do Kilamba, Joaquim Israel, numa carta dirigida à comissão de moradores, disse que o bairro estava a ser construído numa reserva fundiária do Estado criada por Decreto Presidencial n.º 62/11, de 18 de Abril, que estabelece as bases e o regime da organização administrativa do Kilamba.

A Administração do Kilamba refere que o registo dos camponeses naquela zona foi feito em Janeiro de 2008 e que aqueles que tiverem o título de ocupação dos terrenos, com a escritura pública e cartão da União Nacional dos Camponeses, podem fazer reclamações. O Jornal de Angola procurou reacções da administradora de Belas, Joana Quintas, mas sem sucesso.

O "Bairro Cinco Fios" foi erguido nos arredores da centralidade do Kilamba, numa área reservada a um novo projecto habitacional.

I.6.8 Família Tavares acusada de apropriar-se de terrenos no Musseque Capara

Jornal Manchete

13 De Junho de 2014

Cerca de 800 famílias que residem em cabanas de chapa num terreno baldio, situado nas imediações do Porto Seco da Barra do Dande, zona do Musseque Kapari, região do Panguila, no Bengo, dizem ser vítimas de expropriação das suas parcelas por elementos que se identificam como sendo da "Família Tavares". Calcula-se uma área de 3 mil hectares, cuja maioria das famílias afectadas, se encontra a habitar há quatro anos, enquanto outras já lá vivem há várias décadas. As mesmas alegam que os terrenos foram cedidos pela administração municipal do Dande, depois de terem sido retiradas das terras situadas na chamada zona das bombas de combustível da Pumangol, presumivelmente, por serem reservas fundiárias do Estado.

De acordo com os populares, que falaram sob anonimato ao Manchete, por temerem represálias, somente a partir do princípio deste ano a "Família Tavares" tem vindo a reclamar a titularidade do espaço. Por gozar de plena influência junto dos órgãos do Estado, a "Família Tavares" colocou no local um grupo de militares afectas às Forças Armadas Angolanas (FAA), com o propósito de intimidar e impedir os populares a erguerem casas de construção definitiva na referida área.

Desse modo, as práticas de perseguição, ameaça de agressão física e de morte contra os habitantes se tomaram constantes, por parte dos efectivos das FAA, ai estacionados. As nossas fontes vão mais longe, denunciando que os militares, ultimamente, têm vendido lotes de terrenos das pobres famílias a terceiros. "Eles exigem aos habitantes o pagamento de valores que vão entre 50 a 100 mil kwanzas para quem estiver a erguer uma casa 'de bloco. Os que se recusam a pagar, são destruídas as cabanas e postos ao relento, ao mesmo tempo, cedem o terreno a outra pessoa que tiver dinheiro a pronto pagamento", contaram, visivelmente agastados com esta situação.

Acrescentam ainda que há três semanas, os militares deitaram a baixo, g cabanas de várias famílias, por estas razões, facto que terá criado descontentamento no seio dos populares, por isso resolveram denunciar tais práticas a este jornal, visto que não são tidos nem achados pelas autoridades do Bengo. A nossa reportagem se deslocou na zona do Musseque Kapari, a fim de constatar a realidade dos factos narrados pelos nossos interlocutores. No local, foi

possível observar várias cabanas destruídas e ouvimos mais depoimentos dos habitantes. Segundo informaram, o grupo de militares das FAA é chefiado por um comandante que atende pelo nome de Geovete, coadjuvado pelo subcomandante Nelito, respectivamente. Os habitantes apontam esses dois indivíduos como os principais mentores do clima de medo que se faz sentir no seio da população naquela zona. A presença desta força militar faz, com que os populares julgam que os "Tavares" sejam uma família bastante poderosa no país.

O administrador do Panguila, Francisco Sebastião, contactado pelo Manchete, disse desconhecer a origem da "Família Tavares".

Por outro lado, apontou o fenómeno de ocupação ilegal de terrenos como sendo um caso que já se arrasta há bastante tempo naquela circunscrição.

Relativamente à zona do Musseque Kapari, precisamente no espaço em causa, disse que tudo aconteceu, devido à divisão administrativa, razão porque a região do Panguila passou a fazer parte da província do Bengo. "Logo, a população que residia em Luanda, começou a invadir estas terras", disse.

No entanto, Francisco Sebastião afirma categoricamente que o terreno em litígio pertença a "Família Tavares", tendo exibido os documentos que atestam a posse legal do mesmo, e explicou que a administração municipal do Dande fez uma proposta a esta família, no sentido de lotear e encontrar uma forma de acudir a população, que se encontrava a invadir os terrenos na zona das bombas de combustível da Pumangol. "É claro que a população não sabia, de facto, à quem pertence o espaço onde foram conduzidos, apenas sabiam que era do Estado e só agora estão a ouvir que pertence a "Família Tavares", salientou o administrador.

Ainda do acordo com o interlocutor, as autoridades do município do Dande haviam reunido com a "Família Tavares", num encontro cuja tónica dominante foi o loteamento dos terrenos, tendo ficado acordado para que fossem loteados três mil hectares, dos seis mil em litígio.

Segundo o nosso entrevistado, de acordo com os parâmetros que regulam o processo de loteamento do terreno do Estado, numa primeira fase, será devolvido uma área de 526 hectares a "Família Tavares" ao passo que a outra parte manter-se-á para a população.

Já a denúncia dos populares sobre alegados actos de candonga e maus-tratos praticados por militares que guardam o espaço, Francisco Sebastião ignorou, estas

informações, tendo desafiado os denunciante a fazerem chegar o caso junto da administração, de maneira a se tomar medidas. "Isso, talvez, não passa de simples fofoca", disse o responsável.

I.6.9 "Fomos Surpreendidos"

Novo Jornal

13 De Junho de 2014

O PRESSIDENTE da Comissão de Moradores do Bairro Cinco Fios, João Augusto Miguel, lamenta a atitude das autoridades ao demolir as habitações sem aviso prévio. O responsável do bairro, também conhecido por Kambaje, afirma que todo o processo de alojamento das populações naquela localidade foi feito com o conhecimento da Administração Municipal de Belas.

MA administração tem conhecimento da nossa existência e estabelecemo-nos sob orientação

deles. Agora, fomos surpreendidos com as demolições perpetradas pelo presidente da cidade do Kilamba, Joaquim Israel que disse ter um decreto presidencial.

Isto não está certo, porque se o decreto defende a cidade devemos lembrar que o bairro tem um historial. Este terreno era lavra e as nossas mães deram-nos para construir e construímos com a orientação da Administração de Belas", explicou João Augusto Miguel

O também presidente da Comissão dos Camponeses da Cidade do Kilamba disse que, após as demolições, a sua comissão tem procurado apoio das autoridades governamentais no sentido de rever a situação e realojar a população de forma mais digna.

"Na verdade, desde que isto aconteceu, já redigimos várias cartas a diversas instituições e somente o Provedor de Justiça atendeu à nossa chamada. O Governo de Luanda, que é o órgão que deveria aparecer, até hoje não veio. Estamos a viver de forma rudimentar. Precisamos de água com urgência", lamentou o responsável confirmando a denúncia dos actos criminais praticados por militares das Forças Armadas Angolanas (FAA).

Aqui, também tem havido actos de criminalidade realizados por uma tropa militar estacionada aqui há vários meses. Eles fizeram parte destas demolições. O seu chefe é o senhor Simão. Na calada da noite, têm violado as mulheres e isto é grave", explicou o presidente dos moradores.

I.6.10 Existe um projecto privado que visa a construção de um condomínio de luxo naquela zona

Jornal Agora

13 De Junho de 2014

Moradores do bairro Margoso, vulgo 'Chabá', situado no distrito da Maianga, acusam José Tavares, presidente da Comissão Administrativa de Luanda (CAAL), de tentar criar uma comissão de moradores no bairro, com o intuito de conseguir tirar os residentes daquela zona

da cidade capital.

Segundo Toquessa Miro, membro da comissão do bairro, existe uma tendência dos dirigentes, tanto da Administração da Maianga, bem como do CAAL, para corromper os moradores, a fim de os dividir.

"Recebemos o telefonema do presidente da CAAL, informando-nos que, no sábado, estarão cá no bairro, a fim de eleger uma nova comissão. Não podemos conceder isso, uma vez que não é ele que vai eleger uma comissão do nosso bairro, isso nunca existiu em lado nenhum", desabafou o cidadão.

Desde 2013 que as autoridades de Luanda tentam demover os habitantes do bairro Margoso, no sentido de aceitarem as residências que lhes foram construídas no Zango, em Viana.

Os moradores têm-se recusado a sair da zona, justificando que, no zango, as autoridades não criaram as condições de habitabilidade.

"Queriam tirar-nos das nossas casas, numa altura em que os nossos filhos estão a estudar e colocar-nos numa zona que fica distante de tudo, sem escola, nem hospitais, quando aqui, onde vivemos há anos, existem todas estas condições. Estão a tentar dividir-nos para conseguir levar adiante os seus objectivos " acusa outro morador.

I.6.11 Moradores dos "Cinco Fios" espostos ao perigo

Novo Jornal

13 De Junho de 2014

Textos : António Paulo

OS DIAS 10 E 17 de Abril deste ano ficam bem marcados na mente dos moradores do bairro Cinco Fios, localizado por detrás da centralidade do kilamba. Foi naqueles dois dias

que os vizinhos da cidade do Kilamba viram as suas casas deitadas abaixo pelo camartelo demolidor das autoridades de Luanda.

Passados mais de dois meses, os moradores não arredam pé do local, ansiosos por um novo alojamento. Com fome, sede, frio, ao relento e expostos à inúmeros perigos, os vizinhos do Kilamba suportam a dor do desabrigo. O cenário é desolador, tal como constatou a nossa reportagem no local. O Provedor de Justiça descreve-o como "catastrófico" e exige respeito pelos direitos humanos.

Os escombros são visíveis por toda redondeza do bairro. Para se protegerem das noites frias, muitos moradores optaram por improvisar casebres com menos de dois metros, juntando blocos. Outros ainda construíram pequenas casas de chapa no terreno onde já haviam erguido as suas moradias definitivas, feitas de blocos e cimento.

Francisco Manuel Luís é uma das vítimas das demolições. O mais velho, de 75 anos, disse que mora na localidade há 25 anos. "Aqui, inicialmente só havia lavras e algumas casas onde morávamos.

Depois fomos orientados para legalizar o espaço. Fomos até à Chicala e tratámos dos documentos. Com o passar do tempo, as lavras foram substituídas pelas casas. Cumprimos a orientação da Administração de Belas. Dei também uma parte do meu espaço aos meus filhos e sobrinhos que construíram as suas casas aqui. No total, tínhamos seis casas. O presidente da cidade do Kilamba partiu-as todas", contou, com tristeza, o mais velho.

O enfermeiro reformado abriga-se hoje em montes de blocos que improvisou como residência. Menos de dois metros de altura e de largura é o espaço que a moradia do mais velho Luis e da sua esposa dispõe. Os filhos do casal foram enviados para Luanda, para casa de familiares devidos às péssimas condições de habitabilidade, segundo Manuel Luis, que reclama uma indemnização pela destruição das habitações da família.

"Estou a passar mal devido a estas condições. Fui enfermeiro. Agora, vivo esta desgraça. Vivo aqui com a minha esposa. As crianças foram para Luanda. Queremos que nos indemnisem pelas casas que perdemos. No dia 10 de Abril, veio a Polícia e os militares das FAA e protegeram as pessoas que nos partiram as casas. Voltaram no dia 17 e partiram todas, de uma só vez.

A tropa disse-nos que deveríamos reclamar ao presidente do Kilamba, que vendeu esta área. Fomos três vezes lá e não nos atenderam", relatou o ancião.

"O KILAMBA JÁ NOS ENCONTROU AQUI"

Teresa João é outra das vítimas das demolições. A anciã, de 64 anos, também garante que vive

naquele território há um quarto de século. A mulher tinha uma habitação de dois quartos, sala, cozinha e casa de banho, que também foi deitada abaixo. Hoje, vive numa pequena casa de chapa que partilha com o seu esposo. A mais velha pede às autoridades para que respeitem os direitos dos cidadãos.

"Foi o governo qu-e nos encontrou aqui. As nossas lavras chegavam até à cidade do Kilamba. Construíram uma barreira e disseram-nos que seria o limite da cidade. Hoje não conseguimos passar a vala para ir buscar quizaca e mandioca. Agora, vieram partir as nossas casas porque é terreno do Estado. Isto não é certo, porque sempre vivemos aqui e merecemos respeito", contestou a cidadã, que também teve de se separar dos filhos e netos devido ao desabrigo.

"Os meus netos apanharam aquela chuva toda e estavam a ficar doentes, tivemos de os enviar para Luanda. Tinha uma casa de blocos, agora estou a viver numa casa de chapa. Não temos água, nem comida. Andamos dez quilómetros para conseguir água, porque os tanques (reservatórios de água) também foram partidos. Naqueles dias, parecia que estavam em guerra. Os militares faziam e desfaziam", recorda a mais velha Teresa, que conta ter perdido seis casas, incluindo a dos filhos.

Os moradores, que se queixam da falta de tudo, estão igualmente preocupados com os actos de criminalidade que ocorrem no local e acusam mesmo os militares das FAA estacionados ali de praticarem desmandos e violações aos populares indefesos.

"Os militares estão alojados nas tendas próximas daqui. Foram eles que vieram com a Polícia para nos desalojar. Agora, ficam a abusar de nós. Na calada da noite, se te encontram no caminho, revistam-te e recebem o dinheiro, ou outro artigo que tiveres. Também tem havido casos de violação de meninas", relatou o jovem Fonseca António, morador da zona desde 2008, que também viu a sua casa partida.

1.6.12 Provedor defende legalidade

Novo Jornal

13 De Junho de 2014

O ASSUNTO das demolições chamou a atenção do Provedor de Justiça, Paulo Tchíplica que se deslocou ao local na semana passada, Para atender o grito de

socorro das populações, lançado pela Comissão dos Moradores do Bairro Cinco Fios.

Paulo Tchupilica, dirigindo-se aos prejudicados em várias línguas nacionais, explicou aos populares que é da competência do governo proceder à expropriação e demolição por utilidade pública. Porém, advertiu, que tal acção deve ser realizada tendo em conta os direitos dos cidadãos.

"Numa altura em que tem que se preservar os direitos do homem, uma vez que aqui estão a ser erguidas habitações bastante dignas e aiasas, estes desapossamentos ou desalojamentos deveriam ocorrer acautelando o homem. Primeiro, alajar as pessoas. Depois, expropriar ou demolir por utilidade pública", afirmou o provedor, que se mostrou triste com a situação.

"O cenário que constatámos é catastrófico e desolador. Há aqui crianças, velhos e muita juventude sem água e sem comida porque perderem as suas casas. São cerca de duas mil habitações que foram demolidas", testemunhou o homem que tem a missão de reconstruir o cidadão e a administração pública em caso de crise.

Paulo Tchupilica disse que, à semelhança de vários casos intervencionados por si, a provedoria irá igualmente recomendar às autoridades o alojamento 'daqueles populares em habitações condignas. "Aqui estão a ser construídas habitações e não há nada melhor do que acolher as pessoas nestas habitações. Seja a que título for. O nosso povo é laborioso, improvisa para poder sobreviver. Portanto, não lhes custará nada desde que haja um preço compatível com as suas capacidades. Portanto, viver assim ao relento, estamos a expor os cidadãos a uma situação bastante difícil para a sua integridade física", finalizou o Provedor de Justiça de Angola.

Ao certo, não se sabe o destino que vai ser dado ao espaço que era ocupado pelos moradores do bairro Cinco Fios. As opiniões divergem. Alguns apontam para a continuidade do Kilamba, outros ainda evidenciam "fins inconfessos" por parte do presidente da cidade.

O Novo Jornal procurou ouvir a versão do presidente do Kilamba, a quem acusam de ser o mandante das demolições, mas todos os-nossos esforços fracassaram.

I.6.13 Empresa de Segurança A.O.S lidera «ganguê» de invasores

Semanário Angolense

14 De Junho de 2014

Texto: Rui Albino

A Empresa de Segurança Angola Offshore Security, está a ser acusada por um grupo de camponeses baseados no perímetro irrigado do Kikuxi, de ter posto em marcha um plano maquiavélico que visa expropriá-los das suas terras com recurso ao uso de armas de guerra ligeiras e pesadas para consumir o esbulho, soube o *Semanário Angolense* (SA) dos lesados.

Segundo uma exposição a que o SA teve acesso e, a esta altura, já repousa na mesa do comandante provincial da Polícia Nacional em Luanda, comissário António Maria Sita, os camponeses solicitam a pronta intervenção da Polícia pelo facto desta empresa de segurança ter colocado nesta «empreitada» que já leva alguns anos, o comandante da Esquadra policial do Zango O, para com a sua «gang» capturarem todos aqueles que apresentarem resistência em abandonar o espaço.

De acordo com a documentação, as vítimas, na sua maioria encontram-se a praticar a actividade agrícola desde os primórdios dos anos 90, desde que lhes foi atribuída a propriedade das parcelas de terra para fins agro-pecuários, no bairro do Bita Sapú, município de Viana. De lá para cá, todas as suas actividades têm decorrido de forma tranquila e sempre organizada, facto que lhes tem permitido conseguir o sustento das suas famílias através do seu trabalho.

Curiosamente, em princípios de 2010, apareceu no perímetro em causa, um indivíduo apenas

identificado por Guedes que iniciou com os actos de invasão. Este, um ilustre conhecido da polícia de Viana, trouxe consigo a empresa de segurança AOS e começou a invadir as lavras. «Quando procurávamos saber, ninguém se identificava e mandavam-nos para o Gabinete de Desenvolvimento e Aproveitamento Hidráulico do Kikuxi - GADAHKI. Pensamos que se a empresa de segurança reclama a titularidade do espaço, deve mostrar o rosto e provar documentalmente a sua reivindicação. Mas isto nunca aconteceu», contam.

Certo dia, apareceu no local uma patrulha da empresa de Segurança Angola Offshore, «partiram a casa feita no local, recolheram todo material e fugiram, quando chegamos no local com os meus sobrinhos já se tinham ido embora», disse uma das vítimas.

«No dia 8 de Fevereiro de 2014, quando o meu sobrinho encontrava-se no terreno na companhia do meu genro, por volta das 10 horas apareceu no local uma equipa de chineses para começar o trabalho de vedação. Esta actividade foi prontamente impedida de ser realizada pelo meu sobrinho e meu genro», informou, adiantando que os seus familiares decidiram acompanhar os chineses para ver qual era o seu estaleiro para posterior abordagem com o seu responsável.

Minutos depois, apareceu uma patrulha da empresa de segurança Angola Offshore que se faziam transportar numa viatura de marca Mitsubishi L200, de cor branca, com a matrícula LD-70- 44-CE. Empunhando armas de guerra, imobilizaram os camponeses dando ordens para não se moverem sob pena de serem fuzilados. Quanto menos esperavam, chegou ao local uma patrulha da polícia de Viana adstrita a esquadra do Zango O, que os intimou a acompanhá-los até a esquadra. Ao longo do percurso insultavam-nos dizendo: «são lombuchos, vamos aguentar isso» e os camponeses afirmam que «estamos em condições de indicar qual dos guardas proferiu estas palavras».

Chegada a esquadra

Na esquadra, sem sequer serem ouvidos, foi-lhes dada ordem de prisão. «Quando chegamos a esquadra na companhia de outros familiares, procuramos saber o que se estava a passar e/ou o motivo para a detenção. O chefe do piquete na altura, respondeu queramos invasores de terrenos e fomos apanhados em flagrante delito».

Solicitaram, entretanto, que apresentassem o proprietário do espaço que fizera a queixa de invasão. Duas horas depois, o «reclamante», que se tratava do director operativo da empresa de segurança Angola Offshore, apenas identificado por Marcelino, apareceu na esquadra e quando lhe foi solicitada a documentação do espaço que reclamava, não tinha nada.

Acto contínuo, decidiu-se esperar por dois dias, solicitados pelo mesmo para apresentação da documentação. A verdade é que o indivíduo não conseguiu apresentar documentação nenhuma. «Mesmo assim, o comandante não aceitou soltar-nos mesmo sabendo que o suposto reclamante não

possuía documentação do terreno nem conhecia a configuração daquela zona agrícola», referiram.

Para conhecerem a liberdade, contam, tiveram que pagar «gasosa». Desde aquela data, nem um minuto de sossego mais se conseguiu viver porque a patrulha da empresa de segurança citada reforçou-se com mais duas viaturas, mais homens e mais armas. Juntou-se a isso uma patrulha da esquadra do Zango O, que integralmente protegia os chineses que faziam trabalhos de vedação.

Altas patentes no jogo?

Num contacto com o director operativo da referida empresa de segurança, o senhor Marcelino, este confessou não ter documento nenhum do espaço, justificando estar apenas a cumprir ordens, porque o 2.º Comandante provincial da Polícia em Luanda, o comandante Ribas, é que ordenara a patrulha da polícia para fazer permanência no terreno, assim como o tivera chamado no comando provincial para orientá-lo a continuar com os trabalhos.

A partir desta data ficou evidente que era o «truque» usado para intimidar os pacatos cidadãos. Segundo contam, as démarches necessárias continuaram até que foram notificados pelo GADAHKI por três vezes e só na última o representante da empresa de segurança compareceu e, mais uma vez, sem qualquer documento.

O dia do terror

Na quinta-feira, 20 de Fevereiro, os seguranças da empresa protagonizaram um acto de puro terror, ameaçando os camponeses com armas de fogo e chegando mesmo a manipulá-las várias vezes para que deixassem as lavras. De acordo com as suas alegações, esta tem sido uma prática, já antiga, em que usam toda força para ameaçar os camponeses que, por temerem pela sua vida fogem e abandonam os seus terrenos que posteriormente são vedados e vendidos por esta empresa a uma outra conhecida por «Praxis», «No meu caso particular também tinha fugido do espaço e só consegui voltar com o apoio do meu sobrinho e do meu genro», exemplificou um dos visados.

1.6.14 Famílias realojadas recebem casas no Lubango

Jornal de Angola

14 De Junho de 2014

Texto: Estanislau Costa

Um número considerável de famílias que habitavam em zonas de risco e nos locais onde são construídas as novas avenidas da cidade do Lubango foi contemplado com casas do tipo T2, erguidas na nova centralidade da Eywa.

O Jornal de Angola constatou que, cerca de 200 famílias abrangidas no processo de realojamento, sete já foram transferidas para a zona onde estão a ser construídas 200 moradias e implantadas infra-estruturas essenciais à comodidade das pessoas.

O governador provincial da Huíla, João Marcelino Typinge, que procedeu à entrega das casas aos primeiros moradores, disse tratar de moradias condignas e em áreas urbanizadas e lembrou que o acto constitui a melhor via de reintegração dos populares, principalmente as crianças, em zonas seguras e confortáveis.

A moradias possuem dois quartos, sala comum, casa de banho, cozinha e dispensa. João Marcelino Typinge reconheceu que as habitações são favoráveis ao bem-estar e desenvolvimento das famílias, contrariamente aos casebres erguidos em zonas impróprias, em risco iminente, sem condições de saneamento básico. O governador entende que as famílias que viviam na zona da centralidade da

Quilemba, onde estão a ser erguidos 11 mil fogos habitacionais, merecem habitar em locais requalificados e seguros. Por isso, referiu, o processo de realojamento passou por várias negociações para que tudo fosse feito de forma pacífica.

Maria Daniel, 40 anos, com quatro filhos, beneficiária de uma das casas, enalteceu o governo provincial da Huíla por criar boas condições habitacionais e estar a realojar as famílias sem confusão ou descontentamento. "Agora temos casa de verdade e com quintal grande, sofremos muito na nossa casa antiga que era de adobe e as paredes corriam o risco de cair, porque as paredes estavam tortas. A água da chuva infiltrava-se e várias vezes os meliantes

roubaram os nossos haveres, porque a porta não tinha segurança", disse Maria que projecta juntar dinheiro para vedar o quintal.

Manuela, outra dos beneficiários, cuida da família composta por e seis filhos. Afirmou estar

satisfeito por ter uma casa e um quintal espaçoso numa área urbanizada com as condições necessárias. "É de facto um sonho transformado em realidade. O governo deu-me uma casa de construção definitiva, segura e espaço para as crianças brincarem e desenvolver pequenos negócios."

A área de realojamento das populações que vivem em zonas abrangidas nos projectos de im-

pacto social é estimada em 40 hectares, com casas em terrenos de dimensões de mil metros quadrados, escolas, postos de saúde, espaços de lazer e recreação.

Habitação na Humpata

A conclusão das obras de construção das primeiras 80 casas do tipo T1, dos 200 fogos habitacionais

previstos para o município da Humpata, 20 quilómetros a oeste da cidade do Lubango, vai favorecer

a fixação de quadros de várias especialidades para contribuir para o progresso da localidade.

Os jovens professores e outros técnicos que diariamente se deslocam para a vila da Humpata, saídos do Lubango, estão ansiosos pelo início da distribuição para se candidatarem a uma casa. No quadro da execução do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza e Programa de Investimentos Públicos, a

Humpata ganhou quatro novas escolas do ensino primário, dois postos de saúde e a reabilitação de outros 12 postos sanitários.

1.6.15 Parece que ainda estamos em guerra

Novo Jornal

20 De Junho de 2014

Texto: Sedrick de Carvalho

Quando eram 7h00 do dia 16 de Junho, os habitantes do bairro Zango 1, nas imediações do mercado Mãe África, e os moradores dos arredores despertaram com o barulho ensurdecido de dois veículos Caterpillar a derrubar paredes.

Quem esteve a comandar a operação, à distância, segundo os moradores, foi Simão Cuca, o proprietário do mercado Mãe África, alegadamente por desejar aumentar o seu empreendimento comercial. O empresário negou as acusações dos desalojados e aconselhou-os a tentarem uma acção

judicial para responsabilizar criminalmente o autor das demolições.

A escoltar os maquinistas esteve o Posto de Comando Unificado (PCU), composto por militares e polícias, bem como os fiscais do mercado Mãe África, que, descontraídos, agrediram "sem compaixão, nem piedade" os habitantes, contaram os agora "sem tecto".

No mês passado, atestaram os munícipes, indivíduos trajados com uniformes das Forças Armadas Angolanas estiveram na localidade e escreveram nas casas a inscrição "obra embargada". "Recorremos à Administração de Viana, mas disseram que não havia essa orientação. Não sabíamos onde ficava esse tal de PCU, por isso não conseguimos fazer nada", afirmaram.

Com o filho recém-nascido nos braços, Marquinha, de 36 anos, disse: "Pedi tanto para não partirem a minha casa porque não tenho onde ir, mas não quiseram saber. Um dos militares até me disse que isto é normal". Com lágrimas a escorrer no rosto, a cidadã acrescentou:

"Bateram tanto no meu marido, foi preso e neste momento, ele está no hospital porque a cabeça inflamou". Durante os últimos dias, Marquinha e o bebé, de apenas um mês de vida, têm passado as noites entre os destroços da sua residência, pois não tem como regressar a casa dos pais. "É a vida. Vamos fazer mais como?", indagou.

À semelhança dos demais, Xavier Horácio, de 56 anos, improvisou sobre os escombros uma cozinha "para a família não morrer de fome" e uma "espécie de cama" onde tem dormido com os três filhos e a mulher.

"Na segunda-feira, os meus filhos só comeram graças à uma vizinha. Para dormir tivemos de colocar os colchões por cima dos blocos partidos. Fui FAPLA e, por isso, estou aleijado, mas eles nem quiseram saber de quem era a casa. Ainda lhes disse que um dia eles serão velhos como eu e vão fazer-lhes o mesmo", relatou.

Agredidos e presos

Os inconformados com 'as demolições das suas residências foram "presenteados" com uma "surra e detenção" por algumas horas no mercado Mãe África:

João Feliciano Mota, de 30 anos, descreveu o que se passou como "desumano", caracterizando os agressores de "diabólicos".

"Não fui capaz de ficar sem falar nada enquanto destruíam a minha casa e a dos meus pais. Por isso, implorei para não a partirem. Foi esse o único motivo para me algemarem, baterem-me e colocarem-me preso durante todo o dia", recordou o jovem.

Da mesma forma, foi vítima Artur Chambanda, de 44 anos, tio de João Mota, "simplesmente" por ter balbuciado algumas palavras no momento em que o sobrinho era agredido.

"Parece que ainda estamos em guerra, porque trouxeram armas AKM's, pistolas, bomba de gás e

até rádios de comunicação", frisou João Mota. Justina Jamba Mota, irmã menor de João Mota, não escapou aos porretes dos agentes. Em consequência da pancada sofrida, a jovem queixa-se de dores nas costas.

"De tanta surra desmaiei e quando acordei a minha casa já estava destruída. Tenho feridas e arranhões nas costas, porque quando desmaiei eles continuaram a dar-me pontapés", contou.

No local, a nossa reportagem apercebeu-se que dois deficientes físicos também foram alvo das Forças Armadas.

Depois de agredido, Domingos Diniz, deficiente dos membros inferiores, foi detido e, em seguida, libertado pela Polícia Nacional e FAA numa zona que desconhecia.

"Colocaram-me debaixo do carro de militares e levaram-me até um lugar que não conhecia. O comandante da polícia ainda me deu 100 kwanzas para pagar uma kupapata motorizada para regressar, mas rejeitei", frisou Domingos Diniz.

No intuito de obter esclarecimentos sobre a situação, o Novo Jornal contactou a Administração Municipal de Viana, onde fomos informados que não houve autorização para a realização das demolições.

Quanto aos efectivos da Polícia Nacional no local, fonte do Comando Provincial de Luanda garantiu que não estavam ordenados para tal, quer pelo Governo Provincial de Luanda, como pelo CPL.

Chefe da SOS habitat retido

Diante da "violação grosseira" do direito à habitação e pela "brutalidade desmedida" contrária aos direitos humanos, uma equipa da direcção da organização SOS Habitar, chefiada por Rafael Morais, esteve no local no momento em que ocorriam as demolições.

Para entender a causa das demolições, Rafael Morais questionou os comandantes das forças presentes, pelo que recebeu como resposta um par de algemas e encaminhamento directo para o "posto avançado" montado nos arredores.

"Fiquei retido durante algumas horas. Obrigaram-me a tirar o cinto e colocaram-me numa carrinha branca que estava no posto que eles montaram", frisou o líder da SOS Habitat.

Apelo à provedoria de justiça

Desesperados por não obterem resposta positiva da Administração Municipal de Viana, os "sem tectos" do Zango 1 clamam pela intervenção do provedor de Justiça, Paulo Tchilica.

O apelo surgiu devido à recente visita que o provedor realizou ao bairro Cirico Fios, no município de Belas, onde, nos dias 10 e 17 de Abril, foram também demolidas duas mil residências, numa acção considerada atentatória dos direitos do homem.

"Já andámos bastante e nada. Nem a polícia, nem a administração nos garantiram soluções. Por isso, pedimos que o provedor venha aqui ver como estamos a sofrer e peça ao Presidente da República para devolver as nossas casas, rogaram".

Frederico Batalha, alto funcionário da Provedoria de Justiça, adiantou que, "tão logo seja possível", o provedor de Justiça vai deslocar-se ao bairro Zango 1 para constatar a realidade. No entanto, o técnico exortou os representantes das vítimas a dirigirem-se às instalações da provedoria.

Casas já registadas no censo

Visto já terem sido contabilizadas no âmbito do processo de recenseamento da população e habitação, que decorreu de 16 a 31 de Maio, os moradores questionaram se vão apresentar os dados oficiais com as casas que agora foram demolidas.

Contactada, fonte do Instituto Nacional de Estatísticas informou que "para o Censo o importante não era contabilizar as casas, mas saber as condições das habitações".

A fonte fez ainda questão de frisar que o Censo visou também saber, "mais do que tudo", como viviam as pessoas que habitavam nas casas demolidas.

I.6.16 Demolições em série no Zango-2

Jornal a Capital

21 De Junho de 2014

A questão que se coloca, ante este facto é, se estas casas, que foram catalogadas durante o censo, vão, ou não fazer parte da base de dados e, se o acto de demolição vai ou não influenciar, negativamente, nos resultados finais do recenseamento.

Quando nesta terça-feira.rz, o semanário A Capital tomou conhecimento das demolições que estavam a ser feitas de forma agressiva no Zango-2 em Luanda, deslocou uma equipa de reportagem ao local.

Apesar de já termos chegado tarde, ainda encontramos pessoal da vizinhança que nos pode explicar o que, de facto, tinha acontecido. Uma dessas pessoas foi Domingos Vicente. Segundo ele, duas semanas antes, homens da Administração chegaram e começaram a escrever nas paredes das casas: "Obra embargada para demolição".

"No dia 13, sexta-feira, às 9hoo, os mesmos senhores chegaram aqui, juntamente com as suas máquinas e a Polícia. Começaram a demolir as casas", mesmo sem que alguns moradores estivessem presentes. Estes, de acordo com testemunhas, apenas ficaram a saber do sucedido através de telefonemas que lhes foram feitos por familiares e vizinhos.

"Estão a lhes dar umas casas, um pouco mais lá para frente. São casas de dois quartos e uma saia, que, na verdade, não se comparam com as que eles demoliram aqui", evidenciou a testemunha, avançando que, até àquele momento, alguns dos visados, encontravam-se em casas de familiares enquanto outros não se sabia como se desvincilharam.

"Dá para ver que as casas estavam, mesmo, na via. Não havia corno não serem demolidas. Pena é que, muitos deles perderam os seus haveres", constatou este morador, vizinho da zona demolida.

Opinião contrária tem o coordenador da Associação SOS Habitat, Rafael Morais que, falando ao A Capital, informou que centenas de famílias viram as suas casas demolidas no dia 16 de Junho de 2014, quando eram 09hoo.

"Os moradores do ZangO-2, bairro Esperança, foram surpreendidos com um cerco de militares, polícias e fiscais, aparatosamente equipados, afectos ao Posto de Comando Unificado-PCU, que sem nenhuma notificação desencadearam acções de demolições de mais de 100 residências, deixando centenas de cidadãos ao relento", denunciou, acrescentando que os cidadãos que muito cedo saíram para os locais de serviço, tiveram que regressar de imediato, assim que receberam a notícia.

Entre as vítimas, está o próprio coordenador Rafael Morais, que nos conformou a ocorrência. "Um grupo de forças mistas, incluindo fiscais, sem notificação, cercaram o bairro e avançaram com violência para as demolições de residências", disse, para depois frisar que as Forças Armadas e a Polícia presentes no local, obrigaram os cidadãos a retirar os seus haveres para fora das residências.

Rafael Morais avançou que recusou-se a retirar os seus haveres, tendo nessa altura, recebido a ordem de sua detenção pelo chefe da missão policial.

"Para além de Rafael Morais vários outros cidadãos foram detidos e soltos em menos de uma hora, depois de brutalmente espancados com barrotes e coronhadas de armas de fogo por vários efectivos das Forças Armadas e da Polícia, presentes no local", detalhou a nossa fonte.

As crianças que deviam desfrutar do dia da criança, lembre-se que o dia 16 de Junho quando tudo isso se deu, é consagrado à criança africana, tiveram forçosamente, de assistir, ao lado dos pais, esse triste cenário. De acordo com as nossas fontes, muitos deles encontram-se, nesse momento, ao relento.

As nossas fontes revelam que o espaço em causa é reivindicado pelo empresário Simão Cuca, proprietário do Mercado Mãe África. Já em funcionamento, está delimitado e nada teria a ver com os espaços a si adjacentes.

Presume-se, segundo as fontes que temos citado, que o empresário tenha utilizado as suas influências e legalizou o espaço sem o consentimento dos populares que já tinham residências no local, alguns deles antes concessionários do Gabinete de Desenvolvimento e Aproveitamento Hidráulico do Kikuxi, GA- DAHK, afecto ao Ministério da Agricultura.

"Tratando-se de litígio entre particulares, deveria ser o tribunal a intervir no caso, para depois das investigações utilizaria mecanismos legais", defendem.

Os visados, irados, dizem que está-se perante uma clamorosa violação do art. 85º da Constituição da República de Angola e da Resolução nº 37/09 de 3 de Setembro nos seus nº 1,2,3e 7 da Assembleia Nacional.

"A Administração deve-se reger pelas normas administrativas, usando o direito à notificação, para dar possibilidade a outro direito que é o da impugnação, caso este não concorde com a acção da Administração", argumenta um dos cidadãos abrangidos pela demolição.

Este não é um caso isolado. Nossas fontes revelam que situação idêntica deu-se nas imediações da cidade do Kilamba, em Maio deste ano, onde foram demolidas cerca de duas mil casas, com participação de Forças Militares.

A acção também foi realizada sem aviso prévio. Em consequência, milhares de cidadãos encontram-se ao relento. A 80S Habitat foi recebida dia 17 pela Administração do Kilamba com o objectivo de abordar a situação dessas comunidades, tendo a Administração prometido a resolução do problema num curto espaço de tempo.

"Os cidadãos não devem ser forçados a se apresentar às autoridades administrativas para um determinado fim, sem um aviso prévio", atestam.

De recordar que o Posto Comando Unificado é uma unidade constituída por elementos das Forças Armadas Angolanas; Polícia Nacional e Fiscalização de Luanda. Foi criada há menos de um ano.

Menos habitações no Censo

O Governo Angolano através do Instituto Nacional de Estatística realizou de 16 a 31 de Maio de 2014 o primeiro Censo Geral da População e Habitação pós-independência e teve como objectivo fundamental a melhoria do conhecimento das características da população e habitação, visando contribuir para a consolidação das intervenções públicas e privadas no contexto das políticas de desenvolvimento.

Visou, como se disse, dar uma imagem real da população e o número das habitações existentes. De acordo com coordenador-geral do Gabinete Central do Censo, Camilo Ceita esses dados são fundamentais para a elaboração do diagnóstico nacional das condições de vida da população num dado momento.

De igual modo, entre outros fins, permite auxiliar a execução e avaliação das políticas, podendo ser utilizados por diversos grupos, tais como governos

locais, municípios, ministérios, instituições públicas etc...

I.6.17 Dois anos à espera de resposta

Jornal Angolense
21 De Junho de 2014

Inconformada com a situação, a FPL endereçou, a 10 de Maio de 2012, uma carta ao então titular do Urbanismo e Habitação, na qual dizia que continuava a ser detentora dos direitos de superfície daquele espaço e que a sua concessão a uma outra entidade configurava uma «sobreposição de direitos de superfície».

Na carta, subscrita pelo presidente do Conselho da Administração da FLP, António Henriques da Silva «Dinguanza», faz-se alusão ao facto de a Imolap estar impossibilitada de avançar com os seus projectos devido à situação criada pela concessão de direitos de superfície a duas entidades distintas.

Diz também que os sócios da Imolap já tinham recebido garantias de financiamento do projecto, na ordem dos vinte (20) milhões de dólares, junto do sector bancário, mas que se sentem prejudicados à falta de uma solução para o diferendo que a opõe à Mesan.

A falta de uma resposta por parte do ministro de tutela, levou, no entanto, a FLP a endereçar, a 2 de Abril deste ano, uma nova missiva ao titular da pasta, a fim de o assunto ser esclarecido.

Apesar de todas as demarchés feitas a FLP diz ter sido novamente surpreendida com o anúncio esta semana de que a Mesan levaria a cabo obras de construção civil no referido espaço.

Uma fonte afecta à empresa imobiliária revelou na quarta-feira, 18, ao Semanário Angolense que a FLP irá accionar em breve uma providência cautelar junto da sala do Cível e Administrativo do Tribunal Provincial de Luanda para que a «legalidade seja reposta».

As tentativas de obter a versão do titular do Ministério do Urbanismo e Habitação não surtiram efeito.

I.6.18 Invasores de terras chegam à Burgalheira do Dande

Jornal Angolense
21 De Junho de 2014

A invasão e ocupação de terrenos continua a ser motivo de pesadelo para algumas populações. Desta feita, são os munícipes do bairro da «Burgalheira», na comuna do Panguila, município do Dande, na província do Bengo, que estão a ser invadidos por elementos fortemente armados, não se sabendo já se a mando de quem.

Na base da invasão das localidades e lavras da zona estará a exploração de inertes de que é fértil, sobretudo burgau, pedras e areia para construção. Segundo os moradores, os invasores, aparentemente militares, chegaram sem prévio aviso, intimidaram os populares e intimidaram barbaramente alguns jovens que ousaram questionar as verdadeiras intenções da acção.

A crise despoletou a 4 de Junho, quando, para surpresa dos moradores, chegaram máquinas escavadoras escoltadas por supostos soldados das FAA que começaram a escavar, a meio da rua principal que atravessava o bairro, uma vala que o dividiu em dois. A maior parte das pessoas ficou a norte da vala e do outro lado ficaram algumas casas e grande parte das lavras. A piorar, a única escola da comunidade ficou do lado contrário da vala. Para assistirem às aulas, as crianças têm que descer e subir as suas veredas, que têm cerca de dois metros de profundidade.

Surpresos com o sucedido, já que não tinham sido avisados, os responsáveis da comissão de moradores procuram saber o que se passava, mas não tiveram resposta.

Como no dia seguinte os invasores não reapareceram, os moradores fizeram sobre a vala uma espécie de ponte 'para facilitar a passagem dos camponeses e, principalmente, das crianças para chegarem à escola.

Quatro dias depois, os trabalhos retomaram mas, desta feita, para além dos militares havia uma patrulha policial igualmente armada, que responderam às inquietações dos populares de forma agressiva, voltando mesmo a espancar e prender alguns jovens.

Paulo Jacinto, porta-voz dos moradores, mostrou-se muito indignado com a situação, tendo dito que os seus vizinhos estão muito incomodados com a presença das tropas que lhes fazem lembrar os tempos de guerra.

«Ao ver que a vala dividia o bairro, fomos perguntar aonde seria a passagem e acabamos escorraça dos pelos militares. Chegaram mesmo a deter dois moradores, que só seriam libertados com a intervenção do Soba», relatou.

O porta-voz da comunidade disse ainda que os mandantes da invasão devem reconhecer que naquela zona tem elementos que lutaram pela pátria. «Nós também merecemos os benefícios da paz. Ou será que temos de ser sempre escorraçados e maltratados», questionou.

Os populares estão a ter dificuldades desde que a vala foi feita e uma delas é o facto de ela dividir vizinhos, quintais e dificultar o acesso às lavras e ao transporte de água para quem vive do lado oposto dos tanques de abastecimento.

Aventa-se a possibilidade de que a divisão do bairro seja propositada para numa primeira instância se explorar os minerais de uma parte e depois recorrer-se ao lado oposto.

O certo é que 17 elementos entre agentes polícias e militares rondam o bairro de segunda a sábado, zelando para que a exploração dos inertes trabalhos decorra interrupções. De acordo com os populares, alguém identificado por tenente-coronel Ngola, é o elemento com a patente mais elevada que apareceu para dar instruções, mas sem chegar a conversar com a coordenação da comunidade, nem com a comissão de moradores ou pelo menos com as autoridades tradicionais.

«Para os chefes dessa invasão, que importa é explorar os inertes para encherem os bolsos. Para eles, as pessoas não contam, somos vistos que nem animais selvagens, não querem saber de nós nem das nossas famílias, apesar de já vivermos aqui há várias gerações. Também temos aqui mutilados de guerra, temos as nossas crianças, a escola foi construída pelo povo com meios próprios, as autoridades municipais e provinciais da Educação estiveram aqui para inaugurar o projecto e hoje as nossas crianças são impedidas de ir à escola porque alguém que

se intitula dono da terra quer assim», desabafou o porta-voz dos moradores da Burgalheira.

O Semanário Angolense (SA), soube que o grupo explorador não é desconhecido dos munícipes porque o coordenador da comunidade já foi chefe

dos seguranças da empresa e perdeu o emprego por defender o seu povo.

«Eles me perguntaram se queria o meu emprego ou defender a população, escolhi a segunda opção e acabei desempregado», contou.

1.6.19 Justiça precisa-se

Jornal Angolense

21 De Junho de 2014

Assim que se sentiram ameaçados, os populares decidiram procurar as administrações comunal e municipal, para se encontrar uma solução viável, mas apenas lhes foi dito que não foi dada nenhuma permissão para que alguma outra instituição explorasse inertes naquela zona, para além das já existentes há bastante tempo, como é o caso da empresa cubana «Imbondex»,

Não tendo encontrado desta forma nenhuma solução, dirigiram-se ao governo provincial do qual aguardam por uma chamada há quase duas semanas.

Os responsáveis da comissão de moradores não acreditaram na resposta que lhes foi dada, porque a patrulha policial que acompanha os militares será mesmo de uma esquadra do município do Dande a que eles pertencem.

Os moradores estão dispostos a aceitar a mudança para um outro local desde que haja condições para se viver e trabalhar, além de virem a beneficiar de uma indemnização. Grande parte das residências é feita de blocos e cimento, sendo algumas de dimensões consideráveis. Mas, a contraparte, como acusam os moradores da Burgalheira, querem ganhar sem gastar um chavo.

Depois de alguns dias, o coordenador do bairro conseguiu falar com o tal de tenente-coronel Ngola, querendo saber do futuro dos seus populares, mas recebeu dele a resposta de que não haverá indemnização para ninguém, porque aquelas terras têm dono.

«O que querem é nos tirar daqui, das residências que estamos a construir com tanto sacrifício, sem condições e sem nos darem outro local para viver. Isso não se faz! O que será destas pessoas se voltarem a perder tudo o que já possuem, depois de terem perdido quase na Guerra, em defesa dos interesses do Estado?», questionou.

Os moradores afirmaram que a povoação existe desde 1984 na localização actual. Em anos anteriores, estava um pouco mais abaixo na direcção do rio. Por

causa das enchentes, a administração municipal do Cacucaco, a que pertenciam antes da nova divisão administrativa, autorizou a mudança do bairro para o local em que se encontram. «Muitos de nós éramos da ODP e servíamos de força-tampão que impedia o avanço das tropas rebeldes que queriam destruir a estação de captação de água e as condutas para Luanda. Trabalhamos com os cubanos e foram as autoridades tradicionais que autorizaram os cubanos a explorar o burgau. Agora hoje dizem que nós é que somos os invasores, isso só pode ser uma brincadeira de mau gosto», exclamou o coordenador, afirmando que têm documentos que provam os seus direitos adquiridos sobre o espaço hoje alvo de invasão.

I.6.20 População abandalhada

Jornal Angolense
21 De Junho de 2014

A vala está a causar uma onda de preocupações muito grande aos moradores que poderão ver um trabalho feito com muito esforço destruído. É o caso da escola, já referida, que recebe crianças de quatro bairros. Actualmente, apenas algumas crianças que ficaram do lado de lá da vala conseguem ir às aulas. Mas os moradores já foram avisados de que, na sequência dos trabalhos que estão a ser efectuados, a escola vai ser derrubada.

Na vizinhança da comunidade há uma quinta pertencente à uma senhora identificada apenas por Dona Jóia, que se dedica à criação de gado, com cerca de três mil cabeças. Com a abertura da vala e a exploração de inertes, o gado está limitado quanto ao pasto e corre o risco de morrer aos magotes. Segundo informações no local, a senhora terá passado mal por causa desta situação, acabando mesmo por ser internada numa unidade hospitalar.

A população vive maioritariamente do campo e está desesperada por tudo o que tem vindo a acontecer na sua comunidade, apelando assim ao patriotismo de quantos estejam envolvidos no tal plano para a desalojar das suas terras.

«Depois de tanto sacrifício consentido pelo país, hoje nem podemos ter um espaço para viver. Quando nós lutamos não havia gerais, mas agora tudo é dos gerais, daqui a pouco até o ar que respiramos também vai ter dono. É difícil acreditar que estamos a ser maltratados por angolanos como nós que, por terem poder, se acham no direito de espezinhar e ultrajar outros angolanos. O que está a acontecer hoje no nosso país, nem o colono o fez. O nosso único desejo é viver em paz e ajudar no crescimento do nosso país», sublinhou Paulo Jacinto.

I.6.21 Sobreposição de direitos de superfície gera conflito de terrenos no Lar do Patriota

Jornal Angolense
21 De Junho de 2014
Texto: Lídio Manuel

A colocação, esta semana, da primeira pedra para a construção de um projecto habitacional na comuna do Benfica, pela sociedade Mesan, Comércio geral, Lda, curiosamente, num vasto espaço já concedido, em Janeiro de 2005, à sociedade Fundadores do Lar do Patriota (FLP) fez renascer um velho conflito de terrenos.

A Mesan, uma empresa que tem à testa o empresário Octávio Bento Sousa, alega ser titular do espaço embora documentos em posse do Semanário Angolense atestem o contrário.

Segundo os documentos, em 10 de Janeiro de 2005 foi celebrado uma escritura pública de «cessão de direito de superfície entre a FLP, SA, e o Governo Provincial de Luanda», a coberto do qual foi cedido a esta entidade um espaço com uma área de 1.200 hectares, na zona do Benfica.

A FLP, por via do seu braço imobiliário Imolap, tinha projectado desenvolver no referido espaço um projecto habitacional de grande dimensão.

Os documentos referem que, para a construção do empreendimento, «a 15 de Maio de 2009 foi celebrada uma escritura pública de cessão de direito de superfície entre a FLP e a Imolap, na qual a primeira cedia à segunda três lotes, com uma área total de 787.615 m²». O passo seguinte consistiu no registo dos referidos terrenos junto à Conservatória do Registo Predial de Luanda.

No entanto, a FLP diz que foi apanhada de surpresa quando, em 28 de Novembro de 2011, viu publicada na III Série do Diário da República (n.v 228) um contrato de concessão de direito de superfície celebrado entre o Ministério do Urbanismo e da Construção e da Sociedade Mesan, Comércio Geral, Lda, celebrado em Setembro desse ano.

I.6.22 CCDH quer fim das demolições no País

Jornal República

27 De Junho de 2014

Texto: Adão Bernardo

A posição do CCDH foi manifestada durante um encontro que os membros de direcção do Conselho de Coordenação dos Direitos Humanos, manteve na Assembleia Nacional com o Titular do Poder Legislativo, acompanhado da presidente da IO" Comissão de trabalhos da Assembleia Nacional, que responde pelos Assuntos relacionados com os direitos humanos.

Pelo que apurou este jornal, durante o encontro foi apreciada a situação dos direitos humanos em países da África, demolições de casas, segurança humana, interacção interinstitucional e acção da Assembleia Nacional. O responsável do CCDH, Lauriano Paulo, pediu ao Presidente da Assembleia Nacional para se olhar com compromisso a situação de perdas de vidas humanas, raptos de pessoas, e deslocações de famílias nos países como a República Centro-Africana, República Democrática do Congo, República Federal da Nigéria, Sudão do Sul e Mali. O Presidente reconheceu e foram sublinhadas as iniciativas bilaterais e multilaterais em curso votadas a ajudar os referidos países.

O vice-presidente do Conselho de Coordenação dos Direitos Humanos, "rogou" ao Presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos "Nandó", no sentido de dialogar com o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, no sentido de se proceder ao realojamento total das famílias sem habitação por conta das demolições promovidas pelas autoridades administrativas. Ao que se sabe, o "chefe" da casa das leis, terá reconhecido a situação e garantiu que o diálogo que se pretende com o Titular do Poder Executivo poderá se efectivar.

Lauriano Paulo lembrou ao Presidente da Assembleia Nacional que "os cidadãos têm o direito de sair e regressar às suas casas com segurança e que ninguém tem o direito de se dedicar a práticas que ponham fim a vida de um cidadão". O defensor dos Direitos Humanos no país, entende que a Polícia Nacional "deve imprimir um sentido de mais prontidão na actuação para a segurança, tendo igualmente sublinhado certos casos de desaparecimentos de cidadãos e o agir moroso da DNIC e PGR em determinados acontecimentos.

Na conversa com o "Nandó", o vice-presidente do Conselho de Coordenação dos Direitos Humanos,

Lauriano Paulo manifestou a necessidade de os Deputados assumirem por completo a sua missão através das comissões especializadas da Assembleia Nacional e que os mesmos devem poder acompanhar e controlar a execução dos planos nacionais e locais de investimentos públicos. O Presidente da Assembleia Nacional reconheceu e informou estar a decorrer os trabalhos no sentido de se elaborar um regulamento que se conforme os limites previstos na Constituição tendo em conta o acórdão do Tribunal Constitucional e que retomarão a acção fiscalizadora logo que se tenha o novo regulamento. Lauriano Paulo saudou e encorajou os encontros preliminares de concertação mantidos entre Presidente da Assembleia Nacional e Chefes dos Grupos Parlamentares. SOS Habitat espera por acções consentâneas.

O coordenador da associação SOS Habitat, Rafael Morais enalteceu a iniciativa da Assembleia Nacional, em receber o Conselho de Coordenação dos Direitos Humanos e espera que do encontro possa sair acções práticas que encontre soluções às vítimas da violação dos direitos humanos. Em entrevista a este semanário, Rafael Morais diz que "não bastam as boas intenções se não houver vontade política para se pôr fim aos desalojamentos forçados aos pacatos indefesos.

"É importante que haja esta abertura das instituições do Estado, mas não se deve limitar-se apenas em aspectos teóricos, porque os mecanismos existem por exemplo; temos a resolução n.º 37/09 de 03 de Setembro da própria Assembleia Nacional que tem sido violada sistematicamente pelo governo angolano". Esta resolução segundo o Coordenador da SOS Habitat, determina entre outras questões a criação de condições mínimas e aceitáveis para o realojamento do cidadão afectado com o diálogo e envolvimento dos mesmos nas soluções de alojamento.

Rafael Morais, sustenta que a situação da violação dos direitos humanos no país, tende a aumentar. "Estamos perante um terrorismo de Estado porque vemos que cada um faz o que bem entender e ninguém diz nada", disse acrescentando que "agora com o envolvimento de generais das Forças Armadas Angolanas (FAA), que chegam a violar o direito das administrações, face à isto gostaríamos que à Assembleia Nacional, chamasse atenção ao

governo no sentido de aplicar aquilo que está escrito e evitar que haja revoltas da população indefesa".

I.6.23 Apropriação de terrenos foi criticada em Luanda

Jornal de Angola
29 De Junho de 2014

A apropriação de terras por desconhecidos, falta de transporte, água potável e de energia eléctrica foram as principais questões apresentada no Fórum de Auscultação à Mulher Rural realizado na comuna dos Ramiros, Luanda.

Durante o fórum, as camponesas que vivem há mais de 20 anos na localidade do Tanque Serra pediram que sejam tomadas de imediato medidas que desencorajem a apropriação de terras e que sejam melhorados os serviços de saúde.

As participantes no encontro, subordinado ao tema "O Contributo da Mulher Rural no Processo de Desenvolvimento", pediram igualmente que se providencie a instalação de um mercado de produtos agrícolas e de centros de formação profissional na localidade.

A directora provincial da Família e Promoção da Mulher disse estar preocupada com "a ocupação anárquica de terras" e com "os actos de violação a que estão submetidas as mulheres". O desenvolvimento da actividade agrícola, confirmou Antónia Marcelino, é um dos propósitos do Executivo, mas apenas possível com as comunidades camponesas a explorarem os espaços reservados para a actividade.

As lavras, referiu, são o único meio de subsistência que estas famílias têm e quando lhes são retirados deixam de existir o meio de sustento dos filhos e enfrentam a pobreza.

O administrador comunal dos Ramiros, António Segunda, que presidiu à reunião, incentivou as participantes a denunciarem os casos apropriação de terras pára facilitar a acção da Polícia Nacional e evitá-los.

O Fórum da Mulher Rural enquadra-se na estratégia do Executivo .lilgolano de melhorar as condições da mulher ruarl.

1.7 JULHO 2014

1.7.1 Invasão de Terrenos para construção habitacional ameaça agricultura

Jornal Agora

04 De Agosto de 2014

Texto: Lilas Orlov

O Vale do Cavaco está a secar. Uma seca irreversível que coloca o Governo Provincial de Benguela num verdadeiro 'braço de ferro' com os agricultores que agora fazem das 'tripas-coração', à busca de água a 50 metros de profundidade, através de moto-bombas de alta rotação.

Em paralelo, a então verdejante paisagem do Cavaco foi substituída pelo betão e pela cor infecunda da desertificação.

A culpa morreria solteira se não tivesse actores da guerra que, na recuada década de 80, destruiu a Barragem do Dungo, importante canal de irrigação e respiração do Vale do Cavaco que conforma a cintura verde da cidade.

Desta feita, Benguela está a pagar caro pelos sucessivos erros de governação que permitiram a invasão dos terrenos mais férteis para a agricultura intensiva em benefício do paisagismo de betão, em que foram implantados bairros inteiros, armazéns e residências.

Calcula-se que cerca de SO' do perímetro agrícola do Cavaco tenha sido conquistado anarquicamente para outros fins. Para sobreviverem, os agricultores perfuram mais de 50 metros de profundidade à busca de água, devido ao baixo nível aquífero. "Sem água aqui no Cavaco, o betão vai continuar até nas montanhas", alertou o agricultor Paulo Manuel, que vê secar milhares de hectares das melhores terras para a cultura da banana e horto frutícolas.

Tido como uma zona de grande potencial agrícola para o desenvolvimento económico e social, com solos de excelência, o Vale do Cavaco sempre produziu produtos para a alimentação da população e da banana para a exportação. Por razões de contexto, a sua produção foi baixando de qualidade por escassez de água proveniente da destruída barragem do Dungo, uma represa do Cubal que acumula água dos rios Cubal da Hanha, Bongo, Dungo e Lonjombe.

'CORRIGIR O TIRO'. Para estancar a situação e retomar a verdadeira vocação do Vale, as autoridades de Benguela proibiram, terminantemente, novas construções civis no Cavaco e delimitaram o perímetro que ainda sobra para relançar a agricultura.

O governador Isaac dos Anjos ordenou a reposição das competências técnico-administrativas do Gabinete do Desenvolvimento do Vale do Cavaco (do qual já foi director antes de assumir o Ministério da Agricultura). O Gabinete, agora dirigido por João Baptista Manuel, deverá dar corpo a um modelo de gestão dos Vales do Cavaco, Catumbela e Copo rolo, com um plano-director de relançamento de todo o potencial agro-pecuário destes perímetros.

"A sua reabilitação vai produzir mais água e permitir o uso de sistemas de irrigação tradicional, gota-a-gota e micro-aspersão convencional. Vamos incorporar novas formas de tratamento dos solos salinizados e a sua correcção, para tirar maior rendimento do seu papel económico, que é o combate à fome e à pobreza", declarou o director da Agricultura, Francisco Assis.

Em contrapartida, os problemas do Cavaco 'secar' com a sangria na ocupação de terras no não estão no litoral. Começam a montante, no Dungo, 200 km de Benguela, onde está situada a barragem. Depois será a reabilitação das comportas do Cavaco e das lagoas de conservação nas Bimbas.

Neste momento, está a ser feito o reperfilamento dos canais de irrigação e a sua limpeza, para que a água chegue às valas de destino.

INVESTIMENTOS. Em Setembro próximo, prevê-se a conclusão das obras da sua reabilitação, a fim de regularizar toda a rede aquífera do Cubal, Caimbambo e Benguela.

Até 2017, as autoridades prevêem investir mais de 21 mil milhões de Kwanzas na regularização dos canais e cursos de água nas zonas de impacto social e económico. Uma boa fatia deste investimento está a ser aplicada na recuperação da Barragem do Dungo para repor a sua utilidade.

'Proibir construções e voltar à agricultura' é o lema que impera. Uma comissão multisectorial coordenada pelo Gabinete de Desenvolvimento do Vale do Cavaco poderá desapossar as terras ociosas e entregar a quem tem vontade e investimento para trabalhar.

Neste cenário, a 'batata-quente' está com o administrador municipal de Benguela, Leopoldo Muhongo, que tem a responsabilidade de fiscalizar

com rigor e garantir a proibição do avanço das ocupações para fins contrários à agricultura.

Existem construções que poderão ser demolidas. As administrações comunais, onde serpenteia o Vale, foram encarregues de colocar marcos de delimitação, para que o sonho de recuperação do potencial hídrico e agrícola do Cavaco seja concretizado.

HISTÓRIA DO VALE QUE ALIMENTA A POPULAÇÃO. A cintura verde de Benguela está a desaparecer. O Vale do Cavaco, onde se produziam grandes variedades de produtos, com destaque para a banana, conhece agora forte movimento de homens e máquinas que estão a construir edificações urbanas.

Aquele que era um dos principais pólos agrícolas da província está invadido por bairros residenciais, armazéns e outras unidades comerciais.

Tudo isso ocorre numa altura em que o Executivo apostou no relançamento do sector agrícola e, por via de fundos públicos geridos por bancos comerciais, concede créditos aos agricultores. Mesmo com um alcance ainda insignificante, o programa de concessão de créditos de campanha tem beneficiado os pequenos produtores familiares organizados em associações e cooperativas.

Mas, os milhares de famílias que viviam das culturas agrícolas no Vale do Cavaco têm a vida cada vez mais ameaçada. "O Vale, que já foi o principal produtor de banana em Angola, está irreconhecível para quem conhece a sua história de esplendor agrícola. A transformação acontece às claras e aos olhos das entidades que deviam superintender aquela cintura verde".

Os agricultores teimosos, que ainda resistem à actual invasão, queixam-se da retirada de inertes das margens do rio Cavaco, cujo transporte é feito em camiões sem cobertura. Com este tipo de transporte, grandes quantidades de poeira vão para as plantações remanescentes, dificultando o sadio desenvolvimento das mesmas.

O comportamento dos industriais da construção civil já tinha merecido um veemente repúdio do presidente da Associação dos Agricultores de Benguela, Manuel Monteiro, que efectuou investi das junto do Governo Provincial local. As coisas continuam na mesma.

ERA UMA VEZ- Foi com a produção do Vale do Cavaco que Angola exportou banana, no período anterior à Independência. O rio alimentou os mercados de Luanda e de outras cidades, por altura do conflito armado. Está difícil acreditar que hoje se

encontra entregue a máquinas retro escavadoras e picaretas e aos apetites da gente do ramo imobiliário.

O rio Cavaco tem característica intermitente. A estiagem que a região viveu afectou duramente o fluxo de água subterrânea, que irrigava toda a extensão de terra cultivável.

Benguela hoje está sem as rosas de porcelana, sem a banana seca do Ginha Faro. Secou a nascente do rio e aos pouco a pouco acabou a sua cintura verde.

Os terrenos foram ocupados anarquicamente e seguiu-se a febre da sua venda ilegal. O verde esperança do campo deu lugar ao betão armado; a produtividade agrícola entrou em decadência e os consumidores deixaram de contar com a antiga fonte de produtos agrícolas de qualidade.

Toneladas de alimentos, que antes eram produzidos no perímetro agrícola, deixaram de fluir para o mercado de Benguela e não só. Benguela e Lobito passaram a ser abastecidos predominantemente a partir dos municípios do interior e das províncias do Huambo, Huíla, Bié e da República da Namíbia.

1.7.2 SOS Habitat solta grito contra demolições

Novo Jornal

04 De Julho de 2014

Texto de: Nok Nogueira

O DOCUMENTO, apresentado esta quarta-feira, 2, em conferência de imprensa, numa das unidades hoteleiras da capital, marcada pela presença de alguns membros de cooperativas agrícolas que se encontram em situação de litígio com o Estado, serviu igualmente para o lançamento de um pequeno documentário, que aborda a situação das demolições e suas consequências ocorridas entre 2013 e 2014.

Rafael Morais, coordenador da SOS Habitat, entidade cujo objecto social tem sido reportar, defender, apoiar e encontrar soluções à volta das questões ligadas à habitabilidade, não poupou nas críticas ao silêncio das autoridades do Governo central, as quais segundo referiu, têm-se escusado inclusive a responder a simples solicitações de audiências.

Considerou mesmo essa fuga insustentável e inadmissível diante dos danos que têm vindo a causar às famílias visadas, resultantes do uso excessivo da força policial e militar, a par do incumprimento das normas mais elementares nas acções de despejo e de desalojamento.

Para o activista está-se diante de um quadro em que o futuro de crianças, jovens e adultos tornou-se retardado por conta da interrupção das aulas e da perda de emprego de alguns chefes de famílias.

O responsável pela SOS Habitat denunciou ainda aquilo que qualificou como 'postos de comando unificado' ('PCU'), integrados por agentes da Polícia Nacional, Polícia Militar e agentes da fiscalização das administrações, responsáveis pela protecção das brigadas de demolição".

NOVOS FOCOS DE DISCÓDIA

Segundo o relatório de balanço da organização de defesa do direito à habitação, até Janeiro de 2014, a SOS Habitat seleccionou para acompanhar 39 das 54 comunidades com que estava a trabalhar desde a sua fundação, em 2002.

Dos problemas apresentados às autoridades locais, de acordo com o documento, apenas um por cento foi resolvido, tendo-se observado o aumento de quatro novas comunidades que enfrentaram demolições injustas.

"Várias demolições aconteceram sem o mínimo cumprimento das normas administrativas, como um

aviso prévio ou notificação e sem ser salvaguardada qualquer condição de habitabilidade. Entre esses

casos está a comunidade dos 'Cinco Fios', localizada na zona adjacente à centralidade do Kilamba, no município de Belas, onde mais de 2000 famílias perderam as suas casas.

Aquele espaço alberga camponeses desde antes da independência e é reivindicado pela administração do Kilamba", indicou Rafael Morais.

ZANGO, O NOVO ALVO

Se alguma vez houvesse necessidade de dar nome à ironia, Rafael Morais não teria dificuldades em chamá-la 'Zango'.

O Zango 2, no município de Viana, local para onde têm sido" realojadas muitas famílias, foi, há menos de duas semanas, alvo... de demolições.

Ele próprio, Rafael Morais, proprietário de uma residência naquela comuna, "teria sido alvo de uma acção de demolição não fosse ter exigido das entidades e do comandante da polícia presente no local os documentos que autorizavam a destruição de residências. Essa documentação a autorizar a demolição não existia e a casa lá continuou de pé", contou durante a conferência.

Ainda segundo o relatório da SOS Habitat, em Calumbo, Viana, cerca de 57 casas e igual número de famílias encontram-se ao relento desde dia 16 de Junho do ano em curso.

"A comunidade foi surpreendida pelas forças da 'PCU' que, sem notificações ou um mandado de demolições emitido pela entidade competente, desencadearam acções de demolições", adiantou.

BUROCRACIA ADMINISTRATIVA

Para Rafael Morais, o excesso de burocracia tem sido responsável pelas ocupações de terrenos por cidadãos oportunistas que se instalam ilegalmente em terrenos e avançam para construções desordenadas.

Neste particular, o activista apresentou como flagrante exemplo o município do Cacucaco, onde, aos olhos de todos, continua a nascer uma "cidade de casebres" de chapa de zinco, sem que se respeitem as normas para a ocupação e construção.

Segundo disse, isso só acontece porque às instituições administrativas tem faltado alguma celeridade no tratamento das questões burocráticas. E deu como exemplo o que tem acontecido junto de algumas comunidades agrícolas.

"O Estado aparece a demolir habitações, arrasando bairros e desmantelando comunidades de camponeses sem avaliar as consequências desses actos. Mas desta forma, o Governo acaba por obrigar por força maior e com todos os riscos que daí resultem, os desalojados a procurar outros lugares para se instalarem.

Posteriormente lá vem novamente o Governo reclamar esses locais como sendo reserva fundiária do Estado.

É este o ciclo que temos vindo a observar nos últimos anos", lamentou.

OPORTUNISMO

O relatório de balanço da SOS Habitat atestou também que algumas famílias têm sido vítimas de extorsão por parte de cidadãos que se identificam como fiscais.

Em alguns bairros, onde estão a ocorrer ocupações, casos da Pedreira e Sequele, município do Cacucaco, no Mundial, no distrito da Samba, e em Vila Flor, em Viana, conforme testemunho de populares, estes, para obterem parcelas de terra, são obrigados a pagar quantias em dinheiro que variam entre os dez mil e os 60 mil kwanzas. Uma atitude condenada sem reservas pela SOS.

PERSEGUIÇÃO A ACTIVISTAS

A SOS Habitat denunciou, por outro lado, acções de perseguição que diz ter sido alvo, da parte de supostos agentes da Segurança do Estado.

"Essas perseguições visam levar a cabo ondas de intimidações para anular as actividades da organização", denunciou, acrescentando: "a minha casa tem estado a ser controlada por cidadãos estranhos".

Para o activista, esta atitude dos órgãos de segurança apenas confirmam a fragilidade da justiça em Angola.

"Podemos concluir que o Governo angolano tem desalojado famílias sem criar nalguns casos o sistema de assentamentos condigno e a justiça tarda a chegar para os cidadãos mais desfavorecidos", culpou.

USURPAÇÃO DE PODERES

A SOS Habitat afirmou ter identificado alguma usurpação de competências, sobretudo nos municípios de Viana e Belas.

Nestes locais, segundo o relatório, há instituições que usurpam competências dos administradores municipais, como é o caso do Programa Provincial de Habitação Social (PPHS), que integra na estrutura fiscais que têm actuado em zonas da inteira responsabilidade da administração de Viana. Um outro caso é o da administração do Kilamba, que refere o documento, também é autónoma, não dependendo por isso, da administração de Belas.

INJUSTIÇA E IMPUNIDADE

A SOS Habitat garantiu, que além dos casos de denúncia de violações de Direitos Humanos, apresentou aos órgãos judiciais angolanos outras situações, cuja maioria não teve qualquer desenvolvimento até à data.

"Os seus mandantes continuam impunes e protegidos, alguns por imunidade de cargos públicos que ostentam. A Ordem dos Advogados de Angola proporcionou advogados sempre que a SOS Habitat solicitou, infelizmente muitos desses advogados acabaram por desistir sempre que se depararam com casos delicados", lamentou.

Para Rafael Morais existem casos em que os cidadãos seguiram todos os requisitos necessários para a aquisição de terrenos e volvido algum tempo, são surpreendidos mais tarde por outros supostos donos. Os casos mais flagrantes, segundo disse, têm acontecido no Zango 2, onde um dos exemplos foi vivido pelo próprio. A sua residência quase foi

demolida quando apareceu alguém a reclamar o terreno que lhe pertence e onde está implantada a casa.

1.7.3 Terra é atribuída às pessoas disponíveis

Jornal de Angola

07 De Julho de 2014

O governador da província do Namibe disse que a propriedade da terra deve ser dada aos cidadãos que têm força e vontade de produzir bens alimentares para as populações.

Rui Falcão falava num fórum sobre a mulher rural, sob o lema "A promoção e integração da mulher rural no processo de desenvolvimento". O governador do Namibe explicou que o fórum visa, desde logo, auscultar a mulher rural sobre o que são as suas principais preocupações e inquietações, para que o Executivo possa, em definitivo, determinar e orientar políticas que satisfaçam as suas necessidades básicas.

"Muito já foi feito no país desde o lançamento do Programa Nacional de Apoio à Mulher Rural" projecto que não teria alcançado os êxitos que conseguiu se não tivesse uma líder forte e que devo reconhecer, a doutora Ana Paula dos Santos. O programa já permitiu melhorar significativamente a vida das nossas populações, com a construção de escolas e oferta de novos serviços de saúde em todas as localidades do país e a melhoria na produção a vários níveis com a participação das mulheres", sublinhou.

O responsável salientou que o país começou a crescer agora para o desenvolvimento e ainda depara-se com muitas insuficiências e disse que, para tal, são necessárias a promoção e integração da mulher rural no processo de desenvolvimento.

A sua integração, prosseguiu, deve ser feita através da sua maior participação na cultura, no sistema de ensino, formação profissional e acesso ao primeiro emprego, o que lhe vai permitir mais comunicação e informação para que possa ter cultura para o acesso ao crédito, habitação, água, saúde e à terra.

Rui Falcão precisou que o programa de apoio directo às famílias camponesas, traçado pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, na província do Namibe vai permitir a implantação de novos sistemas de abastecimento de água em mais de 100 localidades, de modo a que a população deixe de ter o problema

da água para consumo humano, agricultura e para o abeberamento do gado".

Durante o seu discurso, no acto de abertura do fórum, Rui Falcão destacou igualmente que o Governo Provincial vai, este ano, implantar 15 novas zonas de desenvolvimento agrícola, sendo três em cada município do Namibe, Virei, Bibala, Tômbwa e Camucuiu, que vão permitir produzir mais e melhor tendo em conta que vão receber meios para o efeito, como tractores, motobombas, mangueiras e fundamentalmente carros para recolha e venda de produtos.

O governador do Namibe apelou, por outro lado, às mulheres a organizarem-se nas diversas associações de forma a fiscalizarem todo o projecto que é executado pelo Governo, desde o princípio até ao fim.

A província do Namibe não tem nenhum problema mas sim desafios, e estes devem ser vencidos com muito trabalho e dedicação de topos, concluiu. Participam neste fórum mais de 500 mulheres provenientes dos cinco municípios do Namibe.

1.7.4 Benguela vende terrenos

Jornal O País

11 De Julho de 2014

O Governo de Benguela lançou o primeiro projecto de venda pública de terrenos para construção de alto padrão denominado Blue Ocean, localizado no plateau da Baía Azul, no Município da Baía Farta.

"Estamos aqui para anunciar o início daquele que consideramos como o nosso primeiro projecto de construção de alto padrão na província de Benguela, no Plateau da Baía Azul", disse o governador provincial, Isaac dos Anjos, no acto de apresentação, nesta Segunda - feira, S. O objectivo é criar Uma base de atracção de investidores nacionais e fazer com que a população seja parte do desenvolvimento da província.

Com a iniciativa, pretende-se ter um projecto caro na sua infra-estruturação, para criar uma atracção turística Mundial, por isso, o acesso será limitado somente a quem tiver condições de pagar um milhão de kwanzas por cada mil metros quadrados.

"Para o Blue Ocean da Baía Azul os espaços não são negociáveis, só quem tem esse dinheiro deve vir ao encontro do terreno, quem não tem procura outros áreas". Disse o governador, acrescentando que há terrenos para a população de todos os níveis sociais

naquela província, independentemente de possuírem ou não grandes somas de dinheiro.

A zona está destinada para a construção de casas de renda média, zonas comerciais, hotéis, restaurantes e outras infra-estruturas de carácter social, criando uma zona de propícia para o investimento.

Espera-se que o projecto venha a gerar emprego para a juventude, já que terá a participação direta do Estado no que toca a construção de obras públicas como estradas e valas de drenagem.

Os investidores poderão ainda comprar terrenos com a vista ao mar em outras dimensões, para além da construção de casas para acomodar as pessoas que vão trabalhar no local, que, na opinião do governador, não devem viver distantes do Blue Oceano Questionado sobre a possibilidade do pagamento parcial dos lotes, numa primeira fase, o governante respondeu negativamente, apontando as falhas da anterior gestora do projecto como uma das causas.

Refira-se que o projecto Blue Ocean foi gerido pelo grupo Time Invest durante quatro anos, mas por falta de recursos viu ser confiscado aquele se esperava dar uma vista internacional à província das acácias rubras.

1.7.5 Moradores do Margoso querem realojamento condigno

Jornal O País

11 De Julho de 2014

Texto: Alberto Bambi e Matias Tunda

Moradores do bairro Margoso, vulgarmente conhecido por Chabá, localizado nas imediações do Prenda, distrito urbano da Maianga, município de Luanda, manifestaram -se descontentes com a forma como uma suposta comissão de realojamento está a levar a cabo o processo que poderá ditar o desalojamento do pessoal, ao ponto de suplicarem por uni realojamento ajustado.

"Já cá estiveram há mais de sete anos e andaram a numerar as casas, mas depois tudo ficou esquecido, agora os meus filhos dizem que voltaram para retirar todas pessoas do bairro", contou Suzana Ferraz, que chegou ao Chabá em 1976.

Quando ela e o esposo ergueram a residência nessa área da cidade de Luanda, o local era habitado por alguns cabo-verdianos que se dedicavam ao comércio no mercado do Prenda, uma actividade assegurada, na altura, por peixeiras oriundas da ilha do Cabo e de outras províncias de Angola, soube O PAÍS da

própria, que fez questão de sublinhar que a maior parte dos homens da época estava entregue a vida militar.

Tia Suzana, como é carinhosamente tratada por filhos, sobrinhos, amigos e conhecidos justificou o clamor dos residentes do Margoso, que lutam por um realojamento digno, devido à primeira transferência que abrangeu o pessoal que vivia ao longo da vala de drenagem, que atravessa a parte de trás do bairro, próximo do hospital de infecto-contagioso, anti-lepra e tuberculose, que, segundo a moradora antiga, foram parar no Panguila, um centro habitacional que Suzana Ferraz diz já não pertencer a Luanda.

"Como é que as pessoas são corridas a viver de uma província?", questionou, tendo acrescentado que os homens do Margoso não estavam dispostos a serem expulsos da Capital.

Em jeito de conselho, a senhora recomendou às entidades competentes a ouvirem e cederem às exigências dos habitantes, que, para ela, não queriam mais senão ir para um sítio onde haja hospitais, escolas, transportes públicos, condições aceitáveis de saneamento básico e outros serviços indispensáveis para satisfazer as necessidades vitais do homem.

O perímetro em causa está entre a avenida Revolução de Outubro, a Clínica do Prenda, o Dispensário Anti - Lepra e o Hipermercado Cangurú, de acordo com um alegado catálogo exibido por entidades da referida administração, num dos poucos contactos com os residentes, conforme informaram estes.

"É interesse de empresários, não do Governo"

Pedindo que o seu nome não fosse citado nesta reportagem, um morador, que disse ter 47 anos de idade, mostrou-se céptico no que toca ao projecto de realojamento ser de pretensão do Governo da Província de Luanda (GPL) ou do Executivo Central, tendo adiantado que "dá-nos a entender que um grupo de empresários está a interessar-se pela zona por ser económica para a classe empresarial,

solução é desalojar a população", desabafou o cidadão, que mencionou casos de negociações que datam da governação de alguns dirigentes que, actualmente não fazem parte do pelouro luandense.

Acrescentou que os primeiros desalojados tiveram um destino problemático. De acordo com ele, a intenção de "tomar" o Margoso, resulta da tentativa falhada no bairro Catambor. O interlocutor deste jornal falou dos únicos sinais de cadastramento marcados nas paredes das residências, tendo reforçado que os referidos registos datavam dos anos 2003 e 2004.

"Mas na era do governador Job Kapapinha houve novas tentativas que acabaram no silêncio", recordou.

Como a velha Suzana Ferraz, a fonte assegurou que a população apoia o programa de urbanização, ou seja lá o que for, conforme fez questão de referir. Porém, contesta a metodologia da administração local, bem como os destinos apontados, aparentemente em desfavor dos moradores.

"Os bairros que o governo destina para esse fim devem ter condições básicas, nomeadamente, água, luz e saneamento básico eficientes, além de asseguramento dos sectores de ensino e segurança e mercados".

O indivíduo que disse que "a capital não é deles", manifestou-se bastante baralhado a entender quem, realmente, queria o bairro, por já ter visto muita gente a chegar no Margoso, de forma clandestina, para tirar fotografias, projectar alinhamentos e falar de outras expectativas empresariais. Na intenção de ter um esclarecimento sobre o assunto, a reportagem de O PAÍS contactou uma fonte ligada a administração da Maianga, que a remeteu para o GPL.

Administração no caminho dos moradores

Embora muitos habitantes abordados, recentemente, por O PAÍS, no bairro Margoso, tenham falado da distância da administração local, o entrevistado em causa revelou sobre o encontro com a administradora do distrito, realizado no mês transacto.

"Na reunião do dia 14 de Junho, a administradora da comuna do Prenda, Mariana Domingos Francisco, desacreditou a nossa Comissão de Moradores, acusando haver elementos que já não moram no bairro", informou.

Segundo ele, na mesma ocasião, o questionamento dos residentes pesou sobre a intenção de colocar um cidadão, Avelino Catchítandela, ao qual, apesar de também não ser morador do bairro, lhe estava a ser confiada a função de negociador do caso, além de uma intenção clara de candidato a presidente da imposta comissão do bairro em defesa dos interesses dos demolidores.

Por essa razão, relataram outros, a associação dos jovens moradores do bairro questionou a administradora sobre os transtornos que esse projecto traria à comunidade. "Ela, irritada, acusou-nos de sabotadores do programa de urbanização das favelas de Luanda, de forma geral e do Margoso, em particular.

Depois disso, contaram os circunstantes, a administradora da comuna abandonou a reunião.

"É por isso mesmo que nós duvidamos que seja projecto do Governo, porque, se assim fosse, ela negociaria pacientemente connosco para registar e transmitir as nossas preocupações aos seus superiores hierárquicos", calcularam.

Agastado com a situação, o memo morador perguntou "será que, em Luanda, o Chabá é o único bairro com problemas de acesso e delinquência? não viram o «gueto» do Alvalade?"

Finalmente, a fonte desabafou dizendo que, se o resultado das conversações dependesse única e simplesmente dos habitantes da referida zona, todos preferiam ficar no bairro desorganizado do que ir a outras paragens de Luanda, onde teriam de lutar pela readaptação.

"Se o Governo nos desse a liberdade de decisão, sem imposição e influências, gozaríamos dos nossos direitos de liberdade de escolha, porque, entre ser desalojado para ir para um lugar incerto e permanecer no Chabá onde há facilidade de chegar aos hospitais e escolas, escolhemos ficar no nosso bairro".

Soba Muzungo desabafa

Em risco de ver o seu legado destruído, o soba Fonseca Muzumbo que não consegue parar de imaginar a sua casa destruída, aproveitou o momento da entrevista para se queixar da falta de apoio que lhe é devido como autoridade tradicional.

"O número de sobas e antigos guerrilheiros sem apoio do Governo aumentou, eu sou um deles" declarou o ancião que foi indicado como soba a 30 de Maio de 2008.

Fonseca Muzumbo, que, nas vestes de soba se considerou como parceiro directo do Estado junto do povo, alegou não estar a beneficiar do seu direito, tendo detalhado que não recebe nenhuma pensão afim.

Sem dinheiro, o soba, algumas vezes, trilha a rede de estrada de Luanda a pé, para representar o seu povo nas reuniões da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, também por falta de apoio.

"Para alimentar a minha família, dependo de um lucro mensal de 20 mil kwanzas do investimento que fiz neste fogareiro ai ao lado do portão de casa, onde a minha incansável esposa vende carne de galinha assada.

O desabafo do soba só pareceu ligado ao problema do desalojamento, quando ele desafogou novamente. "Sou um soba sem autoridade reconhecida e, para entenderem melhor, a administradora não conhece a

minha humilde casa, pouco sabe da minha situação. Em contrapartida, nas reuniões pede-me para mobilizar o povo".

E avançou, questionando, "assim como vou trabalhar, se a minha família morre de fome?".

Queixou-se, igualmente, do facto de as vendedeiras do mercado do Margoso não o respeitarem, por não reconhecerem o seu poder e autoridade tradicionais.

Voltando à questão do possível desalojamento dele e dos seus vizinhos, Fonseca Muzumbo, preferindo não avançar em pormenores num assunto que disse já ter rolado muito, limitou-se a aconselhar os governantes a conversar bem com o povo.

"E digo isso como mais velho", reforçou.

I.7.6 Namkwang acusada de borla por cidadã de endossar culpa à Sonangol

Jornal O País

11 De Julho de 2014

Texto: Venâncio Rodrigues

A intenção, segundo a lesada, foi manifestada num recente encontro com um responsável da construtora, que na sequência da denúncia apresentada a este jornal, em Março último, se mostrou disponível para "ajudar" a resolver o problema embora sem qualquer garantia.

A empresa Namkwang International, responsável pelo projecto do Hotel Intercontinental, em Luanda, terá alegado que, sendo a Sonangol a dona da obra, é a ela que a cidadã deveria exigir o cumprimento do contrato de arrendamento firmado a 28 de Fevereiro de 2007.

Nos termos desse contrato de arrendamento, o imóvel ou o espaço arrendado, situado na Rua Conselheiro Aires, ao bairro Miramar, em Luanda, devia ser restituído à legítima proprietária findos os três anos de ocupação negociados.

Maria Lobo disse, na última semana, a O PAÍS, que o advogado da construtora, José Manuel Ventura, havia marcado um encontro com a família mas que o mesmo não veio a acontecer por razões não explicadas.

A lesada disse que um dia após a publicação da denúncia, alguém do gabinete jurídico da Namkwang International a contactou, e ao seu filho, tendo prometido que seria ressarcida com a cedência de um

apartamento na centralidade do Kilamba ou construir uma outra na vila de Viana, Em face da recusa da lesada, o funcionário prometera um segundo encontro para o seguimento da negociação que também não aconteceu. Uma funcionária que inicialmente se manifestara disponível para fazer a ponte com a chefia da empresa, "como um gesto de solidariedade" porque pertencia a uma área específica, disse na última semana a este jornal que o "chefe" não tinha dito nada.

"Estou a tentar ajudar", disse a fonte sob insistentes pedidos para não ser identificada.

Enquanto isso, Maria Lobo escreveu à Assembleia Nacional, ao Provedor de Justiça, ao Ministério da Justiça e à própria Sonangol.

Ela confessou que todas as intenções de ajuda manifestadas pelas entidades citadas não passaram disso mesmo.

Maria Pia Lobo renova as acusações à construtora Namkwang International de se ter apropriado da sua casa, situada na Rua Conselheiro Aires, no bairro Miramar, em Luanda, em violação a um contrato de arrendamento do imóvel celebrado com aquela empresa. Tal como o fez em Março passado, em declarações exclusivas a O PAÍS, Maria Pia de Jesus Lobo volta a incriminar a construtora sul-coreana de desobedecer a uma ordem judicial que determinava a restituição do espaço e ao cumprimento estrito do contrato celebrado pelas partes. Maria Lobo Ventura disse a O PAÍS que foi convencida a arrendar a sua casa com a alegação de que existia a probabilidade de desabamento ou o surgimento de outro dano que pudesse pôr em perigo a vida dos seus utentes devido à proximidade do local onde decorrem as obras do Hotel Intercontinental.

Durante o período de ocupação temporária do espaço, a empresa se comprometeu a pagar uma renda mensal de USD 2 mil e 250 que devia ser aplicado no arrendamento de um outro imóvel para a proprietária em local de sua escolha.

A Namkwang se havia comprometido ainda a construir uma residência pré-fabricada de madeira, a favor da proprietária, cujo valor seria determinado pelas partes "de forma amigável". Em consequência, a casa foi demolida e o seu espaço transformado em estaleiro sem prévio aviso à proprietária.

A construtora, segundo a queixosa pagou apenas duas tranches anuais, designadamente, em 2007 e 2008, tendo nos anos subsequentes apresentado "facturas de depósito bancário falsas" sem que

aqueles valores tivessem saído da conta da empresa devedora.

Numa providência cautelar decretada pela juíza, Paula Rangel Cabral, da 2ª Secção da Sala do Cível e Administrativo do Tribunal Provincial de Luanda de 24 de Outubro de 2011, a juíza intimou a Empresa Namkwang International and Engineering Constrution, Coo Lda, representada pelo seu director-geral Jung Chung Hwa, de nacionalidade coreana, no sentido de se abster de qualquer conduta, não prevista no contrato, e que pudesse pôr em perigo o direito de propriedade da queixosa sobre o imóvel, "ou transmiti-lo a terceiros".

I.7.7 Recomendada melhor distribuição das terras

Jornal de Angola

16 De Julho de 2014

Texto: Casimiro José

O Fórum de Auscultação à Mulher Rural, que decorreu na cidade do Sumbe, recomendou ao Executivo a aprimorar os mecanismos de distribuição de terra às famílias no mundo rural, e de meios técnicos para o crescimento da produção de alimentos, com vista à redução da pobreza.

As mais de 300 mulheres presentes no fórum, das quais 273 vindas do mundo rural, sublinharam o facto de as grandes parcelas de terra estarem em posse de fazendeiros, que não exercem actividades agrícolas, situação que tem estado a prejudicar as famílias das zonas rurais que não encontram espaço para a prática da agricultura familiar.

As participantes no fórum recomendaram o lançamento de políticas que facilitem o acesso ao crédito bonificado, que permita às mulheres adquirirem equipamentos para desenvolverem actividades geradoras de rendimento nos domínios da agricultura, pescas e prestação de serviços.

Massificar o acesso à informação e comunicação, através das redes de telefonia móvel da Unitel e Movitel, e montagem de antenas de reprodução do sinal de rádio e televisão também constam das recomendações saídas do encontro. As mulheres presentes recomendaram a contínua formação das parteiras tradicionais e a promoção da saúde para reduzir a mortalidade materno-infantil. Durante o fórum as mulheres constataram que o processo de ensino e aprendizagem no município do Sumbe está a atingir níveis aceitáveis, dada a participação massiva das mulheres nos diferentes níveis de ensino e, sobretudo na alfabetização. As participantes no

fórum, que decorreu sob o lema "O contributo da Mulher Rural no processo de desenvolvimento", também fizeram o balanço dos ciclos dos encontros municipais que decorrem desde 10 de Junho, um espaço que permitiu abordar os principais problemas que afectam as mulheres, sobretudo do mundo rural.

No encontro dirigido pela vice-governadora para o sector político e social, Maria de Lourdes Veiga, as mulheres também apresentaram preocupações que têm a ver com a degradação das vias de acesso, fraca divulgação da Lei Contra a Violência doméstica, ineficiente rede de comercialização dos produtos do campo para os principais mercados, falta de centros de formação profissional para as mulheres e de indústrias transformadoras no meio rural.

Participaram no fórum a secretária de Estado do Ministério da Família e Promoção da Mulher, Paula do Sacramento, e o vice-governador do Cuanza Sul para o sector económico, Franklin Fortunato, além de líderes dos partidos políticos, associações religiosas, autoridades tradicionais e outros convidados.

1.7.8 Agrovilas nascem nas urbanizações

Jornal de Angola

17 De Julho De 2014

Texto: Domingos Mucuta

O projecto de criação, nos próximos tempos, de agrovilas, destinadas à prática da agricultura e à construção de residências para os camponeses nas novas urbanizações a nível da Huíla, está na forja, anunciou segunda-feira, na cidade de Lubango, o director provincial do Urbanismo.

António Abílio informou que a implementação do projecto, em estudo pelas autoridades governamentais da província, pode arrancar em breve, com projectos-piloto nas zonas urbanas, de oito ou mais hectares, visando a inclusão das famílias de camponeses identificadas nas reservas fundiárias do Estado.

Explicou que as agrovilas são áreas de convergência entre as actividades agrícolas e lotes habitacionais urbanizados.

"Estas vilas agrícolas estão a ser projectadas para as zonas urbanas, com avanços direccionados para o município do Lubango", afirmou o responsável.

António Abílio salientou ainda que a infra-estruturação nas novas urbanizações pondera os campos agrícolas, em função do tipo da agricultura e das colheitas.

Explicou que o processo de urbanização das extensões de terras identificadas como reservas fundiárias na província da Huíla, é inclusivo, com a criação de lotes para as populações autóctones, no quadro do programa de autoconstrução dirigida. O director provincial referiu que o avanço da urbanização não pode constituir ameaça para as populações residentes nas reservas fundiárias, tendo ressaltado que a mesma deve mais é estimular a construção dirigida e o bem-estar.

O responsável frisou que a província da Huíla dispõe de 53 mil hectares classificados como reservas fundiárias, sendo que parte desta extensão, sobretudo onde são erguidos os 200 fogos habitacionais nos municípios, já foi oficializada no Diário da República. António Abílio disse que a atribuição de um título de propriedade passa pelo cumprimento dos procedimentos administrativos e, em alguns casos, com o testemunho das autoridades nacionais. Explicou que o acesso à terra, posse e legalização são as principais preocupações das populações nas zonas urbanas e rurais. Aliás, este foi um dos assuntos mais debatidos durante o fórum provincial de auscultação da mulher rural, realizado recentemente no Lubango. O director provincial do Urbanismo explicou que as matérias relacionadas com a posse e titularidade de terra são reguladas pela Lei 9/04.

António Abílio acrescentou que as extensões de terras na província da Huíla com dimensões até mil hectares são autorizadas pelo governador da província e, acima disso, pelo ministro de tutela.

1.7.9 General "Dinguaza" nega usurpação de terreno dos camponeses no Benfica

Jornal Manchete

11 De Julho de 2014

Texto: Moreira Mário

O fenómeno de ocupação e usurpação de terrenos que ocorre nos vários pontos da província de Luanda, continua a produzir muitos conflitos, envolvendo cidadãos comuns e figuras proeminentes do Estado. Muitos desses espaços são áreas reservadas pelo Estado, destinadas a construção de projectos de infra-estruturas sociais. Essas áreas, mesmo assim, acabam sendo ocupadas pelos cidadãos que, em princípio, as utilizam para a pequena agricultura, mas com o tempo acabam auto titular-se como proprietários dos mesmos terrenos.

Mesmo sem terem exibido as respectivas provas de legitimidade junto as autoridades do Governo, eles

geralmente mantêm tais espaços sob seu controlo para posteriormente beneficiarem de casas ou doutro tipo de indemnizações, quando neles o Estado ou pessoas singulares se propõem instalar infra-estruturas.

Situações como essa, acontece justamente na comuna do Benfica município de Belas, mais concretamente nas imediações da cooperativa imobiliária "O Lar do Patriota", cujo administrador, o general na reserva, António Henrique da Silva "Dinguanza", se vê envolvido numa "briga colossal" com camponeses tendo um terreno como centro.

O general diz que o terreno em causa lhe foi legalmente cedido pelo Governo Provincial de Luanda (GPL), e até exhibe provas documentais, justificando que "ninguém está acima da lei". Por sua vez, os camponeses respondem alegando que os terrenos os pertencem desde muitos anos, alguns dos quais sendo herança deixadas pelos pais e avós.

No passado dia 3 do mês em curso, os mesmos viram as suas casas a serem demolidas por elementos afectos a Casa Militar, alegadamente, amando pelo general "Dinguanza".

Os camponeses dizem não ser a primeira nem a segunda vez que situações do género tomam lugar, e o pior ainda, é que o general se nega a indemnizar as famílias. Tal como contaram a este jornal, há dois meses os camponeses foram chamados a comparecer à administração de Belas, onde, entretanto, assinaram documentos com a promessa de receberem casas com 9 indemnização. E até ao momento, o assunto não conheceu progresso algum.

Em 2012, sob orientação do próprio general Dinguanza, os mesmos camponeses terão preenchido fixas na perspectiva de resolver a questão das indemnizações, mas aquele não deu seguimento a tal processo. Segundo os camponeses, apenas têm visto os terrenos sendo vendidos a terceiros pelo próprio general ao qual acusam de práticas de abuso de poder e de usurpação.

Refutando as acusações contra si dirigidas pelos camponeses, o general alega que "todos somos iguais perante a lei". Qualquer cidadão que se sinta lesado tem todo o direito de recorrer aos tribunais.

Por outro lado, António Henriques da Silva "Dinguanza", explica que o terreno em litígio será destinado a construção de alguns projectos infraestruturais, como bancos comerciais, universidades, entre outros imóveis e, ademais, fala em "oportunismo por parte os camponeses, os quais confundem "legitimidade" pelo simples facto de

serem autorizados a cultivarem nos terrenos, mesmo "sabendo-se que a terra é propriedade do Estado e não do camponês", desabafou.

Entretanto, António Henriques da Silva, "Dinguanza", disse que a cooperativa habitacional denominada "O Lar do Patriota" começou a ser construída em 2005. Até ao momento, já foram construídas mais de 2 mil casas ao longo desses anos, localizada numa área de 12 milhões 850 metros quadrados de extensão.

Dinguanza fez saber que a Cooperativa "O Lar do Patriota" é um projecto social sem fins lucrativos e explica que para os cidadãos fazerem parte da mesma, devem estar inscritos na referida cooperativa. Até ao momento, já estão alistados 6.310 membros e que os mesmos são classificados em categorias.

O terreno em litígio será destinado a construção de alguns projectos infraestruturais, como bancos comerciais, universidades, entre outros imóveis e, ademais, fala em "oportunismo" por parte dos camponeses, os quais confundem "legitimidade" pelo simples facto de serem autorizados a cultivarem nos terrenos, mesmo "sabendo-se que a terra é propriedade do Estado e não do camponês", desabafou.

Entretanto, António Henriques da Silva, "Dinguanza", disse que a cooperativa habitacional denominada "O Lar do Patriota" começou a ser construída em 2005. Até ao momento, já foram construídas mais de 2 mil casas ao longo desses anos, localizada numa área de 12 milhões 850 metros quadrados de extensão.

Dinguanza fez saber que a Cooperativa "O Lar do Patriota" é um projecto social sem fins lucrativos e explica que para os cidadãos fazerem parte da mesma, devem estar inscritos na referida cooperativa. Até ao momento, já estão alistados 6.310 membros e que os mesmos são classificados em categorias.

Para serem membros da cooperativa, considerou, os membros devem definir a sua pretensão concreta e específica. Neste caso, uma das formas de pagamento das casas pelos interessados deve ser pela via da sua filiação, que consiste em constituir-se sócio.

Quanto a aquisição de uma casa, o pagamento pode ser feito de acordo com a capacidade financeira dos membros. "Em 2005, quando demos o início desse projecto, as casas custavam, em valor de mercado, 250 mil dólares, mas nós passamos a comercializá-las apenas a 4Q mil dólares", declarou o responsável.

Disse ainda que a cooperativa "O Lar do Patriota" surgiu exactamente no sentido de suprimir a carência

habitacional que o país atravessa. "Essa realidade continua acima dos 94% e apenas 6% da população possui casa própria", disse.

No que diz respeito a questão do saneamento básico, o responsável da cooperativa declarou a existência de uma empresa operadora de recolha de resíduos sólidos/lixo, denominada Rangol, com a responsabilidade de gerir o saneamento básico do referido complexo habitacional.

1.7.10 Militares que ocupam terrenos ilegalmente tem os dias Contados

Jornal Manchete

18 De Julho de 2014

Texto: Albino Sampaio

O chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas (FAA), Geraldo Sachipengo Nunda, durante a sua ida à Região Militar de Luanda, afirmou que o envolvimento das FAA no processo de combate a ocupação ilegal de terrenos, consiste numa política encontrada para garantir a ordem e a tranquilidade públicas nas zonas que têm sido o palco de violações de direitos perpetrados por alguns militares que deambulam em quase toda a extensão da província de Luanda.

Aquela alta patente falou à imprensa, no final da visita de constatação efectuada às instalações do Comando da Região Militar de Luanda, onde foi informado sobre o funcionamento do quartel e respectivo estado de prontidão a nível da província de Luanda.

De acordo com o general, muitos militares das Forças Armadas Angolanas (FAA), sobretudo os que procedem a ocupações ilegais de terrenos bem como a violação dos direitos dos cidadãos, têm manchado no seio da população a confiança na corporação. Sublinhou que a ocupação ilegal de terrenos está relacionada com questões de ordem pública mas também, é importante a participação das FAA, tendo em conta que em muitos casos, regista-se o envolvimento de militares nas ocupações ilegais.

Por outro lado, reforçou que com a integração das Forças Armadas no processo, serão dificultadas as acções praticadas contra os civis indefesos.

Aquele oficial superior, acautelou que as FAA apenas entraram nas referidas operações para auxiliar a Polícia Nacional, naquilo que tem a ver como a manutenção da ordem e da tranquilidade, a nível do território de Luanda.

Sachipengo Nunda, sublinhou que a integração das Forças Armadas no combate ao crime organizado, vai garantir um melhor asseguramento às zonas consideradas "críticas" pela própria população.

Segundo o general, as FAA possuem experiência necessária para dar resposta a todos indivíduos que insistem a desobedecer as melhores formas de convivência em harmonia social.

"A participação das FAA no combate ao crime é importante para complementar a actividade realizada pela polícia: "estamos no mesmo sistema de segurança nacional e as Forças Armadas Angolanas estão prontas para intervir onde for necessário, e deve prestar essa acção como um dever patriótico e não como um favor", referiu.

O Manchete ouviu alguns militares das FAA, que falaram a respeito da visita do chefe do Estado-maior, general, Geraldo Sachipengo Nunda, que começaram por considerar que a medida é boa mas por outro lado, solicitaram que a medida não seja apenas para os inferiores hierárquicos mas também para alguns generais que ocupam ilegalmente os terrenos dos cidadãos.

Segundo a mesma fonte, alguns oficiais superiores têm sido os principais beneficiários das regalias e, expõem a vida do militar a uma situação inaceitável, disse.

Por sua vez, Cameleão, oficial subalterno das FAA há 20 anos, confidenciou ao Manchete que lhe fora retirado o terreno na zona do Lar Patriota, por um general que proferiu não identificar, porém tendo colocado o assunto na administração, há mais de 2 anos, o assunto foi simplesmente minimizado. Outro militar que falou também a este jornal, é Sabino, major das FAA há 30 anos, que viu a sua casa demolida pela máquina do governo provincial de Luanda, na zona do Iraque no município de Belas mas, até agora, também sem solução. Assim sendo, alguns desses

elementos das FAA solicitam a atribuição de casas e terrenos também aos seus efectivos para se evitar o seu envolvimento em actos de ocupação ilegal de terras, referiram.

1.7.11 Administração local realoja famílias

Jornal de Angola

22 De Julho de 2014

Texto: *Arão Martins*

As pessoas do Lubango que ainda vivem em zonas de risco e de requalificação urbana têm lotes garantidos em áreas seguras, disse o administrador municipal.

Francisco Barros afirmou que a Administração Municipal ainda tem perto de dez mil lotes para autoconstrução dirigida que começam a ser distribuídos em breve e que estão a ser preparados outros nas comunas de Quilemba, Arimba, Hoque e Figueira. Quem entregou os processos na Administração Municipal, referiu, recebe nos próximos tempos, no âmbito do Programa de Fomento Habitacional, lotes destinados a autoconstrução dirigida. Francisco Barros declarou

que a Administração Municipal está a criar uma base de dados para evitar que a mesma pessoa receba mais de dois lotes.

A prioridade na atribuição de lotes, prosseguiu, é dada aos que vivem em áreas a serem requalificadas e nas consideradas de risco. O administrador afirmou estar satisfeito com o comportamento de muitas famílias que construíram ao longo do traçado que liga o bairro do Lucrecia à Escola 27 de Março, passando pelo Supermercado Milénio, que após receberem casas na centralidade da Eywa abandonaram voluntariamente as antigas.

O Governo Provincial, insistiu, continua empenhado na criação de condições para que quem vive em zonas de requalificação receba casas e lotes de mil metros quadrados nos espaços destinados a construção, que vai contar com serviços básicos.

1.7.12 Família Tavares afirma ser proprietários do terreno no Musseque Capari

25 De Julho de 2014

Texto: *Moreira Mário*

Na sequência da notícia divulgada pelo Manchete, na sua edição nº 62, com o título "Família Tavares esbulha terreno no Musseque Capari", o nosso jornal volta à carga com factos esclarecedores vindos dos representantes desta família, que resolveu colocar tudo em "pratos limpos", com provas sustentáveis referentes ao verdadeiro senhorio do espaço.

O terreno que conta com uma área de 6.400 metros quadrados, de acordo com informações em nossa posse, o aproveitamento de alguns titulares de órgãos públicos na província do Bengo, terá espalhado a informação segundo a qual o espaço seria propriedade do Estado, quando na verdade havia um acordo entre a Família Tavares Ferreira e a Administração Municipal do Dande, para acomodar as populações desfavorecidas que habitavam em zonas de risco.

Neste acordo, segundo apurou o Manchete, a Família Tavares teria que ceder 1.500 hectares à população em causa, no âmbito do Programa do Governo de Loteamento da população, devendo os restantes 4.940 permanecer na posse da mesma família.

Mas, acontece que as autoridades governamentais do Bengo não têm estado a respeitar esse mesmo acordo, tal como contaram os representantes da Família Tavares. O que tem se verificado, é que as invasões do espaço, dia e noite, estão em curso em toda sua extensão, inclusive por parte de grandes empresas privadas como a Sogester e o Porto Seco da Barra do Dande, não se sabendo exactamente de quem partiu a ordem para ali se fixarem.

António Tavares Pereira de Sousa, membro da Família Tavares, informou que o terreno do Musseque Capari é uma herança deixada pelos seus bisavós (ver caixa na página posterior), cujos descendentes constituídos em mais de 33 herdeiros, têm dado continuidade pela preservação do património.

O mesmo esclarece, de uma vez por todas, que o Prédio Rústico do Musseque Capari tem dono, ou seja, pertence à Família Tavares Ferreira, alertando a todos que o invadiram, que existem documentos comprovativos e fiáveis sobre sua posse, por parte desta família.

Aos proprietários das empresas e pessoas singulares, se aconselha os mesmos a não venderem nem comprarem parcelas de terreno naquele território. "Estão sendo tratados em foro jurídico processos de partilha, portanto, só depois de estar o mesmo concluído é que cada um dos herdeiros saberá fazer o que deseja", disse.

Por outro lado, António Tavares Pereira de Sousa, fez saber que a família já constituiu um dos mais experientes advogados da nossa praça, que está já a tratar todo esse processo e que as empresas situadas no terreno do Musseque Capari, estão a ser devidamente notificadas. "É um processo que ainda demora um certo tempo", explicou, chamando a atenção dos responsáveis das empresas a colaborarem

e contactarem o proprietário, no sentido de se resolver de maneira pacífica os problemas que possam efectivamente ocorrer.

Quanto ao Governo, concretamente da província do Bengo, o mesmo lembra que a família Tavares não tem nada contra o desenvolvimento da região. Pelo contrário, quer ver o seu desenvolvimento, mas sugere que a família seja chamada para estar presente nas negociações, de forma a dirimir determinados litígios.

NOTIFICAÇÕES ESTÃO EM MARCHA

Das empresas que estão a ser notificadas por ocuparem de forma ilegal as áreas do terreno no território do Musseque Capari, uma delas é a Sogster. De acordo com o interlocutor, esta terá que dizer diante o tribunal como se ali instalou, assim como as demais empresas cuja legalização não se sabe" de quem partiu. Outra questão fundamental; tem a ver com um contrato que a Família Tavares celebrou com a administração do Dande, precisamente há um ano, para se proceder a desanexação de 1500 hectares a favor do Estado na condição de que a própria administração fornecesse 1500 hectares livres de conflitos, à família.

Ou seja: a família Tavares Ferreira cedia ao Estado 1500 hectares para alojar a população que se encontrava em zonas de risco, mas em contrapartida, seria a própria administração a ceder 1500 dos 3 mil hectares e fornecê-los às famílias "livres dos conflitos". "Mas até a data presente não nos foi entregue a parcela do terreno que consta no contrato. Por esta razão, não tivemos outra alternativa senão apresentarmos essa matéria ao advogado, cujo processo está em instrução", afirmou, acrescentando que tudo está a ser feito para que dos 6400 hectares sejam efectivamente distribuídos a parte que cabe à família Tavares Ferreira.

Disse ainda que, no princípio, quando se celebrou o contrato, tiveram lugar três reuniões em consequência das quais se concluiu que o processo estava a correr normalmente, isto ainda no início de 2013. Uma vez que qualquer processo percorre os seus trâmites, vem se verificando que durante esse tempo, tomam um outro rumo, do ponto de vista negativo.

"A administração do Dande devia efectivamente cumprir metas em relação o espírito e a letra do contrato, o que não fez. Vimos que os regulamentos que deviam ser feitos não se fizeram, ou se foram feitos não se levou a cabo a implementação do projecto. Possuímos informações segundo as quais

uma das pessoas que estava a frente do processo dos ornamentos disse que se vivia alguma

falta de dinheiro, enquanto a administração dizia outra coisa, o que se transformou um jogo de empurra-empurra", ressaltou.

Ainda no âmbito do referido contrato, a família Tavares queria que os militares instalados no local a fim de fazer fizeram o controlo da população. Acreditam que se isso fosse feito, não surgiriam os conflitos que hoje se verificam, salientando mais adiante que a população, não está lá por acaso, porque houve negociações com os próprios militares, situação que a administração deve resolver o mais rápido possível.

António Ferreira Pereira de Sousa exige que as autoridades da província do Bengo sejam transparentes em relação ao contrato celebrado e adverte que caso a situação permaneça nesse estado, a mesma ficará apenas sob alçada e resolução da justiça.

SURGIMENTO DO PORTO SECO

Situação misteriosa se constata igualmente no terminal do Porto Seco da Barra do Dande, cuja autorização para a construção das suas instalações no território do Musseque Capari, o proprietário desconhece completamente. Entretanto, o nosso entrevistado refere que tem o processo de notificações em mão, e que teve dois encontros com representantes desta empresa.

Na ocasião, a pessoa que recebeu-lhes não quis revelar quem autorizou ou está a frente do processo de legalização na perspectiva de que a mesma obra fosse construída naquele espaço. "Neste momento, existem cerca de 15 a 16 empresas ilegalmente instaladas no território, e as mesmas não contactaram a família Tavares Ferreira, excepto a Exonil", explicou.

O representante da família disse que não pode, por enquanto, fazer uma acusação directa àqueles que autorizaram a construção das empresas naquele local. Só depois de as mesmas serem julgadas se saberá quem realmente vendeu parcelas de terreno e quem passou os documentos visando a sua legalização.

"Todas as pessoas envolvidas na ocupação indevida de terrenos no Musseque Capari serão ouvidos em tribunal. A família Tavares Ferreira não ficará parada enquanto não ver resolvido todo o drama do Musseque Capari", avisa António Tavares Pereira de Sousa.

Informações não confirmadas quanto a venda de parcelas de terrenos naquela zona, dão conta igualmente, do envolvimento que se têm feito passar como familiares dos Tavares.

ADMINISTRAÇÃO DO DANDE PROMETE PRONUNCIAR-SE

Tentamos contactar nesta quarta-feira, 23, o administrador municipal do Dande, João da Silva Castelo Branco, nomeado recentemente pelo governador João Bernardo de Miranda, em substituição no cargo Mateus Domingos Diogo Manuel, promete pronunciar-se nos próximos tempos.

1.7.13 Isaac dos Anjos defende construção dirigida

Novo Jornal
25 De Julho de 2014

O GOVERNADOR provincial de Benguela, Isaac dos Anjos, procedeu quarta-feira, a entrega de títulos de concessão de terrenos para a construção dirigida aos primeiros 60 cidadãos beneficiários de lotes, no município de Caibambo.

Durante a cerimónia de entrega oficial dos títulos, o governador aconselhou os primeiros beneficiários a pautarem por uma construção digna.

O programa de construção dirigida, no município de Caibambo tem disponíveis dois mil e 500 lotes, com mil metros quadrados cada.

Durante a sua estada o governador provincial visitou demoradamente o perímetro concebido para nova centralidade habitacional e comercial, localizado próximo ao bairro Catuyo, arredores da sede municipal, uma britadeira chinesa e a estação ferroviária do Caminho-de-Ferro de Benguela (CFB).

'Á margem da entrega dos lotes, foram apresentadas a primeira e segunda fases de plano director municipal de Caibambo, resumido em diagnóstico, divisão administrativa, carta geológica e temática do usos do solo, exploração de recursos minerais, florestal, estrutura viária, mobiliária, ordenamento e condicionantes.

No final da visita, o governador Isaac dos Anjos defendeu a necessidade urgente de transferência de uma linha da água do rio Coporolo para o abastecimento da população da Vila do Catengue, face à má qualidade da água consumida de um tempo a esta parte.

Já o administrador municipal de Caibambo, Jacinto Tomé Amare, afirmou que a entrega dos lotes para construção dirigida vai garantir o crescimento gradual urbanístico da vila de Caibambo, que completa 43 anos a 1 de Setembro próximo.

1.7.14 Mulher quitandeira quer mercados mais limpo

Jornal República
25 De Julho de 2014
Texto: Inácio Cândido

As mulheres quitandeiras da província de Luanda, reuniram-se para reflectir o estado do lixo

nos mercados da capital, e pedem mais higiene aos mercados, e convidam as zungueiras para sair de rua e ocupar os seus lugares nos mercados.

A representante do mercado de Luanda sul, Joana Lucas, disse que do encontro que tiveram chegou-se a um consenso, pois devem realizar campanhas nos mercados juntamente com as vendedoras passando a fazer limpezas, para terem os mercados limpos porque trabalham com os produtos consumíveis e, a partir desta altura, vamos agir. "Nós temos o lixo nos mercados, corremos o risco de contrairmos doenças. Devemos preservar primeiro a nossa saúde e bem-estar dos nossos compradores, o nosso objectivo é fazer uma limpeza em tudo que é canto e, em colaboração com as nossas vendedoras," disse Joana Lucas António de Lau, disse que reprovava atitudes das vendedoras de ruas, dizendo que o governo construía mercados em todos cantos de Luanda, mas regista-se pessoas a deixar os mercados para preferirem vender na rua, que não está correcto. "Nós, agora, todas as segundas-feiras vamos fazer mobilização grande para tirar as vendedoras na rua para tomar os seus lugares nos mercados, e também vai-se fazer as visitas aos mercados", disse António de Lau.

Já Ana Lopes, administradora do mercado dos congolezes disse que o objectivo desta organização da mulher Quitandeira é para sensibilizar as vendedoras de rua, para sair na rua e irem ocupar os lugares que estão vago nos mercados; por isso existe essa organização de vendedoras de mercados e feiras; " nós como associação esperamos as nossas vendedoras, abracem o nosso conselho para que elas vão ocupar os lugares que estão nos mercados, porque já temos um programa desde Maio, e sempre estamos a trabalhar neste programa de passar a mensagem as vendedoras, para incentiva-las para serem unidas, deixando os

mercados limpos e colaborar com os fiscais." No acto estiveram presentes todas responsáveis de todos mercados de Luanda.

1.7.15 Os Tavares e o museu capari

Jornal Manchete

25 De Julho de 2014

"A história da família Tavares Ferreira no Musseque Capari vem de muito longe", segundo informou Frederico Hernandes Ferreira, outro herdeiro e representante da família, avançando que no "ano de 1861 nascia Manuel Tavares Ferreira, o dono do Musseque Capari, tendo ele tido seis filhos, entre os quais António Tavares Ferreira, Nazaré Tavares Ferreira, Frederico Tavares Ferreira, Armando Tavares Ferreira, Georgina Tavares Ferreira e Etlene Tavares Ferreira, que por sua vez são os pais dos nossos pais, ou seja, os nossos avós", disse ao Manchete.

Disse mais adiante que grande parte dos membros da família nasceram no Musseque Capari e nunca abandonaram aquelas terras. "É do conhecimento do Governo a existência dessa família. Temos um registo predial feito inicialmente em 1937 na conservatória, ao qual posteriormente foi operando uma sequência de actualizações até o registo actual. Com a morte de alguns e nascimento de outros, foi se procedendo sempre a actualização das certidões", afirmou Frederico Hernandes Ferreira.

O PATRIMÓNIO

O Prédio Rústico com 6400 Há, descrito na Conservatória do Registo Predial da Comarca de Luanda, sob o número 4700 a fls.52 do livro B-18, é propriedade da família Tavares Ferreira com as seguintes confrontações: Norte com terreno de Joaquim Martins da Cunha e Capugo, achando-se por este lado demarcado com dois marcos de pedra, um no Imbondeiro Lanza e outro no Sassa Lama, com as seguintes indicações: J.B.S Mil Oitocentos e Sessenta e Três; pelo Sul, com a lagoa do Panguila, pelo Nascente, com os fundos do prédio Santo António, da Companhia da África Ocidental Portuguesa e pelo Poente, com a estrada pública de Luanda aos Dembos.

Há quinhentos metros das empresas Sogester e Trevo, ocupadores ilegais, encontra-se localizada a campa de Manuel Tavares Ferreira patrono deste património que poderá contribuir para o desenvolvimento da Região do Bengo. Prova disso é o contrato que a família Tavares Ferreira celebrou com o Governo Provincial do Bengo para a construção de uma central idade de uma área de

15.00ha, cedida pelos proprietários também para reassentamento da população ali dispersa.

A ocupação e vendas ilegais de parcelas de terrenos naquele território estão sendo tratadas em foros jurídicos. A venda, compra, ou aluguer de qualquer parcela só poderá ser feita em consenso com a família Tavares Ferreira e seus representantes.

1.7.16 Avançam as obras e aumentam as casas de chapa

Jornal de Angola

26 De Julho de 2014

Texto: João Dias

As obras na via da Boavista, iniciadas há algumas semanas, estão a ser acompanhadas do ressurgimento de casas de chapa. À medida que técnicos e máquinas aplanam a encosta, no sentido Rotunda-Porto, os casebres multiplicam-se vertiginosamente. Apesar de muitas famílias terem sido realojadas no Zango e no Panguila, as construções aumentam a olhos vistos, sem que as autoridades tomem medidas que impeçam a progressão do fenómeno.

Entre os casebres que quase quotidianamente são construídos no local muitos estão desabitados, sem luando nem panelas. Contactadas as autoridades, na tentativa de obtermos alguns esclarecimentos sobre a esta situação, estas mostraram-se indisponíveis para falar com Jornal de Angola.

Algumas construções estão numeradas com tinta preta, sinal de que existe uma entidade que identificou o problema, mas desconhece-se se tem a situação controlada. Ao lado dos numerados estão outros sem quaisquer sinais. Novas ou deliberadamente esquecidas, a verdade é que há muitas construções novas a surgir na encosta.

Um sinal da tinta preta vale muito para os "proprietários". Significa nova casa e nova vida, embora já tenham passado dois meses desde que foi feita a última contagem.

A expectativa continua, mas pouco ou nada se sabe sobre o assunto. Parte considerável das pessoas que lá constrói é de Malange e do Uíge.

na encosta, do lado das casas de bloco já partidas, há um espaço de 20 por 15 que serve de recreio para as crianças, que é também um vazadouro de lixo. Indiferentes ao que as rodeia, brincam efusivamente, levadas por uma imaginação sem limites. Garrafinha, Bica bidão e até técnicas de bassulas, ao lado do lixo.

Tilson, um menino da cara pintada, está com os irmãos ao lado do precipício. Tem um equilíbrio de acrobata que faz arrepiar. Para eles não há vertigens nem cheiro a podre, nem mal que lhes chegue. Brincam no mar de lixo, na areia e no limiar das crateras.

Zona de risco

Maria Paulo viveu no Zangado, Rangel, em casa dos sogros com o marido. Mas depois as coisas azedaram e tiveram de sair.

A solução foi construir um casebre de chapas e paus na Boavista, onde vivem até hoje. Quando para lá foi tinha 20 anos, hoje tem 53. Verdade ou não, o drama da vida deles está-lhes estampado nos rostos. Pouca qualidade de vida e pouca higiene. Mas dizem não ter outra opção senão viver nestas condições.

"Têm de nos partir estas casas de chapa. Está mal", diz um morador. Toda a encosta estava cheia de casas. Com os trabalhos que decorrem, elas "migraram". Foram parar a outro lugar da encosta. Até parece terem vida própria.

"Quando cheguei de Malange, em 1997, tudo era liso e os deslizamentos eram quase inexistentes. Depois, começaram os desabamentos que não pouparam as precárias construções", lembra Sebastião Luamba Zumba. Em tempo de cacimbo ou de chuva, os deslizamentos sempre foram implacáveis.

Sebastião é do tempo em que o local se chamava Morro dos Bois. O nome provém do facto de ter sido, durante muito tempo, um local de pasto. Hoje Bairro da Madeira, é marcado pela precariedade das suas construções, uma vida sem alegria e de "infra homem". "Deviam olhar por nós", diz um morador.

Contra a violência doméstica

No interior de um dos casebres de chapa ecoa uma conversa, alto e bom som, sobre violência doméstica. Um grupo de mulheres, apesar de já um pouco "toca das", troca impressões sobre o que é a violência doméstica.

Umaz dizem que é sempre um pouco difícil uma mulher desfazer-se de uma situação dessas, enquanto outras concordam ser difícil, mas por se dar pouco valor a uma eventual queixa às autoridades. Uma não tem dúvidas que a falta de uma família por perto aumenta a agressividade do homem e aí, sim, as mulheres tornam-se pequenos sacos de pancada.

Ana de Oliveira, moça com traços finos, mas já fugidios por conta dos incontáveis dias de bebida,

mostra que não admite, nem por sombras, qualquer manifestação de violência.

"Antes ficar sozinha como estou. Homem que ameaça e que violenta uma mulher não vale nada. Homem que ameaça a minha vida não dá diz Ana, que veio, de Malange e foi parar à encosta, onde tem um casebre.

Ao lado está um numerado "EB - 79" com tinta preta. O dela não está. Isso significa que deve continuar por mais tempo a viver naquelas condições. Gente é gente pensa, sente e tem opinião.

O lego de pedra

Nos destroços das casas demolidas, os pequenos pedaços de blocos servem de "lego" para os meninos brincarem ao faz de conta que é arquitecto. Os pedaços de blocos e cimento são perigosos. Podem cair e magoar os pés pequenotes, ou até outra parte do corpo. Mas, para eles, isso diz pouco, quando a questão é dar asas à imaginação. Constroem pequenos domínios e impérios. Coisas que só eles sabem inventarem, para impedir que os dias sejam demasiado amargos, mesmo quando o são. Imaginar e brincar é um bom remédio para as crianças da encosta da Boavista, sempre esbranquiçadas e alegres.

"Nós temos uma casa no Zango. Viemos com a nossa mãe para aqui, para a nossa outra casa de chapa, que fica ali. O pai fica na casa do Zango", diz o menino Beni, em tronco nu e coberto de poeira. A fazer fé na verdade das crianças, podemos concluir que, afinal, há pessoas realojadas que teimam em pôr a vida em perigo num casebre construído em zona de risco.

1.7.17 Obras na reserva fundiária arrancam ainda este ano

Jornal de Angola

26 De Julho de 2014

Texto: António Gonçalves

As obras de infra-estruturação da reserva fundiária de Benguela Sul estão previstas arrancar ainda este ano, garantiu ontem o director provincial do Urbanismo, Elmano Inácio.

O responsável, que falava no final da cerimónia de apresentação do projecto pela empresa Morar, à qual a obra foi adjudicada, disse que o programa vai ser desenvolvido num espaço de cerca de 100 hectares.

Elmano Inácio referiu que o projecto de infra-estruturação, que vai ser suportado pelo Executivo, através do Ministério do Urbanismo, foi

recentemente aprovado pelo Secretariado do Conselho de Ministros e a sua execução pode ficar concluída num prazo de dois anos. O director provincial avançou que, por uma questão de minimização de custos com estaleiros, o Ministério do Urbanismo, entendeu que fosse uma empresa sediada na província de Benguela a levar a cabo a obra, e após um concurso público foi indicada a empresa SST, que já está a montar as suas estruturas para o início dos trabalhos.

Rafael Patrício, director-geral da empresa, salientou que o mesmo está definido para uma população residente de 8.800 pessoas. É um projecto a ser infra-estruturado nos 100 hectares da reserva fundiária de Benguela Sul e tem disponíveis 421 lotes de mil metros quadrados, nos quais vão ser edificadas 1.330 habitações em edifícios.

Foi feito um estudo de impacto ambiental no decorrer da elaboração do projecto e, após a sua apresentação, ficou definido um período entre 14 a 16 meses para a sua infra-estruturação

1.8 AGOSTO 2014

1.8.1 Guerra de terras agita Ndalatando

Novo Jornal

01 De Agosto de 2014

O EXECUTIVO do Kwanza-Norte liderado por Henrique Júnior e a psicóloga Maria da Encarnação Pimenta estão em "pé de guerra".

Maria da Encarnação Pimenta, argumenta que o governador da província ordenou a ocupação das terras do seu falecido pai, na cidade de Ndalatando.

O terreno da farruía Pimenta, segundo apurou o Novo Jornal, está ocupada há 98 anos e todos os governantes que por lá passaram respeitaram o referido espaço.

Em 2006, a Direcção Provincial da Agricultura e Desenvolvimento Rural emitiu um comunicado, convocando os utentes de parcelas de terra.

"Comunica-se a todos os utentes de títulos de concessão de terras na província do Kwanza-Norte que devem comparecer na Direcção Provincial da Agricultura, em Ndalatando, no prazo de 60 dias, nas horas normais de expediente, devendo fazer-se acompanhar dos seguintes documentos: Título de Concessão de Terra, croquis de localização da parcela ou fazenda e fotocópia do Bilhete de Identidade", lê-se na convocatória.

O comunicado avisava que "à não comparência se aplicará sanções no quadro do artigo 64º (causa da extinção), prevista na Lei de terras nº09/04, de O de Novembro".

"De lá para cá, a família Pimenta nunca se preocupou em apresentar a documentação e o Executivo ocupou um espaço para construção de infra-estruturas sociais", defende-se um membro do governo local.

No espaço da família Pimenta, o governo construiu um cemitério municipal, esquadra da polícia e o centro de captação e tratamento da água.

Recorrendo ao artigo nº 9 da Lei de Terras, a fonte disse que o Estado respeita e protege os direitos fundiários dos que sejam titulares e das comunidades rurais, incluindo aqueles que se fundam nos usos ou no costume.

"Os terrenos das comunidades rurais podem ser expropriados por utilidade pública ou ser objecto de requisição, mediante justa indemnização", diz a Lei.

O membro do governo acusou a psicóloga de ter proferido ameaças contra o governador provincial, Henrique Júnior.

A psicóloga desmentiu tais declarações, afirmando que apenas se "bate pelo seu terreno ocupado pelo governo".

1.8.2 Entregues títulos de terrenos

Jornal de Angola

03 De Agosto de 2014

Texto: Maximiano Filipe

O Governo Provincial de Benguela entregou 60 títulos de concessão de terrenos para construção a famílias do município de Caimbambo.

A acção do Governo enquadra-se na concretização do programa nacional de concessão de terrenos urbanizados, para facilitar a construção de casa própria por parte dos angolanos.

Para garantir mais eficácia e celeridade aos trabalhos de construção das habitações, o Governo Provincial procedeu igualmente à entrega de 3.5001ijolos.

A entrega de títulos de terrenos, pelo governador de Benguela, Isaac Maria dos Anjos, vai ser feita de forma faseada, abrangendo em breve os demais municípios da província.

O governador disse aos beneficiários que devem fazer as suas construções de acordo com os padrões estabelecidos pelas comissões técnicas, tendo em conta a promoção da qualidade de vida dos angolanos.

Durante o acto, realizado no âmbito de uma visita efectuada àquele município pelo governador, os membros do conselho local de auscultação e concertação social apresentaram a proposta do Plano Director Municipal, recentemente concebido.

Com duas fases de execução, o plano inclui valências que vão desde a carta geológica à exploração de recursos minerais e florestais, passando pela divisão administrativa e mecanismos sobre o aproveitamento correcto do solo e o ordenamento do território.

Durante a permanência da delegação governamental no município de Caibambo, foi constatado o trabalho de infra-estruturação da futura centralidade habitacional, comercial e académica, assim como o andamento das obras em curso na estação do Caminho-de-Ferro de Benguela.

Em relação ao desenvolvimento do potencial agro-industrial do município, o governador Isaac dos Anjos destacou a necessidade de se trabalhar na produção local, fazendo o reaproveitamento correcto dos recursos hídricos do Rio Coporolo, de modo a aumentar o abastecimento de água à população da comuna do Catengue e arredores.

No quadro do referido programa de concessão de terrenos para a auto construção dirigida, a Administração Municipal do Caibambo já urbanizou mais de 2.500 lotes, com mais de mil metros quadrados cada, para famílias necessitadas da região.

O administrador municipal, Jacinto Amaro, disse que a acção do Governo visa combater a ocupação ilegal de terrenos, fazer respeitar os serviços administrativos do Estado e promover o crescimento do município, de forma urbanizada e gradual.

Ações semelhantes, no domínio da concessão de títulos de construção de casas, já foram realizadas nos municípios do Bocoio e Ganda.

1.8.3 Dias contados para construções anárquicas

Novo Jornal

08 De Agosto de 2014

Texto: Isaías Soares

Vários MUNÍCIPES adquiriram lotes de terreno de forma ilegal a partir das autoridades tradicionais, a sul da cidade de Malanje. Segundo o administrador municipal, Osvaldo Naval dos Santos, as transacções "desrespeitam todos os procedimentos que têm sido levados a cabo pela Administração Municipal de Malanje, relacionados com a aquisição terrenos".

Naval dos Santos alertou a população da capital para o risco de demolições das futuras obras, tanto comerciais como habitacionais, e apelou a que "venham ter com a Administração Municipal", para o tratamento dos diferentes tipos de projectos.

De acordo com administrador, muitas obras estão embargadas, o que resulta em desperdício dos poucos recursos financeiros que estas pessoas terão amealhado para ter casa própria.

Naval dos Santos sugeriu que "este dinheiro ganho pelas famílias seja empregue em locais devidamente licenciados", acrescentando ainda que há pelo menos 890 lotes de terrenos que foram entregues desde o início do ano, para auto construção dirigida. responsável avançou que estes espaços situam-se no bairro da Carreira de Tiro, estão limpos e demarcados com o apoio do Governo Provincial, e disponíveis para posterior distribuição aos interessados.

No seu plano director, a Administração Municipal definiu as áreas propícias para a construção de residências, zonas para indústrias, comércio e equipamentos sociais. Mais de 500 lotes de terrenos vão ser entregues até ao final deste ano.

Próximas demolições

Dois pisos do prédio "verde", anexo ao do Gamek, estão por demolir, garantiu o administrador municipal de Malanje, Osvaldo Naval dos Santos, satisfeito com o grau de execução da obra que, segundo avançou, segue as normas de segurança.

Os riscos inerentes à operação, a cargo da empreiteira Hiper maquinas, são reduzidos, sem quaisquer riscos de acidentes para os transeuntes e automobilistas. O mesmo acontece no edifício da zona da Encosta, igualmente em avançado estado de degradação.

Naval dos Santos referiu que apesar de representarem perigo para a população, as duas infra-estruturas vão ser demolidas ainda este mês ou em Setembro, caso não seja necessário intervir antes. "Uma das matérias que também ficou de responsabilidade da Administração foi a indicação de locais para a deposição dos entulhos", que deverão ser tratados de forma célere pelos construtores singulares e licenciados pela Administração Municipal.

Os dois espaços vão passar a ser terrenos baldios, tal como os demais ao redor da cidade de Malanje, e vão ter tratamento especial por parte de uma comissão criada pelo governador Norberto Fernandes dos Santos.

"Serão entregues àquelas instituições que demonstrarem capacidade para realizar projectos exequíveis, e que tragam um benefício para a cidade de Malanje", referiu o responsável do Paço Municipal, dando abertura também para todos os interessados ao nível do país.

Outros edifícios em risco serão também destruídos durante uma segunda fase, mas desde que se justifique, respeitando o grau de emergência.

1.8.4 Ser rico é lavar a terra

Novo Jornal

08 De Agosto de 2014

Texto: Miguel Gomes

Os SULCOS CASTANHOS e fofos marcam o caminho da água. Da rega. Pelo meio estão pequenos rebentos de repolho que precisam de vida. Não muita. Apenas a suficiente. Vários homens e uma senhora com o filho as costas utilizam a enxada para marcar os espaços por onde o líquido deve passar. Ao fundo, em baixo, passa um pequeno curso de água meio castanho, meio claro. Ao redor estão árvores pequenas. Um imenso planalto por amanho. E uma vaca a mugir.

De repente - solta-se um ronco. A moto-bomba comunitária arranca e dedica-se, automaticamente, à sua função principal: jorrar água para alimentar o repolho. A falta de estradas, ou mesmo picadas em condições, a falta de um sistema de saúde que atenda estas comunidades, a falta de uma escola digna (a - que existe já foi derrubada por três vezes pela chuva, construída e financiada pela própria comunidade), convive com telemóveis e com camisas de futebol europeu e motorizadas chinesas.

Pouco antes da ombala Chiquenlu, no município do Bailundo, província do Huambo, um jovem conduz uma motorizada. Veste a sua camisa amarelo-berrante. É do clube alemão Borussia Dortmund, um dos mais famosos daquele país europeu. Transporta nas costas o mágico número 10, mítico no mundo do futebol, com apenas uma palavra escrita na parte superior: Mkhitaryan.

Henrik Mkhitaryan é arménio, tem actualmente 25 anos e nasceu na capital Yerevan. A Arménia é uma ex-colónia russa que foi desanexada com a queda do Muro de Berlim, em 1989, com o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e com a Perestroika do ex-presidente soviético Mikhail Gorbachev.

O impacto de todas estas mudanças, de todos estes choques, também chegou até ao Chiquenlu. Ao longo do tempo, Angola foi palco de enormes lutas ideológicas internacionais, e nacionais, que marcaram

o dia-a-dia do país e das pessoas. Foram um dos rastilhos para a guerra civil. As 482 pessoas que vivem na ombala Chiquenlu estão preocupadas, no entanto, com outras questões. A maioria não tem bilhete de identidade, não tem cédula pessoal, nem assento de nascimento. Mas isso não os impede de trabalhar. E de ter sonhos.

"Nos anos 80 tive de ir ao Lobito. Por causa da guerra. Lá também trabalhava nas lavras e vendia aquilo que podia no mercado da Catumbela. Quando a guerra terminou, em 2002, regresssei à terra", conta o coordenador da cooperativa Kupemba, com sede no Chiquenlu, Frederico Pinto. Tem seis filhos: um está no Bailundo-sede, outro vive no Lobito, e os restantes vivem com ele na ombala.

Ti Pinto, como também é conhecido, gosta de conversar e de contar as suas histórias. Fala um português escorrito mas o umbundu é, naturalmente, o seu veículo preferido para comunicar. Para além do trabalho na terra e da agricultura é enfermeiro do posto de saúde pública do Kalombeu, também no município do Bailundo. Reconhece que muitas pessoas do Chiquenlu refugiaram-se na capital do país e noutras cidades. Mas alguns, curiosamente, regressaram à origem com o fim do conflito. "Luanda? Vou para lá algumas vezes. Mas não gosto. Faz muito calor. A vida é difícil e bastante cara. Para além disso, as enormes quantidades de lixo não me agradam. A pessoa vira à esquerda - é uma lixeira. Vira à direita e é outra lixeira. É complicado", explica Frederico Pinto.

Os homens da cooperava

A cooperativa Kupemba, no Chiquenlu, existe desde o ano passado, 2013, mas o trabalho que deu origem à sua criação arrancou em 2005. Ali estão reunidos 25 membros (10 são mulheres). Tudo aconteceu na sequência do movimento associativo rural incentivado pelo trabalho da ADRA - Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente e os seus parceiros, como a organização espanhola CODESPA (entre outros), que também trabalha na região.

O mesmo sucede no município da Caála, também na província do Huambo. A antiga vila Robert Williams (o investidor inglês que financiou a construção do Caminho-de-ferro de Benguela) é hoje uma cidade tranquila. Que vive longe do furor causado pelo tráfego e comércio ferroviário de outros tempos. Mas é ali que funciona a cooperativa Bem-vindo. Ao todo são 43 membros do sexo masculino e 11 mulheres. Trabalham com a ADRA há muito tempo desde o ano 2000. Luciano Cangunga é o presidente da cooperativa.

"Desde o início que este trabalho que temos vindo a fazer em conjunto, na comunidade, teve um grande impacto nas nossas vidas. Hoje conseguimos ter gado de tracção, um armazém comunitário de sementes e produtos à espera de escoamento, charruas e dinheiro para investir em pequenos negócios - como as cantinas comunitárias, por exemplo", explica Luciano Cangunja.

Tanto a cooperativa Kupemba, do Chiquenlu, como a cooperativa Bem-vindo, da Caála, têm uma estrutura organizativa formal, com presidente (ou coordenador), tesoureiro, secretário, fiscal, entre outras posições. Estão em processo de legalização. Foram ainda capazes de, nas duas estruturas, aceder e reembolsar alguns valores provenientes de programas de micro-crédito financiados pelos parceiros. Cultivam uma série de produtos, que vão desde o repolho, à batata-rena, couve, feijão, produzem mel, entre outros.

A ombala Cassupi, a 18 longos quilómetros da sede municipal da Caála, está encaixada numa área enorme, rasgada por cursos de água. A lavra que está repleta de batata-rena é um espaço familiar, pertença de Álvaro Caliti, chefe produtivo da cooperativa Bem-vindo. "O terreno pertencia à família. A minha mãe nasceu aqui ao lado mesmo. Certo dia, um primo cedeu-me este espaço para que pudesse também produzir os meus produtos. Ainda tenho outro espaço próximo daqui", explica.

O ciclo da batata-rena vai de três a quatro meses. Mais umas semanas, e Caliti vai colher o produto do seu trabalho. No Cassupi, a música dos pássaros e o cheiro da terra activa todos os sentidos. Enche a alma e convida apenas à contemplação. Mas esta visão romântica contrasta com os problemas mundanos das comunidades: não têm transporte próprio e muitas vezes correm o risco de perder a sua produção por falta de escoamento. Aceder a adubos e fertilizantes pode ser apenas uma questão de sorte. Não têm apoios nenhuns para além das organizações que acompanham, financiam e capacitam a sua actividade.

Fátima de Sousa, coordenadora da ADRA para os projectos no Bailundo, explica a trajectória que levou ao incentivo do associativismo e do cooperativismo no meio rural.

"Quando a guerra terminou o nosso papel modificou-se. Muitas organizações não resistiram. Passámos de uma actuação de emergência, levando bens essenciais às populações mais afectadas, para uma outra forma de estar. Nós pensamos que é necessário que as comunidades caminhem para o auto-sustento fora da lógica assistencialista, inseridas num processo de desenvolvimento: aumentando a sua produção, trabalhando em conjunto, investindo em pequenos negócios e capacitando os membros da comunidade", explica a técnica agrária.

Mas o processo é lento. Difícil. Com várias dinâmicas. Como lembra o historiador inglês (nascido em Alexandria, no Egipto) Eric Hobsbawm, no livro "A Era dos Extremos". A obra procura fazer uma

análise abrangente da história do Século XX (1914-1991) e foi publicado originalmente em 1994. Os anos 70 daquele período enfrentaram mudanças que ainda hoje marcam as nossas vivências.

"As pessoas do campo migraram para as grandes cidades aos milhões, e mesmo em países rurais africanos onde estavam a tomar-se vulgares populações urbanas de um terço ou mais - Nigéria, RDC, Tanzânia, Senegal, Ghana, Cote d'Ivoire, Chade, Benim, Gabão, República Centro Africana, Zâmbia, Somália, Libéria -, quase todos tinham trabalhado na cidade ou tinham um parente que lá morava. Aldeia e cidade estavam daí em diante interligadas. Mesmo as mais remotas viviam agora num mundo de embalagens plásticas, garrafas de coca-cola, relógios digitais baratos e fibras artificiais", explica Hobsbawm.

O pequeno-mundo do Chiquenlu e do Cassupi também enfrenta os desafios de uma economia gerida da cidade para o campo (e não do campo para a cidade). Enfrenta a mudança radical de uma sociedade rural para uma sociedade individualista, onde a teia de apoio familiar e comunitária foi quebrada com o êxodo rural e com a guerra. Com a falta de referências. A cidade representa o mundo moderno e será sempre um grande atractivo. Para os camponeses que resistem, resta a terra para salvar o presente. E o futuro.

1.8.5 Casas do Bairro Cambambe estão a ser demolidas

Jornal de Angola

12 De Agosto de 2014

Texto: Rodrigues Cambala

Dezenas de casas nos arredores da Urbanização Nova Vida, nas zonas de Cambambe e Banga-wé, município de Belas, foram demolidas durante a semana passada, para permitir o avanço da urbanização prevista e legal. Os moradores estão a ser transferidos para o Zango.

As demolições avançaram mas ainda ficaram duas casas de pé, porque os proprietários não cumpriram o que foi acordado. As autoridades deram-lhes um prazo de 48 horas para retirarem os seus haveres.

Entre os escombros, Ana João entrelaça as mãos ao mesmo tempo que olha para uma parede que restou da sua casa, construída num terreno que pertence à urbanização Nova Vida.

No dia anterior arrumou os bens e colocou-os a salvo. "Eu pensava que a demolição ia começar no

Banga-wé, mas começou aqui no Bairro Cambambe", disse a moradora com tristeza.

Chapas de zinco, entulho de blocos e ferros é tudo o que resta dos bairros ilegais que os moradores teimosamente teimaram erguer em terrenos urbanizados que não lhes pertencem.

Ao lado dos escombros ainda estão trouxas de roupas e mobílias antigas. Apesar de terem construído as suas casas em terrenos que não lhes pertencem, as autoridades deram casas no Zango aos moradores cujas casas foram demolidas.

Ana João disse que a casa que recebeu no Zango é inferior à que tinha no Bairro Cambambe.

"E muito pequena, algumas pessoas tinham vivendas de primeiro andar e estão a ser realojadas em casas pequenas.

E isto preocupa-nos", disse. Mas problema é outro: ninguém pode construir casas de primeiro andar em terrenos que não lhe pertencem. A transferência dos moradores para as casas que lhes foram atribuídas no Zango está ser feita tranquilamente e vai ser concluída esta semana.

Em 2004, os moradores dos bairros Cambambe e Banga-wé foram proibidos de construir casas naqueles locais. Como eram terras de camponeses, a empresa que está a construir a urbanização teve um processo longo de negociação para ficar proprietária das terras. Quando o processo terminou, começaram imediatamente as ocupações.

Do dia para a noite apareciam casas de chapas. Depois eram erguidas paredes de blocos. Os abusos chegaram ao ponto de alguns moradores fazerem casas de primeiro andar.

Agora vieram as demolições. Construir casas ilegalmente é uma aventura que não compensa e acaba sempre mal.

I.8.6 Administradora explica

Jornal Acapital

23 De Agosto de 2014

Administradora do Distrito Urbano do Sambizanga, Mara da Silva Baptista Quiosa, explicou em exclusivo ao A Capital que o Sambizanga está num processo de requalificação urbana, envolvendo as três comunas que compõem o município. Mara Quiosa apela para as necessidades de se perceber a transferência das famílias.

"O edifício foi construído no âmbito de requalificação urbana e, a Administração e a Associação dos Amigos e Descendentes do bairro Operário reuniram-se com a comunidade, no sentido de

dar explicações sobre o que está a se fazer", frisou, confirmando que, "realmente serão transferidas algumas famílias para àqueles edifícios".

Quanto aos possíveis litígios entre herdeiros, caso venham a acontecer, a administradora remete a solução dos mesmos aos tribunais, pois, "não podem ser três pessoas a responder pelo mesmo imóvel, ao mesmo tempo".

"Como os processos no Tribunal são morosos, e para que a família não esteja ao relento, decidimos pôr o apartamento em nome do proprietário da casa, morto ou não. Os filhos entram na mesma, enquanto tratam da documentação", explicou e reforça que "quando um dos filhos trouxer o documento passado pelo Tribunal a dizer que ele é o «cabeça do casal da família» QU o responsável pela herança dos irmãos, aí, o documento deixa de estar em nome do pai.

Passa para essa pessoa".

Os apartamentos são do tipo T2 e T3 e, de acordo com a administradora, os interesses daqueles que porventura tenham uma casa maior, estarão salvaguardados.

"Todo o trabalho que é feito no cadastramento, é para salvaguardar o interesse daquele que tiver uma casa maior na altura em que entrar para o edifício", sublinhou, para depois realçar que os casos de quem eventualmente possui um bar ou um espaço para fazer negócio, ainda não estão completamente aclaradas.

Referindo-se à mensalidade estimada em 30 mil kwanzas a administradora esclareceu que não é definitiva, entretanto sustenta que "as infra-estruturas que agora são criadas, são para às pessoas viverem em comunidade, pelo que, há toda uma necessidade de se pagar uma quota".

"Este edifício tem um gerador de 1000 kz, um sistema contra incêndio e duas caves para estacionamento. Possui um sistema de vídeo vigilância, interfonos e três elevadores.

Para se manter estes serviços a Associação fez um estudo de mercado e achamos que devíamos começar a quotização a partir dos 30 mil kwanzas", avançou.

"Não é competência das administrações municipais ou distritais limpar o interior dos prédios ou fazer

manutenção dos elevadores. É dever do morador que, mediante uma quota mensal dará a oportunidade a uma empresa ou administrador do edifício para manutenção", enfatizou.

A questão Zango está em discussão do mesmo modo que a dos pais que têm os filhos nos anexos.

"São questões em discussão, porque não podemos dar, por exemplo, dez apartamentos à uma pessoa que tem 10 filhos nos anexos", descartou Mara Quiosa.

I.8.7 Requalificação geral inquietada

Jornal Acapital

23 De Agosto de 2014

Desconfiança e insegurança sobre os moradores da comuna do bairro Operário, rua Massangano, distrito urbano do Sambizanga, em Luanda. Tudo começou desde que tomaram conhecimento, numa reunião havida a 08 de Agosto com as autoridades administrativas que lhes deu a conhecer que só os moradores que vivem nas residências mãe, poderão receber novos apartamentos, nos edifícios recentemente construídos por detrás da escola Anangola.

A grande questão está no facto de, em algumas das residências visadas, moram três a seis irmãos, havendo casos em que um deles já constituiu família e, por via disso, por consenso ser este que habita na casa maior, e os outros em anexos no quintal.

Já que a Administração disse que só cederá apartamentos aos moradores das casas mães, as discussões entre irmãos acenderam-se no sentido de determinar quem vai ou fica com o novo apartamento.

Hélio Hugo Jeremias, por exemplo, vive com sete irmãos, cada um com a respectiva esposa e os filhos, urna tia e a avó, num quintal devidamente dividida pelo patriarca que reside na casa mãe.

Dependente dos netos e da filha, a anciã tem dificuldades de responder como vai viver, num apartamento T2 Com mais de 15 agregados. Por seu turno, Hélio Jeremias, acusa a Comissão de Moradores de estar a tirar dividendos da situação dos mais desfavorecidos.

Diz estar na posse de informações, segundo as quais as residências inicialmente destinadas a todos os moradores, estão a ser vendidas pelos responsáveis.

"Há uma senhora, filha de um empresário, que volta e meia é vista a entrar no edifício novo", acusou.

José Boaventura, 60 anos, viu a residência onde mora a ser erguida, ainda criança. Acabou por herdá-la dos pais que, por sua vez, a haviam herdado dos seus avós. Hoje, lamenta a situação que se está a passar no bairro Operário.

"Não definem as coisas, nem dizem o que está no plano, para sabermos o que vai ser, afinal o nosso bairro. Vivemos de boatos e ninguém da uma explicação consentânea sobre o que eles querem fazer realmente", manifestou o velho.

Quem aparenta já ter tido acesso aos novos apartamentos é Ana Ribeiro, uma vez que disse à nossa reportagem que os mesmos não dispõem de dispensas e que as cozinhas são pequenas. Residente no bairro desde 1996 reprova a ideia de realojamento nos edifícios em causa.

"Na cozinha não entra uma geleira.

Nas nossas casas, para além de marquises temos cozinhas espaçosas. Não podem chegar e, de repente atirarem-nos para os edifícios", reagiu, lamentando o facto de até idosos estarem a ser obrigados a irem para os prédios.

Envoltos em incertezas quanto ao desfecho da situação, murmura-se que alguns moradores vão para os novos edifícios do Anangola, mas os restantes poderão ir para o Zango.

Os moradores afligem-se, ainda mais quando souberam ser da autoria da Comissão de Moradores a informação de que só vai para os edifícios novos quem tiver mais de 40 anos de idade, e terem de pagar uma mensalidade de 30 mil kwanzas.

I.9 SETEMBRO 2014

I.9.1 240 Famílias Sem Tectos em Malange

Novo Jornal

12 De Setembro 2014

Texto: Isaías Soares

CERCA DE 240 residências foram demolidas entre os dias 3 e 4 deste mês na zona 4 do bairro da Cangambo, a sudoeste da cidade pela Administração Municipal de Malanje uma zona classificada como reserva fundiária do Estado. As famílias, que terão sido enganadas por um falso funcionário público, vivem agora ao relento.

O administrador municipal de Malanje, Osvaldo dos Santos disse ter informações que a ocupação de espaços na reserva fundiária da Cangambo, terá sido incentivada "por um pessoa que se dizia ser funcionário da Administração Municipal (AM)", cuja identidade não foi revelada, mas será averiguado e encaminhado para os órgãos judiciais. O aludido funcionário terá recebido cerca de 1.000 kwanzas por cada beneficiário.

"É uma situação a lamentar, essa questão das demolições, mas quando se verificam tais situações nos AM não temos outra alternativa senão proceder a demolição". Justificou O inquilino do Paço Municipal que reuniu sexta-feira, dia 5, com quatro cidadãos representantes do perímetro destruído.

Sem chegar a um acordo com as cerca de mil pessoas desalojadas (cinco indivíduos por família) o responsável disse não ser política da instituição receber valores monetários em mão no terreno, nem a presença de um único funcionário.

"A aquisição de terrenos passa sempre por ser feita a entrega de um requerimento, cópia do BI e o comprovativo do depósito de 1.500 kwanzas na conta da Administração Municipal", lembrou o administrador, referindo-se a um spot publicitário divulgado diariamente nas emissões da Rádio Nacional (local).

DEMOU~OES REPENTINAS

De acordo com os moradores as demolições decorreram sem aviso prévio, Catarina, uma moradora participou na passada sexta-feira, dia 5, de uma concentração junto do gabinete provisório do governador Norberto Fernandes dos Santos "Kwata Kanawa" para pedir ajuda.

"Estamos na rua com as crianças e as nossas coisas, não temos sítio aonde recorrer", afirmou Cristina da Conceição outra moradora descontentes com o comportamento dos encarregados das demolições. "Eles chegaram lá, partiram uma parte e isso é que nos doeu", lamentou, frisando que a parcela de terra que ocupava foi cedida pela autoridade tradicional da região.

No terreno a imagem é assustadora. O pequeno Jorge João Correia, 9 anos, ainda está chocado com o desaparecimento inesperado da humilde casa de adobe. "Fui passear com os meus. Amigos e depois quando vim, encontrei só as coisas lá fora", contou, Domingas Mateus, de 40 anos e mãe de três filhos aconchegou-se no escombros de adobes e descreve ao pormenor a operação dos fiscais e efectivos da Unidade da Polícia de Intervenção Rápida, assim como a perseguição dos moradores. "Assustamo-nos e só vimos a máquina. Perguntamos: estão a tirar as casas e as coisas fora, vamos viver aonde?".

Para a moradora "primeiro deviam avisar, para tirarmos as nossas coisas, já zungamos por Malanje, estamos cansadas e viemos aqui, não temos mais dinheiro para renda".

A confusão instalou-se no primeiro dia de saída forçada de várias famílias. De acordo com Domingas Mateus "deram tiros e bateram", Outro morador relatou que um dos jovens espancados terá sido evacuado para uma unidade hospitalar da capital.

A maioria dos moradores que ocupou a Reserva Fundiária do Estado já habitava nos arredores há décadas e terão sido informados da existência do referido projecto, como certificou Dala João Manuel que viu a sua residência destruída.

"Eu vivia aqui assim, não tenho onde viver, apesar de ser um espaço do governo", afirmou o jovem desempregado e agora desalojado na companhia da mulher e filhos (6). Mas a esperança em ter casa própria está de pé. "Queremos que o governo nos diga onde, já que aqui não dá".

Franco Fernando Henrique (45 anos 10 anos) viu a sua casa demolida pela quarta vez no mesmo local, por indisponibilidade de uma parcela de terra para erguer definitivamente um tecto.

LOTES PARA AUTO-CONSTRUÇÃO DIRIGIDA

A Administração Municipal de Malanje concluiu o processo de distribuição de cerca de 950 lotes de terrenos para a autoconstrução dirigida no bairro da Carreira de Tiro, a norte da cidade.

Segundo o administrador Osvaldo Naval dos Santos a primeira fase do programa foi de entrega de lotes para residências tendo "disponível junto da área técnica da Administração Municipal cinco modelos de projectos de residências", cujos preços variam desde dez mil kwanzas para habitações de alta gama.

o segundo passo para a Carreira de Tiro e da recolha de candidaturas para a cedência de espaços para a construção de empreendimentos comerciais, "desde instalações para talhos, peixarias, lojas, boutiques, cabeleireiros" e outras no conjunto de terrenos para a área residencial Cerca de duas dezenas de processos deram entrada nos últimos dias.

I.9.2 Polémica Instalada Na Praia Da Rua 11

Jornal O País

12 De Setembro 2014

Entulhos de chapas e diversos objectos espalhados pela areia lembram as hostilidades ocorridas no dia 9 de Agosto de 2014, entre moradores e comerciantes que usam a praia da Rua 11 como local de trabalho.

O Jornal O PAÍS ouviu as comerciantes e moradores daquele local. Segundo Luísa Manuel dos Santos, vendedora há três anos, na base do conflito está o suposto interesse de um cidadão nacional, residente naquele perímetro, que estará usar a sua "influência" para retirá-las do local, temendo a concorrência, uma vez que o mesmo "idealiza abrir ali o seu restaurante".

Luísa dos Santos disse que no dia 8 de Agosto, após a sua actividade laboral, ela e as colegas guardaram os seus instrumentos de trabalho como fazem habitualmente e surpreenderam -se ao chegar na manhã seguinte e depararem-se com as roulettes, arcas, mesas e cadeiras todas

queimadas. O dedo acusador das comerciantes virou-se de imediato ao referido cidadão. Por sua vez, Rita Filho, também integrante do grupo de comerciantes naquele espaço, contou que anteriormente a praia era muito frequentada por banhistas por ser um local calmo, mas, por conta dos conflitos e as constantes queixas e alegações de prostituição, delinquência e violações, tem diminuído fluxo dos clientes. Instalado o conflito, a vendedora esclareceu que juntamente com as suas colegas dirigiram-se à administração Comunal do Futungo de Belas e à esquadra policial na tentativa de ver a sua situação resolvida, mas não obtiveram qualquer resposta.

Moradores alegam que o comércio promove a delinquência juvenil.

Uma fonte deste Jornal avançou que as comerciantes receberam uma notificação, na qual foram avisadas com três semanas de antecedência, que deveriam abandonar aquele recinto e foram orientadas a dirigirem-se à Administração do Município de Belas, no Camama.

Em relação às constantes queixas de delinquência e prostituição que os moradores alegam existir no local, Rita Filho reparou que não é fechando a praia que a delinquência irá acabar. "Devia existir um trabalho mais intensivo por parte da Polícia" disse ela. E avançou: "Queremos vender nas tendas, à semelhança do sistema implementado na Praia Amélia e no final da nossa actividade laboral guardar os nossos pertences, até arranjamem o local apropriado onde possamos vender. É desta actividade que tiramos o sustento para os nossos filhos".

Domingos Francisco João, um pescador antigo daquela área, lamenta os factos ocorridos porque também teve a sua barraca, onde guardava as redes e outros utensílios de trabalho, destruída. Diz ser da responsabilidade da Administração Comunal a resolução deste conflito, uma vez que é função da administração comunal salvaguardar os interesses dos seus munícipes.

Banhistas temem a privatização da praia

Alfredo Machado frequenta a praia da Rua 11 há 15 anos, diz que anteriormente a praia não possuía grande organização e as próprias vendedoras faziam a limpeza do local. Lamentou a destruição das barracas e realçou a tendência para a privatização do local, embora não haja informações oficiais.

"Nós, os cidadãos, que desejamos nos divertir com os nossos familiares e amigos ficamos sem saber para onde nos dirigirmos, uma vez que grande parte do litoral luandense está encerrado ao público. O programa de requalificação das praias alcançou grande parte da Ilha de Luanda e nos arredores da Barra do Kwanza não há organização nem segurança", disse.

Na ocasião, apelou às autoridades que informem o que realmente está a acontecer com as praias, visto que avizinha-se a época balnear. Adelino Waleca, residente no bairro Talatona, recorre à praia da Rua 11 por ser a mais próxima de sua casa, mas teme a privatização do local porque, se esta ocorrer, terá de percorrer longos quilómetros para ficar por alguns momentos à beira-mar.

A praia da Rua 11 é maioritariamente frequentada por jovens de diversas faixas etárias e famílias de distintas áreas da cidade, que buscam um espaço de lazer à beira-mar, aproveitando a paisagem para beber cerveja e refrigerantes e degustar um bom mufete ou choco grelhado. Música alta, animação, dança, o fumo que sai dos fogareiros, as latas espalhadas pela areia, caracterizam o ambiente das tardes de Sábado e Domingo, dias em que há maior fluxo de pessoas.

Moradores alegam que o comércio promove a delinquência juvenil. Um cidadão português residente naquele mesmo perímetro, que falou sob anonimato, concordou com a demolição das barracas, uma vez que a presença delas, disse, "promove a delinquência juvenil, o consumo excessivo de álcool, prostituição e inúmeras violações".

"A condição humana está acima dos valores financeiros. O lucro de vinte ou trinta famílias não justifica a violação de cinco ou seis jovens" acrescentou. Interpelado sobre as medidas que a administração local deveria tomar para a resolução deste conflito entre os moradores e as vendedeiras, o nosso entrevistado sugeriu que fosse criada uma comissão dos comerciantes da zona, de modo a serem emitidas licenças que permitissem o exercício da actividade de forma legal. Joaquim Teles da Cruz, também morador, com o mar junto da sua habitação, concordou com a demolição das barracas porque, na sua opinião, promoviam a delinquência naquele lugar. Acredita que só falta a remoção dos destroços que se encontram ainda na praia e existir maior policiamento diário, sobretudo à noite, pois já há mais tranquilidade na zona.

O País procurou ouvir as fontes oficiais. Contactada a Administração Comunal do Futungo de Belas, recebemos a informação de que o administrador, Lázaro Sebastião, por motivos de saúde encontra-se ausente da sua actividade laboral. Já o administrador adjunto, senhor Jorge

Van-Dúnem, se mostrou indisponível para falar ao jornal. Porém, um funcionário da instituição confidenciou a O PAÍS que a praia da Rua 11, no Futungo de Belas, está incluída num projecto a ser executado pelo Pólo de Desenvolvimento Turístico do Futungo de Belas (PDTFB) e não propriamente sob a alçada da administração. No PDTFB, a pessoa que poderia responder pelo assunto, engenheiro Rodrigues, está de férias.

1.9.3 O Descalabro da política habitacional

Jornal A Capital

13 De Setembro de 2014

Texto: Marcos António

Os terrenos para a autoconstrução dirigida, adquiridos a troco de 27.000.00 Kwanzas por mil metros quadrados, representam, indiscutivelmente, uma das imagens de marca da governação

de Isaac Francisco Maria dos Anjos, mas, em sentido contrário, são elucidativos de uma política sem perspectivas para o fim dos problemas habitacionais, uma vez que as acções nelas inscritas parecem alheias à pressão demográfica. Luísa Domingos e José António, dois funcionários ao serviço da Educação, vivem um drama que, não significando o que se pode chamar de palavra final, ajuda a descortinar as lacunas da estratégia do Governo. Foram agraciados, há já alguns meses, com parcelas de terra para a autoconstrução, fazendo parte de um grupo de sessenta beneficiários do município do Bocoio, a 112 quilómetros da cidade de Benguela, mas não conseguem colocar mãos à obra por falta de dinheiro.

Em declarações à ANGOP, disseram que o início do percurso para o sonho da casa própria passa por um financiamento bancário, capaz de fazer face a despesas inerentes à aquisição de cimento, pedras e varões de ferro. A ronda efectuada pela Agência Angolana de Notícias, para a qual foram chamados dos três outros detentores de lotes, também de mãos atadas, produziu

resultados que fizeram eco no litoral da província, conformando, como é óbvio, um sério aviso à navegação. Teme-se que os cidadãos, sem dinheiro, construam à sua maneira, abrindo portas ao surgimento de moradias desprovidas dos serviços que as autoridades descrevem como condições básicas para uma vida condigna.

O arquitecto Felisberto Amado, conhecido pelas análises que faz sobre questões urbanísticas e ambientais, revela, categórico, que situações como estas são favoráveis a zonas com habitações sem o padrão que se exige. São realidades que, segundo a mesma fonte, podem fomentar o surgimento de moradias equiparadas às que o Governo, em nome de uma melhor organização, tenciona demolir.

Num País com salário médio de 37 mil Kwanzas, conforme apontam estudos da Universidade Católica, parece impossível obter uma residência condigna nestas circunstâncias. Imbuído nesse espírito, Felisberto Amado, professor universitário, estima que a construção de uma casa com todas as condições chegue a custar USD 80 mil, valor para o pagamento da mão-de-obra e aquisição do material de construção.

Em exclusivo ao semanário *A Capital*, fonte de uma empresa envolvida na elaboração dos Planos Directores Municipais os famosos PDM's, marcadas ressaltou que não basta distribuir terrenos, argumentando que tão ou mais importante, é que a banca abra os cordões á bolsa. "Caso contrário, continuaremos a ter casas como as que vemos sobretudo na periferia.

Com insuficiência de compartimento, alertou, para mais adiante defender a necessidade de um mecanismo que facilite o crédito bonificado.

O nosso interlocutor olha para os Planos Directores Municipais, por intermédio dos quais se pretende encontrar fórmulas para uma melhor gestão territorial, e adianta que não existem sinais que apontem para o fim do problema. "Desta forma, teremos a carência de habitações como um eterno problema", reforçou.

Dos Anjos sonha com o Impossível?

A pensar num "crédito de salário adiantado", à semelhança dos seus companheiros, a cidadã Domingas Chindembe acena para o BIC e o BPC, numa investida que pode lançar as bases para a inversão do cenário de «insuficiência de verbas». Isto acontece numa altura em que o Banco de Poupança e Crédito, onde se encontra alojada a esmagadora maioria dos funcionários públicos, não está a conceder empréstimos.

1.9.4 Os enteados do Zango IV

Jornal A Capital

13 De Setembro de 2014

Texto: Osvaldo Nascimento

Estes cidadãos se considerarem deserdados, ninguém, com certeza, lhes negará a razão. Estamos no outro Zango IV. Aqui entre várias pessoas está Catarina João Francisco, mãe de quatro filhos.

É uma das moradoras provenientes das "terras perdidas", que está por detrás do cemitério de Viana. Segundo ela, os antigos coordenadores responsáveis por transportá-los até às suas residências, são os

principais causadores do sofrimento dela e de todas as famílias que lá se encontram.

"O Governo tirou-nos das nossas casas e levou-nos para a zona da "terra perdida", em Viana, com a promessa de nos darem residências condignas. Ficamos lá durante seis anos, até que veio um projecto de construção de um banco dos chineses e mandaram retirar as pessoas", relatou Catarina Francisco.

Segundo ela, as primeiras pessoas foram transportadas numa quinta-feira, 23 de Fevereiro de 2012, com promessa para as restantes serem retiradas em dois dias, o que não viria a acontecer.

"Nos abandonaram, até que os donos do terreno começaram a nos fazer pressão. Tivemos que fazer barreiras na estrada e queimar pneus para nos levarem também. Quando o governador ouviu, mandou tirar as pessoas. O segundo grupo foi levado num sábado", lembrou, acrescentando que haviam deixado um terceiro grupo, que são as cinquenta famílias abandonadas em barracas improvisadas na estrada do Zango IV.

"O último grupo é este que aqui está. Deixaram-nos na rua para nunca mais voltarem. O governador ao passar, viu-nos na rua e mandou retirar-nos daqui", só que, critica, os coordenadores começaram a pedir dinheiro para levarem os nomes ao Ministério da Assistência e Reinserção Social (MINARS).

"Pediam mil e 500 dólares norte-americanos. Como não tínhamos este dinheiro, trouxeram-nos para o Zango, abandonados nos passeios, onde sem outras hipóteses tivemos que erguer barracas de pano, pau, chapas velhas, esferovite, para nos abrigarmos do frio", revelou ainda, lembrando o aspecto isolado que o local apresentava quando chegaram. "Quando chegamos aqui não havia casas acabadas nem moradores. Encontramos mata. Não havia água nem electricidade", recordou, insatisfeita com o facto de, aos seus olhos, já lá vão quase três anos, assistem as casas a serem ocupadas por pessoas de outros pontos de Luanda. "Enquanto nós continuamos a viver no passeio e ainda nos acusam de infiltrados", sustentou.

Ana Maria, 26 anos, mãe de cinco filhos vive, no mesmo sítio, num casebre de aproximadamente um metro quadrado e meio. É lá onde reside com o marido e as crianças de 02, 04, 06 e 08 anos, mais um bebé de 02 meses. Para além das chuvas, a falta de latrinas, água e a insegurança do próprio local são, entre várias, as grandes preocupações daquela desalojada.

"Sempre que chove, eu que tenho uma criança de apenas dois meses sou obrigada a fugir de casa e se abrigar nas varandas das casas abandonadas. Está muito difícil. Estamos a viver mal", desabafou, enfatizando que fazem as necessidades em sacos que depois são deitados numa lixeira situada a aproximadamente, um quilómetro.

"As crianças não estudam. Volta e meia são atropeladas, porque não tendo um quintal para brincar, fazem da via pública, "parque infantil", ilustrou, ao exemplificar que, neste mês já foram atropeladas três crianças.

"As pessoas que passam por cá vêem-nos como mendigos, quando, na verdade, tínhamos nossas casas antes de sermos desalojados. A maioria dos jovens que aqui vive, não trabalha", pelo que, como disse, o dia-a-dia deles é só beber.

"Estão a ficar frustrados. O mais agravante é que já reclamamos tanto, mesmo assim ninguém diz nada. Graças aos postes de iluminação pública temos uma certa luminosidade nas nossas tendas. Senão, não sei o que seria", lamentou.

No local a nossa equipa de reportagem reparou que, de facto, há naquele bairro, várias casas abandonadas. São tantas que até, algumas estão a ser pilhadas, sem que alguém apareça para reclamar ou denunciar às autoridades.

A anciã Ilondina Pupi, que passa o dia a recolher garrafas e ferro-velho para vender, faz um apelo às autoridades competentes com bastante pranto a lhe correr dos olhos.

"Nos tiraram nas «terras perdida». Disseram que haviam de nos dar casas. Até hoje não nos ligam. Já sou mais velha, não tenho filhos", suplicou a mais velha que lamenta o 'facto de muitas vezes passar fome porque nem sempre tem compradores de garrafas ou de ferro-velho.

"Às vezes, para beber água, é graças aos chineses que nos oferecem. Somos filhos dessa terra. Até dói falar disso. Eles passam por aqui em carros grandes e bonitos, atropelam as crianças e ninguém diz nada", atirou, reiterando o pedido ao governador da província de Luanda que intervenha no caso.

Filomena Matoso, vive com sete filhos neste lugar inóspito. Um dos quais tem 18 anos e é quem ajuda a carregar os ferros para comercializar. No entanto, segundo a mãe, mais do que ajudar, o que mais a inquieta é ter de partilhar um espaço minúsculo com sete filhos.

"Dormimos mesmo aqui", apontou para o local, e prossegue: "de noite, para a pessoa fazer necessidades, tem que esperar que os filhos adormeçam, para se sentir à vontade".

Disseram os moradores ao A Capital que é frequente acontecerem mortes entre os antigos moradores do Gika, geralmente por causa da pneumonia.

"Já morreu muita gente por causa de doenças como a pneumonia. Tanto mais velhos como crianças".

I.9.5 Realojamento condicional conclusão de obras

Jornal de Angola

20 De Setembro de 2014

Texto: Victorino Joaquim

O responsável do Gabinete Técnico de Coordenação e Acompanhamento dos Projectos da Cidade de Luanda, Luís Filipe da Silva, afirmou ontem que existem obras paralisadas devido às pessoas que vivem em áreas onde estão em execução as obras sob responsabilidade do Instituto Nacional de Estradas de Angola (INEA).

Luís Filipe da Silva, que também é secretário de Estado das Águas, falava no final de um encontro com responsáveis do INEA, para se inteirar da execução das obras das vias estruturantes da província de Luanda.

"As pessoas que vivem nessas áreas devem ser desalojadas e realojadas noutras localidades, para que as obras possam prosseguir", disse. Para isso, salientou, "temos de construir novos bairros, novas urbanizações. Mas o problema que se coloca é, principalmente, a falta de espaços para a construção".

Em relação ao Zango, uma área concebida para atender as pessoas retiradas das zonas de risco e a viver em condições precárias, afirmou que, hoje, já está a chegar ao limite da sua capacidade e há necessidade de se identificarem outras áreas onde se possa executar novas construções.

Luís Filipe da Silva frisou que esta situação não ocorre somente com as obras sob responsabilidade do INEA, mas também com grande parte dos projectos a serem executadas em Luanda, sobretudo ao nível dos eixos viários, do abastecimento de energia e água, das ruas secundárias e terciárias e de saneamento.

Assegurou que as soluções ao constrangimento que se verifica na via Luanda/Viana vão ser encontradas,

de forma que não prejudiquem quer o projecto de colocação de postes quer o de construção da via.

A construção da estrada da Boavista/Cacuaco, já em fase de conclusão, restando somente o troço da Refinaria até à rotunda da Boavista, é das principais obras da responsabilidade do INEA.

O director do INEA, António Resende, garantiu que até ao final do ano fica concluída a construção da estrada do Futungo, que liga a UGP à Ponte do Benfica. A rotunda Camama/Viana fica concluída no próximo ano. A maioria da população a ser desalojada e realojada está na zona do Cazenga, onde estão em execução as obras da Quinta e Sétima Avenidas.

1.9.6 Terrenos colocados a venda

Jornal Continente
22 De Setembro de 2014

Para este projecto, extensivo a todos os interessados em investir na área do turismo, estão reservados lotes para permitir, ao todo, a construção de 15 hotéis, ao longo do Rio Cuito e nas duas margens do Rio Cubango. Pretende-se ainda, que uma superfície de 12 mil hectares seja transformada, de maneira a atrair para o local a movimentação turística já existente nas regiões de países vizinhos ou situados ao longo do Zambeze, como a Namíbia e o Botswana.

Outro objectivo é o de proporcionar um ambiente natural ao turista, utilizando material local para a construção das unidades hoteleiras ao longo do projecto.

Por seu turno, o director do Pelo de Desenvolvimento de Cabo Ledo, Lucrécio Júnior, afirmou que os efeitos multiplicadores destas actividades vão impulsionar o desenvolvimento de outros sectores económicos, assim como o reconhecimento dos serviços turísticos prestados.

Como benefícios para a comunidade, Lucrécio Júnior apontou a construção de mais de cinco mil casas sociais, unidades policiais e hospitalares, assim como escolas, empreendimentos que vão resultar no desenvolvimento social das povoações de Cabo Ledo e Sangano.

O Pólo de Desenvolvimento Turístico da Calandula, Malanje, vai proporcionar aos investidores a possibilidade da Criação de intercâmbio com outros operadores na programação de rotas comuns em territórios diferentes. De acordo com a directora geral do pólo, Katia Lopes, o projecto vai trazer mais oportunidades e parcerias em domínios como a

reabilitação e requalificação urbana e ambiental, protecção e valorização do património material e territorial, o desenvolvimento de infra-estruturas básicas, gestão integrada e o turismo transnacional. Katia Lopes apontou como pilares que sustentam a concretização do pólo, a competitividade, turismo sustentável, equilíbrio ambiental e qualidade de vida.

O I Seminário sobre Turismo da CPLP terminou na quinta-feira e decorreu sob o lema "Oportunidade de negócios no mercado do turismo da CPLP".

1.9.7 Icolo e Bengo. Mendes de Carvalho quer acabar com a ocupação ilegal de terras

Jornal Agora
26 De Setembro de 2014

A ocupação ilegal de terra, no município de Icolo e Bengo, é uma realidade nua e crua. Extensas áreas estão cercadas por indivíduos que devem ser desmascarados.

O novo administrador de Icolo e Bengo prevê, durante o seu 'consulado', avançar para um combate sem quartel contra a ocupação desenfreada de terras naquele município da província de Luanda. A intenção de Adriano Mendes de Carvalho foi manifestada por altura da sua apresentação aos habitantes locais, numa cerimónia orientada pelo governador provincial, Graciano Domingos.

"Nós estamos a ver que aqui, em Icolo e Bengo, as pessoas fazem grandes ocupações anárquicas de terras, temos de cortar isso. Sei que vai ser uma tarefa muito delicada, mas custe o que custar, vamos ter de acabar com isso", afirmou o novo gestor de Icolo e Bengo, município onde nasceu o primeiro-presidente da República de Angola, António Agostinho Neto. Adriano Mendes de Carvalho substituiu no cargo António Calado, falecido em Dezembro de 2013.

O novo gestor de Icolo e Bengo disse, inclusive, que o município só terá normalidade se todas as pessoas, detentoras de grandes parcelas de terras, começarem a pagar impostos, visando contribuir para a construção de escolas, postos de saúde e outros equipamentos sociais que vão, de certa forma, melhorar a vida das comunidades.

Na sequência da sua apresentação, o governador de Luanda exortou o administrador para se predispor em dialogar com a população, o empresariado local, a juventude e outras entidades particulares, visando o bem-estar dos mesmos.

A cerimónia de apresentação foi presenciada por membros do governo provincial, autoridades tradicionais e religiosas, estudantes, efectivos das Forças Armadas Angolanas e da Polícia Nacional, entre outras individualidades.

Características geográficas e demográficas. Icolo e Bengo é um município de Luanda, tendo sido transferido da província do Bengo no seguimento da reforma administrativa das duas províncias.

Tem 3.819 quilómetros quadrados e cerca de 59 mil habitantes. Localiza-se no Leste da província, sendo limitado a Norte pelo município do Dande, a Este pelo município de Cambambe, a Sul pelo município da Quiçama e a Oeste pelos municípios de Viana e Cacuaco.

O município está subdividido em cinco comunas: Bom Jesus, Cabiri, Cassoneca, Caculo Cahango e Catete. J. G.

I.9.8 Inquérito as ocupações anárquicas de terrenos

Jornal O País

26 De Setembro De 2014

Maria Rosaria, camponesa de 42 anos, residente na região da Funda, afirma ter recebido com agrado a preocupação do Chefe de Estado em ver esta questão dos "nossos terrenos para a agricultura" que nos estão a retirar. A camponesa que vive de recursos vindos do campo, aponta que tem sido demais a anarquia dos fiscais, "ao receberem os terrenos onde já praticamos agricultura desde os tempos dos nossos avós".

Ela disse também que para além dos documentos que precisamos de tratar junto do Governo, - "assim como disse o camarada Presidente" - queremos que nos apoiem mais com material de trabalho como enxadas, adubos e sementes.

A semelhança de Rosaria, outras mulheres ao nível das comunidades rurais levantam problemas que ameaçam a sua sobrevivência. Estes mesmos já foram identificados pelo executivo durante o processo de auscultação que terminou no mês de Agosto deste ano, embora a resolução continue a ser "urna dividida" tal como reconheceu esta semana o Presidente da República Eduardo dos Santos. O encerramento desta auscultação, na presença de centenas de mulheres, vinda de vários pontos do país, as de Luanda apresentaram ao executivo a expropriação dos terrenos agrícolas pelos fiscais como uma das maiores inquietações.

Dai a sugestão do Chefe de Estado, esta semana, de um seminário que abordara a questão da Lei de Terra, envolvendo os atores comunitários e especialistas, bem como a instauração de um inquérito para identificar os presumíveis infratores.

I.9.9 Ocupação ilegal de terrenos e travada pelas autoridades

Jornal de Angola

27 De Setembro de 2014

O governador de Luanda, Graciano Domingos, informou que, entre as medidas que vão ser adaptadas pela actual Administração Municipal de Cacuaco estão o combate em construção e ocupação ilegal de terrenos, e aos atos que atentam contra a saúde pública, o saneamento básico e a ordem pública.

O governador de Luanda, que falava durante a cerimónia de apresentação do novo administrador de Cacuaco, Carlos Alberto Cavuguilá, realizada no salão nobre da administração local, pediu ao empossado e colaboradores diretos para trabalharem de acordo com a lei e alertou que quem prevaricar deve ser chamado a responsabilidade.

Graciano Domingos recomendou a Administração de Cacuaco que trabalhe com o Conselho de Auscultação e Concertação Social, os coordenadores dos bairros e os munícipes, na elaboração de projetos que venham satisfazer as necessidades das comunidades.

A nível da província de Luanda, explicou o governador, as nomeações de novos administradores resulta de uma diretiva do Presidente José Eduardo dos Santos, no sentido de o Governo Provincial de Luanda desenvolver um processo normal de gestão de quadros. Depois de reconhecer o trabalho e a valentia demonstrada durante o seu mandato pela administradora cessante de Cacuaco, Rosa Janota Dias dos Santos, na manutenção da ordem, recordou que, durante muito tempo, as administrações municipais viveram dificuldades em solucionar os problemas dos munícipes.

Votos de coragem

"Só o Governo Provincial de Luanda e que detinha o poder financeiro para a execução de projetos, facto que passou a história, na medida em que os municípios passam a ter o direito orçamental igual ao das províncias", salientou o governador.

Ao fazer um breve balanço, a administradora cessante referiu as facilidades e dificuldades que enfrentou

durante o seu mandato e fez votos de coragem e de colaboração nas atividades que seu sucessor vai desenvolver.

Carlos Alberto Cavuquila, que já exerceu a função de administrador municipal de Cacucaco entre 2008 e 2011, pediu aos presentes para trabalharem juntos, "sem mudança de equipa".

O novo administrador de Cacucaco pediu ainda aos funcionários para exercerem as suas funções de acordo com as decisões dos órgãos de deliberação da Administração Municipal e como agente comprometidos com os problemas do povo.

1.9.10 Famílias abandonam as zonas de risco

Jornal de Angola

06 De Setembro de 2014

Texto: Domingos Macuta

Inocêncio Hungulo disse ao Jornal de Angola, que os agentes do corpo provincial dos bombeiros, em parceria com as Administrações Municipais e dos bairros, estão a aconselhar as famílias a abandonarem os locais catalogados como áreas de risco.

O porta-voz da corporação disse que cerca de mil famílias da Huila residem ainda em zonas de risco. Disse que os bombeiros catalogaram como zonas de risco as encostas de montanhas, margens de rios e locais susceptíveis a descargas eléctricas, o caso das famílias que residem a escassos metros do leito do rio Caculuar e preocupante.

O rio regista um forte caudal durante as chuvas, banhando os bairros Mapunda, Comandante Cow-Boy, Comercial, Hélder Neto, 14 de Abril e Tchioco.

"O Comando Provincial dos Bombeiros realiza palestras com as populações, nas quais distribui cartilhas, com conselhos úteis sobre os perigos de residir em zonas susceptíveis de sinistros. O Objectivo é prevenir e evitar a perda de vidas humanas no tempo chuvoso", disse. As informações disseminadas no seio das comunidades, acrescentou, tem surtido o efeito desejado, pelo facto de algumas famílias notificarem o corpo provincial da Protecção Civil e Bombeiros antes de construir residências que estimula a continuação do trabalho.

"O numero de famílias que residem em zonas de risco tende a baixar, fruto do trabalho de sensibilização e mobilização das populações para acatar os conselhos dos bombeiros e das administrações, que continuam a distribuir terrenos

nas novas urbanizações para a autoconstrução dirigida", frisou.

o porta-voz dos bombeiros na província da Huila disse que a corporação esta preocupada com os casos de fogo posta e negligencia de alguns adultos que deixam velas sob cuidados de crianças e ao lado de material propenso a combustão. Os curto-circuitos são também principais causas de incêndios fatais.

O Comando Provincial da Protecção Civil e Bombeiros trabalha para a instalação de postos em todos os municípios da província, numa altura em que existem destacamentos na Jamba e Caculo e dois postos de socorro a casos de sinistralidade rodoviária na estrada Lubango-Luanda e no sentido Cunene.

1.9.11 Repatriados recebem lotes para a construção de casas

Jornal de Angola

06 De Setembro de 2014

Texto: Tatiana Marta

Cidadãos repatriados das vizinhas repúblicas da Namíbia e Zâmbia receberam terça-feira, na comuna da Chipipa, 52 lotes de terreno de 450 metros quadrados cada, para a construção de residências, distribuídos pela administração municipal do Huambo.

O administrador do município do Huambo, João Sérgio Raul, disse, no acto de entrega dos lotes de terreno, que a medida enquadra-se nos esforços do Governo provincial que visa garantir aos cidadãos repatriados condições de vida condignas.

Sergio Raul lembrou as famílias regressadas que o Executivo tem tudo preparado para apoiar todos os cidadãos que escolheram a província do Huambo como ponto de destino para a sua fixação. Referiu que a administração apoia também as famílias regressadas com bens alimentares e vestuários e distribuiu, de igual modo, parcelas para a prática da agricultura.

A directora provincial do Urbanismo e Ambiente, Ana Paula de Carvalho, esclareceu que cada família recebeu um lote de 450 metros quadrados de terra para a construção de residências.

"As autoridades locais estão a trabalhar afinadamente para a construção de infra-estruturas sociais básicas e de prestação de serviços na comuna, para melhorar a vida dos seus habitantes", salientou. Estão em construção na circunscrição um sistema de captação, tratamento e distribuição de água potável, a

instalação e melhoramento do sistema de energia eléctrica e a construção de um posto médico.

Elizeu Caloia, um dos beneficiários, agradeceu o gesto do Governo e pediu mais apoio com chapas, blocos e outros meios.

I.10 OUTUBRO 2014

I.10.1 Plano evita construções anárquicas

Jornal de Angola
09 De Outubro 2014

O ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, considerou importante que se faça um planeamento urbanístico antecipado, para evitar a construção de habitações em zonas não autorizadas por parte de pessoas que não têm condições de aderir aos projectos habitacionais.

Bornito de Sousa falava no acto de encerramento da Conferência sobre Requalificação Urbana, em alusão ao Dia Mundial do Habitat, assinalado segunda-feira. Segundo o ministro, as populações acabam por construir em zonas não autorizadas por falta de uma instituição que os oriente ou indique o espaço de terra onde possam construir.

O ministro lembrou que há também casos de indivíduos que ao saberem do início de um projecto habitacional em determinada zona, colocam umas quatro chapas para que, ao arrancar o projecto, seja registado e receba uma casa.

"As vezes ocupam quatro ou cinco lugares para, depois, reclamarem quatro ou cinco casas", sublinhou.

Realojamento de cidadãos

Quanto ao realojamento dos cidadãos que estavam a viver em tendas no Zango, Bornito de Sousa citou como exemplo a experiência de Singapura, que criou bairros de transição para atender a população a ser realojada, depois de ser retirada das zonas de risco. "O que fazem é pegam nas pessoas realojadas de zonas de risco colocam nos bairros de transição.

Enquanto aí estiverem são ensinados novos hábitos que tem de respeitar na nova zona onde são realojados e depois de saírem entram outros populares, e assim sucessivamente", acrescentou.

Os estudantes finalistas da Faculdade de Engenharia da Universidade Agostinho Neto apresentaram como trabalho de fim de curso um projecto de requalificação urbana da Camama, coordenado pelo arquitecto e docente universitário António Goma. António Goma considerou a área da Camama complexa do ponto de vista da organização urbana e cerca de 80 por cento das habitações estão em mau

estado de conservação, além da inexistência dos serviços básicos e de infra-estruturas.

No salão principal da Faculdade de Engenharia estavam expostos vários trabalhos de Arquitectura. A conferência decorreu sob o lema "Ouvindo as vozes dos Musseques" e analisou vários temas, entre os quais; "A população dos Musseques e sua integração e participação na reconversão", "A participação comunitária no planeamento e monitorização dos projectos habitacionais", por docentes nacionais.

Membros do Governo, docentes de varias universidades, alunos universitários e convidados participaram na Conferência.

I.10.2 Construção ordenada esta a ser incentivada

Jornal de Angola
10 De Outubro de 2014
Lourenço Bule

O governador da província de Benguela pediu aos municípios da Baía Farta para construir de forma ordenada, de acordo com os planos de desenvolvimento definidos pelas autoridades administrativas.

Isaac dos Anjos discursava no município depois da entrega simbólica de títulos de concessão de terrenos a 40 beneficiários, dos mil previstos, nesta primeira fase, para a autoconstrução dirigida, no Projecto Vila ova.

A intenção é propiciar o crescimento ordenado do projecto, para que as pessoas deixem de construir em zona de riscos, pondo em perigo as próprias vidas. O Projecto Vila Nova compreende uma área de 150 hectares, dos quais vão ser infra-estruturas cerca de 15 mil lotes para residências, numa superfície de mil metros quadros cada e pelos quais os beneficiário vão ter de pagar 27 mil kwanzas.

A futura zona habitacional tem ainda áreas para infra-estruturas de serviços essenciais, como escolas, hospital, comércio e lazer.

Durante a sua estada na Baía Farta, Isaac dos Anjos visitou as obras de construção da Escola Politécnica das Pescas e a Lotação de peixe.

I.10.3 Famílias desalojadas no Kilamba

Jornal ACapital

11 De Outubro de 2014

Texto: Osvaldo de Nascimento

Os habitantes dos apartamentos em causa acreditam que estão em condição legal, ao abrigo do contrato que fizeram com a empresa Delta, uma vez que tinham registos nos ficheiros computadorizados da Sonangol Imobiliária e Propriedades (Sonip), antiga responsável pela venda dos apartamentos das centralidades.

"Estou aqui há mais de um ano com a minha família. Sou pai e mãe, trabalhadora. Tenho 43 anos de idade, então, de repente, vou sair da minha casa?", questionou uma senhora visada, levando as mãos a cabeça em gesto de desolação.

Um outro morador que foi chamado, as pressas, pela esposa, disse que alguns terão pago, via banco, o contrato, uma quantia de oito a 14 milhões de kwanzas.

"Tenho toda a documentação e os estratos pagos via banco. Não vou aceitar em momento algum ser despejado como se fosse um qualquer. Paguei com dinheiro de um empréstimo bancário e, de repente, por causa das falhas da SONIP ou do seu sistema, não vão pagar as pessoas que se sacrificaram noites e noites atrás das residências?", reivindicou o morador, agastado.

"Não temos para onde ir. Por isso, vamos ficar e resistir até ao fim, porque fizemos os pagamentos", gritavam os moradores.

Ao que apurou este semanário, o desalojamento estava a ser feito sob forte protecção policial e estavam presentes, igualmente, altas patentes da corporação em cada apartamento, como nos foi dado a ver, entravam alguns funcionários da Sonip, acompanhados por um cidadão de nacionalidade chinesa que se encarregava de trocar as fechaduras das portas.

No caso de o morador quiser reaver os seus bens era obrigado a dirigir-se às instalações da Sonip, para ser acompanhado por alguém desta empresa e, com uma carrinha, retirar os seus bens.

No local, a reportagem do A Capital registou algumas detenções de populares que procuravam uma explicação, a todo o custo, sobre o que se passava, junto das autoridades.

De recordar que, no princípio do corrente ano, a Polícia Nacional deteve uma rede de trabalhadores da

Sonip sob a acusação de terem forjado contratos e facilitado a ocupação ilegal de mais de 100 apartamentos na Centralidade do Kilamba, cujos preços e modalidades implementadas não foram reveladas.

Presidente do Kilamba

No entanto, em entrevista à rádio Luanda Antena Comercial, (LAC), o presidente da Centralidade do Kilamba, Joaquim Israel, explicou que a ordem de despejo e de responsabilidade do Tribunal. Por isso, adicionou, a Administração não tem qualquer envolvimento na retirada destes moradores.

"A administração não foi responsável pela comercialização das casas. Então, este tipo de acção foi da responsabilidade da Sonip. Tomamos conhecimento que esta empresa, há já um tempo, estava a tratar de forma judicial como retirar os infractores dos imóveis, E, chegou o momento", sentenciou Joaquim Israel.

"Em reposta à legalidade", diz, quanto ao mesmo assunto, o porta-voz da Sonangol, Mateus Cristóvão.

"Na sequência de uma acção desencadeada pela Sonip, antes do início da transferência do processo para a Imogestim e, tendo tornado conhecimento que um número elevado de apartamentos do Kilamba, Zango e Cacucaco foram ocupados ilegalmente, foram accionados órgãos de justiça para se repor a legalidade", adiantou, acrescentando que há pessoas que por várias razões beneficiaram dos apartamentos, tratando os documentos e, até agora, não conseguiram entrar porque os mesmos estão ocupados por pessoas que forçaram as fechaduras e as substituíram por outras.

"Naturalmente que, este processo já existe há algum tempo e pouco crível que haja qualquer pessoa que tenha a sua documentação em dia e esteja a ser incomodada", garantiu.

A Sonangol Imobiliária e Propriedades (Sonip) iniciou, em 2012, a venda de habitações nas centralidades do Kilamba, Cacucaco, Capari, km 44 e Zango (Condomínio Vida Pacífica).

As vendas foram processadas em regime de renda resolúvel com capital inicial e, sem capital inicial, num horizonte de 15 a 20 anos. As habitações estiveram a disposição do público, também, em regime de arrendamento e de vendas a pronto pagamento.

Quarenta empresas, com cerca de 340 trabalhadores na antiga praça de touros de Luanda, vão ter que encontrar novas formas de sobreviver, uns dizem que a superfície inacabada vai ser transformada em

palácio da cultura sem, no entanto, os que gerem o local desde 1998, serem tidos em conta.

o anúncio de que a praça seria transformada em palácio, surpreendeu a Administração do local que diz não ter sido contactada pelo Ministério da Cultura, com o qual tem um contrato de gestão, assinado pelo ministro cessante, com um prazo que vai até 2018.

Falando em exclusivo ao A Capital, o Administrador do local, Dionísio Pinto da Silva, lamentou o esquecimento a que a actual representante do Ministério quer submeter aqueles gestores, sem, no entanto, chegarem a qualquer consenso. "Estamos a fazer a gestão há muitos anos. Fomos contactados pelo Ministério da Cultura, por via do Gabinete jurídico, para nos darem a conhecer que pretendem fazer uma remodelação a Tourada, isto, em Outubro do ano passado. Tivemos conhecimento, mas colocamos algumas questões, porque temos um contrato de gestão assinado com o ministro cessante, do Ministério da Cultura", frisou, adiantando que o referido contrato, apenas terminaria em 2018.

"Não levaram isso em conta. Pagamos renda ao Estado. Pelo menos tem que negociar, para sabermos onde vão nos colocar. Temos trabalhadores e deveres a cumprir", desabafou o responsável, para quem a remodelação é boa para a Tourada, "e para todos os angolanos, mas não deve lesar os interesses dos que a mantiveram até então.

"Então, é necessária uma contrapartida. Pagamos todos os meses a nossa renda mensal de 150 mil kwanzas, depositamos no Fundo Nacional. Sinal de que, não estamos ilegais, conforme o Secretário de Estado da Cultura fez referência. A ministra diz que não assinou nenhum contrato, mas houve alguém que o fez. Então, é necessário que se respeite isso", pediu, reforçando que estão naquele recinto mais de 40 empresas e mais de 360 trabalhadores, pelo que antes, deveriam avisar.

"Temos investimentos de mais de meio milhão de dólares, só na nossa empresa Kilamba, ligada a weza. Não viemos aqui por acaso. o próprio Ministério da Cultura, em 1998, e que fez sair uma circular, segundo a qual, devíamos ocupar isto. Fomos recebidos por uma delegação do Ministério da Cultura. Todas as empresas que cá estão tem contratos assinados pela Acção Cultural do Ministério da Cultura. Agora estão a procurar desinformar. Temos tudo assinado. já enviamos cópias ao Ministério, os papéis assinados por eles mesmos", argumentou.

Erguida na década de 1960, a praça de touros de Luanda foi inaugurada a 01 de Março de 1964. Localizada no distrito urbano da Maianga, o edifício apresenta-se em forma de círculo igual a um estádio de futebol, mas ficou votada para várias actividades comerciais, entre oficinas de automóveis e motorizadas, lojas de material de construção civil, electrodomésticos e produtos alimentares, uma pensão, um salão de beleza e lanchonete.

I.10.4 Moradores ilegais são despejados

Jornal de Angola

11 De Outubro de 2014

Mais de cem famílias acusadas de residir ilegalmente, há um ano, na Centralidade do Kilamba, em Luanda, começaram, quinta-feira, a ser despejadas pela Polícia Nacional por ordem judicial.

Uma fonte policial disse a Angop que a corporação está a cumprir um mandado do Ministério da Justiça, pelo facto de os infractores terem sido notificados a abandonar os apartamentos num período de 24 horas, a contar de quarta-feira.

Quinta-feira, foram desalojadas famílias que ocupavam apartamentos que estão em edifícios de dez andares do quarteirão W.

A decisão judicial é resultado do facto de essas famílias terem ocupado os apartamentos depois de romperem as fechaduras ou através de uma outra forma fraudulenta, pelo que não estavam registados nos ficheiros informatizados da Sonangol Imobiliária e Propriedades (Sonip), a antiga responsável pela venda dos apartamentos das centralidades.

O presidente da Centralidade do Kilamba, Joaquim Israel, informou que a ordem de despejo e da responsabilidade do tribunal, daí que a administração não tem qualquer envolvimento na retirada dos moradores. "A administração não foi responsável pela comercialização das casas, mas sim a Sonip, que, haja um tempo, estava a tratar, de forma judicial, da retirada dos infractores", salientou o administrador Joaquim Israel.

Reacção da Sonangol

O porta-voz da Sonangol, Mateus Cristóvão, disse que começou a ser reposta a legalidade e revelou que um número elevado de apartamentos das centralidades do Kilamba, Zango e Cacuco foram ocupados ilegalmente durante o período de transferência para a Imogestim do processo de comercialização dos apartamentos das centralidades.

O alto funcionário da Sonangol sublinhou que "muitas pessoas foram impedidas de entrar nos seus apartamentos, por terem sido ocupadas ilegalmente.

Naturalmente, o processo demorou algum tempo e o que esta a decorrer e só o resultado desta acção de reposição da legalidade".

O princípio do ano, a Polícia Nacional deteve uma rede de trabalhadores da Sonip acusados de terem forjado contratos e facilitado a ocupação ilegal de mais de 100 apartamentos na Centralidade do Kilamba. A Sonangol Imobiliária e Propriedades (Sonip) iniciou, em 2012, a venda de apartamentos nas centralidades do Kilamba, Cacucaco, Capari, Quilometro 44 e Zango.

As vendas das moradias das centralidades de Luanda foram processadas em Regime de Renda Resolúvel, com capital inicial e sem capital inicial, por um período de 15 a 20 anos. As habitações estiveram a disposição da população também em regime de arrendamento e de vendas a pronto pagamento.

I.10.5 Milhares de habitantes estão em zonas de risco

Jornal de Angola

10 De Outubro de 2014

Texto: Andre Brandão

Mais de 150 mil pessoas ainda vivem ainda em zonas de risco na província do Cuanza Norte, revelou ontem, em Ndalatando, o delegado provincial do Ministério do Interior e comandante da Polícia Nacional, Alexandre Canelas.

Em declarações a imprensa, no final da terceira sessão ordinária do Governo do Cuanza Norte, na qual foi aprovado o Plano de Contingência de Calamidades e Desastres Naturais para o período entre Outubro deste ano e O de 2015, Alexandre Canelas explicou que se trata de um instrumento de suporte ao sistema de Protecção Civil (SPC) destinado a gestão operacional, no quadro de ocorrências de sinistros a nível do Cuanza Norte. O documento foi elaborado para dar resposta institucional a situações de desastre e calamidades naturais, e minimizar o impacto socioeconómico delas decorrentes em Ndalatando.

Alexandre Canelas destacou a necessidade de se mobilizar a população para a prevenção de desastres naturais. O Estado esta a providenciar condições e meios para minimizar os efeitos de eventuais catástrofes, garantiu, o delegado do Cuanza Norte e uma zona que nos últimos tempos tem sido muito

afectada por desastres naturais, como inundações, ventos fortes e enxurradas.

Os municípios do Cazengo, Lucala, Golungo Alto e Cambambe são os que tem mais probabilidades de ocorrerem quedas de chuva com um volume acima do normal. Para acudir os eventuais sinistrados, estão mobilizadas todas as forças humanas ligadas ao Ministério do Interior, meios, recursos financeiros e empresas de construção.

I.10.6 Entregues lotes de terrenos a população na Baía Farta

Jornal de Angola

12 De Outubro de 2014

Texto: António Gonçalves

A nova urbanização Vila Nova, o município da Baía Farta, entregou 100 dos 999 lotes de terreno os seus beneficiários, numa cerimónia testemunhada pelo governador provincial de Benguela, Isaac dos Anjos.

Os lotes de mil, 800 e 600 meros quadrados cada constam de um plano de urbanização de uma área total de 100 hectares, que vão ser equipados com residências equipamentos sociais.

A entrega das parcelas de terreno foi feita durante uma visita que o governador efectuou ao município, para constatar a execução de vários projectos socioeconómicos na região. A Baía Farta vai dispor de um Instituto Médio Politécnico, para albergar cerca de dois mil alunos, nos três turnos do dia o chefe de repartição municipal de Educação da Baía Farta, Rafael Domingos, anunciou que o instituto vai ministrar os cursos de Electricidade, Mecânica, Construção Civil e Informática.

A abertura do Instituto Politécnico constitui um factor de galvanização para os alunos, os quais serão obrigados a sair da localidade para continuar os estudos.

A Baía Farta vai beneficiar igualmente de um novo e moderno cais para atracação de navios de médio e pequeno porte. O empreendimento já esta a ser construído. Nuno Vidal, representante da Premob, empresa fiscalizadora da obra, não avançou os custos da empreitada, nem a previsão para o fim da mesma.

Os trabalhos incidem sobre o aterro do local e na preparação para a dragagem do mar, com vista a possibilitar a extensão do cais para mais uns metros da orla marítima.

A administradora municipal da Baía Farta, Maria João, afirmou que o projecto de construção de casa

própria continua a beneficiar todos os cidadãos. Os responsáveis do Instituto Politécnico estão a ser orientados a abrir as portas a candidatos de outros municípios, não restringindo as inscrições a população da Baía Farta. O novo cais vai ajudar o Instituto das Pescas nas suas actividades, constituindo um canal para geração de mais empregos para a juventude.

I.10.7 Comunidades rurais perdem direito sobre a terra

Novo Jornal

17 De Outubro de 2014

Texto: Isaías Soares

AS COMUNIDADES de camponeses de seis províncias (Benguela, Cunene, Huambo, HU11a, Luanda e Malanje) apoiadas pela Acção de Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) mostram-se apreensivas com as definições sobre a titularidade das parcelas de terra utilizadas para o cultivo agrícola.

As "situações de expropriação e usurpação de terras nas comunidades rurais" vem expressas na «Declaração de Kalandula», adoptada no XV Encontro Nacional do grupo, realizado nos dias 8 e 9 deste mes, no município de Calandula, 85 quilómetros a norte de Malanje, sob o lema «Construindo Caminhos para o Desenvolvimento Local em Angola».

Os representantes dos camponeses, congregados em Associações e Cooperativas e os membros das comunidades provenientes de municípios de oito províncias consideraram haver "violação aberta" da

Lei das Terras, deixando as comunidades inseguras num contexto em que "a legalização das terras e muito difícil e as instituições do Estado que tratam deste assunto não tem dado a ajuda necessária as comunidades". "A criação de um programa de apoio a concessão de títulos de reconhecimento dos terrenos rurais comunitários" consta da Declaração de Kalandula, em que os participantes fizeram o balance do cumprimento das recomendações do encontro anterior e relatórios dos encontros municipais e provinciais de 2014.

As experiencias de caixas comunitárias de crédito em curso em alguns municípios de Benguela, Huambo e Luanda, apresentadas no fórum, provaram a inserção de um novo método "de desenvolver as comunidades, através do apoio a agricultura e ao comércio". o projecto melhora a Gestão das

organizadores, permitindo o processo de reembolso dos valores creditados pela banca.

Quadros das administrações dos municípios intervencionados pela ADRA, do Governo Provincial de Malanje, dos ministérios da Economia e da Administração do Território, de organizações não-governamentais e profissionais da comunicação social participaram no encontro, que solicitou a intervenção do Ministério da Economia para apoiar as iniciativas locais, no âmbito dos seus programas de fomento a economia.

O XV Encontro Nacional das Comunidades foi orientado pelo director-geral da ADRA, Belarmino Jelembé e contou com 150 conferencistas. O Município da Humpata, na província da Huíla, foi seleccionado para acolher, no próximo ano, o XVI Encontro Nacional das Comunidades.

I.10.8 Governo entrega Lotes para autoconstrução

Jornal de Angola

17 De Outubro de 2014

Texto: Afonso Costa e João Upale

Um total de 5.776 lotes de terra destinados a autoconstrução dirigida esta a ser distribuído pelo Governo Provincial do Namibe a população local, no âmbito do plano de urbanização da zona do Aeroporto Welwitschia Mirabilis.

o governador Rui Falcão fez a entrega simbólica dos terrenos aos primeiros oito beneficiário, inscritos nesta primeira fase, em acto testemunhado por funcionários da Administração Municipal do Namibe e da Comissão de Ordenamento Territorial e Gestão Urbana.

Nesta primeira fase, os lotes para residências postos a disposição da Administração Municipal do Namibe pela comissão técnica vão ser distribuídos aos requerentes já registados.

o responsável da área técnica, Antônio Francisco Tchivela, disse que já existe uma lista dos beneficiários, que corresponde ao numero de lotes disponíveis, o que vai facilitar o controlo do processo.

Os trabalhos tiveram inicio com o estudo do terreno e do mapa de urbanização, com uma área de 1.862 hectares, dos quais 1.113 hectares já executados na primeira fase, o que corresponde a 5. 776 Lotes.

Antônio Tchivela referiu que, para já, estão disponíveis para habitação mais de cinco milhões e

meio de metros quadrados, 105.392 de zonas verdes e espaços públicos, 71.966 para equipamentos sociais e 54.728 de áreas de mercados.

Para as escolas, disse que estão reservados 10.521 metros quadrados, 71.190 para colégios, 37.202 para hospitais e 14.981 para postos médicos.

Para postos policiais existem 7.578 metros quadrados, ao passo que 192.012 se destinam a reserva do Estado.

Na segunda fase estão previstos mais 749 hectares, que correspondem a 3.695 lotes.

Antônio Tchivela disse que esta fase reserva a execução da superfície residencial, com mais de três milhões e meio de metros quadrados, 71.966 para equipamentos sociais, 35.218 de mercados, 74.404 para escolas e 34.259 para colégios, Estão igualmente reservados 11.483 para postos médicos, 11.537 aos serviços de polícia, 71.966 para zonas verdes e espaços públicos e 96.006 metros quadrados como reserva do Estado.

o administrador municipal do Namibe, Jose de Freitas, salientou que este processo de entrega de terrenos vai ser contínuo e dentro de dias vão ser preparados novos processos para a segunda fase. Pediu ainda aos beneficiários para procederem de acordo com a lei, contribuindo para a diminuição de casos de venda ilegal de terrenos.

Os terrenos em distribuição são de mil metros quadrados, o que corresponde a 25 metros de largura e 40 de comprimento. "Quem construir sem autorização ou não respeitar as regras impostas pelas autoridades, vai ter a casa demolida", advertiu, referindo que foi criada uma comissão para acompanhar o processo.

I.10.9 Apelo a concessão de títulos de reconhecimento de terrenos

Jornal Angolense

18 De Outubro de 2014

Texto: Maria Kiluanji

Com o lema «Construindo Caminhos para o Desenvolvimento Local em Angola» a organização não-governamental angolana Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), apoiada pelo governo provincial de Malanje, realizou o 15º Encontro Nacional das Comunidades, na primeira semana deste mês (dias 8 a 9), em Kalandula, província de Malanje.

o encontro, cuja abertura coube ao governador anfitrião, Norberto dos Santos «Kwata Kanawa», integra um processo que começou com a realização de 17 encontros municipais e cinco provinciais, que envolveram cerca de 1000 pessoas.

Durante os dois dias da reunião os participantes balancearam o 14º Encontro Nacional das Comunidades e os encontros municipais e provinciais deste ano. Foi feita também a apresentação e discussão das experiências das comunidades e da descentralização e desenvolvimento locais em Angola.

Depois da discussão dos assuntos definidos no programa do evento, os participantes chegaram a conclusão que existem ainda várias situações de expropriação e usurpação de terras nas comunidades rurais. Essas situações violam a Lei. As comunidades não se sentem seguras com as suas terras.

Por outro lado, a legalização das terras é muito difícil, e as instituições do Estado que tratam deste assunto, não tem dado a ajuda necessária as comunidades, além de que algumas autoridades tradicionais também não cumprem com a sua função de defender as terras dos camponeses.

Perante esta situação, os participantes ao 15º Encontro Nacional das Comunidades consideraram um problema grave a violação dos direitos das comunidades. Lançam, por isso, um apelo ao Executivo para a criação de um programa de apoio a concessão de títulos de reconhecimento dos terrenos rurais comunitários, conforme está previsto na Lei de Terras.

«As experiências de caixas comunitárias de crédito que estão a ser realizadas em alguns municípios de Benguela, Huambo e Luanda mostram que esta pode ser uma forma de desenvolver as comunidades através do apoio a agricultura e ao comércio.

Caixas comunitárias de crédito As caixas comunitárias de crédito é um serviço importante das quais as cooperativas podem se servir e precisam ter para contribuírem melhor no desenvolvimento das comunidades.

Verifica-se ainda que o sistema de gestão destas caixas tem garantido o processo de reembolso. Assim, os participantes solicitam ao Ministério da Economia que implementem programas de fomento da economia local apoiando iniciativas com resultados concretos para a melhoria das condições de vida das comunidades.

A ADRA apelou por isso aos bancos comerciais a apoiarem também estas experiências. Os participantes

concluíram também que a participação das comunidades e um factor importante para o desenvolvimento local e que é necessário que haja maior dialogo entre instituições do Estado.

A criação dos Conselhos de Auscultação e Concertação Social (CACSS) nos municípios e uma forma de melhorar a governação local, sublinharam. E apelaram o Executivo a acompanhar melhor o funcionamento destes órgãos porque constituem ainda uma oportunidade para melhorar a administração.

Concluíram também que a agricultura é uma área importante para o desenvolvimento local, recordando que em Angola a produção agrícola é quase toda feita pelos camponeses. No entanto, estes continuam a enfrentar muitas dificuldades na realização das suas actividades, principalmente a falta de assistência técnica, de crédito e outras.

Os camponeses e agricultores precisam de melhorar as técnicas de cultivo para que possam aumentar a produção e com isso terem mais rendimento. Em algumas províncias, como Benguela e Malanje, Governo distribuiu tractores as associações e cooperativas, que é muito importante para o desenvolvimento da agricultura. Mas os camponeses precisam de ser apoiados para que utilizem bem estes meios e que tenham condições para fazer a sua manutenção.

Outra decisão tomada no evento reside no facto de existem ainda poucas mulheres nas associações e cooperativas. Por isso elas participam pouco nas discussões dos assuntos sobre o desenvolvimento das comunidades. Assim sendo, os líderes das associações e cooperativas devem aumentar a participação das mulheres nos órgãos de direcção destas organizações,

Os participantes ao 15º encontro nacional da ADRA escolheram o município da Humpata, Província da Huíla, para albergar o Encontro Nacional do ano de 2015.

I.10.10 Terreno livre de minas

Jornal de Angola
21 De Outubro de 2014

A reserva fundiária de Kaluapanda, a sul do Cuito, esta livre de minas desde de Setembro, anunciou ontem o chefe de departamento provincial do Instituto Nacional de Desminagem (INAD).

Barnabé Frederico referiu que foram retirados nove engenhos explosivos não detonados, além de varias munições e outros objectos bélicos e que há "todas as

condições de segurança" para o Governo Provincial utilizar a área. O INAD já anunciara que no primeiro semestre que desminará na província uma área equivalente a 7.300 campos de futebol, que abrangiam o projecto agrícola da fazenda e a barragem de Camacupa, bem como as reservas fundiárias do Cuito e Cunhinga.

Este ano foram removidos até Junho 491 engenhos explosivos não detonados, entre os quais 11 minas anti-pessoal, cinco minas anti-tanque, 12 projecteis de 12 BM-21 e 5.351 munições de diversos calibres.

I.10.11 Exploração de Inertes prejudica ambiente

Jornal de Angola
22 De Outubro 2014

O chefe da divisão de florestas do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) na província do Bié alertou para as consequências nocivas para o meio ambiente que a exploração anárquica de inertes e as queimadas acarretam.

Júlio da Costa explicou que o comportamento negativo do homem para com a Natureza, tem implicações nas alterações climáticas e, conseqüentemente, a morte de diversas espécies de animais.

Por essa razão, considerou preocupante o abate indiscriminado de animais e arvores na província, sobretudo nas zonas rurais, por parte de caçadores e carvoeiros ilegais, e realçou que a acção compromete a reprodução animal e o crescimento das plantas.

Para evitar a progressão desta situação, aconselhou as autoridades tradicionais e a população em geral a colaborarem com aquela instituição, através de denúncia de todas praticas prejudiciais, para desencorajar os caçadores e os homens que praticam as queimadas

Divisão florestal

A divisão de florestas do IDF tem realizado palestras, com objectivo de esclarecer as comunidades sobre a importância da biodiversidade e alertar para os problemas que lhe estão associados, com as alterações climáticas, as rápidas mudanças de diferentes habitats e as conseqüentes modificações nas taxas de reprodução animal e no crescimento das plantas.

Biodiversidade

A biodiversidade é o termo utilizado para definir a variabilidade de organismos vivos, flora, fauna, fungos macroscópicos e micro-organismos, abrangendo a diversidade de populações de uma espécie e a diversidade de interações entre espécies e a diversidade de ecossistemas.

Biodiversidade inclui, assim, a totalidade dos recursos vivos, ou biológicos, e dos recursos genéticos e seus componentes, tendo em conta que a espécie humana depende da biodiversidade para a sua sobrevivência.

I.10.12 Lei de terras atrapalha sobas nas Lundas

Jornal A Capital

25 De Outubro de 2014

Texto: Domingos Júnior

Esses casos não são novos mas, nos últimos dias, ganharam mais vigor com os acontecimentos de Cafunfo, em que supostos efectivos da Polícia Nacional teriam alegadamente tirado a vida a duas pessoas. "As Lundas tem muitos problemas que devem ser resolvidos o mais depressa possível", disse a este jornal o soba Mário Katapi, que revelou ainda que as entidades tradicionais, de modo particular, debatem-se com fenómenos como o esbulho das suas, terras sob pretexto de as mesmas conformarem "propriedade do Estado".

Explicou, por exemplo, que o povo Lunda Tchokwe vive numa região que, desde os primórdios, era considerada "um império", pelo que é "estranho e inaceitável" que pessoas que desconhecem as especificidades da área infrinjam regras sem consultar as autoridades locais. "Sentimos que estão a saquear as nossas riquezas e muita gente dessa terra tem morrido quando tenta beneficiar-se do que é seu", caracterizou aquela autoridade tradicional, apontando a região de Catoca como exemplo, por nela trabalharem "poucos filhos da terra". "Não se trata de regionalismo, mas sim a necessidade de termos nessas empresas que exploram diamantes pessoas influentes e sensíveis aos problemas locais", observou.

o soba entende ser a terra a herança mais importante deixada pelos seus antepassados, daí que as leis promovidas pelo Estado não podem "atrapalhar" aquilo que é secular, nem deve prejudicar modo de vida das autoridades tradicionais "que foram instituídas antes do Estado moderno".

Contou que, no princípio, aquando da elaboração da Lei de Terras, os sobas foram informados que apenas

teriam benefícios com a referida lei, mas hoje tudo "vai em sentido contrário", uma vez que, sustentam, os donos da terra "perderam o direito da mesma".

A reclamação dos sobas vai mais além: sugerem que as Lundas (Norte e Sul) gozem de estatutos especiais semelhantes ao atribuído a Cabinda. "Tem quase as mesmas especificidades", reforçou. verificaram que tanto nos discursos políticos do Executivo como dos partidos políticos na oposição, a situação em Cabinda tem merecido mais atenção em relação as Lundas. "Normalmente, as regiões que produzem riqueza tem sido palco de vários conflitos que podem ser dirimidos, se houver vontade de quem governa", sugeriu o soba Mário Katapi.

A violação dos direitos humanos, especificou, e uma dessas situações que ocorrem tanto em Cabinda como nas Lundas, envolvendo principalmente forcas da ordem.

Reconhece, no entanto, que o Executivo tem gizado boas políticas de desenvolvimento e segurança territorial, mas que no terreno a sua aplicação tem ferido sensibilidades. "Há vários casos de abuso do poder e da força", assinalou.

I.10 .13 Angola cumpre pressupostos legais

Jornal de Angola

28 De Outubro de 2014

Texto Gabriel Bungai

O ministro de Geologia e Minas, Francisco Queirós, disse ontem em Luanda durante um seminário sobre "Princípios Voluntários", promovido pelo Executivo em colaboração com o Reino Unido, no âmbito do protocolo dos "Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos" que o Estado angolano observa os Direitos Humanos nos sectores petrolífero e diamantífero.

Francisco Queirós referiu que Estado atribui senhas mineiras aos cidadãos que se dedicam a produção artesanal de diamantes e da prioridade aos Ex-militares e respectivas famílias.

O seminário foi organizado para consolidar os métodos de actuação policial e de segurança com o fim de garantir os direitos das comunidades na exploração industrial e artesanal de diamantes. " o seminário representa a concretização prática do compromisso do Executivo e enquadra-se ainda no contexto do plano Nacional de Geologia (PLANAGEO) e do Processo Kimberley", disse Francisco Queirós, o país dispõe de leis e instituições

que protegem os Direitos Humanos e o governante referiu que Angola esta aberta ao Mundo e pretende partilhar a sua experiência de segurança na industria extractiva. Em casos de violação de Direitos Humanos, os cidadãos e as instituições podem levar a Provedoria de Justiça queixas e reclamações por acções omissas dos poderes públicos.

"O Estado possui anda a Policia Nacional para garantir a defesa da segurança e tranquilidade públicas, a protecção das instituições, dos cidadãos, dos bens, dos direitos e liberdades fundamentais", sublinhou Francisco Queirós, que acrescentou que Angola e hoje um país seguro e pacifico graças a eficiência de actuação destes órgãos.

10 embaixador britânico em Angola, John Dennis, disse que os Princípios Voluntários Sobre Direitos Humanos dão orientações sobre práticas empresariais responsáveis que as empresas podem adoptar nas suas actividades. O Reino Unido preside aos Princípios Voluntários e John Dinnis disse que durante o seu mandato vai incentivar governos e empresas a aderirem através de maior responsabilização e transparência.

Todos os membros da organização, disse, estão a implementar o protocolo e a situação de violação de direitos humanos nas zonas de exploração de minérios melhorou em relação aos anos anteriores.

O seminário dirigido as empresas de segurança privadas contratadas pelas empresas mineiras e as forças de ordem pública instaladas nas zonas de extracção mineira, os participantes partilharam experiência do Quénia, Gana e Tanzânia sobre a aplicação dos princípios Voluntários de Segurança e Direitos Humanos na industria extractiva.

Os Princípios Voluntários constituem um protocolo entre Governos, Organizações Não-Governamentais e as empresas do sector extractivo para a observância dos Direitos Humanos em zonas de conflito.

Os participantes reflectiram também sobre a Lei das empresas privadas de segurança em Angola e partilharam experiências de companhias petrolíferas de grande dimensão que operam em Angola, como a Total, Shell, BP e Angola LNG.

1.11 NOVEMBRO 2014

1.11.1 Formacao e trabalhos no terreno arrancam em breve

Jornal de Angola

04 Novembro de 2014

Os dados foram apresentados pelo engenheiro Francisco Cuervo Ania, director do consorcio responsavel pela pesquisa, formado pelo Instituto Geologico e Mineiro de Espanha, Laboratorio Nacional de Energia e Geologia de Portugal e a empresa de assistencia tecnica integral Impulso Industrial Alternativo.

Francisco Cuervo Ania, falando a imprensa durante a visita dos ministros da Geologia e Minas e do Ensino Superior, Francisco Queiroz e Adao do Nascimento, na Feira Internacional de Minas, afirmou que ainda antes do final deste ana arranca o plano de formacao e capacitacao associado ao PLANAGEO, assim como os trabalhos de geologia de campo na primeira zona, na provincia do Namibe.

o consorcio e responsavel pela pesquisa de 37,5 por cento da extensao territorial do pais (zona sudoeste), abrangendo as provincias do Cuanza SuI, Benguela, Namibe, Cunene, Cuando Cubango, Huila, Huambo e Bie. O contrato ascende a 115 milhoes de dolares e representa cinco anos de trabalho, incidindo na respectiva engenharia associada. Considerado o primeiro levantamento geologico a nivel de Africa, o PLANAGEO esta a ser desenvolvido pela Empresa chinesa Citic, que e responsavel por 25 por cento da area total, pela brasileira Costa e Negocios (37,5 por cento) e pelo consorcio formado pelas empresas Impulso, Instituto Geologico e Mineiro de Espanha e o Laboratorio Nacional de Energia e Geologia de Portugal, que detem os restantes 37,5 por cento.

o PLANAGEO e uma iniciativa de investigacao cientifica que tem como objectivo ampliar o conhecimento geologico do territorio nacional e consequentemente aferir o real potencial mineiro do pais, atravez de avioes que tao a sobrevoar as 18 provincias do pais nos proximos cinco anos.

Por abranger todo o pais, estao integrados varios departamentos ministeriais: Ministerio da Geologia e Minas (coordenacao), Financas (financiamento), Relacoes Exteriores (levantamentos aerogeofisicos nas zonas fronteiricas com a RDC, Republica do Congo, Zambia e Namibia podem levantar questoes), Energia e Aguas (aguas subterraneas), Ambiente (questoes ambientais), Ensino Superior (certificacao

de formandos), Ciencia e Tecnologias (certificacao de sistemas), Construcao (fiscalizacao de obras), Transportes (avioes, aeroportos e aerodromes), Comunicacao Social (divulgacao do plano), Reinsercao Social (desminagem), Defesa (relativamente aos voos em areas reservadas ou militares) e Interior (seguranca de equipa de geologos).

A coordenacao do PLANAGEO conta ainda com a cooperacao dos Governos Provinciais e de laboratorios de certificacao, o que leva ao estudo de mecanismos de articulacao entre o Instituto Geologico de Angola (IGEO), Universidade Agostinho Neto, Laboratorio de Engenharia de Angola e Instituto Angolano de Normalizacao e Qualidade (IANORQ).

Enquadrado no Programa Nacional de Desenvolvimento 2013/2017, o PLANAGEO resulta de uma estrategia do Titular do Poder Executivo sobre o desenvolvimento do sector mineiro angolano e visa a diversificacao da exploracao mineira, o aumento das receitas fiscais e patrimoniais do Estado provenientes do sector mineiro e o aumento consideravel de postos de trabalho, com vista a combater a pobreza e a melhorar as condicoes de vida da populacao.

1.11.2 Associação NGWAMI MAKÁ e Fiscalização do Governo Provincial de Luanda em braço de ferro

Jornal O Continente

07 De Novembro de 2014

Texto: Joao Nhangá

A situacao veio a tona num encontro mantido com os referidos proprietarios de terrenos que falaram recentemente ao semanario continente. Segundo eles a situacao regista-se quase em todos os municipios da cidade capital com maior realce para, Viana, Cacucaco, Belas, o que constitui uma grande preocupacao aos municipes, uma vez que tern interrompido as suas actividades do campo. A fonte frisou por outro lado que muitos cidadaos sem emprego criarem areas para actividades agriha longos anos tern naqueles terrecolas de formas a nao se dar ferias as nos uma forma de sobreviverem sus- panelas", clamaram. Por seu tumo tentando varias familias. "Apela Jose Maria, presidente da Ngwami mos a quem de direito no sentido de Maka (Associacao dos camponeses), e Belas. Jose Maria preocupado com a associacao que dirige que sofrem sempre a expropriacao de terrenos, disse ao semanario continente que a um tempo a esta

parte tem recebido queixas por parte de alguns camponeses, dizendo que elementos afectos a fiscalização de muitos municípios tem estado a encomodar os camponeses que tem cultivado os seus produtos nas zonas do kiguxi II, junto ao calengue, calumbo e Born Jesus. "Uma das situações que também nos preocupa é o facto de alguns indivíduos afectos apontou a Administração comunal ao Governo Provincial terem a partir de Calumbo como tendo sido produzidos com documentos falsos cujas protagonistas dos problemas de terrenos assinações são de antigos administrados aos camponeses pertencentes a aqueles que já não exercem as suas funções ao município de Viana, Cacucos e Funções.

1.11.3 Milhares de casas em construção na provincial

Jornal de Angola

08 De Novembro de 2014

Texto: Joaquim Junior

A reserva fundiária do Catapa, no Uíge, tem em construção infra-estruturas básicas e esta a ser feito loteamento de terrenos para autoconstrução dirigida, no âmbito do Plano Nacional de Desenvolvimento, projectado para o sector do Urbanismo e Habitação na provincia.

No local estão a ser feitos trabalhos de remoção de terra e nivelamento dos terrenos, que vão facilitar a construção das redes eléctrica e de água, e os sistemas de telecomunicações,

o engenheiro Antonio Vicente Lima, da Direcção Nacional do Urbanismo e Habitação e coordenador do projecto, disse ao Jornal de Angola que "nesta primeira fase, estão a ser construídas as redes de saneamento, de telecomunicações, energia eléctrica e estação de tratamento de água, além dos loteamentos para a autoconstrução dirigida", disse.

A partir de Outubro de 2015 vão estar disponíveis lotes para construção de casas de renda alta; baixa e média.

Nessa altura também vão ser criadas as redes de saneamento básico, electricidade, sistemas de abastecimento de água potável e arruamentos.

Antonio Vicente Lima explicou que o Programa Nacional do Urbanismo e Habitação traduz um processo sustentado de requalificação e expansão ordenada do sistema urbano e do parque habitacional em todo o território. o objectivo é criar zonas verdes e proporcionar melhores

condições de vida aos cidadãos. o projecto contempla lotes para 3.227 habitações, 1.220 para serviços comerciais e 200 destinados a área industrial, podendo acolher mais de cinco mil famílias. o chefe do departamento de produção da ANGOLAC, responsável pelo loteamento da reserva fundiária, Bruno Serra, disse que neste momento decorrem os trabalhos preliminares de abertura das ruas que circundam os lotes, colocação de sistemas de drenagem das águas residuais e pluviais, e remoção da terras.

o empreiteiro referiu que o projecto de infra-estruturas básicas na reserva do Catapa inclui a abertura de uma rede viária que vai ligar a urbanização ao centro da cidade e a Estrada Nacional 225 que liga o Uíge a Luanda. O objectivo é melhorar significativamente o tráfego automóvel.

Bruno Serra explicou que uma boa parte dos lotes vão ser atribuídos aos promotores imobiliários, para construção de prédios com tipologia definida no projecto, para serem comercializados e arrendados. Outros lotes vão servir para a construção de habitações multifamiliares, com tipologias diferentes, e para construção de lojas.

o chefe do departamento de produção do Grupo ANGOLAC que também participa na execução das obras de edificação da Centralidade do Quilombo informou que mais de 200 jovens trabalham no projecto do Catapa.

A empresa deu emprego a especialistas em administração empresarial, qualidade ambiental e segurança, mecânica, serralheira, carpintaria, pintura, electricidade, pedreiros, ladrilhadores e manobreadores de guias.

1.11.4 O reacender dos conflitos de terra

Semanário A Capital

15 De Novembro de 2014

Texto: Marcos António

Que o Governo de Benguela tenciona colocar no Cubal um porto seco, na perspectiva de descongestionar o do Lobito, recentemente augurado pelo Presidente da República, há muito que se sabia, daí que as últimas declarações de Isaac dos Anjos, se bem que oportunas e carregadas de optimismo, não mereciam tanta relevância quando analisado o lado oculto da questão. O que não se sabe, distante ou mesmo fora da agenda da comunicação social, tendo em conta o que vem sendo mostrado, é que o porto seco e os outros empreendimentos delineados

implicação a expropriação de 143 famílias camponesas.

Esta situação, equiparada ao que se pode chamar de braço-de-ferro, motivou já sucessivos casos de conflitos de terras, tendo o mais saliente sido registado quando as máquinas do Governo destruíram campos de cultivo, arrasando quantidades consideráveis de mandioca. A Losseta, área eleita pelas autoridades, 10 quilómetros a Norte da cidade do Cubal, e habitada por centenas de antigos militares que vivem da agricultura. A estrutura portuária gizada pelo Governo, que deveria ter a companhia de uma centralidade, serviços de saúde, escolas e áreas recreativas e de lazer, não é bem encarada pela população, que se sente na rota da exclusão, o semanário.

A Capital, de visita ao local em Agosto última, tem o registo das larmirias de Paulino Tchiteculo e Júlio Ndiero. As autoridades passam ao lado de um drama que já não pode ser camuflado, ao passo que as famílias camponesas, ali instaladas há cerca de 30 anos dizem que não foram consultadas. "Não fomos ouvidos", resumiu Júlio Ndiero, um dos camponeses que se viram surpreendidos com a chegada das máquinas que foram travadas no dia em que tentavam avançar com trabalhos preliminares. Depois de algum tempo estacionado, com fome constatou.

Este jornal na altura da deslocação Losseta, o equipamento terá regressado a carga, uma vez que, segundo as últimas informações, esta a abriu picadas. As fontes do A Capital prometem fornecer mais elementos na próximas horas, mas o dado a reter incontornável, e que as referências do governador de Benguela há uma semana, trazem de volta os fantasmas dum problema que leva o município do Cubal deputados do MPLA e da UNITA. "Todas as famílias têm áreas para o cultivo e pequenos currais, algo que não se altera de forma repentina, e necessário muito diálogo", afirmou Paulino Tchiteco. De volta ao contacto com Júlio, soubemos que as pessoas estão tristes vivendo numa incógnita em relação ao que o futuro reserva. O milho e o feijão são as outras culturas favoritas.

E dentro deste contexto que o Eng. Isaac dos Anjos reforça a ideia de uma zona industrial região, ajustada volume de negócios que o CFB vai proporcionar "Assim será em relação as mercadorias a importadas e a exportar. A economia deve avançar para o interior", aponta o governante, que sonha com um Cubal a assumir o papel de pólo de distribuição comercialização de bens e serviços. Convida a emitir uma opinião, consultor social João Miselo da Silva funcionário da Organização Humanitária Internacional (OHI) afirmou que o projecto deveria

ter sido antecedido de uma consulta pública, com resultados que preveniriam conflitos de terra.

Defensor de mecanismos legais artigo 16 do regulamento de concessão de terras em nome do uso e gestão dos solos, o consultor lembra, reconheceu o deputado Filipe Domingos, do MPIA, que a agricultura de subsistência constitui o garante para as centenas de famílias que aí residem. "O Governo deve dialogar, ainda há tempo para esta abertura. Indemnização será incontornável, porque as pessoas, onde quer que estejam, terão de viver de forma condigna", afirmou.

1.1.1.5 Famílias expulsas das salinas do lobito para darem lugar a projecto imobiliário

Semanário Angolense

15 De Novembro de 2014

Texto: Nelson

Mais de 60 famílias que se dedicam Manos a exploração de sal no município do Lobito,

Província de Benguela, estão a ser expulsas das salinas pela administração municipal sem qualquer indemnização nem aviso prévio, Presume-se que estas famílias estejam a ser expulsas para darem lugar a um projecto imobiliário de carácter privado, cujos proprietários, até ao fecho desta sua edição, o *Semanário Angolense* (SA) não conseguira apurar.

Segundo alguns desses populares, que sobrevivem da exploração de sal natural naquela área, adjacente ao Bairro da Cabaia, na sua maioria eles foram parar aquela zona depois de lhes terem sido retiradas as suas lavras. E foi nas salinas que encontraram uma fonte alternativa de sustento para poderem alimentar os seus filhos e mandá-los para a escola.

O jovem Horácio Kambuta, 36 anos, e um dos chefes de família que tem nas salinas da Cabaia o ganha-pão para sustentabilidade dos seus filhos, esposa e alguns parentes chegados.

Diz com tristeza que as autoridades do município do Lobito, por intermédio dum firma privada, tem estado a entulhar as salinas sem dar a mais pequena explicação a população que explora aquelas áreas há mais de duas décadas, tendo assim algum tipo de direitos adquiridos sobre essas terras.

«Estão a entulhar as nossas próprias salinas sem nos indemnizarem. As salinas são os nossos fundos. A maior parte da população que está cá sobrevive das salinas», explica o jovem.

«Sentimo-nos desprezados»

Indignado, Horácio Kambuta questiona as autoridades governamentais, sobretudo ao administrador municipal do Lobito, Amaro Ricardo Segunda, se com esta acção não estariam a combater os pobres ao invés da pobreza.

«E como se não fossemos angolanos ou nem pertencêssemos a mesma Angola, como se não fossemos filhos do próprio país. Sentimo-nos desprezados porque eles (governantes) não respeitam os próprios angolanos», lamenta o jovem salineiro.

Em seguida, Horácio Kambuta faz menção a um discurso do Presidente da Republica, sobre a erradicação da pobreza, isto para argumentar de que a acção coordenada entre a administração municipal do Lobito e uma empresa privada ainda por apurar vai contra o conteúdo e o espírito das declarações do Chefe de Estado, José Eduardo dos Santos, sobre o problema da miséria no país.

«Num dos seus discursos, o Presidente falou em erradicar a pobreza e não expulsar os pobres das suas terras para que se tornem ainda mais pobres», lamentou.

Já José Manuel, 63 anos, que ate aqui também sobrevivia da exploração de sal natural, vê mais uma vez agravada a sua situação social e economia, depois de já ter sido desapropriado da sua lavra. O antigo combatente lamenta profundamente a «atitude musculada das autoridades local por mais esta expropriação de que foi vítima.

«Estamos cansados de sermos tratados como se fossemos animais. Nos também somos pessoas como eles e temos o direito de viver. Mas, parece que querem nos matar a fome», contesta o ancião.

Para o veterano de guerra e da pátria, muito mais do que criticar o administrador municipal do Lobito, a culpa deve recair ao partido governante, O MPLA.

«O governo e dirigido pelo MPLA, o MPLA é o povo e o povo é o MPLA. O povo votou no MPLA. Agora, como e possível que todas estas famílias que se encontram aqui, onde têm as suas parcelas, não tenham sido indemnizadas?», questiona José Manuel.

OMUNGA na área

O caso esta a ser acompanhado pela organização não governa mental OMUNGA. Esta associação da sociedade civil considera que, em primeiro lugar, deveria ser feito um estudo de impacto ambiental antes de se proceder ao entulhamento das salinas do Lobito.

A ONG angolana acredita que a produção de sal natural marinho deveria ser protegida e que a zona deveria ser classificada como de interesse ecológico.

Por outro lado, essa associação de defesa dos Direitos Humanos, com sede no Lobito, província de Benguela, entende que qualquer acção das autoridades não deve perder de vista o facto de a zona ser a única fonte de rendimento para muitas famílias.

Contactado por este jornal, o administrador municipal do Lobito, Amaro Ricardo Segunda, não quis prestar qualquer esclarecimento. Em conversa breve ao telefone com o jornalista, o edil disse apenas o seguinte: «Pode fazer o seu trabalho, que nos não temos nada a comentar»

I.11.6 Terreno em litígio na zona do Benfica

Jornal: Semanário Angolense
15 De Novembro de 2014
Texto: João Silva

Alguns elementos ligados as Forças Armadas Angolana (FAA), estão em litígio com os filhos do falecido João Mendes Vicente, ex-tenente-coronel das antigas FAPLA, por causa de um terreno de 21,5 hectares, localizado na zona do Benfica, município de Belas.

No dia 10 do corrente mes, alguns filhos de João Mendes Vicente (já falecido) contactaram o Semanário Angolense (SA), no sentido de mostrarem o seu descontentamento pelo que esta a acontecer e apresentaram documentos que certificam que o terreno lhes pertence.

Indignados com a situação, afirmam que o terreno foi comprado pelo pai, com o objectivo de constituírem no mesmo uma empresa. Segundo Carlos da Costa Vicente, filho mais velho, o terreno esta registado desde 1990 e tem em posse todos os documentos que comprovam serem proprietários legítimos.

Carlos explica que foi no dia 04 de Setembro do corrente ano que surgiu um tenente-coronel das Forças Armadas Angolana (FAA), que se faz passar como representante de um general, alegando que o referido terreno pertence ao mesmo, o que deixou Carlos perplexo, uma vez que encontra-se em sua posse toda a documentação legal deixada pelo pai e atesta quem são os verdadeiros proprietários.

Foram feitas várias diligências, sem no entanto obterem repostas plausíveis por parte dos órgãos

competentes. O primeiro encontro que tiveram com um coronel, chefe da Casa Militar, em que esteve presente o tal representante do general, para confrontar os documentos e dar razão ao verdadeiro proprietário, não teve êxito.

A tenente-coronel, representante do general, recusou-se em apresentar os documentos alegando serem confidenciais, para espanto de Carlos que questiona como pode alguém que diz ser dono de algo, não mostrar a prova.

Assim sendo, o caso foi transferido para instâncias superiores, mas nem com isso se resolveu, frisou Carlos da Costa Mendes. As únicas respostas que recebem do tenente-coronel são ameaças veladas e afirmações do género: «Podem queixar-se onde quiserem que isso não vai dar em nada».

A SA foi ate ao terreno e constatou que no local foi colocada uma tenda onde encontram-se elementos das Forças Armadas a protegerem o espaço e, como se não bastasse, a parte de frente do terreno já foi coberta com chapas, ao ponto de fechar a rua por onde circulam peões e viaturas. Por outro lado, e triste ver-se militares das Forças Armadas, que deviam estar a cumprir outras actividades mais em conta com a sua natureza, transformados em simples marionetas, a guardarem terrenos, por pura ambição dos seus chefes.

A reportagem do SA tentou encontrar o senhor Eurico, umas das pessoas que esta a acompanhar o assunto, mas apenas se conseguiu o contacto telefónico. No dia 11 do corrente mes, o repórter teve alguns minutos de conversa com o mesmo e, segundo as suas explicações, o terreno em causa tem sido reivindicado por varias pessoas com documentos falsos que alegam que o terreno e sua propriedade.

Para ele, os irmãos que alegam serem proprietários do terreno por morte do pai, também podem ser como os outros. Quando lhe foi posta a questão dos documentos originais que os irmão possuem e que podem ser confirmados nas instancias competentes, ante os «documentos confidenciais» que diz ter, o interlocutor disse que não pode falar nada por não ser a pessoa indicada para esclarecer o assunto em questão, Quanto a família, apela as instancias superiores para que se faça justiça mas, como disseram, «estamos perante mais um caso em que a corda rebenta no lado mais fraco, apesar da sua razão. Infelizmente este o pais que temos em que meia dúzia de pessoas arvoram-se em donos de tudo e todos e o povo e simplesmente espezinhado», desabafaram agastados.

1.11.7 Administração entrega lotes para a autoconstrução

Jornal de Angola

18 De Novembro de 2014

Texto: Isidoro Samutula

O administrador municipal do Chitato, José dos Santos Rosa, garantiu que em Dezembro começam a ser distribuídos terrenos para a autoconstrução dirigida na reserva fundiária do Chitato 2, a três mil cidadãos da cidade do Dundo.

Todos os aspectos burocráticos que permitem a tramitação processual foram ultrapassados, para que o processo possa decorrer sem sobressaltos.

José dos Santos Rosa esclareceu que os três mil processos vão ser atendidos de forma faseada, tendo em conta o trabalho de loteamento em curso e lembrou que a concessão de parcelas de terreno para a construção de distintos edifícios, para habitação ou empreendimentos privados, obedece a um conjunto de parâmetros, sobretudo a apresentação de projectos junto à Administração Municipal do Chitato, para aprovação, de modo a que as coisas fluam de maneira estruturada e organizada.

O director provincial da Lunda Norte do Ordenamento do Território, Lázaro Celestino, disse que a reserva fundiária Chitato 2 vai beneficiar de infra-estruturas integradas, com rede viária, rede de esgotos, energia eléctrica e água. A empreitada foi consignada à empresa "7 Cunha" e as obras já estão em curso, estando neste momento a proceder-se a abertura de arruamentos.

Lázaro Ceies tino referiu que a nível do município do Chitato estão identificados novos espaços para a autoconstrução dirigida, nas áreas de Mandandji, com 527 hectares, no Candjamba, com 246 hectares, Sacavula, próximo do rio Cundueji, com 563 hectares, e na Estrada Nacional 225, na zona de Curipitxia, com 2.500 hectares.

São áreas, segundo o Lázaro Celestino, que devem ser infra-estruturas com um plano de urbanização "ou loteamento, numa primeira fase para desafogar alguns bairros periféricos.

Estas novas urbanizações estão enquadradas no programa de construção de um milhão de fogos habitacionais e têm uma componente de 70 por cento para a autoconstrução dirigida, em função das necessidades da população. Nos restantes municípios do interior da província da Lunda Norte estão também em curso os programas de 200 fogos

habitacionais, dos quais 150 estão totalmente concluídos.

Lázaro Celestino lembrou que a terra é do Estado e por isso mesmo existem órgãos competentes para a concessão de terrenos nas zonas urbanas, suburbanas e rurais.

As administrações municipais, explicou, têm a competência de conceder, na zona urbana, um espaço de mil metros quadrados, enquanto que ao governo provincial compete conceder entre dois a três hectares. Nas zonas rurais, acrescentou, o governador tem a competência de autorizar o terreno até mil hectares.

Iluminação pública

Pelo menos 168 postos de iluminação pública foram colocados ao longo da Estrada Nacional 180, num percurso de três quilómetros, o que está a dar um aspecto deslumbrante aos bairros da Juventude e Samacaca, na reserva fundiária do Chitato 2.

Os postos de iluminação pública estão assegurados por sistema solar e permitem melhor circulação no período nocturno à população que habita aquela zona, que está em franco desenvolvimento em termos de infra-estruturas sociais.

O projecto custou aos cofres do Estado mais de cem milhões de kwanzas e foi executado num prazo de 30 dias. A obra está inserida no projecto do governo provincial que visa a iluminação pública das áreas periféricas das zonas urbanas.

O Director Provincial da Energia e Águas, André Camilo, disse que este é um projecto vantajoso por funcionar com a energia solar, que são fontes energéticas renováveis e limpas, que não prejudicam o ambiente e com custos de manutenção e operação relativamente baixos.

André Camilo considerou o projecto de grande impacto social no seio da população, que, além de permitir a circulação no período nocturno, vai diminuir acidentes de viação e actos criminosos ao longo da via.

A iluminação pública na zona de Samacaca facilita também os estudantes do Instituto Médio Politécnica 28 de Agosto e da Faculdade de Direito da Universidade Luegi Akonde, que estudam no período nocturno.

O projecto já beneficiou várias zonas da cidade do Dundo, com destaque para o troço da rotunda do Bairro Norte à vila do Chitato, num percurso de seis quilómetros. Alguns troços rodoviários dos

municípios do Lucapa e Cambulo também beneficiaram de iluminação pública, sustentada por painéis solares.

I.11.8 Agricultura, ocupação de terrenos prejudica cintura verde de Luanda

Jornal Agora

21 De Novembro de 2014

Texto: Martins Chambassuco (feno)

De algum tempo a esta parte, os relatos multiplicam-se sobre o crescimento habitacional, invasão anárquica de terrenos e o aumento de projectos empresariais nas zonas de produção agrícola de Luanda, criando um défice significativo para a dieta alimentar dos luandenses.

A campanha agrícola 2013-2014 terminou oficialmente em Agosto último, e o balanço é por si só deficitário, segundo o relatório do Departamento Provincial do Instituto de Desenvolvimento Agrário.

Foi a pensar nas alternativas de produção agrícola na capital que o Agora percorreu de lés-a-lés pelo município de Viana, elegendo o perímetro agrícola do Kikuxi, até ao Calumbo, mais precisamente no bairro da Kakila, localidade com bastante potencial agrícola na produção de horto frutícolas, milho, conservando a tradição que remonta os anos antes da Independência.

Foi possível constatar que já não se faz agricultura como no passado, no Perímetro Agrícola do Kikuxi (país), tudo porque a invasão silenciosa e a expansão do betão nas áreas aráveis dificultam a actividade de quem faz da terra a fonte de rendimento.

A primeira consequência, segundo apuramos, a produção da mandioca, uma cultura tradicional, na zona, registou um considerável decréscimo e o Instituto de Desenvolvimento Agrário de Luanda garante que tudo está a fazer para encontrar alternativas nos municípios do Icolo e Bengo e Quissama, onde as áreas de cultivos foram alargadas.

O País, a cerca de 30 quilómetros do centro da cidade, foi elaborado pelo Gabinete de Desenvolvimento e Aproveitamento Hidráulico do Kikuxi (GADAHKI), desde a década de 1980 e é tutelado pelo Ministério da Agricultura.

Mas, em função do crescimento demográfico, os mais de 22 mil hectares, que na década de 1980 foram

concebidos como reserva de produção agrícola no município de Viana, estão a perder-se de vista.

Não se trata apenas de crescimento urbanístico, outros empreendimentos também vão surgindo, como a implantação de projectos empresariais dos diferentes sectores de actividade económica, mas a grande questão que se coloca é realmente a responsabilidade social em relação às comunidades circundantes.

Em conversa com um dos gestores da Fazenda Girassol, no Kikuxi, foi possível notar que esta iniciativa empresarial trabalha para o desenvolvimento do projecto, mas não deixa de parte a componente humana.

Alface, couve, malagueta e pimento são as culturas mais desenvolvidas na Fazenda Girassol, um projecto que nasceu em 2004, e esta iniciativa é um investimento de angolanos.

Em 2007, desenvolveu um projecto de investimento de 1.440 mil dólares, o que permitiu reestruturar a sua actividade, fundamentalmente a consolidação da produção e distribuição de produtos hortícolas no mercado angolano.

Hoje, como uma das referências do sector, os seus responsáveis estão conscientes da exigência do mercado nacional, numa altura em que o país procura reduzir as importações. "Somos uma marca incontornável e a concorrência é cada vez maior, por isso, estamos a trabalhar todos os dias para a satisfação dos clientes.

Com um concurso de mais de 200 colaboradores, a Girassol tem em carteira outros projectos e até 2017 espera-se que mais angolanos, do Sul de Luanda, encontrem emprego.

A par deste ambicioso empreendimento agrícola, que apostou forte na criação de viveiros para rentabilizar a sua actividade, está a Pérola do Kikuxi, outra iniciativa empresarial do sector agrícola que, além de se dedicar a horto frutícolas, apostou, também, nos últimos anos na produção de ovos.

Uma situação que anima quem lá faz o seu dia-a-dia, como é o caso de João da Costa, que garante que, além de trabalhador da Pérola do Kikuxi onde se dedica à venda dos produtos da fazenda, acredita que a sua vida melhorou e aponta mesmo como vantagem os rendimentos que acumula mensalmente.

"Já consigo sustentar a minha família com pouco que ganho e acredito que dias melhores virão, com o aumento da produção de ovos todos os dias. A Pérola do Kikuxi é das mais antigas iniciativas

empresariais e produz em média 30 mil ovos por dia e desenvolve ininterruptamente a criação de poedeiras, e o objectivo é que atinja os 1 milhão de ovos diariamente, nos próximos tempos.

A administração avançou ao Agora que a fazenda pretende contribuir para a redução da importação de ovos, um objectivo perseguido por outros aviários do Kikuxi, nomeadamente a estação Granja Santa Maria, Socopraves e a fazenda 'Mato Grosso', um consórcio entre angolanos e brasileiros.

Daquilo que são as iniciativas empresariais do sector agrícola, em Luanda, o Kikuxi concentra cerca de 40%, do total de projectos desenvolvidos em toda a extensão da província.

"Muitos têm o direito de superfície, mas não exploram todo o potencial. Então, queremos envolver mais gente, para que haja mais oferta de produtos no mercado", revelou a fonte da Direcção Provincial da Agricultura e Pescas.

Entre as iniciativas desta instituição, que de certa forma antevê bons tempos com o novo modelo de gestão do perímetro que está a ser desenvolvido, ainda são vários os relatos de populares que avançam actos caricatos de exclusão e apontam o dedo para Administração de Viana, acusando-a de estar impávida diante de tais atropelos.

As razões prendem-se com as concessões, e dizem mesmo que, muitas vezes, a luta de interesses é um facto, mas é notório o esforço do IDA em criar equilíbrio e uma política de participação de mais camponeses, a nível de Luanda, para animar o mercado de consumo de bens produzidos naquele perímetro agrícola. É considerado, hoje, o centro nevrálgico de todos os atropelos à cintura verde de Luanda.

MAIS ÁGUA PARA KIKUXI

Estão em curso as obras de implementação do novo projecto hidro-pastoril para a localidade, com o objectivo de aumentar a produção agrícola nesta área. Este é, na realidade, um empreendimento direccionado ao redimensionamento das grandes fazendas para as áreas menores, mas a lei do mais forte parece imperar, porque muitos proprietários de grandes superfícies não querem ceder.

O projecto em curso está a proporcionar condições, principalmente da canalização de água para as novas áreas de cultivo.

a objectivo, segundo informações apuradas junto do GADAHKI, é rentabilizar as terras que ainda não

foram invadidas e ocupadas e criar mais postos de trabalho na zona.

A iniciativa visa reduzir os efeitos do crescimento urbano daquela área, uma vez que os indicadores não satisfazem a Direcção Provincial da Agricultura e Pescas de Luanda, muito embora a urbanização, em parte, do Perímetro do Kikuxi fosse uma decisão do Governo Central que, em 2011, um decreto presidencial delimitou e converteu em área urbana uma parte do actual país em Viana, Mesmo que o quadro seja ainda desfavorável à actividade agrícola, o GADAHKI avança que existe a vontade e a possibilidade para a prática da agricultura, e tudo indica a melhoria do quadro actual.

A iniciativa visa reduzir os efeitos do crescimento urbano daquela área, uma vez que os indicadores não satisfazem a Direcção Provincial da Agricultura e Pescas de Luanda, muito embora a urbanização, em parte, do Perímetro do Kikuxi fosse uma decisão do Governo Central que, em 2011, um decreto presidencial delimitou e converteu em área urbana uma parte do actual País em Viana Em contra partida, é verdade que os mais de 22 mil hectares que, na década de 1980, foram preparados para o desenvolvimento da agricultura, em Viana, nem metade hoje existe como terra agrícola, o betão é a doença que faz morada no perímetro.

Sobre isso, o GADAHKI não explica, mas os negócios anárquicos de vendas de terrenos e ocupação ilegal que se seguiu à guerra pós eleitoral de 1992 terá contribuído para o agravamento da situação, além da já anunciada decisão do Governo de há três anos.

"Neste momento, estamos a trabalhar na dinamização agrícola nos municípios do Icolo e Bengo, Quissama, onde existem grandes parcelas de terras aráveis para o cultivo e o desenvolvimento de uma agricultura mecanizada e capaz de satisfazer as necessidades do mercado luandense e outras áreas que ofereçam condições como Belas", disse.

CALUMBO, O FIM DO PERIMETRO

É hoje um dos destinos turísticos de eleição para muitos luandenses ao fim-de-semana e dias normais para aqueles que querem desanuviar e apreciar o que de bom a mãe natureza deu a esta terra, fazem de Calumbo destino obrigatório.

Conhecida pelos seus bons cacussos, a comuna possui grande potencial agrícola, mas que, pouco-a-pouco, vai ficando para trás, dando lugar a imponentes projectos empresariais, fundamental do sector turístico.

"Estamos a ser sufocados e, dentro de poucos dias, ninguém aqui terá espaço para cultivar", refere um dos habitantes de Calumbo.

Destacam-se na rota do lazer o Mercado das 'Mamãs do Calumbo' e o Santuário de São José, um monumento histórico que já se tomou um marco na vida dos cristãos e, particularmente, dos católicos da Diocese de Luanda.

Localizado há cerca de 140 quilómetros de Luanda, Calumbo já é uma referência obrigatória da Administração de Viana, para a extensão da produção agrícola, embora o fenómeno da invasão das terras aráveis esteja a crescer, deixando a população com os nervos à flor da pele.

São constantes os ecos do descontentamento, mas a lei do mais forte parece asfixiar a vontade de quem vive da terra há já quatro décadas.

É o caso de José Mwanza, um antigo combatente que encontrou aí junto às margens do rio Kwanza o seu destino para viver. Recorrendo no tempo, o ancião, de 72 anos, lembra o massacre de 1961, no bairro de Kakila, a 10 quilómetros da sede comunal, como o marco da história do povo de Calumbo e explicou-nos que o que caracteriza a circunscrição é mesmo a prática da agricultura e a cooperativa agrícola de Kakila.

"A iniciativa foi do saudoso Presidente, Agostinho Neto, que chegou a implantar naquela zona uma cooperativa agrícola e era referência a nível do país, pois aqui se produzia tudo e nunca nos faltou nada", disse, referindo, por outro lado, que a construção das primeiras casas definitivas também é do memorável líder angolano.

Por isso, segundo avançou a este semanário, Mwanza não acredita com o destino que está a ser dado àquela localidade.

"Somos o povo mais abandonado de Luanda, vivemos numa ilha, apenas temos uma escola primária aqui em Kakila, mas aqui os que sabem as histórias do país têm na memória o quanto este povo se bateu para a libertação de Angola e sempre nos opusemos às sevícias do colono, por isso, hoje temos aí a pedra monumento em memória dos nossos antepassados que se bateram pela liberdade desta Nação", explicou.

Os ecos do descontentamento não se reduzem apenas à falta de escolas. O comércio de bens de primeira necessidade é quase inexistente; a assistência médica é outra preocupação da população.

"Não temos escolas do 2.2 ciclo de ensino, a que temos aqui é da primária e não se entende por que um bairro como esse, próximo de Luanda, tenha que viver tantas dificuldades. A loja que existe aqui é do Mamadou. A estrada nesse tempo chuvoso é praticamente intransitável", sublinhou outra moradora de Kakila, que admitiu limites na sua jovem memória, remetendo ao Avô Henrique e também da tia Sofia, por sinal os Quase septuagenários de Kakila, uma zona de difícil acesso.

Mas, com estes e outros constrangimentos, a vontade de vencer é tanta que ficamos a saber que existem crianças que se deslocam diariamente para a sede da comuna à busca de conhecimentos e aprendizagem, percorrendo 20 quilómetros diariamente, um percurso repartido em dois, perfazendo um total de 100 por semana.

Uma distância que não aflige o pequeno Yannick, do Bairro do 15, que acredita nos dias melhores. A frequentar a 8.B classe, o jovem tem uma visão diferente do que pode ser a sua localidade, mesmo reconhecendo que cada dia que passa a situação do país é diferente.

Para aliviar o sofrimento dos filhos e encurtar a distância, os pais desembolsam, todos os dias, 600 kwanzas, a fim de apanharem o barco de Kakila para Calumbo, um trajecto que pode orçar em 3 mil kwanzas semanais para muitas famílias condenadas ao abandono da governação.

O médico em potência suplica às autoridades, conquanto reconheça que não seja o seu papel, devido à tenra idade, que seja feito um trabalho de intervenção na única estrada que liga Kakila a Calumbo.

CONDENADOS AO CALOR. A comuna de Calumbo é uma das regiões mais quentes do país, mas nem mesmo este quadro inibe seus habitantes de ter sonhos e perspectivar dias melhores, visto que, afinal, não há problema que não tenha fim. Essa é pura verdade segundo os mesmos, e o maior motivo que ainda os faz viver.

O bairro do 15, uma localidade que fica entre a sede de Calumbo e Kakila, é o da 'metrópole de Yannick e tantos outros miúdos que procuram ter uma sorte diferente dos demais jovens da sua idade que, por várias razões, deixaram de frequentar a escola.

Yannick e o seu colega foram os nossos guias que nos levaram até a Kakila, num trajecto feito com muitas dificuldades, devido ao mau estado da estrada

Nem mesmo a construção da Penitenciária de Calumbo naquela localidade permitiu melhorar a

estrada. "Ninguém se interessa com este povo. A estrada está assim porque os chineses, quando exploravam aqui burgau, conseguiram fazer alguma intervenção no troço", explica uma moradora aconchegada à sombra de um embondeiro.

Saídos de Kakila, fizemos uma paragem obrigatória no 15, para deixar os nossos guias, mas uma coisa chamou-nos atenção, é que naquele bairro todas as obras de construção definitiva estão embargadas.

Questionando os intrusos no carro que nos transportava, ficámos a saber que ali é proibido construir uma casa de blocos ou tijolos, sob pena de ver a obra demolida.

Quem dá estas ordens é o homem que está a facilitar a venda de terrenos naquelas paragens e preferimos não identificar, mas é do domínio público que é o boss do 15; está a fazer uma pousada que, entre outros atractivos, os visitantes podem ter o prazer de andar a cavalo.

Até aqui nada mau, mas a surpresa foi mesmo quando tomámos conhecimento de que quem pretender uma casa de construção definitiva terá de pagar muito dinheiro. "E quando os nossos pais são confrontados com tal situação, preferem comprar uma mota ou aumentar as áreas de cultivos", lamenta o nosso interlocutor.

"É um sofrimento a cada instante. Não podemos dormir por causa do calor. As casas são de chapas. Ontem, choveu. O barulho da chuva parecia o de pedras a caírem sobre nós e ninguém dormiu", acrescenta.

Entre os lamentos, a população sabe que o seu destino é mesmo ali, mas apenas lembra que haja mais humanismo, já que também precisam de viver em casas e não debaixo das chapas.

Falta espaço e as infra-estruturas são quase inexistentes. As próprias famílias insurgem-se contra a inércia da Administração de Viana a quem acusam de ostracismo político. Não compreendem por que chega tão pouco para os ajudar, enquanto existem projectos para o desenvolvimento rural e apoio à agricultura familiar.

Não é difícil perceber que a vida é dura, no 15, aí em Calumbo. "Sofremos muito quando chove. Não temos nada", desabafou um morador.

A continuar assim, nada mais nos resta dizer a não ser ironizar a máxima segundo a qual "o país tem rumo e nós dizemos, Luanda está no mau caminho".

I.11.9 Obras estruturantes melhoram tráfego

Jornal de Angola

25 De Novembro de 2014

As obras em curso nas estradas entre Viana e Calumbo e a outra que vai de Viana a Camama vão permitir uma maior circulação rodoviária, garantiu o coordenador do Gabinete Técnico de coordenação e Acompanhamento de Projectos de Luanda.

Luis Filipe da Silva avaliou ontem as obras e manifestou preocupação com a via que liga Viana a Calumbo, que esta mais atrasada. "A obra na via Viana e Calumbo decorre num ritmo lento, porque existem problemas de macro-drenagem para serem resolvidos, além de alguns problemas de natureza contratual e orçamental", frisou.

Em declarações à imprensa, no final da jornada de trabalho que efectuou no município de Viana, Luis Filipe da Silva constatou a existência de muitas famílias a residirem ao longo do traçado, pelo que se vai fazer o realojamento dessas pessoas noutra zona, para possibilitar a execução das obras.

Quanto a falta de drenagem das águas, o coordenador do Gabinete Técnico de Coordenação e Acompanhamento de Projectos de Luanda disse, por outro lado, que as pessoas construíram nas linhas de água e não existem vias para que essa possa drenar naturalmente, daí que tem havido gastos significativos para se poder resolver esses problemas, nem sempre fáceis.

"Essa é uma problemática que não existe apenas aqui, mas em quase todos os projectos há necessidade de desalojar e realojar famílias. Para esse caso concreto, algumas dessas famílias, que são centenas, podem ser realojadas numa reserva fundiária de Calumbo", disse.

Na via Viana e Camama, Luis Filipe adiantou que os trabalhos estão a decorrer a um ritmo aceitável e espera-se que estejam concluídos dentro dos prazos previstos o também secretário de Estado das Águas referiu que estão em curso obras nas vias secundárias, onde alguma infra-estrutura e intervencionada pelo Ministério da Construção, sendo que umas estão em fase de conclusão e outras vão ser iniciadas.

"Neste momento, está-se a fazer a desconcentração de algumas tarefas ao nível dos próprios municípios e as vias secundárias vão passar para uma responsabilidade mais directa destes", referiu. Durante a sua jornada de campo, Luis Filipe esteve acompanhado de representantes da Administração de Viana, Edel, Epal, do Instituto de Estradas de Angola

(I EA), Ministério da Construção e outros intervenientes no processo.

I.11.10 Construções anárquicas desencorajadas na cidade

Jornal de Angola

26 De Novembro de 2014

O administrador municipal de Malanje apelou aos municípios para evitarem a ocupação ilegal de terrenos e a construção de residências nas reservas fundiárias do Estado.

Osvaldo Naval dos Santos informou que tem havido invasão em algumas reservas fundiárias do Estado localizadas em determinados bairros da cidade de Malanje, com construções anárquicas de residências, garantindo que as demolições vão ser feitas em breve, com vista ao ordenamento das referidas áreas.

O responsável referiu que nas reservas fundiárias do Estado vão ser construídos edifícios devidamente ordenados e infra-estruturas para a acomodação condigna da população, daí que as ocupações e construções ilegais devem ser desencorajadas.

O administrador solicitou aos municípios o cumprimento dos requisitos legais para a aquisição de terrenos, de acordo com o tipo de infra-estrutura que se pretende construir, nas futuras urbanizações do município de Malanje.

Osvaldo Naval dos Santos disse que a administração fez a entrega na reserva fundiária da Carreira de Tiro, de nove mil e 30 lotes de terrenos para a autoconstrução dirigida. No bairro da Voanvala, foram entregues 808 lotes de terrenos à população, para autoconstrução dirigida.

I.11.11 Província acolhe o lançamento do projecto de gestão de terras

Jornal de Angola

30 De Novembro de 2014

Texto: Delfina Victorino

Um projecto de gestão de terras no planalto central foi lançado sexta-feira, na cidade do Cuito, província do Bié, numa iniciativa do Executivo, em parceria com a União Europeia, com o propósito de valorizar e manter a segurança fundiária nas comunidades.

Durante o acto de lançamento, foram analisados assuntos relacionados com o historial do projecto terra FAO, situação actual do projecto e futuras

actividades, apoio de gestão de terras, entre outros temas.

A vice-governadora para a Esfera Económica, Ana Maria Muvuay, enalteceu a escolha das províncias do Bie e Huambo para o lançamento do projecto de gestão de terras no Planalto Central de Angola e disse que o projecto traz maior incremento na organização das comunidades, tendo em conta a segurança fundiária das zonas rurais, no âmbito da Lei da terra.

Ana Maria Muvuay disse que o desenvolvimento das comunidades baseia-se na produção de alimentos que garantam níveis de segurança aceitáveis, recordando que actualmente na região do Planalto Central não existem grandes pressões sobre as terras de cultivo, o que transmite certa segurança. "O momento actual é essencial e há toda a necessidade de se aproveitar para trabalhar nas questões fundiárias, tendo em conta a paz reinante e o grande desenvolvimento económico que se regista no país", precisou.

A aplicação deste projecto necessita do empenho da sociedade civil, tendo aconselhado os administradores municipais no sentido da participação activa para a efectivação com êxito das actividades.

A representante da União Europeia (UE) em Angola, Vicente Rodrigues Van Hansema, disse que a instituição possui vários projectos que visam a melhoria das condições sociais da população da região do Planalto Central. Vicente Rodrigues Van Hanserna assegurou a continuidade do trabalho da instituição na área da agricultura, das florestas e de gestão de terras, que aponta como um assunto importante e sensível em qualquer país em desenvolvimento.

I.12 DEZEMBRO 2014

I.12.1 Administração do Sumbe distribui terrenos

Jornal de Angola

01 De Dezembro de 2014

Texto: Victor Pedro

A Administração Municipal do Sumbe entregou títulos de propriedade de lotes para construção dirigida aos moradores em zonas de risco do bairro da Pomba Nova. Agora vão viver em Atuco, na comuna de Quicombo.

Os terrenos, entregues pelo administrador municipal do Sumbe, Américo Alves Sardinha, estão localizados na zona sul da cidade, do Sumbe, na via que liga ao município do Seles, num total de 110 hectares, que correspondem a 279 lotes.

Cada uma das 300 famílias transferidas vai ter um lote para construir a sua casa, esclareceu Américo Alves Sardinha.

Este processo, salientou, visa assegurar às populações que se encontravam em zonas de risco, pontos seguros onde estão criadas todas as condições de habitabilidade e dotadas de infra-estruturas técnicas, área social para

construção de postos de saúde, escolas, posto policial, arruamentos, passeios e área de lazer. Américo Sardinha explicou que na construção, cada beneficiário deve seguir a casa modelo.

Acrescentou que durante a construção das habitações, os contemplados vão contar com a cooperação directa da administração, que se prontificou a fornecer materiais como tijolos, blocos, areia, chapas de zinco e apoio técnico de uma brigada encarregada das obras. O administrador do Sumbe pediu aos beneficiários para cumprirem as orientações dos técnicos do sector do Urbanismo, de forma a evitar problemas na construção de casas.

A transferência da população é um processo contínuo e abrangente todas as zonas, em que as autoridades administrativas constataram a existência de insegurança das comunidades, no âmbito de um plano urbanístico. As autoridades pediram aos munícipes para evitarem a prática da ocupação de terrenos em zonas consideradas de risco.

O soba do bairro da Pomba Nova, Faustino Kwensenze, disse que a entrega dos terrenos vai permitir o bem-estar das populações, uma vez vão

encontrar infra-estruturas como posto médico e policial, escola, área de lazer, arruamentos e áreas técnicas. Faustino Kwensenze apelou à Administração do Sumbe para cumprir as promessas e pôr em prática as acções definidas para a construção das casas.

I.12.2 Executivo quer o fim da ocupação de terrenos

Jornal de Angola

01 De Dezembro de 2014

A Casa Civil do Presidente da República realiza hoje e amanhã, o seminário nacional sobre a problemática da ocupação de terrenos, para identificar as causas, motivações e definir medidas para acabar com a ocupação e venda anárquica de terrenos.

O seminário, que decorre no anfiteatro do Palácio da Justiça, em Luanda, é uma parceria entre os Ministérios da Administração do Território e do Urbanismo e Habitação. Resulta das orientações do Presidente da República,

José Eduardo dos Santos, no seu discurso de apresentação do novo modelo de governação da província de Luanda.

De acordo com um comunicado do Ministério da Administração do Território, o seminário visa também analisar a eficácia da Lei de Terras e do Ordenamento do Território e Urbanismo, e avaliar os actos de impunidade e de nulidade de ocupação, venda e concessão de terrenos.

No seminário participam magistrados judiciais e do Ministério Público, membros do Executivo, deputados à Assembleia Nacional, representantes dos Governos Provinciais, das Administrações Municipais e dos partidos políticos com representados na Assembleia Nacional.

Também participam no seminário representantes dos órgãos de Segurança e Defesa Nacional, entidade religiosas e tradicionais, académicos, estudantes, associações e organizações juvenis e de mulheres e membros de organizações e da sociedade civil. O comunicado do Ministério da Administração do Território informa que a cerimónia de abertura do seminário é presidida pelo ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República, Edeltrudes da Costa.

A ocupação ilegal de terrenos pela população em diversos municípios de Luanda, sobretudo nas reservas fundiária do Estado, tem vindo a tomar proporções preocupantes nos últimos tempos.

Bilhões fazem-se passar por fiscais e dedicam-se à venda de espaços dos camponeses, o que resulta em conflitos nas zonas da Sapu, Bitá Tanque, Tanque Serra, Ramiros, Cacucaco e outras localidades da periferia de Luanda, obrigando à intervenção das autoridades.

Esta prática, que ocorre um pouco pelo país, sobretudo nas capitais provinciais, pode inviabilizar a materialização dos vários projectos sociais e económicos de grande dimensão previstos para Luanda, onde está concentrada uma boa parte da população angolana.

A situação preocupa as autoridades de Luanda que alertam insistentemente a população para abdicar de tais práticas recorrendo às Administrações Municipais para a aquisição de terrenos para a auto construção dirigida.

Parte significativa dos crimes violentos que ocorrem na capital do país está associada à venda ilegal de terrenos.

Recentemente, o comandante da Região Militar de Luanda, general Simão Carlitos "Wala" defendeu uma melhor interacção com as outras forças da ordem para encontrarem mecanismos que garantam a diminuição dos crimes na capital, incluindo a protecção dos espaços considerados reservas fundiárias do Estado angolano.

O general "Wala" anunciou mesmo na oportunidade a criação, em Luanda, de um Posto de Comando Unificado das Reservas Fundiárias com a estrita missão de proteger os espaços consideradas reservas do Estado.

I.12.3 Administração do Sumbe distribui terrenos

Jornal de Angola
01 De Dezembro de 2014
Texto: Victor Pedro

A Administração Municipal do Sumbe entregou títulos de propriedade de lotes para construção dirigida aos moradores em zonas de risco do bairro da Pomba Nova. Agora vão viver em Atuco, na comuna de Quicombo.

Os terrenos, entregues pelo administrador municipal do Sumbe, Américo Alves Sardinha, estão localizados na zona sul da cidade do Sumbe, na via que liga ao município do Seles, num total de 110 hectares, que correspondem a 2791 lotes.

Cada uma das 300 famílias transferidas vai ter um lote para construir a sua casa, esclareceu Américo Alves Sardinha.

Este processo, salientou, visa assegurar as populações que se encontravam em zonas de risco, pontos seguros onde estão criadas todas as condições de habitabilidade e dotadas de infra-estruturas técnicas, área social para construção de postos de saúde, escolas, posto policial, arruamentos, passeios e área de lazer. Américo Sardinha explicou que na construção, cada beneficiário deve seguir a casa modelo.

Acrescentou que durante a construção das habitações, os contemplados vão contar com a cooperação directa da administração, que se prontificou a fornecer materiais como tijolos, blocos, areia, chapas de zinco e apoio técnico de uma brigada encarregada das obras. O administrador do Sumbe pediu aos beneficiários para cumprirem as orientações dos técnicos do sector do Urbanismo, de forma a evitar problemas na construção de casas.

A transferência da população é um processo contínuo e abrangente todas as zonas, em que as autoridades administrativas constataram a existência de insegurança das comunidades, no âmbito de um plano urbanístico. As autoridades pediram aos munícipes para evitarem a prática da ocupação de terrenos em zonas consideradas de risco.

O sob a do bairro da Pomba Nova, Faustino Kwensenze, disse que a entrega dos terrenos vai permitir o bem-estar das populações, uma vez vão encontrar infra-estruturas como posto médico e policial, escola, área de lazer, arruamentos e áreas técnica. Faustino Kwensenze apelou a Administração do Sumbe para cumprir as promessas e por em prática as acções definidas para a construção das casas.

I.12.4 Executivo quer o fim da ocupação de terrenos

Jornal de Angola
01 De Dezembro de 2014

O seminário, que decorre no anfiteatro do Palácio da Justiça, em Luanda, é uma parceria entre os Ministérios da Administração do território e do Urbanismo e Habitação. Resulta das orientações do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, no seu discurso de apresentação do novo modelo de governação da província de Luanda.

De acordo com um comunicado do Ministério da Administração do Território, o seminário visa também analisar a eficácia da Lei de Terras e do Ordenamento do Território e Urbanismo, e avaliar os actos de impunidade e de nulidade de ocupação, venda e concessão de terrenos.

No seminário participam magistrados judiciais e do Ministério Público, membros do Executivo, deputados à Assembleia Nacional, representantes dos Governos Provinciais, das Administrações Municipais e dos partidos políticos com representados na Assembleia Nacional.

Também participam no seminário representantes dos órgãos de Segurança e Defesa nacional, entidade religiosas e tradicionais, académicos, estudantes, associações e organizações juvenis e de mulheres e membros de organizações e da sociedade civil. O Comunicado do Ministério da Administração do Território informa que a cerimónia de abertura do seminário é presidida pelo ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República, Edeltrudes da Costa.

A ocupação ilegal de terrenos pela população em diversos municípios de Luanda, sobretudo nas reservas fundiárias do Estado, tem vindo a tomar proporções preocupantes nos últimos tempos. Burlões fazem-se passar por fiscais e dedicam-se a venda de espaços dos camponeses, o que resulta em conflitos nas zonas da Sapu, Bita Tanque, Tanque Serra, Ramiros, Cacuaco e outras localidades da periferia de Luanda, obrigando a intervenção das autoridades.

Esta prática, que ocorre um pouco pelo país, sobretudo nas capitais provinciais, pode inviabilizar a materialização dos vários projectos sociais e económicos de grande dimensão previstos para Luanda, onde esta concentrada uma boa parte da população angolana.

A situação preocupa as autoridades de Luanda que alertam insistentemente a população para abdicar de tais práticas recorrendo aos Administradores Municipais para a aquisição de terrenos para a auto construção dirigida.

Parte significativa dos crimes violentos que ocorrem na capital do país estão associados a venda ilegal de terrenos.

Recentemente, o comandante da Região Militar de Luanda, general Simão Carlitos "Wala" defendeu uma melhor interacção com as outras forças da ordem para encontrarem mecanismos que garantam a diminuição dos crimes na capital, incluindo a

protecção dos espaços considerados reservas fundiárias do Estado angolano

O general "Wala" anunciou mesmo na oportunidade a Criação, em Luanda, de um Posto de Comando Unificado das Reservas Fundiárias com a estrita missão de proteger os espaços considerados reservas do Estado.

I.12.5 Executivo prepara programa para gestão de espaços

Jornal de Angola

02 De Dezembro de 2014

Texto: Adelina Inácio

O Executivo prepara um inventário da situação jurídica actual de todas as terras para determinar a sua utilização, as parcelas sem títulos e as que se constituem ocupações ilegais e porventura criminosas, anunciou ontem o ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República.

Ao discursar na abertura do Seminário Nacional sobre a problemática de ocupação de terrenos, que termina amanhã em Luanda, Edeltrudes Costa afirmou que o Executivo quer obter informações necessárias para, em relação a cada caso concreto, poder tomar decisões que melhor prossigam o interesse público, com inteiro respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos.

"As terras do Estado devidamente reordenadas e estruturadas devem ser colocadas ao serviço das políticas do Estado, de acordo com critérios previamente fixados pelo Executivo, sejam essas políticas, entre outras, de habitação e realojamento, de desenvolvimento agrário ou industrial ou de defesa do ambiente", afirmou. O Ministro de Estado disse que a ideia é que toda a ocupação de terrenos no domínio do Estado seja feita com base na Lei. Edeltrudes Costa lembrou que o Executivo aprovou já um conjunto de diplomas abrangentes que instituíram os instrumentos de Gestão territorial necessários e adequados para benefício de todos os cidadãos, o fim da ocupação ilegal de terrenos exige uma política orientadora e coordenadora de esforços, planos, acções e investimento a vários níveis que abrange o Executivo, a Assembleia Nacional, os Tribunais, sector privado e sociedade civil.

o ministro de Estado avançou algumas causas da ocupação ilegal de terrenos públicos e privados, destacando o êxodo da população rural para as áreas urbanas, em particular Luanda, a incapacidade das Administrações Municipais e Comunitárias de oferecerem terrenos dotados de infra-estruturas e o

acesso início aos serviços de arquivo e cadastro do Estado.

Alem disso, existe a passividade, o desleixo e o espírito de deixa andar com que algumas instituições publicas tratam as queixas das verdadeiras vitimas e a acção de grupo de malfeitores que viram no êxodo para a periferia das cidades uma oportunidade de negócios.

A ocupação ilegal de terras, alem de violar o fim social e de utilidade pública, tem sido fonte de varios conflitos sociais graves. Por isso, o ministro defende a reposição da legalidade violada por estas ocupações, "Não e legitimo que quem ocupa ilegalmente terras, cuja utilidade esta adstrita a prossecução do bem comum, reclame ainda do Estado a atribuição de contrapartidas indemnizatórias para uma desocupação que, afinal, e a medida legal e devida", alertou Edeltrudes Costa.

Solução urgente

Diante das dimensões preocupantes que o problema atingiu, de acordo com o ministro de Estado, e necessário dar solução urgente a problemática da ocupação de terrenos, devido as graves implicações de natureza social, económica jurídica e politica.

"A problemática da ocupação de terrenos situa-se actualmente no centro das preocupações do Estado, das famílias, das empresas e dos cidadãos", referiu Edeltrudes Costa, que pediu maior atenção as praticas das administrações municipais e comunais, ao tratamento da falsificação de documentos, aos crimes violentos por causa da usurpação de terrenos. O Ministro de Estado alertou também para o aumento do numero de vitimas de roubo, de usurpação, de burla, das perdas de receitas do Estado -provenientes da concessão de terrenos e dos impostos prediais, alem do crescimento anárquico e desordenado das cidades e das dificuldades de controlo do crescimento urbano e da população urbana.

Edeltrudes Costa anunciou, para o próximo ano, a realização de seminários provinciais para auscultação dos problemas específicos de cada província e identificação das causas reais subjacentes a este fenómeno.

O objective e assegurar uma ampla mobilização e participação de toda a sociedade na discussão e na tomada de decisões relacionadas com a ocupação ilegal de terrenos. O Seminário sobre a ocupação de terrenos urbanos e uma orientação do Presidente da Republica, que pediu auscultação e debate para abordagem destas questões e também referentes a Lei de Terras e ao Ordenamento do Território. O Jurista

Carlos Feijó, que fez um diagnostico da situação actual da ocupação de terrenos em Angola e o balance dos dez anos de vigência da Lei de Terras e do Ordenamento do território, afirmou que o Sistema Penal Angolano, ainda que desactualizado, criminaliza actos de "ocupação ilegal".

I.12.6 As makas dos terrenos

Jornal Manchete

05 De Dezembro de 2014

Nos últimos dias o país parece estar a viver "a febre das terras", tal como no ocidente se viveu a "febre do ouro". Para alem da desenfreada procura por um pedaço de terreno para se construir a casa própria nos grandes centros urbanos, como Luanda, Benguela, Huila e agora segundo informações mais recentes, junto das centralidades do Uíge, Cabinda e das Lundas, assiste-se também a um verdadeiro acambramento das principais terras aráveis por parte dos novos senhores do poder, ouvindo-se com frequência que X ou Y hectares pertencem ou foram requeridos por personalidades influentes da nossa praça.

Por exemplo, o portal Maka Angola divulgou muito recentemente que o governador do Cuanza Sul atribuiu a si próprio uma grande extensão territorial da província, sob seu comando afirmando que "A 17 de Abril passado, a empresa Eusébio de Brito Teixeira e Filhos (EBRITE) solicitou ao governador Eusébio de Brito Teixeira a legalização de um terreno para loteamentos destinados a urbanização na orla marítima, na praia da Chicucula, comuna da Ngangula, município do Sumbe. O terreno, com uma dimensão de 92 hectares, e ocupado por uma vasta comunidade, que será desalojada." Outro nome que veio a publico foi o juiz conselheiro Rui Ferreira, presidente do Tribunal Constitucional, que requereu como representante de uma sociedade anónima, a aquisição do direito de superfície de quase 25000 hectares de terra, no Cuanza Sul, um atropelo ao número 5 do artigo 179º da Constituição da Republica de Angola.

A questão e vista como um atropelo a Lei de Terras e uma clara demonstração das fracas decisões dos órgãos administrativos que viola a Lei n.º 9104 de 9 de Novembro que prescreve, no seu art. 5.º, que a terra constitui propriedade originaria do Estado. No entanto, só e admissível, nos termos do art. 39.º do mesmo normativo, a constituição pelo Estado do direito de superfície sobre terrenos rurais ou urbanos integrados no seu domínio privado, a favor de pessoas singulares nacionais. Mas, no art. 43.º do referido Decreto-Lei, determina-se, no seu número 2,

que a área dos terrenos rurais, objecto de contrato de concessão, não pode ser inferior a dois hectares nem superior a 10 000 hectares, sendo que, nos termos do seu número 3, só o Conselho de Ministros pode autorizar a transmissão ou a constituição de direitos fundiários sobre terrenos rurais de área superior ao limite máximo indicado no número anterior.

o caso aparenta constituir urna fraude a lei que proíbe a concessão de direitos fundiários superiores a 10 000 hectares sem aprovação do Conselho de Ministros." Como esses existem variadíssimos casos de concessão de superfície que não só violam os ditames legais como são um atropelo aos planos urbanísticos e arquitectónicos dos principais centros urbanos. Mas do que isso, constata-se numerosos terrenos abandonados, transformados em casas de campos por alguns requerentes, que não sabem o valor da agricultura, quando os verdadeiros camponeses estão a ficar sem as principais terras aráveis.

I.12.7 Governo quer melhor gestão dos solos

Jornal O País

05 De Dezembro de 2014

Texto: Carlos Moco

O ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da Republica, Edeltrudes Costa, afirmou na abertura deste seminário que as terras devidamente reordenadas e estruturadas devem ser colocadas ao serviço das políticas do Estado, com base nos critérios previamente definidos pelo Executivo.

Entre as políticas apontadas pelo ministro de Estado, constam as de habitação e realojamento, de desenvolvimento agrário ou industrial ou de defesa de ambiente. Segundo o governante, para a materialização deste programa, o Executivo aprovou já um conjunto de diplomas abrangentes que contemplam os instrumentos de gestão territorial necessários e adequados para beneficiarem todos os cidadãos, Edeltrudes Costa apontou que termo de ocupação de terrenos exige uma conjugação de esforços, planos, acções e investimentos a varies níveis que abrangem o Executivo, a Assembleia Nacional, os Tribunais, sector privado e a sociedade civil.

O responsável criticou a existência de alguma passividade de instituições públicas na forma como lidam com as queixas das verdadeiras vítimas e a acções de grupos de malfeitores que se aproveitam da migração das populações de zonas rurais para a periferia da cidade, como negocio.

Para se por cobra a situação que considerou de preocupante, o ministro de Estado disse ser necessário dar resposta urgente a problemática da ocupação ilegal de terrenos, por estar a gerar, nalguns casos, "conflitos de natureza social, económica, jurídica e política".

Segundo Edeltrudes Costa, que representou o Presidente da Republica a problemática da ocupação de terrenos situa-se actualmente no centro das preocupações do Estado, das farmácias, das empresas e dos cidadãos, Por isso, o Executivo vai continuar com esta acção formativa em 2015 e será dirigida aos governos provinciais.

As razoes de umas desculpas publicas

As desculpas apresentadas pelo governador de Benguela, Isaac dos Anjos, que foram profusamente amplificadas pela imprensa publica não estiveram acompanhadas da versão que deu origem ao inesperado acto de Dos Anjos, durante o seminário sobre a gestão de terras.

Entretanto, urna fonte conhecedora dos meandros do imbróglgio que envolveu o governante confidenciou. Que tudo começou quando o "mais alto mandatário" da província de Benguela, respondendo ou comentando sobre as primeiras intervenções no seminário, decidiu tomar a palavra para debitar algumas ideias sobre o que tinha ouvido ate então.

Segundo a fonte, a primeira pertinência de Isaac dos Anjos foi ter corrigido um quadro sénior do Ministério do Urbanismo que se referira a erva daninha que cresce nos terrenos baldios como capim, ao que o também engenheiro agrónomo, Isaac dos Anjos, rebateu precisando que, na linguagem técnica de que tinha domínio, o que foi tratado como capim ter de ser chamado, na verdade, de pasto o que terá merecido aplausos da plateia.

Adiante, o responsável verberou o facto de se achar a partilhar o mesmo espaço com autoridades tradicionais num tom marcadamente pejorativo, o que despoletou a reacção de alguns sobas que questionaram a sua prevenção ali, perguntando mesmo se podiam retirar se agua na fervura, o jurista Carlos Feijo ainda rebateu Dos Anjos deplorando a sua postura ao mesmo que pediu respeito pelos ministros presentes e, sobretudo, pelo Presidente da Republica, Jose Eduardo dos Santos, que tinha sido a entidade promotora do certame e pediu mais contenção e moderação nas intervenções.

Mas o frisson instalou-se quando Isaac dos Anjos pediu o microfone para tomar a palavra para treplicar

e lhe foi negado, tendo então decidido abandonar o Palácio de Justiça. A fonte deste jornal revelou que, cedo, o Presidente da República terá tornado conhecimento do episódio protagonizado por Isaac dos Anjos e, algo descomposto, mandou charruar Isaac dos Anjos a apresentar desculpas públicas sobre o sucedido, o que veio a acontecer nos principais serviços noticiosos dos órgãos públicos de comunicação social.

A atitude de Isaac dos Anjos pairou na mente dos participantes no seminário até ao último dia do certame, quando o ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, no seu discurso de encerramento criticou o facto de os governadores provinciais submeterem os administradores a uma excessiva

subordinação, o que terá suscitado vivas dos administradores municipais presentes que se terão sentido com a honra lavada.

1.12.8 Bornito estremece dos Anjos

Jornal Manchete

05 De Dezembro de 2014

Texto: Jorge Neto

O ministro terá colocado em causa a continuidade do governador de Benguela Isaac Maria dos Anjos, caso o mesmo não se retratasse publicamente, por ter proferido palavras que no entender do ministro eram insultuosas ao born nome das entidades que estiveram presentes no seminário.

De acordo com fontes presentes no evento que acompanharam o infortúnio, figuras de destaque junto da presidência da República terão pedido ponderação do Governador Isaac dos Anjos, mas não obtiveram sucesso tendo este abandonado a sala aonde decorria o seminário nacional sobre ocupação ilegal dos terrenos.

Entretanto no final da tarde de terça-feira 2, após o pronunciamento do ministro da Administração do território Bornito de Sousa, o governador da província de Benguela, terá convocado a imprensa local para tecer esclarecimentos e formular o pedido de desculpas.

De acordo com o jornal de Angola o governador Isaac dos Anjos disse que ""Entendemos na nossa intervenção fazer algum pronunciamento que perguntava sobre a metodologia encontrada para fazer essa consulta, não sendo essa a intenção nem a nossa competência, pois éramos também convidados.

Não consideramos que tenhamos sido o mais correcto na forma como abordamos o assunto".

Isaac dos Anjos admitiu que pode eventualmente ter gerado algum mal entendido, pelo que pediu desculpas ao promotor do seminário, a Casa Civil, e em particular ao Presidente da República. "Consideramos que todas as pessoas presentes tinham igual mérito para estarem presentes num seminário que visava sobretudo a consulta pública de vários actores e intervenientes no processo de ocupação de terrenos nas cidades, de modo geral, e no país, em particular.

O Seminário Nacional sobre a problemática da ocupação de terrenos que decorreu segunda e terça-feira recomendou a simplificação do processo de aquisição de terrenos visando a sua desburocratização o evento teve como organizador a Casa Civil do Presidente da República.

1.12.9 Ocupação Massiva de Terrenos Acentuados em Cinco Municípios da Capital

Jornal a República

05 De Dezembro de 2014

Luanda – A ocupação massiva e ilegítima de terrenos na capital do país é acentuada nos municípios periféricos de Cacuaco, Viana, Belas, Icolo e Bengo e Quissama, estando envolvidos nestes actos cidadãos das diversas franjas sociais, afirmou nesta segunda-feira, o jurista angolano Carlos Feijó

O docente universitário debruçava-se sobre a situação actual da ocupação de terrenos em Angola, assim como fazia o balanço dos dez anos de vigência da Lei de Terras, durante o seminário nacional sobre a Problemática da Ocupação de Terrenos, que vai decorrer até o dia 2 do corrente mês, em Luanda.

Segundo disse, cidadãos oriundos das diversas províncias do interior, atraídos pelos negócios, devido aos preços elevados e a capacidade da sua realização, antigos quadros seniores das administrações, deficientes de guerra, a coberto da ANDA (Associação Nacional de Deficientes de Angola), e cidadãos que reclamam ter-lhes sido cedidos terrenos, estão envolvidos na ocupação ilegal.

Fazem, de igual modo, parte dos envolvidos, acrescentou, grupos de camponeses que prosseguem com as ocupações, protegidos tanto pela SOS Habitat, quanto por advogados, cidadãos sob protecção e asseguramento de fiscais das administrações municipais, coordenadores nas

comunas, bem como oficiais da Polícia Nacional e Forças Armadas.

Dentre os factores que facilitam a ocupação ilegítima dos terrenos, apontou o fácil assédio aos técnicos e fiscais para o envolvimento em actos ilícitos de venda de terrenos baldios ou de terceiros, a inexistência de planos directores provinciais e municipais, bem como concessões feitas pela direcção da agricultura sem respeitar alguns parâmetros técnicos, como a localização exacta do terreno concedido.

Carlos Feijó disse ainda que nesta actividade é frequente observarem-se cidadãos de outras nacionalidades, que acreditam na prosperidade de Angola, comprando terrenos de forma incorrecta e perigosa, assim como cidadãos nacionais que constroem na calada da noite. O seminário nacional sobre a Problemática da Ocupação de Terrenos é uma iniciativa da Casa Civil do Presidente da República, em parceria com os Ministérios da Administração do Território (MT) e Urbanismo e Habitação. Participam no encontro, membros do Executivo, deputados à Assembleia Nacional, governadores provinciais, administradores municipais e comunais responsáveis da Polícia Nacional e Forças Armadas Angolanas, entidades tradicionais e eclesiásticas, juristas, magistrados do Ministério Público, membros da sociedade civil, docentes e discentes universitários.

1.12.10 Os problemas da habitação na perspectiva da cidadania

Jornal de Angola

05 De Dezembro de 2014

Texto: José Luís Mendonça

A preocupação manifestada pelo Executivo no que toca ao direito de propriedade fundiária em Angola é de importância capital e é jus atribuir-lhe a devida pertinência num país extenso e com uma densidade populacional reduzida, que podia a cada cidadão caber uma parcela de terra, ainda que pequena. O seminário que decorreu em Luanda trouxe soluções a vários níveis que deixam sossegar os cidadãos.

Pensamos que é agora oportuno, e porque as duas coisas - terra e habitação - andam intimamente associadas, que o Executivo tome a iniciativa de solucionar as demandas dos cidadãos que, ao longo de uma vida acumularam aforros financeiros e, depois de os aplicarem em projectos de habitação, ficaram "a ver navios".

A situação social do país, na qual o sector da Habitação é um dos mais relevantes, não é normal,

não é a mesma que se vive num país já desenvolvido da Europa, de onde nos chegou o Código Civil, para que os factos juridicamente relevantes que acontecem dia-a-dia sejam tratados meramente com o recurso à lei, sozinha. Em Angola, os negócios jurídicos firmados no domínio do Habitat extravasam o mero contencioso privado e são empolados pela figura do interesse público nacional.

Atendo-nos concretamente ao domínio do Direito das Obrigações e aos Contratos Imobiliários, temos constatado, pelas denúncias e lamentações dos clientes lesados que o incumprimento da obrigação assumida pelas sociedades imobiliárias não tem recebido solução atempada por parte do poder judicial, no foro civilístico.

Tomámos conhecimento de que a maior parte dos credores de uma das empresas incumpridas Jardins do Éden recorreu ao INADEC. Porém o INADEC parece não ter força para defender os interesses dos consumidores defraudados nas suas expectativas.

Ora, quem andou toda a sua vida a encher um pé-de-meia, anda hoje na casa dos mais de 50 anos e tem certamente família constituída. Para os angolanos nessa condição, cada minuto de vida é um passo para a idade da reforma e, continuar a viver em casa arrendada ou dos familiares, constitui uma espécie de vergonha social, assevera-se uma delapidação do direito de cidadania, para além de uma lesão do direito de propriedade, por parte dos empresários a quem deram crédito.

A Habitação é tão importante que a Constituição, no seu Artigo 85º, estabelece que "Todo o cidadão tem direito à habitação e à qualidade de vida."

Ora, os actos das sociedades imobiliárias lesivos dos interesses patrimoniais das famílias que pagaram por antecipação contra estes pressupostos jurídicos fundamentais e agem em contra-mão em relação aos esforços que o Chefe do Executivo e os órgãos reitores da Economia desenvolvem no sector habitacional, com vista a cumprirem aquela tarefa fundamental do Estado que consiste em "criar progressivamente as condições necessárias para tornar efectivos os direitos económicos, sociais e culturais dos cidadãos."

Quer dizer, em vez de apoiarem esse esforço nacional, os PCA das sociedades imobiliárias incumpridas coarctam-no e, mais, criam um ambiente social desnecessário e nada patriótico capaz de atçar instabilidade social num país que já tem problemas de sobra neste nível para solucionar, para além de estarem a atingir os patrimónios das Famílias que são a base da riqueza da Nação.

A Habitação é deveras importante, porque é o abrigo da Família. Ora, a Constituição Angolana, refere, no seu Artigo 11 ° que "A família é o núcleo fundamental da organização da sociedade e é objecto de especial protecção do Estado (...).

Entende-se que esta protecção não é apenas concedida no plano das relações familiares, mas é extensiva aos elementos fundamentais para a sobrevivência da mesma, dos quais, o lar físico é um dos mais cruciais. A própria Declaração Universal dos Direitos do Homem refere, no artigo 16.0,n03: "A família é o elemento

natural e fundamental da sociedade e tem direito à protecção desta e do Estado."

Se o problema da Habitação, em qualquer país do mundo, é um problema crucial, vital, num país como Angola, onde a guerra destruiu as infra-estruturas e depauperou as famílias, a situação que aqui analisamos exige a intervenção directa do Estado no sentido de repor a legalidade e obstar o abuso de poder do contratante inadimplente. Esta acção do Executivo e do Judicial impediria o locupletamento abusivo dos empresários incumpridores e faria vingar a função social da empresa no Estado de direito que se quer erguer em Angola. Dada a surdez completa a que se remetem algumas empresas imobiliárias devedoras, a reparação dos danos patrimoniais dos lesados exige a aceleração, pela Procuradoria-Geral da República, do mecanismo processual da aplicação da Justiça, no sentido da constituição imediata de uma garantia fiduciária com base no rol de bens do devedor, e acelerando a execução judicial do património do devedor, nos termos do Artigo 8170 do Código Civil.

Caso contrário, o sonho de casa própria com o produto do suor do trabalhador, enquanto pressuposto da conquista da cidadania efectiva, perde todo o sentido. Afinal de contas, a posse da habitação é mais vida que a posse da terra. Pode-se, viver sem ser-se titular da propriedade de um talhão de terra, mas ninguém pode viver sem um lar.

1.12.11 Postos de Comando Unificados

Novo Jornal

05 De Dezembro de 2014

Texto: David Filipe

Para disciplinar alguns oficiais superiores das Forças Armadas Angolanas (FAA), da Polícia Nacional e militares que ocupam anarquicamente espaços considerados Reservas do Estado, a Região Militar de Luanda criou um Posto de Comando Unificado

Permanente (PCUP) e outro Posto de Comando também Unificado das Reservas Fundiárias (PCUJRF). Estes dois postos, segundo apurou o Novo Jornal, deverão também tomar medidas contra os cidadãos que ocupam as reservas fundiárias em vários municípios de Luanda. A capital do país, ultimamente, depara-se com vários problemas: O crescimento desordenado da urbe, sem estrutura e planeamento, e a ocupação de terrenos sem prévia autorização.

O arquitecto António Suami disse que a cidade de Luanda está a sofrer com os efeitos do crescimento desordenado, com a falta de regras organizacionais para proporcionar à respectiva população um serviço de transporte público de qualidade e um trânsito bem constituído. "A ausência de planeamento e também de autoridade permitiram que as pessoas construíssem de maneira irregular, provocando uma ocupação errada do solo urbano", referiu a fonte.

Os conflitos e interesses à volta de terrenos na cidade de Luanda, que já ganharam contornos preocupantes, obrigou o Chefe do Executivo, José Eduardo dos Santos, a convocar vários extractos da sociedade para ouvir QS respectivos pontos de vistas. Um diagnóstico realizado em 2010, a seu pedido, sobre a situação deu conta de que estão envolvidos no processo de ocupação ilegal de terrenos pessoas de diversas origens. Para pôr cobro à situação, a Casa Militar da Presidência da República organizou um seminário nacional sobre a «Problemática da ocupação de terrenos» em Angola, que decorreu esta semana no Palácio Da Justiça. De entre os factores que facilitam a ocupação ilegítima dos terrenos foi apontado o fácil assédio aos técnicos e fiscais para o envolvimento em actos ilícitos de venda de terrenos baldios ou de terceiros, a inexistência de planos directores provinciais e municipais, bem como concessões feitas pela Direcção da Agricultura sem respeitar alguns parâmetros técnicos, como a localização exacta do terreno concedido.

Segundo as autoridades, face ao quadro que se estabeleceu com a ocupação ilegal e desordenada dos terrenos, impõem-se medidas de natureza administrativa, jurídica e de policia, que passam por prestar maior atenção às práticas das administrações municipais e comunais, ao tratamento de falsificação de documentos e aos crimes violentos por causa da usurpação de terrenos. Alguns governantes presentes no seminário defenderam que o assunto deveria ser analisado ainda ao alto nível (pelos ministérios da Administração do Território (MAT) e Urbanismo e Habitação e governadores províncias) e, posteriormente, em consulta pública.

O governador provincial de Benguela, Isaac dos Santos, questionou a metodologia encontrada para fazer essa consulta. A intervenção do governador gerou polémica durante o seminário. O governante pediu desculpas ao promotor do seminário, a Casa Civil, e em particular ao Presidente da República. "Consideramos que todas as pessoas presentes tinham igual mérito para estarem presentes num seminário que visava sobretudo a consulta pública de vários actores e intervenientes no processo de ocupação de terrenos nas cidades, de modo geral, e no país, em particular", disse Isaac dos Anjos aos jornalistas em Benguela.

Atenderás Situações

No final do seminário, os participantes sugeriram a criação de um sistema integrado para dar tratamento aos processos de regularização de terrenos. A promoção e harmonização da Lei de Terras e do Ordenamento do Território e Urbanismo com a Constituição também foram recomendadas, assim como a necessidade de atender às situações emergentes não previstas e a divulgação destas leis para darem suporte à gestão dos direitos fundiários com o recurso a cartilhas. Os participantes pediram a observação e a aplicação da Lei do Ordenamento do Território e Urbanismo, como a única via que deve dar suporte à instrução dos processos de concessão de terrenos urbanos. Reconheceram a insuficiência das instituições da Administração Local do Estado em disponibilizar solo urbanizado em tempo útil para responder às solicitações de concessão de terrenos pelos cidadãos para os mais variados fins previstos na Lei. O ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, citou a guerra como responsável pelo fenómeno da ocupação ilegal de terrenos em Luanda.

"A ocupação ilegal de terrenos e as brigas dele resultante é reflexo do conflito armado que o país viveu, tendo em conta o êxodo rural originado pela guerra", afirmou o governante no encerramento do seminário. Para Bornito de Sousa, "a situação foi agravada pela inadaptação das estruturas da administração local, daí a proliferação de musseques (bairros) à volta das principais cidades de Angola. "Com o alcance da paz e a aprovação das leis de Terras e do Ordenamento do Território e Urbanismo, foram criadas as bases para os órgãos da administração local do Estado assumirem, em toda a sua plenitude, as suas responsabilidades na gestão e defesa da propriedade fundiária, pública e privada", frisou. Neste sentido, o ministro sugeriu, como tarefas prioritárias e de interesse nacional, a actualização da legislação vigente, tendo em conta os diversos usos da terra, a reorganização institucional das administrações municipais e das cidades, assim

como das áreas de cadastro e do ordenamento do território.

O ministro juntou a acção preventiva e repressiva de condutas ilícitas, através da implementação de acções de fiscalização administrativa, a intervenção das forças policiais e, no futuro, da polícia municipal administrativa, bem como o reforço do papel do Ministério Público e dos tribunais.

O conjunto de medidas susceptíveis de contribuir para a inversão do actual quadro de conflitos sobre a problemática de ocupação de terrenos inclui ainda a autoridade no seio dos órgãos militares e policiais, em relação a eventuais casos de envolvimento de membros da corporação, a interferência das autoridades tradicionais e das comissões de moradores.

"Mas não nos iludamos, pois só a criação de condições nos municípios, em geral no interior do país, bem como o desenvolvimento equilibrado do território nacional, podem limitar, impedir ou mesmo reverter a tendência da emigração das populações, em particular dos jovens, das áreas rurais para as periferias das cidades e dos municípios do litoral", disse.

O governante referiu que as recomendações do seminário sublinham a importância da gestão da terra para o desenvolvimento económico e para a vida das populações, das instituições e das empresas.

A metodologia encontrada para fazer essa consulta. A intervenção do governador gerou polémica durante o seminário. O governante pediu desculpas ao promotor do seminário, a Casa Civil, e em particular ao Presidente da República.

"Consideramos que todas as pessoas presentes tinham igual mérito para estarem presentes num seminário que visava sobretudo a consulta pública de vários actores e intervenientes no processo de ocupação de terrenos nas cidades, de modo geral, e no país, em particular", disse Isaac dos Anjos aos jornalistas em Benguela.

Atenderão Situações

No final do seminário, os participantes sugeriram a criação de um sistema integrado para dar tratamento aos processos de regularização de terrenos.

A promoção e harmonização da Lei de Terras e do Ordenamento do Território.

1.12.12 Ocupação massiva de terrenos acentuados em cinco municípios da capital

Jornal A Republica

05 De Dezembro de 2014

O docente universitário debruçava-se sobre a situação actual da ocupação de terrenos em Angola, assim como fazia o balanço dos dez anos de vigência da Lei de Terras, durante o seminário nacional sobre a Problemática da Ocupação de Terrenos, que vai decorrer até o dia 2 do corrente mês, em Luanda.

Segundo disse, cidadãos oriundos das diversas províncias do interior, atraídos pelos negócios, devido aos preços elevados e a capacidade da sua realização, antigos quadros seniores das administrações, deficientes de guerra, a coberto da ANDA (Associação Nacional de Deficientes de Angola), e cidadãos que reclamam ter-lhes sido cedidos terrenos, estão envolvidos na ocupação ilegal.

Fazem, de igual modo, parte dos envolvidos, acrescentou, grupos de camponeses que prosseguem com as ocupações, protegidos tanto pela SOS Habitat, quanto por advogados, cidadãos sob protecção e asseguramento de fiscais das administrações municipais, coordenadores nas comunas, bem como oficiais da Polícia Nacional e Forças Armadas.

Dentre os factores que facilitam a ocupação ilegítima dos terrenos, apontou o fácil assédio aos técnicos e fiscais para o envolvimento em actos ilícitos de venda de terrenos baldios ou de terceiros, a inexistência de planos directores provinciais e municipais, bem como concessões feitas pela direcção da agricultura sem respeitar alguns parâmetros técnicos, como a localização exacta do terreno concedido.

Carlos Feijó disse ainda que nesta actividade é frequente observarem-se cidadãos de outras nacionalidades, que acreditam na prosperidade de Angola, comprando terrenos de forma incorrecta e perigosa, assim como cidadãos nacionais que constroem na calada da noite.

O seminário nacional sobre a Problemática da Ocupação de Terrenos é uma iniciativa da Casa Civil do Presidente da República, em parceria com os Ministérios da Administração do Território (MAT) e Urbanismo e Habitação.

Participam no encontro, membros do Executivo, deputados à Assembleia Nacional, governadores provinciais, administradores municipais e comunais, responsáveis da Polícia Nacional e Forças Armadas

Angolanas, entidades tradicionais e eclesiásticas, juristas, magistrados do Ministério Público, membros da sociedade civil, docentes e discentes universitários.

1.12.13 Terras na mesa de debates

Jornal O Pais

05 De Dezembro de 2014

Texto: Irineu Majoco

O governante fez estas declarações no encerramento do Seminário Nacional sobre a Problemática da Ocupação de Terrenos, corrido em Luanda entre os dias 1 e 2 de Dezembro, promovido pela Casa Civil do Presidente da Republica, no qual participaram governadores, administradores municipais, autoridades tradicionais, membros das Forças Armadas e da Polícia Nacional.

Bornito de Sousa justificou que, com a reorganização institucional das administrações municipais e das cidades das áreas de cadastro e do ordenamento, estão clarificadas as funções, a varies níveis, e a responsabilização disciplinar civil e criminal para quem violar a lei.

Esta mensagem de alerta, foi dirigida essencialmente aos funcionários públicos, agentes da autoridade pública e a cidadãos que se envolvem em actos ilícitos de ocupação e venda de terrenos, cujo acto foi também assistido por organizações da Sociedade Civilizadas a gestão de terras.

Para se inverter esse quadro, que considerou de preocupante, Bornito de Sousa apelou o envolvimento de membros da corporação policial, das autoridades tradicionais e das comissões de bairro para ajudarem a par fim a esta problemática de conflitos de ocupação ilegal de terrenos.

Na óptica do governante, a autoridade publica deve intervir na questão relacionada com a ocupação de terrenos, alertando adiante que " a democracia sem autoridade vira anarquia", morna clara alusão aos ocupantes ilegais, que praticam tais actos sob pretexto de se estar em democracia.

Segundo o responsável, " só com a criação devida dos municípios, e no interior do pais" , poderá se obter o desenvolvimento equilibrado do território nacional e limitar ou reverter a tendência da migração das populações, sobretudo dos jovens das áreas rurais para a periferia das cidades e dos municípios do litoral, em busca de melhores oportunidades de vida.

Para a protecção e gestão da terra, ministro sugeriu ainda a criação de instrumentos de detecção de fraudes e de casos de burla e a sua reincidência por

parte dos cidadãos para serem responsabilizados pelos actos ilícitos que possam eventualmente cometer.

Aplicação da Lei do Ordenamento do Território

Esta e a decisão encontrada pelos participantes neste evento que visara facilitarem a concessão de terrenos urbanos, segundo o comunicado produzido no final dos trabalhos. Para dar corpo a este diploma, os participantes defenderam também a aprovação da tabela de preços dos direitos fundiários. Esta tabela deveria ser aprovada por um decreto Executivo conjunto dos Ministérios das Finanças, do Urbanismo e Habitação, para a valorização dos terrenos com base na sua classificação e situação nacional, segundo ainda os participantes.

Os participantes no evento de iniciativa presidencial, recomendaram; igualmente a inventariação de terrenos que estejam em situação ilegal, assim como a aplicação de cadastro nacional de terras, neste encontro em que participaram técnicos e especialistas abalizados em matéria de protecção e gestão de terras.

Para prevenir situações anómalas no futuro, os participantes solicitaram também a inclusão da tipificação das várias formas de ocupação ilegal de terrenos e a observação do princípio das transferências do domínio publico do Estado para o privado para efeitos de concessão de terrenos, já no quadro da reforma penal em curso.

Oriundos de todas as províncias do país, eles reconheceram a insuficiência das instituições da Administração Local do Estado em disponibilizar solo urbanizado, em tempo útil, para dar resposta aos pedidos de concessão de terras aos cidadãos para a sua utilização, com base no que a lei prevê, Ocuparia de Terrenos o êxodo maciço da população do interior para as cidades do litoral, com destaque para Luanda, a capital do país, em busca de muitas soluções, pelos participantes como sendo o fenómeno causador da ocupação ilegal de terrenos.

Com base nesta realidade, eles defenderam a urgência de se clarificar e qualificar os diferentes espaços, através de planos territoriais e urbanísticos, que permitam a identificação das reais potencialidades, capacidade e aptidão dos diferentes terrenos, para acolherem as diversas actividades, cujos direitos são concedidos em sede da aplicação da Lei de Terras.

Concluíram, igualmente, que a falta de conhecimento dos agentes da Administração Publica tem contribuído para as distorções e insuficiências que se registam na aplicação das leis. Os participantes

concluíram também haver algumas insuficiências técnicas dos diferentes agentes em interpretar a Lei de Terras e do Ordenamento do Território e Urbanístico.

Eles defenderam também o registo predial das licenças de loteamento e a urgência de se prever na lei a forma e o procedimento que deve ser observado para a materialização dos direitos fundiários, nos casos em que não ocorra o aproveitamento util e efectivo dos terrenos concedidos, dentro do prazo estabelecido na Lei de Terras.

Durante o seminário, os participantes identificaram a existência de um elevado número de autoridades que concedem terrenos, sem que disponham de competencias para o efeito, com base na lei, e a falta de articulação entre as mesmas, há ainda a necessidade de se clarificar o papel das autoridades tradicionais.

1.12.14 Quem trava os conflitos de terra em Luanda?

Jornal Manchete

05 De Dezembro de 2014

Texto: Moreira Mário

A ocupação de forma indevida de terrenos na província de Luanda não é nova. O "fenómeno" tem estado a crescer a cada dia que passa, traduzindo-se em muitos conflitos entre as partes envolvidas. Os ocupantes, muitos deles figuras com alguma influencia, tem maior preferência as terras agrícolas dos camponeses.

Em Cacuaco por exemplo, o presidente da União Nacional dos Camponeses de Angola (UNACA), Pereira Simão Fernando, queixou-se, esta semana, em virtude dos seus associados estarem a ser vítimas de expropriação das suas parcelas de terra, sem que haja a devida indemnização.

Neste município, segundo o responsável, as áreas que antes eram potencialmente agrícolas, agora são transformadas em zonas residenciais ou habitacionais. E o caso concreto dos camponeses que tinham os seus campos agrícolas na zona da Caop, cujos espaços foram tornados com a construção de varias infra-estruturas, destacando-se o "Condomínio Familiar".

No Quilómetro 27, ao município de Viana, o cenário é o mesmo, onde a camponesa Juliana Sango foi vítima de expropriação de terra. A cidadã conta que foi obrigada a abandonar as suas lavras e ameaçada de

morte pelos ocupantes, uns ate mesmo, supostos efectivos da Policia Nacional.

Juliana Sango acrescenta que praticava a actividade agrícola no referido espaço há 35 anos. Já recorreu a quem de direito no sentido de reaver as suas terras, mas não teve êxito. Recorda que antes de perder o seu terreno chegou a receber telefonemas dos ocupantes, fazendo o pedido para negociarem. Ante a negação da mesma, os ocupantes destruíram os seus cultivos, bem como também deitaram a baixo a casa e o reservatorio de água que apoiava a irrigação do terreno.

Outra vitrina de expropriação de terra e o ancião Mateus Oliveira, 58 anos de idade que reclama pela posse de um terreno no Benfica, que diz ter adquirido e legalizado em 1993, mas que, desde Abril do ano passado apareceu alguém a reivindicar a legitimidade do mesmo espaço.

Durante esses anos, tal como outros autóctones, Mateus Oliveira cultivou a terra e sempre manteve actualizada a documentação que te confere a posse daquele campo arável, que adquiriu no longínquo ano de 1993.

Apesar de ter remetido o caso em tribunal, em Janeiro deste ano o homem o qual diz ser também proprietário, ordenou um grupo de jovens para derrubar os muros do quintal que circundavam o espaço, denunciou o ancião, garantindo que não ira cruzar os braços enquanto o problema não for resolvido.

Estes são apenas alguns casos de conflitos de terra dos varies que tem se registado no dia-a-dia um pouco por toda cidade de Luanda. O consultor do Ministério do Urbanismo, Pedro Ganga Cristóvão, alega que o "fenómeno" da ocupação de terrenos nas zonas urbanas e rurais afecta a boa governação, tendo considerado preocupante o actual quadro.

De acordo com o responsável, assiste-se constantemente conflitos de terra sejam de ocupantes ilegais, como de ocupantes legais. Mesmo que a pessoa legitima esteja a viver no terreno tem sofrido expropriação, sem que haja observância dos critérios relativos a legislação de posse de terreno.

Para Pedro Ganga Cristóvão, o programa de ordenamento do território que são instrumentos jurídicos, deveriam regularizar a ocupação anárquica de terrenos. Porem, os ministérios do Urbanismo e do Território decidiram fazer um diagnóstico, para definir um conjunto de medidas concretas de forma a acabar com este fenómeno.

Alerta que estas ocupações acabam por colocar em causa as zonas identificadas como reservas fundiárias do Estado, suscitando por outro lado, que em 2008 foi criado um pacote de reservas fundiárias em to do pais, para a questão da habitação social.

Entretanto, o referido pacote contemplava o programa de auto construção dirigida, mas de lá para cá não se consegue efectivar o mesmo, porque as áreas foram todas invadidas e ocupadas.

"HA GRUPOS ORGANIZADOS NA OCUPAÇÃO DE TERRENOS"

Falando a margem do seminário sobre "a problemática de ocupação de terrenos", que decorreu durante dois dias aqui na capital do pais, o sociólogo Laurindo Vieira denunciou a possível existência de movimentos organizados na ocupação ilegal de terrenos na província de Luanda, sendo Cacucaco um exemplo claro.

Segundo o especialista, esta pratica ocorre quando alguns cidadãos depois de realojados em determinados bairros, logo de seguida desfazem-se das suas habitações arrendando ou vendendo. "Estes indivíduos voltam a ocupar novos terrenos vivendo novamente em barracas como se de novos pobres se tratassem.

Também se constata que alguns ocupantes não chegam a viver nos espaços que ocupam, mas cedem casebres de chapa a jovens provenientes das províncias para que estes protejam o terreno e aguardam pelo registo ou cadastramento para um possível realojamento", disse.

I.12.15 Terras. Causas, efeitos e culpados da ocupação ilegal

Jornal Agora

05 De Dezembro de 2014

Texto: Ereneu Maquina

Essas são algumas das constatações a que os participantes ao seminário nacional sobre 'A Problemática da Ocupação de Terrenos, realizado em Luanda nos dias 1 e 2, numa iniciativa da Casa Civil do Presidente da Republica, em parceria com os Ministérios da Administração do Território e Urbanismo e Habitação.

No decorrer do encontro, fez-se o diagnostico da situação actual da ocupação de terrenos em Angola, bem como o balance dos 10 anos de vigência da Lei de Terras e ordenamento do território. Fizeram, igualmente, parte do debate questões ligadas a

fraquezas legislativas, administrativas e institucionais, a necessidade da revisão e actualização da legislação sobre o ordenamento do território e terras e a sua respectiva regulamentação.

A situação actual do cadastro nacional e protecção das reservas fundiárias, sistema biometria de cadastramento, controlo de cidadãos nas áreas de risco, segurança jurídica dos terrenos e concessão de direitos sobre terrenos e loteamentos fizeram, de igual modo, parte do leque de assuntos abordados durante o encontro.

Para acautelar as práticas ilícitas confirmadas pelos diversos intervenientes, o encontro recomendou uma série de medidas, entre as quais figuram a harmonização das leis de Terras e do Ordenamento do Território e Urbanismo, com o actual figurino constitucional.

A simplificação a do processo de aquisição de terrenos, visando a sua desburocratização e criação de um sistema integrado que dará tratamento aos processos de regularização de espaços, e a divulgação das leis de Terras e do Ordenamento do Território e Urbanismo, para dar suporte a gestão dos direitos fundiários, com recursos a cartilha, constam, igualmente, do leque de recomendações.

O evento instou ainda as autoridades competentes para a aprovação de uma tabela preços dos direitos fundiários, por Decreta Executivo conjunto dos Ministérios das Finanças e do Urbanismo e Habitação, de modo a q os terrenos sejam valorizados de acordo o a classificação e situação a nível nacional.

Segundo comunicado final, os participantes acolheram a orientação do Presidente Republica e Titular do Poder Executivo, José Eduardo dos Santos, no sentido de serem realizados seminários provinciais sobre a matéria em 2015, com uma participação similar de Luanda.

Ainda as consequências da guerra

o ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, que procedeu ao encerramento do seminário, referiu que o fenómeno da ocupação ilegal de terrenos e das brigas resultantes é reflexo do conflito armado que o país viveu, tendo em conta o êxodo rural Conforme o governante, esta situação foi agravada pela inadaptação das estruturas da administração local, daí a proliferação de musseques (bairros) a volta das principais cidades de Angola Atribuiu ainda a crescente e exponencial demanda de residências e de terrenos para a construção habitacional, bem como a necessidade de um

ajustamento das políticas e dos instrumentos de gestão urbana de cidades, principalmente das novas centralidades e da própria legislação sobre terras, em geral.

"Com o alcance da paz e a aprovação das leis de Terras e do Ordenamento do Território e Urbanismo, foram criadas as bases para os órgãos da administração local do Estado assumirem, em toda a sua plenitude, as suas responsabilidades na gestão e defesa da propriedade fundiária, publica e privada", frisou.

Neste sentido, o ministro sugeriu como tarefas prioritárias e de interesse nacional a actualização da legislação vigente, tendo em conta os diversos usos de terra, a reorganização institucional das administrações municipais e das cidades, assim como das áreas de cadastro e do ordenamento do território.

A estas acções, Bornito de Sousa adicionou a clarificação das funções aos varies níveis, acompanhadas da responsabilização disciplinar, civil e criminal dos funcionários públicos, agentes da autoridade publica e dos cidadãos envolvidos em praticas ilícitas, assim como o exercício da autoridade publica.

O ministro ressaltou que a acção preventiva e repressiva de condutas ilícitas, através da implementação de acções de fiscalização administrativa, a intervenção das forcas policiaes e, no futuro, da policia municipal administrativa, bem como o reforço do papel do Ministério Publico e dos Tribunais.

O conjunto de medidas susceptíveis de contribuir para a inversão do actual quadro de conflitos sobre a problemática de ocupação de terrenos inclui ainda a autoridade no seio dos órgãos militares e policiamento de membros da corporação, a interferência das autoridades tradicionais e das comissões de moradores.

"Mas, não nos iludamos, pois só a criação de condições nos municípios, em geral no interior do país, bem como do desenvolvimento equilibrado do território nacional, podem limitar, impedir ou reverter a tendência da emigração das populações, em particular dos jovens, das áreas rurais para as periferias das cidades e dos municípios do litoral", declarou.

O governante referiu que as recomendações do seminário sublinham a importância da gestão da terra para o desenvolvimento económico e para a vida das populações, das instituições e das empresas.

A necessidade da aplicação das decisões políticas sobre a forma de integração do crescimento urbano e rural, no âmbito das políticas de desenvolvimento económico, também foi aventada pelo ministro.

Medidas preventivas

As medidas preventivas, designadamente técnicas e administrativas contra a ocupação ilegal de terrenos, devem sobrepor-se às reactivas, definindo, previamente, planos de loteamento para concessão legítima de terras, afirmou o jurista João Bessa ao tema 'Medidas Preventivas e Responsabilidade'. Referiu ainda que uma das formas de prevenção técnica é a criação de lotes habitacionais, comerciais, industriais, mistos, entre outros.

Neste contexto, frisou que a concessão de terras nas áreas urbanas e suburbanas só pode ser feita mediante a existência prévia de um plano de loteamento, caso contrário constituía violação que, posteriormente, culminara com uma responsabilidade criminal.

Disse, inclusive, que, para a prevenção a nível administrativa de ocupação ilegal, há necessidade de desburocratização e simplificação dos procedimentos administrativos de concessão de terrenos.

Para o também jurista Carlos Feijo, a ocupação massiva e ilegítima de terrenos na capital do país e acentuada nos municípios periféricos de Cacucaco, Viana, Belas, Icolo e Bengo e Quissama, estando envolvidos nestes actos cidadãos das diversas franjas sociais.

Carlos Feijo, que é igualmente docente universitário, debruçou-se sobre a situação actual da ocupação de terrenos em Angola, ao fazer o balanço dos 10 anos de vigência da Lei de Terras. Segundo o mesmo, cidadãos oriundos das diversas províncias do interior, atraídos pelos negócios, devido aos preços elevados e à capacidade da sua realização, antigos quadros seniores das administrações, deficientes de guerra, a coberto da ANDA (Associação Nacional de Deficientes de Angola), e cidadãos que reclamam ter-lhes sido cedidos terrenos, estão envolvidos na ocupação ilegal.

Fazem, de igual modo, parte dos envolvidos, acrescentou, grupos de camponeses que prosseguem com as ocupações, protegidos tanto pela SOS Habitat, quanto por advogados, cidadãos sob protecção e asseguramento de fiscais das administrações municipais, coordenadores nas comunas, bem como oficiais da Polícia Nacional e Forças Armadas.

Dentre os factores que facilitam a ocupação ilegítima dos terrenos, apontou o fácil assédio aos técnicos e fiscais para o envolvimento em actos ilícitos de venda de terrenos baldios ou de terceiros, a inexistência de planos directores provinciais e municipais, bem como concessões feitas pela direcção da agricultura sem respeitar alguns parâmetros técnicos, como a localização exacta do terreno concedido.

Carlos Feijó disse, igualmente, que, nesta actividade, é frequente observarem-se cidadãos de outras nacionalidades que acreditam na prosperidade de Angola, comprando terrenos de forma incorrecta e perigosa, assim como nacionais que constroem na calada da noite.

Participam no encontro membros do Executivo, deputados à Assembleia Nacional, governadores provinciais, administradores municipais e comunais, responsáveis da Polícia Nacional e Forças Armadas Angolanas, entidades tradicionais e eclesásticas, juristas, magistrados do Ministério Público, membros da sociedade civil, docentes e discentes universitários.

O ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República, Edeltrudes Costa, considerou preocupante a problemática da ocupação de terrenos e que constitui uma das questões mais prementes da sociedade

angolana, que urge resolver, porquanto este assunto tem implicações graves, de natureza social, económica, jurídica e até política.

Edeltrudes Costa fez, ao mesmo tempo, referência ao aumento do número de vítimas de esbulho, de usurpação e de burla, da perda das receitas do Estado provenientes de concessão de terrenos e dos impostos das cidades e das dificuldades de controlo do crescimento urbano e das populações urbanas.

Segundo Edeltrudes Costa, a ocupação de terrenos provoca serias perturbações ao normal funcionamento das administrações municipais e comunais que tem de canalizar os seus esforços e recursos para as questões resultantes da mesma, a fim de se evitar o agravamento de conflitos imprevisíveis de varia ordem.

Por outro lado, recordou que constitui tarefa fundamental do Estado assegurar que o uso e aproveitamento das terras se façam em prol de toda a comunidade, com respeito dos fins legais que os fundamentam, de forma a que não sejam fonte de conflituosidade social, mas antes factores de paz, de harmonia social e de desenvolvimento económico, contribuindo para o aumento da qualidade de vida de todos os angolanos.

"o que se pretende é uma maior eficiência administrativa, respeito pelos direitos de propriedade e sustentabilidade ambiental", disse, reconhecendo que a ocupação ilegal de terrenos públicos e privados tem várias causas, dentre as quais mencionou o êxodo massivo das populações rurais para as áreas urbanas, particularmente em Luanda.

Edeltrudes Costa deu ainda conta que encontros do género serão realizados em todas as províncias do país, no ano de 2015, com vista a auscultar os problemas específicos de cada local e identificar as causas reais subjacentes a este preocupante fenómeno e a assegurar uma mobilização e participação de todos os interessados na discussão e na tomada de decisões.

PEDIDO DE DESCULPAS DE DOS ANJOS

O Seminário foi marcado com um pedido de desculpas do governador de Benguela, por alegadamente um pronunciamento seu ter sido entendido como destrato a alguns dos participantes, pelo facto de considerar que "não devia ter sido convocado para ser misturado com aquela plateia".

Isaac dos Anjos foi prontamente respondido pelo jurista Carlos Feijó, um dos prelectores convidados, que o instou a solicitar explicações ao Presidente da República, de quem partiu a iniciativa de organização do seminário, "Entendemos na nossa intervenção fazer algum pronunciamento que perguntava sobre a metodologia encontrada para fazer esta

consulta, não sendo essa a intenção nem a nossa competência, pois éramos também convidados.

Não consideramos que tenhamos sido o mais correctos na forma como abordamos o assunto", declarou Isaac dos Anjos a imprensa, em Benguela.

O governador admitiu que pode, eventualmente, ter gerado algum mal-entendido, pelo que pediu desculpas ao promotor do seminário, Casa Civil, e, em particular, ao Presidente da República.

Preocupação presidencial

Em reunião realizada na segunda-feira, enquadrada também na Solução dos muitos problemas que Luanda vive, José Eduardo dos Santos afirmou que esta província devesse observar atenção especial na distribuição e a ocupação de terrenos urbanos ou para fins agrícolas.

O Presidente fez este pronunciamento ao proceder a abertura de um encontro de trabalho, realizado no Governo da Província de Luanda, sugerindo, na ocasião, que seja realizado um seminário sobre este

tema, no qual, além da auscultação e debate, os especialistas possam falar sobre a Lei de Terras e a Lei do Ordenamento do Território, assim como os respectivos regulamentos.

o Chefe do Executivo manifestou um certo optimismo como resultado da adopção destas medidas, esperando que se resolvam os problemas identificados na província de Luanda, sendo este um desafio que tem de ser vencido.

Por outro lado, realçou que "o Executivo deve uma resposta as Mulheres Rurais que, no seu Último Fórum Nacional, pediram esclarecimentos sobre várias irregularidades cometidas por responsáveis do Estado e sua eventual responsabilização".

A propósito, deu conta que os casos concretos, já identificados, devem ser objecto de inquérito administrativo, a ser levado a cabo pelas entidades competentes.

"o nosso dever é trabalhar para o povo, e trabalhar para satisfazer as necessidades crescentes do povo. Esta é a orientação lapidar do programa de governação do MPLA, proposto nas eleições gerais de 2012. Temos, assim, obrigação de cumpri-la", concluiu.

I.12.16 Defesa das Reservas Fundiárias do Estado

Novo Jornal

05 De Dezembro de 2014

Texto: David Flípe

PARA DISCIPLINAR alguns oficiais superiores das Forças Armadas Angolanas (FAA), da Polícia Nacional e militares que ocupam anarquicamente espaços considerados Reservas do Estado, a Região Militar de Luanda criou um Posto de Comando Unificado Permanente (PCUP) e outro Posto de Comando também Unificado das Reservas Fundiárias (PCU/RF).

Estes dois postos, segundo apurou o Novo Jornal, deverão também tomar medidas contra os cidadãos que ocupam as reservas fundiárias em vários municípios de Luanda.

A capital do país, ultimamente, depara-se com vários problemas. O crescimento desordenado da urbe, sem estrutura e planeamento, e a ocupação de terrenos sem prévia autorização.

O arquitecto António Suami disse que a cidade de Luanda está a sofrer com os efeitos do crescimento desordenado, com a falta de regras organizacionais

para proporcionar à respectiva população um serviço de transporte público de qualidade e um trânsito bem constituído.

"A ausência de planeamento e também de autoridade permitiram que as pessoas construíssem de maneira irregular, provocando uma ocupação errada do solo urbano", referiu a fonte.

Os conflitos e interesses à volta de terrenos na cidade de Luanda, que já ganharam contornos preocupantes, obrigou o Chefe do Executivo, José Eduardo dos Santos, a convocar vários extractos da sociedade para ouvir QS respectivos pontos de vistas.

Um diagnóstico realizado em 2010, a seu pedido, sobre a situação deu conta de que estão envolvidos no processo de ocupação ilegal de terrenos pessoas de diversas origens.

Para pôr cobro à situação, a Casa Militar da Presidência da República organizou um seminário nacional sobre a «Problemática da ocupação de terrenos» em Angola, que decorreu esta semana no Palácio da Justiça.

De entre os factores que facilitam a ocupação ilegítima dos terrenos foi apontado o fácil assédio aos técnicos e fiscais para o envolvimento em actos ilícitos de venda de terrenos baldios ou de terceiros, a inexistência de planos directores provinciais e municipais, bem como concessões feitas pela Direcção da Agricultura sem respeitar alguns parâmetros técnicos, como a localização exacta do terreno concedido.

Segundo as autoridades, face ao quadro que se estabeleceu com a ocupação ilegal e desordenada dos terrenos, impõem-se medidas de natureza administrativa, jurídica e de polícia, que passam por prestar maior atenção às práticas das administrações municipais e comunais, ao tratamento de falsificação de documentos e aos crimes violentos por causa da usurpação de terrenos.

Alguns governantes presentes no seminário defenderam que o assunto deveria ser analisado ainda ao alto nível (pelos ministérios da Administração do Território (MAT) e Urbanismo e Habitação e governadores províncias) e, posteriormente, em consulta pública.

O governador provincial de Benguela, Isaac dos Anjos, questionou a metodologia encontrada para fazer essa consulta. A intervenção do governador gerou polémica durante o seminário. O governante pediu desculpas ao promotor do seminário, a Casa Civil, e em particular ao Presidente da República.

"Consideramos que todas as pessoas presentes tinham igual mérito para estarem presentes num seminário que visava sobretudo a consulta pública de vários actores e intervenientes no processo de ocupação de terrenos nas cidades, de modo geral, e no país, em particular", disse Isaac dos Anjos aos jornalistas em Benguela.

Atender as situações

No final do seminário, os participantes sugeriram a criação de um sistema integrado para dar tratamento aos processos de regularização de terrenos.

A promoção e harmonização da Lei de Terras e do Ordenamento do Território e Urbanismo com a Constituição também foram recomendadas, assim como a necessidade de atender às situações emergentes não previstas a a divulgação destas leis para darem suporte à gestão dos direitos fundiários com o recurso a cartilhas.

Os participantes pediram a observação e a aplicação da Lei do Ordenamento do Território e Urbanismo, como a única via que deve dar suporte à instrução dos processos de concessão de terrenos urbanos.

Reconheceram a insuficiência das instituições da Administração Local do Estado em disponibilizar solo urbanizado em tempo útil para responder às solicitações de concessão de terrenos pelos cidadãos para os mais variados fins previstos na Lei.

O ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, citou a guerra como responsável pelo fenómeno da ocupação ilegal de terrenos em Luanda.

"A ocupação ilegal de terrenos e as brigas de dele resultantes é reflexo do conflito armado que o país viveu tendo em conta o êxodo rural originado pela guerra", afirmou o governante no encerramento do seminário.

Para Bornito de Sousa, "a situação foi agravada pela inadaptação das estruturas da administração local, daí a proliferação de musseques (bairros) à volta das principais cidades de Angola.

"Com o alcance da paz e a aprovação das leis de Terras e do Ordenamento do Território e Urbanismo, foram criadas as bases para os órgãos da administração local do Estado assumirem, em toda a sua plenitude, as suas responsabilidades na gestão e defesa da propriedade fundiária, pública e privada", frisou.

Neste sentido, o ministro sugeriu, como tarefas prioritárias e de interesse nacional, a actualização da legislação vigente, tendo em conta os diversos usos

da terra, a reorganização institucional das administrações municipais e das cidades, assim como das áreas de cadastro e do ordenamento do território.

O ministro juntou a acção preventiva e repressiva de condutas ilícitas, através da implementação de acções de fiscalização administrativa, a intervenção das forças policiais e, no futuro, da polícia municipal administrativa, bem como o reforço do papel do Ministério Público e dos tribunais.

O conjunto de medidas susceptíveis de contribuir para a inversão do actual quadro de conflitos sobre a problemática de ocupação de terrenos inclui ainda a autoridade no seio dos órgãos militares e policiais, em relação a eventuais casos de envolvimento de membros da corporação, a interferência das autoridades tradicionais e das comissões de moradores.

"Mas não nos iludamos, pois só a criação de condições nos municípios, em geral no interior do país, bem como o desenvolvimento equilibrado do território nacional, podem limitar, impedir ou mesmo reverter a tendência da emigração das populações, em particular dos jovens, das áreas rurais para as periferias das cidades e dos municípios do litoral", disse.

O governante referiu que as recomendações do seminário sublinham a importância da gestão da terra para o desenvolvimento económico e para a vida das populações, das instituições e das empresas.

I.12.17 Casas em Malanje

Jornal de Angola
10 De Dezembro de 2014

Militares com deficiência visual receberam terrenos para a autoconstrução dirigida no bairro da Vila Matilde, arredores da cidade de Malanje. Os espaços foram cedidos pela Administração Municipal de Malanje estão loteados facilitando, assim, edificação das habitações para os deficientes. A iniciativa insere-se no âmbito de um protocolo assinado entre a Administração Municipal de Malanje e a Direcção Provincial dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria, que prevê ajuda aos seus assistidos no domínio habitacional.

Na ocasião, a administradora municipal adjunta de Malanje para a área técnica, Ernestina Miguel, considerou oportuna a entrega dos lotes aos deficientes visuais, porque vai permitir que tenham uma casa própria para viverem com as suas famílias. A Administração Municipal vai continuar, segundo Ernestina Miguel, com o processo de entregar lotes

para construção a pessoas que não tenham ainda habitação própria.

A entrega de terrenos é um processo que está em marcha há algum tempo e que vai prosseguir, porque muitos cidadãos ainda carecem de espaços para a edificação de casas e outras infra-estruturas sociais.

Emílio Domingos, representante dos antigos combatentes e veteranos da pátria, manifestou em declarações ao Jornal de

Angola a sua satisfação pela distribuição de lotes aos antigos militares com deficiência visual e prometeu fazer tudo para a preservar as futuras habitações.

Defendeu, igualmente, a construção de mais escolas e centros de saúde, bem como a disponibilização de serviços de fornecimento de água potável e energia a todos os bairros onde vivem deficientes.

I.12.18 Grupo técnico para acabar com os conflitos de terras em Icolo e Bengo será criado

Jornal Continente
12 De Dezembro de 2014

Durante a reunião, os participantes falaram sobre a invasão de terras, competências de quais dos órgãos deverá passar concessões e direitos de superfície, bem como o licenciamento de terras, entre outras.

O acordo foi assinado depois de uma reunião promovida pela administração de Icolo e Bengo para debater vários diplomas que dão competências a ambas as Instituições, o funcionamento dos órgãos da Administração Local do Estado da Província de Luanda e o Regime Jurídico da ZEE.

As instituições optaram pela criação de dois grupos técnicos no sentido de trabalharem para evitar alguns equívocos e ter uma gestão salutar do território.

O Administrador Municipal de Icolo e Bengo, Adriano Mendes de Carvalho, realçou a necessidade de se por cobro aos conflitos desta natureza, "temos que arranjar um meio-termo para dialogar sempre e arranjar soluções para o bem das populações, sobretudo, das gerações vindouras".

Estiveram presente neste encontro, todos os Administradores comunais e o chefe de repartição municipal de Economia da referida Administração, assim como o elenco da ZEE composta por quatro responsáveis.

Para que possam entender devidamente o município de Icolo e Bengo tem 74 mil 644 habitantes, é composto por cinco comunas, nomeadamente, Cassoneca., Catete, Kaculo kanhango, Cabíri e Bom Jesus.

I.12.19 L'éfant terrible, dos Anjos e Bornito selam acordo

Jornal Agora

12 De Dezembro de 2014

Texto: Lilas Orlov

Sob pretexto de inspeccionar o Sistema Integrado de Informação da Administração do Território - SIIGAT, Bornito de Sousa e Isaac Maria dos Anjos dissiparam o mau clima em nome da boa governação e partilharam experiências no que diz respeito a tudo de bom que se faz nesta província, para bem das comunidades.

Uma delas é a eliminação dos conflitos por usurpação de terrenos nas zonas urbanas, periurbanas e rurais que Benguela tem estado a gerir com alguma coerência e sensibilidade.

O ministro do Território foi a Catumbela acompanhar a implantação do SIIGAT, a evolução das obras da Centralidade do Luhongo, no mesmo município, e reuniu-se com o vice-governador para a política social e os directores da Educação e Saúde, com o objectivo de reavaliar a problemática dos salários atrasados e de buscar soluções para os subsídios em fatia aos docentes e gestores que exercem cargos de direcção e chefia.

O mesmo quadro remuneratório afecta, igualmente, a representação do Instituto de Formação de Administração Local (IFAL). Com seis centros regionais espalhados pelo país, Bornito de Sousa ouviu as preocupações dos quadros do IFAL, para fazer funcionar o projecto de formação de técnicos da administração do Estado e de equipamentos para as administrações municipais e governos provinciais.

"Quer em Benguela como na Catumbela, encontramos um bom domínio do Sistema Integrado de Informação e Gestão da Administração do Território", declarou o ministro.

O SIIGAT é um sistema de 22 módulos, que está a ser disseminado em todo o país, a fim de melhorar a gestão do território, a partir das administrações municipais e governos provinciais, e imprimir maior celeridade no atendimento aos cidadãos.

Os módulos mais adiantados são de contabilidade, gestão de recursos humanos, gestão do património, gestão documental e de atendimento ao cidadão.

Ocupação de terrenos.

Ainda no calor do seminário sobre 'A Problemática da Ocupação de Terrenos', o ministro constatou que o pico de conflitos em Benguela diminuiu substancialmente com a política de venda de mais de 2.500 espaços loteados, com títulos de concessão, só no município de Benguela, e o lançamento de novos lotes.

Na Baía Farta, já foram distribuídos mil lotes. No Lobito, cerca de 2 mil, enquanto em cada município do interior, perto de 500 continuam a ser preparados. Outros 15 mil estão previstos para a Reserva Fundiária. SuI de Benguela.

Os espaços normais (40/40) estão a ser vendidos a 27 mil Kwanzas, e os loteamentos em áreas nobres (projecto Bule Oceano), na Baía Farta, estão tarifados a um milhão de Kwanzas.

A política de distribuição de terrenos definidos por Isaac dos Anjos banuiu a ocupação anárquica e transacções ilegais de terrenos, eliminando, desta feita, os focos de conflitos entre os cidadãos.

"Estamos a definir a melhor forma de tratar as questões que ocasionam a ocupação de terrenos e, nalgumas casas, há o atraso da administração na preparação de espaços, para que os cidadãos possam construir. Em muitas situações, o cidadão adianta e de modo inadequado", explicou o ministro da Administração do Território.

Reconheceu haver fragilidades no exercício da autoridade do Estado para disciplinar casos de abusos e de aproveitamento indevido de terras em busca de indemnizações ou de atribuição de casas.

Para banir tal prática, encorajou, em primeira instância, as administrações municipais a trabalharem com os órgãos provinciais e nacionais, no sentido de criar condições de loteamento, para que estejam a frente das necessidades dos cidadãos, através da autoconstrução dirigida.

Por isso, a partir da segunda quinzena de Janeiro, o MAT vai intensificar seminários provinciais sobre a problemática da ocupação de terrenos, para munir os governos provinciais, administrações municipais e comunais de instrumentos que desanimem as ocupações anárquicas.

CALUNIAS DA 50S-HABITAT. Nesta terça-feira, 9, a ONG SOS-Habitat convocou, em Luanda, uma

conferência de imprensa para reagir as críticas que lhe foram feitas no Seminário sobre 'A Problemática da Ocupação de Terrenos', de supostamente estar a proteger ocupantes.

A SOS-Habitat denunciou mesmo actos que descreveu como sendo de violação ao Direito Administrativo. Para Bornito de Sousa, as críticas também foram dirigidas ao Executivo, aos Governos Provinciais e as Administrações Municipais, e ninguém pode zangar-se com a situação ou sentir-se injustiçado.

O ministro acusou a SOS-Habitat de estar a denegrir, gravemente, a imagem de Angola junto da União Europeia "Por exemplo, a SOS-Habitat promove encontros internacionais não no sentido de atrair capitais, recursos ou parcerias para ajudar a resolver problemas das habitações, mas caminha mais no sentido de caluniar e de prejudicar a imagem do Governo", sustentou.

I.12.20 Ministro acusa SOS Habitat de denegrir imagem do executivo

Jornal Continente

12 De Dezembro de 2014

Bornito de Sousa afirmou na terça-feira, 09 de Dezembro de 2014, em Benguela, que a SOS Habitat tem desempenhado um papel negativo, quanto a problemática da habitação e da ocupação ilegal de terrenos no Habitat nem sempre tem sido construtivo no papel que tem, em relação à problemática de habitações. Nós não constatamos a mesma atitude, de organizações como a SOS Habitat na prevenção, por exemplo, de ocupações, ou da colocação da população em situações de risco, como às vezes vemos a preocupação quando o governo trata de realojar essas pessoas, muitas vezes, em situação melhor", disse.

O Ministro apontou, ainda, alguns exemplos do que a SOS Habitat faz em muitos destes casos, quando promove encontros internacionais.

"A participação em encontros internacionais como promoveu junto da União Europeia, não no sentido de atrair capitais, recursos, ou até parcerias, para ajudar a resolver o problema das habitações, mas, encaminhando mais no sentido de caluniar e prejudicar a imagem do próprio governo", disse.

I.12.21 País grande, pouca gente e luta pela terra

Jornal O País

12 De Dezembro de 2014

Em princípio, olhando para as dimensões de Angola e para a sua população, não haveria qualquer razão para grandes disputas por terrenos. Mas não é assim que as coisas se passam. Temos uma guerra por terrenos,

Os angolanos descobriram que é bom ter a titularidade ou a posse de um pedaço de terra. Mesmo sem se ter o que fazer com tal pedaço. Ou porque se pensa num futuro negócio, ou porque se quer ser proprietário. Esquecidos, porém, de que em Angola o Estado é o verdadeiro proprietário da terra.

A luta pelos terrenos, que se assiste na área dos grandes centros urbanos, mas também no campo, vem sobretudo atrelada a cada anúncio de um projecto transformador do Estado.

Mas esta luta não é protagonizada apenas por cidadãos anónimos e gananciosos. Há mãos de agentes do Estado em grandes negociatas.

Há funcionários com informação privilegiada que se apossam de grandes parcelas de terreno com o único objectivo de lucrarem, depois, especulando.

Outro factor determinante nesta "guerra" pelos terrenos é a segurança. O Estado, pelo menos em Luanda, não é suficientemente aberto neste capítulo. Quanto tempo demora uma resposta, positiva ou negativa, a uma solicitação de direito de superfície por exemplo? Quantas pessoas esperam, há mais de uma década que o Governo Provincial de Luanda lhes dê uma resposta às suas solicitações de legalização dos "seus terrenos"?

E ainda surge uma outra. Confusão quem deve atribuir ao cidadão o direito de usufruir de uma área de terreno? O soba?, o administrador?

Depois das zonas cinzentas do lado das instituições, há que reconhecer que os cidadãos não se portam de forma exemplar. Há ocupações anárquicas. Há ocupações oportunistas. Há desafios à autoridade do Estado.

A terra pode bem vir a tornar-se centro de futuros conflitos graves, mais ainda quando surgem também organizações civis mais interessadas em fazer se notar que em fazer cumprir a lei, e advogam todo o tipo de ocupação e contestam qualquer tentativa de ordenamento.

A confusão está instalada, mas pode ser apenas circunstancial. Pode ser que tudo se venha a acalmar quando as condições de vida melhorarem e for ultrapassada a sensação de necessidade de cometimentos de ilegalidade para viver bem. O salve-se quem puder pode ser uma ideia ultrapassada, conforme as pessoas forem tendo mais certezas, mais confiança, mais futuro.

Mas, por fim, é preciso taxar, mais que exigir que quem tem terra faça dela alguma coisa. Não se pode permitir que saia a custo de nada a posse de milhares e milhares de hectares de terra que alguns cidadãos anunciam aos quatro ventos.

I.12.22 Acusações contra SOS Habitat sobem de tom

Jornal O País

12 De Dezembro de 2014

Texto: Venâncio Rodrigues

No pronunciamento que fez a imprensa, em Benguela, esta semana, o ministro da Administração do Território (MAT), Bornito de Sousa afirmou não ter dúvidas de que a SOS Habitat nem sempre tem sido construtiva no papel que tem em relação a problemática das habitações.

Ele disse não ter constatado de organizações como a SOS Habitat atitudes dirigidas à prevenção das ocupações ou da colocação da população em zonas de risco, como faz o Governo, tratando de realojá-las para zonas seguras "na maior parte dos casos".

Bornito de Sousa sublinhou que, ao invés disso, aquela ONG promove encontros internacionais, 'a exemplo do que teria promovido com a União Europeia, "não no sentido de atrair o capital, recurso ou parceria para ajudar a resolver o problema das habitações mas encaminhando mais no sentido de caluniar e prejudicar a imagem do próprio Governo".

O governante apelou a todas as OGs que operam no país "a aceitarem democraticamente as críticas que lhes terão sido dirigidas e" a tratarem-nas junto do MAT. Em resposta, o líder da SOS Habitat negou nesta Terça-feira, em conferência de imprensa em Luanda, todas acusações.

Rafael Morais disse que saudava a realização da recém-terminada Conferência sobre a Ocupação de Terrenos, organizada pela Casa Civil da Presidência da República, mas disse não ter recebido de bom grado as observações feitas por alguns conferencistas que questionaram a relação que as organizações sociais e profissionais não ligadas ao Governo mantém com as populações pobres.

O responsável associativo lamenta que não tivesse sido convidado pelo Governo para apresentar os seus pontos de vista e, em conjunto com outros actores sociais e participantes, debater os temas propostos "Lamentamos que o único convite e a acusação feita pelo Dr. Carlos Feijó de que a SOS Habitat tem protegido os cidadãos que ocupam terrenos ilegalmente", declarou Rafael Morais.

Ele disse que a missão da organização que dirige é de proteger os direitos dos cidadãos plasmados na Constituição. Acrescentou que desde a fundação da SOS Habitat, em 2002, mais de 50 comunidades solicitaram os seus serviços e que todas as preocupações apresentadas são sempre levadas ao conhecimento das autoridades para a procura de soluções.

Rafael Morais acusa as administrações locais de se negarem a qualquer pedido da organização ou de atender as várias denúncias sobre a violação dos direitos das populações.

O responsável da SOS Habitat acusa também os órgãos da Justiça, a Assembleia Nacional e a Presidência da República de, alegadamente, não mandarem investigar as repetidas denúncias apresentadas tanto pelos lesados como pela sua organização.

"Várias vezes solicitamos às administrações e até mesmo aos governos provinciais mas infelizmente não nos recebem. Se o governo não tomou medidas oportunamente não pode acusar a SOS Habitat, os camponeses e as pessoas lesadas", lamentou. Rafael Morais declarou que o seminário realizado "veio legitimar as demolições e os desalojamentos injustos e não procurar soluções para a violação dos direitos dos cidadãos".

O líder associativo disse que o facto de grande parte dos angolanos, "cerca de 75%", não ter documentos que os pudessem habilitar a adquirir terrenos de forma legal durante o conflito armado, provocou a proliferação de bairros desordenados sem que os seus moradores tivessem qualquer testemunho que lhes conferisse o direito de posse das suas casas.

"Quem criou isso foi o próprio Governo angolano, desde 1975. Há aqui mesmo pessoas que vieram para as grandes cidades e uma delas é Luanda, mas o Governo não teve a ousadia de comprar, pelo menos, uma fita métrica ou uma corda no mercado informal para orientar as pessoas sobre como elas deveriam construir as suas habitações", observou.

Rafael Morais defendeu que a SOS Habitat "olha para direito dessas pessoas, o direito à habitação e o direito de viver. Há os direitos das crianças, das mulheres e dos idosos que são constantemente violados e é aí onde nós aparecemos", assegurou.

O jurista Carlos Feijó foi o primeiro a responsabilizar a SOS Habitat, durante o Seminário Nacional sobre a problemática da ocupação de terrenos que "foi uma iniciativa da Casa Civil do Presidente da República e ministérios de tutela do país.

Carlos Feijó, que também é docente universitário, acusou a ONG de defesa dos direitos humanos e advogados de darem protecção a populares que ocupam terrenos de forma ilegal. Apontou também os funcionários e fiscais das administrações e ainda elementos das Forças Armadas e da Polícia Nacional de cometerem os mesmos actos.

O também antigo chefe da Casa Civil da Presidência da República referiu que "o resultado deste desrespeito é a actual situação de catástrofe social, casebres sem infra-estruturas e sujeitas a todas as vicissitudes de criminalidade, devendo as administrações tomar medidas preventivas em vez de reactivas".

Feijó também reconheceu haver um sentimento de impunidade pelo facto de as críticas dirigidas aos governos provinciais ante a problemática da ocupação desorganizada de terrenos e as acções do Estado estarem a ser dicultadas. Factores como o fácil assédio aos técnicos e fiscais para o envolvimento em actos ilícitos de venda de terrenos baldios ou de terceiros, a inexistência de planos directores provinciais e municipais, bem como concessões feitas pela direcção da agricultura sem respeitar alguns parâmetros técnicos, como a localização exacta do terreno concedido foram apontados pelo jurista como estando a concorrer para facilitação da ocupação ilegítima dos terrenos. Segundo afirmou, cidadãos de outras nacionalidades que acreditam na prosperidade de Angola também estão implicados nesta actividade incorrecta e perigosa, assim como cidadãos nacionais que constroem na calada da noite.

Observou que existe "uma ocupação massiva e organizada, feita não para habitação própria, mas para

rendimentos, fruto da especulação, com vista a obtenção de realojamento social do Estado e, em muitos casos, as ocupações são feitas quando o Executivo anuncia um projecto público para determinada área".

O seminário nacional sobre a Problemática da Ocupação de Terrenos foi uma iniciativa da Casa Civil do Presidente da República, em parceria com os Ministérios da Administração do Território (MAT) e Urbanismo e Habitação.

Participaram no encontro membros do Executivo, deputados da Assembleia Nacional, governadores provinciais, administradores municipais e comunais, responsáveis da Polícia Nacional e Forças Armadas Angolanas, entidades tradicionais e eclesíásticas, juristas, magistrados do Ministério Público, membros da sociedade civil, docentes e discentes universitários. Os participantes constataram que a ocupação massiva e ilegítima de terrenos na capital do país é acentuada nos municípios periféricos de Cacuaco, Viana, Belas, Icolo e Bengo e Quissama.

I.12.23 Prossegue ocupação ilegal de terras em varias zonas do Bengo

Jornal Agora

12 De Dezembro de 2014

A denúncia ocorreu na terça-feira (9), numa conferencia de imprensa realizada pela associacao SOS-Habitat, acusada por alguns sectores do Executivo de estar a proteger grupos de camponeses que prosseguem com as ocupacoes de terras.

Em representacao da Associacao 'Coa Leite', a camponesa Domingas Sabino explicou que, desde os anos 1985, os seus avos e pais sobreviveram daqueles campos, ate que ha dois anos cornecaram as destruicoes das suas lavras e ocupacao de terrenos sem Indemnizacao, para a construo de condominios habitacionais.

Segundo Domingas Sabino, tudo comecou quando urn presidente de urna outra associacao de camponeses solicitou 10 hectares de terra para a construo de urn estaleiro para a agricultura, o que alegrou os camponeses que pensaram ser do seu beneficio.

a espaco foi cedido, mas apos o termino da obra deu-se inicio a destruicao de areas de plantacao de manguieras, mandioca e outros produtos agricolas, sem a autorizacao ou o consentimento dos camponeses.

"O caso ceifou a vida de pessoas. Tivemos um irmão chamado Mateus Kutala que teve uma recaída quando viu a sua lavra ocupada e acabou por morrer", denunciou Domingas Sabino, que acrescentou que o número de mortos, em consequência das ocupações forçadas de terrenos, chega já a 10 vítimas.

"O povo pediu apenas para tirar os seus produtos, mas não deixavam, dizendo que o projecto é do Governo e tinha de avançar. Na verdade, ficou frustrado. Uns até agora se encontram nas cadeiras de roda. Nós, como camponeses, fomos investigando, fomos vendo que não era ordem do Governo, mas sim de administradores municipais que negociaram", disse Domingas Sabino.

Por outro lado, manifestou a sua satisfação pela realização do seminário, considerando que os camponeses defendem que devem ser indemnizados pelas perdas que tiveram.

Em contrapartida, Domingas Sabino denunciou que a ocupação e destruição de áreas de cultivo na província do Bengo intensificaram após o Seminário Nacional sobre 'A Problemática da Ocupação de Terrenos em Angola', realizado por iniciativa da Presidência da República.

"Até hoje, a nossa área continua a ser destruída. No dia 5, eu saí de Luanda e encontrei máquinas na minha lavra. A Polícia, com o administrador municipal de Cabiri, cercaram a área toda com carros patrulheiros e meteram-nas no meio das mandiocas, das mangueiras e cajueiros. Ele ficou encostado no embondeiro a ver

tudo ser destruído. Isto é doloroso para o povo angolano", concluiu. A cidadã em questão explicou que um grupo de camponeses contactou o soba da área, que manifestou desconhecimento da existência de qualquer decisão de ocupação da área.

Domingas Sabino, que se fazia acompanhar de documentos que atestam a legalidade da sua propriedade, referiu que os efectivos da Polícia Nacional dispararam tiros para dispersar e afugentar os camponeses que tentavam defender as suas lavras.

As camponesas do 'Banza Veto' desconhecem se o Governo autorizou mesmo a ocupação dos seus terrenos por empresários ou se esta decisão é resultado de conluio entre estes e os administradores locais.

A OUTRA VERSÃO DA OCUPAÇÃO DE TERRAS. Aquando da realização do Seminário sobre 'A Problemática da Ocupação de Terrenos em Angola', recordamos que o jurista Carlos Feijó denunciou que cidadãos oriundos das diversas

províncias do interior, atraídos pelos negócios, devido aos preços elevados e a capacidade da sua realização, antigos quadros seniores das administrações, deficientes de guerra, a coberto da ANDA (Associação Nacional de Deficientes de Angola), e cidadãos que reclamam terem sido cedidos terrenos, estão envolvidos na ocupação ilegal.

"Fazem também parte dos envolvidos grupos de camponeses que prosseguem com as ocupações, protegidos tanto pela SOS-Habitat, como por advogados, cidadãos sob protecção e asseguramento de fiscais das administrações municipais, coordenadores nas comunas, bem como oficiais da Polícia Nacional e Forças Armadas", afirmou.

Em resposta à crítica feita pelo jurista Carlos Feijó durante o seminário, o coordenador da SOS-Habitat, Rafael Morais, esclareceu que a sua organização não protege pessoas que ocupam terrenos de forma ilegal, mas sim os direitos plasmados na Constituição.

"Normalmente, recebemos as pessoas que solicitam os nossos serviços já com os seus direitos violados. Nós nunca nos dirigimos a uma comunidade e protegemo-la. Desde a fundação da SOS-Habitat, em 2002, temos várias casas de mais de 56 comunidades que solicitaram os nossos serviços, mas com os seus direitos já violados", disse Rafael Morais.

A SOS-Habitat lamentou o facto de não ter sido convidada para participar no seminário.

1.12.24 Criado um grupo técnico para dirimir os conflitos

Jornal de Angola

12 De Dezembro de 2014

A Administração Municipal de Icolo e Bengo e a Zona Económica Especial (ZEE) decidiram criar um grupo técnico para dirimir eventuais conflitos de terra.

A ideia surgiu no decurso de uma reunião, na qual participaram o administrador Adriano Mendes de Carvalho e o presidente do Conselho de Administração da Zona Económica Especial, António de Lemos.

Na reunião, promovida pela Administração Municipal de Icolo e Bengo, foram discutidos os diplomas que dão competências às duas instituições, o funcionamento dos órgãos da administração local do Estado na província de Luanda e o regime jurídico da Zona Económica Especial.

"" Durante a reunião, os participantes abordaram questões que tem a ver com a invasão de terras, as competências dos órgãos que devem passar concessões e direitos de superfície e o licenciamento de terras.

As duas instituições optaram, durante o encontro, pela criação de dois grupos técnicos que vão trabalhar para haver "uma gestão salutar do território".

O administrador municipal de Icolo e Bengo disse no encontro ser "preciso arranjar um meio-termo para dialogar sempre e arranjar soluções para o bem-estar das populações".

No encontro participaram também os administradores comunais do município de Viana e quatro responsáveis da ZEE.

O município de Icolo e Bengo, constituído pelas comunas de Catete, Cassoneca, Caculo Canhangó, Bom Jesus e Cabiril, tem 74.644 habitantes.

1.12.25 Tácticas colonialistas roubam o sonho da terra do povo

Jornal Folha 8

13 De Dezembro de 2014

De acordo com o dicionário "Collins Paperback English Dictionary" 'ghetto', - musseque ou sanzala é definido como "áreas de bairros densamente habitados por pessoas minoritárias que política, social e economicamente estão discriminadas, privadas e excluídas". O conceito de "ghetto", - musseque ou sanzala - foi frequentemente usado durante a segunda guerra mundial pelos alemães nazistas contra o povo judeu. No contexto dos Estados Unidos da América, o conceito e a prática foi brutal e sistematicamente usado para a negação dos direitos e oportunidades iguais contra os Afro-Americanos que viviam dentro das grandes cidades nos locais bem conhecidos por "projects".

o conceito de ghetto, musseque ou sanzala é sustentado por uma política estrutural de governação e prática de discriminação e exclusão socioeconómica, segregação cultural e de isolamento, e marginalização de todos que são os diferentes do grupo dominador e repressivo que acredita no conceito de serem uma "casta" superior a conceito do 'ghetto', musseque ou sanzala promove uma cultura e um estilo de vida em oposição às normas da sociedade porque é violentamente exposto à pobreza e indigência do dia a dia, ao crime, violência, droga, prostituição, desemprego,

analfabetismo, transformando-se num laboratório de combustão de revoluções políticas e sociais.

o contexto de Angola, conceito e a prática do 'ghetto', musseque ou sanzala foi introduzido pelos colonialistas portugueses como política e prática de discriminação, exclusão, marginalização, exploração, repressão e domínio contra os autóctones negros angolanos.

A política e a prática colonialista de subjugação dos autóctones criou estruturas e sistemas discriminatórios e racistas. Com a estruturação dos musseques e sanzalas os colonialistas mantiveram os negros na pobreza e indigência, analfabetismo, desemprego, assim como, sem se aperceberem, criaram espaços para revolução e luta de libertação nacional.

Contudo, quatro razões contribuem até hoje para a expansão da mussequeização e sanzalaização da maioria dos angolanos:

1. A longa guerra civil que forçou milhares de angolanos a fugirem das zonas rurais a procura de refúgio, segurança e oportunidades nas cidades;

2. Falta duma política habitacional consistente, inclusiva e justa para os pobres e os mais fracos da sociedade;
3. A implementação duma política e prática sistemática de demolições das casas dos pobres;

4. Falta de políticas económicas e sociais justas e inclusivas que possibilite uma melhor distribuição da riqueza nacional para se travar a migração rural para as cidades pós paz. Enquanto que na antiga Alemanha nazista, nos Estados Unidos e mesmo no resto da Europa a mussequeização e sanzalaização é um conceito e uma política de discriminação exclusão e repressão praticadas contra minorias em países africanos, neste caso particular Angola, é contra a esmagadora maioria da população.

Até agora a governação angolana falhou completamente em acabar com os musseques e as sanzalas no país e de providenciar habitação adequada para a grande maioria das famílias pobres Angola nas. As grandes sornas avultadas de investimentos públicos e "privados" no sector habitacional não conseguiu resolver o problema mesmo na capital do país onde a maioria destes investimentos são supostamente aplicados.

A grande maioria dos pobres construiu os seus 'casebres' com muito sacrifício em locais disponíveis e desocupados porque o Governo angolano não possui políticas consistentes de cedência de terrenos aos pobres, mas sim aos ricos e politicamente poderosos.

Em termos de habitação condigna os pobres foram abandonados, desprezados e até muitas vezes perseguidos pelas autoridades que praticam demolições violentas e sistemáticas das suas casas. E como resultado disto, desenvolveram-se preconceitos políticos e sociais perigosos contra os pobres e moradores dos musseques e das sanzalas. Os musseques e as sanzalas são vistos pelos governantes como problemas sociais que devem merecer duras medidas de repressão e contenção.

Contudo, os musseques e as sanzalas são na verdade os resultados da falta de políticas sociais justas e capacidades governativas para resolução deste fenómeno.

A existência de musseques e sanzalas representa o maior fracasso da governação e das instituições privadas em providenciarem habitação básica e decente para a grande maioria dos angolanos que são pobres. Em Angola, tanto no passado colonial e após a independência a maioria da população ainda é forçada a viver nos musseques e nas sanzalas infestadas de todas as carências e consequências negativas possível.

Então, quais foram os verdadeiros objectivos da luta de libertação? Será que a 'desmussequização' e 'des-sanzalização' de Angola não constava na lista? Bem parece que não!

Existe uma falta de vontade-política e capacidade governação nas elites que detém o poder no país de pelo menos tentarem corrigir os graves erros das políticas colonialistas de discriminação, segregação, marginalização, repressão, exploração, exclusão e de desigualdades económicas e sociais.

A falta duma habitação adequada e condigna é o primeiro elemento de desigualdades e injustiça social. Estes conceitos e práticas contribuíram no desenvolvimento da crença que é "muito normal" que a maioria da população viva nos musseques e sanzalas desprovidas de tudo e uma minoria de privilegiados viva em condomínios, mansões e vilas providas de tudo. A necessidade humana para todo e qualquer ser humano é a mesma sem excepção, ter e viver numa habitação decente.

Existe uma contradição entre a retórica da demagogia política e a realidade da existência dos musseques e sanzalas e o tipo e a qualidade de vida da maioria dos cidadãos nestes enclaves excluídos, marginalizados e discriminados. As políticas habitacionais nunca foram totalmente a favor da grande maioria dos pobres porque a protecção habitacional é somente dada aos ricos e politicamente poderosos.

A grande maioria dos angolanos que são pobres e que tentou com esforço próprio construir o seu "casebre" não tem documentação nenhuma, encontra-se tecnicamente na ilegalidade e vulnerável aos apetites vorazes dos fiscais e das autoridades que fazem e desfazem sem nenhuma responsabilizações políticas e governativas. Por estarem desprotegidos e desprovidos os pobres são os maiores alvos de exploração e extorsão dos fiscais do governo.

As políticas de governação relacionadas com a habitação adequada, ainda no tempo colonial e, pelo que temos visto, actualmente, não têm sabido acautelar os interesses e os direitos dos pobres. O espectro das demolições e expropriações sem o mínimo de respeito pelos direitos dos mais vulneráveis é uma constante. As políticas de auto-construção dirigida para os pobres são praticamente ineficazes e completamente corroídas pela corrupção dos oficiais públicos.

Em Angola, o processo da reconstrução e o plano de desenvolvimento urbano é conduzido pela estratégia de se manter e reter o controlo e a legitimidade política e não primariamente de resolver os problemas habitacionais da grande maioria da população pobre mussequizada e sanzalizada.

A forma de governação neo-patrimonial e assistencialista adoptada pelo governo deveria providenciar o espaço político e social necessário para operar transformações sociais substanciais e significativas; criar espaços com mais oportunidades e menos discriminação, exclusão, marginalização, repressão e empobrecimento, especialmente para aqueles que já foram vítimas sistemáticas da mussequeização e sanzalização do regime colonialista Português.

A solução para uma gradual e definitiva erradicação da existência de musseques e sanzalas em Angola, exige uma política pragmática, radical, corajosa e acima de tudo - patriótica. Ela exige também uma abordagem e prática integrada e reparatória na resolução das necessidades e problemas de habitação para os cidadãos pobres. O processo da reconstrução e construção nacional oferecesse ao governo angolano uma oportunidade ímpar de acabar gradualmente com os musseques e as sanzalas. Infelizmente, ainda perdura nas hostes governativas a crença de que alguns cidadãos terão mesmo de viver eternamente nos musseques e sanzalas e só uns poucos poderão viver nos condomínios, mansões e vilas.

Deixou-se de acreditar que a transformação social que beneficia todo povo é possível basta ter vontade política e boa fé. O legado colonial português da

mussequização e sanzalização dos autóctones negros não foi quebrado com a declaração da independência política em 1975 e muito menos resolvido com o grande crescimento económico e construções de infraestruturas habitacionais.

A grande esmagadora maioria da população autóctone angolana ainda vive mussequizada e sanzalizada. O Governo angolano precisa urgentemente de adoptar uma: política habitacional pró-pobre, como forma de promover a justiça social e combater as desigualdades económicas e a pobreza.

Nos musseques e sanzalas. E isto não se faz com discursos eleitoralistas mas sim com práticas de justiça e, acima de tudo com amor ao próximo e não simplesmente o slogan do "O Nosso Povo", um povo mussequizado e sanzalizado. Na verdade, a política e a prática dos musseques e das sanzalas expandiu muito e numa forma assustadora, e não sei quantas vezes mais do que aquilo que se herdou do colonialista português. Nisto, estamos todos de acordo.

O que falta agora são as soluções corajosas, políticas públicas justas, inclusivas e não-discriminatórias. Caso contrário, a herança colonial da mussequização e sanzalização dos autóctones continuará a ser um pesadelo eterno mesmo depois da nossa existência, e será um legado que deixaremos para as futuras gerações como herança da nossa incapacidade de governação pós-independência e grande bonança económica-financeira.

I.12.26 Problemática da ocupação de terras

Jornal Agora

13 De Dezembro de 2014

Neste momento, a sociedade esta expectante e quer celeridade na materialização das recomendações saídas do seminário que, recentemente em Luanda, debateu exaustivamente esta matéria, de modo a assegurar, como afirmou na ocasião Edeltrudes Costa, ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da Republica, que o uso e o aproveitamento de terras se façam em prol das comunidades e já não sejam pasto de acções de usurpação e burla, que com frequência ate representam perdas económicas para Estado angolano.

Mas um dado certo e que sejam quais forem as medidas a adoptar, nada devera acontecer antes que se realizem mais auscultações e debates, desta vez tendo por cenário as províncias. Tratar-se-á de fazer

jus a uma realidade que não sucede apenas na capital e tem lugar igualmente noutras parcelas do país. Facto que de resto foi mencionado pelo ministro da Administração do Território no discurso com que encerrou o seminário em Luanda.

As recomendações deste seminário basearam-se em análises de casos reais que tem ocorrido em quase todo o país", indicou Bornito de Sousa, para sublinhar depois que "O debate vai continuar nas províncias". Alias, Sousa não tem duvidas que o interior do país constitui um elo importante da intrincada cadeia de factores que alimentam ate o fenómeno da ocupação ilegal de terrenos em Luanda.

Por isso mesmo e que recomenda as pessoas que não se iludam, e põe o acento tónica no todo nacional: "Só a criação de condições de vida nos municípios e, em geral no interior do país, bem como do desenvolvimento equilibrado do território nacional, podem limitar, impedir ou mesmo reverter a tendência da migração das populações e, em particular, dos jovens, das áreas rurais para a periferia das cidades e municípios do litoral."

Terrenos ociosos também na mira

Os bastidores há a crença de que mesmo com o debate a ser transferido para as províncias, o Executivo já não se vai deixar "adormecer ou hibernar" sobre o assunto. Acredita-se que mal tenham uma alerta, alem de caírem em cima dos cidadãos que ocupam terrenos ilegalmente, as autoridades também se vão virar, com armas e bagagens, para aqueles que geralmente ocupam as terras, mesmo que a certo da lei, mas acabam por as deixar inertes e sem lhes dar qualquer utilidade.

Trata-se, efectivamente, da problemática das "terras ociosas", e delas que também muito se tem falado nesta questão fundiária em discussão. Entendem-se como ociosas, exactamente as terras cujos proprietários não dão destino proveitoso, quer para eles mesmo querem a sociedade em geral.

Pensa-se mesmo, alias, que o Governo neste momenta já terá devidamente procedido a ajustes na legislação - dada a necessidade de se harmonizar a Lei de Terras e a do Ordenamento do Território e Urbanismo de modo a desencorajar os que geralmente. Cultivam a pratica de "coleccionar" terras ociosas, e apenas estará a aguardar pela oportunidade de passar a acções de desapropriação de terrenos ociosos.

Uma das recomendações produzidas pelo seminário realizado em Luanda aponta exactamente para a ideia de se acautelar a forma de reservados terrenos ao

Estado, em casos de incumprimento do princípio do aproveitamento útil e efectivo, decorrido o prazo previsto na lei.

Consta que uma medida que esta a ser preparada com o fito exacto de retrair a corrida aos terrenos por quem não tencione dar-lhes imediatamente aproveitamento útil e efectivo, será encarecer os emolumentos na aquisição de terrenos e reduzir drasticamente os prazos para que lhes sejam dados proveito e utilidade. Conforme dizem os entendidos na matéria: "A partir de agora vai doer nos bolsos ter a posse de terrenos sem lhes dar qualquer serventia por tempos a fio."

I.12.27 Docentes analisam gestão racional de terras

Jornal de Angola

14 De Dezembro de 2014

Texto: Tatiana Marta

Académicos da Faculdade de Ciências Agrárias no Huambo, da Universidade José Eduardo dos Santos, ambientalistas e geógrafos defenderam uma gestão mais racional da terra enquanto base de subsistência das famílias do meio rural.

A ideia foi apresentada durante um seminário realizado sob o lema "Ecologia e Desenvolvimento, Problemas Ecológicos do Huambo", promovido pelo Centro de Estudos Tropicais e Alterações Climáticas (CETAC).

O director do Centro, Joaquim Augusto Laureano, disse que a iniciativa é um corolário das motivações científicas do CETAC, com envolvimento de instituições públicas e privadas, assim como da população em geral, para de forma integrada, procurar resolver grandes desafios ecológicos do planalto central.

O evento serviu para diagnosticar, avaliar e buscar soluções para os problemas ambientais do país e do Huambo e apresentar resultados dos estudos realizados pela instituição durante o ano de 2014.

O especialista em ciências da natureza, César Pakissi, disse que a recuperação das terras degradadas na província do Huambo e no país em geral depende dos esforços conjuntos entre as instituições do Estado, privadas e a sociedade civil.

Ao dissertar sobre o tema "Recuperação de Terras Degradadas", César Pakissi defendeu a promoção de práticas de recuperação e proteico da terra para que sirva também as gerações vindouras.

César Pakissi aconselhou os Ministérios da Agricultura, Ambiente e Promoção da Mulher a serem os principais impulsionadores destas actividades.

A degradação da terra resultante de queimadas, abates indiscriminados de árvores e exploração desregrada de inertes põem em causa a subsistência das comunidades.

As instituições ligadas ao sector têm realizado campanhas de sensibilização e estudos práticos para acautelar a destruição contínua da terra.

O docente Amilcar Salumbo, na sua dissertação sobre "Gestão de Terras e Águas Face as Alterações Climáticas", apontou as queimadas anárquicas e a exploração de inertes como causas da degradação da terra e do meio ambiente e lembrou aos participantes sobre a importância de se ter em conta as causas que provocam a infertilidade ou incapacidade de produção dos solos. Temas como "Dinâmica das populações de insectos no Huambo, face as alterações climáticas", "Gestão de terras e das águas, face as alterações climáticas", "Estudos de queimadas no planalto central", "Valorização dos solos ácidos", entre outros, fizeram parte dos debates que contou com a participação de decanos e professores das distintas faculdades, investigadores, membros da Polícia Nacional e membros do Governo Provincial.

O seminário serviu para analisar e apresentar soluções para a protecção do meio ambiente, em função das mudanças climáticas, e avaliar a dinâmica das populações de insectos, no âmbito do programa "Huambo Ecológico".

I.12.28 Acesso aos terrenos dificulta execução de programas

Jornal de Angola

20 De Dezembro de 2014

Texto: Francisco Curibingana

O ministro discursava na abertura do Conselho Consultivo do Ministério do Urbanismo e Habitação, Disse que vai ser necessário muito trabalho no sentido de minimizar o fenómeno das ocupações anárquicas de terrenos e as ocupações com fins especulativos um pouco por todo o território, José António da Conceição e Silva realçou que a construção de uma nova relação desenvolvida na óptica dos espaços rurais, de assentar na consolidação das relações de proximidade mutuamente benéficas e de natureza sinérgica, em detrimento de relações assimétricas e predadoras do mundo rural e a transformação das cidades em

pontes efectivas entre as áreas rurais e o mundo exterior.

O ministro considerou a necessidade de ser discutida a questão das condições de acesso a infra-estruturas, equipamentos e services, "Falar das condições de acesso a infra-estruturas, equipamentos, services e competência, implica uma atenção particular a todas as iniciativas que favoreçam o estabelecimento de redes individuais e institucionais, a mobilidade de pessoas, bens e conhecimentos e o desenvolvimento de soluções locais", realçou.

O ministro defendeu a necessidade do desenvolvimento de relações de proximidade no sentido de conciliar a coesão e integração entre centros autoconstrução dirigida, que, como disse, "deve merecer da nossa parte estratégias de actuação cada vez mais perspicazes em função da escassez de recursos que deveremos enfrentar".

O planeamento estratégico continua a ser a chave para a organização das cidades, vilas e aldeias, disse o ministro. Reservas fundiárias o governador de Malanje, Norberto dos Santos, disse que o Programa Nacional de Urbanismo e Habitação teve início Malanje. O governador confirmou a construção de 958 fogo dos 1400 fogos inicialmente previstos para a primeira fase, o que perfaz uma execução de 68,4 por cento. A província aprovou o Plano Director Municipal de Malanje, que segue, nos próximos dias, para aprovação pelos órgãos competentes, estando em curso os planos directores dos restantes 13 municípios da província.

Os participantes no Conselho Consultivo estão a avaliar o grau de cumprimento das recomendações saídas do anterior, a apresentação do relatório de balance das actividades desenvolvidas no decurso deste ano, a discussão e aprovação do relatório de balance.

Agenda de trabalhos

A apresentação dos programas de acção e de investimentos públicos do Ministério, da estrutura organizativa e funcional, pacote legislativo para o ano de 2015, aplicação da Lei de Ordenamento do Território e Urbanismo, Plano de Urbanização de Quipungo, na província da Huila, vão merecer a abordagem dos participantes.

O programa do conselho consultivo inclui ainda a discussão do programa de auto-construção dirigida, a execução do programa nacional de infra-estruturas urbanas e integradas para além da dissertação do tem a referente as parcerias publico privadas nos domínios da habitação e do urbanismo.

Participam nos trabalhos, os secretaries de Estado, vice-governadores para os services técnicos e infra-estruturas das 18 províncias, directores nacionais, consultores e administradores dos 14 municípios da província de Malanje. Urbanos e áreas rurais envolventes, que devem reforçar a capacidade de actuar aos mais diversos os níveis.

José António da Conceição e Silva chamou a atenção para a necessidade de encarar, com responsabilidade, o estagio actual de desenvolvimento do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, uma vez que o país esta a atravessar um momento divergem, em relação ao que já foi construído, mas sobretudo em relação ao que vai ser realizado. A chamada de atenção estendeu-se a província de Malanje em 2009, através da constituição das reservas fundiárias em todos os municípios e o trabalho de desminagem, culminando com a distribuição de lotes para auto construção dirigida.

No ano de 2011, disse, come çou o trabalho no programa dos 200 fogos por município, que decorre a bom ritmo. Devido ao estado acentuado de degradação de alguns edificios da cidade de Malanje, foi autorizada a transferência de 300 fogos de alguns municípios para serem construídos no município de Malanje.

I.12.29 Distribuídos milhares de Lotes na Lunda Sul

Jornal de Angola

23 De Dezembro de 2014

A governadora provincial anunciou que foram distribuídos durante o ano 5.358 lotes na província da Lunda-Sul, no âmbito do programa de autoconstrução dirigida.

Cândida Narciso, que falava na cerimónia de cumprimentos de fim de ano, sublinhou que a acção visa melhorar as condições de habitabilidade dos munícipes, assim como criar novas centralidades.

No tocante ao programa de construção das 200 casas por município, a governadora Canda Narciso informou estarem concluídas 127 habitações, sendo 50 em Cacolo, 15 no Dala e 62 na localidade do Muconda, estando em executo 173 outras.

Durante o ano prestes a terminar foram terraplenadas e asfaltadas cerca de 30 quilómetros das principais ruas dos bairros Terra Nova, Santo António, Txizainga e Luavur, no município de Saurimo, e consignada a reabilitação de todas as vias secundárias que ligam as sedes municipais as comunais.

A província da Lunda Sul conta com 516.77 habitantes e é constituída por quatro municípios, Cacolo, Dala, Muconda e Saurimo.

I.12.30 Registo da terra a favor dos camponeses

Jornal de Angola

26 De Dezembro de 2014

Texto: Mota Ambrósio

O governo provincial da Lunda Norte quer promover, a partir do próximo ano, o registo do direito de propriedade sobre a terra para cultivo, para precaver situações de expropriação fundiária no meio rural, informou o governador Ernesto Muangala.

Ernesto Muangala apontou 2015 como sendo o ano da juventude e da promoção da mulher rural, com a realização de várias acções para dignificar esses grupos sociais.

Recentemente realizou-se em Luanda um seminário nacional sobre a "Problemática da ocupação de terrenos" em Angola. Durante dois dias, os participantes fizeram um diagnóstico sobre a situação actual da ocupação de terrenos em Angola, bem como o balanço dos 10 anos de vigência da Lei de Terras e ordenamento do território.

Os participantes abordaram ainda questões ligadas a fraquezas legislativas, administrativas e institucionais, bem como a necessidade da revisão e actualização da legislação sobre o ordenamento do território e terras, assim como a sua respectiva regulamentação.

Outra questão em debate no seminário foi a situação actual do cadastro nacional e protecção das reservas fundiárias, sistema biométrico de cadastramento, controlo de cidadãos nas áreas de risco, segurança jurídica dos terrenos, e concessão de direitos sobre terrenos e loteamentos. Na reunião do Governo Provincial, Ernesto Muangala indicou que está prevista, para o próximo ano, a construção de 432 salas de aulas, o aumento da produção agrícola, e outras acções que promovam a

harmonia familiar.

De acordo com o governador da Lunda Norte, que falava terça-feira numa cerimónia com funcionários, está igualmente programada a construção de um lar para idosos e aconselhamento aos assistidos, entre outras infra-estruturas de índole social.

Realçou a continuidade dos trabalhos que visam melhorar as vias secundárias e terciárias que interligam as dez sedes municipais, bem como a

garantia de transporte para o escoamento dos produtos para os mercados urbanos, no âmbito do apoio aos camponeses.

Consta do programa anual o incentivo à pesca artesanal e de micro empresas de produção que deverão contar principalmente com o apoio da Endiama-EP; para o fornecimento de material necessário.

O governador destacou o Plano de Desenvolvimento aprovado pelo Conselho de Ministros, a elevação da cidade do Dundo à capital da província, que passa a contar com três Distritos Urbanos e a ascensão da comuna do Lóvua à categoria de município.

O dirigente assinalou ainda a eleição do país à presidência do Processo Kimberley, cujo encontro preliminar realizou-se na cidade do Dundo e a inclusão da Lagoa Nacarumbo nas Sete Maravilhas de Angola.

I.12.31 Terras sem minas

Jornal de Angola

28 De Dezembro de 2014

O chefe da Comissão Técnica Multi-Sectorial de Desminagem e Assistência Humanitária, Salvador Colo, disse a Angop que mais de sete mil quilómetros quadrados de terras foram desminados em 2014, na província da Lunda Sul.

Os trabalhos foram realizados através dos métodos de desminagem manual e mecanizada, contando com o apoio de especialistas das Forças Armadas Angolanas (FAA). As minas e engenhos explosivos foram detectados em 70 por cento no município de Muconda, cerca de 240 quilómetros a sul da cidade de Saurimo e actualmente as operações continuam nos quatro municípios da província da Lunda Sul.

A maior parte desta superfície e constituída por áreas para cultivo que há muito tempo estavam vedadas aos agricultores e que agora podem ser trabalhadas sem receio.

O chefe da Comissão apelou as autoridades administrativas, policiais e tradicionais a colaborarem com o Instituto Nacional de Desminagem para a facilitar a circulação de pessoas, disponibilizar mais espaços para a agricultura, bem como para o desenvolvimento de diversos projectos sociais e económicos na província.

Salvador Colo sublinhou, igualmente, que a colaboração da população na denúncia de locais suspeitos de objectos considerados suspeitos e

fundamental para a actividade do INAD, que vai continuar a sensibilizar as populações sobre o perigo das minas.

2. DOSSIER TEMAT 2015

2.1 JANEIRO 2015

2.1.1 Inauguradas lojas de registo no Huambo

Jornal de Angola

04 De Janeiro de 2015

Texto: Juliana Domingos

O vice-governador para o sector Económico, Joaquim Rodrigues, inaugurou duas novas Lojas dos Registo no bairro Santa Iria, na cidade do Huambo, e no município do Ecunha.

O responsável da loja no bairro Santa Iria, Hélder Gomes, disse à imprensa que a abertura destes serviços no bairro, a terceira na cidade do Huambo, vai desencorajar aquelas pessoas que insistem em adulterar documentos de identificação.

A implantação destes serviços no bairro Santa Iria reveste-se de grande importância para os munícipes e para a população do Huambo em geral, porque aumenta a oferta e diminui o grande fluxo de pessoas nas outras duas lojas na cidade do Huambo.

As novas Lojas de Registo têm capacidade de atender 78 pessoas por dia nas áreas de registo civil, automóvel, predial, comercial, actos notariais, identificação civil e criminal. "A inauguração da Loja no bairro Santa Iria é sinónimo de reforço da celeridade, funcionalidade e proximidade dos serviços sociais ao cidadão, o pleno respeito pelos seus direitos constitucionalmente consagrados em Angola", realçou Hélder Gomes.

O cidadão pode obter, entre outros serviços, informações sobre a cidadania, orientações sobre como apresentar demandas junto da Justiça, entrada de processos na Justiça, informações de utilidade pública, jurídicas, assistência jurídica gratuita (defesa pública, consulta jurídica, conciliações, mediações e arbitragem de conflitos).

A aposta na diversificação da oferta de serviços de Justiça, a par do reforço de mecanismos de resolução alternativa de litígios, visa permitir uma maior participação dos cidadãos no sistema de administração da justiça e constitui o grande objectivo do Executivo.

O vice-governador do Huambo para o sector Técnico e Infra-estruturas, Francisco Calunga Quissanga, também inaugurou, no município do

Ecunha, a primeira Loja dos Serviços Integrados de Justiça da circunscrição.

2.1.2 Requalificação avança em Ondjiva

Jornal de Angola

06 De Janeiro de 2015

A requalificação da cidade de Ondjiva, capital do Cunene, em aplicação desde 2014, para inverter as construções precárias, está entre os marcos registados no ano passado no sector das obras públicas.

Esta avaliação foi feita no último final de semana pelo governador provincial, António Didalelwa, que em entrevista à Angop destacou a construção de duas rotundas na avenida 11 de Novembro, Palácio do Governo, edifício-sede do Governo Provincial, Casa da Cultura, Sé Catedral e Mediateca de Ondjiva.

António Didalelwa apontou igualmente a construção da Sala Protocolar, Quartel de Bombeiros e a Torre de Controlo no Aeroporto 11 de Novembro, assim como a conclusão de 2.500 casas em Ondjiva e a segunda fase do projecto de 100 casas por município.

"São obras que, além dos passeios e a malha viária do casco urbano, recentemente reabilitados, projecto de iluminação pública e construção da Praça de Ondjiva, contam com uma escultura do Rei Mandume ya Ndemufao", frisou.

Estes empreendimentos são executados de forma satisfatória, dando um aspecto diferente e mais imponente à paisagem da cidade capital.

"Anteriormente caracterizada por construções precárias e uma dúzia de edificações da era colonial, a cidade de Ondjiva procura inverter o estatuto de zona de trânsito de gente que visita a vizinha Namíbia e está agora a transformar-se num ponto de atracção de visitantes", salientou António Didalelwa.

2.1.3 Demolição inesperada deixa 12 famílias ao relento

Novo Jornal

16 De Janeiro de 2015

Texto: Isaías Soares

SEM TECTO DESDE a semana passada, na sequência de uma demolição executada pela Administração Municipal local, 12 famílias do bairro Quizzanga, que fica quatro quilómetros a norte da

cidade de Malanje, continuam à espera de uma explicação das autoridades.

"Tudo aconteceu de forma inesperada. Estamos sem nenhum esclarecimento directo. Porque é que insistem nesta área? Porque nos partem as casas?", questiona João Manuel Francisco Morine, lembrando que a situação afecta cerca de 50 crianças.

"As aulas estão a aproximar-se e aqui não temos hospitais, nem escolas, nem água, nem energia. Assim fica complicado para a regedoria", protesta o morador, que apela às entidades superiores para que resolvam o problema, porque os desalojados estão "numa grande aflição".

Centenas de famílias já foram expulsas das proximidades do rio Guiné (Semente), na regedoria de Kalandula, calcula João.

Enquanto a população aguarda novos desenvolvimentos, o administrador Osvaldo Naval dos Santos garante que o processo decorreu nos termos da lei. Segundo o responsável, as casas destruídas tinham sido erguidas em locais inadequados, "junto à zona de recolha de água para a área de tratamento e distribuição à cidade de Malanje".

Osvaldo Naval dos Santos esclarece ainda que a zona da intervenção [Guiné] é uma área reservada pelo Estado para a captação de água, e aconselha a população a informar-se sobre o estatuto dos locais onde constrói para evitar constrangimentos do género.

"Isto envolve custos para as pessoas. Investem aquilo que é o seu rendimento nessas obras e torna-se muitíssimo complicado para as famílias", admitiu, sem revelar o destino final dos habitantes reassentados da Semente.

Novas operações de limpeza

Igualmente por descortinar fica a data das próximas demolições, que tinham sido anunciadas para a passada segunda-feira, mas acabaram por não acontecer.

Apesar do adiamento, o representante da administração do poder local garante que novas operações de limpeza serão marcadas.

"Não quer dizer que vão acontecer exactamente na zona da Guiné.

Por enquanto, o trabalho fica por aqui. Vamos fazer um balanço de tudo aquilo que foi o trabalho anterior", esclareceu.

O perímetro da Semente é habitado, desde 2012, por cidadãos provenientes das aldeias de Cambaxe de Cima, Cambaxe de Baixo, Kazundu, Casteve e Kajinga, da regedoria Kalandula, comuna de Cambaxe e município de Malanje, instalados à luz do projecto do executivo central de unificação das aldeias para a implantação dos principais serviços sociais básicos.

Aproximadamente 8.860 pessoas controladas por 22 sobas congregam a regedoria de Kalandula, aguardando por uma definição da Administração Municipal e do MPLA para o destino final da concentração.

À margem das demolições, a Administração Municipal de Malanje colocará à disposição das populações, dentro de 40 ou 70 dias, novos espaços para construírem nas zonas identificadas para loteamento.

2.1.4 Pedro Canga recusa orientações superiores

Jornal Manchete

16 De Janeiro de 2015

Texto: Francisco Cabila

O ministro da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, não justificou até agora, as razões que estão na base da sua ausência, na Assembleia Nacional, depois de ter sido notificado por três vezes, pela 10a Comissão daquela instituição que versa pelos Direitos Humanos, Petições, Reclamações e Sugestões dos Cidadãos. Segundo apurou o Manchete, Pedro Canga foi intimado na sequência do litígio que opõe a Cooperativa Agrícola dos Camponeses da Zona 5, KM 44, S.C.R.L e a empresa de direito israelita, TAHAL - Consulting Engineers Limited, que já vai no seu terceiro ano.

o cerne da questão é um terreno agrícola localizado na comuna do Bom Jesus, à esquerda do futuro Aeroporto Internacional, no sentido Luanda/ Catete que, de acordo com os documentos em posse deste jornal, pertence à Cooperativa dos camponeses acima citados.

Consta que, os camponeses estão, de algum tempo há esta parte, a ser forçados à abandonar as suas terras pela empresa TAHAL - Consulting Engineers Limited, supostamente a coberto do Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, através do Gabinete de Gestão de Terras Agrárias.

Tais suspeitas, tal como apurou o Manchete, surgiram do facto de, depois de uma reunião havida entre a

direcção da empresa israelita, a Cooperativa de Camponeses e a administração local, sobre a eventual legalidade da acção da TAHAL, a direcção desta empresa voltou ao terreno, volvidas algumas semanas, com declarações do Gabinete de Gestão de Terras Agrárias, atestando a titularidade do espaço, assim como se fez acompanhar do Diário da República n.º14, I Série de 21 de Janeiro de 2011, que copeia o Decreto Presidencial n.º27/11, que aprova o Projecto de Aproveitamento Hidroagrícola da Química, na província do Bengo. «Perante tudo isso, achamos que alguma situação anómala está a se passar, pois, o que se depreende é que se trata de algum interesse inconfesso, por se tratar de uma zona que está a ser muito concorrida devido à aproximação do futuro Aeroporto Internacional», disseram os camponeses, acrescentando que, se trata, porém, de uma zona/área que nada tem à ver com o Projecto de Aproveitamento Hidrográfico da Química e, «ainda que fosse, não somos quaisquer animais, muitos de nós fazemos deste local o ganha-pão para o sustento das nossas famílias».

Disseram ainda que, o projecto da TAHAL, se fazendo fé no Decreto Presidencial acima referenciado n.º27/11, que aprova o Projecto de Aproveitamento Hidroagrícola da Química, na província do Bengo - está totalmente deslocado pois, os marcos e limites das terras destes camponeses, aprovadas legalmente, estão muito longe da comuna da Química.

Acção da tahal

Ainda de acordo com as nossas fontes, mesmo não tendo as partes chegado a acordo, a TAHAL-Consulting colocou em marcha os seus intentos, supostamente a coberto do 1.º secretário do MPLA do Icolo e Bengo, Luís Vicente, tendo este, de acordo com os lesados, maltratado os camponeses durante uma reunião realizada com os mesmos, chamando-os analfabetos e que «não valiam nada». Assim sendo, numa manhã, os camponeses foram acordados pelo barulho dos motores das máquinas que destruíram enormes quantidades de árvores e outras plantações que custaram o sacrifício aos camponeses.

Estes, porém, acusam o cidadão israelita que responde pelo nome de Jacob, suposto proprietário da TAHAL -Consulting, de lhes ter dito, alto e bom som, ter gasto muito dinheiro, que foi entregue a governantes angolanos/corruptos, cujos nomes não foram citados, para a aquisição do referido espaço, razão porque os camponeses a bem ou a mal têm de deixar as terras. Os mesmos, no entanto, estão nesta localidade desde o tempo colonial e muitos deles, em número superior a sete mil, são herdeiros dos terrenos dos seus pais, estes por sua vez, herdeiros

dês seus avôs, tendo já passado por aí, três gerações. O Manchete apurou também que muitos destes camponeses são antigos combatentes e veteranos da pátria que deram a sua participação pela independência de Angola e nas lutas de libertação que esta nação conheceu. «Nós somos anteriores a toda legislação sobre a Terra» defenderam-se.

Da agricultura à habitação

Tal como apurou este jornal, inicialmente, a empresa TAHAL - Consulting Engineers Limited surgiu no terreno onde os camponeses da Cooperativa Agrícola da Zona 5 praticavam a agricultura, com o pretexto de que implementaria um projecto agrícola. No entanto, o que se nota agora é a aplicação de um programa habitacional que já está em marcha, com passos largos. Fala-se mesmo de uma central idade que, em abono da verdade não irá beneficiar os camponeses desta ou de outras localidades, como é o caso da Centralidade do 44, construída nas proximidades, igualmente em terrenos dos camponeses, que ficaram pelas promessas e com as fichas nas mãos, até hoje.

Lembrar que, o Conselho de Ministros reunido na sua 3a Sessão Ordinária no dia 28 de Abril de 2010 deliberou a aprovação do Projecto de Aproveitamento Hidroagrícola da Química, celebrado entre o Ministério do Urbanismo - na Altura Urbanismo e Construção - e a Firma israelita TAHAL - Consulting Engineers, no valor global de Cento e Cinquenta e Nove milhões e Quatrocentos e e Cinquenta mil euros.

Intimidações e ofensas ao PR

Desde que chegou naquela zona, segundo relatos colhidos no local, a TAHAL - Consulting tem causado muitos problemas aos camponeses, levando muitos deles para a cadeia com o beneplácito dos agentes da polícia local que, em várias ocasiões ameaça os agricultores com disparos armas de fogo, muitas das vezes à queima-roupa.

Na sequência do esbulho das suas terras, tal como contaram, muitas das vítimas estão doentes, acometidas por AVC e outras enfermidades não menos preocupantes, enquanto outras acabaram por falecer.

Ainda de acordo com as fontes, a direcção daquela empresa coagiu alguns camponeses a negociarem os seus terrenos num valor mísero de 25 mil kwanzas e quem não quis viu as suas lavouras abaixo, sem qualquer recompensa.

Apuramos ainda que a agentes e oficiais da polícia do Icolo e Bengo estão no terreno com um aparato de

meter medo - chefiados pelo comandante para Área Operativa, Mungongo - e dizem que estão aí sob orientação da administração municipal, argumento prontamente desmentido pelas autoridades locais, lideradas por Adriano Mandes de Carvalho, por sinal, filho da terra. «O Chefe Mungongo, chefe das Operações da polícia disse-nos o seguinte: "Vocês andam muito confiado com o vosso Presidente, fazendo alusão ao Chefe do Executivo, mas, quem manda aqui no Icolo e Bengo somos nós, não é o camarada José Eduardo dos Santos", em tamanho desrespeito a figura do Chefe de Estado angolano e Presidente do MPLA, partido que governa o país».

Administrador evita “mãos livres”

Para verem resolvido o seu problema os camponeses da Cooperativa da qual temos vindo a citar, recorreram aos serviços do escritório de advogados da Associação mãos Livres, vocacionada à Defesa e Difusão dos Direitos Humanos e da Cidadania tendo os advogados desta instituição solicitado um encontro com o administrador municipal de Icolo e Bengo, em carta datada de 13 de Outubro de 2014, para o dia 23 do mesmo mês e ano. O mesmo não ocorreu, supostamente porque Adriano Mendes de Carvalho alegou falta de gabinete para os receber, estando a situação estacionária até agora. Aquela associação, também pediu encontro com a direcção da TAHAI, igualmente sem sucesso. Tais encontros, segundo apurou o Manchete visavam encontrar uma saída para o problema, de forma amigável.

Pedido de socorro

Não tendo as partes chegado a entendimento e, sendo a Cooperativa o elo mais fraco da contenda, os seus associados recorreram em grito de socorro às várias instituições, como o Governo Provincial de Luanda, Assembleia Nacional, a OMA, organização feminina do MPLA, bem como a Presidência da República mas, pelo que tudo indica as vozes dos mesmos não fez eco, perante aquilo que consideram de injustiça.

Tal como acima referimos, a Casa das Leis através da sua 10a Comissão notificou por três vezes o titular da Agricultura, Pedro Canga, mas este terá atirado o assunto para as calendas gregas.

Já à Presidência da República, através do Gabinete do Secretário Geral dos Serviços Auxiliares do Presidente da República, liderado pelo ministro Manuel da Cruz Neto, remeteu, o ano passado, o assunto ao ministro da Agricultura, para o devido tratamento uma vez ser do seu pelouro mas, este, até agora não se pronunciou.

Dizem desconhecer os verdadeiros intentos da TAHAL, porque nenhuma autoridade oficial do Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural falou com as populações sobre o assunto.

Amaro Tati pode estar em conluio

O secretário de Estado para a Agricultura, Amaro Tati e mais quase uma dezena de governantes estão a ser apontados como estando em conluio com a direcção da empresa TAHAL - Consulting Engineers, em detrimento dos camponeses, cujas terras lhe foram retiradas.

Consta que, ante aos clamores dos lesados, Amaro Tati é visto, na companhia de mais alguns governantes e empresários a se deslocarem semanalmente, em geep top goma, nas instalações da TAHAL erguidas nas terras dos camponeses, naquela zona onde hoje está a nascer um projecto habitacional.

Contactos frustrados

Desde princípio de Dezembro do ano passado que o Manchete tem este dossiê em sua posse e que tem vindo a tentar contactar as partes envolvidas mas, sem sucesso. No Ministério da Agricultura, por exemplo, o contacto foi feito com o director do Centro de Documentação e Informação mas este havia dito que o assunto não é da sua competência, porquanto o ministro Pedro Canga tem um assessor de imprensa, Gustavo Silva que, ao que ficamos a saber, junto das funcionárias do director do gabinete do ministro o mesmo nunca se faz presente naquela instituição. Tentamos, igualmente, manter contacto com o director do gabinete do governante, nesta segunda-feira, 12, mas, postos lá, fomos informados que o mesmo se encontra de férias e que o indivíduo que o está a interinar não se encontrava na altura desconhecendo-se a que horas regressaria no gabinete. Porém, não fizemos outra coisa que não fosse deixarmos os nossos contactos e mesmo assim, não fomos tidos nem achados. Quanto à TAHAL, das várias vezes em que telefonamos para aquela empresa não tivemos sucesso. Entretanto, não nos deslocamos nas suas instalações que se situam nas terras onde os camponeses da Cooperativa Agrícola dos Camponeses da Zona 5 desenvolviam a sua actividade agrícola por questões de segurança, pois a zona, tal como contaram e pudemos constatar está quase que militarizada, sendo todas as forças policiais a seu favor, não se sabendo se a troco de quê. Fala-se mesmo que estas forças não medem meios quando se trata de defenderem os interesses da TAHAL, brutalizando todos aqueles que pretendem denunciar as injustiças que aí se verificam. Mas, pela

importância do assunto, brevemente voltaremos com novos desenvolvimentos.

2.1.5 Bairro é derrubado sobre escolta militar

Jornal A Capital

17 De Janeiro de 2015

Texto: Manuel Alberto

Aflicção, desespero e sentimento de amargura. É este o cenário com que se deparam os moradores do Bitá Miala que viram as suas residências a serem demolidas logo nas primeiras horas da manhã de quarta-feira 14.

Segundo contaram ao A Capital, foram surpreendidos por efectivos da Polícia Nacional e militares, munidos de armas de fogo, orientando as demolições sem dó nem piedade.

Lamentou o facto dona Catarina Paulo, 50 anos, residente no local há três anos exprimiu a tristeza que assolou a sua vida e a dos filhos.

"Essa situação deixou-me muito triste e na rua. Surpreenderam-nos às 05h00 de madrugada, tiraram-nos de casa como no tempo de guerra", narrou a mais velha que vive da "zunga", negócio com o qual conseguiu construir a sua casa.

Viúva há nove anos, é com o dinheiro da "zunga" de água e frutas que sustenta os oito filhos. "Neste momento os meus filhos não têm paradeiro. Fui agredida e ameaçada pelos polícias. Chamaram-me de invasora, o que não é verdade", defendeu-se.

"Nós temos até os direitos de superfície e todos os documentos dos terrenos", redimiou-se, implorando que lhe seja devolvido o espaço.

Paulo José Feliciano, 33 anos, manifestou também o seu desagrado e desapontamento com a situação que estão a viver. Contou que nunca foram avisados de que o espaço tinha dono.

"Não fomos avisados de nada. Ontem ficamos a saber que há um senhor chamado Amadeu Maurício que diz ser o proprietário do espaço", constatou, acrescentando que na semana passada, um grupo de agentes da Fiscalização apareceu no local fez a numeração das casas e a população rebelou-se por não ter nenhum conhecimento sobre os porquês.

"Fomos surpreendidos na madrugada de quarta-feira, 14. Efectivos da Polícia Nacional e militares, munidos de armas, cercaram a zona, quando eram precisamente 09h00 da manhã. Retiraram as pessoas

das casas e começaram com as demolições", registou, explicando que compraram os terrenos e nunca os tinham ilegalmente ocupado como se ouve dizer. "Estávamos com a pessoa que nos vendeu os terrenos na Administração de Viana, onde fazemos a apresentação dos documentos de compra e venda", demonstrou.

Viúva há três anos, Helena João Teca, disse que não sabe o que será da sua vida, a de seis filhos e três sobrinhos para quem muito se tem sacrificado para sustentar.

Segundo ela, tinha no bairro três residências, uma das quais, foi o seu falecido irmão que deixou.

"Ninguém me ajudou a construir as casas. Como é que vêm partir as casas e não antecipam a população?", interrogou-se Teca, explicando a seguir que vive no local há mais de três anos e não se lembra de ter ouvido a proibição de se construir no local.

Teca avançou que foram cerca de 200 residências demolidas no dia de quarta-feira.

"250 Casas foram demolidas, para além dos terrenos que estavam vedados", contabilizou, esclarecendo que, "pagamos a autorização de construção aos homens da Fiscalização da Administração de Viana que apareciam no bairro", concluiu a lesada.

"Foi uma situação constrangedora e triste. Principalmente para as crianças que acompanhavam aquele triste cenário", observou Alfredo José de Castro, 24 anos, avançando que houve desmaios de pessoas idosas por causa da agressão dos efectivos da Polícia Nacional que não respeitavam ninguém.

"Há crianças que devem estar traumatizadas por verem as suas casas a ser demolidas", constatou Castro, mostrando-se enraivecido com o triste momento.

Os moradores dizem ter recorrido à Administração de Viana em busca de possíveis esclarecimentos ao problema, porém, sem sucesso.

"O administrador disse-nos que não tem competência para resolver o caso, porque trata-se de um assunto orientado pelo Governo provincial", ilustraram os moradores visados, para mais adiante concluírem que "efectivos da Polícia e militares invadiram o espaço, deixando as pessoas ao relento".

Conforme constatou a nossa reportagem, destacada no terreno, as demolições prosseguiram até quinta-feira, 15. Na verdade, um aparato policial, constituído por efectivos da Polícia Nacional e da militares,

interpelavam as viaturas que se dirigiam para a zona em questão, ou seja, à entrada da via que dá acesso ao bairro em demolição.

A nossa reportagem tentou chegar à fala com a Administração Municipal contudo, a mesma encontrava-se com as portas encerradas.

2.1.6 Ministro avalia construção dirigida

Jornal de Angola

17 De Janeiro de 2014

Texto: Pereira Dinis

O ministro do Urbanismo e Habitação, José Silva, analisou, ontem, com representantes do sector privado, várias questões, com realce para a auto-construção dirigida e o Programa Nacional de Urbanismo e Habitação.

José Silva ouviu as propostas dos representantes do sector privado e reconheceu que há dificuldades, particularmente no acesso aos terrenos. "A queda do preço do petróleo veio atrapalhar alguns projectos, mas estamos a fazer um levantamento para reverter o quadro, sem pressionar o Tesouro", disse.

Uma representante de uma imobiliária sugeriu que seja aprovado rapidamente a legislação de posse dos terrenos porque "muito de nós ficamos frustrados quando vemos os terrenos concedidos invadidos por centenas de famílias e para se retirarem têm de ser indemnizadas".

Dadas as dificuldades, o ministro reconheceu que existem problemas sérios na posse de terras, mas "o que pretendemos é ouvirmos as vossas ideias e opiniões para se fazer o negócio imobiliário, continuar a trabalhar e ver construídas habitações sociais".

Um investidor privado sugeriu que o Estado deve acompanhar a evolução dos projectos habitacionais, por intermédio de uma equipa técnica, porque há casos em que as casas são construídas e depois não têm condições de habitabilidade por falta de infra-estruturas.

José Silva, que se encontrava ladeado pelo ministro da Construção, Waldermar Pires Alexandre, dos secretários do Estado do Urbanismo, Nhangá de Assunção, e da Habitação, Joaquim Silvestre, frisou que no Programa Nacional de Infra-estruturas está contida a reserva fundiária para alavancar a auto-construção dirigida.

"A pressão é grande, principalmente em Luanda. Estamos a ser realistas. A urbanização pode não ter

infra-estruturas, mas a população pode construir, desde que respeite os corredores das infra-estruturas para depois não termos de fazer demolições. Pretendemos partilhar esta estratégia com o sector privado no ramo habitacional", disse o ministro.

2.1.7 Moradores recusam ir viver para o Zango

Jornal Terra Angolano

19 De Janeiro 2015

Texto: António Ganga

Alguns moradores do Bairro Operário prometem não abandonar aquela zona, caso as suas reclamações não sejam resolvidas, tal como a entrega de mais de uma residência no Zango, e a entrega de outros apartamentos.

"A minha residência é bastante grande e aqui tenho a minha família, não vou aceitar sair para o Zango para uma residência minúscula, nem pensar. Eles que sejam honestos", disparou um dos moradores daquele musseque que desaparecerá dentro de pouco tempo, para dar lugar a uma zona de luxo.

Segundo estes, o critério de selecção das famílias que vão viver no edifício construído junto ao Fitness, no bairro do Cruzeiro, não está a ser justo. Por este motivo, muitos se recusam a abandonar as suas casas para serem transferidos Zango, município de Viana.

"Fomos todos cadastrados, mas poucas pessoas vão continuar aqui no bairro do Cruzeiro, que é mesmo aqui ao lado, porque há poucos apartamentos para muitas famílias, e a administração não está a fazer uma selecção justa, tanto mais é, que alguns já receberam as chaves de apartamentos. Mas para nós que vamos viver no Zango ainda não sabemos sequer das condições que vão nos dar", disse outra habitante que também não se quis identificar com medo de represálias.

Para protestar contra o acto que consideram injusto, os moradores descontentes pernoitam em vigília todos os dias a partir das 19 horas, nos arredores do referido edifício, situado na rua de Massangano, como forma de exigir direitos de igualdade na distribuição das casas, onde a maior parte recusa-se em ir para o Zango, segundo apurou este jornal no local.

"A maior parte das pessoas não quer ir para o Zango. A princípio é que não fomos informados sobre as reais condições sociais que iremos encontrar lá, estamos habituados aqui onde os nossos filhos estudam. Não temos garantia se haverá escolas,

hospitais nem outros bens de necessidades primárias", lamentou outro.

O processo de transferência começou na primeira semana de Dezembro do ano passado, no âmbito de requalificação do referido bairro, onde para o efeito, foi construído numa primeira fase um prédio que dispõe de 150 apartamentos, correspondentes ao igual número de famílias, quando estão cadastradas mais de 500.

Segundo uma fonte do Terra Angolana, serão proprietários dos referidos imóveis, os verdadeiros titulares das casas principais, que presumivelmente começam a ser demolidas a partir do dia 24 do corrente mês. Porém, aquelas residências que possuem vários anexos, serão beneficiados com casas no Zango, para além de um apartamento no novo edifício.

Clamor dos comerciantes

Não só de residências habitacionais foi construído o musseque emblemático de Luanda, o histórico BO. Por ironia do destino, a requalificação não contempla indemnizações aos estabelecimentos comerciais que se encontram na área abrangida para a requalificação, de acordo com alguns agentes comerciais que operam na zona.

"Tenho um restaurante que me gastou muito dinheiro para a sua efectivação. Investi num espaço sob regime de arrendamento há menos de um ano, ainda não retirei o capital investido, até agora somos muitos na mesma condição, e ainda não fomos esclarecidos quanto a indemnização aos estabelecimentos comerciais", concluiu um empreendedorado BO.

Ainda de acordo com a nossa fonte, serão erguidos mais dois edifícios no espaço onde vão ser demolidas as moradias construídas no tempo colonial, que se encontram entre a Rua de Massangano, Alameda Manuel Van-Dúnem e Avenida N'dunduma.

Este jornal procurou junto da administradora do distrito urbano do Sambizanga, Mara Baptista Quiosa para os devidos esclarecimentos sobre o andamento do processo de transferência dos moradores, mas, aquela responsável administrativa encontrava-se ausente da instituição.

I.1 Governo concede áreas para resolver conflitos

Jornal de Angola
20 De Janeiro de 2015

O governador de Benguela, Isaac Maria dos Anjos, anunciou que as autoridades têm vindo a disponibilizar um conjunto de áreas para assentar populações e tentar resolver os conflitos de terras que se registam no município do Cubal, 150 quilómetros a leste da sede provincial.

Isaac Maria dos Anjos falava na cerimónia de tomada de posse de Carlos Alberto Guardado como novo administrador municipal do Cubal e de Jandira Laura Ribeiro como directora provincial de Energia e Águas de Benguela.

O governador de Benguela citou exemplos de populações residentes no município do Cubal que não conseguem obter terrenos para cultivar, porque não lhes é permitido, situação que acirra ainda mais os conflitos.

Por causa destes conflitos, referiu que o Governo tem dedicado uma atenção especial ao Cubal e lançou alguns desafios, entres os quais a entrega de terrenos para o assentamento de modo pacífico da população.

Neste sentido, o governador apelou ao novo administrador municipal do Cubal a prestar a devida atenção para solucionar os conflitos de terras que envolvem populações naquela circunscrição da província de Benguela. Para Isaac Maria dos Anjos, trata-se de um trabalho metucioso, que vai exigir muita paciência, dedicação e, sobre tudo, uma grande capacidade da administração do Cubal, mas garantiu total disponibilidade do seu pelouro nesta direcção.

Face às origens dos conflitos políticos no Cubal envolvendo familiares, toma-se imperativo ter sempre presente o discurso recente do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, em que apela para que se esbata com coragem e com a necessária isenção as razões da intolerância política.

2.1.8 Zonas de cultivo estão livres de minas

Jornal de Angola

20 De Janeiro de 2014

Texto: Lourenço Bule

A brigada de engenharia militar das Forças Armadas Angolanas (FAA) entregou à administração comunal de Jamba Cueio, 115 quilómetros a sul de Menongue, 113.934 metros quadrados de terras aráveis livre de minas.

Desde Fevereiro de 2013 até Dezembro do ano passado, foram removidos no local 156 minas anti-pessoal, oito minas anti-tanque, seis uxos, dois obuses de morteiro de 82 milímetros, cinco projecteis de RPG 7 e 531 munições de diversos calibres.

O comandante da brigada de engenharia militar, capitão Domingos Benedito Vunje, disse que a operação de desminagem teve a participação de 54 sapadores equipados com detectores electrónicos do tipo "Index" e que vão prosseguir com o processo de desminagem nos restantes 754.371 metros quadrados de zonas suspeitas de minas na comuna de Jamba Cueio.

Domingos Benedito Vunje salientou que a brigada de desminagem das FAA vai entregar todos os campos desminados à população para o cultivo e a pastorícia e possibilitar ao Executivo a reabilitação de estradas, pontes, caminhos-de-ferro e aberturas de vias de acesso, tornando possível a circulação de pessoas e bens.

"A nossa maior prioridade é a limpeza de todas as reservas fundiárias, para darmos resposta às preocupações do Governo Provincial, que pretende executar os programas de combate à pobreza", disse. Corpo do texto. Corpo do texto. Corpo do texto. Corpo do texto. Corpo do texto. Corpo do texto. Corpo do texto. Corpo do texto. Corpo do texto. Corpo do texto. Corpo do texto. Corpo do texto. Corpo do texto. Corpo do texto. Corpo do texto. Corpo do texto. Corpo do texto. Corpo do texto. O vice-governador para o sector político e social, Pedro Camelo, sublinhou que "a população local tem mais campos livres para o cultivo e para circular em segurança".

O Governo Provincial está a trabalhar afincadamente na desminagem de todos os campos minados identificados na província, para o relançamento da actividade agrícola, habitação social, reparação de estradas, pontes, e outros equipamentos sociais.

2.1.9 Terras agrícolas sem minas

Jornal de Angola

21 De Janeiro de 2015

O oficial de ligação da Comissão Nacional Intersectorial de Desminagem e Assistências humanitárias, Mário Satipamba, informou em Ondjivam, que 5,304 milhões de metros quadrados foram desminados na Província do Cunene, durante o ano passado.

Mário Satipamba informou que as áreas livres de minas e outros engenhos explosivos se situam nos municípios do Cuanhama, Ombadja, Namacunde, Cahama, Cuvelai e Curoca.

No ano passado foram recolhidas dez minas anti-pessoal, 14 anti-tanque, 8.172 engenhos explosivos não detonados e 107.243 metais, referiu Mário Satipamba, acrescentado que estas acções foram acompanhadas de palestras para sensibilização das comunidades sobre o perigo de minas.

A Comissão Nacional Intersectorial de Desminagem e Assistência Humanitária tem na Província do Cunene três operadoras de desminagem: Brigada das Forças Armadas Angolanas, Instituto Nacional de Desminagem (INAD) e a Organização não governamental, "Terra-Mãe".

Recentemente, o governo do Japão procedeu, em Luanda, uma doação no valor total de 181.492 dólares, a Angola para apoiar projectos de saúde e de desminagem. Os projectos vão ser desenvolvidos pela Comissão Nacional Intersectorial de Desminagem e Assistência Humanitária e a Unidade Técnica de Coordenação da Ajuda Humanitária do Ministério da Assistência e Reinserção Social. ..

2.1.10 Administração deixa vianenses sem tecto

Jornal O PAÍS

23 De Janeiro de 2015

Texto: Paulo Sérgio

O ambiente de paz e tranquilidade em que viviam os moradores do bairro Miala, situado junto à instalações do Serviço de Inteligência Militar, em Viana, foi substituído por um clima de tensão e insegurança, na manhã de segunda - feira, 12, ao serem avisados de que as suas residências e obras seriam demolidas a qualquer momento.

Esta informação foi levada à comunidade por um dos efectivos da Polícia Militar, que também ergueria a sua residência no bairro, escalado para integrar o forte aparato de segurança reforçado por agentes das Polícias de Ordem Pública e de Intervenção Rápida incumbidos de escoltar os funcionários da Administração Municipal de Viana encarregues da operação.

Às 11 horas desta terça-feira, 20, a nossa equipa de reportagem encontrou a cidadã Belita Nguza, debaixo de sol intenso, a auxiliar o filho, o sobrinho e dois amigos a ergueram um quarto de chapa de zinco ao lado dos escombros da sua antiga residência do tipo T4, cinco dias depois de dormirem ao relento.

Com um semblante de tristeza, indicou duas casotas com menos de um metro feitas com blocos de betão amontoados nas laterais, dois contraplacados (um atrás e o outro afrente, servindo de porta) cobertas por chapas de zinco onde pernoitavam. Uma delas encontravam-se três crianças a dormirem num colchão de esponja, um delas aparentava ter uma idade inferior a dois anos de idade.

"É aqui onde dormimos desde que o senhor administrador decidiu partir a nossa casa na calada da noite, sem ao menos nos conceder a possibilidade de justificar como foi que viemos aqui parar", desabafou.

Contou que os mandatados por Manuel Caterça, administrador municipal, apareceram por volta das 3 horas da manhã com diversas charruas, prontos para materializar os seus intentos a todos os custos. Justificou que, o forte aparato de segurança teve o propósito de inibir qualquer reacção por parte dos diversos militares que aí habitam há vários anos. Ela e os seus vizinhos foram acordados pelo ruído das máquinas e as ordens para abandonar as residências emitidas pelos militares evitando que alguém ficasse entre os escombros.

Ao ver que a sua residência seria a próxima a ser deitada por terra a comerciante Belita Nguza orientou que os seus parentes subissem ao telhado e removesses as chapas de zinco para evitar que fossem inutilizadas. Mas tal acção não pode ser materializada. Esses foram ordenados por dois dos integrantes da escolta que descessem imediatamente caso não quisessem perder a vida. Um deles tentou mostrar resistência e, como resposta, foi espancado e foi detido por algumas horas.

"Este momento não tenho nada para dar aos meus filhos para comer e alguns deles acabaram por ficar doentes, não só em consequência da surra que

apanharam como também pela humidade a que estamos expostos", especificou.

Indagada sobre a proveniência das chapas que estavam a ser usadas para fazer o novo abrigo, respondeu que tanto ela como os barrotes foram recolhidos das obras dos seus vizinhos que estavam a construir imóveis de um piso.

Explicou que quando estava a construir, foi uma vez notificada pelos fiscais da Administração de Viana a apresentar os respectivos documentos, entre os quais a licença de obra, e como não os tinha foi obrigada a pagar uma multa de mais de 100 mil Kwanzas para dar seguimento à obra.

Questionada da razão porque não foi se abrigar em casa de um dos seus familiares, explicou que devesse ao facto de viverem muito distante daquela zona.

Atrás de uma das casotas, estava uma das suas parentes a confeccionar funje de milho na lenha, que seria acompanhado com peixe frito e molho de tomate, retirado de uma pequena plantação que tinha no quintal.

Fiscais cobravam para autorizar construções

A presença da equipa de reportagem de O PAÍS no local, despertou a atenção dos moradores e em menos de dez minutos várias pessoas apareceram dispostas a partilharem as suas histórias.

Revoltado, o cidadão Barroso Figueira questionou por que razão os fiscais da administração multaram por diversas vezes os moradores por não terem licença de construção e os autorizavam a darem sequências às obras depois de pagarem, se sabiam que estavam ilegais.

"A verdade é que o facto de termos pagos tais multas, levou-nos a concluir que a administração estava consciente da nossa presença aqui e que estávamos seguros.

Até porque nos foi posta aqui uma esquadra móvel", declarou.

Protestou ainda o facto de serem descritos como invasores em certos meios, alegando que o bairro surgiu num terreno que era quinta de uma senhora identificada apenas por

Dona Mariana.

Curiosamente, uma das residências desta senhora erguida no local permaneceu intacta e no dia em que a passamos por lá, deparamo-nos com três pedreiros

a darem sequência as obras de construção de quatro lojas.

A outra coisa que despertou a nossa atenção foi o facto de todas terem sido embargadas, segundo conseguimos apurar em Dezembro por intermédio de um anúncio de embargo escrito a preto nas paredes.

"Durante a manifestação de ontem, assisti um dos oficiais superiores da Polícia a espancar uma das minhas vizinhas que está em gestação, sem dó nem piedade. Infelizmente, não sei como ela está neste preciso momento", disse. Acrescentou que "é importante dizer ao senhor administrador que ele só está no trono porque o povo existe e sem nós, o povo, não há administração.

Não queremos sair daqui e exigimos que paguem os nossos bens que foram destruídos".

Barroso Figueira, morador do bairro há três anos, disse que tudo isso ocorreu no mesmo dia em que quase perdia a sua primogénita de 13 anos, por doença.

No momento em que demoliram a sua casa T3, não conseguiu retirar nenhum dos seus pertences e está a alimentar os seus oito filhos com rama de batata, proveniente da pequena que tinha no quintal, e de alguns bens alimentares que tem recebido dos vizinhos.

Já o senhor Ferraz Zinga, proprietário de uma residência do tipo T4, que disse ter acompanhado o momento em que os seus "algozes" demoliram as residências e construções que estão a ser feitas no lado direito da via que dá acesso à unidade militar, julgando que não chegariam a antiga quinta da Dona Mariana, isto é, no lado esquerdo.

"As pessoas, como eu, que tentaram retirar os seus pertences foram espancados com porretes pelos militares por isso, conseguiram destruir não só a minha casa como a maior parte dos bens que tinha lá dentro", disse.

Desabafou que e apenas dez minutos destruíram o imóvel que levou mais de dois anos para erguer, com o propósito de proporcionar bens estar a toda a sua família.

Explicou que o nome de Miala foi atribuído ao bairro pelos militares que protegiam a unidade que ali existe, em homenagem a Fernando Garcia Miala, o ex -chefe dos Serviços de Inteligência Externa.

A nossa equipa de reportagem tentou contactar a Dona Mariana, mas não teve êxito.

2.1.11 Aniversário. O paraíso de uns, o inferno de outros ou a casa comum do salve-se quem puder

Jornal Agora

23 De Janeiro de 2015

Texto: Pedro Teca

Em consequência dos 27 anos de guerra iniciada antes e que se prolongou após a conquista da independência, milhares de pessoas deslocaram-se para a capital do país na busca de segurança e alimentação.

Segundo a estimativa preliminar do Censo Populacional e de Habitação de 16 de Maio de 2014, existem, actualmente, 6,5 milhões de habitantes em Luanda, correspondendo a 27% do total de 24,300 milhões de residentes em Angola.

É a menor província do país, com uma área de 24.651 km, mas a que cada vez mais vai crescendo com a construção de novas centralidades habitacionais.

A Proposta de Lei sobre Alteração da Divisão Político-Administrativa das Províncias de Luanda e do Bengo, aprovada pela Assembleia Nacional, a 19 de Julho de 2011, reformou de nove para sete os municípios de Luanda, nomeadamente: Cazenga, Cacuaco, Icolo e Bengo, Viana, Belas, Quiçama e Luanda.

Nessa reestruturação, Luanda cedeu a localidade do Panguila para a província do Bengo, tendo integrado os municípios da Quiçama e de Icolo e Bengo. O processo de reassentamento de milhares de deslocados nas suas zonas de origem, levado a cabo após o término da guerra em 2002, sem a criação de condições básicas nas províncias, praticamente não influenciou na diminuição do êxodo populacional que se concentrou em Luanda.

RECONSTRUÇÃO. A riqueza de Aitgola garantiu a prosperidade da economia, dependente do petróleo, e como a capital do país, Luanda recebe a maior fatia do Orçamento Geral do Estado, sendo, assim, o foco da reconstrução e o principal centro financeiro, comercial e económico do território.

Como parte de um ambicioso plano de reconstrução nacional, o processo de urbanização da capital é evidente em quase todos os aspectos da sociedade, desde a construção e a reabilitação de estradas, estádios desportivos, hotéis, centralidades habitacionais, centros e zonas comerciais, um aeroporto internacional de última geração, renovação da nova marginal, reconversão urbana das zonas

periféricas, construção de parques de estacionamento, zonas verdes e áreas de lazer e muito mais.

A construção das novas centralidades do Kilamba e de Cacucaco visava aliviar a situação habitacional dos luandenses e melhorar a qualidade de vida, mas as habitações construídas não são economicamente acessíveis à grande maioria da população, sendo os preços inicialmente fixados entre 125 mil a 200 mil dólares, de acordo com os modelos disponíveis.

A desorganização nos projectos de habitação parte do topo, realçando aqui a incompetência demonstrada pela empresa gestora, SONILS, que não conseguiu dar o tratamento financeiro devido ao plano, tão pouco assegurou a integridade das centralidades, onde cerca de uma centena de famílias acusadas de ocupação ilegal foram despejadas pela Polícia Nacional.

Numa visão macro, a reconstrução de Luanda é um projecto louvável, mas a realidade no terreno demonstra que o desenvolvimento da capital do país está a ser feito em detrimento de milhares de habitantes, cujas residências, sobretudo nas zonas periféricas, foram e continuam a ser demolidas, e os residentes desalojados, sem indemnizações condignas, e no mais extremo dos casos, são atirados para zonas longínquas e inabitáveis, sem transportes, escolas, hospitais, saneamento básico ou simplesmente sem condições de habitabilidade.

Segundo a ONG Omunga, entre 2001 e 2007, organizações locais e internacionais documentaram o desalojamento forçado de mais de 30.000 pessoas, num processo que envolveu demolições de casas, sem compensações, concretizadas com suporte de fortes contingentes de efectivos da Polícia Nacional e das Forças Armadas Angolanas.

Nos últimos anos, as controversas demolições de bairros estenderam-se pelas principais cidades do país, como Benguela, Namibe e Huambo. Luanda continua a liderar as estatísticas.

Pior do que os cidadãos que reclamam pela má qualidade e pelo pequeno espaço das residências nas novas centralidades e nos Zangos, estão os despejados ao relento das matas do Parque Nacional do Quiçama.

Uma das maiores acções de despejos ocorridos em Luanda ocorreu no antigo mercado do Roque Santeiro, cuja alternativa criada no Panguila não resultou, porque a transferência não foi acompanhada com a criação de condições que permitam a mobilidade e a circulação dos vendedores e

compradores. O outro caso que também abalou a sociedade foram os desalojamentos dos moradores do bairro Boavista, numa situação que não teve desfecho satisfatório.

Os mais recentes despejos decorreram no bairro Sapú, em Viana, a 16 de Janeiro, com a demolição de 250 casas, e, desde então, as vítimas têm-se concentrado frente da Administração de Viana à procura de solução.

A situação da reconversão urbana está tensa no Bairro Operário, onde cerca de 500 residências de várias famílias se encontram incompatíveis com o prédio de 150 apartamentos incapaz de albergar todos, enquanto a maioria é compelida para o realojamento no Zango.

A mesma insatisfação é demonstrada pelos moradores da zona 19, sector 6 do bairro Grafanil, que vivem perto da nova centralidade do Sambizanga, e que não se contentam com as condições das casas do Zango e as ofertas feitas em torno dos planos de realojamento do Gabinete Técnico de Reconversão Urbana do Cazenga, Rangel e Sambizanga, liderado pelo arquitecto Bento Soito.

QUEM BENEFICIA? Essa é a grande questão em tomo do ambicioso plano de reconstrução e reconversão urbana da cidade de Luanda.

São inegáveis as mudanças a que a capital tem vindo a assistir, mas também é evidente a perpetuação do adágio de que "os ricos se tornam cada vez mais ricos, e os pobres cada vez mais pobres", sendo que milhares de familiares, cujas casas foram e estão a ser demolidas nas periferias e zonas urbanas, testemunham a qualidade das suas vidas a deteriorarem nas zonas sem condições de habitabilidade.

Tudo indica que os pobres estão a ser alienados para as partes mais longínquas de Luanda, enquanto as zonas urbanas permanecem para grandes grupos económicos de nacionais e estrangeiros, de famílias com influência geralmente ligadas ao partido governante e poder económico.

O nepotismo e os preços altos em tomo da redistribuição das habitações frustram cada vez mais o sonho de casa própria, principalmente da juventude, engrossada por jovens formados em distintas áreas atirados ao desemprego, na maior parte dos casos por falta de oportunidade de primeiro emprego.

As demolições de residências dos cidadãos em bairros resultam na construção de condomínios habitacionais, centros comerciais e escritórios que

beneficiam a minoria da população com forte poder e capacidade financeira.

Inúmeras vezes, cidadãos denunciaram ocupações ilegais de terras por parte de generais ou altos dirigentes do aparelho governativo, o que implica a existência de um plano de desenvolvimento descoordenado e desorganizado. Mas a quem recorrer, se quem recebe a queixa é quem protege quem viola a lei e o direito fundamental consagrado ao cidadão, envolvido numa cruzada de interesses individuais e de grupos que se superpõem aos da Nação.

2.1.12 As demolições em Viana

Jornal O PAÍS

23 De Janeiro de 2015

Na manhã de terça-feira, testemunhei, junto à Administração Municipal de Viana, a manifestação de um grupo de cidadãos deste município que reclamava do facto de ter sido 'escorraçado' das residências por suposta orientação do novel administrador do município.

Em causa estava o facto de terem construído num terreno que, segundo o administrador de Viana, pertence a um cidadão que conseguiu provar documentalmente, ao contrário dos queixosos, que ainda assim reivindicaram sob protecção dos efectivos da Polícia Nacional.

É de louvar o facto de o administrador ter dado a cara independentemente dos estragos que uma decisão sua tenha causado. Certamente, ele que está há poucos meses no comando do mais populoso município do país, não deve ter estado na origem do problema que deixa ao relento algumas dezenas de cidadãos nacionais, mas é importante esperar dele posições semelhantes naqueles casos em que estejam em causa não somente os bens de indivíduos bem posicionados no nosso 'inner circle' político, militar ou social.

À semelhança de Cacuaco, Icolo e Bengo, e Belas, Viana é dos poucos municípios onde ainda se podem encontrar espaços vagos para a construção de habitações e outros tipos de empreendimentos. É também um dos que nos últimos anos, sobretudo no consulado do antecessor de Manuel Caterça, o músico Zeca Moreno, em que se assistiram cenas chocantes e humilhantes de ocupação ilegal de terrenos, que só se assemelham às invasões promovidas pelo Movimento dos Sem Terras, no Brasil.

Diziam tratar-se de indivíduos integrantes das forças militares ou dos aparelhos de segurança que na calada da noite invadiam algumas quintas de populares para comercializarem os terrenos que nem sequer lhes pertenciam. É uma prática que ainda se faz sentir no município e não há registos de que estes grupos, alguns dos quais devidamente identificados, tenham sido detidos pelas autoridades locais ou em colaboração com a administração municipal.

Terrenos como estes onde foram demolidas as casas dos populares têm sido vendidos por grupos devidamente identificados. Um amigo tenente-general confidenciou - nos há dias que alguns hectares que eram sua pertença terão sido despachados com auxílio de um antigo governante de Luanda.

Incapacitado, ele teve de se queixar a um alto responsável do país para obter uma pequena compensação, apesar de possuir o direito de superfície do referido espaço que foi retalhado e vendido sem seu consentimento.

Lembro-me também de que um antigo jogador de futebol e deputado pela bancada parlamentar do MPLA terá sido vítima deste tipo de comportamentos, que não encontram qualquer repúdio por parte das administrações ou dos seus responsáveis.

Não me lembro de ter ouvido ou assistido a julgamento de grupos de indivíduos que se dedicam única e exclusivamente à venda de terrenos em Luanda. Não há qualquer dúvida que eles existem.

Tem sido muito mais fácil atacar os efeitos e não as causas. Longe de se querer incitar a anarquia, a verdade tem mostrado que só através de terceiros é que se tem acesso à terra para se poder erguer uma casa e albergar a família.

Porque algumas culpas recaem ao próprio Governo Provincial de Luanda, depois do mal-sucedido processo de entrega de terrenos durante o consulado da governadora Francisca do Espírito Santo. Mesmo depois das inscrições e pagamentos, até hoje não houve atribuição de um único terreno, a devolução dos montantes pagos e muito menos um pedido de desculpas da parte das autoridades.

E estes, sem dinheiro ou facilidades para ingressarem nalguns projectos habitacionais em curso no país, não vêem outra alternativa senão erguer um casebre onde puderem.

2.1.13 Camponeses do Bita acusam Sonangol de incumprimento

Jornal O PAÍS

23 De Janeiro de 2014

Mais de 500 camponeses e antigos proprietários de terrenos de cultivo na zona do Bita, município de Belas, estão agastados com a Sociedade Nacional de Combustíveis (Sonangol), por esta empresa pública não ter honrado o compromisso de os ressar pelos espaços cedidos, onde foi erguida a cidade do Kilamba.

O coordenador do grupo destes camponeses, José Nicolau, em conversa mantida com O PAÍS no princípio desta semana, afirmou que a situação remonta a 2011, altura em que a Sonangol prometeu entregar novas casas no complexo habitacional do Zango, e pagar uma indemnização em dinheiro no valor de 20 mil dólares, mas, até à data, nenhuma luz se vislumbra no fundo do túnel.

Segundo contou José Nicolau, foi uma dúzia de pessoas que recebeu as referidas residências no Zango, estando a maioria à espera a julgar pelo tempo que o assunto já se arrasta, sem, entretanto, haver nenhum pronunciamento da Sonangol, ante o clamor dos camponeses.

A fonte acrescentou que há muito que esta empresa demarcou-se de assumir o seu compromisso, deixando para atrás chefes de famílias desesperados e ao relento, já que, para além de terrenos, foram derrubadas residências dessa população que clama por uma postura de bom senso por parte das entidades de direito.

José Nicolau, o rosto visível deste grupo de camponeses, sendo a maioria já de idade avançada, acusou a direcção da Sonangol de furtar-se ao diálogo, O que, segundo a fonte, tem estado a causar "insónias" aos antigos proprietários que não vêm a situação resolvida, numa altura deles em que a situação de saúde de muitos exige cuidados redobrados.

O coordenador disse que muitos desses antigos proprietários de lavras e de casas derrubadas são velhos que não têm onde se abrigar, e, a cada dia que passa, a saúde de alguns vai se deteriorando em consequência da situação de desabrigados em que vivem para protegerem-se do calor, do frio e da chuva, associados à mendicidade de muitos que não têm como sobreviver, já que ficaram sem as lavras onde produziam várias culturas que depois eram vendidas, retirando daí algum rendimento.

Na óptica da fonte, devia haver compaixão e dignidade para com este grupo da sociedade, que cedeu a sua área de lavoura, dando lugar a um novo projecto habitacional que orgulha qualquer angolano, "mas nós continuamos ao relento", desabafou.

O mais preocupante ainda é que a Sonangol pretende derrubar mais parte do espaço onde alguns estão a residir, no quadro da ampliação do referido projecto, segundo informou a este jornal o coordenador José Nicolau. Para a fonte, esta atitude está a provocar um sentimento de revolta no seio dos camponeses que há muito andam agastados com a petrolífera angolana.

No entendimento da fonte, o que os camponeses pretendem é tão-somente dar -lhes o que a Sonangol prometeu e não" manter-se calada, ignorando o compromisso antes assumido", disse, para quem o desespero está a ser insuportável a cada momento, estimulando um sentimento de revolta.

Referiu que com base nesta situação, em tempos, o grupo recorreu aos préstimos dos advogados da Associação Mãos Livres, para ver esclarecido o assunto junto a Sonangol, mas os esforços feitos até agora por esta associação ainda não surtiram os efeitos desejados, afirmou.

Reconheceu que esta organização filantrópica ligada aos direitos humanos tem vindo a lutar incansavelmente para ver o caso esclarecido, mas contra todas as expectativas dos camponeses, a Sonangol parece estar pouco interessada em sentar-se à volta da mesma mesa e resolver definitivamente o caso, deplorou. Este jornal apurou junto da Associação Mãos Livres que, de facto, a situação remonta há quatro anos, e todos os esforços envidados não tiveram ainda uma solução, tendo as declarações da fonte cruzado com as do advogado da causa, Salvador Freire dos Santos, que tem a difícil missão de ajudar a resolver este caso.

Da parte da Sonangol, ninguém ousou se pronunciar sobre o caso, havendo promessas de o fazer nos próximos dias, particularmente a comissão que esteve envolvida nas negociações com os camponeses que estão com os ânimos exaltados. Este jornal voltará à carga numa das suas próximas edições' pois a situação promete ainda fazer passar "muita água debaixo da ponte".

2.1.14 Cidadãos presos por protestarem

Jornal O PAÍS

23 De Janeiro de 2015

Nove cidadãos foram detidos pelos efectivos da Polícia Nacional durante as manifestações de protestos ásdemolições de residências e obras, realizadas de segunda à terça-feira, por terem, alegadamente, proferidos várias ofensas contra o mais alto dirigente do município de Viana.

Os seis indivíduos detidos na segunda - feira foram repartidos em dois grupos, um dos quais permaneceu por algumas horas no Posto da Polícia do bairro Kapalanga e o outro passou uma noite na esquadra que está próxima à Casa da Juventude.

Por intermédio do senhor Nito Matamba, um dos protestantes, a nossa equipa de reportagem conseguiu falar com a senhora Elisa Ramos no momento em que se encontrava detida numa sala com a sua "colega" Domingas João Ngola.

O clima de tensão no seio dos manifestantes agudizou-se mais ainda pelo facto de o administrador não ter recebido os dez representantes de uma Comissão de Moradores criada sob a sua orientação para que pudessem abordar tal assunto.

Elisa Ramos confessou que foram detidas por terem ofendido o administrador Manuel Caterça por ter ficado desesperada em função de a sua obra ter sido demolida nas condições acima mencionadas. As três acabaram por ser libertas na tarde de quarta-feira e as demais no dia seguinte, graças a intervenção de um advogado.

Revoltada com a situação, a senhora Filomena da Silva, proprietária de uma das residências demolidas, disse que comprara a parcela de terra a um cidadão que atende pelo nome de Bento de Fontes que se apresenta como sendo o legítimo proprietário.

Como prova de que estava legal, exibiu um aviso prévio de demolição emitido pelo Gabinete de Inspeção e Fiscalização de Viana, assinada pelo seu titular, intendente da Polícia Nacional Domingos Francisco Adriano "Dominik", na qual consta que a mesma deveria comparecer neste local com vários documentos, entre os quais, título de propriedade do terreno e a licença de execução de obras. Caso contrário os pedreiros seriam detidos.

"Como a minha obra estava no princípio, o senhor Dominik ordenou que pagasse apenas 20 mil Kwanzas nesta repartição para tratar a referida licença

de construção e assim fiz, por isso dei sequência á minha obra", disse. Acrescentou de seguida que "a minha irmã que estava a construir na mesma zona não teve a mesma sorte porque como a sua obra já estava bastante avançada, os seus pedreiros foram detidos pelos fiscais e ela pagou mais de 100 mil Kwanzas pela sua libertação e a emissão da licença de construção".

Filomena da Silva explicou que o senhor disse que o senhor Bento de Fontes e um outro cidadão identificado como Amadeu Maurício, estão há vários anos a litigar pela titularidade do terreno.

30 Minutos depois de a nossa equipa de reportagem ter contactado uma das funcionárias do gabinete do administrador para obter mais informações sobre o assunto, os policiais reforçaram a repressão e detiveram três cidadãs.

A funcionária disse que não seria possível contactá-lo porque se encontrava em visita de campo, mas ficou com o terminal telefónico da nossa redacção com a promessa de que entraria em contacto connosco assim que voltasse ao seu gabinete, o que não aconteceu. Nesta quinta-feira, voltamos a contactar o administrador e não tivemos êxito novamente.

2.1.15 Croquis de localização em novo instrutivo

Jornal Economia e Finanças

23 De Janeiro de 2015

Um novo instrumento orientador para a confecção de croquis de localização vai entrar em vigor este ano, numa iniciativa do Instituto Geográfico e Cadastral de Angola (IGCA), que pretende dinamizar o seu papel de autoridade nacional para geodesia, cartografia, topografia e cadastro predial.

"Tendo-se constatado inúmeros erros técnicos na confecção de croquis de localização e havendo, por conseguinte necessidade da sua melhor ia e uniformização, foi produzido um instrumento orientador de cumprimento rigoroso", refere o plano de acção para 2015 da instituição, a que a Angop teve acesso.

Assim sendo, segundo a instituição, as parcelas de terreno com menor dimensão, como caso dos edifícios dentro das cidades com cartografia os croquis de localização deve ser elaborado na escala que maiores detalhes apresentar, para perceptível e fácil localização da parcela.

As mesmas parcelas (de menor dimensão), se estiverem localizadas em zonas sem cartografia

adequada, o croquis de localização deve ser elaborado a partir do mapa na maior escala existente.

Cartografia local

Os novos elementos a serem encontrados, caso a cartografia local esteja desactualizada devem ser levantados no terreno e projectados nos croquis de localização, de acordo ao manual de símbolos convencionais vigentes, como por exemplo: estradas, linhas de transporte de energia eléctrica, valas de drenagem das águas, edifícios e outras obras de engenharia.

No novo instrutivo, os croquis de localização devem constar todos os elementos, nomeadamente, o nome do requerente, localização da parcela, confrontações, finalidade a que se destina, área da parcela até dois dígitos a direita da vírgula, data, escala, número da folha onde esta localizada a parcela, nome e assinatura do técnico, símbolo da instituição e assinatura de visto local, bem como devem ser acompanhados de memória descritiva.

Os novos croquis devem ser orientados ao Norte com símbolo dos sinais cardeais, na parte superior esquerda da folha, seguido dos dizeres "Croquis de localização" em letras maiúsculas negritadas.

2.1.16 Camartelo volta a demolir

Semanário Angolense

24 De Janeiro de 2014

Texto: João Silva

Os moradores do bairro Vila Flor - B, município de Viana, viram as suas residências a serem demolidas sem prévio aviso e nem sequer puderam retirar os seus haveres, segundo depoimento de alguns moradores ao *Semanário Angolense* (SA).

Os moradores daquela circunscrição estão preocupados com a demolição das suas residências e pela crueldade usada pelos funcionários da administração municipal de Viana e da Polícia Nacional acompanhados por elementos das Forças Armadas Angolanas (FAA). Alguns moradores foram espancados cruelmente pelos agentes da polícia, por pedirem explicação do motivo da demolição das suas residências.

Os moradores foram surpreendidos na madrugada de quinta-feira (15), quando as máquinas começaram a demolir as residências. Alguns moradores afirmam que nunca foram notificados ou avisados que um dia o bairro seria demolido. Para espanto dos cidadãos, pura e simplesmente, a administração de Viana, na

peessoa do seu chefe, ordenou a demolição das residências, como informaram os moradores ao SA.

O SA esteve no terreno e soube, em conversa com os moradores, que naquela área existiu, em tempos, uma grande quinta, propriedade de uma senhora, Dona Mariana.

Passado algum tempo, porque a quinta já não produzia e por necessidade, a senhora repartiu o espaço em talhões e vendeu-os a algumas pessoas. Os espaços comprados foram legalizados e assim construíram as casas. «Aqui todos temos documentos passados pela própria administração que nos autorizou a construir. Não há nada ilegal, todos estão devidamente documentados», revelou Mingo, um jovem morador.

Indignados com a demolição, os cidadãos questionam como é possível que alguém, sem os ouvir ou notificar, simplesmente por ser funcionário do governo, proceda de forma tão injusta e desumana, não respeitando ao menos a integridade das crianças.

A população reuniu-se em massa desde o dia das demolições e dirigiram-se à administração municipal de Viana no sentido de saírem de lá com uma explicação sobre o que se passava. Alguns chefes de família fizeram-se acompanhar dos seus filhos por não terem onde os deixar, porque as residências já não existiam e os poucos haveres que conseguiram salvar encontravam-se expostos ao ar livre apanhando sol e chuva.

Segundo Ismael, morador do bairro demolido e membro da comissão de moradores, assistiu coisas chocantes naquele dia, como os maus-tratos de pessoas por parte de alguns agentes da polícia. «A esposa de um dos meus vizinhos foi retirada de casa simplesmente com uma toalha em volta do corpo e quando o esposo tentou reclamar pela atitude dos agentes, foi brutalmente espancado, levado preso e ferido gravemente na boca», contou.

«As agressões eram tantas que naquele momento em que demoliam as nossas casas, nem podíamos usar o telemóvel para ligar ao menos para a família», contou Ismael, afirmando que muitos foram os telefones destruídos no local pelos elementos das FAA.

Frustrados, reuniram-se diante da administração municipal de Viana, onde, em jeito de manifestação impediam a atendimento ao público, porque pretendiam uma explicação sobre o que estava a acontecer, assim como saber como haveriam de viver dali em diante.

Ao invés de se dar uma resposta que sossegasse a população, a administração resolveu chamar a polícia

para proteger os funcionários da administração de possível represália. É caso para perguntar que tipo de dirigentes, temos no país? Será que serão mesmo humanos ou apenas demónios camuflados de homens?

2.1.17 O que dizem as prováveis vítima

Semanário Angolense
24 De Janeiro de 2015

«Sou do Huambo, vivo em Luanda já há largos anos. Sou viúva e já passei por vários dissabores nesta vida e, caso isso aconteça, espero que o Estado saiba resolver os nossos problemas», disse Hermínia Mbacka, de 67 anos de idade, moradora do Morro Bento.

A interlocutora fez saber à nossa reportagem que vive na zona desde 1995, num espaço que conseguiu com muito sacrifício e que ao longo dos tempos foi paulatinamente edificando a casa que hoje tem. É viúva e sustenta quatro netos, não recebe pensão porque nunca esteve vinculada a qualquer empresa. Suporta as despesas de casa com o que ganha do comércio; dedica-se à venda de produtos básicos.

Hermínia Mbacka, que tem esperança de não ser desalojada, adiantou à reportagem deste jornal que caso a situação ocorra, não permitirá ser deixada na rua, alegando o sacrifício que fez na aquisição da mesma.

Um outro morador, que se manifestou descontente com tal situação, é Pedro António Zego, de 70 anos de idade, trabalhador por conta própria, que vive há vinte anos com toda a família no Morro Bento. «Aceito a expropriação desde que haja uma indemnização. Temos experiências vivas de cidadãos que foram desalojados noutras partes da província de Luanda e que não foram felizes. Porém, não quero passar por isso», alertou o nosso interlocutor, adiantando que apesar de a informação ter sido passada com antecedência pelo GPL, o Executivo, no âmbito da sua política habitacional, deverá enquadrar cada pessoa no seu respectivo lugar.

«Para quem viu o bairro nascer, crescer e de repente alguém diz que tudo vai mudar, é extremamente complicado. Deixei o Baleizão há coisa de vinte anos com o propósito de encontrar paz aqui no Morro Bento. Graças a Deus que quando cá chegamos encontramos um ambiente favorável», apontou.

Em relação a situação, o Semanário Angolense (SA) conversou com outros moradores que reclamaram o facto de a comissão de moradores não estar atenta a outros problemas que o bairro enfrenta.

«A comissão tem realizado reuniões periódicas e, no âmbito destes encontros, as abordagens têm sido feitas em vários aspectos mas dificilmente fala-se da requalificação a que a zona será submetida», disse Herculano, que algumas vezes tem marcado presença nos encontros da comissão de moradores.

Uma fonte do governo provincial de Luanda confirmou na quinta-feira (22), que a ideia de requalificar tanto o Rocha Pinto assim como o Morro Bento, consta de um pacote criado em 2004 e que será concretizado num futuro breve. Esclareceu que a situação dos moradores está totalmente salvaguardada.

«Nas zonas que serão atingidas no Morro Bento, os moradores serão devidamente indemnizados ou realojados em projectos habitacionais com casas económicas», informou, adiantando que nos dias vindouros far-se-á um levantamento tanto no Morro Bento, como noutras zonas que serão atingidas.

2.1.18 Autoridades do Icolo e Bengo em rota de colisão com camponeses

Jornal Manchete
30 De Janeiro de 2015

A administração do Icolo e Bengo e os camponeses da Cooperativa Agrícola da Zona 5, no Quilómetro 44, estão distantes para encontrarem consensos para o fim do litígio que opõe os agricultores e a empresa de direito israelita, TAHAL- Consulting Engineers Limited.

Segundo apurou este jornal, o administrador Adriano Mendes de Carvalho reuniu-se nesta quinta-feira, 29, com os camponeses, nas instalações da empresa acima citada, não tendo as partes chegado a consenso.

De acordo com os camponeses, durante a sua intervenção, o administrador municipal invocou variadas vezes a Lei de Terras, alegadamente, como forma de intimidar os lesados que, de algum tempo há esta parte assistem as suas lavouras a serem deitadas à baixo, para dar lugar a um projecto habitacional. Na reunião de quarta-feira da semana passada, Mendes de Carvalho terá sido mais violento, ao bater com os punhos na mesa, diante dos anciãos, supostamente por uma camponesa ter acusado o 10 secretário do MPLA naquele município de ser um dos mentores da venda de terras dos camponeses ao empresário israelita. Na ocasião, escorraçou a anciã obrigando-a a deixar a sala onde decorria a reunião mas, esta manteve-se firme nas suas acusações.

O Manchete apurou, por outro lado, que o administrador manifestou já a sua disponibilidade em conversar com os advogados dos camponeses mas que irá centrar-se na Lei de Terra, depois de ter dito, ironicamente: "Vocês podem ir se queixar nos jornais, os tractores vão continuar a fazer o seu trabalho".

Os lesados contaram ainda que ficaram surpresos com os últimos posicionamentos de Adriano Mendes de Carvalho, porquanto esperavam deste, na qualidade de filho da terra e administrador um solução pacífica para o problema. "Pelo contrário, começou por lamentar por o seu pai ter ido preso, não tendo deixado terras.

Como se não bastasse usa atitudes musculada quando se dirige para os camponeses", denunciaram. Recorda-se que o cerne do litígio entre os camponeses e a TAHAL é u terreno agrícola, localizado na comuna do Bom Jesus, à esquerda do futuro Aeroporto, no sentido Luanda/Catete que, de acordo com documentos em nossa posse, pertence à Cooperativa Agrícola da Zona 5.

O assunto é do conhecimento dos Órgãos Auxiliares do Presidente da República, tendo estes remetidos ao ministro da Agricultura, Pedro Canga que o terá engavetado.

2.1.19 Bancada Parlamentar da UNITA visita famílias afectadas pelo "martelo demolidor" em Viana

Jornal República

30 De Janeiro de 2015

A Bancada Parlamentar da UNITA realizou, nesta segunda-feira, uma visita para constatar as condições a que estão submetidas os munícipes do bairro Nkula Ngola, no município de Viana, no qual as populações foram vítimas do "martelo demolidor" da Fiscalização da Administração Municipal de Viana, província de Luanda.

Raul Danda perguntou aos moradores se não foram avisados previamente antes das demolições, e os moradores disseram que não. Foram, sim, surpreendidos pela Fiscalização do município de Viana. Houve vários militares das F AA (Forças Armadas Angolanas) que passaram a mandar sair as pessoas de casa. Daí foram destruindo as casas, segundo uma das moradoras do bairro Nkula Ngola.

Depois da visita da Bancada Parlamentar da UNITA, a Comitiva deslocou-se até à Administração Municipal de Viana para pedir esclarecimento no que

diz respeito às demolições ao administrador Manuel Caterça.

No final da visita, o presidente da Bancada Parlamentar da UNITA, Raul Danda, disse que é lastimáveis as condições que as populações do bairro Nkula Ngola estão a viver. Há lá crianças, idosos, sem terem um teto para dormir, nem mesmo para sentar.

"Os munícipes do bairro Nkula Ngola precisam de uma rápida intervenção das autoridades, porque não se admite as condições que os angolanos estão a viver", disse o presidente da Bancada Parlamentar da UNITA, Raul Danda.

Os moradores disseram aos visitantes que o administrador municipal de Viana, Manuel Caterça, tem estado a fugir da população que tem ido manifestar-se à frente daquela instituição, isto é, com o intuito de pedir explicações sobre as demolições que acham ilegais.

Segundo as vítimas, enquanto manifestavam à frente da Administração Municipal de Viana, colocam um aparato policial, ou seja, com cães para os impedir de expressar os seus direitos. Agora, muita gente está a sofrer de tensão. "Quem vai pagar as nossas casas?", questionam os munícipes.

De acordo com Mihael Weba, as condições em que as populações vivem são lamentáveis, uma vez que se trata de centenas de pessoas que estão ao relento a ver os seus bens, bem como as suas casas demolidas. Não há possibilidades de recuperar os bens em causa.

Para Weba, é vergonhoso ver um país como Angola tão rico e que continua a colocar os seus cidadãos ao olho da rua. Isso é das coisas mais repugnantes que um governo pode fazer com o seu povo, segundo Weba.

A resolução da Assembleia Nacional sobre os desalojamentos, segundo Weba, estabelece que as administrações devem utilizar todos os mecanismos legais antes de demolirem as casas de uma determinada área e primeiro devem avisar, isto é, notificando-as e posteriormente criar as condições para as populações serem realojadas.

Depois da visita ao bairro Nkula Ngola, Weba disse que foram à Administração Municipal de Viana ter com o administrador do município satélite. Manuel Caterça (o administrador, evidentemente), por sua vez, informou-lhes de que dará informações por escrito sobre a situação das demolições que de são alvo os munícipes.

"Sobre esta situação específica, foi nos dito que há duas partes vítimas, uma delas é a que diz ser dona do terreno e os outros cidadãos que perderam os seus bens pela atitude da Administração Municipal de Viana", afirmou Mihaela Weba, deputada da Bancada Parlamentar da UNITA.

2.1.20 Governador concede áreas para resolver conflitos de terras no Cubal

Jornal Continente
30 De Janeiro de 2015

Isaac Maria dos Anjos falava na cerimónia de tomada de posse de Carlos Alberto Guardado como novo administrador municipal do Cubal e de Jandira Laura Ribeiro como directora provincial de Energia e Águas de Benguela.

O governador de Benguela citou exemplos de populações residentes no município do Cubal que não conseguem obter terrenos para cultivar, porque não lhes é permitido, situação que acirra ainda mais os conflitos.

Por causa destes conflitos, referiu que o governo tem dedicado uma atenção especial ao Cubal e lançou alguns desafios, entres os quais a entrega de terrenos para o assentamento de modo pacífico da população.

Neste sentido, o governador apelou ao novo administrador municipal do Cubal a prestar devida atenção para solucionar os conflitos de terras que envolvem populações naquela circunscrição territorial da província de Benguela.

Para Isaac Maria dos Anjos, trata-se de um trabalho meticuloso, que exigirá muita paciência, dedicação e, sobretudo, uma grande capacidade da administração do Cubal, contudo garantiu total disponibilidade do seu pelouro nesta direcção.

Também ressaltou que, face às origens dos conflitos políticos no Cubal envolvendo familiares, torna-se imperativo ter sempre presente o discurso recente do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, em que apela para que se esbata com coragem e com a necessária isenção as razões da intolerância política.

Reforçou, por outro lado, que o país levou mais de 19 anos para concluir um acordo de paz, que hoje beneficia toda a gente.

2.1.21 Ministério transfere projectos para gesterra

Jornal Manchete
30 De Janeiro de 2015

No seguimento de uma "orientação superior", o Ministério da Agricultura de Angola, liderado por Pedro Canga transferiu recentemente alguns projectos agrícolas para a empresa GESTERRA - Gestão de Terras Aráveis, S.A.

De acordo com o Club-k.net tratam-se dos Projectos Agrícolas da Cacanda, na província da Lunda-Norte, do Nzeto, na província do Zaire, do Negage, na província do Uíge, do Sacassanje (Luena), na província do Moxico e de Cangandala, na província de Malanje.

A GESTERRA - Gestão de Terras Aráveis, S.A é uma empresa de capitais públicos e de direito privado próxima a Gefi, o braço empresarial do MPLA. O seu PCA é Carlos Alberto Jaime "Calabeto" figura de confiança do Presidente José Eduardo dos Santos.

De acordo com realidades, vamos projectos do Ministério da Agricultura, sobretudo os de grande dimensão (como Aldeia Nova e Fazenda Pungo-a-Dongo) foram por "orientação presidencial" entregues a GESTERRA, e ao seu PCA que opera como um "ministro sombra da Agricultura" em Angola.

2.1.22 UNITA

Jornal Agora
30 De Janeiro de 2015

A demolição de casas, em Luanda, é uma 'maka' que afecta o cidadão. Na busca incessante por um espaço para viver, é também este mesmo cidadão que, não olhando a meios, ergue aqui e acolá um casebre para morar. Em muitos casos, em terrenos há muito alinhados como 'Reservas Fundiárias do Estado'. Vistas as coisas neste prisma, a anarquia está do lado do 'Zé Povinho', mas as autoridades também têm culpas no cartório. Por isso, da UNITA tendem levar o assunto para a discussão no Parlamento, em Fevereiro, não deixa de ser uma boa iniciativa.

2. FEVEREIRO 2015

2.2.1 Casas desaparecem na boa esperança III em Cacuaco

Jornal Manchete

13 De Fevereiro de 2015

Texto: Moreira Mário

Segundo apurou o Manchete, várias residências já foram destruídas, mas há ainda um número elevado de famílias a residirem na zona de risco. A administração municipal de Cacuaco tem vindo a disponibilizar terrenos às famílias afectadas em zonas seguras a nível do município, para que as mesmas possam construir as suas novas moradias.

Mas a falta de energia, água e hospitais faz com que as famílias se recusem a se transferirem para estas zonas, ao passo que outras se queixam da falta de condições financeiras para erguerem as suas casas, pelo que têm solicitado apoio de materiais de construção a administração municipal. Ao que se sabe, a administração municipal alega que não é obrigada a dar casas, uma vez que a evacuação por cada família da zona de risco é livre e voluntária. Por outro lado, os populares denunciam a existência de supostos indivíduos que têm estado a exigir dos beneficiários, o pagamento no valor de 80 mil kwanzas pelos espaços, para quem tiver a erguer a sua casa.

Teresa Domingos, uma das beneficiárias de uma parcela de terreno na zona do Maiombe, diz suspeitar que tais indivíduos mantêm colaboração directa com funcionários da administração municipal de Cacuaco.

"Eles ameaçam deitar abaixo as paredes das obras à quem se recusa a pagar os 80 mil kwanzas", queixou-se Teresa Domingos que pede a intervenção urgente do administrador municipal. Contactado o director de secção das operações urbanísticas e cadastros da administração de Cacuaco, Julião da Conceição, disse que ninguém está autorizado a cobrar pelos espaços cedidos à população. No entanto, o responsável assegura que estas áreas eram coordenadas por elementos da associação ANAPULA que mantinha ligação com a antiga administração.

"Devido a situações de desorganização que se verificava no processo de loteamento, o actual Executivo administrativo preferiu chamar para si a responsabilidade", disse.

Escola também pode ser atingida

A Escola 4004, mais conhecida por Escola do FAS está igualmente ser ameaçada pelas ravinas. Tal como Manchete pode constatar, a erosão que são seguidas de constantes deslizamentos de terra, inclusive cortou uma das ruas que dava acesso ao estabelecimento escolar.

Tentamos contactar os responsáveis desta instituição de ensino primário, mas não foi possível porque os mesmos se encontravam ausentes. Apenas alguns funcionários auxiliares de limpeza e os seguranças se faziam presentes.

Luís Kizembe, um dos funcionários, disse que a situação é extremamente preocupante, pois milhares de crianças podem ficar sem escola nos próximos dias, se nada for feito agora. O mesmo revelou que no passado estava previsto a construção de mais salas de aulas, mas não se concretizou devido a aproximação das ravinas.

Referiu ainda que em Dezembro do ano passado o administrador de Cacuaco, Carlos Alberto Cavukila, terá efectuado uma visita às instalações da escola e, posteriormente, verificado o impacto que a calamidade natural está a causar naquela zona, mas não deu garantia quanto o que podia se feito a partir daquele momento.

Sobre o assunto, o director de secção das operações urbanísticas e cadastros da administração de Cacuaco reconheceu que além de ameaçar engolir a Escola 4004, o fenómeno natural pode, até mesmo chegar a Estrada principal de Cacuaco e complicar a circulação do trânsito.

De acordo com o responsável as autoridades estão já a criar medidas de contenção para travar as ravinas.

2.2.2 Relatório indica escassez de infra-estruturas básicas em Luanda

Jornal Expansão

13 De Fevereiro de 2015

Texto: Estêvão Martins

Necessidade de implementação de infra-estruturas básicas no centro da cidade de Luanda é uma das características essenciais do sector imobiliário nacional, sendo um tema de difícil resolução,

podendo a prazo limitar novos projectos imobiliários na zona.

A conclusão vem expressa no mais recente Relatório do Mercado Imobiliário referente a 2014, publicado recentemente pela Abacus, empresa ligada à consultoria imobiliária, em parceria com a Jones LaSalle, empresa do sector financeiro e imobiliário.

O informe de 27 páginas refere que a existência de processos burocráticos e bastante complexos, embora se assista algum progresso na inscrição nas finanças e os registos prediais definitivos dos activos imobiliários são outras das características do sector imobiliário nacional.

Segundo os mentores do relatório, em determinados segmentos do País se vem assistindo a um aumento da oferta, assim como à existência de poucos terrenos com escritura colonial registada (de posse plena).

Insegurança jurídica na transmissão da propriedade, especialmente da terra, falta de terrenos licenciados no centro da cidade, bem como a ausência do ordenamento do território e de planos directores para as cidades (pese embora estejam a ser realizados esforços nesse sentido pelas entidades responsáveis) fazem parte das características do sector.

Por outro lado, uma vez que as universidades nacionais não produzem entretanto recursos humanos suficientes para o forte crescimento económico que se verifica no País e nas empresas, inclusive do sector imobiliário, a solução passa por recursos humanos expatriados, de acordo com o relatório.

É na província de Luanda, indica o documento, que continuam a centrar-se os principais pólos imobiliários do País, pese embora em outras localidades, numa escalada impossível de comparar, como as cidades do Lobito e Benguela, Soyo e Cabinda, possam vir cirurgicamente a desenvolver-se novos projectos imobiliários, sempre alicerçados no investimento produtivo.

O quinto relatório sobre o Mercado Imobiliário de Angola refere igualmente que o mercado nacional imobiliário continua num excelente ritmo de crescimento, atestado pela exigência dos clientes/utilizadores dos activos imobiliários.

Esta exigência, revela o documento' resulta de um limitado aumento da oferta em alguns segmentos de mercado.

Mercado residencial Entretanto, o Relatório do Mercado Imobiliário indica ainda que o mercado residencial em Luanda continua bastante activo, fundamentalmente quando comparado com os outros mercados internacionais.

Os mentores escrevem ainda que seestimaqueem2014 tenham sido construídos 600 apartamentos na província de Luanda.

"Hoje os compradores exigem os produtos finais concluídos para a tomada de decisão, sendo que para esta mudança muito contribuiu a não conclusão de alguns projectos imobiliários a nível nacional", lê-se no estudo.

Esta exigência por parte dos clientes prende-se igualmente com a desilusão de algumas áreas físicas dos espaços que terão sido comprados em plantas, invariavelmente considerados de pequena dimensão aquando do seu acabamento.

A investigação nota ainda que o negócio da promoção imobiliária mudou radicalmente, com uma banca muito mais exigente, muitas vezes apoiada por peritos externos na execução dos business-plans financeiros do negócio.

Assim sendo, informa a análise, os promotores tomaram consciência de que têm de aplicar mais capital próprio ao negócio, característica a que não estavam habituados, dado que o volume de vendas em planta é hoje reduzido, tornando-se decisivo o apoio de profissionais na componente comercialização e marketing. Ou seja, avança-se para o normal modelo de negócio internacional no sector imobiliário.

Outra constatação dos promotores imobiliários, de acordo com o relatório, tem que ver com a grande mudança que afecta transversalmente o mercado imobiliário nacional, incluindo os próprios promotores, banca, consultores e todos os seus agentes.

A pesquisa observa também que o mercado deixou de ser, na sua generalidade, de clientes nacionais, passando para clientes e empresas internacionais, que preferem o arrendamento à compra do imóvel.

2.2.3 Contornos de uma requalificação polémica

Jornal Acapital

14 De Fevereiro de 2015

Falta de informação e diálogo, estão a criar mal-estar entre os moradores do Bairro Operário, vulgo BO, em Luanda e as autoridades governativas. Apesar das diferentes intervenções de responsáveis dos vários níveis da cadeia administrativa de Luanda para acalmar os ânimos dos populares e/ou explicar o que de concreto se pretende com aquele bairro histórico, eis que o entendimento parece estar ainda distante.

Para além de evocarem má fé da parte dos responsáveis pela requalificação, os moradores, julgam que há uma intenção oculta por detrás do processo, pois, senão, as intervenções de requalificação do BO poderiam, muito bem, ser feitas como as que se fizeram no bairro Mártires do Kifangondo e, as que, actualmente, decorrem no bairro dos militares.

Nestes dois bairros a requalificação foi levada a cabo sem necessidade de desalojamento dos habitantes ou transferência dos mesmos para outras paragens. Daí questionarem os moradores do BO porque é que só eles é que devem ser transferidos.

Carlos Alberto morador do bairro há 45 anos, faz parte de uma Comissão criada para solucionar os problemas junto da Administração, já que, segundo os residentes a requalificação está a ser mal dirigida desde o primeiro momento.

"Quando tudo começou, as famílias foram chamadas para serem informadas sobre o processo que iria decorrer no bairro. Foi-nos apresentada uma maqueta onde havia algumas facetas de como iria ser este processo. Muita gente ficou satisfeita, porque um dos princípios base era a permanência dos moradores no bairro", adiantou Carlos Alberto.

Só que, de acordo com este morador, as coisas viriam a mudar de rumo nas semanas seguintes. Pelo menos foi o que eles terão descoberto num outro encontro mantido com as autoridades administrativas locais.

"Certo dia fomos chamados à Aqua-Sambila onde nos reunimos com a Administração do Distrito do Sambizanga e a Associação dos moradores para falarmos do processo", continuou, acrescentando que naquela reunião "eles explicaram, reiteradamente, como decorreria o processo, sem, em momento algum se terem referido à uma suposta ida dos moradores para o Zango". De lá para cá muitas informações trocadas choviam, confundindo ainda mais as mentes dos moradores.

"Diziam que os moradores poderiam ficar descansados, que ninguém deixaria o bairro. Nunca se falou do Zango", o que deixou, de certa forma tranquilizados os populares, convencidos de que permaneceriam no bairro. Mas não tardou chegar a reviravolta.

"Começamos a ouvir dizer que iríamos para o Zango, até que saiu um comunicado no Jornal de Angola, a dizer que as famílias tradicionais iriam para o prédio, e as dos anexos para o Zango", facto 'que suscitou grande desacordo, "porque não fomos informados com antecedência".

Os moradores com quem o A Capital falou mostraram-se cépticos pois desconfiam que no Zango para onde eventualmente poderão ser transferidos não há condições de habitabilidade.

Confessam não estarem contra a requalificação, contudo, têm uma condição: "só queremos que se faça um trabalho inclusivo, e que isso signifique permanência no nosso bairro".

2.2.4 É o que diz a Administração

Jornal A Capital

14 De Fevereiro de 2015

No começo de tudo, a administradora do Distrito Urbano do Sambizanga, Mara da Silva Baptista Quiosa, havia explicado em exclusivo ao A Capital que o Sambizanga está num processo de requalificação Urbana, envolvendo as três comunas que o compõem, Por via disso, Mara Quiosa apelava a compreensão dos moradores Quanto a transferência das famílias. "O edifício foi construído no âmbito da requalificação urbana e, a Administração e a Associação dos Amigos e Descendentes do ao reuniram-se com a Comunidade, para dar explicações sobre o que está a ser feito", frisou.

Referindo-se aos possíveis litígios entre herdeiros, que diga-se, hoje são já é uma realidade, a administradora remetia a solução dos mesmos aos tribunais, tendo em conta que, "não podem ser três pessoas a responder pelo mesmo imóvel, ao mesmo tempo", "Como os processos no Tribunal são morosos, e para que a família não esteja ao relento, decidimos pôr o apartamento em nome do proprietário da casa, morto ou não. Os filhos entram na mesma, enquanto tratam da documentação", reforçou ao aclarar que "quando um dos filhos trouxer o documento passado pelo tribunal a dizer que ele é o «Cabeça do casal da família» ou o responsável pela herança, aí o documento deixa de estar em nome do pai. Passa para essa pessoa", Quem aparenta já ter tido acesso aos novos apartamentos é Ana Ribeiro, uma vez que disse à nossa reportagem que os mesmos não dispõem de dispensas e que as cozinhas são pequenas. Residente no bairro desde 1996 reprova a ideia de realojamento nos edifícios em causa. "Na cozinha não entra uma geleira. Nas nossas casas para além de marquises temos cozinhas espaçosas. Não podem chegar e, de repente tirarem-nos para os edifícios", reagiu, lamentando o facto de até idosos estarem a ser obrigados a irem para os prédios.

2.2.5 Isaac esconde receitas da venda de terrenos

Jornal Acapital

14 De Fevereiro de 2015

Ainda antes de ter avançado para contactos com empresários de diferentes ramos de actividade, já o governador da província de Benguela, num discurso virado para dentro de casa, havia apontado parte da fórmula para o aumento de receitas, ao defender o fim da "teia burocrática" que se verifica na hora da concessão de terrenos para estabelecimentos comerciais e para a auto-construção dirigida.

É certo que o Engenheiro Isaac dos Anjos vem valorizando a política de distribuição de lotes de terra praticamente desde que chegou, há quase dois anos, mas o estrondo causado pela queda do petróleo, dando lugar a uma cada vez mais premente necessidade de diversificação da economia, determinou os recados enviados aos seus colaboradores.

O que Isaac dos Anjos não terá percebido é que esta visão, elogiada, diga-se, por quem conhece o peso de um produto volátil no OGE, acaba, se quisermos, por descortinar lacunas na sua gestão, todas convergentes na velha problemática da falta de transparência. Parte-se, conforme a apreciação de observadores atentos, da ideia de que os sinais de má governação, ausência de lisura ou coisa parecida terão um efeito bem mais devastador agora que o Governo do MPLA vai perdendo capacidade para efectuar despesas públicas e financiar a economia. São excertos do discurso do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, na reunião do Conselho da República, terça-feira última, 10, algumas semanas depois de ter admitido que a boa governação, a transparência e a contenção devem guiar a acção governativa nos dias de hoje.

Estes pronunciamentos, feitos a partir do momento em que JES projectou o ano de 2015, não são dirigidos, como é óbvio, a Isaac dos Anjos, mas a verdade, indesmentível que nem a crise, é que se encaixam perfeitamente na abordagem em causa. A opinião pública, volta e meia "intoxicada" com notícias de distribuição de terrenos nos dez municípios da província, desconhece os valores que o Estado arrecadou até ao momento.

Há bem pouco tempo, na sua última deslocação à urbanização Benguela Sul, o governador mostrou que a cedência de lotes obedece a princípios rigorosos, ao mandar de regresso cidadãos que não tinham feito o depósito de 27 mil Kwanzas na conta bancária Embelezamento das Cidades, domiciliada no BCI. É

o valor solicitado por mil metros quadrados para a auto-construção dirigida, devendo o cidadão interessado numa casa de alto padrão, na Baía Azul, no quadro do projecto Blue Ocean, libertar um milhão de Kwanzas pela mesma dimensão.

Colocados os dados nestes termos, jurista Francisco Viena, um dos observadores a que nos referimos nesta peça, lamenta o enorme vazio em relação às receitas provenientes da venda de terrenos, tanto para a auto-construção como para o Blue Ocean, delineado para atrair investimentos, e teme que o dinheiro não chegue à Conta Única do Tesouro.

Por seu turno, Valdino Sima, também jurista, ressalta que o artigo 48º do regulamento de concessão de terrenos não impede a contratação de uma operadora para monitorizar o processo de venda, mas exige que tenha de ser mediante um concurso público. "Outro dado a reter é que as receitas líquidas tenham como destino a Conta única do Tesouro", vincou. Importa ressaltar que o empresário José Ferraz, sócio gerente da Horizonte Global, empresa que acompanha o projecto para casas de luxo, admite que não foi eleita por via de concurso, salientando que as explicações devem ser dadas pelas Obras Públicas, que reconhece não estar por dentro dos critérios.

Biópio consolida negócio milionário'

Não foi por acaso que o governador Isaac dos Anjos apontou o negócio dos terrenos como uma alternativa a ter em conta, chegando, como vimos, a exigir o fim da burocracia na hora da concessão, principalmente em casos de solicitações para fins económicos.

Outra das amostras de que se trata de um negócio milionário, para lá das já mencionadas urbanizações para casas, reside na com uma do Biópio, município do Lobito. Ali, a operadora de Ventura Hatewa, um empresário muito próximo a Isaac dos Anjos, está a lotear 10 mil hectares para fins industriais e habitacionais. Hatewa, que também trabalhou na urbanização Benguela Sul, com cerca de 5 mil hectares, é um dos empresários da Huila a quem Isaac dos Anjos recorreu quando soube que empresários locais condicionavam a empreitada aos pagamentos. Em breves declarações ao A Capital, disse ter mandado para o terreno o seu equipamento mesmo ciente de que a desminagem ainda não foi concluída. "Temos vontade de ajudar, vamos preparar o espaço para a implementação de fábricas", argumentou Ventura Hatewa, que opera igualmente no município da Catumbela.

2.2.6 Administração quer denúncias

Jornal de Angola

19 De Fevereiro de 2015

O administrador municipal da Caála, província do Huambo, Victor Tchissingui, exortou ontem aos municípios a participarem no combate à ocupação ilegal de terrenos, denunciando os infractores.

O responsável fez este apelo quando falava na primeira sessão ordinária do Conselho de Auscultação e Concertação Social do Município da Caála, referindo que as construções desordenadas impedem a administração de colocar os serviços sociais básicos, tais como estradas de acesso aos bairros, sistemas de energia e água e saneamento básico.

O administrador municipal disse que devem ser denunciados também aqueles que constroem próximo das vias rodoviárias, num raio inferior a 50 metros de distância.

Victor Tchissingui aconselhou os municípios a conhecer a Lei de Terras, para observarem as regras básicas de ocupação de terrenos e defendeu a intensificação de campanhas de difusão do conteúdo desta lei, através de palestras e programas radiofónicos.

A reunião do Conselho de Auscultação Social abordou a situação socio-económica do município da Caála, sobretudo nos sectores da Educação, Saúde, Agricultura e distribuição de energia e água.

Os membros do Conselho de Auscultação Social analisaram o Relatório de Actividades da Administração Municipal referente a 2014 e o Plano de Acções para este ano.

2.2.7 Cerca de mil hectares de terras sem minas devolvidos à população de Malanje

Novo Jornal

20 De Fevereiro de 2015

Texto: Isaiás Soares

O OFICIAL DE OPERAÇÕES da Ajuda Popular da Noruega em Malanje (APN), Pedro Domingos Ngunza confirmou recentemente naquela cidade, a 423 quilómetros a norte de Angola, que a empresa limpou de minas e dispôs ao aproveitamento das populações em Malanje 951.124 metros quadrados de terras entre Janeiro a Dezembro de 2014.

O responsável garantiu que nas operações foram removidas 85 minas anti-pessoal, oito minas anti-tanque, 215 UXUS (Engenhos Explosivos não Detonados) e 2.192 munições diversas e duas armas de fogo abandonadas e destruídas no referido período.

As oito acções incluídas no Plano Anula da Ajuda Popular da Noruega (APN) foram realizadas em nove áreas, nomeadamente Xiquica (comuna do Ngola Luije), Kajinga II e N (município de Caculama - Damba), Camatende I e II (sul da cidade de Malanje), Nvula Ngombe I, II e III (Calandula) e no sector do Quéssua, 12 quilómetros a norte da cidade capital.

Pedro Domingos Ngunza disse que a margem do programado, os especialistas da APN atendeu 56 situações pontuais alertadas pelas comunidades, que permitiram a remoção de 42 minas anti-pessoal, seis minas anti-tanque, 46 UXUS diversos e 1.718 munições de vários calibres.

A equipa de remoção e destruição de engenhos explosivos da Ajuda Popular da Noruega demoliu 131 mina anti-pessoal, 10 anti-tanque, 160 UXUS, 1726 munições diversas e duas espingardas abandonadas.

Para o oficial de operações que considerou positivo (95%) o grau de cumprimento do Plano de Acção do ano findo, projecta para 2015 "a rotina normal de clarificação de áreas registadas", onde se destacam a abertura de quatro tarefas, das quais duas não concluídas na programação passada.

Ngola Luije (comuna do município de Malanje), Caunda (comunidade de Condo, sul da cidade capital), Luhango I e II (Xandel) serão intervencionadas este ano pela Ajuda Popular da Noruega, que após conclusão estarão de volta aos membros das referidas comunidades agrícolas e extensão das mesmas.

2.2.8 Construções anárquicas demolidas na província

Jornal de Angola

20 De Janeiro de 2015

Texto: Justino Vitorino

O vice-governador do Huambo para o Sector Técnico e Infra-Estruturas anunciou a demolição das casas construídas ilegalmente no perímetro da subestação eléctrica do Dango, no sector de Belém.

Calunga Quissanga disse que além de perigar a vida das populações que ali residem, as construções anárquicas estão igualmente a dificultar a expansão e a dinamização do serviço técnico do sector eléctrico na província.

Calunga Quissanga fez parte de uma visita de constatação e auscultação encabeçada pelo governador provincial, Kundi Paihama, à Empresa Nacional de Distribuição de Energia Pública (ENDEP), para se inteirar do actual funcionamento do sector eléctrico e disse que foram já notificadas as residências a serem demolidas.

"Os proprietários das residências anárquicas foram chamados à Administração Municipal do Huambo para um encontro de esclarecimento, relativamente à invasão do espaço da Empresa Nacional de Distribuição de Energia Pública", precisou.

O Governo Provincial não autorizou a construção de moradias nas proximidades da subestação eléctrica do Dango ou de qualquer outra zona considerada de risco, sublinhou. As pessoas que apresentarem documentação de permissão de construção no espaço são indemnizadas.

O governador provincial, Kundi Paihama, solicitou aos funcionários da empresa de energia um maior controlo, rigor e responsabilidade naquilo que é património da empresa.

"Deve haver responsabilidade a nível da área de fiscalização, sobretudo no que toca ao plano de loteamento de terrenos, sem autorização do Estado", advertiu.

De acordo com o governador, não se pode conceder terreno em áreas onde não há plano de loteamento. Em função disso, as Administrações Municipais devem trabalhar com a Direcção do Urbanismo, Ambiente e Ordenamento do Território, para que situações do género não voltem a registar-se.

O governador Kundi Paihama disse ter tomado nota de várias dificuldades que o sector eléctrico enfrenta na província, que vão desde a falta de um centro de formação para os quadros, a não manutenção e reparação da rede de iluminação pública na cidade, montagens de postos de transformação de energia eléctrica em alguns bairros periféricos, entre outras, mas está esperançado que a situação venha a melhorar.

2.2.9 Jackson Neto será indiciado no crime de usurpação de imóvel

Jornal República

20 De Fevereiro de 2015

Texto: Valdemar Van-Dúnem dos Santos

Jackson Neto, antigo funcionário do banco BIC, mas actualmente dito director ou chefe de Departamento do banco BPC, terá usurpado num período contínuo com ajuda de vários comparsas da Administração da Samba como o Sr. Carlos Poa Macuende, bem como de alguns da Administração de Belas, uma parcela de terreno com 600 metros quadrados na zona do bairro Benvindo (Benfica), com direito de superfície, em nome de Maria Pedro, angolana e funcionária pública.

Jackson Neto tentou arranjar uma outra manobra dilatória isto é, contactando o seu amigo da Administração de Belas e chefe da Fiscalização para intervir no caso. Mas este, ao perceber a gravidade do assunto, recuou. Ou seja, mandou outro colega provar a veracidade de toda a envolvência e a qualidade da pessoa que de facto estava a lidar, sendo que havia um certo subjugar por parte dos envolvidos no caso.

Não satisfeito com o desenrolar desfavorável da situação, Jackson Neto ligou para o telemóvel do esposo da proprietária do terreno, mas fazendo-se passar pelo seu irmão, ofendendo e ameaçando o senhor de morte. As mensagens estão gravadas no telemóvel da vítima.

O pedido de comparência (convocatória) da Administração Municipal de Belas pelo Gabinete de Inspeção foi emitido no dia 13 de Fevereiro de 2015, para que Jackson Neto comparecesse no dia 16 de Fevereiro de 2015. Este, por sua vez, não compareceu, mandando um indivíduo que diz ser seu irmão, e justificando que este teria viajado para o Dubai e que retirariam todo o material do respectivo terreno.

O jornal A REPÚBLICA, através da sua fonte, soube que Jackson Neto estava no seu apartamento na Centralidade do Kilamba, simulando as autoridades da Administração Municipal de Belas, como sempre o fez noutras convocatórias realizadas ainda pela Administração da Samba.

A Administração Municipal de Belas embargou a obra, depois de Jackson Neto ter ido pedir ajuda ao seu amigo, neste caso o chefe da Fiscalização.

Claramente que se esperava outra atitude da Administração Municipal de Belas na altura do início

ilegal' das obras. Quem passou a licença de construção? Em que nome foi passada a devida licença?

Se o terreno legalmente não está em nome de Jackson Neto? Porquê é que a referida obra não foi fiscalizada antes do embargo?

A proprietária do terreno sente-se lesada, esbulhada e feição continuada incorporada numa pluralidade de acções que resultaram na construção ilegal e indevida dos caboucos da edificação da construção do projecto não identificado, sem licença visível de construção no seu terreno. Ora, sendo assim, resta perguntar e exigir uma resposta convincente: Onde estava a Fiscalização de Belas?

Assim, Maria Pedro fez exposição para a digna procuradora da República junto do Comando da Divisão da Samba-Sul, explicando toda a actuação criminal de Jackson Neto e os seus comparsas, que indiciam associação criminosa muito bem organizada e orquestrada, sendo que outros casos são conhecidos pela mesma quadrilha, visto que Carlos Poa Macuende já esteve detido pelo mesmo crime.

Outro crime que poderá ser imputado a Jackson Neto é o de feição continuada, que incorpora numa pluralidade de acções que culminaram na mesma linha de injustiça.

O jornal A REPÚBLICA irá noticiar os desenvolvimentos de todo o processo na Procuradoria da República e no Tribunal Provincial de Luanda, isto é, deste a detenção, audiência em julgamento e condenação do criminoso Jackson Neto.

2.2.10 Resolução de conflitos de terra

Jornal Republica

20 De Fevereiro de 2015

Segundo a directora da ADRA-Benguela, que falava à imprensa, a perspectiva é ajudar o camponês na legalização das propriedades, situação que tem impedido a participação de muitas associações comunitárias no acesso a alguns serviços.

Confirmou a existência de grupos vulneráveis que vivenciam este conflito, carecendo, por isso, de maior apoio, a exemplo dos quatro casos registados no ano passado, já ultrapassados, apesar dos custos elevados que acarretam.

Considerou determinante o papel da ADRA no processo de mediação de conflitos de terras e outros, visto que as necessidades são sempre maiores nas comunidades rurais.

Acrescentou que a ADRA- Benguela perspectiva também, em 2015, reforçar o cooperativismo na capacidade das organizações cívicas, visando o estabelecimento de parcerias com instituições do ensino médio e superior na província.

Segundo a directora, esta parceria tem em atenção a necessidade de se elaborar estudos de viabilidade económica e social, aproveitando, deste modo, os quadros que elaboram as suas monografias em áreas do interesse da ADRA e com actores da localidade donde se realizar o estudo. Para a responsável, será ainda potenciada a agricultura familiar nos municípios do Cubal, Ganda e Baía Farta, por contribuir para o fortalecimento da economia, da renda familiar, do impulsionamento da produção e na melhoria da qualidade de vida das famílias através de projectos de irrigação, acompanhamento, distribuição e ligação com o mercado, em parceria com administrações municipais, por formas a beneficiarem do programa de combate à fome e redução da pobreza.

Maria Victória salientou que o objectivo é trabalhar a nível organizativo a fim de captar outros subsídios que possam alcançar camponeses em programa públicos existentes e gizados pelo Executivo angolano, devido à exiguidade de recursos financeiros externos da ADRA, tendo em conta a crise económica mundial.

Na sua óptica, a agricultura familiar e o crédito agrícola são elementos que podem contribuir para minimizar a situação actual da crise. "Com a actual crise foi bom ter surgido, mas do que nos preocuparmos, devemos tirar lições, que nos permitam transformar os constrangimentos em linhas de acção, e também de oportunidades de trabalho, onde as análises de contexto devem ser uma constante".

2.3 MARÇO 2015

2.3.1 MPLA diz que as maiores demolições foram feitas pela UNITA durante a Guerra

02 De MARÇO 2015

ANGOP

Luanda - O debate parlamentar sobre demolições, direito à habitação e qualidade de vida proposto pela Unita continua a provocar reacções. Organizações da sociedade civil acusam o Governo de não respeitar nem o parlamento.

Na abertura do debate parlamentar na passada sexta-feira, o deputado da bancada parlamentar do MPLA Virgílio Adriano Tyova apresentou um relatório elaborado pelas várias comissões de trabalho sobre as demolições.

O documento concluiu que o conflito armado que o país viveu contribuiu significativamente para o crescimento desmesurado da população e das cidades, resultando em fenómenos de ocupação desordenada das áreas periurbanas das principais cidades, dando origem assim a um conjunto de problemas de natureza social, política e económica.

No auge da guerra, diz o documento, os centros urbanos, nomeadamente as principais cidades do país, eram as únicas zonas seguras, que transformaram-se em pontos seguros para as populações, aglomerando no seu espaço milhares de populares principalmente em infra-estruturas inacabadas do ponto de vista arquitectónico.

O quarto vice-presidente da bancada parlamentar do MPLA João Pinto afirmou que as maiores demolições de hospitais, escolas, pontes, igrejas, casas de pacatos cidadãos nas comunas, vilas, municípios e cidades foram feitas pela Unita durante a guerra.

Entretanto, a Associação Mãos Livres, que tem advogado a favor das vítimas das demolições, o Governo angolano viola constantemente os princípios fundamentais da Constituição.

Salvador Freire, presidente daquela organização, lembra que o tema já foi discutido no parlamento várias vezes, mas o Governo não respeita nem a casa parlamentar.

“O Governo viola os princípios constitucionais e nem respeita o próprio parlamento, esperamos que o executivo resolva de uma vez por toda a problemática das demolições”, frisou Freire

Por seu lado, Associação Cívica SOS Habitat escreveu ao presidente do parlamento Fernando da Piedade Dias dos Santos, mas nunca foi recebido como diz, André Augusto vice-coordenador da SOS Habitat.

O debate concluiu que o problema não reside na destruição das casas, que acontece, mas sim “na ocupação ilegal” dos terrenos e “na construção desordenada”, tese criticada pela oposição.

2.3.2 Comandante Gika no centro da mudança urbanista

Jornal Angola

4 De Março de 2015

Texto: Bernardo Capita

As obras de requalificação da cidade de Cabinda e bairros periféricos estão a mudar a qualidade de vida das populações. O objectivo do projecto, Iniciado há um ano e meio, assenta sobretudo na melhoria das vias terciárias e secundárias no interior dos bairros antes Inacessíveis, intervenções que estão a permitir a instalação de serviços sociais como o sistema de táxi porta a porta, energia eléctrica, água, saneamento básico e infraestruturas de suporte às actividades comerciais.

Várias vias de acesso já foram reabilitadas nos bairros da cidade de Cabinda, com particular realce para a estrada que começa no posto médico Cadula, passando por Mongo Suila e que vai até às imediações da Administração Municipal de Cabinda no Bairro Amílcar Cabral.

A Rua do Chiueca, que desemboca no Povo Grande, também está em obras de reabilitação. Mas as obras mais importantes decorrem no Bairro Comandante Gika que, por ser a zona de maior concentração populacional, com cerca de 60 mil habitantes, o Governo Provincial estabeleceu como zona de experiência piloto, construindo aí o maior número de projectos sociais.

As intervenções nesse bairro começaram com a transferência de 148 famílias cujas casas eram de carácter precário e se situavam em zonas de risco (encostas e linhas de água) para a localidade de Zongolo, onde o Governo Provincial edificou um novo bairro.

Depois da transferência da população começaram as demolições, requalificação das ruas e construção equipamentos sociais. As autoridades proibiram a venda ambulante junto das bermas da via das Forças

Armadas, actividade que atraía ao local, muitos delinquentes.

O coordenador geral do bairro Comandante Gika, Francisco Tati, disse à reportagem do Jornal de Angola que está "muito satisfeito" com as obras de requalificação em curso na sua área de jurisdição.

Para Francisco Tati, o projecto de requalificação além de permitir a melhoria das vias de acesso e a construção de infra-estruturas importantes, estancou a delinquência cujos protagonistas se concentravam em casebres e barracas nos arredores do mercado aí existente, para práticas criminais.

"Com a destruição da praça e a reabertura das vias de acesso; a população já circula à vontade a qualquer hora" disse Francisco Tati, para quem as melhorias estão a contribuir significativamente na redução da criminalidade no bairro.

O processo de transferência da população cujas casas estão a no perímetro das obras de requalificação vai continuar nos próximos dias, com mais 52 famílias. José Malalo Luemba, de 61 anos e residente há mais de 30 no Bairro Comandante Gika, passa em breve a viver no novo bairro social do Zongolo, porque a sua casa vai ser demolida por força de requalificação. Para José Malalo, apesar de estar habituado ao bairro onde gerou os seus 15 filhos, está muito alegre por saber que vai ter uma nova casa com luz eléctrica e água, numa área devidamente urbanizada, o que não acontecia no Bairro Comandante Gika.

Gika com novo mercado

A requalificação do Bairro Comandante Gika tem para o governo da província uma incidência particularmente importante na vida dos moradores. Além da melhoria das vias de acesso, vão ser implantados vários outros serviços sociais com objectivo de conferir bem-estar às populações e também melhorar a sua imagem.

Neste particular, destaque para as obras de construção do novo mercado, que vai albergar sobretudo as pessoas que vendiam nas bermas da via das Forças Armadas, impedindo a circulação de pessoas e bens. O secretário provincial das Obras Públicas, Juliano Capita, disse que o novo mercado no bairro Comandante Gika "constitui um ponto de referência para sua requalificação" por envolver a implantação do Parque Urbano Municipal.

O mercado tem capacidade para dois mil vendedores e está a ser construído numa área de 14 mil metros quadrados, estruturado em três pisos. No rés-do-chão são construídas 180 bancadas para a venda de produtos não perecíveis, mais 20 bancadas em forma

de frigorífico para os produtos perecíveis, cinco armazéns para condicionamento dos produtos e outras valências.

No primeiro andar são instaladas 124 lojas e no segundo andar são instalados os serviços de restauração, incluindo salões de beleza. "Estamos a construir no Bairro Comandante Gika uma estrutura comercial de grande importância, que vai permitir que a população realize actividade comercial de forma organizada".

A margem da construção do mercado no Bairro Comandante Gika estão também em curso junto ao Cine Popular, os trabalhos da edificação da estrutura que vai albergar as actividades comerciais das pessoas que vendiam na "Feira Popular" nas imediações do Centro Cultural Chiloango, que por força da construção de um shopping vão ser transferidas.

Requalificação continua

O vice-governador para a área técnica e infra-estruturas, Otiniel Niemba da Silva, reafirmou o desejo do Governo Provincial continuar este ano com o projecto de requalificação da cidade de Cabinda e bairros periféricos.

O primeiro passo do projecto incide na requalificação das vias de acesso ao interior dos bairros, para permitir a sua integração na cidade e assim estabelecer maior mobilidade da população.

O segundo passo é o ordenamento do trânsito rodoviário com a construção de mais estradas capazes de garantir fluidez na circulação de viaturas. Falando especificamente do projecto de requalificação do Bairro Comandante Gika o vice-governador afirmou que fruto das obras em curso naquela zona, os índices de criminalidade baixaram consideravelmente.

As pessoas deixaram de vender na estrada e muita gente cujas casas se encontravam em áreas de risco receberam habitações novas no Zongolo com água, luz eléctrica e com um saneamento básico eficiente. "Vamos continuar a dismantelar o Bairro Comandante Gika, a desalojar algumas pessoas para permitir melhores acessos à área" disse Otiniel Niemba da Silva, para quem custe o que custar o projecto de requalificação do Bairro Comandante Gika não vai parar.

O administrador municipal de Cabinda, Artur Carmo Manuel, tranquilizou as famílias que estão a ser transferidas para a localidade do Zongolo, para não se incomodarem porque o processo de desenvolvimento das cidades requer a correcção dos erros do passado.

Para o administrador municipal de Cabinda, na localidade do Zongolo onde estão a ser realojadas as famílias do Bairro Comandante Gika, o Governo Provincial ergueu várias habitações para que as pessoas sejam acomodadas com segurança, dignidade, conforto e em condições urbanísticas aceitáveis.

Artur Carmo Manuel lembrou que em breve vão ser transferi das para o Zongolo as restantes 52 famílias. a responsável municipal manifestou-se particularmente satisfeito pela forma harmoniosa como está a decorrer o processo de realojamento das famílias do Bairro Comandante Gika: "Congratulome com o governo da província pelo esforço que está a fazer e pelos bons resultados registados".

2.3.3 Desalojados de Kitondo com destino incerto

Jornal O PAÍS

06 De Março de 2015

Texto: Milton Manaça

Valentim Sebastião Bumba, 72 anos, é um homem insatisfeito. O ancião que alega ser o mais antigo morador do bairro do Kitondo 1, desde 1987, esperava ser contemplado com uma residência num dos projectos habitacional do Zango, pelo facto das autoridades lhe terem retirado extensos hectares de terra que no passado, segundo contou, pertenceu aos seus familiares.

De acordo com o velho Valentim, as lavras dos camponeses foram destruídas para dar lugar à residências, mas para seu desgosto nenhum camponês da área foi indemnizado porque lhes fora prometido que estariam contemplados nas residências erguidas posteriormente.

"Toda essa área em que foi construída esse projecto eram lavras que foram destruídas. No princípio disseram-nos que estavam a ser construídas casas para nós, mas passados esses anos todos, só assistimos pessoas que vêm de Luanda a ocuparem as casas".

Aos moradores do Kitondo preocupa ainda o silêncio dos responsáveis do Programa de Realojamento (PR), que desde 2007, altura do último cadastramento, nunca mais voltaram ao local a fim de darem explicações sobre o destino das famílias.

Aliás, em 2011 foi feito um processo de recontagem dos moradores para actualizar o número de pessoas em cada família, já que estas foram se multiplicando ao longo dos anos com o nascimento de novos membros e o surgimento de novos casebres. Mas

segundo o coordenador cessante, agora nas vestes de secretário da coordenação do bairro, Filó Sita, esta iniciativa foi dos próprios moradores.

Diante destas evidências, Filipe Afonso, morador do Kitondo há 18 anos, vê reduzida a possibilidade dos habitantes do seu bairro serem contemplados com residências construídas pelo governo no Zango, pelo facto de assistir a ocupação das residências que alegadamente estavam destinadas aos moradores de Kitondo, por outras 'pessoas desconhecidas'.

"A população já anda chateada e aos poucos vamos perdendo esperança porque continuamos sem saber se vamos permanecer nessas casas de chapas ou iremos para outro lugar", declarou.

Na impossibilidade de haver residências para os moradores de Kitondo, Filipe Afonso sugere que sejam erguidas moradias no espaço em que estão concentrados actualmente, bem como nas áreas adjacentes a estas, de modos a evitar que os trabalhadores se distanciem dos seus postos de trabalho. Contrariamente a Filipe que não quer abandonar a área do Zango, a jovem que se identificou apenas por Vivi, 37 anos, está disposta a rumar para outras paragens, caso seja este o entendimento das autoridades com competência para velar por esta situação, pois segundo ela "o importante é ter uma casa em condições para viver mesmo que não for neste bairro".

A fonte mostrou -se crente na resolução dos problemas que afligem os moradores da sua zona durante estes anos, apesar de não existir nenhuma luz no fundo do túnel que aponta para tal possibilidade. "Nós não sabemos o mês e o ano, mas vamos continuar a esperar porque prometeram-nos que nos dariam outras casas em troca das nossas lavras que foram ocupadas".

Segundo os nossos entrevistados, administrador cessante, Zeca Moreno, efectuava visitas ao local com alguma regularidade, procedimento que esperavam ver concretizado também pela actual direcção do município de Viana.

O PAÍS contactou o administrador de Viana, Manuel Caterça, que disse que apesar zona residencial do Zango ser parte integrante do município sob sua responsabilidade é um projecto que não foi entregue a sua administração, tendo adiantando que a sua gestão está sobre a alçada do Governo Provincial de Luanda

Escola feita pela população

Face ao aumento de crianças em idade escolar, os próprios moradores uniram esforços e ergueram uma

escola de chapas de zinco há quatro, para não verem os seus petizes fora do sistema de ensino, já que muitos não encontram vagas nas escolas espalhadas pelo Zango, conforme fizeram saber.

Com três professores e igual número de salas de aulas, a comunidade mobilizou-se e os educadores decidiram ensinar as crianças e alfabetizar também os mais velhos da comunidade. Um dos três professores é Filipe Afonso que referiu que na sua instituição falta quase tudo, desde carteiras, materiais didácticos, incluindo giz para escrever ao quadro, apesar de garantir que os responsáveis do município de Viana sabem da existência da referida escola.

"Não temos apoio de ninguém e falta-nos quase tudo. Praticamente só temos uma sala de aula já que as outras duas são muito apertadas, mas por falta de apoio não conseguimos ampliar a escola. A comparticipação da comunidade é insuficiente para cobrir todos os gastos, visto que até o giz somos nós mesmos que temos comprado", disse Filipe Afonso.

A cada professor, segundo esta fonte, é atribuído um subsídio de 10 mil kwanzas em cada mês lectivo, mas de acordo com este interlocutor, esta quantia módica não é entregue com regularidade aos educadores, tendo' realçado que muitas vezes os professores ficam mais de cinco meses sem receber qualquer quantia.

Neste momento, prosseguiu, "estamos há quatro meses sem remuneração, contando com os três últimos meses do ano 2014". Questionado sobre a exiguidade do montante pago, a fonte salientou que no contrato por eles assinado não vem referenciado a quantia que cada professor aufer mensalmente, uma preocupação que segundo ele, já fizeram chegar em várias ocasiões aos responsáveis da educação do seu município, mas até ao momento nada foi resolvido.

Vontade de aprender supera dificuldades

Mesmo diante das dificuldades mencionadas os professores não se desmotivam, dando o seu melhor para ajudar crianças e adultos de kitondo a saírem do analfabetismo, uma oportunidade de "ouro" para os mais velhos que enquanto crianças e jovens não tiveram sequer a ocasião de aprenderem a escrever o próprio nome.

Aos 63 anos, escrever o próprio nome é motivo de muita satisfação para a velha Elisa Adão e sua família. Mas do que ocupar os tempos livres, Elisa disse a O PAÍS ter concretizado um sonho antigo e promete não parar' já que, como referiu a própria, a meta é aprender a ler.

"Os meus olhos já não estão em condições, mas quero continuar a estudar para aprender a ler bem. No nosso tempo não conseguimos estudar e como já não temos lavras para cultivar estamos a aproveitar esta oportunidade de aprender com os filhos do bairro".

Desafiada por uma das vizinhas que no momento duvidou da possibilidade da sexagenária escrever o seu nome, Elisa Adão não hesitou em pedir um caderno e de imediato redigir o seu nome na presença dos seus vizinhos que responderam com um aplauso em jeito de alegria.

2.3.4 Deputados debatem, mas não encontram soluções

Jornal A Capital

07 De Março de 2015

Texto: Domingos Júnior

As discussões sobre o assunto, embora várias vezes politizadas, produziram parte daquilo que se tem registado na prática. Contudo, as conclusões produzidas pelas Primeira, Segunda, Quinta, Sétima e

Décima Comissões Especializadas da Assembleia Nacional, não 'atacaram' o aspecto central que tem estado na base da construção de casas em locais impróprios.

Os deputados dizem existir oportunismo da parte de alguns cidadãos que insistem em viver à margem da lei, apesar de já beneficiarem de acções de realojamento da parte do Estado.

Mas essas pessoas constroem sem a intervenção das autoridades administrativas que, recorrentemente, só aparecem depois de o bairro estar já composto.

No debate mensal no dia 27 de Fevereiro em que se abordou o tema sobre as "Demolições, direito à habitação e à qualidade de vida", proposto pelo Grupo Parlamentar (GP) da UNITA, as forças políticas da oposição cingiram-se fundamentalmente na forma como as pessoas têm sido desalojadas, sem programas do seu realojamento imediato.

A maioria dos deputados do MPLA pactua, como é evidente, com aquilo que é a posição do Executivo, ou seja, que as demolições podem ocorrer para atender a salvaguarda das famílias, objectivos supremos e os interesses colectivos, de acordo com os projectos implementados pelo Estado angolano, com vista a promoção de melhores condições habitacionais às populações.

Pelo que se depreendeu, em pouco mais de três de horas de debate, é que a oposição olha sobretudo para a forma como as demolições são feitas, mas o Executivo e MPLA entendem que problema não reside na destruição das casas, que acontece. O principal problema prende-se com a ocupação ilegal dos terrenos e com a construção desordenada, tese criticada pela oposição. "É aí onde reside o maior problema", sublinharam.

A deputada Mihaela Weba, do maior partido da oposição, afirmou que a tese do Executivo é "um argumento falso e manipulador", já que, "em momento nenhum" se preocupou em aprofundar o direito à habitação ou à qualidade de vida, tendo apenas como linha argumentativa a ocupação ilegal de terrenos e a construção desordenada.

Lucas Ngonda, da FNLA, fugindo da asserção de que a oposição queria fazer um aproveitamento político dessa situação, considerou que a demolição de uma habitação para a atribuição de outra "não é crime nem é política, é o papel do Estado", classificando como crime quando as pessoas são deixadas ao ar livre.

Pela CASA-CE, a intervenção incisiva foi do deputado Alexandre Sebastião André, para quem "impõe-se diferenciar das expropriações de utilidade públicas e as ilícitas, criminosas protagonizadas por aqueles que investidos de cargos públicos servem-se deles para esbulhar os cidadãos desamparados e sem qualquer possibilidade para recorrer aos tribunais". Por isso defendeu a criação "urgente" de um diploma legal especial que encerra em si normas que estabeleçam regras e procedimentos de expropriação para a utilidade pública e com justa indemnização.

O deputado do MPLA, Carlos Cruz, disse que as várias décadas de guerra que Angola viveu resultaram em muitos problemas sociais, políticos e económicos para o país, "apesar de alguns deputados ignorarem os efeitos do conflito armado". Para ele, "o êxodo das populações das vilas para a cidade surge porque era o governo que lhes garantia segurança, porque de onde saíram os seus bens foram saqueados e as suas casas destruídas e ocupadas por gentes estranhas à sua vivência.

"Não nos esqueçamos disso", advertiu, afirmando que os angolanos sabem quem procurou estas e outras situações que hoje ainda são reflexos desses períodos.

Facto curioso é que, ninguém defendeu a construção de residências em zonas de risco, como também ninguém considerou normal que a população construísse desordenadamente. O que se registou, na prática, são desavenças resultantes do facto das

pessoas serem desalojadas e ficarem ao relento, facto que já havia sido reprovado na primeira sessão da Assembleia Nacional de há quatro anos. Alguns até defenderam que as demolições têm como objectivo último desencorajar aqueles que desobedecem as orientações baixadas pelo Executivo, no que a construção ordeira diz respeito.

A UNITA partido proponente do debate e outros partidos da oposição consideram que sendo as demolições às vezes necessárias para urbanizar e melhorar as condições de habitabilidade das populações, elas devem contudo ser feitas com justiça, transparência e bom senso. Defendem a aprovação de uma lei sobre as normas, regras e procedimentos da expropriação para utilidade pública, e a criação de uma comissão parlamentar de acompanhamento dos processos de demolições. Para o partido do Galo Negro, são processos que exigem transparência, justiça e bom senso, porque "muitos dos terrenos que estão a ser expropriados, alegando interesse público, servem interesses privados.

Decepção no parlamento?

A Open Society, através do seu presidente, Elias Isaac, considera preocupante o que se passa na Assembleia Nacional, quando depois de 13 anos de paz, os assuntos que têm a ver com a população continuam a ser politizadas. "Hoje ainda há acusações mútuas sobre quem partiu mais durante a guerra, quando, na verdade, não houve nem santos nem pecadores".

Para o activista social, há pessoas, no parlamento, que não estão preparados para a nova conjuntura de desenvolvimento. "Não se pode sacrificar um povo que já foi sacrificado por outras questões que podem ser resolvidas de outra forma", referiu.

2.3.5 Governo de Angola cria empresa pública para gerir terrenos infra-estruturados

ANGONOTÍCIA

11 De Março de 2015

O governo de Angola criou uma empresa pública para gerir os terrenos infra-estruturados e possibilitar um processo "mais racional e económico de urbanização" do país, de acordo com um despacho presidencial.

A Empresa Gestora de Terrenos infra-estruturados (EGTI) foi constituída com um capital social inicial de 2 mil milhões de kwanzas (18,6 milhões de dólares), tendo sede em Luanda.

A criação desta empresa é justificada com a necessidade de “gerir de forma criteriosa os terrenos infra-estruturados, enquanto património público, que garantem o bem-estar social da população”, mas também “no âmbito da requalificação e expansão das cidades e dos centros rurais.”

Angola tem em curso um projecto público de construção de centros urbanos em todo o país, com milhares de habitações nas 18 províncias, bem como alguns parques empresariais.

2.3.6 Garimpeiros invadem reservas do Kilamba

Jornal O País

13 De Março de 2015

Texto: Paulo Sérgio

Trajados de calça de ganga de cor preta e camisola branca, o senhor João Menga e o seu amigo Moda, mestre de pedreira, escolheram uma das cantinas do bairro Bitá Cambjé, Cinco Fios, por detrás da Centralidade do Kilamba, para se refugiarem do sol ardente que se fazia sentir nesta terça-feira, 10, e saciar em a sede consumindo cerveja, enquanto aguardavam por alguém interessado em adquirir uma das parcelas de terra, recentemente retalhada.

Entre a degustação de carne assada e goles de cerveja, partilhavam com os presentes no local o fracasso da Comissão de Moradores do referido bairro por não ter conseguido, até ao momento, obter autorização da administração supracitada, bem como de informações sobre os processos de litígios, relacionados com as últimas demolições ali registadas.

João Menga procurou exaltar a sua figura, afirmando que, na última reunião de moradores, realizada no Domingo último, apresentou um mapa detalhando os limites geográficos entre este bairro, um vasto terreno supostamente pertencente a Sonangol e outro, popularmente conhecido por 13 Casas, situado à Sul.

Para não amedrontar os presentes e assegurar -se de que poderão ajudá-lo a angariar clientes, garantiu que o bairro não será demolido por existirem vastos terrenos que supôs pertencerem a distintas figuras do Governo Central, bem como parte das instalações do Ministério do Ambiente.

"Se tiverem que destruir o bairro para expandir o Kilamba até às margens do rio Kwanza, tal como se ouve dizer, terão de fazer o mesmo com as propriedades destes membros do Governo. Por isso,

podem ficar descansados que daqui a gente não sairá", garantiu mesmo sem fundamentos legais.

Esta garantia gerou uma certa polémica entre os convivas e para acalmá-los, afirmou 'que não é a primeira vez que o seu grupo se apropria de terrenos do Estado e os comercializa, sem prejuízo para a população. A título de exemplo, contou que já realizam esta actividade há vários anos e terem sido eles que estiveram á frente do processo de transformação de diversas lavras em bairros.

Para dissipar quaisquer dúvidas, sem saber da presença da equipa de reportagem de O PAÍS, disse que a primeira acção desenvolvida pela sua equipa ocorreu nos anos 90 com o armamento dos terrenos agrícolas que partiam da Angomélica às imediações da Igreja Kimbanguista (actual Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem "Loy").

Depois de concluírem esta zona, partiram para o então município do Kilamba Kiaxi, onde realizaram as mesmas acções que culminaram com o surgimento de alguns dos bairros do Golfe II e o do Calemba II.

"Assim que concluímos estas zonas, partimos para o município de Cacucaco, onde organizamos o bairro da Pedreira. Aí não tivemos a mesma sorte porque chegamos a ficar seis dias na cadeia por crime de apropriação de terras e quando saímos, oferecemos terrenos de 20 por 20 aos antigos dirigentes da esquadra onde nos detiveram, designadamente, o comandante, o 2º comandante e o chefe de investigação", especificou.

Face a insistência dos demais, João Menga explicou que no momento em que "urbanizavam" os terrenos situados defronte ao espaço onde foi erguido o hipermercado Kero, actualmente designado de bairro Vila Flor, também surgiram vários rumores que davam conta de que o mesmo poderia desaparecer por se tratar de reserva do Estado. O que não aconteceu até a presente data e o bairro cresce de forma exponencial.

Segundo ele, a equipa tem as suas "impressões digitais" na criação do bairro Bitá Progresso e só depois de concluírem a venda de terreno nesta área é que viraram as atenções para o Bitá Cambjé Cinco Fios.

Afirmou que em todas estas zonas possuem terrenos e num deles, situado na Estrada directa do Calemba, próximo ao supermercado Nosso Super, está instalado uma oficina de fabricação de cadeirões.

Indagado como é que conseguem convencer as camponesas a aderirem aos seus projectos, respondeu que antigamente os integrantes do grupo se faziam valer da sua condição de militares afectos à Brigada de Comandos das Forças Armadas Angolanas, mas agora optam pela via do diálogo, aliciando-as com a garantia de que ganharão muito dinheiro com a venda dos lotes.

Moradores erguem propriedades

Ao circular pelo bairro, a nossa equipa de reportagem pode constatar que alguns dos moradores estão a dar sequência às construções das suas moradias e outras continuam em escombros. Os menos "afortunados" ou indecisos, permanecem em casas de chapas.

Enquanto algumas famílias tentam levar a sua vida normalmente, mas com receio de que poderão ser expulsos à qualquer momento, a equipa de João Menga só recentemente decidiu parar com o processo de armamento das vias, expandindo mais ainda o bairro.

Questionado sobre o valor de uma parcela de terra naquela área, Moda afirmou que o mesmo varia em função da sua localização e dimensão. Os que estão mais próximos da centralidade e do local em que será construída a estrada que chegará ao Bita Tanque, são os mais caros.

"Tenho dois terrenos à venda: o que está próximo da estrada principal, De 20 por 15, está orçado em 800 mil kwanzas, e o outro, que se situa aqui dentro do bairro, pode ficar vosso em troca de 400 mil Kwanzas", propôs.

João Menga não se inibiu e, como se estivessem a competir com o seu companheiro, disse que tem um vasto terreno 'que pretende trocar com uma viatura por estar cansado de andar a pé. A dimensão do espaço a ser cedido variará em função da marca, do modelo e do estado em que se encontra o veículo.

A dona do estabelecimento comercial, que solicitou anonimato, alertou que não seria conveniente comprar terrenos aos dois, por não serem de confiança, e recomendou que os repórteres procurassem contactar uma das Mamãs ou Papás das Lavras", a forma como carinhosamente são tratados os camponeses.

Afirmou que na área onde se situam os terrenos de João Menga, os proprietários estão comercializá-los a várias Pessoas, por isso não recomenda aos indivíduos que só pretendem construir posteriormente. Por outro lado, explicou que na sua zona os preços dispararam depois das demolições e por se situarem adjacentes a centralidade.

Ela considerou que a dupla também pertence ao grupo de 80 indivíduos que zona se encontram a fazer arruamentos na zona, em convivência com os camponês, para futura comercialização dos terrenos o que eles refutaram descrevendo os demais como confucionista, pelo que apuramos, os nativos estão a enfrentar dificuldades para se imporem diante dos garimpeiros.

João Menga frisou que o cliente recebe como garantia uma declaração de cedência de terreno, que serve para posteriormente reconhecê-lo junta à Comissão de Moradores.

Para garantir que não se tratava da burla, levou a nossa equipa uma residência que supostamente pertence a um dos seus parentes e, a partir da porta de entrada, indicou várias transeuntes como seus filhos.

2.3.7 Novo cadastro preocupa moradores

Jornal O País

13 Março de 2015

Texto: Milton Mananã

Apesar do bairro existir muito antes da construção da Centralidade do Zango, vulgo Vila Pacífica, e estar registado com o timbre do Gabinete de Reconstrução Nacional (GRN) desde 2006, um presumível oficial das Forças Armadas Angolanas orientou a recontagem dos casebres com um novo cadastro.

A denúncia foi feita a O PAÍS, nesta Quarta-feira, 11, pelo Soba do referido bairro, Feliciano Luís, que avançou a possibilidade da falsidade do referido registo pelo facto de haver mais de duas casas cadastradas com mesmo número.

Segundo a autoridade tradicional suposto oficial que identificou -se apenas com nome de Relia, aconselhou no [mal do ano passado os moradores a erguerem casas de bloco, contrariando a orientação do Gabinete de Reconstrução Nacional (GRN) que havia prometido realojá-los em outras áreas.

Feliciano Luís contou que das vezes que o responsável pela nova numeração se fez presente ao bairro Mundimba nunca foi visto fardado; apesar de ter alegado fazer parte das Forças Armadas Angolanas.

Outra preocupação que inquieta os moradores prende-se com o silêncio da Imogestim que face a essa situação, segundo o Sob a Luís, ainda não se pronunciou mesmo tendo em suas mãos os

documentos que foram transferidos pela Sonip, em que constam os nomes das famílias que foram cadastradas no ano de 2006 pela GRN.

Diferente do cadastro anterior de cor avermelhada em que para além da numeração está identillcada também o nome da entidade responsável, nos novos registos de cor azul constam apenas números, contribuindo ainda mais nas desconfianças da ilegalidade de tal processo.

Curiosamente a casa do Soba que não está situada nem no princípio, nem no fim do bairro foi registada com o número um, o que demonstra uma descoordenação em termos de ordem numérica.

Para sustentar os seus argumentos, o soba Luís disse que neste momento a coordenação que dirige não recebeu nenhuma notificação para actualizar o número de casas existente, mesmo depois do 'falso cadastro' orientado pelo alegado oficial superior.

"Nunca mais reuniram connosco e mesmo quando a GR passou os nomes para a Sonip não foi mencionado nenhuma cláusula sobre a indemnização dos camponeses. Até hoje estamos à espera e não sabemos se seremos realojados ou não", disse o coordenador, tendo acrescentado ainda que a situação tornou-se mais complicada depois que a OGSOS Habitat deixou de acompanhar o caso.

Mais de 130 famílias esperam por realojamento

Neste momento, Segundo Feliciano Luís, o número de famílias registadas continua a ser a do registo feito em 2006 que apontam para mais de 130, lote em que não estão incluídos as famílias que se formaram recentemente, fruto da união dos filhos muitos dos quais nasceram e cresceram no mesmo bairro, segundo fez saber a fonte.

Caso perdurar o desalojamento, o Soba Luís, que é igualmente coordenador do bairro, prevê a duplicação do número de famílias nos próximos anos e alerta a comissão de realojamento local sobre os perigos que pode constituir o afunilamento de gente num bairro que não está preparado para receber muita população.

Aliás, lembrou que havia uma promessa de continuidade do processo de realojamento que contemplou apenas 17 famílias, mas por razões até a data não justificadas, encalhou por ali. " De certeza que as famílias não vão parar de crescer, é só vermos como estamos agora e como estávamos em 2006. Neste bairro, com falta de energia e água podemos estar a criar outros perigos, como a delinquência para os próprios moradores" , contou.

Questionado sobre a possibilidade de ser registarem infiltrações no processo, o responsável respondeu negativamente, justificando que em todas as casas consta o primeiro registo do Gabinete de Reconstrução Nacional. Uma das pessoas, nascida em Mandimba e em contacto permanente com a centralidade do Zango, de onde é funcionária, é Paulina Manuel de 23 anos, curiosamente, filha do soba Luís que também cresceu mesmo bairro.

Apesar da morosidade verificada no processo de realojamento, ela acredita na sensibilidade das autoridades' tendo referido que não acredita que o governo se tenha esquecido de que os prédios da Centralidade do Zango foram construídos na área de cultivo que antes pertencera aos moradores de Mundimba.

"Eu nasci e cresci aqui, hoje tenho marido e filhos e esperava que resolvessem o nosso problema há muito tempo. Mas tenho fé que não seremos retirados sem nos darem nos darem novas casas", disse Paulina, acrescentado estar consciente que a área em que residem está projectada para a expansão do projecto habitacional do Zango.

Casas abandonadas em tempo chuvosa

Muitos casebres do bairro Mundimba foram erguidas numa zona baixa com tendência de inundar todas as vezes que chove na zona. Esta situação tem obrigado os moradores a abandonarem as suas residências refugiando-se muitas vezes no estaleiro da vila dos chineses responsável pela construção da Centralidade do Zango.

Nesta semana, segundo a anciã, muitos moradores perderam os seus haveres como consequência da chuva de Segunda-feira, 9, que inundou a favela, levando muitos a regressarem às suas cubatas apenas nesta Quarta-feira, 11, altura em que O PAÍS esteve no local.

"Nós aqui estamos a sofrer muito porque não temos água nem luz, e à cada ano que passa vão nascendo novas crianças e nunca somos retirados dessas casas. Por causa da chuva temos que sair de casa e procurar sítios seguros para ficar" .

O problema torna-se mais difícil de se contornar se as chuvas cair em período nocturno, não dando possibilidade de retirar os haveres do interior da casa, por conta da escuridão, como contou a velha Teresa, dando como exemplo a última enxurrada que deixou submersos os objectos da sua casa.

2.3.8 Vamos combater para as ocupações anárquicas

Jornal O País

13 De Março de 2015

Texto: Daniel Miguel

O administrador da cidade do Kilamba, Joaquim Israel, alertou aos ocupantes das reservas fundiárias do Estado situada a Sul da sua zona de jurisdição que o Comando Unificado do Governo Provincial de Luanda voltará a realizar uma operação de demolições, em entrevista a O PAÍS, nesta quinta-feira, 12.

Com base num levantamento e sinalização de todas as casas que voltaram a ser erguidas, demonstrou ter conhecimento da existência de grupos de cidadãos que pretendem tirar proveito da situação e estão a comercializar os terrenos.

"Nós iremos continuar a combater isso. É assim que o Governo da Província tem o posto de Comando Unificado para combater a ocupações anárquicas de terrenos, para tal já fizemos o levantamento de todos os casebres que voltaram a ser construídos nas áreas de expansão da cidade do Kilamba e vamos demolir por terem sido erguidas sem autorização", garantiu.

Reconheceu que, antes da edificação da centralidade, existiam algumas aldeias que pertenciam aos camponeses e que como já não praticam a agricultura por influência dos supostos invasores, que querem criar bairros extensos.

Entretanto, alertou que não se estão a opor aos cidadãos que decidiram permanecer nestes locais para praticarem a agricultura de subsistência. A título de exemplo, citou o caso de camponesas que realizam tal actividade na parte norte da cidade e têm sido por eles incentivados, enquanto não for necessária a utilização do espaço por parte dos promotores do maior projecto habitacional do país.

"Alguns deles já foram indemnizados e já foram alertados que podem produzir, mas que terão de retirar as plantações tão logo se decida expandir a cidade para o norte", disse.

Quanto aos habitantes dos bairros de longa data que existem à Sul, garantiu que terão um tratamento diferente ao que será dado aos presumíveis oportunistas, por considerar que não devem existir contemplanções para não permitir que aconteça o mesmo que se sucedeu em outros projectos, como o Nova vida.

O que concerne ao crescimento que se regista a Leste, isto é, defronte ao hipermercado Kero, mostrou-se preocupado por contrariar a sua perspectiva de vir à ter uma vizinhança ordenada porque como não é, está a criar problemas até a própria centralidade do Kilamba.

Citou como exemplo o bairro Vila Flor que cresce exponencialmente nestas condições, o que faz com que a ausência de infra-estruturas sociais e equipamentos leva os moradores a roubarem água nas bocas-de-incêndio da centralidade por não terem onde acarretar.

"Tem que haver aqui uma concertação entre os diferentes sectores para também proporcionar alguns serviços nesses bairros e colocar neles uma certa ordem. Felizmente ao longo da via de acesso Leste da cidade estão a aparecer entidades privadas com alguma capacidade financeira, a adquirir tais terrenos a terceiros para edificar obras com alguma dignidade, e isto para nós é uma mais-valia, mas no interior do bairro há outros problemas que necessitam do devido tratamento", esclareceu.

Sugeriu que o plano director para esta zona que está em fase de conclusão, deve ser implementado e sendo imperioso que exista um arranjo urbanístico visando ordenar o seu crescimento.

Solicitado a fazer um balanço das famílias deixadas ao relento pela anterior demolição, respondeu tratar-se de um número ínfimo porque a maior parte dos imóveis abrangidos estavam desabitados e representavam apenas uma tentativa de demarcação de terreno. As próximas demolições também serão nesta vertente por ter ficado provado que há muitas pessoas que aí estão simplesmente com o propósito de ludibriar o Estado.

Joaquim Israel explicou que a sua zona de jurisdição tem uma reserva de S4 quilómetros quadrados limitada à norte pela Via Expresso e à Sul chega próximo ao Bitá e, apesar de não ter uma fronteira física, existem marcos que a sinalizam. Esclareceu que para além da reserva da centralidade acima mencionada, existe a reserva de Estado que vai até ao rio Kwanza e, independentemente de ser parte do Kilamba ou não, está no interior da reserva do Estado.

O arquitecto explicou que o Executivo optou por desenvolver a primeira fase da centralidade do Kilamba não no princípio da fronteira Norte, mas sim um pouco mais ao centro para, precisamente, evitar a ocupação ilegal de terrenos e poder exercer um controlo mais eficaz.

"É por isso que a segunda fase de expansão da cidade do Kilamba está a ocorrer na parte à Sul, com a construção de cerca de dez mil fogos habitacionais em projectos repartidos em dois projectos diferentes. Um dos projectos já começou a ser afectado pela ocupação anárquica de terreno", explicou.

Acrescentou que "este é um problema que se vive em Luanda, mas nós não estamos a dar tréguas e nem iremos permitir que estes indivíduos, de forma organizada (temos que aceitar que eles estão muito bem organizados para praticarem tais acções), venham inviabilizar as fases de crescimento desta centralidade".

Joaquim Israel explicou que foi com o intuito de repor a ordem, que o seu elenco realizou as primeiras demolições à mais de 400 "casebres" de blocos, 300 de chapa, 17 de madeira, vários morros de vedação e alguns tanques de água. Após efectuarem esta acção foram confrontados por algumas organizações que, alegaram, dar suporte a esta prática passando-se como reivindicadores dos direitos dos supostos camponeses.

Aclarou que os classifica como falsos camponeses porque os legítimos foram cadastrados na altura da construção da primeira fase da centralidade, sendo que possuem todas fichas, e estão devidamente identificados.

2.3.9 Invasão e venda ilegal de terrenos em proporções alarmantes

Seminário Angolense

14 De Março de 2015

Texto de: Gaspar Faustino e Helder

Simões

A venda fictícia de terrenos por parte de burlões, que em muitos casos são funcionários das administrações municipais, beneficia geralmente quem tem poder político, financeiro ou militar, mas sempre em prejuízo do cidadão comum e/ou dos camponeses.

O fenómeno não é novo e o Semanário Angolense (SA) tem dado a estampa diversos casos de arrear, no que diz respeito a usurpação, ocupação e venda ilícita de terrenos. Em muitos casos tem havido mortes, como já aconteceu no Rio Seco, município do Cacucaco, no Quilómetro 30, município de Viana, no Mbondo Chapen e esta a acontecer agora na zona de Mucolangola, Bitá SuI e na zona da Burgalheira, situadas em Viana e Cacucaco, respectivamente, sem esquecer a Samba e o Kilamba Kiáxi.

Actualmente, os municípios de Belas e Icolo e Bengo também já estão a sofrer o drama, com varias povoações e terrenos de lavoura a serem, literalmente, tomadas de assalto pelos esbulhadores de terras, sem o mínimo respeito pelos direitos dos seus habitantes e sem prévio aviso.

O mais estranho é que no meio disso tudo há áreas marcadas e vedadas consideradas «Reservas Fundiárias do Estado», sendo estas as primeiras que os fiscais e demais funcionários administrativos se

apressam em retalhar e vender, como explicou um habitante de uma das localidades onde o fenómeno já ocorreu e também já fora constatado pelo ex-governador da província de Luanda, Bento Bento, numa das suas visitas de campo ao Quilómetro 30, município de Viana. Na altura, o governador, desolado por encontrar todas «Reservas Fundiárias do Estado» ocupadas por casebres de chapa e por construções de moradias de carate definitivo alertara, publicamente, o também ex-administrador municipal de Viana, Zeca Moreno dizendo: «Camarada Moreno cuidado, porque os principais ratos que tern na sua administração são os seus fiscais. Que ninguém construa mais nada aqui; mande parar tudo e no prazo de 30 dias quero ver tudo isto desocupado».

Ao invés de cumprir as orientações de Bento Bento, a situação piorou e, actualmente, naquelas paragens nasceram diversos bairros anárquicos, sem qualquer estrutura urbana que possa depois facilitar o saneamento básico, a construção de condutas para canalizar água potável para as moradias e mesmo a instalação de redes de energia eléctrica, ate mesmo os painéis que indicavam que eram reservas fundiárias do Estado e os pilares que demarcavam os espaços desapareceram.

A situação é geral em todos os lados já citados. Fala-se mesmo em grupos organizados mandatados por fiscais e funcionários administrativos e que são apoiados por elementos das forcas armadas e da policia. Não respeitam nada e ninguém, muito menos a vida alheia.

Burlas mais burlas

Um exemplo claro de como a burla é realizada foi revelada por um cidadão que comprou uma parcela de terreno de 20 por 20 metros no interior duma «Reserva Fundiária do Estado» que já se encontra lotada de casas de chapas, na área do Quilómetro 30. O Mesmo fiscal que lhe vendeu o terreno ao preço de 4.500 dólares (pouco mais de 400 mil Kwanzas), voltou a venderão mesmo espaço a outros dois indivíduos.

A mesma situação foi vivida por uma cidadã, devidamente identificada, que teve a sorte de ter os seus direitos repostos, por ter recorrido ao Semanário Angolense (SA). O fiscal burlão, ao tomar conhecimento de que a cidadã levava a reportagem do SA ao local, com da repercussão que o assunto daria, no mesmo dia devolveu o terreno a senhora e, depois de muita fricção, lá convenceu o outro cidadão a aceitar um outro espaço. O SA, na altura, reportou o caso.

Casos idênticos são quase diários e, de acordo com o cidadão já citado, um indivíduo comprou um terreno sem saber que alguém já o comprara primeiro. Quando já erguia as paredes de uma residência, apareceu o primeiro «proprietário» com documentação que atestava a titularidade sobre o espaço.

«Houve uma briga entre famílias que acabou com a demolição da obra e feridos. Mas o fiscal responsável pela falcatura desapareceu de cena, com protecção dos seus colegas da administração de Viana», explicou.

Estas situações acabam na Polícia e são do conhecimento das comissões de moradores e das administrações municipal e comunais. «Muitas vezes, quando se apercebem que os elementos são os fiscais das administrações, os moradores recorrem à esquadra mais próxima mas, infelizmente, nada lhes serve porque nada se resolve e acabar sempre por perder. Em alguns casos quem fica com o terreno e uma outra pessoa», descreveu.

Para além do Quilómetro 3D, município de Viana, outra zona em que a «máfia» dos terrenos é forte, na mesma circunscrição, e a área do Kikuxi, onde se situam alguns empreendimentos públicos estratégicos.

Parcelas de terra assinaladas como «Reservas Fundiárias do Estado», para futuros e importantes projectos para a província de Luanda, foram já invadidas por populares, alguns de nacionalidade duvidosa, provavelmente depois de as comprarem a fiscais da administração municipal.

Este negócio está a enriquecer muita gente e o principal causador do aparecimento de bairros sem quaisquer condições de habitabilidade.

Posteriormente esses aglomerados, que passam a ser chamados de bairros, causam sérios transtornos aos projectos de urbanização e desenvolvimento do próprio governo.

De acordo com uma fonte da administração de Viana, e a própria fiscalização municipal quem cria as

condições e manda ocupar os terrenos a troco de algumas somas monetárias, aconselhando inclusive que, enquanto as pessoas vão ocupando os terrenos, instalem apenas barracas de chapa mas que as ocupem de imediato.

Até quando esta situação

Varia desses fiscais e outros funcionários

administrativos também ocupam terrenos, fazem as tais barracas e põem nelas pessoas ao seu serviço. A intenção é que, quando se distribuem terrenos urbanizados ou casas novas aos moradores daquelas áreas, eles acabem também por beneficiar, para depois vender, a preços chorudos, as habitações obtidas desta forma. É assim que muitos deles têm diversas casas em vários locais.

A prática é antiga e continua a alastrar-se em vários municípios de Luanda. Por isso é que quando se tenta acabar com um problema de construção anárquica num local, começa outro igual ou pior que aquele em outra zona. «São situações que envolvem gente bem situada e até mesmo elementos de potentes da Polícia e das Forças Armadas», assegurou a fonte.

2.3.10 Governador ameaça demolir

Jornal Novo Gazeta
19 De Fevereiro de 2015

O governador do Huambo, Kundi Paihama, ameaça demolir de 375 residências e outras infra-estruturas construídas de forma "ilegal" ao longo da conduta de água.

Por outro lado, Kundi Paihama prometeu realojar as famílias que construíram de forma legal por autorização da administração.

O governante reconheceu que registam "muitas debilidades no fornecimento de água aos municípios" do Huambo, por existirem construções "anárquicas" ao longo da conduta de água, nos bairros da Bomba Baixa, São José, Bom Pastor e rua do Comércio, o que "dificulta" o funcionamento.

Kundi Paihama avisou que "não há alternativas para as famílias" que construíram moradias e outras infra-estruturas ao longo da conduta de distribuição de água.

2.3.11 Administrador de Cacuo Acusado de Usar Poder De Estado Para Infernizar Famílias

Jornal de Angola Democrática

20 De Março de 2015

Texto: Albino Sampaio

O administrador municipal de Cacuo, Carlos Alberto Cavuquila, está ser acusado de ter sido o mandante do sequestro contra o cidadão Mussa Maciete de 57 anos por razões relacionado a comercialização de terrenos no bairro Belo Monte, localizado no mesmo município.

Tal como informaram as fontes do Manchete, o imbróglio começou por altura do processo de organização e cadastramento da população, para a obtenção de parcelas de terra, durante o consulado de Francisca do Espírito Santo, no Governo Provincial de Luanda.

Nesta altura, avançam as fontes, Carlos Alberto Cavuquila desempenhava, igualmente, as funções de administrador municipal de Cacuo, tendo sido criado o bairro Belo Monte, com a entrega de terrenos aos populares para a concretização do sonho da casa própria. "No entanto, antes de ser exonerado no cargo de administrador, Carlos Cavuquila apercebendo-se que os terrenos estavam a dar dinheiro e começado a prestar maior atenção ao processo de comercialização de terrenos na respectiva zona", contaram as fontes, acrescentado que com a exoneração de Francisca do Espírito Santo, que foi substituída no por José Maria dos Santos, Carlos Cavuquila foi indicado para desempenhar novas funções no Gabinete Jurídico do GPL.

Assim sendo, o processo foi entregue à Rosa Janota Dias dos Santos que o substituiu. Contaram ainda as fontes que naquela altura, Mussa Maciete era um homem forte do MPLA no bairro Belo Monte, exercendo o cargo de coordenador dos sectores A e B da referida zona no município do Cacuo, gozando da simpatia no seio da população devido à dinâmica que demonstrava em defesa do partido dos "Camaradas", sobretudo no Cap 258.

SITUAÇÃO ACTUAL E AJUDA

Dizem as nossas fontes que o cenário naquelas paragens é bastante preocupante e acusam o administrador municipal de ser o principal carrasco de Mussa Maciete e sua família, que se encontra à monte, alegadamente, devido à promessas de morte de que tem sido alvo por elementos, supostamente, fiéis à Carlos Cavuquila.

Dada a gravidade da situação, Mussa Maciete, que tem sob sua responsabilidade um agregado familiar extenso, terá solicitado o devido auxílio ao governador de Luanda, Graciano Domingos, no sentido de se encontrar uma solução sobre o assunto.

Outras situações

Segundo apurou o Manchete, de fontes familiares, Mussa Maciete é proprietário de três terrenos, que terão sido usurpados, alegadamente, por indivíduos ligados ao administrador municipal de Cacuo, sendo um deles, o chefe de secção das transgressões administrativas, Domingos João Malembe (Feio), considerado o protagonista de muitos casos de "queixinhas" junto de Carlos Alberto Cavuquila.

"O irmão do Mussa Maciete foi morto à pancada, por estes mesmos indivíduos, mas, ninguém fez justiça", denunciaram os familiares acrescentando que quando o governador Graciano chamou à atenção de Cavukila no sentido de indemnizar Mussa Maciete, alegadamente pelo trabalho prestado ao Estado e ao MPLA, procurou vários argumentos para o não cumprimento das orientações do seu superior hierárquico.

O Manchete deslocou-se neste sábado, 13, na Administração Municipal do Cacuo, no sentido de contactar o governante, tendo este, por via telefónica pedido para que contactássemos a directora do Gabinete Jurídico, Uguete Pacavira, justificando que na altura se encontrava à caminho de uma reunião no GPL.

Questionada sobre as acusações que pesam sobre o administrador municipal, segundo as quais, tem estado a persegui municípios que não caíram na sua graça, a nossa interlocutora respondeu que Mussa Maciete havia simulado um rapto, tendo colocado em causa a imagem e o bom nome do administrador, Carlos Alberto Cavuquila. "O senhor administrador já apresentou uma queixa-crime na Direcção de Investigação Criminal local, com o processo nº 255/15", disse, acrescentando não ter mais dados à sua disposição e, como tal, não poderia adiantar mais nada, sob pena de fornecer informações erradas.

2.3.12 General acusado de usar militares para confiscar terreno em Luanda

Jornal de Angola Democrática

20 De Março de 2015

Uma parcela de terreno de 11 hectares, localizada defronte à cidade universitária na zona da Sapu, em

Luanda, está a ser disputada entre Konda Marta, cujo terreno lhe foi concedido pelo Estado angolano para fins agrícolas e entidades das Forças Armadas angolanas.

De acordo com a VOA, a cidadã Konda Marta ganhou, em 1990, um enorme terreno para exploração agrícola num concurso público promovido pelo Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural.

O contrato tinha a duração de 45 anos, ou seja até 2036, mas antes desse período, e mesmo pagando os emolumentos, começou a perder o terreno. O campo 11 de Novembro, actual cidade do Kilamba, e a cidade universitária constavam do terreno cedido a Konda Marta, que, segundo os familiares, agora, detém apenas 11 hectares.

O filho da Konda Marta, Álvaro Miranda diz que vários generais estão agora a tentar tomar o terreno restante.

Álvaro Miranda, acusa Osvaldo Amaral, em colaboração com o general Armando da Cruz Neto, de ter enviado elementos trajados de militares com o objectivo de tomar a parcela restante.

"O que aconteceu é que Osvaldo Amaral, sobrinho de Armando da Cruz Neto, e Armando da Cruz Neto ligou para o chefe do PCU que mandou mais de 15 indivíduos que colocou no terreno", disse.

Entre os citados está também o comissário António Maria Sitas, actual Comandante da Polícia em Luanda que numa curta mensagem negou à VOA estar envolvido na polémica do referido terreno.

Álvaro Miranda diz que os familiares já recorreram a várias estruturas e pessoas, e que só Presidente da Republica de Angola, José Eduardo dos Santos, pode mandar parar o general Armando da Cruz Neto.

"O nosso apelo vai ao Presidente da Republica porque nós já perdermos muito e consentimos porque eram projectos sociais, mas tem que se dar um fim a isso porque nós continuamos a pagar o direito de superfície e o terreno está cadastrado em nome da minha mãe", acrescentou.

De recordar que o comandante da Região Militar de Luanda, tenente general Simão Carlitos Wala, tinha aconselhado a administração municipal de Belas a atribuir a devida autorização do pequeno espaço sob seu controlo à senhora Marta Kanda, uma vez que tem a documentação de titularidade desde 1991, dizia o documento enviado à administração e às partes envolvidas.

A voa tentou contactar igualmente Osvaldo Amaral e o general Armando da Cruz Neto, mas sem sucesso.

2.3.13 Terrenos restituídos a famílias de Catete

Jornal de Angola
26 De Março de 2015

A Administração Municipal do Icolo e Bengo, na província de Luanda, procedeu à restituição de terrenos de camponesas da localidade de Miyinge ocupados de forma ilegal por outros cidadãos desde o segundo semestre de 2012.

A devolução dos terrenos aconteceu na sequência de uma jornada de campo do administrador municipal, Adriano Mendes de Carvalho, e destinada a constatar a legalidade do processo de aquisição de terrenos na região de Miyinge, que faz parte da comuna de Cabiri.

Numa primeira fase, a administração procedeu à entrega de lavras a 14 camponesas. Antes do processo de recepção, as legítimas proprietárias dos terrenos, munidas de documentos de cedência pela administração em 1982, reuniram com responsáveis das administrações municipais, comunais, da Procuradoria-Geral da República, da Polícia Nacional, das Forças Armadas Angolanas (FAA), do Comité Municipal do MPLA e da comissão de moradores.

Durante o encontro, as camponesas, com mais de 50 anos, foram unânimes em informar que grupos de jovens se têm dirigido à aldeia de Miyinge para se apropriarem das suas terras, com o intuito de as venderem a terceiros ou construírem casas precárias, de modo a simbolizarem a ocupação do espaço, correndo com os proprietários e respectivos trabalhadores.

Quando encontram as proprietárias nas lavras, esses jovens fazem recurso à força física, inclusive à violação sexual e ameaças de mortes para as afastar das suas terras e queimam a produção agrícola.

Na aldeia de Miyinge, a equipa do administrador Adrians Mendes de Carvalho constatou a veracidade dos factos apresentados pelas camponesas, a inexistência de documentos legais para a ocupação ou cedência de terrenos e a apropriação ilícita das lavras. Como o caso se arrasta desde o segundo semestre de 20 12, ordenou que se desfizessem as casas de chapas ali implantadas, na sua maioria composta por um quarto e feitas com o intuito de ocupar terreno, sem, contudo, estarem habitadas.

Alguns ocupantes alegaram terem obtido os terrenos de forma legal. Foram intimados a apresentarem os comprovativos à Administração Municipal e Comunal, no prazo de 48 horas.

Durante a jornada de campo, administrador de Icolo e Bengo chamou à atenção dos jovens para o respeito pelos mais velhos, pela coisa alheia e pelas instituições do Estado. Avisou que sempre que a Administração Municipal registar a ocupação ilegal de terrenos, vai ser reposta a legalidade, dando a cada um o que lhe é de direito.

2.3.14 Comunidade San ganha título de terra

Jornal O PAIS

27 De Março de 2015

Texto: Teodoro Cauele

Costa Tchilupa Xavier autoridade tradicional da comunidade San na localidade da Hupa, interior do município da Cacula, foi uma das vozes que exteriorizou satisfação à entrega formal do título de reconhecimento de ocupação de terras comunitárias. "É um grande dia para nós e agradecemos bastante", disse o soba.

Tchilupa adiantou que depois da recepção do título abre-se agora um novo desafio para a comunidade, que é o de trabalhar duro e tirar o melhor proveito da terra concedida, tendo na ocasião apelado para mais apoios à comunidade e aos San, em particular, sobretudo em gado de tracção para reforçar o contingente de 15 cabeças já existentes. O sentimento de satisfação foi visível na comunidade que recebeu com dança tradicional da terra a delegação governamental liderada pelo vice-governador da Huíla para o sector económico, Sérgio da Cunha Velho, que entregou o título de reconhecimento de ocupação de terras comunitárias em representação do governador da província João Marcetino Typingui.

Cunha Velho disse, na oportunidade, que o título de terra é um grande documento e uma brecha para que a comunidade de forma organizada em associações, possa ter acesso, por exemplo, a créditos bancários e investir na produção agro-pecuária e contribuir para o combate à fome e à pobreza.

O governante que assentou a sua comunicação na Lei 09/04 de Terras, disse "constituir tarefa fundamental do Estado assegurar que o uso e aproveitamento das terras se faça em prol de toda a comunidade com respeito aos princípios legais", tendo-se referido mais adiante sobre o papel importante dos poderes

públicos e parceiros do Estado em reflectir em tomo dos aspectos práticos da lei, dando lugar à sua disseminação para a "garantia da justiça, segurança e certeza jurídica aos seus destinatários", concluiu. Para o consultor da FAO, em Angola, Txaran Basterrechea, a entrega do título à comunidade San, que teve um grande apoio do organismo da ONU para a alimentação e agricultura, é um grande ganho nos esforços que se tem prestado aos aspectos técnicos e metodológicos ligados à gestão de terras.

Txaran Basterrechea valorizou o acto de concessão do título à comunidade San considerou tratar-se de um "reconhecimento social dada a ligação estreita do grupo alvo com os recursos naturais não só do ponto de vista da agricultura, mas também ao nível dos seus direitos", referiu.

Para a FAO, numa altura em que se fala muito da necessidade da diversificação da economia, o exemplo concreto de concessão de terras deve ser tido em conta já que promove a agricultura familiar "uma das potências do país", garantiu a aposta do organismo da ONU em continuar acções que visam o melhor aproveitamento da terra.

O director executivo da Organização Cristã de Apoio ao Desenvolvimento Comunitário, OCADEC, Benedito Paulo Quessongo, ONG que há perto de 14 anos trabalha na advocacia do povo San na região da Huíla, qualifco o título ora entregue como "a conquista de uma batalha iniciada em 2009 com as dificuldades associadas mormente financeiras e burocráticas" mas alertou que a mesma levanta agora outros desafios de âmbito social. Benedito Paulo refere que da experiência que tem do trabalho com a comunidade e o povo San, em particular, o título entregue vai produzir o sentimento de pertença entre os membros que se envolveram no prolongado processo e das várias dinâmicas que se traduziram na delimitação da área com uma extensão de 825,6 hectares. O envolvimento de agências financiadoras, como a Christian Aid e a FAO bem como de pessoas individuais na concretização da entrega do título, foi destacado por Benedito Paulo Quessongo como o alicerce num projecto que era possível tornar-se real. A comunidade da Hupa, no município da Cacula, reúne cerca de duzentas famílias sendo um quartodestes membros do grupo minoritário San.

2.3.15 Ordenamento territorial

Jornal de Angola

27 De Março de 2015

Numa altura em que a pressão demográfica sobre o solo, nas grandes cidades e zonas ao seu redor, e

grande urge verificar os mecanismos através dos quais se faz a gestão da interacção entre o homem e o espaço. A ocupação do espaço obedece a um conjunto de regras, sob pena da qualidade de vida das populações e dos projectos do Executivo ficarem em causa.

Pelas mais variadas razões, nem sempre a ocupação do espaço no nosso país obedeceu a um conjunto de passos que, em condições normais, tornariam sustentável a presença humana. O Clima de guerra imposto aos países contribuiu para o desordenamento na ocupação do espaço, independentemente dos esforços das administrações municipais e comunais. Estas instituições conheceram inúmeras dificuldades causadas pelo caos urbanístico resultante da guerra imposta, tendo repercussões que precisamos de superar, para bem da qualidade e sustentabilidade da vida em comunidade.

Felizmente, já não vivemos os momentos em que as famílias, um pouco por todo o país, estavam entre a espada e a parede, levando-as a afluír para as zonas urbanas sob controlo do Governo. E nesta fuga para não serem apanhadas pelas balas, bombas e minas do inimigo, as populações acorreram em grande número a localidades onde a ocupação de terras se processou de forma desordenada. Hoje, podemos corrigir muitos aspectos, colocar sobre a mesa a régua e o esquadro para, a luz da Lei do Ordenamento do Território e Urbanismo (LOTU), melhorarmos a ocupação do espaço.

Temos um país vasto e largas superfícies ainda por explorar para os fins diversos, razão que justifica repensar não apenas a forma como ocupamos os solos, mas sobretudo melhorar o que está bem. Esta em curso o processo de elaboração do Relatório do Estado de Ordenamento do Território Nacional (REOTN), cujo primeiro encontro técnico teve lugar terça-feira em Luanda e que constitui um grande passo na organização e ocupação dos solos. Trata-se de uma oportunidade importante para que as principais preocupações das populações, devidamente apresentadas, contribuam para melhorar o documentam.

De acordo com o director nacional do Ordenamento do Território e Urbanismo, Manuel Zangue, pretende-se com o encontro a apresentação e recolha de contribuições para um documento muito relevante para o actual contexto do país.

Não podemos perder de vista que, atendendo a paz e estabilidade que Angola vive, somadas ao crescimento da população, cresceram as preocupações relacionadas com a obtenção de espaços para fins diversos. São legítimas a

necessidade e pretensão, de acordo com os pressupostos legais, de adquirir um espaço para a construção de casa, para a exploração comercial, agrícola ou industrial.

Numa altura em que decorre a recolha de contributos para o REOTN precisamos todos de colaborar para que tenhamos um documento final que sirva os propósitos e desafios do ordenamento do nos só territórios. Como disse Manuel Zangue, citado pela Angop, "urna política clara do ordenamento do território facilita o Executivo a implementar projectos sociais sem constrangimentos".

O Ministério do Urbanismo e Habitação deseja que todos os angolanos, de Cabinda ao Cunene, conheçam o actual processo de elaboração do REOTN e sejam participes activos. Afinal, além de ser um documento que facilita o Executivo na aplicação de projectos, as principais beneficiárias são as famílias. Com esta iniciativa, acreditamos, vai colocar-se fim a um conjunto de ilegalidades que são cometidas na interacção entre o homem e o espaço geográfico em todo o país. O Desenvolvimento sustentável em Angola obriga a que as populações procurem condições de habitabilidade seguindo regras legais na ocupação e gestão dos espaços.

Para a frente ficam desafios que têm a ver com a participação, que se pretende abrangente, por parte de toda a sociedade para que tenhamos um relatório com as devidas conclusões. Temos de encarar o ordenamento do territórios como uma ferramenta vital para que o mecanismo de ocupação e gestão do espaço seja benéfico para todos. Devemos todos mudar de mentalidade no que ao uso dos espaços diz respeito porque, como a experiência recente nos tem mostrado, desobedecer aos critérios e procedimentos previstos na lei tem resultado em muitas tragédias.

Temos que ajudar o Estado e as suas instituições na aplicação de medidas para ordenar o território em função da estratégia de desenvolvimento que Angola persegue.

2.3.16 «O Governo não vai construir mas sim dar o apoio em meios»

Semanário Angolense
28 De Março 2015

SA - Além do socorro que vem sendo dado, que política governamental está em curso para que não volte a ocorrer um desastre como esse, na medida em que estamos ainda em tempo de chuvas?

AG - Assim que aconteceu a tragédia, estamos a comunicar as pessoas. A comissão provincial liderada pelo governador já está a trabalhar no loteamento dos terrenos para se começar com a autoconstrução dirigida. É bom que se note que governo não vai construir as casas. Vai somente dar todo o apoio em meios, instrumentos, enfim, de tudo que há para construir as casas, devendo cada família edificar a sua. Aqueles que são das igrejas e as próprias igrejas vão ajudar. Nós estamos a mobilizar todas as organizações juvenis, pedreiros, carpinteiros, para virem ajudar, prestar essa solidariedade. Aqueles que não puderam dar apoio em produtos, poderão dar apoio em mão-de-obra para que as famílias estejam nas tendas no prazo máximo de quatro meses. E que no quinto mês saiam para as suas casas próprias.

SA - Isso é em curto prazo. Mas o que nós queremos saber é como ficam as famílias que estão nas zonas vermelhas, em risco iminente, uma vez que as chuvas continuam a cair...

AG - Estamos a passar o apelo no sentido de que as pessoas saiam daí. Agora há pessoas que realmente estão a ser um pouco oportunistas. Não querem colaborar. Querem permanecer aí: como sabem que as chuvas vão estar connosco até Abril, querem nos empurrar mais responsabilidade. As casas estão quase a cair, querem tirar um proveito disso. A preocupação do governo é apenas com os cidadãos que perderam famílias, perderam as casas no dia 11 de Março.

SA -Com tudo o que se tem disponível hoje, tendo em conta as doações que foram feitas por todos os quadrantes do país, dá para manter essa população durante os quatro meses que vai permanecer no acampamento?

AG - Vocês acompanharam a manifestação de solidariedade que saiu de todos os cantos do país. Acreditamos que com essa manifestação de unidade nacional, esse fortalecimento da adesão demonstrada pelos angolanos, e com uma boa gestão, vai dar para acomodar as famílias e serem assistidas durante quatro meses, talvez até cinco ou seis meses. O importante é que haja uma boa gestão, um controlo eficaz, que haja idoneidade, começando por nós mesmos. No que estiver ao nosso alcance, nós vamos fazer para que as pessoas não passem fome. No entanto, é bom que se diga também que nós não estamos a prometer dar comida de primeira classe. Estamos a dar comida própria para assistir a pessoas numa situação de tragédia como essa. São as condições básicas que estamos a dar. O que não estiver no leque das doações as famílias podem obtê-lo através de permutas.

SA -E além da doação de alimentos, há a considerar que quem trabalhe continue a fazê-lo?

AG - Sim. Como muitas famílias têm emprego, principalmente os chefes, à medida que se reassemem vão seguir a sua vida normal, vão trabalhando para terem a sua renda mensal. E nessa altura poderão trabalhar para levantarem a sua casa. O governo vai dar o loteamento, vai dar o material de construção, vai dar o protótipo da casa, e vai fazer a infraestrutura estradas, lojas, hospital e escolas.

SA - Então vai nascer um bairro novo por força das circunstâncias?

AG - Sim! É um bairro novo. Seria em princípio para 250 famílias, mas nós estamos a esticar para 300. Há sempre aqueles imprevistos.

2.3.17 General usa militares para confiscar terreno em Luanda

Grandes Notícias

31 De Março de 2015

Uma parcela de terreno de 11 hectares, localizada defronte a cidade universitária, na zona da Sapú, em Luanda, esta a ser disputada entre Konda Marta e entidades das Forças Armadas angolanas.

A cidadã Konda Marta ganhou, em 1990, um enorme terreno para exploração agrícola num concurso público promovido pelo Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural.

O contrato tinha a duração de 45 anos, ou seja, até 2036, mas antes desse período, e mesma tern pago os emolumentos.

O campo 11 de Novembro, actual cidade do Kilamba, e a cidade universitária constavam do terreno cedido a Konda Marta, que, segundo os familiares, agora, detém apenas 11 hectares filho da Konda Marta, Álvaro Miranda a diz que varies generais estão agora a tentar tomar o terreno. Álvaro Miranda acusa Osvaldo Amaral em colaboração com o general Armando da Cruz Neto, de ter enviado elementos trajados de militares com este objectivo.

"Osvaldo Amaral, sobrinho de Armando da Cruz Neto, ligou para o chefe do PCU que mandou mais de 15 indivíduos que colocou no terreno disse:

Entre os citados esta também o comissário António Maria Sitas, actual Comandante da Policia, em Luanda. Álvaro Miranda diz que os familiares já recorreram a varias estruturas e pessoas, e que só Presidente da Republica de Angola, José Eduardo dos

Santos, pode mandar parar o general Armando da Cruz Neto.

2.4 ABRIL 2015

2.4.1 Administração só fala com ordens superiores

Jornal O País

3 De Abril de 2015

Quem não esperou foi a reportagem de O PAÍS, que se dirigiu a administração comunal do Bom Jesus, com objectivo de ouvir o administrador local para esclarecimentos.

Entretanto, no princípio da tarde de Terça-feira, 24, o responsável máximo da comuna já não se encontrava na sua área de jurisdição.

Um dos funcionários considerou os receios da população como um facto, sem adiantar se existia um plano para sua retirada alegadamente por não ter recebido autorização para falar sobre a problemática.

A mesma justificação foi dada pelo administrador, quando contactado por este jornal, no dia seguinte.

2.4.2 Demolições na Chicala podem deixar mais de 180 crianças fora da escola

Jornal O País

3 De Abril de 2015

Texto: Milton Manançã

Crianças e jovens de diferentes níveis de ensino inseridas nas escolas e universidades do distrito urbano da Ingombota, estão na eminência de perder o ano lectivo 2015 como consequência da segunda fase do processo de desalojamento dos moradores do bairro Chicala 2 que teve início esta semana.

De acordo com moradores, ainda está por se saber em que escolas e que condições as mesmas apresentam para albergar os mais de 180 alunos cadastrados do lote das 257 famílias que começaram a ser evacuadas para o Zango.

Um documento publicado no Jornal de Angola no dia 25 de Março do corrente ano, pela Comissão Administrativa da Cidade de Luanda (CACL), referia que o cadastramento contemplou o registo dos alunos, mas não vem expresso o nome das e colas destinatárias dos alunos.

A situação dos estudantes universitários torna-se mais complicada, porque "se o Zango é o destino então é

do conhecimento de todos que lá não existem faculdades", disse Cesaltino Caculo, morador da Chicala desde 1991.

João do Carmo, diz não compreender as razões que levam as autoridades a forçar a saída da população de um bairro para o outro a meio do ano, mesmo não se tratando de um de alojamento imediato resultante de uma catástrofe natural ou de pessoas vivendo em áreas de risco.

Para ele, a forma como foram desalojados os primeiros moradores do seu bairro, em 2014, devia servir de exemplo para as autoridades corrigirem os erros cometidos.

"As pessoas não estão a dizer que não querem sair, mas os desalojamentos devem ser feitos de uma forma mais condi

gna. Será que as nossas crianças que estão a estudar depois de passarem para o outro bairro encontrarão escolas no dia seguinte", questionou, tendo acrescentado que o ultimato pelas autoridades dado aos moradores no sentido de arrumarem os seus haveres, é um claro acto de desumanismo.

Se existisse vontade de se acautelar a componente da formação das crianças e dos jovens, segundo João do Carmo, os responsáveis da província de Luanda deveriam ter o cuidado de conversar com a população para que o realojamento acontecesse nos meses de Novembro, Dezembro ou Janeiro.

Os representantes da comissão de moradores alegam que apenas foram informados verbalmente que seriam realojados no Zango, tendo lamentado o facto de não lhes terem sido dadas possibilidades de conhecer as referidas casas, para se saber que condições apresentam as mesmas e que serviços sociais básicos as mesmas ostentam.

"Existem razões suficientes para as pessoas se sentirem insatisfeitas' como é possível entender que cidadãos sejam forçados a sair das suas próprias casas sem saber o que vão encontrar no outro bairro?" , questionou Cesaltino Caculo.

Muitos moradores insatisfeitos com as 'Condições apresentadas no Zango recorreram ao artigo 37 da Constituição da República para exigir o pagamento da devida indemnização, conforme rezam os números dois e três do mesmo artigo.

'Sodimo quer ocupar o bairro' Os membros da comissão de moradores acusam a empresa privada Sodimo de querer apropriar-se do bairro pelo facto de a mesma alegar que a área é sua propriedade, como contou Sebastião André, tendo também

revelado que a luta para a expropriação do bairro já decorre há mais de 10 anos.

Segundo ele, o processo começou a ser viciado logo desde o início, pelo facto de o cadastramento ter sido conduzido por esta empresa que 'fez jogo de mente' pressionando muitas famílias a assinar os respectivos documentos.

"A senhora Irene Caetano que tem se apresentado em nome da Sodimo, diz que nós temos que deixar o bairro porque o terreno pertence à sua empresa. O bairro existe há mais de 50 anos e não sabemos onde a empresa andou todo este tempo para somente hoje dizer que o terreno a pertence", deplorou.

Para clarificar esta polémica, os moradores enviaram uma carta ao Ministério da Administração do Território, questionando-o se o governo eventualmente cedeu o bairro à referida empresa, mas até ao momento não obtiveram qualquer resposta por parte deste órgão do Executivo.

Outra questão que preocupa os moradores da Chicala prende-se com o envolvimento de supostos oficiais da Polícia nacional no processo, aliás, segundo eles, alguns membros directivos da empresa Sodimo pertencem igualmente à Polícia.

"A Polícia está envolvida na comissão criada entre a Sodimo e a Comissão Administrativa da Cidade de Luanda (CACL) para desalojarem a população, inclusive um dos membros que faz parte desta empresa é oficial da Polícia. Ele se identifica como Américo e fez questão mostrar os dois passes que ostenta disse Sebastião André.

Intimidações

Os moradores acrescentaram ainda que no último Domingo de Março membros da Comissão de Moradores foram alvo de intimidação por parte dos responsáveis da Polícia da Ingombota. " O 2º Comandante d Polícia do nosso distrito esteve aqui ameaçar os nossos membros, dizendo que tem conhecimento das pessoas que têm agido como agitador da população incitando inclusivamente outros jovens a se manifestarem", declarou Sebastião André.

Para mostrar que as suas alegações não constituíam mero palavreado, Manuel Guimarães morador da Chicala desde 1992, acrescentou que em várias ocasiões membros da referida empresa dirigiram-se à população tendo à retaguarda um aparato policial.

No Domingo, 29 de Março, um dos guardas em serviço da empresa Sodimo revelou a O PAÍS que

estavam presentes na Chicala mais de 17 viaturas 'repletos' de efectivos da Polícia nacional de diversos ramos, com o objectivo de garantir que as demolições marcadas para esse

dia decorressem sem dificuldades, o que não aconteceu em virtude das enxurradas que se abateram a Luanda na madrugada e no princípio da manhã do mesmo dia.

O PAÍS contactou, na Terça-feira, 31 de Março, o engenheiro Varela da empresa Sodimo que alegou indisponibilidade para falar a este jornal no momento, prometendo pronunciar-se a posteriormente, o que acabou por não acontecer até ao fecho desta edição.

Tentativas de diálogo não resultaram

Na Segunda-feira, 30, a Comissão de Moradores deslocou-se até à sede da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, para dialogar com os seus responsáveis a fim de se aferir as condições preparadas para o realojamento das 257 famílias, mas tal acabou por não acontecer por alegada indisponibilidade dos responsáveis da instituição.

Segundo as fontes, um outro encontro estava marcado para o dia seguinte, com a finalidade de constatarem 'in loco' as condições criadas para o reassentamento da população no Zango, município de Viana, mas à última hora os responsáveis da Sodimo alegaram não haver condições par o fazerem.

"N em no Jornal de Angola estava escrito em que lugar seríamos colocados, mas nos últimos dias por causa da pressão da população, começamos a ouvir por alto que estão a ser preparadas algumas 'capoeiras sem alicerces 'no Zango para nós", disse Manuel Guimarães.

A O PAÍS, os moradores garantiram que estão dispostos a abandonar a Chicala caso sejam realojados com dignidade ou justamente indemnizados, como manda a carta magna do país. Por esta razão, acusam a Sodimo e a CACL de agirem de má-fé por forçar a saída da população sem ante mostrarem-lhes as novas residências.

"O mais sensato era procurarem formas de conversar connosco e não infundir medo ao povo com arsenal policial como se tivessem a combater delinquentes", frisou.

2.4.3. 'Desalojamento a meio do ano é ilegal'

Jornal O País

3 De Abril de 2015

Texto: Milton Monteiro

A acompanhar o processo está a ONG SOS Habitat, através do seu coordenador Raiael Morais que em entrevista a O PAÍS, considerou ilegal o procedimento levado a cabo pela CACL e a empresa acusada. Sodimo,

"Se o discurso fala que estamos a trabalhar para o bem-estar da população e depois na prática vimos coisas diferentes, isso fere a sensibilidade da própria comunidade' porque os desalojamentos não podem ser feitos em tempo de chuva nem tão pouco no momento em que está a decorrer o ano lectivo" .

Rafael Morais disse que os actos administrativos não devem ser conduzidos por uma empresa privada, como alegam os moradores, mas sim pelo Estado através da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, que por sua vez os entregaria a terceiros.

O ponto de vista do coordenador da SOS Habitat, que nesta Quarta-feira, 1, presenciou o realojamento das primeiras famílias no Zango, a Sodimo enquanto empresa privada, não pode intervir nesse processo. Para ele, mesmo que a empresa esteja interessada em desenvolver projectos no bairro, é responsabilidade do governo resgatar a terra para si e só depois fazê-la chegar a um privado.

A fonte fez saber que acções do género têm provocado a desestruturação familiar, citando o caso dos antigos moradores do Kilombo mandados para a Quiçama, em que muitos homens, por causa da distância acabaram por abandonar as suas famílias, arranjando outras esposas próximo ao local de trabalho no centro da Cidade.

Constitui preocupação desta organização que os realojamentos reflectam o desenvolvimento inclusivo e permitam a participação livre e consciente da população, de modos a se prevenir o desemprego, a prostituição, a delinquência e o alcoolismo, flagelos que a ONG diz ter constatado na Quiçama com os antigos moradores do Kilombo.

'Há uma certa arrogância no processo'

Rafael Morais disse ainda notar muita arrogância por parte de quem dirige o processo, pelo facto de lhes serem negadas possibilidades de diálogo. A SOS Habitat tentou, mas sem sucesso, impugnar a decisão

administrativa remetendo cartas a diversas instituições entre as quais a Presidência da República, a Procuradoria da República e a Provedoria de Justiça.

A ONG distribuiu ainda cópias aos Ministérios do Interior, Justiça, Administração do Território, à primeira Comissão da Assembleia Nacional, ao Comando Geral da Polícia Nacional, aos grupos parlamentares do MPLA, UNITA, CASA-CE, FNLA e PRS bem como a diversas associações nacionais e internacionais que velam pelos direitos humanos, assim como aos órgãos de Comunicação Social. Enquanto decorrer o processo' Rafael Morais promete continuar a acompanhar a situação dos moradores da Chicala, particularmente no que toca ao enquadramento dos alunos nas escolas que ainda não se conhece.

Importa referir que no âmbito das primeiras demolições efectuadas no ano passado, o ex administrador do distrito urbano da Ingombota, Humberto Marcelo, em entrevista prestada a uma estação televisiva, deixou claro que, depois de demolidas as mais de dez mil residências que constituem o bairro Chicala, vão se erguer no local edifícios e escritórios, para servir as empresas públicas e privadas.

Humberto Marcelo justificou ainda os desalojamentos desta população como sendo uma oportunidade para se criar mais emprego e dar uma nova imagem à baixa de Luanda.

Na altura, e em resposta às acusações dos moradores, o responsável acrescentou que o registo das casas traduz-se num aviso antecipado aos desalojados. A partir do momento em que se efectuam os registos das moradias estão os munícipes, numa forma ou doutra, a ser anunciados acerca de um possível desalojamento", concluiu.

2.4.4 Habitantes de Bom Jesus receiam abandonar a terra

Jornal O País

3 De Abril de 2015

Texto: Alberto Bambi

Miguel Catchumbo de 66 anos de idade vive no Bom Jesus desde 1981, tendo sido transferido do Quibaxe, mais concretamente da região do Dembo 1, para aí, conforme o próprio fez questão de referir. Conta como se apercebeu da notícia que já se tornou tema de conversa entre os moradores do Primeiro e Segundo bairros.

"Alguns funcionários, quando passam por mim, me dizem sempre que, um dia, vamos sair daqui, porque essa área vai ficar para as fábricas e para o novo aeroporto", declarou Miguel Catchumbo, tendo acrescentado que, na semana que antecedeu a desta reportagem, quatro jovens, que acabavam de sair de mais uma jornada laboral, pararam em sua casa e voltaram a falar do assunto.

O ancião disse que não era por acaso que estava a ouvir sempre a mesma informação, por isso, todos os dias está com o rádio ligado, a ver se escuta um pronunciamento oficial.

"Desde o ano passado que eu não ligo o meu rádio, para ver se oiço um dirigente a falar disso, mas, até agora, ninguém disse nada", informou o ancião.

O velho Catchumbo, como também é tratado entre familiares e amigos, socorreu-se do surgimento de fábricas na região, para colocar a possibilidade de a retirada estar próxima da verdade, pois, de acordo com ele, se as indústrias iam libertar fumo e atirar resíduos para o rio, comprometia a saúde pública e essa seria uma boa razão para o desalojamento.

"É só vermos que os pescadores já estão a reclamar, porque o peixe não aparece mais aqui perto, agora têm de ir para o outro lado da margem", exemplificou o idoso, lembrando que antes, se pescava perto as casas.

A mudança não seria algo de novo em sua vida, a julgar pelas passagens nos Dembos, mas, se tivesse de escolher, gostaria de ficar pelo Bom Jesus, local onde já se encontra há mais de 30 anos.

Por causa disso, recomenda às instâncias superiores da vila a pronunciarem-se' em torno dos rumores, de modo que a população tenha um esclarecimento.

Segundo o velho, a vila estava boa nos anos 80, no tempo em que havia pouca gente e quase todos se conheciam, porque o ponto de encontro era na Açucareira, a única empresa em que ele e outros chefes de família da época trabalhavam.

Aliás, quem ia viver aí, tinha de ir em nome da açucareira, ou, mais tarde, da fábrica de carne, como ainda reza a escritura numa das instalações da empresa localizada no fim do corredor das residências então destinadas aos trabalhadores da indústria de açúcar.

Madalena Correia Sebastião nasceu e cresceu no Bom Jesus, onde tem vivido até então. A senhora que tem uma pousada de venda de comida e bebida, à beira do

rio, também já ouviu falar que ela e seus vizinhos seriam transferidos para outro sítio.

" Nós já ouvimos que nos vão tirar daqui, não sabemos, se é verdade ou mentira, mas ouve-se que, no bairro, só vai ter indústrias, todas as casas serão destruídas", revelou Madalena Sebastião, cuja preocupação reside no facto de os dirigentes da localidade, até à data, não se terem pronunciado sobre a considerada questão do momento. A interlocutora deste jornal disse que a mensagem flui de pessoa para pessoa, acreditando, por isso, que a origem da mesma esteja ligada aos dirigentes.

Contrariamente ao velho Catchumbo, cuja vida ensinou a mudar de habitat, Madalena Sebastião nem quer imaginar a vida noutra bairro.

" Nasci, cresci e me casei aqui, eu acho que começar a vida num outro bairro não seria uma tarefa fácil para mim", mesmo assim, quem manda é o Estado", desafogou Madalena, adiantando que para os residentes da área só restava obedecer, caso a retirada se tornasse numa realidade.

Apesar de ter ouvido informações que apontam para a retirada da população, sua vizinha, que se identificou apenas por Ema, prefere ignorar a mensagem, pelo facto de não haver nenhum pronunciamento por parte dos responsáveis da zona.

"Para nós termos segurança de que vamos ser transferidos, alguém da administração tem de vir a público' dizer o dia, mês, ano e o porquê da nossa saída" , disse a moradora do Segundo bairro, tendo acrescentado que respeita a o receio dos seus vizinhos, diante dessa e de outras situações.

Se um dia for transferida para outro local, espera que seja avisada com muita antecedência, que haja condições básicas no destino, como água, energia eléctrica, serviços de saúde e educação, bem como segurança garantida.

Ela, que chegou em 1975 ao Bom Jesus, considera que, com o surgimento das indústrias, o bairro tomou uma certa evolução, em relação aos tempos idos.

"A vila está a melhorar, porque antes só tinha uma fábrica, agora tem mais de sete, temos mais gente e mais serviços, mas é preciso que as indústrias façam algo pela população local.

Desconfiança sem confirmação

A intenção de buscar respostas condizentes às suas inquietações, no que ao seu futuro habitacional diz respeito, o povo do Bom Jesus recorre aos vizinhos

mais antigos do bairro, coordenadores e funcionários da administração comunal, mas a satisfação das perguntas tarda em aparecer.

Um dos elementos a quem os fiéis da confissão religiosa Bom Deus recorrem tem sido o pastor da referida congregação, António Manuel, para quem, quando há surgimento de grandes infra-estruturas numa zona habitada, as pessoas desconfiam sempre de um possível desalojamento.

"Até aqui, podemos dizer que são apenas desconfianças, não existe nenhuma confirmação oficial da parte da administração, porém, este órgão tem de dizer alguma coisa, porque, no bairro, só anda essa notícia", avisou o líder religioso. Sempre que é contactado, António Manuel aconselha os solicitantes a baterem a porta da administração, a fim de obterem um esclarecimento legal, aliás, alegou ser este o seu destino, caso as perguntas continuem a interromper a sequência dos serviços religiosos.

2.4.5 Invasores ocupam mais de 18 hectares em Viana

Jornal O País

3 De Abril de 2015

Texto: Milton llanaça

A Problemática da ocupação ilegal de terras parece estar longe de conhecer um desfecho. Quatro anciãs, nomeadamente Juliana Sango, de 85 anos, Josefa João, de 80 anos, Landinha de Castro, de 80 anos, e Marta Sassa, de 69 anos, denunciaram esta semana a existência de um grupo de jovens não identificados que se apropriaram dos seus espaços antes usados para actividades agrícolas.

Segundo Juliana Sango, que reclama por 18 hectares, as invasões começaram em 2013 e apesar de terem encontrado plantações e dois quartos de construção evolutiva, os invasores colocaram máquinas no terreno que destruíram os campos cultivados na ausência dos seus proprietários.

"A minha lavra existe desde 1983, mas neste momento estamos proibidos de chegar perto delas porque das vezes que estivemos lá, fomos recebidos com paus, garrafas e pedras. Os bandidos e as pessoas que estão a viver nos nossos terrenos não têm piedade sequer das velhas", disse a octogenária.

Antes do período da ocupação das terras, de acordo com as queixosas, a área era visitada frequentemente por pessoas que diziam-se interessadas em comprar as lavras, mas elas sempre mostraram-se indisponíveis em negociar o espaço, apesar do assédio de que eram

alvo, com a promessa de que seriam bem recompensadas financeiramente.

Por isso, no entender das idosas, o plano de ocupação estava a ser gizado há bastante tempo, acrescentando que havia 'olheiros' que passavam informações aos mandantes sempre que as mesmas se ausentassem dos campos de cultivo.

"N a minha lavra até brancos já apareceram, dizendo que estavam a precisar dos terrenos para tirar areia", revelou Josefa João, que reivindica por quatro hectares, realçando que muitos invasores já a procuraram inclusive na sua residência no distrito do Rangel, para convencê-la a vender a sua parte.

Já Marta Sassa que, com a senhora Landinha de Castro, diz ser detentora de dois hectares e meio cada uma, revelou que as perseguições vêm de a muito e "nos 28 anos que eu cultivo nesse lugar este era o sítio onde saía o sustento da minha família". Inconformados com a usurpação de que dizem ser alvos, as anciãs formalizaram um processo único e solicitaram a intervenção da Administração Municipal de Viana e do Posto de Comando Unificado (PCU) do mesmo município, ao qual anexaram os documentos comprovativos das lavras passados pelo Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural.

Num dos despachos a que O PAÍS teve acesso, datado de 4 de Outubro de 2013, saído do gabinete de Inspeção e Fiscalização do município de Viana, assinado pelo administrador cessante, José Moreno Fernandes, orientava-se a remoção compulsiva dos referidos casebres implantados em situação de transgressão administrativa, enviando para o local, técnicos que não conseguiram fazer o levantamento pretendido, ante a atitude agressiva dos invasores.

Demolição travada por invasores

Ao se aperceber desta situação, de acordo com um outro documento em posse dos queixosos, a administração solicitou ao Comando de Divisão de Polícia do referido município, o envio de forças policiais que apesar dos meios à sua disposição não conseguiram remover os casebres, em virtude da renitência dos ocupantes que destemidamente enfrentaram os agentes.

"Naquele dia se não houve mortes foi graças a Deus, porque eles não fogem ninguém e nem da Polícia têm medo. Eu vi senhoras a tirarem roupas para lutarem com os agentes da ordem, outros pegaram em paus, pedras e garrafas. Os homens da Polícia não tiveram outra solução, senão recuar", declarou Fernando Sango, filho da velha Juliana. Depois dessas duas

intervenções, segundo os queixosos, o processo foi interrompido por causa das chuvas e da realização do Censo Populacional, em Maio de 2014, porque lhes foi informado tanto pela administração como pelas autoridades policiais que a ocasião era imprópria para dar sequência ao processo.

Aos poucos, os casebres estão a evoluir para casas de construção definitiva e com a exoneração do administrador, as velhas receiam perder definitivamente as lavras.

"Desde que o antigo administrador saiu, o processo está estagnado, já marcamos duas audiências com a actual direcção, mas até agora não somos chamadas. Nós só queremos as nossas lavras, por isso, estamos a pedir ajuda do estado", clamam.

Polícias e militares envolvidos

Entre os invasores de terras, segundo Juliana João, contam-se efectivos da Polícia Nacional e das Forças Armadas Angolanas (FAA), alguns na pele de vendedores e outros como compradores, apesar de estarem conscientes da ilegalidade do processo, conforme ressaltou a própria.

"A última vez que visitei o meu espaço encontrei um militar que diz ter comprado o terreno nas mãos do meu filho. Deu logo para ver que são todos burladores, porque o meu único filho estava comigo naquele momento", disse.

Na ocasião, conforme fez saber a fonte, ainda indagou o militar, em tom de ironia, se as mangueiras e os cajueiros, assim como as mandioqueiras cresceram sem cuidados de ninguém no terreno em que o mesmo alugou a sua residência.

A situação do militar das FAA não constitui um caso insólito porque, segundo Fernando Sango, em Abril de 2014 demoliu-se uma residência que pertenceu a um oficial da Polícia nacional, orientada pelas próprias autoridades policiais.

"Esta foi a medida que o Posto do Comando Unificado (PCU), encontrou para desincentivar o envolvimento da Polícia em casos do género. Por isso, para dar exemplo, o oficial da Polícia ficou preso, mas depois de alguns dias acabaram por libertá-lo", lembra.

Refira-se que em Dezembro do ano passado, o governo organizou um seminário sobre a problemática da ocupação ilegal de terras, em Luanda, em que ficou determinado fazer-se um inventário sobre a ocupação a decorrer em 2015 com o envolvimento das administrações municipais e comunais, em virtude da falsificação de documentos

e dos crimes de usurpação de terrenos ocorridos, particularmente na capital do país.

Dinheiro gasto e nada resolvido Depois de ser autorizada a demolição dos casebres pela administração e pelo comando do CPU, ainda em 2014, o grupo de senhoras organizou -se, e com ajuda dos familiares tiveram de reunir algum dinheiro para o aluguer de máquinas destinadas a destruir os casebres erguidos, porque segundo contaram, a administração alegou não possuir meios para demolir o bairro.

Dada a dimensão da área, foram alugadas duas máquinas orçadas em 250 mil kwanzas cada uma, mas infelizmente, depois de tudo pronto as autoridades mostraram-se indisponíveis para dar sequência ao processo, pois a situação agudizara-se mais ainda com a entrada em cena do novo elenco nomeado para dirigir os destinos do município de Viana.

2.4.6 Regresso dos antigos moradores

Jornal O País

3 De Abril de 2015

Texto: Milton Monteiro

Parte da Chicala 2 encontra-se já destruída como consequência dos desalojamentos feitos no princípio de 2014 e os que teve início nesta semana. Actualmente muitas famílias realojadas no Zango voltaram a arrendar casas quer no próprio bairro, como nas proximidades, justificando esta atitude como sendo fruto da falta de condições básicas como escolas e hospitais e a escassez de emprego.

Apesar de terem recebido casas muitos moradores como é o caso de Adelaide Pedra de 40 anos, abandonou o Zango para se instalar na casa de um cunhado na cidade a fim de salvaguardar o emprego e as aulas dos seus filhos, tendo alegado dificuldades em matriculá-los nas escolas existentes no Zango.

Continuou dizendo que no primeiro mês da sua estadia no Zango os filhos adoeceram por causa do consumo de água imprópria, tendo inclusive contraído diarreia com sangue.

A mesma opinião é partilhada por César Barreira de 33 anos, que em muitas ocasiões vê-se obrigado a ficar longe de casa e do convívio com os filhos durante três a quatro dias. Ele não trabalha em regime de turno, mas disse que é forçado a proceder de tal forma por não ter recursos financeiros suficientes para fazer o trajecto Zango Chicala e vice-versa, todos os dias.

"Nem sempre tenho dinheiro de táxi para vir trabalhar na Chicala e regressar ao Zango, por isso, muitas vezes durmo mesmo aqui nesta parte da casa que ainda não foi partida", disse, tendo acrescentando que os seus filhos estão inseridos apenas numa explicação' por falta de escolas. ~

2.4.7 Transporte em falta

Jornal O País

3 De Abril 2015

Texto: Neusa Filipe

Para se deslocarem do Bom Jesus às outras localidades, como o mercado do Quilómetro 30, Estalagem e Catete, principais destinos dos vizinhos do rio Kwanza, eles têm de desembolsar de 400 a 500 Kwanzas, pois o único recurso passaram a ser os candongueiros.

"Aqui já não tem autocarro há mais de dois anos, é por isso que a população não se desloca muito. Nem sempre temos mil Kwanzas para ir e vir", reclamaram os habitantes.

Quando os autocarros da Bronutur chegavam à sede comunal, o povo do Bom Jesus tinha facilidade de chegar em Luanda, pois, pagava apenas 50.

Outra alternativa da população consiste em pedir boleia aos automobilistas que chegam e saem da vila ou dos trabalhadores das indústrias instaladas na zona, que nem sempre estão autorizados a prestar favores do género.

A água deixou de ser um problema para os moradores, que, com o surgimento da fábrica Bom Jesus, passaram, inicialmente, a acarretá-la a partir da referida unidade fabril. Actualmente estão instalados dez chafarizes na área, embora esta reportagem tenha apurado que dois não funcionam.

No Segundo bairro, próximo a antiga zona da açucareira, existem algumas girafas, a partir das quais abastecem alguns camiões-cisternas, que rumam para fora do bairro.

A energia deixou de ser grande preocupação, uma vez que o bairro beneficia de uma subestação próxima.

No capítulo da educação, as escolas estatal e afecta à igreja católica atendem a demanda do bairro, nos níveis primários e secundários, mas, na primeira, registam-se faltas por parte dos professores, principalmente nos dias de chuva, pelo facto de a maioria da classe docente não ser residente.

Um novo centro médico foi construído e inaugurado recentemente, mas não atende certas necessidades no capítulo da saúde, ora por falta de especialistas, ora pela natureza e especificidade da própria instituição, como disseram alguns técnicos do ramo.

A segurança, no bairro, é ainda preocupante, pois registam-se alguns roubos, sobretudo de animais domésticos, conforme se queixaram os residentes. Instado a responder sobre a situação, o responsável do piquete destacado na esquadra da comuna, na tarde de terça-feira, 25, alegou que a polícia local estava proibida de passar qualquer informação à imprensa.

O aparecimento das empresas despertou a esperança da juventude local, no que ao emprego diz respeito, entretanto, os jovens da localidade queixam-se da pouca oferta por parte das empresas fabris e da falta de apoio social.

Antigamente, a vila do Bom Jesus estava dividida por três bairros, nomeadamente o Morro Cinco, a então zona alta, o Chafariz ou parte baixa, onde se situa a administração, a polícia e as escolas estatais e o bairro da Açucareira, o mais encostado ao rio Kwanza, onde se encontravam a indústria com o mesmo nome, as lojas, o refeitório e o centro médico, o único estabelecimento que resiste até hoje.

2.4.8 Pavimentação de ruas na reserva fundiária

Jornal De Angola

8 De Abril de 2015

Texto: Adão Diog

O traçado de ruas pavimentadas, passeios, construção da rede de esgotos, sistemas de electricidade e de telecomunicações são obras de vulto, em curso, nos 97 hectares da reserva fundiária das imediações do Aeroporto Deolinda Rodrigues, na cidade de Saurimo.

A profundidade e qualidade do trabalho iniciado há oito meses, valoriza o espaço repartido em 351 lotes, 342 dos quais destinados à construção de moradias, e nove para serviços.

A desamatação marcou o arranque da empreitada que deu lugar à instalação da rede de esgotos. Para colmatar os desníveis do terreno, os técnicos tornaram a área plana, com o auxílio das potentes niveladoras. Isto permitiu desenhar a rede viária, os passeios, construção de lancis, postos de transformação de electricidade e outras estruturas de base para a iluminação pública.

As obras dos arruamentos cobriram 14 quilómetros dos 19 previstos. A pavimentação decorre, em simultâneo, com a instalação de tubos para a rede de telecomunicações em cada lote e ramais técnicos para outros fins.

Uma nova era

Este projecto estratégico é inédito na história da província, em mais de 13 anos de paz. Visa criar alternativas para desafogar o trânsito e garantir a qualidade de vida aos futuros moradores. O encarregado geral das obras, Alexandre Soares, garantiu à nossa reportagem que no domínio do saneamento básico, a empresa cumpriu as suas obrigações a 100 por cento e em 60 por cento os sistemas de electricidade e telecomunicações.

Os passos dados por uma equipa de trabalho composta por 134 trabalhadores, indiciam uma aposta séria do governo, para transformar a zona num verdadeiro centro urbano, onde os moradores sintam, na prática, o verdadeiro significado da dignidade, sonhada por todos.

Para imprimir celeridade na obra, a empreiteira instalou duas centrais para o processamento de betão e asfalto, matérias-primas essenciais à construção da nova centralidade de Saurimo.

Para acautelar fugas nas junções dos tubos e danos em futuras obras de ampliação de vias, o técnico garantiu que uma máquina especial realiza as soldaduras, aquecendo o plástico a 220 graus e a rede está instalada a seis metros da estrada, num canal próprio para a instalação da conduta.

Trabalho complexo

No terreno, a delicadeza do trabalho justifica a lentidão dos trabalhos, que começam com a abertura de valas por uma retroescavadora. O Trabalhador Upale José ganhou o seu primeiro emprego ao integrar uma equipa que executa as obras do projecto.

Como ele, dezenas de jovens conseguiram trabalho na empreiteira que está a construir a nova centralidade de Saurimo. De acordo com Mário Leite, a empresa reúne condições para responder às solicitações da execução de obras. Quando concluir a instalação da conduta principal da água, pretende intervir nas ligações domiciliárias, asfaltagem de ruas e construção de passeios.

Satisfeitos com as iniciativas viradas para a melhoria da qualidade de vida, os munícipes de Saurimo exaltam a visão do Governo Provincial e apelam para uma fiscalização atenta do que "está ser feito para evitarmos ruas descartáveis", disse João Pombelo,

que já fala de um cenário dominado por "fartura de água, energia, e ruas com uma rede de saneamento funcional". As ruas pavimentadas já recebem visitas de motociclistas e munícipes para satisfazerem a curiosidade, passear pelo espaço da nova centralidade, cujo acesso é ainda, restrito devido ao volume de obras e ao grande movimento de máquinas.

2.8.9 Camponeses recebem títulos de posse de terra

Jornal Economia e Finanças

10 De Abril de 2015

O cultivo de cereais, hortícolas e plantação de fruteiras diversas por parte dos agricultores e camponeses da comunidade da Humpa, município de Cacula, na província da Huíla, passa a ser feito com maior segurança e rentabilidade, com a atribuição do título de reconhecimento da ocupação, posse e direitos de uso e fruição de terrenos rurais comunitários feita pelo Governo.

A cerimónia de entrega do título que abarca uma área de 827,10 hectares de superfície, foi feita pelo vice-governador provincial da Huíla para o Sector Económico, Sérgio da Cunha Velho, na presença do director provincial da agricultura e pesca, Lutero Campo, além das autoridades tradicionais, camponeses, membros do governo local entre outros.

O vice-governador disse que o título abrange mais de 1.000 pessoas, dentre camponeses, agricultores e membros da tribo khoisan, que vivem na comunidade da comuna de Tchikuaqueia, na zona da Humpa, município da Cacula, 120 quilómetros a Leste da cidade do Lubango.

Sérgio da Cunha Velho esclareceu que a actividade da entrega do título foi nobre porque potencia a actividade agrícola com segurança, o que permite aumentar e diversificar a actividade agrícola, para combater à fome e à pobreza no meio rural.

Mais iniciativas

O vice-governador acrescentou que o Executivo, através do governo provincial da Huíla já desenvolveu várias iniciativas, incluindo um estudo do seu modo de vida, e compreende-se tratar-se de um grupo bastante complexo, ligado a terra de maneira especial, pois, fixa-se em territórios bastante amplos, onde a sua presença em alguns momentos passa até despercebida.

O governante esclareceu que a Lei de Terra tem como um dos objectivos a garantia dos direitos

fundiários das comunidades rurais e periurbanas, definindo os princípios, estabelecidos os limites e determinando as tipologias de concessão e utilização da terra.

Disse que o Governo de Angola tem estado atento a questão da ocupação das terras, pois, "quando feita de forma não regulamentada provoca sérias perturbações de vária ordem".

Aproveitamento adequado

Explicou que constitui tarefa fundamental do Estado assegurar que o uso e aproveitamento das terras se façam em prol de toda a comunidade, com respeito dos fins legais que os fundamentam, para que não sejam fonte de conflituosidade social, "mas antes factores de paz, de harmonia social e desenvolvimento económico, contribuindo para o aumento da qualidade de vida".

Disse ser importante que as autoridades administrativas e os parceiros do Estado reflectam "sobre os aspectos práticos da aplicação da lei, permitindo a sua disseminação para garantir justiça, 'segurança e certeza jurídica aos seus destinatários.

"Com este instrumento jurídico cumprimos com um dos objectivos da existência da lei, para que os camponeses tenham assegurada a posse da terra, para explorá-la com a garantia de propriedade individual ou colectiva", disse.

Sérgio da Cunha Velho salientou que ainda existem muitas acções a realizar para compreender sobre esta comunidade, de modo a que se conduzam melhor as distintas intervenções que se julguem necessárias.

Acrescentou que o gesto feito que se resumiu na entrega do título de reconhecimento do direito útil consuetudinário está dado um passo crucial no processo que vai conduzir a uma maior socialização deste grupo, a ser inclusão social.

Emprenho

Em nome da comunidade beneficiária, Filipe Tiago, agradeceu as acções do Governo, que estão a permitir aperfeiçoar também as técnicas de lavoura nas localidades de Kavissi, comuna de Tchikuaqueia e entre outras, no município de Cacula.

Disse que o título vai permitir com que as comunidades trabalhem a terra com mais segurança e propriedade sem "temor de receber os haveres".

Na ocasião agradeceu ao Executivo pelo facto de várias famílias camponesas terem já sido contempladas com uma variedade de sementes que

permitiu aumentar os níveis de produção e colheita de repolho, mandioca, feijão, gergelim, batata, ervilha e abóbora.

Referiu que está ainda em curso na comunidade, o projecto "Kumosi", que está a ser implementado com o financiamento da União Europeia.

Filipe Tiago reconheceu que com a aplicação do projecto muitas mulheres beneficiaram de uma formação para a transformação de produtos do campo.

"Estamos felizes, porque antigamente vendíamos a batata de forma esporádica e agora temos a possibilidade de transformar a produção, o que permite diversificar a dieta alimentar diária", disse.

Apoios garantidos

A coordenadora do projecto, Mariana Soma, explicou que a formação está a ser dada pela Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), Antena Huíla e Cunene, complementada pela organização alemã, denominada "Pão" para o mundo.

O projecto beneficia de um financiamento de 900.000 euros, desde 2011, e tem duração de quatro anos.

Mariana Soma disse que o projecto está subdividido em duas vertentes, referindo que o primeiro passa pelo reforço da capacidade organizacional das famílias e camponeses; o segundo pelo apoio ao processo produtivo.

Durante o período foi possível congregar 22 grupos, dos quais 18 associações de camponeses e quatro cooperativas a nível do município de Cacula. Até ao momento, o projecto beneficiou 2.500 pessoas que, de forma directa, receberam apoios.

A administração municipal de Cacula deu também o seu apoio para 10 novas associações de camponeses que submeteram os seus documentos ao Cartório da Comarca da Huíla para obtenção de escritura.

Na localidade existem duas associações de camponeses legalizadas. As cooperativas da comuna de Tchituto têm moagens, armazéns e cantinas comunitárias, onde prestam serviços às comunidades.

Projecto "Kumesj"

A coordenadora Mariana Soma disse que o projecto Kumosi permitiu oito associações aplicar sistemas de rega.

O município de Cacula é pouco rico em recursos hídricos, mas existem algumas localidades com

possibilidades de retenção de água, de forma que as pessoas associadas promovam a agricultura.

Várias associações dispõem de diques de retenção de água e em alguns casos o projecto distribui tanques para o armazenamento de água, que facilita no sistema de rega por gravidade, sobretudo na época seca. No âmbito do apoio à diversificação, referiu, foi introduzida uma metodologia que se denomina "Escola na lavra do agricultor ou camponês", que permite ao camponês aperfeiçoar as técnicas de produção para maximizar os solos e minimizar as perdas.

Mariana Soma informou que foram instaladas no município de Cacula 14 lavras na escola dos camponeses, que seguem as técnicas nas lavras individuais.

Ainda no âmbito do apoio à produção, foram distribuídas aos camponeses oito motorizadas de três rodas que estão acopladas aos sistemas de rega, para o transporte de hortícolas às áreas de comercialização.

2.4.10 Demolições na chicala

Jornal Agora

10 De Abril de 2015

Texto: Sebastião André

"A Polícia está envolvida na comissão criada entre a Sodimo e a CACL para desalojarem a população, inclusive um dos membros que faz parte desta empresa é oficial da Polícia. Ele se identifica como Américo e faz questão de mostrar os dois passes que ostenta".

2.4.11 Famílias realojadas em locais seguros no Sumbe

Jornal Manchete

10 De Abril de 2015

Texto: Francisco José

A reportagem do Manchete visitou os locais e constatou que existe uma grande vontade por parte do governo da província em colocar a população em zonas boas para se viver. Maria Júlio e viúva, antes moradora do bairro das Aguas, segundo ela, a sua residência estavam a beira do desabamento porque foi erguida junto de urna ravina, que quando o caudal do rio Cambongo subisse, toda a água inundava a moradia.

"O Governo fez urn grande trabalho, lá no bairro das aguas estávamos a viver sob risco. Eu acompanhei pela televisão o que aconteceu com a população da província de Benguela, no município do Lobito e vi que e urn risco habitar em zona inapropriadas. Aqui no Aniko, não existe perigo, estamos bem localizados, mesmo chovendo ninguém corre risco, e por essa razão que louvamos o esforço do Governo", disse Maria.

Joaquim Cambando e urn cidadão bafejado pela sorte, no bairro das Aguas onde morava era apenas inquilino de urna casa arrendada. Este sonhava em adquirir urn terreno para erguer a sua própria residência, mas quando a equipa de Fiscalização do Governo trabalhava no cadastramento da população este foi também seleccionado e assim ganhou o seu próprio terreno.

"Deus é pai, eu não tinha dinheiro para comprar urn terreno se quer, pagava a renda já com dificuldades, a chuva que foi caíndo urn pouco por todo o pais deu-me a possibilidade de ter o meu lugar e juro que vou construir urn residência segura para morar com a família. Aqui na Pomba Nova e urna boa zona, o terreno e arenoso, sempre que chove o solo filtra as águas pluviais e não deixa lama. No bairro onde habitava antes era urn grande perigo, ate porque quando caísse a chuva ninguém podia circular, com receio de ser arrastado pelas águas do rio que transbordam quando o caudal aumenta", disse Joaquim, para mais adiante lembrar que assistiu várias casas a serem arrastadas pelas águas e tern urna imagem negativa sobre os perigos que a chuva causa na vida das famílias que vivem em zonas de risco.

Lurdes de Sousa, 21 anos de idade, habitava antes de se mudar para a Pomba Nova, no bairro da Praia, bem juntinho da foz do rio Cambongo, sendo gestante já nos últimos dias não sabia o que lhe esperava, pois convivia com a morte. As ondas do mar batiam sobre a parede de sua residência, pois segundo ela, o mar brava quando recebe aguas proveniente das chuva, o que arriscava não só a sua vida mas também dos seus vizinhos.

Esta jovem mulher, com lágrimas no rosto, convidou-nos a entrar no interior da sua tenda para ver o seu recém-nascido. De acordo com ela, no dia em que foi transferida para o novo bairro, na mesma noite deu a luz com a ajuda de vizinhas de tendas.

"Foi difícil, mas consegui dar a luz sem muitas dificuldades. Quando fui surpreendida palas dores de parto, os vizinhos se mobilizaram para que eu fosse para o hospital, mas por falta de meio de transporte acabei fazendo tudo aqui", contou a jovem.

Água, energia eléctrica, escola e saúde precisam-se

Da ronda feita pela nossa reportagem, constatamos que o Governo efectuou, na verdade, um grande trabalho, mas uma das grandes dores de cabeça das populações e a ausência dos principais serviços, como escola, saúde, água, energia eléctrica e um posto de Polícia para travar a onda de criminalidade na zona, como nos contou Rafael Lino, que na noite em que se mudou para o novo bairro lhe foi roubado o gerador que poderia usar como fonte alternativa de fornecimento de energia eléctrica. "o Bairro é muito escuro as noites e os bandidos estão sempre aqui a solta. O Governo deve colocar um posto de polícia aqui na zona para o patrulhamento nocturno", advogou.

Quem também se mostrou preocupado com a ausência de serviços sociais básicos na zona é Judite de Oliveira. Segundo ela, os filhos estão com dificuldades de ir à escola pelo facto de não existir salas de aulas. Outra preocupação é com a saúde, se alguém à noite tiver febre pode morrer, não existe posto de saúde, um problema grave para nós".

Carla Pedro lamenta a ausência do precioso líquido, pois, para conseguir água tem de se percorrer vários quilómetros para comprar nos reservatórios daqueles que possuem tanques em casa. "Queremos água para deixar de sofrer, não conseguimos lavar a roupa nem tratar condignamente da higiene pessoal, disse.

O Governador diz que primeiro passo foi dado.

Eusébio de Brito Teixeira está certo das suas afirmações e garantiu que o primeiro passo foi dado, pois 400 famílias já foram reassentadas, restando apenas as outras que se encontram nas mesmas condições.

"Estão loteadas várias parcelas que ainda não receberam populações. Atuko e Pomba Nova já habitam pessoas. O Governo está a trabalhar para colocar à disposição das famílias todos os serviços básicos para que as mesmas não sofram", garantiu o governador.

2.4.12 Roubo De Terrenos Dos Populares Em Cacuo

Jornal A República

10 De Abril de 2015

Texto: Rita Fernando e Mwata

Kalucango

Desde o mês de Novembro do ano 2014, que os camponeses da comuna da Funda bairro Caop Velha, situada por detrás da Universidade Metodista de Angola, Município de Cacuo que estão aterrorizados com o aparecimento de supostos proprietários das áreas já ocupadas por alguns populares.

Os mesmos defendem ser proprietários das terras ocupadas e que já puseram os homens a trabalhar para a vedação de toda extensão do terreno, no mesmo espaço já havia casas convencionadas e com algumas pessoas a habitarem por lá. Os aparentes proprietários que já coabitam no espaço em causa, afirmam que desde o final do ano passado, que a situação se tem provocando um mal-estar. Todos os dias acomodam-se por baixo de um embondeiro, que era o local de encontro de todos eles, sem comer nada preferindo manter-se permanentemente no local para preservar e se defender dos tais presumíveis usurpadores, e recebem ameaças de alguns militares, que também se abrigaram, com suas tendas no actual local que por sinal estão a salvaguardar o espaço.

As populações constringidas defendem estar autorizados pela ex-administradora municipal Rosa Janota Dias dos Santos e o antigo administrador municipal de Cacuo Agostinho Miguel Lima, na ocupação e vedação de terrenos desde Setembro de 2005. Como comprova a declaração de legalização e Vedação de terrenos da Administração de Cacuo, assinado no dia 24 de Setembro pelo Ex-administrador municipal de Cacuo Agostinho Lima como exibição da imagem.

Os moradores, estão assustados e apavorados com os que dizem ser donos dos terrenos e clamam para que a administração actual de Cacuo se intervêm para a

resolução dos tremendos problemas que lhes perturba sobre o espaço que a Ex-administradora Rosa dos Santos forneceu aos camponeses na altura.

Ouvindo no local o Sr. José, um das vítimas que também passa vários dias por baixo do embondeiro "queremos que a administração de Cacuaco e a Coordenação do bairro solucionem os nossos problemas" com o rosto muito triste, desanimado e amargurado.

Por outro lado a nossa reportagem ouviu o Sr. Miguel João Curi, que até mostrou os documentos que comprovam que administração de Cacuaco deu-lhe a declaração de legalização e vedação da sua parcela de terreno em 2005 assinado pelo antigo administrador municipal de Cacuaco.

2.4.13 Sinistrados descontentes com distribuição de bens

Jornal O País

10 De Abril de 2015

Texto: Alberto Sambí

Segundo apurou O PAÍS, que esteve no centro de realojamento Camulingue, no Lobito, em Benguela, na tarde de Sexta-feira, 3, desde que chegaram ao centro de realojamento, os sinistrados receberam apenas o quite alimentar por duas vezes. A situação está a deixá-los tristes, porque seus familiares têm de cobrir suas necessidades com alguma ajuda.

Miquelina Catale tem 28 anos, está alojada numa tenda com o marido e os três filhos. Ela mostrou à equipa desta reportagem o quite alimentar que recebeu, na semana que antecedeu à desta edição.

"Olha, é isso que nos deram na semana passada, um saco de 25 quilogramas de farinha de milho, vulgo fuba, e outro de arroz, cinco litros de óleo, meio saco de carvão e peixe seco, num saco de cinco quilogramas", detalhou Miquelina, tendo reclamado que, desta vez, recebeu um litro a menos de óleo em relação à primeira.

Além disso, a sinistrada beneficiou de três esponjas, que servem de colchão, dois mosquiteiros, panelas, baldes e bacias, bem como materiais escolares para as crianças, nomeadamente' mochilas e cadernos.

Miquelina Catale está preocupada com o tempo que ficam sem receber alimentos, um período que, segundo a própria, acaba por ser maior do que a dispensa disponibilizada, quinzenalmente' pelos responsáveis do centro.

Outro desassossego da inquilina das tendas tem a ver com o facto de saber que das ajudas prestadas aos sinistrados constam outros produtos que não estão a chegar ao centro dos sinistrados.

Sem querer avançar pormenores, Miquelina Catale, que disse estar bem inteirada sobre as ofertas de Luanda e Benguela, através de familiares e amigos, falou da roupa usada, que, até à data não tinha sido distribuída à sua família.

"Toda gente sabe que não houve só ajuda de comida, nem de outros utensílios que estão aqui, então, era bom que nos dessem as coisas que faltam para não estarmos desconfiados", apelou a sinistrada.

Quem alinhou deste diapasão foi sua ex - vizinha do bairro Novo, Olga Daniel, que confirmou a falta de apoio, no que ao vestuário diz respeito.

"Se eles sabem que nós perdemos a maior parte dos nossos bens, não é preciso dizer-lhes que perdemos também a nossa roupa", reclamou Olga Daniela, adiantando que ela e seus pais conseguem variar a indumentária, graças ao auxílio de alguns familiares que os visitam, regularmente.

A reclamação da jovem não se cingiu apenas no vestuário, ela falou ainda de outros produtos doados que não são distribuídos no centro, como água mineral.

Questionado sobre os frascos do referido líquido que se encontravam em quase todas as tendas onde a equipa desta reportagem foi convidada a entrar, Olga declarou que o donativo tinha sido feito por missionárias de uma congregação religiosa afecta à igreja católica, cujo uniforme era de cor branca e azul.

A reclamante, que agora partilha uma tenda com os pais, aproveitou a ocasião para falar da falta de transporte.

"Esqueceram -se da existência de pessoas que estudam e trabalham, colocaram um meio de transporte que eu acho muito condicionado, porque não consegue servir os trabalhadores e os estudantes" protestou.

Olga frequenta a II a Classe, na Escola Técnica de Saúde, localizada no bairro do Compão, Lobito. Para chegar à sala de aulas, serve-se dos motoqueiros oportunos que fazem o percurso centro de realojamento Bela Vista, onde toma um táxi para o mercado do Africano, sendo que daí apanha o último para a zona escolar.

Por todo percurso, a aluna da escola do ensino médio do curso de enfermagem tem desembolsar 500 Kwanzas, já que o primeiro trajecto fica a 300, o triplo do valor das duas últimas viagens. Para minimizar os gastos, ultimamente, ela decidiu esperar por boleia, sujeitando-se a alguns atrasos.

Gozando da sua jovialidade, em função da qual justificou seu poder de memória, Olga Daniel censurou a calendarização de distribuição apresentada por Miquelina Catale, alegando que, na semana em que entraram para as tendas, só lhes foi concedido um saco de tuba e outro de arroz. Sete dias depois receberam seis litros de óleo e apenas um pacote ' de massa.

"Na semana passada nos deram a mesma coisa, menos um litro de óleo e massa, e tivemos peixe seco e uma lata de atum, pela primeira vez", asseverou, a jovem que preferiu não falar do carvão cuja quantidade considerou bastante enfuna para a atender as três refeições diárias.

Por causa da necessidade constante de bens alimentares e outros, nas proximidades das tendas passam vendedores ambulantes, aproveitando fazer o seu negócio. O que não falta, no local, é um posto clandestino de venda de bebidas alcoólicas, exactamente à entrada do centro.

Cadeiras plásticas desaparecem do horizonte

Chamada a intervir sobre o assunto, Francisca Rosa, que vive com quatro filhos e o marido, preferiu falar das cadeiras plásticas que estavam para ser distribuídas, no último dia do mês de Março.

"Tinham colocado aí fora, mas, de repente, foram guardar mais. Quando fomos perguntar, disseram que não chegavam para todos" , narrou Rosa, questionando qual seria o destino das dessas, se continuassem na mesma quantidade.

A ocupante de uma das tendas que ficam no lado mais a Norte do centro, disse que as coisas entregues aí já davam para remediar.

Embora receie alguma retaliação por parte dos responsáveis, ela não teve receio de cogitar que havia muita contenção na distribuição dos bens alimentares por parte dos responsáveis.

"Só para ver, em Março, houve sacos de fuba e arroz que molharam com água da chuva" , divulgou a cidadã, que espera mais justiça da parte dos dirigentes em dar as coisas a tempo e hora da necessidade.

Grávida de oito meses, Francisca Rosa, que cumpre com as consultas pré-natais na maternidade da zona

baixa, apelou pelo reforço da equipa médica, ao ponto de querer ver técnicos de maternidade e infância.

"Onde está a televisão?"

O pequeno Edimilson de 11 anos, que seguia atentamente a nossa conversa, interrompeu a entrevista para perguntar onde estava a televisão que viu por um meio igual, apresentado como oferta aos sinistrados.

"Quando saímos daqui com os meus encarregados, eu assisti, nos ofereceram televisor, fogão e muita mobília, como é que aqui não estou a ver", interrogou o petiz, tendo propondo a criação de um espaço para assistência.

Preocupado com a segurança do espaço, Edimilson informou sobre as cobras que invadem as tendas e pediu para se disponibilizar pneus usados.

"Podemos queimar para as cobras fugirem daqui", propôs o miúdo, convencido que, deste modo, estaria a contribuir para o bem da comunidade. O pequeno está a frequentar a 6a Classe, na escola de seis salas, improvisada com chapas de zinco, ferro e madeira, localizada ao lado esquerdo da entrada do centro.

Os professores ainda são desalojados, mas está em curso um compartimento para professores, conforme confirmou o responsável pelas obras, cujo nome pediu para não ser citado nessa reportagem.

Tendo vindo do vizinho município do Bocoio, José Feliciano e Rita Chimbala viveram apenas um ano no bairro ovo.

Hoje nas tendas estão desapoitados, por não terem familiares no Lobito. Por isso, queixaram-se de não terem roupa sequer para mudar de um dia a outro.

"Quando aquela situação aconteceu, ficamos mesmo sem roupa, por isso, aproveitamos para pedir às pessoas de boa-fé, se tiverem algo que já não usam, nos dêem", implorou o sinistrado enquanto mostrava as suas calças de ganga com a qual cobre parte do corpo, na maior parte dos dias.

O casal queixou-se sobre as debilidades das tendas perante as chuvas, tendo revelado que entra água nas dobras.

Quanto aos quartos-de-banho adaptados, que consideraram até haver em número aceitável, pediram para serem seleccionados por género, de modo a evitarem -se a frequência de homens e mulheres.

Para a iluminação nocturna, a zona das tendas beneficia de uma rede eléctrica de fonte alternativa, mas a água está garantida. Foram instaladas torneiras, no local, a fim de facilitar a captação.

Marcada zona de risco

No bairro Novo, as residências que ficaram intactas e parcialmente destruídas foram marcadas com as siglas AML/ZR, a indicar Zona de Risco. Alguns populares não deixam de visitar o seu antigo habitat, onde, muitas vezes, passam o dia todo, como é o caso de José Pacheco Bandeira' que trabalha por conta própria

"Estou nas tendas, mas num sítio onde você viveu durante muito tempo cria saudade, é por isso que eu venho aqui todos dias, também para recolher alguns artigos" desabafou morador da área, desde 2007 por ter tido a casa localizada próximo da encosta da montanha, José Bandeira, foi um dos primeiros a deslocar-se para a serra, onde ajudou a abrigar seus familiares.

2.4.14 Demolições arbitrárias provocam protestos na Catumbela

Jornal Grandes Notícias
17 De Abril de 2015

Um grupo de jovens protestaram, na última sexta-feira, contra atitude da administração da Catumbela, que pretende demolir mais de 500 residências na comuna da praia Bebé, neste município, província de Benguela.

Mukwá Kituxi

Os cidadãos, agrupados, marcharam até administração daquele município no sentido de pedirem maiores explicações, de como será as condições de habitabilidade depois de partirem as suas casas.

A marcha não obteve os objetivos pretendido porque, a tempo e hora, foram impedidos pela polícia.

José Numala Ecundi, administrador comunal, disse ao *Grandes Notícias* que desconhece as verdadeiras causas das demolições, mas que ordem vieram da administração municipal, na pessoa da titular máxima Filomena Pascoal, e que o mesmo limitou-se a cumprir.

Os moradores frustrados, pelo não esclarecimento devido e pelo facto de serem impedidos pela polícia local a não realizarem a marcha, apelaram de forma

exausta ao administrador para que os operários das máquinas parassem as demolições, mas que este não aceitou, mesmo que fosse necessário passar em cima dos moradores.

Segundo alguns moradores, não há razões alguma para a administradora municipal, Filomena Pascoal, orientasse as demolições, uma vez que as residências não se encontram em zona de risco (a 400 metros do mar) e que deveriam estar mais preocupados com as zonas de risco, em caso de catástrofes, para se evitar danos humanos, como aconteceu recentemente. "Não demoliram o bairro da Restiga, do Compão, Cabaia, Palácio do governador, onde a maioria das estruturas estão a menos 10 metro do mar?" remataram.

2.5 MAIO 2015

2.5.1 Participantes defendem desburocratização

Jornal de Angola

31 De Maio de 2015

Texto: Victor Mayala

A desburocratização do processo de aquisição de terrenos foi uma das recomendações saídas do seminário provincial que reuniu em Mbanza Congo pessoas de várias sensibilidades para debater a problemática da ocupação ilegal de terras.

Os participantes recomendaram também a criação de um sistema integrado que permita um tratamento mais célere dos processos de regularização de terrenos.

A situação provocou acesos debates no encontro presidido pelo governador provincial do Zaire, Joanes André, no anfiteatro do edifício 11 do Governo Provincial, onde marcaram presença, além da secretária de Estado da Economia, Laura Alcântara Monteiro, membro acompanhante da Administração Central à província do Zaire, várias personalidades, entre as quais, magistrados judiciais e do Ministério Público, representantes dos órgãos de Defesa e Segurança, administradores municipais, autoridades tradicionais e eclesiásticas.

O encontro decorreu em cumprimento das recomendações saídas do seminário nacional sobre a problemática de ocupação de terrenos, que apontam para a necessidade de diagnosticar a situação actual da ocupação de terrenos no país, tendo em conta os pressupostos estabelecidos nas leis de Terras e do Ordenamento do Território e Urbanismo.

O fórum recomendou ainda a harmonização desses dois diplomas legais à luz da Constituição, para atender as situações emergentes.

A venda de terrenos por parte de muitos cidadãos de má-fé constitui uma prática que, segundo defenderam os participantes, deve ser banida, na medida em que tem sido fonte de muitos litígios nas comunidades.

O comunicado final do encontro refere ainda que a venda ilegal de parcelas de terra é, em muitos casos, feita com recurso à falsificação de documentos. A concessão de terrenos urbanos deve ser feita com base na observância da Lei do Ordenamento do Território e Urbanismo, com base nos planos urbanísticos elaborados.

Ampla discussão

As discussões sobre a problemática de ocupação de terrenos no Zaire decorreram em quatro painéis. O primeiro abordou a concessão de direitos sobre terrenos, loteamento, embargo de obras e realojamento, ao passo que o segundo painel tratou da ocupação ilegal de terrenos e protecção das zonas urbanas em desenvolvimento.

O terceiro e quarto painéis versaram sobre segurança jurídica, expropriações de terrenos e responsabilidade criminal por ocupação ilegal de terrenos. No encontro foi lido também o comunicado final do Seminário Nacional, realizado nos dias 1 e 2 de Dezembro de 2014, no Palácio da Justiça, em Luanda.

O governador provincial do Zaire, Joanes André, enalteceu o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, pela iniciativa de orientar a realização dos seminários a nível nacional, sobre um tema actual e de extrema importância para a vida do país e, em particular, da província do Zaire.

Joanes André disse ser tarefa fundamental do Estado assegurar a gestão, cedência e exploração de solos, ao mesmo tempo que advogou o uso e aproveitamento de terras em prol das comunidades, respeitando os fins legais que os fundamentam, para que não sejam fonte de conflitos sociais, mas um factor de paz, harmonia, desenvolvimento económico e social da província.

Perda de receitas

O governante lembrou ainda que a usurpação e burla são práticas que têm como consequência a perda, por parte do Governo Provincial, de receitas provenientes da concessão de terrenos e respectivos impostos, além de provocar perturbações ao normal funcionamento das administrações municipais e comunais, que têm de canalizar esforços e recursos para evitar o agravamento de conflitos de várias ordens.

O governador do Zaire frisou que a ocupação de terrenos exige uma política orientadora e coordenadora de esforços, planos, acções e investimentos a vários níveis e não apenas do Governo Provincial. As terras do Estado, advertiu, devem ser reordenadas, estruturadas e colocadas ao serviço das políticas do Estado, de acordo com os critérios fixados nos termos da Lei.

A solução do problema deve ser encontrada através da elaboração de planos directores, loteamento de terrenos e o tratamento célere de processos de concessão.

A secretária de Estado da Economia valorizou a realização do encontro, por se tratar de um assunto de grande impacto social. Laura Alcântara Monteiro notou que o êxodo rural gerou uma grande pressão sobre as cidades, onde passou a haver uma procura inusitada de terrenos, tanto para fins habitacionais como económicos. A secretária de Estado referiu ainda que, entre os vários transtornos causados pela ocupação ilegal de terrenos, destacam-se a desarticulação do sistema viário, cortando o acesso aos transportes públicos e dificuldades na recolha de lixo e no provimento de outros serviços indispensáveis ao bem-estar social das populações.

Distribuídos lotes

À margem do seminário, 50 famílias que viviam em zonas de risco receberam lotes de terrenos numa área segura, em cerimónia presidida pelo governador provincial, Joanes André, ladeado pela vice-governadora para os serviços técnicos e infra-estruturas, Angela Diogo, e pela administradora municipal de Mbanza Congo, Isabel Nlandu Morena.

A administradora municipal de Mbanza Congo disse ao Jornal de Angola que o processo de concessão de terrenos prossegue. No momento, estão loteados 125 terrenos na localidade de Vombo, a cerca de dez quilómetros da cidade de Mbanza Congo. "Estamos a lotear terrenos para as pessoas que viviam em áreas de risco, para permitir que construam em áreas seguras. Penso que a iniciativa vai também desencorajar ocupantes e vendedores ilegais de terrenos", referiu Isabel Nlandu Morena.

Filomena Nvemba, uma das beneficiárias, louvou o gesto do Governo Provincial e, em particular, da Administração Municipal de Mbanza Congo em lotear terrenos para as famílias que residem em zonas de risco nos bairros periféricos da cidade.

"Estou muito contente por receber o meu terreno. Vou já criar as condições para começar a obra nos próximos tempos", disse.

Aos beneficiários de lotes de terrenos foram também entregues, entre outros documentos, o talão de controlo da Administração Municipal, croquis de localização, compromisso de aceitação de terreno e o projecto da casa.

2.1 Assaltos às terras que geram milhões (II)

Jornal A Capital

30 De Maio de 2015

Texto: Marcos António

A segunda reportagem da série intitulada «Assalto às Terras que Geram Milhões», um mês após o semanário provincial sobre ocupação de terrenos, colocou o jornal A capital, terça-feira última, 26, nas duas margens do troço Benguela/Lobito, detentoras de um potencial visto à lupa há dez anos por especialistas da Direcção Provincial da Agricultura e Desenvolvimento Rural, num levantamento que coincidiu com a aprovação da Lei de Terras.

A operação produziu resultados que segundo fontes oficiais, acabaram ignorados, se calhar devido às propaladas «ordens superiores», o argumento que determinou, a título de exemplo, a expulsão de quarenta camponesas do perímetro da Catumbela, passando a sua fonte de sustento a ser transformada em fábrica de adubos.

Colocados os dados nestes termos, facilmente se percebe que os caminhos do ordenamento do território, agora em voga como nunca, começaram a ser desbravados ainda na era do Governo de Dumilde Rangel.

Este reconhecimento, dizem as mesmas fontes, não ofusca o mérito do Eng. Isaac dos Anjos, defensor, como se tem observado, de famílias camponesas que vêm o seu espaço ocupado por senhores que fogem de áreas preparadas para a indústria, comércio e serviços.

Um alto funcionário do Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA), integrante da equipa de trabalho, explicou que o levantamento teve início na zona da Penitenciária, à saída de Benguela, e terminou muito para lá da Catumbela, a escassos metros da cidade do Lobito.

A realidade de hoje, refere o técnico, mostra que o betão e o ferro engoliram centenas de hectares de áreas agrícolas, perante o olhar impávido de quem tratou de identificar todo o potencial para uma actividade, como se vê mediante o discurso oficial, que não coabita com a construção civil.

A reportagem *A Capital* esteve em dois pontos que justificam o que as fontes chamam de contra-senso, fazendo alusão à expropriação de camponeses, sobretudo na Catumbela, quando existem neste mesmo corredor (Benguela/Lobito) enormes hectares ocupados mas sem qualquer utilidade. Entre a localidade da Damba Maria e o bairro da Taka, ao lado do asfalto, é visível, tal como documentam as imagens, a placa que simboliza a presença da Chocoil, um conhecido grupo empresarial angolano, numa parcela ocupada há mais de três anos, o tempo que a Lei impõe para a utilização de um terreno concessionado, para fins habitacionais ou económicos.

O espaço, há muito transformado em matagal, o que ilustra bem o subaproveitamento, tem funcionado como local de concentração de bois e outros animais, acontecendo o mesmo em relação a uma parcela localizada ao lado, pertença de um grupo empresarial que se dedica à importação e exportação de bens e serviços.

Agarrado a exemplos como estes, funcionário do IDA, que optou por fazer vistas grossas à forma como as parcelas são conseguidas, limitou-se a repudiar a exclusão de gente que trabalha para o sustento de milhares de cidadãos. «Por incrível que pareça, os grandes senhores, empresários ou grupos empresariais, mantêm subaproveitados os terrenos. É o que vemos, infelizmente, nos perímetros que foram analisados há uns dez anos», indicou o técnico.

Numa altura em que já conhecia os resultados, o antigo director da Agricultura, Eng. Abrantes Carlos, não se cansava de alertar, em tom crítico, para o facto de Benguela e Lobito estarem a ser ligadas por betão, com todas as consequências daí decorrentes. Mais nas vestes de técnico conhecedor da realidade, indicava que os principais vales agrícolas do litoral da província estavam a ser destruídos.

Já o arquitecto Felisberto Amado, também atento ao cenário, advertia que a província vinha perdendo parte valiosa da Reserva Agrícola Nacional (RAN), salientando que as políticas devastadoras dos espaços verdes eram controversas à preservação do ambiente.

Governador insiste no ordenamento do território

Num discurso a encaixar como uma luva na abordagem inicial deste jornal, o governador da província de Benguela afirmou, categórico, que os terrenos para projectos agrícolas não devem ser sacrificados pela construção civil, apontando como exemplos os vales do Cavaco e da Catumbela. «Temos terrenos para a construção civil, em locais próprios para habitações, indústria, comércio e

serviços», realçou Isaac dos Anjos, ao proceder ao lançamento do seminário sobre ocupação de terras.

Sem nunca ter perdido de vista as conclusões do seminário nacional, organizado pela Presidência da República, acrescentou que a anarquia torna difícil o crescimento económico projectado para os dez municípios da província. Daí que, conforme refere Isaac dos Anjos, o ordenamento do território se afigure como uma tarefa incontornável, sendo certo que, olhando para o lado económico, o Estado não consegue receitas por via da concessão de terras.

O governador foi mais contundente ainda quando ressaltou que o surgimento de iniciativas não deve implicar o esbulho e desapropriação de famílias camponesas, atiradas, regra geral, para situações marginais e de agravamento dos níveis de pobreza.

Aqui chegado, acrescentou que os municípios de Caimbambo, Chongoroi e Cubal, o último já radiografado pelo *A Capital*, estão a perder programas capazes de gerar emprego e de dinamizar a economia, a julgar pelas dificuldades que derivam da ocupação desordenada.

No litoral, insiste o Eng. Isaac dos Anjos, colocando o acento tónico no Lobito, Benguela e Catumbela, há muita anarquia protagonizada por cidadãos sem competência para fazer talhões.

2.5.2 Bairro Operário entre a história e o Zango

Jornal O PAÍS

29 De Maio de 2015

Texto: Milton Manaça

A fundação do Bairro Operário (B.O) data do longínquo ano de 1930, altura em que os assimilados luandenses estavam a ser escorraçados pelos colonos portugueses do centro urbano de Luanda, em bairros como Maianga, Coqueiros e as Ingombotas.

Os moradores do BO são famílias antigas de Luanda oriundas da pequena burguesia trabalhadora, funcionários do aparelho do Estado e assalariados que foram enviados para o Musseque Burity, mais tarde chamado de Bairro Indígena e hoje Bairro Operário.

Luísa Gomes de 84 anos chegou ao musseque indígena em 1937 quando tinha apenas 7 anos, altura em que as únicas referências próximas eram os cemitérios do Alto das Cruzes e dos ingleses, este último abrangia a área onde actualmente está localizada a embaixada americana, segundo

estimativas da moradora da Rua do Lobito, que diz ter acompanhado o crescimento do bairro.

Na verdade, de acordo com a velha Luísa, foi aproveitada a proximidade com o centro da cidade para serem construídas residências para albergar a massa proletária que não devia se distanciar do seu local de trabalho, apesar dos primeiros moradores terem encontrado ainda "área virgem".

A linha do comboio saído do Bungo passava pela Robert Hudson, cruzando a Maianga e Vila Alice, tendo como destino a estação do Musseque Burity por onde subiam os operários. É por esta razão, de acordo com Luísa Gomes, que passou a chamar-se Bairro dos Operários já que era nesse lugar em que boa parte dos funcionários dos Caminhos-de-Ferro de Luanda residia, disse a anciã (CFL).

Apesar da sua idade avançada demonstrou estar ainda com a memória fresca, tendo citado Gomes Miala, João Nkukuila, Moisés e Ernesto que a par de outras diz serem das mais antigas famílias do BO que tiveram a felicidade de acompanhar 'in loco' a evolução do bairro.

Luísa Gomes que viu de perto os pais a edificarem com paus e barro a residência que herdou, estando de malas feitas para o Zango, situada há mais de 40 Quilómetros do bairro onde vive a aproximadamente 80 anos e diz-se injustiçada, pois para além de alegar que a sua casa tem um valor superior as casas do Zango, nunca foi seu desejo largar o BO que viu crescer ela e os filhos.

Conceição Manuel, chegou no BO em 1942 proveniente de Caxicane. Hoje com 83 anos contam-se aos dedos das mãos as pessoas da sua geração que ainda sobrevivem, já que a maioria já não faz parte do mundo dos vivos, conforme disse a própria quando questionado sobre o paradeiro das antigas amigas.

Na Rua B onde vive contam-se também as casas de madeira que nos tempos coloriam a parte do bairro que dá acesso à Rua Alameda Manuel Van-Dúnem. Curiosamente, a primeira casa que Conceição encontrou na referida rua já foi destruída, sendo a sua uma das poucas que resiste à degradação do bairro.

Com mais de 70 anos passados no bairro, lembrou - se do tempo em que o vizinho era considerado família, tendo referido que a convivência era saudável e harmoniosa, mas sempre na base do respeito a propriedade alheia e da separação do que era individual ao que era colectivo, disse.

"Aqui no nosso bairro temos escolas, hospitais, igrejas, água e luz, e é aqui onde eu queria morrer, mas já fomos avisados para deixar o bairro ", disse

avó São quando confrotada sobre o processo de requalificação em curso no BO.

2.5.3 Estado deve entregar terrenos urbanizados

Jornal de Angola

15 De Maio de 2015

Texto: António Capitão

As instituições da administração local do Estado devem disponibilizar terrenos urbanizados e em tempo útil para responder às solicitações dos particulares, defenderam, no Uíge, os participantes no Seminário Provincial sobre a Ocupação de Terrenos.

A necessidade de haver maior interacção entre as administrações municipais, comunais e as autoridades tradicionais na cedência de terrenos, dentro dos parâmetros estabelecidos por Lei, de modo a evitar conflitos, foi defendida no Seminário Provincial sobre a Ocupação de Terrenos, no Uíge.

A classificação e a qualificação dos espaços, por meio de planos territoriais e urbanísticos, foi outra conclusão saída do seminário do Uíge. Os participantes recomendaram a capacitação dos técnicos e agentes das administrações locais do Estado concursos de superação em matéria de Lei de Terras e do Ordenamento do Território Urbanístico, tendo em atenção as distorções e insuficiências que se verificam na interpretação e aplicação das mesmas. O governador provincial do Uíge, Paulo Pombolo, disse que o Seminário Provincial sobre a Ocupação de Terrenos serviu para definir um conjunto de medidas concretas para pôr fim aos actos de ocupação e venda anárquica de terrenos, analisar a eficácia das leis de Terras e do Ordenamento do Território, traçar um quadro para a sua aplicação prática e avaliar os actos de ocupação, venda ou concessão de terrenos.

"Pretendemos abrir uma nova perspectiva no sentido de envolver todos os actores deste processo para o alcance de soluções que alterem o quadro actual", disse o governador provincial do Uíge, que acrescentou: "É necessário acabarmos com a venda de terrenos e cedência de terras fora do controlo das instituições de direito, por favorecer conflitos que provocam a desestruturação das comunidades e a escassez de espaços para o surgimento de áreas urbanizadas e de grande valia socioeconómica". Paulo Pombolo pediu mais colaboração às organizações sociais da província para ajudarem as populações através de palestras sobre o combate à ocupação ilegal de terras.

É uma tarefa difícil o processo de gestão de terras na região devido aos vários actos da população e autoridades tradicionais, que se auto intitulam proprietários de espaços na qualidade de herdeiros de alguns dos seus ancestrais, referiu o governador, para depois acusar algumas autoridades tradicionais de estarem na "linha da frente" na venda, concessão e distribuição ilegal de terras e incentivarem as populações a invadirem as reservas fundiárias do Estado, provocando o surgimento de novos bairros sem estrutura urbanística e planos-directores, para a instalação de infra-estruturas integradas.

"Às autoridades tradicionais estão reservadas a emissão de pareceres sobre o requerimento de um cidadão que solicita terreno. Mas em muitos casos os sobas esquecem-se das suas responsabilidades e assumem-se como agentes do Estado, autorizando, em troca de dinheiro e outros bens materiais, a ocupação dos espaços reservados a fins públicos ou privados", concluiu o governador.

2.5.4 Forais das cidades são actualizados

Jornal de Angola
15 De Maio de Maio

Um processo para a melhoria da organização das unidades urbanas, mediante um estrito inventário e actualização dos Forais das Cidades, é desenvolvido pelo Ministério da Administração do Território, escreve a revista "Nossa Terra".

Esta iniciativa permite estabelecer uma classificação mais rigorosa das cidades, vilas e povoações de Angola, além de melhorar a definição da estrutura organizativa das sedes capitais.

A "Nossa Terra" refere que para a delimitação rigorosa de cada unidade territorial são usados sofisticados meios tecnológicos de geração recente que envolvem o cálculo e observação por satélite e envolve o Ministério do Urbanismo e Habitação. A publicação indica que o aumento da população angolana, sancionado pelo Censo da População e Habitação de 2014, tomou imperiosa a necessidade de se completar a actualização dos forais das cidades para se projectar o futuro de maneira mais eficiente. A revista adianta que este processo conduz a um ajustamento da divisão político-administrativa do país, já amadurecido pelo Ministério da Administração do Território. A Direcção Nacional de Organização do Território trabalha na confrontação da base cartográfica já com a descrição dos limites geográficos contidos num documento que data da era colonial.

2.5.5 Ocupações à margem da lei têm dias contados na capital

Jornal De Angola
5 De Maio de 2015
Texto: Domingos Cadência

O Governo da Província de Luanda realiza, amanhã, o seminário sobre a Problemática da Ocupação ilegal de Terrenos, com o objectivo de encontrar soluções para dirimir estes conflitos. A porta-voz do seminário, Ana João, disse que 300 participantes vão debruçar-se sobre o diagnóstico e situação actual da ocupação de terrenos nos municípios de Luanda, bem como a vigência da Lei de Terras. Ana João informou que o encontro resulta de uma orientação do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, como resposta a questões colocadas no F fórum da Mulher Rural.

O seminário provincial foi antecedido por encontros municipais para a auscultação das administrações, autoridades tradicionais, religiosas, comissões de moradores e outros membros da sociedade civil.

A situação actual do cadastro e protecção das reservas fundiária sistema biométrico de cadastramento, controlo de cidadãos nas áreas de risco, segurança jurídica dos terrenos, e concessão de direitos sobre terrenos e loteamentos fazem parte dos assuntos agendados no seminário.

Temas como a ocupação de terras, construção de residências sem infra-estruturas, problemas sociais criminal idade e impacto na governação, impunidade e responsabilidade criminal pela ocupação, bem como medidas preventivas vão estar em debate. Participam no encontro orientado pelo governador provincial de Luanda, Graciano Domingos, o ministro da Defesa Nacional, João Lourenço, deputados à Assembleia Nacional, Polícia Nacional e entidades tradicionais.

2.5.6 China Jiang Su Ursupa Terras De Camponeses

Jornal Folha 8
9 De Maio de 2015

Cerca de 150 camponeses autóctones acusam a empresa China Jiang Su de proceder, com uso da força, a ocupação ilegal das suas lavras, sitas na zona do Bita Kakati, no município do Belas, em Luanda.

A batalha entre as duas entidades, remonta à 2014, altura em que, alegadamente, a empresa China jurista Lazarino Poulson, Jiang Su invadira a zona,

derrubando lavras, residências e empreendimentos comerciais e escolares em construção.

Face a reacção das populações a empresa cobriu toda área com chapas e colocou na zona, um número incalculável de operativos da empresa de segurança Chingango, contratados pela LD Investimentos, alegadamente propriedade do jurista Lazarino Poulson, para efectuar a indemnização dos velhos camponeses "mas parece que a empresa, do Lazarino terá dado destino incerto a este dinheiro", presumiu, acrescentando, estar "a China Jiang Su está totalmente isenta de qualquer culpa neste processo, a nossa seriedade obrigou-nos a contactar o Estado que por meio do Ministério do Urbanismo, cedeu-nos os espaços, e, em contrapartida, contratamos a LD Investimento para indemnizar os proprietários, depois dos técnicos, também contratados, terem realizado o cadastramento de todos os camponeses", advogou.

Por sua vez, o director-adjunto da LD Investimentos, Adilson dos Santos, confirmou por telefone ao F8, terem sido contratados pela China Jang Su para proceder a indemnização aos camponeses, e garantiu estarem a fazê-lo de forma faseada.

"Temos conhecimento de haver certos cidadãos a reclamar indemnização, mas nós estamos a cumprir o cadastramento, já pagamos alguns camponeses, reunimo-nos com os que ainda não beneficiaram e comprometemo-nos a pagá-los no próximo dia 18 de Maio deste ano", aflorou.

FALTA DE SERIEDADE NO CADASTRAMENTO

O pastor Sebastião Makiese, proprietário de uma lavra de 100 metros quadrados naquela zona, disse que os engenheiros contratados pela China Jiang Su, não conseguiram cadastrar todos os camponeses, por exemplo, "quando houve o cadastro, a minha esposa estava doente, e a levei na República Democrática do Congo. Quando cheguei tudo aqui já estava feito e apercebi-me de que, algumas pessoas estavam a ser indemnizadas pelas terras.

Quando fui fazer o mesmo, um jovem polícia insultou-me, tratou-me de langa e de seguida algemou-me. Eu tenho 52 anos de idade, sou natural do Mbanza Congo, Província do Zaire, e tenho sob meus cuidados em casa, cerca de 14 pessoas, sou uma pessoa muito séria", referiu. Também irritadíssima, está dona Maria, proprietária de uma lavra de 120 metros de comprimentos e 93 de largura, a mesma diz já ter gasto mais de um milhão de dólares para aquisição e tratamento da referida terra.

"Os 600 mil Kz que eles (LD Investimentos) estão a dar não correspondem com a dimensão das nossas lavras e com os gastos todos já feitos", reclamou, acrescentando, "assim como o pastor Seba, não fui cadastrada, mas antes de cobrirem e pagarem as seis (até aqui as únicas que fora pagas), contratei alguns jovens que capinaram a lavra, e plantaram mangueiras, paus de farinha, goiabeiras, etc, tudo pago por mim. Agora esses camaradas dizem que não me vão dar nada pela minha lavra? Estão malucos", sentenciou.

"Se a China Jiang Su, ao invés de pagar-nos directamente preferiu contratar o Lazarino Poulson, não somos culpadas, terão de nos pagar", desabafou Maura, também dona de uma lavra. " Nós acreditamos no Jornal F8, por favor, não nos decepcionem, pois sabemos que o grupo Investimento, do senhor Poulson, é corrupto, não aceitem que vos paguem para não passar a notícia", suplicou Matilde, esposa do general Abel, também detentor de uma parcela de terra na zona.

Quanto a falta de seriedade do cadastramento defendida pelas vítimas, F8 ouviu um dos técnicos de cadastro da zona, que alegou não haver margens de erros no cadastramento realizado.

"A nossa equipa fez um excelente trabalho, mas a verdade é que a China Jang Su deve pagar aos camponeses, se deu o dinheiro à empresa do Lazarino, e este não honrara com o acordo celebrado, as populações não são culpadas e não devem ser prejudicadas, quem está com o terreno é a firma chinesa, então ela tem de indemnizar as pessoas", afirmou o referido técnico.

2.5.7 Governo quer pôr fim à ocupação ilegal de terrenos

Jornal De Angola

11 De Maio de 2015

Texto: André Da Costa e Ana Paulo

Luanda regista 'um aumento de casos de ocupação ilegal de terrenos por parte de vários Indivíduos que chegam mesmo a agredir e matar proprietários de lavras.'

O Governo Provincial aponta como zonas mais afectadas pela ocupação ilegal de terrenos os municípios de Cacuaco, Belas, Viana, Icolo e Bengo e Quiçama e no casco urbano o Rangel, Sambizanga, Samba e Kilamba Kiayi.

Para pôr cobro a esse fenómeno, Governo Provincial de Luanda (GPL) organizou, há dias, um seminário

com responsáveis das Administrações Municipais, sob as e outras entidades.

No encontro, o governador provincial Graciano Domingos defendeu a tomada de medidas administrativas e coercivas para travar o fenómeno da ocupação ilegal de terrenos na capital do país.

Apenas no município de Belas, mais de 20 cidadãos dirigem-se por dia à Administração para apresentação de reclamações. O soba grande Miguel Neto disse ao Jornal de Angola que camponesas são mortas por meliantes que se apoderam dos terrenos para depois os venderem em parcelas.

Miguel Neto afirmou que muitos cidadãos desconhecem a Lei de Terras. Como soba, tem procurado passar informações a esse respeito às populações. Defendeu que cada área deve ter um coordenador para esclarecer essas situações, em conjunto com o soba grande, Polícia e a Administração.

"Muitos cidadãos sofrem agressões físicas por parte de indivíduos que, sem residir nos bairros, usam o nome de individualidades para se apoderarem dos terrenos e depois vendem sem consultar a Administração Municipal", disse a autoridade tradicional.

Nas áreas do Tanque 1 e 2, no Quenguela Norte, e bairro Cinco Fios, no Bitá, aparecem muitos invasores de terras de camponesas indefesas. O soba lamentou o facto de quando chamada a intervir, a Polícia Nacional detém os indivíduos, mas estes são postos em liberdade dias depois. Além disso, referiu, a esquadra da Polícia do Ramiro tem apenas uma viatura para acudir a tantas solicitações.

A voz dos camponeses

A camponesa Joana Narciso viu a parcela de 200 metros quadrados, que detém desde o tempo colonial no bairro do Bitá, invadida por um grupo organizado de indivíduos que a ameaçaram de morte e deram-lhe alguns dias para abandonar o local. Os filhos, Diniz e António Moreira, recorreram à Polícia e à Administração de Belas. Com ajuda de alguns vizinhos, conseguiram reaver o terreno.

A mesma sorte teve João Salomão, que recorreu aos militares e à Polícia Nacional, para reaver o terreno invadido no bairro Mulenvos de Cima.

Histórias da ocupação ilegal de terrenos estão na ordem do dia em Luanda. Grupos organizados chegam a invadir quintas, como frisou João Bartolomeu, que teve a sua invadida em Viana e não

conseguiu recuperar, porque dias depois encontrou novos ocupantes.

A parcela de terra de Kilunje já foi invadida por 11 pessoas diferentes. Sempre lutou e até agora não venceu. Tem os processos na Administração de Belas à espera de solução.

Problema grave em Belas

O administrador municipal de Belas, Filipe Espanhol, disse ao Jornal de Angola que o problema da ocupação e venda ilegal de terrenos é dos mais graves e ocupa muitas horas de trabalho aos funcionários e responsáveis locais. A acção dos grupos organizados tem como vítimas preferenciais as mulheres camponesas.

Para Filipe Espanhol, o seminário veio capacitar os técnicos e alertar a população sobre como deve proceder em casos de ocupação de terrenos. O administrador disse que existe um plano de distribuição de terrenos à população, a ser concretizado após o loteamento das áreas, e que algumas áreas já foram distribuídas.

O administrador denunciou que muitas cooperativas de camponeses existentes no município, ao invés da produção agrícola, dedicam-se ao chamado "garimpo de terrenos". Durante as acções de cadastramento, é recorrente verificar-se que, numa área onde os funcionários da Administração fazem o registo de menos de cem pessoas, uma semana depois apareçam mais de mil a dizerem ser camponeses sem nunca terem pegado numa enxada. Situações idênticas foram também denunciadas pelo administrador de Icolo e Bengo, Adriano Mendes de Carvalho. A Administração local recebe de 20 a 30 reclamações por dia. Os ocupantes aproveitam-se da fragilidade das camponesas.

O administrador avançou que vão ser demolidas as obras construídas de forma ilegal e criados mecanismos para distribuição de lotes para benefício da população.

Recurso aos tribunais

Carlos Cavuquila, administrador de Cacucaco, disse existirem muitos litígios por terrenos no município, que são resolvidos pelos tribunais. "A Administração Municipal não pode interferir, sob pena de estar a usurpar poderes alheios", referiu.

O município possui ainda alguns espaços baldios. Quando as reclamações são relativas a algum incidente gerado pela afectação de terrenos, os casos são resolvidos pela Administração Municipal.

As áreas com mais casos do género são as do Rio Seco, Sequele e Funda, onde se regista a invasão de terrenos agrícolas. "Estamos a trabalhar para pôr ordem na casa. Há os que ocupam porque querem construir uma casa para viver e há os que ocupam para fazer negócio", disse o administrador.

Adiantou que se está a adoptar um modelo de registo biométrico dos proprietários de terrenos, assim como a proceder ao levantamento das áreas necessárias para a construção de escolas, hospitais e outros serviços.

Intervenção dos militares

São muitos os cidadãos que recorrem à Guarnição Militar de Luanda para resolver conflitos de terras, sobretudo quando estão envolvidos elementos das Forças Armadas e Polícia Nacional.

O coronel Carlos André, afecto àquela Guarnição, afirmou que muitos dos indivíduos envolvidos em ocupações de terrenos que alegam serem militares, polícias ou antigos combatentes, na verdade não o são. Disse ainda haver poucos casos de militares envolvidos nesse tipo de situação e os que são notificados recebem o devido tratamento pelos órgãos de Justiça Militar.

O coronel explicou que a intervenção dos militares junto com a Polícia Nacional visa ajudar a Administração do Estado a repor a legalidade.

Existem em Luanda dois destacamentos criados para atender a situações ligadas à ocupação ilegal de terrenos, um na área do Zango e outro em Sacobaia. São constituídos por militares, polícias e elementos da Fiscalização.

"O papel das Forças Armadas Angolanas tem sido importante", afirmou aquele oficial e citou como exemplo a intervenção que impediu a ocupação anárquica de terrenos na Zona Económica Especial.

2.5.8 Províncias à procura de soluções

Jornal De Angola

11 De Maio de 2015

Texto: Isidoro Samutula e Kamuânga

Júlio

A Insuficiência técnica dos agentes da administração pública na Interpretação das leis de terras e do ordenamento do território e do urbanismo, bem como a ausência da articulação entre as várias autoridades na concessão de terrenos são alguns dos factores que contribuem para a ocupação desordenada de terrenos na província da Lunda Norte.

Esta é uma das conclusões do seminário obre a "Problemática da Ocupação Ilegal de Terrenos", realizado na cidade do Dundo com o objectivo de diagnosticar as causas da ocupação desordenada de terrenos e estudar os mecanismos para a sua solução.

No seminário foi debatida a concessão de direitos sobre terrenos e loteamento, segurança jurídica, expropriações, realojamento e embargos, medidas preventivas e protecção das autoridades públicas contra a ocupação ilegal. Foram abordadas questões ligadas ao cadastro provincial de terras e reservas fundiárias, zonas de protecção urbanística e áreas críticas de recuperação e conservação urbanística e a responsabilidade criminal por ocupação não autorizada de terrenos.

Para simplificar o processo de concessão de terrenos pelas instituições da administração local do Estado, os participantes defenderam a sua desburocratização e a elaboração atempada de planos e projectos de loteamento a todos os níveis;

O governador provincial da Lunda Norte, Ernesto Muangala, disse, no seminário, que as ocupações ilegais e desordenadas de terrenos e os relatos de usurpação e burlas provenientes de concessões duvidosas influenciam negativamente nas receitas do Estado e contribuem para a criação de conflitos, para os quais pediu a tomada de medidas para se repor a legalidade.

"As terras devem ser protegidas, cadastradas, ordenadas e disponibilizadas para o serviço das políticas do Estado", sublinhou Ernesto Muangala, que pediu aos órgãos de administração local maior celeridade na elaboração dos planos directores municipais e urbanísticos para a população usufruir da terra de forma ordenada e sustentável

O seminário foi acompanhado pela directora nacional do Ambiente do Ministério de Geologia e Minas. Engrácia Tomás defendeu a solução urgente da problemática da ocupação ilegal de terrenos devido às suas repercussões nos domínios social, político, jurídico e económico do país.

Rigor na Lunda Sul

Na província da Lunda Sul, o seminário sobre a "Problemática das Ocupações Ilegais de Terrenos", na cidade de Saurimo, recomendou às administrações municipais e comunais a absterem-se rigorosamente da prática da atribuição de terrenos à população sem a existência prévia de um plano de loteamento estabelecido pela Lei.

O seminário recomendou a criação de brigadas de vistorias para averiguar o nível de aproveitamento

efectivo dos terrenos concedidos, bem como a colocação continua de placas de proibição de ocupação nas reservas fundiárias e zonas de risco e o reforço da colaboração entre as administrações municipais, comunais e a direcção provincial do Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente para garantir a eficácia do processo.

Para garantir a transparência do processo de atribuição de parcelas de terrenos, os participantes solicitaram a criação de condições para se fazerem cobranças de impostos de selo em todas os processos de concessão e declarações e pareceres devidamente autenticados.

O seminário abordou a insuficiência técnica das instituições da administração local do Estado em disponibilizar terrenos em tempo útil, a passividade dos órgãos judiciais em tratarem as queixas das vítimas de burla, classificação e qualificação dos espaços e o registo predial das respectivas licenças de loteamento.

O secretário de Estado do Comércio, Álvaro Augusto Paixão, defendeu, no encerramento do seminário que teve a participação de entidades do governo, sociedade civil, autoridades tradicionais e religiosas, uma reflexão profunda deste fenómeno, bem assim como a aceleração do plano director sobre a Lei de Terra para dar resposta aos problemas ligados à ocupação ilegal de terrenos.

2.5.9 Execução de projectos fica condicionado

Jornal De Angola

13 De Maio de 2015

Texto: Lourenço Bulue e Victória

Quintas

A ocupação ilegal de terreno faz com que vários projectos de Investimentos públicos sejam Ineficientes, porque o Governo é obrigado a fazer o curso a expropriações, Indemnizações e realojamento das populações, disse , segunda-feira, em Menongue, Cuando Cubango, o ministro do Planeamento e Desenvolvimento Territorial, Job Graça explicou, no seminário provincial sobre a "A problemática da ocupação ilegal de terrenos", que a ocupação ilegal de terrenos impede uma urbanização efectiva, que por sua vez prejudica a previsão de alguns serviços, como é o caso do saneamento básico.

"Estes factores são suficientes para ilustrar os danos que a ocupação ilegal de terrenos pode causar no nosso processo de crescimento e desenvolvimento económico e social", disse Job Graça, que

acrescentou ser o desenvolvimento económico e social um bem público que beneficia a todos.

"A terra é propriedade do Estado e todo o indivíduo que por livre e espontânea vontade a ocupar para fins próprios é responsabilizado judicialmente", disse o ministro do Planeamento e Desenvolvimento Territorial.

Aos esforços do Executivo para a melhoria das condições de vida dos cidadãos devem associar-se os demais actores do Estado e da população em geral no sentido da ocupação de terrenos ser feita à luz das leis de ordenamento do território e urbanismo, salientou Job Graça, para quem as conclusões e recomendações dos seminários nacional e provinciais permitem caracterizar melhor o problema e perspectivar a solução para o mesmo.

A província do Cuando Cubango, não obstante a sua extensão, regi ta muitos casos de ocupação ilegal de terreno ,principalmente na capital e nas sedes dos municípios, o que origina perturbações no normal funcionamento das administrações municipais e comunais, reconheceu o governador do Cuando Cubango, Higino Carneiro. "As administrações municipais e comunais são obrigadas a direccionar grande parte dos seus esforços e recursos para evitar conflitos",

Prevenção de conflitos

Uma maior divulgação da Lei de Terras e do regulamento geral de concessão de terrenos para autoconstrução e explorações agropecuárias foi defendida, segunda-feira, no Huambo, por especialistas e técnicos ligados ao sector do urbanismo, habitação e ambiente.

O seminário sobre a problemática de ocupação de terrenos, organizado pelo Governo Provincial do Huambo, recomendou a criação de mecanismos e políticas que incentivem maior articulação, coordenação e cooperação entre os vários órgãos que intervêm no processo de concessão de terrenos. Os técnicos sugeriram a criação de mecanismos e políticas que visem a celeridade e prontidão no tratamento dos casos de conflitos de terras que cheguem aos órgãos judiciais.

Promover uma ampla campanha de legalização e cadastramento dos terrenos cujos titulares não possuam documentação, assim como a criação de mecanismos capazes de desencorajar a ocupação ilegal de terrenos, aumentar o número de efectivos da fiscalização constam das recomendações do seminário.

O governador provincial do Huambo, Kundi Paihama, disse, no seminário, que a terra constitui o principal recurso para a subsistência da espécie humana, por ser onde se realizam as principais acções e dele obtém os bens necessários para a satisfação das suas necessidades. "Mas só com o aproveitamento adequado e racional deste recurso se pode garantir e proporcionar às populações os benefício que ela oferece".

Há em todo o país relatos de conflitos de terrenos entre cidadãos e instituições pública e privada, o quais terminam muitas vezes em acto de violência que causam ferimentos aos intervenientes ou mesmo morte em alguns casos, disse Kundi Paihama.

A problemática da terra na sua dimensão jurídica "deve ser tratada de forma integrada e em função do seu múltiplo u o, tal como o suporte de abrigo ou habitação da população residente no território", referiu o secretário de Estado da Habitação, Joaquim Silvestre.

O seminário serviu para diagnosticar a situação actual da ocupação de terreno na província do Huambo e abordou temas como "A concessão de direitos sobre terrenos e loteamentos", "Segurança jurídica", "Expropriações, realojamentos e embargos".

2.5.10 Infiltração de figuras públicas

Jornal O País

15 De Maio de 2015

Construída para acolher 150 famílias do Bairro Operário, estão alojadas no edifício Anangola pouco menos de 30 agregados dos ditos moradores da casa mãe, soube a PAÍS de fontes familiarizadas com o assunto.

As fontes que pediram anonimato, revelaram que estão entre os ocupantes dos apartamentos figuras públicas ligadas ao Canal 2 da TPA e à música angolana, que apesar de não serem moradores do B.a foram beneficiados com apartamentos por alegado jogo de influência junto aos responsáveis do processo de realojamentos.

Estão ainda entre os infiltrados, de acordo com as mesmas fontes, cidadãos estrangeiros.

Aliás, no momento em que visitávamos alguns compartimentos deste imponente edifício, veio ao nosso encontro um morador que aparentava ser de nacionalidade maliana, que num português arrojado saudou-nos enquanto acompanhava atentamente a conversa que mantínhamos com os nossos interlocutores.

Para provar que as suas palavras não constituíam mero palavreado, as fontes desafiaram a administração do distrito do Sambizanga a publicar nos órgãos de comunicação social público os nomes dos ocupantes do prédio Anangola com o número dos apartamentos em que foram realojados de modos a demonstrar transparência ao processo.

Mateus Miguel, por exemplo, membro da Comissão adhoc do B. O disse que durante uma visita recentemente efectuada ao edifício, aonde permaneceu cerca de 40 minutos, alegou não ter visto mais de 10 antigos moradores do seu bairro, das mais de 50 pessoas que viu passar, tendo acrescentado que a maioria dos moradores do perímetro cadastrado, os conhece.

Refira -se que o termo de responsabilidade distribuído às famílias a ocuparem apartamentos do edifício Anangola, estabelece no seu primeiro ponto da linha 'd' que a habitação cedida destina -se exclusivamente para residência do beneficiário e os elementos do seu agregado familiar.

O mesmo documento em posse deste jornal, determina a proibição de qualquer outra utilização, nomeadamente, subarrendamento total ou parcial, cedência da casa ou exercício de actividades comerciais ou industriais.

2.5.11 Realojamento polémico no B.O

Jornal O País

15 De Angola de 2015

Texto: Milton Manaça

Depois de ter sido anunciado oficialmente a requalificação do B.O, os seus moradores esperavam que fossem acomodados todos na mesma área de jurisdição conforme haviam prometido as autoridades do distrito de Sambizanga.

O envio das primeiras famílias ao Zango que residiam em anexos das chamadas 'casa mãe', está a criar uma onda de protestos no seio dos residentes deste bairro que esperavam continuar a viver no bairro que os viu nascer.

Segundo os moradores ouvidos por O PAÍS no Domingo, 10, o processo de realojamento começou de uma forma errada pelo facto de não se estar a cumprir o sistema de 'bola de neve' que consiste em realojar as primeiras 150 famílias no edifício construído, e partir as suas antigas residências voltar a construir um outro prédio para acolher outras famílias.

De acordo com Carlos Correia não é isso que está a se verificar no terreno e alega existir por parte dos responsáveis "um certo aproveitamento das palavras do Presidente da República pelo facto de estarem a ser seleccionados 'compadrios' para ocuparem os apartamentos" construídos com a finalidade de acolher os verdadeiros 'natos' B.O.

Apesar de ter beneficiado de um apartamento T3 e estar a coordenar a comissão do referido prédio baptizado com o nome de Anangola, manifestou o seu descontentamento em virtude do destino que está a ser dado aos seus ex-vizinhos, tendo defendido que as casas do Zango estão muito longe de oferecer condições de habitabilidade que vai de encontro aos moradores do B.O.

Em virtude de não estarem localizados numa área de risco, Carlos Correia apegou-se ao conceito de requalificação para de seguida realçar que num processo como esse as famílias são acomodadas no mesmo bairro, tendo lamentado a desagregação a que estão a ser vítimas muitas famílias impedidas de coabitarem no mesmo espaço.

Este é também o entendimento de Miguel Mateus nascido no bairro dos proletários há 40 anos. Ele defende que a modernização dos bairros, de uma forma geral, na província de Luanda, deveria manter aquilo que têm de essência, sendo, para tal necessário e urgente assegurar-se a continuidade de traços identificativos de cada área, de tal forma que não se anule uma história construída ao longo do tempo. Nos seus depoimentos, os nossos interlocutores deixaram claro não ser pretensão dos moradores inviabilizar ou impedir a modernização da área, mas asseguraram que o processo não está a seguir os trâmites legais, muito menos o aludido sistema de 'bola de neve' como ficou patente no princípio.

"O Zango foi criado para um projecto emergências que são as zonas de risco, e Sabe-se que o Bairro Operário encontra -se numa zona em que os seus moradores têm um tipo de vivência metropolitano", por esta razão, prosseguiu Miguel, a vivência da área em que estão a ser postas as famílias do nosso bairro não vai de encontro com a nossa realidade.

Para os proletários, o processo de requalificação do bairro em que residem não tem necessariamente de passar por demolições e argumentam que o B.O precisa somente de ver asfaltadas as suas ruas que devem contemplar com uma rede eficiente de esgotos.

"Para as residências que apresentam estado elevado de deterioração, o estado devia fazer um processo de comparticipação e o proprietário iria pagar ao longo

do tempo, aliás, sendo um bairro histórico onde viveu Agostinho Neto, parte da sua arquitectónica colonial deveria ser mantida para preservar a história", disse outro morador que se identificou como Manuel.

A questão da descaracterização do bairro constitui preocupação da maioria dos moradores que actualmente têm como único ponto de referência a residência em que viveu o primeiro presidente de Angola que depois de reabilitada transformou-se em Casa Cultural Agostinho Neto.

"No bairro em que nasci e cresci eu me sinto como um forasteiro e destruindo o B.O é como se estivessem a destruir parte de mim, porque o homem tem que ter um passado e uma história que tem que ser preservada", argumentam. Durante o período que O PAÍS esteve no local, muitos moradores abatidos com a situação apenas lamentavam com murmúrios, outros porém, agastados preferem não tecer qualquer tipo de comentário.

2.5.12 Administração pretende adoptar registo biométrico

Jornal de Angola
24 De Maio de 2015

A Administração Municipal de Viana pretende adoptar o modelo de registo biométrico para planificar e controlar a ocupação de terras.

O administrador José Alberto Cavuquila disse à Angop que o plano está em fase de contratação de empresas especializadas, para efectuarem os serviços informáticos.

"Estamos a trabalhar no sentido de pôr ordem quanto à ocupação ilegal de terrenos na circunscrição. Há os que ocupam porque querem construir, mas também há os que ocupam porque querem fazer negócio. Assim, estamos a ver quem é quem, de onde vem e o que pretende", sublinhou.

José Cavuquila defendeu a aplicação rigorosa da Lei de Ordenamento do Território do Urbanismo e a Lei de Terras, para fazer face à situação da ocupação ilegal de terras.

Identificadas as principais causas e as motivações dos diferentes tipos de conflitos territoriais, disse, o conjunto de medidas concretas destinadas a acabar com a ocupação e venda anárquica de terrenos deve ser implementado.

Questionado sobre o envolvimento de funcionários da Administração na venda ilegal de terrenos,

Cavuquila acrescentou que quando detectados são sancionados com medidas disciplinares internas e judiciais.

A ocupação ilegal de terras é um fenómeno frequente um pouco por todo o país, principalmente em Luanda, daí a necessidade de as autoridades serem mais actuantes para acabar com esta situação.

O assunto já foi tema de debates em vários fóruns nacionais, mas até ao momento a ocupação ilegal de terras continua a ser um negócio para muitas famílias em Luanda.

O município de Cacucaco, um dos principais afectados pela ocupação ilegal de terras, tem 571 km² e cerca de 26 mil habitantes. Confina a sul com os municípios de Viana e Cazenga, a oeste com o Oceano Atlântico e distrito urbano do Sambizanga e a norte e a leste com o município do Dande, na província do Bengo.

Cacucaco é atravessado de norte a sul pelo rio Bengo e tem três comunas: Cacucaco, Kicolo e Funda.

2.5.13 Governo disciplina a distribuição

Jornal De Angola

25 De Maio de 2015

Texto: Victória Quintas

O Governo da Província do Huambo está a executar o cadastramento de terrenos para evitar a concessão de terras a dois ou mais interessados, disse, sexta-feira, o vice-governador para o Sector Técnico e Infra-estruturas, Calunga Francisco Quissanga.

A nível da província, o processo começou com as fazendas e desenvolve-se a partir do momento em que o administrador remete o documento de solicitação de terreno para o Instituto Geográfico e Cadastral de Angola (IGCA) para a concessão de espaço, explicou Calunga Francisco Quissanga.

"Se outra pessoa requerer o mesmo espaço, o IGCA insere os dados no computador e já tem resposta imediata sobre quem está naquela parcela, quando foi cedido, que técnicos participaram na instrução e evita o facto de estar a conceder o mesmo espaço a vários requerentes".

Calunga Quissanga referiu que para os terrenos urbanos o processo começa agora, razão pela qual se realizou uma acção formativa dos técnicos das administrações municipais. "Se o cidadão solicitou um lote para a construção de uma casa e já lhe deu aproveitamento útil, com as devidas licenças, ele não está impedido de requerer novamente um espaço, o

que não pode é solicitar um terreno, não lhe dar o devido aproveitamento e de seguida solicitar outro".

O vice-governador do Huambo para o Sector Técnico e Infra-estruturas lembrou que a nível da província, apenas duas entidades, o governador e o administrador municipal, podem homologar a concessão de terrenos.

As autoridades tradicionais intervêm algumas vezes no processo de instrução do IGCA para dar o seu parecer, que não é vinculativo, confirmando que a zona solicitada não é por exemplo uma zona de cultivo ou pertença de alguém dentro do direito costumeiro. "Queremos evitar que digam que deram o espaço tal que era pertença de alguém que já lá vive há muito tempo", disse Calunga Kisanga.

O responsável do sector de infra-estruturas disse que a província do Huambo possui 11 reservas fundiárias municipais e 37 comunais.

O vice-governador para o Sector Técnico e Infra-estruturas explicou que tem sido difícil manter intocáveis essas reservas, sobretudo nos municípios do Huambo, Bailundo e Caála, onde se registam algumas invasões e quando se quer implementar projectos sociais é necessário negociar novamente.

2.5.14 Cidadãos mobilizados contra ocupação ilegal

Jornal de Angola

14 De Maio de 2015

Texto: Lino Vieira

O secretário de Estado da Comunicação Social, Manuel da Conceição, apelou a todos os cidadãos para se mobilizarem para impedir a ocupação ilegal de terras, por se tratar de um bem Comum.

Ao discursar na abertura do seminário sobre a problemática da ocupação ilegal de terras no Luena, Manuel da Conceição considerou que a discussão sobre O. tema deve ser permanente, tendo em vista os ganhos com a realização de projectos para o bem-estar da população.

"Devemos ser agentes activos nas tarefas apontadas nas conclusões e recomendações para que o esforço feito durante o encontro seja compensado" frisou o secretário de Estado, Manuel da Conceição apelou a cada participante para ser "um disseminador e multiplicador de informação" para que a erra não se torne motivo de conflitos mas "um factor de desenvolvimento e harmonia",

O governador provincial, João Ernesto dos Santos "Liberdade" disse que a terra constitui propriedade originária do Estado, integrada no domínio privado e público, daí que o seu uso e aproveitamento é feito em benefício de todos.

O governador referiu que o seminário permitiu aos participantes estar munidos e em melhores condições para ajudar o Governo Provincial e as administrações municipais e comunais a solucionarem eventuais conflitos. Os participantes reconheceram que a ocupação de terrenos se deve à "intensidade migratória das populações para os maiores centros urbanos",

O desconhecimento dos instrumentos legais vigentes como a Lei de Terras, a insuficiência técnica e de recursos humanos nos órgãos da administração local do Estado, a ausência do funcionamento eficaz das brigadas de demarcação e a interferência de entidades sem competências técnicas e jurídicas para o efeito foram apontadas como as principais causas da ocupação ilegal de terras, na Lunda Norte, a insuficiência técnica dos agentes da administração pública na interpretação das leis de terras e do ordenamento do território e do urbanismo, bem como a ausência da articulação entre ali várias autoridades na concessão de terrenos são alguns dos factores que contribuem para a ocupação desordenada de terrenos na província. Esta é uma das conclusões do seminário que decorreu no Dundo com o objectivo de diagnosticar as causas da ocupação desordenada de terrenos e estudar os mecanismos para a sua solução.



2.5.15 Agricultores têm pressa na legalização

Jornal De Angola

22 De Maio de 2015

Associações e cooperativas agrícolas de Icolo e Bengo, Província de Luanda, pediram recentemente maior celeridade nos processos de legalização de terras para o cultivo, para viabilizar a obtenção de financiamento para a produção.

O presidente da União e Confederação dos Camponeses e Cooperativas de Angola (UNACA) em Icolo e Bengo, Eduardo Tavares, disse, ontem, que numa reunião realizada este mês, os filiados da organização concluíram ser necessário que a administração municipal apresse a legalização das terras para cultivo, pois, até hoje, o número de parcelas com documentos que servem para garantia de crédito é bastante reduzido.

Acrescentou que o município possui 18 associações de camponeses integradas por 3.600 membros, seis dos quais com terrenos legalizados, e 29 cooperativas com 3.625 membros e 12 com documentos, devido à morosidade no tratamento dos documentos pela administração local.

O presidente da UNACA em Icolo e Bengo disse haver a esperança de a nova Administração Municipal, regida por um novo estatuto orgânico, dar mais dinâmica ao tratamento da documentação para legalização das terras, uma vez que as instituições financeiras exigem documentação exacta para a cedência de crédito.

Disse que a legalização permite obter créditos que permitem às cooperativas e associações comprar tractores, moto bombas, carrinhas e barcos a motor para o escoamento dos produtos cultivados na região.

2.5.16 Municípios têm regulamento sobre uso sustentável de solos

Jornal De Angola

21 De Maio de 2015

Texto: Isidoro Samutula

Os municípios do Chitato e Cambulo dispõem de programas específicos que determinem a gestão territorial, ocupação e uso dos solos urbanos e rurais, bem como critérios de identificação da estrutura das redes viárias e equipamentos colectivos.

Estes documentos, feitos no âmbito dos Planos Directores Municipais (PDM), foram aprovados, no Dundo, em sessão ordinária do Governo Provincial da Lunda Norte.

O porta-voz da reunião disse que "estes instrumentos constituem um suporte importante para as Administrações Municipais poderem cumprir as políticas administrativas de forma eficiente e de acordo com as normas legais".

Fernando Barber, que é também director do gabinete de planeamento e estatística do Governo Provincial, salientou que permitem igualmente ter dados fiáveis para o estudo de viabilidade de projectos dos investidores nos municípios.

Os PDM incidem estudos sobre desenvolvimento da actividade agrícola destinada a diversificar a economia nacional. A elaboração dos PDM, referiu, tem como base instrumentos de planeamento de longo e médio prazo, como o Angola 2025, Plano Nacional de Desenvolvimento 2013/2017 e o Plano Provincial de Desenvolvimento a Médio Prazo 2013/2017.

Fernando Barber declarou também que estes instrumentos têm um enquadramento legal, como as leis de Terras, Ordenamento de Território e Urbanismo, de Água e a Base do Ambiente.

Os PDM, que começaram a ser elaborados no ano passado, contemplam nesta primeira fase os municípios do Chitato e Cambulo.

A seguinte inclui Lucapa, cujo projecto está a ser executado pelo Ministério de Urbanismo e Habitação para posterior apreciação do Conselho Provincial de Auscultação e Concertação Social e Governo Provincial.

A administradora municipal do Cambulo disse que o PDM facilita a planificação dos projectos a concretizar até 2017.

"Vamos redefinir e classificar com maior abrangência as características dos solos e lugares específicos para a construção de infra-estruturas sociais, como escolas e postos de saúde", afirmou.

2.5.17 Ocupação ilegal de terrenos em debate

Jornal Angola

28 De Maio de 2015

Texto: Matias Da Costa e José Chaves

Técnicos das Administrações Municipais e do Instituto de Ordenamento e Urbanismo no Bié

participam, desde ontem, no Culto, num seminário sobre litígios e solução de problemas da ocupação ilegal de terras.

O seminário é dirigido por especialistas nacionais e aborda temas ligados à segurança jurídica, expropriação e realojamento, medidas preventivas, concessão de direito à terra e responsabilidade criminal.

O vice-governador do Bié para o Sector Técnico e Infra-estruturas considerou actual a abordagem dos temas e realçou que sobre a problemática da ocupação ilegal de terras orientou as instituições a trabalharem com o Centro de Apoio aos Cidadãos Requerentes de Parcelas.

José Tchaturvela aconselhou os técnicos a aplicarem os conhecimentos para melhor fiscalizarem e arbitrarem processos de fórum urbanístico.

O encontro, os participantes pretendem encontrar soluções que se adaptem à realidade jurídica e social angolana, além de apresentarem à população métodos de solução de litígios, seguros e céleres, e de acesso contratual à terra.

Mais casas no Andulo

Os habitantes do Município do Andulo, na província do Bié, aguardam pela conclusão das obras da nova centralidade, no âmbito do programa nacional habitacional, em curso em todo o país. "Estou ansioso pela conclusão das obras, para obter uma residência", disse Fernando António, 28 anos, professor de profissão. Joaquina Quissanga, funcionária pública, moradora no Bairro Tecnil, diz contar todos os dias o tempo que falta para poder concorrer a um apartamento na nova centralidade.

Já Carlos Londaca, enfermeiro, residente na sede da vila, disse que a centralidade do Andulo é um grande projecto do Executivo angolano e é um dos candidatos a uma residência, assim que as casas estiverem concluídas.

O administrador municipal do Andulo, Moisés Américo Cachipaco, disse que a construção da nova centralidade, com mil apartamentos, permite suprir o défice habitacional na circunscrição.

Estão concluídos 172 apartamentos e decorre o processo de arruamentos, pavimentação, instalação da rede de saneamento básico, sistemas de abastecimento de água potável e de energia eléctrica domiciliar e pública. A segunda fase da nova centralidade do Andulo contempla a construção de hospitais, escolas, quadras desportivas multiusos e

uma rede viária com cinco quilómetros, mercados e centros comerciais.

O Andulo possui cinco reservas fundiárias, nas quais a área reservada para a construção de casas é de 183.534 hectares.

O Município do Andulo, a 130 quilómetros do Cuito, tem uma superfície de 10.700 quilómetros quadrados e uma população calculada em mais de 300 mil habitantes.

2.6 JUNHO 2015

2.6.1 Há seis anos sem casas

Jornal A Capital
 13 De Junho de 2015
 Texto: Ernesto Filipe

Vieram de várias regiões do país, e em circunstâncias diferentes. Porém, por ironia do destino ficaram condenados a contar a mesma história. Laureana Joaquim e o marido, por exemplo, vieram da Gabela, província do Kwanza-Sul.

Depois de muitos anos a viverem em casas de renda, em Luanda, decidiram dar um basta no modo de vida. Juntaram dinheiro e compraram um terreno naquela zona, até então desabitada. O primeiro passo dado poucos dias depois da compra do terreno, consistiu em construir uma casa de chapa, "vulgarmente conhecida por bate-chapa" no mesmo espaço, convencidos de que o gesto permitiria estar mais próximo do mesmo para protegê-lo dos invasores.

Por força disso, conseguiram construir a sua própria casa em menos tempo.

"Não demorou muito, uma vez que, ao construirmos a «bate-chapa» deixamos de pagar renda", afirmou Laureana, para revelar a seguir que, no entanto, a felicidade de ter a casa própria foi de pouca dura.

"Assim mesmo que a casa acabou, não vivemos sequer um ano nela. Vieram destruir", contou a cidadã, revelando que nos primeiros dias, os intentos dos demolidores foram frustrados pelos moradores, que não permitiram a sua efectivação.

A pretexto de que no espaço era proibida a construção de habitações, ainda que sem nenhum placard a avisar, os demolidores foram buscar reforço e na investida seguinte, apareceram como um verdadeiro exército, pronto a destroçar tudo.

Segundo a moradora, as demolições foram feitas de maneira anárquica e violenta, levando a que muitos moradores perdessem parte dos bens enquanto outros foram soterrados. A demolição, adiantou ainda, contou com efectivos da Polícia Nacional, das Forças Armadas, Polícia de Intervenção Rápida e Anti-crime.

Após a destruição da sua casa, ela e a família viveram ao relento por cerca de dois meses. Com a demolição da casa, sustentou, ficou igualmente destruída toda a

base da economia doméstica da família, já que na construção da mesma se havia investido quase tudo.

Graças ao cunhado, que teria oferecido um anexo, Laureana e família se reergueram do abalo.

"Se não fosse ele, não sei o que teria acontecido", manifestou. O entanto, o tempo de glória foi tão curto, porque aquela que fora a mão caridosa, acabou por precisar do anexo. Tiveram que alugar uma casa, no bairro vizinho, Iraque, onde permanecem até agora.

Laureana e a família de seis elementos vivem num anexo de um quarto e uma sala. Longe de voltar a materializar o sonho da casa própria, dedica-se a um pequeno negócio, do qual lucra o que dá apenas, para além da renda de casa, e para a alimentação. O esposo é desempregado.

"Perdemos muita coisa na demolição. Houve quem perdeu muito dinheiro, até, mesmo, documentos pessoais, porque os tropas que vinham destruir as casas, impediram-nos que recuperássemos os bens", começou por desabafar Manuel Augusto, ele que passou e vive o mesmo drama que Laureana.

"Construí a minha casa com muito sacrifício. Tive que contrair algumas dívidas que não consegui liquidar até hoje", lamentou, avançando que perdeu também dinheiro que segundo disse não lhe foi permitido reaver.

Em conformidade com Manuel Augusto, as autoridades justificaram a acção de demolição com o facto de as residências terem sido construídas numa zona reservada pelo Estado.

A Administração Municipal aponta o dedo aos lesados dizendo que foram os mesmos que retiraram as placas indicadoras de que aquela zona era Reserva Fundiária do Estado. O que os acusados declinam.

"Os que disseram que as pessoas arrancavam as placas de proibição, são os mesmos que venderam os terrenos", denunciou Augusto, que com a destruição da moradia perdeu também uma cantina que lhe servia de fonte de subsistência.

"Pensei que a vida ia tocar para frente. Mas, de repente tudo mudou para pior. Foi um golpe para mim", lamentou, ansioso por ter a sua casa de volta. De "mãos atadas" como ficou, Augusto disse-nos que não teve outra saída que não fosse enviar a mulher para o Uíge, terra de proveniência, enquanto ele luta por reerguer a vida.

Domingas Armando e irmã Maria Armando suas vizinhas no bairro Bondo Chapéu 11, juntaram-se à conversa para narrar factos do seu calvário.

"Depois de nos partirem a casa dormíamos ao ar livre", disse Domingas, notando que pelas dificuldades, seus pais tiveram que voltar ao Kwanza-Sul, sua terra natal.

Naquele local onde estava o bairro, ainda de acordo com a cidadã, agora está o complexo residencial Jardim do Éden. Porém, há ainda algum espaço desocupado aguardando por futuros projectos.

Enquanto isso; o grito de socorro é comum. Todos pedem que alguém vem a terreiro para explicar qual será o futuro desses desalojados, muitos deles dispersos por Angola dentro.

2.6.2 Mão invisível invade largo no zango

Jornal A Capital

13 De Junho de Junho de 2015

Texto: Osvaldo De Nascimento

Como é notável um pouco por todos os Zangos, os largos estão cercados com chapas e outros com construções definitivas mas, sem no entanto possuírem qualquer obra intra-muros.

O mais recente largo a sofrer o mesmo tratamento, aparentemente, irregular, é o que está situado a poucos metros da comuna do Calumbo, onde os moradores acusam pessoas não identificadas de ocupação ilegal do espaço para fins duvidosos.

Emília Baltazar, moradora, explicou à nossa reportagem que as obras em questão começaram de forma clandestina e anárquica. Aliás, segundo esta moradora, nem mesmo C> coordenador da Comissão de moradores da respectiva Quadra foi tido em conta no processo.

"Quando as obras começaram convocamos o responsável da obra para informar que o espaço estava projectado para projectos sociais, designadamente escolas, hospitais e parques de lazer para a população que aí habita, e não para a construção de habitações comerciais", explicou.

Na altura, argumentou, abordou--se o assunto apenas com um encarregado da obra, que segundo os moradores, apresentou documentos caducados, para justificar a contestada ocupação.

"Exibiu apenas a cópia de uma declaração assinada pelo senhor Bento Soito, datada de 2012, bem como

um croquis de localização. Não mostrou licença de obra autorizada pela Administração municipal de Viana nem mesmo da Administração comunal", denunciou a munícipe, acrescentando que sempre foram os moradores que, sabendo da finalidade do espaço para o benefício comum, o mantiveram limpo.

Por sua vez, Luís Francisco, outro entrevistado, explicou que a obra foi embargada no pretérito mês de Maio, mas nem mesmo isso travou a apetência dos construtores.

"Embargaram a obra no dia 25 de Maio, mas pararam por apenas dois dias. Tivemos várias reuniões entre moradores para vermos o caso, mas ainda assim os pedreiros não pararam. O mais agravante é que o dono da obra nem aparece para explicar quem lhe permitiu que construísse naquele espaço", queixou-se.

Madalena David, outra entrevistada, explicou que a falta de hospitais naquele perímetro tem sido um sério problema para os habitantes

"Não temos escolas nem hospitais num raio de 20 quilómetros. Quando as pessoas estão doentes têm que percorrer longas distâncias, ou correr atrás das clínicas para pagar os preços exorbitantes que todos conhecemos", ilustrou, adiantando que para os habitantes do Zango IV a esperança está na Quadra M, esta ora invadida.

"Já pedimos apoio à Administração comunal de Calumbo e do município. A de Calumbo mandou uma equipa e embargou a obra que parou por dois dias, contudo, depois retomou o ritmo normal. Fomos à Administração municipal de Viana explicar o caso, e lá fomos informados que não têm conhecimento do caso", resposta que os moradores não esperavam obter, considerando que a Administração de Viana é a representante máxima do município.

"Como é possível não ter conhecimento das transgressões?", questionou, intrigada com o facto de uma só pessoa, desconhecida, "apoderar-se de um largo como este, com uma dimensão de mais ou menos 80 quilómetros quadrados.

"Queremos lembrar que não é apenas este largo. Estão a ocupar outros largos do bairro", culpou.

A reportagem A Capital confirmou que as casas a serem erguidas no local são do formato T2, são mais de 10 e não têm a mesma configuração que as construídas no âmbito da reinserção social.

Segundo os populares, mesmo sem a construção dos bens sociais para a comunidade, aquele espaço tem

servido como zona de lazer dos jovens, que aproveitam como campo de futebol.

Os moradores explicaram ainda que quando chegaram ao bairro, há sensivelmente quatro anos, havia uma placa no largo indicando que o espaço estava dedicado à construção de escolas, daí a inquietação da comunidade.

2.6.3 Administrador de Cacuoaco denunciado de demolir quatrocentas casas na Funda

Jornal República

26 De Junho de 2015

Os moradores foram todos, nesse dia, surpreendidos, ou seja, não foram avisados de que as suas casas seriam demolidas. Os moradores passaram todo o dia ao relento, sem abrigos e alimentação. Foram, ao todo, demolidas mais de quatrocentas casas, deixando as 'vítimas' daquela circunscrição sem habitação.

O administrador municipal de Cacuoaco, Carlos Alberto Cavuquila, segundo a população, mandou demolir as suas próprias casas, porque vendeu aquela área a cidadãos desconhecidos e prometeu colocar, no local, militares e polícias para salvaguardarem o espaço em causa (caso as 'vítimas' não desocupem a zona). Infelizmente, sem que a Administração indique um lugar para os populares ficar. Se sairão do terreno ou não, eles alegam que não, nas presentes condições. A cidadã Maria Conceição foi, pelas 4 h, surpreendida por cidadãos desconhecidos que obrigaram-na a tirar todas as coisas dentro de casa. "Na sexta-feira, às 4 h, vi uma viatura encostada e alguém bateu à porta, dizendo para eu retirar todas as coisas porque queria partir a casa. Era o senhor 'Kituxi'. Passei a noite com a camisola do MPLA.

Ele, então, disse-me: 'Tira as coisas fora'. Perguntei: 'Porquê?'. Ele respondeu: 'O dono dessa camisola (da JMPLA) é quem me mandou'. Pediu-me para eu tirar a camisola, mas eu não aceitei, de modo que me deu uma chapada. Saí e fui ter com o administrador Zeca Bandeira e ele pediu-me para eu entrar no carro, a fim de irmos à Administração para melhor resolução dos problemas. Chegamos até à DPIC de Cacuoaco, onde acusaram-me de invasora de terrenos. O comandante mandou-nos soltar. Não aceitei fazer o que eles mandavam, por isso, rasgou-me a camisola do MPLA. Há três anos, por exemplo, levaram a minha televisão e gerador. E ainda ele disse que este terreno pertence aos avós deles", disse, "alegando que os terrenos ocupados foram deixados pelo seu antecessor".

Os moradores acusam o administrador municipal, Carlos Alberto de Cacuoaco, de vender os terrenos a cidadãos desconhecidos. Por isso, mandou demolir mais de quatrocentas casas, deixando ao relento aproximadamente mil e duzentas pessoas. Pedro Francisco Simão, morador do bairro há 5 anos, assistiu ao acto da demolição. "Fomos até à Funda e pediram que aguardássemos e que disponibilizariam um carro para nos levar até a administração municipal de Cacuoaco. Quando o carro apareceu, algumas mamãs subiram, pensando que seriam levadas para Administração de Cacuoaco. Foram, pelo contrário, levadas para a Divisão Municipal de Cacuoaco, mas as senhoras rejeitaram entrar na esquadra, alegando que não cometeram, ou seja, estavam simplesmente a reclamar os seus direitos e foram soltas", frisou. Até ao fecho desta edição, não foram resolvidos os problemas das populações que vivem na localidade do 'Mayéyé'. O bairro localiza-se na comuna da Funda, concretamente nas imediações do Cequele, em Cacuoaco. Segundo informações, o bairro existe há cinco anos e foi 'construído' pelos camponeses (considerados os primeiros habitantes daquela localidade).

O jornal 'A REPÚBLICA', em edições anteriores, já publicou matérias que têm a ver com vendas ilegais e ocupação de terrenos, nas quais as 'vítimas' apontam que os dirigentes do município são os mentores e, presumivelmente, encontram-se envolvidos nesses actos. Ainda de acordo com o administrador, Cacuoaco é um dos municípios de Luanda que mais registam o índice elevado da venda e ocupação ilegal de terrenos. Contactado pelo jornal 'A REPÚBLICA', via telefónica, o Gabinete de Comunicação e Imagem da Administração Municipal de Cacuoaco, para prestar esclarecimentos sobre este assunto, na pessoa de Joana Tomás, assessora de imprensa da referida administração, a nossa equipa de reportagem não teve sucesso, sendo que a má educação da assessora em causa escambou num bate-boca em que a sua 'ordenice' tomou o diálogo inconclusivo. É importante salientar que muitos assessores de imprensa defendem muito os seus interesses onde ressalta a falta de civismo.

2.6.4 “Não vamos, de jeito nenhum, ocupar terrenos”

Jornal O PAÍS

19 De Junho de 2015

Texto: Dani Costa

Como avalia as relações entre Angola e China?

As relações sino-angolanas têm-se desenvolvido a um bom ritmo. Por isso, as relações desempenham um

papel muito importante na nossa relação com a África. Já estabelecemos parcerias estratégicas com quatro países africanos e Angola e um deles, por isso valorizamos a nossa relação com Angola não podemos deixar de mencionar a visita de Estado coroada com muito êxito feita por sua excelência Presidente José Eduardo dos Santos. Esta visita deu orientações para o futuro desenvolvimento das relações sino-angolanas. Esta visita tem um resultado frutífero, muito abrangente e positivo, mas gostaria de sintetizar em quatro aspectos. Primeiramente, através dessa visita a nossa confiança recíproca foi consolidada e reforçada. Sua excelência o Presidente José Eduardo dos Santos e um político muito experiente em África e ele atribui muita importância para se desenvolver as relações com a China. O Presidente José Eduardo dos Santos é um antigo e bom amigo do Presidente Xi Jinping. Durante essa visita, a parte chinesa atribuiu uma grande importância a toda a delegação angolana que fez companhia ao senhor Presidente e deu uma dimensão muito alta em relação ao protocolo e ao acolhimento. Isto simboliza a amizade e a fraternidade muito importante que o Presidente Xi Jinping e o povo chinês manifestam ao Presidente José Eduardo dos Santos, a parte angolana e ao povo angolano. Sobretudo num contexto em que Angola esta a enfrentar certos desafios económicos, nós preparamos a visita com muito cuidado. Durante a visita do Presidente José Eduardo dos Santos, a parte chinesa e a Angola chegaram a vários consensos em relação a cooperação. Isso simboliza que os dois países estão experimentar qualquer desafio e em qualquer circunstância. Os dois dirigentes dos Estados também abordaram a coordenação sobre os assuntos internacionais e os procedimentos para o caminho do desenvolvimento. As duas partes vão se apoiar nos assuntos internacionais e no percurso do desenvolvimento dos seus próprios países. Isto simboliza a solidariedade e os apoios mútuos entre os dois países. O segundo aspecto que gostaria de sublinhar e que através desta visita que nós aprofundamos as nossas posições e também promovemos o caminho do nosso desenvolvimento, sobretudo o estabelecimento do mecanismo da comissão orientadora para a cooperação económica especial. Deu os rumos mais claros e a liderança estratégica para a futura cooperação pragmática entre os nossos dois países. Também deu uma garantia de mecanismos para proteger a nossa cooperação. Pouco tempo antes foi realizada entre as duas partes a 5ª reunião da comissão mista entre China e Angola e também atingimos os resultados frutíferos muito vivos. Durante a visita, os dois altos dirigentes também concordaram em negociar o acordo de protecção ao investimento bilateral e também os acordos de facilitação de vistos. Estes dois acordos

vão dar a maior garantia as relações entre os dois países e também a cooperação sino-angolana a nível político.

Os investimentos chineses passaram inicialmente pela construção. O que é que se pode esperar do vosso país depois da visita do Presidente José Eduardo dos Santos?

Esse é o terceiro facto que gostaria de sublinhar sobre o resultado frutífero da visita do Presidente da Republica a China. Através desta visita a cooperação pragmática económica e comercial foi promovida com muita força. As duas partes chegaram a consensos em vários sectores, tais como a extensão do prazo do financiamento, sobre o financiamento, o sector monetário, diversificação económica e também a formação de quadros. O consenso mais comum na conversação entre os dois dirigentes dos Estados e promover a transformação e a actualização do modelo da cooperação sino-angolana, nomeadamente a nossa área de cooperação tradicional estava concentrada nas obras, empreitadas e comércio. Agora estamos a tentar focalizar mais no investimento. Por exemplo, através dos esforços dos dois países encorajamos os empresários para investirem na agricultura, pesca e na indústria. O segundo ponto e que antigamente dávamos mais importância para a dimensão, a quantia da cooperação, mas agora sublinhamos mais a qualidade da cooperação. Antigamente focalizamos e dávamos mais importância a nossa cooperação económica e comercial, mas através do nosso intercâmbio, o desenvolvimento dos dois países também lançamos as atenções a formação de quadros, a transferência de conhecimento e tecnologia, e os intercâmbios cultural e humanos. O geral, a nossa cooperação está a evoluir para uma boa qualidade.

Está a acompanhar o debate que existe hoje na sociedade angolana em tomo das novas linhas de financiamento?

A questão da linha de crédito e o financiamento e uma cooperação muito importante para as duas partes. Nos 10 anos passados a cooperação na área da linha de crédito promoveu de uma forma muito notável as nossas relações com Angola e também deu um apoio muito forte para a reconstrução nacional de Angola e a edificação económica. Durante a fase muito especial em que Angola esta a encontrar dificuldades económicas, vamos continuar a desempenhar o papel de amigo para dar o nosso apoio mais forte. Também tenho notado que este e um tema de maior atenção da imprensa, mas quero dizer que o valor da linha de crédito não é o mais importante, porque a parte chinesa valoriza mais os projectos mais concretos a serem financiados.

Também tomo nota de que alguns países propuseram o financiamento de um valor muito avultado, mas não conseguiram cumprir o que está no acordo, não concretizou nos seus projectos. Por isso, penso que o valor não é mais importante do que o fruto mais concreto a ser financiado nos projectos. E nos vamos disponibilizar os nossos recursos para a conclusão dos projectos. Damos importância para "uma cooperação mais palpável e concreta. O segundo ponto que gostaria de sublinhar em relação a linha de crédito e que todos os acordos de financiamento serão fechados com base na igualdade e benefícios recíprocos e esses acordos vão beneficiar o desenvolvimento de Angola. Esses acordos também correspondem as regras e o princípio de comercialização e as operações de mercado. O nosso objectivo final é trazer benefícios aos dois povos e ao desenvolvimento do país. O quarto ponto frutífero da visita do Presidente da República e que através dela fomentamos a nossa troca de experiência da gestão política e a governação do Estado. O Presidente da República de Angola efectuou uma visita para a cidade de Tianjin, constatou e visitou a zona económica e tecnológica de Tianjin, trocou impressões com a parte chinesa sobre a experiência de desenvolvimento da industrialização e a construção de um parque industrial num país subdesenvolvido. No dia seguinte, foi realizado o fórum de negócios entre China e Angola, e contou com a presença de 200 empresas chinesas. As duas partes trocaram ideias, fizeram intercâmbio sobre a política e governação do país e os empresários também trocaram impressões sobre a cooperação. Portanto, esta visita tem muitos significados. No geral, os resultados da visita do Presidente José Eduardo dos Santos para a China foram sucedidos, pela qual a parte chinesa manifesta a sua satisfação. As duas partes chegaram a consensos em vários em vários sectores e tiveram resultados frutíferos muito ricos. Isto também faz com que a parte chinesa ajude a parte angolana superar as suas dificuldades provisórias e também injectará um impulso maior ao desenvolvimento das relações sino-angolanas.

Quais são as áreas de interesse dos empresários chineses em Angola?

Na área de investimentos as duas partes têm tido resultados frutíferos nos últimos dois anos. As principais áreas de investimentos são extensivas aos materiais de construção, manufactura, onde temos uma fábrica de cimento em Angola e também construímos uma de cerveja. Também investimos na imobiliária e na construção de uma refinaria de petróleo, nos centros comerciais e na pesca. Durante esta visita, altos dirigentes do Estado também chegaram a consenso na nossa cooperação, mais

especificamente que Angola está a propor a estratégia da diversificação económica. Na China, o Governo chinês está a preconizar a actualização e a transformação e do modelo de desenvolvimento económico. Por isso, a nossa cooperação tem uma complementaridade. Agora, por parte da China, estamos a levar a cabo a capacidade de produção com os outros países. Portanto, pretendemos investir também em Angola na exploração dos recursos nos sectores siderúrgicos, na agricultura e nas pescas. Durante essa visita, a parte angolana já propôs as prioridades da cooperação a parte chinesa, sobre a qual a parte chinesa vai fazer um estudo positivo para promover a cooperação de uma melhor forma entre os dois países. Quero dizer que as duas partes estão muito determinadas e têm vontade muito forte para impulsionar a nossa cooperação. O que resta é concretizá-la.

Sobre o clima e ambiente de investimento quero dizer que depois da guerra civil está a melhorar. As políticas e as medidas com relação ao investimento estão cada vez mais aperfeiçoadas. Por isso, a parte chinesa vê como muitos bons olhos as perspectivas da parte angolana, porque Angola está a dispor de estabilidade política e o crescimento económico estável, o país conta com 24 milhões de habitantes. O mercado angolano é muito promissor.

Quando estivemos recentemente na China, os empresários chineses queixavam-se de que não era fácil entrar em Angola. O que se passa concretamente?

Quanto as dificuldades que os empresários chineses têm encontrado nos seus investimentos em Angola, quero dizer que os maiores problemas estão concentrados na concessão de vistos e na protecção dos investimentos. Perante a queda do preço de petróleo, eles têm dificuldades para ter acesso às divisas. Sobre essas questões a parte chinesa dá muita importância e durante a visita do Presidente da República a China as duas partes chegaram a consenso e conseguiram progressos na negociação de alguns acordos em relação à cooperação monetária, a protecção de investimento e a facilitação de vistos. As duas partes estão dispostas a proteger a nossa cooperação nesta área e espera-se que o investimento possa desenvolver-se de melhor forma.

Quando é que as moedas da China e de Angola passam a ser validas nos dois países?

Esta é uma área de cooperação muito importante. Diante do cenário de queda do preço do petróleo, existe uma escassez de divisas de dólares no mercado angolano. Portanto, se podermos assinar o acordo de liquidação e a troca de moedas entre o RMB e o

Kwanzas podemos diminuir o risco no comércio entre os empresários dos dois países. Isso também facilitara o comércio e a cooperação entre os dois países. Quem empresta dinheiro exige sempre uma garantia. O que se tem dito nos últimos dias e que a China esta interessada em grandes parcelas de terras em Angola. É verdade ou estamos diante de algumas especulações?

Esta especulação não corresponde a realidade. A cooperação no sector da agricultura e realmente um ponto de destaque na nossa cooperação com Angola. Mas, nós não vamos de jeito nenhum ocupar terrenos para conseguir essa cooperação com Angola. Já tenho conhecimento sobre algumas das especulações que o senhor me está a dizer. Isso não tem nenhum fundamento e não corresponde a realidade. Queremos cooperar com Angola no sector da agricultura, mas esta cooperação não será levada a cabo através da ocupação de terrenos. A negociação no sector agrícola e baseada nos benefícios recíprocos. É uma área que a parte angolana tem promovido. Nós não vamos tomar o campo de Angola como um armazém de cereais para China. A parte chinesa sempre segue a auto-suficiência no sector da alimentação. Vamos ajudar Angola a resolver os seus problemas relacionados a segurança alimentar e dos cereais. Falando sobre a cooperação na área da agricultura, quero dizer que a agricultura esta cada vez mais globalizada. Nós queremos dar os nossos apoios a cooperação da agricultura com Angola. Isso também beneficiara a provisão de cereais no mercado global e ajudara a estabilizar os preços, Isso beneficiara o nosso próprio país. Sobre a cooperação agrícola no mercado internacional existe uma injustiça na ordem do comércio, sobretudo alguns países ocidentais tentaram baixar o preço dos cereais e alguns produtos agrícolas para fazer o monopólio do mercado agrícola. Por isso, varies países agrícolas não querem produzir e preferem mais importar os produtos agrícolas do que produzir os seus próprios cereais. Isso trouxe algumas Influencias e impacto negativo para a nossa cooperação com Angola.

2.6.5 Os prós e os contras de uma política habitacional

Jornal A Capital
13 De Junho de 2015

Entre o Culango e o Biópio, numa área com vestígios do potencial agrícola de outrora, está a nascer a urbanização que acolherá trezentas famílias vítimas das enxurradas, instaladas no Camuringue há quatro meses, o tempo que o Governo da província de Benguela definiu para o realojamento definitivo.

Já se sabia que seria difícil encerrar os centros de concentração provisória até 11 de Junho, quinta-feira última, altura em que prevaleciam ainda várias indefinições quanto às modalidades para a construção de casas condignas. A verdade, as modalidades continuam a representar uma incerteza, embora as autoridades reiterem que o seu compromisso termina com a entrega dos alicerces (bases), surgindo, em resposta, parte considerável das famílias a dizer que não tem condições para o resto.

Por ora, se é que este choque de ideias pode ser visto como um conto para outros rosários, vale a pena ressaltar que o trabalho de casa prossegue a bom ritmo, sob olhar atento das setentas famílias que ali se encontram há vários anos, em condições desumanas.

Em visita aos Cabrais, a antiga exploração agrícola em transformação, a reportagem do *A Capital* captou a satisfação de cidadãos que serão igualmente agraciados com alicerces. À imagem de quem vê uma luz ao fundo do túnel, a senhora Emília, na casa dos 60 anos, não esconde o desejo de um dia inverter o quadro de pobreza. Sorridente, aponta para as condições da sua casa, aqui retratadas em imagens, e diz que a família, formada pelo marido e dois filhos, tem estado a "passar muito mal". A viver nos Cabrais desde 1988, tem na venda do carvão, tal como a maioria dos vizinhos, a fonte de sustento. Sempre que faltar dinheiro para a sua transportação, a dona Emília percorre mais de 30 quilómetros para chegar à cidade do Lobito, onde vende o produto. "Vamos receber as bases, estamos contentes, muito alegres, mas não vamos conseguir levantar as casas. Queremos ajuda do Governo", implora.

Ao lado, o ancião Alberto Jamba, também expectante, afirma que as «casas boas» podem atenuar o sofrimento.

"Estamos a cortar carvão para depois vendermos, não poderemos levantar as casas. Não temos condições", vinca.

Fenómeno para esquecer cria oportunidades

Um abalo à escala daquele que arrasou o Lobito a 11 de Março, provocando quase 100 mortos e mil desalojados, só pode ser equiparado a um fenómeno para esquecer. Desta vez, a cidade portuária, geralmente referenciada pelo seu potencial económico, esteve nos holofotes da imprensa mundial pelos piores motivos.

O dia seguinte à tragédia mostra que há terra para milhares de cidadãos em zonas de risco, sendo os Cabrais um exemplo inequívoco. Moradias sem condições, feitas de chapas, troncos e panos, têm a

companhia de um projecto de urbanização que as autoridades tencionam transformar em cidade. Estão sete empresas no terreno, todas comprometidas com a construção dos trezentos e cinquenta alicerces.

O director do Urbanismo e Ambiente salienta que os vinte mil hectares perspectivados contemplarão, paralelamente às habitações, uma zona académica, hospitais, redes técnicas, serviços, indústria, comércio e outras valências inerentes ao bem-estar social. Elmano Inácio explica que o processo de desmatização está em curso, devendo proporcionar oportunidades a mais cidadãos. "Os sinistrados e as 70 famílias que aqui se encontram são a prioridade, mas estamos abertos a outros interessados", ressalta o director, que assegura estarem prontos trinta quilómetros de estrada.

Cada alicerce custará aos cofres do Estado onze mil dólares norte-americanos. Duzentos cidadãos, sendo 48 expatriados, estão envolvidos na empreitada que lança as bases para uma nova cidade.

A discórdia mora no Camuringue

Quem sai da urbanização Biópio/ Culango, regressando às principais cidades da província, tem no Camuringue uma paragem obrigatória. Percorridos os doze quilómetros de distância, chegávamos ao centro de concentração que o Governo pretendia encerrar agora no início de Junho. As famílias, oriundas do Lobito e da Catumbela, dizem que não falta alimentação, água, energia e outros serviços básicos, mas direccionam as suas preocupações no amanhã.

Alheio ao cerne da questão, o pequeno Tony, 12 anos, está satisfeito por fazer parte do grupo de crianças que já não perdem o ano lectivo. É um dos quinhentos alunos que estudam na escola instalada pelo sector da Educação, cujo funcionamento é assegurado por sete professores efectivos.

O rapaz aproveita ao máximo este momento, ciente ou não de que algum dia, talvez daqui a dois meses, terá de dizer adeus Camuringue. Se é verdade que o pequeno parece indiferente, também é certo que o sob a da zona olha já para o futuro, chegando a confrontar o governador Isaac dos Anjos, um dirigente que define a casa como "expressão de cidadania".

A autoridade tradicional não acredita que "as pessoas saídas das chuvas" tenham capacidade para construir. "O Estado vai dar bases, é algo inacabado", lembrou o soba, dias antes da confirmação de Xavier Cativa.

Desempregado, o morador do Camuringue ressalta que as pessoas perderam os meios que garantiam algum dinheiro, passando a viver de pequenos negócios. Sem condições para "levantar as paredes", sonha com a casa feita, uma vez que, lembra, a maior parte ficou sem as motorizadas e outros meios em consequência da fúria das águas. Laurinda, comerciante, louva a distribuição de alicerces, mas refere que deve haver ajuda do Governo para quem não trabalha.

Os vários planos do Governo Caberá à Comissão Nacional de Protecção Civil definir o modelo para o realojamento definitivo, conforme indicou o governador provincial. Sem ter estabelecido prazos, Isaac dos Anjos alertou, todavia, que o seu Executivo vai avançar com uma estratégia em caso de demora.

Dos Anjos entende que as famílias, beneficiárias de bases e de algum material de construção, devem colocar mãos-de-obra, ainda que se tenha em conta a distância de 12 quilómetros que separa o acampamento da urbanização.

O governador avança que as outras hipóteses, também submetidas à apreciação de Luanda, deverão representar custos na ordem de 720 milhões de Kwanzas ou de mil milhões e 800 mil Kwanzas. "A nossa ideia é que as famílias construam. Vamos esperar com alguma paciência, mas, como devem perceber, certos de que o tempo pode fazer com que tomemos as nossas medidas", frisou.

Dias depois, no bairro 17 de Setembro, onde esteve o A Capital, o vice-governador para a esfera Técnica e de infra-estruturas reforçava esta posição, ao vincar que o seu compromisso termina com a entrega dos alicerces.

Victor Sardinha Moita acha que, havendo terrenos, tijolo, cimento e areia, o Governo não pode fazer mais em prol das vítimas das enxurradas. "Talvez construamos cinco casas/modelo, nada mais",

observa, para mais adiante avisar que haverá fiscalização em todas as áreas, tendo em conta a possibilidade de construções anárquicas.

Incertezas no 11 de Setembro

No município de Benguela, o bairro 17 de Setembro é, já o dissemos, uma referência obrigatória. Recebeu quatrocentas e cinquenta famílias oriundas de quatro centros de concentração provisórias. Elas vão juntar-se aos munícipes que ali residem há já alguns anos, também em condições precárias.

Dois jovens, Adelino e Tomás, quiseram saber se terão casas condignas naquele bairro, uma vez que as

demolições ocorridas há 4 meses, justamente na altura das cheias, deixaram um rasto de incertezas. Talvez pelo impasse, sobretudo em relação ao arranque dos caboucos, haja, mesmo entre os sinistrados, quem tenha algumas dúvidas. Unânicos, os jovens disseram que aguardam por um pronunciamento das autoridades, até porque existem pessoas com capacidade para começar a construir, obedecendo, naturalmente, o padrão de ordenamento imposto.

Em entrevista ao *A Capital*, o administrador municipal, Leopoldo Muhongo, estima que a população comece a receber material de construção areia e tijolos - já nos próximos dias, definidas que estão as regras para uma urbanização que contará com vários serviços sociais. "Pretendemos diminuir algum sofrimento, marchando em direcção ao sonho da casa própria", sustentou, convicto de que as famílias que já ali se encontravam não serão esquecidas.

À semelhança do que se idealizou para o Lobito, serão assistidos, diz Muhongo, os que perderam as suas moradias e os cidadãos encontrados no 17 de Setembro.

2.6.6 A garantia é do director

Jornal A Capital
13 De Junho de 2015

" Não passamos licenças para construções de residências em largos", foi assim que reagiu em entrevista exclusiva ao *A Capital*, o director do Programa Provincial da Habitação Social (PPHS), Marco Pinho. Explicou que tem conhecimento do caso e está a trabalhar em tomo do mesmo.

"Quando tomamos conhecimento desta transgressão accionamos o Posto de Comando Unificado (PCU) que embargou a obra e recolheu o material, para que o proprietário aparecesse.

Mas, como a nossa fiscalização não trabalha aos fins-de-semana, os senhores retomaram as obras", aclarou Marco Pinho, acrescentando que, ainda assim, "accionamos os nossos homens que em dois sábados fizeram-se presentes no local e voltaram a recolher o material. Só que, até agora o proprietário não se fez presente".

Pelo que nos foi dado a ver, a obra não tem sequer licença de construção, tão pouco alguma documentação que a justifique.

"Não passamos licenças de construção de casas em parques ou largos destinados para equipamentos sociais", asseverou.

"O que vemos agora é que as obras estão avançar por alguma fragilidade da Fiscalização, mas ainda hoje, terça-feira, 09, estivemos reunidos com a equipa da Administração municipal de Viana que vai trabalhar ao nível dos Zangos para interagir com os nossos homens com vista uma melhor fiscalização das obras à nível local", tranquilizou o responsável, reiterando que, "esta obra em particular, terá o devido tratamento tipificado nas transgressões administrativas".

Ainda durante a nossa permanência no PPHS, o director do Projecto entrou em contacto com o CPU do Zango IV e mandou averiguar de imediato a obra e demolir as paredes que estavam a ser erguidas naquele dia.

2.6.7 Afinal, não é só o Zé Povinho que faz ocupação ilegal

Jornal Agora
5 De Junho de 2015
Texto: MÁRIO PAIVA

Pela voz de Rafael de Moraes, coordenador da SOS-Habitat, denuncia o facto de " todas as reservas do Estado estão a ser ocupadas por privados", falando aos microfones da VOA esta semana. Uma situação que segundo ele, se alastraria aos municípios de Cacuaco e Belas, passando pela zona do Benfica, áreas onde, para não variar, pontificam empreendimentos promovidos por chineses.

O próprio conceito de " reserva fundiária do Estado" começa a ser posto em causa na medida em que, apesar das alegações por parte políticos do partido governamental que embora admitindo a existência de muitas ocupações ilegais, sustentam que nem todas as reservas fundiárias são para empreendimentos ou projectos de carácter público algo que precisa de ser conferido - a verdade e que a transparência não domina nestes processos.

Por seu turno, pela banda da oposição, o jurista Lindo Bernardo Tito, da Casa-CE, condenou na mesma ocasião, a alegada privatização das reservas fundiárias do Estado, assim como uso e transferência indevidas de espaços públicos ou equipamentos do Estado a proprietários privados, dando como exemplo a atribuição da zona do campus da universidade publica, para construção de "shoppings privados".

Para nos semanário *Agora*, fica muito estranho o deputado do MPLA e jurista João Pinto, reclamar a não "política" desta questão das terras e do direito a habitação - na medida em que ela é eminentemente política, estando inclusive plasmada na Constituição da República de Angola (CRA).

No mais recente seminário sobre a ocupação ilegal de terrenos promovido pelo governo provincial de Luanda no pretérito mês de Maio, constatou-se que, entre os factores que favoreceriam a ocupação ilegal de terrenos estariam razões de insuficiência do quadro jurídico-legal, êxodo de populações do interior para a capital. Carência habitacional que provocaria uma grande pressão da demanda acompanhada de especuladores sem escrúpulos ou alegados simples oportunistas. E isto, apesar de uma diminuição de casos que estariam numa média diária de 20 a 30- devido a emergência das novas centralidades na periferia de Luanda. Situação que se regista sobretudo nos municípios de Viana, Belas, Cacucaco, Icolo e Bengo e Quiçama.

Muito estranharmos, que não se tenha referido na ocasião a ocupação ilegal de terrenos feita de modo organizado não somente pelo Zé povinhos mas também por lobbies organizados dos cavaleiros especuladores do imobiliário, patos bravos da indústria de construção e determinados grupos empresariais com grande poder, ao ponto de não ser raro que muitas destas situações, segundo relatos e testemunhos recolhidos por organizações da sociedade civil como a SOS- Habitat, ocorrem apoiadas por militares e polícias.

A gravidade da questão merece seguramente uma investigação parlamentar, sem prejuízo da continuidade do debate público com todos os parceiros sociais, para que as operações, quaisquer que elas sejam e por quem quer que as promova entidades públicas, privadas ou simples cidadãos comuns decorram em transparência, em prol do bem comum.

2.6.8 Envolvidos em falcatura de terrenos

Jornal A Capital

27 De Junho de 2015-07-03

Texto: João Feliciano

Magalhães António Miguel, solteiro de 32 anos de idade, Aníbal António, também conhecido por Bani, solteiro de 43 anos de idade, ambos agentes de terceira da Polícia Nacional, Mateus António Candeie, 54, coordenador da Comissão de Moradores do bairro Nova Urbanização, em

Cacuaco, José Luis de Sousa Lima, também conhecido por Zé Luis, solteiro de 45 anos de idade, suposto técnico de construção civil, respondem, desde terça-feira, última, 23, na 3ª secção de crimes comuns do Tribunal Provincial de Luanda, sedado no palácio dona Ana Joaquina, Sobre estes pesam as acusações de burla,

O crime remonta do recuado mês de Janeiro de 2012, quando o ofendido Celestino André, contactou o seu tio agora declarante, José Cabala, manifestando a pretensão de adquirir um terreno naquela urbanização uma vez que ali residia há aproximadamente 20 anos.

Aquele, por sua vez, apresentou ofendido ao coordenador da comissão de moradores, no caso Mateus António Candeie, que de seguida pediu que o acompanhasse para o local onde se achava um terreno que, segundo o mesmo, estava a venda no valor de 16 mil dólares americanos. O ofendido assim procedeu, tendo demonstrado agrado pelo terreno cujas dimensões calculava em 30125 metros de área.

Assim e que, no dia 9 de Janeiro do mesmo ano, cujas horas tem dificuldade em precisar, o ofendido, Celestino André, procedeu a entrega de 14 mil dólares, equivalentes a 1 milhão e quatrocentos mil kwanzas, ao coagido Magalhães António Miguel que se havia passado como proprietário do terreno. No momento, não foi entregue ao ofendido qualquer documento que provasse a titularidade do terreno, tendo apenas, o coordenador, Mateus Candeie, subscrito urna declaração que foi posteriormente entregue ao ofendido, acto este presenciado por Magalhães António Miguel e Aníbal António.

Após ter sido efectuado o negócio, o ofendido começou a envidar esforços no sentido de começar com a construção da tão sonhada residência, tendo, para o efeito, sido apresentado ao coagido José Luis de Sousa Lima, por intermédio do também arguido Magalhães António Miguel, afirmando que aquele era

empregado de construção civil, tendo sido ele a efectuar a execução do muro de vedação do referido terreno.

Após vários contactos com o coagido José Luis de Sousa Lima, Celestino André fez a entrega de mais dinheiro, destinado a reestruturação da planta da futura residência, o ofendido, decidiu em Maio do mesmo ano começar a legalização da parcela de terra ora adquirida, tendo dado a entrada da documentação necessária junto da administração de Cacucaco. Para o seu espanto, em Junho do mesmo ano, e surpreendido por um indivíduo identificado por Pedrito, que se intitulava como sendo o verdadeiro

proprietário do terreno, tendo para o efeito, apresentado documentação legal que atestavam a sua titularidade, desde 2006.

Contactados os co-arguidos, os mesmos confessaram que o terreno não era propriedade do co-arguidos Magalhães António Miguel, mas sim do co-arguidos José Luis e que, efectivamente, foi um acto coordenado entre eles, repartindo o dinheiro entre si, ficando com cada um a quantia de 4 mil dólares americanos. Para além dos valores da compra do terreno, o co-arguidos José Luis de Sousa Lima, recebeu ainda, de forma faseada 8 mil 750 dólares, para a elaboração do croquis de localização e a feitura da planta da futura residência, No entanto, o valor total defraudado ao ofendido e de 22.750 dólares

De acordo com a leitura da acusação do Ministério Público, o co-arguidos José Luis de Sousa Lima e useiro e vezeiro de tais praticas, porquanto que, em Marco do mesmo ano recebeu ainda das mãos do também ofendido André Filipe Fernandes a quantia de setecentos dólares americanos, como contrapartida de um terreno cuja vitima descobriria mais tarde que não era seu.

Assim, agiram os arguidos de modo livre, voluntário e consciente, mesmo sabendo que as suas atitudes eram previstas e puníveis pela lei, não se inibiram de as praticar. Pelo exposto, os co-arguidos Magalhães António Miguel, Mateus Candeie e Aníbal António, em co-autoria moral e material, e de forma consumada, pelo crime de defraudação, previsto e punido pelas disposições combinadas dos artigo do código do processo penal.

Relativamente aos co-arguidos José Luis de Sousa Lima e acusado de dois crimes de burla por defraudação consumado, previstos e punível pelos artigos 451 n.º.1 e 421 n.º.5 do código do processo penal.

De recordar que o julgamento teve lá inicio esta terça-feira, 23, com audição do co-arguido Magalhães António Miguel, um dos efectivos da Policia Nacional envolvidos no processo, e que agora se mostra arrependido pelo cometimento do crime, restando os se demais arguidos e declarantes serem ouvidos na próxima segunda-feira, 29.

2.6.9 Combate à ilegalidade.

Administração de Icolo e Bengo reage ao assalto de terrenos

Jornal O Crime

5 De Junho de 2015-07-13

Texto: Júlio Gomes

Parcelas de camponeses terão sido ocupadas mediante a desordem existente. Alias, quem dirige a Catete, sede do município de Icolo e Bengo, a cerca de 50 quilómetros de Luanda, pode, facilmente, deparar-se com a demarcação de inúmeros terrenos, cuja titularidade e hoje questionada.

O administrador municipal, Adriano Mendes de Carvalho, esta no centro das atenções pela frontalidade com que encara este problema que afecta, sobretudo, pessoas velhas que adquiriram os mesmos espaços, em muitos casos, onde residem há anos, mas, em contrapartida, estão a vê-los agora pelo 'canudo', como se costuma dizer.

Por semana, a Administração recebe entre 10 a 20 pessoas. "Já tivemos momentos em que nos reunimos com mais de 30 cidadãos em simultâneo. Logicamente, eles vêm reivindicar a posse das terras adquiridas por via legal e há já muitos anos", palavras do administrador Adriano Mendes de Carvalho, em declarações à Angop.

A problemática não e nova. "Quando cheguei cá como administrador e mesmo quando exerci as funções de vice-governador da província de Luanda, os camponeses já faziam reclamações relacionadas com os ocupantes ilegais que, na sua maioria, vem e escorraçam as mais velhas, que percorrem varies quilómetros, com o intuito de cultivarem as seus campos e de fazerem as suas vidas, mas que não encontram os seus cultivos e ficam totalmente desarticuladas pelo aparecimento de marginais", completa o responsável.

QUEM SÃO ESTES OCUPANTES?

Conforme Adriano Mendes de Carvalho, são marginais que batem, violam as senhoras, destroem as culturas, partem as casas, ameaçam, com agravante de alegarem a entrega de valores correspondentes aos espaços a governantes, administradores, entre outras entidades.

O administrador quer por 'um basta' nesta confusão, reuniu-se já com as mais velhas e cada uma foi mostrar o seu terreno e respectivos ocupantes.

Vamos levar uma acção conjunta para podermos destruir e acabar com esta pratica, que e de todo ilegal", defendeu.

Mas, para levar avante o plano desencorajar a anarquia, a Administração Municipal de Icolo e Bengo (AMIB) conta com outros autores, nomeadamente, o Ministério do Urbanismo, a Policia Nacional, o Posto de Comando Unificado, a Guarnição do Município e a Procuradoria-Geral.

"Pedimos o apoio destas instituições para conversarmos sobre o problema e acreditamos estar no bom caminho para podermos dar reposta e, de uma vez por todas, lutar para o desencorajamento daqueles que ainda pensam em ocupações ilegais", disse o administrador, reforçando que a Administração que dirige não vai alojar absolutamente ninguém. "Isso que fique bem claro. O que fará e trabalhar com os órgãos afins, tal como o Ministério do Urbanismo, de forma a encontrar zonas para se lotear e atribuir espaços, que deverão ser adquiridos de maneira legal".

O administrador insistiu que tudo se esta a fazer para que os camponeses voltem para os seus terrenos. "Se ocuparam os terrenos de forma ilegal, e importante que se reponha a legalidade, que consiste em chamar as mais velhas e devolver os seus espaços donde tiram o milho, a mandioca, a ginguba, o feijão e outros produtos do campo. Estamos a fazer de tudo para repor a legalidade", garantiu homem-forte de Icolo e Bengo.

Há quem diga que, na ocupação ilegal de terrenos, esta envolvido também peixe graúdos, o que foi rejeitado na visita de campo que o administrador efectuou a localidade de Miyinge. Disse, igualmente, que uma coisa é as palavras dos camponeses e outra e a observação no terreno. Indicou que "chamamos as pessoas, conversamos com elas e não vimos ninguém a citar nome deste ou daquele governante", mas deixou escapar que "isso e como tudo. E um trabalha que vai levar tempo de investigação criminal e temos e que esperar para que as coisas venham a ribalta".

Admitindo que não vale a pena começarmos por dizer que nada há, ou nada houve e depois as coisas aparecem a dar por torto, "isto no sentido de estarmos a defender e depois as mesmas confirmarem o facto, vamos esperar", declarou, acrescentando que agora tem de haver, de facto, maior empenho das administrações comunais, das

coordenações e da administração municipal, no caso da Fiscalização.

No Miyinge, de acordo com Adriano Mendes de Carvalho, foi doloroso ouvir dizer que, naquela localidade, fora morto um polícia por indivíduos que molestavam os camponeses, quando o mesmo foi ver o seu terreno. Por isso, sublinha que tem de haver educação e justiça, "Com base nisso, vamos procurar restituir os bens aos seus titulares. Este apenas foi o começo, mas continuaremos a partir, a destruir e desencorajaremos a pratica de ocupação ilegal de terrenos", assegurou ainda o administrador.

'MAKAS' NO ZANGO. A febre da ocupação ilegal de terrenos não se limita apenas ao município de Icolo e Bengo. Esta praticamente generalizada em toda a província de Luanda.

No bairro Zango, por exemplo, extensas parcelas dos camponeses foram delimitadas supostamente por generais, a luz do dia, em muitos casos na presença dos utentes que não podiam mugir nem tugar.

"Uns vem em nome da Casa Militar da Presidência da Republica, outros em nome da Administração de Viana ou da Zona Económica Especial. Estamos baralhados sem saber com quem negociar", declarou ao Agora um camponês do Zango que perdeu mais de oito hectares, que era uma quinta onde, alem de fruteiras (mangueiras), cultivava milho, feijão-frade e mandioca.

"Daqui, saia muita fuba de bordo, farinha musseques para a cidade. Esta e a cintura verde que ajudou muito no tempo da guerra, quando as estradas estavam fechadas e nada podia vir do interior. Agora, estão a acabar connosco", acrescenta o camponês, que lamentou o facto de este fenómeno da ocupação ilegal de terrenos estar a provocar sérios problemas no seio das famílias que tinham na agricultura a mica fonte para a sobrevivência, o assalto aos terrenos esta a 'empurrar' para a cidade gente com hábitos rurais, um mal que parece já não ter cura, a julgar pela velocidade das construções em curso, em muitas zonas antes lavras do Zé povinho.

O antropólogo António Pedro diz ao Agora que, no crescimento urbano, deviam ser acautelados os interesses das pessoas habituadas a viver do campo. "Como e que se vai obrigar um individuo que tem a sua vida ligada a lavra a desfazer-se dela para viver na cidade? Como poderá adaptar-se? Penso que alguma coisa não esta a ser bem-feita, na medida em que boa parte dessa gente que vive nos arredores de Luanda nasceu e cresceu ali. Sendo forçados a abandonar o seu modus vivendi, já e complicado e pode levar a outros problemas a que assistimos hoje com o

elevado índice de criminalidade, engarrafamentos e carências de toda a sorte", observou o académico.

Em Maio Último, o Governo da Província de Luanda realizou um seminário sobre a Problemática da Ocupação Ilegal de Terrenos, com o objectivo de encontrar soluções para dirimir estes conflitos. Com uma participação de cerca de 300 pessoas, o encontro resultou de uma orientação do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, como resposta as questões colocadas no fórum da Mulher Rural.

O seminário foi antecedido por encontros municipais, nos quais foram auscultadas os administradores, as autoridades tradicionais, as religiosas, as comissões de moradores, de entre outros membros da sociedade civil, no sentido de 'atacar' o fenómeno de ocupação ilegal de terrenos.

O evento abordou a situação actual caracterizada pelos assaltos aos terrenos na capital, bem como a vigência da Lei de Terras, tendo sido, igualmente, abordadas questões ligadas as fraquezas legislativas, administrativas e institucionais, bem como a necessidade da revisão e de actualização da legislação sobre o ordenamento do território e terras, assim como a sua respectiva regulamentação.

A situação actual do cadastro e protecção das reservas fundiárias, sistema biométrico de cadastramento, controlo de cidadãos áreas de risco, segurança jurídica dos terrenos e concessão de direitos de superfície e loteamentos foram igualmente analisados.

O conclave avaliou, igualmente, a construção de residências sem infra-estruturas, problemas sociais, criminalidade e impacto na governação, impunidade e responsabilidade criminal pela ocupação, bem como medidas preventivas.

Com 24.657 quilómetros por quadrado, a província de Luanda é composta pelos municípios de Luanda, Viana, Belas, Cacuaco, Cazenga, Icolo e Bengo e Quiçama. Conta com 3.205.346 homens e 3.337.508 mulheres.

2.6.10 Governo quer expropriar OS terrenos sem produção

Jornal de Angola
23 de Junho de 2015

Sérgio da Cunha Velho, que falava aos agricultores do Perímetro Irrigado das Gangelas, a 42 quilómetros do Lubango, instou os detentores de títulos a trabalharem a terra, sob pena de verem retirados os títulos de exploração.

O vice-governador visitou o Perímetro Irrigado das Gangelas para se inteirar do andamento de programas do Governo em curso e referiu que muitos dos titulares de parcelas naquele projecto não cumprem o que prometeram ao subscrever os acordos com as autoridades, pelo que estão a ser estudados mecanismos para reaver as terras e conceder aqueles com capacidade e interesse na produção.

O vice-governador da Huíla para o Sector Económico considerou necessário que os agricultores aumentem os níveis de produção, tendo em conta que o Executivo pretende instalar pequenas unidades industriais para conservação e transformação de produtos.

"A Chibia não tinha uma cadeia de frio, mas hoje temos câmaras frigoríficas com capacidade para 900 toneladas, o que significa que o Governo está a cumprir a sua parte". Sublinhou Sérgio da Cunha Velho, referindo que os agricultores devem fazer o mesmo para encaminharem a produção, o vice-governador da Huíla para o Sector Económico anunciou que o Governo Provincial da Huíla pretende aplicar um programa de instalação de pequenas unidades transformadoras, visando a diversificação da economia, pelo que os agricultores devem estar num nível de produção que corresponda a procura dessa indústria.

O vice-governador da Huíla lamentou que alguns agricultores do Perímetro não contribuam para o abastecimento dos geradores eléctricos que alimentam o sistema de regadio, instando-os a contribuir, já que o Governo não se vai responsabilizar por essa parte do processo de produção.

O Perímetro Irrigado das Gangelas foi reabilitado em 2009 e conta com uma barragem com capacidade para contenção de 3,5 milhões de metros cúbicos de água, um dique de derivação e dois canais que se estendem por 24 quilómetros. Sociedade de Gestão do Perímetro Irrigado das Gangelas (Sogangel as) pretende estender a sua área de cultivo para mais 500 hectares, no arranque da segunda fase daquele projecto, informou Angop a directora técnica.

Josefa da Silva disse que a área adicional será destinada a pessoas e empresas que possuam vontade e capacidade financeira para a prática da agricultura e, deste modo se garantir uma produção mais efectiva no Perímetro Irrigado das Gangelas, um dos principais projectos de transformação de agricultura de subsistência num processo de produção moderno e empresarial.

2.6.11 Envolvidos em falcatrua de terrenos

Jornal A Capital

27 De Junho de 2015-07-03

Texto: João Feliciano

Magalhães António Miguel, solteiro de 32 anos de idade, Aníbal António, também conhecido por Bani, solteiro de 43 anos de idade, ambos agentes de terceira da Polícia Nacional, Mateus António Candeie, 54, coordenador da Comissão de Moradores do bairro Nova Urbanização, em Cacuaco, José Luis de Sousa Lima, também conhecido por Zé Luis, solteiro de 45 anos de idade, suposto técnico de construção civil, respondem, desde terça-feira, última, 23, na 3ª secção de crimes comuns do Tribunal Provincial de Luanda, sediado no palácio dona Ana Joaquina, Sobre estes pesam as acusações de burla,

O crime remonta do recuado mes de Janeiro de 2012, quando o ofendido Celestino André, contactou o seu tio agora declarante, José Cabala, manifestando a pretensão de adquirir um terreno naquela urbanização uma vê que ali residia há aproximadamente 20 anos.

Aquele, por sua vez, apresentou ofendido ao coordenador da comissão de moradores, no caso Mateus António Candeie, que de seguida pediu que o acompanhasse para o local onde se achava um terreno que, segundo o mesmo, estava a venda no valor de 16 mil dólares americanos. O ofendido assim procedeu, tendo demonstrado agrado pelo terreno cujas dimensões calculava em 30125 metros de área.

Assim e que, no dia 9 de Janeiro do mesmo ano, cujas horas tem dificuldade em precisar, o ofendido, Celestino André, procedeu a entrega de 14 mil dólares, equivalentes a 1 milhão e quatrocentos mil kwanzas, ao coagido Magalhães António Miguel que se havia passado como proprietário do terreno. No momento, não foi entregue ao ofendido qualquer documento que provasse a titularidade do terreno, tendo apenas, o coordenador, Mateus Candeie, subscrito urna declaração que foi posteriormente entregue ao ofendido, acto este presenciado por Magalhães António Miguel e Aníbal António.

Após ter sido efectuado o negocio, o ofendido começou a envidar esforços no sentido de começar com a construção da tão sonhada residência, tendo, para o efeito, sido apresentado ao coagido José Luis de Sousa Lima, por intermédio do também arguido Magalhães António Miguel, afirmando que aquele era empreiteiro de construção civil, tendo sido ele a

efectuar a execução do muro de vedação do referido terreno.

Após varies contactos com o coagido José Luis de Sousa Lima, Celestino André fez a entrega de mais dinheiro, destinado a reestruturação da planta da futura residência, o ofendido, decidiu em Maio do mesmo ano começar a legalização da parcela de terra ora adquirida, tendo dado a entrada da documentação necessária junto da administração de Cacuaco. Para o seu espanto, em Junho do mesmo ano, e surpreendido por um individuo identificado por Pedrito, que se intitulava como sendo o verdadeiro proprietário do terreno, tendo para o efeito, apresentado documentação legal que atestavam a sua titularidade, desde 2006.

Contactados os co-arguidos, os mesmos confessaram que o terreno não era propriedade do co-arguidos Magalhães António Miguel, mas sim do co-arguidos José Luis e que, efectivamente, foi um acto coordenado entre eles, repartindo o dinheiro entre si, ficando com cada um a quantia de 4 mil dólares americanos. Para além dos valores da compra do terreno, o co-arguidos José Luis de Sousa Lima, recebeu ainda, de forma faseada 8 mil 750 dólares, para a elaboração do croquis de localização e a feitura da planta da futura residência, No entanto, o valor total defraudado ao ofendido e de 22.750 dólares

De acordo com a leitura da acusação do Ministério Público, o co-arguidos José Luis de Sousa Lima e useiro e vezeiro de tais praticas, porquanto que, em Marco do mesmo ano recebeu ainda das mãos do também ofendido André Filipe Fernandes a quantia de setecentos dólares americanos, como contrapartida de um terreno cuja vitima descobriria mais tarde que não era seu.

Assim, agiram os arguidos de modo livre, voluntário e consciente, mesmo sabendo que as suas atitudes eram previstas e puníveis pela lei, não se inibiram de as praticar. Pelo exposto, os co-arguidos Magalhães António Miguel, Mateus Candeie e Aníbal António, em co-autoria moral e material, e de forma consumada, pelo crime de defraudação, previsto e punido pelas disposições combinadas dos artigo do código do processo penal.

Relativamente aos co-arguidos José Luis de Sousa Lima e acusado de dois crimes de burla por defraudação consumado, previstos e punível pelos artigos 451 n.º.1 e 421 n.º.5 do código do processo penal.

De recordar que o julgamento teve lá inicio esta terça-feira, 23, com audição do co-arguido Magalhães António Miguel, um dos efectivos da Polícia

Nacional envolvidos no processo, e que agora se mostra arrependido pelo cometimento do crime, restando os se demais arguidos e declarantes serem ouvidos na próxima segunda-feira, 29.

2.6.12 China Pede Terras Em Angola Em Troca De Financiamento

Jornal Manchete

19 De Junho de 2015

Diferentes fontes contactadas pela VOA confirmam que os acordos entre Angola e a China assinados na semana passada durante a visita de José Eduardo dos Santos àquele país prevê a entrega de 500 mil hectares de terra arável e com água aos chineses, como 30 por cento de garantia do empréstimo concedido a Angola. As terras encontram-se localizadas na província do Kuando Kubango.

O conhecido defensor dos direitos humanos e professor universitário Fernando Macedo disse à VOA que o Presidente angolano terá cometido o crime contra a segurança do Estado e traição à pátria ao entregar milhares de hectares de terras à China como garantia do empréstimo bancário concedido a Angola.

Macedo disse que, a ser verdade, o Presidente angolano "violou a Constituição e coloca em causa a soberania angolana".

Apesar do secretismo em relação aos detalhes dos acordos assinados entre os dois países em Angola, tem sido muito comentada publicamente a possibilidade das terras serem entregues aos chineses no âmbito desta linha de crédito atribuída a Angola. Fontes da VOA alegam que os chineses teriam solicitado os terrenos como contrapartida por causa das constantes quedas dos preços do preço do petróleo que fornecem boas garantias.

Tanto o Governo chinês como o angolano limitam-se a dizer que a ajuda financeira será para Angola "superar as dificuldades" criadas pela queda do preço do petróleo" e consequente "diminuição das receitas do Estado", mas recusam-se a precisar o montante da ajuda. Contudo, a imprensa fala em 25 mil milhões de dólares.

As transacções financeiras serão feitas em yuan e não em dólar americano como tem sido até agora. O acordo visa "fugir do dólar" passando a adequar a economia angolana à moeda chinesa.

Há mais de quatro anos, a China tem mantido uma forte presença na província do Kuando Kubango,

ocupando cerca de 15 mil hectares de terras num projecto experimental de plantação de arroz.

Do outro lado, os camponeses angolanos perderam terrenos que garantiam pasto a milhares de cabeças de gado, que desapareceram dando lugar a plantações de arroz.

A população local alega que as referidas terras são ricas em minérios como diamantes e ouro.

2.6.13 Combate a ocupação ilegal de terrenos em Cacuaco

Jornal Grandes Notícias

26 De Junho de 2015

O administrador municipal de Cacuaco, Carlos Alberto Cavuquila, garantiu, na abertura das festividades dos 75 anos de existência do município mais a norte de Luanda, dias melhores para os municípios, que escolheram esta localidade para viver.

Escrivão José

O administrador de Cacuaco garantiu colocar um ponto final nas ocupações ilegais de terrenos que o município tem estado a sofrer, porque, segundo diz, os invasores estão a destruir e a criar favelas no município e "nós não vamos permitir que isso continue a acontecer no nosso território": disse.

Cavuquila disse que as pessoas que quiserem investir localmente devem consultar a administração municipal e apresentar o projecto que pretendem instalar para o benefício do Cacuaco e aí "teremos a honra de darmos o espaço que necessita para o bem da população": ressaltou.

O dirigente teceu duras críticas aos cidadãos de nacionalidade portuguesa que se têm envolvido em ocupação ilegal de terrenos em benefício pessoal, alertando que "vamos acabar com estes elementos que querem estragar o desenvolvimento do país":

Carlos Cavuquila, ao longo da sua locução, questionou aos munícipes se seria possível um cidadão angolano ir à Portugal e ocupar uma parcela de terreno que encontra sem investimentos naquele país e colocar a uma cabana. "Acho que não! Porque o governo português não permitiria que alguém ocupa-se ilegalmente as suas terras". Na ocasião, administrador salientou que os países têm leis e todos os cidadãos devem cumpri-las, de forma a contribuir para o crescimento dos mesmos, porque os outros, como reforçou, "passaram nesta situação e

hoje colhem os frutos daquilo que foi o esforço deles':

Aqueles que não cumprirem com as leis e atormentarem o nosso município, a polícia vai actuar e vão sentir a mão pesada da mesma, porque ninguém está por cima da lei e ninguém é tão grande que não cabe numa cadeia"

Os munícipes devem, na opinião de Cavuquila, cuidar dos seus animais de estimação e não deixá-los a "deambular" pelas ruas e provocarem dá-nos, quando atacam alguém desprevenido, alertando que a fiscalização vai actuar duramente para pôr fim a estes cães vadios.

"A fiscalização vai recolher todos os cães vadios que estiverem a "pulular" pelas ruas sem os seus respectivos donos. Se os seus proprietários não aparecerem depois de 72 duas horas, os animais serão sacrificados".

Por outro lado, o administrador acrescentou que os automobilistas que embarçarem o trânsito para comprar um determinado artigo aos vendedores ambulantes vão ser multado, com um valor de quinze mil Kwanzas.

"Quem não possuir o dinheiro aí vai ter que ir capinar no cemitério da Funda durante o tempo necessário. A multa não será apenas para quem compra mas também para quem vende.

Por último, apelou aos munícipes de Cacuaco a comprarem os produtos em lojas autorizadas, porque há maior segurança e o município tem vários supermercados para atender à demanda, garantindo que as medidas entrarão em vigor a partir do mês de Agosto.

2.6.14 Governo expropria terras sem produção

Jornal de Angola
21 De Junho de 2015

Os títulos de exploração de terras das Gangelas, na Chibia, província da Huíla, não aproveitadas para a agricultura estão em vias de ser retirados aos actuais proprietários perdem todos os direitos sobre elas, advertiu, ontem, o vice-governador da Huíla para o Sector Económico.

Sérgio da Cunha Velho, que falava aos agricultores do Perímetro Irrigado das Gangelas, a 42 quilómetros do Lubango, instou os detentores de títulos a

trabalharem a terra, sob pena de verem retirados os títulos de exploração.

O vice-governador visitou o Perímetro Irrigado das Gangelas para se inteirar do andamento de programas do Governo Provincial em curso e referiu que muitos dos titulares de parcelas naquele projecto não cumprem o que prometeram ao subscrever os acordos com as autoridades, pelo que estão a ser estudados mecanismos para reaver as terras e conceder àqueles com capacidade e interesse na produção.

O vice-governador da Huíla para Sector Económico considerou necessário que os agricultores aumentem os níveis de produção, tendo em conta que o Executivo pretende instalar pequenas unidades industriais para conservação e transformação de produtos do Perímetro Irrigado das Gangelas.

"A Chibia não tinha uma cadeia de frio, mas hoje temos câmaras frigoríficas com capacidade para 900 toneladas, o que significa que o Governo está a cumprir a sua parte", sublinhou Sérgio da Cunha Velho, referindo que os agricultores devem fazer o mesmo.

O vice-governador da Huíla para o Sector Económico anunciou que o Governo Provincial da Huíla pretende aplicar um programa de instalação de pequenas unidades transformadoras, visando a diversificação da economia, pelo que os agricultores devem estar num nível de produção que corresponda à procura dessa indústria.

2.6.15 Participantes defendem desburocratização

Jornal de Angola
31 De Maio de 2015
Texto: Victor Mayala

A desburocratização do processo de aquisição de terrenos foi uma das recomendações saídas do seminário provincial que reuniu em Mbanza Congo pessoas de várias sensibilidades para debater a problemática da ocupação ilegal de terras.

Os participantes recomendaram também a criação de um sistema integrado que permita um tratamento mais célere dos processos de regularização de terrenos.

A situação provocou acesos debates no encontro presidido pelo governador provincial do Zaire, Joanes André, no anfiteatro do edifício 11 do Governo Provincial, onde marcaram presença, além

da secretária de Estado da Economia, Laura Alcântara Monteiro, membro acompanhante da Administração Central à província do Zaire, várias personalidades, entre as quais, magistrados judiciais e do Ministério Público, representantes dos órgãos de Defesa e Segurança, administradores municipais, autoridades tradicionais e eclesiásticas.

O encontro decorreu em cumprimento das recomendações saídas do seminário nacional sobre a problemática de ocupação de terrenos, que apontam para a necessidade de diagnosticar a situação actual da ocupação de terrenos no país, tendo em conta os pressupostos estabelecidos nas leis de Terras e do Ordenamento do Território e Urbanismo.

O fórum recomendou ainda a harmonização desses dois diplomas legais à luz da Constituição, para atender as situações emergentes.

A venda de terrenos por parte de muitos cidadãos de má-fé constitui uma prática que, segundo defenderam os participantes, deve ser banida, na medida em que tem sido fonte de muitos litígios nas comunidades.

O comunicado final do encontro refere ainda que a venda ilegal de parcelas de terra é, em muitos casos, feita com recurso à falsificação de documentos. A concessão de terrenos urbanos deve ser feita com base na observância da Lei do Ordenamento do Território e Urbanismo, com base nos planos urbanísticos elaborados.

Ampla discussão

As discussões sobre a problemática de ocupação de terrenos no Zaire decorreram em quatro painéis. O primeiro abordou a concessão de direitos sobre terrenos, loteamento, embargo de obras e realojamento, ao passo que o segundo painel tratou da ocupação ilegal de terrenos e protecção das zonas urbanas em desenvolvimento.

O terceiro e quarto painéis versaram sobre segurança jurídica, expropriações de terrenos e responsabilidade criminal por ocupação ilegal de terrenos. No encontro foi lido também o comunicado final do Seminário Nacional, realizado nos dias 1 e 2 de Dezembro de 2014, no Palácio da Justiça, em Luanda.

O governador provincial do Zaire, Joanes André, enalteceu o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, pela iniciativa de orientar a realização dos seminários a nível nacional, sobre um tema actual e de extrema importância para a vida do país e, em particular, da província do Zaire.

Joanes André disse ser tarefa fundamental do Estado assegurar a gestão, cedência e exploração de solos, ao mesmo tempo que advogou o uso e aproveitamento de terras em prol das comunidades, respeitando os fins legais que os fundamentam, para que não sejam fonte de conflitos sociais, mas um factor de paz, harmonia, desenvolvimento económico e social da província.

Perda de receitas

O governante lembrou ainda que a usurpação e burla são práticas que têm como consequência a perda, por parte do Governo Provincial, de receitas provenientes da concessão de terrenos e respectivos impostos, além de provocar perturbações ao normal funcionamento das administrações municipais e comunais, que têm de canalizar esforços e recursos para evitar o agravamento de conflitos de várias ordens.

O governador do Zaire frisou que a ocupação de terrenos exige uma política orientadora e coordenadora de esforços, planos, acções e investimentos a vários níveis e não apenas do Governo Provincial. As terras do Estado, advertiu, devem ser reordenadas, estruturadas e colocadas ao serviço das políticas do Estado, de acordo com os critérios fixados nos termos da Lei.

A solução do problema deve ser encontrada através da elaboração de planos directores, loteamento de terrenos e o tratamento célere de processos de concessão.

A secretária de Estado da Economia valorizou a realização do encontro, por se tratar de um assunto de grande impacto social. Laura Alcântara Monteiro notou que o êxodo rural gerou uma grande pressão sobre as cidades, onde passou a haver uma procura inusitada de terrenos, tanto para fins habitacionais como económicos. A secretária de Estado referiu ainda que, entre os vários transtornos causados pela ocupação ilegal de terrenos, destacam-se a desarticulação do sistema viário, cortando o acesso aos transportes públicos e dificuldades na recolha de lixo e no provimento de outros serviços indispensáveis ao bem-estar social das populações.

Distribuídos lotes

À margem do seminário, 50 famílias que viviam em zonas de risco receberam lotes de terrenos numa área segura, em cerimónia presidida pelo governador provincial, Joanes André, ladeado pela vice-governadora para os serviços técnicos e infra-estruturas, Ângela Diogo, e pela administradora

municipal de Mbanza Congo, Isabel Nlandu Morena.

A administradora municipal de Mbanza Congo disse ao Jornal de Angola que o processo de concessão de terrenos prossegue. No momento, estão loteados 125 terrenos na localidade de Vombo, a cerca de dez quilómetros da cidade de Mbanza Congo. "Estamos a lotear terrenos para as pessoas que viviam em áreas de risco, para permitir que construam em áreas seguras. Penso que a iniciativa vai também desencorajar ocupantes e vendedores ilegais de terrenos", referiu Isabel Nlandu Morena.

Filomena Nvemba, uma das beneficiárias, louvou o gesto do Governo Provincial e, em particular, da Administração Municipal de Mbanza Congo em lotear terrenos para as famílias que residem em zonas de risco nos bairros periféricos da cidade.

"Estou muito contente por receber o meu terreno. Vou já criar as condições para começar a obra nos próximos tempos", disse.

Aos beneficiários de lotes de terrenos foram também entregues, entre outros documentos, o talão de controlo da Administração Municipal, croquis de localização, compromisso de aceitação de terreno e o projecto da casa.

2.7 JULHO 2015

2.7.1 Descartado envolvimento de militares

Jornal De Angola

27 De Julho de 2015

Texto: Rodrigues Tandala

O comandante da Região Militar de Luanda, tenente-general Simão Carlitos "Wala", abordou sexta-feira, com a Administração Municipal de Cacuaco, o alegado envolvimento de militares na ocupação ilegal de terras de civis.

Após serem recebidos pelo administrador municipal, Carlos Alberto Cavukila, a missão deslocou-se à localidade de Sequele, onde constatou os trabalhos de atribuição de lotes de terra à população e recolheu informações sobre as alegadas violações à ordem.

Simão Carlitos "Wala" constatou que as alegações não correspondiam à verdade, mas comprometeu-se a acompanhar as informações e, caso venham a confirmar-se, responsabilizar os prováveis ou presumíveis autores.

Ao representante da Região Militar de Luanda junto da Administração de Cacuaco, Simão Carlitos "Wala" orientou no sentido de acompanhar os acontecimentos diários e reportar ao comandante para tomada de medidas para a defesa do território.

Para se balancear o grau de cumprimento das orientações baixadas no encontro, as duas delegações agendaram outra visita dentro de 30 dias. O general Simão Carlitos "Wala" prometeu continuar a prestar apoio à população rural, particularmente das zonas sob sua jurisdição, para evitar conflitos com os militares.

Aos proprietários das terras, pediu que, junto das autoridades administrativas municipais, as legalizem, para evitar que sejam retidas por indivíduos desonestos. O comandante da Região Militar de Luanda disse ter verificado um bom relacionamento institucional, que tem permitido a observância dos limites dos espaços atribuídos à população e à unidade militar existente na área.

Ainda assim, orientou aos militares a manterem uma estreita ligação e cooperação com as autoridades administrativas para evitar o açambarcamento das terras da população e para observância e respeito às autoridades locais. Foi ainda orientada a manutenção

das boas relações entre autoridades militares e administrativas do município de Cacuaco.

Simão Carlitos "Wala" disse que visitas do género devem prosseguir nas várias regiões de Luanda, como forma de as autoridades acompanharem os vários acontecimentos e ao mesmo tempo evitarem o envolvimento de militares em acções delituosas. Efectivos da Região Militar de Luanda têm com a Polícia Nacional, começou no ano passado.

Estado a apoiar a Polícia Nacional no combate aos crimes violentos na capital do país. Segundo declarações recentes do general Wala, a criminalidade violenta em Luanda "baixou de forma substancial, devido ao patrulhamento conjunto entre elementos das Forças Armadas Angolanas e da Polícia Nacional". A participação da Região Militar de Luanda no combate à criminalidade violenta, em conjunto com a Polícia Nacional, começou no ano passado.

2.7.2 Em pouco tempo processo abortou

Jornal A Capital

25 De Julho de 2015

Texto: Osvaldo De Nascimento

Jurema Chiteculo, casada, a viver em casa arrendada, foi uma das interessadas. Segundo a nossa entrevistada, o processo foi tão concorrido que algumas vezes se tornou aborrecido por causa das longas filas que se formavam logo pela manhã.

"Havia uma certa organização, mas a presença de indivíduos fardados e outros armados, estava a intimidar um pouco a população, porque eles mostravam que tinham mais pressa que os outros", disse, acrescentando que havia entre os requerentes pessoas provenientes de vários pontos de Luanda e de outras províncias do país.

"Ainda sim", avançou, "deu para dar entrada da documentação". Por sua vez, Rafael Kinanga, esteve durante dois dias na bicha para conseguir um espaço. Só que, chegou tarde demais.

"Penso que foi um processo muito rápido, porque ainda há muita gente sem habitação ou terreno para erguer a sua residência", manifestou, sugerindo que a iniciativa deveria ser de âmbito provincial "para não termos que correr todos para um único local e com lugares limitados".

Acrescentou que durante o processo verificaram-se

algumas dificuldades provocadas pelos candidatos.

No processo de entrega de documentação no projecto Vila Verde Kativa, . destinado para auto-construção de residências de alta renda, o movimento de candidatos foi grande.

O mesmo aconteceu no Maye Maye, projecto Vila das Ideias, onde existem lavras, cuja prioridade, será dada aos camponeses e alguns moradores de zonas de risco no município.

Contactado pela nossa equipa de reportagem, o arquitecto e director municipal de gestão urbanística, urbanismo e cadastro, José Pereira da Conceição, garantiu que o processo terá sequência. A paragem que se regista, adiantou, "é simplesmente para organização dos processos".

"Até agora temos em posse mais de 10 mil processos. Vamos dar prioridade àqueles que garantidamente nos provarem que não possuem, de facto, uma habitação e que têm condições urgentes para começar a construir", sublinhou, avançando que os mecanismos para se efectuar a triagem, residem nos cadastros que aquelas pessoas pedem ou possuem na legalização dos seus terrenos ou residências, tal como acontece a quem estiver cadastrado nas centralidades.

"Essas pessoas, até, podem ter vontade de ter um terreno. Porém, as que queremos são aquelas que têm necessidade", enfatizou, fazendo saber ainda que o espaço estabelece uma zona de três mil e 500 lotes para residências. Deste número, prossegue, 800 são para renda social, o local para o qual se pretende colocar a população que sairá das zonas de risco do Buraco do Iba.

"Teremos também espaços para renda média e alta. Para renda social os espaços estarão definidos em 15/15, equivalente a 225 mz, enquanto que para a renda alta e média serão 20/25, correspondentes a 500 mz", informou o director, para quem o projecto de loteamento inclui três áreas.

"Com a mudança da área de cultivo para a zona urbana, há a necessidade da inserção desses camponeses, que não possuem rendimentos altos. A Vila Verde Kativa, com 140 hectares, contígua à centralidade de Sequele, vai albergar construções de médio e alto padrão, assim como empreendimentos de lazer e turismo" , especificamente hotéis, restaurantes, pequenos centros comerciais e espaços para recreação.

"As zonas inseridas no projecto devem estar enquadradas na requalificação do município, de modo a dar mais dignidade à vida das pessoas",

acresceu, prosseguindo, por outro lado, que as casas de renda baixa vão obedecer a um único modelo.

"Mas as pessoas com rendimento médio e alto podem solicitar alterações, desde que se enquadrem nos padrões do projecto", transpareceu.

Neste momento, frisou o entrevistado, os processos estão a ser seleccionados em função dos requisitos exigidos aos candidatos.

Não Queremos terrenos vedados

"Os processos que chegaram incompletos, são separados para depois serem alistados cada um na sua condição, e em função daquilo que é a capacidade financeira de cada pessoa", explicou, deixando claro que, por enquanto, ainda nada está definido.

"Esse processo é para todo o cidadão que não tem uma habitação, não apenas de Cacucaco. Também não é só Cacucaco que tem terrenos a nível de Luanda. Os outros municípios devem reagir para acudir a demanda dos seus munícipes. Temos um número limitado e quando atingirmos a meta vamos fechar", apelou, ao destacar que é intenção do projecto, "evitar que venham para cá pessoas ocupar terrenos para guardar, evitar que haja segundas vendas".

"Muitos se inscrevem e depois tentam revender. Queremos no nosso projecto uma ocupação útil e efectiva dos espaços. Não queremos ver terrenos vedados sem construção. Chega de ocupar terrenos e abandoná-los", reiterou o aviso.

De acordo ainda com José da Conceição; na primeira fase ninguém deverá pagar nada. O loteamento a ser feito agora, sublinhou, destina-se àqueles que, de facto, precisam de casa própria.

"As pessoas que forem admitidas terão um prazo para o levantamento das guias para efectuarem o pagamento dos terrenos na Conta Única do Tesouro", só depois, já com o talão de depósito, entregá-le-ão no loteamento em que devem dar entrada do processo.

"Passado algum tempo vamos emitir título provisório do terreno e daremos 90 dias para as pessoas começarem a erguer os projectos", garantiu.

Grupos disputam prioridade

Terça-feira, 21, a reportagem A Capital esteve na zona do Maye Maye, onde constatou que um grupo de jovens tinha vandalizado uma máquina escavadora, partiram os vidros da mesma e correram com o maquinista que terra planava o local. O

maquinista Janeiro Sebastião, explicou que tudo aconteceu de repente.

"Estávamos a trabalhar na abertura de vias, eu e mais cinco colegas. De repente, um grupo de mais de 10 pessoas transportadas por motorizadas, apareceu e começaram a nos apedrejar. Ainda tentei recuar a máquina ameaçando-os, mas eles não recuavam. Aí começaram a nos apedrejar e a partir a máquina. Começamos a correr", contou, notando que teve mesmo que abandonar a máquina e pedir socorro no estaleiro. Foi necessária a presença do comandante municipal de Cacuaco, da Polícia Nacional, Joaquim do Rosário, com efectivos da Corpo ração, da Fiscalização municipal, bem como da Polícia Militar, que detiveram um total de 20 indivíduos.

Presume-se que os revoltosos sejam antigos proprietários das lavras ora em distribuição, uma vez que demos conta da existência de dezenas de casebres demolidos, dezenas de crianças, mulheres e jovens a pernoitarem naquele espaço sem as mínimas condições humanas.

"As terras são nossas", reivindicou uma anciã do bairro que para a população não se chama Maye Maye, mas sim 4 Abril.

"Chegamos aqui primeiro. Com é que priorizam pessoas de fora?" questionou Félix José, acrescentando que a população lá residente é oriunda do bairro dos Imbondeiros, na cercanias da centralidade do Sequele.

"Estamos aqui há quase dois meses. A Administração partiu as nossas tendas. Fomos pedir ajuda a administrador, mandou-nos esperar até agora", lembrou.

Sem meios humanos de sobrevivência, a população bebe água dos esgotos da centralidade. Uma senhora levou-nos até ao local e tomou meio litro de água suja, onde os mesmos tomam banho e tiram água para cozinhar;

"Esta água está a nos trazer diarreia" adiantou um menor.

No mesmo espaço, encontramos uma bebé recém-nascida, com apenas dois dias de vida. A mãe fez saber que antes vivia numa casa de renda mas, por causa das dificuldades optou pelas tendas.

Os populares dizem que são mais de dois mil residentes na zona, entre crianças, jovens e mais velhos.

Camponesas aplaudem

Dizem-se as únicas camponesas que sempre trabalharam aquelas terras só que, há meses, viram suas lavras serem ocupadas.

"Somos mais de mil camponesas mas a maioria fugiu dos bandidos. Chegavam e batiam nas mães. Está vamos a perder as nossas zonas de cultivo", pelo que, no entender de uma delas, Teresa Dias, o que a Administração está a fazer vai evitar mais sabotagem.

2.7.3 Terreno em Cacuaco. Administração apela à disciplina

Novo Jornal
31 De Julho de 2015

A suspensão do processo de recepção de requerimentos para obtenção de lotes de terreno teve a sua efectivação pouco antes do final da primeira quinzena de Julho. Os processos já recebidos passam agora por uma análise, para que seja observada a sua conformidade, o que vai condicionar a posição do requerente quanto ao lote de terreno requerido.

As zonas a serem loteadas são "Maie Maie", "Vila Kativa" e "Vila das Ideias". O director municipal de questão urbanística de Cacuaco e coordenador do maior dos três projectos esclarece que a ideia era que o processo fosse contínuo, mas "fomos forçados a interrompe-lo". "Um das coisas que nos dá garantias e que o regulamento geral das concessões de terra, no artigo 139, exige que as pessoas devam trazer um assento de nascimento que é um documento que leva uma certa morosidade na sua obtenção.

Esta situação impediu alguns cidadãos a entregarem os seus processos incompletos", frisou. José Ferreira da Conceição falou em números de entrada de processos que em 21 dias já tinham atingido a cifra de 10 mil. Segundo o arquitecto, a situação já estava a tornar-se incontável, uma vez que houve um incremento exponencial muito grande. "Houve a necessidade de revisão da condição logística com a contratação de pessoas que tem a responsabilidade de organizar e Cadastrar todos os candidatos a obtenção de um terreno, incluindo aqueles com processo incompleta", informou responsável que acrescenta ainda que as listas serão publicadas nalguns meios de comunicação tais como a televisão, a rádio local e as vitrinas de instituições do município onde exerce funções.

Questionado sobre as suas diferentes fases, informou que a primeira passa pelo cadastramento dos camponeses para que sejam compensados, uma vez que em processos anteriores estes eram indemnizados

mediante um valor monetário. O responsável avançou um número que totaliza quinhentos camponeses. Cada um deles receberá lotes de terra, fazendo uma comparação entre custo da urbanização e o terreno ocupado por cada um deles.

O que motivou a abertura deste processo, de acordo com o arquitecto, e o facto de muitos dos terrenos estarem a ser vandalizado por estranhos, tirando a possibilidade de o camponês ganhar alguma coisa com a ocupação desordenada do seu espaço e a consequente interrupção das suas actividades, situação que aconteceu no Belo Monte, área adjacente a zona da via expressa, no sentido Cacucaco Viana.

Ainda sobre a condição dos camponeses, o responsável falou da existência de um acordo feito já há algum tempo com a administração de Icolo e Bengo, mas que, por via da nova divisão administrativa, passou para a administração do Dande. O referido acordo resume-se na exploração de mil hectares de terra para onde serão transferidos alguns dos camponeses, garantindo assim a continuidade dos seus trabalhos; ao passo que aqueles que já não reúnem condições físicas para dar seguimento a produção agrícola serão colocados em pontos estratégicos para que possam exercer uma actividade comercial. Outra vantagem para estes contemplados será a recepção dos lotes com direito de superfície.

Quanto a distribuição, José Ferreira explica que será feita mediante um plano urbano. "O trabalho está a ser feito com base nos quatro eixos do urbanismo que são habitação, circulação, trabalho e lazer, para evitar o pendore de cidade dormitório, como se apresentam as centralidades já existentes", disse.

Respondendo a questão relacionada com a conclusão das construções, tudo dependerá da dinâmica que cada ocupante poderá imprimir. "Em caso de morosidade no arranque da obra, usaremos mecanismos da lei para levar as pessoas a que façam a sua construção atempadamente. Caso contrário, não haverá outra alternativa que não seja a confiscação do espaço".

Quanto as pessoas que vivem em zonas de risco, cuja situação se encontra pendente já há algum tempo, o director, enquanto coordenador do maior dos três processos denominado "Maie Maie", disseram que o mesmo abrange um total de novecentas. Estas famílias deverão ser retiradas das zonas do buraco do IBA e Boa Esperança.

No que toca aos processos que há já algum tempo foram entregues a administração com vista a

obtenção de terrenos, o funcionário da administração explicou que este e um caso que não está relacionado ao que está a ser agora realizado.

Quanto aos grupos organizados que vendem terrenos a pessoas mal informadas, Ferreira diz que a população não ajuda a denunciar oficialmente os detractores. "Os compradores deverão ser enquadrados nas pessoas que solicitam os lotes. Há os necessitados que, ilegalmente, ocupam os terrenos e que serão enquadrados no grupo de pessoas em situação de risco mas haverá a necessidade de alguma cautela para comportamentos e atitudes oportunistas". No capítulo da deslealdade de funcionários da administração, o responsável disse que as pessoas que se vêem injuriadas não denunciam, dando "o dito pelo não dito". E uma vez que, o processo entre para o tribunal, segundo a fonte, não se chega a conclusão pelo facto de os declarantes demarcarem-se e "o assunto fica em nada".

O processo de recepção de novos requerimentos será retomado logo que termine a análise e a avaliação dos pedidos entregues, segundo o responsável que apela a calma e a serenidade, garantindo o tratamento justo e imparcial de todos os requerimentos. Ernesto Goveia

2.7.4 Municípios em zonas de risco começaram a receber direitos de superfície provisórios

*Angop - Agencia Angola Press
24 De Julho de 2015*

Mário Narciso, um dos beneficiários, disse à Angop que possuir uma casa própria e em local seguro é o seu maior desejo, "antes residia no Cazenga em condições de risco, mas agora encontrei um bom sítio para a minha velhice".

Ana Joaquina, camponesa, que no passado viveu na área do buraco na comuna do Kicolo, agradece a iniciativa da administração municipal de Cacucaco e está pronta para cumprir com as orientações para a construção.

Nazaré Miguel, também agradece a iniciativa do Governo que tende a urbanizar as áreas e colocar nelas as pessoas em zonas de risco para o bem-estar das famílias.

O Director Municipal para a Área de Urbanismo, José da Conceição, disse que todos os beneficiários

serão acompanhados por uma equipa de projectistas que vai fiscalizar os trabalhos no local para que tenham uma zona de Cacucaco melhor e mais organizada.

“Esta zona habitacional vai ter vias de comunicação com a distribuição dos equipamentos em locais certos, onde cada pessoa vai ter o seu lugar e as crianças não vão andar quilómetros para chegar as escolas e a creches”, reafirmou.

Informou ainda que o projecto contempla no Mayemaye cerca de três mil lotes e na Vila das Ideias 1.450 lotes.

Os interessados devem pagar 37 a 40 mil kwanzas para os lotes 15x15 para residências de baixa renda, as parcelas e valores para as moradias de média e alta renda são superiores.

A vice-governadora para área política e social, Jovelina Imperial, disse na terça-feira, que a entrega simbólica dos terrenos surge em resposta da solicitação feita por camponeses da zona do Sequele que viram ocupados por marginais as suas lavras. Hoje estão satisfeitas e é preciso que elas as aproveitem.

Apelou ainda que estas pessoas cumpram com o prazo estabelecido de 90 dias, para o início da construção, vedação e todas as diligências necessárias para que os terrenos não fiquem expostos e outras pessoas tentem ocupar.

Por sua vez, o administrador municipal de Cacucaco, Carlos Alberto Cavuquila, denunciou o facto de haver "pessoas com interesse de ocupar terrenos nas zonas do Sequele e da Funda, talharem-nos e venderem-nos para sustentarem os seus vícios, enriquecerem-se e cuidarem das suas vidas sem se importarem com um município urbanizado ou não".

A entrega de parcelas de terra e dos direitos de superfície nos projectos “Vila das Ideias” e “Mayemaye”, realizou-se no âmbito da 75ª edição das festas populares de Cacucaco.

Com uma população estimada de 800 mil habitantes, o município de Cacucaco vive graves problemas relacionados com ocupações anárquicas de terrenos por parte de indivíduos armados e o registo de burlas.

2.7.5 Programa de requalificação dos Bitas causa revolta entre os camponeses

Jornal O PAÍS

10 De Julho de 2015

Texto: Neusa Filipe

Quem possui um pedaço de terra na área do Bita Progresso e Bitacacate, tem andado, nos últimos dias, com o coração nas mãos, em virtude dos trabalhos de requalificação que estão a ser desenvolvidos naqueles bairros.

Luisa António vive no bairro Bita Progresso há sete meses, e contou que o terreno em que construiu a casa em que vive com o marido e os filhos pertencia ao seu avô. Porém, há algum tempo Arras, Luisa e outros moradores e camponeses que tem os seus terrenos e lavras na referida zona tem visto as suas casas sendo demolidas e as plantações destruídas por indivíduos que alegaram estar ao serviço do Governo Provincial de Luanda.

A entrevistada contou que tudo começou quando num certo dia apareceu por lá engenheiro encarregado de supervisionar as obras em campo, e o mesmo responde pelo nome de Edgar, que, depois de chegar ao local, ordenou que se retirasse tudo o que se encontrava nos terrenos, incluindo a casa de chapa onde Luísa mora com a família.

"Quando o senhor Edgar chegou aqui encontrou-me em casa e disse que pretendia urbanizar a zona e que a minha casa tinha que sair daqui, mas eu disse-lhe que não iria retirar a casa daqui porque é onde vivo com o meu esposo e os meus filhos e que se ele quisesse pavimentar as ruas que passasse de lado e que deixasse a minha casa intacta, mas, ele insistiu em dizer que tudo o que estava naqueles terrenos tinha que desaparecer", disse.

Luísa afirmou que os homens que estão a executar os trabalhos no terreno fazem-se acompanhar por mil circunstâncias ameaçam a população, e que a população lesada está muito preocupada, pois os seus pertences estão a ser destruídos e não tem nenhuma garantia de serem indemnizados.

Quando a equipa de reportagem deste jornal chegou ao local pode constatar os muros das casas que estavam em construção demolidos e os inúmeros cajueiros e mangueiras derrubados. Os camponeses revoltados clamavam pelos seus bens destruídos, alegando que jamais baixarão a guarda diante de uma situação como esta, em que correm o risco de perderem tudo o que durante anos construíram com muito sacrifício.

Mama Antonica e também uma das proprietárias de lavras naquela área e disse que esta sendo também ameaçada para abandonar a sua lavra e tudo o que nela investiu por mais de duas décadas. Indignada com a situação, Mama Antonica contou ao PAÍS como foi que os seus pais adquiriram aquelas terras que considerou serem a herança que um dia deixara aos seus filhos e netos, dizendo que as referidas terras foram ocupadas pelos seus pais no ano de 1981 e ainda possui os documentos comprovativos da sua posse.

"Para a gente vir aqui, em 1981, foi por apelo do Governo, como a guerra naquela época era demais e não havia emprego nem lojas suficientes, ordenou-se que o povo pegasse as enxadas e começasse a cultivar a terra, foi assim que viemos cá ocupar os terrenos onde cultivamos até hoje. E aqui onde sai o nosso sustento e com ele conseguimos formar os nossos filhos", disse mama Antonica.

Enquanto fazíamos a ronda na problemática a zona, os mais de vinte camponeses que naquele momento se encontravam no local lamentavam os tristes episódios que se tem registado em diversos municípios da província de Luanda relacionados aos conflitos na aquisição de terras, e manifestada o desejo de verem o Governo trabalhar no sentido de dirimir este problema.

O prejuízo das mangueiras

A jovem Ejoldina Inês, filha de uma das camponesas proprietárias de lavras, disse que foram destruídas algumas plantações na lavra que pertence a sua mãe, tendo ainda sido demolida uma casa de quarto e sala e também um quarto de chapas que pertenciam

a sua família.

A jovem disse ainda que as mangueiras que estão a ser derrubadas, em consequência dos trabalhos que estão a ser feitos, constituem a fonte de riqueza daquela população, e que tudo o que ali foi cultivado e fruto de muito sacrifício.

"Urna mangueira, para crescer e dar frutos faz cerca de vinte anos, depois de tanto sacrifício que as nossas mães fizeram para cultivar estas terras que hoje estão

a dizer que devem ser destruídas, isso é muito doloroso", lamentou a jovem que em grito de protesto disse que as terras que hoje pertencem aos camponeses, 530 tudo o que os seus filhos herdarão no futuro.

"Nós não temos dinheiro para comprar casa na centralidade do Kilamba nem em outros condomínios. As nossas mães não 530 e nunca foram ministras, sempre foram camponesas e essas 530 as terras que irão nos deixar um dia para construirmos aqui as nossas casas e se hoje estão a expulsá-las daqui para onde e que os seus filhos vão?" Questionou.

Quem se sentiu igualmente revoltada com a situação e mama Maria, camponesa há cerca de quarenta anos. Ela contou que os seus pais ocuparam aquelas terras em 1975, quando foram orientados pelo primeiro Presidente de Angola, António Agostinho Neto, que na altura aconselhou o povo a cultivar a terra para poder sustentar-se. A camponesa disse que investiu todas as suas forças naquelas lavras e de lá que sai o sustento da família. Afirmou ainda que as mangueiras de lá são muito produtivas e no seu tempo consegue colher alguns sacos de mangas que posteriormente são vendidas no mercado informal.

"Se o Estado quer nos tirar daqui e ficar com os nossos terrenos, para onde e que vamos? Onde e que os nossos filhos irão comer? Por acaso o Estado lhes dará de comer? Todas as minhas forças foram nestas lavras, hoje estou velha e cansada, mas os meus filhos e netos ficarão aqui", disse a anciã. Os camponeses e moradores entrevistados queixaram-se da forma como estão a ser maltratados pelos homens que estão trabalhando no projecto, alegando que os mesmos chegam aos terrenos, não respeitam as pessoas que encontram e destroem os seus pertences. "É uma guerra que temos que enfrentar todos os dias", disse um dos camponeses.

Apesar de se mostrarem indignados, os lesados afirmaram que não são contra a urbanização da área, porém alegaram que não permitirão que as suas terras sejam usurpadas e que fiquem sem receber uma boa indemnização para compensar os danos causados.

Comprar terreno ou construir no Bitá é um risco

O coordenador dos bitas, Armando Manuel, em entrevista a o País, afirmou que teve conhecimento do projecto em causa através da administração do Município de Belas. Disse ainda que o projecto foi concedido com o objectivo de requalificar a zona dos bairros do Bitá, a fim de se evitar que a mesma zona venha a apresentar, no futuro, desorganização semelhante a que se verifica noutras localidades de

Luanda, pelo facto desta se encontrar em zona adjacente a cidade do Kilamba.

Armando Manuel considerou ser benéfico o projecto de requalificaras do bairro, e garantiu que a população não será retirada das suas áreas, explicando que depois de se fazer o loteamento, cada individuo devera ceder urna parte da sua parcela para suprir as despesas das maquinas que estão a exercer o trabalho em campo. Esclareceu de igual modo que isso não significa que a população terá de pagar em dinheiro, mas sim ceder uma parte dos seus terrenos ao Estado.

O coordenador aproveitou a ocasião e deixou um apelo, dizendo que a área dos bitas, em geral, esta em risco, incluindo a zona da Barra do Kwanza e a do novo aeroporto, por estarem no plano de requalificação traçado pelo Governo. Aconselhou, desta forma, a população para não construir nem comprar terrenos na área dos bitas, que e composta por cinco bairros, nomeadamente o Bita Progresso; o Bita Cacete; o Bita Tanque; o Bita Ambriz e o Bita Júlio, alegando tratar-se de um perímetro que esta na mira do Estado.

2.7.6 Autoridades reduzem conflitos de terra

Jornal de Angola
09 De Julho de 2015
Texto: Edna Dal

A Procuradoria-geral da Republica (PGR) e o Instituto de Planificação e Gestão Urbana de Luanda (IPGUL) manifestaram ontem, em Luanda, o interesse em cooperar para reduzir problemas relacionados com a concessão de terrenos e de reservas fundiárias.

O IPGUL pretende interagir com a PGR pelo facto desta instituição receber muitos processos litigiosos relativos a problemática de terras, que muitas vezes vão parar aos tribunais. O interesse comum foi manifestado durante uma visita de procuradores e sub-procuradores gerais da PGR as instalação da IPGUL, onde foram informados sobre o funcionamento, objectivos e o processo de regularização de terrenos.

O fim da visita, a directora do Gabinete de Contencioso do Estado e Educação Jurídica da PGR, sub-procuradora Maria Paula Furtado, disse a imprensa esperar que muitos dos litígios que ainda persistem em relação a atribuição de terrenos possam ser resolvidos.

A sub-procuradora elogiou o trabalho do IPGUL para a criação de um sistema de controlo dos direitos que são depois protegidos, registados e assegurados a cada cidadão. Maria Paula Furtado reconheceu que tem havido muita confusão na questão da ocupação de terrenos, mas acredita que o IPGUL esta apostado em resolver o problema.

O director do IPGUL, Helder (Conceição José, disse ao Jornal (Angola que um dos grandes desafios da instituição e a execução (Plano Director Geral Metropolitano, cujo processo de aplicação está já na sua fase de conclusão.

Helder da Conceição José considerou o processo de aplicação a parte mais complicada de qualquer instrumento dessa natureza e disse esperar que a partir do encontro há uma maior aproximação com os órgãos de Justiça, o Instituto de Planificação e Gestão Urbana de Lua da, órgão técnico, trabalha para apetrechar o Governo Provincial Luanda com tecnologias que permitam coordenar materiais sobre o ordenamento do território.

2.7.7 Deputada da UNITA com Administrador municipal de Viana usurpam terrenos de Velha

Jornal A República
03 De Julho de 2015
Texto: Manuel Dias dos Santos

A Família, para o seu espanto, viu a ser construído, de uma para o outro, sem saber, de facto, quem, como e porque, alicerces (caboucos) e parede em bloco de frente a sua entrada principal para a Quinta, tendo recorrido a Fiscalização de Viana, a fim de denunciar o caso, embargada a obra em causa e recolhida o material de construção, Depois, depositada na Administração (Fiscalização) de Viana.

A Administração, por sua vez, notificou a deputada, Sofia Porfírio Kassungo Mussonguela, para comparecer, no dia 6 de Junho de 2015, pelas 9 horas. A família, em 6 de Junho de 2015, compareceu na Administração esperando, mais de duas horas, a já citada deputada que, infelizmente, não compareceu. E

de salientar que os profissionais, que se encontram a trabalhar na obra, servem-se de um cartão da senhora para se defenderem que ela, propositadamente, deixou no intuito de persuadir os proprietário do terreno, pelo facto de ser quem e, de forma a temerem possíveis retaliações por esta ser Deputada.

A família soube, após a retirada da Administração (Fiscalização), que a deputada, afinal, esteve na Administração, propriamente no gabinete do Sr. administrador Mateus Manuel Caterca. Existe, embora não confirmada nem desmentida, informação (boato) pela deputada que o Sr. administrador, Mateus Manuel Caterca, mantém urna relação próxima e familiar entre ambos, dado que ele tem um relacionamento com um familiar da supracitada deputada. Dai esta possibilidade de conluio entre a deputada e o administrador de Viana, Mateus Manuel Caterca, por este ter determinado a Fiscalização da Administração fazer a entrega de todo o material apreendido na referida obra ilegal e sem nenhum tipo de documentação e, muito menos, sem licença de construção na altura, isto e, exactamente no dia 6 de Junho de 2015.

Fazendo alusão ao principio do contraditório, o jornal 'A REPUBLICA', entrou em contacto com a deputada, Sofia Porfírio Kassungo Mussonguela, por intermédio do seu contacto telefónico 923 519 913 tendo, depois de tanta insistência ao contacta-la, atendido o telefone só no dia seguinte dizendo que o espaço lhe fora dado pela presidente da Comissão de Moradores do Km 9, identificada apenas por Filomena, como consta no texto da copia de Declaração de Ocupação o 12/C.M./K9/20 15, assinada pela referida presidente da Comissão de Moradores e que a construção da obra vem dentro de uma estratégia para posteriormente ganhar algum beneficio com o alargamento da estrada do novo aeroporto de Viana aeroporto. Ou seja, esperando que seja indemnizada pelo Estado angolano pelo alargamento da estrada, visto que ela (oportunamente usurpando o terreno) esta a construir junto a estrada principal, cuja proprietária do terreno prevenidamente deixou ficar para possíveis alargamentos da referida estrada.

A deputada voltou depois a telefonar ao jornal mas, dando e claro, outra explicação mais suavizada que consistia em dizer que iria construir urna pastelaria para os seus filhos poderem fazer um pequeno negocio no local. Respondendo a nossa pergunta se, de facto, tinha documentação do terreno, responderon-nos categoricamente que não, sendo que lhe tinha sido cedido o espaço para um pequeno negocio pela tal dita presidente da Comissão de Moradores, que a deputada disse que era impossível falar com ela por esta ter viajado para o Bié, Voltamos, não obstante isso, a perguntar se a Comissão de Moradores, na verdade, tinha competência para atribuir terra de outrem e que ela esta a cometer um crime grave de usurpação de terra, a senhora deputada passou o telefone ao seu dito Marido Manuel António, com quem o jornal o senhor administrador, na mesma

carta, concede a autorização datada do mesmo dia, sem nenhum pagamento dos emolumentos do Estado e sem registo de entrada na Secretaria Geral da Administração Municipal de Viana.

Ela, alias, nem o talão de pagamento no banco exibiu, querendo isso dizer que o senhor administrador abusou do Poder que lhe confere, usurpando o terreno da cidadã angolana indefesa e de maior idade, facilitando a sua querida amizade, isto e, a representante da UNITA, Sofia Porfírio Kassungo Mussonguela, deputada da 5.º Comissão de Economia e Finanças da Assembleia da Republica de Angola. Outra estratégia perpetrada pela senhora deputada foi mostrar que a Comissão de Moradores do KM 9 tenha averbado num documento na qual consta urna visita da presidente da Comissão, em que reconhece que o terreno agora seja pertença de uma dita empresa de nome 'SOFI- GOLDA., Pertencente a dita deputada e o esposo, conforme consta em Diário da Republica e, também, apresentado pelos mesmos pedreiros.

Tentamos, ate ao fecho desta edição, contactar o senhor administrador através do número de telefone (912 517 687) da sua adjunta, que nos disse que ia transmitir o recado da necessidade de falarmos sobre o assunto em causa, mas sem nenhuma resposta. O jornal 'A REPUBLICA', ainda assim, através de urna fonte conseguiu o número de telefone (923 406 379) do senhor administrador ligando-lhe por volta das 19h30min, no sentido de ouvi-lo antes do fecho da nossa editado. Este, por sua vez, foi ordinariamente mal-educado dizendo que não eram horas de ligar para um cidadão, desligando o telefone automaticamente na cara do referido jornalista. Prometemos aos nossos leitores trazer toda a envolvência nas nossas próximas edições.

2.7.8 Dez mil pedidos de terrenos dão entrada na Administração Municipal de Cacucaco

Semanário Angolense

25 De Julho de 2015

Texto: Ilídio Manuel

Cerca de dez (10) mil pedidos para a aquisição de terrenos deram entrada na Administração municipal de Cacucaco ate segunda-feira, 13, data em que o processo foi suspenso «para avaliação». O Semanário Angolense soube que a suspensão de recepção de novos pedidos ficou a dever-se ao grande afluxo de candidatos que, nas últimas três semanas, acorreram em massa a Administração local, em busca de espaços para a autoconstrução dirigida.

O arquitecto José da Conceição, que é o coordenador-geral dos três projectos, nomeadamente o de Maye Maye, Vilas Kativa e das Ideias,

respectivamente, revelou que em poucos dias a Administração de Cacucaco foi inundada por milhares de pedidos, que «ultrapassam largamente o numero de lotes disponíveis para construção de residências»,

Segundo ele, em função desse elevado mineiro decidiu-se pela suspensão da recepção de novos documentos, ate que os que já foram decepcionados «sejam devidamente avaliados», Garante que o processo de selecção será «transparente e que os nomes dos candidatos apurados, como também os não seleccionados serão divulgados em locais próprios».

Deu a conhecer que Os projectos compreendem três tipos de casas, as de renda social, media e alta. A Vila das Ideias, com 1.450 lotes, comporta unicamente habitações sociais a construir pelo Estado, e nesse espaço serão alojadas as pessoas de baixa renda. O responsável sublinhou que projecto contempla igualmente uma série de infra-estruturas sociais, mais concretamente escolas, centros de saúde, estabelecimentos comerciais, áreas de lazer e fabricas de pequeno porte não poluentes, que serão enquadradas no âmbito dos conhecidos quatro eixos: «Habitação, circulação, trabalho e lazer».

«Apesar dos apelos feitos no sentido dos candidatos reunirem toda a documentação solicitada (fotocópia do BI, assento de nascimento e extracto bancário), um bom número dos processos que deram entrada estão incompletos)), revela. Esclarece que a solicitação do extracto bancário servira para aferir se os candidatos possuem ou não liquidez para financiarem as suas casas, no quadro da autoconstrução dirigida. «Os que não cumprirem com o que será previamente acordado, perdem o direito sobre os terrenos», adverte.

Diz que alguns dos requerentes são oriundos de outras províncias do país, sobretudo circunvizinhas de Luanda. Questionado sobre a possibilidade de alguns dos interessados virem a beneficiar de terrenos, depois de terem sido contemplados com residências em projectos habitacionais como os do Zango, Panguila, Sequele ou Kilamba, José da Conceição) revelou que a Administração do Cacucaco já solicitou a Imogestim uma lista das pessoas que se encontram nessa condido. «Estes projectos não abrangem os cidadãos que já beneficiarem de casas noutros projectos desenvolvidos pelo Estado». O director do Gabinete de Gestão Urbana e Cadastros da Administração de Cacucaco afirmou que os projectos destinam-se, prioritariamente, a alojar os

milhares de populares que se encontram a viver no «Buraco Iba» e na «Boa Esperança», zonas consideradas de «grande risco» devido a erosão de solos, sobretudo durante a época chuvosa.

«Há cerca de 900 famílias que vivem nestes locais e que serão alojadas no novo projecto habitacional», promete. Camponeses compensados em espécie Disse que, ao contrario do que tem sido norma, os camponeses que foram desalojados da zona não serão monetária mente compensados, mas receberão terrenos para exploração comercial (pequenas lojas) ou encaminhados para áreas de cultivo na comuna do Dande, no município de Icolo e Bengo, «conforme o desejo de cada um».

«Existe um acordo com a Administração local que já disponibilizou uma extensão de mil hectares de terras para a exploração agrícola», adicionou o responsável. José da Conceição afirmou que os cerca de 500 camponeses não serão «marginalizados» nos projectos, visto que a Administração de Cacucaco ira conceder não só os terrenos, como também os direitos de superficie dos referidos espaços.

Denunciou, por outro, a existência de indivíduos que procuram tirar dividendos financeiros com a venda de terrenos naquela zona e que «tem estado a burlar cidadãos incautos». Não descartou a hipótese de estarem envolvidos alguns funcionários da Administração local nesse género de «negociatas», tendo para o efeito solicitado que os lesados procedam a denuncia dos supostos burladores, com o objectivo de serem criminalmente responsabilizados.

2.7.9 Camponeses recebem título de propriedade

Jornal De Angola
3 de Julho de 2015

Cinquenta camponeses dos bairros Vila das Ideias e do Maye, na comuna da Funda, que viram os seus terrenos expropriados pelo Estado e alguns habitantes que residiam em zonas de risco, receberam no último fim-de-semana títulos de direito de superficie provisória para a construção de residências.

A vice-governadora provincial de Luanda para a área política e social, que procedeu à entrega dos títulos de direito de superficie, explicou que esta iniciativa surge em resposta à solicitação dos camponeses que viram as suas lavras ocupadas por marginais. Juvelina Imperial apelou aos beneficiários para cumprirem o prazo de 90 dias para erguerem vedações e iniciarem a construção, para que terrenos não fiquem expostos.

O administrador municipal de Cacuaco, Alberto Cavukila, que testemunhou o acto, disse que a atribuição dos títulos de superfície aos camponeses foi a melhor forma que a administração encontrou para acabar com a ocupação de terras por parte dos marginais. Alberto Cavukila esclareceu que a iniciativa destina-se também a acabar com as ocupações anárquicas.

O administrador municipal denunciou o negócio ilegal de ocupação e venda de terrenos na zona do Sequele e Funda. "É lamentável que quando as autoridades pretendem agir com legalidade para pôr cobro a certas situações surgem indivíduos que dizem ser activistas cívicos a defenderem os marginais", afirmou.

Visivelmente feliz, Marcela Mateus Pombal, antiga camponesa da área do Sequele, agradeceu a iniciativa do governo. "Foi difícil alcançar o título de cedência de terreno para construção. Tivemos que contactar várias instituições, escrever várias cartas. Hoje, estou grata por isso", afirmou.

Marcela Mateus Pombal disse que varias vezes o seu terreno foi espero construir uma casa e ceder outra parte aos meus filhos", frisou. Donga Pamba Sangue, também um dos beneficiários do processo de legalização de terrenos, disse que ter casa própria em local seguro sempre foi o seu maior sonho. "Antes residia numa zona de risco, agora encontrei um local onde penso erguer uma residência para a minha velhice", adiantou.

O camponês Augusto Sangango também recebeu o documento que legaliza o seu terreno. "Fui proprietário de um hectare e meio que no passado serviu de lavra. Com a entrega deste título, tenho apenas a agradecer a iniciativa do Executivo", disse.

O director municipal do Urbanismo de Cacuaco revelou que os beneficiários são acompanhados por uma equipa de projectistas que fiscalizam as obras. José da Conceição anunciou que nessas zonas habitacionais vão ser construídas vias

Os cidadãos interessados em obter espaço para construção devem pagar entre 37 e 40 mil kwanzas para os lotes 15x 15, para residências de baixa renda. Os valores são superiores para os lotes destinados a moradias de média e alta renda. A zona habitacional do bairro Maye engloba cerca de três mil lotes e a Vila das Ideias tem 1.450.

Realojamento

Mais de novecentas famílias desalojadas em consequência das chuvas que assolaram o município de Cacuaco no último Verão começaram a ser

realojadas na zona do Maiombe, comuna da Funda, anunciou o administrador municipal, Carlos Alberto Cavuquila. Para o feito, foi criada uma comissão coordenada pela vice administradora para a área política e social, que está a trabalhar na recepção e no realojamento das famílias. As famílias provenientes da comuna da Funda e as populações que vivem e aceitaram abandonar voluntariamente as zonas de risco.

O administrador do Cacuaco assegurou que o processo decorre a bom ritmo e a única preocupação está relacionada com o deslizamento de terras na orla costeira e nos bairros Balumuka e Boa Esperança. Uma outra área que preocupa a administração, segundo Carlos Cavukila, é o chamado "Buraco da Igreja Baptista de Angola". Naquele local, disse, sempre que cai chuva, as residências ficam submersas e as pessoas têm que abandonar a área.

O administrador municipal de Cacuaco lamentou a atitude de alguns moradores do "Buraco", que recusam deixar a zona de risco sob a alegação de que a administração tem o dever de atribuir habitações.

2.7.10 Empresários defendem explorações inertes para diversificação da economia

Jornal a Política

17 De Julho de 2015

Empresários da província do Kwanza Sul defenderam esta Terça-feira, na cidade do Sumbe, a exploração de inertes com regularidade, no âmbito do processo de diversificação da economia nacional.

Em declarações à Angop, a propósito da diversificação da economia do país, Miranda Pedro disse que a exploração de inertes na província pode proporcionar um bom negócio, bem como permitir a arrecadação de receitas para os cofres do Estado, numa altura em que o preço do petróleo se encontra em baixa.

Miranda Pedra, empresário no ramo da construção, referiu que é preciso aproveitar as potencialidades do solo, bastante rico em pedras, areias e outros minerais que, bem explorados, podem ajudar na balança económica do país. Acrescentou que a exploração de inerte no país deve respeitar as normas de preservação do meio ambiente para que o não possam danificar. Por seu turno, Alfredo Castelo, explorador de inertes, admitiu ser uma grande oportunidade para o Estado arrecadar receitas, através de aplicação de política e critérios legais aos que realizam esta actividade. Disse que o Governo

angolano não pode depender de uma fonte de rendimento, por isso, deve haver uma conjugação de esforços para que a economia nacional possa alavancar no futuro. Já par Álvaro Cordeiro, empresário do imobiliário, a exploração de minerais de construção civil, em especial dos inertes, em todo o país atingiu grande expansão, motivada pelo crescimento do mercado imobiliário, construção de infra-estruturas e edificação de habitações. 'É preciso que os empresários aproveitem as oportunidades de negócio na exploração de inertes cumpram com as suas obrigações fiscais para que o Estado possa ter mal recursos financeiros', adiantou.

Existem no Kwanza-Sul, em todo a extensão da província, 10 pedreira e mais de 15 zonas de exploração de areia.

2.7.11 Lotes para construção entregue á população

Jornal De Angola

13 De Julho de 2015

Texto: Arão Martins

A administração Municipal do Lubango começou no sábado a distribuição de 3.125 lotes, de mil metros cada UIII, na nova área urbanística da Figueira, comuna da Arimba.

Os primeiros títulos de concessão. De direito de superfície foram entregues pelo. Coordenador do grupo de acompanhamento do secretariado do bureau político do MPLA à Huíla, Virgílio de Fontes Pereira, e pelo. governador provincial, João Marcelino Typingue.

António Catete, o primeiro a receber o título de concessão de direito de superfície, que reconheceu a importância do. documento, realçou a forma ordeira como o processo decorre.

O administrador municipal afirmou que a área urbanística foi concebida para as casas serem construídas de forma organizada e evitarem-se ocupações anárquicas de terrenos na zona adjacente ao estádio Nacional da Tundavala e serra da Chela,

Francisco. Barros referiu que o plano elaborado pela Administração Municipal do. Lubango se destina a proteger Estádio Nacional da Tundavala e a estação da Mukanka e com a área urbanística da Figueira se pretende "aproximar a Estrada Nacional I 05 das pessoas para lhes facilitar o transporte dos produtos agrícolas".

O administrador municipal salientou que a entrega de lotes resolve os problemas dos que vivem em zonas de risco e enquadrá-los melhor na sociedade, "Vamos procurar melhorar a qualidade de vida dos nossos habitantes", disse o responsável. a área urbanística da Figueira, que 6.720 lotes, vão ser construídas também escolas, centros médicos, recintos desportivos, creches, zonas verdes, bancos e uma Esquadra da Polícia Nacional.

Francisco Barros referiu haver também Ioteamentos nas zonas de Camunjenje, comuna da Quilemba, com 40 hectares, correspondentes a 380 lotes, e na povoação do Toco, comuna do Hoque, com 341 hectares. O governador provincial da Huíla, João. Marcelino Typingue, afirmou que o objectivo é criar áreas com serviços sociais básicos, como saúde, energia, água e saneamento básico e que o Executivo continua a desenvolver programas habitacionais para cada vez mais pessoas deixarem de viver em zonas de risco.

2.7.12 Autoconstrução com mais terras à disposição

Jornal De Angola

11 De Julho de 2015

Texto: Kamuanga Júlia

O Governo Provincial da Lunda Sul distribuiu ontem, em Saurimo, 66 lotes de terreno à população, para a autoconstrução dirigida, no âmbito do Programa de Ordenamento e Urbanização da Cidade.

A entrega simbólica dos lotes, situados nas imediações do bairro 4 de Fevereiro, numa área de mais de 1.881 metros quadrados, foi testemunhada pelos deputados do círculo provincial do MPLA e outros convidados.

O administrador municipal de Saurimo, Gregório Míasso, disse que na área preparada prevê-se também a construção de armazéns para o comércio, escolas e outros serviços, além de espaços de lazer, e decorrem os trabalhos para garantir o saneamento básico.

A governadora provincial da Lunda Sul, Cândida Narciso, garantiu que o Governo continua a envidar esforços, com a ajuda das autoridades tradicionais, para a criação de condições para evitar as construções anárquicas nas comunidades.

Agovernante reiterou, por outro lado, o apelo para os cidadãos cumprirem as regras de construção, a fim de permitir a instalação de sistemas de abastecimento de água e de fornecimento de energia eléctrica.

2.7.13 Novos pólos industriais em Angola

Jornal De Angola

7 De Julho de 2015

Texto: Sívio Fortunato

O Ministério da Indústria iniciou ontem o processo de entrega de títulos provisórios de terrenos a empresas Interessadas em Investir nos pólos de desenvolvimento Industrial de Lucala e Massangano, na província do Cuanza Norte.

A cerimónia de abertura dos pólos industriais e a entrega dos primeiros títulos provisórios foi orientada, em Lucala, pela ministra da Indústria, Bernarda Martins, na presença do governador provincial, Henrique André Júnior, e do secretário de Estado das Minas, Miguel Paulino.

O sector vai facilitar o acesso ao solo industrial às empresas, independentemente da existência ou não de infra-estruturas, por entender que os recursos financeiros para esse fim nem sempre são fáceis mobilizar, garantiu a ministra.

"O Ministério da Indústria tomou a decisão de não condicionar à sua plena infra-estruturação a cedência de terrenos industriais às empresas nos pólos de desenvolvimento industrial", explicou Bernarda

Martins, para quem o tempo tem sugerido que esta decisão foi a mais acertada. "Verifica-se que onde essa medida foi implementada surgiram várias iniciativas de investimento privado e propostas de entidades privadas que se interessaram em infra-estruturar e explorar esses pólos industriais".

Numa primeira fase, funcionam os pólos industriais de Lucala e de Massangano, implantados em áreas de 1.165 e 853 hectares. Os pólos industriais devem ser infra-estruturados pelos órgãos públicos ou através de parcerias com entidades privadas. As ruas do perímetro industrial são asfaltadas e instaladas redes de telecomunicações, de água, energia e de tratamento de resíduos sólidos. O pólo industrial de Lucala, pela sua localização estratégica, é preponderante na ligação entre a província do Cuanza Norte e as regiões norte e leste do país.

O pólo de Massangano está situado perto da localidade florestal da Cerca, no Golungo Alto, e da área destinada ao processamento de minério de ferro, em exploração pelo Ministério da Geologia e Minas.

A ministra da Indústria reafirmou o compromisso do Executivo para com as iniciativas empresariais privadas, que visam criar novos postos de trabalho

para a juventude, e para todos quantos desejam contribuir com o seu esforço para o desenvolvimento do país. Bernarda Martins lembrou que o Executivo já encaminhou para a Assembleia Nacional para discussão e aprovação o novo Projecto de Lei de Investimento Privado e efectua uma profunda reforma fiscal para a melhoria do ambiente de negócios no país.

O governador provincial do Cuanza Norte, Henrique André Júnior, disse que estes investimentos industriais dão maior dinâmica ao desenvolvimento da província, com ganhos significativos para todos. "O estabelecimento dos pólos industriais concorre para a redução das assimetrias regionais que ainda caracterizam a situação actual do país", disse Henrique Júnior, que informou estar o parque industrial da província do Cuanza Norte praticamente desactivado. "O desempenho das unidades, ainda em elaboração, está afectado por inúmeros factores de estrangulamento, encadeados, persistentes e de difícil solução imediata".

As dificuldades exigem que se realizem acções direccionadas para uma mitigação de intervenções plurisectoriais de grande dimensão e concentradas no âmbito de uma política clara, integrada e actuante do desenvolvimento, informou o governador provincial do Cuanza Norte.

Henrique André Júnior concluiu que a entrega de títulos de propriedade coloca os alicerces na edificação dos pilares de desenvolvimento do sector industrial no Cuanza Norte, determinantes na melhoria das condições sociais da população, criação de postos de trabalho, aumento de rendimento das famílias e oferta crescente de bens.

2.7.14 'Terra do Futuro' cria 17 novos fazendeiros

Jornal Semanário Económico

23 De Julho de 2015

Texto: Mariano Quissola

Um total de 17 fazendas foi entregue esta semana no município da Quibala, província do Kuanza Sul, a jovens empreendedores, no âmbito do Projecto "Terra do Futuro".

O acto, presidido pelo secretário de Estado da Agricultura, Amaro Tati, contemplou ainda cada beneficiário com um tractor, uma viatura (carrinha Hilux cabine dupla), e uma residência.

Com 250 hectares cada, as fazendas vão dedicar-se ao cultivo de cereais (milho, feijão e soja) para o

consumo humano, animal e para a grande indústria. Entretanto, os fazendeiros poderão criar, de forma individual, cerca de 200 empregos directos.

O director geral do Projecto, Edgar Somacumbi, disse tratar-se da continuidade da estratégia da criação de uma nova geração de empreendedores no sector agro-pecuário e industrial, sendo as populações locais as maiores beneficiárias. Maria Florindo Carnilo Teixeira é uma das beneficiárias e afirma que vê o seu sonho realizado' sobretudo através dos inputs postos à sua disposição, designadamente um tractor, uma viatura e uma casa. Formada em Gestão Agrária, no Instituto Superior Agrário do Kuanza Sul, a beneficiária afirma ter frequentado uma formação de seis meses em matéria de Horticultura, Mecanização, Técnicas de cultivo de soja e de feijão e Técnicas de plantio directo, depois de ter passado nos testes promovidos pelo projecto. "Já começamos a empregar pessoas. Existe aqui um bairro chamado 17 que na sua maioria, cerca de 200 pessoas estão empregadas", esclareceu a fazendeira. Por sua vez, o seu esposo, outro beneficiário, afirma que o projecto "Terra do Futuro" está a realizar o sonho de muitos jovens e várias famílias, na medida em que criaram-se vários postos de trabalho para as populações circunvizinhas.

O secretário de Estado da Agricultura disse que o projecto acaba por criar uma nova forma de fazer agricultura, porque trás para o interior jovens formados.

Amaro Tati garantiu diversos incentivos aos fazendeiros, que se consubstanciam na entrega de fertilizantes, calcário e combustível. Entretanto, prometeu apelar ao BDA para alargar o tempo de reembolso do financiamento, definido para 10 anos.

"Nem sempre os bancários são especialistas em Agricultura, colocam as expectativas muito altas. Mais ou menos aproximam-se ao estilo que fazem no Comércio ou na Indústria pura, mas precisam de algum tempo de maturação e cautela. Acredito que o BDA vai ter que ir vendo a utilidade deste projecto e fazer reanálise", disse o governante .:

O Soba do município da Quibala, Domingos Múzangala Sayendo disse ao SE que o projecto proporcionou a realização de sonhos de muitos jovens na região, bem como dinamizou a vida socioeconómica das populações.

"Há cinco anos era tudo mata, mas hoje o projecto conseguiu colocar em funcionamento muitos campos agrícolas, muitas fábricas estão a funcionar. Isso vai ajudar o município da Quibala", ressaltou aquela autoridade tradicional .

2.7.15 Luanda. Arranca loteamento 'Inteligente' de parcelas no Icolo e Bengo

Jornal Agora

24 Julho de 2015

Texto: Júlio Gomes

Uma das frentes urgentes da Administração de Icolo e Bengo é a distribuição de terrenos, levando a que o cidadão possa erguer a casa do seu sonho de forma legalizada, depois de pagos os respectivos emolumentos.

O administrador Adriano Mendes de Carvalho não quer mais 'chatices' neste domínio e, de modo a evitar construções anárquicas, projecta loteamentos que venham a corresponder, razoavelmente, às necessidades da procura que não está para menos.

Embora não tenham sido reveladas datas (mas não está para muito longe), pensa-se, numa primeira fase, no arranque com 10 mil 'lotes' que devem ser distribuídos a quem, realmente, ainda não tenha espaço condigno para morar.

E, para evitar que beneficiem 'chico espertos', o processo de cedência será informatizado, incluindo a recolha de impressões digitais.

O administrador é um homem extremamente ocupado às quartas-feiras, em virtude de ser este o dia em que se dedica, exclusivamente, a receber pessoas e 'extrair' delas o pensamento para melhorar a acção administrativa.

Antes de receber a equipa do Agora, já era aguardado por um grupo de sobas com os quais manteve um demorado 'bate-papo', certamente sobre as questões que mais preocupam o povo de Icolo e Bengo.

Durante a breve conversa que Adriano Mendes de Carvalho concedeu aos repórteres deste jornal, no seu arejado gabinete de trabalho na vila de Cate te, sede do município, deu para passar, rapidamente a limpo, algumas questões que se prendem com os salários dos professores ou do sindicato, que não são tão gritantes como, recentemente, foi noticiado.

Outros assuntos não menos importantes que colocamos à mesa têm a ver com as 500 casas do projecto 'Aldeia Solar, ou ainda, das 'Quintas do Rio Bengo', No primeiro caso, as casas estão há mais de um ano sem morador. Por isso, correm o risco de degradação, o mesmo com boa parte das moradias do 'Rio Bengo'.

Sobre a 'Aldeia Solar', o edil não entrou em detalhes, em virtude de esta iniciativa ter sido implementada antes de assumir o cargo.

Mas, o Agora soube, por portas travessas, que se trata de uma 'gigantesca' empreitada financiada pela Sonangol, que chamou, para a sua execução, a construtora portuguesa Mota-Engil. Não foi revelado o

valor da obra, mas apurámos que, no seu conjunto, o projecto seria composto por mais de duas mil residências para alojar os camponeses das aldeias precárias de 'Hanga Zanga' e 'Cassango'.

As casas da 'Aldeia Solar' têm dois dormitórios, uma sala de jantar, um WC e uma despensa. Têm energia eléctrica fornecida por painéis solares e água canalizada.

"Ainda nada está perdido. Os painéis funcionam e a água jorra das torneiras a uma boa velocidade. As casas estão intactas, apesar de poderem vir abrir fissuras, uma vez não estarem a ser usadas", a garantia é de um dos 45 guardas do projecto, que não recebem salários há vários meses.

O homem, a caminho de meia-idade, tem sete filhos e diz que a Ecol, empresa de segurança para a qual trabalha, não lhe paga os ordenados, e não vê tão

cedo o fim deste calvário. "Entre nós, uns não recebem há cinco meses e outros há seis. A mulher e os filhos têm de desenrascar para sobreviver", lamenta o segurança que também não sabe quando esta iniciativa da petrolífera será retomada ou a quem serão entregues os aposentos prontos a morar.

Não muito longe de Cabiri, estava em curso outro projecto de casas de luxo, que foi abandonado. As pessoas que se habilitaram para a aquisição das vivendas com três a quatro compartimentos e piscina terão pago entre 500 a 600 mil dólares, mas não as receberam.

"O projecto está encalhado e o construtor em fuga". Pelo menos, é esta explicação que nos foi dada no local. "Algumas residências que já estavam prontas ficaram sem portas, janelas e aparelhos de ar-condicionado. Para salvar o pouco que resta, há quem se decidisse a entrar mesmo nestas condições. É uma forma que as pessoas encontraram para não perderem tudo", atira uma fonte no local.

A velocidade do desenvolvimento.

O município de Icolo e Bengo, que passou à jurisdição de Luanda, depois de pertencer à província

do Bengo, parece estar a ganhar um ritmo progressivo nos eixos do desenvolvimento.

Na própria Vila de Catete, o jardim das imediações do restaurante 'Hollywood', que estava abandonado e parecia mesmo uma mat já está mais 'alegre'. O seu aspecto era quase selvagem.

São visíveis investimentos em infra-estruturas, Há numerosos estabelecimentos comerciais de médio e pequeno portes, bares e lanchonetes. Com isso, sai a ganhar a indústria do turismo aqui onde as potencialidades são enormes e susceptíveis de encantar os visitantes, quer nacionais, quer estrangeiros.

São, igualmente, notáveis os estaleiros de várias empresas como a portuguesa AC, que opera em diversos sectores, incluindo de frio, a Lincagro, ou ainda as cerâmicas CIC e Helmarc, situada na estrada Catete-Funda. A indústria de cerâmica encontra, nesta região, 'terreno fértil', tal é a abundância da matéria-prima para a confecção de tijolos, abobadilhas e telhas, só para falar destes produtos.

Ao visitante, anima, ao mesmo tempo, constatar que o troço rodoviário Catete-Funda está a ser ampliado. A empreitada está a cargo da construtora MCA, e tudo indica que irá traduzir-se na melhoria da circulação de pessoas e bens da região. Olhando para a forma como decorre a obra, fica-se com a sensação de que a perigosa e estreita estrada actual ficará relegada ao passado.

A vila de Catete, a cerca de 50 quilómetros de Luanda, é ainda servida pela linha do Caminho-de-Ferro de Luanda. Ao longo da via-férrea, para além da estação, foi erguida ao lado uma bateria de silos que, seguramente, pode ser uma mais-valia na conservação de cereais que chegam dos camponeses locais ou mesmo das províncias do Cuanza-Norte e de Malange.

E A ENERGIA ELÉCTRICA? Aos habitantes de Icolo e Bengo, conforta saber que as crónicas 'makas' da energia eléctrica, que também afectam boa parte da periferia luandense, estarão minimizadas.

Pelo menos, o município poderá beneficiar, brevemente, do fornecimento de energia proveniente de uma turbina a gás, que está ser instalada no município do Soyo, na província do Zaire.

Essa é uma informação, recentemente, avançada à Angop pelo director municipal do Ambiente, Energia e Água, Bento Cadete, tendo sublinhado que, num período curto, a região deixará de ter problemas relacionados com a energia, fruto desta aposta do Executivo.

O projecto já é visível na circunscrição, devido à colocação de postes de alta tensão a partir do Soyo, estando a 12 quilómetros de distância de Catete, mais propriamente na localidade do Dungo.

O ramal de alta tensão proveniente deste projecto deve, inclusive, beneficiar o Aeroporto Internacional de Luanda, que está a ser construído na comuna de Bom Jesus, para além da comuna de Catete.

Para além deste projecto, realçou, encontram-se, igualmente, em curso, nesta municipalidade, os empreendimentos de duas subestações eléctricas, uma em Catete e outra na localidade do Bango, na via da Kiminha.

Actualmente, o município recebe energia das barragens hidroeléctricas de Cabambe e Capanda. Apesar de algumas insuficiências, mais de três mil 180 casas estão electrificadas, para além de algumas instituições do Estado.

Bento Cadete entende que, com todas estas iniciativas das autoridades, "não há dúvidas de que os problemas de energia eléctrica nesta região estarão resolvidos brevemente".

Icolo e Bengo possui, de acordo com dados do Censo 2014, uma população estimada em 74 mil e 644 habitantes que se dedicam, maioritariamente, à actividade agrícola e à piscatória.

2.7.16 Militares armados tentaram usurpar terreno (Lavra) Da Mãe do Presidente do Tribunal Supremo na zona do Bitá

Jornal A República
24 De Julho de 2015

Militares armados que operam na zona dos Zangos 2, 3, 4 e 5, transformaram-se, eles próprios, em usurpadores de terrenos, tentando usurpar a lavra da Mãe do Presidente do Tribunal Supremo, Dr. Manuel Aragão. Depois de perceberem quem era de facto a Velha, Mãe do Presidente do Tribunal Supremo, recuaram na ocupação ilegal da lavra (terreno) que já estava consumado, destruindo uma cabana na qual a Mãe do Presidente do Tribunal Supremo guardava os seus materiais para o cultivo dos seus mantimentos.

Eles não querem saber de quem quer que seja, fazendo e desfazendo, ninguém sabe onde se queixar, as instituições da Justiça têm medo deles.

Vários cidadãos, principalmente velhos e velhas, que são vítimas de usurpação de terrenos, recorreram,

inclusive, ao Ministro da Administração do Território, mas sem nenhuma resolução até agora. A situação está completamente descontrolada.

2.7.17 Concessão de terrenos com grande procura

Jornal de Angola
21 De Julho
Texto: Yara Simão

O sonho da casa própria levou milhares de cidadãos a candidatar-se a um lote de terreno em Caçoad. Devido à grande procura, a Administração Municipal viu-se obrigada a suspender a recepção de processos desde o dia 13 de Julho.

Mais de 20 mil processos foram recebidos pela Administração Municipal de Caçoad durante as duas primeiras semanas de inscrições para a concessão de terrenos naquele município.

Alguns candidatos disseram à reportagem do Jornal de Angola que se no passado a aquisição de um terreno e a construção da residência esbarrava com a falta de recursos financeiros, hoje, com o crédito à habitação concedido por vários bancos, as dificuldades são menores.

Maria Ricardo deu entrada do processo de candidatura e manifestou-se confiante.

"Quando cá cheguei, não pensava que fosse assim. Imaginava correrias e abusos que passamos durante a inscrição nas centralidades. Estava tudo bem organizado e todos os presentes conseguiram inscrever-se", disse à reportagem do Jornal de Angola.

De 53 anos, Clotilde Matias fez a inscrição para a filha, que trabalha no Zumbe. "Milhares de jovens têm a oportunidade de construir uma casa ou abrir um pequeno empreendimento com o que auferem", afirmou. Para ela, os procedimentos durante a inscrição são "prova de que as coisas estão a mudar. Não há demora no atendimento, muito menos discriminação".

Cansado, Jorge Garcia souo para fazer a inscrição, pois chegou num momento em que havia alguma confusão. "O processo estava bem organizado, mas um grupo de jovens incomodou as demais pessoas mas a situação foi rapidamente normalizada. Vamos aguardar para saber se fomos seleccionados", contou.

Três áreas disponíveis

O projecto de loteamento inclui três áreas. A Vila das Ideias era antes ocupada por lavras, que perderam terreno para a construção de residências. "Com a mudança da área de cultivo para a zona urbana, há a necessidade da inserção desses camponeses, que não possuem rendimentos altos", disse ao Jornal de Angola o director municipal de gestão urbanística, urbanismo e cadastro, José Pereira da Conceição.

A Vila Verde Dativa, com 140 hectares, contígua à centralidade de Sequela, vai albergar construções de médio e alto padrão, e empreendimentos de lazer e turismo, como hotéis, restaurantes, pequenos centros comerciais e espaços para recreação. O Maré Mayé, com 1.200 hectares disponíveis, vai albergar uma grande parte da população do município que vivia em situação de risco.

"Sabemos que estas pessoas não têm rendimentos muito altos. Vamos projectar um tipo de habitação para elas e, depois, distribuir os terrenos para os detentores de rendimentos médios e altos", disse.

Habitação, lazer, trabalho e circulação foram os quatro itens levados em conta na execução dos projectos. Embora os espaços estejam distanciados entre si, a intenção é a rede rodoviária a ser criada permitir a integração das urbanizações.

Sem padrinhos na cozinha

A procura de terrenos superou em muito as expectativas. "Temos um número limitado. São 1.500 lotes para a Vila das Ideias e Verde Kativa, e no Mayé Mayé três mil lotes para habitação", explicou o director municipal de gestão urbanística, urbanismo e cadastro, José Pereira da Conceição. As zonas inseridas no projecto devem estar enquadradas na requalificação do município, "de modo a dar mais dignidade à vida das pessoas", referiu o director municipal. As casas de renda baixa vão obedecer a um único modelo, mas as pessoas com rendimento médio e alto podem solicitar alterações, desde que se enquadrem nos padrões do projecto. José Pereira da Conceição garantiu que o processo decorre com transparência. "Vamos dar oportunidade a todos, sem precisar de padrinhos na cozinha", afirmou.

O director municipal de gestão urbanística, urbanismo e cadastro esclareceu que o prazo de 90 dias estabelecido pelas autoridades se refere ao início da construção e não à sua conclusão. "Queremos evitar que venham para cá pessoas ocuparem terrenos para guardar, para uma construção futura, que nem sequer tenham a certeza do que vão construir. E queremos evitar que haja segunda venda porque há muitos que se inscrevem e depois tentam revender", disse José Pereira da Conceição. "Queremos no

nosso projecto uma ocupação útil e efectiva dos espaços. Não queremos ver terrenos vedados sem construção. Chega de ocupar terrenos e abandoná-los porque se pretende fazer a casa dos sonhos sem ter meios para começar a obra", acrescentou o director municipal de gestão urbanística, urbanismo e cadastro.

Fim da ocupação ilegal

O administrador municipal, Carlos Cavuquila, afirmou à reportagem do Jornal de Angola que, em virtude da ocupação anárquica de terrenos município, a Administração Municipal teve necessidade de se antecipar e propor ao Governo Provincial um projecto para disciplinar a construção de residências. A preparação dos instrumentos legais relativos ao programa começou no ano passado.

Com a concessão legal de terrenos, "fica coarctada a ocupação ilegal, sobretudo por aqueles que o fazem com fins especulativos, usando o património do Estado para enriquecer", afirmou Carlos Cavuquila.

O administrador municipal disse que nem todos os pedidos recebidos cumprem os requisitos legais. "Ficamos com a impressão de que as pessoas estão a fazer uma festa. Até mesmo aqueles que não têm necessidade acorreram ao projecto. Também encontramos processos falsos. Vamos fazer o rastreio de todos os documentos enviados e depois publicar no Jornal de Angola os admitidos e os não admitidos", referiu Carlos Cavuquila.

Os admitidos são convocados para receber as guias de pagamento, a ser feito na conta do Tesouro. Os terrenos a conceder variam de acordo com os projectos apresentados. O valor mais baixo ronda os 39 mil kwanzas e o cliente tem cinco dias úteis para proceder ao pagamento. Caso não o faça, é-lhe retirado o nome da lista.

Camponeses contemplados

O projecto abrange as pessoas de rendimentos baixos, em particular os camponeses que tinham as suas lavras naquelas zonas, a quem a Administração Municipal vai entregar um modelo de construção para evitar a descaracterização urbanística, disse o administrador de Cacucaco.

Os projectos incluem lotes para moradias de renda média e alta, comércio, pequena indústria, actividades de lazer, serviços sociais e públicos. "Estamos num processo dinâmico, que é seguido constantemente. Tudo para não ouvirmos nem nos depararmos mais com problemas de ocupação ilícita de terrenos no município", garantiu.

Carlos Cavuquila alertou os interessados para a existência de indivíduos oportunistas, como alguns que já se fizeram passar por funcionários da Administração Municipal para ludibriar os mais incautos e ansiosos, que acabam, na sua inocência, por entregar dinheiro em troca de falsos favores.

"Temos de fazer as coisas com toda a transparência e equidade. O processo é transparente e livre. As pessoas não precisam de dizer de que partido são, basta serem angolanos", disse o administrador municipal.

O administrador municipal chamou a atenção para o cumprimento estrito das normas estabelecidas no processo, como o pagamento dos terrenos nos cinco dias úteis subsequentes à recepção das guias, para homologação das licenças de ocupação, e o início das obras em 90 dias.

"Muitos vão perder o dinheiro como sanção pelo incumprimento do regulamento. Quem não tem capacidade para construir agora, o melhor é juntar as poupanças do que ocupar um terreno e não construir", advertiu Carlos Cavuquila.

Os que fizeram a inscrição para os três projectos vão ser excluídos, muitos só querem obter terrenos para revender, prejudicando assim os que precisam de um tecto para morar", concluiu o administrador municipal de Cacuo.

Após a publicação da lista dos contemplados antevê-se, daí a 90 dias, o início da construção de centenas de residências e de equipamentos sociais que vão alterar a paisagem urbana de Cacuo, pondo fim à anarquia da ocupação e construção ilegais e em zonas de risco, que perigam a vida da população.

2.7.18 Oficial Militar Ocupa e destrói Lavras

Jornal A Capital

18 De Julho de 2015

Texto: Osvaldo de Nascimento

João David, responsável pela única igreja de chapas lá existente, é um dos primeiros moradores do bairro Chimuto. Segundo ele, a comunidade está deveras preocupada com os últimos acontecimentos, resultantes do mau comportamento do suposto tenente-coronel Matadidi naquela zona.

"A maior parte do povo que aqui vive é camponesa. Desde que aqui estou a viver, há mais ou menos sete anos, nunca vi nenhum boi", mas, continuou, "nas

últimas semanas estão a aparecer muitos, em nosso detrimento, porque destroem as lavras".

O religioso adiantou que, o que mais os espanta é que, uma semana depois do surgimento dos bois, apareceu um grupo de militares fortemente armados, transportados por uma carrinha Hilux, vidros fumados, a avisar os populares que a zona estava sob seu controlo e que, brevemente, "teríamos uma visita, uma vez que, segundo eles, o terreno é pertença de generais".

"Assim que eles se retiraram, deslocamo-nos à Administração do bairro para pontuar a situação. Este, por sua vez, garantiu-nos que os militares queriam apenas um espaço", contudo, detalha João David, a verdade é que a ameaça continua, tendo em conta que volta e meia surgem homens armados a fotografar terrenos e pessoas.

Outro entrevistado foi Orlando da Silva, agricultor. Declarou ter sido com ele que os militares falaram na última semana do mês de Junho. Oi camponeses associam os tropas que por lá têm aparecido a alegados guardas da suposta fazenda do oficial Matadidi, situada a poucos metros do bairro Chimuto.

"Isto está a nos preocupar, porque o senhor Matadidi já recebeu lavra! noutros locais, sendo que são os antigos proprietários das mesmas que nos estão a alertar. Ele possui muitos bois e não tem mais espaço para colocar", manifestou.

"Ontem o meu vizinho comprou blocos, mas quando veio com o carro para descarregar, o senhor Matadidi estava presente e impediu o descarregamento. Queremos que a Administração municipal venha esclarecer o povo. Aqui ninguém é estrangeiro. Se a terra não é para o povo, é para os bois?", questionou, visivelmente aborrecido com o facto de "em vez de ser a Administração comunal a tratar com a população, é um militar que nada mais quer senão tirar o povo de suas terras.

"Pertencemos ao Bengo, sobrevivemos dos produtos do campo que os bois dele têm estragado todos os dias", lamentou, observando que são muitos bois que vão lá pastar nas lavras todos os dias, danificando tudo.

"A minha casa é de chapas. Ultimamente têm vindo muitos gatunos. Aí já não sei se fico atento com a lavra que está a ser destruída pelos bois, ou se fico em casa para não entrar ladrão", desesperou um ancião, visivelmente agastado, acrescentando que, tanto quanto sabe, o oficial em causa não vive na zona.

"Vive em Luanda. Aqui vem apenas cuidar do pasto e nos intimidar. Estamos a ficar revoltados porque se ele diz que o espaço é dele, devia apresentar documentos. Já ocupou boa parte da zona onde colocou o gado. O que não pode fazer é receber as lavras dos agricultores", esboçou ainda. No local, a nossa reportagem não encontrou nenhum boi a pastar. Contudo, no recinto da suposta quinta do oficial, dezenas de animais eram guarnecidos por vários homens fardados.

2.7.19 Dez mil pedidos de terrenos dão entrada na Administração Municipal de Cacucaco

Semanário Angolense

25 De Julho de 2015

Texto: Ilídio Manuel

Cerca de dez (10) mil pedidos para a aquisição de terrenos deram entrada na Administração municipal de Cacucaco ate segunda-feira, 13, data em que o processo foi suspenso «para avaliação». O *Semanário Angolense* soube que a suspensão de recepção de novos pedidos ficou a dever-se ao grande afluxo de candidatos que, nas últimas três semanas, acorreram em massa a Administração local, em busca de espaços para a autoconstrução dirigida.

O arquitecto José da Conceição, que é o coordenador-geral dos três projectos, nomeadamente o de Maye Maye, Vilas Kativa e das Ideias, respectivamente, revelou que em poucos dias a Administração de Cacucaco foi inundada por milhares de pedidos, que «ultrapassam largamente o numero de lotes disponíveis para construção de residências»,

Segundo ele, em função desse elevado mineiro decidiu-se pela suspensão da recepção de novos documentos, ate que os que já foram decepcionados «sejam devidamente avaliados», Garante que o processo de selecção será «transparente e que os nomes dos candidatos apurados, como também os não seleccionados serão divulgados em locais próprios».

Deu a conhecer que Os projectos compreendem três tipos de casas, as de renda social, media e alta. A Vila das Ideias, com 1.450 lotes, comporta unicamente habitações sociais a construir pelo Estado, e nesse espaço serão alojadas as pessoas de baixa renda. O responsável sublinhou que projecto contempla igualmente uma série de infra-estruturas sociais, mais concretamente escolas, centros de saúde, estabelecimentos comerciais, áreas de lazer e fabricas de pequeno porte não poluentes, que serão

enquadradas no âmbito dos conhecidos quatro eixos: «Habitação, circulação, trabalho e lazer».

«Apesar dos apelos feitos no sentido dos candidatos reunirem toda a documentação solicitada (fotocópia do BI, assento de nascimento e extracto bancário), um bom número dos processos que deram entrada estão incompletos)), revela. Esclarece que a solicitação do extracto bancário servira para aferir se os candidatos possuem ou não liquidez para financiarem as suas casas, no quadro da autoconstrução dirigida. «Os que não cumprirem com o que será previamente acordado, perdem o direito sobre os terrenos», adverte.

Diz que alguns dos requerentes são oriundos de outras províncias do país, sobretudo circunvizinhas de Luanda. Questionado sobre a possibilidade de alguns dos interessados virem a beneficiar de terrenos, depois de terem sido contemplados com residências em projectos habitacionais como os do Zango, Panguila, Sequele ou Kilamba, José da Conceição revelou que a Administração do Cacucaco já solicitou a Imogestin uma lista das pessoas que se encontram nessa condido. «Estes projectos não abrangem os cidadãos que já beneficiarem de casas noutros projectos desenvolvidos pelo Estado». O director do Gabinete de Gestão Urbana e Cadastros da Administração de Cacucaco afirmou que os projectos destinam-se, prioritariamente, a alojar os milhares de populares que se encontram a viver no «Buraco Iba» e na «Boa Esperança», zonas consideradas de «grande risco» devido a erosão de solos, sobretudo durante a época chuvosa.

«Há cerca de 900 famílias que vivem nestes locais e que serão alojadas no novo projecto habitacional», promete. Camponeses compensados em espécie Disse que, ao contrario do que tem sido norma, os camponeses que foram desalojados da zona não serão monetária mente compensados, mas receberão terrenos para exploração comercial (pequenas lojas) ou encaminhados para áreas de cultivo na comuna do Dande, no município de Icolo e Bengo, «conforme o desejo de cada um».

«Existe um acordo com a Administração local que já disponibilizou uma extensão de mil hectares de terras para a exploração agrícola», adicionou o responsável. José da Conceição afirmou que os cerca de 500 camponeses não serão «marginalizados» nos projectos, visto que a Administração de Cacucaco ira conceder não só os terrenos, como também os direitos de superficie dos referidos espaços.

Denunciou, por outro, a existência de indivíduos que procuram tirar dividendos financeiros com a venda de terrenos naquela zona e que «tem estado a burlar

cidadãos incautos». Não descartou a hipótese de estarem envolvidos alguns funcionários da Administração local nesse género de «negociatas», tendo para o efeito solicitado que os lesados procedam a denúncia dos supostos burladores, com o objectivo de serem criminalmente responsabilizados.

2.7.20 Moradores indignados e divididos

Jornal Inforsambila

Julho de 2015

Texto: Augusto Afonso

os mora ores, em declarações ao Inforsambila dizem sentir-se injustiçado na distribuição de casas no projecto zango e nos apartamentos dos prédios AnangoIa. Por este motivo os que abrangeram no Zango preferem voltar no bairro que os viu nascer. Segundo os moradores, a vida no zango é complicada, não há escola, hospitais, lugar de laser e estão Insatisfeito com o tipo de casas que estão a lhes ser entregue. Maria Simão Jungo¹ residente do bairro disse, que as casas estão composta por três quartos, uma cozinha uma sala e casa de banho, quintal não vedado. Para ela, sair do bairro operário vai complicar porque para chegar no centro da cidade é necessário madrugar, isso, de acordo com a fonte desestabiliza a situação das crianças que estão em idade escolar. Julião Dionísio, morador do bairro, há 15 anos disse que, enquanto uns nem, outros choram a quem pensa em tirar a sua própria vida por não beneficiar duma chave no zango, alguns estão a ser injustiçados no momento de distribuição das casas.

2.8 AGOSTO 2015

2.8.1 Sinistrados recebem lotes de terreno em Benguela

Jornal O PAÍS

07 De Agosto de 2015

Texto: Constantino Eduardo

Os 300 sinistrados das enxurradas de Março último, no Lobito, receberam já os lotes de terreno, com uma base (alicerce) e materiais para darem seguimento à construção das suas casas. Com este acto, está em vias de ser desmantelado o centro de acolhimento do Camuringue aberto desde o dia do sinistro.

São no total 370 bases entregues, sendo 300 para os sinistrados e 70 para a população residente dos Cabrais, agora denominado "11 de Março".

O Governo de Benguela construiu na urbanização dos Cabrais, município da Catumbela, uma casa modelo do tipo T3.

Durante o acto de entrega formal dos lotes de terreno, o governador Isaac dos Anjos chamou a atenção para a necessidade de os beneficiários cumprirem as orientações conforme a pretensão do Executivo e não desvirtuarem o projecto.

O governante advertiu que quem não cumprir aquela determinação poderá ser "transferido", porque o que se pretende é, acima de tudo, a organização, a fim de se evitarem os erros do passado.

"Este é o novo ordenamento que vai do Biópio ao Culango. Dentro deste ordenamento temos uma urbanização que chama-se "Urbanização dos Cabrais", disse o governador de Benguela. Segundo Isaac dos Anjos, o prometido do seu executivo era que dentro de quatro meses transferisse os sinistrados do Camuringue para a urbanização 11 de Março.

Afirmou que a parte do governo estava cumprida, restando apenas que os sinistrados se mudem do antigo acampamento para o actual.

"Agora é transferirem-se, progressivamente, com calma ... ", disse. Falta dinheiro para as obras.

Os sinistrados entrevistados por O PAÍS, consideram que o discurso do governador Dos Anjos é indicativo

de que, daqui em diante, os visados estão "por sua conta".

Entretanto, o problema com que se debatem os mesmos prendem-se com a falta de recursos financeiros para darem seguimento à construção das suas casas à semelhança da que o Governo definiu como modelo.

"As pessoas não têm dinheiro para pagar os empreiteiros e a nós só nos entregaram as bases", lamenta o cidadão Avelino Tchopilica, ele que disse ter perdido quase tudo com as fortes chuvas que se abateram sobre os municípios de Lobito e Catumbela.

Para Avelino Tchopilica, o mais sensato seria se o governo, pelo menos, levantasse as paredes e a eles coubesse apenas fazer os acabamentos da casa, a julgar pela falta de condições financeiras. Se, por um lado, uns se queixam da impossibilidade da construção da casa, outros elogiam "o grande esforço" do governo que no curto espaço de tempo cumpriu com o que tinha prometido. É o caso do cidadão Adelino Pedro para quem o Governo está a cumprir. "Agradeço bastante e mais força para o Governo", disse Adelino Pedro. Esta opinião não é, entretanto, partilhada pela cidadã Ester, que entende que o compromisso assumido pelo Executivo era que lhes seriam dadas residências já construídas. Ela diz-se surpreendida com entrega de lote de terreno apenas com bases feitas. "Disseram que a sociedade ia ajudar e ia-se construir as casas e agora como é que só nos deram alicerce?", questionou. Mas para o governador de Benguela, Isaac dos Anjos, "a ajuda só existe no céu, uma vez que nada é de graça", considerou.

Quando ocorreu o sinistro, em Março último, várias sensibilidades, dentre artistas e políticos, prometeram ajudar com recursos financeiros.

Houve quem tivesse prometido, inclusivamente, a construção de parte das residências para oferecer aos sinistrados como foi o caso do político e empresário, Bento Kangamba.

Ele disse com todas as letras "vou construir 30 casas" e até hoje não vemos nada," lembra o cidadão Avelino Tchopilica, que prefere, por enquanto "continuar a viver na tenda durante muitos anos". Uma fonte ligada ao governo, que não quis ser identificada, mostrou-se céptica quanto ao cumprimento do prometido por parte do general Bento Kangamba.

Uma outra fonte preferiu, entretanto, dar o benefício da dúvida ao general Kangamba, afirmando que,

"tarde ou cedo, ele vai cumprir as promessas feitas na cidade do Lobito por, alegadamente, ser "um homem de palavra".

"Vai perguntar ao senhor Kangamba"

À propósito, o governador Isaac dos Anjos, interrogado por um jornalista, limitou -se a remeter o assunto à pessoa "que um dia afirmou, categoricamente, em Benguela, que construiria habitações para as pessoas", descartando qualquer responsabilidade do seu Executivo sobre o assunto. Dos Anjos sugeriu mesmo que "o caro jornalista deve perguntar ao senhor Bento Kangamba".

Questionado sobre o prazo que deu para transferência dos visados do Camuríngue para a actual urbanização, já que os mesmos afirmam carecer de bens financeiros para prosseguirem com a obra, o governador respondeu que "quem não construir, vai apanhar chuva, ficará ao relento". Para ele, "as pessoas também construíram em zonas de risco. Isso também tem um efeito educativo, tivemos que negociar, tivemos que lotear e tivemos que fazer o ordenamento. Cada base desta custa um milhão e cem mil kwanzas ", frisou.

2.8.2 Irão para a cadeia

Jornal Grandes Notícias
14 De Agosto 2015

A missão da Região Militar Luanda, dirigida pelo seu comandante, constatou falta de coordenação de acções entre as autoridades tradicionais e do Estado, no concernente ao tratamento dos conflitos de terrenos. A redução de casos de ocupação anárquica de terrenos foi constatada pela missão que, em comunicado, incentivou o efectivo militar a continuar vigilante e a trabalhar no patrulhamento da área. A missão da Região Militar Luanda encontrou-se com as autoridades tradicionais locais, às quais aconselhou a coordenação de acções, visando a garantia da segurança da população e dos seus haveres. O general «Wala» apelou aos militares das Forças Armadas Angolanas a absterem-se das práticas de actos de apropriação de terras da população, sob pena de serem responsabilizados criminalmente.

Recentemente, o comandante da Região Militar de Luanda abordou com a Administração Municipal do Cacuaco o alegado envolvimento de militares na ocupação anárquica de terrenos. Para se balancear o grau de cumprimento das orientações baixadas no encontro, as duas delegações agendaram outra visita dentro de 30 dias.

O general Simão Carlitos prometeu continuar a prestar apoio à população rural, particularmente das zonas sob sua jurisdição, para evitar conflitos com os militares. O comandante da Região Militar Luanda disse que as visitas do género devem prosseguir nas várias regiões de Luanda, como forma de as autoridades acompanharem os vários acontecimentos e ao mesmo tempo evitarem o envolvimento de militares em acções delituosas.

De recordar que Simão Carlitos «Wala» foi nomeado em Maio de 2014, como comandante da Região Militar de Luanda e trabalha em coordenação com as forças policiais a fim de consolidar o clima de tranquilidade pública na capital do país.

2.8.3 Centenas de hectares lavrados no Huambo

Jornal de Angola
17 De Agosto de 2015
Texto: Justino Victorino

Mais de 500 hectares estão a ser lavrados pela Empresa de Mecanização Agrícola (Mecanagro), para a presente campanha agrícola nos municípios da Caála, Londuimbali e Huambo, revelou ontem o director da instituição na região.

Angelino Nacole disse que a empresa está a lavar em diversas áreas dos três municípios, como no sector de Nagandavila, comuna da Calima e Londuimbali.

O responsável da Mecanagro disse que a empresa dispõe de dezenas de tractores que, neste momento, trabalham de forma acelerada na preparação da terra para o cultivo em alguns municípios da província.

Na campanha agrícola anterior, segundo Angelino Nacole, a Mecanagro lavrou 1.669 hectares em toda a província, que resultaram na colheita de 230.436 toneladas de milho, feijão, soja, batata rena e doce, além de quantidades não especificadas de hortícolas.

O director provincial da Agricultura, Emitério Tiago, revelou que na presente campanha agrícola estão envolvidas cerca de 362.533 famílias e 384 pequenas empresas agrícolas, que contam com o apoio do Governo Provincial.

As famílias receberam meios de trabalho, como gado para tracção animal, charruas, enxadas, catanas e limas, fertilizantes e sementes.

Apesar de reconhecer algumas dificuldades, o responsável provincial disse existir na província do

Huambo um aumento significativo de produção de bens alimentares.

"A nível da região temos uma agricultura forte, mas, muitas vezes, deparamo-nos com a falta de meios de transportes para escoar os produtos do campo para os principais mercados da provincial ou mesmo do país", salientou. A situação, disse Emitério Tiago, tem sido reiteradamente abordada pelas famílias e associações camponesas, mas nem sempre encontram respostas à altura.

Com o surgimento do programa PAPAGRO, já implantado na comuna de Calenga, município da Caála, as perdas de produtos por parte de camponeses têm diminuído significativamente.

Tanto as famílias como as associações de camponeses receberam assistência técnica para as próximas campanhas.

A direcção provincial da Agricultura do Huambo verificou algumas deficiências e desorganização nas estruturas associativas.

2.8.4 Porto de Caio assina carta de Intenções para Exportação de fosfato

Jornal Negócios e Mundo
6 De Agosto de 2015
Texto: Maria Teixeira

O Porto de Caio assinou carta de intenções com a Minbos Resources Limited, uma empresa de exploração e extracção de minério, na província de Cabinda.

A carta de intenções, com data de 4 de Agosto, revela que o acordo envolve um pedido fume dessa empresa para exportação a partir de Porto Caio para vários países do mundo de não menos de 800 de toneladas de fosfato por ano.

"A assinatura deste acordo e consequente seguimento dos trabalhos é um marco significativo no cronograma deste projecto crucial", disse o Presidente do Conselho de Administração do Porto de Caio, Brian Fuggle.

"Além disso, é de salientar não apenas como o Porto apoiará os sectores de petróleo e gás em expansão em Angola, mas também será um incentivo ao crescimento e desenvolvimento das empresas", acrescentou.

Outro pormenor assumido na carta é a previsão da inauguração do Porto de Caio, cujo funcionamento está previsto para o terceiro trimestre de 2017. "O Porto vai estimular o crescimento de novas indústrias na província de Cabinda", disse Brian Fuggle.

De salientar que os parâmetros do acordo dos serviços do porto definem um prazo de um mínimo de 10 anos (com a possibilidade de ser alargado no decorrer de 10 anos após o seu termo), uma capacidade de ancoradouro para aproximadamente 26 embarcações por ano, espaço no cais para armazenamento e acomodação de equipamentos necessários, além da alocação de cinco hectares de espaço de trabalho na área industrial do Porto de Caio.

Cacongo é o município da província de Cabinda que conta com grandes quantidades de fosfatos em toda parte da extensão da localidade. Aliás, em 2010 o ministério da Geologia e Minas fez um estudo de levantamento de fosfato, levando o administrador local, na altura, João Macaia Tati, a revelar ao "Semanário Económico" que para se explorar o minério seria necessária a criação de um porto de águas profundas para o seu escoamento. As obras do Porto Caio não tinham ainda iniciado.

O fosfato é um produto utilizado fundamentalmente na produção de fertilizantes e responde a aproximadamente 25 % do consumo mundial.

É um mineral importante no fabrico de pasta de dentes, detergentes, bebidas não alcoólicas, suplementos vitamínicos e rações de animais.

Há que ter em atenção o cuidado indispensável na aplicação do fosfato. Quando, por exemplo, utilizado na redução da dureza da água em detergentes, pode poluir rios e mananciais.

Ecologicamente, o fosfato tem estas limitações, no que se refere à sua aplicação no ambiente, pois provoca o crescimento de muitos organismos que podem causar desequilíbrios ecológicos. Se for utilizado como fertilizante, também se deve levar em conta algumas preocupações ambientais, pois a sua aplicação descuidada pode causar a poluição dos rios e lençóis de água, resultando na proliferação de algas de superfície as quais diminuem o teor de oxigénio dissolvido na água, comprometendo, desse modo, a fauna aquática.

Certo é que a industrialização do país é uma prioridade, pois tem reflexos directos nos custos de bens, na diminuição do nível de desemprego, etc. "Todavia, a exploração deste minério em Cabinda, província também rica em petróleo, com todos os

seus aspectos económicos e sociais positivos já anunciados, deve ser avaliada sob o ponto de vista ambiental", disse um especialista ao SE.

2.8.5 Há ou não militares na expropriação

Jornal A Capital
8 De Agosto de 2015

O problema não é novo. Com o andar do tempo, porém, fica-se com a impressão de que vai perdurar muito mais tempo, ainda. Nem mesmo a intervenção do mais alto mandatário da nação no caso foi suficiente. É que militares que já não escondem sequer a farda das nossas Forças Armadas, continuam a semear ódio e pavor nas cercanias de Luanda, expropriando terras de populares, ao mesmo tempo que destroem moradias.

As vítimas, essencialmente mulheres, camponeses e empresários, são via de regra apanhados de surpresa, ou à calada da noite ou à madrugada, com a maior da brutalidade desses supostos militares das FAA que exibem a farda alegando tratar-se do documento único que os habilita a práticas hediondas como as que se têm assistido nos dias que correm.

O relato dos factos no terreno contrasta, no entanto, com aquilo que têm sido as declarações do Comando da Região Militar de Luanda. Em finais de Julho, por exemplo, o tenente-general Simão Carlitos "Wala" descartou a possibilidade de envolvimento de militares no processo de ocupação ilegal de terras. Em declarações à Angop, na sequência de uma reunião com a Administração Municipal de Cacuaco, destinada a inteirar-se da problemática da ocupação ilegal de terrenos, o oficial superior considerou de infundadas e falsas as informações que envolvem militares.

Segundo o tenente-general, existe um relacionamento institucional positivo, que permite a observância dos limites dos espaços atribuídos à população, em detrimento da unidade militar existente em Cacuaco.

Entretanto, o oficial instou aos proprietários de terrenos, no sentido de legalizarem os mesmos junto das autoridades administrativas locais, e procederem a denúncia em caso de ocupação ilegal destes por outras pessoas.

O oficial fez-se acompanhar de membros da Região Militar Luanda, no município de Cacuaco, onde conversou com o administrador Carlos Alberto Cavukila.

Entretanto, dias imediatamente a seguir à reunião entre as entidades acima referidas, o Comando da Polícia Nacional na centralidade do Sekele foi alertada por populares de que supostos militares, com uma máquina caterpillar estavam na zona a tajar terrenos.

Accionados efectivos da Corporação, seis elementos, incluindo um oficial capitão das FAA, foram flagrados na operação, sem qualquer possibilidade de se porem em fuga. De acordo com a Polícia Nacional no Sekele, aquele não era um caso único, já que na mesma semana já um outro grupo havia sido apanhado em acção igual, tendo sido, tanto aquele como este, encaminhados para o Tribunal de Cacuaco.

O que no entanto o Comando da polícia Nacional no Sekele lamenta é o facto de na sua maioria, muitos dos prevaricadores não são condenados de forma exemplar para desencorajar a prática, mediante pagamento de cauções.

A ocupação ilegal de terrenos é uma prática reiterada que se tem arrastado ao longo dos anos em Luanda, de forma incontida, ao ponto de, em alguns pontos ter surtido efeito a favor dos seus praticantes, facto que, contribui para a continuação do costume.

"Há pessoas que financiam populares carentes colocando-as em casas de chapas, em condições extremamente precárias. Dão-lhes alimento e sustento no intuito de que mais tarde as autoridades não consigam repor a legalidade", acusou, José Pereira da Conceição (...), lamentando que "infelizmente haja pessoas que financiam esse mal e saem a ganhar".

2.8.6 Há quatro anos esquecidos no Panguila

Jornal A Capital
8 De Agosto de 2015
Texto: Manuel Alberto

Eram aproximadamente 12h00 quando a reportagem A Capital chegou ao Panguila para 'mais uma vez constatar as condições em que se encontram os ex-moradores da antiga favela da Chicala. Primeira observação: desumanidade por parte de quem para lá encaminhou e alojou tanta gente.

Àquela população se haviam prometido que, ao cabo de 15 dias viriam resolvida a questão das residências, isto é, cada família teria residência fixa. Nada disso aconteceu até hoje, a julgar pela realidade dura que se vive no acampamento.

É que há mais de quatro anos sentem-se abandonados e humilhados pelo facto de as suas lamentações não serem levadas em conta. Conceição Torres, 47 anos, está entre as afectadas. Mãe de cinco filhos, reside numa casa com mais duas outras famílias, perfazendo ao todo 18 pessoas numa única casa de três quartos, uma sala, cozinha, quarto de banho e dispensa.

Segundo ela quando foram transferidos da Chicala para o Panguila em nenhum momento passou-lhes pela cabeça que partilhariam um único tecto mais de duas famílias. Mas, na prática, a realidade acabou por ser esta.

"É uma vida lastimável. Eu durmo com os meus cinco filhos na sala por falta de espaço na casa. Vivemos muito mal", descreveu Conceição, visivelmente agastada com a precariedade em que se encontram. Como adiantou à nossa reportagem, a sua situação é ainda mais triste e revoltante, pelo facto de ter que estar ali com os pais, deficientes.

"Viver num único quarto com os meus pais deficientes, e nestas condições, com falta de água e energia, francamente", deplorou a moradora de uma casa que, em tempo chuvoso mete água pelo tecto.

"Ninguém consegue viver assim por muito tempo", lastimou. Uma onda de insatisfação nasceu no seio daqueles munícipes que têm motivos de sobra para se perguntarem onde erraram para merecerem tamanho sofrimento?

Maria Rosa dos Santos, 37 anos, também exprimiu a sua insatisfação. Para ela a situação das famílias naquele acampamento tem se deteriorado a cada dia, sendo que, a situação mais insuportável é mesmo ter que conviver com pessoas estranhas dentro da mesma casa.

"Vivo com um vizinho que não me deixa dormir. Já fomos parar duas vezes na Polícia. Apareceu às duas horas de madrugada, enquanto eu dormia, Tive que deixar a casa por causa do comportamento dele", revelou Maria dos Santos, atestando que a falta de entendimento entre os vizinhos, tem originado brigas entre as famílias.

"Pior o quarto de banho. Há quem tem higiene e outros não. Você tem que suportar a sujeira e limpar o quarto de banho. Há vezes que, por causa de falar, sai confusão e vão parar na Polícia", retratou, para depois resumir especificou Dos Santos, implorando pela intervenção das autoridades competentes na resolução do dilema com maior brevidade.

"Que o Governo cumpra com a promessa feita quando nos colocou aqui", rogou.

"Estamos a ver coisas que não dão", completou Joana Domingos, que se junta às suas companheiras de situação, descrevendo as péssimas condições em que se encontram algumas casas, bem como o amontoado de lixo que está próximo delas.

"Estas casas são de baclite. Temos tido muitos casos de doenças por falta de higiene de alguns vizinhos. É triste. Disseram-nos que no prazo de quinze dias dar-nos-iam casas próprias", entretanto, frisou, "já se passa muito tempo", e nada, lacrimejou angustiada Joana Domingos.

Entre as necessidades prementes dos moradores do "Tecto vermelho" como é chamado o acampamento, figura uma Esquadra de Polícia, ainda que móvel, bem como um centro de saúde.

"Tem havido muita violência doméstica e roubos. Um centro ou posto médico para os primeiros socorros", reforçou.

"O nosso apelo vai no sentido de o Governo vir nos separar e dar a cada família a sua casa, conforme havia prometido", clamou.

2.8.7 O azar do azarado

Jornal A Capital
8 De Agosto de 2015

Aconteceu há três meses. Azarado Francisco Catambi e familiares perderam a casa e todos os seus haveres, quando chamas de fogo até ao momento de origem desconhecida devorou a moradia. Contou que na altura do incidente todos encontravam-se ausentes de casa, tendo recebido a notícia da ocorrência por telefone.

Em consequência disso, Azarado Catambi recebeu uma tenda que partilha com mais uma.

"Para remediar, os responsáveis deram-nos uma tenda, onde estamos a viver em condições péssimas", lamentou o jovem pedreiro, ansioso pelo cumprimento das promessas das autoridades.

"Disseram-nos que dariam casas no sector 11 do Panguila, mas até aqui, nada. A vida continua ruim e difícil. Praticamente estamos a sobreviver", dramatizou.

Os ex-moradores da antiga favela da Chicala estão divididos em dois sectores, nomeadamente, 09 elo, onde se podem encontrar mais de cinco famílias a partilharem o mesmo tecto e a penúria convive de mãos dadas com os moradores.

Falta um pouco de tudo. Água, há mais de quatro anos, serviços sociais tais como bancos, supermercados, bem corrio, um hospital.

2.8.8 Diálogo para solucionar ocupação de terras

Jornal de Angola
11 De Agosto de 2015

A população das localidades de Mucula Ngola, Zango e Via Expresso, em Luanda, foram ontem exortadas pelo comandante da Região Militar de Luanda, general Simão Carlitos "Wala", a seguirem a via do diálogo, para o problema da ocupação de terrenos.

A missão da Região Militar Luanda, dirigida pelo seu comandante, constatou falta de coordenação de acções entre as autoridades tradicionais e do Estado, no concernente ao tratamento dos conflitos de terrenos. A redução de casos de ocupação anárquica de terrenos foi constatada pela missão que, em comunicado, incentivou o efectivo militar a continuar vigilante e a trabalhar no patrulhamento da área.

A missão da Região Militar Luanda encontrou-se com as autoridades tradicionais locais, às quais aconselhou a coordenação de acções, visando a garantia da segurança da população e dos seus haveres.

O general Simão Carlitos "Wala" apelou aos militares das Forças Armadas Angolanas a absterem-se das práticas de actos de apropriação de terras da população, sob pena de serem responsabilizados criminalmente.

Recentemente, o comandante da Região Militar Luanda abordou com a Administração Municipal do Cacucaco o alegado envolvimento de militares na ocupação anárquica de terrenos. Para se balancear o grau de cumprimento das orientações baixadas no encontro, as duas delegações agendaram outra visita dentro de 30 dias.

O general Simão Carlitos "Wala" prometeu continuar a prestar apoio à população rural, particularmente das zonas sob sua jurisdição, para evitar conflitos com os militares. O comandante da Região Militar Luanda disse que visitas do género devem prosseguir nas várias regiões de Luanda, como forma de as autoridades acompanharem os vários acontecimentos e ao mesmo tempo evitarem o envolvimento de militares em acções delituosas.

Nomeada em Maio do ano passado, a direcção da Região Militar de Luanda trabalha em coordenação com as forças policiais a fim de consolidar o clima de tranquilidade pública na capital do país.

2.8.9 A legalidade e as terras

Jornal de Angola
13 De Agosto de 2015

A ocupação de terrenos constitui ainda um problema a ser debelado, embora as instituições do Estado não cessem de exercer a sua autoridade e jurisdição à luz da Lei de Terras e outros dispositivos legais existentes no país. Tão pouco esperamos que continue a corrida descontrolada para aquisição de terrenos e, muitas vezes, com graves atropelos à lei sem que as autoridades façam algo para o impedir. É lamentável o papel de alguns sectores da sociedade que reagem negativamente às medidas tomadas para corrigir a ocupação ilegal de terrenos. Remetem-se ao silêncio quando se trata da ocupação ilegal inclusive de reservas fundiárias.

Não é segredo que, em muitos casos, a ocupação ilegal de terrenos nem sempre envolve uma necessidade vital de quem ocupa, a urgência em erguer um tecto para a família, mas tem a ver sobretudo com razões especulativas. E não raras vezes, a ocupação aparentemente legal da terra também não é para o seu uso útil, mas para outros fins que chocam com a legislação vigente. Além da contínua sensibilização das populações, urge tornar efectiva e eficaz a mão-pesada da lei quando se trata da ocupação ilegal de terrenos em todo o país. O desenvolvimento sustentável que pretendemos para Angola não se compatibiliza com a ocupação ilegal e cuja finalidade, regra geral, nunca obedece aos padrões arquitectónicos e paisagísticos modernos.

Em todo o caso, as autoridades procuram sempre actuar no sentido de levar as famílias a optarem pelos procedimentos legais na hora de ocuparem terrenos. É oportuna a exortação do comandante da Região Militar de Luanda, general Simão Carlitos "Wala", no sentido de as populações das localidades de Mucula Ngola, Zango e Via Expresso, em Luanda, seguirem a via do diálogo para o problema da ocupação de terrenos.

Quanto maior for o envolvimento de várias instituições na contenção do fenómeno da ocupação ilegal de terrenos, mais reforçado emerge o paradigma da legalidade e colaboração com as instituições.

As pessoas que necessitam de terrenos não podem perder de vista que, minimizando o que requer a lei e incorrendo na ocupação ilegal de terras, não estão a solucionar o seu problema. Muitas vezes esse passo nunca é precedido de conhecimento prévio sobre o terreno, um facto que deve ser levado muito a sério

por causa das reservas fundiárias do Estado, as linhas de água, os cabos eléctricos e outras estruturas.

Não podemos evoluir para um ponto em que a ocupação de terrenos dê lugar a uma espécie de guerra em que famílias angolanas estejam em conflito entre si e contra as instituições do Estado. Estamos em paz e estabilidade, sendo importante a observância de regras e o cumprimento escrupuloso das leis angolanas, quer por parte de grupos civis como de militares. Foi muito bom ouvir a alta patente das Forças Armadas a dirigir-se directamente aos militares para que estes se abstenham de ocupar terrenos de forma anárquica. As famílias ficam descansadas com a promessa do general Simão Carlitos "Wala" segundo a qual vai continuar a prestar apoio à população rural para evitar conflitos com os militares.

Na verdade, com o envolvimento da Região Militar de Luanda para ajudar a debelar o problema da ocupação ilegal de terrenos, fica reforçado o combate na medida em que nos últimos tempos assistimos a uma corrida desenfreada por terrenos por parte de militares.

A necessidade de reforço da coordenação de acções entre as autoridades tradicionais e do Estado na gestão e solução de conflitos que envolvem a ocupação de terrenos em Luanda deve ser uma constante, tal como aconselhado pelo comandante da Região Militar de Luanda.

Acreditamos que há ainda um grande desafio não apenas para encurtar espaço de manobra dos infractores, mas sobretudo assegurar uma gestão de terrenos por parte das instituições do Estado que facilite o desenvolvimento que pretendemos para o país. Trata-se de um compromisso de todos, razão pela qual não se pode estranhar o envolvimento do sector castrense na luta de toda a sociedade contra a ocupação ilegal de terrenos.

O exemplo do papel exercido pela Região Militar de Luanda na contenção do fenómeno da ocupação ilegal de terras pode servir como modelo para desafios semelhantes noutras províncias.

À semelhança de Luanda, outras cidades e localidades um pouco por todo o país conheceram expansão em termos populacionais e mobilidade humana que acelerou o processo de ocupação de terrenos. Independentemente das especificidades de cada cidade e zonas circundantes, não há dúvida de que as boas experiências em matéria de combate à ocupação ilegal de terrenos devem ser seguidas. O país precisa de crescer, é verdade, mas com condições sustentáveis na ocupação dos espaços.

Esperamos que todos estes passos, sensibilização das populações, maior coordenação entre as autoridades tradicionais e as instituições do Estado, bem como o envolvimento de outros sectores da sociedade garantam tranquilidade e legalidade na ocupação de terras.

2.8.10 20 Mil cidadãos 'lutam' por 3.500 terrenos em Cacuaco

Jornal O País

14 De Agosto de 2015

Texto: Paulo Sérgio

Mais de 20 mil cidadãos, provenientes de diversas partes do país, candidataram-se a um dos três mil e 500 lotes de terrenos destinados à auto-construção dirigida que a administração municipal de Cacuaco pôs à disposição de quem precisa, no projecto Maye Maye, localizado por trás da centralidade do Sequele.

O director municipal de Gestão Urbanística, Urbanismo e Cadastro, José da Conceição Caunda, revelou, a O PAÍS, que para além dos lotes acima mencionados, existem mil em cada um dos projectos Vila das Ideias e Vila Verde Cativa, situados na mesma zona.

"As pessoas têm que ter consciência de que é impossível dar terrenos a todos porque o número é limitado e só podemos ceder esta quantidade. O projecto Maye Maye tem 3500 lotes, e os outros dois têm mil lotes cada, o que perfaz um total de cinco mil e 500 lotes disponíveis para os candidatos", disse.

O Maye Maye é o maior com mil e 200 hectares de terra, de seguida está o Vila Verde Cativa com 140 hectares, considerado como o mais avançado dos demais, e, por último, o Vila das ideias cuja dimensão não foi precisada.

A diferença entre os mesmos consiste no facto de Vila das Ideias ser um projecto mais virado para a integração dos camponeses que vivem na zona e dos habitantes de um dos bairros das redondezas, vulgo bairro dos Convalescentes, nome atribuído ao bairro pela população, por causa do Hospital do Convalescentes da 101 Brigada, que foram ocupando os espaços de forma desordenada.

Reafirmou que os beneficiados terão 90 dias para darem início a construção das moradias e que a sua equipa está a fazer uma análise minuciosa de todo o processo, o seu cadastramento, e a classificação dos que estão em condições e os que não estão. Explicou

que, com base no regulamento geral das concessões de terra, exigiram dos candidatos assentos de nascimento, fotocópia do Bilhete de Identidade e três requerimentos.

Assim que for cadastrado, o candidato receberá uma nota de pagamento dos emolumentos administrativos para a ocupação e a vedação do terreno, bem como um título para a ocupação e vedação. Depois disso, terá que apresentar o projecto do imóvel e receberá a licença de construção.

Esclareceu que a tipologia das residências já estão estabelecidas no plano de massa e as diferenças consistem apenas nos acabamentos. a renda média, a casa pode ir até dois pisos e na renda alta três, mas o volume é igual para todos, ao contrário da zona social em que o moradores terão que seguir o modelo das casas previamente definido que consiste em casas com duas caídas.

Empregos garantidos

José da Conceição Caunda. esclareceu que es e projecto congrega todas essas componentes que representam os quatro eixos que regem o urbanismo, designadamente, habitar, circular, lazer e trabalho. "As pes oas têm que ter estes privilégios dentro de uma área urbana, não basta habitar. Têm que haver áreas de lazer, zonas de circulação e algum trabalho. ós temos constatado que uma boa parte destes eixos funcionam nas nossas centralidades, mas não tanto quanto queríamos, principalmente a questão do trabalho porque grande parte das pessoas já os tinham antes de irem para lá residir" uma demonstração de que preultrapassar os constrangimentos que enfrentam alguns dos moradores das novas centralidades, por terem a transformado numa espécie de dormitório, esclareceram que pretendem instalar no projecto Maye Maye uma zona industrial de modos a que grande parte da população economicamente activa que for para lá residir tenha a possibilidade de conseguir um emprego ou urna oportunidade de negócio.

O entanto, alertou que o enquadramento dos requerentes em cada uma destas três áreas está a ser feito em função das suas capacidades financeiras.

2.8.11 Administradora do Sambizanga

Jornal Manchete

14 De Agosto de 2015

O processo de requalificação e transferência dos moradores do bairro Operário, no distrito urbano

do Sambizanga, em Luanda, não tem sido conduzido com transparência.

A informação foi prestada ao Manchete, pelos próprios moradores que acusam a sua administradora, Mara Baptista de beneficiar com apartamentos alguns cidadãos que nunca Viveram na mesma circunscrição.

Segundo as fontes, muitos habitantes aproveitaram ganhar casas através de requalificação do bairro Operário. Enquanto, que os verdadeiros moradores estão a mendigar para conseguir um espaço para morar. Por outro lado, os injustiçados solicitam a intervenção imediata das autoridades centrais, sobretudo do governador da província de Luanda, Graciano Domingos com vista a colocar ordem naquilo que os cidadãos estão considerar de nepotismo.

2.8.12 Alerta aos empresários

Jornal O País

14 De Agosto de 2015

O arquiteto advertiu que os empreendedores que forem contemplados terão que dar um tratamento útil e efectivo aos terrenos, não bastará montarem quatro pilares em cada lado e fixarem uma placa com os dizer "futuras instalações da empresa ... ". Quem assim proceder correrá o risco de não ver validada a sua candidatura.

No que concerne ao tempo estipulâdo para implementarem as empresas, o arquiteto, disse que estão a ponderar em ser num período de três anos e quando elas estiverem implementadas, a mão- obra será constituída pelos próprios moradores.

"O nosso objectivo é que a zona cresça mas com harmonia e ordem. Já perdemos do outro lado da autoestrada o terreno que havia sido reservado para a edificação da zona industrial do Sequele. A população fez lá os casebres que foram transformados em casas de chapas, hoje designado por bairro do Belo Monte" , disse.

Disse acreditar que, com políticas desta natureza, muitas das pessoas que se instalaram no bairro do Belo Monte por acharem que não existia a perspectiva de um loteamento melhor vão aderi-lo e, assim, conseguirão desafogar a zona e implementar algum projecto de forma bem controlada. Assegurou que as coisas tendem a melhorar com a entrada em funcionamento de um sistema informnático de registo de cadastramento que os permite terem o registo de todas as pessoas que têm parcelas terra no município,

por meio do qual podem analisar, onde estão, em que condições estão e como estão.

A decisão de lotear os terrenos que se encontravam sob tutela da administração, embora constituídos reservas fundiárias, para cedência pública a aqueles que realmente precisam, como diz o slogan, saiu de uma das reuniões do Conselho da Administração Municipal de Cacucaco. Antes de implementarem este projecto, a administração implementou o plano de loteamento e o seu regulamento e a aprovação do Governo Provincial de Luanda, dos Ministérios do Urbanismo e Construção e da Administração do Território, onde foram aprovados com algumas emendas.

Os técnicos de Gestão Urbana de Cacucaco estão nesse preciso momento a trabalhar com o Ministério do Urbanismo e Construção na melhoria dos planos e evolução, para passar de plano de loteamento para plano de urbanização e posteriormente em planos de pormenor.

"A administração criou os meios técnicos e logístico para implementar o projecto a nível do loteamento, por isso, tendo estes arruamentos bem delineados, as equipas de topografias a fazer os seu trabalho.

2.8.13 PR admite dificuldades na requalificação do Sambizanga

Jornal O País

14 De Agosto de 2015

José Eduardo dos Santos falava' com membros do Executivo angolano, numa reunião de balanço da referida visita. "Este grande factor cria constrangimentos, dificuldades", disse o chefe de Estado angolano, embora o Orçamento Geral do Estado tenha previsto recursos para o financiamento desses dois programas que estão em curso.

O chefe de Estado angolano frisou a necessidade de intervenção do sector privado, salientando que o "Estado não poderá fazer tudo sozinho.

"Sobretudo na promoção e desenvolvimento do sector imobiliário para a construção de casas para diferentes níveis de rendimento. Casas para pessoas que tenham um nível de rendimento médio ou alto e também casas para aquelas pessoas que tenham rendimentos baixos, que tenham menos recursos", sublinhou.

De acordos com José Eduardo dos Santos, os dois empreendimentos levados a cabo quer pelo Ministério da Construção quer pelo do Urbanismo e Habitação debatem-se com insuficiência de recursos

financeiros, embora o Orçamento Geral do Estado tenha previsto recursos para estes dois programas que estão em curso.

"A verdade é que dificilmente o Governo consegue mobilizar dinheiro suficiente para o pagamento das obras e neste contexto deve-se fazer uma melhor gestão dos solos através do direito de superfície que permita a implementação de programas de urbanismo", referiu.

O Presidente da República sublinhou que a materialização deste pressuposto passa pelo loteamento de terrenos para a implementação de projectos urbanísticos, de forma que possam ser angariados recursos para financiar o sector imobiliário.

De acordo com o Chefe de Estado serão tomadas medidas com vista a tirar, o mais rápido possível, as pessoas que se encontram em zonas de risco, acelerando a construção de cerca de quatro mil casas.

Sobre a questão dos realojamentos, José Eduardo dos Santos, manifestou preocupação com o que apelidou de "problema de disciplina", casos de pessoas que são realojadas e de seguida abandonam ou vendem as casas, retomando para as zonas dos projetos.

"Voltam a ocupar anarquicamente os espaços, dificultam o andamento dos trabalhos e das obras, provocam tremendos atrasos e vários constrangimentos. Portanto, há também o problema da disciplina e do exercício da autoridade pelos responsáveis da administração local, administradores municipais, comunais, no sentido de exercer essa autoridade, naturalmente com ponderação, mas de tal maneira que se respeite a legislação", frisou.

Concluídos 30 edifícios no distrito urbano do Sambizanga

Trinta edifícios estão concluídos no distrito urbano do Sambizanga, município de Luanda, no quadro da requalificação urbana em curso na circunscrição, anunciou ontem em Luanda, o ministro do Urbanismo e Habitação, José Silva.

O ministro fez saber que os edifícios estão em fase de entrega aos futuros ocupantes, restando os acabamentos nas redes técnicas de água, energia eléctrica e esgotos.

José Silva considerou que a metodologia definida para a implementação da estratégia de reconversão urbana consiste numa primeira fase, e de forma genérica, na urbanização de uma área disponível (sem ocupação) com objectivo de acomodar a população residente nas áreas circunvizinhas.

"Esta estratégia permitirá edificar novas urbanizações de forma faseada, nas áreas libertas após a transferência da população dos espaços degradados", frisou.

Na sua óptica, esta metodologia, apelidada de "bola de neve", permitirá que a estratégia definida para reconversão urbana se configure num ciclo de acções sustentáveis, servindo de exemplo para a intervenção noutras localidades.

A reconversão implica a alteração completa do existente de um estado degradado, para um estado renovado.

Mil e 250 metros da rua Ndunduma em reabilitação

Quatrocentos metros de estrada, dos mil e 250 previstos na rua Ndunduma, no distrito urbano do Sambizanga, município de Luanda, encontram-se em reabilitação, informou ontem nesta cidade o ministro da Construção, Valdemar Pires Alexandre. O governante referiu que as intervenções em curso consistem em terraplenagem, drenagem pluvial, drenagem das águas residuais, rede de esgotos, pavimentação, equipamentos de sinalização e segurança, colocação de lancis, iluminação pública e espaços para estacionamento.

"Nesta altura nós já estamos acima dos 30 por cento de execução física. Mais ou menos na mesma proporção na execução financeira", sublinhou.

Fez saber que os constrangimentos são inúmeros e muitos têm haver com a falta de cadastramento das redes técnicas que existem ao longo desta empreitada.

Na sua óptica, continuarão a trabalhar de forma articulada com as administrações locais, entidades concessionárias dos serviços técnicos, como a EPAL, ENDE, entre outras, no sentido de haver menor interferência nesses serviços existentes. Considerou que o sector está engajado na celeridade destes trabalhos, razão pela qual adoptaram uma estratégia faseada na execução da empreitada.

2.8.14 Presidente da República visitou ontem o Sambizanga

Jornal Economia e Finanças
14 De Agosto de 2015

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, advogou ontem, quinta-feira, a participação privada no desenvolvimento do sector imobiliário, com vista a reduzir a falta de recursos financeiros com que o Estado se debate neste momento.

De acordo com a Angop, o Chefe de Estado fez este pronunciamento na reunião que manteve no Gabinete de Reconversão Urbana, no termo da jornada de campo realizada ao distrito urbano do Sambizanga, onde estão a ser erguidas urbanizações com vista a minimizar a falta de habitação com que a população se debate.

De acordo com José Eduardo dos Santos, os dois empreendimentos levados a cabo quer pelo Ministério da Construção quer pelo do Urbanismo e Habitação debatem-se com insuficiência de recursos financeiros, embora o Orçamento Geral do Estado tenha previsto recursos para estes dois programas que estão em curso.

"A verdade é que dificilmente o Governo consegue mobilizar dinheiro suficiente para o pagamento das obras e neste contexto deve-se fazer uma melhor gestão dos solos através do direito de superfície que permita a implementação de programas de urbanismo", referiu o Chefe de Estado angolano.

O Presidente da República sublinhou que a materialização deste pressuposto passa pelo loteamento de terrenos para a implementação de projectos urbanísticos, de forma que possam ser

angariados recursos para financiar o sector imobiliário.

"O Estado deve contar com a participação do sector privado sobretudo na promoção e desenvolvimento do sector imobiliário na construção de casas para pessoas que têm rendimento médio e alto e para aquelas com menos recursos", realçou.

De acordo com o Chefe de Estado serão tomadas medidas com vista a tirar, o mais rápido possível, as pessoas que se encontram em zonas de risco, acelerando a construção de cerca de quatro mil casas.

Por seu turno, o ministério da construção garante a redução do prazo de conclusão das obras na rua Ndunduma e da Encosta da Boavista antes dos 14 meses previstos no contrato.

As obras de requalificação da rua Ndunduma e da encosta da Boavista, no distrito urbano do Sambizanga, município de Luanda, serão concluídas antes dos 14 meses previsto no contrato, anunciou ontem o ministro da Construção, Waldemar Pires Alexandre.

O governante manifestou este desejo no final de uma visita de campo efectuada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, às obras de

requalificação da rua Ndunduma, encostas da Boavista, viaduto e centralidade do Sambizanga.

"Vamos reduzir o tempo da conclusão das obras, pois os 14 meses antes previstos se afiguram muito prolongado. O sector vai trabalhar nesse sentido e aprimorar os procedimentos para que este prazo seja encurtado dentro daquilo que constitui a agenda política", afirmou.

De acordo com o responsável, na rua Ndunduma estão a ser repostas e requalificadas infra-estruturas básicas.

"A empreitada de protecção e estabilização das encostas da Boavista decorre a bom ritmo. Apesar da sua primeira fase estar na parte conclusiva, ainda persistem os problemas dos realojamentos "Como principais constrangimentos ao desenvolvimento destas empreitadas", frisou.

Waldemar Pires Alexandre disse ter tomado nota da orientação do Presidente da República sobre a necessidade de se trabalhar de forma articulada, no sentido de se encontrar as melhores soluções no que toca os recursos orçamentais e financeiros para se reduzir a interferência desse fenómeno nas obras em curso.

O ministro fez saber que no bairro Marconí estão construídas infra-estruturas como escolas secundárias e uma primária, bem como as instalações do SIAC. Já no ex-mercado Roque Santeiro, o responsável garante ter encontrado em conjunto com o empreiteiro da obra mecanismo para se tornar mais célere, num horizonte temporal de dois anos restantes.

O governante esclareceu que as restantes empreitadas, quer no distrito urbano do Sambizanga, quer nas áreas circunvizinhas, os principais problemas resumem-se ao realojamento, interferência das redes técnicas e outros de natureza financeira, que já estão assegurados.

Realçou que os investimentos feitos nas encostas da Boavista são avultados, com um custo total de 85.6 milhões de dólares de investimentos para a melhoria do sistema viário.

Informou que neste momento decorrem cinco empreitadas: melhor ia dos acessos ao Porto de Luanda, estrada da Sonils, a ligação desta para com a do Kifangondo, estrada Kima Kienda e a construção de duas pontes na rotunda da Boavista (a duplicação da passagem superior do caminho-de-ferro) e a travessia da ponte do canal do Soroca.

Segundo o ministro, foram cadastrados no processo de realojamento cerca de quatro mil 500 casas e das

quais cerca de 860 estão directamente relacionadas com o traçado das vias em curso.

No que toca os trabalhos de contenção das encostas da Boavista, definiu-se como zona prioritária a rotunda da Boavista, constante ainda da primeira fase do projecto, para se estabilizar as encostas e se reduzirem os desabamentos de terra que acontecem frequentemente na avenida Kima Kienda.

Durante a jornada de campo do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, foram vistoriadas obras da rua Ndunduma, encostas do Miramar, visita ao viaduto e passagem pelas antigas instalações do mercado Roque Santeiro.

2.8.15 Aceitar viver mal na Boavista

Jornal A Capital

15 De Agosto de 2015

Texto: Manuel Alberto

Mesmo com as constantes chamadas de atenção das autoridades, populares teimam em continuar a viver em zonas extremamente críticas e precárias, sem quaisquer condições de habitabilidade. Tal é o caso da Boavista. A grande verdade é que a fotografia actual da zona transmite enorme preocupação e contrasta com a despreocupação da população que vê o lugar a se degradar cada vez mais, todos os dias.

E, o pior momento, como muitos deles considera, esta a se aproximar a passos largos. A época chuvosa. Isaías Luis, 27 anos, reside na Boavista há 11 anos com a sua família em situações extremamente críticas numa residência em condições desumanas, numa área que não oferece nenhuma segurança para a família. Ele reconhece este facto, mas por não ter meios, prefere continuar no local.

"Quando começaram os deslizamentos de terra, aqueles que tiveram possibilidades foram para outras áreas. Os que não tiveram, permaneceram até a data actual, como é o meu caso", argumentou, reforçando que continua no local até hoje, a espera do programa de desalojamento do Governo da província que visa dar outras moradias as populações.

"No ano passado foram enumeradas algumas casas, inclusive a minha, mas até aqui, não vemos nada", lamentou Luis, para depois? Que embora receie viver naquela zona, seu grande dilema é não ter condições nem meios de abandonar o local. Outro drama de Isaías Luis é o nível de delinquência. Segundo ele, o bairro oferece condições para a prática.

"Corremos risco de sofrer assaltos todos os dias", queixou-se, clamando pela intervenção do

Governo no sentido de usar da situação. Pai de 9 filhos, todos naturais da Boavista José Vive no interior da Boavista desde o longínquo ano de 1992.

"Vivermos aqui sem condições. As que temos não favorecem a evolução da pessoa. Problemas de lixo e de outras situações, enfermam nosso quotidiano. Vivemos mal", lamentou Domingos, NOS reiterando a seguir que os que à habitam são pessoas em condições para onde ir, "Aguardamos pela promessa do Governo de nos mudar para outros sítios", manifestou, para depois adiantar que os problemas no dia-a-dia são constantes, desde as questões de roubo e casos de incêndios, que têm chegado mesmo a vitimar pessoas.

"As casas acabam por arder com o fogo, pelo facto, de a equipa de bombeiros não ter como acudir a situação. A época de chuva também é outro problema para muitos de nos", destacou. Por mais de meia hora, o A Capital viveu e conviveu de perto a realidade daquela comunidade, dura e sofrível, atendendo a maneira como muitas famílias lutam para sobreviver naquelas condições, onde o que tem de melhor parece ser a energia eléctrica,

No bairro falta água canalizada o mais marcante, mesmo, é as péssimas condições de muitos daqueles casebres, construídos de qualquer maneira, bem como o elevado número de crianças deixadas ao relento que fazem das lixeiras o seu parque de diversão. "Viver aqui e enfrentar a delinquência para além da falta de quase tudo", lamentou Domingos Luis Francisco, destacando que o problema da chuva tem sido o causador de muitos dissabores no seio da comunidade. "Tempo chuvoso e a época mais desagradável.

2.8.16 Lobito reserva terrenos para a zona industrial

Jornal de Angola

18 De Agosto de 2015

Texto: Sampaio Júnior

O novo ordenamento territorial do Blóplo Culango tem reservada uma área de cinco mil hectares para a Instalação de um novo parque Industrial, disse, na cidade, o governador provincial de Benguela, Isaac dos Anjos.

Com a execução do projecto, a localidade torna-se um local agradável e propício para a construção de um conjunto de infra-estruturas produtivas e comerciais, acrescentou o governador provincial, que considerou o Corredor do Lobito uma porta para a região austral de África.

"Estão identificados os programas de estabilidade e crescimento para vencer a crise e relançar a economia no município do Lobito", disse o governador provincial, que acrescentou: "Queremos apenas um maior desempenho de gente que esteja interessada em pôr mãos à obra para deixarmos de depender do sector petrolífero".

No quadro da aposta do Executivo na diversificação da economia, a Administração do Lobito vai levar a cabo vastas acções de estudo de mercado nas comunas do Culango, Canjala e Egipto Praia, no sentido de despertar o interesse dos empresários, disse Isaac dos Anjos.

Essas localidades possuem recursos naturais pouco explorados nos domínios da pesca, agricultura, minérios, turismo rural, entre outros, que tornam "possível praticar-se actividade produtiva ou de exploração sustentável, aquela que respeita o meio ambiente".

O peso significativo que o sector petrolífero detém nas receitas fiscais é um factor de risco para a gestão orçamental ao expor a economia interna aos choques do mercado desse produto, quadro que precisa ser mudado, defendeu Isaac dos Anjos. A cidade do Lobito está a potencializar-se e vai ter um forte desempenho na mudança positiva do panorama económico do Corredor do Lobito, criando condições para enfrentar a competitividade, a partir da sua vocação turística e cosmopolita.

"Vamos continuar a trabalhar para relançar a economia, promover o emprego e prosseguir com a modernização do município, contribuir para o fortalecimento e auto-estima das famílias", acrescentou o governador provincial de Benguela.

Falta de espaço

A cidade do Lobito regista, nos últimos tempos, uma grande procura de terrenos para instalação de novas infra-estruturas, informou Isaac dos Anjos. "Em face da falta de espaços urbe, foi criado o novo ordenamento territorial do Biópio-Culango, que se apresenta com uma trajectória sustentada de crescimento no quadro do programa de expansão."

O novo ordenamento territorial é uma localidade na qual foram feitos estudos para a instalação da nova cidade do Lobito, respeitando todos os aspectos ecológicos. Os primeiros habitantes são os sinistrados das últimas chuvas, que já receberam as parcelas de terra devidamente infra-estruturadas.

A imagem da cidade ficou beliscada com as últimas chuvas, que causaram dezenas de mortos, pelo que é necessário recuperar a confiança da população com

trabalho, que passa pela reabilitação das valas de drenagem e fazer a ligação com as comportas do mar, além de evitar que os cidadãos construam em zonas de risco, considerou Isaac dos Anjos, que explicou que o Lobito apresenta restrições à instalação de novos estabelecimentos públicos ou privados. "Devido às características naturais da região, começaram a surgir problemas ambientais, como a morte dos mangais e, como consequência, o desaparecimento dos flamingos cor-de-rosa, um dos símbolos da cidade."

Resgate dos flamingos

O administrador municipal do Lobito, Alberto Ngongo, apresentou como um dos desafios da municipalidade a restauração e preservação do ecossistema dos mangais. "No último ano, assistiu-se ao regresso de milhares flamingos cor-de-rosa às zonas da Caponte e Compão, o que voltou a encher de orgulho os moradores."

É urgente transformar a biodiversidade dos mangais e da Baía do Lobito em capital económico, proporcionando a coexistência entre o desenvolvimento e o ambiente e transformar o flamingo cor-de-rosa na imagem de marca da cidade, disse Alberto Ngongo. Devido à sua beleza e à concentração em grandes bandos, a ave costuma chamar a atenção de dezenas de pessoas nacionais e estrangeiras, que recolhem imagens para mostrar ao resto de Angola e o Mundo, pelo que o flamingo cor-de-rosa ganhou o direito de ser o símbolo da cidade.

Do ponto de vista ecológico, os mangais são importantes para o enriquecimento da costa em nutrientes, como zona de alimentação, reprodução e abrigo de peixes, crustáceos e uma grande variedade de aves, assim como servem suporte a diversas comunidades de micro e macro flora e fauna terrestre e aquática.

Melhorar a mobilidade

O Governo Provincial de Benguela sente a necessidade do alargamento da Estrada Nacional 100 no troço entre o Sumbe e Benguela para melhorar a circulação rodoviária e reduzir os índices de sinistralidade, disse o administrador municipal do Lobito, Alberto Ngongo.

A plataforma da Estrada Nacional 100 entre as cidades do Lobito e Benguela recebe trânsito muito pesado, em função do fluxo rodoviário entre o Norte e o Sul do país e entre o litoral e o interior, referiu. Com o surgimento de uma nova cidade ao longo da estrada, a circulação automóvel vai aumentar nos cerca de 22 quilómetros entre o Lobito e essa

centralidade, o que vai complicar ainda mais o trânsito.

Alberto Ngongo lembrou que estão a ser feitas obras em várias artérias da cidade do Lobito, para oferecer opções à Estrada Nacional 100, para a qual, disse, existem projectos de modernização ao nível do Executivo.

"Não é possível fazer tudo ao mesmo tempo. Temos de começar por algum lado e o trabalho começou e não vai parar, para termos a cidade do Lobito limpa, com os espaços verdes conservados", afirmou o administrador municipal.

A oferta de transportes públicos foi também apontada pelo administrador municipal como saída para o descongestionamento do tráfego rodoviário naquela via.

Comodidade e cidadania

O projecto do ordenamento territorial Biópio Culango inclui investimentos nos sectores económico e social. O administrador do Lobito referiu que vão ser asseguradas as condições para a instalação de empresas em áreas residenciais, como acessibilidade, distribuição de água e energia eléctrica, escolas, hospital com serviços continuados de qualidade e inclusive acesso às novas redes de banda larga. Consta desse grande projecto imobiliário, a construção de moradias e apartamentos de luxo, um hotel de cinco estrelas, piscinas, campo de golfe e quadra polidesportiva. Alberto Ngongo desafiou os lobitenses a manterem um diálogo permanente e cooperante, para que se encontrem soluções consensuais para os problemas do município.

Ouvido s pela reportagem do Jornal de Angola sobre a execução do projecto, o professor universitário José Maria louvou a iniciativa do Governo de Provincial de Benguela. "Precisamos de projectos de urbanização que melhorem a vida das pessoas", afirmou. João Maria disse que a construção de novas centralidades deve promover qualidade de vida e fortalecer os laços sociais e o respeito entre os vizinhos. "Tudo isso faz parte da nossa cultura".

Para o docente universitário, o aumento da participação democrática é importante para resgatar os bons valores. "É preciso voltar à figura de que o vizinho é o primeiro familiar que temos."

2.8.17 Ocupação ilegal de casas no Zango

Jornal de Angola

19 De Agosto de 2015

O comandante da Região Militar de Luanda, general Simão Carlitos Wala, desencoraja a ocupação de residências e terrenos por parte de elementos das Forças Armadas Angolanas (FAA) ou outros cidadãos. O apelo decorre de uma acção realizada por uma companhia da Polícia Militar, que resultou na desocupação de 160 residências pertencentes ao Ministério da Juventude e Desportos, nas localidades do Zango 4 e Sapú, município de Viana.

Por solicitação deste organismo ministerial, a Região Militar de Luanda procedeu à desocupação dos imóveis, ocupados ilegalmente e por invasão, por efectivos das Forças Armadas Angolanas (FAA), da Polícia Nacional (PN) e civis.

Como resultado da operação, os ocupantes ilegais das residências foram detidos e aguardam por procedimentos judiciais. Segundo o comandante da Região Militar de Luanda, general Carlitos Wala, operações semelhantes vão prosseguir, no sentido de desencorajar este tipo de práticas. De referir que um pouco por toda a capital do país tem ocorrido a ocupação ilegal de imóveis nas centralidades e outro projectos residenciais erguidos pelo Executivo.

2.8.18 Bento Soite

Semanário Angolense

21 De Agosto de 2015

Quando, há coisa de três anos, procedeu-se ao despejo dos moradores da antiga Favela, à Chicala, e o seu realojamento no Panguíla, houve famílias que foram obrigadas a dividir o mesmo tecto devido a uma alegada indisponibilidade de casas. Na altura, Bento Soite - que era e ainda é responsável pelos realojamentos daqueles moradores - dera garantias à imprensa que a situação dessas famílias seria resolvida no «dentro de alguns dias». Acontece, porém, que já lá vão muitos anos e a situação ainda não se alterou, ou seja, as famílias continuam «acantonadas» no mesmo espaço, a respirar o mesmo ar, sem que haja no horizonte uma luz de esperança para o fim do calvário a que elas têm sido sujeitas. Isso faz-se?

2.8.19 Casas desabitadas no Zango servem de depósito de lixo e esconderismo de marginais

Seminário Angolense

21 De Agosto de 2015

Texto: João Silva

O Semanário Angolense constatou que nos Zangos 2 e 3, realmente existem diversas residências desabitadas que, quando não são vendidas ou distribuídas a pessoas próximas dos responsáveis, têm servido de covil de marginais, segundo moradores da zona.

De acordo com alguns moradores provenientes da Camuxiba, distrito urbano da Samba, há algum tempo atrás, foram avisados por funcionários do governo provincial, que até Março do corrente ano, as referidas residências seriam ocupadas por cidadãos que sairiam da Chicala-2. Contudo, os mesmos foram realojados em outra área. De seguida, uma outra informação posta a circular dava conta que quem ocuparia aquelas residências seriam os que sairiam das montanhas da Samba.

Assim, entre informações contraditórias, as casas continuam ao léu. Indignados e preocupados, os moradores sustentam que quando foram transferidos para as actuais residências, também estiveram na situação de uma residência para duas famílias. Por não terem concordado com aquela situação, reivindicaram os seus direitos junto da administração, ameaçaram manifestar-se e levar o caso até às últimas consequências e só assim foi-lhes entregue uma casa para cada família.

Aproveitando a presença da reportagem do Semanário Angolense, os moradores do Zango-2, provenientes do distrito da Samba, alegam que estão preocupados com as residências desabitadas porque as mesmas também estão a servir como depósito de lixo e, caso não sejam rapidamente habitadas, outras consequências mais graves poderão advir.

Ainda segundo os moradores, tem havido muitas irregularidades no que toca à distribuição de casas nessas novas comunidades. Conforme disseram, geralmente as casas não são entregues aos verdadeiros necessitados porque, entre as administrações municipais, fiscais e outros dirigentes civis e militares, há uma rede que maneja tudo e

acabam por ficar com as casas para fins próprios. Quem tem dinheiro, com toda a facilidade do mundo compra uma casa na Sapú, Zango ou Panguila.

Esses indivíduos, abusando da autoridade que têm enquanto funcionários do Estado, estão a fazer grandes fortunas com a venda das residências que seriam destinadas a esses cidadãos. «Muitos são pessoas bem da vida e possuidores de dez ou mais residências mas, mesmo assim, continuam a ter todas as facilidades para cada vez, obterem mais residências para oferecerem a familiares e outras pessoas de sua conveniência e sobretudo venderem», disse um cidadão agastado e que pediu anonimato por temer represálias.

Situações inadmissíveis

José dos Santos, de 35 anos de idade, funcionário público e morador do Zango-2, é proveniente do distrito da Samba e afirma ser preocupante a situação dessas residências que estão já há algum tempo desabitadas, considerando que ainda há dezenas de famílias a viver muito mal, amontoadas em uma só residência, em casebres de chapa ou em tendas já surradas. «Porque não transferir essas pessoas para estas residências, muitas das quais vão servindo de depósito de lixo e antro de marginais?», questionou.

Para ele, é necessário e urgente que o Governo central tome medidas imediatas contra esses prevaricadores que se aproveitam das situações para enriquecer ilicitamente em detrimento de pacatos e honestos cidadãos. «Um governo que se preze e que se diz pelo povo não pode admitir o que se está a fazer a estes cidadãos. Isto só suja e deixa bastante maio nosso governo e a pessoa do Chefe de Estado. Indivíduos deste calibre não merecem nem uma migalha de nada e devem ser exemplarmente punidos», incentivou.

Já Afonso António, de 29 anos de idade, estudante, morador do Zango-3, alega ter perdido dois anos lectivos por causa do desalojamento, coisa que o deixou muito transtornado na época. Como cidadão nacional considera ser uma grande injustiça a maneira que muitos angolanos estão a viver na sua própria pátria. Para ele, é inconcebível que haja cidadãos ainda a viver em chapas e tendas rotas, como é o caso dos primeiros habitantes do Zango-1 que se encontram em situação ignóbil desde o princípio do projecto em 2002. Adultos e crianças sofrem com o calor de dia como de noite, sobretudo quando a temperatura está alta e têm de dormir ao relento e expostos a todos os perigos. Em tempo chuvoso até faz pena ver as famílias a sofrer em meio de águas, lama e podridão. «Será que essas pessoas que estão a frente destes projectos têm alguma coisa de humano

e sentem a dor dos outros ou será, como se diz, que gindungo no olho do outro é refresco?», questionou agastado jovem.

2.8.20 Promessas, promessas e promessas

Semanário Angolense
21 De Agosto de 2015

O arquitecto Bento Soito, actual director do Gabinete de Reconversão do Sambizanga e Cazenga, que já foi vice-governador de Luanda para a Área Técnica e director do Gabinete para o Realojamento das Populações em Situação de Risco, prometera há alguns anos atrás, em entrevista a este jornal, que todas as famílias a viverem em situação de promiscuidade habitacional (duas ou mais famílias na mesma casa) no Panguila ou no Zango, assim como aquelas que ainda habitam em tendas ou casebres de chapa seriam realojadas dentro de poucos dias, porque estavam em vias de acabamento as residências que lhes seriam destinadas.

Tempos depois, passado o prazo prometido, reiterou que toda a gente nessas condições teriam casas até 2012 para então passarem a viver condignamente. O que é verdade, passados cerca de cinco anos, as famílias continuam como no princípio, com a agravante de que as condições habitacionais, com o passar dos anos, vai piorando. Se já era difícil conceber, no princípio, diversas famílias a dividirem um mesmo tecto com espaço limitado, imagine-se agora o tormento dessa gente que, a cada dia, vão perdendo tudo, incluindo a dignidade e a saúde.

Outros, postos em tendas, lá continuam apesar de as mesmas quase já não existirem, surradas e rotas pelo tempo, já longo, em que estão a ser usadas. Muitos substituíram-nas por casebres de chapa que, no calor, são autênticos fornos e, na chuva, transformam-se em chiqueiros lamacentos.

A propósito das reportagens que o SA estampa nesta edição, foram efectuados diversos esforços para se chegar à fala com o arquitecto, que é apontado pelas «vítimas» como sendo o culpado de todas as suas desgraças.

O arquitecto não atende os telefones nem responde às mensagens enviadas para falar sobre o assunto. Segundo uma fonte do GPL, «ele está sempre a mudar de telefone e nos últimos tempos é difícil atender números que não conhece».

Assim sendo, perdeu-se uma grande oportunidade para que, quem de direito, se pronunciasse uma vez

mais sobre o futuro daquelas famílias que estão a sofrer por anos consecutivos, enquanto quem os jogou para essa situação dorme o «sono dos justos».

2.8.21 Cáritas denuncia invasão de terras

Novo Jornal

21 De Agosto de 2015

A CÁRITAS diocesana de Malanje denuncia que mais de setenta famílias camponesas, no município de Kiwaba Nzozi, província de Malanje estão a ficar sem as suas terras, em benefício de indivíduos detentores de poder económico no país.

O coordenador de programas da Caritas em Malanje, Carlos Ferraz que fez a denúncia no Conselho Geral da Caritas de Angola, disse haver personalidades desconhecidas e detentoras de poderes económicos oriundos de Luanda que se apoderam ilegalmente das terras comunitárias.

"Trata-se de mais de setenta famílias camponesas no município de Kiwaba Nzoje, Província de Malanje. Os agricultores encontram-se sem espaço para a agricultura" denuncia a Caritas, De Benguela, o responsável da Caritas, padre Manuel Calemba partilhou ainda a preocupação com a malária na diocese de Benguela.

O Presidente da Caritas de Angola, Dom Jesus Tirso Blanco, manifestou-se preocupado com as dificuldades que o braço caritativo da CEAST tem passado. O bispo da Diocese do Luena disse que a caridade e de agenda permanente, o cuidado com os mais fracos sobretudo na luta pelas terras e um elemento decisivo.

A Caritas de Angola e uma federação de entidades de acção caritativa: e social da Igreja Católica em Angola. E um organismo da Conferencia Episcopal de Angola e São Tome (CEAST) e membro da Caritas Internacional.

A Caritas de Angola procura ser uma força motora da caridade baseada na comunidade, promotora do desenvolvimento integral de cada homem. Desenvolve um trabalho de apoio e promoção social grupos e comunidades em situação de precariedade e/ou exclusão social, procurando o seu bem-estar físico, material e espiritual, ajudando-os a ser construtores da sua própria historia e do seu próprio desenvolvimento.

A Caritas de Angola esta autorizada a exercer a sua actividade em Angola, conforme a certidão de 12 de

Fevereiro de 2009, emanada do Ministério da Justiça ao abrigo da Lei 14/91 – Lei das Associações.

2.8.22 'Ninguém será retirado das suas terras'

Jornal O País

21 De Agosto de 2015

Texto: Nilton Monteiro

Contactado, o administrador municipal de Belas, Filipe Barros Espanhol, disse que tem havido resistência por parte de algumas camponesas que se mostram inconformadas com o processo de requalificação. Ainda assim, o responsável tranquilizou os moradores afirmando que "nenhum camponês será retirado das suas terras".

Sem admitir a existência de agressões físicas, Filipe Espanhol realçou que os camponeses que se depararem com situações desta natureza devem de imediato denunciar as autoridades policiais para a devida intervenção.

"Não é espírito da administração e tão pouco do nosso governo agredir as pessoas. Por isso, todos que assim procederem devem ser denunciados a polícia".

Por outro lado, o responsável chamou atenção para casos de oportunismo correntes em terrenos no local, e a construção de casas no perímetro abrangido com a finalidade de beneficiarem de alguma indemnização.

Estas obras, Filipe Espanhol fez saber que a administração continuará a derrubar de modos a desincentivar os demais.

Importa salientar que o perímetro abrangido está composto pelos Bitas progresso, Cacate e Tanque. Fazem ainda parte o Bita Ambriz e Júlio, cuja finalidade é a administração de Belas transformar em zona habitacional organizada por se situar nas proximidades da Centralidade do Kilamba e evitar que surgem novos musseques no referido perímetro.

Do espaço que for tomado aos camponeses, a administração usará para a construção de infraestruturas sociais, tais como escolas, postos policiais e hospitais, sendo que o lote restante será vendido aos demais cidadãos interessados.

O processo de venda dos espaços, segundo apurou O PAÍS, será feito de forma aberta, cuja participação será feita através dos órgãos de comunicação social no sentido de oferecer transparência ao processo.

Do cadastro feito, já se atingiu os 700 camponeses que segundo o administrador, na concessão de

terrenos serão os primeiros a serem contemplados. Desta forma, o camponês receberá um documento de titularidade com a quantidade de terra que lhe couber.

2.8.23 Divisão de terras divide camponeses dos Bitas e Administração

Jornal O País

21 De Agosto de 2015

Texto: Milton Maçana

Cerca de 50 camponeses da zona dos Bitas no Município de Belas, em Luanda manifestaram-se descontentes na manhã de Terça-feira, 18, com a forma como a administração está a levar a cabo o processo de requalificação da referida área.

Entre as descontentes está a velha Domingas Jerónimo de 62 anos, que disse ter sido agredida por supostos fiscais depois destes terem destruído 45 sacos de cimento que armazenava na sua casa.

"No dia seguinte decidimos aproveitar o pouco cimento que restou para construir um outro quarto porque eles deixaram - me na rua. Quando chegaram sem qualquer explicação foram em cima do meu filho e ao defendê-lo um deles deu-me uma pancada", contou Domingas que diz ser camponesa da área desde 1986.

Domingas acrescentou que tão logo os fiscais notaram que estava a sangrar entraram na viatura que os transportava e meteram-se em fuga. Durante a desavença, terá ainda questionado aos homens as razões que estavam na base de tal reacção, tendo os homens alegado que estavam apenas a cumprir 'ordens superiores'.

António Mendes amigo do filho da vítima, afirmou que na sua acção os fiscais têm destruído muitas casas na ausência dos seus proprietários sem no entanto se importarem com os haveres que se encontram no interior das mesmas, citando como mais recente exemplo a situação de Domingas na passada Sexta-feira, 14. "Para além da destruição de casas, estão a fazer a mesma coisa com as nossas lavras. As mães que ficaram ausentes do bairro durante dois dias encontraram as lavras todas destruídas", e entre outros meios destruídos encontram -se também materiais de construção civil como é o caso de carradas de areia e burgau que foram arrastadas pelas máquinas enquanto faziam os arruamentos.

A proposta feita pelo administrador de que o espaço seria dividido em SO por cento para o estado e os

outros 50 para os camponeses não os satisfaz pois dizem que em alguns casos os espaços foram já tomados por alegados 'homens estranhos' que têm sido vistos a circular na área. Dizem igualmente que a administração de Belas não os reuniu para atempadamente informa-los sobre o que seria feito com as suas terras, assim como seria o processo de indemnização.

"Devíamos ter sido chamados e consultados antes de nos forçarem repartir as nossas lavras, porque nós compramos esses espaços e ao longo dos anos fomos pagando ao estado pela cintura verde", disse Angelina Fonseca que revelou ter perdido as plantações de manguieras e de cajueiros da sua lavra. as paredes de algumas casas abrangi das no perímetro de requalificação são visíveis as marcas deixados pelos fiscais em nome do Posto de Comando Unificado (PCU), como constatou O PAIS no local, em algumas casas do Bita Cacate e Progresso.

Incapazes de travar as demolições e destruições das suas lavras, os camponeses apelam ao bom senso da administração alegando que o critério de divisão de terras não está a se efectivar na prática.

"Nós queremos as nossas lavras de volta porque é aqui onde sai os cadernos, livros e roupa dos nossos filhos. Eu que trabalho aqui há mais de 20 anos, o que vou fazer agora com a lavra destruída ", questionou Angelina Fonseca.

Com lágrimas nos olhos, algumas velhas que não esconderam o sentimento de revolta por não receberem uma resposta satisfatória do responsável máximo do município, não descuram a possibilidade de tomar de assalto as máquinas por se sentirem desrespeitadas pelos fiscais.

"Daqui a pouco vamos queimar as máquinas e correr os homens com catanas, porque eles batem e não respeitam as mães", disse outra velha que não se identificou, acrescentando que os esclarecimentos da administração não agradaram os camponeses.

Aproveitamento dos fiscais

Por sua vez, Manuel Van-Dúnem também camponês, disse que muitos supostos fiscais estão a tirar dividendos do processo apropriando-se indevidamente dos espaços das senhoras em nome das autoridades do município, preocupação que foi manifestada também por Felizardo Pimentel da comissão criada para defender o interesse dos lesados.

Apesar de afirmar não estar contra processo de requalificação, Pimentel mostrou-se desapontado com a forma como está a ser conduzido o processo,

referindo que a situação tem afectado a saúde de muitas velhas que fazem do campo o sustento do seu agregado familiar.

"Isso está provocar trombose as mães que se sacrificaram durante anos para terem essas lavras. A informação que recebemos hoje do Administrador não nos satisfaz porque aos poucos estamos a perder as lavras", concluiu.

2.8.24 Moradores fogem da Quiçama para a Ilha

Jornal O País

21 De Agosto de 2015

Texto: Domingos Bento

Depois de ver a sua casa demolida, em Janeiro de 2014, no bairro Kilombo, e posteriormente transferido para o município da Quiçama, João Francisco está de volta à Ilha de Luanda na companhia de outros antigos moradores. Numa das zonas da Chicala, a beira-mar, o pescador, de 48 anos de idade, construiu uma pequena cubata onde decidiu morar há já três meses. Naquele espaço, João disse que, apesar de estar em péssimas condições, reencontrou a felicidade que o Governo de Luanda tirou-lhe injustamente quando no passado levou a cabo o processo de demolição do bairro Kilombo.

"O mar é tudo para mim. Nunca fiz uma outra coisa na minha vida senão pescar. Como é que um Estado sério tira um homem do mar para colocá-lo no mato. Na vida está tudo dividido: pescador vive no mar e camponês no campo. Na zona, onde nos atiraram, deviam lá pôr os homens do campo. E não a gente do mar", desabafou.

Enquanto conversava com O País, numa manhã fria, o homem alimentava-se de pão, chá e peixe grelhado que ele próprio havia acabado de pescar. Com tristeza, João recordou daquele que considera ser o pior dia da sua vida. O dia em que perdeu tudo: a casa, os documentos e todos outros bens que foram embora com a destruição do bairro Kilombo, local onde viveu mais de 21 anos.

Segundo o pescador, falar do processo de desalojamento compulsivo do seu antigo bairro para a longínqua zona da Quiçama, é um assunto que ainda lhe humedece os olhos. "Nem mesmo os animais mereciam ser tratados do jeito que nos trataram.

É desumano, não se faz. É que nem tempo de tirar as coisas nos deram. Partiram as casas e perdemos tudo, tudo. É triste" desabafa.

De acordo com o João Francisco, desde que foi "atirado" para a Quiçama, só tem vivido dias difíceis. Por este motivo decidiu voltar à Ilha. Já a esposa e os cinco filhos enviou-os a casa de familiares, no Cazenga. A ideia, tal como frisou, é criar bases sólidas na Ilha para posteriormente recebê-los. Também as crianças não estão a estudar devido a essa situação toda.

"Nada mais me fez voltar aqui, na ilha, senão mesmo a fome. Lá, na Quiçama, não temos emprego, não temos comida, não temos água, não temos nada. Nenhum ser humano vive assim. Por isso decidi voltar. Assim vou trabalhar e depois puxar a família. Nós que somos pescadores não podemos viver num sítio onde não tem mar", atestou.

Filhos do mar renunciam terra longe

Assim como João, Dezenas de antigos moradores do bairro Kilombo, alojados no município da Quiçama, estão a regressar à ilha de Luanda. De acordo com os populares, a situação na Quiçama é deplorável. Não há mínimo de condições por isso viram-se obrigados a regressarem à zona da Chicala. Este local, os regressados fazem questão de recomoçarem a vida que, segundo eles, anda estagnada desde que foram transferidos para a Quiçama.

Naquele perímetro ao ar livre, a vida começa cedo. Pequenas cubatas e tendas servem de moradias. Todas as manhãs, enquanto os homens vão pescar, as mulheres arrumam as cubatas e preparam as condições de descanso para os maridos que, regra geral, voltam cansados do mar. Na chegada destes, as senhoras ajudam a puxar as redes. Momentos depois o peixe é recolhido e posto em bacias e sacolas. Alguns servem para o consumo diário. Outros são vendidos aos populares das zonas circunvizinhas e nas barracas de comes e bebes que ficam situadas na entrada da Chicala.

"É com o dinheiro obtido das vendas do peixe e outros frutos do mar que conseguimos sobreviver. Não é muito, mas a gente é feliz pescando. Esta é a nossa vida. E na Quiçama não temos isso. Passamos todo o dia a dormir, sem nada a fazer", assegurou Selina Paula.

Ainda de acordo com a jovem de 35 anos de idade, abandonar a Quiçama para voltar à ilha foi a solução mais acertada. "Desde que fomos lá, em 2014, as únicas coisas que nos deram foram as chapas, barrotes e pregos. Com esses materiais fizemos as casas. Do resto é tudo uma miséria. Nos esconderam aí para que as pessoas não vissem a pouca vergonha do nosso Governo".

Já Eva do Rosário, que também esteve alojada na Quiçama, afirmou que a vida naquela zona é insuportável. Por este motivo, decidiu voltar perto do mar, na Chicala, para continuar a vida. "Na Quiçama não tem nada. Eu com esse meu bebé sofremos com mosquitos, frio e falta de água. Nem eles próprios, os governantes, aceitariam viver naquela desgraça", deplorou.

Por seu turno, Paulo Joaquim falou que não dava mais para continuar a viver naquele estado que considera de abandono. Abdicar do local e instalar -se novamente na ilha foi a solução encontrada. "Nos tirarem do Kilombo a força para nos depositar naquele local é o maior pesadelo que já tive. No princípio disseram que as condições deviam melhorar a medida que o tempo passasse. Mas a verdade é que já estamos a caminho de dois anos e as coisas só tendem a piorar. E ninguém é de ferro para viver naquelas condições", atestou.

2.8.25 Vidas destruídas

Jornal O País

21 De Agosto de 2015

Depois de já ter estado lá em Fevereiro de 2014, O País regressou à Quiçama no início desta semana para constatar a falta de condições que estão a forçar a fuga dos populares. Foram cerca de 75 quilómetros de distância percorridos. A medida que íamos nos aproximando do local, já a partir da ponte sobre o rio Kwanza, era possível ver casas de chapas perfiladas e ladeadas pelo mato. São mais de 500 famílias que foram parar ali depois de verem, em Janeiro do ano passado, as suas casas demolidas no bairro Kilombo, na Chicala, pelo Governo Provincial de Luanda.

Logo à nossa chegada, deparamo-nos com um ambiente desolador. A maior parte daquelas casas estão fechadas porque os seus habitantes não resistiram a tanto sofrimento e voltaram à Ilha. Os que ficaram por lá reclamam da falta de tudo. Falam de abandono, desumanidade e insensibilidade por parte de quem governa. A fome e falta de água fustigam a vida daqueles populares que anteriormente dependiam do mar para sobreviver.

É que nem mesmo as crianças estão a ser poupadas pelo sofrimento que se vive naquelas terras distantes. Além de muitas delas ficarem largas horas sem comer nem beber, ainda são obrigadas a conviver com cobras, macacos e outros animais que a qualquer momento podem atacar.

A casa de Ivalina Jorge, situada numa zona de relevo, foi a primeira a ser visitada pela reportagem desse jornal. Já passavam das 15horas e até aquele período

os três filhos menores ainda não haviam comido nada. Num dos cantos da casa, o pequeno Avelino, 7 anos de idade, que já anda adoentado em função das condições em que vive, tremia o corpo todo enquanto chorava com sede e fome.

Impotente, Ivalina pedia calma ao filho porque o único bidão de água de cinco litros que tinha em casa havia terminado na noite anterior. Para conseguir o outro líquido precioso, a senhora disse que precisava percorrer uma distância de aproximadamente seis quilómetros a pé até ao rio. Naquele dia, em virtude da fome, a mãe revelou que não conseguiria percorrer aquela distância toda. Esperar pela boa vontade dos vizinhos era a única solução encontrada pela dona de casa que nem conseguia amamentar filho cassula.

"Essa é a vida que levamos aqui: fome e sede. Assim mesmo as crianças estão a chorar e eu não tenho nada para lhes dar. Eu própria nem sequer tenho força de amamentar. Por isso não estou a conseguir ir ao rio, que é longe daqui. Estou há dois dias sem pôr nada no estômago. O pouco que os vizinhos me dão é que dou às crianças. Na Ilha tínhamos o mar pertinho de nós e era de lá que saía o nosso sustento. Mas o Governo nos tirou o mar, nos tirou tudo", lamentou a dona de casa.

Por sua vez, Luciana Ngueve, a viver também ali há mais de um ano, diz que é obrigada a deslocar-se até a comunidade de Bumba, que dista cerca de 7 quilómetros, para conseguir alimento. "Não é mesmo fácil, estamos a ser tratados como animais. Imagina que, para comer, somos obrigadas a carregar caixas de tomates das camponesas do Bumba. O reservatório de água que meteram aqui não funciona. Somos obrigados a consumir água do rio. É por isso que aqui as diarreias e sarnas são constantes".

Segundo apuramos, o único posto médico instalado no local não funciona. Os doentes são obrigados a recorrer a Catete, a 19 quilómetros da área. A única escola do ensino de base funciona com debilidades porque os professores estão a desistir por falta de salários. Ainda segundo os populares, por causa da situação extrema de pobreza, algumas mulheres estão a se prostituir para manter o sustento da família.

"Quando chegamos aqui o Governo havia dito que nos daria casa no Zango. Mas a verdade é que alguns conseguiram e nós não. Nos abandonaram nestas matas. Nada temos senão o capim e animais a nossa volta. Assim vamos comer capim?", questionou Anita Njinga, moradora.

Sem resposta do Governo Provincial de Luanda não conseguimos ter nenhuma explicação apesar de todas tentativas feitas neste sentido. Já o administrador

municipal da Quiçama, Domingos Assis Fortes, mostrou-se indisponível a falar porque esteve reunido. Mas tudo quanto sabemos é que o perímetro referente ao bairro Kilombo, na Chicala, foi vedado com chapas. Ainda não se sabe ao certo o que as autoridades farão no local que albergava, até à sua demolição, mais de mil famílias que foram repartidas entre a Quiçama e Zango.

2.8.26 Desalojados recebem lotes de terrenos

Jornal De Angola
23 De Agosto de 2015
Texto: Vladimir Prata

Mais de oitocentos lotes de terreno para auto-construção foram distribuídos às famílias que viviam em zonas de risco no município do Tômbwa, revelou sexta-feira o seu administrador.

João Tchindongo referiu que as pessoas abrangidas ocupavam anteriormente antigas fábricas e pescarias há muito desactivadas, mas que passaram a constituir um risco devido ao seu avançado estado de degradação.

O responsável esclareceu que se tratavam de infra-estruturas com mais de 50 anos e com deficientes condições de saneamento básico, entre outros riscos, daí a necessidade de reassentar aqueles cidadãos.

O administrador municipal do Tômbwa anunciou que no local escolhido para reassentar as populações foi projectada a construção de uma escola com seis salas de aula, infantário, posto médico e outros serviços. João Tchindongo disse que, devido às características do Tômbwa, um município situado entre o mar e o deserto, vai ser criada uma nova cortina florestal, em benefício do denominado bairro Plató do Mundo Novo, onde as famílias hão-de ser reassentadas.

Agricultura no Pinda

O programa de apoio às famílias camponesas na localidade do Pinda, a cinco quilómetros da vila piscatória do Tômbwa, está a gerar resultados acima da expectativa, considerou o governador provincial do Namibe, Rui Falcão.

O governador do Namibe, que visitava lavras familiares naquela localidade, disse que as autoridades provinciais reforçaram a capacidade dos camponeses com o aumento das áreas de cultivo e a entrega de tractores, charruas e viaturas para o escoamento dos produtos do campo para as cidades.

A localidade do Pinda é uma das 15 localidades em que foram criados pólos de desenvolvimento agrícola na província do Namibe, visando o combate à pobreza e à diversificação da economia.

2.8.27 Huambo intensifica fiscalização das obras

Jornal de Angola
23 De Agosto de 2015
Texto: António Canepa

A administração municipal do Huambo vai intensificar, nos próximos dias, as acções de fiscalização e sensibilização das populações, com vista a desencorajar a construção anárquica de moradias em locais de risco, garantiu sexta-feira, ao Jornal de Angola, o administrador municipal adjunto, João Figueiredo.

O administrador municipal adjunto do Huambo considerou preocupante o surgimento desordenado de residências, moradias e casebres na cidade e em alguns quintais, o que deixa descaracterizada a paisagem do Huambo, João Figueiredo considera também preocupante a construção de residências ao longo do rio Calohumbula, devido ao risco de desabamento que correm.

Neste momento, acrescentou, decorre o levantamento do número de famílias que residem naquela zona, com vista à sua transferência para zonas mais seguras.

Ambientalistas e arquitectos contactados pelo Jornal de Angola avisam que a construção de habitações em zonas de pouca segurança constitui uma ameaça séria para as populações e aconselham a tomada de medidas preventivas. Eles argumentaram que os terrenos localizados nas linhas de drenagem de água e próximo de ravinas não estão preparados para receber habitações, uma vez que podem ceder facilmente em casos de erosão e chuva.

Dados do Serviço Provincial de Protecção Civil e Bombeiros indicam que existem no Huambo muitas pessoas a construir em locais de risco. Num encontro entre ambientalistas e arquitectos, a especialista Sofia Santana sublinhou que a construção de casas nas áreas de risco deve ser evitada, pois põe em causa a saúde pública.

Especialistas apontaram os bairros do Cambiote e São Pedro como os que mais têm habitações ao longo das linhas de drenagem e próximo de ravinas.

Casas demolidas

O governador provincial do Huambo, Kundi Paihama, numa visita à empresa de distribuição de água, determinou este ano a demolição de 375 residências e outras infra-estruturas construídas de forma ilegal ao longo da conduta de transporte para a cidade.

A medida foi adoptada para facilitar a manutenção da tubagem e a distribuição da água à cidade.

Quanto às famílias afectadas, garantiu que aquelas que tiverem as construções autorizadas pela administração vão ser realojadas em locais mais seguros.

A cidade do Huambo regista muitas construções anárquicas ao longo da conduta de água, principalmente nos bairros da Bomba Baixa, São José, Bom Pastor e na rua do Comércio.

2.8.28 Lotes de terreno foram entregues aos desalojados

Jornal de Angola
24 De Agosto de 2015
Texto: Adriano Sapalo

Centenas de famílias do município de Malanje beneficiaram de lotes de terreno no bairro do Mucasa de Baixo, no âmbito do projecto de autoconstrução dirigi da, revelou ontem o representante da Administração Municipal.

Adão Soares salientou que os contemplados são antigos moradores que se encontravam em zonas de risco e em locais não apropriados para residir.

Cada família recebeu um espaço de 15 por 20 metros, para permitir a construção das suas moradias.

O responsável assegurou ao Jornal de Angola que a entrega de terrenos às famílias desalojadas vai prosseguir até ao final deste mês.

Outra área encontrada para alojar os cidadãos é o bairro da Quizanga, concebido para projectos de auto-construção, disse Adão Soares.

O representante da Administração Municipal de Malanje salientou que as autoridades vão continuar a envidar esforços para garantir que menos pessoas estejam a viver em condições de riscos.

Além dos pontos acima referidos, a Administração vai fazer outros levantamentos para que se encontrem terrenos que apresentem melhores condições para acomodar as famílias locais.

Adão Soares disse ser necessário a colaboração da população, que foi chamada a denunciar os cidadãos que passam por funcionários da Administração e vendem ilegalmente terrenos.

2.8.29 Diálogo com moradores do Bairro Operário

Jornal de Angola
26 De Agosto de 2015
Texto: Yara Simão

A Comissão Administrativa da Cidade de Luanda reuniu-se ontem no Cine São Paulo com os moradores do Bairro Operário para explicar como se vai desenrolar o processo de requalificação urbana daquela zona da capital do país.

O vice-presidente da Comissão Administrativa de Luanda, António Manuel Fiel "Didi", esclareceu que qualquer processo de reconversão ou requalificação urbana é complexo e envolve várias fases, pelo que é sempre necessário uma grande articulação entre os promotores, os executores e os beneficiários.

"Ninguém desconhece também que nestas ocasiões surgem sempre muitos oportunistas, pessoas desonestas e pouco sérias que acabam por deturpar os objectivos que se pretende alcançar", sublinhou o edil.

O objectivo da Comissão Administrativa de Luanda é trabalhar de forma coordenada, de modo a que sejam criadas condições que permitam que a atribuição de habitações no Bairro Operário, à medida que forem concluídos os novos edifícios, se faça com transparência, obedecendo a um plano que requer o respeito pelas regras de ordem técnica.

O vice-presidente da edilidade apelou aos moradores para se organizarem, vigiarem e colaborarem com a Administração e órgãos responsáveis pela execução do projecto. "Esse apoio e ajuda tem de ser permanente, desde o cadastramento das casas e famílias até à conclusão de todo o processo para que efectivamente as pessoas que têm direito às casas não saiam prejudicadas, por qualquer manobra tendente a ludibriar os responsáveis", referiu Fiel "Didi".

A requalificação do Bairro Operário tem como marca melhorar as condições de habitabilidade, de segurança e de acessibilidade em benefício das famílias que ao longo de gerações viveram e permanecem no bairro, mediante condições especiais a estabelecer e que permitam o seu regresso às zonas de influência do projecto à medida que estiverem prontos os edifícios concebidos e construídos para

esse fim, num método de "bola de neve". As outras famílias que não estão nessas condições vão ser também contempladas, mas em condições que serão objecto de regulamentação.

Com este método, a Comissão Administrativa da Cidade de Luanda acredita ir ao encontro das necessidades e possibilidades reais das famílias em matéria de habitação condigna e de consolidação jurídica do direito de propriedade e de posse do bem patrimonial habitacional, ao mesmo tempo que assegura a sustentabilidade operacional e financeira das operações de requalificação urbana. A sessão de ontem foi a primeira de outras que se vão seguir, destinadas ao esclarecimento sobre a reconversão do município. Alguns moradores consideraram insuficiente a informação prestada e por essa razão a Comissão Administrativa apelou a uma melhor coordenação de opiniões. Muitos dos moradores que estiveram na reunião moram na área do Ngola Kiluanje, mas o encontro de ontem era apenas destinado aos moradores do Bairro Operário.

O processo de requalificação do Bairro Operário tem uma duração prevista de cinco anos.

2.8.30 Sambizanga com melhor qualidade de vida

Jornal de Angola

27 De Agosto de 2015

Texto: Yara Simão

Centenas de famílias vão ser desalojadas do Sambizanga e transferidas para o Zango enquanto decorrerem as obras de requalificação do Distrito, com o fito de melhorar a qualidade de vida dos moradores. A declaração foi feita ontem pelo engenheiro Manuel Cruz, durante o encontro de esclarecimento sobre a reconversão do município.

Até agora, disse, foram entregues casas a 276 famílias. Prevê-se ao longo do ano de 2015 o desalojamento de 1.275 famílias originárias e 2.082 famílias não originárias, oriundas dos bairros Santo Rosa, Mota e Lixeira, para o arranque efectivo do programa.

Neste momento, já foram demolidos quatro grandes armazéns e igual número espera por demolição, no bairro da Dimuca, permitindo deste modo a abertura de espaço para a construção de oito edifícios com infra-estruturas integradas, dos 16 edifícios previstos para a primeira fase. No projecto em desenvolvimento, durante o período de 2015-2017, prevê-se para a primeira fase a construção das infra-estruturas e dos primeiros 16 edifícios, com 59 apartamentos, cada para albergar 944 famílias. A

tipologia dos mesmos é de T-3 e comporta uma área útil de 141, 09 metros quadrados, com direito a parque de estacionamento.

O engenheiro Manuel Cruz, ao apresentar o programa executivo de requalificação do Sambizanga, informou que o projecto se enquadra geograficamente numa zona de expansão desregrada, com elevada densidade de construções precárias e degradadas, sem infra-estruturas ou equipamentos urbanos.

Os habitantes daquela área vivem privados das mínimas condições necessárias em termos de qualidade de vida familiar e saúde pública, sustentabilidade e parâmetros culturais e profissionais e o projecto vem para mudar essa realidade, fazendo do distrito urbano do Sambizanga um bom lugar para se viver. "Na Zona do Dimuca vão ser construídas infra-estruturas necessárias, desde as vias públicas, sistemas de drenagem, de telecomunicações e rede de fornecimento de energia. Sobre a construção de equipamentos sociais que vão servir de apoio aos municípios, o destaque recai para as unidades hospitalares e centros de apoio com serviços e escolas", garantiu o engenheiro.

A requalificação do distrito do Sambizanga tem como objectivo a criação de condições espaciais geradoras de um modo de vida moderno, funcional, harmonioso, ecológico e sustentável, o reordenamento, a reconversão e reabsorção urbana da área em questão, de forma a contribuir para a resolução de uma parte significativa dos problemas da cidade de Luanda, a melhoria da qualidade de vida das populações. O programa de requalificação tem ainda como grande objectivo a diversificação e o uso racional do espaço público.

2.8.31 Mais Famílias Serão Desalojadas no Sambizanga

Jornal Manchete

28 De Agosto de 2015

Centenas de famílias vão ser desalojadas do Sambizanga e transferidas para o Zango enquanto decorrerem as obras de requalificação do Distrito, com o fito de melhorar a qualidade de vida dos moradores. A declaração foi feita ontem pelo engenheiro Manuel Cruz, durante o encontro de esclarecimento sobre a reconversão do município.

Até agora, disse, foram entregues casas a 276 famílias. Prevê-se ao longo do ano de 2015 o desalojamento de 1.275 famílias originárias e 2.082 famílias não originárias, oriundas dos bairros Santo Rosa, Mota e

Lixeira, para o arranque efectivo do programa. Neste momento, já foram demolidos quatro grandes armazéns e igual número espera por demolição, no bairro da Dimuca, permitindo deste modo a abertura de espaço para a construção de oito edifícios com infra-estruturas integradas, dos 16 edifícios previstos para a primeira fase. No projecto em desenvolvimento, durante o período de 2015-2017, prevê-se para a primeira fase a construção das infra-estruturas e dos primeiros 16 edifícios, com 59 apartamentos, cada para albergar 944 famílias. A tipologia dos mesmos é de T-3 e comporta uma área útil de 141, 09 metros quadrados, com direito a parque de estacionamento.

O engenheiro Manuel Cruz, ao apresentar o programa executivo de requalificação do Sambizanga, informou que o projecto se enquadra geograficamente numa zona de expansão desregrada, com elevada densidade de construções precárias e degradadas, sem infra-estruturas ou equipamentos urbanos.

Os habitantes daquela área vivem privados das mínimas condições necessárias em termos de qualidade de vida familiar e saúde pública, sustentabilidade e parâmetros culturais e profissionais e o projecto vem para mudar essa realidade, fazendo do distrito urbano do Sambizanga um bom lugar para se viver.

"Na Zona do Dimuca vão ser construídas infra-estruturas necessárias, desde as vias públicas, sistemas de drenagem, de telecomunicações e rede de fornecimento de energia. Sobre a construção de equipamentos Sociais que vão servir de apoio aos munícipes, o destaque recai para as unidades hospitalares e centros de apoio com serviços e escolas", garantiu o engenheiro.

A requalificação do distrito do Sambizanga tem como objectivo a criação de condições espaciais geradoras de um modo de vida moderno, funcional, harmonioso, ecológico e sustentável, o reordenamento, a reconversão e reabsorção urbana da área em questão, de forma a contribuir para a resolução de uma parte significativa dos problemas da cidade de Luanda, a melhoria da qualidade de vida das populações. O programa de requalificação tem ainda como grande objectivo a diversificação e o uso racional do espaço público.

2.8.31 Guerra de terras desemboca em caça às bruchas no Icolo e Bengo

Jornal Manchete

28 De Agosto de 2015

Texto: Francisco Cabila

Os responsáveis da Cooperativa Agrícola do Km 36, Zona 5, localizada na comuna do Bom Jesus, em Catete, dizem temer pelas suas vidas, alegadamente, por fazerem parte de uma lista de elementos, considerados pelas autoridades governamentais locais, como sendo altamente perigosos.

Segundo apurou o Manchete, tratam-se de nove camponeses que, devido à falta de segurança, tiveram que abandonar aquela zona agrícola e refugiaram-se em casa dos familiares, evitando a caça às bruxas.

De acordo com os mesmos, o mote da questão prende-se com o braço de ferro entre os camponeses e a empresa israelita, TAHAL, que pretende levar a cabo um projecto, nas terras por si ocupadas há muitos anos, que a partida estava ligado ao aproveitamento da Bacia Hidrográfica da Kimia. Consta que, várias foram as tentativas de negociações entre as partes, envolvendo a administração municipal do Icolo e Bengo, tendo as mesmas resultado em fracasso, supostamente, porque os agricultores desejam que lhes seja feita uma indemnização justa, enquanto as autoridades governamentais locais e a TAHAL falam em apenas 25 mil kwanzas para cada membro da respectiva cooperativa. "Nós estamos dispostos a deixar as terras, desde que nos seja feita uma indemnização justa, de contrário, continuaremos a lutar para que os nossos direitos sejam respeitados", disseram os lesados, visivelmente desiludidos com o cenário, de terror, que nos últimos dias paira naquela parcela da capital do país.

Ainda de acordo com as fontes deste jornal, a comunidade agrícola naquela zona ficou a saber, recentemente, da existência da lista onde constam os nomes dos nove camponeses considerados altamente perigosos, através de um oficial das Forças Armadas Angolanas (FAA), pertencente a Guarnição Militar de Luanda, identificado como tenente-coronel Guinamau. "Na ocasião, o oficial, para além de outros militares e agentes da polícia, fazia-se

acompanhar do comandante da Esquadra da Polícia que foi erguida nas instalações da TAHAL, Sr. Pascoal, mais conhecido por "Vavá" e dirigiu-se a um dos responsáveis da cooperativa de camponeses e disse-lhe que o projecto está parado há dois anos e o projecto tem que andar «tenho informações de que o senhor é o grande agitador e temos uma lista de nove elementos que são agitadores e altamente perigosos», depois de lhe detalharmos o que estava a acontecer, na realidade, o tenente-coronel disse que não estava ao corrente do assunto", contaram os camponeses, acrescentando que, na altura em que o tenente-coronel Guinamau era informado apareceram os advogados dos mesmos que exigiram do oficial superior para apresentar a documentação da empresa TAHAL, respeitante a titularidade das terras. "Incapaz de satisfazer a exigência dos advogados, o oficial disse que tinha outras tarefas muito que fazer - e que o assunto se resolveria no dia seguinte", contaram as fontes.

O relatório que nunca chegou

Os camponeses lembraram à nossa reportagem, que antes da intervenção do tenente-coronel Guinamau, se deslocaram para aquela zona três tenentes-coronéis, alegadamente, pertencentes a Guarnição Militar de Luanda, tendo mantido uma reunião com os agricultores, na qual afirmaram que a direcção da TAHAL reclama que os mesmos não querem deixar as terras. "Nós explicamos-lhes que estamos aqui há muitos anos e, como acima dissemos, o que pretendemos é uma indemnização justa e que a ideia da criação da cooperativa, a nível nacional, é do Presidente da República, José Eduardo dos Santos", disseram, sublinhado que, postas assim as coisas, os oficiais em causa disseram que iriam elaborar um relatório que deveria ser apresentado ao general Wala, Comandante da Região Militar Luanda, para depois se estabelecerem outros contactos, o que não aconteceu até agora.

Assaltos a mão armada

As coisas estão a ficar feias e, segundo os nossos interlocutores, o pior ainda não aconteceu porque só Deus sabe. Segundo contaram, os assaltos à mão armada tomou corpo naquela zona, dia 31 de Julho último, tendo os mesmos sido direccionados nas residências dos elementos constantes da lista dos nove, considerados altamente perigosos.

Tal como contaram as vítimas, tudo aconteceu, depois de a zona ter sido "visitada" por uma coluna de viaturas das FAA e da Polícia Nacional, da qual fizeram parte altas patentes destes dois organismos. "Depois deles se terem ido embora, às 20 horas começaram os assaltos. Os meliantes dirigiram-se à

casa do Sr. Rendeiro onde depois de baterem insistentemente a porta, sem sucesso, fizeram disparos de armas de fogo na porta e nas janelas, tendo de seguida se dirigido para a garagem onde vandalizaram a sua viatura com tiros." Ainda de acordo com as fontes, antes desta acção, os amigos do alheio, fardados com uniforme das FAA e munidos de armas do tipo AKM, novo em folha, protagonizaram acção semelhante na residência do senhor Chuva, que também faz parte da lista negra das autoridades. "Não tendo encontrado o proprietário da residência, bateram na mulher, que se encontra em estado de gestação, correndo o risco de perder o bebé, de acordo com a observação médica feita depois da agressão", disseram, sublinhando que os homens que fazem biscates nas lavras dos elementos do grupo dos nove, também não foram poupados, tendo sido agredidos e recebidos os bens materiais e monetários. "A situação está grave, sob o olhar das autoridades, que vão contra o povo inocente", revelaram.

Prisões arbitrárias

Outras situações que estão a preocupar os camponeses, são as agressões físicas e verbais, bem como as prisões arbitrárias de que são alvo, frequentemente.

Segundo apurou o Manchete, um dos elementos pertencentes a cooperativa de camponeses, identificado por Vicente, foi preso e barbaramente espancado, alegadamente, por pertencer ao grupo dos nove.

Um agente da Polícia de Trânsito, também foi preso no local, por elementos das FAA, por ir em defesa da sua mãe, camponesa pertencente a cooperativa, tendo sido acusado de agitador. Este jornal apurou, igualmente, que recentemente, o motorista de um brigadeiro das FAA que para lá se deslocou para levar a filha do referido oficial general, no sentido de apurar os danos feitos na sua lavra, também foi preso e só liberto horas depois dos populares implorarem pela sua liberdade.

Os traidores

Ao que tudo indica, com a caça às bruxas, que se verifica de algum tempo há esta parte naquela zona, adicionada ao trabalho das máquinas pertencentes a empresa TAHAL, que está a jogar abaixo todos os bens cultivados pelos camponeses, uma solução pacífica está distante de ser realidade. Para a concretização dos seus intentos, a TAHALL é acusada de ter subornado alguns membros da cooperativa, a troco de míseros dólares americanos. Entre estes, que passaram para o outro lado, constam

nomes como os da Dona Belita, Domingos André, Adão e Mingo. "Enquanto as máquinas destroem os nossos haveres, alguns destes elementos ficam disfarçados nos carros da Polícia, indicando os limites das lavras daqueles que são considerados altamente perigosos", denunciaram, acrescentando que as lavras são destruídas na presença dos proprietários, com insultos à mistura a ver se os mesmos se revoltam.

"Não somos Kalupetekas"

Apesar de estarem com os corações dilacerados, os camponeses afectados pelas máquinas da TAHALL, disseram que apesar dos estragos e insultos, estão sensibilizados a não irem contra as autoridades para evitarem aproveitamento destas, que os querem conectar como pertencentes a um grupo rebelde. "Nós estamos a assistir, impávidos, tudo aquilo que produzimos com muito sacrifício e apesar das condições que possuímos para nos rebelarmos, preferimos o diálogo, porque nos querem conotar com o Kalupeteka", lamentaram.

Ordens superiores

Os nossos interlocutores revelaram, por outro lado, terem mantido, recentemente, um encontro com o coronel França, da Região Militar de Luanda, tendo este dito que recebeu ordens superiores para orientar os camponeses a deixarem as terras para o projecto avançar. «Sabemos que lá é onde sai o vosso ganha-pão, mas, não podemos fazer nada...», terá dito o oficial superior, fazendo fé nas declarações das nossas fontes.

"Voltamos reafirmar, que nós nunca nos opusemos em abandonar as terras, o que pretendemos é uma indemnização justa", pontualizaram, acrescentando que "É aqui onde está o nosso futuro, o garante da nossa velhice, o que fazemos com 25 mil kwanzas?"

Falcone

Comenta-se à boca pequena que uma das figuras influentes que terá impressões digitais nas actividades da TAHAL, naquelas terras é o empresário Pierre Falcone, razão porque as autoridades angolanas viraram costas aos camponeses, saindo em defesa dos seus "invasores"

De realçar que, Pierre Falcone (nascido a 19 de Março de 1954 em Argel) é um empresário francês, Presidente do Pierson Capital Group, com actividade em desenvolvimento imobiliário, infra-estruturas de transporte e serviços petrolíferos em África, na América Latina e na China.

Origens, estudos, família. Pierre Falcone é filho de Pierre Sr Falcone, um empresário francês que criou a

Papa Falcone, uma empresa totalmente integrada na indústria de peixe na Argélia. Tendo nascido na Argélia, Pierre Falcone e os seus pais foram viver para França quando ele tinha oito anos de idade. Os pais saíram da Argélia juntamente com outros cidadãos franceses quando o país optou pela independência, em 1962. Pierre Falcone estudou Direito e Economia na Universidade de Aix-en-Provence (França), entre 1973 e 1975.

Quando chegou ao Brasil, em 1977, com 23 anos, Pierre Falcone rapidamente iniciou a sua actividade comercial em produtos agrícolas. Ao longo dos anos seguintes, desenvolveu uma vasta carteira de clientes e parceiros por toda a América do Sul, o que o levou a constituir-se como representante de várias empresas francesas e chinesas em países como o Brasil ou o México.

China. Pierre Falcone viajou para a China em 1988, onde viria mais tarde a instalar a sede da sua empresa Pierson Capital Ásia. Iniciou as suas operações com a China em serviços de consultoria para empresas europeias líderes que procuraram estabelecer-se na China. Negociou a primeira licença de seguro concedida pela China a uma companhia ocidental, a gigante francesa AXA, bem como a intervenção da Aerospatiale na construção do primeiro satélite de comunicações chinês. África. Pierre Falcone tem participado em vários projectos de grande envergadura em todo o continente. Em 1993, o governo de Angola estava envolvido no conflito armado contra a UNITA, na época considerada, pelas Nações Unidas, uma organização terrorista. Pierre Falcone conseguiu negociar o financiamento do governo angolano, que foi alcançado através da futura produção de petróleo de Angola. A intervenção de Pierre Falcone contribuiu para impedir a queda do governo de Angola.

2.8.32 Moradores do BO abandonam reunião de esclarecimento

Jornal O País

28 De Agosto de 2015

As vendedoras dos moradores que protestavam com murmúrios e gestos enquanto saíam, deveu-se ao facto das explicações que estavam a ser fornecidas pelos técnicos do Ministério do Urbanismo e Habitação e os responsáveis do CACL não corresponderem aos propósitos que os levou à reunião.

As reclamações foram justificadas pelo facto de a requalificação não estar a obedecer o critério de bola de neve anunciado no Início do processo pelos

responsáveis do distrito de Sambizanga e da comuna do BO. Segundo os moradores, havia a promessa da permanência de todos residentes no bairro a medida que a requalificação seguisse.

"Estamos a ir embora porque não é para isso que fomos aqui chamados. As pessoas estão a ser mandadas para o Zango sem explicação, enquanto que há pessoas de fora a viverem no prédio. É necessário meter os mais velhos sentados e explicar devidamente antes de partirem as casas, porque os mais velhos querem morrer no bairro que os viu nascer", disse Virgílio Baptista de 53 anos.

Os descontentes de diferentes faixas etárias entre anciãs e jovens esperavam ver esclarecidas as modalidades de ocupação dos apartamentos do edifício Anangola erguido para os acolher, com a alegação de estar a haver infiltração de pessoas que nunca residiram no BO.

O abandono da sala, em bloco, aconteceu em duas ocasiões, ocorrendo a primeira em vésperas da apresentação teatral de um grupo convidado para animar a cerimónia, que na circunstância exibiu uma peça cuja mensagem não agradou os moradores, por suposta referência de que a urbanização do Zango apresentava melhores condições de habitabilidade em relação ao BO.

Já na segunda ocasião, a meio do encontro aconteceu quando o vice presidente do CACL, António Fiel 'Didi' elucidava sobre as vantagens da requalificação do bairro.

Mas enquanto decorria o evento pequenos grupos iam saindo aos poucos, sendo que no final estavam presentes na sala menos de 500 moradores, dos mais de mil que lotaram o Cine São Paulo, alguns residentes em outras partes do Sambizanga, ávidos de se informarem sobre o processo em curso neste distrito.

Nos últimos meses têm sido recorrente as queixas por parte dos moradores que dizem que as famílias estão a ser retiradas das suas residências mediante força policial sem qualquer tipo de negociação.

Aliás, em Fevereiro, os moradores remeteram um processo ao tribunal provincial de Luanda solicitando a suspensão de eficácia do acto administrativo' mas o referido tribunal indeferiu a providência cautelar, considerando-o de inexistente.

Importa referir que parte dos moradores que se deslocou ao Cine São Paulo encontram -se já a residir no Zango.

" Neste momento estamos no Zango cerca de 200 moradores, mas não é isso que nos foi prometido", disse Vítor Dinis que deixou o bairro em Março depois de 39 anos de vivência.

Transparência no processo

De modos a criar transparência no processo, os moradores insistem que se faça uma auditoria no edifício para se apurar as alegadas irregularidades verificadas na atribuição dos apartamentos com a elaboração de um edital onde deve constar os nomes de todos os moradores contemplados com os apartamentos, cujo resultado, sugerem, deve ser publicado no jornal de Angola.

É que, segundo o presidente da Comissão Ad-hoc, Carlos Garrido, durante uma reunião em Maio do corrente ano, o presidente da Comissão Administrativa de Luanda José Tavares, terá informado que a empreiteira chinesa que construiu o referido prédio não foi paga na totalidade, por esta razão, era necessário vender parte dos apartamentos para liquidar a dívida com a empresa.

Dos 150 apartamentos do edifício Anangola, foram entregues aos moradores do BO até à presente data 82, segundo ainda Carlos Garrido, contrariando as informações prestadas pelos responsáveis da CACL durante a sessão de esclarecimento segundo as quais foram já entregues 100 apartamentos.

"No Bairro Operário nós nos conhecemos todos e sabemos quem são os moradores que estão no prédio e outros que lá estão indevidamente mesmo não fazendo parte do perímetro de requalificação".

Entretanto, António Fiel 'Didi' esclareceu que todo processo de requalificação é complexo, surgindo sempre pessoas oportunistas e desonestas que acabam por deturpar os objectivos que se pretendem alcançar.

Apesar das contestações, Fiel Didi disse que em parte alguma do mundo quatro a cinco famílias vivendo na mesma casa são realojadas todas em apartamentos, acrescentando que se deu uma impressão negativa ao Zango.

"O Zango é hoje um bairro bom para se viver, já foi difícil quando tiramos as pessoas da encosta da Boavista e reassentamo-las em tendas. Hoje já não acontece isso porque todos têm direito a uma casa", disse.

2.8.33 Administradora garante entrega de lotes de terrenos

Jornal Grandes Notícias
28 De Agosto de 2015

A responsável assegurou que os trabalhos de desmatção e loteamento decorrem a bom ritmo devendo a entrega acontecer nos próximos dias.

Paralelamente aos trabalhos de loteamento em curso na via que do acesso a comuna do Luvo, a administradora informou que decorre também o processo de preparação dos documentos a serem atribuídos as famílias beneficiárias. "Os nossos técnicos já estão a preparar todos os documentos necessários para a obtenção de um terreno. E um projecto de auto-construção dirigida, portanto os beneficiários serão contemplados com um projecto de construção que abarca um talão de ocupação, croqui de localização e a respectiva plantas, esclareceu. De acordo com a administradora, os beneficiários num total de 200 famílias, passaram por um processo de triagem, visto que o primeiro levantamento feito apontava para mais de três mil famílias residentes aparentemente em zonas de risco. "Estamos a refinar as nossas estatísticas, pois nem todos que foram cadastrados residem efectivamente em zonas de risco: sublinhou.

2.8.34 Autoridades e população longe de consenso

Jornal A Capital
29 De Agosto de 2015
Texto: Osvaldo de Nascimento

O evento surgiu em cumprimento da orientação do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, aquando da última visita campo as obras de requalificação do Sambizanga. O chefe do Executivo aconselhou na ocasião os responsáveis locais no sentido de informarem população sobre os projectos em curso, seus benefícios e colherem opiniões sobre como podem ajudar na melhoria dos seus bairros.

Presidida pelo vice-presidente da comissão Administrativa de Luanda, acompanhado pela administradora Distrito Urbano do Sambizanga, do assessor do presidente da Comissão e um representante do Ministério da construção, a reunião desta terça-feira juntou uma grande multidão na sala do cine São Paulo ávida de auscultar os esclarecimentos que se impõem.

Entretanto, a ansiedade acabou por durar pouco tempo quando apareceu abordagem a palavra Zango.

"Zango sim" e "Zango não", pelo menos, e a tónica que mantém afastados os moradores do B.O e a Administração. Por falta de informação ou não, certo que poucos minutos depois do arranque da sessão, quando o assessor de José Tavares, Manuel Cruz, apresentava aspectos técnicos do projecto de requalificação a sala ficou praticamente vazia.

Com os ânimos alterados, os moradores vindos de vários pontos do Sambizanga, acusavam a organização de estar mais preocupada com os morado do Bairro Operário em detrimento dos outros.

"Queremos saber quando e que vão partir as nossas casas. Se o objectivo e todo o Sambizanga, não se podem apegar apenas a uma zona", reagiu um munícipe morador do bairro da Dimuca, onde, segundo ele, boa parte das casas já foram demolidas.

" Nunca vimos a administradora interessar-se em conversar com a população do nosso bairro. Estão a mandar-nos todos para o Zango, quando as obras no bairro da arcorUjatern1ll1ararn,e ninguém vive lá", observou ainda. "Eu nasci e cresci no Sambizanga. E não podem chegar e mandar as pessoa para onde quiserem, numa altura (que temos centenas de casas feitas, mas desabitadas", explicou Daniel Paulo. Adilson Alfredo João, um dos elementos que abandonou a sala, defende que problema dos moradores não e grande.

"E simples. Eles estão a demolir a nossas casas. Isso, o que queremos saber e onde nos vão colocar. Não queremos muita política", disse. Moradora do Morro dos Bois, na Beavista, Cecília Adão, considerou que o processo de requalificação devia incidir mais nas pessoas que habitam em zona de risco.

"No Morro dos Bois sempre que chove morre alguém. Preferi abandonar depois que me de conta que as imagens apresentadas não inclui também a nossa zona. Só estão a falar do Miramar do Bairro Operário..." Explicou.

Com quase metade de pessoal ainda na sala a espera de explicações, predominantemente mora dores do B.O, a reunião continuou ate a sessão de perguntas e respostas. Entre várias questões, os populares questionaram os métodos que será usados na segunda fase do projecto e pediram que se envolvam psicólogos e sociólogos, Houve quem lembrou que no tempo colonial, o mesmo processo aconteceu no bairro Cassequel, contudo com mais humanismo.

2.9 SETEMBRO 2015

2.9.1 Docente Universitário fala do estado real do continente

Jornal Grandes Notícias
04 De Setembro de 2015
Texto: *Escrivão José*

Chamado a dissertar sobre o tema: "Mandombe a Arte do Renascimento Africano Modernos, o docente salientou que Simon Kimbango é muito esquecido, e nos devíamos lembrar sempre esta figura histórica porque é o pai do renascimento africano e das independentes no continente. O palestrante sustentou a afirmação, dizendo que, Simon Kimbango organizou o processo de desencadear a luta armada contra o colonialismo, não existia mais nenhuma resistência, trinta anos depois da sua luta, e que começou a surgir a energia aos políticos para solicitarem as independências.

Ditombokel, alertou, que é preciso que a África presta atenção a este líder, porque em algumas Universidades do continente americana, há pesquisas sobre a personalidade e profecias de Simon Kimbango, e infelizmente os nossos dirigentes africanos não o prestam maior atenção e consequentemente o ganho que se vai ter sobre aquela personalidade, e o declínio na letargia do esquecimento.

«Em África existem políticos, que também se inspiraram ao Simon Kimbango, e portanto, é preciso que reconheçamos os líderes das independências africanas, para sabermos qual foi a filosofia, e o que temos que fazer para contextualizar o desafio que nos temos», salientou o docente.

Ditombokel, disse, ainda que, «o Renascimento Africano, não vai esperar os líderes africanos reconhecer, porque é um processo que já arrancou e os investigadores de dores e que vão continuar a informar para convencer os políticos a aderir a este movimento, porque é o único caminho, que nos pode levar ao desenvolvimento do continente», acrescentou.

O docente acrescentou ainda que esta é uma responsabilidade, dos Kimbanguistas e investigador independente, para poder consciencializar os políticos a prestar atenção a filosofia de Simon Kimbango, porque é no pensamento dele onde está a ciência da governação política do continente e do desenvolvimento espiritual do africano, afirmou.

Ao longo da sua explanação, Ditombokel, verbalizou que a África sofre dois problemas, a pobreza extrema e a opressão, esses actuam directamente na alma dos africanos, e devem ser factores de estudos para a resolução dos mesmos. O docente ampliou que, para podermos sair deste mal que enferma a África, é preciso passarmos no processo do renascimento que já começou desde 1921.

O docente Universitário, fez uma tipologia da sociedade africana, os tradicionalistas, que não têm nenhuma intenção de repensar e inovar a nossa cultura, os assimilados, que pensam, que a evolução de África deve basear-se no modelo ocidental; e temos os renascidos, que estão enquadrado na filosofia do Simon Kimbango e isso que temos no continente, afirmou.

«Não há desenvolvimento de uma sociedade, quando nos distanciamos das línguas maternas, para isso o governo angolano deve investir mais como já está a fazer, ao implementar, que os cultos nas igrejas angolanas devem ser veiculados em línguas nacionais», rebateu Ditombokel Luguani Lei Gomes.

2.9.2 Administração apela ao respeito ao memorando

Jornal O País
11 De Setembro de 2015

O Director Municipal de Gestão Urbana de Viana, Esmeraldino Paulo, em entrevista a O PAÍS, disse que a falta de delimitação do perímetro do Santuário de São José de Calumbo e da comunidade local, que culminava em litígio, já teve tratamento a nível da Administração municipal.

Prosseguiu explicando que para o efeito, em 2012, o administrador municipal cessante criou uma comissão técnica para que fosse encontrado consenso entre as partes envolvidas no litígio.

Acrescentando que após sucessivas reuniões e visitas de campo foi elaborado um memorando de entendimento entre a comunidade de Calumbo e a diocese de Viana sob a supervisão e coordenação da Administração Municipal de Viana.

Disse ainda que neste contexto, foi disponibilizado ao santuário São José de Calumbo, um terreno com uma superfície de 45,96 hectares excluindo a área de protecção natural do rio.

O gestor urbano da administração municipal realçou também que a vedação de betão que foi levantada em torno do santuário foi autorizada pela administração, consoante o perímetro definido no memorando.

Salientando que é normal que tal situação gere inquietação no seio dos moradores de Calumbo, no entanto, a Administração municipal de Viana já delegou uma comissão no sentido de averiguar se com o início das obras têm sido respeitadas as cláusulas do memorando. Indagado se a Administração municipal estará capacitada a atribuir outros terrenos aos moradores no caso de ficar comprovado que a igreja está a violar o perímetro reservado à zona de cultivo, Esmeraldino Paulo reiterou que o memorando deve ser cumprido.

"Se umas das partes estiver a violar o memorando os serviços competentes da administração municipal entrarão em acção para repor a legalidade", explicou.

Por sua vez, o presidente da Comissão de Moradores da comuna de Calumbo, Adão Sebastião António, em depoimento ao PAÍS salientou que os moradores sentem-se ameaçados com a presença das "dragas" para extracção de burgau nos seus terrenos, e que tal facto viola o acordo.

Salientando que as autoridades eclesiásticas terão de reunir com o povo, porquanto é de seu conhecimento que o projecto de requalificação do santuário prevê a abertura de um canal que vai passar pelas lavras dos moradores até ao rio. "O padre uno de Almeida endereçou urna missiva à administração comunal, a solicitar autorização para o efeito, no entanto ainda não obtiveram resposta", divulgou.

2.9.3 Pároco de Calumbo acusado de usurpação de terrenos

Jornal O País

11 De Setembro de 2015

Texto: Afrodite Zumba

Um grupo de moradores da comunidade de Calumbo, em Viana, acusa o padre Nuno de Almeida, responsável pelo projecto de requalificação do Santuário de São José de Calumbo, de usurpar as suas lavras, desrespeitando os limites do perímetro definidos pela Administração Municipal de Viana.

De acordo com os moradores da comuna de Calumbo, o litígio à volta dos terrenos entre os moradores e o missionário responsável pelo santuário de Calumbo, Nuno de Almeida já remonta de há certo tempo.

O passado recente, a Administração comunal juntou na mesma mesa os representantes da Administração Municipal de Viana, as autoridades eclesiásticas e tradicionais, os membros da Comissão de Moradores e populares para a demarcação do terreno ocupado

pela Igreja Católica e os terrenos atribuídos aos moradores. Não obstante isso, os populares alegam que foram colocadas máquinas para a extração de inertes junto às suas lavras' facto que deixou os moradores em alvoroço.

"Depois de muito reivindicarmos ficamos a saber que foi o missionário que havia dado directrizes para que as mesmas estivessem naquele local. E com auxílio do coordenador cessante elas foram retiradas e os buracos tapados", afirmou uma das reclamantes.

Entretanto, a fonte destaca que a situação veio a repetir-se no decorrer do mês de Julho do ano em curso, quando tomaram' conhecimento de que para além dos novos muros de betão que cercam o santuário de Calumbo, há novamente máquinas para a extracção de burgau no perímetro destinado à população. A fonte salientou que tal situação motivou a reunir um grupo de moradores e baterem à porta do gabinete do administrador comunal, Manuel Bernardo.

"Reunimo-nos e fomos ao encontro do administrador para apresentar a nossa preocupação, e ele delegou alguém para atender-nos. Alegando que não havia motivos para preocupações porque tinha os croquis em sua posse.", fez saber.

Salientou ainda que não satisfeito, grupo foi ao encontro da autoridade eclesiástica, responsável pelo santuário' missionário Nuno de Almeida, para o indagarem dos projectos que pretende desenvolver junto das suas lavras.

Segundo contou, o padre afirmou que todos os terrenos, incluindo as parcelas de terras onde estão as suas lavras pertencem à Igreja Católica e que as máquinas seriam usadas para a extracção de burgau, que a posteriori serão usadas nas obras de requalificação do Santuário de São José de Calumbo.

Por seu turno, Dona Maria Filipe, de 45 anos fez saber que a sua linhagem familiar é oriunda de Calumbo, e foi aquela terra que a viu nascer e crescer.

Segundo contou, a sua preocupação reside no facto de que os muros de betão, levantados recentemente em torno do perímetro da área demarcada do santuário, impedem que as mesmas tenham acesso directo aos seus terrenos, vendo-se impedidos de cultivar as suas terras.

Salientando que fica mais difícil o acesso ao rio, pois que o percurso fica mais extenso.

"Para chegarmos até à margem do rio, agora temos de deslocar-nos do bairro dos pescadores, dirigirmos

até ao mercado para depois pegarmos o barco", detalhou.

Nesta vertente, Maria Filipe esclarece que esta medida, penalizará também os produtores agrícolas da "Sanzala 15", na zona de Caquila, que actualmente são os fornecedores das hortícolas que as vendedeiras comercializam no mercado de "Mamã de Calumbo".

2.9.4 Requalificações visam fomentar o turismo religioso

Jornal O País

11 De Setembro de 2015

Texto: Virgílio Pinto

Ao prestar esclarecimentos sobre as obras de requalificação que estão a ser executadas no Santuário de São José de Calumbo, Nuno de Almeida relata que as mesmas visam alargar e melhorar aquele espaço.

Prosseguiu dizendo que o projecto está a ser desenvolvido com o objectivo de fomentar o turismo religioso na zona, de modo que qualquer cidadão ou turista possa fazer uma peregrinação ao Santuário local, tal qual se faz em outros santuários pelo mundo.

No que tange a extracção de inertes no local, o missionário Nuno de Almeida confirmou que a mesma será feita, porque o solo daquele terreno tem quantidades consideráveis de burgau e areia que poderão ser utilizados para as obras.

"Nós colocamos um contentor para fazer a extracção de burgau e algumas pessoas alegam que os terrenos são delas", defendeu.

Realçando que tem em sua posse a licença de cadastro mineiro, atribuída a 18 de Março de 2015, pela direcção Nacional de Licenciamento e Cadastro Mineiro, do Ministério da Geologia e Mina.

2.9.5 Comissão de moradores abandalhados pela polícia do Kilamba

Jornal A Capital

12 De Setembro de 2015

Antes mesmo de existir a Cidade do Kilamba, Jeremias Marcelo já habitava na zona do Bitá Cambe já. Ele é um dos responsáveis da Comissão de Moradores, concretamente, coordenador do Sector-B.

Relatou que os problemas de demolições na área já datam desde o mês de Abril do ano passado, confirmando que a primeira acção foi realizada por uma equipa de supostos agentes das FAA, da polícia Nacional e homens da Fiscalização.

"Sem aviso, chegaram aqui e começaram a fazer muita confusão. Bateram em munícipes", revelou, tendo por via disso, recorrido às autoridades da Cidade do Kilamba em busca de soluções.

"Isto ficou como um negócio dos homens do PCU, quando vêem pessoas a entrar com materiais de construção, prendem e obrigam a pagar 150 mil a 200 mil kwanzas para a soltura", denunciou, acrescentando que, sem isso, passam à agressões.

No entanto, Jeremias Marcelo avança que a comissão já andou muito a procura de resolução do problema e por muitas vezes solicitou a intervenção da polícia da Cidade do Kilamba, sem sucesso.

"Desde 2014 andamos abandalhados. Não somos tidos em consideração, enquanto eles continuam a fazer das suas no bairro", registou.

Ao que os moradores sabem, a presença dos PCU visava manter a segurança dos proprietários legítimos de terrenos contra invasores, no caso concreto, militares que aparecem com o intuito de ocuparem os terrenos. Por sua vez, o 1º secretário do Comité de Acção do Partido, (CAP), do bairro Bitá Cambe já, Celestino João Lungongo, fez saber que a situação já foi dada a conhecer às autoridades, pelo que "aguardamos resposta".

2.9.6 Demolições e agressões na ordem do dia

Jornal A Capital

12 De Setembro de 2015

Texto: Manuel Alberto

À entrada do bairro as imagens são logo denunciadoras. Casas e construções demolidas, bem como dezenas e casebres de chapas, umas distantes das outras, cenário típico das zonas que começam a ser habitadas recentemente.

Segundo contaram os moradores ao A Capital, o primeiro acto de demolição protagonizado pelos supostos agentes do PCU e da Polícia Nacional ocorreu no passado mês de Abril de 2014 sem qualquer mandato oficial do Governo Provincial de Luanda, (GPL), para justificar a acção.

Aflitos, alegam que já recorreram ao GPL, ao tempo do então governador Bento Francisco Sebastião Bento. O morador Afonso Kiala, 40 anos, fez parte da comitiva que se deslocou ao palácio da Cidade Baixa.

Residente no local há mais de três anos, adiantou à nossa reportagem que depois do encontro, lhes foi dito que o GPL nada tinha a ver com a situação. Facto é que, até à data presente desconhecem o verdadeiro responsável pelas constantes demolições.

Entretanto, passado algum tempo, voltaram a reconstruir, mas antes, segundo Kiala, contactaram o provedor de Justiça que se fez ao local e garantiu-lhes que não havia problemas em eles habitarem naquela área.

"O provedor de Justiça apareceu aqui no bairro e disse-nos que, pelo que viu, tinha provas absolutas de que bairro nos pertence", registou Kiala.

Ex-militar das Forças Armadas Angolanas, o jovem Ferrão, contou que já presenciou mais de dois actos de agressões protagonizados pelos supostos agentes do PCU.

"Cheguei a ver mais de três vezes os PCU a levarem homens da construção. O meu vizinho e mais um jovem foram levados com os respectivos materiais de construção no mês passado, enquanto um outro senhor foi levado para a unidade deles com as chapas que estavam a pregar", detalhou Ferrão, avançando que os terrenos de muitos dos moradores foram comprados de camponeses, que tinham na área, lavras e quintas.

"Não somos invasores, compramos os terrenos nas mãos dos mais velhos camponeses", defendeu-se, lamentando o facto de várias vezes terem feito participações da postura monstruosa dos agentes do PCU, à Polícia do Kilamba, "mas nada resolvido".

Quem viveu na pele as agressões dos agentes do PCU, tem lembranças dolorosas. Tal é o caso do velho Domingos Manuel Pedro, mais conhecido por Mantorras. Explicou que foi torturado e levado pelos agentes do PCU.

"Encontraram-me a podar as mangueiras. Atiraram-me no carro como se fosse um saco de fuba", ilustrou.

"É uma lembrança de triste memória para mim. Partiram-me três casas", recordou. O velho avançou que, muitos dos moradores já tinham, inclusive, casas bem edificadas no bairro, porém, "eles mandaram fazer casas de chapas".

Cansado com a situação, o proprietário de algumas quintas no local, apelou a segurança por parte das autoridades policiais, porque, "isto eram lavras e agora é um bairro".

Há mais de 12 anos no bairro, a cidadã Luzia André José, 64 anos, tal como Domingos Pedro, possuía lá uma quinta, partes da qual acabou por vender. No espaço que sobrou é onde está à sua própria residência. Ela disse que estava a erguer uma casa no bairro, mas não concluiu por causa dos agentes do PCU.

"Apareceram armados e deixaram cair sem aviso prévio", queixou-se.

"Eles aparecem sempre. Controlam, evitando que as pessoas façam obras", atestou.

2.9.7 Governo recua e constrói para sinistrados

Jornal A Capital

12 De Setembro de 2015

Texto: Marcos António

Governo de Benguela acaba de mudar a sua posição quanto ao realojamento das trezentas famílias que se encontravam no centro do Camuringue, arredores do Lobito, ao abraçar a etapa seguinte à instalação de alicerces na urbanização dos Cabrais, cedendo a pressões de cidadãos sem capacidade financeira.

Uma orientação baixada pelo governador, destinada a empresas que se encontram no terreno, sob supervisão do sector do Urbanismo e Ambiente, foi suficiente para colocar alguma água na fervura, sendo certo que já não se podia camuflar a revolta das vítimas das enxurradas do passado mês de Março.

Dos Anjos, que teve várias decisões contrárias às da estrutura central do Executivo, tomou esta medida quando confrontado com tendas na urbanização delineada para casas condignas, transformada, como se vê, numa espécie de "Camuringue II", Fontes bem posicionadas, em missão nos Cabrais muito antes do anúncio do "desmantelamento" do centro de concentração provisória, ressaltam que os últimos acontecimentos mexeram com o governador provincial, que chegou à conclusão de que "alguma coisa tinha de ser feita". Perante a movimentação das famílias, num claro sinal de protesto, Isaac dos Anjos, dizem as mesmas fontes, entendeu que, apesar da escassez de recursos, é imperiosa uma engenharia no sentido de minimizar os danos. "O senhor

governador pensa que devemos prestar um pequeno auxílio", sintetizou. Num breve contacto com o A Capital, o vice-governador para a esfera Técnica e Infra-estruturas, Victor Sardinha Moita, confirmou os dados acima descritos, salientando que as famílias mais desfavorecidas estão a receber uma ajuda pontual para o levantamento das paredes.

Sem ter prometido fosse o que fosse, até porque "não existem recursos", Moita admitiu que a construção de uma casa à dimensão do modelo patente na urbanização exige mão-de-obra qualificada e material de construção (ferro) adicional ao existente. "É nesta base que damos uma ajuda. São, na verdade, trezentas e setenta casas, uma vez que já lá estavam setenta famílias. As pessoas não devem, entretanto, ficar de braços cruzados, têm de fazer muito para que tudo corra bem", sintetizou. Importa recordar que o Estado gastou um milhão e cem mil Kwanzas em cada um dos trezentos e setenta alicerces construídos. Em cima da mesa estiveram hipóteses que representariam mais 720 milhões ou mil milhões de Kwanzas.

Kangamba 'destronado' por Kissari

Quando os sinistrados, visivelmente agastados, diziam que "alguém prometeu casas" na altura em que se contabilizava o número de desalojados, saltou à vista um pronunciamento público de Bento Kangamba. Tanto é que o governador de Benguela, confrontado por jornalistas após a cerimónia de entrega de alicerces, há já mais de dois meses, afirmou, categórico, que os questionamentos deviam ter sido dirigidos a quem prometeu. "Vocês devem perguntar ao senhor Bento Kangamba, o governador não se responsabiliza pelo que os outros dizem", sustentava, recordamos, Isaac dos Anjos, que não se cansa de alertar para a hipótese de aproveitamento político. Agora, com a opinião pública conformada com uma promessa que não passou disto mesmo, surge o empresário Silvestre Kissari como uma espécie de bombeiro.

Já com anuência do Presidente José Eduardo dos Santos, Kissari vai começar com um Comité do MPLA nos Cabrais, devendo avançar, sabe o A Capital, para o apoio solicitado pelas famílias. No acto de lançamento da primeira pedra, disse que o processo de realojamento deve ser visto como parte da política habitacional do Governo, mas não descartou, embora sem ter feito promessas, um empurrão nesse sentido. Fonte próxima ao empresário garante a oferta de uma elevada quantidade de adobe, que vai impulsionar o "levantamento das paredes".

Em Benguela, onde começa a ganhar protagonismo político, Silvestre Kissari tem a parceria da empresa de Belito Xavier, outro "cabo eleitoral" que se fez à estrada em direcção ao crescimento do partido no poder.

2.9.8 O terreno da discórdia

Jornal O Crime

12 De Setembro de 2015

Segundo familiares, o litígio com Virgílio Bernardo, administrador municipal à data dos factos, começa porque o malogrado era visto como uma espécie de «empecilho em certos negócios», realçando-se a venda de terrenos, para os quais era necessária também a assinatura de Frazão. Era necessária, conforme referem, a assinatura de um «indivíduo recto, defensor da legalidade e dos interesses do Estado».

Conforme conta Moisés Gourgel, depois da morte do tio começou a assistir-se a um cenário de venda desordeira e ocupação de terrenos. Há registo, aponta, da ocupação de um lote da vítima, localizado no bairro do Tchioco, na cidade de Lubango, com uma área de 17.887, 50m².

Fernando Simões dos Santos, legítimo titular do direito de superfície, como se lê nos vários documentos que publicamos, recorreu junto da Sala do Cível e Administrativo do Tribunal Provincial da Huíla, onde recebeu um despacho favorável, diluído, entretanto, na força do «rei e senhor» Tyova. O antigo administrador, indica a fonte, tratou de ignorar a decisão do tribunal, ao vender um espaço que não o pertencia.

Este jornal tentou chegar à fala com o visado, durante dois dias, mas o deputado não atendeu a nenhuma das chamadas efectuadas. Nem com uma SMS a explicar o assunto tivemos sucessos.

2.9.9 Tchizé recusa projecto demolidor

Jornal A Capital

12 De Setembro de 2015

Há uma semana, uma notícia posta a circular no portal Club-K dava conta de uma acusação de proprietários de cerca de 300 casas contra a também empresária Welwitschia dos Santos de ter ordenado a demolição das referidas residências, sem que os supostos lesados tenham tido o acompanhamento ou alguma explicação de alguma entidade competente.

Ao ver-se exposta na acusação, a resposta de Tchizé não se fez esperar. Através das redes sociais (facebook), a mesma reagiu da seguinte forma: "O Club-K acordou' com vontade de dar nas vistas à minha custa", retorquiu, para depois acrescentar: Tristeza?

Gente que não tem forma criativa de ganhar visibilidade, senão inverter estórias sórdidas e macabras sobre gente trabalhadora e de bem".

Na notícia que o portal retomou das denúncias feitas à Voz da América (VOA), os moradores visados na suposta medida de demolição atribuída à filha do Presidente da República revelaram que há pretensão de instalação no local de uma nova Zona Económica Especial, à semelhança da existente no município de Viana. "(...) Todos dizem que é tudo da Tchizé. Então vamos esperar o que ela vai dizer. Têm que nos indemnizar (...) ", afirmou uma moradora, entretanto não identifica da, citada pela VOA.

Meio metafórica, a empresária sobre quem impendem as acusações de promotora da operação de demolição contra-atacou: "eu, de facto, devo estar no bom caminho, porque só se atiram pedras a árvores que dão frutos (...)", disse, para depois salientar: "vou continuar a pautar-me pela conduta de sempre", sem no entanto entrar em mais detalhes.

A Polícia Nacional local e a Administração Municipal de Viana não só lavaram as mãos, mas também encetaram uma fuga-a-sete-pés, quando instadas a pronunciarem-se a respeito deste assunto que, no dizer dos proprietários das residências visadas no alegado processo de demolição, conhecerá novos e quentes desafios nos próximos capítulos.

Aliás, não é de agora que o nome da empresária é associado a este tipo de processos. Em 2009, por exemplo, foi dada como estando interessada na compra dos bairros Katambor e parte do Prenda, acusações que a visada terá recusado naquela ocasião.

2.9.10 Reservas fundiárias são invadidas por cidadãos

Jornal de Angola

15 De Setembro de 2015

A Sociedade de Desenvolvimento da Zona Económica Especial Luanda-Bengo (ZEE) de anunciou ontem, em Luanda, a crescente ocupação e venda ilegal de terrenos e o desrespeito reiterado e sistemático" às normas daquela reserva do Estado.

A sociedade, em comunicado citado pela Angop, diz que as violações às normas da reserva industrial de

Viana são perpetradas em regra por populares, coordenadores de bairros e a população residente nas áreas circunvizinhas, numa clara intenção de inviabilizar o projecto de industrialização do país.

A Sociedade de Desenvolvimento da Zona Económica Especial Luanda-Bengo sublinha que o projecto serve para incentivar o empreendedorismo, a criação de novos postos de trabalho, a redução das importações, entre outros.

"A Sociedade de Desenvolvimento da Zona Económica Especial Luanda-Bengo, na qualidade de entidade gestora e de desenvolvimento da referida zona, vem através desta comunicar e acautelar que o património do Estado colocado a sua gestão não fique onerado, por acções de indivíduos ávidos de enriquecimento rápido e ilícito com venda e ocupação de terrenos afecto às 21 reservas fundiárias da Zona Económica Especial Luanda-Bengo", refere a nota.

A Sociedade de Desenvolvimento da Zona Económica Especial Luanda-Bengo solicita o apoio da Procuradoria-Geral da República, da Polícia Nacional, Região Militar e demais instituições públicas, no sentido de responsabilizar civil e criminal todos cidadãos envolvidos em tal prática e informa ao público em geral que é proibida a construção de qualquer obra e circulação de material de construção civil dentro das reservas fundiárias da Sociedade de Desenvolvimento da Zona Económica Especial Luanda-Bengo, com excepção de pessoas devidamente autorizadas.

2.9.11 Apropriação de terras preocupa camponeses

Jornal de Angola

17 De Setembro de 2015

A invasão e a apropriação das terras de cultivo, por parte de empresários e fazendeiros, na comuna do Lombe, município de Cacusó, está a preocupar os camponeses, por quanto se vêm limitados nas suas actividades e na expansão das áreas de produção agrícola.

A preocupação foi manifestada ontem pelos camponeses, durante o Encontro Municipal das Comunidades de Calandula, realizado na comuna do Lombe, pela Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) de Malanje, que visou auscultar algumas inquietações da população local.

Os camponeses destacaram a necessidade de as administrações comunais exercerem um controlo e

fiscalização das parcelas cedidas aos camponeses, às cooperativas e aos fazendeiros, para que ninguém veja violado o seu espaço e, conseqüentemente, todos trabalharemos para o desenvolvimento da região.

O chefe de secretaria da Administração Comunal do Lombe, André Pedro, em representação da administração comunal, disse que as autoridades administrativas do município de Cacusó, através do Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA), estão a registar todos os camponeses e fazendeiros da comuna e suas respectivas terras, de modo a evitar apropriações ilegais.

A importância do encontro das comunidades para o esclarecimento de todos os aspectos ligados às terras foi sublinhado por André Pedro, "porquanto o mesmo serviu para analisar e cultivar o espírito de unidade e harmonia, rumo ao desenvolvimento da comuna do Lombe e de Malanje, em geral, com as acções de todos".

A coordenadora da equipa municipal da Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente de Cacusó, Luísa Ramos, disse que o encontro serviu para a consolidação do desenvolvimento e associativismo cultural, envolvendo diferentes franjas e sensibilidades das organizações comunitárias, capazes de se juntarem em redes de defesa dos seus interesses.

Luísa Ramos referiu que o encontro visou balancear as acções e analisar as conclusões e recomendações do décimo quinto encontro das comunidades, bem assim como o fomento da troca de experiências de boas práticas de desenvolvimento local e avaliação das práticas públicas de apoio à agricultura e ao desenvolvimento rural."

No encontro municipal das comunidades de Calandula participaram activamente mais de cinquenta agricultores associados em diversas cooperativas que funcionam em várias localidades da comuna do Lombe, quadros da Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente, autoridades tradicionais e diversos convidados.

2.9.12 Lotes de terra são entregues às populações

Jornal de Angola

18 De Setembro de 2015

Mais de 200 munícipes de Mbanza Congo que residem em zonas consideradas de risco beneficiaram ontem de lotes de terrenos, no âmbito do programa de fomento de auto-construção dirigida. (O acto de

entrega de lotes decorreu na localidade de Nkondo, oito quilómetros a norte da cidade de Mbanza, e foi orientado pelo governador provincial, José Joanes André.

Dirigindo-se aos beneficiários, Joanes André disse que a iniciativa surge em resposta às preocupações levantadas no último encontro que o Governo Provincial manteve com os membros do conselho local de auscultação e concertação social em que participaram também representantes de diversos estratos sociais da região.

Neste encontro, disse o governador provincial, foram abordados aspectos atinentes às construções anárquicas e em zonas de risco, cuja recomendação foi trabalhar para a necessidade do reassentamento das famílias visadas para as áreas seguras.

"O Governo está sempre preocupado com a população. Hoje viemos cumprir o prometido", esclareceu o governador provincial, que acrescentou que cada beneficiário recebeu um lote de terreno de 600 metros quadrados para dentro de dias iniciar com a construção d sua moradia. Explicou que na referida área foi já construída uma escola, estando também prevista a edificação de um centro de saúde nos próximos tempos. O governador assegurou ainda haver um projecto de requalificação das zonas consideradas "portões de entrada" para a cidade de Mbanza Congo, com vista a proporcionar outra imagem ao município-sede.

Joanes André anunciou, para breve, o início das obras da centralidade de Mbanza Congo. Na primeira fase vão ser edificadas 1.500 casas sociais, no bairro 11 de Novembro. A centralidade vai ocupar uma área de 100 hectares, pelo que vai haver necessidade de requalificar as habitações que se encontram à volta do perímetro.

2.9.13 Sobrinho de Dos Santos surripia terrenos

Jornal Grandes Noticias

18 De Setembro de 2015

O sobrinho do Presidente da República Octávio Bento dos Santos Sousa, é acusado por Domingos Belchior de Sousa Van-Dúnem de burla e defraudação.

A informação foi prestada ao Jornal Grandes Notícias por Domingos Belchior de Sousa Van-Dúnem em que desmente Octávio Bento dos Santos Sousa de ter adquirido um prédio rústico na comuna do Benfica, distrito da Samba, «o mais velho José

António cedeu-me o terreno em 2007, com documentos reconhecido pelo notário em 26 de Novembro de 2008. E, foi com este e outros documentos que obteve o título de concessão do direito de superfície», esclarece.

Adiantou ainda que, não é verdade que o Senhor José M.F. Marta na qualidade de secretário e também de tesoureiro, nunca negociou com o Belchior e nem tão pouco com o velho José António, mas chegou de receber duzentos e setenta mil kwanzas, referente ao adiantamento do terreno que está em negociação na zona do lar do patriota. Devido a má fé do proprietário da empresa Mesan Cleaning limitada Octávio Bento dos Santos Sousa, desde 2009 que não honra com o compromisso assumido e, ainda falsificou a declaração de José António, dizendo que lhe foi vendido a parcela com as dimensões de 750 metros a 180 metros quadrados. O velho confirmou ao Jornal Grandes Notícias de que cedeu o seu espaço ao senhor Belchior de Sousa Van-Dúnem e não em nome de Octávio Bento dos Santos Sousa. Para dirimir o litígio entre o sobrinho do Presidente da República, Belchior de Sousa teve de recorrer aos préstimos do seu tio, José Eduardo dos Santos e, este por sua vez despachou para a sua secretária para os Assuntos Judiciais e Jurídicos Antónia Florbela da Rocha Araújo, para uma solução amigável, para que o mesmo reveja a sua parcela de 15 hectares e, foi aconselhado a pagar os valores em causa, ou mesmo devolver o terreno, nunca aceitou honrar com o seu compromisso.

Apuramos que no terreno em causa Octávio Bento dos Santos Sousa, ao arrepio da lei foi construir um projecto habitacional, denominado de «vila kuditemo» que significa «não te metas» e, que foi inaugurado pela vice-governadora de Luanda para o sector político e social Jovelina Imperial. Nesta primeira fase Octávio dos Santos tem prontas e equipadas dezassete residências de diferentes tipologias para comercialização. «São vivendas do tipo T-5 A, T-5 C e T-8. As do tipo T-5 possuem dois pisos e a T-8 tem três pisos».

O administrador adjunto do complexo habitacional, Domingos Conceição, a «vila kuditemo» em conversa com o Jornal de Angola no dia 24 de Agosto, é um projecto privado que resulta de uma parceria entre as empresas angolana Mesam e a chinesa Huashi, num investimento de 93 milhões de dólares. O projecto residencial começou a ser construído no ano passado e compreende três fases, que devem ficar concluídas em 2017. O projecto final prevê a construção de 145 vivendas de diferentes tipologias, incluindo a T-4, centros comerciais de nível superior, jardim-de-infância, creche, espaços para festas e eventos, piscinas, quadras de ténis, restaurantes, boutiques e

outras infraestruturas. Para Jovelina Imperial «é uma infra-estrutura moderna, bonita, que vai ajudar a requalificar a zona do lar do patriota e vai minorar as dificuldades de habitação.

O sector imobiliário está a caminhar muito bem».

2.9.14 Requalificação de Luanda requer esforço do Executivo

Jornal de Angola

21 De Setembro de 2015

Texto: Yara Simão

Jornal de Angola - Quais as razões e os objectivos da requalificação do Sambizanga?

António Fiel "Didi" - A Requalificação dos musseques e uma promessa do Chefe do Executivo no que concerne a sua reconstrução. Em Luanda, temos zonas suburbanas degradadas sem o mínimo de condições de habitabilidade. Isso significa que há ausência de dignidade para as pessoas viverem nesses lugares. É um acto de coragem e determinação, porque não é fácil transformar um musseques em zona urbana.

Jornal de Angola - Quais são os maiores constrangimentos que tem encontrado?

António Fiel "Didi" - Esta actividade vai requerer um esforço muito grande do Executivo, do poder local e dos munícipes. Entre os constrangimentos, o principal é o reassentamento das populações. É verdade que as pessoas estão habituadas a viver no seu habitat, onde tem história, nasceram e cresceram lá, mas a situação física desses espaços, que conhecemos bem, não é digna para se viver.

Jornal de Angola - Diz-se que, quando o assunto é habitação, aparecem muitos oportunistas ...

António Fiel "Didi" - Nestes complexos suburbanos, temos casas, casinhas, casebres e chimbecos. Na hora do reassentamento há sempre o oportunismo de alguns. Mesmo assim, o Estado fecha os olhos e beneficia algumas dessas pessoas. Mas há quem viva num quatinho e reclame ao receber uma residência T3 no Zango. Não entendemos a reacção dos munícipes. O Zango é um bom lugar para se viver.

Jornal de Angola - As famílias desalojadas podem regressar às zonas de origem depois da requalificação?

António Fiel "Didi" - Todas as famílias que saírem das várias zonas do Distrito do Sambizanga para o Zango são livres de voltarem um dia para ter

moradias melhores. Se forem para o Zango mediante negociação, independentemente da situação em que saem, quando quiserem voltar para o Sambizanga vão adquirir um apartamento. Isso é que é preciso perceber. Quem quiser voltar ao Sambizanga vai ter de comprar. Os municípios do Sambizanga não são os primeiros nem os últimos a fazer essa transacção e ninguém voltou.

Temos os exemplos dos que foram morar na zona do Panguila e dos primeiros habitantes do Zango.

Jornal de Angola - Existem casas com quintal e outras com negócio. Como tratar essas situações?

António Fiel "Didi" - Cada cader local e dos municípios. Entre os constrangimentos, o principal é o reassentamento das populações. É verdade que as pessoas estão habituadas a viver no seu habitat, onde tem história, nasceram e cresceram lá, mas a situação física desses espaços, que conhecemos bem, não é digna para se viver.

Jornal de Angola- Diz-se que, quando o assunto é habitação, aparecem muitos oportunistas ...

António Fiel "Didi" -Nestes complexos suburbanos, temos casas, casinhas, casebres e chimbecos. Na hora do reassentamento há sempre o oportunismo de alguns. Mesmo assim, o Estado fecha os olhos e beneficia algumas dessas pessoas. Mas quem viva num quartinho e reclame ao receber uma residência T3 no Zango. Não entendemos a reacção dos municípios. O Zango é um bom lugar para se viver.

Jornal de Angola - As famílias desalojadas podem regressar as zonas de origem depois da requalificação ?

António Fiel "Didi" - Todas as famílias que saírem das várias zonas do Distrito do Sambizanga para o Zango vão livres de voltarem um dia para ter moradias melhores. Se forem para o Zango mediante negociação, independentemente da situação em que saem, quando quiserem voltar para o Sambizanga vão adquirir um apartamento. Isso é que é preciso perceber. Quem quiser voltar ao Sambizanga vai ter de comprar. Os municípios do Sambizanga não são os primeiros nem os últimos a fazer essa transacção e ninguém voltou. Temos os exemplos dos que foram morar na zona do Panguila e dos primeiros habitantes do Zango.

Jornal de Angola - Existem casas com quintal e outras com negócios. Como tratar essas situações?

António Fiel "Didi" - Cada caso é um caso, mas todos têm de sair. Temos sido bastante compreensivos neste tipo de negociação e há sempre

um entendimento. Tem-se dado a devida atenção aos armazéns, as casas comerciais. As equipas negociais estão capacitadas para solucionar essas questões. Mas importa referir que existem também os casebres e as pessoas que neles residem estão a receber casas com muito melhores condições, Jornal de Angola - Quer dizer que não compreende o comportamento dos municípios?

António Fiel "Didi" - Não são todos. Alguns teimam em não sair e, se assim for, as obras não avançam e criam-se dificuldades ao projecto. Tem havido também muita agitação. Algumas pessoas opõem resistência ao negociar sem saber porque. Tem havido muita contestação e um mau clima sem necessidade. Mas o projecto não para, temos trabalhado no sentido de sensibilizar as populações para os benefícios da Requalificação. Os municípios precisam de se organizar e colaborar com a Administração Distrital e órgãos competentes pela execução do projecto. Esse apoio tem de ser permanente, desde o registo das casas e famílias até à conclusão de todo o processo, para que os municípios não saiam prejudicados por qualquer manobra tendente a ludibriar os responsáveis pelas obras.

Jornal de Angola - Fala-se em pessoas que recebem casas no Zango e dias depois aparecem no antigo bairro para receberem novas residências.

António Fiel "Didi" -É uma situação que ocorre. Começamos a fazer reassentamento na altura em que criamos o Zango, quando tiramos as pessoas da encosta do Miramar. Essa prática é muito antiga. Precisamos de estar atentos para essas situações não voltarem a acontecer. Aqui não há filme de bandidos. Isto é uma negociação em que deve haver sensibilidade, compreensão e colaboração de todos. É um processo que vai trazer benefícios a todas as pessoas.

Jornal de Angola - Quais as motivações dos que agem assim?

António Fiel "Didi" -As pessoas que não estão legais em determinados assentamentos populacionais fazem malabarismos para serem registadas. São oportunistas e as mais confusionistas. Vão a zonas de risco colocar chapas e dizem que já lá moram há muitos anos, com a intenção de receber casas.

Esses indivíduos pretendem travar o plano de requalificação, um projecto bem estruturado do Executivo para o bem-estar dos municípios do Sambizanga.

Jornal de Angola - Os moradores do bairro Ngola Kiluanje sonham com os apartamentos ..

António Fiel "Didi" - Neste momento, não sei quem são as pessoas que vão ocupar aquele lugar. Vamos esperar, porque esta é uma actividade coordenada. A Comissão Administrativa não está só. A nível do Executivo, trabalha com os ministérios da Habitação e Urbanismo e da Construção. Precisamos de concertar acções para que tudo decorra como deve ser. Naturalmente, vai haver ocupação dos edifícios já construídos. Os moradores vão sair de zonas que precisam de ser demolidas com urgência, mas nada ainda está definido. O que posso garantir é que a maioria das pessoas vai para o Zango.

Jornal de Angola - Qual a maior preocupação da Comissão Administrativa neste processo?

António Fiel "Didi" - A maior preocupação é transmitir aos munícipes que vão acontecer inevitavelmente constrangimentos no reassentamento. As pessoas querem que o negócio seja igual para todos e não é possível. O Governo está atento e vai valorizar o processo e agir de forma imparcial e desapaixonada, para que ninguém saia prejudicado. A intenção do Executivo é criar melhores condições de vida para os munícipes do Sambizanga através do processo de requalificação.

Jornal de Angola - Porque razão muitos munícipes se recusam a ir morar no Zango?

António Fiel "Didi" - O Zango é uma zona boa para se viver. Há energia eléctrica, água, hospital e escolas. É um lugar bom. Não consigo compreender o porque de estarem renitentes em sair do Sambizanga, onde vivem em condições precárias e em situação de risco. Há pessoas que viviam em casas de chapa e o Estado deu-lhes uma casa com condições, mas, mesmo assim, querem permanecer nas zonas de risco.

Jornal de Angola - O que espera dos munícipes do Sambizanga?

António Fiel "Didi" - Os munícipes devem colaborar com as equipas que trabalham no registo para que a requalificação seja um projecto que lhes traga conforto. Acredito que vai trazer alegria não só para os executores mas para os beneficiários, porque a requalificação traz infra-estruturas, redes de comunicações, hospitais e escolas. Significa transformar o musseques precário em cidade.

Jornal de Angola - Fale-nos da requalificação do Bairro Operário.

António Fiel "Didi" - No Bairro Operário vão ser criadas condições de habitabilidade, segurança e acessibilidade para beneficiar as famílias que, ao longo de gerações, vivem e permanecem nessa área,

mediante condições especiais a estabelecer e que permitam o seu regresso às zonas principais do projecto, a medida que forem construídos os edifícios. As demais famílias vão ser asseguradas, em condições especiais e objecto de regulamentação, o realojamento fora das áreas de requalificação, em habitações de cariz evolutivo, para que possam dar continuidade à construção a seu gosto.

Jornal de Angola - Os moradores do Bairro Operário têm feito vários questionamentos sobre os apartamentos da Anangola.

António Fiel "Didi" - A Comissão Administrativa da Cidade de Luanda tem recebido muitas reclamações de moradores do Bairro Operário relacionadas com os apartamentos do novo edifício construído próximo da Anangola. Temos explicado aos moradores que é impossível albergar todos no mesmo edifício. Por isso, optamos por acomodar no prédio os senhorios ou responsáveis das casas-mãe e os ocupantes dos anexos ou inquilinos foram transferidos para o Zango, o que, na maioria dos casos, foi negado.

Jornal de Angola - Acredita que essa medida vai ao encontro das necessidades dos munícipes?

Jornal de Angola - Acredita que essa medida vai ao encontro das necessidades dos munícipes?

António Fiel "Didi" - Com este método, a Comissão Administrativa acredita ir ao encontro das necessidades e possibilidades reais das famílias em matéria de habitação condigna e de consolidação jurídica do direito de propriedade e de posse do bem patrimonial habitacional. Estamos, por outro lado, a assegurar a sustentabilidade operacional e financeira da requalificação urbana, em benefício de todos quantos ocupam as áreas em referência. Prevê-se que o processo de requalificação do Bairro Operário tenha uma duração de cinco anos.

Jornal de Angola - Quais são as funções da Comissão Administrativa de Luanda?

António Fiel "Didi" - Somos uma administração municipal, mas pela sua natureza temos uma estrutura diferente das tradicionais.

2.9.15 Dos Anjos decide construir casas para sinistrados do Lobito

Jornal O País

25 De Setembro de 2015

Um pouco pressionado pelos visados e pela sociedade local, o governador de Benguela, Isaac dos Anjos, recuou na sua decisão de endossar aos sinistrados a responsabilidade da construção das suas próprias residências, tendo remetido a demanda para o seu Executivo.

Esta Segunda-feira, Isaac dos Anjos assinou um acordo de parceria com uma delegação de parceiros de companhias petrolíferas e apresentou as infra-estruturas sociais básicas, bem como os projectos que estão a ser desenvolvidos pelo Executivo na urbanização dos Cabrais, local que acolhe perto de 370 famílias, sendo 300 sinistradas das chuvas de Marco e 70 residentes.

A reportagem de o País constatou no local que as residências estão a ser erguidas por empresas chinesas e financiadas pelo Governo de Benguela.

"Já concedemos também o lançamento para a construção de uma escola que também vai ser integrada no Programa de Investimento Público (PIP), definiu, Isaac dos Anjos. O governante assegurou que com a indicação dessa disponibilidade, o seu executivo também identificou o modelo de centro médico que vai ser contraindo no local.

"Procuramos, desta feita, ir buscar ao de outras localidades do município do Lobito, para o qual temos uma planta específica", precisou.

Depois da cerimónia de assinatura Urbanização dos Cabrais e to contacto com a realidade da população para a qual se destina o acordo firmado com o Governo de Benguela.

"O executivo viu que as famílias, por si só, não eram capazes de construir as casas como o Governo quer, então decidiu ele próprio erguer as residências. Também um alivia para a população" confidenciou uma fonte ligada ao Governo.

Uma outra fonte louva a iniciativa do Governo na captação de recursos para a implantação de infra-estruturas sociais básicas. Todavia, alerta para uma gestão parcimoniosa dos valores financiados pelas petrolíferas p e que, efectivamente, sirvam mesmo os interesses da população carenciada, "Agora eu estou convencido de que o Governo, sozinho, não vai conseguir construir as mais de 300 casas, pelo que e necessário que continuem a procura de outros

parceiros para ajudarem a construí-las, Oxalá os nossos governantes não fiquem de olho no dinheiro, porque um milhão f de dólares nesta altura do campeonato e muito dinheiro", considera outra fonte.

Entretanto, um morador identificado apenas por Jamba, mostrou-se preocupado por não ter conseguido ainda se inscrever para que, a semelhança de outros, a sua residência possa também ser construída pelos chineses. "Ouvimos que o Governo só vai construir algumas coisas e os chineses já vão e eu e outros meus vizinhos estamos preocupados desde a semana passada que estamos a ver se o chinês constrói.

Nos falaram que o Governo vai construir todas as casas e não precisamos de pagar nada", avançou.

2.9.16 Efectivos da Polícia Nacional condenados por burlar terreno

Jornal O Crime

26 De Setembro de 2015

Texto: Olga da Silva

Os agentes da Polícia Nacional, Aníbal António, também conhecido por Bani, e Magalhães António Miguel ou simplesmente Magá, entraram, sem nenhum sentimento de pesar, ao esquema do co-réu José Luís Baptista de Sousa Lima, 46 anos, condenado a três anos de prisão maior, de se apropriarem de um espaço habitacional, com objectivo claro de burlar inocentes e ganhar dinheiro de forma suja e fácil.

Conta os autos que José Lima e Aníbal António são amigos há mais de 20 anos e residiam na Nova Urbanização, sita no município de Cacucaco. Conhecidos na área, José Lima, cria a ideia de se passar por dono de um terreno, com as medições de 30 por 25, cujos familiares do verdadeiro proprietário, Bernardo Terêncio, já falecido, não punham ainda a obra a andar. Mas, para tal, José Lima contou com a ajuda de seu amigo, Aníbal, contando-lhe o plano e contando, igualmente, que precisaria da sua ajuda para materializá-lo. Ou seja, que o ajudasse a encontrar alguém, que não fosse conhecido no bairro, para se fazer passar por dono do terreno para sua posterior venda.

Conhecendo tamanha injustiça e criminalidade no tal pedido, nem a função de agente da ordem pública e agente de educação social foi o suficiente para impedir Aníbal António de chamar seu amicíssimo, Magalhães Miguel, para se fazer passar por cunhado de José Luís e dono do terreno em causa. Este, em conjuntura com seu comparsa, munidos do

sentimento de dinheiro fácil, aceitou, obviamente, sabendo que teria uma parcela ao fazer o citado papel.

Foi então que José Lima dirigiu-se até à Comissão do bairro, tendo sido recebido pelo coordenador da mesma, Mateus Daniel, informando que seu cunhado tinha um terreno e que queria vendê-lo. O coordenador do bairro, por sua vez, lembrou-se que tinha um amigo, José Cambala, cujo sobrinho necessitava de um terreno. Acabaram por acordar que 10 por cento da venda ficaria com Mateus Daniel e seu secretário.

A 9 de Janeiro de 2012, o coordenador da comissão, Mateus Daniel, seu secretário, António Candeeiro, os três réus, José Luís, Aníbal António e Magalhães Miguel, o sobrinho que precisava de terra, Celestino André e seu tio, José Cambala, reuniram-se na casa deste último para proceder a venda do terreno. Nesta reunião, sem titubear, Magalhães Miguel patenteou que era dono do terreno e que queria vendê-lo por 16 mil dólares. Com algumas discussões, o preço acabou por baixar para 14 mil dólares. Celestino André, inocente de tudo, adianta com o pagamento dando 12 mil dólares, tendo uma parcela ficado com o coordenador da Comissão do Bairro e seu secretário. No entanto, Celestino André chegou ainda de exigir o contracto de compra e venda, mas ludibriaram-no com explicações de que eram fuzileiros navais ... "e, certamente, a presença dos agentes da administração da comissão", pô-lo confiante. No final, todos os presentes assinaram, como se de uma verdadeira reunião de negócios entre accionistas de uma empresa se tratasse!

De seguida, mesmo faltando dois mil dólares no pagamento, como grande parte do objectivo fora já cumprido, José Lima, pagando salário aos seus comparsas, deu dois mil dólares a Magalhães Miguel e 4500 dólares a Aníbal António.

Porque Celestino André planejava também levantar um primeiro andar na sua construção, o biltre não perdeu a chance para, mais uma vez, ter "uns dólares no bolso sem esforço", tornando claro, José Lima sustentou que tinha um irmão que era arquitecto e que lhe faria a melhor planta para sua casa a bom preço. Como todo o mundo tem tendência de gastar menos para boa qualidade, concordou rapidamente tendo dado 1300 dólares dos 1500 que lhe foi cobrado, assegurando que os restantes 200 dólares daria quando visse a planta e concordasse. Passado algum tempo sem apresentar a planta, com seus truques de malandro, José Lima alegava que seu irmão estava doente, mas que tinha um outro arquitecto disponível. Porém, para fazer o trabalho,

pediu que se aumentasse 800 dólares no dinheiro que já dera. E este aumentou.

Para a infelicidade do comprador, Celestino André, exactamente na altura em que começava a construir, Julho de 2012, aparece um suposto dono a dizer que o terreno era seu e que não podia levantar nenhuma obra aí. O espertalhão, para acalmar os nervos de sua presa, deu-lhe um outro terreno sito em Caxito, província do Bengo, propriamente nas imediações do Ucuca. Contudo, quando Celestino André já havia colocado 49 chapas no terreno que, finalmente, pensara que já era seu, apareceram os membros da Administração do Município de Cacucaco reconhecendo que aquele terreno pertencia a uma Associação.

Bem, como o ditado diz "uma vez malandro, malandro para sempre", José Lima fez ainda das suas artimanhas para enganar, mais uma vez, Celestino André, retirando-o do Ucuca para mais um sonho: outro terreno, novamente, na Nova Urbanização de Cacucaco! Munido do sonho da casa própria, Celestino André estava disposto a tudo ou para ter o terreno, ou para ver seu dinheiro ressarcido. Como a concretização da segunda opção estava-lhe difícil, caiu, uma vez mais, no "joguinho" do burlador. Com suas 49 chapas, foi ao novo terreno. Aí, em poucos dias, os populares diziam-lhe que aquele terreno pertencia à filha do antigo administrador de Cacucaco e "o marido dela é bué mau e vai te tirar daqui com chapadas".

"Pau que nasce torto, inclinado morre"

Apensado a esse processo, foi outro crime de José Luís Baptista de Sousa Lima, também de Burla por defraudação. Uma vez que até aí, Celestino André não tomou nenhum posicionamento forte para obrigar José Luís a fazer a devolução de seu dinheiro, esse não parou, ou seja, em Março do mesmo ano, decidiu pegar mais uma vítima, dessa vez, André Ângelo Pinto Fernandes que, com o mesmo fim que Celestino André, desembolsou sete mil dólares na compra de um terreno com 24 metros de largura e 15 de comprimento.

Enquanto André Fernandes esperava a legalização do terreno, começou a fazer escavações no quintal. Infelizmente, para si, apareceu um indivíduo, identificado apenas por Tamoura, diz-se integrante das Forças Armadas Angolana (FAA), dizendo que o terreno era seu. Foi, finalmente, Tamoura quem decidiu dar o primeiro passo para dar um 'stop' ao espertalhão: denunciou-o à Polícia.

Somente a 20 de Maio de 2014 é que José Luís Baptista de Sousa Lima foi detido. Uma vez se

apercebendo da detenção, os ofendidos nos autos procederam a formalização das queixas que culminou nas condenações presentes que há quem diga que foram bastante brandas. Os dois policiais estavam sob liberdade condicional.

Porém, para além de estarem obrigados a cumprir as respectivas penas de prisão maior, os réus, conjuntamente, vão indemnizar o ofendido Celestino André com cerca de 461 mil dólares e José Lima pagará ainda sete mil dólares a André Fernandes, porquanto os ofendidos pediram unicamente a devolução de seu dinheiro. A taxa de Justiça vai o valor de 75 mil kwanzas.

Porém, a magistrada judicial da 3ªSecção não deixou de dar um puxão de orelhas aos agentes policiais "vocês são, nada mais que policiais. Que exemplo se pode tirar das vossas atitudes?". Fazendo o que manda o Direito Penal, a juíza também não se compadeceu com as lágrimas de Aníbal António, que rogava que não podia ir à cadeia porque não sabia que chegava tão longe, que sua mulher está doente, perguntando, entre soluços, quem poderia cuidar de seus filhos. "O senhor, como policial, sabia o que fazia e devia medir as consequências de seus actos. Agora, terá de pagar o que causou aos outros", foi a resposta da meritíssima àquele 3º subchefe da Polícia Nacional que pôs em causa a Justiça angolana e que duvidou que "o crime não compensa".

2.10 OUTUBRO 2015

2.10.1 Lotes para autoconstrução distribuídos no Alto Hombe

Jornal De Angola
02 De Outubro de 2015

Um total de 20 famílias da aldeia do Alto Hombe, no município de Caibambo, em Benguela receberam quarta-feira lotes para a auto-construção dirigida, no quadro do Programa de Urbanização da Administração Municipal, revelou o assessor técnico da instituição.

Hernâni Costa salientou que a Administração Municipal de Caibambo disponibilizou 20 lotes de terreno numa área de 12 mil metros quadrados, sendo que cada parcela possui 600 metros quadrados.

O assessor técnico da Administração Municipal de Caibambo referiu que os beneficiários vão erguer as suas casas, de tipo T2, com apoio em material das autoridades locais. Hernâni Costa frisou que a medida visa desencorajar a construção anárquica, bem como a dispersão de habitantes, tendo em conta que dificultam o ordenamento territorial e a construção de infra-estruturas sociais, como escolas e postos de saúde.

O administrador de Caibambo, Jacinto Tomé Amaro, garantiu a disponibilidade de materiais de construção chapas e cimento, para facilitar o processo de construção das habitações.

Jacinto Tomé Amaro disse que cada família vai receber dez sacos de cimento e 28 chapas.

2.10.2 A zona vai ser requalificada pelo governo do bengo

Jornal Manchete
2 De Outubro de 2015

Primando pelo princípio do contraditório, nos deslocamos nesta quarta-feira, 28, à província do Bengo com o propósito de ouvirmos do Governo Provincial em tomo deste assunto. Fomos recebidos pelo assessor Técnico do Governador, João Paulo Mateus, que prontamente confirmou que a zona do Panguila Velho vai ser requalificada pelo Governo da Província.

Segundo João Paulo Mateus, o projecto enquadra-se num programa de desenvolvimento multidisciplinar criado em 2013. Desse modo, foi assinado um

memorando de entendimento entre o órgão máximo da província e o Grupo Gema que vai encarregar-se pela execução dos trabalhos que contempla a construção de infra-estruturas económicas e sociais.

"A intenção é transformar a zona do Panguila Velho numa zona mais dinâmica", referiu aquele responsável, acrescentando que o plano de requalificação vai desde a boca do rio Bengo, nos arredores de Kifangondo, e nega que a zona tenha sido entregue ao Grupo Gema na pessoa de Simão Júnior.

O Grupo Gema é uma empresa angolana ligada à construção civil, transportes, petróleos, imobiliários e bebidas, estando também na lista de companhias com investimentos em Portugal.

O programa do Governo Provincial para o período 2013/2017 contempla vários projectos e acções no domínio económico-social, infra-estrutural e institucional. A região do Panguila faz parte da província do Bengo, em resultado da divisão político-administrativa aprovada a 26 de Julho de 2011, na terceira sessão extraordinária da Assembleia Nacional.

No entanto, Paulo João Mateus preferiu não entrar mais em detalhes, remetendo o assunto para o assessor para Área Técnico Social, Paca Manuel, por se tratar da pessoa indicada para abordar o assunto. Na altura se encontrava ausente em missão de trabalho na capital do país. Traremos mais detalhes nas próximas ocasiões.

2.10.3 Bandidagem corrupção e venda ilegal de casas sociais no Zango

Jornal República
2 De Outubro de 2015
Texto: Osvaldo Van-Dúnen Dias dos Santos

Uma investigação feita pelo Jornal A REPÚBLICA, no Zango, durante cerca de um mês, mediante contacto com várias famílias que haviam adquirido casas na zona e que posteriormente lhes foram retiradas, bem como mediante contacto com outras famílias desalojadas noutros bairros e realojadas no Zango, inferiu que existem quadrilhas organizadas, seja no Governo Provincial de Luanda como noutros órgãos do Estado Angolano, a actuarem na Comuna do Zango.

A história de bandidagem, corrupção e venda ilegal de casas sociais no Zango acontece dentro de associações criminosas, onde a atracção pelo dinheiro

permite que tudo aconteça para a obtenção de sucessivos lucros.

O esquema começa nas vendas de casas por um determinado grupo ligado ao PPHS "Programa Populacional de Habitação Social", que vende as casas através de intermediários, num valor que varia de 3 a 6 milhões de kwanzas. Posteriormente surge um outro grupo, igualmente ligado ao PPHS, a reivindicar as casas. Consequentemente estes apoderam-se das casas e revendem-nas a outros indivíduos, que voltarão a ser burlados, e assim sucessivamente. E o pior é quando o dinheiro da venda não é repartido equitativamente a todos os integrantes da quadrilha.

Um dos exemplos é o caso que se deu com uma família Angolana numerosa, com um agregado familiar vastíssimo, que vendeu a sua habitação no Município do Cazenga, caindo no engodo destes bandidos e usurpadores de habitações. Tio Santos, como é conhecido, pagou duas casas geminadas no Zango 3, no valor de 6 milhões de kwanzas, através de intermediário ligado ao PPHS com Termo de Entrega de Habitação que lhe foi passado em nome de sua esposa, Maria Menezes. Após ter feito modificações nas habitações, levantamento do muro, loiças da casa de banho, janelas em alumínio, mosaico, plantação de flores, etc., surgiram na sua residência indivíduos ligados ao PPHS, dizendo que a referida habitação teria sido atribuída a uma outra pessoa, que até ao momento ainda não deu a cara, continuando a casa vazia com um indivíduo a prestar serviço de segurança.

Este golpe já conhecido é perpetrado pelos próprios funcionários do Programa em conluio com outros indivíduos, representantes de organismos do Estado Angolano, polícias e militares, apoderando-se das casas, para posteriormente revendê-las a outras famílias, que inocentemente cairão noutra golpe, acabando por ficar sem o dinheiro.

O Jornal A REPÚBLICA tentou por várias vezes contactar o Director do Programa Populacional de Habitação Social, Marcos Pinho, que sempre se mostrou indisponível, ora alegando questões de horário, ora atribuindo a responsabilidade ao Governo Provincial de Luanda, e depois, ao Gabinete de Comunicação e Imagem do Governo Provincial, que nunca se propôs definitivamente a concertar a ocasião para possível entrevista, para o devido esclarecimento.

2.10.4 Populares acusam grupo gema de usurpar terras

Jornal Manchete

2 De Outubro de 2015

Texto: Moreira Mário

A apropriação de terras, supostamente por indivíduos devidamente posicionados na sociedade, não é nova em Angola. Esses actos são sempre acompanhados com relatos de privações, agressões físicas, ameaças de morte e destruição de bens.

Entre vários casos encontramos o dos moradores da zona Panguila Velho, na comuna do Panguila, nos arredores de Kifangondo junto a estrada principal Luanda/Bengo. Os mesmos acusam o Grupo Gema de apropriar-se das suas terras, onde residem e a praticam a agricultura há décadas.

Segundo contaram ao Manchete, tudo começou em 2007, depois de um dos proprietários da empresa Grupo Gema, ter adquirido uma parcela de terreno de aproximadamente 200 metros quadrados a uma das moradoras. Antes conheceram o presumível comprador pelo nome Simão Paulo, o que levou-lhes a pensar que se tratava do ex-governador de Luanda.

Só algum tempo depois ficaram a saber que afinal não se chamava Simão Paulo, mas sim, Francisco Simão Júnior que, além de empresário, é General das Forças Armadas Angola- nas (FAA).

Maria Agostinho contou que o terreno em causa foi deixado pelos seus avós, onde viviam desde o tempo colonial e praticavam também a agricultura. A sua mãe como herdeira, decidiu vender uma parcela a uma mulher identificada apenas por Irlanda. Mais tarde soube que o interessado pelo espaço era o esposo da mesma, o empresário do Grupo Gema.

Enganados

Além do espaço que havia adquirido, de acordo com as nossas fontes, o empresário terá ficado com mais alguns metros de uma outra parcela, onde os populares pretendiam construir um centro de saúde e um comité. "Ele ludibriou-nos com o argumento de que iria construir as infra-estruturas. Mas estamos a ver que o imóvel nada tem a ver com um centro de saúde ou um comité", explicaram.

Sem aviso prévio, senhor Simão, como lhe chamam, tomou parte da zona com vedações e colocou placas de avisos proibindo a execução de qualquer tipo de obra, alegando que será requalificada pelo Governo. Proibiu igualmente os populares de pescar ou acarretar água no rio e de cultivarem nas suas terras.

Preocupados com esta situação, os populares fizeram uma queixa por escrito ao governador do Bengo e a Administração Municipal do Dande, liderados por João Bernardo Miranda e João Castelo Branco, respectivamente, no sentido de intervirem no caso, mas ambos não deram qualquer segmento.

Prado Migue1, soba do bairro Panguila Velho, declarou a este jornal que as famílias estão, neste momento, desesperadas e a passar por uma situação extremamente difícil, por serem proibidas de cultivar nas suas terras.

"Pedimos explicações ao governador João Miranda, a fim de sabermos quem autorizou o senhor Simão a ocupar as terras dos camponeses, mas o governador disse desconhecer o assunto.

Temos a informação de que o senhor Simão e a sua empresa agora querem ocupar o bairro completo - até proibiu as pessoas dos seus afazeres - dizendo que é o dono desta zona", lamentou o ancião.

O morador Manuel Rocha diz não ter dúvidas, que estão a ser vítima de "esbulho" por parte de um indivíduo que usa das suas influências para prejudicar pacatos cidadãos. "Os moradores chegaram a pensar que foi o soba quem o autorizou a ocupar o bairro, afinal nem se quer lhe consultou", disse, considerando falta de respeito à aquela entidade tradicional.

Acusou-lhes de pertencerem à UNITA

Ante as divergências, segundo os interlocutores, senhor Simão chegou a acusar-lhes de pertencerem à UNITA.

"Disse que nós andamos aqui a construir casebres somos da UNITA", denunciaram, reprovando a atitude deste Oficial Superior das F AA.

José Domingos, residente no bairro Panguila Velho desde 1985, disse que têm recebido fortes ameaças por parte do mesmo, pelo que pediu às autoridades do Bengo para porem cobro a esta situação. "Nós também fomos militar que combatemos para o bem deste país, infelizmente, hoje muitos acham que só eles têm direito à dignidade", reclamou.

Para Fernando Miguel, outro morador, a expropriação de terra pelo Estado deve seguir alguns pressupostos legais. Em seu entender, o senhor

Simão e seu Grupo Gema, talvez nem se quer mantiveram contacto com o governo do Bengo, para ficarem com as terras dos cidadãos.

"É preciso que haja respeito, por isso existem direitos e deveres. O que se passa aqui é abuso de poder o que está a criar uma certa tristeza e descontentamento à população, porque não se está a respeitar os seus direitos como cidadãos", referiu.

A anciã Joana Felipe Fernando, que também encontra-se a residir no mesmo bairro, desde o tempo colonial, lembra que montavam paus que cobriam com sacos de serapilheira para fazer de cabana. Na altura encontrou apenas um quarto erguido naquela zona, onde vivia o antigo coordenador do bairro, senhor Cândido, já falecido. "Estamos aqui há muitos anos, todo o período de guerra passou-nos aqui e nunca passou-nos pela cabeça que um dia havia de aparecer alguém a intitular-se dono desta zona. Onde andou o senhor Simão esse tempo todo ", questionou a anciã, por sinal a mais velha do bairro.

A mesma não conseguiu conter as lágrimas e diz temer pelo seu futuro uma vez que não tem quem a pode amparar. Teve dois filhos que, segundo ela, já não fazem parte do mundo dos vivos. Um era agente da polícia e outro, o mais velho, foi para tropa e nunca mais voltou. "O senhor Simão diz que todos moradores serão desalojados sem serem indemnizados, isso é injusto", disse visivelmente abalada.

2.10.5 Lotes de terrenos são recuperados pela administração

Jornal de Angola

7 De Outubro de 2015

A Administração Municipal de Ambaca, na província do Cuanza Norte, deu início este mês a um processo de desapropriação dos terrenos concedido a cidadãos para a autoconstrução dirigida, por estes incumprirem os prazos estabelecidos, disse ontem o responsável da secção de Urbanismo e Ordenamento do Território.

Adelino João Seca avançou que os terrenos foram distribuídos o ano passado, mas, até agora, os beneficiários não mostraram interesse em construir. "A recuperação dos terrenos deve-se ao facto de a situação estar a criar grandes embaraços ao processo de construção ordenada da urbe".

As parcelas fazem parte de 140 'talhões preparados num espaço de três hectares, para a construção de residências e de infra-estruturas comerciais, informou

Adelino João Beca, que esclareceu que as zonas loteadas têm capim, facto que está a ofuscar a imagem da vila. "Por esta razão, os actuais beneficiários vão perder os espaços, para que os terrenos sejam entregues a pessoas com vontade de construir".

A zona loteada tem um modelo para a construção e todos os que receberam os lote aceitaram as pré-condições, disse o responsável da secção de Urbanismo e Ordenamento do Território, que prosseguiu: "Os beneficiários devem construir de acordo com o estipulado, pois os lotes estão numa zona de referência da vila de Camabatela".

2.10.6 Antigo Roque parado

Jornal República

09 De Outubro de 2015

Passados alguns anos desde a extinção do mercado 'Roque Santeiro', considerado o maior de África, o espaço continua subaproveitado. A ideia era transformá-lo numa cidade moderna, no prazo de 24 meses, mas, até agora, os terrenos continuam baldios e servem apenas para os miúdos jogarem futebol. Em Junho de 2011, o presidente da República, José Eduardo dos Santos, lançou a primeira pedra, num acto que serviu também para celebração de contratos entre o Ministério do Urbanismo e Construção e três construtoras. As obras não arrancaram e por ISSO, nos fins-de-semana, os jovens aproveitam para jogar futebol. À noite, há relatos diários de crimes.

2.10.7 Camponeses acusam as FAA de ocupação e destruição das lavras

Jornal Terra Angolana

09 De Outubro de 2015

João David, responsável pela única igreja de chapas aí existente, é um dos primeiros moradores do bairro Chimuto, e diz ser preocupantes os últimos acontecimentos protagonizado pelo oficial naquela zona.

"A maior parte do povo que aqui vive é camponês. Desde que aqui estou a viver, há mais ou menos sete anos, nunca vi por aqui nenhum boi". Mas, continuou, "nas últimas semanas está a aparecer muitos e estão a destruir às lavras. O que mais nos espanta é que justamente depois de uma semana da aparição dos bois, apareceu um grupo de militares fortemente armados transportados por uma carrinha Hilux, com vidros fumados a avisar que a zona era de seu controle e que, brevemente teríamos uma visita,

porque segundo eles o terreno é pertença de generais", disse.

"O que fizemos depois da retirada dos militares, foi deslocarmo-nos a administração do bairro para pontualizar a situação ao responsável, que garantiunos que os militares queriam apenas um espaço, mas a verdade é que a ameaça continua, porque volta e meia surgem homens armados e começam a fazer fotos nos terrenos e nas pessoas", alertou.

Outro entrevistado, é um agricultor Orlando da Silva que foi a pessoa com quem os militares falaram na última semana do mês de Junho. O camponês associa os tropas que têm aparecido no bairro a supostos guardas da suposta fazenda do oficial que está a poucos metros do bairro Chimuto.

"Isto está a nos preocupar porque o senhor Matadidi já recebeu lavras em outros locais e são os antigos proprietários das mesmas que nos estão a alertar, porque ele tem muitos bois e não tem mais espaço para os colocar", denunciou.

"Queremos conhecer de onde vem a tropa com carros civis, vidros fumados. Já ontem o meu vizinho conseguiu comprar blocos, mas quando veio com o carro para descarregar o senhor Matadidi estava presente e impediu o descarregamento. Queremos saber se aqui é área militar ou área do povo, queremos que a administração municipal venha até aqui esclarecer ao povo, porque aqui ninguém é estrangeiro, e se não é para o povo, é para os bois?", questionou.

"Ao invés de ser a administração comunal a ter com a população, é apenas um militar que quer tirar o povo das suas terras. Nós pertencemos ao Bengo, sobrevivemos dos produtos do campo que os bois dele têm estragado todos os dias", lamentou.

"São muitos bois, vêm aqui todos os dias e estragam tudo. A minha casa é de chapa. Ultimamente aqui tem vindo muita gente para roubar as coisas do povo. Eu não sei se fico atento com a lavra que está a ser destruída pelos bois ou se fico em casa para não entrar ladrão", disse um ancião, visivelmente agastado.

"Pelo que sabemos o general não vive nesta zona, vive em Luanda, vem apenas cuidar do pasto e nos intimidar.

Estamos a ficar revoltados porque se ele diz que o espaço é dele, devia vir com documentos, porque ele já ocupou uma boa parte da zona onde colocou os bois dele, agora, se os animais estão a crescer ele deve procurar um outro espaço que está a venda ou então

levar os bois para outro quintal, porque o que não pode fazer é receber às lavras dos agricultores", aconselhou.

No local, a equipa de reportagem do Terra Angolana não encontrou nenhum boi a pastar na zona do Chimuto mas, no interior da suposta quinta do oficial, dezenas de bois eram guarnecidos por vários elementos com trajes militares.

2.10.8 Camponeses exigem indemnização avaliado em mais de 50 mil dólares

Jornal Terra Angolana
9 De Outubro de 2015
Texto: António Ganga

A devastação ocorreu no passado dia 10 de Setembro e até ao momento não obtiveram qualquer esclarecimento por parte dos acusados.

A acusação vem do cidadão Pedro Gomes que alega ser o legítimo proprietário do referido terreno localizado no bairro Cambamba-2 arredores da urbanização Nova Vida, distrito do Kilamba Kiaxi, na província de Luanda.

O lesado afirma que, há mais de 40 anos que paga todos os emolumentos ao Estado, onde, de lá para cá, camponeses provenientes do interior do país habitam e desenvolvem no local actividades agrícolas como fonte de sobrevivência e fornecimento de hortaliças para mercados periféricos da capital do país.

Ainda de acordo com a mesma fonte, os camponeses foram surpreendidos na manhã do dia 10, por uma equipa de fiscalização do município de Belas, escoltados por agentes da Polícia Nacional com a presença do Administrador local Filipe Espanhol, que, por sua vez terá esclarecido ao cidadão Pedro Gomes, que estava a cumprir uma ordem do Presidente do Conselho de Administração (PCA) da Imogestin, Sociedade Anónima, Rui Cruz, enquanto empresa responsável pela gestão das centralidades e novas urbanizações e de vendas públicas, em todo território nacional.

Pedro Gomes afirma reiteradamente terem sido devastados hortícolas como, couves, barateiras, gimboas e outras plantações cultivadas durante dois meses que estavam prontas para serem vendidas. O lesado avança que, tractores caterpilares operados por cidadãos de nacionalidade asiática, não pouparam as casas dos camponeses com bens pessoais no seu interior, assim como a destruição total da vedação de

toda quinta que tinham sido construídas de chapas de zinco.

A mesma fonte que vimos citando queixa-se de perseguição por parte da Imogestin, porque, segundo conta, esta é a segunda vez que a empresa em causa destrói a sua quinta sem indemnização, caso já entregue aos advogados.

"A primeira vez que foi devastada toda a minha plantação, já lá vão mais de cinco anos, na qual o PCA da Imogestin Rui Cruz, veio até a minha casa e assinou um documento na qual se comprometiam em pagar uma indemnização pelos 10 hectares de um total de 29 que eles se apropriaram, mas até hoje não existe nenhuma solução", clamou Pedro Gomes.

O grito dos camponeses

Os camponeses desesperados pela situação que perdura há mais de um mês dizem terem constituído um advogado para verem as perdas restituídas, mas, até então ainda estão sem resposta. Os homens da "enchada" dizem que para além das lavras destruídas os fiscais também levaram consigo outros bens, como motorizadas, motores de irrigação, equipamentos de combate as pragas e telemóveis dos trabalhadores.

Os lesados apelam a administração de Belas e a Imogestin para a rápida resolução do problemas, ao mesmo tempo que lamentam, por outro lado, pelo facto de não terem sido notificados no sentido de retirarem os seus bens.

Albertina Florentino, vive a 12 anos daquilo que tira da terra. Sustenta a sua família dos produtos oriundos daquele campo, segundo ela, com a destruição da sua horta sem aviso prévio a sua vida voltou a "estaca zero", ainda mais sem qualquer indemnização por parte de quem de direito.

"Partiram a minha casa com os bens lá dentro, levaram-me sete motobombas e quatro pulverizadores. Toda a minha família depende daqui, estamos a formar os filhos que vão servir este país com o dinheiro das couves, será que os governantes não sabem que deste campo dependem muitas famílias que vêm cá buscar verduras para revender em outros mercados?", retorquiu. Luzia Ngumbe desbrava a terra naquele local há 10 anos. No seu espaço a camponesa cultivava couves, repolhos, cebolas, batata rena e outras hortaliças. Para ela a medida da administração de Belas foi das mais erradas que podiam ter, pois, segundo esta destruíram a vida de centenas de família que tiravam daquele local o seu sustento de todos os dias. O choque foi maior, primeiro, por não ter estado em Luanda no

acto da destruição, o que fez com que perdesse todos os seus bens que deixara com os trabalhadores na sua lavra, onde a produção estava em fase de colheitas.

"O administrador pelo menos devia nos avisar para podemos retirar tudo que já estava pronto para ser vendido, gastamos muito dinheiro na compra de sementeira e produto fertilizante. Ainda por cima a fiscalização levou três motobomba, três máquinas de pulverizar inseticida e uma motorizada nova", lamentou dona Luzia.

Pedro do Nascimento desenvolve a sua actividade como agricultor há sete anos, fruto da experiência que adquiriu durante uma formação profissional em Agronomia que teve na Funda pelo Centro de Formação Profissional do MAPTSS. O jovem conta que efectivos da Polícia Nacional e da fiscalização 'chegaram por volta das 7 horas, com ameaças de armas de fogo, ninguém teve o poder de reacção, ao ver as suas plantações e casas a serem destruídas sem poder retirar nada.

"Destruíram todas casas e hortas sem piedade de quem tem este sitio como única fonte de sobrevivência, o pior é que não nos tinham antecipado. Levaram todo o meu material de trabalho, assim como dos meus vizinhos, para além do dinheiro que tinha dentro de casa", disse o profissional em agronomia.

Baptista Galileu, está há três anos no cultivo de couves e batateiras, diz que lhe foi retirado o telemóvel a força pelos agentes da polícia quando tentava fazer fotografia do que se estava a passar.

"Gastamos todo o dinheiro que tínhamos no cultivo que é o nosso dia-a-dia. Foi destruído por agentes de um governo que deveria proteger o povo, mas que no acaba por demonstrar que não tem piedade pelos pobres que dependem do campo, quando é o próprio governo, que defende a agricultura como prioridade de uma economia sustentável. Como vamos sobreviver desta forma quando inclusive nos levam o nosso material de trabalho", perguntou.

Com aproximadamente 70 anos de idade sem saber fazer outra coisa na vida, pois desde muito cedo que aprendeu a trabalhar no campo, Josefina Mita, dependia daquele espaço para não deixar as panelas vazias em sua casa. Mãe de 15 filhos, com mais de vinte netos, a idosa pede socorro há quem de direito dizendo que nunca foi tão maltratada em toda a sua vida. "Nem mesmo com o colono", grita de desespero.

"Pisaram tudo sem deixar nada os meus filhos e netos vão deixar de estudar, porque já não tenho dinheiro para recomeçar outra lavra", disse.

A equipa deste jornal procurou ouvir as outras partes envolvidas no processo, nomeadamente a administração de Belas, e a Imogestim. De acordo com o Director do Gabinete de Comunicação e Imagem da administração de Belas, Neto Dala Segunda, apenas io administrador tem competência para falar à imprensa, mas para nossa infelicidade Filipe Espanhol encontra-se no exterior do país, segundo as informações que colhemos no local.

Ao passo que para Imogestim Sociedade Anónima, de fonte próxima ao Gabinete de Comunicação e Imagem, este assunto transcende aquele gabinete que tem apenas a responsabilidade de fazer a gestão das centralidades e das novas urbanizações, e não tem aval para tratar assuntos do género.

2.10.9 Chefe de Estado destaca Plano Metropolitano

Jornal de Angola
09 De Outubro de 2015

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, considerou ontem de "grande profundidade" o projecto ligado ao Plano Director Geral Metropolitano de Luanda, apresentado pelos responsáveis da Urbinveste Promoção e Projectos Imobiliários, S.A, empresa responsável pela sua elaboração.

O Presidente José Eduardo dos Santos referiu-se em breves palavras na abertura de uma reunião do Conselho de Coordenação Estratégica de Luanda, no Palácio da Cidade Alta, ao Plano Director Geral Metropolitano de Luanda como um instrumento importante para conduzir todas as acções necessárias ao desenvolvimento da província de Luanda.

"Aqui estamos todos juntos para estudar questões relacionadas com o Plano Director da província de Luanda, e depois de um longo período de estudo e discussão sobre as soluções para modernizar e desenvolver a capital, eis que a Urbinveste, empresa contratada, nos apresenta então uma proposta de plano director que reuniu consenso de todos os intervenientes", disse.

O Presidente da República frisou que a versão do documento ontem apresentada resultou de três reuniões ligadas ao projecto. Foi igualmente apresentado um documento do Ministério do

Urbanismo e Habitação do Plano Director dos distritos do Cazenga, Sambizanga e Rangel.

Fim das ocupações ilegais

O governador provincial de Luanda, Graciano Domingos, defendeu o fim da ocupação ilegal de terrenos, por impedir o desenvolvimento urbanístico harmonioso da província.

Em declarações à imprensa após a reunião do Conselho de Coordenação Estratégica de Luanda, o responsável afirmou que "o território não deve ser ocupado de forma anárquica' deve sim ser distribuído em termos de actividades".

O governador provincial assinalou que o território tem de ter áreas para agricultura, indústria, comércio, habitação, lazer e para a construção de infra-estruturas. Graciano Domingos explicou que o Plano dá uma visão integrada da ocupação do território para que as vocações ocupacionais não colidam umas com as outras, além de apontar o sentido do crescimento da província até 2030.

Graciano Domingos salientou a importância de o Conselho de Coordenação Estratégica de Luanda ter apreciado em definitivo o Plano Director Geral Metropolitano, o que vai permitir que nos próximos tempos sejam dados passos no sentido da sua aprovação definitiva.

O governador provincial disse que após a aprovação definitiva vai ser então criada a entidade que vai cuidar da sua implementação e da elaboração dos pormenores tendentes à sua execução, de acordo com as directrizes. Mesmo não tendo sido formalmente aprovado, disse o governador provincial, algumas recomendações contidas no Plano Metropolitano da cidade capital têm sido aplicadas, e citou como exemplos as vias rápidas para os transportes colectivos actualmente em construção, a execução do plano director de saneamento, bem como a requalificação de determinadas zonas de Luanda. Um comunicado da Casa Civil do Presidente da República indica que o Conselho de Coordenação Estratégica de Luanda aprovou o Plano Director Geral da Província de Luanda, que considera um instrumento fundamental para o ordenamento do território e do planeamento urbano e uma resposta de forma integrada às necessidades de gestão urbana, visando conferir em particular à cidade de Luanda condições de sustentabilidade ambiental, habitacional, de mobilidade e de crescimento social e económico.

Crescimento populacional

O Plano Director Geral Metropolitano, que tem por objectivo responder também às necessidades de

crescimento populacional da província de Luanda, prevê a reabilitação dos espaços verdes a fim de reduzir os riscos de inundação e epidemias, a delimitação e valorização dos espaços agrícolas, a optimização do uso do solo urbano, a criação de uma rede integrada de transportes públicos e de um sistema de estradas funcional e eficiente.

Com duração de execução de 15 anos, o documento estabelece como princípio preservar o ambiente natural e o património cultural da província, assim como o seu carácter urbano e a sua identidade. Na reunião de ontem, o Conselho de Coordenação Estratégica da Província de Luanda tomou conhecimento do relatório semestral das actividades realizadas pela Unidade Técnica de Gestão e Saneamento de Luanda e aprovou o seu projecto de macro-drenagem do Kilamba.

Do conjunto de actividades realizadas pelo Conselho de Coordenação Estratégica de Luanda destacam-se as obras de construção de macro-drenagem do Suroca, Cazenga Cariango e das redes separativas dos bairros Popular e Terra Nova, limpeza e manutenção das redes de colectores públicos e valas de drenagem, e a construção de quatro pontes metálicas para assegurar a circulação ao longo dos eixos dos diferentes sistemas de drenagem.

Mobilidade e ambiente

A engenheira Isabel dos Santos, da Urbinveste, disse que o Plano Director Geral Metropolitano de Luanda é um trabalho que decorre há 18 meses e envolve cinco disciplinas: uso dos solos, a gestão social (creches, escolas e outras), transportes e mobilidade, rede ferroviária, estradas e meio ambiente.

Isabel dos Santos referiu que, para a implementação do projecto, a Urbinveste, empresa responsável pela elaboração do Plano Director Geral de Luanda, fez várias reuniões, consultou mais de 20 mil documentos e teve contactos com vários membros da sociedade civil, tendo destas mesmas consultas resultado ideias num projecto mútuo.

Para a consultora da Urbinveste, Luanda é hoje uma cidade grande que conta com 520 mil hectares, dos quais só 17 por cento são urbanos. Em termos de população, conta com 6,5 milhões de habitantes, de que a maior parte reside em bairros não estruturados, ou seja, que precisam de receber uma malha urbana como estradas, electricidade, água e rede de esgotos. "O nosso trabalho foi de olhar para estes dados, ver o seu potencial e ver como poderiam ser requalificados e transformar zonas existentes em áreas novas mais modernas, com serviços, zonas verdes, dentre outras, e que dentro destes estudos

haverá oportunidade para todos aqueles que querem construir, participar e investir" , frisou a representante da Urbinveste.

Isabel dos Santos salientou que os habitantes residentes de Luanda e os que migram para a capital a fim de trabalhar são sem dúvida os beneficiários do Plano. "Sobretudo, todos nós temos um papel neste projecto porque ele não será feito por outras pessoas", sublinhou na ocasião, tendo dado a conhecer que o Plano Director Geral Metropolitano da capital vai ser apresentado oficialmente ao público em Dezembro.

Sobre a requalificação dos bairros Popular e Terra Nova, no quadro deste projecto, o director técnico de Gestão e Saneamento de Luanda, engenheiro Manuel Van-Dúnem, que também falou à imprensa no final da reunião de ontem, precisou que estas zonas beneficiam já de água, energia, valas de drenagem, asfalto nas vias terciárias e outros serviços.

O Conselho de Coordenação Estratégica de Luanda, numa reunião em Março igualmente chefiada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, tomou também conhecimento do relatório do Gabinete Técnico de Coordenação e

Acompanhamento dos Projectos da Cidade de Luanda, referente ao período de Setembro a Dezembro do ano passado.

2.10.10 Desempenhado da Vila do Cuacra “esquecidos” pela fábrica de cimento Yeto

Jornal O PAÍS

9 De Outubro de 2015

Texto: Romão Brandão

Localizada à aproximadamente 30km da cidade do Sumbe, a conhecida Vila do Cuacra dá cor a antiga comuna com o mesmo nome e alberga pelo menos 450 famílias. A iniciativa de construção da Vila vem da Fábrica de Cimento do Kwanza Sul, que aparecera no ano 2008 com a proposta de desalojar a população que habitava na zona projectada para dar curso à exploração de matéria-prima.

Pelo que aferimos não ocorreu qualquer problema com o realojamento e todas as famílias tiveram direito a uma residência condigna. Apesar de se constatar uma certa dificuldade de adaptação, na altura, uma vez que a população é maioritariamente camponesa, actualmente as construções definitivas da Vila do Cuacra apresentam bom estado de conservação.

Mais do que viver numa Vila e ter uma boa casa, os populares do Cuacra estão preocupados com a garantia de sustento às famílias, uma vez que esperam por alguma "luz verde" da fábrica, tal como lhes havia sido prometido. Vários concursos de emprego foram realizados e os que são admitidos para trabalhar na fábrica vêm da cidade sede (Sumbe), quando os da supracitada Vila permanecem no desemprego, contam.

Dizer que os mesmos não estão capacitados, segundo João Papagaio, de 43 anos, secretário do Soba da Vila, não corresponde a verdade porque a maior parte dos moradores do Cuacra participou, inclusivamente, no processo de construção da fábrica de cimento "Yetu", Recorde-se que a construção da fábrica começou em 2008 e teve o seu término cinco anos depois.

"O primeiro PCA da fábrica nos tinha garantido que os pulares que ajudaram a erguer a fábrica permaneceriam a trabalhar na mesma. Nós fizemos 5 anos a ganhar mal, não nos preocupávamos porque tínhamos esperança no emprego garantido.

Mudaram de PCA e até ao momento só temos presenciado injustiças", reforçou.

As injustiças a que se refere acontecem principalmente nos concursos de emprego realizados na fábrica, onde os moradores do Cuacra chegam a ser chamados para a entrevista, mas são escolhidos indivíduos que vêm de outros pontos do país. Poucos moradores da vila trabalham na fábrica e, segundo o entrevistado, os responsáveis da fábrica têm passado a informação de que a maior parte dos empregados são provenientes daquela comunidade.

Já planearam manifestação

De tanto desacreditarem na possibilidade de tão cedo serem empregados da fábrica, e porque não aguentavam ficar sem fazer nada, alguns dos jovens da Vila do Cuacra planeavam uma manifestação. Quando os dirigentes da fábrica tomaram conhecimento daquela informação "reuniram com os responsáveis da comunidade de modo a travar a reivindicação".

Da reunião, que para muitos apenas veio diminuir a credibilidade que aquele povo depositava nos seus representantes, surtiu a conclusão de se juntar os documentos de todos os desempregados e posteriormente serem entregues aos responsáveis da fábrica. Até ao momento, a fábrica não procedeu a recepção do 'grosso de documentos'.

Quanto ao facto de terem dado as casas, João Papagaio disse que "a fábrica não fez favor a

ninguém, partiram casas e deram-nos casas melhores. O grande problema é que antes nós conseguíamos virar-se com o cultivo ou a criação de alguma coisa e, hoje, já na Vila não dá para fazer isso". Por outro lado, aponta que em termos de exploração a fábrica vedou uma extensão maior, tendo afectado a área de cultivo da população.

"Só cinco trabalham na fábrica"

Dos poucos jovens que trabalham na fábrica, tivemos a oportunidade de conversar com um, de quem, evidentemente, não vamos citar o nome. Ele adiantou que entrou na fábrica por via de um concurso de emprego e já tinha a ideia de que "os natos seriam periodizados na questão da empregabilidade", mas não tem visto isso.

Confirmou que existe muita gente a trabalhar naquela fábrica que vem de fora, principalmente do Huambo e Bié, sendo que o total de funcionários provenientes da Vila do Cuacra, corresponde a cinco.

"Não sei a razão de tal exclusão. Há muito trabalho na fábrica e os populares do Cuacra já mostraram que sabem fazer, a partir do momento em que participaram na construção da mesma. O trabalho de estiva, por exemplo, ou de limpeza, podia ser um jovem do Cuacra a fazer, mas até para isso contratam pessoas de fora. Por isso é que este bairro pequeno já tem muita criminalidade", lamentou.

Sem saber explicar a razão da paralisação dos trabalhos, já que não recebeu informações a respeito, o nosso entrevistado confirmou que desde o mês de Agosto do corrente ano que a fábrica está parada. "Houve realmente uma mudança de presidente do Conselho de Administração' agora quem dirige é uma senhora e desde a sua entrada só trabalhamos dois meses".

2.10.11 Camponeses achincalhados e espancados

Jornal O Crime

10 De Outubro de 2015

Os populares que se sentem lesados dizem que são detentores de um prédio rústico, numa área total 23,1 hectares, situado na localidade do Kikuxi, em Viana, onde os seus ascendentes praticavam a agricultura. A área servia também para fins habitacionais.

Visivelmente revoltados, os camponeses referem que, enquanto as terras estiveram somente ao serviço da agricultura, ninguém os perturbava. Hoje, com muitos interesses imobiliários na ordem do dia, preferencialmente na região sul de Luanda, têm

surgido vários grupos, bem estruturados e organizados, que recorrem a todos os meios para atingir os seus fins. "Recorrem a pessoas e instituições, conseguindo, assim, desapossar os camponeses do bem mais precioso que possuem", denunciam as fontes deste jornal.

Os pequenos produtores viram partir o sossego com a chegada de elementos armados da empresa A.OS SECURITY. Às vezes, segundo contam, apresentavam-se como funcionários da empresa PRAXIS, representada por António Martins da Conceição, mais conhecido por Tony, que diz ser o director operativo. Apresenta-se, na verdade, como representante do vice-presidente da República, Manuel Vicente.

Sabe-se que o propósito inicial implicava negociações, mas não se chegou a acordo nenhum, uma vez que os camponeses consideravam que a proposta estava muito aquém do valor do espaço.

Fazendo jus ao estatuto de "poderosos", elementos da A.O.S SECURITY, fortemente armados e sempre liderados por Tony, deram início, em Março deste ano, a um processo de destruição de residências das famílias dos camponeses, chegando a arrancar as suas plantações. Ao redor do prédio, foi colocado um grupo de seguranças a controlar a zona, visando impedir que os proprietários voltassem ao local.

Daniel Manuel Kasabi é um dos cidadãos que se rebelaram face à ocupação ilegal das terras. Teve consequências, à semelhança de outros companheiros, sendo a mais dolorosa o ferimento que sofreu num dos olhos.

Os lesados apresentaram uma queixa-crime nos Serviços de Investigação Criminal que, até a presente data, ainda não teve evolução. Há relatos que apontam para o assassinio, à facada, do cidadão Baptista Pedro, que foi morto em Março de 2014.

De acordo com informações disponíveis, a organização dirigida por António Martins da Conceição é useira e vezeira de uma prática que vem sendo muito contestada.

Ele gaba-se de estar ao serviço de Manuel Vicente. Os camponeses e suas famílias perderam as suas moradias e a sua fonte de rendimentos.

O envolvimento do vice-presidente

Já se sabe, como atesta a peça principal, que os camponeses, algo destemidos, procuraram resistir à investida dos elementos afectos à empresa de segurança A.O.S SECURITY

Manuel Vicente recorreu ao comandante da Região Militar de Luanda, o tenente-general Simão Carlitos "Wala", que disponibilizou mais de 20 homens, ainda hoje confinados naquelas terras, como militares que cumprem uma missão de Estado.

À frente da operação esteve o coronel Guina Mão, que viria a ser substituído por Ndogua e Charles, que confirmaram aos camponeses que a presença daquele batalhão naquele espaço resulta de uma orientação de Manuel Vicente.

Em desobediência a uma ordem dos militares, Filomeno Moisés tentou passar pelas redondezas, a 8 de Agosto, e foi detido durante doze dias.

Nessa altura, "Wala" chegou a falar com os populares revoltados. "

Mas o pior estava a chegar. Também por desobediência, já a 19 de Setembro, Alberto Kazambi foi detido e posto num tanque de água, de cabeça para fora, tendo sido solto algum tempo depois.

Os populares imploram ao Presidente da República, José Eduardo dos Santos, no sentido de chamar à razão do seu vice-presidente.

Este jornal tentou, por todos os meios, contactar o vice-presidente da República, Manuel Vicente, para passar a sua versão sobre os factos, mas em vão, porque não fomos bem-sucedidos.

2.10.12 Esposa de Capitão ameaça moradores

Jornal A Capital
10 De Outubro de 2015
Texto: Ernesto Felipe

Estamos no interior de um bairro que, de acordo com seus moradores, existe há cerca de seis anos. As casas são maioritariamente feitas de chapa de zinco. Ruas quase não existem, enfim, um bairro onde falta quase tudo.

O bairro Rainha Ginga não tem hospital nem já um Centro Médico, para não falarmos de escolas, ou serviços tais como electricidade e água. Aliás, não há nem mesmo Comissão de Moradores, já que de acordo com os habitantes, aguardam pela resposta da Administração da comuna do Panguila sobre a proposta para a criação da mesma.

As únicas estruturas sociais com uma certa visibilidade são uma capela e um casebre que funciona como Comité de Acção do MPLA, ambos construídos totalmente de chapas de zinco.

Os alunos do primeiro nível percorrem mais de quatro quilómetros para estudarem. Para além da distância, enfrentam fortes nuvens de poeira durante o cacimbo e muita lama durante o tempo chuvoso.

As pessoas sobrevivem de pequenos negócios e as motorizadas são o principal meio de transporte que ligam os moradores ao resto da comuna ou do município.

Ainda assim, não é isso que os preocupa. O que lhes rouba o sono mesmo, tal como disseram ao A Capital, é o conflito que se instalou entre eles e a dona Arlete. A mesma cidadã, de acordo com os nossos entrevistados, ameaça desalojar os cerca de 360 habitantes deste bairro, valendo-se do facto de ser esposa de um capitão das FAA.

Miguel Avelino é morador do bairro ções ela era uma simples ocupante igual aos demais e dedicava-se à venda de pedras aos outros ocupantes que tivessem condições de construir casas de blocos.

Só que algum tempo depois, quando viu que as ocupações eram feitas de maneira arbitrária e sem legalização ou sem documentos que comprovassem a titularidade, ela aproveitou-se, e se auto-elegeu responsável dos moradores.

"Considerou-se coordenadora do bairro" em causa desde o ano 2009. De acordo com ele, as pessoas foram autorizadas a construir naquele terreno pela antiga governação da província do Bengo. Porém, admitiu que as ocupações do mesmo foram feitas de maneira arbitrária.

"Cada um vinha e ocupava", revelou, para dizer a seguir que maior parte dos moradores são pessoas, umas que viviam em casas de renda nos bairros das cercanias, outras que vieram das diferentes partes de Luanda.

Entretanto, de acordo com Avelino, a paz que desde sempre se viveu no pacato bairro, tem sido perturbada há seis meses, quando dona Arlete começou a proferir ameaças, alegando que viria destruir as casas e se os populares insistissem em morar no local, partiria para a queima dos casebres.

"Foi isso que ela disse de boca cheia", asseverou o cidadão para afirmar que uma parte do bairro já foi ocupada pela mesma senhora, tendo na mesma zona colocado uma equipa de seguranças prontos a disparar, caso alguém apareça para reclamar o terreno.

"Esta parte de cima já foi ocupada por ela e colocou lá guardas para ninguém aproximar-se", disse, apontando para a parte alta do bairro.

Quando perguntamos a Avelino de onde teria vindo esta senhora, adiantou que no início das ocupa e, por via disso, avançou o cidadão, passou a pedir documentos pessoais e mais um total de 65 mil kwanzas por cada terreno, alegando que seriam para legalizar os mesmos junto da Administração comunal.

O problema é que de lá para cá, nenhum dos que já deram esse dinheiro recebeu um documento que comprove que o terreno é sua propriedade.

"Quando os moradores esperavam algum esclarecimento por parte da mesma, ela aparece para exigir a retirada de todos do bairro", afirmou, ainda.

"Ela tem aparecido aqui, ora com carro da polícia sem matrícula, ora com carro das FAA acompanhada de soldados que trajam farda igual a dos fuzileiros navais", revelou Mário Ventura, outro morador visivelmente assustado, acrescentando que a situação agravou-se há três meses.

"Está-nos a roubar o sono. Há três meses, ela parece uma leoa faminta", desabafou.

Segundo Mário Ventura, em finais de Agosto passado, dona Arlete, sob escolta de militares, foi ao terreno, desta vez para ameaçar o secretário do CAP do MPLA, por sair em defesa dos interesses dos moradores.

"Apontaram-lhe a arma no peito e rasgaram o chapéu que usava", contou.

2.10.13 Plano director trava ocupações ilegais

Jornal A Capital
10 De Outubro de 2015

O anúncio foi feito pelo Governador de Luanda Graciano Domingos, no final da reunião do Conselho de Coordenação Estratégica de Luanda, tendo considerado que o território não deve ser ocupado de forma anárquica, deve sim ser distribuído em termos de actividades. Esclareceu que o território tem de ter áreas para agricultura, indústria, comércio, habitação, lazer e para a construção de infra-estruturas.

"O plano apresentado dá uma visão integrada da ocupação do território para que as vocações ocupacionais não colidam umas com as outras, além de apontar o sentido do crescimento da província até 2030", informou, sublinhando que a importância de o Conselho de Coordenação Estratégica de Luanda ter apreciado em definitivo o Plano Director Geral Metropolitano, o que vai

permitir que nos próximos tempos sejam dados passos no sentido da sua aprovação definitiva.

Agora, espera-se pela aprovação definitiva, para depois ser criada a entidade que vai cuidar da sua implementação e da elaboração dos pormenores tendentes à sua execução, de acordo com as directrizes. Por enquanto, e apesar de não ser formalmente homologado, Graciano Domingos garantiu à imprensa que algumas recomendações contidas no referido Plano Metropolitano têm sido aplicadas, dando como exemplo, as vias rápidas para os transportes colectivos actualmente em construção, a execução do plano director de saneamento, bem como a requalificação de determinadas zonas de Luanda.

O Conselho de Coordenação Estratégica de Luanda aprovou o Plano Director Geral da Província de Luanda, que considera um instrumento fundamental para o ordenamento do território e do planeamento urbano e uma resposta de forma integrada às necessidades de gestão urbana, visando conferir em particular à cidade de Luanda condições de sustentabilidade ambiental, habitacional, de mobilidade e de crescimento social e económico.

Um plano profundo

O Chefe de Estado, José Eduardo dos Santos destacou que a versão do documento resultou de três reuniões ligadas ao projecto e que foi igualmente apresentado um documento do Ministério do Urbanismo e Habitação do Plano Director dos distritos do Cazenga, Sambizanga e Rangel.

Referiu que o Plano Director Geral Metropolitano de Luanda é um "plano profundo" e considera-o como um instrumento importante para conduzir todas as acções necessárias ao desenvolvimento da província de Luanda. Para ele, está a fazer-se um estudo, em conjunto, de questões relacionadas ao Plano Director da província de Luanda, e depois de um longo período de estudo e discussão sobre as soluções para modernizar e desenvolver a capital, eis que a Urbinveste, empresa contratada, "nos apresenta então uma proposta de plano director que reuniu consenso de todos os intervenientes".

Na essência, o Plano Metropolitano de Luanda visa responder também às necessidades de crescimento populacional da província, prevê a reabilitação dos espaços verdes a fim de reduzir os riscos de inundação e epidemias, a delimitação e valorização dos espaços agrícolas, a optimização do uso do solo urbano, a criação de uma rede integrada de transportes públicos e de um sistema de estradas funcional e eficiente.

Todos esses programas serão implementados no prazo de 15 anos e estabelece como princípio preservar o ambiente natural e o património cultural da província, assim como o seu carácter urbano e a sua identidade.

No encontro foi aprovado o projecto de macro-drenagem do Kilamba e das actividades realizadas pelo Conselho de Coordenação Estratégica de Luanda destacam-se as obras de construção de macro-drenagem do Suroca, Cazenga Cariango e das redes separativas dos bairros Popular e Terra Nova, limpeza e manutenção das redes de colectores públicos e valas de drenagem, e a construção de quatro pontes metálicas para assegurar a circulação ao longo dos eixos dos diferentes sistemas de drenagem.

2.10.14 Administração faz distribuição de lotes de terra

Jornal de Angola
21 De Outubro de 2015

A Administração Municipal do Cuvango, na província da Huíla, já distribuiu durante este ano cerca de 50 lotes de terrenos à população, no quadro do programa de autoconstrução dirigida, disse ontem o administrador municipal.

Miguel Luís revelou que cada pessoa recebeu um espaço de mil metros quadrados, o que permite a construção de uma casa unifamiliar. "O processo de distribuição das parcelas de terra é contínuo, uma vez que se pretende impulsionar a construção orientada e a melhoria das condições de habitabilidade de, principalmente dos jovens".

O município do Cuvango, 350 quilómetros a leste da cidade do Lubango, tem uma população estimada em 75.800 habitantes.

2.10.15 Camponeses venceram litígio antes deste

Jornal Folha8
12 De Outubro de 2015

De acordo a um documento intitulado Relatório Final, produzido a 27 de Fevereiro de 2014, pela Administração Comunal da Camama e distribuído a diversos órgãos afectos ao Governo da Província de Luanda, as velhas camponesas, Luzia Sebastião e Maria João Gomes, já terão vencido mais de dois litígios do terreno, que agora disputam com André Panzo, director de gabinete do ministro das Relações Exteriores.

O Relatório Final, aborda também uma anterior disputa entre as camponesas e o senhor Marcelo António Kueia, que, alegava, igualmente, ser dono dos 29 mil e 070 metros quadrados.

"Depois de um estudo pormenorizado dos documentos apresentados pelas partes litigantes e as informações das pessoas contactadas aquando das visitas de averiguações no local, somos a informar o seguinte: "A cópia da Declaração de exploração apresentada pelo senhor Marcelo António Kueia, não consta nos registos da Direcção Provincial do Desenvolvimento Rural e Pescas de Luanda", lê-se na linha 1, do Relatório.

Na linha a seguir diz, "as autoridades locais contactadas (Comissão de Moradores e o Soba local) confirmaram que o espaço tem vindo a ser explorado pelas senhoras Luzia Sebastião e Maria João Gomes, há muitos anos... a Direcção Provincial de Fiscalização e Inspeção do GPL confirma ter antecedentes do referido terreno em favor das senhoras Luzia Sebastião e Maria João Gomes", garante o documento governamental.

Agora resta esperar pelo desfecho final.

2.10.16 Governante em litígio com camponesas

Jornal Folha8
12 De Dezembro de 2015
Texto: António Zacarias

As idosas Maria João Gomes e Luzia Sebastião, ambas indígenas naturais do interior do Norte de Angola, indiciam o ilustre André Panzo, director de gabinete do ministro das Relações Exteriores, de esbulhar as suas lavras, sitas na zona do Santo António, bairro Bitá Sapú, município de Belas, em Luanda.

O entanto, de acordo com informações colhidas de uma fonte da 2ª Secção da Sala do Cível e Administrativo do Tribunal Provincial de Luanda, onde o dirigente supracitado foi constituído arguido no processo nº 04/14-D, este reivindica legitimidade na posse do terreno em causa, e alega (com documentos) pagar impostos industriais do mesmo, desde 2006.

Fazendo fé nas informações em nossa posse, as velhas Maria João Gomes e Luzia Sebastião, exerceram de modo público, pacífico e de "boa fé", actividades agrícolas naquela área de 29 mil e 070 metros quadrados (agora em litígio), há mais de 24 anos.

Face a dinâmica socio-económica da zona, as anciãs decidiram ceder, a título oneroso, cerca de 2 mil 500 metros quadrados, a um cidadão identificado por Hélder Ribeiro, ficando as velhas ainda no comando de cerca de 26 mil e 570 metros quadrados, onde, como juram, tencionam construir um complexo comercial e ceder outra parte para construção de casas para os filhos, alguns deles, desempregados.

o entanto, quando menos esperavam, surge outro cidadão a reivindicar a titularidade do mesmo, sem nunca ter a posse, mas exibindo documentos de propriedade, vindo com isso complicar a situação. Agora o sonho de construção de um complexo ou deixar a terra como herança poderá não se realizar, caso a justiça, analise com parcialidade, saindo a favor do mais forte, no caso, o director do gabinete do ministro das Relações Exteriores, André Panzo, acusado de forjar documentos, ao ter surgido blindado com títulos que atestam ser ele o proprietário daquilo tudo.

Assim, nem o jovem Hélder Ribeiro, que lhe haviam cedido uma pequena parcela da terra, foi poupado, com esta investida do diplomata, que muitos apontam ser "testa do ministro, que é o verdadeiro interessado na aquisição do terreno dada a sua localização privilegiada".

Daí já terem colocado no terreno, antes mesmo de qualquer decisão do tribunal, dois contentores, um que serve de armazenamento de materiais de construção, outro de guarita da segurança. E, como confirmado pela nossa reportagem no local, técnicos pedreiros e carpinteiros erguem muros de blocos na zona.

Insatisfeitas, mesmo com poucos recursos, as velhas Maria e Luzia, respectivamente, fizeram "jogo de cintura apertando o estômago", e constituíram um advogado, que, rapidamente avançou com uma providência cautelar.

De acordo com os autos, que aguardam um despacho saneador do juiz, a requerente (entenda-se velha Luzia) além de alegar ser titular de um direito fundiário, invoca também ser a legítima possuidora da parcela de terreno em litígio, pois, "a posse é o poder que se manifesta quando alguém actua por forma correspondente ao exercício do direito de propriedade ou de outro direito real..

Entende a doutrina subjectiva, sufragada pelos tribunais, serem requisitos da posse, o corpus e o animus, sendo que o corpus traduz-se na actuação de facto, pelo possuidor, correspondente ao exercício do direito e o animus na intenção de exercer, como seu titular, um direito real sobre a coisa (Crf. Pires de

Lima e Antunes Varela, Código Civil Anotado, vol. III, p, 5, Coimbra Editora)".

Portanto, pese embora ter o Tribunal reconhecido a posse por parte das velhas e destas, também, terem pago impostos industriais ao Estado, relativamente o espaço litigado, não deixa de reconhecer o cadastro feito junto do Instituto do Planeamento e Gestão Urbana de Luanda, em nome de André Panzo, um dia antes do mesmo instituto o ter feito em nome das pobres camponesas. Restya agora saber como vai decorrer o desfecho final.

Advogado das camponesas contra-ataca

Face ao imbróglio que se instalou, o F8 soube de fontes aturadas, que José Maria Rodrigues, advogado das pobres camponesas, recorreu com uma "Acção Especial de Restituição de posse, em Forma de Processo Sumário", onde defende com documentação anexa, serem as suas constituintes, proprietárias legítimas dos cerca de 29 mil e 070 metros quadrados da terra em litígio.

Este espaço está "devidamente cadastrado no Instituto de Planeamento e Gestão Urbana do Governo da Província de Luanda, e nele desenvolveram intensas actividades agrícolas, de que pagou tempestiva e periodicamente o devido imposto industrial ao Estado... a posse da autoria exerci da sobre o terreno ... foi sobeja e formalmente reconhecida por diversos organismos da Administração, neles incluídos a Comissão de bairro da Bitá-Sapú, e o Departamento de Fiscalização das Operações Urbanísticas da Direcção Provincial de Fiscalização e Inspecção do Governo da Província de Luanda", lê-se na referida apelação.

Continuando, "a verdade é que o réu (André Panzo) nunca exerceu a posse do terreno em causa... o réu exibiu duas Declarações antagónicas de ocupação de terrenos aleatórios, com diferentes áreas datadas de 29 de Julho de 2005 e 14 de Julho de 2006".

O advogado das camponesas refere também, no referido "recurso", que André Panzo terá exibido um requerimento manuscrito datado de 30 de Março de 2006, dirigido ao Governo da Província de Luanda, a solicitar a autorização de concessão de terreno aleatório, com área de três hectares, sem assinatura e sem confirmação de sua entrada na secretaria naquela administração local.

"Portanto, o réu não ostenta título algum de direito fundiário adquirido sobre o terreno aqui em apreço", garantiu o advogado.

O F8 envidou esforços em contactar o visado das acusações, e não tivemos sucessos, mas uma fonte

muito próxima e conhecedora do referido dossier, alegou não ter André Panzo, nada a dizer aos jornais, porque o processo encontra-se no Tribunal, cabendo a este órgão de justiça decidir sobre o litígio.

JOSÉ MARIA RODRIGUES
DOCTORANDO EM DIREITO (FASE DE FEITURA E DEFESA DE TESE)
MESTRE DOUTOR EM CIÊNCIAS
JURÍDICO-EMPRESARIAIS
ADVOGADO/LAWYER
CÉDULA PROFISSIONAL N.º 307
CONTRIBUINTE N.º 2401210067
TELEMOVEL N.º 939.328.147
E-MAIL: josemariarodrigues20@gmail.com
RUA RAINHA GINGA, Nº 150, 2.º ANDAR
LUANDA

T.P.L-DIST. GERAL
RECEBI
1 DEZ 2011
Ass. J. M. R.

DOCTOR(A) JUÍZ(A) DE DIREITO DA
SALA DO CÍVEL E ADMINISTRATIVO
DO TRIBUNAL PROVINCIAL DE
LUANDA

- SECÇÃO A QUE COUBER -

LUZIA SEBASTIÃO, solteira, maior, residente em Luanda, à Rua 46,
n.º 44, Zona 9, Bairro Cassequei, agricultora,

vem, respeitosamente, ao
abrigo do artigo 1.033.º do CPC, deduzir

**ACCÃO ESPECIAL DE RESTITUIÇÃO DE POSSE, COM
FORMA DE PROCESSO SUMÁRIO**

Contra: André Panzo, funcionário público, com domicílio profissional em
Luanda, no Ministério das Relações Exteriores, situado na Rua Major
Kanhanguá,

Com base no seguinte somatório de fundamentos e razões:

A) - DOS FACTOS

1.º

A autora é lidima ocupante do terreno situado em Luanda, no Bairro da Bitu --
Supú, Zona Santo António, Município de Balas, com a área de 29.070m² e
com as seguintes coordenadas: ID1, X 312175, Y 9005801, 25.ID2, X
312169,50, Y 9005657,52, ID3, X312363,51, Y9005801,25 E ID4,
X312396,68, Y9005657,52, melhor identificado nos croquis de localização
em anexo, que aqui se dão por integralmente reproduzidos (docs. 1, 2 e 3).

2.º

Cuja posse exerceu de modo público, pacífico, titulado, de boa-fé e contínuo
durante mais de 25 anos, encontrando-se devidamente cadastrada no Instituto

CAMPONESAS VENCERAM LITÍGIOS ANTES DESTA

REPÚBLICA DE ANGOLA
GOVERNO DA PROVÍNCIA DE LUANDA
ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE BELAS
ADMINISTRAÇÃO COMUNITÁRIA DA CAMAMA

RELATÓRIO FINAL

- Administração Municipal de Belas -
- Direcção Prov. de Fiscalização do GPL
- Direcção Prov. de Desenvolvimento Rural e Pesca
- Repartição Municipal de Agricultura de Belas
- Sr. Marcelo António Kassa
- Senhoras Luzia Sebastião e Maria João Gomes

assunto: FIM DE LITÍGIO

RESPEITOSOS CUMPRIMENTOS

em virtude do litígio de terreno entre o Sr. Marcelo António Kassa com as Senhoras Luzia
Sebastião e Maria João Gomes, em nome de um título de Terreno com 2.ª escritura, assinada
em Bairro Vila Flor, Rua direita do Kilamba, em frente as Barras da Purologal, venceu por
intermédio de a conhecer o desfecho do referido litígio
na resolução deste litígio envolveu-se as seguintes entidades:

- > Direcção Prov. de Fiscalização do GPL
- > Direcção Prov. De Desenvolvimento Rural e Pesca
- > Repartição Municipal de Agricultura de Belas
- > Administração Comunitária da Camama
- > Secção Comunal de Fiscalização da Camama
- > Coordenador da comunidade local
- > Autoridade tradicional local

teoria de um estudo pormenorizado dos documentos apresentados pela parte litigante e as
informações das pessoas contactadas a quando das visitas de averiguação de factos, tendo-se
formado o seguinte:

1. A origem da declaração de exploração apresentada pelo Sr. Marcelo António Kassa, está
consta nos registos da Direcção Provincial de Desenvolvimento Rural e Pesca, em
Luanda

2.10.17 Área de Cacucaco recebe moradores do Zango Quatro

Jornal de Angola

13 De Outubro de 2015

As famílias que construíram casas de chapas no Zango Quatro, município de Viana, vão ser realojadas no município de Cacucaco, informou ontem o coordenador do Programa Provincial de Luanda de Habitação Social.

O arquitecto Marco Pinho disse à agência de notícias Angop que são no total 75 famílias que construíram sobre um passeio moradias sem condições de habitabilidade.

Uma área foi preparada pela Administração Municipal de Cacucaco, a pedido do Programa Provincial de Luanda de Habitação Social, para albergar as 75 famílias que, dentro de dois meses, vão receber lotes para autoconstrução dirigida.

Marco Pinho informou que a zona localizada no município de Cacucaco está a ser urbanizada e vai

dispor de vários serviços sociais, entre os quais estabelecimentos comerciais, um posto policial e um posto de bombeiros.

2.10.18 Área de Cacuo recebe moradores do Zango Quatro

Jornal de Angola
13 De Outubro de 2015

As famílias que construíram casas de chapas no Zango Quatro, município de Viana, vão ser realojadas no município de Cacuo, informou ontem o coordenador do Programa Provincial de Luanda de Habitação Social.

O arquitecto Marco Pinho disse à agência de notícias Angop que são no total 75 famílias que construíram sobre um passeio moradias sem condições de habitabilidade.

Uma área foi preparada pela Administração Municipal de Cacuo, a pedido do Programa Provincial de Luanda de Habitação Social, para albergar as 75 famílias que, dentro de dois meses, vão receber lotes para autoconstrução dirigida.

Marco Pinho informou que a zona localizada no município de Cacuo está a ser urbanizada e vai dispor de vários serviços sociais, entre os quais estabelecimentos comerciais, um posto policial e um posto de bombeiros.

2.10.19 A população é a parte integrante do processo

Jornal Manchete
16 De Outubro de 2015
Texto: Maira Mário

O Administrador Municipal do Dande, João da Silva Castelo Branco, afirmou que o plano de requalificação da região do Panguila Velho resulta de um contrato de cooperação numa parceria público-privada entre o Governo da Província do Bengo e a empresa Império Grupo, e não concretamente o Grupo Gema como haviam garantido os populares daquela zona a este jornal, em que acusam sobretudo o empresário Francisco Simão Júnior de expropriar as suas terras.

Em declarações ao Manchete, o Administrador do Dande esclareceu que Francisco Simão Júnior é um dos elementos proponentes dessa parceria público-privada, coincidindo com o interesse do Governo da Província do Bengo em requalificar o Panguila Velho.

O memorando assinado entre as partes, segundo disse, tem como principal objectivo a requalificação e melhoramento do estado degradado que a região apresenta actualmente. Antes, ainda território da província de Luanda, circunscrito no município de Cacuo, sofreu danos profundos visto que era uma zona de exploração ilegal de areia, tendo deixado crateras que hoje estão transformadas em lagoas. Referiu ainda que a região do Panguila tem uma grande importância do ponto de vista piscatório e não só. Razão pela qual o Governo do Bengo, pensou que a mesma podia ser aproveitada, para exploração das suas potencialidades.

"Daí que a Império Grupo propôs ao Governo do Bengo e, por sua vez, este discutiu em várias reuniões a metodologia a ser utilizada para essa parceria público-privada, tendo em conta que a zona é superficialmente habitada e também a altura, já havia a prática da agricultura de subsistência da população aí residente", sublinhou.

Acrescentou ainda que fruto dos mecanismos encontrados, a administração local do Estado defende os interesses quer das empresas, quer dos titulares dos terrenos existentes na zona, para que fossem integrados no projecto de requalificação. Para o efeito, foi construída uma área onde funciona a parte administrativa do Governo do Bengo e os representantes da Império Grupo, no sentido de acompanhar o processo de planeamento e de execução de todos os projectos previstos para a região.

Neste momento o projecto tem já o desenho feito que "inclui a construção de um Porto Pesqueiro na costa marítima, zonas turísticas à beira do Rio Bengo, um Centro de Convenções e ainda um centro de entretenimento e diversão, e outros que na medida que o tempo passa, o mentor do projecto vai criando", disse, acrescentando que todos os procedimentos são avaliados e consultados pelo Governo da Província.

Abrandamento das obras

Em meados do terceiro trimestre de 2014 houve um abrandamento da execução de algumas tarefas, devido a crise financeira que o país atravessa, declarou o responsável, adiantando que a Império Grupo tem estado a trabalhar na questão de parcerias ao estrangeiro para o financiamento do projecto, uma vez que a área tem cerca de mil hectares e a mesma não tem capacidade de implementá-lo sozinha.

Há um elemento fundamental - uma espécie de Plano Director de enquadramento de cada um dos projectos - pode dar-se o caso em que a cada empresa

tenha o direito de superfície no território reservado, por exemplo, para o sector da educação enquanto a mesma é investidora na área do turismo. O projecto define também o enquadramento de acordo com a especificidade da zona (por ser ribeirinha, agrícola e costeira).

Por outro lado, Castelo Branco nega haver falta de informação da parte do Governo da Província aos populares, em relação a execução do projecto.

Disse que no passado dia 28 de Setembro os líderes comunitários terão sido convidados para uma reunião na administração do Dande, onde foram esclarecidos quanto as suas inquietações e das suas populações.

"No início da implementação do projecto foram feitos arruamentos de acessos na zona e as populações foram informadas. Na altura, todos aqueles que perderam as suas terras e lavouras foram devidamente indemnizados", afirmou.

O governante alega que perante ao abrandamento da execução dos trabalhos face a crise financeira, foi havendo invasores que terão se apercebido que havia de se requalificar o Panguila. Muitos construíram casinhas de chapa de ocupação de terrenos e a Império Grupo e a representação do Governo da Província optaram em restringir tal prática.

"Para acautelar a situação, foram postas, por isso, placas de proibição de construção no local. E de certeza uma "mão negra" utilizando aquelas placas - uma delas fala de uma certa Associação de Camponeses e Pescadores do Dande. Mas o interesse do Governo Provincial é a proibição de construções anárquicas dentro do território que circunscreve a implementação do projecto", revelou. Acrescentando, o interlocutor salienta que foi a partir deste instante que começaram as agitações, que depois deram em informações contraditórias. "Não há interesse da administração local do Estado desalojar a população sem que haja o direito de indemnização ou reposição de outro espaço ou de outra casa, como consta de uma das cláusulas no protocolo de interacção assinado entre o Governo do Bengo e a Império Grupo.

Um futuro promissor

O Panguila é a porta de entrada para quem vem do Sul de Angola para a província do Bengo e, naturalmente, está ligada com a província de Luanda, ao município de Cacuaco. Portanto, há projectos do Executivo Central que vão tomar a zona do Kifangondo como zona de confluência com o futuro novo Aeroporto Internacional que está a ser

construído no Bom Jesus. Isso fez escudar algumas ideias da implementação do projecto.

Por exemplo, não constava do plano, a construção de um Centro de Convenções na zona do Panguila Velho.

Mas dada a proximidade com o futuro novo aeroporto, e também o facto de o Governo do Bengo realizar as feiras do Panguila, nasceu da Império Grupo a ideia de se construir um centro para este tipo de evento.

"Estamos sempre a mudar e adaptamos às novas realidades de alguns projectos, e altera naturalmente, um valor inicial da execução do projecto. Razão pela qual, a Império Grupo não apresentou o valor real do capital investido para a implementação do mesmo projecto", referiu.

2.11 NOVEMBRO 2015

2.11.1 Fazendas na Conda redimensionadas

Jornal de Angola
10 De Novembro de 2015

A Administração Municipal da Conda está a proceder ao redimensionamento das terras cultiváveis tendo em conta a necessidade da reactivação de 63 fazendas que e encontram inoperantes, revelou ontem em comunicado a Administração Municipal.

Estão registada na região 106 fazendas agrícolas e 13 agro-pecuária, que perfazem uma área 21.926 hectares de terras aráveis, diz o comunicado que refere que várias fazendas encontram-se abandonadas e a maioria em funcionamento debilitado.

Para sanear a situação, a Administração realiza um processo de redimensionamento com vista a contribuição do sector agrícola no desenvolvimento da circunscrição e tomá-la cultivável e produtiva.

A agricultura é a principal actividade económica do município e a principal fonte de subsistência. Dentre as culturas adaptáveis da região destacam-se o milho, mandioca, feijão e a banana, O município da Conda conta com 271 Associações de camponeses e 15 cooperativas.

2.11.2 Conflitos de terras reflectidos em comunidade

Novo Jornal
14 De Novembro de 2014
Texto: Eduardo Gito

FOI DIFÍCIL falar com camponeses, porque a dor e a angústia estavam expressas nos seus olhos. Maria, de 56 anos, ainda chora pelo seu pedaço de terra que diz ter perdido na zona da Humpata, província da Huíla, localidade onde a ADRA juntou centenas de pessoas para abordar toda esta problemática.

Em poucas palavras expressas em um bundo, a cidadã pedia justiça no sentido de reaver a lavra que capinou por longos anos, entretanto desapropriada por militares que, abusivamente e utilizando o facto de terem uma farda, que deviam, de resto, ser os primeiros a respeitar, deixaram-na sem sustento. "Só queremos justiça, meu filho! É muito sofrimento...", reclamou a cidadã.

O mesmo cenário é igualmente vivido pelos camponeses do Cubal, na província de Benguela. O representante da cooperativa da zona, Alfredo Umbali presente no encontro, promovido pela ADRA, lembrou que a situação "vem desde 2013", altura em que muitos camponeses começaram a enfrentar a desapropriação forçada das suas terras por parte dos militares.

"Houve conflitos de terras entre militares e camponeses no município do Cubal. O espaço era da comunidade que trabalhava naquele recinto há dezenas de anos.

Os militares impuseram-se à força para instalar na zona de cultivo um campo militar. Pretendiam ainda construir residências para as suas famílias. Mas não deixámos. Lutámos com todas as nossas forças e agora estamos a ver restituídas as nossas terras", contou o representante da comunidade que, beneficia agora de 388 hectares de terra para cultivo.

"Os militares não vieram de forma pacífica, mas agressivamente graças à intervenção do nosso principal parceiro, a ADRA, conseguimos pôr fim o conflito entre camponeses e militares", finalizou.

Por sua vez, o director-geral da Acção de Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) Belarmino Jelembi, solidário com as reclamações dos camponeses, entende que a questão das terras no País continua ser um "grave" problema para os camponeses. A situação, segundo disse, tem desencadeado conflitos sobre os direitos de superfície. "A principal forma de resolver estes problemas é a aplicação da lei, através da qual as comunidades podem legalizar as suas terras", afirmou.

Por outro lado, Jelembi defendeu a necessidade contínua do diálogo e de levar mais informações aos homens da enxada por forma a terem cada vez mais noção dos seus direitos. "Esta é uma das maneiras de ajudarmos os cidadãos na resolução dos problemas das terras. Por isso, deve haver diálogo entre comunidades, fazendeiros e administrações municipais" defendeu.

2.11.3 Disputa por terreno causa três mortos

Semanário Angolense
13 De Novembro de 2015
Texto: Nauwick Tchilau

Três cidadãos com idades compreendidas entre 25 e 42 anos foram mortos na zona sudoeste, próximo à

praça nova, «4 de Abril», no decurso de uma ocupação de terreno num local adjacente ao bairro «Viva a Paz», na cidade de Benguela.

Segundo uma das testemunhas, tudo aconteceu no passado dia 30 de Outubro, quando alguns cidadãos faziam marcações e arruamentos no espaço, com a colocação de material de construção, designadamente, pedras e areia.

Continuando a citar a testemunha, no decurso da acção, os populares foram interceptados pela polícia e militares que tomavam conta do local, considerada «Reserva Fundiária do Estado».

Uma troca de palavras, ofensas verbais, tomaram conta do momento entre os cidadãos e as forças da ordem pública, acabando em agressão física contra os agentes que se encontravam no local.

Outra testemunha do ocorrido referiu que, na tentativa de dispersar os agressores que vinham em maior número para tomar conta do referido espaço, um dos elementos das forças da ordem efectuou disparos que acabaram por vitimar os três cidadãos.

A base do sucedido foi explicado pelo governo de Benguela, na pessoa do governador Isaac Maria dos Anjos, que exarou um comunicado tornado público pelos órgãos de imprensa estatal, referindo que os populares pretendiam ocupar o terreno e eram «um universo de mais de 100 cidadãos que traziam consigo facas, machados, catanas, enxadas, picaretas».

Estes invadiram uma das reservas fundiárias do Estado projectada para a futura ampliação da praça «4 de Abril», conhecida como antiga praça da Caponte, onde os cidadãos em causa têm tentado ocupar o referido terreno, acto que provocou uma intervenção da polícia, que ao tentar advertir os ocupantes, os mesmos partiram logo para a agressão física contra as autoridades, lê-se no comunicado

O mesmo documento acrescenta que as forças da ordem tentaram apenas repor a legalidade, mas os ocupantes mostraram resistência, entraram em confronto que provocou a necessidade das autoridades fazerem disparos e acabaram por atingir os 3 cidadãos.

No local registou-se também como consequências materiais a destruição total de 3 motorizadas pertencentes aos agentes da polícia que se encontravam em serviço, conclui o comunicado do governo de Benguela.

O advogado David Mendes desconsidera os dados apresentados pelos órgãos de direito a nível da província e sustentou, do ponto de vista jurídico,

«que a legítima defesa não é desproporcional aos fins da própria legítima defesa».

O jurista defende que os problemas de terreno não podem constituir causa de perda de vidas humanas e as alegações têm a ver com crime de desobediência. Para ele, é preciso que se abra com urgência um processo que visa a responsabilização dos autores e seus mandatários, porque uns cumpriram ordens e outros foram os mandatários.

O advogado disse que já manteve contacto com algumas testemunhas e familiares das vítimas que foram mortas, e clamam por justiça, facto que do seu lado, como quadro ligado ao sistema de justiça angolano, vai acompanhar até conclusão.

Segundo ele, isto demonstra claramente a degradação dos valores dos direitos humanos num país e a inoperância da lei, que aponta o país a caminhar para um abismo. Mas apesar de tudo, disse que confia na justiça perante o caso das mortes na reserva fundiária do Estado, assim como no resultado do processo que envolve os 18 jovens revolucionários do município do Lobito, que tentavam fazer uma manifestação a favor dos activistas detidos em Luanda.

David Mendes explicou que o julgamento estava previsto para a passada quinta-feira, 5 de Novembro, adiado para sexta-feira, dia 6 do mesmo mês e ano, actividade que não se efectuou por razões até à data desconhecida.

O Semanário Angolense (SA) tentou contactar a estrutura de justiça no município do Lobito, tal como o tribunal, para obter informações sobre os adiamentos do julgamento dos mesmos anteriormente previsto, mas não teve resultados satisfatórios.

Numa altura em que o país festeja 40 anos de independência, é preciso que a sociedade, os dirigentes e tantos outros tenham a capacidade de mudar de consciência, para não dizer apenas que os angolanos ganharam a sua liberdade com a independência.

2.11.3 "Interesses alimentam conflitos"

Novo Jornal

13 De Novembro de 2015

APESAR de reconhecer a existência de interesses que "alimentam os conflitos de terras no País", o director-geral da ADRA relatou alguns bons exemplos de sucessos na resolução dos problemas das comunidades rurais. Apontou o caso do município da Humpata onde alguns camponeses, de acordo com

Belarmino Jelembi, têm estado a ver solucionados os seus problemas de terra. "Isto acontece fruto da interacção entre a ADRA, os camponeses e o governo que têm concedido aos "lavradores" a titularidade das terras para a prática da agricultura", sustentou. I

O discurso do líder da ADRA foi apoiado pelo representante da Associação de Okulima, Zacaria Ambrósio, que apontou a experiência dos camponeses da Jamba II, município da Humpata, província da HU11a, que viram igualmente resolvidos os seus problemas. A principal forma de resolver os conflitos de terra foi na base da aplicação da lei, através da qual as comunidades podem agora legalizar as suas parcelas.

"Este é o caso da experiência dos camponeses da Jamba" elucidou o interlocutor.

Zacaria Ambrósio defendeu igualmente o diálogo para a resolução dos problemas de terras. Que envolvem comunidades, militares, polícias, fazendeiros e Administrações Municipais. "Isto tem estado a acontecer no município do Cubal, onde a Administração e a ADRA têm prestado apoio às comunidades na legalização das terras", concluiu.

Comentando o assunto ao Novo Jornal, a vice-governadora da Huíla para o sector político e social, presente no encontro das comunidades, reconheceu as "vicissitudes" que enfrentam os camponeses, tendo garantido na ocasião que o governo provincial tem estado já a trabalhar na legalização das suas terras. "Este é um assunto que está a ser visto pela direcção provincial da agricultura. Neste momento, já conseguimos conceder parcelas de terra a algumas comunidades. Mas, as comunidades devem organizar-se melhor", criticou.

2.11.4 População tem acesso a terrenos

Jornal de Angola
16 De Novembro de 2015
Texto: Jesus Silva

As autoridades de Benguela anunciaram a criação de condições para a venda de lotes de terrenos na Urbanização dos Cabrais, no município de Catumbela.

O governador de Benguela, Isaac dos Anjos, visitou sábado a localidade e concluiu que "estão criadas as condições para que os cidadãos possam começar a construir as suas casas com legalidade".

Isaac dos Anjos disse que o Governo já negociou o trespasse das terras e facilitou a realização de

projectos topográficos, elaboração dos alvarás e croquis de loteamento e preparação da transferência da propriedade do Estado para propriedade privada.

Agora, a administração pública, disse Isaac dos Anjos, deve subcontratar empresas que vão intermediar a venda dos terrenos.

A urbanização, salientou, vai ter edifícios até seis andares para habitação, comércio e serviços, além de bairros para renda média, alta e altíssima.

As urbanizações do Biópio e Culango estão inseridas nos municípios da Catumbela e do Lobito, que contam actualmente com 4.500 lotes prontos para serem comercializados.

A urbanização dos Cabrais vai acolher entre 25 e 29 mil famílias.

O governador anunciou também que, em breve, vai ser instalado o departamento de venda de lotes para, numa primeira fase, incorporar cerca de 450 indústrias e, posteriormente, abrir mais três mil espaços para comércio e serviços. Isaac dos Anjos disse que o Biópio e o Culango vão ser transformadas em zonas económicas especiais, com espaços de expansão industrial compatíveis com o desenvolvimento futuro da região. "Com o Porto e o Caminho-de-Ferro de Benguela, vamos ter o minério vindo da República Democrática do Congo e da Zâmbia.

Temos que pensar em transformar parte desse minério localmente, o que permitiria o surgimento de novas indústrias vocacionadas para o efeito, ao invés de exportá-lo em bruto", salientou.

2.11.5 Cerco a ocupações ilegais em Luanda

Novo Jornal
20 De Novembro 2015
Texto: Álvaro Victória

A entrada em vigor do Plano Director Geral Metropolitano de Luanda (PDGML) trará medidas penais a quem proceder a ocupações e construções ilegais, garantiu o governador da província.

Em declarações recentes à RNA, Graciano Domingos avançou que está em curso o reforço da regulamentação da vida urbana de Luanda. "Há casos em que haverá responsabilidade penal, quanto à ocupação e construção em áreas pertencentes do Estado", alertou.

O governante denunciou que muitas destas irregularidades são cometidas por cidadãos com alguma influência: "Existem pessoas com recursos que aliciam outras com menos recursos a construir casebres, para, quando houver uma compensação por parte do Estado, aparecerem a reclamar direitos", denunciou Graciano Domingos.

"Estamos a organizar a área de gestão urbana e o nosso compromisso é combater estes actos de promiscuidade entre o serviço público e os interesses particulares", afirmou.

Explicou que o PDGML tem como ideia básica coordenar a ocupação do solo na capital do País, segundo vocações específicas.

"Quando tiver que se construir uma escola, por exemplo, é necessário fazê-la na área vocacionada. As áreas estão devidamente mapeadas. E em alguns casos, existem já indicações em termos de desenvolvimento futuro. Existem pré-planos de urbanização a indicar como é que a ocupação do solo vai evoluir, pelo menos até 2030", salientou.

Quanto à entrada em funcionamento do Plano, o governador de Luanda referiu que, depois ter sido alvo de consultas públicas, o documento aguarda a aprovação definitiva pelo titular do poder Executivo.

Entretanto, assegurou que, apesar de ainda não estar em vigor em termos oficiais, o Plano "já vai fornecendo soluções" para os problemas urbanos de Luanda.

"A construção em curso da via rápida para autocarros; o licenciamento de novas obras; a conexão da cidade de Luanda com o novo aeroporto já obedecem ao referido Plano", esclareceu o governador.

2.11.6 Fiscais vão travar transgressões

Jornal de Angola

20 De Novembro de 2015

Texto: Nilza Massango

O Governo da Província de Luanda vai trabalhar com o Ministério da Administração do Território para recrutar fiscais e dar início a um programa de formação com vista a actuarem no interior dos bairros e garantirem o cumprimento da Lei das Transgressões Administrativas, anunciou o governador provincial de Luanda.

Graciano Domingos falava depois da visita, quarta-feira, ao município de Viana, para constatar o sistema municipal de limpeza, o programa de reabilitação das

vias secundárias e terciárias, bem como o formato organizacional da administração local. A deficiência na recolha do lixo é um dos problemas centrais da actual governação, apelando mesmo à necessidade de se aprimorar a organização na prestação do serviço, quer da sociedade, das administrações municipais e do próprio Governo da província, admitiu Graciano Domingos.

Taxa de resíduos

o governador provincial de Luanda disse que a partir de Fevereiro do próximo ano a província de Luanda conta com um modelo de recolha de resíduos sólidos mais eficaz. "Está em preparação um modelo de actuação mais elaborado que vai determinar a eficácia no trabalho realizado pelas operadoras principais e pelas microempresas". Por enquanto, frisou, o Governo Provincial trabalha na proposta de taxa de resíduos sólidos.

Na proposta consta a cobrança de uma taxa por residência e estabelecimento comercial. O pagamento da taxa é mensal, semestral ou anual e cobrada pela administração municipal com apoio do Ministério das Finanças.

"Neste momento a limpeza urbana é um encargo exclusivo do Estado. O cidadão deve participar, o que vai evitar, no futuro, as oscilações em termos orçamentais", explicou o governador, antes de advertir que quem não pagar a taxa fica sujeito a uma multa, além do pagamento da taxa, e acredita que com o pagamento da taxa vai haver maior exigência por parte da população relativamente ao serviço prestado pelas administrações municipais. "Vai haver legitimidade activa tanto da parte do cidadão que contribui como da parte da administração que presta o serviço". Graciano Domingos constatou que a população deixou de acumular lixo no interior dos bairros mas deposita-o na via pública e apelou às comissões de moradores para sensibilizarem a população, principalmente a que despeja o lixo na linha férrea.

Zonas de risco

Ainda no município de Viana, o governador provincial constatou as zonas de risco no bairro Caop B e Zango I, onde existem ravinas que tiram o sono aos moradores, principalmente em tempo de chuva, causando a inundação de muitas residências.

Acompanhado do director-geral da Unidade Técnica de Saneamento de Luanda, Graciano Domingos admitiu que as valas a céu aberto são grandes focos de doenças. Enquanto não se realizam as grandes

obras, admitiu, é encontrar soluções imediatas que garantam algum conforto e segurança às populações.

Olhando para o município de Viana, o governador provincial disse haver ainda tarefas por executar em termos de organização do território. "Viana cresceu muito, o que significa que do ponto de vista da organização administrativa e do funcionamento administrativo tem de se fazer um grande esforço para dotar a administração de infra-estruturas e de mais quadros para responderem ao crescimento".

2.11.7 Bié prevê aumentar a produção

Jornal de Angola
23 De Novembro de 2015
Texto: Delfina Victorino

Para a campanha agrícola 2015/201 e no Bié, na qual participam mala de 200 famílias foram preparados 1.800 hectare, afirmou ontem, no Culto, o director provincial da Agricultura, Desenvolvimento Rural, Pescais.

Marcolino Sandemba disse que terra foi preparada com meios mecanizado, o que permite "um aumento substancial da produção" e contribuiu para a diversificação da economia.

O director provincial lembrou, que no Bié é possível plantar arroz, feijão manteiga, bata rena legume que podem ser vendidos com facilidade não apenas localmente, como noutras zonas do país e que estão a ser também preparada terras com recurso à tracção animal.

Marcolino Sandemba referiu que "a agricultura familiar tem o objectivo de garantir segurança alimentar" e que "os camponeses estão empenhados em aumentar a produção distribuição nas regiões menos favorecidos.

Segurança alimentar

O processo de higiene e segurança alimentar a nível dos mercados e lojas do Bié está a conhecer melhorias significativas este ano, após um grupo de cem operadores comerciais ter sido capacitado em matérias sobre referidas áreas.

A constatação foi feita ontem pelo director local do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (INADEC), Filipe Baptista Viana, que referiu que as valências foram adquiridas com realização de vários cursos sobre as áreas da higiene e segurança alimentares, promovidos pela Instituição. Filipe Viana esclareceu que, em relação à aproximação da quadra festiva, há a necessidade de o comerciante manterem

os preços actuais no sentido de facilitarem o poder de compra das populações.

Quanto à especulação de preço, o director do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor no Bié disse que vão ser tomada toda as medidas para prevenir o fenómeno, que costuma ganhar contorno preocupante nesta época.

"Existem alguns comerciantes que procuram levar produtos deteriorados ao município, para angariar lucro fácil, a nossa instituição e os nossos parceiros estão atentos aos referidos comporta mente ". Filipe Viana salientou que a população deve manter colaboração com as instituições de direito, com vista ajudar a manter os preços nos estabelecimentos comerciais.

"Lamento que muitos comerciantes, devido a situação económica aproveitem para subir o preço dos produtos, principalmente de primeira necessidade para obterem lucros com mais facilidade".

A Polícia Económica tem ajudado na fiscalização do preço estabelecido em várias unidades comerciais a nível da cidade do Culto, concluiu Filipe Viana.

2.11.8 Camponeses "atacam" autoridades depois da visita do PR à Quiminha

Jornal Manchete
27 De Novembro de 2015
Texto: Francisco Cabila

As autoridades administrativas do Icolo e Bengo desvalorizaram, na última quarta-feira, 25, as denúncias feitas por um grupo de camponeses que se apresentaram ao jornal Manchete como sendo membros das cooperativas agrícolas de Banza Yeto, Zona 5 e Côa Leite, respectivamente, dando conta de que um grupo de elementos pertencentes a administração municipal, Polícia Nacional, Ministério da Agricultura e das Forças Armadas Angolanas (Região Militar de Luanda) destruíram as suas residências e outros haveres, dias antes do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, ter se deslocado, em visita de campo, ao Projecto Integrado de Desenvolvimento Agrícola da Quiminha.

De acordo com o administrador municipal do Icolo e Bengo, tratam-se de "casebres" que foram erguidos, à revelia, pelos populares, em zonas que já haviam sido limpas pelas autoridades, com o objectivo de fazer parte deste grande projecto, ora visitado pelo Chefe do Executivo angolano, na última segunda-feira. Ainda de acordo com Adriano Mendes de Carvalho,

muitos dos que se arrogam proprietários de parcelas de terrenos naquela zona, não possuem qualquer documentação e, sendo assim, não são legítimos proprietários.

No entanto, os camponeses em causa dizem que desenvolvem a sua actividade agrícola naquela área, há muitos anos, assim como não se opõe a edificação de qualquer projecto social na zona mas, que devem ser condignamente indemnizados.

Quanto às residências que foram destruídas pelas autoridades, disseram que a maioria das mesmas são de carácter definitivas e que foram deitadas por terra a baixou, para deixar uma impressão a caravana presidencial de que as coisas caminham bem naquelas paragens.

Terror

Os camponeses classificaram como sendo um clima de terror, o que se assistiu no passado sábado, 21, e domingo, 22, respectivamente, nas zonas onde estavam instalados, há muitos anos, os associados das cooperativas do Banza Yeto, Côa Leite e Zona 5. Tal como contaram, as máquinas e homens armados chegaram ao terreno na manhã de sábado e começaram a destruir tudo, incluindo os mantimentos da última colheita. Os populares, tal como afirmaram, foram apanhados desprevenidos. "Para não deixarem vestígios, os escombros das residências destruídas, assim como outros haveres foram enterrados em buracos abertos para o efeito", contaram, visivelmente desiludidos, acrescentando que quase que ninguém conseguiu "salvar" os seus bens, como roupa, dinheiro e mobiliários que se encontravam no interior das residências. "Alguns conseguiram aproveitar alguma coisa, não muito significativa, enquanto a maioria perdeu tudo, inclusive os currais dos animais foram destruídos, tendo estes se metido em debandada pela mata fora".

Os nossos interlocutores disseram, igualmente, que esta estratégia, que visou enterrar os escombros, deveu-se para que os visitantes encontrassem toda zona limpa, uma vez que já teriam comunicado aos Serviços de Apoio do Presidente da República que naquela zona já não existiam camponeses. "As autoridades ludibriaram o Presidente da República, porquanto aí, até dois dias antes da sua visita, residiam camponeses que foram barbaramente escorraçados das terras em que labutam, faz tempo".

No entanto, os mesmos, que se colocam na condição de lesados, pedem ao Presidente da República, no sentido de criar uma Comissão de Inquérito para apurar os factos no terreno, de como, alegadamente, terá sido ludibriado. "Nós os camponeses do Banza

Yeto, Côa Leite e Zona 5 estamos dispostos a colaborar com a referida Comissão, no sentido de identificarem as áreas onde foram enterrados os escombros das residências demolidas e outros bens."

Ancião desmaiou

Na medida em foram sendo demolidas as casas, muitos que assistiam, não aguentaram encarar a realidade, como é o caso do ancião Diniz, de 80 anos, que desmaiou quando a sua era jogada num buraco. Incapaz de abrir, devido a presença de militares afectos ao Regimento de Luanda e efectivo da Polícia Nacional, o mesmo desmaiou no local, tendo sido

socorrido pelos demolidores e quando recuperou foi questionado pelo proprietário da empresa Tahall, israelita de nacionalidade, à quem lhe foi dada a responsabilidade para erguer o Projecto Integrado de Desenvolvimento Agrícola da Quiminha, nos seguintes termos: -ó velho, onde é que você saiu? Volta lá onde saíste".

Na mata sem, água nem comida

As fontes que temos vindo a citar, denunciaram, também, que depois da máquina demolidora ter feito seu trabalho, deixando "limpo" terreno, os camponeses que insistiram em se manter na zona, até a chegada da caravana presidencial, foram colocados, à força, em camiões e transportados para as matas onde terão permanecido, pelo menos até, a última quinta-feira, 26, altura em que procedíamos ao fecho da presente edição.

Os mesmos foram submetidos em condições desumanas, sem água, nem alimentação, tal como denunciaram as fontes do Manchete.

"Os governantes temiam que os camponeses fossem denunciar ao Presidente da República que estão a ser maltratados, por isso foram escondidos nas matas, enquanto o Presidente visitava a zona".

Ainda de acordo com as suas declarações, muitos dos populares que foram, forçosamente, colocados nas matas, não têm por onde irem, alegadamente, porque os seus únicos abrigos foram destruídos na investida de sábado e domingo passado. "Muitos não têm residência em Luanda ou outras áreas e não sabem o que fazer porque lhes foi destruído tudo o que possuíam".

"Não viviam lá"

No entanto, as autoridades administrativas do Icolo e Bengo, asseguraram ao Manchete que os populares

em causa não vivem naquela área, mais sim, em algumas zonas de Luanda, como Central idade do Kilamba, Rangel, Cazenga, Viana, Cacucaco, entre outras e só se deslocam para lá no intuito de venderem terrenos.

Adiante lembrou que as entidades legais a quem compete ceder terrenos são o governador da Província, ministro do Urbanismo e o administrador municipal. Por essa razão é que muitos não possuem a titularidade de posse dos terrenos que dizem ser sua propriedade, por terem adquirido os mesmos por caminhos ínvios.

Por outro lado, está a ser dado como certo, pelas autoridades, que os camponeses denunciante terão sido mal aconselhados, razão porque tentaram afrontar as autoridades, mesmo sem possuírem qualquer titularidade de posse do terreno. Estes, porém, são aconselhados a seguir os trâmites legais para evitarem situações anómalas no futuro.

2.11.9 Tiroteios em conflito de terra

Jornal A Capital

28 De Novembro de 2015

Texto: Marcos António

Em menos de cinco dias, já depois da morte de três cidadãos em consequência de conflitos de terra, o bairro 'Viva a Paz', arredores da cidade de Benguela, registou dois tiroteios, com a Polícia a efectuar vários disparos para dispersar centenas de populares concentrados no espaço em litígio, soube o semanário A Capital.

Apesar do clima de tensão, a comunidade continua de pedra e cal no local, ao lado do novo mercado informal, num sinal de que o conflito não tem fim à vista. Nos dois momentos de pânico, segundo o relato de testemunhas, homens da Intervenção Rápida disparavam quase que "de forma ininterrupta", forçando a população a fugir para áreas seguras.

À hora do fecho desta edição, quinta-feira, a comunidade, estimada em mil cidadãos, continuava concentrada, como que a reforçar a convicção quanto à titularidade dos terrenos.

Há dois anos, segundo referem alguns populares, a Administração da Zona havia delimitado, ao ceder lotes a empresas, para efeitos comerciais, e a pessoas singulares, para a construção de casas.

Hoje, para o espanto das mesmas fontes, alguns trabalhadores administrativos, com Manuel Catumbela à cabeça, estarão a negociar a parte cedida

a populares, procurando vender cada lote a 400 mil Kwanzas. "Não temos este dinheiro, mas queremos construir. Os senhores dizem que as terras são da reserva fundiária, não acreditamos", sustenta um popular.

Ainda condoídos devido à morte de "três irmãos", que foram a enterrar no início desta semana, membros da comunidade que se sente injustiçada prometem ir até às últimas consequências e reafirmam que a parcela da Administração já foi utilizada.

O Governo da província de Benguela continua em silêncio face a um cenário adverso à paz social, que está na origem de muitos apelos de segmentos da sociedade preocupados com o que se passa.

Sobre a morte dos cidadãos, o Executivo limitou-se a explicar que os agentes da Polícia agiram em legítima defesa, para o espanto do jurista David Mendes, advogado das famílias das vítimas. "O processo nem sequer tinha sido aberto", dizia o causídico, que defendia medidas que ajudassem a dar resposta a situações como as que agora se verificam no 'Viva a Paz'.

2.11.10 Governo regulariza ocupação de terras

Jornal de Angola

29 De Novembro de 2015

Texto: Nilza Massango

O governador de Luanda, Graciano Domingos, anunciou que a província conta a partir de Dezembro com unidades de regularização fundiária. A Informação foi prestada sexta-feira no município de Belas, onde visitou projectos habitacionais, programas de reabilitação das vias secundárias e terciárias e o sistema de recolha de resíduos sólidos.

Graciano Domingos disse que as unidades vão ser instaladas em todos os municípios da província e atendem, os interessados em obter terrenos nestas áreas.

Os serviços tratam dos expedientes burocráticos relacionados com o direito de superfície, o registo fiscal e predial.

O governador de Luanda sublinhou que "a ocupação desordenada cria problemas ao Estado e provoca desperdício de recursos". Por isso, explicou, o Governo reforça a regularização jurídica da ocupação fundiária e do acompanhamento da construção de habitações.

A Administração Municipal de Belas deve elaborar planos de urbanização a serem submetidos ao Governo Provincial, para haver uma gestão do solo mais ordenada.

Graciano Domingos visitou a Urbanização do Vitrona, Sossego, loteamento no Bairro dos Bitas, assim como os projectos de construção de casas evolutivas no Bita Tanque e na Sapú. "O município de Belas tem problemas de infra-estruturas e de organização.

O esforço do Governo Provincial de Luanda vai no sentido de concluir a organização do território de Belas e nomear as autoridades administrativas nas comunas e bairros, para que em todo o município se faça sentir a autoridade administrativa", disse na ocasião.

Lixo no Calemba 11

A Rua Direita do Calemba 11 continua a ter graves problemas de saneamento básico e higiene. O lixo ocupa grande parte da via, o que provoca transtornos à circulação de veículos e de pessoas, além de afectar a saúde pública.

Graciano Domingos disse que apesar das dificuldades financeiras, o Governo Provincial vai realizar no município de Belas uma grande campanha limpeza.

2.11.11 Património imobiliário começa a ser registado

Jornal de Angola
29 De Novembro de 2015

Uma campanha de registo do património imobiliário do município de Luanda começa no dia 10 de Dezembro, na Ilha do Cabo, anunciou na sexta-feira a vice-presidente da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda (CACL) para a Área Económica, Financeira, Orçamental e Modernização Administrativa, Amélia Rita.

Em conferência de imprensa, Amélia Rita disse que, para o efeito, 50 técnicos da GACL participam desde sexta-feira numa acção formativa.

A vice-presidente da CACL revelou que após a acção formativa, os especialistas entram em actividade para recolher informações relativas ao ano de construção do imóvel, número de compartimentos, acesso a água canalizada, sistema de saneamento e energia da rede eléctrica. A campanha é realizada por quatro equipas constituídas por igual número de elementos identificados que efectuam visitas ao domicílio e procedem ao preenchimento de questionários.

A Comissão Administrativa vai criar uma base de dados com estas informações, no intuito de apoiar outros órgãos do Estado. A campanha tem como objectivo determinar a quantidade e qualidade do património imobiliário. A iniciativa não tem objectivos de natureza fiscal, mas é meramente administrativa e estatística. O município de Luanda é constituído pelos distritos urbanos da Maianga, Ingombota, Rangel, Samba, Sambizanga e Kilamba-Kiixi.

2.11.12 Construção em áreas de risco é sancionada

Jornal de Angola
30 De Novembro

O governo está a preparar legislação para responsabilizar os chefes de família que edificam habitações em zonas de risco, pondo em perigo a família e para se evitar situações menos boas que ocorrem sempre que chove, anunciou o governador de Luanda, Graciano Domingos.

Em entrevista à Angop, o governador reconheceu que não há fiscalização que seja suficiente para estar em todo lado e a toda hora para impedir as construções em zonas de risco. "Acho que uma das grandes apostas que devemos fazer é na educação e consciencialização das pessoas; não podemos agir como se fôssemos irracionais".

Para Graciano Domingos, existe uma anormalidade mental, "porque é inconcebível que um chefe de família, sabendo do risco que corre, erga a casa em área de risco, pondo em perigo toda a sua família".

"Tem de haver aqui a intervenção dos assistentes sociais e até mesmo de psicólogos", frisou, tendo anunciado a actualização anual do Plano Provincial de Contingência e o reforço na educação das populações no sentido de não construírem em áreas de risco.

Graciano Domingos disse que o Governo Provincial de Luanda tem um plano provincial de contingência, que é actualizado todos os anos.

"Nós actuamos em cadeia. Há responsabilidades municipais, provinciais e responsabilidades do nível central. Por exemplo, sempre que ocorrem chuvas, o primeiro a actuar é o município e se este se sentir incapacitado acciona a província e este, por sua vez, recorre ao Ministério do Interior", explicou.

Segundo o governador, no que diz respeito à prevenção de desastres, tem de se continuar a insistir

na educação das populações no sentido de não construírem em áreas de risco.

Plano Director de Luanda

O Plano Director Geral de Luanda, que aborda de modo integrado o desenvolvimento da província, possui soluções técnicas para a situação dos transportes na capital do país, disse o governador provincial, Graciano Domingos.

O governador adiantou que naturalmente que os recursos escasseiam para a sua implementação.

"Mas neste momento já existem obras a decorrer, como a questão do metro de superfície, a ligação ao novo aeroporto, a construção da via rápida para autocarros. Mas achamos que, para se melhorar a mobilidade em Luanda é necessário que se distribua a actividade económica por todo o território da província", esclareceu o governante. Segundo Graciano Domingos, neste momento, notam-se movimentos pendulares, onde de manhã todos saem da periferia para o centro e a tarde o inverso. A periferia pratica' mente desempenha a função de dormitório, o que faz com que todos tenham que se deslocar para o centro da cidade para resolvermos mais variados problemas.

O responsável adiantou que se existirem os serviços espalhado por toda província de Luanda não haverá necessidade de alguém que vive em Viana ter de vir ao centro para levantar dinheiro, pagar uma multa, procurar emprego ou trata: um bilhete de identidade.

"Logo, é necessário que haja investimento na periferia, pulverizemos o desenvolvimento pelo território e evitemos ao mínimo possível os movimentos pendulares que actualmente notamos na nossa vida quotidiana", referiu. Quanto à conclusão das vias de Estádio 11 de Novembro/Estalagem e Benfica/11 de Novembro, o governador acredita que os "timings" serão cumpridos. No entanto, como a obra está a ser dirigida pelo Ministério da Construção ela é a melhor propriedade para fazer referência a isto.

Falando sobre o número de acidentes e suas consequências, Graciano Domingos adiantou que existem em Luanda 6,5 milhões de habitantes num espaço bastante exíguo, é natural que quando acontece um acidente existam graves consequências, mas deve-se continuar a investir na prevenção rodoviária e na coo locação de mais agentes de fiscalização na via e evitar que pessoas alcoolizadas, desencartadas conduzem.

2.11.13 Jovens recebem espaços para construção

Jornal de Angola

30 De Novembro de 2015

Texto Estanislau Costa

Um número considerável de jovens filiados em diversas associações do Lubango está a ser contemplado com terrenos loteados na nova zona urbana da Figueira, localizada nos arredores da cidade, para o fomento da auto-construção dirigida.

O topógrafo-chefe da administração municipal do Lubango, Ribeiro da Silva, que avançou ontem os dados ao Jornal de Angola, informou que foram distribuídos espaços de mil, 800 e 600 metros quadrados, favoráveis à implantação de qualquer projecto habitacional unifamiliar.

"Os jovens empreendedores ganharam espaços suficientes para a materialização do sonho da casa própria e criar ainda nos mesmos espaços condições para erguer pequenos estabelecimentos para prestação de diversos serviços, notadamente farmácia, cabeleireiro, entre outros.

Ribeiro da Silva explicou que o processo de urbanização e loteamento contempla a abertura de novas avenidas, ordenamento e classificação dos aglomerados suburbanos e urbanos, reserva de espaços verdes e locais para o repovoamento de árvores, redes eléctricas, água e saneamento básico.

Esclareceu que a administração municipal do Lubango continua a desenvolver acções favoráveis a melhoria da comodidade e conforto das famílias, principalmente as que vivem em zonas consideradas de risco, criando para o efeito espaços mais seguros. O topógrafo-chefe argumentou que a maioria dos populares concentrados nas zonas de risco do Lubango vive em casebres erguidos próximo aos riachos, na montanha da Chela, que circunda a cidade, áreas de drenagem das águas das chuvas e de esgotos, razão que motiva as autoridades a encontrar soluções imediatas. Ribeiro da Silva anunciou que a futura zona habitacional da Figueira possui mais de mil e 600 hectares, sendo que o processo de loteamento e urbanização já feito permitiu distribuir 799 parcelas de terras, na primeira fase, 2.330, na segunda, e na terceira 1.200 lotes.

"Este processo, conduzido pelo administrador municipal do Lubango, Francisco Barros, vai culminar com a valorização da zona envolvente do Estádio da Tundavala, Estação Ferroviária e aeroporto internacional da Mukanka", disse Ribeiro da Silva.

Importa realçar que, com a implementação, há cinco anos, do programa de fomento habitacional e realojamento das famílias que residiam em zonas de risco, a cidade do Lubango começou a expandir-se para as zonas da Chavola, Mutundo, Eywa, Quilemba, onde está em curso a construção de 11 mil casas de vários tipos.

2.12 DEZEMBRO 2015

2.12.1 Burla de terras: empreendedores opõem-se a soba do Quizengo

Novo Jornal

4 De Dezembro de 2015

Texto: Macani Daniel

PEDRO FRANCISCO SEBASTIÃO, jovem empreendedor que beneficiou de um financiamento do banco Sol, no âmbito do programa Angola Investe, diz-se injustiçado, pelo facto das entidades tradicionais e estatais terem favorecido a sua opositora identificada por Justina.

Petra, como é chamado por parentes e amigos, contou ter adquirido a sua parcela de terra no ano de 2012, com o conhecimento do administrador comunal, Francisco Enoque que, por sinal, teria sido ele que havia indicado o Soba Paulo Manuel da localidade do Gazela para testemunhar o negócio com a família proprietária do terreno.

António Albano, de 26 anos, um dos co-proprietários, garantiu à nossa reportagem ter a sua família recebido três motorizadas junto do Administrador comunal, avaliadas em 73 mil kwanzas cada, no ano de 2012, sendo que uma delas terá sido entregue ao Soba Manuel.

"Nós conhecemos o senhor Petra e seu sócio António, que nos tinham sido indicados pelo Administrador Enoque, de quem recebemos três motos", recordou António Albano, para mais adiante, revelar que "infelizmente", os responsáveis da sua família ter-se-iam insurgido contra o soba, pelo facto de o mesmo fazer o negócio sem o devido consentimento dos chefes da família.

António Albano adiantou que o facto de a família ter recebido a moto ao Soba justifica-se pelo facto de o mesmo ter passado o terreno à D. Justina, através do secretário da CASA-CE, identificado apenas por Amador. Até porque ainda não tinha feito a Declaração de Cedência da parcela em questão.

Indagado sobre as razões que o levariam a passar o mesmo espaço a duas pessoas, o Soba defendeu-se dizendo que andou abandonado por muito tempo, mas que afinal, era propriedade do senhor Amador.

A autoridade tradicional admitiu ter recebido cerca de 600 mil kwanzas, e que o referido montante teria sido repartido com os seus confrades que coordenam a

região do Quizenga, tendo ficado apenas com 200 mil kwanzas.

"Tenho outra parcela de terra que posso entregar aos senhores e deixar este para a senhora D. Justina, porque eu não sabia que o mesmo espaço que concedi ao senhor Petra já tinha um dono", propôs, cabisbaixo, devido à pressão imposta pela família, o que o levou a refugiar-se na casa do regedor comunal.

Entretanto, fontes junto da administração comunal confirmaram à nossa reportagem a pretensão do senhor Amador em adquirir uma parcela na mesma zona, mas que até à saída do então administrador o processo tinha sido indeferido, não havendo nada que prove a legitimidade da parcela da qual seria detentor e o facto de a ter repassado à D. Justina.

"O senhor Amador é natural do Golungo Alto, de onde teria sido expulso por alegado envolvimento em venda de terras", afirmou, ao recordar que o caso da legalização do referido terreno teria ganho contornos políticos e judiciais que aguardam por uma resolução entre o Sr. Amador e o então administrador.

Segundo o membro da família, Justina teria oferecido uma proposta em dinheiro para que estes declarassem a favor dela, mas estes juram a pés juntos não aceitarem a corrupção e exigem a reentrega da parcela ao senhor Petra.

"Nós não queremos receber dinheiro de duas pessoas pelo mesmo espaço, até porque na zona em questão jazem os restos mortais dos nossos ancestrais. E se colocar lá os seus haveres à força, nós vamos usar a força oculta", prometeram, ao revelarem-se dispostos a depor em tribunal.

2.12.2 Corno pagar ao banco

Novo Jornal

4 De Dezembro de 2015

PARA AGUDIZAR a situação, Petra Lamenta o facto de o banco não visitar o projecto até ao exacto momento, mesmo depois de o mesmo ter dirigido uma carta à instituição em Julho último.

"O financiamento previsto no projecto é de 54 milhões de kwanzas, mas o banco apenas concedeu 10 milhões e meio. E como o valor não cobria sequer um terço da metade, tive que o aplicar na agricultura, para depois evoluir para o aviário", justificou, ao sublinhar que aguarda pela visita do Banco.

2.12.3 Em busca de soluções

Novo Jornal

04 De Dezembro de 2015

NO PASSADO dia 25 de Outubro, a família e os senhores Petra e António reuniram-se na residência do Regedor do Quizengo, que se identificou por Yoyo e que é igualmente o primeiro secretário do MPLA na comuna.

O regedor disse dominar a questão e reconheceu tratar-se de um caso de burla, mas que devia ser resolvido localmente, atribuindo uma outra parcela ao senhor. Petra, tendo recordado um conflito de terras que terá sido ultrapassado por essa via.

"Já tivemos um caso idêntico em que tivemos de atribuir outra parcela a um dos contendores, para que o caso não transitasse para os órgãos judiciais", assegurou, deplorando a atitude do senhor Petra que não vem aceitando a resolução por esta via, alegando prejuízos avultados.

O empreendedor avançou que seu projecto engloba a construção de um aviário que prevê produzir mais de 10 mil ovos por dia, mas que, devido às dificuldades encontradas na concessão do crédito, teve que aplicar os poucos recursos disponibilizados pelo Banco Sol, no cultivo de hortícolas e tubérculos.

Para ele, a parcela que lhe pretendem atribuir devia ser entregue à D. Justina que ainda não começou a produzir. Ou então, a mesma teria que arcar com as despesas feitas no local, antes de se transferir para a outra parcela que lhe pretendem entregar.

"Tenho mais de uma centena de Laranjeiras plantadas, igual número de mangueiras, sem contar os produtos sazonais, como repolho, tomates, cenoura, cebola e mandioqueiras, numa área de dois hectares, para além das aves", lamentou.

Pedro Sebastião disse que assenta as suas ideias na orientação segundo a qual "A vida faz-se nos Municípios", mas que segundo ele tem encontrado imensas barreiras para se instalar na comuna, tendo, por um Lado, sido detido por oito dias, acusado de uso e porte de arma, facto que não foi provado junto da polícia local.

Por outro, o mesmo afirma ser detentor de uma arma de caça, mas que não a usa pelo facto de a mesma carecer de legalização junto das autoridades. E que

tem servido de trunfo aos seus opositores para o incriminarem, tudo porque segundo disse, é um daqueles que pretendia dar vida à comuna.

"Eu tenho a carta cartográfica do Instituto Geográfico e Cartográfico de Angola (IGCA) sobre o espaço de 200 hectares, que não revela a existência de outra parcela ocupada nesta zona ou melhor, próximo deste", Lamentou, tendo recordado que o administrador Enoque esteve presente no Local a quando do mapeamento com os técnicos da administração municipal", queixou-se.

Ambas as partes já constituíram advogados e a qualquer altura o processo pode chegar a tribunal.

Para um melhor esclarecimento, falámos por telemóvel com o administrador comunal Francisco Enoque, tendo-nos sido respondido que se encontrava numa reunião e tendo convidado a nossa reportagem a deslocar-se ao terreno.

Por sua vez, contactada a outra implicada no caso, Justina disse não estar disposta a conversar com o senhor Petra e que contactássemos a administração comunal, que daria o devido tratamento do caso. Mastudo indica que "muita água há-de correr debaixo da ponte", porque ninguém quer perder o espaço.

2.12.4 As “traquinices” de Rosa Chita

Jornal Folha 8

5 De Dezembro de 2015

Segundo o cidadão, vítima da suposta invasora de terras, tem enfrentado varias dificuldades na recuperação do seu terreno, por parte dos funcionários dos serviços de fiscalização e do gabinete técnico-jurídico adstrito ao município de Cacuaco. António Betatela Ngumbe, sanitário e antigo combatente, atesta ser proprietário da parcela de terra com 3.990 metros quadrado, como se lê no registo Provisória de Terreno nº290-0812012, localizada no bairro da Nova Urbanização, município de Cacuaco, para fins de construção de um centro médico, porém invadido e comercializado pela Rosa Chita, influente membro da OMA, na circunscrição. "Eu tenho a referida parcela há mais de 10 anos, foi então que em Dezembro, apareceu uma senhora intitulada Rosa Paulo Chita, que ocupou o mesmo espaço e vendeu a duas pessoas", disse António Ngumbe.

O mesmo diz ainda, que na ocasião da ocupação a representante da OMA e suposta usurpadora, com suporte dos funcionários da fiscalização de Cacuaco, Tomé de Sousa, Chilala, Tadeu, Pinda e Caunda, demoliram sua residência de carácter defini to de 4

compartimento, sem a respectiva autorização. Face a este mistifório, a ex-administradora da circunscrição, Rosa João Janota Dias dos Santos, orientou por despacho municipal o embargo extrajudicial, assim como a demolição com efeito imediato das obras feitas no local, a fim de se devolver o espaço a quem de direito. Mas, os colaboradores de Rosa Chita, tudo fizeram para impedir a execução da mesma orientação.

Por outro lado, neste processo -ocupação ilegal de terra - estão envolvidos directores e chefes de gabinetes, bem como técnicos da RO.T.U.A, ambos funcionários de Cacucaco. Porém, para melhor esclarecimento voltaremos nas próximas edições.

Reincidência dos invasores Durante a reportagem, o Folha teve acesso a vários processos de litígio, que envolve um grupo liderado pela Rosa Chita e constatou que vários camponeses e cidadãos de diversas localidades, no município de Cacucaco, enfrentam problemas com a ocupação ilegal das suas áreas de cultivo.

Entretanto, em declarações ao Folha 8, uma fonte da administração, que prefere anonimato, desmitifica a quadrilha e avanço que muito deles "ocupantes" aparecem em nome do Governo, para apropriarem-se dos espaços agrícolas dos camponeses isto é, com ajuda de alta dirigentes da administração.

2.12.5 Burla de terrenos põe empreendedores e sobas

Jornal O Crime

5 De Dezembro de 2015

Texto: Pedro Daniel

Segundo Pedro Francisco Sebasião, Jovem empreendedor que teria beneficiado de um financiamento do Banco Sol, no âmbito do programa 'Angola Investe', diz-se injustiçado pelo facto de as entidades quer tradicionais como estatais, favorecerem a sua opositora identificada por Justina.

Petra, como é carinhosamente chamada pelos parentes e amigos, disse ter adquirido a parcela de terra no ano de 2012, com o devido conhecimento do administrador comunal, que, por sinal, terá sido ele que havia indicado o soba Paulo Manuel da localidade do Gazela, que concedeu o espaço. E, como testemunha, conta com um dos membros de sua família.

António Albano, o jovem da família, de 26 anos, garantiu a nossa reportagem terem recebido três motorizadas junto do administrador comunal,

avaliadas em 73 mil kwanzas cada, no ano de 2012, e que uma das quais teria sido entregue ao soba Manuel.

"Nós conhecemos o senhor Petra e António, que nos haviam sido indicados pelo administrador Enoque, de quem recebemos três motos", recordou, para mais adiante sublinhar que, infelizmente, os responsáveis da sua família ter-se-iam insurgido contra o soba, pelo facto de o mesmo fazer o negócio sem o devido consentimento dos chefes da família.

Albano aventou que o facto de a família ter recebido a moto ao soba estaria na base do mesmo ter passado o solo a senhora Justina, através do secretário da CASA-CE, identificado apenas por Amador, até porque ainda não tinha feito a Declaração de Cedência da parcela em questão.

Indagado sobre as razões que o levariam a passar o espaço a duas personalidades, o soba defendeu-se dizendo que o referido espaço andou abandonado por muito tempo, mas que, afinal, era propriedade do senhor Amador.

A autoridade tradicional admitiu ter recebido cerca de 600 mil kwanzas e que o referido montante teria sido repartido com os seus confrades, que coordenam a região do Kizenga, tendo ficado apenas com 200 mil kwanzas.

"Tenho outra parcela de terra que posso entregar aos senhores e deixarem este para a senhora Justina, porque eu não sabia se o mesmo espaço que concedi ao senhor Petra já tinha um dono", propôs, cabisbaixo, devido à pressão imposta pela família, obrigando-o a refugiar-se na casa do regedor comunal.

Entretanto, fontes junto da administração comunal, confirmaram a nossa reportagem a pretensão de o senhor Amador em adquirir uma parcela na mesma zona, mas que até aquando da saída do então administrador o processo tinha sido indeferido, não havendo nada que prove a legitimidade da parcela do qual seria detentor e ter repassado a senhora Justina.

"O senhor Amador é natural do Golungo Alto onde teria sido expulso por alegado envolvimento em venda de terras", difamou, ao recordar que o caso da legalização do referido terreno, teria ganho contornos políticos e judiciais que, hoje por hoje, esperam por resoluções entre o senhor Amador e o então administrador.

Segundo a família, a senhora Justina teria oferecido uma proposta em dinheiro para que estes declarassem a favor dela, mas estes juram de pés juntos não

aceitarem corrupção e exigem a "reposição" da parcela a senhora Petra.

"Nós não queremos receber dinheiro de duas pessoas pelo mesmo espaço, até porque na zona em questão jazem os restos mortais dos nossos ancestrais. E, se colocar lá os seus haveres a força, nós vamos usar a força oculta", prometeram, ao revelarem-se dispostos a depor em tribunal.

Em busca de soluções

No passado dia 25 de Outubro, a família e os senhores Petra e António reuniram-se com a família na residência do regedor do Kizengo, que se identificou por Yoyo, que é igualmente o primeiro secretário do MPLA na comuna.

O regedor disse dominar a questão e reconheceu tratar-se de um caso de burla, mas que devia ser resolvido localmente, atribuindo uma outra parcela a senhora Petra, tendo recordado um conflito de terras que opunha o senhor Cabeto e que terá sido ultrapassado por essa via.

"Já tivemos um caso idêntico em que tivemos de atribuir outra parcela ao senhor para que o caso não transitasse aos órgãos judiciais", assegurou, deplorando a atitude do senhor Petra que não tem aceitado a resolução por esta via, alegando prejuízos avultados.

O empreendedor avançou que o seu projecto engloba a construção de um aviário que prevê produzir mais de 10 mil ovos por dia, mas que devido a quebra e as dificuldades encontradas na concessão do crédito, teve que aplicar os poucos recursos disponibilizados pelo Banco Sol, no cultivo de hortícolas e tubérculos. Para ele, a parcela que se lhe pretende atribuir devia ser entregue a senhora Justina, que ainda não começou a produzir, ou a mesma teria que arcar com as despesas feitas, no local, antes de se transferir para a outra parcela que pretendem atribuir.

"Tenho mais de uma centena de laranjeiras plantadas e o igual número de mangueiras, sem contar os produtos sazonais, como o repolho, tomates, cenoura, cebola e a mandioqueira numa área de dois hectares, para além de aves", lamentou de olhos carregados.

Pedro Sebastião disse que assenta as suas ideias na orientação do Presidente da República, segundo a qual "a vida faz-se nos Municípios", mas que, segundo ele, tem encontrado imensas barreiras em se instalar na comuna, tendo sido preso por oito dias, acusado de uso e porte de arma, facto que não foi provado junto da polícia local, por um lado.

Por outro lado, o mesmo afirma ser detentor de uma arma de caça, mas que não a usa pelo facto de a mesma carecer de legalização junto das autoridades. E que tem servido de trunfo dos seus opositores para lhe incriminarem, tudo porque, segundo disse, é um daqueles que pretendia dar vida à comuna.

"Eu tenho a carta cartográfica do Instituto Geográfico e Cartográfico de Angola (IGCA) sobre o espaço de 200 hectares e que não revela a existência de outra parcela ocupada nesta zona, ou melhor, próximo deste", lamentou, tendo recordado que o administrador Enoque esteve presente no local aquando do mapeamento com os técnicos da administração municipal", queixou-se.

Para mais e melhor esclarecimento falamos por telemóvel com o administrador comunal, Francisco Enoque, este, por seu turno, respondeu que se encontrava numa reunião, tendo convidado a nossa reportagem a se deslocar ao terreno.

Por sua vez, contactada a outra implicada no caso, a senhora Justina, disse não estar disposta a conversar com a senhora Petra e que contactássemos a Administração Comunal, que daria o devido tratamento do caso. Mas, ao tudo indicar, muita água há-de correr de baixo da ponte, porque ninguém quer perder o espaço.

Como pagar o Banco

Para agudizar a situação e como o azar nunca vem só, Petra lamenta o facto de o Banco não visitar o projecto, até ao exacto momento, mesmo depois de se ter dirigido uma carta à instituição desde Julho último, com o propósito de desbloquearem a outra parte do financiamento.

"O financiamento previsto no projecto é de 54 milhões de kwanzas, mas o Banco apenas concedeu 10 milhões e meio. E, como o valor não cobria sequer um terço da metade, tive que aplicá-lo na agricultura, para depois evoluir para o aviário", justificou, ao sublinhar que aguarda pela visita do Banco.

É de recordar que ambas as partes já constituíram advogados e a qualquer altura o processo pode chegar em tribunal.

Este jornal contactou Leonel Gomes, secretário-geral da CASA-CE, que disse desconhecer o senhor Paulo, que se faz passar por secretário daquele partido naquela região, pelo que apelou, caso seja verdade, a quem de direito a tomar a peito da situação.

2.12.6 «A China está a ocupar terras em África e Angola não é excepção»

Semanário Angolense

11 De Dezembro de 2015

SA - A questão de terras vendidas a outros países ou a grandes corporações já está constatada. Angola passa por esse problema? Tem terras vendidas a outros países?

BC - Angola passa, sim. Salvo erro, em 2007, houve algum protocolo entre o Estado angolano e o Estado cabo-verdiano. Esse protocolo envolve o negócio da terra.

SA - No sentido do Estado cabo-verdiano ocupar parte das nossas terras? Para que fim? E nós ganhamos o quê com isso?

BC - Exactamente. Para que fim, isso não sei.

Porque, geralmente, os detalhes desses protocolos não vêm ao público. E esse problema não é só de Angola. Isso é um problema internacional. Os negócios de terra geralmente são marcados por uma espécie de «intransparência». Nós não sabemos as extensões das terras que Cabo Verde ocupou em Angola, para quanto tempo - em termos de exploração do direito de superfície. Ninguém sabe. A lei diz que até 60 anos, se for direito de superfície. Nós não sabemos de nada.

SA - Mas, se estamos a falar de Cabo Verde, que é um país pequeno

BC - Não é só Cabo Verde. Cabo verde é o exemplo de um caso que nós tivemos o cuidado, na altura, de comentar. Mas existem outros que eu desconheço. O caso da China não é só no Egipto e noutras partes de Africa. A China é um gigante que está a ocupar muitas parcelas de terras em Africa. E Angola não é uma excepção. Mas o grande problema é que esses protocolos são marcados por uma falta de transparência. Nós não sabemos quais as reais extensões, por quanto tempo e o dinheiro que envolve. Mas a grande verdade é que há países, como a China e não só, que estão a ocupar as terras de Africa. E de Angola. Só para ter uma percepção, dizem assim as estimativas de uma organização, através de uma revista especializada em agricultura que se chama Esporo (2014), que 57 milhões de hectares do continente africano foram objecto de ocupação por países e corpo rações internacionais.

SA - O direito angolano sobre as terras permite esse tipo de transacções?

BC - Permite. Permite mas não nesses termos, ne! O Estado pode conceder terras a outros Estados. Mas o grande problema que estamos a colocar é aferir o grau de violação decorrente dessas concessões. Até que ponto é que essas concessões põem em perigo. Nós estamos a sair de uma realidade em que as nossas terras já foram descaracterizadas profundamente durante o período da colonização. Não só descaracterizadas, foram reduzidas, diminuídas. Será que essas concessões não poderão pôr em causa a sustentabilidade. Não haverá conflitos de terras por causa disso? Você está a dar a alguém, será que o que você tem é suficiente para ti e para os netos daqui a 60 anos? Essa concessão não põe em perigo outros direitos, porque, por exemplo, se for uma concessão que recaia no domínio consuetudinário, desde logo sabemos já que vai ter de se desalojar essas populações. Vai ferir os direitos económicos e culturais. E o problema da transparência, ne. Porque afinal é um bem público.

2.12.7 «As comunidades estão a perder o património geo-histórico e cultural»

Semanário Angolense

11 De Dezembro de 2015

SA - Se o Estado não tem que vender essas terras consuetudinárias, o que se passa na prática, pelo que ouvimos dizer promovido por elementos ligados aos órgãos do Estado, é totalmente diferente.

BC - O que se passa na prática é que o Estado, às vezes, entra pra lá, com elementos de má fé. Há mesmo administradores comunais, que o soba quando reclama, dizem «isso é do Estado». Isso é ilegal. Há terras que são do domínio privado do Estado, há terras que são do domínio público do Estado, há terras que são do domínio consuetudinário: aos quais não se dá o título de concessão, mas o título de reconhecimento. Porque esse direito já pré-existe.

SA - E esse título de reconhecimento tem sido dado às comunidades?

BC - Cada comunidade tem direito a um título de reconhecimento. Quem recebe é o soba, mas não é do soba. Os sobas não estão a receber esses títulos. O órgão técnico de gestão de terras em Angola é o IGCA (Instituto Geográfica Cadastral de Angola), que não desencadeou o processo de delimitação das terras rurais em Angola; não tem recursos técnicos

nem financeiros suficientes para fazer esse trabalho. E as comunidades não estão a ser tituladas. Pessoas A, B e C se estão a valer disso e estão a ocupar terras que, por lei, não deviam ocupar. Aquelas terras são protegidas pelo costume até nos termos da nossa Constituição. Mas as pessoas estão desprotegidas, não têm esses títulos.

SA - Estão desprotegidas e parece que inocentes não é? Porque não parece que sejam educadas para conhecimento desse direito.

SC - Claro! Uma das recomendações do «Seminário Nacional sobre Ocupações Ilegais de Terras» é a sensibilização das populações porque as pessoas não são capacitadas em matéria de legislação fundiária. Há muita gente em Angola que não sabe como, e o que deve fazer, quando as suas terras estão a ser esbulhadas.

SA - É aí, nesse vácuo, onde se enquadra o trabalho da vossa instituição.

BC - Nós, Rede Terra, temos estado a capacitar as pessoas. Produzimos muito material, até em línguas nacionais. Nós trabalhamos com as comunidades, sabemos quais são os problemas, quais são os conflitos que existem nesse país. E que violações existem nessa matéria. Por isso submetemos uma carta, em 2012, a Assembleia Nacional e também ao secretário-geral do MPLA, como partido governante. Engavetaram os nossos documentos para depois, hoje, aparecerem aí com isso e dizer que a iniciativa é deles. Tudo que está aí, como recomendações e conclusões, nós já havíamos chamado atenção para esses problemas. As comunidades estão em risco.

SA - Tem exemplos mais precisos de comunidades que vivem esses problemas?

BC - Eu lhe dou um exemplo. A Aldeia Nova, no Waku Kungo, na Cela (Kwanza Sul). Falamos de Waku Kungo, como falamos da Kibala. Até há bairros cercados. Não estamos a falar só da terra enquanto espaço físico. A terra para aquelas comunidades é um património geo-histórico e cultural. Estão em causa não direitos económicos, mas direitos culturais.

Porque é na terra onde está a memória colectiva daquelas pessoas. Isso tudo está a ser ocupado, está a ser descaracterizado tal como [ai no tempo colonial. Aldeia Nova é uma empresa. Entrou como um projecto de interesse público. Agora é uma sociedade anónima.

Portanto, o fim é lucrativo, o benefício é privado. São terras que estão dentro das terras rurais comunitárias. O colono entrou para aquelas comunidades,

desalojou-as, transformou aquilo em aldeamentos. Estão lá os marcos coloniais. Depois da independência as pessoas voltaram as suas terras de origem. Mas agora, de novo, são obrigados a trabalhar as suas lavras nas encostas das montanhas, porque grandes empresas voltaram a ocupar as terras que já eram suas antes do tempo colonial. E isso dói. Há casos de que nós temos fotografias de destruição de lavras, sem primeiro informar e sem indemnização.

SA - Tem uma ideia da porção de população que tem perdido ou já perdeu ou vem perdendo progressivamente os seus espaços dessa forma?

BC - Muitas comunidades. Na comuna de Kissanga Kungo nem se fala. Os conflitos de terra existem um pouco por todo o país. Nós temos esses casos em Cabinda. Temos no Uíge. É um problema generalizado. E nós estamos a produzir uma base de dados para compreendermos, mais ou menos, o grau de violação das terras rurais comunitárias em cada província porque é esse o nosso forte. Nós vamos lançar um documentário sobre os conflitos de terra no Kwanza Sul, e são muitas' comunidades.

SA - Os ocupantes desses espaços que acabam gerando conflitos será que são conhecedores da lei, ou não?

BC - Digamos assim que fruto de alguns estudos observacionais, nós não gostamos de ler a lei. Já vimos que administradores, governadores, não sabem o quê que a lei de terras diz. Não conhecem a legislação fundiária. Isso é uma verdade. Alguns têm noções básicas sobre isso, outros não sabem mesmo. As vezes não contratam as pessoas especializadas nessas áreas.

2.12.8 «Porque que os deputados não debatem sobre a governação dos solos no país?»

Semanário Angolense

11 De Dezembro de 2015

SA - o que se pretende com a carta aberta enviada ao parlamento sobre os solos?

BC - Desde que nós existimos, como Estado angolano, ainda não conhecemos políticas concretas sobre os solos no país. A governação dos solos em Angola, praticamente, não existe. E isso nos preocupa. Em termos gerais, não se sabe de que forma é que a ocupação, uso e fruição de uma determinada área comprometerão ou não a sua capacidade de regeneração. Ninguém monitoriza a

aplicação das normas dispersas de protecção dos solos.

SA - Em suma, quais são os grandes problemas dos nossos solos?

BC - A primeira coisa que precisamos saber é que as terras se poluem por força da natureza ou por força do próprio homem. O grande problema que nós temos é o facto de termos solos predominantemente ferralíticos. Portanto, não são bons solos, precisam de um certo equilíbrio, de certo cuidado. Depois nós temos problemas da erosão, e o resultado são as ravinas. Temos esses problemas de movimentos de massa, como deslizamentos de terras, temos problemas de inundações, temos problema de seca, temos problema de desertificação.

Portanto, são todos esses problemas que acabam por empobrecer e pôr em risco, não só a vida das famílias, mas também os meios de que essas pessoas vivem, sobretudo, da agricultura. Então é preciso que se chame atenção para esses aspectos. Temos de passar a mensagem aos agricultores e não só sobre a necessidade de práticas que não ponham em causa a sustentabilidade dos solos. E isso, decorre do princípio da sustentabilidade e solidariedade intergeracional que a legislação fundiária prevê.

SA - Quem é que, na Assembleia Nacional, se ocupa dessa temática?

BC - Bem, a iniciativa é de todos os grupos parlamentares para que se produza uma política em matéria dos solos. Mas em matéria de legislação e regulamentação é a Primeira Comissão. Mas no âmbito dos Direitos Humanos diríamos que é a 6ª Comissão a quem nós devemos recorrer para ter esses direitos salvaguardados.

SA - E já houve da vossa parte sugestões de regulamentação dessa matéria, enviadas ao Parlamento?

BC - Em 2012, fruto de uma audiência que tivemos com o presidente da Assembleia, que na altura era o senhor Paulo Kassoma, submetemos à Assembleia Nacional uma proposta sobre a resolução de conflitos de terras. A terra é uma matéria mais abrangente, solo é apenas componente da terra. Fomos bem recebidos. E o presidente encaminhou isso para a 6ª Comissão com quem nós tivemos os primeiros contactos. Mas infelizmente depois acabou por não ter o tratamento. Nós não começamos agora. Existimos já desde 2003. Depois dessa proposta, tivemos alguns encontros com a 6ª Comissão, na altura sob a presidência do deputado Higino Carneiro, mas nós trabalhamos mais com o deputado

Adriano Mendes de Carvalho. Mas depois dali tudo «morreu».

SA - Agora vocês «ressuscitam» o assunto, então?

BC - Nós voltamos através dessa carta que endereçamos aos grupos parlamentares da Assembleia Nacional como uma espécie de juízo negativo. Uma menção de censura pelo facto de o órgão legislador do país não prestar atenção a uma matéria que é muito essencial. O porquê que os deputados não levantam nenhum debate a volta da governação dos solos no país. Não existe nenhum sistema de monitoramento dos riscos associado aos solos, não há nenhum instrumento quer políticos. Num país onde não há ordenamento do território, nem planeamento, Significa que não há disciplina em matéria de ocupação dos solos. Ou seja, há solos que deveriam ser para habitação, mas são utilizados para agricultura.

E vice-versa. Portanto, os solos não são classificados. Por isso é que as pessoas vão trabalhar em determinado solo, o solo é improdutivo, há ravinas, há desabamentos de terras, como aquele caso que tivemos no Lobito. Luanda, aqui então, não se fala. Falta a disciplina no uso dos solos. As pessoas vão para determinadas áreas, não sabem se são áreas de risco ou não.

SA - Para uma solução desses problemas sobre os quais conversa-mos, que caminhos indica hoje a serem traçados?

BC - A primeira coisa é o seguinte: temos de criar um sistema de informação integrado para que as pessoas realmente estejam devidamente informadas sobre os direitos fundiários e outros direitos mais. O país tem de criar um sistema de monitoramento dos riscos associados aos solos.

Vamos esperar que o processo de planeamento e ordenamento do território (do Ministério de Administração do Território) termine para que se produzam os tais planos directores municipais.

SA - E em termos de legislação?

BC - Que se produza essa tabela de preços da terra e mais outros instrumentos que estão na lei, que não foram também produzidos. Tem de existir mais diálogo. Muitos conflitos de terras que vemos pelo país decorrem um pouco da falta de diálogo e da arrogância de algumas pessoas com responsabilidades públicas. Muitos Sobas são humilhados e ameaçados quando procuram defender o seu património geohistórico. Isso, não é justo nem é legal. Tanto as reservas fundiárias do Estado quanto outras ocupações de interesse nacional deverão sujeitar-se a

lei. A terra é critério de cidadania. Recebemos essas terras, queremos deixar essas terras também em bom estado para os nossos filhos e os nossos netos. Não podemos permitir determinados monopólios ou latifundiários, a semelhança do Brasil, para depois termos aqui os nossos filhos como os sem-terra. Nós não queremos isso.

SA - Mas nós já não corremos esse risco que o Brasil hoje enfrenta?

BC - Corremos. Porque nós já temos pessoas que ocupam grandes extensões de terras que não acreditamos. E isso é escandaloso. O mais grave é que está a conflitar com outros interesses locais. Estamos a falar de responsáveis importantes desse país. Os sobas estão a chorar. Nós temos esses registos. Mas é isso o que está acontecer.

SA - Então já vivemos essa realidade latifundiária semelhante à brasileira. Os protestos é que não existem.

BC - Os protestos é que não existem. Por isso é nós, Rede Terras, estamos aqui levantando a questão para defender as comunidades. Mas somos pouco ouvidos. Não temos muitos espaços. Então esse é o grande problema. As mesmas pessoas que têm grandes extensões de terras aqui na província do Kwanza Sul, são as mesmas pessoas que têm grandes extensões no Cuando Cubango. São as mesmas pessoas que têm grandes extensões em Cabinda. Grandes extensões aqui na Huíla. As mesmas pessoas.

2.12.9 « Se não há tabela de preços das terras há roubalheira »

Semanário Angolense
11 De Dezembro de 2015

Em torno da reflexão devida ao Dia Mundial do Solo, assinalado em 5 de Dezembro, e no âmbito deste ano dedicado pelas Nações Unidas como o Ano Internacional dos Solos, o *Semanário Angolense* conversou com um especialista sobre a matéria e colheu muito mais. Bernardo Castro, natural de Waku Kungo, Kwanza Sul, é mestre em Adaptação às Alterações Climáticas pela Universidade Aberta de Lisboa, e também director da «Rede Terra», uma instituição da sociedade civil, iniciativa de um conjunto de organizações nacionais e internacionais, que trabalha, em Angola, no quadro da defesa dos direitos dos cidadãos, na perspectiva do direito à terra e do desenvolvimento rural.

Autoridade no conhecimento sobre as questões que envolvem a terra no contexto da realidade angolana,

o profissional defendeu a atribuição da titularidades das terras pertencentes a comunidades rurais, falou da especulação dos preços das terras e do abuso de poder de políticos e empresários nesse campo, fez alusão a banalização por parte dos tribunais das queixas sobre conflitos de terras apresentadas por cidadãos menos abastados, e teceu algumas considerações sobre a ocupação de terras africanas - inclusive angolanas pela China e outras potências e corporações internacionais. Ademais apontou alguns caminhos a seguir para a resolução dos conflitos de terra e dos problemas dos solos, entre outros.

Semanário Angolense (SA) - O que nos diz sobre o comércio de terras no país, na vossa constatação?

Bernardo Castro (BC) - Está-se a vender a terra sem nenhuma tabela de preços. E quando falo de uma tabela de preços, estamos a falar de um instrumento idóneo do ponto de vista jurídico-legal, aprovado por um órgão para o efeito competente. Isso não existe. O que existe é a especulação do preço da terra. A propósito dessa matéria nós fizemos um documento que encaminhamos à Provedoria da Justiça da República de Angola, para que a Provedoria fosse aos Ministérios competentes para a produção do decreto ministerial conjunto, que diga que para cada área «X por X», o preço da terra é «esse». Porque é a Provedoria da Justiça que tem que pressionar os órgãos do Estado, os Ministérios, para fazer valer a lei.

SA - Há quanto tempo fizeram isso? Qual é a resposta que obtiveram?

BC - Foi neste ano ainda. E não temos nenhuma resposta. Mesmo também antes desse «Seminário Nacional sobre Ocupações Ilegais de Terras» (realizado em Dezembro de 2014) nós já tínhamos dito isso. Desde 2012 nós já chamávamos atenção para esses pormenores.

SA - Mas a questão de preços não tem a ver com a lei de oferta e procura estabelecida pelo próprio mercado?

BC - Sim. O princípio que norteia o negócio da terra é o princípio da onerosidade. Mas, há excepções. Em função da localização desse espaço, há licitação. Há aquelas terras urbanas que vão a quem dá mais. Mas temos de partir de uma base legal. Que não existe. Há terras que, em função das suas dimensões, o preço já está estipulado. E há terras que se submetem há um concurso. Há terras que também o Estado pode oferecer, por exemplo, aquelas instituições que são de utilidade pública sem que cobre coisa nenhuma. Mas isso não existe. Os órgãos das administrações municipais, que são órgãos

concedentes - e mais outros órgãos - acabam por inventar os preços.

SA - O efeito mais imediato dessa invenção acaba por ser o quê?

BC - A fonte de receita do Estado tem de ser uma fonte legal. Portanto, estamos numa ilegalidade, pra já. Quando há especulação você acaba por marginalizar determinadas pessoas. Não há transparência no negócio da terra em Angola. Porque ninguém sabe qual é o preço. Você vai a uma administração municipal vão te dizer «olha, você ocupou 12x20, são 12 mil dólares». E não vais conseguir. Se não há uma tabela de preços, há uma roubalheira. Cada um vai inventar o preço dele porque «eu quero comprar o meu carro, que custa 15 mil dólares», então, «[á que o senhor ocupou aquele terreno, vou te dar o preço de 15 mil dólares».

SA - E isso é uma combustão para o processo de corrupção.

BC - Isso é óbvio! Quando nós falamos que a fonte de receita do dinheiro tem que ser legal, quer dizer que o meu irmão vai encontrar já o preço ali. «X por X é X».

O senhor vê antes de comprar. Já sabe que tipo de terreno e qual é a área. Como isso não existe, nós nos sujeitamos a tudo aquilo que a administração municipal nos disser.

Começam a inventar tabelas de preços que não são legais. Porque a tabela de preços, tem de ser legal.

SA - Quem estabelece essa tabela?

BC - É o Ministério do Urbanismo, o Ambiente. São esses ministérios que deveriam produzir esse documento ministerial conjunto. E o Ministério das Finanças.

SA - O facto de no nosso país a terra ser propriedade do Estado não aumenta a especulação de preços por parte das administrações municipais e outros órgãos concedentes?

BC - Eu acho que não aumenta.

Mas temos de dizer que não houve evolução. O Estado colonial foi o «proprietário originário da terra». Depois da independência, o Estado angolano continua a ser o «proprietário originário da terra». Contrariamente, portanto, ao que sempre foi: a terra pertenceu as comunidades, as famílias, etc. O problema que se coloca não é em matéria de titularidade. A questão que se coloca é a governação. Isto é quê fundamental. Pelo facto de a terra ser

propriedade originária do Estado, então as pessoas pensam que já não existem mais outros direitos que o Estado deve respeitar. Ninguém mais pode reclamar nada. Há pessoas que entram no domínio consuetudinário - um domínio que é passível de reconhecimento, e não de concessão de terra. O Estado reconhece simplesmente através de um «título de reconhecimento», porque essas terras existem antes de o Estado existir. Por isso é que o Estado só vai reconhecer esse direito, que é colectivo. São terras que são das famílias rurais comunitárias sob a gestão dos so

2.12.10 «Tribunais banalizam queixas que lhes são apresentadas»

Semanário Angolense

11 De Dezembro de 2015

SA - A Rede Terra presta também apoio jurídico às comunidades. Efectivamente como se traduz esse trabalho?

BC - Eles devem saber quais os seus direitos e como' devem ou não agir, nos termos da lei. E também convidados as administrações para se envolverem nisso.

Também há casos encaminhamos para a Procuradoria-Geral da República, ou à 6ª Comissão da Assembleia Nacional, ou a Provedoria da República, ou constituímos advogados para defender algumas comunidades de alguns sobas que foram ameaçados. Constituimos advogados e pagamos para ajudar comunidades ou famílias que são vítimas de esbulho.

SA - Apesar da existência das instituições judiciais as pessoas não têm onde se queixar. Pelo menos é isso o que parece.

BC - Esse é um défice. As vezes as pessoas não são bem informadas. Mas noutros casos os tribunais banalizam também as queixas que lhes são apresentadas. E isso é também uma constatação que decorreu desse «Seminário Nacional sobre Ocupações Ilegais de Terras».

SA - Pode citar casos concretos dessa falha dos tribunais?

BC - As comunidades apresentam as queixas e eles (os tribunais) banalizam e vão defender pessoas mais bem posicionadas. Temos esses casos também. As pessoas têm medo também de apresentar queixa, quando sabem que é um grande homem que está envolvido nisso. Porque as pessoas são intimidadas também. Os sobas são ameaçados. Nós temos prova

disso. Então, já imaginou, se os sobas são ameaçados, uma família X vai aos tribunais queixar um «governador»?!

SA - Falou que, em alguns casos, costumam constituir advogados para defender determinados casos. Com que fonte de renda a Rede Terra arca com os honorários desses advogados?

BC - Nós somos uma instituição filantrópica. Mas o pouco dinheiro que nós recebemos de doações nacionais ou internacionais, como a União Europeia - a União Europeia dá dinheiro as ONGs e dá dinheiro ao Estado angolano - com esse dinheiro tiramos um bocado para arrendar esse escritório e tiramos um bocado também para o advogado, para defender as comunidades.

SA - E já ganharam muitas causas?

BC - Muitas causas, não. Mas, por exemplo, o caso mais recente [oi com uma administração comunal. O administrador agiu com arrogância. As pessoas diziam que «não pode nos tirar das nossas lavras». Ele pegou no mais «agitador» e levou ao tribunal. O cidadão para ser julgado sem advogado. A partir do momento que nós constituímos advogado retirou a queixa. Portanto «eles» também têm medo. «Eles» se valem da fragilidade e do desconhecimento da lei por parte das populações. Entram com a ideia de que é interesse público, quando é para fins privados.

SA - Por isso perguntei se a especulação aumentava pelo facto da terra ser propriedade do Estado. Porque esse facto tende a aparecer sempre como desculpa encobrendo fins privados.

BC - Muitos quando pretendem ocupar as terras rurais comunitárias alegam o princípio do aproveitamento útil e efectivo da terra. Na verdade, é um simples pretexto ou ignorância da lei. Ninguém deverá exigir às famílias que ocupam e usam as terras integradas no domínio consuetudinário o aproveitamento útil e efectivo como se estivesse em sede das terras passíveis de concessão. As terras que integram o domínio útil consuetudinário deverão ser utilmente aproveitadas de acordo com o costume local.

SA - E naqueles casos em que o Estado realmente precisa fazer alguma intervenção nessas terras contemplada em planos territoriais?

BC - Constatamos que muitas comunidades rurais foram postas de lado no processo de elaboração de planos territoriais quando têm direito à participação e informação tanto do conteúdo como das alterações dos planos na fase de elaboração, com garantia à divulgação prévia dos projectos destinados à

aprovação, como após a sua publicação. E podem consultar o obter cópias e certidões de peças documentais dos planos. Isso de acordo com a Lei (artigo 53º. da Lei nº 3/04).

SA - É caso para se perguntar como é que os instrumentos de ordenamento e planeamento poderão contribuir para a melhoria da qualidade de vida dessas comunidades quando são afastadas dos processos de formação e tomada de decisão?

BC - As populações não podem ser surpreendidas com cercos, desalojamentos compulsivos ou destruição dos seus bens como se verifica em alguns municípios e províncias. É uma clara violação dos direitos económicos e culturais das famílias. O que aconteceu na Cela é, de todo, condenável e passível de impugnação. O país tem leis que devem ser respeitadas. É, por exemplo, de lei que quando determinada administração presume que certa área venha a ser abrangida por um plano urbanístico, ordenamento rural ou projecto de empreendimento público ou outro sejam desencadeadas medidas preventivas que vão desde a proibição, suspensão ou sujeição à prévia autorização, exactamente, para prevenir ou moderar eventuais conflitos.

2.12.11 Vítimas de demolição continuam ao relento

Semanário Folha8

12 De Dezembro de 2015

Texto: Antunes Zongo

Cerca de 400 cidadãos nacionais, residentes no bairro Tande, município de Viana, que viram as suas residências a ser demolidas pelo martelo da Administração da Centralidade de Cacucaco, a 16 de Outubro de 2015, continuam a viver ao relento, mesmo tendo interpelado a intervenção dos deputados da Assembleia Nacional, numa exposição endereçada há mais de dois meses, solicitando uma interpretação de acordo com a Constituição da República

Mas, são pobres e essa condição, não parece mobilizar os deputados, logo, nada mais lhes resta do que senão, ingressar no grande exército dos "sem abrigos" do regime, que os colocou no "olho da rua" sem pré-aviso formal e material. E, como sempre, no cometimento de qualquer violação a Constituição e a lei, os prevaricadores oficiais, contam com a abnegada contribuição da Polícia Nacional, que tem um apego especial na protecção dos ricos e governantes.

Os municípios em causa residiam na circunscrição de forma ordeira e pacífica desde 1982, logo, à luz do Código Civil, com direitos adquiridos, que deveriam ter sido levados em conta.

"Para mim, o administrador e o comandante da Polícia da centralidade de Sequele, são insensíveis, e por isso mesmo, sem pejo nenhum, demoliram as nossas residências, colocando crianças, velhos, jovens e mulheres gestantes ao relento", denunciou António dos Santos.

"Contrariamente ao que pensamos sobre o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, o comandante Jojó, da Centralidade de Cacucaco, disse-nos alto e bom som, que o MPLA e o Presidente da República foram as entidades que ordenaram a demolição das residências, e que poderíamos nos queixar onde quiséssemos, que ninguém nos poderia ajudar", lembrou. O silêncio do Governo provincial de Luanda e do órgão legislativo (Assembleia Nacional), ante a queixa de 329 famílias, são disso exemplo fulminante de os mais pobres não terem, nem poderem contar com apoio dos principais órgãos do regime. Na sequência das demolições, muitos velhos e crianças foram espancadas, outros presos e só restituídos a liberdade, após o pagamento de uma caução no valor de 60 mil Kz, mas sem qualquer recebido.

2.12.12 Estado quer privados para as infra-estruturas

Jornal de Angola
16 De Dezembro de 2015
Texto: Nilza Massango

O ministro de Urbanismo e Habitação, apelou ontem, em Luanda, a participação activa do sector privado na infra-estrutura das reservas fundiárias existentes e a constituir no país.

"Os eixos estratégicos de crescimento do país apontam as infra-estruturas como pilares do desenvolvimento económico", disse José António e Silva na abertura do Conselho Consultivo do Ministério do Urbanismo e Habitação.

O ministro destacou a importância das infra-estruturas para a continuação das actividades do sector, em relação ao programa dos 200 fogos habitacionais por município, programa de autoconstrução dirigida e no complemento das 25 novas centralidades em construção no país.

José António e Silva garantiu que Governo vai continuar a incentivar a auto-construção de

habitações, através de políticas de concessão de terrenos urbanos, programa de apoio técnico assistencial na execução de projectos tipo de habitações rurais, com a incorporação de materiais locais e introdução de novas regras e melhoria da qualidade das edificações rurais tradicionais.

Com a aplicação do subprograma de construção de centralidades, no âmbito do Programa Nacional do Urbanismo e Habitação, o país vai ter, em 2016, cerca de 120 mil Casas construídas. O director nacional da Habitação, Adriano da Silva, que interveio ontem no conselho, disse que, no processo iniciado em 2011, a Imogestim tem a responsabilidade de construir 80 mil casas e a empresa KoraAngola 44 mil.

As empresas surgiram no âmbito da estratégia de implementação de parcerias privadas. Um relatório síntese do subprograma "200 fogos por municípios", apresentado ontem durante o conselho indica que, das 26 mil casas previstas para a construção até final deste ano, em todo o país, cerca de 9.887 esmo concluídas.

Referindo-se ao desenvolvimento urbano, o ministro José António e Silva disse que a política fundiária orienta que a gestão deve passar por um processo de valorização das reservas, dotando-as de infra-estruturas para que se tornem num bem real e com expressão no mercado, de forma a servir de oportunidades de intervenção do Estado e das parcerias público-privadas. José António e Silva apontou que, do ponto de vista económico, a construção de habitação nos países em desenvolvimento, além de aumentar o Produto Interno Bruto (PIB), cria emprego e a legalização da situação cadastral da população que permite ao Estado obter uma nova fonte de receitas e conseguir volume capital para o desenvolvimento dos diferentes núcleos urbanos.

O ministro apelou para uma maior articulação entre os governos provinciais e os órgãos locais do Instituto Nacional de Habitação, no processo de arrecadação de receitas. Em representação do governador da província de Luanda, Graciano Domingos, a vice-governadora para a área Técnica e Infra-estrutura, Njila de Carvalho, declarou que as infra-estruturas urbanas aparecem como um desafio a ser avaliado no processo de ordenamento do território para que se transformem num bem para todos.

O conselho consultivo, que decorreu sob o lema "Investimento em infra-estruturas urbanas no processo de diversificação da economia", serviu também para fazer o balanço das acções do Plano

Nacional de Desenvolvimento 20 13-2017. Foi destacado ainda no âmbito do pacote legislativo do sector, a aprovação da Lei do Arrendamento Urbano e outros regimes jurídicos, que constituem uma ferramenta fundamental no acesso do cidadão à habitação.

A reunião do conselho consultivo foi ainda marcada pela realização de uma exposição fotográfica com planos de urbanização e infra-estruturas em curso nos vários municípios do país e que constituem peças fundamentais no processo de ordenamento territorial.

2.12.13 Arguido responde em Juízo por burla de terreno

Jornal O Crime

19 De Dezembro de 2015

Texto: Olga da Silva

Consta da acusação do Ministério Público que, a 11 de Janeiro de 2013, o réu Manuel João vendeu um terreno, situado no município de Cacucaco, bairro Belo Monte, ao senhor Bernardo Manuel Navicola, no valor de 350 mil kwanzas. Passado algum tempo, quando o comprador pretendia levantar a obra, apareceu uma senhora, identificada apenas por Emília, que se auto-intitulava esposa do réu, Manuel João, e que dizia que o tal terreno era dele, que lhe foi dado como oferta ao suposto marido.

Foram discussões atrás de discussões entre a suposta esposa do devedor e o comprador, que este último acabou desistindo da luta, mas cobrando os seus valores monetários que até a presente data não foram devolvidos.

Em interrogação pela juíza da causa, Hita Faria, e posteriormente pelo Ministério Público, o réu disse que adquiriu o terreno junto da Comissão de Moradores do bairro Belo Monte, em 2012, mediante pagamento de seis mil kwanzas. Confessou que, realmente, vendeu o tal terreno, mas não ao senhor Bernardo, alegando este era seu intermediário, e sim a um outro senhor cujo nome se desconhece.

Declarou ainda que, na qualidade de seu intermediário, Bernardo Navicola, que aparece como ofendido nos autos, foi quem fez a devolução do dinheiro ao comprador e que prometeu fazer a devida devolução. O réu contou também que o espaço não era de Emília e que esta não era sua esposa, mas uma "amiguinha", ou seja, namorada.

Segundo o réu, até aos dias que correm, o referido terreno encontra-se sob tutela da suposta mulher,

Emília, onde esta fez a construção de um bate-chapa. Questionado porquê ele, por si, não fez a devolução dos 350 mil kwanzas, respondeu que não se encontrava na cidade de Luanda, mas na província do Uíge. Disse ainda que, embora seu então intermediário o fizesse pressão para o pagamento do seu dinheiro, tão logo estivesse em Luanda, foi surpreendido pela presença da Polícia em sua casa que o deteve.

Manuel João, o réu, humilde condição financeira, apresenta-se disposto a pagar o dinheiro de Bernardo Navicola o mais rápido possível, pelo que só não o fez até ao momento porque está detido e sem condições de trabalhar. Porém, a juíza da causa retorquiu dizendo que não tem confiança se o réu vai cumprir com a promessa que está a fazer em tribunal, porque numa oportunidade falhou. "Não tenho como confiar no senhor, porque nós arbitramos uma caução para o senhor, mas não pagou. Nós arbitramos o preço aproximado ao que o senhor deve, justamente para nos oferecer essa confiança, mas não foi capaz. Lamentavelmente, terá de ficar detido, se até à próxima audiência não pagar".

A audiência foi adiada para o dia 05 de Janeiro de 2016, para a audiência do ofendido, Bernardo Navicola, e da suposta mulher do réu, Emília, na 5.ª Secção dos crimes comuns do Tribunal Provincial de Luanda, Palácio Dona Ana Joaquina.

"Pode-se falar de um caso de âmbito do Direito Civil" Consultado pelo jornal 'O Crime', advogado Enes Bango, isento do processo, disse que se na acusação do

Ministério Público ou na pronúncia não constar algum outro tipo de crime, o réu poderá ser absolvido, porque para o crime de que é acusado, burla por defraudação, punível pela conjugação dos artigos 451. O n.º 5 e 421. O n.º 4 do Código Penal, o réu contou ao tribunal que o terreno era seu, verificando-se, desse jeito, a ausência de fraude, título ou nome falso, que são requisitos próprios para identificação do crime citado. "O réu só pode ter sido acusado por esse crime porque o Ministério Público concebeu que o terreno nem era do réu, que talvez tenha tomado fraudulentamente", disse o advogado.

Perguntado de que crime se poderá falar, caso se prove que o terreno era, realmente, propriedade do réu, aquele advogado respondeu que, mesmo que isso implicasse a absolvição do réu, porque não se pode fazer a convolação de crimes que não foram citados no processo, estaríamos diante de um processo ligado ao Direito Civil, porque não se trataria de um crime, mas de uma dívida que ele contraiu com o seu in hereditário.

"A burla por defraudação ocorre quase nas mesmas circunstâncias do crime de abuso de confiança, mas com mais intensidade. Verifica-se o abuso de confiança quando, por exemplo, nos é entregue algum valor monetário para obtenção de um bem, e nós desviámos tal dinheiro em benefício próprio, dissipando-o. Para a burla por defraudação, os artificios fraudulentos são essenciais. Agora, podemos ainda verificar a questão da dívida, que não é questão do âmbito penal, mas civil. A dívida pressupõe a faculdade de algum valor que o devedor não dispõe no momento pelo credor, onde, mediante a estipulação de um prazo, o devedor deve cumprir. Trata-se de uma questão de cumprimento ou incumprimento", explicou Enês Bango.

2.12.14 Sector agrícola e infra-estruturas com muito espaço livre de minas

Jornal de Angola
23 De Dezembro de 2015

Os agricultores, camponeses e infra-estruturas sociais do Huambo estão a ganhar espaço para o seu crescimento, com o avanço do processo de desminagem em curso na província.

Na província do Huambo, apesar de algumas dificuldades que o próprio país atravessa, e a inacessibilidade de algumas áreas afectadas pelas minas, o processo de desminagem decorre de forma satisfatória.

As autoridades locais calculam que aproximadamente 40 milhões de metros quadrados de "áreas de cultivo, mais de 312 quilómetros de caminho-de-ferro, cerca de 1.364 quilómetros de estradas e 1.167 quilómetros de linhas de fibra óptica foram desminados no Huambo desde 2002.

A situação está a criar mais confiança à população principalmente aos trabalhadores do campo, que viam restringida a sua actividade pelas minas. A satisfação é expressa também pela classe empresarial que vê com esperança a realização com êxito da sua actividade e o aumento dos seus negócios.

Para além da ampliação de campos de cultivo, o processo de desminagem permite o surgimento de novos assentamentos populacionais, a abertura de novas estradas e a livre circulação de pessoas e de bens.

O processo de desminagem estimula o crescimento económico e social em todas as vertentes, da produção à investigação passando pela construção.

O Governo Provincial mostra também satisfação por aos poucos conseguir implementar as políticas de desenvolvimento traçadas para a província.

O vice-governador da província para o Sector Político e coordenador da Acção Provincial Contra as Minas, Guilherme Tuluca, numa sessão desta organização com o objectivo de avaliar com os parceiros o andamento processo de desminagem no Huambo, mostrou-se regozijado com o avanço contínuo desta "batalha" e informou que, como resultado desta acção, milhares de famílias beneficiam hoje de muitos quilómetros quadrados de áreas laboráveis e contam com espaços para a construção das suas residências.

Quilómetros desminados

Dados recentes indicam que durante o período, foram desminados 212 quilómetros de linhas de transmissão de energia, removidos e destruídas 16.036 minas antipessoal, 686 minas anti-tanque, 71.502 engenhos explosivos, assim como 71.027 munições de diversos calibres.

Desde 2002 um total 2.674 pessoas foram vítimas mortais de acidentes com minas e engenhos explosivos na província do Huambo. O coordenador da Acção Provincial Contra as Minas salientou que ainda no mesmo período 164.681 vítimas não mortais beneficiaram de ajuda e assistência médica e medicamentosa contínua, reabilitação física, psíquica e reinserção social.

Após o alcance da paz que este processo ganhou a dinâmica que hoje apresenta e que está a possibilitar a realização de investimentos no país em geral e na província em particular, informou Guilherme Tuluca, que sublinhou que o Governo fez um forte investimento, reforçando a capacidade operacional das equipas, sempre apoiadas também pelo sector privado, com objectivo de acelerar o processo.

Reunião plenária

Na Reunião Plenária Provincial da organização Acção contra Minas em que participaram parceiros sociais do Governo, directores provinciais, representantes das brigadas de desminagem das Forças Armadas, do Instituto Nacional de Desminagem, autoridades tradicionais, administradores municipais e convidados ficou estabelecido que o processo de desminagem deve continuar e que, não obstante a difícil situação económica e financeira do país, a desminagem continua a ser muito importante do ponto de vista social e de garantia de segurança para as populações, principalmente as que residem nas zonas rurais.

Vários parceiros actuam no processo de desminagem na província do Huambo, em áreas consideradas de alto risco, por serem as mais afectadas durante a guerra.

No município do Bailundo destaca-se a localidade de Caliqui e a comuna do Bimbe, que apresentam um elevado índice de minas.

O administrador do município do Bailundo, Erineu Cândido, destaca, entre os múltiplos benefícios do processo de desminagem, a melhoria da qualidade de vida das comunidades, a facilidade de escoamento dos produtos para os mercados, assim como a livre circulação de pessoas e suas mercadorias e a ampliação da actividade agrícola.

A representante provincial do Instituto Nacional de Desminagem no Huambo, Rita de Jesus, disse que esta organização está a trabalhar em conformidade com as orientações baixadas no quadro da nova Angola e garantiu que esta organização tem assegurado um orçamento geral que garante a continuação das actividades no país.

O esforço do Governo conta com o apoio de organizações humanitárias nacionais e internacionais que, em conjunto, actuam em três pilares da acção contra minas, nomeadamente a desminagem, educação sobre o risco de minas e assistência às vítimas destas mesmas minas, disse Rita de Jesus. A província do Huambo possui a primeira oficina de manutenção e conservação de meios e equipamentos especiais para desminagem, localizada em Essaue, município da Chicala Cholohanga, antiga Vila Nova.

A nova infra-estrutura serve também de escola de formação para quadros afectos ao Instituto Nacional de Desminagem, para servir de suporte à reparação de todos os meios destruídos no país.

O Instituto Nacional de Desminagem conta actualmente com mais de quatro mil pessoas entre sapadores, supervisores, mecânicos e pessoal de apoio ao processo, e reporta informações ao Ministério da Reinserção Social, órgão coordenador do processo de desminagem no país.

Fruto do processo de desminagem, segundo dados do Ministério da Reinserção Social, Angola está ligada com a fibra óptica nos cerca de 164 municípios e 18 províncias, permitindo a comunicação entre todo o país e com o estrangeiro.

2.12.15 Comissão Nacional identifica zonas minadas

Jornal de Angola

27 De Dezembro de 2015

A Comissão Nacional Intersectorial de Desminagem e Assistência Humanitária (CNIDAH) no Cuando Cubango tem como prioridades para 2016 o levantamento técnico das localidades da Macueva e Cuelei, no município de Menongue, ao redor da sede de Mavinga, a desminagem das áreas de reassentamento das localidades do Muhica, do projecto Agro-pecuário do IRSEM ao longo do Perímetro Irrigado da Missombo e do projecto de reassentamento na área do Caluli.

Segundo Isabel Massela, oficial de ligação e Informação da Comissão Nacional Intersectorial de Desminagem e Assistência Humanitária (CNIDAH), está igualmente prevista a realização da plenária provincial de acção contra minas, monitorização e controlo da qualidade das actividades em curso e concluídas, refrescamento do manuseamento do sistema de mapeamento e base de dados que é dirigido aos técnicos da sala operativa,

A CNIDAH enviou como proposta aos respectivos órgãos o reforço das brigadas do INAD e da Engenharia Militar com recursos humanos, meios de transporte e equipamentos avançados, para que o processo de desminagem possa abranger mais zonas. Isabel Massela informou que em 2015 ficaram livres de engenhos explosivos 2.762 milhões metros quadrado de terra, em operações de desminagem realizadas nos municípios de Menongue, Cuangar, Culto Cuanavale, Rivungo e Cuchi, foram removidos e destruídos 22,996 munições diversas, 3,239 mina anti-pessoal e 1,035 antitanque, 2.398 engenhos explosivos abandonados ao ar livre.

As operações de desminagem estiveram a cargo do Instituto Nacional de Desminagem (INAD), da Engenharia Militar das Forças Armadas Angolanas (FAA), Polícia de Guarda Fronteira (PGFA), Sedita e da britânica "The HALO Trust", bem como da MGM Alemã.

Isabel Massela explicou que em Menongue as zonas desminadas circunscrevem as reservas fundiárias do Cuenha e Missombo, a zona agro-pecuária do Cuatir e Monteiro, a linha de comunicação da fibra óptica e a área habitacional da Jamba Cueio,

No Cuito Cuanavale, as operadoras de desminagem actuaram essencialmente ao redor do bairro Samaria, Dumba, Tchameia Domingos e no perímetro agropecuario situado na periferia da sede municipal, ao passo que no Rivungo as acções de remoção de engenho explosivos abrangeu o troço rodoviário da lamba ao Licua e zonas de cultivo da população. As actividades de desminagem estenderam-se aos municípios do Cuangar e Cuchi, nos quais foi dada prioridade às zonas de cultivo, construção de habitação social e antigas picadas de acesso comuna do Cutato, Tchinguanja e Savate.

A sala operativa provincial de desminagem tem li tarefa de acompanhar as actividades de acção contra minas, relativamente desminagem, assistência às vítimas e educação sobre os riscos que elas representam, disse a responsável. Isabel Massela acrescentou que as operações de desminagem têm sido possíveis graças ao apoio da população que denunciam algumas áreas com minas.

No mesmo período, a sala operativa de desminagem registou três acidentes com minas, dois no município de Menongue, tendo resultado no ferimento de duas pessoas, e um em Mavinga, que vitimou uma cabeça de gado.

A oficial de ligação e Informação da CNIDAH realçou que neste período 7,214 pessoas foram sensibilizadas sobre o perigo de minas pelas operadoras INAD e HALO TRUST, nas comunidades próximas das zonas onde operam.

O Instituto de Reintegração Social dos ex-Militares (IRSEM) apoiou 11 vítimas de minas com gado bovino, charruas e Quites de recauchutagem, para que possam montar a seu próprio negócio e gerar renda para o sustento das suas famílias.

3. DOSSIER TEMAT. 2016

3.1 JANEIRO 2016

3.1.1 Melhora gestão urbana no Lubango

Jornal de Angola
1 De Janeiro de 2016

A melhoria na gestão urbanística e na concessão de terrenos para a autoconstrução dirigida, no Lubango, comparativamente a anos anteriores, foi destacada pelo administrador municipal, como um do "grandes feitos" do seu pelouro, em 2015.

Em declarações à Angop, Francisco Barros alimentou que a melhoria registada baseou-se na abertura de nova urbanizações a nível do município, concretamente nas localidades da Figueira, Mitcha e Quilemba para o mais variados fins urbanísticos, tendo sido distribuídos seis mil lotes, dos dez mil previstos.

O administrador indicou a transferência do mercado do João de Almeida para um outro construído na área do Rio Nangombe, com melhores condições de acomodação dos vendedores e compradores, de conservação de produtos, e de saneamento do meio, o que conferiu uma outra visão urbanística ao local.

Francisco Barro disse que, no âmbito da requalificação da cidade do Lubango, iniciado e te ano, fez-se um trabalho árduo, onde foram aberta ' e a falta das vária ruas, na perspectiva de descongestionar o trânsito a nível da cidade e devolver o traçado arquitectónico e paisagístico da mesma. "Reconhecemos não ser uma tarefa fácil de ser desenvolvida, mas também achámos que não é impossível realizá-la. Entretanto, exige de todos nós munícipes um grande desempenho e abnegação", realçou, apontando como feitos do ano findo, a par da crise, a materialização de diversos projectos concebidos para o município, com destaque para a construção de escolas de 20, 12 e seis salas de aula, postos e centros médicos nas quatro comunas, implementação do programa "Água para Todos", entre outros.

No âmbito do programa de combate à pobreza, foram entregues a camponeses meios agrícolas, abertura de um tanque para a prática de aquicultura, saneamento básico, iluminação pública e embelezamento das comunas. O município do

Lubango tem uma população estimada em 731.757 habitantes, de acordo com os dados provisórios do Censo 2014.

3.1.2 Identificadas várias áreas minadas no interior

Jornal de Angola
3 De Janeiro de 2016

A Identificação de 109 áreas suspeitas com minas, no ano passado, o que corresponde a 2.691.431 metros quadrados e a desminagem de 1.081 quilómetros de estradas constituíram o destaque do trabalho no sector na província da Huíla.

A Comissão Nacional Inter-sectorial de Desminagem e Assistência Humanitária (CNIDAH), na Huíla, revelou haver igualmente 25 campos minados já identificados e que estão para ser limpos, nos 14 municípios da província. Os campos foram identificados através de um trabalho de pesquisa e reconhecimento técnico, além de acções pontuais de remoção de engenhos remanescentes da guerra.

O trabalho está concentrado mais nos municípios do Lubango, Chicomba, Cacula, Caluquembe, Caconda, Jamba, Cuvango e Matala. Foram igualmente clarificados na Huíla 617 quilómetros para o cabo de fibra óptica e 180 quilómetros de linha de transportação de energia.

Um relatório da Comissão Nacional Inter-sectorial de Desminagem e Assistência Humanitária, citado pela Angop, indica ainda que 127.3-94 engenhos diversos foram destruídos, 12.560 munições e 5. 931 Armas de calibre diverso foram recolhidas e destruídas.

Já no período entre 2006 e 2009, a operadora Hallo Trust implementou um projecto de recolha e destruição dos engenhos explosivos remanescentes de guerra, espalhados em muitas localidades do território da província da Huíla. Relativamente ao processo de educação sobre o risco de minas, 7. 208 Cidadãos foram sensibilizados contra os perigos, sendo 4.353 mulheres e 2.633 crianças.

No âmbito da assistência às vítimas de minas, a comissão assistiu 1.950 pessoas portadoras de deficiência, através do sistema de reintegração social, educação, enquadramento técnico e formação profissional.

Segundo o documento, está em curso a implementação, em todo o país, do projecto de registo de pessoas portadoras de deficiência, vítimas de minas. Na Huíla, a actividade já abrangeu os municípios do Cuvango e Lubango.

No Cuando Cubango, a Comissão Nacional Intersectorial de Desminagem e Assistência Humanitária anunciou, como prioridades da fibra óptica e a área habitacional da Jamba Cueio. No Cuito Cuanavale, as operadoras de desminagem actuaram no bairro Samaria, Dumba, Tchameia Domingos e no perímetro agro-pecuário situado na periferia da sede municipal, ao passo que no Rivungo as acções de remoção de engenhos explosivos abrangeram o troço rodoviário da Jamba ao Licua e zonas de cultivo da população.'

As actividades de desminagem estenderam-se aos municípios do Cuangar e Cuchi, nos quais foi dada prioridade às zonas de cultivo, construção de habitação social e antigas picadas de acesso à comuna do Cutato, Tchinguanja e Savate.

A sala operativa provincial de desminagem tem a tarefa de acompanhar as actividades de acção contra minas, relativamente a desminagem, assistência às vítimas e educação sobre os riscos que elas representam, disse a responsável. Isabel Massela acrescentou que as operações de desminagem têm sido possíveis graças ao apoio da população que denuncia algumas áreas com minas. No mesmo período, a sala operativa de desminagem registou três acidentes' com minas, dois no município de Menongue, tendo resultado no ferimento de duas pessoas, e um em Mavinga, que vitimou uma cabeça de gado.

A oficial de ligação e Informação da Comissão Nacional Inter-sectorial de Desminagem e Assistência Humanitária realçou que neste período 7.214 pessoas foram sensibilizadas sobre o perigo de minas pelas operadoras INAD e HALO TRUST, nas comunidades próximas das zonas onde operam.

A desminagem em Angola começou em 1991, com a assinatura dos Acordos de Bicesse, tendo conhecido dinamismo em 1996, na sequência dos Acordos de Lusaka, e maior impulso no ano de 200, quando o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, criou a Comissão Executiva de Desminagem, permitindo, até finais de 2014, que fossem detectados, removidos e destruídos minas e engenhos explosivos em grande quantidade.

3.1.3 Milhares de hectares para projectos sociais

Jornal de Angola

7 De Janeiro de 2016

Autor: Domingos Calucipa

O director do Instituto Nacional de Desminagem no Cunene informou ontem, na cidade de Ondjiva, que cerca de 2.147.922 metros quadrados de terreno em várias localidades da Província foram desminados ao longo do ano passado e devem ser aproveitados para executar projectos sociais e económicos.

Pedro Seteko disse que no ano transacto foram destruídos mais de mil engenhos explosivos, removidos de zonas destinadas ao desenvolvimento de projectos sociais do Governo provincial. Seteko sublinhou que também foram removidos e destruídos 1.107 engenhos não detonados diversos, quatro minas anti-tanque, três anti-pessoal e 408 munições diversas, e sensibilizadas 3.800 pessoas sobre o perigo de minas.

O ano de 2015, acrescentou, foi satisfatório em termos operacionais, apesar de algumas "dificuldades conjunturais". A instituição reclama a admissão de mais trabalhadores. Os 49 funcionários efectivos, entre sapadores, motoristas, enfermeiros e administrativos estão longe de responder ao volume de trabalho. Técnicos das brigadas de desminagem "Terra Mãe" participam desde ontem, no município da Cahama, a 187 quilómetros da cidade de Ondjiva, capital da província do Cunene, no curso de refrescamento sobre prática de operações.

O seminário de três dias visa a reatualização de conhecimentos dos agentes de desminagem para o trabalho de sensibilização, identificação de áreas suspeitas de minas e medidas de segurança durante o exercício da actividade. A acção formativa tem ainda o propósito de assegurar a erradicação do flagelo das minas e outros engenhos explosivos, para permitir a livre circulação de pessoas e bens e o desenvolvimento económico e social do país. Os agentes de desminagem também estão a abordar questões relacionadas com os acidentes de desminagem, assistência aos sinistrados, montagem e

desmontagem, utilidade e uso do detector de metal. A associação de desminagem "Terra Mãe" foi criada em 2014 e conta com o apoio da União Europeia.

Lunda Sul

Na província da Lunda Sul foram limpos ao longo de 20 15,5.432.397 metros quadrados de superfície, tendo em vista a implementação de projectos sociais, para garantia da segurança e circulação dos cidadãos, informou ontem o oficial de ligação, Salvador Colo.

Os trabalhos de desminagem decorreram em quatro municípios da província: Cacolo, Dala, Muconda e Saurimo. As acções permitiram a remoção de sete minas, seis anti-pessoais e uma anti-tanque, 62 engenhos explosivos não detonados e 902 munições de diversos calibres. Os trabalhos foram desenvolvidos pela Brigada afectada à 3ª Divisão de Infantaria da Região Militar Leste, Instituto Nacional de Desminagem e a Casa de Segurança da Presidência da República.

3.1.4 Prossegue o "braço de ferro" nas terras do Bitá

Jornal O PAÍS

15 De Janeiro de 2016

Texto: Afrodite Zumba

Cinco dias após o administrador do município de Belas, Filipe de Barros Espanhol, ter feito a entrega simbólica de títulos de registo de propriedade de terras a alguns moradores da zona do Bitá Kacati, os camponeses do referido bairro afirmam que até do momento não receberam qualquer informação dos critérios que têm sido usados pela administração local para a referida distribuição, e temem que as preocupações anteriormente apresentadas em carta àquela instituição continuem sem resposta.

Numa entrevista exclusiva a OPAÍS, ontem, em Luanda, o presidente da comissão criada para a defesa dos camponeses do Bitá Kacati, Domingos Paulo Julião, disse que o grupo de mais de 400 camponeses, que representa, continua insatisfeito, porquanto o administrador municipal procedeu à entrega dos títulos sem que os representantes da comissão dos camponeses locais estivessem presentes.

Salientou que o coordenador da comissão de moradores do bairro, José Burica, que deveria informar o grupo sobre a realização da actividade não o fez. Domingos Julião destacou ter ficado surpreso quando viu o mesmo ser agraciado com o título de registo de propriedade de terra, sendo que o título foi

-lhe entregue publicamente pelo administrador municipal, Filipe Espanhol.

"Tomamos conhecimento, por fontes próximas, de que o administrador municipal realizaria uma actividade que, entretanto, nada nos foi comunicado oficialmente", disse.

O entrevistado fez saber que o grupo não é contra o Projecto de Requalificação e Ordenamento dos Bitás, no entanto afirma que a parcela de terreno que possuem deve ser salvaguardada, pois que têm documentos em sua posse que comprovam a legalidade dos mesmos.

Reiterou que na altura em que lhes foi apresentado o referido projecto, assunto já abordado na edição nº353 deste jornal, "o engenheiro Edgar Van-Dúnem, que coordenava as intervenções técnicas (aberturas de ruas) em Abril de 2015, garantiu que desencadearia um processo de negociação em que seria avaliado se os camponeses seriam indemnizados ou lhes seriam retirados 30 por cento de cada terreno". Tendo acrescentado que dias depois a decisão foi alterada e a administração pedia 50 por cento, facto este que os fez recusar de imediato a proposta.

Questionado sobre que medidas pretendem que a administração do município de Belas tome em favor das titulares que alegam ser donas dos terrenos, o interlocutor afirmou que também desejam adquirir os títulos de propriedade a que têm direito, de modo que nelas possam construir habitações, visto que no momento esta condição lhes tem sido negada.

Concluiu dizendo que a comissão dos camponeses do Bitá Kacati foi criada de forma emergente para defender os interesses dos camponeses e a mesma vai permanecer até que o seu propósito seja cumprido.

Cinco mil famílias vão receber terrenos em 20 dias

Entretanto, uma fonte da Administração do Município de Belas afirmou que o administrador do município procedeu à entrega simbólica dos títulos de propriedade a alguns moradores do bairro, sendo que cerca de 5 mil famílias, dentre elas moradores e camponeses, cujos nomes este são registados nas comissões de moradores, serão agraciados nos próximos 20 dias. A fonte elucidou que há grupos de beneficiários que pretendem tirar "vantagem" criando comissões que não são reconhecidas pela administração do município de Belas.

3.1.5 Administração alarga habitações ao Bitá

Jornal De Angola

16 de Janeiro de 2016

Autor: Filipe Eduardo

As áreas agrícolas do Bitá cacat e Bitá Ambriz, localizadas nas proximidades da Centralidade do Kilamba, município de Belas, estão a ser requalificadas para fins habitacionais, depois de um processo negocial entre a Administração e os camponeses. O administrador municipal de Belas, Filipe Espanhol, que prestou ontem a informação ao *Jornal de Angola*, disse que a primeira fase do processo de requalificação arrancou há uma semana. Filipe Barros Espanhol explicou que essa fase consiste no loteamento dos terrenos e realojamento dos cerca de cinco mil camponeses que exploravam as áreas.

Segundo o administrador, a primeira fase termina dentro de 20 dias, com o loteamento de 86 terrenos para habitação de renda alta, 614 de renda média e 567 de renda baixa.

Após concluída a primeira fase, disse Filipe Espanhol, a Administração vai anunciar a data do início da comercialização dos terrenos e colocar à disposição dos interessados as maquetas dos modelos de casas estabelecido para os diversos escalões. Filipe Espanhol garantiu que os camponeses vão beneficiar de lotes para a construção de moradias no mesmo local. Para além dos lotes para fins habitacionais, disse ainda, o projecto inclui espaços para escolas, hospitais, jardins-de-infância e espaços de lazer. O projecto, de acordo com o administrador, foi concebido com o propósito de evitar o surgimento de construções anárquicas ao redor da centralidade do Kilamba.

3.1.6 Chuvas no Seles devastam Lavras

Jornal De Angola

16 de Janeiro de 2016

Centenas de camponeses do município do Seles, no Cuanza Sul, perderam as suas culturas devido às chuvas fortes e inundações que afectam a região. Em declarações à Angop, o soba Martins Morais disse que as culturas dos camponeses foram totalmente devastadas pelas fortes chuvas que assolam a região desde Dezembro. "Os camponeses quase não têm nada para colher e, por isso, as autoridades devem mobilizar esforços para acudir às famílias afectadas", disse o soba.

3.1.7 Realojamento de famílias vivendo em zonas de risco

Novo Jornal

22 De Janeiro de 2016

Ver como se desenvolveram algumas zonas da cidade de Luanda comparando-as com uma realidade anterior a esse crescimento qualitativo do ponto de vista infra-estrutural lembra um pouco a insensibilidade com que se lida com os problemas alheios. O Estado, enquanto entidade de bem, não pode simplesmente assobiar para o Lado perante assituação de muitas famílias que se encontram em zonas de risco há mais de 20 anos.

As barrocas da Boavista, as montanhas da Samba, do Morro da Luz, entre outras, são um claro exemplo periferias deste descaso que o governo da província vai tendo na resolução desses casos. Recentemente, populares da Chicala 2, nas proximidades da Nova Marginal, a poucos metros de dez metros da estrada principal foram retirados à pressão sob pretexto de que estavam a habitar uma zona de risco. A pergunta inevitável e primária é: Se os moradores da Chicala 2 estão em zonas de risco, então como haveríamos de classificar zonas como Boavista, Samba, entre outras?".

Existem dualidades de critérios que levam a pensar que o Estado, enquanto entidade de bem, age como um ser insensível às famílias. Não é que as famílias não tenham de ser realojadas, não. Mas a definição de critérios tem de ser a mais clara e mais justa.

Vimos nos últimos tempos, famílias a perderem os bairros que viram nascer e a serem alocadas em outras zonas com outras condições. Mas vimos também um exemplo nada recomendável como os moradores que foram "depositados" em zonas, como a Quiçama, onde passaram a habitar num descampado, com cobras, sem água e nem energia.

3.1.8 Incentivada a autoconstrução

Jornal de Angola

26 De Janeiro de 2016

Texto: Jesus Silva

O administrador municipal do lobito, Alberto N'gongo, fez no sábado a entrega de 120 lotes e os seus respectivos títulos de concessão para a construção de residências, no âmbito de um projecto que visa a solução paulatina dos problemas habitacionais no bairro do Golfe.

Na ocasião, Alberto N'gongo disse que vai ser construída na localidade uma loja de registo para a aquisição do Bilhete de Identidade, uma escola, entre outras infra-estruturas para que a população tenha junto da área de residência os serviços essenciais básicos.

"Ninguém está autorizado a construir sem que para o efeito obtenha a licença e está proibida a construção de casas de chapa e de papelão", disse o administrador municipal do Lobito, que aconselhou os beneficiários dos lotes a não ultrapassarem as zonas demarcadas, para não arranjamem confusão com os vizinhos, facto que já se registou por diversas vezes, tendo sido necessária a intervenção das autoridades para a solução dos conflitos.

Alberto N'gongo disse que o diálogo é a melhor forma para resolver os problemas e foi nessa base que Administração Municipal do Lobito e a população do Golfe chegaram a consenso para distribuir os 120 lotes, exemplo que deve ser seguido noutra bairros urbanos.

A área para a construção de moradias para mais de 100 famílias no bairro do Golfe encontra-se numa zona adjacente à nova Refinaria do Lobito.

Reabilitação de estradas

O Governo da Província de Benguela tem como prioridade para 2016 asfaltara via entre o Bar Africano e a Catumbela (Via rápida), visando desviar os camiões provenientes de Luanda e outras regiões do país, de modo a evitar a circulação de viaturas pesadas na cidade e constrangimentos na mobilidade do trânsito, anunciou administrador do Lobito.

Alberto N'gongo disse que já foram encetados contactos com a empresa Mota-Engil para que, nos próximos dias, essa empreitada comece, assim como as obras na estrada entre Liro e Bombeiros e entre o bairro da Luz e Kalumba, o que vai trazer mais fluidez à circulação de automóveis, motociclos, peões e o descongestionamento da Estrada Nacional 100 que liga Luanda, Sumbe e Benguela.

Alberto N'gongo anunciou a abertura de um novo acesso rodoviário entre a Bomba de Combustíveis da Bulama e o Chivilil, no sentido de desafogar o trânsito na cidade do Lobito. "Na zona adjacente ao Bar Africano serão erguidas estações de autocarros e táxis, com variados destinos locais e inter-provinciais".

O mercado informal do Thapanguele, que funciona no Quintalão, vai ser construído de forma definitiva no perímetro do bairro do Tchivilil, numa área de 40 hectares, acrescentou o administrador.

Para o efeito, a Administração Municipal do Lobito criou uma comissão que se reuniu com os feirantes, para encontrar consenso, para não acontecer o mesmo que no M'Bamgubangu, onde após o gasto de avultados valores monetários, os feirantes se retiraram do local, alegando falta de clientes e condições para efectuarem as suas vendas.

3.1.9 Atribuição de terrenos está suspensa

Jornal De Angola

27 de Janeiro de 2016

Autor: Nilza Massango

O governador da província de Luanda, Higinio Carneiro, anunciou ontem a interrupção ou suspensão por 90 dias da atribuição de direitos de superfície, títulos precários para terrenos na capital do país, uma medida que só deve ser levantada em casos excepcionais.

Higinio Carneiro, que fez este anúncio na Administração Municipal de Cacucaco no quadro das visitas de constatação aos municípios da província de Luanda, disse que as medidas pretendem evitar dificuldades iniciais na aplicação do Plano Director Geral Metropolitano de Luanda.

"O Plano não está ainda em implementação, mas o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, estará seguramente a tomar medidas para depois orientar como me devo posicionar enquanto governador da província, de maneira que, com a empresa contratada e operadores associados, possamos tomar medidas e tão depressa quanto possível começar a implementar o programa", referiu, afirmando que "por força disso, e tendo em conta o conhecimento mínimo sobre o plano, baixei uma disposição de interrupção ou suspensão por 90 dias de atribuição de direitos de superfície, títulos precários, salvo casos excepcionais".

Higinio Carneiro disse que os programas de urbanização municipais de Cacucaco devem respeitar o

Plano Director Geral Metropolitano de Luanda, o que permite que a requalificação seja regulada, sublinhando que não se pode criar novas urbanizações se não existirem questões mais elementares que têm a ver com as infra-estruturas, um desafio que cabe ao Estado.

Higinio Carneiro falou sobre a situação económica do país e destacou a importância do pagamento de impostos por parte dos cidadãos. "Cada um tem de

cumprir a sua obrigação, se quisermos ter um país bom para se viver."

O governador referiu também a necessidade de se estancar a ocupação anárquica dos solos e, exemplificando, disse que a via que sai do Cabolombo-Cacuaco tem a sua parte direita e esquerda ocupada em total desrespeito às reservas fundiárias e normas de construção ao longo das estradas nacionais, que proíbem a edificação num raio de 100 metros. "O Estado não concedeu estas autorizações, a não ser que o Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda (IPGUL), violando os princípios e as normas estabelecidas pelo Conselho de Ministros, aprovadas pelo Presidente da República, as tenha feito", referiu, lembrando que "nós próprios, de forma velada, sem dizer nada, permitimos que isso ocorresse".

Sobre a recolha de lixo notou algum avanço no município, mas disse ser insuficiente. "E preciso atrair a capacidade voluntária dos cidadãos e das empresas de maneira que nos ajudem a retirar todo o lixo e resíduos sólidos passivos", lembrando que Luanda produz cerca de seis mil toneladas de lixo por dia e tem uma capacidade instalada de recolha de apenas quatro mil.

"Quem suja mais, paga mais. As grandes superfícies e principalmente quem importa garrafas de plástico e vidro. Há mecanismos que estão a ser apreciados e analisados. Tão logo concluamos o modelo, vamos ver como as medidas vão ser implantadas."

As empresas de limpeza urbana anteriormente contratadas para a recolha de resíduos sólidos na província e que abandonaram as suas funções no momento em que o Governo não honrou o seu compromisso por razões objectivas, deixaram à partida de ser parceiras do Governo.

Quanto à saúde e educação, disse continuar a constituir preocupação e mencionou que a nível da saúde, no âmbito do programa integrado de combate à fome e à pobreza, existem recursos mínimos que estão a ser dados aos hospitais para garantir medicamentos, por isso não se justifica a falta de fármacos.

Assim, acrescentou, a inspecção da saúde tem de funcionar melhor, porque o Estado faz um esforço para colocar dinheiro nas administrações e fazer com que os hospitais tenham medicamentos.

O governador disse que se deve saber para onde vai o dinheiro disponível para a compra de medicamentos e se de facto está beneficiar a população. Higinio Carneiro criticou também a actual metodologia dos

enfermeiros, que trabalham apenas 30 horas por semana. Quanto ao assunto, defende um diálogo com o sindicato e MAPESS para encontrar uma solução.

Visita a ponte do Paraíso

No município de Cacuaco, o governador Higinio Carneiro visitou ponte do Paraíso, as obras para construção de uma escola no Bairro da Pedreira, um troço degradado no Aterro Sanitário/Via Rápida, o antigo posto médico a ser demolido para a construção de um novo, no Bairro 22 de Janeiro, bem como a esquadra da Polícia, cujas obras já terminaram, faltando apenas o seu apetrechamento, e a Estação de Tratamento de Água de Quifangondo.

O grande problema identificado durante a visita de campo, segundo Higinio Carneiro, tem a ver com a ligação. Há bairros que não se comunicam ou têm dificuldade de acesso, um problema que pode ser resolvido com medidas muitas práticas como a colocação de pontes metálicas. Exemplo vivo é um troço do Aterro Sanitário Via/ Rápida que se encontra intransitável e carece de uma ponte para facilitar circulação de pessoas e bens.

A mobilidade é um assunto que segundo Higinio Carneiro merece toda a atenção da Administração Municipal e do Governo, defendendo mesmo a existência de balanças instaladas para o controlo do peso sobre o pavimento e evitar a sua degradação precoce e ver a questão dos sinais de trânsito. Ainda sobre a mobilidade, falou da necessidade dos semáforos, iluminação e sinalização terem de funcionar e lá onde não existir colocar sinaleiros.

Sobre os taxistas, o governador fendeu uma nova postura e que a actividade deve ser melhor coordenada e mais organizada, sugerindo que os táxis em cada município devem ter uma cor, um número e que não podem sair do seu território sem controlo. Higinio Carneiro aproveitou a ocasião e convidou os donos das empresas de táxis para um diálogo aberto sobre o assunto para melhorar a imagem dos táxis em Luanda.

3.2 FEVEREIRO 2016

3.2.1 Zenu entra na “guerra” de terrenos

Jornal Manchete

12 De Fevereiro de 2016

Texto: Orlando Hocha

O presidente do Conselho de Administração do Fundo Soberano de Angola (FSDEA), José Filomeno dos Santos, vulgarmente conhecido por "Zenu", está a ser citado como tendo expropriado enormes parcelas de terrenos de camponeses na província do Bengo.

De acordo com as denúncias que chegaram ao *Manchete*, os terrenos em causa estão localizados na chamada zona da "Língua do Rio Bengo", tendo sido já vedados parcialmente e contam, alegadamente, com um forte aparato de segurança que impede a população local de se aproximar dos mesmos. Consta que, de algum tempo há esta parte, registam-se fortes movimentações no local, o que faz com que a população presuma que se esteja a realizar exploração mineira. "Os camponeses, os verdadeiros donos das terras e outros populares estão proibidos de se aproximarem lá", contaram as fontes do *Manchete* visivelmente desiludidas com o cenário que assistem.

No entanto, tão logo chegaram estas denúncias a este jornal foram enviados esforços para contactarmos José Filomeno dos Santos "Zenu", mas sem sucesso, inclusive os E-mail que enviamos ao FSDEA, não foram respondidos.

De realçar que é cada vez mais notória, nos últimos tempos o envolvimento de pessoas ligadas a governação angolana, bem como próximas ao Presidente da República, José Eduardo dos Santos, em litígios de terras, aparecendo sempre os antigos proprietários na condição de vítimas indefesas. Um dos casos mais recentes está a ocorrer na comuna da Sapú 2, município de Viana, estando envolvida a cidadã Isabel Vieira Dias que se identifica como sendo irmã do general Hélder Vieira Dias "Kopelipa", ministro de Estado e chefe da Casa de Segurança do Presidente da República.

De acordo com relatos da anciã Beatriz Bartolomeu, feitos esta semana à Rádio Despertar, ela ficou surpresa pelo facto de Isabel Vieira Dias ter em sua posse documentos - falsos - que atestam a titularidade do terreno quando ela é a legítima dona, há mais de trinta anos. Aliás, tal como referiu aquela

estação emissora, quando Isabel Vieira Dias começou a cobiçar o terreno em causa, o assunto foi encaminhando para a administração de Viana, tendo Beatriz Bartolomeu apresentando toda a documentação sobre a sua titularidade, enquanto que Isabel Vieira Dias não foi capaz de apresentar um único papel sequer. Inconformada, com a decisão da administração municipal de Viana que confirma Beatriz Bartolomeu como sendo a proprietária do disputado terreno, Isabel Vieira Dias, a suposta irmã do general "Kopelipa" usou influências junto do Governo Provincial de Luanda, onde lhe foi passada uma documentação atestando será proprietário do espaço, correspondente a nove hectares. O assunto vai ainda dar muito pano para a manga porque a legítima proprietária diz que não vai descansar enquanto as coisas não forem esclarecidas.

O *Manchete* sabe, igualmente, que todos os vizinhos testemunham que Beatriz Bartolomeu é, realmente, a legítima proprietária.

3.2.2 Prédio Anangola recebe novos moradores

Jornal de Angola

13 De Fevereiro de 2016

Os moradores do prédio 55 do Kinaxixi, evacuado no dia 3 por apresentar problemas estruturais capazes de originar o desabamento, vão ser transferidos para o edifício Anangola e urbanização Nova Vida até decisão definitiva, refere um comunicado oficial.

O comunicado da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda anuncia também que terminou na quinta-feira o alojamento temporário daquelas pessoas no Hotel Tivoli e na Residencial Capital, onde foram instalados face "à ameaça de desabamento" do prédio 55.

A Comissão Administrativa da Cidade de Luanda justifica a intervenção no processo por se enquadrar no âmbito das competências que lhe estão atribuídas.

No edifício Anangola são instaladas 28 famílias em apartamentos T3 e T2 e na urbanização Nova Vida dez em apartamentos T3.

A Comissão Administrativa da Cidade de Luanda salienta que esta solução provisória foi adoptada "para acautelar o direito à habitação e protecção dos cidadãos".

O comunicado da instituição que administra o município de Luanda, o único constituído por distritos, realça estar garantido o apoio em meios de transporte, bem como o acompanhamento da Polícia

Nacional e do Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros. No prédio evacuado, de 38 apartamentos, apenas continuavam a viver 11 pessoas. Os restantes moradores abandonaram o local antes da ameaça de desabamento. O prédio Anangola, no distrito urbano do Sambizanga, construído no âmbito da requalificação do Bairro Operário, começou a ser habitado há cerca de um ano. Trata-se do primeiro edifício construído no âmbito do processo de requalificação do Bairro Operário, cujo moradores fora registados há quatro anos a fim de a Comissão Administrativa da Cidade de Luanda ter o número exacto de habitantes.

O Bairro Operário, encravado no casco urbano, é um dos mais emblemáticos bairros suburbanos que nasceram no período anterior à Independência Nacional. Reza a história que entre os seus primeiros moradores está um número expressivo de famílias provenientes da Ingombota, de onde século XX na sequência da expansão da cidade de Luanda. A população do Bairro Operário era composta maioritariamente por operários.

3.2.3 Habitantes transferidos para zonas seguras

Jornal De Angola

20 De Fevereiro de 2016

Texto: Armando Sapalo

Os habitantes dos bairros Aeroporto e Camaquenho, no município do Chitato, cujas casas correm o risco de destruição pelas ravinas, vão ser transferidos para o distrito urbano do Mussungue, anunciou ontem o administrador local, Alberto Muquendi.

Os moradores já foram registados pela Comissão Provincial de Protecção Civil da Lunda Norte, para facilitar a transferência.

O administrador municipal anunciou a transferência, numa primeira fase, de 13 das 45 famílias do bairro Aeroporto, do Dundo, enquanto na zona do Salianuma estão registadas 30 habitações precárias construídas em locais de risco. Alberto Muquendi disse que é prioritária a mudança dos habitantes que se encontram mais expostos ao perigo.

Além de entregar lotes de terreno, a Administração Municipal, em coordenação com a Comissão Provincial de Protecção Civil, vai prestar apoio técnico à construção de novas habitações.

"Este problema social, provocado pela erosão dos solos, às vezes é resultante do comportamento das próprias pessoas", denunciou Alberto Muquendi.

Enquanto isso, trabalhadores afectos à Administração Municipal tomam medidas paliativas para travar o avanço das ravinas, que ameaçam destruir casas e infra-estruturas públicas, nomeadamente a pista do Aeroporto do Dundo. Alberto Muquendi referiu que uma das medidas encaradas para travar a progressão das ravinas consiste no domínio da circulação das águas pluviais até ao rio Cassamba.

Para o efeito, a Administração Municipal vai mandar construir a construção de habitações precárias nas proximidades das ravinas da periferia do Dundo e plantar árvores nesses locais, para consolidar os solos.

Solução definitiva

A solução definitiva do problema ficará a cargo de uma empresa especializada contratada pelo Governo da Lunda Norte.

O administrador do Chitato anunciou que os agentes de desenvolvimento comunitário vão realizar campanhas de informação junto da população do Dundo sobre os riscos da construção nas proximidades das ravinas.

Alberto Muquendi considerou que só uma fiscalização rigorosa por parte de agentes da autoridade municipal e Policial pode evitar a construção anárquica de casas.

3.2.4 O Esbulho de terras, a queixa e o desmentido de Sindika

Jornal O Crime

20 De Fevereiro de 2016

Texto: Rafael Marques de Morais

O genro do presidente José Eduardo dos Santos, Sindika Dokolo, desmentiu ontem, através da agência noticiosa Lusa, o conteúdo da queixa apresentada, no mesmo dia, por Rafael Marques de Morais por esbulho de terras.

Segundo a Lusa, Sindika Dokolo afirma que o terreno em causa concedido à sua empresa Soklinker, com uma área de 7,632 hectares (76 quilómetros quadrados), na comuna da Gangula, no município do Sumbe, "não existe".

"A notícia não tem pois qualquer fundamento, sendo totalmente falsa e difamatória", afirmou. O marido de Isabel dos Santos ameaçou ainda processar os órgãos de informação "que tenham publicado ou venham a publicar a notícia em causa".

No seu desmentido, Sindika Dokolo salienta que o objecto social da Soklinker é o desenvolvimento de

projectos na área logística e agropecuária. a carta emitida pelo visado e citada pela Lusa pode ler-se: "Desta forma, nem esta, nem qualquer outra sociedade detida por Sindika Dokolo detêm terrenos com as características dos mencionados na referida notícia."

Maka Angola publica, na íntegra, o conteúdo da queixa de Rafael Marques de Morais, e revela que este não é o único terreno em posse da Soklinker. A 1 de Julho de 2015, o governador provincial do Kwanza-Sul, general Eusébio de Brito Teixeira, assinou mais dois com o sócio-gerente da Soklinker, Luís Carlos Amorim da Luz Tavira. No primeiro, o Processo de Concessão n.º 78-KS/2009, foi cedido um terreno rural de 6,6 hectares para efeitos de "construção", na localidade de Wembele, comuna do Quicombo, município do Sumbe, a leste da Estrada Nacional n.º 100, sue liga o Sumbe à Benguela. Trata-se de um terreno junto ao mar.

No segundo, o Processo de Concessão n.º 78-KS/2009, foi assinado um contrato referente a 12,5 hectares de terreno rural "para fins de construção", na Zona do km 13, comuna da Gangula, município do Sumbe, a leste da Estrada Nacional n.º 100, e também junto ao mar.

Para além destes terrenos, a Soklinker tem mais concessões de vários milhares de hectares em outras áreas do Kwanza-Sul, as quais, a seu tempo, merecerão o devido escrutínio.

Alguém está a mentir de forma descarada. Veremos quem.

A queixa

Rafael Marques de Morais, vem, nos termos da Constituição (Art.º 73.º e 186.º) e da Lei n.º 22/12, de 14 de Agosto (artigo 2.º, a); 36º q)), apresentar ao Procurador-Geral da República

uma participação respeitante a factos eventualmente indiciadores da prática dos crimes de burla e outros enquadráveis em vários tipos criminais; bem assim vem solicitar a propositura da competente acção legal para invalidação da concessão de terras a Soklinker - Parceiros Comerciais, Lda. com sede social em Luanda, realizada pelo governador do Kwanza-Sul, general Eusébio de Brito Teixeira. Essa invalidação deverá ser acompanhada do respectivo pedido de indemnização a:

General Eusébio de Brito Teixeira, na qualidade de Governador Provincial do Kwanza-Sul.

Soklinker-Parceiros Comerciais, Lda, na parte em que lhe for aplicável; Sindika Dokolo, na qualidade de

maior sócio e detentor do domínio da Soklinker, Parceiros Comerciais, Lda.

Carlos Amorim da Luz Tavira, na qualidade de representante legal e sócio da Soklinker, Parceiros Comerciais, Lda.

Entende o participante que se está perante factos que compreendem uma vertente criminal e uma vertente atinente à recuperação de património do Estado e compensação por danos, que pode ser feito por via de mecanismos ao dispor na lei penal ou na lei administrativa, não lhe competindo substituir-se ao Ministério Público na escolha dos instrumentos adequados, mas apenas participar factos.

A questão é a seguinte:

1º Em 26 de Janeiro de 2015, o general Eusébio de Brito Teixeira, governador do Kwanza-Sul, anunciou que, em 13-05-2014, tinha elaborado e assinado um despacho de concessão de direito de superfície referente ao processo n.º 81-KS/2009.

2º Por meio desse despacho, o governador concedeu à Soklinker - Parceiros Comerciais, Lda. uma parcela de terreno rural situada no lugar denominado Ex-Carvalho, comuna de Gangula, município do Sumbe, província do Kwanza-Sul, com a área de 7,632 hectares (mais de 76.3 quilómetros quadrados) para fins de construção.

3º A Soklinker é uma empresa comercial detida em 75 por cento pelo cidadão Sindika Dokolo, com dupla nacionalidade - da Dinamarca e da República Democrática do Congo -, o qual tem o domínio de facto da empresa.

4º Sindika Dokolo é casado com Isabel dos Santos, filha do Presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos. Por ser genro do Presidente da República, Sindika Dokolo tornou-se uma pessoa com relevância política, nos termos das normas e recomendações internacionais.

5º Acontece que o governador provincial não tem poderes atribuídos pela lei para exarar o referido despacho.

6º De facto, a Lei de Terras (Lei n.º 9/04, de 9 de Novembro) determina, no seu artigo 68º a), que compete ao Governo Provincial autorizar a transmissão ou constituição de direitos

funditários sobre terrenos rurais, agrários ou florestais, de área igual ou inferior a 1000 hectares. Logo, o governador não tem competência para despachar no caso de terrenos rurais com mais de 1000 hectares, como é o caso de 7,632 hectares.

7º Acresce a esta norma uma outra, que disciplina a actividade dos governos provinciais e dos governadores provinciais: a Lei n.º 17/10, de 29 de Junho. Neste dispositivo verifica-se que o Governo Provincial tem como competência a autorização da transmissão ou constituição de direitos fundiários sobre terrenos rurais, agrários ou florestais nos termos da lei. Ou seja, esta Lei remete para a Lei de Terras anteriormente citada.

8º Assim sendo, é claro que o governador provincial não tinha poderes legais para exarar o despacho mencionado em 1. Logo, este é ilegal.

9º Além disso, a verdade é que a própria Lei da Organização e do Funcionamento dos Órgãos de Administração Local do Estado coloca as atribuições referentes às terras na órbita do governo provincial e não do governador provincial (ver artigo 12.º, n.º 2, d) e, pela negativa, artigo 19.º). Resulta, pois, que a competência geral sobre terras recai sobre o órgão colectivo - o Governo Provincial - e não sobre o órgão singular - o governador provincial. Confirmando

este entendimento, temos o artigo 22.º, n.º 4, que refere expressamente que ao vice-governador para os serviços técnicos e infra-estruturas competirá coadjuvar o governador provincial na coordenação e execução das tarefas ligadas ao urbanismo, ordenamento do território, gestão urbana e planeamento.

10º Ou seja, nem face à lei nem dentro da organização administrativa provincial tinha o governador poderes para, sozinho, conceder um terreno rural de mais de 7,000 hectares a quem quer que fosse.

11º Toda a actividade pública administrativa é regida pelo princípio da legalidade, querendo com isto dizer-se que a lei é o fundamento e o limite da acção administrativa. Nenhum representante da administração pode praticar actos fora da lei.

12º Ao proceder da forma como o fez, o governador perpetrou um acto inválido e atentatório do interesse público, não protegendo o património público.

13º Ademais, esta concessão prejudicará e lesará o Estado. Na realidade, o valor do contrato foi de Kz 1,520,000 (US \$14,615), a serem pagos em prestações anuais de Kz 340,000, sem qualquer actualização proveniente da inflação ou qualquer correcção monetária. Passado um ano, por exemplo, o valor do terreno baixou para o equivalente a US \$9,806, ao câmbio oficial.

14º O terreno - que é rural e equivale à área de quase metade da capital dos Estados Unidos da América, Washington DC- transformar-se-á em urbano.

15º O conceito "terreno rural para construção" não existe. Um terreno rural está definido pela Lei da seguinte forma: "Os terrenos rurais são classificados em função dos fins a que se destinam e do regime jurídico a que estão sujeitos, em terrenos rurais comunitários, terrenos agrários, terrenos florestais, terrenos de instalação e terrenos viários" (artigo 22º da Lei de Terras). Não se vê em lado algum a definição de "Terreno rural para construção".

16º Em concreto, a extensão assim obtida é maior que a Cidade do Kilamba (54 quilómetros), que tem mais de 50 mil habitantes. Um terreno rural vale muito menos do que um terreno urbano. O Estado ao vender um terreno rural por um preço rural, sabendo que mais tarde este vai ser transformado em urbano, está a ser vítima de uma fraude, sofrendo um avultado prejuízo. Houve, por isso, uma transferência patrimonial de um bem estatal, por um preço muito inferior ao real através de um meio ilegal para benefício do genro do Presidente da República: engano e enriquecimento ilícito são as palavras-chave desta participação.

17º Resumindo, sem poderes para tal, e por um preço inferior a dez mil dólares, isto é, de forma ilegal, o governador do Kwanza-Sul cedeu ao genro do Presidente um terreno onde será possível construir uma cidade maior do que a do Kilamba. O acto de concessão de terras é ilegal, o preço é ilegal e prejudica o Estado. Assim, toda a estrutura deste negócio é ilegal.

18º Além de tudo o mais, há aqui um claro favorecimento da família presidencial, uma vez que Sindika é genro do presidente, marido de Isabel dos Santos, também beneficiária da ilicitude

19º A factualidade aqui referida traduz-se na utilização de meios ilícitos/ enganosos com o intuito de retirar terras do domínio do Estado a um preço muito inferior ao seu valor potencial e entregá-las a um privado com ligações políticas determinantes. Há aqui um engano - a concessão ilegal de terras - e um prejuízo que lesa o Estado - o valor diminuto por que foi entregue uma quantidade de terra superior a da Cidade do Kilamba. Revela-se aqui um evidente prejuízo material para o Estado.

20º Temos, portanto, uma saída de valores, através de uma falsa representação, realizada por quem não podia, que implicou uma deslocação patrimonial do Estado para a Soklinker, que vai enriquecer os seus proprietários. Essa saída de valores foi realizada

através de um estratagema que consiste em de adoptar poderes legais inexistentes e assinar despachos para os quais o agente participado não tinha autorização legal.

21.º Nessa medida, é dever do procurador-geral da República agir na defesa da legalidade democrática e da protecção do património público. Não se trata de uma exigência moral (embora também o seja): é uma exigência decorrente da Constituição e da legislação (artigo 36.º, q) da Lei do Ministério Público).

22.º Nestes termos, em conclusão, faz-se esta participação, com vista a que a Procuradoria-Geral instaure a respectiva acção para averiguar a existência de crimes de burla e outros, bem como a respectiva acção para declarar a invalidade da concessão de terras e promover a obtenção da adequada indemnização.

3.2.5 Administração municipal recupera terras

Jornal de Angola

23 De Fevereiro de 2016

Texto: Jesus Silva

O administrador municipal do Lobito anunciou no sábado o levantamento de terrenos improdutos, para serem cedidos a investidores sérios e interessados na produção agrícola.

Numa visita realizada à comuna da Canjala. Alberto Ngongo disse que a Administração Municipal está a aplicar medidas tendentes ao aumento da rentabilização das terras agrícolas, o que inclui inúmeras fazendas inoperantes depois de cedidas pelo Estado a empresários que não fizeram os investimentos requeridos.

Alberto Ngongo apontou as comunas da Canjala, Egito Praia e Colango como os casos que exigem maior atenção das autoridades provinciais para solucionar os problemas existentes, principalmente os que se prendem com os fazendeiros que dificultam o trabalho dos camponeses.

Carlos Caterça, um camponês da Canjala, considerou, em declarações ao Jornal de Angola que o grande problema da comuna está relacionado com os fazendeiros que detêm a maior parte dos terrenos e "não produzem e não deixam produzir".

Carlos Caterça disse que uma pessoa que queira produzir tem de pagar aos proprietários das terras a quantia de 15 mil kwanzas mensais, valores que muita

gente não possui -, o que está a tornar a comuna improduta.

Carlos Caterça pediu que a Administração Municipal do Lobito interceda a favor dos camponeses e estabeleça mecanismos para dar vitalidade à economia local e pediu que se tomem medidas drásticas.

"Se na época de guerra a comuna produzia, porque em tempo de paz não produz?", indagou. Durante a visita, o administrador municipal do Lobito esteve nas fazendas Santa Teresa, Vista Alegre, Catito e Cooperativa Chahim e Aquacultura, onde se inteirou do funcionamento dos empreendimentos.

A Canjala tem uma produção considerável de feijão e hortaliças. Na campanha agrícola de 2015 foram colhidas naquela comuna cerca de 300 toneladas de feijão e quantidades aproximadas de couve e repolho, facto que incentivou os agricultores a marcarem para Maio uma Feira do Feijão. O administrador municipal visitou a Canjala acompanhado pela sua adjunta para a Área Social, Maria Kalessio, e os chefes das repartições da Saúde e Educação, Joaquim Zeferino e Belini Santos.

3.2.6 Futungo de Belas sob tensão

Jornal O País

26 De Fevereiro de 2016

Texto: Domingos Bento

Os moradores recusam-se a deixar a zona como se pretende no âmbito do projecto de requalificação que está a ser desenvolvido naquela região de Luanda que será transformada em Pólo de Desenvolvimento Turístico, com a criação de Infra-estruturas imobiliárias e equipamentos sociais. A iniciativa está a ser desenvolvida pelo Governo central que prevê, de acordo com fontes ouvidas pelo O PAÍS, desembolsar cerca de 150 milhões de dólares para a criação daquele projecto urbano na antiga zona da presidência da República.

De acordo com fontes, o processo de negociação entre o Pólo de Desenvolvimento do Futungo e os moradores decorre há mais de um ano. Porém, passado todo esse tempo, os populares dizem "não" ao processo de desalojamento cuja primeira fase estava prevista para sábado passado. Foi neste dia em que os ânimos se alteraram, tendo-se registado desentendimentos graves entre os agentes da fiscalização e os moradores que não aceitaram chegar a um acordo final com o projecto.

Segundo populares ouvidos por este jornal, o processo de retirada das famílias do Futungo de Belas para o Zango-4 não está a ser justo, porque a zona onde serão alojados não oferece as mínimas condições de habitabilidade. É o que diz Vídio Bernardo, morador, que não aceitou trocar a antiga zona onde vive desde 1970 com as longínquas "terras do Zango.

"Fiz aqui toda a minha vida. E se tiverem que me tirarem desta zona têm que criar antes todas as condições. Agora não é fazer o que estão a nos fazer. Estão a nos dar casas pequenas e inacabadas, até parece que somos mendigos. Não é justo", frisou.

Quem também não acha justo o desalojamento das famílias do Futungo-4 é Emiliana Dula, que tem mais de 20 anos de vivência naquela parte de Luanda. Inconformada, a senhora, viúva, manifestou total desinteresse em recomeçar a vida no Zango, que descreve como sendo um local que lhe vai criar enormes dificuldades e constrangimentos. " Nós fomos ver as casas do Zango e pelo que vimos é uma tristeza não compensam. É tudo mata. Assim não se vive. Eles próprios não aceitariam viver lá. E o pior é que muitas das casas estão inacabadas".

Dona Emiliana explicou ainda que, no Zango, a situação é bastante crítica ao ponto da zona não dispor de infra-estruturas sociais.

"Lá não existe escolas nem hospitais. Que destino terão os nossos filhos? Por isso, daqui ninguém vai sair sem que antes eles criem todas as condições no Zango", desafiou.

Cassita Antónia é outra moradora que não quer arredar o pé do Futungo. "Não entendo a razão de quererem nos tirar daqui, se eles dizem que é apenas requalificação. Então, que requalifiquem mas nos mantenham na nossa zona. É aqui onde estudamos, trabalhamos e fizemos toda a nossa vida. Se formos para o Zango-4 como é que vamos viver se lá não há nada" referiu.

3.2.7 Administração loteia terrenos para moradias

Jornal de Angola
28 De Fevereiro de 2016

A administração municipal de Icolo e Bengo, em Luanda, vai este ano lotear terrenos para autoconstrução assistida nas povoações de Botomona, Barraca, Hombo e Bom Jesus.

Até ao final do ano, está prevista a construção de 200 fogos habitacionais nas localidades de Caculo, 150 em Calubunze e 50 em Cahango. No mesmo período, as localidades de Minhige e Calubunze e a área de Caxicane beneficiam de obras de urbanização.

A Administração Municipal continua a efectuar o cadastro e o licenciamento de terrenos, nos termos da Lei de Terras, e dá continuidade à instalação da rede de iluminação pública, sinalização rodoviária, toponímia, criação de parques, zonas verdes e espaços de estacionamento automóvel nas localidades.

A Direcção Municipal de Gestão Urbanística, Urbanismo e Cadastro de Icolo e Bengo tem a obrigação de acompanhar a realização local das obras públicas aprovadas pelo Governo central, nomeadamente a central idade com quatro mil apartamentos e o aeroporto de Bom Jesus.

O município de Icolo e Bengo possui 74.644 habitantes, a maioria agricultores. Localiza-se no Leste da província de Luanda, sendo limitado a Norte pelo município do Dande, a Este pelo município de Cambambe, a Sul pelo município da Quiçama e a Oeste pelos municípios de Viana e Cacucaco. Está subdividido em cinco comunas: Bom Jesus, Cabiri, Cassoneca, Caculo Cahango e a sede municipal, Catete.

3.2.8 Famílias vão para zonas seguras

Jornal de Angola
28 De Fevereiro de 2016
Texto: Bernardo Capita

As cerca de 18 mil famílias que habitam nas encostas do Morro do Tchizo, na província de Cabinda, vão ser transferi das brevemente para zonas mais seguras da localidade de São Vicente, anunciou sexta-feira a governadora provincial.

Aldina da Lomba referiu que estão expostas, com a iminência do deslizamento de terras e desabamento de casas, em consequência da chuva.

A governadora de Cabinda, que visitava a área de Tchizo e outros bairros afectados por inundações, considerou grave a situação em que se encontram os moradores.

Aldina da Lomba revelou que o governo provincial disponibilizou às famílias dois mil lotes de terrenos na localidade de São Vicente, a 13 quilómetros a nordeste da cidade de Cabinda, para autoconstrução dirigida.

"As terras, em princípio, têm um valor económico, mas, infelizmente, dado o estado de carência extrema das populações, o governo vai ter de oferecê-las, para permitir que se resolva com urgência essa situação", disse a governadora.

Aldina da Lomba deplorou a tendência de construção em zonas de risco e a venda ilegal de terrenos. A este propósito, referiu que os coordenadores de bairro, de zona e as autoridades tradicionais não têm autoridade para vender terrenos das reservas fundiárias, cabendo essa tarefa ao governo. As habitações precárias e ilegais do Morro do Tchizo estão expostas à força das águas pluviais que arrastam terras e matéria orgânica, provocando o assoreamento das valas de drenagem do rio Lucola. O assoreamento provoca inundações nos bairros 1º de Maio, 4 de Fevereiro, Uneca, Chiweca, Luvassa Sul e Luvassa N orte, e na pista do aeroporto.

Escavações

A governadora também responsabiliza por esta situação a empresa CETCOM, contratada pelas operadoras de telefonia móvel para instalar uma rede de fibra óptica. O governo exige que a empresa reponha rapidamente os passeios escavados para evitar maiores danos materiais. "Nós já notificámos as duas operadoras de telefonia móvel que contrataram os serviços dessa empresa, para responsabilizá-la por estes danos que está a causar", indicou Aldina da Lomba.

Entre os danos causados pela empresa, a governadora provincial Aldina da Lomba destacou, particularmente, o desabamento da ponte do Tchizo, a destruição de passeios no centro da cidade e bairros periféricos, bem como a queda parcial do muro de vedação do Instituto Médio de Educação, entre outras estruturas em diferentes localidades de Cabinda.

As autoridades angolanas, através dos Serviços de Bombeiros e Protecção Civil têm vindo a desenvolver diversas acções de sensibilização em diferentes províncias para evitar a construção de habitações em áreas de risco, sobretudo próximo de ravinas para prevenir acidentes.

3.3 MARÇO 2016

3.3.1 Terra, um problema sensível

Jornal Agora

4 De Março de 2016

Foram apresentadas experiências de diversos pontos do País, onde não falta alteração pela posse de espaços, quer para a habitação ou para o cultivo e pasto.

João Francisco, natural de Benguela, fez saber que os seus pais têm terras herdadas dos seus antepassados antes da independência. "Hoje, dizem que a terra é do Estado, mas o cidadão a possui antes da Dipanda. O homem comum que vive lá atrás da montanha não foi tido na discussão primária da Lei de Terras", defendeu Francisco.

"O meu pai tem três a quatro lavras. Nestas condições, como é que ele vai legalizar a terra se é proprietário original desta? - Questionou, acrescentando que "o mais agravante é que, no dia seguinte, nos surge um governante com um documento em mãos também a reclamar do mesmo terreno, onde reside e trabalha o camponês".

Por isso, João Francisco entende que a questão da terra é muito sensível e não foi suficientemente discutida, sugerindo que o cidadão que tem e vive em determinada superfície há 50 ou 70 anos merece ser tratado com muita dignidade.

Referindo-se aos encontros da ADRA, o professor que diz ter origens da aldeia indicou que, nos debates, devem fazer parte membros do Executivo, a fim de ouvirem o clamor dos cidadãos e o que pensam para ultrapassar os 'factores de estrangulamento' nas respectivas comunidades.

"Os membros do Governo Central influenciam as políticas públicas, por isso, penso que governantes ou mesmo deputados devem participar desses encontros para saberem o que passa na aldeia", concluiu. JG

3.3.2 Cidadãs detidas ilegalmente pelo PCU já em liberdade

Jornal O País

8 De Março de 2016

Texto: Ireneu Mujoco

Trata-se de Luísa Pires, Helena João, Victória Miguel e Maria António Frederico, soltas 24 horas depois, a mando da procuradora junto da 24ª Esquadra Policial

do Benfica (Samba Sul), Sandra Kimonima, por inexistência de provas do crime de que foram acusadas, informou a O PAÍS, o seu advogado Sebastião Assurreira, da Associação Mãos Livres (AML).

Sob o processo número 1234/16, contra as referidas senhoras, sendo três de 60 anos, pendiam acusações de venda ilegal de terrenos do Estado, algures no Bairro Benfica, mas que não foram provadas pelos seus denunciante.

Segundo a fonte, a patrulha, composta por três viaturas de marca Toyota Land Cruiser, terá sido comandada pelo sargento-chefe, José Manuel de Brito, que alegava, na altura, estar a cumprir ordens do seu superior hierárquico tenente-coronel José Manuel, representante da Guarnição Militar de Luanda, junto da Administração de Belas.

"As velhas foram encontradas nas suas respectivas casas e foram levadas para a unidade policial sem qualquer mandado de captura, contrariamente o que a força militar alegou", afirmou Assurreira, para quem este comportamento "é uma autêntica violação à lei".

O causídico, reportando declarações das suas constituintes, informou que durante a detenção terão sido agredidas com porretes e bofetadas e levadas compulsivamente até à esquadra onde estiveram detidas durante 24 horas sem direito a alimentação.

A referida informação foi confirmada pelas respectivas senhoras, que disseram terem sido inclusive algemadas pelo sargento-chefe José Manuel de Brito, que consideram como sendo que lhes tem importunado várias vezes.

"O Zé (José) Manuel é quem está sempre a nos perseguir, caluniando-nos junto da Administração de estarmos a vender terrenos do Estado", desabafou a anciã Luísa Pires, acrescentando que no ano passado ela e as suas colegas foram raptadas e levadas a parte incerta pelo referido sargento, soltos depois de várias diligências feitas pelos seus familiares.

Com voz trémula e embargada por lágrimas, Luísa Pires, que falava à nossa reportagem em nome de mais de dez mulheres na sua residência no bairro do Benfica, disse estar a sofrer perseguições por parte do PCU sem motivo algum, e reiterou que nunca tinha vendido nenhum terreno da Administração e desconhece tais lotes.

A sexagenária contrariou dizendo existir elementos do PCU de Luanda, incluindo José Manuel de Brito, que em vez de exercer a sua actividade. "Eles aproveitam-se da farda e das armas que ostentam

para intimidar os camponeses" com ameaças de morte, recebendo-lhes as suas parcelas de terrenos que são depois vendidas a outras pessoas no valor 90 mil dólares.

Proprietárias de terreno Durante a conversa com O PAÍS, a fonte disse que elas e as suas colegas possuem lotes de terreno que eram campos de cultivo há 31 anos, altura em que ocuparam tais espaços e legalizado junto às autoridades competentes, assim como o pagamento de impostos.

Revelou que a ocupação e a sua conseqüente legalização ocorreu em 1985, sete anos depois de saírem do município da Quibala, Kuanza Sul, terra natal, para Luanda, na época da guerra, em busca de melhores condições de segurança.

Luísa Pires garantiu que, apesar de sofrer ameaças de morte, ela e as suas amigas vão lutar até às últimas conseqüências junto dos Tribunais para defenderem as suas propriedades.

"Quando havia guerra as pessoas fugiam cá e nós sempre estivemos aqui, mas agora reclamam o que não lhes pertencem", desabafou.

O PAÍS deslocou-se à Administração Municipal da Samba, para contactar o acusado, mas sem sucesso. Fomos informados de que o mesmo estava ausente

3.3.3 Governo deve impedir construções em zonas de risco

Jornal O País
8 De Março de 2016

Dom Gabriel Mbilangui salientou que o governo deve ter coragem de dizer "não", sempre que as populações adotem comportamentos que podem no futuro resultar em desastres.

" Assim como quando se quer requalificar uma determinada área a gente tem a coragem de dizer que aqui você não constrói, o lugar para você construir é lá, é isso que deve ser feito também às pessoas que querem construir em locais perigosos", frisou o prelado. Dom Gabriel Mbilangui e outros 29 clérigos católicos encontram-se na cidade de N'Dalatando a participar na primeira Assembleia Ordinária dos Bispos da Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST).

O conclave dos católicos angolanos tem encerramento marcado para Quarta-feira, 9, altura em que os bispos apresentam as deliberações do

encontro e respondem às perguntas dos jornalistas em conferência de imprensa.

É daquela cidade capital da província do Kuanza-Norte que o arcebispo do Lubango reagia às diferentes tragédias que se abatem sobre as populações em conseqüência das chuvas, com particular realce para o corrido no Lubango, território sob jurisdição da sua província eclesiástica.

De acordo com o bispo, apesar de às vezes as populações desconhecerem o perigo de determinadas situações, as autoridades competentes devem agir sempre, pois é para isso que existem.

Além de sugerir a mão pesada do Estado, o prelado defende também o reforço das acções de sensibilização e de diálogo mostrando as populações os perigos inerente a esse tipo de comportamento. Disse esperar que a tragédia do Lubango e de outros pontos de Angola sensibilize o Governo a agir em conformidade com as suas responsabilidades de garantir a segurança às populações, convencendo-as a não construir em lugares de risco.

Recordar que nos últimos 10 dias, o transbordo do Rio Capitão na cidade do Lubango vitimou mortalmente pelo menos 24 pessoas e um número de desaparecidos ainda por determinar.

3.3.4 Huíla identifica zonas de maior risco

Jornal de Angola
13 De Março de 2016
Texto: Arão Martins

A nova catalogação das zonas de risco nas margens do rio Capitão destina-se a realojar mais famílias em situação de vulnerabilidade em locais seguros, disse ontem o administrador municipal do Lubango.

Francisco Barros afirmou que a iniciativa evita que se registem mais mortes, como as verificadas recentemente devido à cheias daquele rio. O registo, iniciado no ano passado, é permanente e já foram entregues mais de 1.500 lotes a famílias que viviam em zonas de risco, acrescentou.

O administrador municipal referiu que "o trabalho já desenvolvido permitiu identificar as zonas de maior risco", como são os casos das margens dos rios Capitão e Caculuar, bem como as do Só Frio e Comercial.

Requalificação de mercados

O administrador Francisco Barros recordou que está a ser requalificado o antigo mercado do Chioco, arredores da cidade do Lubango, para a instalação de vários serviços de impacto social, principalmente escolas, hospitais, centros de saúde, postos médicos e parque de estacionamento de viaturas de transporte público.

O administrador lamentou que "muitos vendedores daquele espaço a quem foram atribuídas bancadas no novo mercado do Mutundo" insistam em permanecer no Chioco e por isso prometeu o accionamento "de mecanismos legais "para as vendas serem feitas em zonas mais seguras".

Francisco Barros disse que "na cidade do Lubango funcionam dois grandes mercados, o de Mutundo e Rio Nangombe, com capacidade no total para três mil vendedores, com condições indispensáveis para comerciantes e público". A Administração Municipal do Lubango identificou nas áreas do Mutundo e Rio Nangombe espaços para a instalação de mais mercados e a população da região continua a ser sensibilizada no sentido de evitar as vendas em locais impróprios, como ruas e passeios, para não serem punidas ou verem os seus bens confiscados pelos fiscais.

3.3.5 Negócio de terreno em Luanda em que há logro ou trapaça

Jornal O Crime

19 De Março de 2016

Texto: Salvador Freira dos Santos

A maior parte das direcções das municipalidades de Luanda, se transformaram em lugares onde se fazem expedientes relativos a negociatas de comercialização de terrenos, que autorizam e legalizam aquilo que humildemente se diz contrário a lei ou ao princípio pelo foram constituídos, como órgãos de subordinação do Governo Provincial de Luanda. O pessoal que administra os municípios passa licenças de construção e ocupação de espaços públicos aos privados, para a alteração das estruturas arquitectónicas e topográficas da cidade capital, com um único objectivo de negócio em que há logro ou trapaça.

De quando em vez, essas pessoas que têm a seu cargo a administração de bens e serviços públicos, por condutas e comportamentos que causam desonra, são castigados contactos de dispensa dos cargos por entidade máxima do Governo Provincial de Luanda. Porém, volta e meia, os mesmos são outra vez chamados e reconduzidos para assumirem outras responsabilidades de maior ou igual importância,

como se tratassem de únicos angolanos com competências, num universo de 24 milhões de cidadãos que compõe a população angolana. O mais grave ainda é que no desempenho de novas funções que lhes são atribuídas pelo Governo de Luanda e não só, deliberadamente, voltam a cometer os mesmos ou pior erros, embaraçando algumas vezes o governo, em ir ao encontro dos métodos ou conjuntos de regras que se devem ser observados no tratamento, exploração e organização administrativa da cidade capital, que em tempo idos, deram elogios a urbe luandense, de ser uma das cidades mais belas de África.

Contudo, com comportamentos tidos como pouco inteligente; estúpido, ignorante, imbecil de muitos desses recém-nomeados dirigentes, às vezes me pergunto se estes camaradas não estão a prestar colaboração para o fracasso das metas preconizadas pelo partido que governa o país!? Que confiança terá o partido com dirigentes que assim pensam e agem, uma vez que, para se ser chefe em Angola, primeiro que tudo, tem-se que ser militante do partido no poder? Será que a estratégia definida pelo partido da situação, é de apenas basta ser militante mesmo sem qualquer formação ou qualificação profissional para se promovido? Que país estaremos a construir se nos acoplarmos que apenas os militantes do partido é que devem assumir cargos de responsabilidades, nesta Angola, onde todos são poucos, para o seu progresso e desenvolvimento?

Exemplos não faltam, e comportamentos indecorosos de funcionários das administrações municipais em Luanda que explanamos são vários. Basta adentrar pelo interior dos bairros Prenda (lotes), Cassenda, Maianga, São Paulo, Kinaxixi, Coqueiros, Sambizanga, Neves Bendinha, e tantos outros da circunferência da cidade de Luanda, se constatará emissões de autorizações passadas por funcionários ou mesmos os seus administradores sem competência para tal no sentido de alterar e construção nos terraços, edificação de casebres nas entradas principais dos edifícios, autorização do modo de erguer "cogumelos" de tanques subterrâneos de água potável junto das entradas dos prédios, que dentro da lógica e de princípios de organização administrativa, deviam ser prontamente proibidos ou imediatamente demolidos. Pois que estes locais construídos de forma anárquica, para além de criarem acumulados de lixo nas principais entradas e a volta dos prédios, trazem consigo benefícios de adaptação da delinquência juvenil (jovens que se curvam nessas passagens e becos inapropriados para anuírem em drogas, assaltos, prostituição etc.) tirando de certa forma a beleza estética da nossa cidade que todos nós amamos.

Ainda assim, os funcionários autorizam ocupação e construção nos espaços de lazeres, transformando esses lugares em recintos privativos. Outrossim, quando os funcionários das administrações são nomeados para as áreas de abrangência, fazem negócios consigo próprio, ou seja, criam empresa em seus nomes ou de alguns familiares seus e, acabam de registar os espaços em nome de empresas por eles criadas. Assim acontece em Luanda e ocorreu por exemplo, com o chamado mercado do Catinton, no Rocha Pinto em Luanda, que algum dia, o ex-administrador Municipal, no exercício das suas funções que lhe foram confiadas para aquela circunscrição, converteu o espaço da circunvizinhança da Força Aérea Angolana, junto por detrás do Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro, no seu mercado privado. As cobranças que são feitas aos vendedores por fiscais dos mercados, em nome do Governo Provincial de Luanda, não dão entrada para os cofres do Estado (Tesouro Nacional), para acudir a insofismável crise que vive o país, pois que os valores dão entrada para os bolsos destes indivíduos, ou seja, em nome dessas empresas prontamente criadas por alguns oportunistas que se julgam ser donos.

E, pois, urgente que as autoridades, sobretudo o Governo da Província de Luanda, tome medidas para poder disciplinar e reorganizar as administrações municipais e por fim as atitudes oportunistas de alguns cidadãos que se enriquecem sem causa justa. Expunha que é urgente que se exercite a fiscalização com rigorosidade responsabilizando os infractores, no sentido de se ver melhorada a imagem da cidade que nos últimos tempos apresenta-se com os inúmeros problemas de organização e disciplina. Pois que os oportunistas desses espaços tidos aparentemente como privados, fogem ao fisco, ou seja, não pagam os impostos que são devido ao Estado, e como resultado ninguém, ninguém mesmo diz nada, porque não há uma mão pesada para impor regras.

O mais grave é que as estruturas governamentais e do partido no poder, têm conhecimento dessas incoerências. Fingem ou preferem estar do lado dos espectadores para optarem pelo silêncio, mesmo com essas arbitrariedades que prejudicam as instituições e aos angolanos que se subentendem como actos de corrupção institucionalizada. Acabou-se a guerra agora é o momento de colocarmos as coisas nos seus lugares para funcionarem conforme a lei vigente.

Conforme a estratégia do Comando Geral da Polícia Nacional, que tudo faz para a criação de uma polícia de proximidade como fundamento a presença proactiva, descentralização e resolução de conflitos da polícia, cuja sua implementação objectiva é a de

promover a aproximação entre polícias e os cidadãos e reduzir os indicadores de criminalidade a partir da acção policial qualificada, penso, o mesmo devia ocorrer com as acções nas administrações municipais em Luanda e não só.

A questão que se coloca é de saber se há uma autoridade capaz de mudar o quadro para não atrapalhar a organização e o trabalho da Polícia Camarária que se prevê relançar brevemente, para o cerco dos actos das transgressões administrativas. Ainda digo que as administrações municipais deviam ser os primeiros a darem o exemplo de boa governação e da proximidade com a população não solução de casos evidente e não a criarem mais obstáculos para quem pretende organizar o território luandense.

3.3.6 Milhares de árvores foram plantadas na Huíla

Jornal De Angola

29 De Março de 2016

Texto: Estanislau Costa

Um total de 50 mil árvores de diversas espécies foram plantadas, em Fevereiro e Março, nos municípios do Lubango, Humpata, Gambos e Matala, pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF), disse, ontem, Fernando Cassanga, do IDF nos Gambos.

Fernando Cassanga explicou ao Jornal de Angola que a plantação de árvores é permanente, com vista a favorecer o repovoamento de plantas nas zonas com risco elevado de desertificação e regular as constantes variações climáticas.

"A sociedade deve estar sensibilizada e mobilizada a participar na plantação de árvores, uma vez que este gesto fortalece as antigas florestas e favorece o surgimento de novas áreas arborizadas", disse Fernando Cassanga, que condena o comportamento de certos municípios que destratam as novas plantas. Considerou o município dos Gambos como a zona mais seca da província da Huíla, daí a seca e a escassez de água potável para a população e gado.

Em função disso, o coordenador da Acção de Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), Cecílio Elindo, disse que "só a aposta forte na plantação de árvores pode inverter o actual quadro". Cecílio Elindo especificou que, no mês passado, foram plantadas em vários pontos dos Gambos cerca de duas mil árvores de fácil adaptação às condições climáticas da zona, uma vez que se trata de plantas

resistentes à ausência de água, enquanto estiverem no processo de crescimento.

Cecílio Elindo afirmou que as plantas indicadas para estas zonas são os eucaliptos, jacarandás, pinheiros, acácias, mulembeiras e cedros. Já na Matala, um município que regista um abate indiscriminado de várias espécies para a produção de carvão de cozinha e lenha, o IDF plantou acima de dez mil árvores, para reflorestar as áreas descampadas. O responsável do IDF local, Henriques Suquina, informou que são realizadas acções de acompanhamentos da evolução das plantações, numa altura em que a instituição dispõe ali um viveiro projectado para produzir 50 mil mudas. O IDF, referiu, está a capacitar fiscais florestais, para dotá-los de conhecimentos que visam controlar melhor as florestas da região.

Frutas na desertificação, combate à desertificação no município da Humpata, além da planta- ção de eucaliptos, cedros, acácias, são feitas com a criação de milhares de árvores de frutas diversas.

O Projecto Agro -industrial Laranjinha e outros levados a cabo por vários empresários agrícolas já conseguiu criar inúmeros hectares de espaços verdes.

Neste momento, estes projectos permitiram plantar mais de 400 mil laranjeiras, 450 mil goiabeiras, 120 mil tangerineiras, além de centenas de mangueiras, pereiras e macieiras na Humpata.

João Kalange, um dos maiores fruticultores do município da Humpata, disse que o clima apropriado e o facto de haver muita água na circunscrição favorecem o desenvolvimento das plantas. "É necessário incrementar as plantas de frutas diversas no combate à desertificação em vários pontos do país". Neste momento, as plantações de frutas são estendidas aos municípios da Chibia, Quipungo e Cacula e outras províncias.

O fruticultor João Kalange acredita que a árvore de fruta oferece vantagens na variação e melhoramento da dieta e ajuda no combate à desertificação. "O município da Humpata possui muitas árvores que ajudam a conter o aumento do deserto da vizinha província do Namibe", acrescentou João Kalange, que aconselha a população da região a participar nas campanhas de plantação de árvores e a evitar o seu abate indiscriminado, bem como as queimadas em áreas protegidas da província da Huíla.

3.3.7 Terreno fantasma custou a vida de quatro chineses

Jornal O PAÍS

29 De Março de 2016

Texto: Domingos Bento

A polícia Nacional apresentou ontem, em Luanda, um grupo de cidadãos angolanos envolvidos na morte de quatro indivíduos chineses. As Vítimas foram dizimadas à pancada e posteriormente carbonizadas num tanque de água onde permaneceram durante largos dias. Apesar do crime ter acontecido no passado mês de Janeiro, na zona verdade, município de Belas, somente no dia 18 deste mês é que o Serviço Nacional de Investigação Criminal conseguiu localizar os corpos das Vítimas que se encontravam em elevado estado de decomposição. A acção criminosa foi comandada e arquitetada por Nataniel Mingas, 31 anos de idade, na sequência da comercialização de um terreno de cerca de dois hectares ao grupo de 4 chineses.

O referido terreno pertence ao pai de Nataniel, que não autorizou que fosse vendido. Longe do conhecimento do progenitor, Nataniel recorreu a ajuda de João da Silva, conhecido também como "Kota do Bisno", que diante dos chineses se fez passar como o proprietário do espaço a fim de ilegalmente procederem à venda do imóvel, com preço combinado de 120 milhões de kwanzas. Mas por falta de documentação, o chinês havia adiantado 36 milhões kwanzas apenas, depositados numa das contas de Nataniel.

Acto contínuo, ficou acordado que o restante valor seria entregue assim que os documentos estivessem em ordem. Sem saída, pois sem legitimidade sobre o espaço, Nataniel, influenciado pelo "Kota do Bisno", achou por bem eliminar fisicamente os clientes. Para o cometimento do crime, o mandante recorreu à ajuda de um grupo de sete indivíduos supostamente ligados às Forças Armadas, tendo sido cerca de 400 mil kwanzas que Nataniel teria pago aos elementos para acabar com a vida dos chineses e abafar o caso. Depois de receber o dinheiro, o grupo recusou-se a praticar o acto alegando que os valores recebidos seriam poucos para o tipo de trabalho requerido por Nataniel.

Este, por sua vez, depois de alguns dias voltou a procurar o grupo afirmando que daria mais 1 milhão de kwanzas e uma viatura de marca Hyundai Tucson para a execução do crime. Diante dos valores, o grupo aceitou a proposta. Assim, Nataniel chamou os chineses por telefone.

O local combinado para o encontro era um terreno abandonado na zona verde, no Benfica. Logo que os quatro chineses chegaram, foram brutalmente torturados com recurso a ferros, paus e pedras até perderem os sentidos. De seguida, Nataniel pediu ao grupo que arrastassem as vítimas, já desmaiadas, para dentro de um tanque de água onde foram postos e aos quais posteriormente despejaram gasolina e atearam fogo.

Depois de toda acção criminosa, Júlio Laurindo, um dos executores, disse que Nataniel abriu o porta-bagagem do carro de onde tirou apenas 800 mil kwanzas e entregou ao grupo. De seguida, ofereceu a prometida viatura. Dias depois o grupo partiu para Benguela, onde comercializou o veículo por um milhão e trezentos mil kwanzas. Júlio, que diz ser segundo sargento das Forças Armadas, afirmou que só aceitara participar no crime porque Nataniel apresentou-se como filho de um influente general. "O Nataniel disse-nos que tínhamos que matar os chineses porque estes haviam burlado um terreno ao seu pai. E foi ele próprio que despejou a gasolina às vítimas. E um de nós acendeu o fosforo e o atirou às vítimas, causando enorme explosão".

Já Nataniel, disse que o terreno que pretendia vender era do seu pai e que quis comercializá-lo sem o consentimento do progenitor que estava alheio a toda a situação. Segundo explicou, apesar de receber o dinheiro, mesmo não tendo legitimidade para vender o espaço, em momento algum pensou em matar os chineses. Porém, teve a ideia porque o "Kota do Bisno" fez-lhe a cabeça por causa da pressão que estava a receber dos chineses que exigiam a documentação depois de terem recebido os 36 milhões de kwanzas.

"Tudo isso aconteceu porque o Kota do Bisno pressionou-me muito". Por seu lado, João da Silva, 51 anos de idade, conhecido como o "Kota do Bisno", frisou que conhecera Nataniel por intermédio de um compadre que lhe havia falado sobre a venda de um espaço na zona do Benfica. Mas que em momento algum se fizera passar como dono do terreno, nem como pai de Nataniel diante dos chineses, até porque no acto de negociações exibiu o bilhete de identidade. "Kota do Bisno" Assume ter recebido apenas 200 mil kwanzas por ter participado como testemunha de uma reunião entre Nataniel e os chineses. "Vi-lhe apenas uma vez. Não é justo o que ele está a dizer

porque eu não conhecia todos os meandros das negociações. Só me apercebi que o terreno era fantasma já depois de toda a acção criminosa. É que se eu soubesse que esse terreno custaria a vida de pessoas seria eu mesmo a denunciar à Polícia porque sou uma pessoa de bem.

3.4 ABRIL 2016

3.4.1 Cerca de 70 mil pessoas podem ser afectadas por desabamento de terra

Jornal O País

5 De Abril de 2016

Texto: Romão Brandão

O desabamento de terra ainda é um problema para muitas famílias e, por isso, com base nos dados definitivos do Censo de 2014, foi desenvolvido um estudo de modo a alertar os gestores locais e minimizar os constrangimentos nas zonas da Samba e da Boavista, onde concluiu-se que pelo menos 18.011 famílias poderão ser afectadas nos próximos tempos.

Segundo dados do INAMET, a Luanda registou, nos últimos anos, uma média anual de precipitação acima de 148 mm em relação aos anos anteriores, sendo os meses de Março e de Abril os de maior precipitação. Para o actual mês prevê-se muita chuva, facto que agrava os receios das autoridades em relação às farrulias que vivem nessas áreas.

No bairro da Boavista, por exemplo, 13.018 casas serão afectadas caso ocorra alguma alteração nos solos devido à erosão hídrica ou eólica, perfazendo um total de 43.563 pessoas, sendo 9.080 crianças dos 0-5 anos, 11.611 crianças dos 6-16 anos e 458 adultos com mais de 65 anos.

Do mesmo modo, o deslizamento de terra afectará, na Samba, pelo menos 4.993 casas, 24.088 pessoas, das quais 3.792 são crianças dos 0-5 anos, 6.027 crianças dos 6-16 anos e 439 adultos com mais de 65 anos. O estudo acrescenta ainda, nas referidas áreas, perfazendo um total de 92 infra-estruturas sociais (escolas, postos/centros médicos, administração...) em risco.

As duas áreas estudadas têm as mesmas características, com um sistema de drenagem precário, solos impermeáveis, densidade de ocupação média de cinco pessoas por habitação, sendo a alvenaria o tipo de construção predominante.

"Com este tipo de informação, os gestores locais, a Protecção Civil e outras entidades poderão intervir, antecipadamente, evitando consequências desastrosas e minimizar os riscos associados aos impactos inerentes às áreas vulneráveis. Tudo isso só foi possível com os dados definitivo do Censo", disse o director do INE, Camilo Ceitas.

Em colaboração com o Instituto Geográfico e Cadastral de Angola, a equipa fez um levantamento e análise de dados dos arquivos existentes na cartografia censitária do INE, para além de estudo cidade (hidrografia, solo, ocupação humana, dados pluviométricas da província, dos últimos anos, número de habitações nas áreas alvo e o número de pessoas residentes). Para os dois bairros, os estudos foram feitos nas zonas da Samba Grande e Pequena, Boavista e da Madeira, por se encontrarem em áreas potencialmente vulneráveis a inundações e deslizamentos de terra. Os especialistas apontam que há muitas casas próximas a canais de drenagem, pelo que favorecem a erosão. Cada cenário teve a sua particularidade, segundo o director do INE. A probabilidade de ocorrência pode ser medida com o retorno das chuvas e podem causar: vulnerabilidade alta-áreas propensa ao deslizamento de terras ou erosão e inundações ou cheias; vulnerabilidade média - as áreas vizinhas às áreas de alto risco e vulnerabilidade baixa: áreas que podem sofrer cheias por arrastamento das áreas vizinhas.

3.4.2 O Morro da Samba e as barreiras de protecção

Jornal de Angola

5 De Abril de 2016

O jornal o PAÍS (na edição 79) trouxe uma reportagem sobre o Morro da Samba, onde para além das dificuldades relacionadas ao saneamento básico e a preocupação do aumento da criminalidade, os populares apontaram o facto de terem de "improvisar barreiras" de protecção.

A população que vive abaixo do Morro da Samba improvisou algumas barreiras para proteger as suas residências do lixo e dos desabamentos de terra e rochas, uma preocupação constante.

A estudante e dona de casa, Josefina Manuel, afirma que no período seco o desabamento de terra é recorrente e o perigo é eminente, o que causa medo. "E, nos dias que chove, a lama vem toda para baixo, a nossa sorte é que temos barreiras os moradores Morro da Samba estão insatisfeitos de lá estar e de já em viver noutra lugar com melhores condições de protecção que impossibilitam o lixo de entrar em casa", dissera.

Para a educadora infantil, Vala de Carvalho, moradora da rua da Cerâmica, "o Morro está a desmoronar! O escoamento do lixo é todo feito para as casas de baixo, o nosso ar é poluído". Segundo os moradores, só em 2014 foram quatro o número de

peças que caíram e houve um caso de deslizamento de terra com danos materiais.

Na altura, O PAÍS conversou com então administrador do distrito da Samba, Adão Malungo, que reconheceu a existência de muitos moradores no referido morro e as dificuldades que passam. "Os moradores do Morro da Samba estão insatisfeitos de lá estar e desejam viver noutra lugar com melhores condições", dizia, acrescentando que "tal situação ultrapassa as nossas competências".

A situação não é favorável, mas algumas pessoas continuam a construir casas em lugares inapropriados, de acordo com o administrador. Estes factores aumentam o nível de risco de vida daquilo que eles já possuem. Mas, acrescentou Malungo, acho que vai chegar o tempo em que a situação será resolvida, aliás "os estudos estão a ser feitos para a nova requalificação e a transferência daquela população para um lugar mais seguro".

3.4.3 Terrenos no Talatona sob ultimato

Jornal O País

19 De Abril de 2016

Os detentores de terrenos dentro do perímetro da urbanização do Talatona devem, nos próximos 30 dias (a contar de 13 de Abril de 2016), proceder a limpeza e arranjo dos tapumes de suas propriedades, sob pena de sofrerem sanções.

Segundo um edital da Comissão Administrativa da Urbanização do Talatona, o estado actual dos referidos recintos contribui para o degradar da imagem da urbanização, pelo que, findo prazo, não será mais tolerado.

No caso de incumprimento, os prevaricadores estarão sujeitos às sanções constantes na Lei de Terras, conjugadas com a Lei das Transgressões Administrativas e os demais de direito aplicáveis.

O mesmo edital, assinado pela presidente da Comissão Administrativa, Manuela Bezerra, refere que os terrenos cujas superfícies não mereceram um aproveitamento útil têm criado elevados problemas de ordem pública e segurança, afectando o saneamento, a saúde pública e embelezamento da circunscrição. Diz aquela autoridade que a desocupação dos espaços tem propiciado as acções dos delinquentes que se aproveitam dos recintos para o exercício de acções maléficas.

3.4.4 Fazendeiros improdutivo perdem terras

Jornal de Angola

22 De Abril de 2016

Os fazendeiros da província do Huambo com fraca capacidade de produção agrícola podem perder, no decurso deste ano, os seus títulos de propriedade, advertiu ontem o director local da Agricultura Desenvolvimento Rural e Pescas.

Andrade Moreira Bahú explicou que a decisão se baseia no facto de existirem, na região, muitas fazendas abandonadas. "Aos ocupantes de fazendas que não produzem são retirados os títulos de propriedade, entregues a outras pessoas interessadas no aumento da produção agrícola ou pecuária, face ao contexto económico e financeiro do país", disse.

Andrade Moreira Bahú explicou que o sector que dirige tem registado, diariamente, solicitações, para aquisição de parcelas de terra para cultivo agrícola, de empresas com capacidade financeira.

Os fazendeiros incapacitados financeiramente foram aconselhados por Andrade Moreira Bahú a celebrarem parcerias para desenvolverem a agricultura e a pecuária.

Andrade Moreira Bahú acrescentou que o sector da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, em parceria com o Instituto Geográfico e Cadastral de Angola (IGCA), procede ao levantamento topográfico e cadastramento das fazendas existentes na província, para determinar quantas existem na região, o tipo de produção e dimensões.

Dados do IGCA apontam que, nos últimos cinco anos, foram cadastradas 150 fazendas, num universo de 955 associações de camponeses e 37 cooperativas com estatuto próprio. Os números são considerados proporcionalmente inferiores às potencialidades da província.

3.4.5 Demolições no zango resultam em morto e dois feridos

Jornal O PAÍS

22 DE Abril de 2016

Uma criança terá sido atropelada por um tractor na sequência de um processo de demolição, ontem, no Zango III, perpetrado, supostamente, por elementos ligados a Polícia Militar. A população que via as suas

casas a serem destruídas sem aviso prévio nem algum pronunciamento por escrito, da administração, se rebelou e a "tropa" respondeu fazendo tiros. Informações chegadas à redacção de OPAÍS dão conta da morte de uma criança de uma no e seis meses, após ter sido atropelada por um tractor que destruiu a casa de seus pais, no Zango III, propriamente na zona do Kikuxi II. Segundo o cidadão Luís Pedro, um dos afectados, "enquanto os pais da criança tentavam impedir a demolição, um jovem que conduzia um dos 4 tractores que estavam no local, sob orientação de elementos da Polícia Militar, não se dando conta, atropelou a criança". De acordo com o interlocutor a "cabeça da criança foi esmagada" e a polícia recolheu o corpo, tendo-o levado consigo. A população se revoltou, mas nem assim a Polícia Militar recuou, tendo feito disparos, o que resultou em ferimentos graves de dois jovens, um numa perna e outra na clavícula. O facto também foi confirmado pelo cidadão identificado por Kamoio Job, tendo acrescentado que na manhã de antes d'ontem (20 de Abril) a Polícia Militar apareceu com as máquinas para demolir as casas que estão na Zona da Floresta, pelo que os moradores do Kikuxi II poderiam ficar descansados porque não seriam afectados. "Hoje (21 de Abril), de manhã muito cedo, os militares apareceram e começaram a demolir as nossas casas, sem apresentarem qualquer documento que os autorize e nem sequer queriam conversar com a população. Fizeram tiros, mataram gente e disseram que amanhã voltarão novamente", disse.

O PAÍS contactou a Administração de Viana e o administrador, Jeremias Dumbo, afirmou que não orientou fiscais para fazerem demolições na zona do Zango III, pelo que desconhece as acções de demolição em dois dias consecutivos, supostamente por agentes da Polícia Militar, naquela região. "Temos fiscais na zona, mas não foram orientados a demolir casas. A única demolição que decorre na minha jurisdição é das casas que estão na zona de protecção do novo aeroporto internacional de Luanda. Os habitantes foram várias vezes informados para abandonar o local, mas persistem", finalizou.

3.5 MAIO 2016

3.5.1 Governo concede terrenos no Huambo

Jornal Economia e Finanças
7 De Maio de 2016

Mais de 80 mil hectares de terreno foram concessionados, recentemente, ao grupo empresarial Quantum Global, na província do Huambo (planalto central) pelo Governo angolano, para plantações de fibra de madeira em grande escala.

Segundo uma nota da empresa, a que o JE teve acesso, a Quantum Global pretende investir cerca de 50 milhões de dólares americanos para o estabelecimento de novas plantações, infra-estruturas e processamento de madeira ao longo dos próximos cinco anos.

A região do Huambo tem uma combinação excepcional de grandes áreas de terra fértil e subutilizada, florestas naturais muito pequenas, baixa pressão populacional e acesso à infra-estrutura de transportes e recursos hídricos em abundância, "o que permite o desenvolvimento de plantações de fibra de madeira em grande escala".

Além disso, adianta a fonte, a área possui plantações que podem apoiar o rápido estabelecimento de indústrias de processamento de madeira na área e contribuir para a criação de emprego no sector 'industrial e de um cluster do sector florestal.

"Os investimentos em plantações de fibra de madeira irão proporcionar maior estabilidade e criarão empregos para as comunidades rurais desfavorecidas, a longo prazo", revela.

Citando o chefe de gestão de activos da Quantum Global, Martin Bachmann, adianta que a empresa está convicta de que o investimento em plantações de fibra de madeira é fundamental para promover o desenvolvimento económico rural, a criação de emprego e o desenvolvimento socioeconómico.

Por outro lado, o grupo pretende promover práticas florestais sustentáveis que visam apoiar as comunidades locais com vários programas de desenvolvimento de competências, juntamente com a garantia de medidas que protejam o habitat natural.

"Os nossos investimentos em plantações de fibra de madeira serão certificados por terceiros,

nomeadamente pelo Conselho de Gestão Florestal", sublinha a nota.

Através desta aquisição, a Quantum Global prevê obter retornos ajustados ao risco para a classe de activos em plantações de madeira e ao mesmo tempo implementar práticas florestais sustentáveis e facilitar a conservação e protecção dos investimentos.

Actuação

Quantum Global é um grupo internacional que opera nas áreas de investimento em private equity, gestão de investimentos, gestão de riqueza privada, bem como na pesquisa macroeconómica e modelagem econométrica.

O sector de private equity da Quantum Global gere fundos destinados ao investimento directo em África nos sectores da agricultura, saúde, hotelaria, infra-estrutura, mineração e silvicultura, bem como um fundo de acções estruturadas.

A empresa tem uma vasta experiência na identificação de oportunidades de investimentos exclusivos com o foco em África.

A Quantum Global trabalha em estreita parceria com os principais stakeholders para maximizar o valor do investimento e dos retornos através de uma gestão activa e criação de valor.

3.6 JUNHO 2016

3.6.1 ONGs denunciam esbulho de terras no Cunene

Jornal O País

2 De Junho de 2016

Texto: Maria Custódia

Dezoito organizações não-governamentais angolanas, integrando o chamado Grupo de Trabalho de Monitoria dos Direitos Humanos (GTMDH), subscreveram, ontem, um abaixo-assinado no qual denunciam a existência de um suposto esbulho de terras no município do Curoca, província do Cunene, provocando o desalojamento "ilegal" de 39 comunidades de uma extensão de 80 quilómetros de cumprimento e 40 de largura.

Os denunciadores esclarecem no documento, enviado a OPAÍS, que a expropriação de terras em causa não visa qualquer interesse público, mas privado.

Citando "testemunhos recolhidos no local" as ONGs afirmam que estão a ser afectadas as comunidades de Kavango, Milenda, Kandjove, Ovípaka, Eyawo, Okatewe, Namatanga, Hano, Kaoloka, Mayova, Kanuambandje, Kamukúwa, Tchitapawa, Kambelona, Nombelo, Noholongo, Kahalala, Mulavi, Tyiheke- Tchomokati, Mukekete, Eume, Kitetembo, Konongunga, Komudi, Námua, Ngeyaúla, Munhandi, Mutily, Luenge, Mudingalala, Tyiolofeu, Oufina, Komikambo, Víwayanga, Haykoty, Kononkhanga, Tchikuahepo, Tyiakiti e Tyikoto.

O documento destaca que, "no dia 03 de Dezembro de 2015, algumas comunidades foram surpreendidas com a entrada de tractores nas suas terras, derrubando e queimando diversas árvores, incluindo algumas com valor medicinal, frutífero e alimentar, provocando a devastação do pasto e a destruição de cemitérios. Tudo isso ocorreu ante o olhar passivo de agentes da Polícia Nacional".

Acrescenta que o acto de esbulho está a ser acompanhado de ameaças de prisões a cidadãos inocentes e de detenções ilegais, levadas a cabo por agentes da Polícia Nacional, citando a detenção de seis membros das comunidades no dia 8 de Abril de 2016 "por agentes da Polícia Nacional, quando pretendiam negociar com os responsáveis da empresa sedeadada no estaleiro".

Os mesmos teriam sido libertos posteriormente pela Procuradoria-Geral da República. Para as ONGs

subscritoras do abaixo assinado, "a usurpação de terras daquela dimensão e nos modos em que ela está a decorrer, põe em risco de extinção os subgrupos étnicos dos ovahimbos, ovandimbos, ovatyavikwas, ovandongoenas, ovankhumbis e ovangâmbwes, estimados em 2.129 famílias e 10.675 crianças. Admitem que com a perda dos meios de sobrevivência das comunidades e do gado bovino, gado caprino, gado suíno, ovelhas, burros e cavalos as populações locais "poderão recorrer à força com o fim de assegurar o próprio direito à terra e isto poderá causar consequências graves, tais como revoltas comunitárias, suicídios, represálias, perda da auto-estima.

As organizações subscritoras do documento apelam ao Executivo angolano a tomar as medidas urgentes e necessárias "no âmbito dos compromissos assumidos com a ratificação dos tratados internacionais de Direitos Humanos".

À Assembleia Nacional pedem que crie uma comissão de inquérito para avaliar a situação dos Direitos Humanos nas localidades acima citadas e que "agende um debate sobre a usurpação das terras comunitárias que ocorre no país, uma vez que antes da existência do Estado as comunidades já existiam".

À Comunidade Internacional pedem que continue a monitorar a situação dos Direitos Humanos em Angola. O Governo da província do Cunene ainda não reagiu a esta denúncia que já vem sendo feita há já algum tempo por figuras e sensibilidades locais conhecidas, com é o caso da Associação "Construindo Comunidades (ACC), dirigida pelo conhecido pároco dos Gambos, Jacinto Pio Wacussanga. Entre as ONGs que assinaram a denúncia o destaque vai para a Associação Construindo Comunidades (ACC), Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), Associação Justiça Paz e Democracia (AJPD), Fórum Regional para o Desenvolvimento Universitário (FORDU), Instituto para a Cidadania MOSAIKO), Centro Nacional de Aconselhamento NCC e S.O.S HABITAT

3.6.2 ONG's denunciam esbulho de terras no Cunene

Jornal de Angola

2 De Junho 2016

Texto: Maria Custódia

Dezoito organizações não-governamentais angolanas, integrando o chamado Grupo de Trabalho de Monitoria dos Direitos Humanos (GTMDH), subscreveram, ontem, um abaixo-assinado no qual

denunciam a existência de um suposto esbulho de terras no município do Curoca, província do Cunene, provocando o desalojamento "ilegal" de 39 comunidades de uma extensão de 80 quilómetros de comprimento e 4D de largura.

Os denunciadores esclarecem no documento, enviado a OPAÍS, que a expropriação de terras em causa não visa qualquer interesse público, mas privado.

Citando "testemunhos recolhidos no local" as ONGs afirmam que estão a ser afectadas as comunidades de Kavango, Milenda, Kandjve, Ovipaka, Eyawo, Okatewe, Namatanga, Hano, Kaoloka, Mayova, Kanuambandje, Kamukúwa, Tchitapawa, Kambelona, Nombelo, Noholongo, Kahalala, Mula-vi, Tyiheke- Tchomokati, Mukeke-te, Eume, Kitetombo, Konongunga, Komudi, Námua, Ngeyaúla, Munhandi, Mutily, Luenge, Mudingalala, Tyiolofeu, Oufna, Komikambo, Viwayanga, Haykoty, Kononkhanga, Tchikuahepo, Tyiakiti e Tyikoto.

O documento destaca que, "no dia 03 de Dezembro de 2015, algumas comunidades foram surpreendidas com a entrada de tractores nas suas terras, derrubando e queimando diversas árvores, incluindo algumas com valor medicinal, frutífero e alimentar, provocando a devastação do pasto e a destruição de cemitérios. Tudo isso ocorreu ante o olhar passivo de agentes da Polícia Nacional".

Acrescenta que o acto de esbulho está a ser acompanhado de ameaças de prisões a cidadãos inocentes e de detenções ilegais, levadas a cabo por agentes da Polícia Nacional, citando a detenção de seis membros das comunidades no dia 8 de Abril de 2016 "por agentes da Polícia Nacional, quando pretendiam negociar com os responsáveis da empresa sediada no estaleiro".

Os mesmos teriam sido libertos posteriormente pela Procuradoria Geral da República. Para as ONGs subscritoras do abaixo assinado, "a usurpação de terras daquela dimensão e nos modos em que ela está a decorrer, põe em risco de extinção os subgrupos étnicos dos ovahimbos, ovandimbos, ovatyavikwas, ovandongoenas, ovankhumbis e ovangâmbwes, estimados em 2.129 famílias e 10.675 crianças. Admitem que com a perda dos meios de sobrevivência das comunidades e do gado bovino, gado caprino, gado suíno, ovelhas, burros e cavalos as populações locais "poderão recorrer à força com o fim de assegurar o próprio direito à terra e isto poderá causar consequências graves, tais como revoltas comunitárias, suicídios, represálias, perda da auto-estima.

As organizações subscritoras do documento apelam ao Executivo angolano a tomar as medidas urgentes e necessárias "no âmbito dos compromissos assumidos com a ratificação dos tratados internacionais de Direitos Humanos".

. À Assembleia Nacional pedem que crie uma comissão de inquérito para avaliar a situação dos Direitos Humanos nas localidades acima citadas e que "agende um debate sobre a usurpação das terras comunitárias que ocorre no país, uma vez que antes da existência do Estado as comunidades já existiam".

À Comunidade Internacional pedem que continue a monitorar a situação dos Direitos Humanos em Angola. O Governo da província do Cunene ainda não reagiu a esta denúncia que já vem sendo feita há já algum tempo por figuras e sensibilidades locais conhecidas, como é o caso da Associação "Construindo Comunidades (ACC), dirigida pelo conhecido pároco dos Gambos, Jacinto Pio Wacussanga. Entre as ONGs que assinaram a denúncia o destaque vai para a Associação Construindo Comunidades (ACC), Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), Associação Justiça Paz e Democracia (AJPD), Fórum Regional para o Desenvolvimento Universitário (FORDU), Instituto para a Cidadania MOSAIKO, Centro Nacional de Aconselhamento (NCC) e S.O.S. HABITAT.

3.6.3 Terras devolvidas a antigos militares

Jornal de Angola

2 De Junho de 2016

Texto: Victorino Joaquim

A presidente da Sétima Comissão da Assembleia Nacional, Irene Neto, defendeu ontem, em Luanda, a restituição dos terrenos dos antigos combatentes desapropriados ilegalmente por vários indivíduos, incluindo efectivos das Forças Armadas Angolanas (FAA).

Irene Neto, que falava à imprensa no final de uma visita que deputados daquela Comissão realizaram à comuna dos Ramiros, para se inteirarem das actuais condições de vida dos antigos combatentes, lembrou que foi graças à coragem, dedicação e sacrifício consentidos pelos antigos combatentes na luta de libertação que hoje o país está a caminhar rumo ao desenvolvimento. A deputada disse que os antigos combatentes devem ser merecedores de uma protecção especial.

Na comuna dos Ramiros, os deputados visitaram o condomínio habitacional dos antigos combatentes e reuniram-se com os responsáveis do sector ao nível da província.

3.6.4 Empresários esbulham terras de camponeses

Novo Jornal

3 De Junho de 2016

Texto: Eduardo Gito

Um grupo de empresários está a expropriar terrenos de camponeses no Cunene. Máquinas destroem lavras e derrubam kimbos na localidade de Kalueke, denunciou ao Novo Jornal Jacqueline Gerrard Reis, activista britânica, residente em Angola desde a década de 1980.

Os empresários, muitos deles gestores públicos, de acordo com a nossa fonte, não poupam nada. "Até cemitérios estão a destruir". "Este é o cenário que se vive em Kalueke, zona limítrofe ao rio Cunene", acentua.

A activista contabiliza que, até ao momento, os "invasores" já ocuparam um espaço superior a 40 Km x 80 km, para além de extensões de terra afectadas pelas queimas e que foram transformadas em cinza.

O trabalho dos invasores é feito sob protecção policial, pontualiza Jacqueline Gerrard, que, desde a década de 80, trabalha com o meio ambiente, na defesa e protecção dos direitos humanos e lei de terras. "As máquinas continuam a derrubar árvores, a população reivindica, mas é intimidada por polícias e estes disparam contra os habitantes que protestam contra a destruição das zonas de habitação e trabalho", denuncia.

A também engenheira agrónoma revela que, até final do passado mês de Abril, se contavam seis presos e um número indefinido de pessoas cujo paradeiro é ainda desconhecido pelos familiares.

Por intermédio da Associação Construindo Comunidades (ACC), órgão em que Jacqueline trabalha, em parceria com a Comissão Africana dos Direitos Humanos, conseguiu obter dados relativos à zona de Kalueke, tornando-se a assim na advogada "voluntária" daquele povo.

Chamada a remediar o conflito na aldeia do Kwanza, outra zona afectada, a interlocutora conta que se deparou com uma mata fechada, "onde as máquinas não entram", mas residem mais de duas mil famílias. "Antes mesmo de chegar à aldeia, deparei-

me com estradas, espaço sem vegetação, postes, armazéns, máquinas mineira, e cães de raça bulldog que controlavam a área. Cenário que evidenciava a ocupação do espaço dos autóctones".

Violação da dignidade das pessoas

A activista entende que a situação que o país atravessa obriga a que se dê um impulso maior à economia e que se façam investimentos no sector agrícola, porém, critica a forma como os empresários procuram obter a terra. "A autorização para tomar esta extensão de terra não é muito clara e não reconheço nenhuma organização capaz de inverter a situação ou que garanta que as terras estão a ser delegadas para uso agro-pastoril sustentável", questionou-se a cidadã, que olha com preocupação para algumas questões pontuais do mau uso da terra.

"Não se sabe ao certo o que estes empresários farão com a terra.

No entanto, deve-se lembrar que o uso indevido da terra pode acarretar consequências "nefastas" para o meio ambiente, já que "a biodiversidade da área não está classificada/mapeada e está a ser perdida", bem como "representa igualmente uma violação da dignidade das pessoas afectadas pela expropriação".

3.6.5 Investimento de cinco mil milhões para casas Sociais

Novo Jornal

3 De Junho de 2016

Texto: H.S

Cinco milhões de dólares é o valor que a empresa canadiana Salomon Werner Heb Privee Group HAB & JPR aplicará na construção de 60 habitações sociais em 10 províncias angolanas, durante os próximos 15 anos.

O montante foi anunciado terça-feira, 31, na cerimónia de assinatura do contrato da empreitada, no âmbito de um projecto de investimento privado denominado Organizações Ribeirinho, com a Unidade Técnica para o Investimento Privado (UTIP).

As casas da tipologia T3 serão construídas nas províncias de Luanda, Bengo, Zaire, Malanje, Kwanza-Sul, Lunda-Sul, Moxico, Huambo, Huila e Benguela e envolverão a intervenção de 14 mil profissionais, entre os quais seis mil expatriados.

Segundo os promotores, a obra irá criar valor acrescentado para a economia nacional e vai

transferir "know-how" aos trabalhadores e ao mercado nacional.

"O projecto vai de encontro à nova política de investimento privado e responde a vários objectivos identificados no Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2013-2017, ao garantir o alcance dos objectivos que se inserem no fomento da produção nacional, promoção do emprego e qualificação da mão-de-obra nacional", indicou uma fonte das Organizações Ribeirinho.

Caberá à UITP, na qualidade de representante do Estado, prestar apoio institucional ao projecto, através de mecanismos de acompanhamento e articulação com os demais órgãos do aparelho estatal em matéria de investimento privado.

Segundo o gestor das Organizações Amarel Ribeiro, Hernani José Ribeiro, trata-se do maior projecto privado habitacional em Angola em termos de habitação social, com capital inteiramente estrangeiro.

"Este dinheiro vem para ajudar-nos a construir casas, pois criamos parcerias para podermos executar esta grandiosa obra. Pensamos que, daqui a dias, iremos lançar a primeira pedra", acrescentou o também general reformado, evidenciando que existem vários empreiteiros seleccionados para a concretização do empreendimento, que inclui uma equipa de italianos e americanos os prontos a vir a Angola para participar na sua execução.

"Estamos a construir casas para o povo angolano, uma vez que cada um tem o direito de comprar casa própria. Este é o desejo do Executivo", venceu.

Em declarações ao NJ, o gestor escusou-se a mencionar os preços de cada moradia e prometeu fazê-lo por ocasião do lançamento da empreitada.

Por seu lado, o secretário de Estado do Urbanismo e Habitação, Adriano dos Santos da Silva considerou que a obra também é de responsabilidade estatal, já que se encarregará de conceder os terrenos infra-estruturados para que as casas possam ser erguidas.

"Tratando-se de um projecto para promover a construção de habitação social, naturalmente, que o Ministério de Urbanismo e Habitação tem responsabilidades acrescidas em promover a habitação social", afirmou o governante.

Adriano dos Santos de Silva anunciou ainda que, em Luanda, o projecto consistirá na construção de cinco mil casas, no município de Cacucão, nas proximidades da centralidade do Sequele.

3.6.6 Organizações denunciam esbulho de terras de 39 comunidades

Jornal Manchete

3 De Maio de 2016

Segundo publicou a portal Rede Angola, na última quarta-feira, 1 de Junho, pelo menos 18 organizações da sociedade civil subscreveram um comunicado em que denunciam o desalojamento de 39 comunidades no município do Curoca, na província do Cunene, "devido a interesses particulares".

No documento intitulado "Tomada de Posição", as organizações mostram-se preocupadas com a sobrevivência de vários subgrupos étnicos que ocupam a extensão de 80 Km de comprimento e 40 Km de largura na província.

"Usurpação de terras daquela dimensão e nos modos em que ela está a decorrer, põe em risco de extinção os subgrupos étnicos ovahimba, ovandimba, ovatyavikwa, ovandongoena, ovankhumbi e ovangâmbwe, estimados em aproximadamente 2.129 famílias e 10.675 crianças", alertam numa nota enviada ao Rede Angola.

Segundo o comunicado, o esbulho de terras teve início no dia 3 de Dezembro do ano passado. "Algumas comunidades foram surpreendidas com a entrada de tractores nas suas terras, derrubando e queimando diversas árvores, incluindo algumas com valor medicinal, frutífero e alimentar, provocando a devastação do pasto e a destruição de cemitérios", denunciam e alegam que "tudo isso ocorreu ante o olhar passivo de agentes da polícia".

Para além da retirada das famílias de seus locais de residência, os que resistem, diz o documento, têm sofrido ameaças, chegando alguns, até mesmo, a serem detidos.

"O acto de esbulho está a ser acompanhado de ameaças de prisões a cidadãos inocentes e de detenções ilegais, levadas a cabo por agentes da Polícia Nacional", denunciam, citando como exemplo a "detenção arbitrária, a 8 de Abril de 2016, de seis membros das comunidades por agentes da polícia, quando pretendiam negociar com os responsáveis da empresa sedeadada no estaleiro".

Ainda, segundo o documento, os mesmos foram colocados em liberdade, no dia 12 de Abril, após pressão das organizações sociais. O documento alerta ainda para o facto de, com a perda de seus meios de subsistência, as comunidades recorram à força para terem os seus direitos garantidos.

"Com a perda dos meios de sobrevivência das comunidades (gado bovino, gado caprino, gado suíno, ovelhas, burros e cavalos) e ante a inacção das autoridades competentes, as comunidades poderão recorrer à força com o fim de assegurar o próprio direito à terra e isto poderá causar consequências graves, tais como revoltas comunitárias, suicídios, represálias, perda da auto-estima", destacam.

O documento foi divulgado em nome do Grupo de Trabalho de Monitoria de Direitos Humanos (GTMDH) cujo objectivo é ser uma plataforma de organizações da sociedade civil angolana que trabalham para divulgação, promoção, protecção e monitoria dos Direitos Humanos no país. Diante da situação, o grupo pede à Assembleia Nacional que sejam tomadas medidas urgentes a fim de proteger os direitos daquelas comunidades "que crie uma comissão de inquérito para avaliar a situação dos Direitos Humanos nas localidades e que agende um debate sobre a usurpação das terras comunitárias que ocorre no país, uma vez que, antes da existência do Estado as comunidades já existiam", apela.

A carta também é endereçada ao Executivo, ao poder judicial e também à comunidade internacional, a quem o grupo solicita que "continue a monitorar a situação dos Direitos Humanos em Angola, bem como o grau de cumprimento das recomendações endereçadas ao Estado angolano pela Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos da União Africana e pelo Conselho dos Direitos Humanos através do mecanismo da RPU-Revisão Periódica Universal das Nações Unidas".

3.6.7 Venda ilegal de terras preocupa administração de Viana

Jornal Manchete

3 De Maio de 2016

Texto: A. Sampaio e L. Sebentina

As autoridades locais estão a fazer todos os esforços no sentido de prender os transgressores administrativos para serem punidos de acordo com a lei o administrador municipal de Viana, Jeremias Dumbo, garantiu recentemente, naquela circunscrição que alguns indivíduos aproveitadores têm estado a destruir residências de populares em nome da administração local.

Segundo o governante, que falou ao *Manchete*, à margem de uma actividade cultural, realizada recentemente, no Zango 3, "nos próximos dias, muitos destes elementos caso sejam identificados pagarão pelos próprios actos ilegais e criminais que

desenvolvem na referida comunidade". Jeremias Dumbo aproveitou a oportunidade para advertir os populares que pretendem comprar um espaço para a construção da sua residência, no sentido de procurarem as instituições da administração para não cometerem erros, tais como a invasão das reservas fundiárias do Estado. "A nossa população tem costume menos aconselhável de comprar terrenos em mãos de pessoas oportunistas, depois ficam a reclamar quando o governo toma medidas", disse, acrescentando que a melhor forma de fazer as coisas é procurar as instituições do Estado para a compra de um terreno num lugar seguro.

De acordo ainda com o responsável, as pessoas que ocupam os terrenos à margem da lei são puníveis por lei, sendo acusadas do cometimento do crime transgressão administrativa.

O governante referiu, por outro lado, que os fiscais afectos ao seu pelouro têm sido orientados a prestarem um trabalho de qualidade às comunidades, onde encontram situações de conflito entre o cidadão e a administração municipal de Viana, no que, concernente as situações de litígios de terreno.

Outra questão afluída pelo administrador, tem à ver com os camponeses, que têm, segundo o governante, por costume, comercializar os terrenos nas zonas onde praticam a agricultura.

No entanto, Jeremias Dumbo lembrou que os agricultores não têm legitimidade para comercializar terras, pois que as mesmas são pertences do Estado.

"A lei é bem clara, uma pessoa singular não tem direito de comercializar terra. Esta é uma tarefa do próprio Estado", asseverou.

Por outro lado, frisou que as questões relacionadas com a falta de energia eléctrica, centro de saúde, assim como escolas públicas em alguns bairros novos, tratam-se de processos que estão bem avançados a nível dos sectores de tutela.

Esclareceu igualmente, que muitos projectos sociais que estão já bem avançados diminuíram o seu ritmo de execução, na sequência da baixa do preço de petróleo, tendo garantido que o cenário irá mudar nos próximos tempos, com a estabilidade económica e financeira do país.

Sobre a insistência de muitos cidadãos de venderem na via pública, o responsável disse existirem muitos mercados a nível do município para os habitantes exercerem a sua actividade que se consubstancia na venda de produtos diversos. "Mas, estas pessoas preferem comercializar os seus produtos em locais proibidos", disse, tendo prometido que todos os

mecanismos necessários têm sido testados no intuito de educar a população para o exercício da actividade do género dentro dos espaços indicados.

3.6.8 Várias famílias são realojadas

Jornal de Angola
04 De Junho de 2016

Mais de mil famílias que residem em zonas de risco nos bairros Bula Matadi e Lalula, no município do Lubango, na província da Huíla, serão realojadas em áreas mais seguras, no âmbito de um programa da Administração Municipal.

A informação foi prestada ontem à Angop pelo administrador dos bairros, Hilário Estacumba, que disse que as famílias abrangidas foram registadas, enquanto se aguarda pela autorização da Administração Municipal do Lubango, para identificar as áreas onde serão alojadas. As famílias a realojar residem próximo de ravinas, pontes, rios e debaixo de postes de energia de alta tensão, o que põe em perigo a saúde e a vida.

A Administração Municipal do Lubango, segundo Hilário Estacumba, tem conhecimento da situação e está a estudar mecanismos para colocar as famílias em melhores condições de habitabilidade.

"Nestes bairros, identificámos sete ravinas que se têm alastrado. Uma das tarefas é combatê-las", afirmou o administrador Hilário Estacumba, que apelou aos moradores destes bairros para construir em nas zonas orientadas pela Administração Municipal do Lubango por forma a evitar acidentes.

Residem nos bairros Bula Matadi e Lalula mais de 30 mil habitantes, segundo dados da Administração Municipal.

3.6.9 Comunidades agro-pastoris denunciam ocupação de terras para projecto empresarial

Jornal Expansão
10 De Junho de 2016

Quase 40 comunidades agro-pastoris dos municípios de Curoca e Ombanja, no Cunene, denunciaram no fim da semana passada a ocupação de largas extensões de terra desde o início do ano por um projecto empresarial. A denúncia foi feita em Luanda, numa conferência de imprensa de organizações de defesa dos direitos humanos nas áreas da habitação e acesso às terras.

Domingos Fingo, da Associação Construindo Comunidades, orienta uma delegação, que inclui membros das comunidades afectadas, que chegou a Luanda segunda-feira para manter contactos com instituições. Disse, que das oito audiências solicitadas, apenas se realizaram dois encontros - no Ministério da Agricultura e com a secretária de Estado dos Direitos Humanos.

O activista contou que as 39 comunidades, constituídas por mais de duas mil famílias, foram surpreendidas no início do ano com a invasão das suas terras, numa extensão de 80 Km de comprimento por 40 de largura, cuja finalidade, acusam, "não tem interesse público".

Isaiás Tyimphandjeni, membro da comunidade presente na conferência, disse que foram surpreendidos com a chegada de máquinas, que logo iniciaram o derrube de árvores e queima de pasto para o gado. Contou que a comunidade pediu explicações e foi explicado que o objectivo é fazer uma lavra comunitária para benefício da comunidade, que recusou, pedindo a suspensão dos trabalhos.

Segundo Isaiás Tyimphandjeni, a 27 de Fevereiro a comunidade 'manteve contacto com uma delegação que se deslocou ao local, na qual só conseguiram identificar o governador do Huambo, Kundi Paihama.

A presença da delegação, referiu, visava negociar com a comunidade, tendo os populares recusado' aceitando apenas "a retirada das máquinas e a paralisação imediata do projecto".

Face à resistência da comunidade, foram detidos pela polícia a 7 de Abril, seis cidadãos, sob a acusação de "oposição ao trabalho aprovado pelo Governo", postos em liberdade após cinco dias, relatou Domingos Fingo.

Disse que foi endereçada uma carta ao PR, com conhecimento à X Comissão Parlamentar, ao ministro da Administração do Território, deputados e governador do Cunene e instituições do Estado locais. Se não houver solução a nível interno, Fingo levantou a possibilidade de recorrer a instâncias internacionais.

3.6.10 Venda ilegal de terrenos é debatida em Caçongo

Jornal de Angola
11 De Junho de 2016

A problemática da venda anárquica de lotes de terreno e do saneamento básico, no município de

Cacongo, a norte da cidade de Cabinda, está a ser debatida desde ontem, num encontro entre as autoridades locais, tradicionais e religiosas.

Na reunião, refere a Administração local em comunicado, é feita uma reflexão profunda sobre a actual situação social, económica e política da localidade, além de analisar o processo de diversificação da economia no município, tendo em conta a difícil situação económica do país, derivada da baixa do preço do crude no mercado internacional.

A situação de limpeza nos vários cemitérios do município, com destaque para o da sede, na Vila de Lândana, está a ser igualmente debatida.

captação e tratamento de água, com capacidade de produção de 500 metros cúbicos por hora, garantiu ontem o secretário provincial de Energia e Aguas.

André Massanga, que efectua visitas de ajuda e controlo aos municípios do interior da província, sublinhou que se trata de um projecto cujo sistema será construído ainda este ano, com vista a acudir as actuais dificuldades que ainda existem no consumo e aumento de oferta deste produto nas referidas localidades.

3.6.11 Distribuídos terrenos para autoconstrução

Jornal De Angola

17 De Junho de 2016

Texto: Domingos Mucuta

A distribuição de lotes de terrenos pela Administração Municipal do Lubango Impulsiona o processo de autoconstrução dirigida e a expansão da sede provincial da Huíla para a nova urbanização da comuna de Quilembas, Informou ontem o administrador municipal adjunto para Área Técnica e Infra-estruturas.

Barreto Ferreira sublinhou que a Administração do Lubango já entregou cerca de 300 lotes na nova urbanização da Quilemba, onde uma reserva bruta de 278.83 hectares está em preparação, para a expansão da vila.

O processo de entrega de terrenos, iniciado o ano passado na zona do rio angombe, continua com a distribuição de mais lotes à população interessada, à luz do plano de urbanização da comuna da Quilemba.

A segunda fase de entrega deste ano, orientada pelo administrador municipal adjunto para Area Técnica e Infra-estruturas, Barreto Ferreira, contemplou, na

terça-feira, mais de 150 beneficiários, entre os quais viúvas e antigos combatentes. Até ao momento estão disponíveis cerca de 1.334 lotes, de 600 e 1.000 metros quadros.

Os beneficiários têm o prazo legal de três meses para o início das obras de construção e três anos para a conclusão das obras. A construção de residências obedece a estrutura arquitectónica autorizada pela Administração Municipal, visando assegurar a harmonia e comodidade. A Reserva Fundiária do Estado na comuna da Quilemba, localidade que acolhe o maior mercado informal da província da Huíla, está em constante transformação, para acompanhar a dinâmica de desenvolvimento urbano da cidade do Lubango. O loteamento permitiu definir os terrenos, quarteirões e ruas. A nova estrada Lubango-Namibe e a linha férrea atravessam a localidade e impulsionam o seu desenvolvimento. O bloco de lotes integra uma extensão de terras dividida em duas áreas, com ruas e estradas secundárias e terciárias já demarcadas, para assegurar a fluidez do trânsito e o acesso às zonas habitacionais.

O espaço paralelo aos Caminhos de Ferro de Moçamedes alberga a cintura verde com 24 hectares. A nova zona habitacional dispõe de vários lotes destinados à actividade económica, para a construção de estabelecimentos comerciais e o mercado comunal, com 99.125 metros quadrados. O administrador municipal adjunto explicou que os serviços sociais básicos estão integrados. Acrescentou que está reservado um espaço de 195.605 metros quadrados para escolas, postos de saúde, infantários, espaços desportivos e recreativos.

A ausência de energia eléctrica e de sistemas de água canalizada é uma das principais preocupações dos novos moradores, mas o administrador municipal adjunto assegurou a abertura para breve de furos de água.

3.6.12 População em zona de risco é realojada

Jornal de Angola

21 De Junho de 2016

Mais de duas centenas de famílias residentes em zonas de risco, com inundações frequentes, nas localidades ribeirinhas de Quizenza, Terra Nova I, Mbanza Calumbo e imediações do Parque Nacional da Quiçama, na comuna de Calumbo, município de Viana, devem ser transferidas em breve para áreas mais seguras, na mesma circunscrição, anunciou ontem o administrador comunal de Calumbo.

Menezes Gonçalves disse que está a ser feito o levantamento do número de pessoas nestas condições e neste momento decorrem trabalhos de loteamento e urbanização das áreas de acolhimento.

"Estas famílias vivem em zonas que inundam constantemente no tempo chuvoso e, em consequência disso, perdem regularmente os poucos bens que possuem e as suas culturas", disse.

Menezes Gonçalves adiantou que o bairro Caquila está incluído no programa de reassentamento, porque as pessoas "passam mal" no tempo chuvoso e a circulação é bastante difícil.

Em consequência da última época chuvosa, em que mais de duzentas famílias viram as suas casas e lavras inundadas, a Administração Municipal de Viana decidiu realojar estas pessoas em locais mais seguros.

O administrador municipal frisou que tem sido feito um trabalho de sensibilização dessas pessoas, para que o processo decorra sem sobressaltos, com a intervenção, sempre que possível, das autoridades tradicionais.

Ocupação de terrenos

A Administração Comunal desenvolve um plano de sensibilização das pessoas que insistem em vender em locais impróprios, ao invés dos mercados criados para o efeito, e de combate à ocupação ilegal de terrenos, disse Menezes Gonçalves. "Temos mercados na comuna às moscas, enquanto pessoas insistem em vender nos passeios e nalgumas ruas, sob pena de serem atropeladas e correrem outros riscos."

Menezes Gonçalves referiu que a Administração Comunal vai continuar a dialogar com as pessoas para que deixem de vender nas ruas, na perspectiva de dar uma outra imagem à comuna e garantir a saúde ambiental.

O administrador comunal adiantou que ainda existem muitos casos de ocupação ilegal de terrenos e denunciou que algumas pessoas incorrerem em prática de falsificação de

documentos para justificarem a titularidade dos mesmos.

"Quando nos deparamos com casos desta natureza, em que vários cidadãos reclamam a titularidade de uma mesma parcela de terreno, encaminhamos para o gabinete jurídico da Administração Municipal de Viana", esclareceu.

Veze sem conta, disse, os supostos detentores dessas terras já não aparecem e nalguns casos são detectados

documentos falsos, descobrindo-se que alguns cidadãos têm sido alvo de burlas.

"Quem quiser uma parcela de terreno deve procurar a Administração Municipal e sempre que for comprar a terceiros deve antes averiguar junto da direcção local de cadastramento e ordenamento do território sobre a veracidade da titularidade", aconselhou Menezes Gonçalves, que condenou a atitude de alguns cidadãos que insistem em ocupar ilegalmente casas, sobretudo na zona do Zango, construídas pelo Governo para albergar pessoas que residem em zonas de risco em Luanda.

"Nestes casos felicitamos a colaboração da Polícia Nacional, que tem actuado com prontidão para combater tais práticas", concluiu.

Situação sanitária

Menezes Gonçalves defendeu o desenvolvimento de projectos de captação e tratamento de água nas localidades de Kaquila e Ana Guengue, para que a população possa evitar as doenças e explicou que os postos de saúde pública daquelas localidades têm registado casos frequentes de diarreia aguda, provocados por consumo de água bruta tirada directamente do rio e sem o devido tratamento. "Asede comunal de Calumbo é abastecida regularmente com água potável, pois tem uma Estação de Captação e Tratamento de Água. Mas temos de melhorar a qualidade do produto consumido pelas populações das zonas mais distantes de Kaquila, Ana Guengue, Kassaka Mateia e Banza Calumbo", reconheceu.

Para minimizar a situação, informou que camiões cisternas da Administração Municipal de Viana têm feito o abastecimento regular de água às zonas mais distanciadas da sede comunal.

Menezes Gonçalves referiu que o Centro Médico de Calumbo carece de uma ambulância para acudir os pacientes que necessitam de evacuação para o Hospital do Zango e Capalanga. O administrador comunal de Calumbo disse que a distribuição de água a nível do Zango tem sido regular e que os constrangimentos que ainda se registam em algumas áreas vão merecer solução em breve.

3.6.13 Venda ilegal de terrenos com os dias contados

Jornal de Angola

27 De Junho 2016

Texto: *lourenço Bule*

Combater a venda ilegal de terrenos e o crime organizado, melhoria do saneamento básico e o reforço da limpeza urbana são acções que constam entre as prioridades do novo administrador do município de Menongue, Fernando Cassanga, anunciadas no sábado.

O responsável, que falava durante a sua investidura, acrescentou que vai dar prioridade ao diálogo com população, a fim de conhecer os principais problemas e, em conjunto, traçarem estratégias para a sua resolução.

Fernando Cassanga garantiu que, a breve trecho, e em estreita colaboração com os munícipes, alguns dos problemas vão ser resolvidos, apesar da actual situação financeira que o país vive, com a queda acentuada do preço do petróleo no mercado internacional.

"Vou trabalhar em colaboração com a população do município, com base no diálogo, com o intuito de ouvir os problemas que mais lhes preocupam e consciencializar os munícipes sobre os programas e projectos a serem implementados na região, para o garante do bem-estar social e económico de todos", garantiu o administrador.

O administrador acrescentou que é necessário unir-se a experiência dos munícipes e os recursos financeiros disponibilizados para se desenvolver programas e implementar projectos que visam dar resposta, de forma integrada, às necessidades da população da região e melhorar as suas condições de vida.

De acordo com o responsável, Menongue, apesar de ser uma das cidades mais antigas do país, ainda está longe de ser o que merece, pois ainda não estão resolvidos os problemas fundamentais da região.

O governador da província do Cuando Cubango, Pedro Mutindi, apelou ao recém-empossado para se responsabilizar pela gerência dos bens, valores e rendimentos do município de Menongue e ser o primeiro e fiel defensor dos direitos dos munícipes, bem como criar condições que proporcionem sanidade e limpeza, fim de fazer que a região cresça de forma ordeira e disciplinada. Pedro Mutindi salientou que é necessário trabalhar arduamente e não poupar esforços para enfrentar e conduzir os problemas que Menongue enfrenta. Nesta

empreitada, prometeu o governante, o administrador contará com todo o apoio do governo local e dos munícipes que queiram ver a cidade a crescer e compreendem que a união faz a força.

"A tarefa que lhe foi incumbida não é fácil, pois a cidade de Menongue, capital da província do Cuando Cubango, não tem urbanização estudada e disciplinada, cobertura total de energia eléctrica em todos os bairros, estradas, rede de esgotos, terrenos camarários e debate-se com o problema da construção desordenada", disse.

O governador do Cuando Cubango preveniu o novo administrador de Menongue que, apesar do apoio do governolocal, encontrará muitas dificuldades, como difamação, intriga e suspeita, quase sempre movida pela inveja e inconfessáveis interesses, que tentarão, a todo o custo, desmotivá-lo e amargurá-lo.

Acrescentou que a venda ilegal de terrenos e as construções anárquicas têm de acabar, para que se possa criar um plano urbanístico e mudar a imagem da cidade de Menongue.

3.7 JULHO 2016

3.7.1 Canhongo esclarece disputa de terreno

Jornal O País

06 De Julho De 2016

Texto: José António Canhongo

A Canhongo Gás, uma das maiores empresas de comercialização de gás butano nas zonas periféricas da Província de Luanda, vem esclarecer que as declarações do Sr. Luís de Almeida, vertidas na notícia publicada no *Jornal O País*, na sua edição n. 526, datada de 26 de Junho de 2016, não correspondem à verdade dos factos.

A parcela de terreno de 70,00 m x 40,00 m, localizada no Município de Belas, no bairro de Mbonda Chapéu, foi adquirida pela empresa Instalações Canhongo Gás, Lda., aos 29 de Março de 2005, por meio de um contrato celebrado com a EDURB, antiga e legítima gestora e concessionária de terrenos, num valor total de um milhão e duzentos e cinquenta mil kwanzas (1.250.000,00 kz), totalmente quitados.

A compra total do terreno resultou de um processo que começou em 24 de Janeiro de 2005, período em que a EDURB, antes da passagem da parcela à Canhongo Gás, solicitou que uma equipa multidisciplinar, composta pelos seus técnicos, da ora Administração da Samba e demais, elaborassem um estudo sobre o impacto social e ambiental da construção de dois armazéns de gás, uma residência, uma loja e um parque de estacionamento no requisitado terreno.

Feito o estudo, o resultado foi positivo, pelo que a EDURB cedeu a propriedade do terreno à Canhongo Gás, e esta, por sua vez, construiu um muro, um grande reservatório de água e colocou um portão. Tais obras terminaram em finais de 2005, mas a construção do armazém e da residência não tiveram início porque a Canhongo Gás priorizou investimentos noutras instalações a nível de Luanda.

Com o falecimento do proprietário da Canhongo Gás, o empresário António Jungo Canhongo, em 2013, o projecto de construção do armazém do bairro de Mbonda Chapéu foi novamente adiado, no entanto, começaram a surgir falsos proprietários do referido espaço, com o objectivo de comercializá-lo ilegalmente. O caso flagrante envolve uma Sr.^a conhecida apenas por "Mimi", que, na primeira semana de Maio do corrente ano, intitulando-se como herdeira do terreno, por alegado facto de ter

sido namorada do malogrado, colocou uma placa de compra e venda. A vizinhança, apercebendo-se da venda ilegal, decidiu denunciar o eminente crime junto da direcção da Canhongo Gás, em Talatona. Na primeira semana de Maio de 2016, o empresário José António Canhongo visitou o terreno. Por conseguinte, no dia 9 de Maio de 2016, numa reunião de esclarecimento, a Sr.^a "Mimi", acompanhada do Sr. Luís de Almeida, que se fez passar por amigo dela e ouviu toda a conversa sem dizer nada, apresentou-se como proprietária do terreno, mas a Administração de Belas, que avaliou o caso, analisando os documentos da EDURB, passados em nome da Canhongo Gás, e a nota 'de pagamento, com a indicação de coordenada bancária, certificou que o terreno pertence à referida empresa.

Em finais de Maio de 2016, o Sr.^a Luís de Almeida deslocou - se para a sede da Canhongo Gás, com o objectivo de perguntar se José António Canhongo era realmente filho do falecido empresário, já que desconhecia da existência de herdeiros que pudessem reivindicar os bens do malogrado. Contudo, no encontro, o Sr.^a Luís de Almeida foi reconhecido pelo Director dos Recursos Humanos da Canhongo Gás como tendo participado da anterior reunião realizada na Administração de Belas, e, conseqüente e humanamente, foi convidado a retirar-se dos escritórios.

Para o espanto da Canhongo Gás, o Sr. Luís de Almeida surge, em Junho último, em substituição da Sr.^a Mimi", alegando que o terreno lhe pertence.

Pelo acima exposto, pretendemos reafirmar que o terreno em litígio é propriedade exclusiva da Canhongo Gás.

Ademais, as demolições efectuadas ficaram a dever-se à necessidade de se construir um novo quintal e proteger a vida das pessoas, pois, os muros, desde 2005 até 2016, estavam totalmente ociosos e na eminência de desabar, quer por causa dos milhares de buracos provocados pelos actos de vandalismo quer por força dos danos resultantes de altas temperaturas das queimadas de lixo realizadas no interior do terreno ao longo dos 11 anos.

Portanto, as informações do Sr.^a Luís de Almeida prestadas a este jornal visaram, conseqüentemente, difamar o bom nome e a reputação do empresário Pinto Matamba, pois, só assim se explica que, perante os órgãos da administração municipal e os tribunais, que podem dirimir o eventual conflito, o declarante preferiu usar da falsidade para abordar o assunto neste distinto órgão de comunicação social, mesmo não possuindo nenhum documento de compra e venda que comprove que o terreno lhe pertence.

Por termos este direito, sentimos nos no dever de responder às referidas declarações constantes da notícia ora publicada, sobretudo pelo facto de tentar colocar em causa o respeito e a consideração do empresário Pinto Matamba, que é uma pessoa muito humana, idónea e sem necessidade de usurpar terreno de outrem.

A Canhongo Gás informa que a Kiyamata Business Center, a que foi adjudicada a obra de reconstrução do quintal, é apenas o empreiteiro, por isso, não faz sentido e é lamentavelmente injusta e difamatória a acusação feita pelo Sr. Luís de Almeida, segundo a qual o empresário Pinto Matamba, que é somente um accionista daquela referida empresa de construção civil, quer usurpar o terreno.

A Administração de Belas é um organismo do Estado que respeita as leis vigentes no país, encabeçada por agentes públicos idóneos, e agiu com base nos princípios administrativos da imparcialidade e justiça social para dirimir o ora litígio.

Em Angola existem órgãos administrativos e judiciais, por isso, a Canhongo Gás apela o Sr. Luís de Almeida o respeito pelas leis angolanas quanto ao bom nome e à reputação das pessoas, inclusive da do filho do malgrado, José António Canhongo, e promete intentar uma acção judicial para a reparação dos danos causados.

3.7.2 Acesso a terra e aos fertilizantes

Jornal de Angola
13 De Julho de 2016

Em tomo da problemática do acesso à terra para fins agrícolas, Pedro Kanga sublinhou, citando a Lei de Terras, a Lei 9/04 de Novembro, que a terra é propriedade originária do Estado, integrada no seu domínio público e privado.

As pessoas que adquiriram direitos fundiários para um determinado uso por via de concessão devem utilizá-los para os fins para os quais foram concedidos, esclareceu, e afirmou que "toda a concessão que não está a ser utilizada deve ser extinta, volvidos três anos. Estamos a notificar e muitos já perderam os terrenos". Referiu que os terrenos comunitários não devem ser concedidos de acordo com os preceitos legais. Para o efeito, conta com o apoio das administrações e autoridades tradicionais.

Outro desafio apontado pelo ministro passa pela estabilização no acesso dos agricultores aos fertilizantes. Pedro Kanga reconheceu que os problemas que o sector vive neste domínio têm a ver

com a ausência de uma indústria de fertilizantes e pesticidas, o que conduz à importação de grandes quantidades de adubos.

Nessa fase, notou, as dificuldades agudizam-se dada a escassez de divisas. Foram vendidas divisas aos importadores e nos próximos 20 dias, o país vai receber 15 mil toneladas, numa altura em que estão encomendadas 25 mil toneladas e o programa do sector para 2016 e 2017 prevê importar 70 mil toneladas. "Os importadores têm beneficiado de divisas para importações faseadas. Isto acontece também com as vacinas e pesticidas", esclareceu o ministro Afonso Pedro Canga que avisou que a necessidade de fertilizantes vai crescer nos próximos anos.

Para amortecer a crescente procura para os próximos anos, defende a implantação de uma indústria de fertilizantes que seja suportada com o aproveitamento do projecto Angola LN²G no Soyo e a exploração do fosfato nas províncias do Zaire e Cabinda, entre outras.

3.7.3 O ciclo vicioso dos realojamentos em Luanda

Jornal O PAÍS
13 De Julho de 2016

Em todo o lado, cidades ou países, a deslocação de moradores de uma zona para outra, em decorrência de situações que podem estar relacionadas com valorizações imobiliárias; riscos de aluimento de terras; construção de infraestruturas como estradas, caminhos - de - ferro ou linhas de transporte de energia; catástrofes ou outras razões de força maior, é um fenómeno extraordinário que nunca é desenhado para ter réplicas em períodos de tempo curtos.

Na cidade capital do país, Luanda, há anos que se anda às voltas com o problema de famílias que têm de ser movimentadas de um para outro, num desgastante esforço do Estado que parece não ter fim à vista. Desde as barrocas do Miramar, que até serviram para criar heróis populares à custa de uma certa onda conspiratória anti-governo, às calemas da Ilha do Cabo e estendendo-se aos dias de hoje, que não há memória de um só ano sem episódios desta natureza.

As notícias mais recentes desta novela com remakes sucessivos vêm do município do Cazenga, onde umas trinta famílias que construíram em zona de risco sobre a vala do Cariango, estão agora a ser transferidas para o Zango III. As Rádios, as TVs, os jornais, as redes sociais e em toda a parte onde a

informação flui, lá se ouvem e se vêem vozes e rostos felizes pois agora é que vai, está tudo nos trinques porque o Executivo tirou-nos do mal e colocou-nos no bem-bom. Ficámos todos com aquela reacção meio patética, em que não sabemos se nos alegramos ou nos entristecemos.

Não há coisa pior para um cidadão que ter a percepção de que se vive num ciclo vicioso, que se age mas não há movimento, que rodamos sobre nós mesmos sem avançar um passo que seja. Os realojamentos de Luanda, em mais de 90% dos casos, são uma dramática constatação de que não saímos do mesmo lugar e que, se pretendemos mudar alguma coisa, teremos de abandonar um modo de abordagem com anos de testes.

É verdade que a crise financeira que nos tolhe movimentos e sonhos não nos deixa com grandes margens para agir no imediato. Mas não é menos certo que começa a ficar claro que nos falta coragem e engenho para mudar de paradigma, em busca de uma resposta duradoira no tempo, eficaz nos efeitos e sensata na opção. Luanda tem de ser salva fora dos seus limites, como nas boas acções defensivas na guerra, em que o inimigo que nos espreita é desbaratado no seu próprio território.

Ou o país se fixa ou a actual mobilidade rumo ao litoral à capital, mais do que tudo - criará condições para a multiplicação exponencial dos realojamentos, até ao dia em que as finanças públicas estarão exauridas e as pessoas serão largadas à sua sorte, tenham elas erguido habitações precárias em valas, em encostas, em linhas de passagem de águas pluviais, em terrenos movediços, em lugares ameaçados por ravinas, seja onde for.

Não há razões para continuarmos a investir numa solução que todos sabemos teria de ser pontual, aplicada a casos em que a Natureza nos tenha surpreendido (chuvas torrenciais, aluimentos de terras, etc.). Os realojamentos são uma maneira de se fixar habilmente em Luanda, segundo uma lógica simples e perversa: "vou, construo numa zona de risco, o Estado aparece, tira-nos dali e dá - me casa num lugar seguro que até já sei onde é: Zango".

As assimetrias inundam Luanda de novos habitantes que não se movem porque despertam um dia com o sonho da vida na capital. Vêm assegurar a existência, a sua e a dos membros das suas famílias, numa atitude legítima que não tem ponta de contestação. O que há a fazer é criar condições fora da capital, nos lugares onde os cidadãos residem, para ali concretizarem os seus sonhos de jovens, de pais, de homens e mulheres de um país esplendoroso em potencial de riqueza. O debate tem de ser este. Não

vamos lá com os realojamentos que nunca mais têm fim!

3.7.4 Expropriação de terras levada a comunidade internacional

Jornal O PAÍS

14 De Julho de 2016

Texto: Norberto Sateco e Maria

Custódia

De acordo com a organização não-governamental S.O.S habitat, no Curoca, as negociações, entre os empresários e as comunidades prosseguem há já algum tempo, embora sem consenso. André Augusto afirma que as comunidades defendem que as terras não devem ser cedidas sem qualquer compensação e na sua totalidade. "Nós queremos que pelo menos seja reduzida em metade a dimensão em que se pretende implementar o referido projecto agrícola", disse.

Entretanto, os proponentes da iniciativa, descritos como sendo governantes influentes do Executivo Angolano, dizem não colaborar com a proposta por entenderem que a dimensão do projecto para a criação de uma futuro pólo agro-industrial justifica tal ocupação.

Várias foram as tentativas de conversação entre as partes, mas o certo é que o finca-pé entre as partes tem prevalecido.

As denúncias da existência de supostos esbulhos de terras no município do Curoca, província do Cunene, têm sido recorrentes nos últimos tempos, na medida em que já foram dirigidas várias cartas aos órgãos de soberania do Estado Angolano, corno é o caso da Casa Civil do Presidente da República, no sentido de persuadir as autoridades a intervirem na alegada "inconstitucionalidade". São no total perto de 39 comunidades supostamente penalizadas nas suas parcelas de terra, nua extensão de 80 quilómetros de cumprimento e 40 de largura.

Os denunciadores esclarecem que a referida expropriação de terras não visa qualquer interesse público, mas privado. "Uma boa parte das terras já foi devastada, mas a população manifesta resistência em ceder os terrenos", esclareceu a fonte, tendo acrescentado que o processo de transumância do gado continua a ser mais penalizado.

A S.O. S Habitat disse também que estão a aguardar por uma visita de uma suposta comissão da Casa Civil no sentido de se encontrar uma saída-airosa para este dossier. No princípio do ano, o Grupo de

Monitoria dos Direitos Humanos esteve em Luanda e reuniu-se com as autoridades governamentais. Na ocasião, o secretário de Estado dos Direitos Humanos, António Bento Bembe, garantiu que os terrenos dos aldeões seriam devolvidos.

Outra associação que manifesta-se preocupada é a Associação Construindo Comunidade (ACC), que diz que tem estado a encetar contactos junto da governação local do Cunene, porém sem resultados.

Contudo, segundo os últimos pronunciamentos do ministro da Agricultura, Afonso Pedro Canga, a situação é pertinente, na medida em que o direito latifundiário de algumas comunidades tem sido atropelado em função do que estabelece a legislação actual. Aquele dirigente acrescentou também que doravante as pessoas às quais se cederam terras para produção e não o efectivarem ser-lhes-ão confiscados o direito sobre as mesmas. Está em curso um processo de notificação aos visados. Apesar disso, não deixou de enaltecer iniciativas empresariais para transformar a agricultura de subsistência na de mercado.

"Queremos também, nesta fase, apostar no aumento da produtividade face às necessidades actuais do país", esclareceu Canga, tendo de seguida reiterado a obediência do primado da Lei e o aproveitamento racional dos recursos disponíveis.

"Há várias pessoas nesta condição, por isso é que temos que pôr ordem", disse o titular da Agricultura.

O PAÍS não foi bem sucedido na tentativa de obter um pronunciamento do empresário Silvestre Tulumba.. um dos empresários citados como estando ligado ao projecto de exploração agrária no Curoca.

3.7.5 Incidentes de Capupa fazem novos deslocados

Novo Jornal

15 De Julho de 2016

"Cerca de 30 famílias residentes na comuna da Capupa e militantes da UNITA foram obrigadas a fugir das suas áreas habitacionais para a cidade de Benguela, alegando estarem a ser perseguidas por militantes do MPLA", acusou Alberto Ngalanela.

O dirigente falava há dias ao NJ, quando questionado sobre os tumultos registados em Maio, na localidade de Cambundu, que resultaram em três mortes e ferimentos em seis pessoas.

Segundo o político, essas populações receiam agora regressar à sua região de origem, sob alegação de estar a viver-se um cenário de autêntica insegurança.

A acção que a UNITA classifica de intolerância política, na versão do secretário provincial do partido em Benguela, ocorreu no dia 25 de Junho, aquando da visita de uma delegação do grupo parlamentar do Galo Negro à localidade de Capupa, para constatar "in loco" o alegado clima de intimidação a que os seus militantes estavam a ser submetidos por parte de militantes do partido no poder, o MPLA.

"Essa situação levou-nos a visitar a zona. Fizemo-lo com os deputados Adalberto da Costa Júnior, Anita Filipe e eu (Alberto Ngalanela), depois de cumpridas todas as formalidades protocolares. Postos no terreno, procurámos contactar o soba local, conhecido por Tchimbuta, que não se encontrava presente", conta.

Na altura, prosseguiu Ngalanela, constatou-se uma grande movimentação popular, o que alertou a comitiva parlamentar de que algo anormal estaria a ocorrer.

O clima agravou-se com a retirada por militantes da UNITA de duas bandeiras do MPLA, num espaço territorial que disse pertencer a um militante deste partido. A comitiva de deputados decidiu repô-las. Embora considerasse o acto injusto, ele servia apenas para evitar maior agitação e incidentes.

"Vimos que as pessoas estavam assustadas e, perante aquele cenário, os deputados, assim que chegaram, solicitaram um encontro com o soba Tchimbuta para sugerir que a reunião na aldeia se realizasse no jango, porque não ficava bem algumas pessoas, só por serem da UNITA, ou se manifestarem fieis aos seus ideais, terem de viver como foragidas", sublinhou.

Diante da presença crescente de grupos de civis armados com paus, machados e flechas, como relatou o também deputado Alberto Ngalanela, a delegação visitante, que era escoltada por efectivos da polícia, decidiu retirar-se do local. Os outros grupos, em seguida, iniciaram a perseguição, atacando os parlamentares e os seus acompanhantes.

"Alvejaram mortalmente um dos militantes da UNITA e feriram outros integrantes, mas o alvo a abater era o deputado Adalberto da Costa Júnior, que, fugindo pela mata adentro, conseguiu escapar

com vida", acusa Ngalanela, acrescentando que o efectivo policial presente assistiu, de forma impávida, aos acontecimentos.

De acordo com o deputado, "a comuna da Capupa e o município do Cubal é reincidente nesse tipo de acções, que não são somente de intolerância política, mas de banditismo".

"Em 2012, uma das esposas do filho do mais velho Tchimbilinguili foi arrastada, 'quando se encontrava em estado de gestação, ao ponto de ter abortado', frisou.

Durante a sua estada em Benguela, a delegação parlamentar da UNITA manteve encontros com o governador provincial e com o bispo católico local, D. Eugénio DaI Corso, visitou também o hospital provincial e reuniu-se com os estudantes do Instituto Politécnico Maravilha e do Instituto Politécnico da Universidade Católica, na Catumbela.

Bispo emérito condena acção

O bispo emérito de Benguela, D. Óscar Braga, questionado pelo NJ sobre os acontecimentos de Capupa, disse não estar inteirado da situação, mas, a ser verdade, trata-se de um acto, a todos os títulos, condenável, uma vez que os angolanos vivem um clima de paz há mais de 13 anos que não é compatível com estas acções.

"Acho que o angolano já teve tempo. Não temos independência há meses, mas há anos. Acho que já é tempo suficiente para sabermos que a nossa terra é boa para todos. Quando não é boa para um, não é boa para todos e ela tem que ser boa para todos", sublinhou o prelado.

"O nosso ser angolano fala mais alto do que qualquer quezília que possamos ter. Somos humanos e é natural que tenhamos quezílias, mas isso deve ser passado", exortou D. Óscar Braga.

3.7.6 Serviço de Protecção Civil desaconselha edificações

Jornal de Angola

30 De Julho de 2016

Texto: Nicodemos Paulo

As autoridades tradicionais do município do Uíge foram ontem esclarecidas sobre os perigos que representam a construção de casas em zonas de risco e o abate indiscriminado de árvores e sobre as medidas urgentes em caso de emergência, numa palestra organizada pelo Comando dos Serviços Provinciais de Protecção Civil e Bombeiros (CSPPCB), em parceria com a administração municipal.

O prelector, inspector-chefe dos Bombeiros, Joaquim Lopes Máfua, recordou que o município do Uíge se situa numa zona de fortes ventos e de grande pluviosidade, o que coloca algumas comunidades suburbanas e rurais em perigo, sobretudo aquelas cujas habitações foram construídas nas proximidades dos rios ou sobre as valas de drenagem.

Joaquim Lopes Máfua avançou que, para se evitar danos decorrentes dos fenómenos naturais, ti Serviço de Protecção Civil e Bombeiros está a realizar campanhas de sensibilização, através dos órgãos de comunicação social, no sentido de ajudar as populações a não correrem, desnecessariamente, riscos de vida.

O Serviço de Protecção Civil e Bombeiros tem como missão planear e coordenar assistência às populações sinistradas por acidentes graves, calamidades naturais, incêndios e outros acidentes.

"A participação e a colaboração das autoridades tradicionais, dos cidadãos e de outros actores sociais poderão ajudar a salvar e evitar situações que perigam a vida humana e bens", disse. Durante a palestra os participantes abordaram vários temas como "A Lei de Base da Protecção Civil e Gestão de Riscos e Desastres", "A mitigação dos perigos junto das comunidades" e "O papel das autoridades tradicionais na prevenção de riscos", entre outros. O chefe da secção de Planeamento e Operações do CSPPCB Garcia Jacinto, que dissertou sobre "A mitigação dos perigos junto das comunidades", referiu que alguns desaires que ocorrem no seio das populações resultam da falta de cuidados ou da ignorância aos apelos feitos pelas autoridades. "A construção de residências próximo do leito dos rios ou por cima das valas de drenagem, nas encostas das montanhas, o abate indiscriminado de árvores que suavizam a erosão eólica e a pressão dos ventos colocam em perigo a integridade das aldeias", alertou.

Dada a aproximação da época chuvosa, o técnico aconselhou-os presentes no sentido de intensificarem as acções de limpeza e de fiscalização das valas de drenagem, para que sejam evitadas muitas doenças.

Os participantes ao encontro, foram ainda aconselhados a melhorar: as técnicas de produção agrícola cultivando produtos resistentes à fortes enxurradas e à estiagem, para garantir um bom stock de alimentos, a conservar a água de forma eficiente, a construir latrinas acima dos níveis prováveis de enchentes e a intensificar o processo de plantação de árvores para proteger as moradias das inundações e compensar o desmantelamento.

3.8 AGOSTO 2016

3.8.1 Abordada construção em zonas de risco

Jornal Angola

01 De Agosto de 2016

Texto: Nicodemus Paulo

As autoridades tradicionais do município do Uíge foram ontem esclarecidas sobre os perigos que representam a construção de casas em zonas de risco e o abate indiscriminado de árvores e sobre as medidas urgentes em caso de emergência, numa palestra organizada pelo Comando dos Serviços Provinciais de Protecção Civil e Bombeiros (CSPPCB), em parceria com a administração municipal.

O prelector, inspector-chefe dos «Bombeiros, Joaquim Lopes Máfua, recordou que o município do Uíge se situa numa zona de fortes ventos e de grande pluviosidade, o que coloca algumas comunidades suburbanas e rurais em perigo, sobretudo aquelas cujas habitações foram construídas nas proximidades dos rios ou sobre as valas de drenagem.

Joaquim Lopes Máfua avançou que, para se evitar danos decorrentes dos fenómenos naturais, o Serviço de Protecção Civil e Bombeiros está a realizar campanhas de sensibilização, através dos órgãos de comunicação social, no sentido de ajudar as populações a não correrem, desnecessariamente, riscos de vida. O Serviço de Protecção Civil e Bombeiros tem como missão planear e coordenar assistência às populações sinistradas por acidentes graves, calamidades naturais, incêndios e outros acidentes. "A participação e a colaboração das autoridades tradicionais, dos cidadãos e de outros actores sociais poderão ajudar a salvar e evitar situações que perigam a vida humana e bens", disse.

Durante a palestra, os participantes abordaram vários temas como "A Lei de Base da Protecção Civil e Gestão de Riscos e Desastres", "A mitigação dos perigos junto das comunidades" e "O papel das autoridades tradicionais na prevenção de riscos", entre outros.

O chefe da secção de Planeamento e Operações CSPPCB, Garcia Jacinto, que dissertou sobre "A mitigação dos perigos junto das comunidades", referiu que alguns desastres que ocorrem no seio das populações resultam da falta de cuidados ou da ignorância aos apelos feitos pelas autoridades.

"A construção de residências próximo do leito dos rios ou por cima das valas de drenagem, nas encostas das montanhas, o abate indiscriminado de árvores que suavizam a erosão eólica e a pressão dos ventos colocam em perigo a integridade das aldeias", alertou.

Dada a aproximação da época chuvosa, o técnico aconselhou os presentes no sentido de intensificarem as acções de limpeza e

de fiscalização das valas de drenagem, para que sejam evitadas muitas doenças.

Os participantes foram ainda aconselhados a melhorar as técnicas de produção agrícola, cultivando produtos resistentes às fortes enxurradas e à estiagem, para garantir um bom stock de alimentos, a conservar a água de forma eficiente, a construir latrinas acima dos níveis prováveis de enchentes e a intensificar o processo de plantação de árvores para proteger as moradias das inundações e compensar o desmatamento.

3.8.2 "Deixamos as tendas por doenças e fome"

Jornal O PAÍS

02 De Agosto de 2016

Evaristo Mateus, 25 anos, está entre as cidadãs que foram albergadas em tendas, porém acabaram por não beneficiar das casas. A Jovem, sob cuja responsabilidade tem a filha de dois anos, refere que no momento do realojamento residia em casa de uma irmã, em Caxito, dando sequência aos estudos.

Em virtude da distância de mais de cinco quilómetros que separa a capital do Bengo e a localidade do Sassa, hospedou-se na casa da irmã, alguns meses depois, por incapacidade financeira face aos preços do táxi.

A situação agudizou-se quando ficou hospitalizada com a filha, no Hospital Provincial do Bengo, que padecia de sarampo, alegadamente influenciada pelas condições locais de reassentamento. O surgimento de répteis como cobras, foi outro motivo da fuga de vários cidadãos do Sassa, segundo relatam os próprios.

"Não dava para permanecer lá tempo todo porque eu sou o pai e a mãe ao mesmo tempo e tinha de procurar formas não só de sustentá-la como também de cuidar da nossa saúde. Apesar de termos deixado as tendas por doenças e fome, regressávamos aos fins-de-semana, mas fomos excluídos da lista", justificou.

Dizem eles que os membros da Comissão de Realojamento excluíram todos os que não estavam presentes no dia da distribuição das casas, independentemente de terem permanecido fora do bairro por razões de trabalho ou familiares, aproveitando assim para nelas introduzirem pessoas da sua conveniência.

3.8.3 Sinistrados de Caxito voltam a construir no local das 'cheias

Jornal O PAÍS

02 De Agosto de 2016

Texto: Milton Manaça

Passados quase dois anos desde que as cheias destruíram dezenas de residências no bairro Kingombe, município do Dande, no Bengo, deixando várias famílias ao relento, os seus chefes, mesmo depois de socorridos, voltaram a construir no local, conscientes dos riscos inerentes.

O ancião Paulino Samone, 80 anos, um dos rostos dos mais visíveis entre os "regressados", conta que embora tenha passado um ano com a mulher nas tendas do Sassa povoação, situado a mais de cinco Quilómetros de Kingombe, não foi contemplado com uma das residências que o Governo construiu para os albergar definitivamente no bairro 2S de Abril, nas Mabubas.

"Os que estavam à frente do processo meteram os seus familiares e pessoas da sua conveniência nas nossas casas. Como vêm, o bairro está novamente cheio porque muita gente foi esquecida", desabafou o velho Paulino, receando que uma nova cheia volte a inundar o bairro.

Segundo ele, algum tempo depois de serem transferidos às tendas do Sassa, foram esquecidos pela Comissão de Realojamento que deixou de prestar assistência médica, alimentar e em água potável, Benesses de que desfrutaram nas primeiras semanas imediatas ao realojamento, enquanto decorriam as obras de construção das casas definitivas.

Paulino Samone disse ser esta a razão para que muitos moradores não permanecessem no bairro em tempo integral. "Na falta disso, tínhamos que sair à procura de formas de sobreviver. No meu caso, adoeci e tive de alojar-me em casa dos meus familiares, próximo à cidade e deixei a tenda sob responsabilidade da minha esposa", disse.

Para sua tristeza, segundo conta, a entrega das casas aconteceu exactamente num dia em que a mulher

pernoitara na cidade em visita médica, facto que ditou a exclusão do seu nome da lista dos beneficiários, pelo facto de a comissão ter encontrado a porta da tenda fechada.

"O estado deve fazer um inquérito"

A residir actualmente numa casa de adobe construída no mesmo espaço em que as cheias derrubaram a anterior, o velho Paulo solicitou a realização de um inquérito às autoridades locais para se apurar quem são as pessoas que beneficiaram dos imóveis do bairro 25 de Abril.

De acordo com o ancião, um eventual inquérito vai provar que algumas das pessoas que beneficiaram das residências do Estado não estavam na condição de sinistrados. Outra moradora que voltou a construir no Kingombe e reclama por uma residência é Jacinta Ângelo. Ela partilha da ideia de Paulino relativamente à necessidade de se realizar um inquérito. Aliás, Jacinta disse que os contemplados com as novas residências não passam de 80 pessoas, portanto os que saíram do bairro.

"Aqui somos muitos da lista que não recebemos casa. Temos medo que o bairro volte a inundar, mas é o único espaço que temos para ficar", enfatizou.

Casas arrendadas

Foi por intermédio de ambos que O PAÍS soube que entre os "regressados" à zona de risco, estão também pessoas que receberam algumas das residências erguidas no bairro 25 de Abril, nas Mabubas.

Na zona de risco, constatamos que alguns antigos sinistrados arrendaram as suas residências já acabadas, e outras estão em fase de conclusão.

Na tentativa de encontrar alguém nesta condição, batemos a porta de algumas residências apontadas como estando arrendadas, 0,5 seus ocupantes confirmaram que vivem nessa condição. Entretanto, recusaram dizer os nomes dos respectivos senhorios para evitar conflitos.

3.8.4 ZEE acusada de demolir mais de 600 residências no Zango 3

Jornal O PAÍS

02 De Agosto de 2016

Texto: Domingos Bento

Mais de 620 residências foram demolidas na madrugada de Sábado na zona do Zango-3, no município de Viana, em Luanda, por um grupo de

indivíduos alegadamente a mando da direcção da Zona Económica Especial.

Os imóveis, do tipo T-3, fazem parte de um conjunto habitacional pertencente à empresa Fobes e estavam destinados à venda ao público.

Daniel Carlos, director da Fobes, disse, em entrevista a OPAIS, não entender as motivações que estiveram na base das demolições do projecto, avaliado em mais de 1 bilião e 200 milhões de Kwanzas.

Segundo o responsável, a empresa adquiriu o terreno onde foi erguido o projecto por via de uma parceria com os camponeses que alegaram ser os donos do imóvel.

A parceria, conforme explicou, consistia na construção de 624 residências, das quais 40 por cento eram destinadas aos camponeses que receberam ainda uma indemnização pela destruição dos produtos agrícolas no valor de 2 mil kwanzas por cada plantação destruída.

De acordo com o Daniel Carlos, todo esse processo foi acompanhado e seguido pelas diferentes repartições do Governo Provincial de Luanda, por via do Instituto de Planeamento e Gestão Urbana, Serviços de Fiscalização, Serviços de Investigação Criminal, Administração Municipal de Viana e da própria ZEE. Todas as instituições acima referenciadas, segundo Daniel Carlos, deram luz verde à continuidade do projecto, cujas obras iniciaram em Agosto do ano passado e a sua conclusão estava prevista para Dezembro deste ano.

Porém, no último Sábado, sem uma notificação prévia, um grupo de supostos agentes das Forças Armadas Angolanas e da Polícia Nacional invadiram o projecto pela calada da noite e demoliram-no por completo.

Segundo Daniel Carlos, o escritório da empresa, localizado no interior do demolido condomínio, também foi invadido e furtaram cerca de 30 milhões de Kwanzas que se encontravam guardados nos seus cofres.

"Inclusive já tínhamos cá moradores a viver. Muitos deles foram espancados. Os nossos guardas também foram presos, como se fossem criminosos. Foi uma cena de terror. Não entendemos até agora o porquê de tanta violência", frisou.

Daniel Carlos referiu ainda que a sua empresa não fez nada à revelia, tendo cumprido todos os procedimentos legais para o bom êxito do projecto que tinha como uma das suas finalidades ajudar os

camponeses mais carenciados por via de residências e espaços mais condignos 'para viverem.

"Se estivéssemos na ilegalidade, então que nos comunicassem. Não havia razão para tanta violência.

Cumprimos com todos os procedimentos e, inclusive, a própria ZEE acompanhou a implementação de todo o projecto. Nunca escondemos nada. Tudo foi claro", disse.

ZEE em silêncio

Contactada por O PAÍS, a direcção da Zona Economia Especial não se pronunciou sobre o assunto. Já uma outra fonte ligada à instituição disse, sob anonimato, que o projecto habitacional foi construído dentro do perímetro delimitado e que a empresa não tinha autorização para lá construir.

"Eles mentem quando dizem que houve um acompanhamento do projecto por parte da nossa empresa. O que houve' reúne-se a uma notificação, mas eles tinham que esperar por um veredicto final.

Acontece que essa orientação não foi cumprida e achou-se por bem avançar com as demolições. Mas é um assunto que ainda está em seguimento", atestou.

Camponeses desmarcam-se da ZEE

Por sua vez, os camponeses, que documentalmente asseguraram ser os proprietários do espaço, alegam nunca terem sido contactados pela direcção da Zona Económica Especial. É o caso de Paulino Barroso, 70 anos, que diz viver na zona desde 1961.

De acordo com o ancião, sempre dependeu daquele espaço para viver, até que, em 2015, decidiu dar a sua parcela à empresa FOBIS, em troca de uma casa condigna.

"Eles (a empresa) pagaram tudo que destruíram. No final do projecto dar-me-iam uma casa porque eu não tenho condições de vida. Vivíamos mal O Estado não olha para nós. Agora, não pode a ZEE chegar aqui e destruir. Antes de eles existirem nós já vivamos aqui havia muito anos. E temos documentos que comprovam que essa terra é nossa", afirmou.

Vicente Oficial, outro camponês, mostrou-se indignado com a situação, tendo assegurado que nada do que foi feito é ilegal. "Somos filhos desta terra há muitos anos e somos nós que decidimos entrega-la em troca de casa. Eles (a ZEE) não tinham nada que chegar aqui e demolir. Ninguém roubou ninguém".



3.8.5 Demolições anárquicas no Zango III

Jornal O PAÍS
03 De Agosto de 2016

Escrevo por desespero e sem saber que porta bater. Por mérito próprio, absteve-me de tantas coisas porque optei em juntar o meu humilde salário para comprar o meu terreno e levantar a minha própria casa no Zango III, coisa que consegui concretizar parcialmente este ano.

Em, sem qualquer aviso prévio, lá vieram no passado sábado 30/07/2016, militares armados com supostas ordens superiores. Derrubaram todas as casas que lá estavam. Mas, ninguém conseguiu explicar os motivos pelos quais as casas foram derrubadas.

Esta é uma zona onde só haviam obras dirigidas e nada de casa de chapa ou mal delineadas.

Como pode alguém chegar e derrubar mais de 700 casas em blocos. Será que não podemos ter algo nosso? O meu terreno foi comprado à empresa de construção FOBIS em fins de 2015, e na semana em que demoliram eu estava a terminar o cabouco. Será que tenho de calar, aceitar esta injustiça e perder todo o investimento feito? Aonde vou reivindicar os meus direitos.

No acto da compra do meu espaço, fui à administração do Zango averiguar se o espaço era reserva do Estado e também se não havia outra irregularidade.

Sinto tanto essa injustiça que as minhas palavras não conseguem exprimir a fúria que sinto por dentro.

3.8.6 Militares acusados de semear terror no Zango

Novo Jornal
05 De Agosto de 2016
Texto: António Paulo

Máquinas e militares armados, com supostas ordens superiores, irromperam pelas 3h da madrugada de sábado, no bairro Zango 3, e derrubaram todas as casas construídas pelo Fundo de Organização de Bens e Imóveis (FOBIS), Sociedade Limitada. O património estava orçado em um bilhão e 200 milhões de Kwanzas de acordo com o diretor de projetos da FOBIS, Daniel Carlos, entrevistado pelo Novo Jornal, e que, na manhã de quarta-feira, esteve no local para testemunharem um cenário desolador.

Casas deitadas abaixo, escombros, bairro isolado e desabitado, militares por todo lado. Este foi o quadro que a reportagem do Novo Jornal constatou no terreno, que fica a escassos metros de um condomínio erguido pelo Cofre de Providência da polícia Nacional.

O cenário de destinação e de homens armados fazia lembrar uma zona de "guerra". Ninguém tinha permissão para avançar sem autorização dos militares. A equipa do Novo Jornal identificou-se e chegou à

Conversa com o engenheiro Saraiva e o coronel Ndongwa, que se apresentou como comandante do Posto de Comando Unificado do Zango. Os dois responsáveis, que são acusados pelos populares de terem dirigido as ações de demolição e as operações militares, não aceitaram prestar esclarecimentos sobre as demolições, nem permitiram a obtenção de imagens. Limitaram-se a pedir os números de telemóvel aos repórteres para um contacto posterior, o que não aconteceu até ao fecho desta edição.

Enquanto ali estivemos, um pequeno grupo de populares lesados também se aproximou do quartel improvisado, para tirar satisfações, mas sem sucesso. Minutos depois, surgiu o diretor de projetos da FOBIS, Daniel Carlos, que foi escorraçado e ameaçado pelo comandante das tropas. "Sai já daqui, foste falar o meu nome naquela rádio da UNITA", disse, com arrogância, o militar, referindo-se a notícias Sobre o assunto avançadas pela Rádio Despertar, órgão de comunicação social ligado ao maior partido da oposição.

Em conversa com o Novo Jornal, o diretor de projectos da FOBIS disse não entender as razões que levaram à destruição das moradias do empreendimento, de tipologia TI, "legalmente" construídas Desde o final de 2015. Daniel Carlos explicou que a empresa adquiriu o terreno, onde foi erguido o projeto, por meio de uma parceria com camponeses e antigos proprietários de lavras no local.

Explicou que a parceria visava a construção de 624 residências, das quais 40 por cento eram destinadas aos camponeses que beneficiaram ainda de uma indemnização pela destruição dos produtos agrícolas, no valor de dois mil kwanzas por cada plantação destruída.

Daniel Carlos assegurou que a FOBIS é uma empresa legalmente constituída e esclareceu que, durante todo o processo, a imobiliária cumpriu os processos de aquisição dos terrenos.

"Todo esse processo foi acompanhado e seguido pelas diferentes repartições do Governo provincial de Luanda, através do Instituto de Planeamento e Gestão Urbana, Fiscalização, Investigação Criminal, Administração de Viana e pela própria ZEE, que mandou destruir as casas", pormenorizou a fonte.

Sem notificação, nem ordem do Tribunal Recuando no tempo, o responsável da FOBIS disse ter sido avisado pela ZEE em Dezembro passado, que a imobiliária estava a invadir a reserva fundiária do Estado, mas aclarou que o assunto ficou esclarecido depois de um encontro entre as duas instituições. "Nesse encontro, identificámo-nos, apresentámos o nosso alvará, o Diário da República e a licença de Construção. Explicámos que, em momento algum, comprámos terrenos e que a mesma era pertença dos camponeses, que, na ocasião, certificaram o assunto. A ZEE simplesmente olhou para o documento e calou-se, porque, no nosso ponto de vista, reconheceu a nossa posição", rebateu.

Para espanto do interlocutor, na madrugada de sábado, homens e má-quinhas, protegidos por militares do Posto de Comando Unificado da zona,

deitaram o projeto abaixo sem notificação por parte da ZEE, nem por ordem expressa do Tribunal. "Entendemos nós, como empresa, que por mais que houvesse um erro administrativo da FOBIS, a ZEE poderia muito bem chamar-nos e corrigir possíveis infrações. Não houve possibilidade de

Negociarmos e, infelizmente, sem mandado do Tribunal, arrombaram as nossas portas e fizeram o que bem entenderam", reclamou.

Daniel Carlos acusou ainda os "demolidores" de terem furtado 30 milhões de Kwanzas que se encontravam guardados nos escritórios da FOBIS, localizado no interior do condomínio demolido.

"Foram destruídos bens comprados por funcionários públicos, muitos compraram as casas a crédito e viram tudo destruído. Muitas pessoas que já aqui viviam foram espancadas e os nossos guardas detidos", explicou a fonte, avançando que o processo já se encontra nas mãos do advogado, David Mendes, para discussão do assunto em Tribunal.

3.8.7 Concentração no GPL

Novo Jornal

05 De Agosto de 2016

Texto: António Paulo

Dezenas de populares, muitos deles vítimas das demolições do último final de semana no Zango 3, concentraram-se quarta-feira, 3, na zona do Governo da Província de Luanda (GPL) para exigir esclarecimentos e solução das moradias destruídas. Ali, nenhum responsável do palácio da Mutamba se dignou atendê-los. O silêncio foi total, constatou o Novo Jornal no local.

Os sinistrados solicitavam a intervenção do governador Higinio Carneiro no sentido de mandar parar as demolições que deixaram desabrigadas centenas de famílias. Cardoso Filipe, um dos moradores que com a residência destruída, disse que á administração de Viana e o GPL estão inocentes na operação porque quem está a comandar a operação são oficiais militares.

Juliana Domingos, outra residente do Zango 3, contou que se viu obrigada a dormir na rua depois da demolição da sua moradia. A entrevistada explicou que quando os militares chegaram fizeram vários tiros e ameaçaram de morte os moradores que se recusavam a abandonar as casas. "Eles demoliram as casas com as mobílias, nem eu nem os meus filhos trocámos de roupa porque tudo ficou debaixo das pedras.

Não sei quando vai terminar este sofrimento", lamentou a cidadã que vivia há quatro anos no local.

Os moradores disseram não ter recebido nenhuma notificação por parte da administração ou de qualquer instituição para abandonar as residências. "Os militares obrigaram as pessoas a abandonar as casas durante a madrugada e disseram que a residência seria demolida sobre quem voltasse para tirar as coisas", denunciou Manuel António.

Os queixosos alegaram que, após o pagamento, tiveram uma aprovação da administração de Viana para a construção das residências. " Nós estamos legais naquelas casas, se os militares

acham que o terreno é deles, ou de um deles, então que procurem entender-se com a administração. Não é correcto, depois de construirmos as nossas casas com tanto esforço, aparecerem assim do nada e destruírem tudo. Isso não é justo", reclamaram os populares aflitos.

Situação recorrente

Refira-se que no passado mês de Abril e Maio, o Novo Jornal retratou um episódio de demolições de residências ocorrido no bairro do Progresso, também na localidade do Zango 3, que vitimou mortalmente um menor de cinco anos. Os actos foram igualmente atribuídos aos responsáveis da Zona Económica Especial.

O corpo do menor, falecido a 21 de Abril durante as demolições, foi enterrado 15 dias depois de os restos mortais terem ficado abandonados na morgue do hospital Maria Pia, na sequência do braço-de-ferro que opunha os progenitores e a Zona Económica Especial.

Na ocasião, o pai da criança, identificado simplesmente por Baptista, informou por telefone o Novo Jornal que a família tinha sido solicitada a comparecer na administração de viana para proceder ao levantamento do caixão e alguns bens alimentares alegadamente fornecidos pela Zona Económica Especial para o funeral do menor.

A criança perdeu a vida quando forças da ordem e militares, supostamente ao serviço da Zona Económica Especial (ZEE), teriam invadido o local rei-vindicado pela Zona Económica Especial como seu, e impedido o pai de socorrer a criança que se encontrava no interior da residência. A família alega que foi a Acção do tractor que esmagou a cabeça do menor.

Perante a presença dos agentes da ordem e militares, que se fizeram acompanhar de um helicóptero, os

pais da criança e outros moradores teriam oferecido resistência à acção dos efectivos de segurança, que responderam com agressões físicas contra o pai do menor, que chegou a cair inconsciente e com graves lesões num dos braços, impedindo-o assim de ir a tempo de retirar da residência a criança de um ano e quatro meses.

"Pedi que me' deixassem pelo menos tirar o meu nené, mas não quiseram saber, até que a máquina partiu a casa e o pneu do tractor pisou a cabeça da criança. Encontrámos o menino com os miolos todos fora da cabeça", contou na altura o pai à Rádio Eclésia.

Nesse mesmo dia, contou a mãe do menor àquela estação radiofónica, foram alguns militares que os acompanharam até à morgue de Luanda, onde o corpo ficou desde 21 de Abril até 4 de Maio.

Uma fonte do Ministério Público disse ao NJ que o caso já era do conhecimento do Tribunal de Viana, por se tratar de um crime público, cuja resolução não passava apenas por uma "indenização arbitrária" por parte da ZEE.

3.8.9 Denúncias nas redes sociais

Novo Jornal

05 De Agosto de 2016

Os relatos das demolições começaram rapidamente a surgir na internet, onde são exibidos vários vídeos que contestam a actuação dos militares, supostamente amando de general Wala, comandante da Região Militar de Luanda, de acordo com informações publicadas na rede social Facebook.

"No local onde as casas estão a ser destruídas é onde a tropa do general Wala se encontra, prenderam dois jovens que estavam de passagem e obrigaram as famílias dos jovens a trazer 5000 kz para poderem libertá-los. (os tropas do general Wala estão a trabalhar de estômago vazio ...) Felizmente, os jovens já foram soltos, mas apresentam ferimentos graves ... ", lê-se numa das várias publicações daquela rede social.

Os internautas descreveram a situação vivida pelas populações afectadas como sendo crítica. "Eles continuam a destruir as casas do povo e até agora ninguém sai para dizer qualquer coisa, se vão dar outras casas ou se vão indemnizar o povo", desabafaram os internautas, que falaram mesmo em mortes de populares. "Dois idosos acabaram por morrer de tensão alta. A media parece estar corrupta, até agora ninguém aparece, mas sabem o que está a se

passar. O povo precisa de ajuda ... ", lê-se num dos apelos.

Os relatos feitos nas redes sociais, e que o Novo Jornal reproduz mesmo com erros, tal como estão escritos, revelam ainda que, no sábado, dia 30/07/2016, apareceram no Zango 3, cinco viaturas da casa Militar, "cheio de homens armados" e acompanhado com dois tractores. "Os militares cercaram a área e os tractores começaram a destruir todas as casas. Eu cheguei no local as seis da manhã e encontrei mais de 100 casas destruídas e pânico na área, porque os militares prendiam toda gente que tentava filmar", denunciou um internauta, que certifica ter havido detenções de jornalistas durante cerca de 12 horas.

"Se alguém tentava se aproximar eles faziam tiros no ar e ao lado dos pés do povo, tudo para intimidar o povo", relatou outro internauta.

3.8.10 FAA espezinham administração do Estado?

Jornal Manchete

05 De Agosto de 2016

Texto: Orlando Rocha

O dia 30 de Julho de 2016, sábado, vai ficar marcado para sempre na memória dos angolanos - "sem terras" - cujas obras, nas quais depositaram a esperança do sonho da casa própria foram demolidas, por militares das Forças Armadas Angolanas (F AA), alegadamente, afectos à Região Militar Luanda, estacionados na Zona Económica Especial (ZEE), em Viana, Luanda.

O cenário de guerra se instalou na zona - Zango III, junto ao denominado condomínio da Polícia - às 3 horas da madrugada, fazendo crer que os militares foram lá colocados, na noite anterior para o cumprimento de mais uma missão, que visou deitar para baixo as construções erguidas em zonas consideradas reserva fundiária do Estado.

Os poucos moradores da zona, entraram em pânico, tendo os militares os acalmados, dizendo que estavam apenas a cumprir "ordens superiores".

Tratam-se, porém, de perto de duas centenas de obras de construção definitiva que foram demolidas, sob o olhar impávido dos proprietários, muitos dos quais se viram forçados a desfalecer. Os prejuízos são assustadores, tendo em conta a dimensão e qualidade das respectivas obras, sendo que, muitas já estavam concluídas e aguardavam apenas pelos moradores que faziam os preparativos para a mudança.

Enquanto decorria a acção militar, a zona ficou sitiada, até ao período da tarde, não tendo sido permitido a entrada e saída de pessoas ~ viaturas. Face a insistência de alguns proprietários de abras, - indefesos - os militares fizeram vários disparas, como se o país tivesse voltado à guerra, bem como outras ameaças que poderiam resultar na violência física.

Para além das residências, muitos perderam outros bens, como telemóveis e dinheiro que terão sido confiscados pelos militares, no sentido de os impedir de fazerem contactos com o exterior da zona onde decorriam as demolições. "Não fomos permitidos que fizéssemos contactos com os nossos familiares e muitos dos telemóveis, caros, foram confiscados, enquanto os baratos foram quebrados na frente dos proprietários", contou uma fonte, acrescentando que a sua situação, no que respeita ao sonho da casa própria, esfumou-se, para além de estar endividada com uma das instituições bancárias para a qual recorreu no sentido de obter o crédito. Como ela estão na mesma situação centenas de populares que, segundo contaram, fizeram das "tripas coração" no sentido de obter urna casa.

"Nada indicava que esta situação deveria acontecer connosco, pois, as residências foram compradas a uma construtora". Esta, porém, tudo está a fazer no sentido de se chegar ao consenso com as autoridades locais para que as vítimas sejam ressarcidas. Mas, ao que tudo indica, parece que o consenso está distante de ser um facto, tendo em conta que as rondas de negociações havidas esta semana não surtiram os efeitos desejados.

Administração de Viana não foi tida nem achada

Fontes próxima da administração municipal de Viana garantiram ao Manchete que, as autoridades locais foram apanhadas de surpresa pelas demolições lavadas a cabo dia 30 de Julho último, tendo as informações chegado ao seu conhecimento através de populares que se consideram vítimas das mesmas. "Nós não temos conhecimento da realização desta acção no nosso município", disse um dos interlocutores, preferindo o anonimato, tendo acrescentado que se trata de urna acção da ZEE e, não são poucas as vezes que esta instituição age desta forma, sobrando tudo para a administração municipal.

"Sempre que a ZEE procede a demolições não contacta a administração municipal e no fim das coisas as pessoas, que se dizem vítimas, vêm ter connosco", enfatizou, sublinhando que "as F AA sobrepõe-se a administração do Estado, fazem o que bem entender numa zona onde existe a administração do Estado."

Este jornal apurou, igualmente, que as estruturas partidárias do MPLA a nível do município e não só, - partido que governa Angola desde 1975 - não foram lidas nem achadas pelos militares da FAA.

Falta de diálogo

Os primeiros sinais indiciando que os rumores postos a circular sobre prováveis demolições na zona em referência se transformariam em realidade, acentuaram-se em Abril último, na sequência de panfletos que foram deitados por elementos da Polícia Nacional que se fizeram transportar em helicópteros da corporação. Depois veio o silêncio e, de seguida, a acção prática. "Não houve encontro entre os proprietários das obras com os senhores da FAA mandatados pela ZEE", contaram as fontes, frisando que se trata de uma zona reservada, as autoridades deveriam impedir o andamento das obras que, tal como acima referenciamos, muitas delas estavam na fase de conclusão e outras já concluídas. "O dispositivo militar mandado para o terreno hoje (30.07.2016) deveria ter estado cá quando o mesmo começou a ser limpadado para a construção de residências e outros projectos sociais, numa iniciativa da população desprovida de residência", defendem. Para si, deve haver sensibilidade por parte dos mandantes destas demolições para que as vítimas sejam ressarcidas.

"Nós só vimos os helicópteros a sobrevoarem, o último deles sobrevoou no princípio do mês passado, ninguém veio ter connosco".

Construções dirigidas

3.8.1 | Insuficiência das administrações municipais

Jornal Manchete

5 De Agosto de 2016

Em Dezembro de 2014 foi realizado, em Luanda, um seminário nacional sobre a problemática da ocupação de terras, tendo os participantes ao encontro chegado a conclusão de que a demora na cedência de espaços para construção, êxodo populacional, passividade dos órgãos de justiça são algumas razões que contribuem para o crescimento do fenómeno da ocupação 'ilegal' de terras em Angola.

A esta conclusão, publicada no ano seguinte pelo Governo Província de Luanda, juntam-se às denúncias sobre o acesso "ilegal" aos serviços de arquivo e cadastro do Governo por "pessoas não autorizadas".

Uma das causas da ocupação dos terrenos, considerados reservas fundiárias, é o êxodo populacional, do interior para o litoral, sobretudo para Luanda, em que o fenómeno "constitui oportunidades de negócio para muitos".

Na altura, o então governador Graciano Domingos, havia dito que acredita que este fenómeno é o reflexo das várias "consequências deixadas pela guerra", que causou a migração à procura de "segurança", tendo admitido que, com a paz e a aprovação das leis de terras e do ordenamento do território e urbanismo, foram criadas as bases para que os órgãos do Estado assumam as responsabilidades na gestão e defesa da propriedade imobiliária, pública e privada.

Quando as primeiras pessoas começaram a adquirir parcelas de terrenos na zona, através de uma empresa, cuja titularidade é atribuída ao general Cunha, lhes foi dito que a mesma estava reservada a obras de construção dirigida, razão porque, lhes havia sido dada a respectiva planta e o croquis de localização.

Um jurista angolano, conceituado, esclareceu que, uma vez os populares adquirirem o terreno e construírem, desde que as moradias tenham porta e janelas aplicadas, já não se trata de um terreno mas, sim, de obra e caso as autoridades queira reaver o mesmo (terreno) tem que indemnizar. "Pois, o que estavam já não eram (são) terrenos mas, sim, moradias", esclareceu.

MPLA pode perder terreno

De algum tempo há esta parte, várias as demolições que têm sido levadas a cabo por militares, alegadamente, pertencentes a Região Militar Luanda, deixando milhares de famílias ao relento.

No entanto, segundo apurou o Manchete, estas acções estão a desprestigiar o MPLA, que tudo faz para se manter no poder, depois das eleições de 2017.

Inconformadas com a situação, muitas das vítimas dizem alto e bom som, que mesmo coagidos não mais irão votar para o MPLA.

"O que temos que fazer, nós, povos sofredores e desprezados, é votar na oposição, para que haja a alternância de poder", disse um jovem visivelmente desiludido, tendo sublinhado que "o MPLA continua a maltratar a população, prometeu a construção de um milhão de casas mas a maioria da população não beneficia de nada. Ainda por cima destrói aquilo que fizemos com muito sacrifício".

O perímetro

A área onde haviam sido erguidas as obras ora demolidas está localizada num perímetro que pertence ao município de Viana mas, está sob tutela da ZEE, sendo considerada parte das reservas fundiárias do Estado, cujo limite naquela circunscrição é o Rio Kwanza.

ZEE, o que é? A Zona Económica Especial, abreviadamente designada por ZEE Luanda-Bengo, foi aprovada e criada Através do Decreto N° 50/09 de 11 de Setembro, pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos.

É um espaço industrial de referência concebido para o estabelecimento de actividades económicas de produção, transformação e fabrico. Está dividida em quatro quadrantes, com as infra-estruturas necessárias ao adequado funcionamento de cerca de 50 unidades fabris que aí se estão a instalar.

Dispõe ainda de um núcleo central composto por 5 edifícios destinados ao estabelecimento de actividades administrativas, com uma área total de 5.600m².

3.8.12 Intervenção das FAA

Jornal Manchete

05 De Agosto de 2016

O chefe do Estado-Maior General Forças Armadas Angolanas (F AA) afirmou, em Junho de 2014, em Luanda, que os efectivos estão prontos a colaborar com O Comando Provincial da Polícia Nacional, no combate à ocupação ilegal de terrenos.

O general Geraldo Sachipengo Nunda fez esta afirmação à Comunicação Social, no término da visita feita às instalações ao Comando da Região Militar de Luanda, onde se inteirou do seu funcionamento e do estado de prontidão da tropa.

Sublinhou que a ocupação ilegal de terrenos está relacionada com questões de ordem pública mas também, é importante a participação das F AA, tendo em conta que em muitos casos, há o envolvimento de militares nas ocupações ilegais.

A participação das FAA no combate ao crime é importante para complementar a actividade realizada pela polícia: "estamos no mesmo sistema de segurança nacional e as F AA estão prontas para intervir onde for necessário e deve prestar essa acção como um dever patriótico e não como um favor", disse, tendo de seguida manifestado a mobilização dos efectivos para fazer com que as reservas fundiárias do Estado sejam preservadas com determinação em colaboração com a Polícia Nacional.

De lá para cá, o comandante da Região Militar de Luanda, tenente general Simão Carlitos Wala, coadjuvado pelos seus inferiores hierárquicos, assim como os demais efectivos das FAA - na sua jurisdição não poupam forças no sentido de combater a ocupação ilegal de terras.

3.8.13 Martelo demolidor de Wala deixa por baixo mais de 600 casas

Jornal Liberdade

05 De Agosto de 2016

Texto: Framanuel

Mais de 600 casas pertencentes ao projecto habitacional da construtora "FOBIS," localizado no Zango 3, município de Viana, foram demolidas por supostos elementos afectos ao Posto de Comando unificado da região Militar de luanda.

Nas primeiras horas de sábado apareceram 5 carros da casa Militar com homens armados e acompanhado com máquinas sem dar explicações começaram a partir todas casas, inclusive os materiais de escritório que também foram levados disse Daniel Portacio, um dos responsáveis da con- strutora.

o gestor assegura que o espaço foi adquirido por via de uma parceria entre os camponeses que asseguram ser os legítimos donos das parcelas em causa.

O acordo revela, consistia na construção de milhares de apartamentos dos quais algumas seriam entregues aos homens que desbrava- vam àquele terreno que ainda receberam algum valor como indemnização pela destruição dos produ- tos agrícolas.

A empresa diz desconhecer as razões que terão levado as demolições dos imóveis de tipologia – 3, até, porque construtora cumpriu com todos os pressupostos para construção do projecto habitacional.

Daniel Portacio fala mesmo que Comandante da Região Militar, general Wala foi visto enumeras vezes a rondar área, mas não conseguiu aproxi- mar-se das populações e moradores que procura- vam afrontar os alegados agentes no local, apesar de que no momento estavam em punhados com armas.

Neste momento, relata que centenas de famílias encontram-se ao relento. Espalharam medo fazendo tiros no ar e ao lado dos pés do povo que foram surpreendidos com apar- to de efectivos das FAA e maquinas desconhecendo as razões da Região Militar. "É dolorosa esta atitude, existe muita agente que era

candidato que já sonha- va com uma casa e outros desempregados que já pagaram acabam por matar o sonho da casa própria, lamentou um popular.

Os prejuízos financeiros, confidenciou a fonte está avaliado em mais de 1 bilião e 200 milhões de Kwanzas, montante que a construtora diz que vai ter dificuldades em recuperar devido as perdas com as demolições do projecto.

3.8.14 Toda “Tramoia” do GPL e de Rui Cruz

Jornal A República
05 De Agosto de 2016
Texto: João Diala

É devido à uma pseudo expropriação, ou o tal usucapião, ou ainda a chamada requalificação como argumentação efectuada pela ré Prominvest no processo nº793/D que decorre na 2a Secção do Cível e Administrativo do Tribunal Provincial de Luanda que o jornal A REPÚBLICA se debruçou na investigação de todo o processo inquinado logo a partir do Governo Provincial de Luanda (GPL), na altura, isto é, em 2006, a Governadora Provincial de Luanda, Francisca do Espírito Santo, e Augusto Inglês, como Diretor do Gabinete Jurídico do GPL, onde começou a "marosca".

Tudo indica que foi o GPL quem atribuiu e/ou vendeu os terrenos do largo Lumeji a Imogestín, num acto deliberado de trapaça, porque, de facto, nunca existiu expropriação por utilidade pública, as pessoas foram enganadas e esbulhadas, pois não receberam a devida indemnização sob procedimento judicial que devia ter como referência o pagamento de uma justa compensação. Ou seja, o GPL atribuiu ou vendeu os terrenos do largo Lumeji a Imogestín, esta, por sua vez, terá cedido ou vendido à Prominvest. Ou seja, Rui Cruz, na qualidade de PCA da Imogestín, terá comprado os terrenos ao GPL e, mais tarde, vendeu o mesmo a ele próprio, uma vez que ele é representante da Prominvest.

Portanto, estamos perante os factos que, de alguma forma, perturbam a percepção de qualquer Angolano. Se juntarmos o facto de que Rui Cruz é o PCA da Imogestín, SA, empresa que foi designada pelo Governo Angolano para, em sua representação, proceder a gestão da construção e das vendas ou outras formas de transmissão de habitações, espaços comerciais e outros activos imobiliários, a serem integrados no plano de desenvolvimento construtivo e comercial de alguns projetos habitacionais, de acordo com o Decreto Presidencial nº 329/14, de 29 de Dezembro. É também representante da

Prominvest Promoção e Investimentos Imobiliários Limitada, onde, de facto, os interesses colidem, tornando óbvia a colocação das seguintes questões: Entre a Promoveste e a Imogestín, qual é a empresa que Rui Cruz prioriza na defesa dos seus interesses?

A quem quis o Governo Angolano beneficiar, ao tornar a Imogestín numa empresa monopolista do ponto de vista de mercado? Claramente que mais uma vez vamos assistir, não tarda, ao descalabro da Imogestín, pois não se consegue conceber, do ponto de vista funcional, que uma empresa gerencie todas as Centralidades habitacionais de um País! Isto é inconcebível, seja do ponto de vista funcional como económico, não tem como, será rutura total, mais tarde ou mais cedo, aliás, podemos constatar as muitas reclamações dos moradores das Centralidades do Kilamba e do Sequel, reclamações estas que a Imogestín não consegue satisfazer. Voltando ao principal assunto, o do pseudo processo de expropriação, outras vezes alegando o usucapião e requalificação quer pelo GPL quer a Imogestín bem como a ré no processo, a Prominvest, nunca foi cumprida a devida indemnização, principalmente ao beneficiário Carlos Alberto da Silva Ramos, indivíduo herdeiro legítimo das habitações que sempre debateu-se para a devida compensação, sendo que esta habilitação de herdeiros (de 1992) foi feita à cautela, pois, no ano de 1969 já haviam obtido, junto da autoridade colonial da época, uma declaração de óbitos para efeitos orfanológicos.

É mais que notório a perversidade de Rui Cruz, em não querer resolver a situação em causa, deixando correr um processo que de antemão sabe que está perdido, mas que, de facto, tenta arrastá-lo causando enormes prejuízos e danos psicológicos para o malgrado Cidadão.

3.8.15 Vou receber o meu dinheiro

Novo Jornal
05 De Agosto de 2016

A par das casas destruídas da FOBIS, cidadãos alheios ao projecto habitacional também foram afectados com as demolições. O jovem enfermeiro, David SaIo mão, disse ao Novo Jornal que erguia na circunvizinhança do condomínio, uma residência do tipo T3 que foi igualmente destruída.

Explicou que comprou um terre- no de 15/15 metros no local a uma conhecida da irmã de sua mulher, no valor de 500 mil kwanzas. "A minha casa já estava a ser levantada. Viemos aqui no sábado para ver o andamento das obras e, para meu espanto, encontrámos todas as paredes no chão. Nem o meu

espaço consegui reconhecer. Havia muita confusão, gente a chorar, pessoas a desmaiar e os militares a impedir-nos de entrar no espaço", contou o cidadão, que disse ter voltado na quarta-feira ao Zango para um possível recadastramento.

"Hoje vim porque disseram-me que estavam a fazer a lista dos lesados e, uma vez aqui, não há nada. O comandante disse para eu ir ter com a senhora que me vendeu o terreno para devolver o meu dinheiro. É isso que vou fazer, mas é outra história que terei de enfrentar", desabafou.

3.8.16 Jornalistas detidos por militares da UGP

Jornal Folha 8

06 De Agosto de 2016

Dois jornalistas angolanos, um afecto ao semanário Terra Angolana e outro à Rádio Despertar, foram detidos por militares da Unidade de Guarda Presidencial (UGP) no dia 05, quando faziam uma reportagem no Zango 2 e 3, especificamente nas zonas onde foram demolidas mais de 4 mil residências. Os jornalistas, segundo informou Francisco Tchicundia, vítima ao serviço da emissora Despertar, 'aproveitavam a presença de urna comitiva de deputados da UNITA que se deslocaram àquela localidade para constatar o estado em que se encontram as famílias desalojadas forçadamente no sábado último, dia 29 de Julho.

"A intenção deles era justamente confiscarem a máquina fotográfica do colega da Terra Angolana porque, conforme nos informaram mesmo, receberam orientações para não permitirem que se fizesse fotografias das casas destruídas", contou o jornalista ao F8.

Solidários com os jornalistas, os deputados decidiram acompanhar os profissionais da comunicação social até a unidade dos militares situado na Zona Económica (ZEE). Na "guarnição da UGP", tanto os jornalistas como os deputados foram interrogados ao longo de 45 minutos seguidos, violando assim as imunidades previstas constitucionalmente aos representantes do povo na Assembleia Nacional.

"Disseram que ninguém, nem os deputados, estão autorizados a visitar aquelas pessoas", transmitiu Francisco. Depois do interrogatório, os militares realizaram uma verificação aos meios informáticos dos jornalistas e apagaram algumas fotografias feitas por ambos.

Não houve agressão física, tal como veicula em alguns órgãos de imprensa. o final da "arbitrariedade", um sargento ainda pediu desculpas aos deputados e jornalistas, alegando que apenas estava a cumprir ordens superiores. Corpo do texto. Corpo do texto. Corpo do texto. Corpo do texto.

3.8.17 Vítimas do zango desabafam: "dos santos governa 50 para ele"

Jornal Folha 8

06 De Agosto de 2016

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, está a declara sensação clara de governar somente para ele e seus próximos", desabafou ao F8, um número incalculável de cidadãos desalojados das suas residências nos Zangas I, H, m e 4, que acorreram na passada quarta-feira ao Governo da Província de Luanda para exigir a reparação dos danos.

Os referidos autóctones que viram suas residências deitadas abaixo por homens e máquinas, desceram à baixa da capital logo às primeiras horas da manhã, mantiveram-se frente ao Governo da Província de Luanda, como forma de pressionar o governador, Higino Carneiro. a tomar uma posição. M: IS foram alegadamente menosprezados.

Então desesperados, alguns deles tencionavam pernoitar no local, mas, de forma subtil. Foram repelidos pelos operativos da Polícia nacional.

Contudo, as vítimas garantem que não irão abdicar de seus direitos e prometeram mesmo. caso não sejam satisfeitas as suas exigências pela administração municipal de Viana, regressar ao Governo Provincial com cobertores, esteiras, colchões e fogareiros para quotidianamente pernoitarem frente ao Palácio da Mutamba, até verem seus direitos observados.

"O Presidente da República tem casa, os filhos dele têm casa, os membros auxiliares do executivo dele e filhos destes, todos têm casas, porquê demolirem as nossas casas? Sou pobre, fiz um esforço danado para conseguir um milhão e oitocentos mil Kwanzas (KZl.800.000) para comprar a casa. Hoje eles (Governo) partem? E o ridículo é o administrador municipal e o comandante municipal da Polícia alegarem não terem conhecimento do sucedido", lamentou a jovem Mara, acrescentando, que, "não é preciso ir ; 1 escola para saber que não é dessa forma que se governa um povo", referiu. "Se existe um povo no mundo que não merece passar por isso, é o angolano. Não exige nada, não cria rebelião, é exageradamente pacífico, o MPLA e o Presidente irão

de arrepende-se um dia destes", previu outro interlocutor.

3.8.18 Empresa construtora diz-se surpreendida

Jornal O Crime

6 De Agosto de 2016

Daniel Alves, director do Fundo de Organização de Bens e Imóveis, SL (FOBIS) e responsável pela construção do condomínio, garante que a empresa é legalmente autorizada, pelo Estado, como mandam as regras comerciais, e tem estado a fazer condomínios para ajudar o Estado, no problema de habitação social.

"Somos uma construtora que tem por objecto social a construção e venda de imóveis. Fomos surpreendidos, no último sábado, por volta das 2 horas da manhã, por homens e máquinas que, sem alguma documentação, demoliram um condomínio de 624 residências, avaliadas em 1 bilhão e 200 milhões de kwanzas, alegando que o condomínio foi construído no perímetro da ZEE".

Segundo o responsável, a FOBIS tem pressupostos que atestam a sua legalidade e, "em momento algum, compramos o terreno ou evadimos terrenos em alguma zona pública do Estado. Fizemos parceria com os proprietários dos espaços para que, no final do projecto, dividíssemos as residências. Uma parte para as camponesas e a outra para empresa, que tem fins lucrativos".

Em Dezembro do ano passado, continuou, a ZEE notificou a empresa para que provasse a sua legalidade, "reunimos a documentação dos alvarás comerciais e de construção, dos impostos pagos, dos diários da República e, inclusive, o contrato que tínhamos com os proprietários do espaço que, no final deste ano, teriam as suas residências terminadas. A ZEE, ao aperceber-se que não havia nada ilegal e que tínhamos tudo nos conformes, remeteu-se ao silêncio, dando a entender que consentiram". Engano.

'Até que sábado, sem mais nem menos, eles arrombaram os nossos escritórios, levando documentos e material informático e um valor monetário, estipulado em 30 milhões de kwanzas, que foram levados em lugar incerto".

Fala-se em interesse de terceiros

Uma vez que é uma zona de grande dimensão, albergando vários condomínios, zonas habitacionais e bairros adjacentes, os moradores crêem que há

interesses de terceiros naquele lugar. "Toda esta zona, há 10 anos, era lavra, para além do condomínio da FOBIS. Há pessoas que compraram o espaço nas mãos dos camponeses, como ficam estas pessoas? Que governo é este que não vela pelos direitos dos cidadãos? Esqueceram-se de que entre os militares também há pessoas de baixa renda? Foram estes militares que nos explicaram que este local é do interesse do governador, Hígino Carneiro, do tenente-general, Wala, e do marido da Tchizé", culparam.

Sem qualquer outro recurso, os populares acusam a Administração local, enquanto entidade superior do município, de nada fazer para, pelo menos, averiguar o que se passa naquela área. "Já fomos à Administração e eles dizem-nos que temos de ir à Zona Económica Especial (ZEE) e, quando lá vamos, dizem sempre que estão reunidos".

O director da FOBIS acredita, também, que há interesses de terceiros, "não é uma questão do Estado. Há pessoas que querem tirar dividendos neste espaço. Senão, vejamos: há mais de três condomínios erguidos no mesmo espaço, feito por empresas privadas, por que só destruíram o nosso?", perguntas que ficam por ser respondidas, uma vez que a nossa equipa de reportagem tentou contactar a Direcção da Zona Económica, mas sem sucesso.



3.8.19 Militares facturam com demolições de casas

Jornal O Crime

06 De Agosto de 2016

Texto: Osvaldo de Nascimento

Foi por volta das 2 horas da madrugada, quando bateram á minha porta. Perguntei quem era, responderam que eram militares e que estavam aí para cumprir uma missão. Como quem não deve não teme, saí. Quando abri a porta, de repente, retiraram-me à força e acusaram-me de invasor", conta Gil Costa, acrescentando que, mesmo alertando os tropas que no interior da residência estavam os seus três filhos e a esposa, os brutamontes entraram, com as

armas em punho, gritaram com a mulher e obrigaram-na a ficar no exterior da casa.

Sorte ou não, continuou, graças aos valores monetários que conservava para compra de mantimento, subornou os militares e conseguiu dormir aquela noite em casa. "Entreguei dez mil kwanzas ao jovem que conduzia a máquina para que, pelo menos, deixasse a minha família pernoitar aquele dia.

Todavia, foi humilhante, desumano! Nem em tempo de guerra passei por aquele terror", lamentou.

Manuel Cinquenta, outro morador, deplorou a maneira abrupta, como os militares trataram a população.

"Havia Polícia Militar (PM), da Região Militar de Luanda, Unidade da Guarda Presidencial (UGP) e todas as forças militarizadas existentes em Luanda.

Nunca vi nada assim. Quem tentasse pedir explicações era recebido com tiros. Havia um helicóptero azul e branco, do Ministério do Interior, que intimidava as pessoas, fazendo voos rasos. As crianças clamavam pelos pais e estes, impotentes, não sabiam como as acudir. Já imaginou ver uma residência, na qual investimos toda uma vida, a ser demolida de repente?", questionava, amarguradamente e estupefacto.

Nelson de Oliveira aponta o coronel Honga, como co-autor das demolições. Mergulhado em lágrimas, o mesmo afirma que foi, reiteradas vezes, ameaçado pelo dito coronel, que o avisava que aquelas terras tinham dono.

"Chegaram com mais de 18 máquinas, fortemente armados, não queriam explicações, só maltratar o povo, um povo que dizem ser do partido e o partido do povo. Como é possível, em plena madrugada, velhos, crianças, famílias serem retiradas das suas casas, que é o bem mais sagrado, sem sermos notificados? São seiscentas casas. Cabe na cabeça de alguém que não tínhamos documentos? Somos malucos?", questionou. Os populares acusam ainda os militares de terem furtado vários bens nas suas residências. "Quem tentou conversar ou chamar à razão aos militares, foi maltratado. Quando eles entravam nas residências, saqueavam tudo. Há dezenas de pessoas a reclamar de desaparecimento de muitos valores", acusaram, considerando que aqueles que mostraram o dinheiro como principal foco da conversa foram poupados e, por isso, não viram as suas casas demolidas.

3.8.20 Famílias em zonas de risco recebem terrenos

Jornal de Angola

07 De Agosto de 2016

Cinquenta famílias, das duas mil previstas que construíram residências nas localidades de Lom-bo-Lombo, Amílcar Cabral, Cabassango, Chiweca, Luvassa Sul, Mbuco, 10 de Maio e Tchizo, arredores da cidade de Cabinda, estão a beneficiar de terrenos já loteados, para fomento da auto-construção dirigida, numa iniciativa da administração municipal.

O administrador municipal de Cabinda, Arnaldo Puati Tomás, disse que a cada desalojado pela calamidade vai ser dado um lote de terreno na proporção de 30 metros de comprimento por 25 de largura, na nova urbanização de Zôngolo. Em declarações à Amgop, o administrador municipal informou que com esta acção, pretende-se criar melhores condições de habitabilidade e segurança da população que vive em zonas vulneráveis.

Arnaldo Puati Tomás salientou que o governo da província de Cabinda, no seu programa de habitação social, criou as condições para resolver este problema que afecta as populações residentes em zonas de risco.

Numa mensagem lida na ocasião, os beneficiários agradeceram o gesto da administração municipal, salientando que vai contribuir para melhoria de suas condições de vida e de habitabilidade, tendo em vista a aproximação da estação das chuvas.

As chuvas têm causado muitos danos em Cabinda e noutras regiões do país. Anualmente há relatos de danos provocados pelas chuvas, daí a preocupação das autoridades em desalojar as populações das zonas de risco.

3.8.21 Famílias em zonas de risco recebem lotes de terreno

Jornal de Angola

08 De Agosto de 2016

Texto: Bernardo Capita

Mais de duas mil famílias que viviam em zonas de risco em bairros da cidade de Cabinda estão a receber lotes de terreno para a construção de moradias, na localidade de Zongolo.

O processo de entrega dos lotes de terreno, numa extensão de 25 metros de largura e 30 de comprimento por cada família, está a ser coordenado

pela Administração Municipal de Cabinda. Cada beneficiário recebe duas carradas de terra para a produção de adobes e fornecimento regular de água, disponibilizadas por cisternas a custo zero pelo Governo da Província, para assegurar a construção individual das casas.

Na primeira fase, a Administração Municipal de Cabinda disponibilizou trezentos lotes de terreno, num processo que deverá ter sequência nas semanas seguintes, de acordo com a evolução dos trabalhos de limpeza do perímetro.

O administrador municipal de Cabinda, Arnaldo Tomás Puati, pediu paciência às pessoas que ainda não receberam terreno, garantindo que "todas as famílias cujas casas estão em zonas de risco serão contempladas, antes do início da época chuvosa".

A maior parte da população registada pela Administração Municipal, que vive em zonas de risco e que deverá ser transferida para a área do Zongolo, não quer viver aí, alegando ser muito distante do centro da cidade e por falta de infra-estruturas básicas, como energia e água. A esse respeito, o administrador disse que o Governo está atento a essas preocupações e o mais importante, nesta primeira fase, é garantir a instalação dos beneficiários numa zona que garanta condições de segurança.

3.8.22 FOBES e Administração de Viana Negoceiam solução para demolições no Zango

Jornal O PAÍS

08 De Agosto de 2016

Texto: Domingos Bento

A negociação, conforme apurou OPAIS, vem na sequência de um protesto defronte o Governo Provincial de Luanda realizado na passada Quarta-feira, 03, por dezenas de populares que teriam adquirido residências naquele projecto imobiliário orçado em 1 bilião e 200 milhões de Kwanzas.

A direcção da Zona Económica Especial (ZEE), que até ao momento não se pronunciou sobre a situação, é a entidade acusada de comandar as demolições que atiraram para baixo 624 residências do tipo T -3 durante a madrugada do dia 30 de Julho.

Por sua vez, o Governo Provincial de Luanda, face ao descontentamento dos populares, orientou a Administração Municipal de Viana a iniciar um processo de negociação para apurar responsabilidades e resolver da melhor forma o diferendo, segundo fontes de O PAÍS.

Assim, na Quinta, 04, aconteceu o primeiro encontro onde se decidiu, numa primeira fase, fazer o levantamento e o cadastramento dos moradores do demolido projecto imobiliário que já tinha mais de 40 por cento das residências habitadas.

De acordo com Daniel Carlos, director da FOBES, depois deste processo, o passo seguinte ainda é desconhecido. Contudo, indemnizar os populares e a empresa proprietária dos imóveis deve ser, "inegavelmente", a próxima etapa, que se quer que seja célere, tendo em conta as necessidades das pessoas.

"Já se avançou a ideia de indemnização. Ainda não soubemos o que será de concreto, se o Governo dará casa, terreno ou dinheiro. Contudo, continuamos confiantes de que no final as coisas vão se resolver da melhor forma. Mas para isso deve haver seriedade e respeito pelas pessoas e pelo tempo", atestou o responsável.

Daniel Carlos avançou que grande parte dos moradores não tem onde se hospedar. "As pessoas apostaram nesse projecto porque têm necessidade habitacional. Vendo as casas demolidas, fácil é imaginar o sofrimento que isso terá causado".

Ontem, em conversa com O PAÍS, Jeremias Dumbo, administrador municipal de Viana, não avançou nada de oficial, tendo prometido receber a equipa deste diário ainda nas primeiras horas de hoje.

Moradores com medo de serem "fintados"

Os populares que adquiriram residências no condomínio demolido, exigem que justiça seja feita, com vista a serem ressarcidos dos danos. Manuel Fortunato, um dos moradores, referiu que antes de comprar a casa recorreu a várias fontes estatais que asseguraram ser um projecto fiável. Inclusive, segundo o jovem, alguns técnicos da ZEE já visitaram a zona, mas em nenhum momento mostraram supostas irregularidades do projecto.

"Eu comprei a casa recentemente. Já paguei 2 milhões de Kwanzas e faltam outros dois.

Inclusive fiz algumas alterações. Nunca fui informado de algum mal porque recebi todos os documentos e informações. Agora, não podem é vir partir assim, como se fossemos criminosos", atestou.

Já Lena Jeremias, outra moradora, pede o apoio de instituições nacionais e internacionais para reaver a casa que perdeu. A mesma manifestou-se preocupada com o silêncio da ZEE. "O meu medo é que o Governo nos finte e acabamos tipo os outros cidadãos que viram as suas casas demolidas noutras

zonas de Luanda. Por isso é que estamos a pedir apoio. Nós lutamos para conseguir essas casas. Não podemos perdê-las assim no nada".

Silêncio da ZEE "irrita"

Daniel Carlos, director da FO- BES, disse ainda que o silêncio da ZEE está a irritar quer a sua empresa quer os moradores.

Segundo o responsável, há mais de uma semana, desde que ocorreram as demolições, a ZEE não fez nenhum pronunciamento. Até ao momento, frisou a fonte, continuam desconhecidos os reais motivos que estiveram na base das demolições, tendo em conta que todo o processo de construção foi acompanhado e seguido pelas diferentes repartições do Governo Provincial de Luanda, por via do Instituto de Planeamento e Gestão Urbana, Serviços de Fiscalização, Serviços de Investigação Criminal, Administração Municipal de Viana e da própria ZEE.

Todas as instituições acima referenciadas, segundo Daniel Carlos, deram luz verde a continuidade do projecto, cujas obras iniciaram em Agosto do ano passado e a sua conclusão estava prevista para Dezembro deste ano.

3.8.23 ANASAMBA pretende apoiar administração na resolução de problemas

Jornal O PAÍS

10 De Agosto de 2016

O presidente da ANASAMBA, Paulo Jorge Magueijo, disse que um dos objectivos da agremiação é auxiliar a administração local a identificar e resolver os problemas que mais afectam os munícipes.

Deste modo, o responsável salientou que as questões ligadas ao saneamento básico serão uma das prioridades de actuação.

"Nascemos e crescemos no distrito da Samba e conhecemos profundamente as dificuldades dos munícipes", disse.

Com 1000 associados, a agremiação vai sobreviver com os fundos do negócio criado pelos seus membros, tal como afirmou o líder.

Justificou que por este motivo foi reservado um espaço na sede para a montagem de uma gráfica, no entanto, a ajuda dos parceiros será indispensável.

Concluiu que a ANASAMBA brevemente vai criar bibliotecas em três escolas do distrito e já no próximo

mês será feita a doação de material didáctico e carteiras na escola 1001.

Sócia nº1 não esconde a alegria

Dona Mabunda, como é carinhosamente chamada, é membro número um da ANASAMBA. A veterana de 71 anos, em depoimento a O PAÍS, disse estar muito satisfeita com a inauguração do novo espaço.

"Hoje não fui vender para estar aqui. Estou muito feliz", disse.

Concluiu que vai-se esforçar para participar das actividades que a Associação pretenda desenvolver.

3.8.24 Provedor de justiça impedido de entrar em zona de demolições

Jornal O PAÍS

10 De Agosto de 2016

Texto: Domingos Bento

Era com o propósito de se inteirar e prestar apoio às famílias que viram as suas casas destruídas que o provedor de Justiça escalou a zona do Zango - III, onde foram demolidas mais de 700 residências.

Entretanto, um aparato militar montado na área das demolições "barrou" a entrada de Paulo Tchopilica, que chegou nas primeiras horas da manhã.

No local foram feitas ainda uma série de contactos no sentido de facilitar o acesso do provedor de Justiça, mas a tropa recusou-se a ceder, tendo afirmado que não havia nenhuma orientação superior que orientasse a entrada de Paulo Tchopilica que, sem sucesso, depois de muito esperar, abandonou o local.

Em conversa com OPAIS, os militares afectos ao Posto de Comando Unificado (PCU) disseram que a entrada de qualquer entidade na zona carece de "ordem" das Forças Armadas, da Unidade de Guarda Presidencial e da direcção da Zona Económica Especial.

"Ele (Paulo Tchopilica), tinha que vir aqui somente com papel assinado destas entidades. Nós não temos nenhuma orientação neste sentido. Defender o povo tem normas. E vir só por vir não está certo. É preciso respeitar", atestou um oficial.

Menor morre durante demolições

O PAIS constatou ontem que a vaga de demolições na zona do Zango III prosseguem, tendo até ao momento atirado abaixo mais de 700 casas. A Zona Económica Especial (ZEE), que até ao momento não

se pronunciou sobre a situação, é a entidade acusada de comandar as demolições.

Os militares, de acordo com os moradores, não estão a permitir a entrada de ninguém no espaço' nem mesmo dos sinistrados.

Para afastar as populações, as fontes disseram ainda que os militares estão armados e agridem quem desobedece as suas orientações. No passado Sábado, 6, um menor de 14 anos de idade foi alvejado mortalmente na cabeça no decorrer da demolição da residência onde vivia. A família acusa os militares de serem os autores dos disparos que tiraram a vida de Rufino Marciano, que foi alvejado a meio de uma confusão entre militares e moradores que se recusavam abandonar as respectivas casas.

Maria Fernando, mãe da vítima, fez notar que, depois de matarem o menor, os tropas levaram consigo o cadáver para local incerto de formas a encobrirem o crime.

Somente Segunda-feira é que a família conseguiu encontrar o corpo do menor na morgue do hospital Maria Pia. Inconformada, Maria Fernando não percebe até ao momento a atitude dos militares que, segundo ela, agiram de forma fria e desumana ao assassinar um menor indefeso que apenas fugia da onda de violência.

Por sua vez, Mateus Rodrigues, porta-voz do Comando Provincial de Luanda, disse estar ao corrente do caso e que a corporação já trabalha no sentido de responsabilizar o autor do disparo.

As demolições no Zango III tiveram início na Madrugada do dia 30 de Julho. Grande parte das residências constam de um projecto imobiliário privado orçado em 1 bilhão e 200 milhões de Kwanzas.

3.8.25 Estado Maior das FAA reage ao incidente do Zango II

Jornal O PAÍS
11 De Agosto de 2016

Estado Maior General das Forças Armadas Angolanas (FAA) informou hoje, quinta-feira, em comunicado de imprensa estar a efectuar investigações com vista a esclarecer o incidente ocorrido no Zango II, município de Viana, de que foi vítima mortal o adolescente de 14 anos Rufino Marciano António.

No documento, o Estado Maior das FAA lamenta o sucedido e informa estarem em curso medidas que

evitem a ocorrência de situações semelhantes no futuro.

"O Estado Maior General das Forças Armadas Angolanas tomou conhecimento do grave incidente ocorrido no passado dia 5 de Agosto no Zango Dois, município de Viana, província de Luanda, que envolveu efectivos da Região Militar Luanda e os cidadãos que ocupavam, indevidamente, o perímetro de segurança do novo Aeroporto Internacional de Luanda, em construção, em que foi atingido, mortalmente, um adolescente de 14 anos de idade, chamado Rufino Marciano António, lê-se na nota.

Por outro lado, exorta a população a evitar afrontar os militares com armas de fogo, como ocorreu nesse trágico acidente, onde foram capturadas duas armas.

"Sendo que as Forças Armadas Angolanas têm como principal missão a defesa da Nação, onde a população é um dos elementos fundamentais, que merece todo o nosso respeito, protecção e dedicação' lamentamos profundamente o sucedido. O Estado Maior General das Forças Armadas Angolanas curva-se perante' a memória do malogrado Rufino Marciano António, que perdeu a vida em circunstâncias trágicas e apresentam à família os mais sentidos pêsames", frisa o documento.

3.8.26 Identificadas áreas de risco

Jornal de Angola
11 De Agosto de 2016

O Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros identificou áreas com forte risco de desabamento de terras na encosta da Boavista, localizada no município de Luanda, disse, na quarta-feira, o porta-voz na província de Luanda do órgão operativo do Ministério do Interior.

Faustino Minguês, que falava à Angop, informou que a identificação de áreas de risco foi feita em Julho, mês em que se iniciou uma campanha de sensibilização na província de Luanda, que decorre até finais deste mês de Agosto..

"A Comissão Provincial de Protecção Civil tem trabalhado com as administrações municipais para evitar desastres, principalmente durante a época chuvosa", que se avizinha, salientou Faustino Minguês.

Desde o início da campanha, acrescentou, várias zonas com risco de inundações na época chuvosa foram já identificadas nos distritos urbanos do Sambizanga, Ingombota, Kilamba Kiaxi, Maianga e Samba, pertencentes ao município de Luanda. A

maior parte das áreas em risco está localizada no interior dos bairros, um problema já inserido no planeamento de contingência para a preservação de vidas humanas e bens, garantiu Faustino Minguês.

A campanha já está no município de Cacuaco e deve abranger todos os bairros da municipalidade. Os efectivos do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros envolvidos na tarefa estão a interagir com moradores, que, por esta via, são informados sobre as causas e formas de prevenção de desastres. Com uma extensão de 24.651 quilómetros quadrados, a província de Luanda é integrada pelos municípios de Luanda, Cazenga, Cacuaco, Viana, Belas, Icolo e Bengo e Quiçama.

3.8.27 “ Demolições legais”

Novo Jornal

12 De Agosto de 2016

Reagindo às demolições, o director do gabinete jurídico da Administração Municipal de Viana, Hamilton de Lemos, considerou legítimo o processo de demolição de casas em curso nas zonas do Zango 2 e 3. O jurista explicou que as demolições apenas afectam as obras recentemente erguidas em reservas fundiárias do Estado.

O responsável, que falava aos órgãos de comunicação social estatais, TPA e RNA, esclareceu que as demolições estão a ser feitas pela Zona Económica Especial (ZEE), que alegadamente viu o seu perímetro invadido por novas obras. Hamilton de Lemos garantiu, na ocasião, que as casas antigas já cadastradas estão devidamente preservadas e que os seus proprietários serão a seu tempo indemnizados. Por fim, disse que a ZEE não se responsabilizará pelas demolições das novas obras, erguidas "de forma arbitrária", cujos proprietários fizeram contratos com empresas supostamente sem legitimidade.

3.8.28 Angola: família de rapaz morto em demolições pede ajuda

Jornal A República

12 De Agosto de 2016

A comunidade foi surpreendida no sábado à tarde (06.08) pelas máquinas de demolição em seu redor, segundo a organização não-governamental SOS Habitat. As autoridades "que estavam a proteger as máquinas" terão, então, disparado para dispersar a população, atingido mortalmente o rapaz de 14 anos.

Depois, "as forças de segurança pegaram no corpo e levaram-no para lugar incerto": diz o coordenador da SOS Habitat, Rafael Morais, em entrevista à DW Africa. "Os familiares só conseguiram localizar o corpo no domingo. [...] Entregámos o caso ao advogado da organização 'Mãos Livres' para avançar para a Justiça."

Família pede ajuda financeira Rui Domingos, tio da vítima, mostra-se consternado com a morte do sobrinho: "Chamava-se Rufino Fernando António. Era uma criança alegre, obediente. Era difícil fazer confusão no bairro":

Os familiares mais próximos estão abalados, incapazes de falar com a comunicação social, afirma. "Estamos a pedir ajuda. O pai é desempregado. A mãe também não trabalha. Não sabemos como enterrar o corpo": diz Domingos ao telefone.

A família aguarda pela autópsia, a realizar nesta quarta-feira e por apoios das autoridades e de populares, de que necessitam urgentemente: "Estamos aqui a apelar à sociedade no sentido de dar alguma contribuição para se poder fazer o funeral":

O coordenador da SOS Habitat, Rafael Morais, refere que as autoridades angolanas ainda não confirmaram oficialmente a ocorrência. Mas, segundo o activista, não há dúvidas sobre a autoria do disparo fatal, atribuído a um agente do Posto de Comando Unificado (PCU).

Rafael Morais: "Está confirmado, porque a população foi testemunha"

"Está confirmado, porque a população foi testemunha" afirma Morais.

"Entretanto, o comando já terá garantido que vai assumir o óbito e já comunicou aos familiares o local onde poderão ir buscar apoio:"

De acordo com Morais, até agora mais de 620 residências foram demolidas no Zango III e mais de 2.500 famílias foram afectadas no Zango II.

3.8.29 Angola: onde as demolições, a miséria e as execuções funcionam em perfeita sintonia!!!

Jornal Manchet

12 De Agosto de 2016

Eles matam como querem e já nem olham para a idade das suas vítimas, pois tornou-se numa espécie

de (humor) diário num país que caminha galopante para os esgotos da civilização.

Alguns assassinos patenteados de generais pronunciar seus nomes provoca em nós sentimentos de medo, angústia, vômitos, indiferença, culpa e revolta, pois a existência desta espécie rara assassina em Angola, não só perturba a nossa consciência como também nossos ideais em quereremos construir um país justo.

Precisamos admitir infelizmente e definitivamente que as demolições, a miséria e as execuções hoje já fazem parte da estratégia de governação do país elaborado por JES/ MPLA, que só vai precisar sempre deste povo quando o momento lhe aconselhar á manipular o seu voto.

Não se conhece país nenhum neste mundo onde as demolições, execuções e a miséria caminharam em perfeita sintonia não só de braços dados como são parte importante de uma estratégia de governação e uma verdadeira fonte de lucros como em Angola.

Muito embora seja compreensível que esta corja de generais assassinos também qualquer dia vão morrer tal como nós, mas nada é terrivelmente doloroso do que o somarmos quase todos os dias mortes de crianças, jovens e mulheres do jeito como têm sido pelos homens fardados que deveriam ter uma missão muito especial na nossa sociedade que não fosse o de assaltar zungueiras, roubar seus dinheiros, mandar matar e deixar morrer.

Mais onde está a compaixão destes homens para com aquelas tantas famílias desalojadas, sem alimentos, sem saúde que sangram lágrimas diariamente pela dor do miúdo que foi morto.

3.8.30 Autoridades dizem que demolições no zango são legais

Jornal A República

12 De Agosto de 2016

texto: Por Agência Lusa

As autoridades consideram legítimo o processo de demolição de casas em curso nas zonas do Zango II e III, que afecta apenas obras recentes erguidas em reservas fundiárias do Estado.

A posição foi assumida pelo director do gabinete jurídico da administração municipal de Viana, Hamilton de Lemos, que reagia ao microfone da RNA ao polémico processo de demolições iniciado há uma semana. Segundo o responsável, as demolições estão a ser feitas pela Zona Económica Especial (ZEE), que alegadamente viu o seu

perímetro invadido por novas obras. "A zona económica está a quebrar obras novas, está a demolir obras novas, as obras antigas, aquelas que estão no cadastro da zona económica, que são os bairros antigos que lá já existiam essas estão devidamente preservadas e a seu tempo serão indernizadas" explicou Hamilton de Lemos.

Acrescentou que as obras erguidas "de forma arbitrária" cujos proprietários fizeram contratos com empresas supostamente sem legitimidade sobre o espaço não vai haver "qualquer responsabilidade por parte da zona económica"

Encontram-se nessa situação várias famílias e detentores de projectos habitacionais, como é o caso da construtora FOBE, que teve demolidas 624 casas, ergui das dentro do perímetro da ZEE, um investimento de Kz 1,2 mil milhões (USD 7 milhões).

O responsável da construtora disse ter adquirido os terrenos a camponeses da zona, com os quais firmou contratos para a construção de um condomínio, de que também seriam beneficiários.

Daniel Carlos referiu que em Dezembro foram notificados pela ZEE a apresentar documentação sobre a posse do terreno e no sábado foram "surpreendidos por homens e máquinas" de madrugada que procederam às demolições.

"Vamos escrever (...) para que no mínimo essas famílias que ficaram sem os imóveis sejam recompensadas": avançou.

Em declarações à agência Lusa, o coordenador de direcção da organização não governamental SOS Habitat, Rafael Morais, disse que estão a acompanhar a situação, que classificou como "altamente lamentável": tendo já como consequências a morte de uma criança.

Rafael Morais disse que o director da FOBE legalizou o espaço através da administração de Viana, salientando que o projecto existe há mais de três anos e 35 por cento das habitações estavam já ocupadas pelos seus proprietários.

De acordo com o activista, trata-se de um bairro antigo e apenas na manhã de domingo os moradores da zona receberam uma notificação da ZEE, que orienta a demolição voluntária pelos moradores das obras realizadas naquele local.

A notificação entregue aos moradores em papel tirnbrado da ZEE, a que a Lusa teve acesso, refere que o prazo máximo é de 15 dias, improrrogável, para que os visados procedam à "demolição voluntária da benfeitoria ou obra realizada no

referido espaço': que passa a compulsiva findo o prazo es- tipulado.

A SOS Habitat já contactou a direcção da ZEE para aferir as reais motivações desse pro- cedimento e por que razão o processo está ser executado por militares, não sendo ela uma unidade militar.

Para Rafael Morais, pelo número de famílias ali presente, a ZEE deveria trabalhar com a administração de Viana no sentido de se proceder de acordo com a lei, e não "enquanto empresa utilizar militares para poder avançar para esse tipo de situações, que chega inclusive a tirar a vida de uma criança"

3.8.31 Criança morta e mulher violada

Novo Jorna

12 De Agosto de 2016

Populares falam em mais de 10 mil residências demolidas por efectivos militares, que também são acusados de, pelo menos, uma violação e do assassinato de pessoas no terreno.

A morte mais recente atribuída aos efectivos do general Wala, comandante da região militar de Luanda, ocorreu no sábado, 6 de Agosto. Um adolescente, de 14 anos, foi baleado mortalmente com um tiro na cabeça, disparado por um militar durante mais uma acção de demolições, realizada a mando da ZEE no bairro Walale, localidade do Zango. A Polícia de Luanda diz já ter aberto um processo de investigação para apurar as circunstâncias da morte de Rufino Fernando António, que hoje vai a enterrar no cemitério de Viana.

No entanto, Oliveira Domingos Cassegunda, presidente da comissão de moradores do bairro Nonguinha no Zango 1, disse ao Novo Jornal que não se trata da primeira morte em processos de demolições. "Tem havido mortes por desmaios e por maus-tratos perpetrados por militares", acusou o responsável, que reside há mais de 30 anos na zona. O também filho de camponeses, de quem herdou o espaço que habita, garantiu ter construído legalmente a sua residência.

"Temos todos os documentos, da UNAC e da administração", afirmou.

Por sua vez, António José, outra das vítimas que viu a sua casa destruída no último final de semana, no Zango 2, acusou os militares de terem violado a sua esposa e de terem "roubado" os seus pertences.

"Demoliram a minha casa por volta das 03h00, altura que começaram as demolições. Os militares vieram, não sei se estavam drogados, bateram à porta e obrigaram-me a sair. Estupraram a minha esposa, tiraram a minha a botija e outras coisas e meteram no carro deles. Depois deitaram a minha casa abaixo e jovem.

3.8.32 "Demoli residências no Ramiro para distribuir aos meus colegas"

Jornal Grandes Notícias

12 De Agosto de 2016

A acusação é do popular Vieira António Domingos, que estava a construir uma humilde casa naquele bairro e ficou detido durante 24 horas. Foi ameaçado de morte pelo chefe do posto no dia 31 de Julho e explica: «Tenho um terreno no bairro Boa Esperança de 20/30 metros, adquirido em 2012 e onde tenho uma obra de construção civil. Estávamos a trabalhar num domingo' portanto no dia 31 e, de repente, apareceu uma viatura de patrulha da Região Militar Luanda sem matrículas os soldados não exibiam os seus passes de identificação e pediram-nos para que os acompanhássemos até à sua unidade e obedecemos», disse.

Prosseguindo a narrativa, avançou que o comandante lhe disse que o espaço em causa fora cedido a um militar da sua unidade, identificado apenas por "Mana Minga" «Meu camarada este espaço foi cedido por uma camponesa ao soldado "Mana Minga" e vamos prender-te por estares a efectuar obra num espaço que não te pertence», narrou o jovem, acrescentando que respondeu ao capitão que «tenho o terreno desde 2012 e tenho também a documentação passada pela dona da lavra, pela comissão de moradores e pela administração comunal. No espaço há uma casa já ergui da, com uma carrada de área e outra de burgau e nunca houve situações como esta. Porquê agora?» questionou.

Segundo o denunciante, o capitão Zequita ameaçou-o de prisão por falsas declarações. «Fui ameaçado de morte por parte do soldado "Mana Minga" na presença do seu chefe, que limitou-se apenas a ouvir.

Acredito que eles fazem tudo aquilo apenas para intimidar e depois apoderarem-se dos terrenos alheios. Também me disseram para nunca mais pisar os pés no meu terreno, porque se insistir vou morrer, incluindo os meus familiares», alertou.

Vieira António Domingos disse que quando foi detido receberam -lhe dinheiro no valor de cinco mil kwanzas que foi dividido entre os militares e o

telemóvel. «Durante a noite eles estavam a conversar entre si e, o capitão Zequita, disse para o soldado "Mana Minga" para fazer esforço para ficar com o meu terreno, que eles o iriam apoiar na retaguarda. "Mas o esforço tem ser teu. Vais ficar com o terreno deste cidadão e vamos ameaçá-lo para sentir-se intimidado e nunca mais aparecer no espaço», acusou.

Adiantou que apresentou queixa-crime ao oficial-dia da Região Militar Luanda no dia 3 do mês de curso, mas até hoje não foi contactado, nem informado como está andar o processo. Este jornal ligou para o tal capitão Zequita que respondeu: «Já me telefonaram a partir da direcção do comando da Região Militar Luanda sobre este assunto, mas lhe adianto que neste dia não estava no serviço, foi o meu dia de folga», e desligou o telefone. Insistimos, mas deixou de atender às chamadas.

3.8.33 UNITA também associada razões da morte no Zango II

Novo Jornal

12 De Agosto de 2016

A lista de razões que estiveram na base da morte do adolescente Rufino no Zango II cresce. Ontem, o comandante do Posto Comando Unificado Permanente (PCUP), pertencente à Região Militar de Luanda, acusou também a UNITA de ser responsável pelos confrontos no bairro Walale.

Entretanto, a versão do PCUP não incluiu a utilização de "armas de fogo" por parte da população, como alegou o Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas num contestado comunicado divulgado na quarta-feira, 10.

Segundo o Coronel Silvano Ndongua, que comanda o PCUP, e dirige as tropas no local das demolições, a morte do menor Rufino António foi fruto da deslocação de uma delegação da UNITA, composta por dois autocarros que "incitou o ódio às populações que com paus, garrafas de gasolinas e pedras tentarem queimar máquinas que destruíam as residências".

Ndongua disse que as suas forças não sabem precisar se o tiro que atingiu Rufino António foi dado por indivíduos da UNITA ou pelas suas forças, uma vez que alega ter existido trocas de tiros. "Olha que os membros da UNITA vieram com paus, pedras e garrafas de combustível", acusa o comandante do PCUP, citado pela Voz da América.

Segundo o coronel Silvano Ndongua, três militares das suas forças encontram-se "gravemente feridos" como resultado dos confrontos.

3.8.34 Figuras públicas condenam actuação de militares e morte de menor

Novo Jornal

12 De Agosto de 2016

A morte de Rufino António está a suscitar reacções por parte de várias figuras públicas, que, através das suas páginas na rede social Facebook, condenaram o linchamento do adolescente pelas ao adolescente. "Uma vela pelo Rufino", escreveu o ex-comandante da Polícia Nacional da tropa do general wala.

O assessor de comunicação Divaldo Martins, do Gabinete de Revitalização e Comunicação (Grecima), afecto à Presidência da República, publicou na sua página a imagem de uma vela acesa dedicada Lunda-sul.

A cantora pérola desabafou a sua revolta. "Pelo Rufino. Pelos Rufinos da vida! "Amar o próximo como a si mesmo" está difícil. Mais amor ao próximo, por favor", apelou a mulher do responsável máximo da Semba Comunicação, Sérgio Neto, instituição que gere os conteúdos programáticos do canal 2, entregue ao filho do Presidente da República, José Paulino dos Santos "Coreon Du".

O músico Caló Pascoal também publicou a imagem de uma vela acesa e fez algumas citações em alusão a Rufino. "Mãe, peço perdão, mas não levei telemóvel para a rua, não levei pasta, não levei relógios ou fios de ouro, aliás nunca tive, fui à rua de mãos a abanar por causa dos gatunos... Mãe, fui confiante porque sei que na rua há policiais, Mãe, os meus amigos disseram que lá fora tem militares das FAA, então saí porque senti que estava seguro dos assaltantes de telemóveis e outros meios... Mãe, por favor não sei quem me tirou a vida, mil desculpas, Mãe... Eu sou o Rufino como muitos me chamavam", escreveu o cantor.

Já o rapper KID MC manifestou-se envergonhado. "É nestes momentos que sinto vergonha de ser angolano. Matar um miúdo de 14 anos por não aceitar que a sua casa seja demolida é desumano. Que necessidade é que tinham de premir o gatilho contra um miúdo desarmado?", questionou o famoso rapper, clamando por justiça: "Tem de haver justiça, a morte deste rapaz não pode passar em branco como se nada tivesse acontecido. Queremos Justiça!"

O rapper MCK também mostrou indignação perante o sucedido. "Rufino é apenas mais um nome que entra na estatística das várias vítimas de repressão em Angola. A lista é longa, e a próxima vítima pode ser você. Cuidado com a cumplicidade do seu silêncio", publicou.

A actriz e cantora Helga Fety quebrou o silêncio e partilhou uma imagem que espelha uma citação de um dos progenitores do falecido: "Perdemos o filho, perdemos a casa, não temos dinheiro para dar um funeral digno ao nosso Rufino".

Figuras públicas, como Preto Show, C4 Pedro, Big Nelo e Fredy Costa, também manifestaram a sua tristeza e revolta.

3.8.35 Forças do general wala executam rapaz de 14 anos

Jornal A República
12 De Agosto de 2016
Texto: Borrvalho Ndomba
Fonte: RA

O coordenador da SOS Habitat Acção Solidária, Rafael Morais, disse ao Rede Angola que o rapaz, identificado como Rufino Marciano António, foi morto pelo facto de ter questionado a demolição da residência onde morava com os pais. "No sábado às 17h30, um adolescente de 14 anos foi morto pelas forças do Posto de Comando Unificado (PCU).

Depois de dispararem contra o miúdo, dispersaram, e depois voltaram ao local de onde levaram compulsivamente o corpo do rapaz para parte incerta. A informação que tivemos na comunidade é que o rapaz questionou onde podia viver enquanto as casas estavam a ser demolidas, e de repente apareceu um militar que disparou directamente na cabeça do menino': disse Rafael Morais, citando o relato dos pais do jovem.

Segundo o activista da SOS Habitat, os pais descobriram que o cadáver se encontrava na morgue do Hospital [osina Machel, informação que lhes foi facultada pela polícia de Viana. "Ontem, domingo, os familiares foram até a unidade da polícia, onde foram informados de que o corpo estaria possivelmente na morgue do Maria Pia. Os familiares foram até à Maria Pia onde encontraram o corpo': O primeiro acto de demolição na área, refere a SOS Habitat, foi no dia 30 de Julho na localidade do Zango IH. Na passada quarta-feira, os supostos efectivos do PCU iniciaram as demolições no bairro Walale que culminou com a morte do rapaz no sábado. Ainda de acordo com o coordenador da referida ONG, que defende o direito

de habitação dos angolanos, a notificação que os moradores receberam tem o selo da Zona Económica Especial.

"No sábado, receberam uma notificação assinada por um primeiro-sargento, com a timbragem da Zona Económica Especial a orientar a demolição involuntária. Este bairro já está aí há mais de 30 anos, segundo o soba da comunidade, quando os moradores da Boavista foram realojados no Zango, o bairro Walale já existia" lembrou Cerca de 2500 famílias vivem aí.

Até ao momento a Policia de Luanda não confirmou ou desmentiu o incidente.

3.8.36 General Wala lamenta execução de rapaz de 14 anos pelas suas forças de segurança

Jornal A República
12 De Agosto de 2016
Texto: Coque Mukuta
Fonte: VOA

Isto acontece numa altura de grande tensão na área devido à demolição de milhares de habitações.

Os bairros Walale, no Zango 2 e Zango 3, estão cheio de agentes das Forças Armadas Angolanas (FAA), que orientam a demolição de mais de duas mil casas.

Rofino Fernandos António, de 14 anos de idade, foi morto à queima-roupa, disse o tio Rui Domingos, que acrescentou que a família não recebeu qualquer apoio das autoridades. "Responsabilizem os assassinos pela ocorrência. O pai e a mãe não trabalham (...) que nos ajudem'idisse Domingos.

A VOA contactou o tenentegeneral, Simão Carlitos Wala, que comanda aquelas forças, que sem gravar a entrevista lamentou o sucedido e garantiu estarem em curso investigações.

As demolições continuam nos dois bairros.

Residentes disseram à VOA que um comandante da Polícia Nacional no Zango terá sido agredido pelas FAA, quando tentava averiguar a morte do adolescente.

Os deputados da UNITA deslocaram-se Sexta-feira última para o local das demolições, mas ainda não tomaram qualquer posição pública. Recorde-se que Salvador Freire, Presidente da Associação Mãos

Livres, afirmou recentemente que apenas os tribunais têm a competência de desalojar a população

3.8.37 General Wala trava provedor de justiça

Jornal A República

12 De Agosto de 2016

Fonte: *Club-k.net*

Pontes do Club-k no local afirmam que os militares mobilizados para controlar os lotes demolidos disseram ao provedor o seguinte: "aqui não há provedor": Os militares ao serviço do Posto Comando Unificado (PCU) alegam que estão simplesmente a cumprir ordens superiores. Outras fontes afirmam ainda que os militares chegaram mesmo a apanhar armas aos integrantes da comitiva que acompanhou o provedor. Recorde-se que as demolições do sábado último, dia 6, tiveram como vítima um rapaz de 14 anos que em vida se chamou Rufino António e a destruição de mais de 600 residências.

3.8.38 “Iniciou uma verdadeira guerra contra os pobres”

Novo Jornal

12 De Agosto de 2016

Texto: *Nok Nogueira*

Angola tem um histórico de guerra que constitui provavelmente o seu maior passivo e ao mesmo tempo um exemplo de Paz muitas vezes definido como sendo "sem par". A sua formação em gestão de conflitos ajuda-o hoje a definir Angola em que termos?

De facto, Angola acumulou, em muitas das suas dimensões humanas, familiar, socio-antropológica e política, uma enorme factura e fractura pós-traumática resultante do conflito que, para além da guerra, configurava igualmente uma ditadura marxista-leninista. Isto arredou a cultura do diálogo, destruiu em grande medida as iniciativas individuais, coibiu liberdades, excluiu muitos grupos, especialmente os minoritários, para além de traumas deixadas em órfãos, viúvas, ex-combatentes, retomados e, cimentou a cultura da desconfiança política que constitui uma das heranças mais recalcitrantes do conflito armado. Agora, que a paz conseguida não tenha "par", isso já não diria, pois da paz negativa, na visão de Johan Galtung (ausência de guerra) para outra de dimensão empenhativa, progressiva, dialogada

e construída com todos, tal constitui cada vez mais uma miragem no nosso horizonte sociopolítico.

A Paz é ainda definida em Angola como sendo "um processo" e não um facto já consumado. Teve sempre a perspectiva que seria mais fácil o calar das armas do que propriamente o pacificar dos espíritos?

Sim. Neste sentido, o Governo, os partidos políticos, a igreja e as forças da sociedade civil em geral, cometemos todos, mais ou menos, um erro de análise: os grandes movimentos e iniciativas a favor da paz, logo após a assinatura do Memorando de Entendimento do Luena, em Abril de 2002, estiolaram-se completamente e deixaram um grande vazio no processo da consolidação da paz e da construção de entendimentos e coexistências. Da parte de certos sectores da chamada comunidade internacional, havia muita pressa em consolidar posições e interesses, especialmente nos sectores petrolíferos e de outros recursos extractivos e na reconstrução nacional. Certos consulados encerraram os seus sectores de cooperação com a sociedade civil e insistiam no modelo de cooperação bilateral, fechando praticamente as suas portas à sociedade civil e aos enormes desafios para a construção da paz, preferindo o betão armado à edificação da coexistência.

É nesse contexto, na minha visão, em que o Comité Inter-eclesial para a Paz em Angola (COIEPA) é forçado a esvaír-se em forças e a desaparecer. Mas ficou cada vez mais o vazio e que deve ser preenchido com urgência. Angola precisa de enfrentar os seus medos, sarar as suas feridas, incrementar um espaço de catarse nacional, abrangendo famílias, paradigmas socio culturais e religiosos, envolvendo experiências internacionais de abordagem da verdade. Porque não falamos da cura dos efeitos traumáticos do "27 de Maio", da Revolta Activa, das desapareções no maquis, do massacre dos Bakongo na Sexta-Feira Sangrenta de 1993, do caso "Monte Sumi", de Cherokee, de Kassule e Kamulinge, de Hilberto Ganga, das vítimas mortais das demolições de 2010 na cidade do Lubango, do fresco caso "Rufino"... As feridas cumulativas criam igualmente potencial de revoltas de elevada envergadura. E, nas condições

actuais, a violência estrutural não foi "desconstruída", mas, pelo contrário, está de facto a ser fermentada de modo exponencial. Precisamos de parar para ver as fontes dessa violência e tratarmos das feridas antigas e recentes.

Quanto tempo precisará o país para ver cumprir o prazo minimamente razoável para se alcançar uma

paz, não digo plena, mas uma paz que melhor faça jus a esta palavra?

Em minha visão, não deveríamos colocar prazos mensuráveis, mas antes mobilizarmos os angolanos todos para um novo pacto social, feito com maior confiança em si próprios, sobre todos os assuntos que a eles dizem respeito. A paz resultaria de uma visão construída e compartilhada por todos, desde os velhos considerados repositórios da nossa memória colectiva na luta pela independência, os que de uma ou de outra maneira participaram da luta a partir de vários ângulos e interesses, os grupos rácicos, étnicos, económicas, sociais, as minorias que sempre estiveram arredadas dos momentos considerados cruciais, os que vivem dentro e fora de Angola, todos juntos independentemente do "cartão de militante", do credo, da origem social, sem exclusão de ninguém.

O senhor padre tem sido muito crítico relativamente a uma visão de futuro que afirma não haver nas elites governantes, tendo está, lendo as suas palavras, perdido de vista o "outro". Conseguiria estabelecer um termo comparativo relativamente a um período em que esta elite governante tenha sido mais solidária?

A presente geração de políticos perdeu completamente a visão de um destino comum - aquilo a que chama de "futuro" -, pois enrodilharam-se completamente à volta de seus interesses económicos e deles se fizeram irremissíveis prisioneiros. Só contam os seus interesses, a sua visão limitada, os seus interesses estreitos e suas acções, muitas vezes violentas. Por exemplo, o cada vez mais agressivo assalto às terras, as massivas e cruéis demolições, o desbaratamento do erário público, a desmedida venda de madeira e de outros recursos florestais, o destino ignoto de tantos recursos piscícolas. Parece-nos que agem na lógica do "Dragão Apocalíptico", parafraseando a expressão de um meu colega de sacerdócio, que tem somente mil anos para proceder à devastação porque para os outros mil anos, ele estará completamente atado às trevas e ao oblivio.

O tempo de maior solidariedade aconteceu quando a geração de Agostinho Neto e Lúcio Lara estava no poder. Era tempo de guerra, mas os chamados Assuntos Sociais ainda tinham alma e coração. Não falo de pessoas e de líderes a título individual, pois há muitos que são abertos, mas têm receio de enfrentar as instituições do poder actual, com risco de perderem o pão.

Coloco a questão porque estamos a falar de praticamente de uma governação que só há 14 anos

consegue fazê-lo em ambiente de paz, num ambiente em que não se ouve o ribombar dos canhões da guerra. Mas pensa que Angola teria sido ainda mais solidária do que é hoje se quisesse?

Sim, mas noutros tempos. Agora essa solidariedade de mandar dinheiro para Cabo Verde, RCA, FAO e outras paragens, às vezes com melhores pascigos, quando as estiagens no Sul de Angola não interessam ao seu conceito mas, sim, interessa focar outras agendas. No entanto, o angolano tem um coração enorme. É o que, como se fosse uma "hipóstase", assegurou a coesão social, a unidade no essencial e em situações-limite. Um dos exemplos mais acabados, é o nosso apoio, mais perto do sangue do que da pena (na visão de Pablo Neruda) à Namíbia e à África do Sul durante a luta contra o Apartheid.

Enquanto isso continua a entender que a visão que se tem do futuro em Angola é ainda míope, ou seja, é uma visão ainda aquém de um olhar mais efectivo no que à construção de valores agregados à paz diz respeito?

Não haja dúvidas. A actual elite, endinheirada e não rica (expressão emprestada de Mia Couto), tem poucas raízes fundadas em valores, mais absorvida que está no acelerado acúmulo de bens para si e para os seus. Assim, perdeu a oportunidade de absorver os valores da tolerância, da construção da coexistência, a capacidade de auscultar o "outro", a abertura de ter "os olhos de ver", sobretudo neste momento probatório em que as pessoas sentem cada vez mais o abandono, escasseiam cada vez mais esses marcos "referenciais" do ponto de vista ético.

3.8.39 Kamartelo não poupa gente sofrida

Jornal Grandes Notícias

12 De Agosto de 2016

Texto: António André

O presidente da Comissão de Moradores e do secretário do comité de acção do MPLA, António Francisco de Moraes, anexado ao CAP 703 do Zango-4, disse ao *Jornal Grandes Notícias* que «já fizemos reclamação na administração do Zango e de Viana e estamos a aguardar que o MPLA resolva a nossa situação, no sentido de darem - nos novos espaços para podermos erguer as nossas casas. Estamos desamparados e ao relento, queremos a ajuda do MPLA», apelou.

Segundo as informações, as primeiras demolições aconteceram no dia 30 de Julho e estenderam-se ao dia 4 de Agosto. «Quando apareceu a polícia com as

máquinas, não prestaram qualquer informação e começaram a partir as nossas casas. O fiscal-chefe disse simplesmente que foram orientados a demolirem as nossas casas pela administração municipal de Viana», De acordo com o que disse, no bairro Kitundo-1 vivem 270 famílias e, desde as demolições, todas estão a dormir ao ar livre. «Estamos a remendar algumas chapas para que possamos nos cobrir do frio; desde que as nossas casas foram demolidas ninguém da administração de Viana ou qualquer membro do partido no poder apareceu na nossa zona para mostrarem solidariedade com os seus militantes que estão ao relento», lamentou.

O activista do MPLA explicou que o bairro surgiu há quatro anos e esclareceu que são acusados por parte da administração de Viana de terem ocupado o bairro ilegalmente.

«Nós não tínhamos para onde ir e a dona Lúcia Maria nos cedeu o espaço para erguermos as nossas casas. Não somos invasores conforme o administrador tem feito crer. Queremos que o governo nos aloje porque somos militantes do MPLA e também nacionalistas», sublinhou.

Dona Neid Culemba, moradora do referido bairro há nove meses, disse que eles vieram no período da manhã. Apareceram polícias, FAA e os fiscais, com os tractores. Sem nenhuma explicação e sem exibirem qualquer documentação, «começaram a demolir as casas. As casas cujos moradores estavam ausentes foram deitadas abaixo com os seus haveres e muitos perderam os seus parques móveis. Perdemos muitos bens», lamentou a lacrimar.

Aqueles que pretendiam reagir foram espancados pelos homens das Forças Armadas e da Polícia Nacional, denunciou, acrescentando que «foram demolir uma outra zona e passados três dias vieram dar sequência ao que começaram. Estamos a dormir ao relento, apanhando frio e nevoeiro», reiterou.

Na sua humilde casa perdeu uma botija de gás butano, partiram -lhe o televisor do tipo plasma e uma máquina de lavar. «Felizmente não tínhamos dinheiro dentro de casa, porque as outras pessoas perderam mesmo dinheiro e não sabemos quem vai assumir os danos».

Os que demoliram as casas no bairro Kitundo-1 não prestaram quaisquer informações; «mas o que estamos a ouvir é que as donas das lavras estão legal e foram elas que nos passaram os terrenos para podermos construir as nossas casas.

Elas próprias não sabem o que se passa. As pessoas que vivem nesta zona compraram e pagaram os espaços às anteriores proprietárias, embora haja quem esteja a mentir e a dizer que não. Mas a verdade é que compramos os espaços. Dependendo do tamanho do terreno, uns pagaram 100 mil kwanzas e há quem pagou muito mais», referiu.

A nossa reportagem pode constatar que no meio das vítimas há diversas senhoras com parto fresco ou seja, que deram à luz muito recentemente, outras estão em estado de gestação e passam a noite ao relento com os bebês, correndo o risco de contrair outras enfermidades.

Depois das demolições na zona do Kitundo-1, a administração de Viana colocou uma placa a dizer que a área está reservada para um projecto comercial, industrial e agrícola da Zona Económica Especial Luanda-Bengo, que é um projecto, como se disse na nossa edição anterior, falido. Ora esta!

"As demolições são legítimas"

As autoridades consideram legítimo o processo de demolição de casas em curso nas zonas do Zango II e III, que, segundo eles, "afectam apenas obras recentes erguidas em reservas fundiárias do Estado". A posição foi assumida pelo director do Gabinete Jurídico da Administração Municipal de Viana, Hamilton de Lemos, que reagia aos microfones da Rádio Nacional de Angola, ao polémico processo de demolições iniciado há uma semana naquela zona.

Segundo o responsável, as demolições estão a ser feitas pela Zona Económica Especial (ZEE), que alegadamente viu o seu perímetro invadido por novas obras. «A Zona Económica está a quebrar obras novas, está a demolir obras novas, as obras antigas, aquelas que estão no cadastro da zona económica, que são os bairros antigos que já lá existiam, essas estão devidamente preservadas e a seu tempo serão indemnizadas», explicou Hamilton de Lemos.

Em sua opinião, para as obras ergui das «de forma arbitrária», cujos proprietários fizeram contratos com empresas supostamente sem legitimidade sobre o espaço, não vai haver «qualquer responsabilidade por parte da Zona Económica». Encontram-se nessa situação várias famílias e detentores de projectos habitacionais, como é o caso da construtora FOBE, que teve demolidas 624 casas, ergui das dentro do perímetro da ZEE, num investimento de 1,2 mil milhões de Kwanzas, ou seja, 7 milhões de dólares.

O responsável da construtora disse ter adquirido os terrenos a camponeses da zona, com os quais firmou contratos para a construção de um condomínio, de

que também seriam beneficiários. Daniel Carlos referiu que em Dezembro foram notificados pela ZEE para apresentar documentação sobre a posse do terreno e, no sábado, foram «surpreendidos por homens e máquinas» de madrugada que procederam às demolições. «Vamos escrever (...) para que no mínimo essas famílias que ficaram sem os imóveis sejam recompensadas», avançou.

A situação está a ser considerada pelo coordenador de direcção da organização não governamental SOS Habitat, Rafael Morais, como "altamente lamentável": tendo já como consequências a morte de uma criança.

Tchipilica humilhado em público

No dia da nossa reportagem, portanto na terça-feira (9), o Provedor de Justiça, Paulo Tchipilica, deslocou-se ao terreno para constatar, in loco, a realidade da situação, mas foi impedido de fazer o seu trabalho por um grupo de militares afectos à Região Militar Luanda. Paulo Tchipilica foi impedido de avançar até ao epicentro das devastadoras demolições por militares que fazem o cordão de segurança das terras. Ao que os jornalistas no local puderam depreender, um oficial alegou ter recebido ordens superiores para não permitir o acesso ao local do magistrado. Porquê? Quem não deve não teme! Desta forma, Paulo Tchipilica foi impedido de forma humilhante de exercer a sua função.

Afinal, enquanto Provedor de Justiça, ele é o defensor dos cidadãos contra alegados abusos praticados pela Administração e por outros poderes públicos, como está plasmado na Constituição da República.

Cabe ao Provedor defender os direitos, liberdades, garantias e interesses legítimos dos cidadãos. Estas situações acontecem sempre que se avizinham as eleições. Foi assim em 2008 no Kilamba Kiaxi/Camama, idem em 2012 em Cacuaco e, agora, em 2016 em Viana. Os responsáveis por estes actos não são responsabilizados juridicamente e a culpa morre sempre solteira. As reacções face a tal acto não se fizeram esperar. O jornalista Ismael Mateus disse que «o Provedor finalmente virou o provador do que o povo passa. Enfim, o Provedor virou o provador da justiça sem pressão», disse.

3.8.40 Milhares De Casas Demolidas Por Militares Nos Arredores De Luanda

Jornal A República

12 De Agosto de 2016

texto: Por Lusa

A delegação da direcção do partido, que incluiu igualmente quatro deputados, pretendia constatar no terreno as reclamações de cidadãos que viram as suas casas demolidas, há cerca de uma semana, supostamente sem aviso prévio e sem justificação dada.

Alguns dos afectados contaram à agência Lusa que as demolições iniciaram na passada sexta-feira, nos bairros Walali e Floresta, onde pelo menos 4.000 casas, de vários tipos, foram demolidas por militares que informaram apenas estarem a "cumprir ordens superiores":

Segundo as vítimas, os moradores afectados recorreram à administração da zona para obterem uma explicação sobre o sucedido, mas não lhes foi dada resposta.

No decorrer da visita, dois deputados e um fotógrafo foram obrigados a acompanhar dois militares, que supostamente fazem a guarnição do local, por suspeita de estarem a ser feitas imagens do local.

Em declarações à Lusa, o secretário para os Direitos Humanos da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), Joaquim Nafóia, disse que a delegação pretendia chegar até ao local das demolições, cuja passagem está vedada ao público, e ouvir os responsáveis desses actos, quando os militares se aproximaram do grupo e exigiram que os deputados os acompanhassem.

Joaquim Nafóia disse que com a informação recolhida será feito um relatório e o assunto deverá ser levado ao parlamento angolano pela bancada parlamentar da UNITA.

"São quatro mil residências demolidas em três bairros, a população avançou -nos o número de três mortos e alguns feridos desde que começaram as demolições": disse o secretário para os Direitos

Humanos da segunda maior força política no país, que classificou como "triste este tipo de situações":

O dirigente da UNITA referiu que apelaram às pessoas para terem "muita calma, prudência e inteligência" no tratamento deste caso.

A Lusa constatou no local a presença de um grupo numeroso de pessoas, que dizem ter já recorrido à administração municipal, ao Governo da Província de Luanda, mas sem solução aparente para o caso.

3.8.41 Militares que abateram menor de 14 anos no Zango continuam a monte

Jornal Manchete

12 De Agosto de 2016

Texto: Orlando Hocha

Continua no seio dos mais variados segmentos da sociedade angolana e internacional o sentimento de revolta contra os actos perpetrados, recentemente, na zona do Zango II e III, em Viana (Luanda) por militares das Forças Armadas Angolanas (FAA), afectos a Região Militar Luanda, que resultaram na demolição de residências e a morte de um adolescente de 14 anos e uma criança de cinco.

As autoridades angolanas, em defesa da "sua dama", acusam os populares afectados pelas demolições, de terem invadido as terras - consideradas reservas fundiárias do Estado, sob controlo da Zona Económica Especial (ZEE) Luanda-Bengo - enquanto o Provedor de Justiça acusa-as de serem insensíveis perante a situação vigente naquelas zonas.

De acordo com Paulo Tchilipica, que recentemente foi impedido pelos elementos das FAA aí estacionados, o governo angolano deve ser sensível na resolução dos problemas dos cidadãos que merecem protecção das autoridades.

"O Estado é insensível a todas estas situações", disse o provedor, salientando que "estes cidadãos merecem a sua protecção". "Portanto, é dentro deste contexto da democracia estabelecida que iremos analisar esta situação com as entidades competentes", acrescentou Tchilipica, quando se dirigiu para os órgãos de comunicação social.

De realçar que, quando o Provedor de Justiça tentou entrar para a zona onde foram demolidas as residências em referência, e outras obras de construção definitivas, foi impedido, alegadamente por não ter sido autorizado pelas estruturas superiores das FAA.

Tal como citou a Voz da América (VOA), baseando-se no jornal O País "ele (Paulo Tchilipica) tinha que vir aqui somente com papel assinado por estas entidades. Não temos nenhuma orientação neste sentido. Defender o povo tem normas. Vir aqui só por vir não está certo", disse um dos oficiais das FAA não identificado.

O menor de 14 anos, morto friamente a tiro, chamava-se Rufino António, tendo o assassinato ocorrido quando a vítima tentava saber porquê estava a ser demolida a residência dos seus pais.

Já o bebé - igualmente vítima das atrocidades das FAA foi decapitado pela máquina que foi utilizada para as demolições, tal como revelou a VOA, citando os familiares e vizinhos que assistiram a cena.

De acordo com os mesmos, a criança - Baptista como se chamava - morreu quando uma pá carregadora destruiu a casa onde se encontrava, degolando-a.

Ainda de acordo com a VOA, o tenente-general, Simão Carlitos Wala, comandante da Região Militar Luanda, quando por si contactado, sem gravar a entrevista, lamentou o sucedido e garantiu estarem em curso investigações.

Por seu lado, o porta-voz da Polícia Nacional, em Luanda, Mateus Rodrigues, disse que a corporação não tinha, na altura em que foi contactada, muita informação sobre o caso, tendo garantido que somente o processo de investigação que foi instaurado poderá dar resposta.

"Não há muitas informações, dizer apenas que tomamos conhecimento e foi aberto um processo de investigação. Este processo sim poderá trazer as informações necessárias sobre o que efectivamente ocorreu e em que circunstancia o jovem perdeu a vida e portanto, quem serão os culpados e a sua devida responsabilização. Posso dizer que diz-se muitas coisas, mas nenhuma destas informações é certa", afirmou Mateus Rodrigues.

De salientar que, para além do Provedor de Justiça, os deputados da UNITA foram, igualmente humilhados pelos homens comandados pelo tenente-general Wala, tendo alguns deles sido presos.

Responsabilização e exoneração

Várias são as organizações dos direitos humanos e não só, que clamam para que a justiça seja feita, sendo que, o tenente-general Wala está a ser apontado como sendo o principal culpado das mortes ocorridas no Zango e nas outras zonas de Luanda

onde foram levadas a cabo demolições, cujos protagonistas são militares por si comandados.

A população, tal como citada pela imprensa, exige a sua exoneração, que terá já sido solicitada em carta endereçada ao Presidente da República, José Eduardo dos Santos, entidade que criou o Posto de Comando Unificado que protege aquelas zonas,

As vítimas são de opinião de que se assim o Comandante-em-Chefe proceder, serão evitadas outras mortes gratuitas em tempo de paz.

A organização de direitos humanos, Human Rights Watch, emitiu um comunicado condenando as demolições e pedindo a responsabilização dos autores dos disparos que mataram o jovem de 14 anos, bem como daqueles que decapitaram o bebé.

Segundo apurou o Manchete, tão logo sejam apurados os autores dos disparos, o assunto será remetido ao tribunal, no país e caso não haja decisão favorável às vítimas, deverá seguir para as instituições internacionais.

"O tenente-general Wala e os seus homens não podem continuar impunes perante assassinatos de pessoas indefesas, têm de responder em tribunal", disseram fontes do Manchete, acrescentando que não compreendem as razões que fazem com que os militares disparem contra civis desarmados.

Vídeo chocante

O vídeo que está a circular nas redes sociais, sobre a morte do menor Rufino António é muito chocante e demonstra o atropelo dos direitos humanos em Angola.

A vítima foi barbaramente atingida na cabeça e, como se não bastasse, os seus algozes nem sequer se dignaram prestar socorro, antes de sucumbir, "trataram-no como um cão, num país onde o Governo diz defender os direitos humanos, mormente da criança", lamentou uma fonte do Manchete, sublinhando que "Só alguém que não tem família - filhos - pode viver tranquilamente perante este acto hediondo por si perpetrado".

Para si, estes actos devem ser condenados e os órgãos competentes não devem ficar de braços cruzados.

Defende, por outro lado, que o tenente-general Wala está em condições, perante esta realidade, de colocar o seu lugar a disposição se, na verdade é, também, um humano/ mortal que respeita a vida, "Ele está a ser usado pelos donos deste país, amanhã será ele a pagar por tudo isso, então, seria bom que se demarcasse destes assassinos".

3.8.42 Posição «demolidora»:

Tchিপilica proibido de entrar no Zango

Jornal O novo Jornal

12 De Agosto de 2016

Texto: António Paulo

Apesar de não ter conseguido chegar às casas demolidas, o provedor de Justiça garantiu que serão encontradas soluções para as vítimas. "Fiquem com a mesma calma e serenidade, porque o Estado está aqui para, vos proteger. Não existe Estado sem o cidadão", frisou.

O clima continua tenso nos Zangas 2 e 3, zonas onde decorrem demolições de centenas de moradias, com a protecção de militares armados, mandatados pela direcção da Zona Económica Especial (ZEE). Terça-feira, dia 9, o provedor de Justiça tentou visitar o local, mas foi impedido de o fazer pelas tropas ali destacadas. Os militares alegaram ter ordens para não permitir entradas, seja de quem for, na zona demolida.

Eram cerca de 09h00, quando uma comitiva encabeçada pelo provedor de Justiça, Paulo Tchипilica, se deslocou à zona do Zango 3, localidade onde foram demolidas 624 residências, construídas pelo Fundo de Organização de Bens e Imóveis, sociedade Lda (FOBIS), bem como outras casas erguidas por populares.

À chegada, o provedor foi recebido por populares dos Zangas 2 e 3, que o aguardavam a uma distância de cerca um quilómetro da zona protegida por militares. Após uma breve conversa com os lesados, que solicitaram a intervenção da Provedoria de justiça, Paulo Tchипilica seguiu para a zona demolida com a comitiva que o acompanhava, entre os quais funcionários do seu pelouro, jornalistas e um cordão de segurança de agentes da Polícia Nacional, chefiados pelo comandante das duas zonas, intendente Kadafi.

Ao aproximar-se da área demolida, um dos soldados dirigiu-se à caravana e interrompeu a marcha, anunciando que não estava permitida a entrada a ninguém, "seja quem for".

"Ninguém pode fazer fotos, nem gravações", avisou o militar, ladeado por outros soldados armados. Nem mesmo a presença do provedor de Justiça e as suas explicações sobre o motivo da visita fizeram os militares recuar. Paulo Tchипilica ainda tentou, por via telefónica, obter autorização do coronel Silvano Ndongwa, comandante do Posto de Comando Unificado do Zango e responsável pelas tropas no terreno, mas não foi bem-sucedido. O ombudsman

(palavra de origem sueca que significa o representante do povo) ainda efectuou vários contactos que também resultaram em nada.

Obrigado a regressar, o provedor de Justiça fez a segunda paragem no mesmo local onde deixara a população, que o aguardava para saber o que viu. Paulo Tchípilica apelou à calma das vítimas, garantindo que o problema estava a ser solucionado. "Depois de tudo aquilo que vimos e depois da vossa exposição, iremos analisar essas situações com as entidades competentes. Fiquem com a mesma calma e serenidade, porque o Estado está aqui para vos proteger. Não existe Estado sem o cidadão. De modo que são esses aspectos que viemos aqui dizer e pedir para que aguardem por melhores soluções. A vossa situação será devidamente analisada e virão soluções para todas as pessoas, cujas casas foram destruídas", garantiu.

Questionado pelos jornalistas sobre o facto de ter sido impedido de entrar na zona demolida, o provedor de Justiça negou ter sido barrado pelos militares e afirmou que a sua missão estava cumprida. "Penso que não terei sido barrado. Não houve nenhuma barragem. Tivemos a oportunidade de vir aqui e, nesse aspecto, a nossa missão está cumprida. O mais importante foi contactar as populações e as suas preocupações", disse Paulo Tchípilica, esclarecendo que a sua acção se limita a propor recomendações para a solução dos conflitos.

3.8.43 A administração da Samba propõe transferência de moradores em zona de risco

Jornal O PAÍS

10 De Agosto de 2016

Texto: Afrodite Zumba

Os cidadãos residentes em zonas de risco no distrito urbano da Samba, nomeadamente na montanha e ao longo da orla marítima, poderão ser transferidos para outras localidades, tal como afirmou ontem, em Luanda, a administradora adjunta para a Área Técnica, Madalena Manuel.

Segundo a responsável, a instituição já efectuou o cadastramento dos moradores e encaminhou a proposta à Comissão Administrativa da Cidade de Luanda (CACL) para o devido aval.

Salientou que a medida visa assegurar a população ali residente, de modo a que não estejam expostos a perigos, citando como exemplo, os deslizamentos de terra e desabamento de casas durante o período chuvoso que se avizinha.

Entretanto, a responsável não revelou a data nem o local em que esta população será realojada, caso a proposta seja aceite pelo CACL.

Madalena Manuel, que falava à imprensa após a inauguração da Associação dos Naturais & Amigos da Samba (ANASAMBA), esclareceu que, a par desta medida, também têm sido feitos os desassoreamentos das valas do distrito pela Unidade Técnica de Gestão do Saneamento de Luanda (UTGCL). "

Temos as condições mínimas preparadas", disse. Sobre o mesmo assunto, a entrevistada disse que a população tem dificultado a limpeza das valas, uma vez que continuam a deitar lixo nas mesmas.

Concluiu que a Administração do distrito vai trabalhar em parceria com a ANASAMBA de forma a garantirem melhores condições de habitabilidade e bem-estar dos munícipes.

3.8.44 Provedor da Justiça

Jornal Manchete

12 De Agosto de 2016

O Provedor de Justiça, Paulo de Tchípilica, apesar de ter sido injustiçado ao ser impedido de efectuar uma visita ao Zango, no dia 9 do corrente, a fim de constatar a realidade sobre as demolições que estão a acontecer naquela zona de Luanda, pelo menos demonstrou seu interesse em avaliar por via dos factos, os inúmeros processos de reclamações que dão entrada no seu gabinete, \$0 licitando a reposição da justiça. A sua actividade consiste em defender a ferro e fogo, todas as liberdades e os direitos dos cidadãos adquiridos por lei e repor a legalidade nos casos em que tais direitos e liberdades sejam rejeitados, tal como ocorreu com ele 110 Zango II e III, Desta vez, as Forças Armadas podem ter ido longe demais. Esperemos "os resultados" para ver!

o Provedor de Justiça, Paulo de Tchípilica, apesar de ter sido injustiçado ao ser impedido de efectuar uma visita ao Zango, no dia 9 do corrente, a fim de constatar a realidade sobre as demolições

que estão a acontecer naquela zona de Luanda, pelo menos demonstrou, seu interesse em avaliar por via dos factos, os inúmeros processos de reclamações que dão entrada no seu gabinete, \$0 licitando a reposição da justiça. A sua actividade consiste em defender a ferro e fogo, todas as liberdades e os direitos dos cidadãos adquiridos por lei e repor a legalidade nos casos em que tais direitos e liberdades sejam rejeitados, tal como ocorreu com ele 110 Zango II e III, Desta vez, as Forças Armadas podem

ter ido longe demais. Esperemos "os resultados" para ver

3.8.45 Quando mais nada resta ao Estado de Direito

Jornal Novo Jornal
12 De Agosto de 2016
Texto: Nok Nogueira

Está instalado em Angola aquilo a que poderíamos chamar, sem qualquer tipo de reservas, de caos institucional. Isto é, assiste-se neste momento à institucionalização do "Quinto Poder", que, de modo discricionário e irrepreensível, atenta contra todos os princípios democráticos consagrados na Constituição do país e universalmente entendidos como sendo a base de qualquer Estado democrático de direito contemporâneo que se preze, de facto, e que tenha como visão a construção de uma sociedade em que a pessoa humana seja o edifício sobre o qual assenta qualquer país.

O "Quinto Poder" em Angola, numa análise incisiva e simplista, equivale à face mais perversa de um certo Estado que, em pleno contexto da afirmação democrática, ou tentativa deste, age ainda com as marcas de um Estado autoritário, movido e patrocinado sobretudo por um sentimento de aquiescência, impunidade e de ausência do primado da lei perante uma espécie de "absolutismo militar", que desrespeita todos os princípios possíveis e imaginários instituídos pelo Estado democrático de direito.

Estamos a falar de um "Quinto Poder" que atropela os superiores interesses decorrentes da implantação da democracia em Angola (não "a que nos foi imposta", que esta interessa apenas às conveniências político-partidárias), mas aquela que resulta de uma conquista e da afirmação dos fundamentos inalienáveis no entendimento doutrinário sobre o princípio da separação de poderes no campo político, que respeita precisamente qualquer um dos poderes clássicos: Executivo, Legislativo e Judicial; e o considerado Quarto Poder, tipificado nos termos doutrinários como o direito de livre expressão, de informar e de ser informado.

Este "Quinto Poder" em Angola tem a "legítima" prerrogativa de se sobrepor a qualquer um desses poderes clássicos e ao princípio da separação dos mesmos, na medida em que, não só usurpa como deturpa o princípio da convivência democrática ao instituir uma espécie de mecanismo arbitrário de legitimação, que contraria no todo qualquer norma do direito positivo que se apresente diante de si nos

termos da lei. Estamos precisamente, no âmbito do exercício deste "Quinto Poder", a falar das Ordens Superiores. Uma figura que passou a substituir os tribunais e todos os outros órgãos do Estado.

As Ordens Superiores passaram a ocupar na "Constituição" do país um poder arbitrário que legítima, se for preciso, a eliminação física de qualquer sujeito de direito que se oponha ao seu

cumprimento. As Ordens Superiores passaram a ser o rosto da devassidão dos princípios mais elementares da pseudo-convivência democrática em Angola.

Ou seja, as Ordens Superiores passaram a incorporar o somatório de todos os poderes em UM SÓ e contam, para a sua estrita e devota observância, com as forças da ordem e segurança a do país, nomeadamente a Polícia Nacional e as Forças Armadas Angolanas (FAA), e um outro tipo de contingente de forças militares ou paramilitares que, no (in) cumprimento de qualquer missão, se apresentam como doutos sacerdotes deste princípio normativo do novo "ordenamento jurídico angolano".

Num Estado que leve a sério estas questões que mexem não só com a sua sobrevivência, mas com o bem essencial que é a vida humana, o direito à vida como consagra a Constituição da

República, hoje estaríamos provavelmente a questionar a natureza dessa arbitrariedade que são as Ordens Superiores, cuja emanação é vinculativamente associado ao Poder Político. Se for o caso, estamos perante um estado de coisas e de sítio em que o poder político se mostra insaciável nos seus apetites de poder pelo poder.

O que se passou na sexta-feira, 5, no Zango 3, onde o Posto de Comando Unificado local procede a demolições grosseiras sem prévio aviso às famílias visadas, é uma demonstração clara de que não há princípio legal nenhum que pare as chamadas Ordens Superiores. Aliás, razão pela qual deputados à Assembleia Nacional (que representam o Poder Legislativo), o provedor de Justiça (que representa o Poder Judicial), órgãos de comunicação (ao serviço do Quarto Poder) tenham sido humilhados por militares que lhes barraram o acesso ao local das demolições, alegando precisamente as ditas Ordens Superiores.

Olhando para o quadro nestes termos faltou ver no local um outro poder, o Executivo, a quem não interessou até aqui fiscalizar o cumprimento de um instrutivo por si mesmo imposto e daí não termos ouvido até agora a reacção ao assassinato de um

adolescente de 14 anos por parte do Ministério da Família e Promoção da Mulher, do Instituto Nacional da Criança, e obviamente, do partido no poder.

Em outras paragens democráticas nenhum partido político ficaria indiferente à barbárie do Zango, nem que fosse para lamentar, em nota de imprensa, a morte do menor. Estranhamente, Angola deverá ser o único país no mundo que detém uma maioria parlamentar que não só entra surda e sai calada do hemiciclo, como, diante dos vários descasos, faz tal qual a avestruz: enterra a cabeça na areia como lídimo direito de não ver, não ouvir e calar, se for preciso.

É bom que se entenda que a morte de uma criança, aliás, o assassinato bárbaro de uma criança de 14 anos, como é o caso do menino Rufino Marciano António, por parte de forças militares (provado por um vídeo que já é vital nas redes sociais, muito embora já o tivessem tentado eliminar) é a destruição da base sobre a qual assenta a única réstia de esperança de um Estado: as pessoas.

Instituir as chamadas Ordens Superiores em substituição do primado da lei e da Constituição remete o Estado para um estágio de mendicidade moral e legal. É precisamente substituir

um Estado pelo outro, neste caso, por um Estado autoritário que, diante dos princípios democráticos, consagrados na Constituição do país, os substitui por um conjunto de arbitrariedades sem qualquer estofo. Para terminar, é bom que o Estado-Maior General das FAA não tome o povo por ignorante. O seu comunicado em reacção

ao assassinato do adolescente, uma semana quase depois, é ordinário e insensível. Primeiro, porque mente descaradamente e, segundo, porque lança o escárnio sobre a família enlutada e toma-nos a todos por parvos. Rufino é filho, neto, irmão, sobrinho, amigo de qualquer um de nós.

3.8.46 Recção “ Militares falaram em afronta das populações”

Jornal O Novo Jornal
12 De Agosto de 2016

O Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas lamentou esta quinta-feira a morte do adolescente de 14 anos, Rufino António, reconhecendo, em comunicado, o envolvimento de efectivos seus, afectos à Região Militar de Luanda, destacados para as operações de demolição que ocorrem no Zango.

No documento, o Estado-Maior das FAA alerta a população para evitar afrontar os militares, com armas de fogo, "como ocorreu nesse trágico acidente, onde foram capturadas duas armas", justificando, desta forma, o uso da força.

O Estado-Maior General garantiu estar a fazer todas as investigações para o esclarecimento do grave acidente do passado dia 5 de Agosto, que envolveu efectivos da Região Militar Luanda e os cidadãos que ocupavam, indevidamente, o perímetro de segurança do novo Aeroporto Internacional de Luanda, em construção, e que vitimou mortalmente o pequeno Rufino.

Em reacção ao comunicado do Estado Maior, o jornalista Ismael Mateus desabafou na sua página do Facebook nos seguintes termos: "Canalhice, não há outro nome para chamar à sugestão de que Rufino ou pessoas ao lado dele se teriam apropriado de duas armas. Supostamente essa é a justificação para terem matado um miúdo de 14 anos. Ao contrário do que pensam, isso só agrava porque algo que em princípio teria sido accidental agora passa a premeditado porque supostamente terá sido legítima defesa dos militares. Mas alguém engole uma canalhice desta dimensão? Onde essa gente tem a cabeça? Não há ninguém nas FAA a pôr ordem nisso? Como podem as FAA terem feito aquele comunicado? Nem dá para pensar muito para um gajo não virar reaccionário", escreveu o jornalista no seu perfil.

3.8.47 ZEE

Jornal Manchete
12 De Agosto de 2016

Aquando da criação da Zona Económica Especial, o Presidente da República disse que "Angola viveu um período de guerra, durante o qual foram destruídas a maioria das infra-estruturas de produção.

Alcançado. a paz, por forma a reconstruir e modernizar a economia, garantir a

produção interna dos bens básicos para a população, criar empregos e combater pobreza, O Governo aprovou a criação da Zona Económica Especial, como uma, de muitas ferramentas para ajudar o crescimento económico de Angola, constitui propriedade do Estado. Entendemos Estado - Território, Povo e Instituições, logo a (ZEE), ao invés de combater a pobreza, está a com barrer contra o pobre, autorizando a destruição de casas por alegadamente ocuparem ilegalmente uma zona pertencente a eles.

3.8.48 As demolições vão continuar

Jornal o Crime

13 De Agosto de 2016

O primeiro acto de demolição na área, refere a SOS Habitat, foi no dia 30 de Julho na localidade do Zango III. Na passada quarta-feira, os supostos efectivos do PCU iniciaram as demolições no bairro Walale, que culminou com a morte do rapaz no sábado.

Os populares só foram notificados no domingo, 7 de Julho, um dia depois da morte do adolescente Rufino António, de 14 anos, que frequentava a 4.ª classe. Segundo a notificação da Sociedade de Desenvolvimento da Zona Económica Especial Luanda-Bengo a que este jornal teve acesso, os habitantes dos bairros Walale devem abandonar a zona do bairro num prazo de 13 dias.

"Considerando que o espaço em que edificou a sua residência constitui propriedade privada da Sociedade de Desenvolvimento da Zona Económica Especial Luanda-Bengo ZEE-Ep, vimos por esta via notificá-lo, para no prazo de máximo e improrrogável de 15 dias, promova a demolição voluntária benfeitoria ou obra realizada no referido espaço. Terminado o prazo acima estipulado, procederemos a demolição compulsiva", lê-se no documento assinado no dia 7 deste mês por um primeiro-sargento não identificado. Os habitantes, por sua vez, alegam que o espaço lhes pertence há longos anos, pois eram zonas de cultivo. Uma das moradoras, que negou ser identificada, contou que algumas pessoas tiveram que pagar os militares para não perderem as casas. A senhora, de 35 anos, disse que a sua mãe pagou Kz 5000. Os soldados intimidaram a moradora, afirmando que esta deveria então lhes pagar com sexo.

"Como não tinha dinheiro, eles disseram que eu teria que manter relações sexuais com os dois, para salvar a minha casa. Neguei e eles aceitaram e, depois, pediram uma caneca de quissangua", denunciou a moradora.

No local, os populares ficaram sem acesso à água, porque os militares cavaram buracos enormes para impossibilitar a entrada das motorizadas que abastecem os bairros.

3.8.49 As histórias (algumas) do general Wala

Jornal Folha8

13 De Agosto de 2016

O Comandante da Região Militar Luanda, General Simão Carlitos Wala, aconselhou as populações das localidades de Mucula Ngola, Zango e Via Expresso (Viana), a adoptarem a via do diálogo, no tratamento do fenómeno ocupação de terras. Quando foi isso? Há um ano. Agosto de 2015.

Na altura, de acordo com o relatório de visitas às referidas localidades, a missão da Região Militar, encabeçada pelo seu Comandante, constatou a falta de coordenação de acções entre as autoridades tradicionais e do Estado, no concernente ao tratamento dos conflitos a este nível.

Não obstante, de acordo ainda com o documento, a missão da Região Militar Luanda constatou também a redução de casos de ocupação anárquica de terrenos, tendo aproveitado a ocasião para incentivar o efectivo da ordem, para continuar vigilante e manter o contínuo trabalho de patrulhamento na área.

A missão da Região Militar Luanda manteve ainda encontros com as autoridades tradicionais locais, tendo aconselhado para a contínua coordenação de acções, visando a garantia da segurança das populações e seu haveres. Relativamente à alega da presença, na área, de elementos estranhos que provocam desordem no seio das populações da região, a missão da Região Militar de Luanda aconselhou ainda as populações afectadas, no sentido de denunciarem os infractores, ainda que se tratar de militares.

A propósito, o general Simão Carlitos Wala voltou a apelar aos militares das Forças Armadas Angolanas (FAA) para se absterem das práticas de actos de apropriação de terras das populações, sob pena de serem responsabilizados criminalmente.

A então nova direcção da Região Militar de Luanda (nomeada e empossada em Maio de 2014), estava a desdobrar-se em coordenação com os órgãos policiais e de segurança, no sentido de se repor o clima de tranquilidade no seio das populações, realizando patrulhamento conjuntos na periferia da cidade de Luanda e não só.

Criada à luz dos acordos de Paz, a Região Militar de Luanda, antes denominada como Guarnição, é um órgão militarizado, encarregue em coordenação com as outras forças, garantir a segurança da capital do país.

3.8.50 Assassinato de menino de 14 anos verga o estado-maior das FAA

Jornal Folha8

13 De Agosto 2016

Estado Maior General das Forças Armadas Angolanas viu-se comprometido na semana finda após o assassinato de uma criança de 14 anos de idade no Zango II por militares da região de Luanda, sob o comando do tenente general Simão Carlitos Wala.

Uma onda de descontentamento de cidadãos angolanos de vários extractos sociais, que exige justiça sobre o assassinato, obrigou a instância máxima das Forças Armadas a tomar posição quanto as ocorrências que designou como "circunstâncias trágicas".

"Sendo que as Forças Armadas Angolanas têm como principal missão a defesa da Nação, onde a população é um dos elementos fundamentais, que merece todo o nosso respeito, protecção e dedicação, lamentamos profundamente o sucedido.

Estão em curso medidas que evitem ocorrência de situações semelhantes, no futuro," lê-se no comunicado divulgado na quarta-feira, 10 de Agosto.

O rapaz de 14 anos, Rufino Marciano António, que residia com os pais na localidade do Walale, bairro Zango II, em Luanda, foi vítima de uma bala à queima-roupa que lhe atingiu a cabeça, na sexta-feira, 5 de Agosto, em consequência das expulsões de moradores que os efectivos das

FAA executavam, num processo de demolição forçosa de casas na mesma zona.

O menino Rufino, aluno da 3ª classe numa escola comparticipada, procurava entender as razões que levaram os militares do governo a destruírem mais de 600 casas na sua localidade.

"O maior sonho dele era de ser polícia mas foi morto a tiro", revelou o pai do rapaz.

Os desalojamentos forçados tiveram o início na madrugada de quarta-feira, 3 de Agosto, quando soldados do Posto Comando Unificado CPCU) da

Região Militar de Luanda, fortemente equipados e com helicópteros e tractores, invadiram o Zango II, expulsando centenas de famílias, que até ao momento estão a viver em condições desumanas e ao relento.

O Posto Comando Unificado foi criado pelo Presidente da República para assegurar as reservas fundiárias do Estado, mas, segundo os populares, tem sido acusado também de ocupar terrenos privados.

Como se não bastasse, os militares escavaram buracos nas ruas que dão acesso ao bairro, impossibilitando a entrada de carros e motorizadas, mantendo os desalojados sem acesso a água potável e outros bens de primeira necessidade.

As críticas vindas de vários quadrantes da sociedade angolana, questionam de como é que num país que se diz estar em período de paz, os moradores do bairro do menino Rufino foram cercados e brutalmente expulsos a tiros por militares do Tenente General Simão Carlitos Wala, e suas casas injustamente demolidas, sem aviso prévio ou qualquer notificação.

Apercebendo-se do lapso, à última da hora os moradores foram notificados num dia após a morte do menino Rufino António, ordenados a abandonarem a zona no prazo de 15 dias porque as demolições injustas e forçadas iriam continuar.

O caricato em tal notificação, é a exigência para que os moradores partam as suas próprias casas e abandonem a localidade.

"Considerando que o espaço em que edificou a sua residência constitui propriedade privada da Sociedade de Desenvolvimento da Zona Económica Especial Luanda - Bengo ZEE-EP, vimos por esta via notifica-lo, para o prazo de máximo e improrrogável de 15 dias, promova a demolição voluntária benfeitoria ou obra realizada no referido espaço.

Terminado o prazo acima estipulado procederemos a demolição compulsiva", lê-se no documento assinado no dia sete deste mês por um primeiro-sargento não identificável.

Em contradição, o Estado Maior das Forças Armadas não confirmou que o espaço pertence a ZEE-PE, mas sim o "perímetro de segurança do novo Aeroporto Internacional de Luanda".

"O Estado Maior General das Forças Armadas Angolanas, tomou conhecimento do grave incidente ocorrido no passado dia 5 de Agosto no Zango Dois, município de Viana, província de Luanda, que envolveu efectivos da Região Militar Luanda e os cidadãos que ocupavam, indevidamente, o perímetro de segurança do novo Aeroporto Internacional de

Luanda, em construção, em que foi atingido, mortalmente, um adolescente de 14 anos de idade, chamado Rufino Marciano António", afirmou,

Este jornal constatou no terreno que muitos moradores possuíam documentos que os atribuía a propriedade das suas residências, emitidos pelas autoridades locais e outros justificavam que as terras pertenciam-nos por muitos anos porque eram inicialmente zonas de cultivo.

Mas estando num país onde as vítimas são transformadas em agressoras, caiu-se logo o véu da falta de humildade do Estado Maior General, que deixou os angolanos estupefactos ao afirmar que o menino Rufino foi morto num confronto onde a população atacou os militares com duas armadas de fogo.

"O Estado-Maior General alerta a população para evitar afrontar os militares, com armas de fogo, como ocorreu nesse trágico acidente, onde foram capturadas duas armas", lê-se no comunicado, a desculpa que está merecendo duras críticas da sociedade.

Outras mortes

Uma reportagem feita pela rádio Voz da América (010A), deu-se conta da morte de um bebé de 14 meses, que foi decapitado quando uma pá carregadora destruiu a casa onde se encontrava.

"Sabe-se (também) que dois adultos morreram vitimados por ataques cardíacos ou trombozes quando viram as suas casas destruídas", reportou a VoA.

Em sequência desses acontecimentos, vários cidadãos exigem responsabilização dos perpetradores e consequentemente a exoneração do tenente-general, Simão Carlitos Wala, do cargo de comandante da região militar de Luanda. Ele destacou-se em 2002, no combate em que tombou o líder fundador do partido UNITA, Jonas Malheiro Savimbi.

3.8.51 Cruéis

Jornal O Crime

13 De Agosto de 2016

Com profunda dor, sentimento ao qual junto a revolta própria da minoria que luta contra as injustiças, observei a imagem de um jovem assassinado no Zango III a um tiro desferido por um elemento das Forças Armadas Angolanas (FAA).

Este militar é afecto ao Posto Comando Unificado (PCU) dirigido, é bom sublinhar, pelo General Wala, o homem que um dia recebeu rasgados elogios de segmentos da sociedade que viam na morte de Jonas Savimbi o caminho para a paz em Angola.

Confesso que não consigo perceber que perigo representava o indefeso Rufino António, 14 anos, para um militar fortemente armado.

À falta de um esclarecimento plausível, arrisco avançar que só por uma questão de arrogância e pelo sentimento de impunidade que polui este sistema ditatorial o efectivo das FAA imobilizou o garoto a um tiro na cabeça.

Revoltou-me, repito, o facto de ter visto o corpo de um compatriota estatelado, já sem os calçados. O rapaz tinha uma camisola verde, de cor esperança, que, entretanto, viria a se revelar moribunda.

A estrelinha estampada do lado esquerdo bem que podia simbolizar a mesma que se encontra na bandeira do partido a que pertence o militar, que não teve dó nem piedade, quando lhe roubou a vida.

Conjecturas à parte, Rufino poderia ser filho ou irmão de qualquer um de nós. O seu único pecado, julgo, foi ter nascido pobre num país endinheirado.

O seu último acto digno de registo foi ter reivindicado a demolição, sem qualquer aviso prévio, da casa dos papás, num claro sinal de que, naturalmente, teve medo de viver ao relento.

Em companhia dos pais, reivindicava, mais do que a entrada em cena do martelo do Governo, um novo abrigo, até porque a sua moradia foi erguida de forma honesta, com recursos conseguidos graças a ginásticas atrás de ginásticas. Um acto destes, quanto mais não seja em tempo de crise, é revelado r de falta de compaixão para com um povo bastante sofrido.

Aliás, falamos de casas erguidas num projecto habitacional constituído por mais de 600 residenciais, sem que os proprietários tivessem tirado proveito da calada da noite, como muitas vezes acusam as autoridades.

Para o espanto de milhares de angolanos, surge um grupo de indivíduos, supostamente a mando da direcção da Zona Económica Especial, a quebrar as habitações construídas aos olhos de tudo e todos.

Os imóveis, do tipo T-s, fazem parte de um conjunto de casas pertencentes à empresa FOBIS e estavam destinadas à venda do público. Daniel Carlos, director da FOBIS, disse não entender as motivações

para as demolições no projecto habitacional, que custou mais de 1 bilhão e 200 milhões de kwanzas.

Segundo o responsável, a empresa adquiriu o terreno por via de uma parceria com camponeses que ali se encontravam, os mesmos que receberam, ao abrigo do negócio, 40% das 624 casas erguidas. Eles receberam também, em jeito de indemnização, 2 mil kwanzas por cada plantaço destruída.

Onde está o erro? Quem vai devolver o investimento deste jovem empresário? Isto para não falar da vida do pequeno Rufino? O seu corpo terá andado em local incerto, após ter sido, conforme os relatos, recolhido 'como se de um saco de carvão se tratasse'. Foi por obra de militares das FAA, que dizem, de acordo com populares, que "não hesitarão em matar mais alguém, pois cumprem ordens superiores".

Outra imagem chocante, que me levou a lacrimejar, foi a de uma mulher que, desesperada, levantou as mãos e olhou demoradamente para o céu, à imagem de quem apela a uma intervenção divina. "Oh, meu Deus! Onde estás, Senhor?", terá dito a mulher que acabava de perder a casa.

A verdade é que Deus não faz, ajuda. Caberá a nós fazer, fazer e fazer, para que Ele nos possa ajudar. É preciso que o povo ganhe consciência e reaja, sendo certo que este regime não está com meias medidas. O que mais falta acontecer?

Rufino, o menino assassinado, não tinha pai presidente, não recebia mesada de 20 mil dólares, não fazia negócios milionários.

Temos, portanto, de parar de chorar e transformar a dor em forças para derrubar este regime que há muito deu mostras de que o ódio é o único sentimento que nutre pelo povo

3.8.52 "Demolições servem interesses particulares"

Jornal O Crime

13 De Agosto de 2016

Para o presidente do PDP-ANA, as demolições dessa índole começaram há muito tempo e nas áreas onde ocorreram houve incumprimento dos objectivos projectados. "Correm com as pessoas, mas depois o referido terreno não é usado para nada ou é usado para fins particulares", ressaltou.

Sugeri que quando uma determina área é do interesse do Estado, este deve primeiro realojar as famílias, para depois usar a referida área para o fim a que se propõe.

Em seu entender, demolir as casas com pessoas dentro e sem aviso prévio, é crime e violação de direitos humanos. "Um governo responsável não pode agir assim", frisou.

3.8.53 FAA são forças de paz são forças de defesa da soberania

Folha8

13 De Agosto de 2016

Texto de Walter Tondela

O general Carlitos Wala, é um general afável e jovem, que está, tal como o Estado Maior General das F AA, a Casa de Segurança da Presidência da República e o Comandante-em-Chefe das F AA, na boca do mundo, pela morte de um menino, desarmado na inocência de acreditar que a sua candura seriam - e assim deveria, de facto ser - bastantes para conter os mais velhos militares a não brincarem com armas de fogo, disparando contra uma criança de 14 anos.

Confrontado' com a ocorrência, o comandante da Guarnição de Luanda não se mostrou, inicialmente, disponível por não "acreditar nesta triste notícia", balbuciada e multiplicada no calor dos sentimentos de revolta e pesar.

"Quem foi o 'responsável, quem foi o responsável por este disparo e como pode ter isso acontecido?" Esta pergunta atormentava a sã consciência dos angolanos de boa-fé.

A resposta trilhava as peugadas das botas dos vários militares que estavam no terreno, a supervisionar e guarnecer os trabalhadores da empresa que procedia ao derrube das mais de 600 casas, desalojando mais de 3 mil populares, votados ao relento e obrigados a vaguear nas margens da vida, sem' nada terem feito para isso. "Como devem entender, não tenho moral para conceder uma entrevista como a pretendida, quando temos o sangue inocente de uma criança a jorrar, que poderia ser meu filho ou seu. Vergo-me à sua alma e endereço sentidos sentimentos de pesar aos pais, a família e a todos cidadãos", afirmou ao Folha 8 o general Wala, certamente num misto de angústia e impotência para poder alterar o curso deste drama Confrontado com a existência de um alegado plano delineado para a violência, o oficial general foi peremptório na negação: "Não é lema das FAA, do chefe do Estado Maior e do Comandante-em-Chefe das F AA ordenar que os militares disparem contra civis inocentes, principalmente, sendo essas crianças. As F AA são forças de Paz, são forças de defesa da soberania".

Por outro lado, em defesa do chefe diz, aqui já não como pai ou simples cidadão, mas tão só como general e militar em estrita obediência, "o Comandante-em-Chefe e Presidente da República tem uma grande preocupação com a actividade dos militares, quando têm de intervir junto das populações e, nós encarnamos isto, quando vamos ao terreno".

Daí, acrescenta, "lamentar o sucedido, pois não havia orientação para ninguém disparar. Aquele acto, apanhou-nos a todos de surpresa. Eu ainda não quero acreditar, como foi que isso foi possível. O que levou () autor a disparar e a não se conter diante de uma criança. Eu e os demais militares fomos tomados pela dor, pela frustração de termos sido impotentes, para preservar a vida de uma criança inocente".

E esboçando um ar de cansaço e tristeza, credível mas no qual ninguém acredita em função dos factos, lança:

"Muitos podem criticar-me, criticar as F AA ou o Comandante-em-Chefe, mas todos' nós somos humanos, somos pais e sentimos como todos a dor da perda de um ente querido. Sentimos a perda de um filho com um futuro pela frente. Devemos ser serenos e admitir que se fosse uma orientação, pela reacção de muitos infiltrados, que estavam em provocação teria havido outro desfecho. Devemos cultivar o espírito da paz, do perdão e de responsabilidade, num tempo em que a sensibilidade e ponderação se impõem".

Espírito de paz, de perdão e de responsabilidade que se elogiam mas que, convenhamos, são difíceis de assimilar por quem vê um filho ser assassinado, por quem vê a sua casa ser destruída, por quem é atirado para as margens da vida, ou da subsistência, como se fosse um ser menor.

Quanto à corporação que defende, o general Wala diz serem as "F AA responsáveis na defesa das populações e da soberania, mas não se pode esquecer serem os militares humanos, com defeitos e virtudes. Reconhecemos ter havido uma falha humana, causadora de uma morte, mas este facto não pode colocar em cheque o bom nome das Forças Armadas. Ela tem de ser investigada, para se saber das circunstâncias".

Questionado se haveria justiça, foi peremptório: "Justiça haverá sempre! Ninguém está acima da lei e devem os órgãos competentes averiguar o que e como tudo ocorreu. Considero precipitado que muitos, se queiram substituir aos órgãos da justiça, que devem, sem pressão, fazer o seu trabalho. As F AA têm um papel importante e responsável, por isso

quando os seus membros cometem erros, estes devem ser investigados no quadro legal, ao invés de serem na praça pública. Eu como comandante de uma unidade de Luanda das F AA, fico triste muito triste pelo sucedido e, mais uma vez, vergo-me a família enlutada. Peço também aos populares, aos verdadeiros patriotas, jornalistas e políticos de todos os quadrantes, que não coloquem mais fogo, lá onde devemos estar serenos e lamentar a perda de uma vida humana".

O general Wala tem razão, Importa, contudo, recordar que não são os Jornalistas que lançam mais fogo. A verdade não é incendiária. A verdade dói, é certo. Mas só ela cura. E se uma criança é assassinada, cabe-nos dizer isso mesmo: uma criança foi assassinada.

, "Devemos fazer tudo para evitar, que em tempo de paz, haja invasões de reservas do Estado. Todos devemos cumprir as leis e evitar, também, que na reposição da ordem haja mortes. Temos de saber lidar melhor com os agentes provocadores, aqueles que não respeitam as forças de defesa e segurança, quando estão no seu papel de garantir a ordem e tranquilidade social", afirma o general,

Devemos, sim senhor. Mas devemos ir mais longe dentro desse espírito de lealdade e cumprimento da lei que o general Wala defende. Ou seja, todos devemos exigir que todos cumpram a lei. Não há (será que não há, Sr. General Wala?) cidadãos de primeira e de segunda. Os angolanos fardados não podem valer mais, perante a lei, que um angolano esfarrapado pelas agruras da vida.

Não foi fácil a obtenção destas considerações do general Carlitos Wala, ainda no teatro das operações. Para além disso, o atraso na publicação deve-se, também, ao facto de, no final, haver 'uma pressão do general para a sua não publicação, alegando ser já bastante esclarecedor o posterior comunicado do Estado Maior General das F AA, mas pela pertinência achamos que uma e outra são importantes e se complementam.

Os militares, como muito bem sabe o general Wala, têm o seu próprio código de conduta. Nós, os jornalistas, também temos o nosso. Em síntese, o nosso código diz-nos que se o jornalista não procura saber a verdade é um imbecil. E se sabe a verdade e se cala é um criminoso. Por isso, certamente que o general Wala entenderá, nós não somos nem imbecis nem crinlinosos e, por isso, também, agradecemos a sua frontalidade, que desde já marca uma viragem positiva de um verdadeiro oficial.

3.8.54 Militares da PCU executam menino Rufino

Jornal O Crime

13 De Agosto de 2016

O relógio marcava 15 horas de sábado, 6, quando no Zango III, bairro Walale, efectivos das Forças Armadas Angolanas, do Posto Comando Unificado (PCU), sob comando do General Simão Carlitos 'Wala', depois de assegurar com mão-de-ferro que mais de 600 residências fossem demolidas naquela zona, partem para outra aventura. Sábrios ou não, "armados até aos dentes", como se numa guerra se tratava "qual Deus qualquer", os próprios militar decidiram sobre o destino do pequeno Rufino.

Apassionado pela bola, menino feito homem, Rufino António, o primeiro de quatro irmãos (8, 3 e 2 anos), tinha a responsabilidade de cuidar dos seus maninhos, sempre que a mãe procurasse vender algum produto conseguido da lavra e, quando o pai, desempregado, procurasse algum biscate para sustentar a família.

Moradores de um casebre de chapa de apenas um compartimento, com um colchão e cadeiras improvisadas, a fatídica tarde de sábado, 6, era para ser apenas mais uma no seio da família António. Porém, o ruído de uma máquina, Bulldozer, precipitou a curiosidade do menor, quando ouviu as primeiras residências a escassos metros da sua serem demolidas.

Os militares chegaram a fazer disparos contra a população e todo mundo ficou em pânico, como ele estava a cuidar dos irmãos sozinho, saiu para ver o que se passava. Entretanto, se mal pensou, pior o fez, pois ao questionar um dos militares, sobre o destino que seria dado às famílias desalojadas, como quem tem uma pedra de gelo no coração, disparou contra a cabeça do pequeno Rufino que teve morte imediata. Foi mesmo assim, sem mais nem menos.

Rui Domingos, tio da vítima, acrescentou que teve conhecimento da execução sobrinho por via do irmão menor do malogrado, de apenas 8 anos, que depois de acompanhar o infortúnio do irmão mais velho, para não ter o mesmo destino, correu ao encontro do tio. "Ele só tinha 14 anos, era inocente, ele só quis saber se podia ter um teto, mas, infelizmente, mataram-no sem dó nem piedade", lamentou.

Maria Fernando, a inconsolável mãe, já sem lágrimas para expressar a dor da perda irreparável do filho, olhou fixamente para nossa equipa de reportagem e fez um único pedido: justiça!

"Tiraram-me o meu filho à força, não adoeceu, era ele quem me cuidava quando estivesse doente, era ele quem cozinhava para os irmãos quando eu fosse à praça, tiraram o meu filho do sofrimento. O que foi que ele fez ao militar? Eu podia pedir desculpas", deplorou, rogando ao algoz que faça companhia durante o 6º bito do filho.

"Foram nove meses no meu ventre, criei-o dos zero aos 14 anos. O que foi que ele fez para ter esse fim?". São várias as interrogações daquela inconsolável mulher que, a julgar pela experiência de outros casos, pode ficar sem respostas.

Insensíveis, depois de consumada a morte do adolescente, às 17h 10, e vendo os populares revoltados, em repetidas rajadas de armas de guerra, os militares abandonaram o local, deixando o corpo exposto a tudo e todos.

Chamados ao local, a Comissão de Moradores deu a conhecer ao comandante do Zango 111 que, por sua vez, contaram os populares, ligou para o comandante municipal, tendo às 19h30 comparecido ao local com o segundo comandante municipal de Viana.

"Quando os comandantes chegaram, pediram ao Comando um carro de remoção, mas, subitamente, os militares voltaram em número maior e houve uma forte discussão entre os militares e os polícias", disseram, acrescentando que, como população estava a reagir para que os militares não levassem o corpo, 'Já que estávamos à espera do carro de remoção', eles (militares) dispararam contra a população e fizeram disparos (GM) contra o comandante, tendo de seguida atirado o corpo do menino no carro, como se fosse um saco, e saíram sem dar nenhuma explicação quanto ao local onde levavam o mesmo", denunciaram.

No seguinte, domingo, 7, os familiares de Rufino deslocaram-se ao Comando da Polícia de Viana e foram informados que o corpo estava na morgue do Maria Pia e lá, no registo, estava como desconhecido, "os militares explicaram que se tratava de um delinquente".

Sim, delinquente, pois é assim que este regime trata todo cidadão que reclama da sua má governação.

Até terça-feira, 9, isto é, três dias depois de ser executado, por falta de condições (caixão e meios para fazer o funeral), os familiares permanecem de mãos estendidas à espera de uma mão caridosa, uma que vez que os assassinos de Rufino se comportaram como se tivessem matado uma formiga, isto é, simplesmente ignoram. De realçar que a família enlutada vive há 11 anos naquele bairro e, segundo

sublinha-se, não são donos do terreno, ou seja, terão sido postos aí para controlar o mesmo.

3.8.55 "Ninguém tem direito de tirar a vida de outrem"

Jornal O Crime

13 De Agosto de 2016

A Aliança Patriótica Nacional (APN), através do seu presidente Quintino de Moreira, considera que as demolições do Zango representam uma violação flagrante dos direitos humanos, porque a vida é o bem mais precioso que existe e, por isso, nada pode tirar a vida de um cidadão, seja em que circunstância for.

Aliás, acrescenta, em Angola não existe a pena de morte, por isso estando a vida protegida na Constituição angolana não pode ser negada a nenhum cidadão. "Instamos o Governo de Angola para que pare com as demolições e negocie com os cidadãos, para que haja uma saída airosa para o caso das ocupações ilegais", recomendou.

A APN condena o acto que ocorreu no Zango em que o provedor da Justiça foi impedido de visitar o local onde ocorreram as demolições. "O provedor, dos termos da Constituição e da Lei, tem toda legitimidade para proceder visitas e auscultar o povo sempre que for necessário", elucidou, pedindo às autoridades mais respeito pelo Estado Democrático de Direito.

3.8.56 No Reino... militares acima da lei tratam os pretos pior que os bois

Jornal Folha8

13 De Agosto de 2016

A Human Rights Watch (H R W) pediu uma investigação "imediata e imparcial" à morte de um rapaz de 14 anos (Rufino Marciano António), atingido a tiro em Luanda, Zango, por militares durante um "protesto pacífico" contra a demolição de centenas de casas. Em comunicado, aquela organização internacional de defesa dos direitos humanos afirma que "as autoridades angolanas devem investigar pronta e imparcialmente a morte a tiro de um rapaz de 14 anos durante uma manifestação pacífica em Luanda, a 5 de Agosto". Daniel Bekele, director da HRW para África, afirma que "as autoridades precisam investigar imediatamente porque razão os soldados abriram fogo, processar os responsáveis por qualquer irregularidade e tomar medidas para evitar

derramamento de sangue no futuro", acrescentando "as autoridades angolanas devem demonstrar que estão a falar a sério sobre a redução do uso de força excessiva ao investigar aprofundadamente a morte de Rufino António e levar os responsáveis à Justiça".

Daniel Bekele diz também que "o governo deve assegurar que as forças de segurança respeitam as regras internacionais e respondem sem violência aos protestos pacíficos".

Segundo a HRW, os "soldados angolanos dispararam munições reais durante um protesto pacífico e o resultado não surpreendente é a morte de um adolescente".

No passado dia, 2, escrevemos aqui no Folha 8: No dia 30. 07.2016, no Zango 3 apareceram 5 carros da casa Militar, cheios de homens armados e acompanhado com dois tractores.

Os militares cercaram a área e os tractores começaram a destruir todas as casas. Dois jornalistas da Rádio Eclésia foram detidos por mais de 12 horas, a TV Zimbo também apareceu com a equipa de reportagem e não conseguiram fazer nada.

O general Simão Carlitos Wala chegou e começou a girar na área, não conseguiu aproximar-se do povo e explicar o porquê da demolição das casas que o povo lutou tanto para construir nesta fase de crise, se alguém tentava aproximar-se eles faziam tiros para o ar e para os pés do povo, tudo para intimidar o povo. Mais de 200 casas foram demolidas sem nenhuma explicação.

Muitas das casas pertencem às mães da OMA, velhos, jovens, senhoras e senhores que neste momento estão desempregados e com dinheiro da indemnização lutaram para ter a casa própria e sair da renda. O que o povo não conseguiu entender foi o porquê que o general Simão Carlitos Wala não permitiu nenhum tipo de reportagem, se o que ele mandou fazer era legal. O povo contactou a administração de Viana e eles não sabiam de nada, nem a polícia fiscal estava presente.

Dois agentes da Polícia DNIC apareceram no local e foram desarmados pelos militares. Os jovens que foram espancados por filmar com os seus telefones, no final, tiveram que pagar 15000kz para receber o telefone de volta.

3.8.57 O Executivo tem meios para impedir isso

Jornal O Crime

13 De Agosto de 2016

Para o Partido de Renovação Social (PRS), isso não passa de um crime, porque o Estado tem toda a possibilidade de impedir as pessoas que, de vez em quando, vão usurpando os terrenos das zonas consideradas reservas do Estado, mas isso não acontece.

Segundo o secretário-geral do Partido, Benedito Daniel, em algumas circunstâncias, primeiro são as pessoas que se alojam naquela zona, constroem as suas casas, depois aparece uma placa a declarar que o sítio ocupado é reserva fundiária do Estado.

Para o político, o Estado não pode apenas utilizar formas repreensivas; tem todos os meios de sensibilização; tem serviços comunitários e as administrações que, a princípio, deviam proibir os cidadãos de construírem as suas casas nas zonas proibidas. "Mas quando a ocupação acontece, não existe nenhuma administração a proibir e os fiscais que têm a competência de impedir os cidadãos são os primeiros a autorizarem a construção de residências nas zonas supostamente afectas ao Estado e, depois de construir, aparece o Executivo a demolir", verificou.

Benedito Daniel não tem dúvidas de que se trata de um crime cometido pelo Estado, porque se pretende lutar contra a pobreza e contra a crise, numa fase em que o acesso à casa própria é dificultado pelo Executivo e este é que demole as casas construídas com bastante sacrifício, esses comportamentos têm que ser sanados.

"É crime, porque para além das paredes que caem, se mata também pessoas", sublinhou.

Referiu que se levantou a questão de que a terra é originariamente do Estado, mas hoje constatou que em vez de ser originariamente do Estado, como se diz, a terra passou a ser pertença de indivíduos que representam esse Estado.

"Se a Lei de Terras não for revista, vamos continuar com os mesmos problemas e a todos os níveis", vaticinou, admitindo a possibilidade de o seu partido vir a propor, ao nível da Assembleia Nacional, a revisão dessa lei, porque há muita gente a perder as suas terras a favor de indivíduos afectos ao Estado.

3.8.58 Políticos apelam para o respeito dos direitos humanos

Jornal O Crime

13 De Agosto de 2016

Texto: Domingos Júnio

Rafael Morais, residente da Organização Não Governamental SOS Habitat, explicou à imprensa as circunstâncias da morte do adolescente Rufino e disse ter falado com os familiares directos, que confirmaram ter sido morto por um soldado afecto à unidade do Posto Comando Unificado, que assegura a zona desde o dia 30 de Julho, quando iniciaram as demolições.

Os familiares disseram ao responsável que o rapaz estava a reclamar a forma como estava a ocorrer as demolições.

Teria questionado, à dada altura, com um tom elevado, as razões da demolição da sua casa, tendo o soldado disparado imediatamente contra a sua cabeça.

As famílias, já arrasadas com aquele acta funesto, foram surpreendidas pelas forças militares aí presentes com uma viatura que levou o corpo para parte incerta. Três dias depois, os familiares localizaram o corpo na morgue do Hospital Maria Pia, tendo sido possível proceder o registo, já que a informação colhida no local dava conta que se tratava do corpo de um miúdo desconhecido e que morreu a tiro.

3.8.50 Rufino António

Jornal O Crime

13 De Agosto de 2016

Rufino Marciano António, 14 anos, morto por ter questionado a demolição da residência onde morava com os papás é, para nós, um herói, já que tomou a liberdade de reivindicar a demolição, sem qualquer aviso prévio, da casa, mostrando receio de viver ao relento.

Trata-se, conforme dados disponíveis, de uma acção praticada por um militar do Posto Comando Unificado (PCU), comando sob alçada do general 'Wala', durante as demolições de mais de 600 residências no bairro Walale, na zona do Zango m, em Viana.

O primeiro acto de demolição na área foi no pretérito dia 30 de Julho, no Zango III, a escassos metros do condomínio da Polícia, no qual foram demolidas mais de 600 residências do projecto habitacional da FOBIS. Foi justamente às 2 horas da madrugada que os militares, de forma brusca, retiraram as famílias de suas casas, sem aviso prévio, poupando apenas quem desse 'gasosa'.

Nós, o colectivo de trabalhadores deste órgão, endereçamos os mais profundos sentimentos de pesar à família de Rufino, por essa dura perda. Compete-nos agora orar e honrar o seu nome e alma, na certeza de que os responsáveis serão duramente punidos pela justiça dos homens e de Deus.

3.8.60 Solicitada a detenção do General Wala

Jornal O Crime
13 De Agosto de 2016

Neste apelo, que publicamos na íntegra, por ser um facto actual e de grande interesse público, este jornal lembra que a activista, ligada à Fundação Open Soceity, defende que lugar de bandido é na cadeia, e não dirigir homens armados, razão pela qual considera como "assassino" esta alta patente do Exército, sob liderança do Comandante-em-Chefe, José Eduardo dos Santos.

"O General Wala é um assassino.

Militar a sério conhece ordem, disciplina e hierarquia. A atitude bandidesca deste senhor põe em questão a seriedade das Forças Armadas Angolanas e a autoridade do seu Comandante-em-Chefe, o presidente da República. Não é a primeira vez que se ouve notícias do envolvimento de militares em assassinatos de civis, em obediência a ordens superiores", escreveu a activista nas redes sociais, questionando de seguida quem era então a 'famosa' ordem superior dentro das Forças Armadas.

"Como é que o General Nunda e o presidente José Eduardo dos Santos podem explicar ao povo angolano que, em tempo de paz, se ordene a saída de militares dos quartéis para matar crianças? Não há autoridade neste Exército? Como é que se pode garantir a segurança dos angolanos e angolanas, se os próprios assassinos são das Forças Armadas e matam no cumprimento de funções?", questionou novamente, rebatendo se era para isso que o Estado investe tanto na defesa e segurança nacional, "para que bandidos fardados andem a açambarcar os bens do povo, a desalojar famílias e matar crianças?", sustentou antes mesmo de fazer um apelo final,

"Pelo bem do país, acabem com isso e prendam o General Wala, porque lugar de bandido é na cadeia, e não dirigir homens armados. O país agradece".

3.8.61 SOS Habitat

Jornal O Crime
13 De Agosto de 2016

A SOS Habitat, uma Organização Não Governamental (ONG) que tem como foco a defesa dos direitos da habitação e a luta contra as ondas de demolições no país, promoveu, recentemente, uma campanha com o fito de arrecadar alguns valores para ajudar a família do pequeno Rufino, 14 anos, assassinado por forças militares a mando do general 'Wala', quando tentava defender a sua casa da demolição.

A família do rapaz carece de tudo, não estando mesmo, pasme-se, em condições de comprar caixão sequer.

Com mais de dez anos de experiência na defesa dos "sem tecto", a organização revela-se cada vez mais inconformada com o tratamento dado às pessoas vítimas de desalojamentos forçados e, claro, com a forma como as administrações do Estado gerem o assunto. A ONG já realizou o Fórum Nacional da Habitação, que já vai na sua segunda edição, onde foram discutidos os problemas que o sector da habitação enfrenta.

3.8.62 MPLA e UNITA trocam acusações sobre acontecimentos do Zango

Jornal O PAÍS
15 De Agosto de 2016
Texto: José Dias

O pinheiro secretário do Comité Provincial do MPLA de Luanda, Higino Carneiro, acusou no fim-de-semana o empresário Daniel Pascoal de ser um dos principais instigadores dos actos de desobediência e de confusão registados no Zango II, na sequência das demolições de construções que se encontravam nos perímetros da Zona Económica Especial e também do novo aeroporto.

"Gostaria de aproveitar esta ocasião para endereçar à família do jovem que faleceu há dias e cujo nome ficamos a saber que é Rufino, as nossas sentidas condolências e fazer notar que tudo isso foi causado por uma pessoa, Daniel Pascoal, um ambicioso empresário dirigente da Rádio Despertar que quer

ocupar espaço no território do aeroporto e leva os militantes lá para ocupar terreno e criar a confusão", disse num acto de massas realizado em Viana para saudar o VII Congresso do seu partido, tendo garantido que vai mandar instaurar um processo para que o mesmo responda em Tribunal. "Temos que acabar com isso e esse senhor tem que ir à Tribunal. Eu orientei o administrador Jeremias Dumbo para processá-lo a fim de evitar que haja confusão aqui", frisou.

Em causa estão as recentes demolições de mais de mil casas nas imediações da Zona Económica, na localidade do Zango II, que resultaram na morte a tiro, por militares, do adolescente de 14 anos Rufino António.

Contactado por O PAÍS, o secretário para a informação da UNITA, Alcides Sakala, refutou as acusações, referindo que o cidadão em causa não é integrante da Rádio Despertar nem da UNITA.

"Não. O cidadão em questão não está ligado a Rádio Despertar nem à UNITA. Ele fez apenas um desmentido na estação. Não tem ligações nenhuma", frisou.

Entretanto, o responsável político não deixou de considerar os acontecimentos do Zango II como um processo mal conduzido desde o início. "É verdade que está errado. Nós temos dito e até na Assembleia Nacional fizemos uma abordagem sobre esta problemática dos desalojamentos. Se há necessidade de se desalojar uma população, primeiro é preciso estabelecer uma ponte de diálogo com as populações", frisou.

Questionado sobre uma eventual possibilidade de a UNITA estar por detrás dos incitamentos como se cogita, Sakala considera a acusação "tendenciosa" e "infundada".

"Acusar a UNITA de ser culpada da situação é tendencioso. Nós não temos nada a ver com a situação.

Nós é que destruímos aquilo? Então destroem e as pessoas não podem reclamar? Não fomos nós que fizemos as demolições. Nós não temos nenhuma responsabilidade sobre isto.

A UNITA não tem nenhum interesse em incitar as populações", frisou. A seu ver, o que se passa é que a prática das demolições está a ganhar uma dimensão nacional em que os grandes latifundiários procuram espaços e o Estado não toma posições claras como árbitro para mediar estes conflitos de terras.

3.8.63 Ainda a maka do Zango

Jornal O PAÍS

16 De Agosto de 2016

Prezado senhores; É com muita amargura que digo que os nossos governantes não estão a defender os interesses do Povo!!!, porque o Sr. Higino Carneiro disse somos "INVASORES" Eu pergunto, qual é o Deputado ou Ministro que deslocou-se para aquela área com boas intenções e conversar com povo e averiguar o que realmente se passa? Quem? Ninguém. Apenas ouviram ou leram o que lhes foi revelado. Senhores leitores alguém, mesmo sendo cego pode construir onde está vedado? Ou onde haja uma placa que diga "PROPRIEDADE DO GOVERNO OU DA ZEE" Meu Deus, o povo não é louco, porque com certeza os PM nos teriam matado há muito tempo, se o que o CARNEIRO disse fosse verdade.

Senhores deputados, vão ao terreno e verifiquem a realidade no local. Onde o próprio partido do MPLA tem lá plantado um CAP, como foi colocada! Se somos invasores? Há pessoas que vivem ali há mais de 30 anos, antes mesmo de existir a ZEE, antes mesmo do Aeroporto, e tem uma grande distancia entre o bairro Walale (onde mataram o jovem Rufino) até no aeroporto. Meus senhores pensem primeiro!!! Alguém que constroi uma casa com tanto sacrifício durante 3 anos para ser demolido em 3 segundos, e depois com as grandes dificuldades de hoje em Angola?

Senhor Presidente da República, José Eduardo dos Santos, senhor governador de Luanda Higino Carneiro, desloquem-se ao bairro Walale. O povo espera por vós. Não mandem militares canibais que estão a vender os blocos da mulheres perante as suas crianças. Por favor, isto é triste!! Muito triste ver as crianças chorando e dizer "mãe onde vamos morar sendo rebentada. A cair ...

3.8.64 Cruéis

Jornal O Crime

16 De Agosto de 2016

Com profunda dor, sentimento ao qual junto a revolta própria da minoria que luta contra as injustiças, observei a imagem de um jovem assassinado no Zango III a um tiro desferido por um elemento das Forças Armadas Angolanas (FAA).

Este militar é afecto ao Posto Comando Unificado (PCU) dirigido, é bom sublinhar, pelo General Wala, o homem que um dia recebeu rasgados elogios de

segmentos da sociedade que viam na morte de Jonas Savimbi o caminho para a paz em Angola.

Confesso que não consigo perceber que perigo representava o indefeso Rufino António, 14 anos, para um militar fortemente armado.

À falta de um esclarecimento plausível, arrisco avançar que só por uma questão de arrogância e pelo sentimento de impunidade que polui este sistema ditatorial os efectivos das FAA imobilizou o garoto a um tiro na cabeça.

Revoltou-me, repito, o facto de ter visto o corpo de um compatriota estatelado, já sem os calçados. O rapaz tinha uma camisola verde, de cor esperança, que, entretanto, viria a se revelar moribunda.

A estrelinha estampada do lado esquerdo bem que podia simbolizar a mesma que se encontra na bandeira do partido a que pertence o militar, que não teve dó nem piedade, quando lhe roubou a vida.

Conjeturas à parte, Rufino poderia ser filho ou irmão de qualquer um de nós. O seu único pecado, julgo, foi ter nascido pobre num país endinheirado.

O seu último acto digno de registo foi ter reivindicado a demolição, sem qualquer aviso prévio, da casa dos papás, num claro sinal de que, naturalmente, teve medo de viver ao relento.

Em companhia dos pais, reivindicava, mais do que a entrada em cena do martelo do Governo, um novo abrigo, até porque a sua moradia foi erguida de forma honesta, com recursos conseguidos graças a ginásticas atrás de ginásticas. Um acto destes, quanto mais não seja em tempo de crise, é revelador de falta de compaixão para com um povo bastante sofrido.

Aliás, falamos de casas erguidas num projeto habitacional constituído por mais de 600 residenciais, sem que os proprietários tivessem tirado proveito da calada da noite, como muitas vezes acusam as autoridades.

Para o espanto de milhares de angolanos, surge um grupo de indivíduos, supostamente a mando da direcção da Zona Económica Especial, a quebrar as habitações construídas aos olhos de tudo e todos.

Os imóveis, do tipo T-3 fazem parte de um conjunto de ca as pertencentes à empresa FOBIS e estavam destinadas à venda do público. Daniel Carlos, diretor da FOBIS, disse não entender as motivações para as demolições no projeto habitacional, que custou mais de 1 bilhão e 200 milhões de kwanzas.

Segundo o responsável, a empresa adquiriu o terreno por via de uma parceria com camponeses que ali se encontravam, os mesmos que receberam, ao abrigo do negócio, 40% das 624 casas erguidas. Eles receberam também, em jeito de indemnização, 2mil kwanzas por cada plantação destruída.

Onde está o erro? Quem vai devolver o investimento deste jovem empresário? Isto para não falar da vida do pequeno Rufino? O seu corpo terá andado em local incerto, após ter sido, conforme os relatos, recolhido 'como se de um saco de carvão se tratasse'. Foi por obra de militares das FAA, que dizem, de acordo com populares, que "não hesitarão em matar mais alguém, pois cumprem ordens superiores".

Outra imagem chocante, que me levou a lacrimejar, foi a de uma mulher que, desesperada, levantou as mãos e olhou demoradamente para o céu, à imagem de quem apela a uma intervenção divina. "Oh, meu Deus! Onde estás, Senhor?", terá dito a mulher que acabava de perder a casa.

A verdade é que Deus não faz, ajuda.

Caberá a nós fazer, fazer e fazer, para que Ele nos possa ajudar. É preciso que o povo ganhe consciência e reaja, sendo certo que este regime não está com meias medidas. O que mais falta acontecer?

Rufino, o menino assassinado, não tinha pai presidente, não recebia mesada de 20 mil dólares, não fazia negócios milionários.

Temos, portanto, de parar de chorar e transformar a dor em forças para derrubar este regime que há muito deu mostras de que o ódio é o único sentimento que nutre pelo povo.

3.8.65 O sonho do 'direito à casa própria' volta a ruir em Benguela

Jornal O PAÍS

16 De Agosto de 2016

Texto: Zuleide de Carvalho

As obras de construção de uma vivenda de tipo T7, rés-do-chão e primeiro andar, avançadas em cerca de 80%, na Baía de Santo António, município de Benguela, foram recentemente demolidas pela Administração Municipal de Benguela (A.M.É.), por volta das 7h da noite de um Domingo, 3 de Julho de 2016.

O terreno de 500m² onde estava a ser edificada a obra foi cedido pela Capitania do Porto do Lobito em 2011, a Gerson dos Santos, de 33 anos, segundo este afirma.

A construção da casa de praia, à qual Gerson chamou "a casa dos meus sonhos", iniciou-se em 2012, com previsão de conclusão no final deste ano.

O arrendamento anual do terreno tem sido pago à Capitania desde 2011. Entretanto, a 20 de Maio último, o jovem foi surpreendido por um mandato passado pela A.M.B., onde consta a acusação de "ocupação ilegal de terreno na orla marítima, tendo iniciado a obra de construção sem a prévia autorização da Administração, nem apresentação do projecto aprovado pela Comissão de Estética. No mesmo documento, foi determinado o embargo da obra até que a regularização da situação se efectivasse e que fosse efectuado o pagamento da multa correspondente às transgressões.

Terá prosseguido a construção após embargo? "Parou-se. Obra embargada tem de se parar. Respeitámos, para regularizar a situação, conforme diz no documento", até porque, acrescentou Gerson, "estou com a obra parada desde Janeiro de 2016."

Às 5h30 da manhã de 28 de Junho, conta o lesado, que funcionários da A.M.B., surgiram no terreno e iniciaram a demolição parcial da sua casa. Supostamente, quando solicitou a ordem oficial, os demolidores não apresentaram qualquer documento.

E a história repetiu-se, desta vez com estragos que deitaram abaixo a vivenda em construção, numa noite de Domingo. E, de novo, segundo o queixoso, sem que lhe fosse apresentada a competente ordem de demolição.

De acordo com Gerson dos Santos, após a primeira demolição, reuniu-se com o administrador municipal de Benguela, Leopoldo Muhongo, que supostamente lhe terá dito que não poderia construir naquele terreno, pois "tem dono", e que, em contrapartida, lhe seria cedida uma parcela de terra noutra localidade.

Outro problema levantado foi a ausência de Licença de Construção. Em sua defesa, Gerson garantiu: "Tivemos um parecer da Administração da Zona B", e que pagou a Licença de Construção, ficando o documento formal por ser levantado numa outra altura, o que, segundo diz, nunca chegou a acontecer. Porém, datado de 29 de Julho de 2015, Gerson dos Santos apresentou a OPAÍS o croquis do terreno, passado em seu nome, que alega ter recebido da A.M.B., o documento sob designação "Legalização de Terreno."

Pode a Capitania ceder terrenos?

"A Administração diz que há um novo despacho, passado pelo Sr. Governador, em Novembro de

2015" que retira tais direitos à Capitania, atribuindo-os à Administração. "Mas nós já temos os terrenos desde 2012", refutou Luís Miguel.

Não tendo aceite prestar declarações oficiais sobre a problemática, o delegado marítimo municipal, Mário Kana, declarou que "A Capitania cede terrenos, mas não passa Licença de Construção, isso é com a A.M.B." Tendo tomado conhecimento das demolições, enunciou: "Nós não temos nada a ver com o assunto, dirijam-se à Administração."

Dupla demolição

Trata-se de outro terreno, 400m² concedidos a 29 de Junho de 2012 pela Capitania, a Luís Miguel, o cidadão de 30 anos que sofreu demolição da casa em construção, na mesma época que Gerson.

Luís Miguel diz ter sido notificado para comparecer na A.M.B. a 10 de Junho e, por trabalhar em Itália, não se encontrava em Angola na data em que foi notificado, mas sim na Europa, a trabalhar, "a representar o nosso país, e é dessa forma que o país me agradece?", indagou. Regressou a Angola para resolver a questão. Da notificação resultou um encontro na A.M.B. a 14 de Junho, onde foram abordados assuntos relativos ao domínio territorial da Capitania.

O lesado contou que várias têm sido as versões apresentadas para que abandone o terreno que lhe foi cedido, "Já não se fala das salinas, já se alegou o ambiente, argumentaram de muitas formas. Agora dizem que é área de risco".

Luís Miguel regressou à Itália e, na manhã de 28 de Junho, terá recebido uma chamada telefónica que lhe constou que a sua futura casa estaria prestes a ser demolida. E de facto, por volta das 5h30 dessa mesma manhã, foi deitada abaixo. "Nós somos, nós mandamos e nós partimos e acabou!"

Questionado em relação a quem se referia disse ser "à Administração. É o mandatário da demolição. Sem embargo de obra, sem nada. (...) Já partiram, agora querem dar terrenos num sítio onde não há luz, nem água, nem acesso pedestre ... Eu vivo na cidade. Não me vão tirar da cidade para ir viver no mato". E quanto a propostas de reembolso pela demolição, "a Administração diz que não paga. Já gastei cerca de 10.000.000,00 de kwanzas", declarou Luís Miguel.

Luís Miguel e Gerson dos Santos são primos e contrataram advogados para que levem o caso até onde a lei permitir, de forma a resolver a questão favoravelmente.

Emanuel da Costa, um dos advogados, disse que, na conversa com o administrador Muhongo, "infelizmente" obtiveram "alguns fundamentos que não condizem com as provas que temos. (...) São casos diferentes, mas as demolições ocorreram em simultâneo. O que não se percebe."

3.8.66 Auto-construção com vários lotes para distribuição

Jornal de Angola

17 De Agosto de 2016

O bairro São José, arredores da cidade do Cuito, dispõe de 100 lotes destinados à auto-construção dirigida, essencialmente para jovens que ainda não tenham casa própria.

Em declarações quinta-feira à Angop, no Cuito, o governador Boavida Neto disse que o terreno foi reservado para jovens com possibilidades de construir suas próprias moradias, tendo salientado que as parcelas estão sob tutela do Conselho Provincial da Juventude.

Além dos lotes e das residências erguidas no bairro São José (Cuito), a juventude vai ter igualmente apartamentos nas centralidades do Cuito e Andulo. Casas sociais para a juventude estão também reservadas nos municípios de Nharêa, Camacupa, Cata bola, Cuemba, Chinguar, Chitembo e Cunhinga, no âmbito da construção de 200 fogos habitacionais por cada localidade.

Na província do Bié 136 jovens beneficiaram esta semana de residências sociais no bairro São José, no âmbito do programa Angola Jovem, tutelado pelo Governo.

A entrega simbólica da primeira chave coube ao governador Boavida Neto, na presença do secretário de Estado da Habitação, Joaquim Silvestre.

O secretário do Conselho Provincial da Juventude no Bié, Afonso Belo, disse que a acção demonstra o desejo do Governo em ajudar os jovens a realizarem o sonho de conseguir casa própria. O presente gesto, assegurou, servirá de incentivo para a afirmação e participação da juventude na vida da região.

3.8.67 Luís do Nascimento defende caso "Rufino"

Jornal O PAÍS

17 De Agosto de 2016

O advogado angolano Luís Nascimento, que defendeu a maioria dos 17 activistas levados a tribunal, vai representar a família do adolescente de 14 anos morto por militares das Forças Armadas Angolanas (FAA) durante a demolição de casas em Luanda.

O advogado disse ontem à agência Lusa que já se reuniu na Segunda-feira com o pai e um tio da vítima, a quem apresentou a minuta da procuração para que esteja habilitado a representar a família do rapaz, morto a tiro na sequência das demolições de residências no bairro Walale, no Zango II, em Luanda.

O incidente ocorreu a 05 de Agosto, quando Rufino António e outros moradores do bairro se juntaram a contestar as demolições - que já deixaram milhares de pessoas desalojadas e que afectariam também a casa dos pais do jovem rapaz - perante o avanço dos militares.

Segundo Luís Nascimento, o primeiro passo será descobrir o número do processo, onde está a ser instruído e por quem.

"São esses os passos que nós vamos ter de dar e, sobretudo, constituirmo-nos como assistentes do processo, porque a acusação em princípio é do Ministério Público. O processo está em instrução preparatória e nós, como assistentes, vamos acompanhar os passos e agir no sentido de o processo ter continuidade, não haver despronúncia, enfim, o nosso papel é manter o processo em andamento", disse o advogado.

3.8.68 "Em Angola a diversificação da economia está a criar e conflitos graves"

Jornal Manchete

19 De Agosto de 20

A afirmação é de Domingos Fingo, director Executivo da ACC, que dissertou em Ondjiva, a 11 de Agosto, no "Quintas de Debate" sobre "O uso consuetudinário das terras pelas comunidades rurais e os impactos pela sua expropriação coerciva em Angola".

Perante uma assistência de pouco mais de 50 pessoas, entre membros de partidos políticos, representantes do governo, das igrejas, da sociedade civil e das comunidades, falou dos preceitos jurídicos e sociológicos do direito à terra e do seu uso pelas comunidades autóctones.

O evento, organizado pela ACC e a OMUNGA, representando o GTMDH, enquadrou-se numa série de actividades que o grupo de monitoria decidiu desenvolver no Cunene para acompanhar a implementação das decisões saídas do encontro de 25 de Julho, realizado no Curoca, entre as comunidades e os representantes da Casa Civil da Presidência da República, em relação ao conflito que opõe o projecto privado agro-industrial "Horizonte 2020" e as comunidades.

3.8.69 Governo angolano é sui generis permite a construção de casas e depois as destrói

Jornal A República

19 De Agosto de 2016

Texto: João Diala

Destruir para melhor construir recordam os mais velhos que este slogan existiu logo antes e pós independência, 1974, 1975, 1976, 1977 em muitas localidades da nossa terra eram os procedimentos de muitos Angolanos eufóricos com a libertinagem e o espírito anticolonial da altura, partiam-se e destruíam-se tudo (lojas, casas, bares, zonas agrícolas, etc.), porque era do Colono. No centro, bem como em alguns bairros, destruíam e queimavam as lojas dos antigos Colonos.

Na zona do Kuanza Norte, propriamente no antigo Salazar, hoje Ndalatando, as lojas dos "brancos" eram incendiadas, por estas serem dos Colonos, na presunção que de facto se iria construir outras

melhores, próprias para o Povo Angolano principalmente Negro.

Claramente que tudo aquilo era uma utopia, havia um entusiasmo eufórico, próprio de um povo terceiro mundista, em que a liberdade se confundia com a vontade do Povo com pouca instrução de substituir o Colono que do ponto de vista de desenvolvimento humano era superior ao Negro.

Ou seja, quer queiramos quer não, é importante reconhecer as nossas fraquezas, só assim poderemos corrigir os nossos erros. Devido primeiramente à escravatura, a repressão Colonial e a estratégia do Colono de sempre subalternizar principalmente o homem negro e outros pressupostos, o homem branco se tornou com maior instrução do ponto de vista científico comparado ao homem negro, daí este nosso subdesenvolvimento humano e social.

Passado 30 anos, afinal, tudo continua na mesma, ainda destroem as casas, como agora aconteceu no Zango, o Governo Angolano manda destruir mais de 600 casas construídas pelo povo, algumas até com documentos das respectivas administrações quer Comunitárias como Municipais. Está aqui o reflexo da brutalidade, do pouco desenvolvimento de um Estado falhado.

Sinceramente, tudo isso ultrapassou os limites, como é possível um Governo permitir que as pessoas construam casas com blocos de cimento e argamassas e a seguir manda destruí-las sem uma única estratégia de ressarcimento às populações. Tudo isto faz-nos lembrar a Cisjordânia, onde os Israelitas com outras motivações alheias as nossas, aparentemente, constroem Colonatos, destruindo casas dos Palestinianos.

Como é possível o Governo Angolano permitir que se construam casas e, de seguida, destrói as mesmas, um bem público cuja destruição torna muito mais pobre o nosso País. Não podemos perceber o quão este Governo é sui generis e imperioso.

Ou seja, esperemos mesmo que os destinos dos terrenos sejam públicos e não privados como tem acontecido. Reparem que os terrenos feitos "Reserva Fundiária do Estado": ao longo da via expressa foram construídos com projectos privados, desde oficinas, estações de serviços, stands de carros, condomínios privados, etc.

Os Governos de qualquer Estado, sobretudo ditos democráticos têm sempre a priori o dever de cumprir a Constituição. Artigo 85.0 (Direito à habitação e à qualidade de vida) Todo o cidadão tem direito à habitação e à qualidade de vida.

3.8.70 Morte de Rufino atribuída a UNITA

Jornal Liberdade

19 De Agosto de 2016

Texto: Framanuel

O primeiro secretário do MPLA em Luanda que discursava num acto político de massas realizado, sábado último, em Viana, endereçou à família do menor que foi atingido com um tiro a cabeça por alegados militares do Posto de Comando Unificado (força de elite das FAA

demolidores de moradias de humildes), condolências.

O político acentua que alguém identificado por Daniel Pascoal, ambicioso empresário dirigente da Rádio Despertar que teve um projecto habitacional no local com intenções de ocupar espaço nas imediações do novo aeroporto e da Zona Económica e Especial que e leva os militantes lá para ocupar terreno e construir casas. Deu a conhecer que já orientou o administrador e primeiro secretário do MPLA em Viana para processar o alegado empresário. "Esse senhor tem que ir à Tribunal. Eu orientei o administrador Jeremias Dumbo para abrir um processo-crime contra esse indivíduo causador dos tumultos e demolição de milhares de gentes.

O também governador de Luanda chamou atenção aos munícipes para não lutarem por um espaço de terra, enfatizando que somos poucos para preencher o território.

Aconselhando que quem quer construir solicite um terreno ao administrador municipal.

Num comunicado em que o "LIBERDADE" teve acesso, Emanuel Malaquias, director da Rádio Despertar, afirmou que único responsável que faz parte da direcção do órgão que dirige chama-se Daniel Pascoal Saviemba não tem nenhum projecto habitacional e muito menos ligações com os moradores da zona em causa. O jornalista afirmou que desconhece no seu órgão de direcção o nome referido por Higinio Carneiro e que a Despertar nunca esteve envolvida em desacato ou incitamento de populares à ocupação de terrenos, Esclarece.

3.8.71 Morte de Rufino leva Gen. Wala ao Tribunal

Jornal Manchete

19 De Agosto de 2016

O caso da morte de Rufino António, adolescente de 14 anos, alegadamente assassinado a tiro por militares das FAA, afecto à Guarnição Militar de Luanda, durante as demolições no Zango II, já está em fase de instrução preparatória.

Esta informação foi avançada, esta semana, pelo advogado, Luís Nascimento, contactado pelos familiares para fazer a defesa de mais um caso que deixou chocado os angolanos e não só.

De acordo com o causídico, que falava ao portal Rede Angola "o processo está em instrução preparatória, portanto, vamos aguardar pelo trabalho do serviço de instrução, pois pode não ter todos os dados neste momento para constituir o processo".

Disse adiante que "tenho uma procuração que vai ser reconhecida e que me dá poder para poder representar os interesses da família. Apesar da acção penal ser acção do Ministério Público, a família vai constituir-se em assistente no processo", conclui.

O adolescente Rufino António, foi morto a tiro, no dia 5 de Agosto, no bairro Walale, arredores do Zango II, em Luanda, quando militares afectos a PCU, efectuavam a demolição de várias residências naquela localidade.

O malgrado foi enterrado no Cemitério de Viana na passada sexta-feira, 12, numa cerimónia em que participaram centenas de populares e activistas cívicos que clamavam por justiça.

De realçar que o Estado-maior General das FAA, ao tomar conhecimento do infausto acontecimento disse numa nota de imprensa que "o Estado-Maior General alerta a população para evitar afrontar os militares, com armas de fogo, como ocorreu nesse trágico acidente, onde foram capturadas duas armas". Esta posição não terá caído bem aos populares que entenderam haver alguma insinuação de que o pequeno terá enfrentado as autoridades com arma de fogo, o que não é verdade.

3.8.72 Novas acusações contra militares no zango: “estupraram a minha esposa, tiraram a minha botija ”

Jornal A República
19 De Agosto de 2016
Texto: NJ

Enquanto a Polícia de Luanda diz já ter aberto um processo de investigação para apurar as circunstâncias da morte de Rufino António, que foi a enterrar na passada sexta-feira, 12, no cemitério de Viana, surgem novas acusações contra os militares.

Oliveira Domingos Cassegunda, presidente da comissão de moradores do bairro Nonguinha no Zango I, disse ao Novo Jornal que a morte do jovem não foi a primeira em processos de demolições.

"Tem havido mortes por desmaios e por maus-tratos perpetrados por militares': acusou o responsável, que reside há mais de 30 anos na zona. O também filho de camponeses, de quem herdou o espaço que habita, garantiu ter construído legalmente a sua residência.

"Temos todos os documentos, da UNAC e da administração': afirmou.

Por sua vez, António José, outra das vítimas que viu a sua casa destruída no último final de semana, no Zango 2, acusou os militares de terem violado a sua esposa e de terem "roubado" os seus pertences.

"Demoliram a minha casa por volta das 03h00, altura que começaram as demolições. Os militares vieram, não sei se estavam drogados, bateram à porta e obrigaram-me a sair.

Estupraram a minha esposa, tiraram a minha a botija e outras coisas e meteram no carro deles. Depois deitaram a minha casa abaixo':

3.8.73 Todos têm medo do Wala

Jornal A República
19 De Agosto de 2016
Texto: Osvaldo Van-Dúnen Dias Dos Santos

Quem nunca perspectivou este desfecho infortúnio no assassinato de uma criança de 14 anos, por militares afectos ao tenente-general, Simão Carlitos "Wala" Comandante da Região Militar de Luanda, claramente que sempre esteve a leste dos reais problemas da Província de Luanda.

Nós, Jornal A REPÚBLICA sempre denunciámos práticas do ponto de vista comportamental e procedimentais destes indivíduos, feitos donos do poder castrenses, na Província de Luanda.

É estranho como é possível, em Angola, um Estado de direito, ter militares a demolirem habitações de Cidadãos Nacionais?

Claramente que aqui encontramos a devida resposta, existe um certo "Temor" das grandes figuras institucionais da República e as suas respectivas instituições, líderes da Nação, em pôr termo à estas práticas abusivas e criminais Castrenses, principalmente 'na zona do Zango.

O deixa andar é outro imperativo que reflecte a falta na tomada de decisão das devidas investigações pelos órgãos de justiça quer militar como pública, na imputação de responsabilidades destes constantes actos criminais, muitos denunciados pelo povo em geral, sem as devidas respostas, quer das instituições afins como das lideranças deste País. A morte de Rufino, de 14 anos, sempre esteve anunciada, porque nenhuma autoridade conseguiu atempadamente realizar o devido freio, que sempre tardou a ser imputado aos efectivos e as chefias do Comandante da Região Militar de Luanda.

Matéria que o Jornal A REPUBLICA trouxe nas antigas edições

WALA "PEDRA NO SAPATO" DO TODO TERRENO

"Ver para crer" como "4x4" irá derrubar Wala

Por Osvaldo Van-Dúnen Dias Dos Santos

Estamos lembrados que o antigo Governador e ex - Primeiro-Secretário do MPLA, em Luanda, Bento Bento, obsequiou os luandeses com aquele discurso arrojado, denunciando as suas mágoas durante a III-Conferência Provincial extraordinária do MPLA, que elegeu o Todo Terreno "4X4" como o homem forte do MPLA, a partir da Vila Alice, afirmando que Higinio Carneiro iria percorrer um caminho espinhoso, devido aos problemas conjunturais existentes na Capital, acrescentando que Luanda "tem muitos chefes, toda a gente manda em Luanda" e que, por isso, Higinio Carneiro "tem que disciplinar essa gente':

'Aqui, todo mundo manda em Luanda, todo mundo fecha a água, tira a água, todo mundo é general': disse Bento Bento, reiterando apoio a Higinio Carneiro.

De facto, Bento Bento estava a referir-se principalmente aos Generais José Tavares e Simão

Carlitos Wala, sendo este último comandante da Região Militar de Luanda, tenente-general, uma vez que são as principais forças de contrapoder que Luanda tem.

Com a exoneração de José Tavares, antigo Presidente da Cidade de Luanda, O "Todo Terreno" tem meia batalha ganha, faltando retirar a "pedra no sapato: o contrapoder Simão Carlitos Wala. Os luandenses questionam-se a quem o General Carlitos

Wala se subordina? Quais são as atribuições legais que conferem actuação dos efectivos de Wala?

Porque vejamos: as queixas são enormes por parte dos luandenses sobre a actuação dos efectivos comandados pelo General Wala, em que tropas de protecção tornaram-se tropas invasoras de terrenos dos cidadãos, usurpando terrenos de cidadãos indefesos, pobres, angolanos camponeses sem recursos ou outros meios de subsistência. Pior mesmo é não haver instituições do Estado onde estes cidadãos podem se queixar, porque existe o medo dos responsáveis destes órgãos assumirem a responsabilidade da tramitação deste tipo de procedimento criminal, constando efectivos do General Wala. Todos têm medo de se pronunciar, quando sabem que consta o nome do General Wala. O medo consiste no facto de haver rumores de que, de facto, o General Wala poderá ter um grau familiar com Sua Excelência Presidente da República e, principalmente, pelo facto de ter participado na perseguição a Jonas Malheiro Savimbi, morto em 22 de Fevereiro de 2002, nas proximidades de Cassamba, na província do Moxico.

Mas, todos sabemos que Sua Excelência Presidente da República é contra estes desmandos, defendendo unicamente a Lei. Claramente que estas atitudes podem prejudicar toda boa opinião pública e a boa reputação que existe relativamente à Sua Excelência. General Higino Carneiro, aquando da sua visita ao município de Viana, terá recebido várias queixas de populares que se sentem limitados, por não saberem onde se dirigir para formularem as suas denúncias, por usurpação dos seus terrenos. Higino Carneiro terá defendido unicamente a conformidade da lei.

O Jornal A REPÚBLICA tem recebido várias denúncias presenciais e anónimas sobre usurpação de terrenos e de casas sociais no Zango, por parte de efectivos do General Simão Carlitos Wala.

A última denúncia pesa sobre o Tenente Coronel Alfredo, utente do número de telemóvel 927003478, que tem tentado desalojar uma família no Zango 3 com a presença de homens armados' intimidando a

família de Dona Francisca Feliciano "Tia Chiminha" de 65 anos de idade, sem nenhum mandado judicial.

Outros casos vão acontecendo no Zango, várias famílias são desalojadas, posteriormente as referidas casas são vendidas no valor de 3 a 4 milhões de kwanzas a outras famílias. Vários são os casos que o Jornal A REPÚBLICA noticiou, ficando sem acontecer absolutamente nada aos efectivos de Wala.

A província de Luanda, propriamente a zona do Zango, está como se fosse um "outro país": sem lei, onde reina a força da farda e das armas.

O Jornal A REPÚBLICA está expectante, aguardando como Higino Carneiro irá acabar com estes desmandos dos militares do General WALA.

3.8.74 Carta para um bajulador

Jornal Folha 8

20 De Agosto de 2016

Texto: Sedrick de Carvalho

A pós Gildo Matias José ter dito que a morte do adolescente Rufino António, ocorrida a 6 de Agosto no zango 3, "foi um acidente", o site Central Angola 7311 publicou uma carta onde repudia as declarações daquele "pseudo-analista" feitas à televisão Zimbo semana passada.

Na carta aberta, os membros do site afirmam que Gildo Matias "deve estar muito equivocado", mas garantem saber as reais motivações do mesmo: "queres atingir grandes'

patamares e promoções tal como "os que te antecederam naquela cadeira [da mesa de debates] onde senta hoje".

Para ir "com calma" é o que lhe pedem na carta, pois "se o Rufino te ouvisse; não gostaria nada dessas tuas palavras tal como não gostamos". Várias perguntas foram feitas na carta endereçada a "marionete mal ensaiada", como é chamado Gildo Matias, como: "quando o general Wala mandou aquele, exército' todo armado até aos dentes foi por acidente?", e ainda "por acaso as armas foram feitas por acidente?". Mas nenhuma até agora teve resposta da parte do destinatário.

Entretanto, os jovens vão mais longe ao dizer que Gildo "nem sequer imagina a dor daqueles pais" e que "por isso andas de barriga cheia".

"Pessoas como tu, com declarações iguais às tuas, é que estão a matar Angola. Estão a nos acabar aos poucos. Aliás, desafiamos-te a procurar os pais do

menino e a dizer-lhe com a tua boca que foi um acidente", recomendam ao comentarista.

É necessário, nos termos da carta “parar de ajudar a matar pessoas com a tua boca”, e sugerem ao jovem: “concentra-te e vais ganhar respeito”, porque “és uma vergonha nacional”.

Mfuca Muzemba, jovem deputado à Assembleia Nacional pela bancada parlamentar UNITA, também em reacção ao comentário do visado, disse: “alguém tem de dizer ao Gildo Matias que a lista para membros do comité Central do MPLA já está fechada. Ouvir Gildo está a enjoar”. No final da missiva, se exige a responsabilização criminal pelo assassinato de Rufino António, 14 anos de idade, assim como se pede punição aos assassinos de Cassulo e Kamulingue, Hilbert Ganga e Mfulupinga.

3.8.75 Zangoenvergonha Angolamasnãoo MPLA

Jornal Folha 8

20 De Agosto de 2016

São injustas, ilegais e inaceitáveis as expropriações e demolições de casas na zona do Zango II e III no Município de Viana em Luanda, Mas, para o regime, o que conta é a razão da força.

Os despejos em larga escala perpetrados pelo Governo tiveram o seu ponto mais alto em 2002

e continuam sendo uma prática reiterada até a presente data. A SOS Habitat registou de 200 até 2016 mais de 15,000 casas foram destruídas e muitos terrenos cultivados de pequena dimensão foram confiscados, afectando cerca de 56,202 famílias correspondem a 66 comunidades num universo de mais de 337,212 pessoas, destes números 80% é da província de Luanda.

As desocupações forçadas representam um padrão de conduta abusiva por parte do Governo

angolano que não se alterou significativamente nos últimos anos nem nunca foi plenamente solucionado.

Angola antes de ser um país independente as comunidades já habitavam nestas localidades, no entanto em 2007, foram definidas as reservas fundiárias e demarcadas em 2010. Durante todos estes anos o Governo angolano não criou mecanismos de gestão e resolução de conflitos de terras até a presente data.

Existindo várias áreas de cultivo e residencial que ficaram sob o cerco de terrenos demarcadas sem

contudo os seus ocupantes terem sido dado qualquer alternativa ou uma indemnização justa de acordo com a Constituição e a Lei.

Tendo em conta as constantes violações dos direitos humanos resultantes de expropriações, demolições injustas e ilegais, a Assembleia Nacional aprovou em 2009, a Resolução nº 37/09, de 3 de Setembro que define como os Governos provinciais e municipais devem agir, sempre que confrontados com os planos de requalificação das zonas sobre sua jurisdição, mediante a justa compensação e indemnização.

No entanto, não tem havido fiscalização por parte da AN na implementação desta resolução sobre desalojamento forçado. Os casos registados de violações de direitos humanos, os seus executantes tem sempre justificado estarem a cumprir Ordem Superiores.

Apesar dos apelos das organizações nacionais e internacionais e das vítimas, o Governo de Angola nunca tomou as medidas necessárias para acabar com as desocupações forçadas nem

assegurou a responsabilização pelos abusos associados a estas desocupações e uma indemnização adequada a vasta maioria das pessoas despejadas, como é obrigado a fazer de acordo com a legislação angolana e o direito internacional.

As expulsões forçadas em massa na área de Luanda são tipicamente executadas sem aviso prévio e sem consulta das comunidades.

FACTOS MAIS-RECENTES

No dia 30 de Julho de 2016, quando eram 3h00 de madrugada as comunidades do Zango III, município de Viana, foram surpreendidos com cerco de aparato de forças militares do PCU-Posto de Comando Unificado, fortemente armadas que se fizeram transportar por 5 viaturas militares todas sem matrícula.

Levaram consigo também cinco (5) Maquinas Caterpillar (retroescavadora) e sem aviso prévio demoliram mais 600 casas entre 3h00 da madrugada até 18h00. As demolições forçadas foram feitas a mando da empresa pública, a Sociedade de Desenvolvimento da Zona Económico Especial E.P (ZEE).

Esta despejou coercivamente e de forma violenta milhares de pessoas que viviam em áreas habitacionais e informais em violação das próprias leis de Angola e das suas obrigações internacionais de direitos humanos. O Governo destruiu casas, bens

peçoais dos moradores em um processo justo e não concedeu indemnização.

Os despejos (desocupações forçadas) ocorreram na zona do Zango III, construída por uma empresa privada FOBIS, um projecto habitacional 624 casa.

3.8.76 Distribuídos lotes à população local

Jornal de Angola
22 De Agosto de 2016

Cerca de 500 lotes de terreno foram distribuídos à população desde o princípio do ano, no município do Chitembo, na província do Bié, pela administração local, no âmbito do programa de auto-construção dirigida, informou Lucas Baptista Sete, funcionário da Administração Municipal.

Referiu que cada beneficiário recebeu um espaço de 30 metros de comprimento e 20 de largura. A administração dispõe de 900 hectares na reserva fundiária de Vinhundo (arredores da sede municipal), que serão brevemente entregues de forma gratuita. A entrega de lotes de terreno, segundo a fonte, vai estimular a construção orientada e melhorar as condições de vida das populações, em termos habitacionais.

O município do Chitembo tem 581 habitantes, maioritariamente camponeses.

Aldeia Muenembala A população da aldeia Muenembala, na comuna de Kiluanje, no Cuanza Norte, carece de um posto de saúde, para a assistência médica e medicamentosa dos cerca de mil habitantes. A necessidade foi manifestada em entrevista à Angop pelo sob a da aldeia, Francisco Sebastião Neto.

Disse que a população desloca-se pé até à sede comunal à procura dos serviços de saúde. Os doentes são transportados de motorizadas ou de tipóia ate à sede comunal, onde se encontra a unidade sanitária mais próxima da aldeia, um trajecto de muito sacrifício e dificuldades, em função do mau estado das via.

3.8.77 Ttie Economist aprova venda de 53 unidades na Zee Luanda-Bengo

Jornal O PAÍS
23 De Agosto de 2016

Economist Intelligence Unit (Ei) considera que a venda de 53 unidades industriais na Zona Económica Especial Luanda-Bengo (ZEELB) vai gerar dinheiro a curto prazo e diminuir as despesas, mas afectará as receitas dos arrendamentos de longa duração.

"A venda vai ajudar as autoridades a gerarem dinheiro a curto prazo, e cortar na manutenção e noutros custos, apesar de as receitas dos arrendamentos a longo prazo serem perdidas", lê-se numa nota divulgada aos investidores pela unidade de análise económica da revista britânica *The Economist*. Na análise, citada pela Lusa, os peritos da Economist manifestam concordância com a privatização das 53 unidades industriais e consideram que a medida "está em linha com a resposta política do Governo à crise do preço do petróleo, que é aproveitar a experiência e o capital do sector privado para ajudar a aumentar a produção não petrolífera e criar mais empregos".

Criada "parcialmente com recurso a linhas de crédito da China", a ZEELB está localizada a 30 quilómetros do centro de Luanda, e era um projecto até agora gerido pelo Estado angolano, através

da Sonangol, que envolveu um investimento público de quase USD 80 milhões para instalar 73 fábricas e compreende sete reservas industriais, seis reservas agrícolas e oito reservas mineiras, numa área total de 8.300 hectares entre os municípios de Viana, Cacuaco, Icolo e Bengo (Luanda), Dande e Ambriz (Bengo). "Como tantos outros grandes projectos liderados pelo Governo em Angola, a ZEELB não correspondeu às expectativas; apesar de algumas companhias produtoras se terem estabelecido

lá, muitas das 73 unidades continuam vazias ou só parcialmente usadas", escreve a EIU, notando que "a continuada quebra nos preços do petróleo e o efeito que teve no kwanza e no poder de importação, significa que muitas firmas na zona estão a debater-se para conseguirem importar as matérias-primas, e as linhas de produção estão paradas".

No princípio do mês, a Lusa noticiou que a petrolífera estatal angolana Sonangol e três ministérios vão gerir o processo de venda das S3 unidades industriais instaladas na ZEELB, que deverá estar concluído até final do mês.

O objectivo da comissão criada em Julho passa ainda por garantir que os "adjudicatários" façam o "pagamento efectivo e integral do valor da alienação patrimonial" e outras responsabilidades, após a homologação das respectivas vendas, lê-se no documento.

A Lusa noticiou em Junho que o Estado angolano pretende vender a privados, até Agosto, S3 unidades industriais instaladas na ZEELB para poupar nos custos de manutenção e otimizar a geração de postos de trabalho.

A medida consta de um despacho presidencial de 26 de Maio, a que a Lusa teve acesso, autorizando a "transferência da totalidade das quotas representativas do capital social" destas unidades industriais para "entidades empresariais privadas detentoras de capital 'know-how' e tecnologia suficiente" para as "alavancar".

Estas vendas, cujo preço será determinado "com base na avaliação patrimonial actualizada" e com "critérios técnicos", são justificadas com a necessidade de "garantir" a exploração por parte do sector privado, "de otimizar sobremaneira a eficiência nos aspectos produtivo, financeiro e comercial" e de postos de trabalho, assim como garantir maior receita fiscal e "cessando o custo de manutenção levado a' cabo pelo Estado angolano". No despacho assinado pelo Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, recorda-se que o Esta:" do "investiu na montagem, operacionalização e financiamento da actividade de exploração" destas unidades e que o país possui actualmente uma economia de mercado "assente na livre iniciativa dos vários agentes económicos".

"Com intervenção e participação mínima do Estado nas actividades económicas produtivas, nomeadamente nos sectores da Indústria, Comércio e Serviços", lê-se no mesmo documento, que reconhece a "necessidade de estimular a intervenção da iniciativa privada no segmento industrial nacional", para "fazer crescer os investimentos originalmente feitos pelo Estado e fomentar a cultura industrial em Angola".

Nos terrenos infra-estruturados e equipados da ZEELB continuam a instalar-se várias empresas, ao abrigo, até agora, de contratos com o Estado angolano, nomeadamente fábricas de cabos eléctricos, acessórios de plásticos, ferragens,

panificação, vidro, embalagens metálicas, alumínio, cobre, carpintaria e até de bolachas e confeitaria, entre outras.

3.8.78 Demolições em Viana: o lobo na pele de cordeiro

Jornal Liberdade

26 De Agosto de 2016

A versão do ministro de Estado

O advogado de Edeltrudes Costa, Eurico Paz Costa, reitera ao Maka Angola que "a concessionária [do terreno] é a D. Maria da Conceição, que é nossa constituinte e, por acaso, é parente do ministro':

A 16 de Junho de 2016, o escritório de advogados ACPC, em nome do seu constituinte Edeltrudes Costa, solicitou ao procurador-geral da República (PGR), general João Maria de Sousa, que se investigasse a informação preliminar recolhida pelo Maka Angola. Em resposta formal à alegação de envolvimento do ministro, o advogado Eurico Costa, sócio da ACPC, autoriza o Maka Angola a revelar o conteúdo da correspondência enviada ao PGR.

"Não obstante, a situação fáctica exposta pelos relatores acima mencionados, repercute um conjunto de acções, praticadas por supostos malfetores, que nos termos do ordenamento jurídico angolano são considerados crimes graves contra a ordem pública, que envolvem o bom nome do nosso constituinte na qualidade de ministro de Estado e Chefe da Casa Civil, que não tem qualquer envolvimento com as questões expostas': lê-se na carta.

"As acções ou factos narrados prefiguram actos criminosos, que devem ser devidamente investigados e cujos agentes devem ser devidamente responsabilizados", continua.

O advogado do ministro nota ainda que "tomasse [toma-se] pertinente, desde já, aludir o total interesse do nosso constituinte na busca da verdade, sendo que o mesmo não detém qualquer conhecimento dos factos narrados, não obstante que os supostos infractores atentam contra o seu bom nome e a sua reputação:'

A carta prossegue: "E nesta perspectiva foi realizado um encontro com o relator da mensagem, o jornalista Sr. Rafael Marques, que nos deu nota de que as supostas acções criminosas ocorreram em 2012 sob comando da Comandante Bety [então comandante provincial da Polícia Nacional em Luanda]:' "Evidenciamos desde já que tomamos a liberdade de contactar a proprietária do terreno, Sra. Maria da

Conceição e de Brito Cruz Gouveia, com o intuito de esclarecer a real situação do terreno e saber se a mesma se encontrava ao corrente dos factos descritos na mensagem, alegando a mesma que nunca tomou conhecimento de mortes e agressões, nem qualquer violação de direitos, por parte dos oficiais da Polícia Nacional!'

A Reacção

"Não sei quem é essa Maria da Conceição. Isso é mentira. Estão a usar essa senhora para proteger o ministro. É essa senhora que tem poderes para mandar tropas aqui?': insurge-se Helena Teka.

"Roubaram a vida dos meus filhos, tiraram-me tudo e ainda me querem acusar de difamação e burla? Sou maltratada pelas vizinhas, que me chamam de 'mbaca' [mulher estéril] ': lamenta, lavada em lágrimas, Helena Teka.

"Estou disposta a enfrentar a justiça. Estou como uma andorinha que não tem poiso. É assim que esse governo trabalha com as leis? A assassinar? A mandar que me sequestrarem?': questiona.

Há meses que o Maka Angola tem tentado encontrar-se com o general Wala, mas, apesar de este sempre se ter manifestado disponível, tal não chegou a acontecer.

Todavia, uma fonte anónima da Região Militar de Luanda partilhou alguma informação que ajuda a esclarecer o caso.

"É pura e verdadeira mentira. O ministro de Estado e chefe da Casa Civil [do Presidente da República], Edeltrudes Costa, fez uma queixa ao chefe da Casa de Segurança do PR, general Kopelipa, segundo a qual o seu terreno estava a ser invadido por militares!': refere a fonte.

"O general Kopelipa falou com o chefe do Estado-Maior General, o general Nunda, que chamou o general Wala e lhe deu instruções para verificar o que se passava no suposto terreno do ministro", continua.

"No terreno, o general Wala deu conta de que não era nada do que o ministro descrevia e de que o seu terreno não estava a ser invadido por militares. O general apercebeu-se de que o ministro não tinha dito a verdade!': assegura a fonte.

A comprovar a sua versão, a referida fonte afirma que "o general Wala enviou uma mensagem ao ministro a pedir-lhe para negociar pacificamente com as camponesas proprietárias do terreno. Essa é a verdade. Mas agora quem ouve os insultos é o general Wala:

"Temos de nos sentar todos, os advogados, os generais, a administração municipal de Viana, para sabermos como esse terreno foi parar às mãos da família do ministro!': sugere o soba Moisés Kahungo, coordenador para a resolução de conflitos da área do Bita Sapú, que congrega o Mukula Ngola.

O historial do terreno

Por que razão insiste Helena Teka no terreno que já levou as autoridades a matarem os seus filhos, irmão e primo? Pelo qual já foi violada e pelo qual arrisca perder a vida? Segundo nos conta Helena,

o terreno é na verdade do seu irmão mais velho, Garcia Firmino João Camangumba, que trabalhou na

administração de Viana até enlouquecer. Antes de ser afectado gravemente pela doença, esse irmão passou-lhe uma procuração que lhe conferia plenos poderes sobre o terreno. Helena assumiu também a guarda dos seis filhos de Camangumba, que ora vivem consigo. Está desempregada e alojada por graça de uma boa samaritana, que lhe cedeu gratuitamente a sua casa na área vizinha ao terreno até Setembro próximo.

A 13 de Junho de 1989, ao tempo do partido único e do marxismo-leninismo, a União das Associações de Camponeses e Cooperativas Agro-Pecuárias (UNACA) emitiu uma declaração de reconhecimento do direito de posse do referido terreno, de 15 hectares, a favor de Garcia Firmino João Camangumba.

Com a paz podre que se observava no início de 1998, o cidadão Camangumba iniciou um novo processo de legalização do seu terreno, com croqui de localização incluído. Em 2000, solicitou ao administrador de Viana que lhe fosse concedido o "contrato de concessão!':

Tendo cumprido todos os trâmites legais, o seu direito de superfície sobre o terreno foi inscrito na Repartição Municipal da Agricultura de Viana sob o n=115/2010. Foi com base nesse direito de superfície que, a 14 de Dezembro de 2012, quase seis meses após o assalto policial ao terreno, a referida repartição emitiu duas declarações a favor de Garcia Camangumba, ambas sob n° 38312012, uma para o pagamento do imposto industrial e outra "para efeito de comprovação!':

O soba Moisés Kahungo confirma o facto de Camangumba e sua família terem cultivado sempre o terreno até à expansão dos bairros, que os levou a construir também.

Trafulhas dos militares

Desesperada, com falta de meios para conseguir nova acomodação, Helena Teka voltou a erguer no terreno um "bate-chapas".

No início de 2014, Helena Teka pensou ter encontrado no exército um aliado para se manter no seu terreno. "O [vice-] almirante Pedra [Chicaia] apareceu por intermédio de um jovem Cobra, para ajudar-me a proteger o terreno. Ele ajudou-me a correr com os invasores militares [tendo organizado uma milícia para o efeito], em troca de uma parcela de 50 x 100 metros. Depois aliou-se aos invasores, ocupou uma grande parte do terreno e começou a vendê-lo a retalho. Agora persegue-me", denuncia.

"Essa senhora [Helena Teka] é bandida. O terreno dela é junto do terreno do ministro. Já nos queixou muito. Ela recuperou uma parte do terreno do ministro e outra parte da tropa", reage o vice-almirante Chicaia, conselheiro do comandante da Marinha de Guerra de Angola, ao ser interpelado pelo Maka Angola.

Segundo o vice-almirante, o terreno é dos militares: "Não sei quem mandou demolir. Já reunimos recentemente. Até a pessoa [representante] do ministro esteve lá. Deu-se razão aos militares. Os que trabalham com o ministro [Edeltrudes Costa] é que usam sempre o nome dele. Um deles pediu-nos, há dias, mais 30 metros quadrados!"

"Eu estou a defender as tropas que estavam dispersas depois das demolições. Nós somos grandes soldados": advoga o vice-almirante. E, revela: "O coronel Ndongua chamou-me há dias. Mostrou-me como já se dividiu bem o terreno, qual é a sua parte, a do tenente-general Nelito [conselheiro do comandante da Força Aérea Nacional], a parte do ministro. Ele disse-me que, em troca da protecção dos terrenos pela minha tropa, ele vai passar um documento para regularizar a situação [dos terrenos]!"

Helena Teka não se recorda do dia exacto do mês de Agosto de 2014, quando foi chamada por um suposto representante da entidade interessada no terreno.

"Apareceu o Falcão, que me pediu para passar com a minha família para sermos indemnizados. O Falcão é um dos funcionários do ministro [Edeltrudes Costa]. Fui com a minha família. Conversámos junto ao portão da casa do sr. Ministro": explica.

Segundo Helena Teka, estavam presentes no encontro "o general [vice-almirante] Pedro Chicaia, da Marinha de Guerra, o brigadeiro Afonso e o próprio Rodrigo [chefe da Comissão de Moradores]":

Na conclusão do encontro, foi proibida de regressar ao terreno, conta.

Insatisfeita, Helena Teka decidiu, mais uma vez erguer uma casa definitiva no terreno. A 27 de Novembro de 2014, efectivos militares do Posto de Comando Unificado deslocaram-se de manhã ao terreno para proteger a máquina que demoliu a sua obra. "Os militares eram comandados pelo coronel Ndongua e apoderaram-se dos materiais de construção que encontraram": afirma Helena.

Mais tarde, acompanhado por uma coluna de cerca de 20 viaturas com militares, ao are ceu no local o general Simão Carlitos Wala. O que então se passou está descrito na queixa que a cidadã remeteu, a 5 de Novembro de 2015, ao procurador-geral da República, com cópias para o chefe do Estado Maior-General das FAA e o procurador militar. Todas essas entidades ignoraram pura e simplesmente a petição de Helena. Mas o documento prova que as autoridades estavam informadas sobre o caso e nada fizeram.

"(...) no ano de 2014 passou no referido espaço [terreno] proferindo palavras obscenas e ameaças de morte o Senhor Comandante da Região Militar de Luanda a Sua Excelência Tenente General Wala, conhecido apenas por este nome, este e os seus homens deteram [detiveram] a proprietária do espaço [Helena João Teka] onde permaneci durante três dias (... r: lê-se na queixa.

A cidadã refere também que, quando a libertaram, o general Wala foi ter com ela e reconheceu "que sou legítima proprietária do espaço, e aconselho [u] -nos que os sobas tratassem do resto":

Na queixa dirigida ao general João Maria de Sousa, a cidadã relata ainda um outro episódio protagonizado pelo general Wala:

"Sinto-me surpresa [surpreendida] com a presença de uma coluna de viaturas militar[es] dirigindo-me e estacionando dentro da minha parcela de terra, coluna esta comandada pela Sua Excelência Tenente General Comandante da Região Luanda, coadjuvado pelo coronel Silvano Ndongua, actual comandante do PCU [Posto de Comando Unificado] e na presença do tenente-coronel Nguinamau, conhecido apenas por este nome, o referido comandante da Região Militar de Luanda alegava que proprietário tinha que sair dali imediatamente pois que este terreno não é seu e se continuasse a insistir teria me posto nos calabouços ou então serei morta!"

Ainda segundo as denúncias enviadas por Helena Teka ao PGR, o general Wala havia proposto um

negócio com o referido terreno, como forma de resolver a pressão a que estava sujeita: "(...) não sei

se é por ser comandante e chefe das tropas e eu ser simplesmente camponesa, o mesmo antes tínhamos confiança de que esta[va] ali para dar solução nos problemas de terras em litígios dos camponeses, agora torna-se inimigo dos camponeses e um caça fortuna.

Ao Maka Angola, Helena Teka revela mais pormenores sobre o que se passou: "Ele [general Wala] disse-me que o terreno era do Sr. Ministro [Edeltrudes Costa] e apresentou-me o enviado do ministro. Eu atirei-me ao chão. O coronel França [chefe de Repartição do Serviço de Inteligência e Segurança Militar da RML] disse-me: 'filha, não chora. Nós vamos resolver a situação. Eu e a família ficámos ali a chorar. Ficámos sem força:'

E Helena lamenta: "O general Wala disse-me que já tinha falado com o ministro para poder indemnizar-me e que, no sábado [seguinte] eu me encontraria com o ministro. Ficámos à espera e o ministro nunca apareceu.' Por sua vez, o soba Moisés Kahungo revela que "no dia 5 de Agosto de 2015, eu promovi um encontro com o general Wala, na presença da D. Helena. Ele pediu os documentos do terreno, lista das populações e disse-me que faria uma carta ao ministro para saber como resolveria o problema' revela.

De acordo com o soba, "o tal gabinete devia apresentar um documento a explicar quem da família do ministro, que eu nunca vi, alguma vez veio cultivar nesses terrenos, ou quem são os camponeses que lhe venderam essa propriedade':

Na sequência de mais algumas diligências, em Setembro de 2015, Helena Teka encontrou-se com o general Simão Carlitos "Wala" por iniciativa do soba Moisés Kahungo.

"O general apareceu [no local], conversámos e apresentei os documentos. Ele disse-me que eu tinha direitos e podia ocupar o terreno': afirma Helena. Mas o diálogo ficou por aí. General Higino Carneiro Intervém

Sem cruzar os braços perante o silêncio da PGR, Helena Teka decidiu escrever ao governador de Luanda, general Higino Carneiro.

Nessa carta refere que, por via do seu advogado, conseguiu contactar o ministro de Estado Edeltrudes Costa, o qual alegou desconhecer a disputa sobre o terreno. "Dias depois [o ministro] mandou o seu advogado com o meu que foram ao local constatando

as limitações do mesmo': lê-se na carta enviada ao governador.

De forma expedita, Higino Carneiro exarou a 13 de Maio um despacho (Ref- 1481 I G A B. G O V. 120 16) , remetendo a carta de Helena João Teka à Região Militar de Luanda, para "pronunciamento": "Convocar para segunda-feira dia 18-05-16, os sgts [seguintes] membros: v-almirante Pedro [Chicaia]; TGen. [tenente-general Nelito; Senhora Helena TeKa, Cor. [coronel] Dongua; sr. Miguel; Cor. França; Capo [capitão] Luís Pedro"

O governador exigiu também que, após a reunião, os convocados se deslocassem ao terreno para "produzir informação certa':

Por sua vez, a Associação Mãos Livres, que patrocina a defesa legal de Helena João Teka, recorreu novamente ao governador a 23 de Maio, para o informar de que a reunião nunca se realizou porque a peticionária se fazia acompanhar de advogados. "Lamentavelmente, a forma como foram acolhidos os causídicos mandatários da Sra. Helena não foi a mais urbana e viável.

(...) O comportamento dos oficiais da Região Militar de Luanda demonstrou que algo estavam ocultando no sentido de inviabilizar a decisão do referido caso:'

"São donos do país. Já não respeitam os pobres porquê?': questiona Helena Teka.

3.8.79 Governantes: Demolições de Vidas, Nenhum Remorso - Parte I

Jornal Manchete

26 De Agosto de 2016

Texto: Rafael Marques

Há dias, centenas de cidadãos reuniram-se em Viana para enterrar Rufino António, de 14 anos, assassinado a tiro por um soldado no passado dia 5 de Agosto, enquanto efectivos das FAA coordenavam demolições em massa no Bairro Walale. As autoridades angolanas têm recorrido sistematicamente ao uso da força militar para realizar demolições em bairros pobres, como se tratasse de operações contra inimigos armados. As autoridades não têm manifestado qualquer preocupação ou sensibilidade em relação aos enormes prejuízos económicos e psicossociais que criam entre as famílias afectadas, e nem sequer em relação às próprias vidas humanas, não hesitando em assassinar cidadãos de forma indiscriminada.

Helena João Teka, de 38 anos, luta há mais de três anos pelo direito a construir e a viver no seu terreno, situado na área do Mucula Ngola, Bairro Vila Flor, na zona do Bita Sapú, município de Viana. Na primeira demolição de que foi vítima, em 2012, um oficial da Polícia Nacional alvejou um irmão seu, que vivia numa casa vizinha. Em 2013, Helena reergueu a sua casa, a qual foi novamente demolida, desta vez com os dois filhos menores lá dentro, enquanto estes dormiam. Outro irmão, ao protestar, foi morto a tiro no local. Porque não desiste de lutar para reaver a parcela de terreno de que reclama o direito de superfície, Helena Teka foi violada por militares, ameaçada de morte e recentemente informada de que será processada criminalmente por "burla". O caso envolve o nome do ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente, Edeltrudes Costa, o comandante da Região Militar de Luanda, general Simão Carlitos "Wala", o conselheiro do comandante da Marinha de Guerra de Angola, vice-almirante Pedro Chicaia, e outras altas patentes militares interessadas no terreno.

Para exemplificar a perseguição a que diz estar regularmente sujeita, Helena Teka recorda a ameaça mais recente: a 17 de Agosto, por volta das 15h00, terá recebido uma chamada telefónica, supostamente pelo vice-almirante Pedro Chicaia, que ficou também com uma parcela do terreno em disputa. "Insultou-me, chamou-me de bruxa, porque eu insisti em denunciar o caso, e avisou que vou sofrer muito até acabar com a minha vida", relata a cidadã.

Antes, a 17 de Junho passado, por volta das 4h00 da madrugada, uma composição de militares em número não determinado bateu à porta da residência onde Helena Teka vive temporariamente com seis sobrinhos e a mãe, para lhe ordenar que comparecesse na Região Militar de Luanda no mesmo dia, onde deveria reunir com o general Wala.

"À minha sobrinha, que abriu a porta, disseram que se eu faltasse seria presa, por ter ofendido os generais. Não é a primeira vez que os militares me vêm ameaçar de madrugada", conta Helena Teka.

Nesse dia, o general Simão Carlitos "Wala" promoveu um encontro com o advogado do ministro Edeltrudes Costa, Eurico Paz Costa, ao qual Helena Teka não compareceu, apesar das ameaças da madrugada. Como se notará adiante, em ocasião anterior, a Região Militar recusou-se a dialogar com Helena Teka quando esta compareceu acompanhada por advogados da Associação Mãos Livres.

Segundo o Maka Angola apurou junto dos participantes na referida reunião, "uma das conclusões mais importantes a que [se] chegou na

reunião foi que a Sra. Teka ou Milena faz acusações falsas, burlou os militares e deve ser processada criminalmente", lê-se na mensagem em posse deste portal.

Frente ao terreno em disputa, separado por uma rua asfaltada que liga à Via Expresso, está a extensa propriedade murada do ministro de Estado Edeltrudes Maurício Fernandes Gaspar da Costa. "É uma quinta com quadras desportivas, cavalos, muito luxo e muita coisa", diz a vizinha Helena João Teka. Desde há meses, o Maka Angola tem investigado esta tragédia, contactando com as partes intervenientes. Eis o que conseguimos apurar.

A primeira demolição

A 7 de Novembro de 2012, por volta das 4h00, o soldado José Samuel, que vivia numa casa de três quartos e sala ao lado da irmã Helena, despertou com o movimento das demolições e recusou-se a acatar a ordem policial para abandonar a residência. Tinha recebido um crédito bancário para construir a residência. Era soldado da Iª Companhia, do 2º Batalhão da Brigada de Forças Especiais (Comandos).

"Eu tranquei-me dentro de casa. Quatro polícias arrombaram a porta, mas não tiveram força suficiente para me tirar de lá. Um oficial de uma estrela entrou e disse-me que se eu resistisse matar-me-ia. Eu pensei que ele estava apenas a ameaçar-me. Tirou a pistola [do coldre] e deu-me um tiro na perna esquerda", recorda José Samuel. "Quando me viu a sangrar muito, arrastou-me lá para fora, e então partiram a casa."

Nesse dia, a polícia desalojou mais de 400 famílias, incluindo a de Helena Teka.

Depois de receber, a suas expensas, os primeiros socorros num posto médico local, o soldado foi levado para a unidade militar no Cabo Ledo, onde servia. Daí o transferiram, dois dias depois, para o Hospital Militar Central, acompanhado pela guia de evacuação dos Serviços de Saúde das FAA nº622/2012.

A segunda demolição

Ciosa dos seus direitos, Helena João Teka voltou a construir no mesmo terreno. Muitos vizinhos também o fizeram, alguns montando apenas tendas e outros erguendo casas precárias em chapas de zinco, a que chamam "bate-chapas". Helena Teka encontrava-se a caminho do Uíge, sua terra natal. Os seus filhos - Hélio Sebastião Gomes, de sete anos, e Cátia Sebastião Gomes, de três anos - dormiam quando uma operação relâmpago deitou abaixo a casa onde viviam. Eram' peito das duas horas da

madrugada de 26 de Abril de 2013 quando as máquinas chegaram ao local, apoiadas por um forte aparato policial, envolvendo helicópteros, Polícia de Intervenção Rápida, Polícia Montada e Brigada Canina, assim como o Corpo de Bombeiros.

Baptista João, de 26 anos, servira na 2ª Companhia do 1º Batalhão da Brigada das Forças Especiais (Comandos). Convivia com os amigos a poucos metros de casa. Não teve tempo de retirar as crianças, porque a demolição foi demasiado rápida. "Revoltado, dirigiu-se aos comandantes da Polícia que dirigiam a operação para falar com eles. Estes não queriam ouvi-lo e um deles disparou", explica o vizinho Salvador Manuel Francisco, testemunha da tragédia.

A fotografia em posse deste portal mostra como a vítima foi atingida fatalmente pelas costas, com um tiro na coluna. "Eu próprio vi a comandante Bety [Comissária Elisabeth Rank Frank] a dirigir a operação. Todos aqui a conhecem. Estava também o comandante Ribas e muitos outros chefes", afirma o mecânico Nascimento Domingos, de 41 anos, que teve duas residências demolidas.

Nascimento Domingos foi dos primeiros a tomar conhecimento da demolição da casa de Helena Teka. Com um grupo de vizinhos, tentou interceder junto da Polícia para que esta os deixasse socorrer as crianças. "Os comandantes da polícia não permitiam que nós retirássemos as crianças dos escombros. Tínhamos o número do general Laborinho Lúcio [secretário de Estado do Interior], ligámos e foi ele quem ordenou aos bombeiros para que retirassem os meninos", conta.

"O meu filho José, de um ano, morreu no dia da demolição. Estávamos no óbito [velório] quando a polícia apareceu, até com helicópteros, em estado de guerra, e diziam que havia [no bairro] UNIT A's e comandos." "Eu participei da remoção das crianças dos escombros, ainda estavam com vida. A menina estava sem dentes", conta Salvador Francisco. A testemunha denuncia como um dos comandantes da Polícia envolvidos na operação, cujo nome desconhece, o retirou da sua viatura, que deveria transportar as crianças para receberem assistência médica. "Deu-me uma chapada e o outro veio e recebeu-me os documentos para não sair dali", enfatiza. Sabendo do seu infortúnio, a Polícia concedeu-lhe, depois, algum tempo para se retirar de casa e transferir ordeiramente o velório para casa de familiares noutro bairro, A sua residência foi demolida a seguir.

"Nós levámos as crianças ao Hospital Geral de Luanda, ainda estavam vivas, mas todas machucadas.

Não tinham salvação", lamenta o mecânico. Nascimento Domingos alega que vários jovens foram detidos, espancados e que a alguns deles foram administradas injeções. "Todos os que receberam injeções da Polícia na Brigada Anti-Crime, em Viana, ficaram um tempo detidos na Comarca Central de Luanda e, depois de serem libertados, acabaram por morrer", denúncia.

Após o funeral dos filhos, Helena João Teka regressou ao terreno onde os perdera. Helena diz-me que quis estar ali, onde eles morreram. Denuncia como vários efectivos da Polícia da Intervenção Rápida, que cuidavam do terreno, aprisionaram-na e revezaram-se a violá-la, para definitivamente a expulsarem de lá.

Quando Helena começa a contar a brutalidade com que a violaram, tem um ar pesaroso, mas de quem quer expulsar todo o mal que lhe têm causado, sem ódio, sem vergonha e com toda a dignidade, Paro-a. Faço-lhe uma pergunta para desviar a conversa, Não tenho coragem de ouvir mais,

O olhar de Helena João Teka é profundo e triste

Leia, a segunda parte deste dossier onde serão reveladas as versões do ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente da República, Edeltrudes Costa, por via do seu advogado. De fonte próxima do general Simão Carlitos "Wala", do vice-almirante Pedro Chicaia, o historial do terreno e a terceira demolição, As queixas remetidas à Procuradoria-Geral da República por Helena Teka que nunca obtiveram resposta, bem como a recente participação do ministro a este órgão, também serão abordadas. O governador de Luanda, general Higinio Carneiro, intervém no caso para exigir esclarecimentos, e o Maka Angola descreve o resultado: confuso.

3.8.80 Invasores de terrenos comandam na ZEE

Jornal Grandes Notícias

26 De Agosto de 2016

Texto: António André

A informação foi avançada por uma fonte ligada a ZEE, alegando que a extensão das ocupações e construções ilegais só foi possível graças a conjunto de factores relacionados com a falta de profissionalismo e ética dos responsáveis da extinta direcção de acompanhamento às reservas territoriais, afecta a esta instituição e que tinham a obrigação de proceder à vigilância e patrulhamento da reserva industrial de Viana.

A fonte garantiu ao Jornal Grandes Notícias que, estes elementos estavam imbuídos da apetência pelo lucro fácil, participaram e promoveram a venda de terrenos e ocultação de informações ao Conselho de Administração sobre as novas construções de casas, seitas, condomínios e outras estruturas na reserva industrial de Viana.

Assegurou que, nesta trama estão também envolvidos fiscais da administração municipal de Viana que dentro do território da ZEE também embargavam obras para depois autorizarem sem que para tal estivessem mandatos. A fonte adianta que neste crime estão envolvidos os coordenadores da comissão de moradores, como são os casos de João Fernando, Firmino Alberto, Alberto João, do bairro Santa Paciência, Adilson Avelino Pombal, Nogueira Clemente do bairro Kikuxi II, Manuel Domingos Manuel do bairro Walalé, Adão José da Costa do bairro Cajueiro, Oliveira Cassegunda e Domingos Luís do bairro Nguimbi, que contam com a colaboração dos fiscais da administração municipal de Viana, como são os casos de Capalo e Dos Santos, que venderam centenas de lotes aos interessados, dando-lhes garantias de que não teriam quaisquer tipo de problemas, nem com a administração local, nem com a ZEE.

A sociedade de desenvolvimento da Zona Económica Especial Luanda - Bengo esclarece que, antes das demolições efectuaram trabalhos de campanha de sensibilização a população e que durou nove meses, com a distribuição aérea de panfletos, reuniões com os coordenadores dos bairros e cooperativas de camponeses no sentido de não comprar, construir ou vender terrenos na reserva industrial de Viana, após notificação às autoridades competentes, teve início no dia 30 de Julho uma vasta operação de demolição das novas construções naquela zona.

Segundo os responsáveis a operação de demolições incidiu sobre as construções não habitadas e em fase de construção e para o efeito foi antecipadamente feito por técnicos da ZEE, um minucioso levantamento de quais e onde se localizavam essas construções ilegais não habitadas. «Nós apenas demolimos as casas inabitadas. E 99 por cento das casas demolidas não estavam habitadas, e as que se acham ocupadas os populares continuam nas mesmas residências a espera de negociações com aquela direcção. À acção, contou com o apoio de forças da Região Militar Luanda, nomeadamente do posto de Comando Unificado Permanente para o asseguramento do equipamento utilizado, um buldózer, duas giratórias e duas porta-máquinas e de oito técnicos que decorreu em regime non stop. A

operação teve o seu término no dia 15 de Agosto», realça.

Casas demolidas

A nossa reportagem apurou que, desta acção resultou a demolição de 1.438 residências e similares em fase de construção, nas envolventes dos bairros Walalé, Henda, Santa Paciência e Ti Mingo todos inseridos na comuna de Calumbo. Deste número de construções que se diz ilegais e demolidas, 247 faziam parte de condomínios de construção dirigidas, ergui das segundo as autoridades de Luanda, a revelia nomeadamente o condomínio da empresa Forbes (fundo de organização de bens imóveis e sociedade Lda), com 148 construções destruídas, cujo administrador diz-se ser também director da Rádio Despertar.

Foi demolido igualmente um aglomerado de moradias em fase de construção, conhecido por «condomínio do Ronaldinho» composto por 48 habitações localizado nas imediações do bairro Walalé, diz-se que o promotor, identificado apenas de Ronaldo, no período de sensibilização proferiu ameaças verbais aos técnicos da ZEE, chegando mesmo de apontar uma arma de fogo. Demoliu-se o condomínio de 25 casas, em fase de construção do promotor Pedro Zacarias Miguel, que se localizava nas imediações do condomínio do Cofre de Providência Social da Polícia Nacional, e também 26 residências em fase de construção das quais 14 em fase de acabamento e 12 estavam em sapata da promotora Maria de Fátima Simão.

A fonte refere ainda que, as restantes residências num total de 1.261 estavam em construções não dirigidas e erguidas em vários espaços com diferentes tipologias e áreas de ocupação, tal número, segundo os afectados que não aceitaram ser identificados, dizem que isto só foi possível, graças a conivência de funcionários da ZEE que, após receberam um valor pecuniário em forma de multa no valor de 130 mil kwanzas em alguns casos e noutros cujo o valor poderia atingir 500 mil kwanzas, dependendo do tipo de residência conforme declaram os lesado.

Esquema de polícias e fiscais

Apuramos que este esquema passava pela localização da obra sobretudo as de maior envergadura por parte dos colaboradores da ZEE, responsáveis pelos serviços de patrulhamento e vigilância fundamentalmente e os mais visados nas denúncias é o Virgílio Miranda e Adérito Agostinho, acompanhados permanentemente pelo corpo de asseguramento da polícia nacional na zona, que depois de contactarem o proprietário da obra

solicitavam que comparecessem nos escritórios da direcção de acompanhamento às reservas territoriais.

No local, eram convidados a pagar uma multa pecuniária cujo valor mínimo era de 130 mil kwanzas sob pena de demolirem, e para desviar as atenções' era usado uma nota de entrega com o timbre da administração municipal de Viana mas, sem qualquer carimbo por forma a parecer ser um acto administrativo praticado por aquele órgão do governo provincial de Luanda quando na realidade era praticado pela ZEE, cujo funcionário de serviço no gabinete procedia a recepção dos valores.

O promotor de venda, ou seja o proprietário de um condomínio Pedro Zacarias Miguel disse que, Adérito Agostinho, Miguel Veloso, Virgílio Miranda e Raul Jacinto, todos funcionários da ZEE recebiam os valores pagos pelos promotores de venda de terrenos, para a instalação de moradias no preço de 20 milhões de kwanzas repartidos entre estes e os elementos do corpo de polícia nacional para o asseguramento da zona, entre eles destaca-se o conhecido Mazanza e Pazito ambos oficiais da ordem pública. Acusou que o Adérito Agostinho, lhe foi oferecida uma viatura para uso particular em troca de aceitação da instalação de algumas moradias na zona traseira do Cofre da Providência da polícia nacional agora demolidas.

O tenente da Polícia Militar das Forças Armadas Angola- nas Wilson Fernandes Neto disse que, investiu no seu empreendimento cerca de um milhão de dólares norte americanos, virados para o lazer e diversão nocturna, e segundo ele, só foi avante porque recebeu garantias por parte de Tito Menezes de que lhe enquadrava dentro do plano director da reserva industrial de Viana.

Já Celestino Vemba representante da fábrica de carteiras reclama, que lhe cobrado valores para um lote de quatro hectares junto do Cofre de Providência da Polícia Nacional feita pelo Raul Jacinto e mais tarde por Miguel Veloso, que por não ter correspondido a solicitação o processo foi interrompido e ficou arquivado desde 2013.

Constrangimento na operação de demolições

A fonte que temos vindo a citar esclarece que, durante a acção de demolições, vários foram os constrangimentos ocorridos com realce para a tentativa de intimidação por parte de oficiais da polícia nacional, com principal incidência para os dos Serviços de Investigação Criminal (SIC), alguns dos quais pertencentes ao corpo de asseguramento dos homens da ordem de segurança pública naquela zona, que detinham residências na área demolida como é o

caso do superintendente Caetano Sebastião, agora colocado no município do Cazenga e que também se diz que até ao momento não procedeu a devolução do veículo de marca Toyota com a chapa de matrícula LD-03-69-ED de cor branca. Veículo este que lhe havia sido entregue pelo Conselho de Administração da ZEE para apoio do SIC naquela zona.

Também participaram nos constrangimentos oficiais gerais das Forças Armadas Angolanas, como é o caso do tenente-general Nelito e do suposto brigadeiro Cunjuca, mas o que se diz não ostenta esta patente e trabalha na sede do partido MPLA, aproveita-se dos vários contactos que em com as pessoas para usar este título. Vem também associado neste rol, um oficial de contra inteligência militar, o major José dos Santos Janeiro, do capitão Hermenegildo César Baião, e de um outro oficial dos serviços de inteligência e segurança do Estado, identificado apenas de Alan, colocado como chefe adjunto no Zango, no primeiro dia da operação, ou seja no dia 30 de Julho, surgiu para colher informações a nível oficial, e mas tarde começou a insurgir-se constantemente com a equipa das demolições. Diz-se que o tal de Alan veio acompanhado pelo soba Cabinda do bairro Iraque/Bagdad para intervir a favor destes o que leva os responsáveis da ZEE, a crer que deve ser um promotor de venda e ocupação de terrenos naquela parcela.

O subchefe José Tomás Canzele, oficial do COPOE e colocado no aeroporto internacional 4 de Fevereiro, tomou posições com mais três elementos munidos de uma pistola e duas caçadeiras, segundo a fonte já entregues à Polícia Judiciária Militar ao que se presume tratava-se de uma emboscada para a equipa em serviço no corte das vias que transitam e permitem aos invasores escapar e entrar onde e quando querem na reserva industrial de Viana. Outro constrangimento segundo a sociedade de desenvolvimento da Zona e Económica Especial Luanda-Bengo, foi a constante presença de membros do partido UNITA, no dia 4 de Agosto, tentaram visitar o local sem prévio aviso ou conhecimento do Conselho de Administração da ZEE, do Comando da Região Militar Luanda, ou da administração municipal de Viana, com uma delegação composta por altos quadros deste partido político, na qual estavam presentes alguns deputados da Assembleia Nacional, e tentaram promover uma acção de manifestação.

A morte estranha do «puto» Rufino

No dia 6 de Agosto, por volta das 16h30, enquanto se procedia a demolição de residências em

construção, segundo a fonte, um grupo de cidadãos moradores na sua maioria no bairro Henda, protagonizou uma violenta acção de agressão aos militares em serviço para a protecção dos técnicos e equipamentos da ZEE, envolvidos na acção de destruição das residências ilegais, que culminou com uma troca de tiros entre manifestantes e forças em serviço, da qual resultou na morte de um adolescente de 14 anos de idade, de nome Rufino Marciano António, sem que até ao momento se saiba de que lado partiu o tiro que o matou. Realçou que os órgãos competentes de justiça estão no local para apurar os factos, tanto da Polícia Judiciária Militar, dos Serviços de Investigação Criminal e assim como dos serviços secretos angolanos.

A participação dos homens do Wala

Especulou-se muito que as demolições eram comandadas por homens da Região Militar Luanda, mas isto não é a verdade, segundo fonte deste semanário, colocado no Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas disse que, «no passado dia 28 de Julho a direcção da sociedade de desenvolvimento da Zona Económica Especial Luanda - Bengo, solicitou a intervenção desta unidade para o asseguramento das demolições que iriam efectuar. E estas acções foram do conhecimento do Comandante em Chefe das Forças Armadas Angolanas José Eduardo dos Santos», disse. A fonte revela ainda que, no documento daquela instituição pública, «tendo-se constatado o aumento substancial de ocupação de terrenos para fins comerciais na reserva industrial de Viana, considerando que essas ocupações estão a atingir níveis insustentáveis e que perigam os interesses do estado angolano na criação de condições para a cedência de lotes para a implementação de unidades industriais, projectadas no plano director elaborado e aprovado pelas autoridades governamentais, bem como obstaculizam a abertura da vala de drenagem de águas pluviais provenientes do parque industrial da reserva de Viana e que escoarão no rio Kwanza para além de comprometerem a instalação de algumas infraestruturas de apoio à navegação aérea, e também a execução da via AI que ligará a via expresso ao novo aeroporto internacional de Luanda», alerta. «Afinal não é o general Wala quem mandou demolir as casas na ZEE, e esta campanha difamatória contra o comandante da Região Militar Luanda é um embuste que persegue outros objectivos políticos e eleitoralistas. E foi o general Wala que estancou a criminalidade violenta em Luanda por um certo tempo, e também parou com as construções ilegais de casas, e isto cria estabilidade o que certos políticos na oposição não pretendem», refere.

«Não vamos recuar com as nossas atribuições»

Em conversa com o Jornal Grandes Notícias o general Simão Carlitos Wala garantiu-nos que, «a Região Militar Luanda, sendo uma componente operacional do Estado-Maior General que tem a missão de proteger dentre outros objectivos, as reservas fundiárias do Estado, não pode de forma cúmplice aceitar que cidadãos antipatriotas e delinquentes inviabilizem acções prioritárias e inadiáveis do Executivo a troco de benesses e contrapartidas financeiras ilícitas», disse. Revelou ainda que, «nesta senda não recuamos com as nossas atribuições de protecção e defesa do pessoal e máquinas ao serviço da ZEE - Luanda e Bengo que efectuaram esta tarefa. Reiteramos a nossa firme determinação em continuar o apoio às acções do Executivo e realçar que onde a autoridade do Estado na capital estiver a ser desafiada ou não acatada a Região Militar ~ Luanda se fará presente para mais uma vez defendê-la», assegura. Contactamos o porta-voz do comando provincial da polícia em Luanda inspector-chefe Mateus Rodrigues, os nossos esforços foram gorados.

3.8.8 | Governantes: demolições de vidas, nenhum remorso - parte I

Jornal O Crime

27 De Agosto de 2016

Há dias, centenas de cidadãos reuniram-se em Viana para enterrar Rufino António, de 14 anos, assassinado a tiro por um soldado no passado dia 5 de Agosto, enquanto efectivos das FAA coordenavam demolições em massa no Bairro Walale.

As autoridades angolanas têm recorrido sistematicamente ao uso da força militar para realizar demolições em bairros pobres, como se tratasse de operações contra inimigos armados.

As autoridades não têm manifestado qualquer preocupação ou sensibilidade em relação aos enormes prejuízos económicos e psicossociais que criam entre as famílias afectadas, e nem sequer em relação às próprias vidas humanas, não hesitando em assassinar cidadãos

de forma indiscriminada.

Helena João Teka, de 38 anos, luta há mais de três anos pelo direito a construir e a viver no seu terreno, situado na área do Mucula Ngola, Bairro Vila Flor, na zona do Bitá Sapú, município de Viana. Na primeira demolição de que foi vítima, em 2012, um oficial da Polícia Nacional alvejou um irmão seu, que vivia numa casa vizinha. Em 2013, Helena reergueu a sua

casa, a qual foi novamente demolida, desta vez com os dois filhos menores lá dentro, enquanto estes dormiam. Outro irmão, ao protestar, foi morto a tiro no local.

Porque não desiste de lutar para reaver a parcela de terreno de que reclama o direito de superfície, Helena Teka foi violada por militares, ameaçada de morte e recentemente informada de que será processada criminalmente por "burla". O caso envolve o nome do ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente, Edeltrudes Costa, o comandante da Região Militar de Luanda, general Simão Carlitos "Wala", o conselheiro do comandante da Marinha de Guerra de Angola, vice-almirante Pedro Chicaia, e outras altas patentes militares interessadas no terreno.

Para exemplificar a perseguição a que diz estar regularmente sujeita, Helena Teka recorda a ameaça mais recente: a 17 de Agosto, por volta das 15h00, terá recebido uma chamada telefónica, supostamente pelo vice-almirante Pedro Chicaia, que ficou também com uma parcela do terreno em disputa.

"Insultou-me, chamou-me de bruxa, porque eu insisti em denunciar o caso, e avisou que vou sofrer muito até acabar com a minha vida", relata a cidadã.

Antes, a 17 de Junho passado, por volta das 4hoo da madrugada, uma composição de militares em número não determinado bateu à porta da residência onde Helena Teka vive temporariamente com seis sobrinhos e a mãe, para lhe ordenar que comparecesse na Região Militar de Luanda no mesmo dia, onde deveria reunir com o general Wala. "A minha sobrinha, que abriu a porta, disse que se eu faltasse seria presa, por ter ofendido os generais. Não é a primeira vez que os militares me vêm ameaçar de madrugada", conta Helena Teka.

Nesse dia, o general Simão Carlitos "Wala" promoveu um encontro com o advogado do ministro Edeltrudes Costa, Eurico Paz Costa, ao qual Helena Teka não compareceu, apesar das ameaças da madrugada. Como se notará adiante, em ocasião anterior, a Região Militar recusou-se a dialogar com Helena Teka quando esta compareceu acompanhada por advogados da Associação Mãos Livres.

Segundo o Maka Angola apurou junto dos participantes na referida reunião, "uma das conclusões mais importantes a que [se] chegou na reunião foi que a Sra. Teka ou Milena faz acusações falsas, burlou os militares e deve ser processada criminalmente", lê-se na mensagem em posse deste portal.

Frente ao terreno em disputa, separado por uma rua asfaltada que liga à Via Expresso, está a extensa propriedade murada do ministro de Estado Edeltrudes Maurício Fernandes Gaspar da Costa. "É uma quinta com quadras desportivas, cavalos, muito luxo e muita coisa", diz a vizinha Helena João Teka.

Desde há meses, o Maka Angola tem investigado esta tragédia, contactando com as partes intervenientes. Eis o que conseguimos apurar. A primeira demolição A 7 de Novembro de 2012, por volta das 4hoo, o soldado José Samuel, que vivia numa casa de três quartos e sala ao lado da irmã Helena, despertou com o movimento das demolições e recusou-se a acatar a ordem policial para abandonar a residência. Tinha recebido um crédito bancário para construir a residência.

Era soldado da 1 a Companhia, do 2º Batalhão da Brigada de Forças Especiais (Comandos).

"Eu tranquei-me dentro de casa. Quatro polícias arrombaram a porta, mas não tiveram força suficiente para me tirar de lá. Um oficial de uma estrela entrou e disse-me que se eu resistisse matar-me-ia. Eu pensei que ele estava apenas a ameaçar-me. Tirou a pistola [do coldre] e deu-me um tiro na perna esquerda", recorda José Samuel. "Quando me viu a sangrar muito, arrastou-me lá para fora, e então partiram a casa."

Nesse dia, a polícia desalojou mais de 400 famílias, incluindo a de Helena Teka.

Depois de receber, a suas expensas, os primeiros socorros num posto médico local, o soldado foi levado para a unidade militar no Cabo Ledo, onde servia. Daí o transferiram, dois dias depois, para o Hospital Militar Central, acompanha Pela guia de evacuação dos Serviços de Saúde das FAA nº 622/2012.

A segunda demolição

Ciosa dos seus direitos, Helena João Teka voltou a construir no mesmo terreno. Muitos vizinhos também o fizeram, alguns montando apenas tendas e outros erguendo casas precárias em chapas de zinco, a que chamam "bate-chapas".

Helena Teka encontrava-se a caminho do Uíge, sua terra natal. Os seus filhos - Hélio Sebastião Gomes, de sete anos, e Cátia Sebastião Gomes, de três anos dormiam quando uma operação relâmpago deitou abaixo a casa onde viviam. Eram perto das duas horas da madrugada de 26 de Abril de 2013 quando as máquinas chegaram ao local, apoiadas por um forte aparato policial, envolvendo helicópteros, Polícia de Intervenção Rápida, Polícia

Montada e Brigada Canina, assim como o Corpo de Bombeiros. Baptista João, de 26 anos, servira na 2ª Companhia do 1º Batalhão da Brigada das Forças Especiais (Comandos). Convivia com os amigos a poucos metros de casa. Não teve tempo de retirar as crianças, porque a demolição foi demasiado rápida.

"Revoltado, dirigiu-se aos comandantes da Polícia que dirigiam a operação para falar com eles. Estes não queriam ouvi-lo e um deles disparou", explica o vizinho Salvador Manuel Francisco, testemunha da tragédia. A fotografia em posse deste portal mostra como a vítima foi atingida fatalmente pelas costas, com um tiro na coluna.

"Eu próprio vi a comandante Bety [Comissária Elisabeth Rank Frank] a dirigir a operação. Todos aqui a conhecem. Estava também o comandante Ribas e muitos outros chefes", afirma o mecânico Nascimento Domingos, de 41 anos, que teve duas residências demolidas.

Nascimento Domingos foi dos primeiros a tomar conhecimento da demolição da casa de Helena Teka. Com um grupo de vizinhos, tentou interceder junto da Polícia para que esta os deixasse socorrer as crianças. "Os comandantes da polícia não permitiam que nós retirássemos as crianças dos escombros. Tínhamos o número do general Laborinho Lúcio [secretário de Estado do Interior], ligámos e foi ele quem ordenou aos bombeiros para que retirassem os meninos", conta.

"O meu filho José, de um ano, morreu no dia da demolição. Estávamos no óbito [velório] quando a polícia apareceu, até com helicópteros, em estado de guerra, e diziam que havia [no bairro] UNITA e comandos." "Eu participei da remoção das crianças dos escombros, ainda estavam com vida.

A menina estava sem dentes", conta Salvador Francisco. A testemunha denuncia como um dos comandantes da Polícia envolvidos na operação, cujo nome desconhece, o retirou da sua viatura, que deveria transportar as crianças para receberem assistência médica. "Deu-me uma chapada e o outro veio e recebeu-me os documentos para não sair dali", enfatiza. Sabendo do seu infortúnio, a Polícia concedeu-lhe, depois, algum tempo para se retirar de casa e transferir ordeiramente o velório para casa de familiares noutro bairro. A sua residência foi demolida a seguir.

"Nós levámos as crianças ao Hospital Geral de Luanda, ainda estavam vivas, mas todas machucadas. Não tinham salvação", lamenta o mecânico. Nascimento Domingos alega que vários jovens foram detidos, espancados e que a alguns deles foram

administradas injeções. "Todos os que receberam injeções da Polícia na Brigada Anti-Crime, em Viana, ficaram um tempo detidos na Comarca Central de Luanda e, depois de serem libertados, acabaram por morrer", denuncia.

Após o funeral dos filhos, Helena João Teka regressou ao terreno onde os perdera. Helena diz-me que quis estar ali, onde eles morreram. Denuncia como vários efectivos da Polícia da Intervenção Rápida, que cuidavam do terreno, aprisionaram-na e revezaram-se a violá-la, para definitivamente a expulsarem de lá.

Quando Helena começa a contar a brutalidade com que a violaram, tem um ar pesaroso, mas de quem quer expulsar todo o mal que lhe têm causado, sem ódio, sem vergonha e com toda a dignidade. Paro-a. Faço-lhe uma pergunta para desviar a conversa. Não tenho coragem de ouvir mais o olhar de Helena João Teka é profundo e triste.

Leia, na quarta-feira próxima, 24 de Agosto, a segunda parte. Serão reveladas as versões do ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente da República, Edeltrudes Costa, por via do seu advogado. De fonte próxima do general Simão Carlitos "Wala", do vice-almirante Pedro Chicaia, o historial do terreno e a terceira demolição. As queixas remetidas à Procuradoria-geral da República por Helena Teka que nunca obtiveram resposta, bem como a recente participação do ministro a este órgão, também serão abordadas.

O governador de Luanda, general Higino Carneiro, intervém no caso para exigir esclarecimentos, e o Maka Angola descreve o resultado: confuso.

3.8.82 Cuanza Norte dá cartas na produção de citrinos

Jornal de Angola

29 De Agosto de 2016

Texto: André Dos Anjos

A província do Cuanza Norte viu aumentar, nos últimos anos, a produção de citrinos e hortícolas, em decorrência de uma bem-sucedida execução do Programa de Extensão e Desenvolvimento Rural (PEDR), que a coloca agora no topo da lista das principais fornecedoras de hortofrutícolas comercializadas na chamada Praça do 30, um dos maiores mercados a céu aberto de produtos do campo em Luanda.

O potencial para a produção de citrinos e hortícolas na província está patente em quintais e pequenas

hortas, em quase todos os municípios do Cuanza Norte, onde é frequente divisar laranjeiras, tangerineiras, limoeiros e alfaces, couves e leguminosas. Mas é de Cambambe e Golungo Alto que sai a maior parte dos produtos vendidos nos mercados de Luanda.

Paulo Bungo, engenheiro agrónomo que dirige o Departamento do Instituto de Desenvolvimento Agrário no Cuanza Norte, calcula que a colheita de citrinos tenha rondado este ano 100 mil toneladas e só não eleva a fasquia e nem dá por encerrado a conta, pelo facto de ainda estarem a decorrer a recolha de limão.

Cuidadoso com os números, Paulo Bungo diz que, mesmos nivelando os 'cálculos por baixo, é possível afirmar que a "maior parte das hortofrutícolas comercializadas na Praça 30 são provenientes do Cuanza Norte".

Impedidos por décadas de conflito armado de tirar maior proveito das potencialidades da terra, os agricultores retomam agora às suas culturas tradicionais, que vão da mandioca à ginguba e dos citrinos às hortaliças. E aqui onde o PEDR joga um papel crucial.

Instituído pelo Executivo, o PEDR destina-se fundamentalmente: a ajudar pequenos produtores, a maioria dos quais organizados em associações e cooperativas. E com este instrumento que o Instituto de Desenvolvimento Agrário no Cuanza Norte tem vindo a estimular o fomento da agricultura e de pomares.

A instituição recenseou 75.226 produtores, que se dedicam essencialmente ao cultivo de tubérculos, como mandioca, batata-doce e rena e leguminosas, como feijão manteiga e macunde. São esses agricultores que se empenham agora na produção de citrinos, uma das marcas do Cuanza norte, quando se fala de produção agrícola.

"Os citrinos são para Cuanza Norte o que os bananais são para a província do Bengo", lembra o engenheiro agrónomo, sem esconder o desencanto pela falta de iniciativas empresarias no sector.

Contrariando a expectativa do aumento das colheitas de citrinos a partir de novas plantações, salvo raras excepções, a produção é feita em antigas plantações, que são submetidas a processos de regeneração, através de podas.

Mesmo aqui, o PEDR joga um papel decisivo, porque é ao abrigo deste instrumento que o Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA) canaliza meios para os produtores que, além de contribuírem para o

fomento de outras culturas, permitem desbravar terrenos nas antigas fazendas de citrinos, tomadas durante décadas por arbustos e ervas nocivas às culturas.

O aumento da procura de citrinos, sobretudo o limão, numa altura em que existem restrições à importação de bens que podem ser produzidos no país, é apontado como outro factor impulsionador da actividade na província.

"Temos vindo a aconselhar o recurso a variedades geneticamente melhoradas, que permitam várias colheitas ao longo do ano, com ajuda de regas", ressalta o chefe do IDA no Cuanza Norte, para quem é urgente evoluir das técnicas tradicionais de cultivo para novos métodos.

Como em praticamente todas as culturas, a de citrinos também está sujeita à pragas, uma situação que preocupa o IDA no Cuanza Norte, sobretudo devido ao número reduzido de técnicos.

A instituição conta com 30 técnicos para o acompanhamento de 75.226 produtores, número muito aquém do recomendado. As boas práticas nessa área recomendam pelo menos um especialista para o aconselhamento de 500 camponeses, reconhece o responsável do IDA. O défice de pessoal é mais preocupante em casos de pragas, cujo combate requer competências técnicas, que a maior parte dos camponeses não tem. Entre as pragas mais frequentes na província, segundo o agrónomo, está o cancro cítrico, causado por uma bactéria, que provoca lesões nas folhas, nos ramos e nos frutos e, consequentemente, a sua queda.

Mas existem pragas que atacam especificamente os citrinos, como são os casos dos ácaros e do aranhaço vermelho, que alteram a aparência externa do fruto e reduzem o seu peso, com repercussões negativas para o seu valor nutricional e comercial.

Para prevenir essas pragas e combatê-las, quando surgem, a maior parte dos produtores necessita de ajuda especializada do Departamento do Instituto de Desenvolvimento Agrário. Paulo Bungo calcula que, para melhor exercer o seu papel nessa matéria, a instituição necessita de, pelo menos, 150 técnicos.

Nos últimos anos, a província viu surgir novas plantações ao longo das margens dos rios Cuanza e Lucala. É aqui, a seis quilómetros da cidade do Dondo, sede do município de Cambambe, onde está localizado o perímetro irrigado do Mucoso, um imponente complexo agrário com tecnologia de ponta, destinado à produção de hortofrutícolas, com destaque para os citrinos.

Contrariamente a outros projectos do género que reservam maiores parcelas para a produção de outras culturas, o perímetro irrigado do Mucoso tem a maior parte da superfície destinada ao cultivo de laranja, limão, tangerina e toranja. E esta particularidade que distingue dos demais.

Das 160 parcelas de três hectares cada em que está dividido o perímetro agrícola de 500 hectares, 54 são destinadas à produção de citrinos, 36 para mangas, igual porção para ananás e 34 para os hortícolas.

A selecção das culturas teve em conta a qualidade dos solos e do clima da província, mas também à necessidade de tirar maior proveito dos seus abundantes recursos hídricos, diz Walter Demba, coordenador do Núcleo de Gestão do Perímetro Irrigado do Mucoso.

A fazenda, que em 2010 beneficiou de um investimento público então avaliado em 1,3 mil milhões de kwanzas, o equivalente na altura a 12,5 milhões de dólares, foi reabilitada no intuito de aumentar a produção agrícola na região, atrair investidores e gerar empregos para a comunidade envolvente e não só.

Se do ponto de vista das metas preconizadas a fazenda ainda está em fase incipiente, a verdade é que, um ano depois da sua inauguração, é já um pólo de atracção para quem vai à comuna de Massangano, passando pelo Centro de Larvicultura de Tilápia, outro empreendimento criado com fundos públicos, separados por dois quilómetros apenas.

O verde das laranjeiras, dos limoeiros, das tangerineiras ou da alface, a partir das fileiras onde são ordeiramente plantadas, é revelador dos cuidados técnicos que envolvem o processo de produção. A componente tecnológica também chama a atenção de quem visita a fazenda pela primeira vez. Logo à entrada, a escassos metros do rio Cuanza, desponta um sistema de captação, bombeamento e distribuição de água, com quatro bombas de 90 kw, que conduzem a água a dois reservatórios com capacidade para 1.500 m³ cada. Todo o processo de irrigação começa aqui, mas essa é apenas a parte visível do sistema, que inclui uma extensa rede de canalização subterrânea que conduz a água de baixo para cima até ao pé da planta, num sistema de rega "inteligente" gota a gota, que fornece igual quantidade do líquido a cada árvore.

Entre o centro de captação de água e as parcelas destinadas ao cultivo, sobressai um complexo de frio, com duas câmaras de conservação e uma de congelação, com capacidade para 780 m³ cada. Daí é

possível divisar uma estufa para a multiplicação de plantas.

Uma zona residencial com oito casas, um escritório, um jango para refeições dos trabalhadores e um parque de máquinas completam o cenário. Mas o projecto de reabilitação abrangeu ainda o melhoramento de 22 quilómetros de estradas circundantes, que facilitam a circulação de pessoas e máquinas.

Um ano depois de ser inaugurado e entregue à gestão da Sociedade de Desenvolvimento de Perímetros Irrigados (SOPIR), a maior parte do perímetro irrigado ainda está por ocupar. Das 160 parcelas disponíveis pouco mais de 40 estão a ser exploradas.

Feliciano Sandambongo, chefe da secção de Recursos Humanos, onde são assinados os contratos de concessão de parcelas, revela que o processo está interrompido por falta de plantas, que, no arranque do projecto, eram maioritariamente importadas do Brasil.

O Jornal de Angola apurou que a adesão passa pela assinatura de um contrato, com a duração de 20 anos, que obriga os gestores do empreendimento a procederem à instalação do sistema de rega e plantio das espécies previamente acordadas. No arranque do projecto, o contrato de adesão rondava aos 700 mil kwanzas, mas devido à inflação, o valor tem vindo a ser revisto periodicamente.

Walter Demba, coordenador do Perímetro Irrigado do Mucoso, garante que o projecto é sustentável e que mesmo nas actuais condições consegue suprir parte das suas necessidades, através das receitas resultantes dos serviços que presta aos produtores. Além dos valores do contrato, os detentores das parcelas pagam uma taxa anual de beneficiação de terra e outra mensal de consumo de água, mais a assistência técnica de que possam vir a necessitar.

3.8.83 Desalojados dizem-se esquecidos na Ilha Dourada

Jornal O PAÍS

31 De Agosto de 2016

Texto: Milton Manaça

Quase três anos depois dos habitantes da Ilha o Cabo, em Luanda, terem sido realojados em casotas de chapas na região do Caululu, na Cabala, continuam sem saber a sua sorte.

Dezenas de desalojados fugiram do bairro e regressaram à procedência para exercerem o seu

antigo ofício, a pesca, enquanto outros resistem como podem às adversidades da vida. No centro de reassentamento, que passou a ser chamado de Ilha Dourada, o cenário é de desolação e onde tudo escasseia, incluindo a água para saciar a sede.

Quando foram instalados no local pela Comissão Administrativa da Cidade de Luanda (CACL), há 25 de Janeiro de 2014, havia abastecimento regular de água por via de camiões-cisterna que se abasteciam no centro de captação da Muxima, no município da Quiçama.

João Bala, de 42 anos, aguçava a ponta de um ferro com o qual corta garrafas então usadas como copos pela comunidade. O que para muitos é apenas um objecto a jogar no lixo, para ele é uma matéria-prima preciosa, fonte de sustento para as suas duas filhas e esposa.

"Aqui, a principal dificuldade é a água que às vezes fazem dois meses sem trazer. Fomos retirados dos nossos locais de trabalho e abandonados aqui", lamentou João Bala: Por cada unidade ganha 50 Kwanzas, valores usados para comprar alimentação e medicamentos para a filha que padece de uma enfermidade que não revelou.

Os reservatórios de água vazios são expostos nas portas das residências' mas para não morrerem de sede, os antigos ilhéus vêm-se obrigados a transporem montanhas com bidons ou bacias na cabeça e caminham mais de quatro quilómetros até à margem do Rio Kwanza.

Aos desalojados, o CACL disponibilizara também dois geradores e quatro telas que haviam sido instalados numa sala que servia como centro comunitário a partir do qual todos acompanham a informação e/ou fazem entretenimento, pois os dois geradores não fornecia energia às casotas.

Para tristeza dos habitantes, os geradores deixaram de ser abastecidos e os "os chefes do bairro levaram os televisores às suas casas", relata Luís Jacinto de 42 anos.

Contudo, nos primeiros meses do reassentamento foram beneficiados com transportes, através de uma frota de autocarros da TCUL que os levava para a cidade e os trazia de volta. Esses meios também lhes foi retirado por razões que alegam desconhecer.

"Aqui não há lugar para as pessoas viverem com cobras dentro de casa. Como podem ver, o bairro está vazio porque muita gente começou a fugir", disse outro morador. Domingos Josefino, tendo realçado que são sempre retaliados pelos responsáveis do

bairro quando às delegações visitantes revelam as vicissitudes por que passam.

Para garantir sustento para a família, Josefino dirige-se mata dentro para retirar a múcua dos embondeiros e comercializá-la, entre os constrangimentos vividos, os antigos ilhéus apontam o eminente perigo representado por animais selvagens como macacos e cobras, que ainda fazem morada no local. Tanto que ironicamente, passaram a denominar uma das áreas do acampamento como bairro dos Macacos.

"Quando chove as crianças vão descalças à escola"

O espaço em que foram erguidas as casotas da Ilha Dourada é muito acidentada, montanhosa e com uma ravina que a divide pelo meio.

O terreno, argiloso, dificulta a mobilidade das pessoas sempre que São Pedro abre as torneiras.

"Sempre que chove, as crianças vão descalças à escola porque é difícil andar aqui quando está molhado", frisou Luís Jacinto, argumentando que, desta forma, os petizes conseguem manter o equilíbrio e contornar obstáculos, Alguns alunos levam mesmo o calçado nas mochilas e utilizam-nos apenas na escola. Refira-se que o bairro passou a ser chamado Ilha Dourada em virtude do brilho das chapas de zinco com as quais as casotas foram cobertas.

3.9 SETEMBRO 2016

3.9.1 Esperança de vida em Angola, um problema

Jornal Manchete

02 De Setembro de 2016

A té agora, em pleno século XXI, o país ainda não encontrou métodos eficazes de combate a mortalidade infantil e garantir uma esperança de vida longa, facto que coloca Angola nos lugares mais baixos da tabela da Organização Mundial da Saúde. Os dados fornecidos pela OMS parecem um pouco mais fiáveis em comparação com aqueles fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) que se baseou nos resultados do Recenseamento Geral da População e Habitação, também conhecido por "Censo populacional" levado a cabo em todo país em 2014, considerados definitivos, através do Gabinete Central do Censo, coordenadora da actividade. Tais dados apontavam que a esperança média de vida dos angolanos havia subido para os 60,29 anos - 63 para as mulheres e 57.59 para os homens. O que se vê na realidade dos angolanos, é que a maior parte dos cidadãos não atingem tais idades. ficando na casa entre os 42 e os 57 anos de idade, um assunto que deveria merecer a atenção dos dirigentes, por ser responsabilidade destes, a organização ou criação de condições de longevidade populacional.

Causas de morte nas crianças

A falta de água potável para consumo fisiológico e higiénico, associado ao volume de lixo e as condições precárias dos mais velhos fazem com que as crianças não atinjam os cinco anos idade. Normalmente as crianças morrem 'com malária, cólera, hepatite, tuberculose, insuficiência respiratória e agora com febre- amarela. Estas doenças são causadas por micróbios que convivem connosco porque a rede de saneamento básico não funciona em todo país. A maior parte das regiões convivem com fosses, tanques de água estagnada nos quintais, para além dos charcos de água provocados pelas chuvas e dos amontoados de lixo um pouco por toda parte. Estes são factores que as sociedades organizadas já não enfrentam.

O que é que o governo angolano está a espera para criar boas condições de vida para as populações? Será necessária uma greve geral para despertar esse governo? Ou será que devíamos todos desobedecer as orientações baixadas por estes dirigentes e cada um seguisse o seu caminho isolado deste governo?

Causas de morte nos adultos

Acidentes de viação, malária, AVC (Trombose), tuberculose e outras, estão na base das mortes, em massa, de adultos. As causas retratadas, (incluindo os acidentes de viação), são facilmente evitáveis, se colocarmos em funcionamento as normas e procedimentos de boa governação que fosse contribuir para criação de condições que afastam naturalmente os vectores de doenças e os causadores de acidentes de viação. As soluções passam necessariamente, dentre outras, pela urbanização das zonas, limpeza de frequente do lixo, criação de rede de esgotos, construção, reconstrução, manutenção e reparação de estradas, arborização das cidades, comunas e aldeias, criação de incentivos para a produção local com oportunidades iguais, criação de cursos válidos para a nossa sociedade tais como especialização em convivência familiar e popular. Os leitores poderão questionar o porquê da criação de tantas coisas que quase nada tem a ver com doenças? É assim. onde haver urbanização, haverá energia eléctrica e água potável distribuídas para todos, logo evitará que as pessoas gastem seu tempo para pensar como vão banhar ou lavar a roupa no dia seguinte. estes são em média factores que provocam "stress" que conduz ao (A VC) conhecidas por trombose, por outro lado evita assaltos a mão armada ou desarmada. A limpeza frequente do lixo afasta os mosquitos e a seguir não haverá mais malária ou paludismo porque o mosquito é a única causa desta doença. Como é que o lixo e o mosquito ameaçam um governo? Como é que estes mais velhos permitem que estes pequenos factores eliminem uma boa parte da população mesmo sabendo que culpados disso, não se mexem no sentido de ter esse problema resolvido? Não apenas com teorias de que nos habituaram, mas com acções concretas cujos resultados sejam visíveis aos olhos de todos. Porquê é que os governantes vivem muito tempo e o povo não? A resposta é simples; não há igualdade de direitos nem de oportunidades ...

Com a criação de condições. o governo havia de se surpreender com as iniciativas do povo, o angolano é inteligente por natureza. Mas vai perdendo a sua capacidade criativa devido a falta de oportunidade e incentivos iguais. Não há bons hospitais em Angola porque os governantes se tratam fora do país. inclusive o Presidente da República que devia ser o exemplo para todos os governados. Este tipo de procedimento faz com que o povo pense que o governo perdeu, há muito, a confiança no seu povo, logo, o povo, também há-de perder a sua confiança nestes governantes. Vamos ver um dia!

3.9.2 Seis horas de sustos e de angústia no zango

Jornal Novo Jornal
09 De Setembro de 2016

AS demolições no Zango continuam sob o olhar das autoridades que justificam as ações com a reposição da legalidade e acusam as populações de terem invadido reserva fundiária do Estado, atribuída à Zona Económica Especial (ZEE).

Até ao momento, contabilizam-se mais de sete mil residências demolidas, de acordo com coordenadores das comissões de moradores das zonas afetadas, que estimam em 10 mil o total de famílias que poderão ver demolidas as suas residências, nos Zangos 1, 2, 3 e 4.

Foi a pensar na situação das famílias que perderam as suas moradias que o Novo Jornal decidiu regressar ao Zango, na terça-feira, dia 30, para in loco reportar a realidade vivida pelas populações. Sem teto e dispersas, muitas famílias ficaram desestruturadas e foram abrigadas por familiares e amigos, revelaram os responsáveis das comissões de moradores, que pouco ou nada conseguem fazer.

O regresso ao Zango tinha sido combinado, um dia antes, entre o Novo Jornal e o presidente da comissão de moradores, Oliveira Cassegunda, do bairro Nguimbi, no Zango 1. Tudo foi acertado com a fonte à margem de um encontro de auscultação que o coordenador da SOS HABITAT, Rafael de Morais, manteve com representantes da Região Militar de Luanda, na Assembleia Nacional, onde também estiveram representantes dos moradores.

O Novo Jornal combinou o encontro para as 9h00, junto ao supermercado Max. À hora marcada, lá estava o NJ para o início de mais uma reportagem à volta das demolições. Face à demora daquele que seria o guia de um périplo pelos bairros para localizar as vítimas das demolições, decidimos ir ao encontro de Oliveira Cassegunda, que fazia a marcha a pé.

Minutos depois, apanhámo-lo a meio do caminho, de acordo com as orientações que nos foi dando por telefone. Cassegunda subiu na viatura do Novo Jornal. Logo a seguir, o seu telefone tocou. Era a mulher, que, aflita, pedia que regressasse com urgência a casa para resolver um problema, sem especificar o que se tratava. Decidimos acompanhar Cassegunda à sua casa, passando por zonas isoladas e com poucas residências. De repente, deparámo-nos com uma barreira policial, com dois efectivos que vigiavam a entrada. Sem impedimento, passámos pelo controlo e, de seguida, apercebemo-nos que

estávamos numa zona em demolição controlada por militares que, apressadamente, nos mandaram parar.

"Não fiquem com medo. Aqui todos me conhecem. Sou o coordenador do CAP do partido MPLA e da Comissão de moradores", garantiu Cassegunda.

Os militares pediram-nos para sair da viatura, revistaram-na e encontraram no seu interior vários meios de trabalho, entre eles o passe de identificação, a câmara fotográfica, blocos de apontamentos, para além de cartões multicaixa e 20 mil kwanzas, e físicos. Enfrentámos, durante seis horas, várias ameaças por parte dos militares. "Vamos levar estes gajos à base e lá serão punidos. Vão ser levados a julgamento, tal como tem acontecido aos outros".

Minutos depois, registou-se um momento de silêncio entre os soldados. Uns, com compaixão, apelavam à nossa soltura, enquanto outros, furiosos com a nossa presença, desejavam dar-nos uma "surra".

"Estes gajos merecem apanhar. Ainda por cima, entraram aqui com o coordenador do bairro. Vamos agora também partir a casa dele", sugeriu um dos militares. Foi nesta altura que nos apercebemos que a máquina demolidora já estava na casa de Cassegunda, entendendo então a partir daí a chamada urgente efetuada pela sua esposa.

De seguida, mandaram-nos subir para a viatura. Éramos quatro. O jornalista, o repórter de imagem, o motorista e o coordenador do bairro. Obrigaram-nos a deitar de baixo dos bancos do patrulheiro militar e transportaram-nos como se fôssemos meliantes. Enquanto decidiam o que fazer, andaram às voltas connosco. Debaixo de um sol abrasador e com armas apontadas a nós. Durante as voltas pelo bairro, vimos e ouvimos casas a serem demolidas, militares a destratar e saquear dinheiro e bens de populares, principalmente aos motoqueiros.

Os militares regozijavam-se com o sucesso das operações. Brindavam o êxito com cerveja e contavam entre eles cenas de namoro com as mulheres terreno. "Estou a namorar a gaja, meu. Vou travar para " disse um soldado, apoiados seus, que também diziam suas concubinas.

No, terreno os militares ainda tentaram connosco para não sermos ate a base, onde supostamente seríamos (surrados e levados a tribunal as ameaças).

O negocio que nos propunham era darmos 10 mil Kwanzas pela nossa soltura e nil kwanzas para travar temporariamente a demolição da casa do coordenador Cassegunda. Mas a proposta rendimento entre os soldados.

Nesta mesma ocasião, o comandante das operações despejou a sua fúria na equipa do NJ, batendo violentamente, por duas vezes seguidas, nos ombros do jornalista, com uma maceta de madeira. A terceira pancada tinha como destino o repórter de imagem, mas escorregou e partiu-se ao bater na carroçaria da viatura militar. "Agora, vamos levá-los aos chefes para serem punidos e partam já a casa do coordenador", ordenou o chefe da missão. Ordem cumprida por volta das 16h00.

De seguida, fomos levados ao chefe do posto, que ordenou que retirássemos os cintos e os atacadores dos sapatos. Um dos militares fez o registo da nossa detenção, anotando nomes, função e números telefónicos. Apresentaram ao chefe do quartel os nossos equipamentos apreendidos, que nos foram devolvidos posteriormente, à excepção do gravador e dos 20 mil kwanzas, que ficaram na posse do chefe da operação militar no terreno.

"O gravador já não vamos entregar e o dinheiro é para as tropas", determinou o militar, na presença do seu superior hierárquico.

O chefe do posto ainda tentou insinuar, com ameaças, negociatas para que fôssemos soltos, mas sem sucesso. Minutos depois, chegou o comandante da unidade, um tenente-coronel, que, após ter recebido explicações da nossa detenção, ordenou de imediato a nossa soltura. "Vão para casa, mas não escrevam nada", determinou.

O chefe do posto, à revelia do seu chefe, ainda deu ordens para que apanhássemos alguns focos de lixo ali espalhados. "vocês até têm sorte. Os da Gazeta (jornal angolano) arrumaram blocos, vão e não escrevam nada, senão vamos vos caçar", ameaçou o chefe do posto, devolvendo a nossa liberdade, seis horas depois.

3.9.3 Luanda tem mais de um milhão de hectares para a agricultura

Jornal O PAÍS

06 De Setembro de 2016

Texto: Hélder Caculo

A província de Luanda tem disponível mais de um milhão de hectares de terras aráveis para exploração agrícola. A informação foi avançada, ontem, em Luanda, pelo governador provincial quando discursava no acto de abertura do Fórum de Negócios Estados Unidos-Angola, promovido pela Câmara de Comércio Angola - Estados.

"Angola necessita de encontrar parceiros em muitos campos de actividade que contribuem para a qualificação do empresariado nacional, como seja o domínio da agricultura, onde podemos fornecer terras aráveis para empreendimentos americanos de alta produtividade, assim como no ramo industrial", disse Higinio Carneiro.

O governador convidou os empresários norte-americanos a investirem, além da agricultura e da indústria, em outras áreas, como na conservação dos parques nacionais, da fauna e no processo de requalificação urbana da cidade de Luanda.

"No âmbito no Plano Director Metropolitano de Luanda, encontramos diversas áreas onde podemos cooperar, olhando para a capacidade que as empresas norte-americanas têm nos domínios do urbanismo moderno", frisou Higinio Carneiro.

Durante o evento, o ministro da Economia, Abraão Gourgel, apresentou o quadro actual da economia nacional, com destaque para as vantagens competitivas trazidas ao ambiente de negócios pela nova lei do investimento privado.

Abraão Gourgel reconheceu não ser possível actualmente recorrer-se ao protecçãoismo da produção nacional. Por um lado, pelo elevado custo que o processo implica e, por outro, pela forte dependência às importações. Daí, ter reiteirado o objectivo do Executivo em minimizar a dependência dos insumos importados através de iniciativas público privadas.

"Por ocasião deste fórum empresarial reiteiro o firme propósito do Governo em promover e incentivar a parceria entre empresários dos dois países com benefícios mútuos para ambas as partes", frisou o ministro.

O fórum, uma iniciativa da Câmara de Comércio Angola Estados, em parceria com o Governo Provincial, trouxe a Luanda mais de 8 empresas com interesses de investimento em Angola nos mais variados sectores. É o caso da Acro Brige, especialista em construção de estruturas especiais para pontes rodoviárias, a Caterpillar uma multinacional que fabrica máquinas, motores e veículos pesados e a Hilton Worldwide especialista no fabrico de equipamentos para hospitais e unidades hoteleiras.

3.9.4 Demolições Não Param No Zango E Há Denúncias De Violações De Mulheres

Jornal República

09 De Setembro de 2016

Texto: Manuel José

As demolições de casas no Zango, nos arredores da capital angolana, protagonizadas por militares da PCU liderados pelo general Wala prosseguem e várias casas alegadamente na Zona Económica Especial foram destruídas.

O especialista em questões fundiárias Bernardo de Castro considera que o Estado é o principal responsável pela situação.

Rafael Morais, coordenador da Associação SOS-Habitat, desdobra-se em contactos para frear o martelo demolidor, mas os militares continuam a destruir casas e há acusações de violações de mulheres.

"As demolições continuam ontem e hoje destruíram a casa de um dos coordenadores do bairro Walale no Zango, agora também há tentativas de violações de mulheres por parte dos militares": denunciou Morais. O activista e especialista em direitos fundiários da Rede Terra, Bernardo Castro, considera reprovável a entrada de tropas neste assunto.

"A intervenção de tropas neste processo é a todos os títulos incompreensível e ilegal, não há outra desculpa, afirma Castro, mestre em adaptação a alterações climáticas, que é de opinião que o actual cenário de demolições que se verifica em Luanda e noutras partes do país foram originadas pelo próprio Estado.

"Para as demolições em Luanda foram constituídas reservas fundiárias do Estado à margem de procedimentos jurídico-legais para a constituição de reservas fundiárias que impõe a participação da população, mas o Estado nunca fez isso por isso na gestão dos solos no país e o procedimento que se está adoptar hoje só está a acirrar ainda mais o problema" explica Castro.

Em declarações à VOA, Bernardo Castro garante que "o uso excessivo da força, o abuso de poder e da lei não resolvem o problema, a saída passa pelo diálogo": porque "as pessoas estão a morrer e é preciso proteger o património das pessoas:

Neste sábado, 3 de Setembro, representantes de cinco comunidades vítimas de demolições no Zango e a

Associação SOS- Habitat reúnem-se para abordar a situação.

3.9.5 Governo Angolano É Sul Generis Privaiiza A Orla Marítima E Incentiva Turismo

Jornal República

09 De Setembro de 2016

Texto: João Diala

Quando ouvimos o Governo Angolano a perspectivar estratégias para o incremento da actividade turística no nosso País, com certeza que nos ocorre logo o pensamento das nossas antigas e maravilhosas praias, principalmente na cidade capital do nosso País.

Logo, questionamos, o que um turista irá procurar no nosso País? Claramente que, em primeiro lugar, pode ser o turismo de lazer às nossas praias.

Imediatamente, levantamos outra pergunta: Com a privatização das praias, como é que os turistas desfrutarão delas?

Angola sempre teve uma das mais lindas orlas marítimas do mundo, hoje privatizada com habitações particulares e as praias privatizadas ao longo de quase toda a orla costeira marítima, principalmente na zona de Luanda, afectando consideravelmente a Corimba, com construções de prédios junto as praias, onde o betão a beira-mar desafia a inexistência do Ordenamento do Território, principalmente as Praias que são um bem comum que podem servir como um bem económicamente, de maneira a ajudar-nos a sair da crise, atraindo turistas quer nacionais como estrangeiros.

O betão a beira-mar tomou conta de tudo, principalmente do Estado Angolano que, sem autoridade e corrupto, consente esta poluição ambiental, com vista para o mar, ignorando as leis da natureza, os estudos de impacto ambiental e a ordenação do território e o plano director de Luanda.

Angola perdeu a oportunidade de Construir uma zona costeira marítima com as dimensões e as qualidades de Copacabana, onde a atracção turística seria assim posta em primeiro lugar, contrariando esta atitude egoísta e bacoca de Governantes, beneficiários do nosso dinheiro, que estão a cima de qualquer lei e do poder do Estado sem visão estratégica, que se redundam com o pouco de ter uma vivenda junto a praia para mostrar as pessoas que são gente civilizada e que têm melhores condições de vidas em relação aos outros Angolanos.

É de lamentar a limitação de pensamento que esta maldita gente tem. Tudo para eles e nada para os outros.

Ainda assim, estamos em querer que, mais tarde ou mais cedo, o Estado Angolano, com ou sem este Governo, como tem sido habitué, vai destruir estas habitações, tornando a possibilidade do uso do bem comum, como são as praias permissíveis, possibilitando que estrangeiros visitem o nosso País para usufruírem das nossas Praias, de maneira a incrementar o turismo nacional.

As habitações luxuosas na ilha do Mussulo devem pagar a partir de 5 mil dólares por mês. Só assim Angola se tornará um País justo.

As potencialidades turísticas que a ilha do Mussulo proporciona podiam ser uma boa fonte de riqueza para Angola, se não fossem erradamente tornadas em zona habitacional para a elite política Angolana, prejudicando o País.

A ilha do Mussulo pode e deve ser um projecto turístico de dimensão internacional, atraindo turistas de todo o mundo, caso o Governo Angolano tivesse uma estratégia visionária, tornando o Mussulo um projecto unicamente turístico e não habitacional.

Mediante os factos impõem-se as seguintes questões: por que é que os dirigentes Angolanos constroem casas no Mussulo, sem pagarem nenhum tipo de imposto? Não será uma enorme imbecilidade? Reparem que o Mussulo tem tudo para se tornar como a ilha de Bali na Indonésia, atraindo turistas e, consequentemente tornando o Mussulo uma zona, do ponto de vista financeiro, uma fonte de empregabilidade e de arrecadação de receitas para a nossa economia.

A insegurança de muitos pontos turístico no Mundo rapidamente ajudaria a potencializar a ilha do Mussulo, se esta fosse arquitectada unicamente para o turismo e não para a habitação.

A ilha do Mussulo deve passar por ser um ponto turístico que qualquer indivíduo consiga visitar desde que tenha dinheiro, com preços de hotéis ao nível do Mundo, assim é que deve ser, claramente com variedades como acontece em todo o lado, contrariamente o modelo existencial de habitações, com privações de lugares para tomar banho, porque é casa do membro do Governo Angolano, xpto.

3.9.6 Familiares dispostos a identificar militar que disparou sobre Rufino

Novo Jornal

09 De Setembro de 2016

Texto: António Paulo

O Serviço de Investigação Criminal (SIC) iniciou, esta semana, o processo de investigação que poderá determinar o autor moral e material da morte de Rufino António, assassinado a tiro, no mês passado, supostamente por um militar, durante as demolições que decorrem na zona do Zango em Luanda.

O advogado de defesa dos familiares da vítima, Luís Nascimento, declarou quinta-feira, 8, ao Novo Jornal que foram ouvidos, nesta semana, alguns familiares e vizinhos do adolescente de 14 anos que se mostraram dispostos a identificar o rosto do militar que disparou mortalmente sobre a cabeça de Rufino António, no dia 6 de Agosto. "Eles dizem que é só apresentarem os militares, em parada, que estavam de serviço naquele fatídico dia e conseguem identificar o autor do disparo", disse Luís Nascimento, garantindo que o processo decorre obedecendo aos seus trâmites legais.

Por outro lado, o causídico mostrou-se preocupado com o facto de até ao momento os militares acusados do assassinato do adolescente não terem sido ouvidos pelos investigadores. "Os únicos instrumentos que comprovam o assassinato é a bala encontrada na cabeça do miúdo e o certificado de óbito".

O relato de assassinatos nas zonas em que decorrem as demolições não é novo. No passado mês de Abril, o Novo Jornal retratou o episódio de demolições de residências ocorrido no bairro do Progresso, também na localidade do Zango 3 que vitimou mortalmente um menor de cinco anos. Os actos foram igualmente atribuídos aos responsáveis da Zona Económica Especial.

A criança teria perdido a vida quando forças da ordem e militares, supostamente ao serviço da Zona Económica Especial (ZEE), teriam invadido o local reivindicado como sendo seu, e impedido o pai de socorrer o filho que se encontrava no interior da residência. A família alega que foi a acção do tractor que fez esmagar a cabeça do menor.

Perante a presença dos agentes da ordem e militares, que se fizeram acompanhar de um helicóptero, os pais da criança e outros moradores teriam oferecido resistência à acção dos efectivos de segurança, que teriam respondido com agressões físicas contra o pai, que chegou a cair inconsciente e com graves lesões num dos braços, impedindo-o assim de ir a tempo de retirar da residência o bebé de um ano e quatro meses.

"Pedi que me deixassem pelo menos tirar o meu nené, mas não quiseram saber, até que a máquina partiu a casa e o pneu do tractor pisou a cabeça da criança.

Encontrámos o menino com os miolos todos fora da cabeça", contou na altura o pai do menor.

Nesse mesmo dia, a mãe do menor revelou que teriam sido alguns militares que os acompanharam até à morgue de Luanda, onde o corpo ficou entre 21 de Abril e 4 de Maio.

Uma fonte do Ministério Público disse a este jornal que o caso já era do conhecimento do Tribunal de Viana, por se tratar de um crime público, e cuja resolução não passava apenas por uma "indenização arbitrária" por parte da Zona Económica Especial.

A ordem de demolições é da ZEE, mas os militares acrescentaram à missão um rol de barbaridades; atacam residências, roubam bens, espancam homens, violam mulheres e destroem residências em nome da "Pátria" que dizem defender. Há uma semana uma equipa do Novo Jornal (NJ) caiu numa "emboscada" dos militares. Foi detida e maltratada durante seis horas, retendo consigo o gravador e 20 mil kwanzas do jornalista. "Já não vamos entregar o gravador e o dinheiro é para as tropas", determinou o militar na presença do seu superior hierárquico no momento em que apresentava ao chefe do quartel os equipamentos detidos com a equipa de reportagem, noticiou o NJ na edição anterior.

3.9.7 Demolições em Viana: o lobo na pele de cordeiro – parte II

Jornal o Crime

10 De Setembro de 2016

A administração municipal de Icolo e Bengo, em Maka Angola publica, hoje, a segunda parte da investigação sobre demolições em Viana e o esbulho violento de terras por parte de figuras poderosas. A primeira parte foi publicada sob o título

'Governantes: Demolições de Vidas, Nenhum Remorso - Parte I.

A versão do ministro de Estado

O advogado de Edeltrudes Costa, Eurico Paz Costa, reitera ao Maka Angola que "a concessionária [do terreno] é a D. Maria da Conceição, que é nossa constituinte e, por acaso, é parente do ministro".

A 16 de Junho de 2016, o escritório de advogados ACPC, em nome do seu constituinte Edeltrudes Costa, solicitou ao procurador-geral da República (PGR), general João Maria de Sousa, que se investigasse a informação preliminar recolhida pelo Maka Angola. Em resposta formal à alegação de envolvimento do ministro, o advogado Eurico Costa, sócio da ACPC, autoriza o Maka Angola a revelar o conteúdo da correspondência enviada ao PGR. "Não obstante, a situação fáctica exposta pelos relatores acima mencionados, repercute um conjunto de acções, praticadas por supostos malfeitores, que nos termos do ordenamento jurídico angolano são considerados crimes graves contra a ordem pública, que envolvem o bom nome do nosso constituinte na qualidade de ministro de Estado e Chefe da Casa Civil, que não tem qualquer envolvimento com as questões expostas", lê-se na carta.

'As acções ou factos narrados prefiguram actos criminosos, que devem ser devidamente investigados e cujos agentes devem ser devidamente responsabilizados", continua.

O advogado do ministro nota ainda que "tornasse [torna-se] pertinente, desde já, aludir o total interesse do nosso constituinte na busca da verdade, sendo que o mesmo não detém qualquer conhecimento dos factos narrados, não obstante que os supostos infractores atentam contra o seu bom nome e a sua reputação."

A carta prossegue: "E nesta perspectiva foi realizado um encontro com o relator da mensagem, o jornalista Sr. Rafael Marques, que nos deu nota de que as supostas acções criminosas ocorreram em 2012 sob comando da Comandante Bety [então comandante provincial da Polícia Nacional em Luanda]."

"Evidenciamos desde já que tomamos a liberdade de contactar a proprietária do terreno, Sra. Maria da Conceição e de Brito Cruz Gouveia, com o intuito de esclarecer a real situação do terreno e saber se a mesma se encontrava ao corrente dos factos descritos na mensagem, alegando a mesma que nunca tomou conhecimento de mortes e agressões, nem qualquer violação de direitos, por parte dos oficiais da Polícia Nacional."

A Reacção

"Não sei quem é essa Maria da Conceição. Isso é mentira. Estão a usar essa senhora para proteger o ministro. É essa senhora que tem poderes para mandar tropas aqui?", insurge-se Helena Teka.

"Roubaram a vida dos meus filhos, tiraram-me tudo e ainda me querem acusar de difamação e burla? Sou maltratada pelas vizinhas, que me chamam de 'rnbacka' [mulher estéril]", lamenta, lavada em lágrimas, Helena Teka.

"Estou disposta a enfrentar injustiça. Estou como uma andorinha que não tem poiso. É assim que esse governo trabalha com as leis? A assassinar? A mandar que me sequestrarem?", questiona.

Há meses que o Maka Angola tem tentado encontrar-se com o general Wala, mas, apesar de este sempre se ter manifestado disponível, tal não chegou a acontecer.

Todavia, uma fonte anónima da Região Militar de Luanda partilhou alguma informação que ajuda a esclarecer o caso.

"É pura e verdadeira mentira. O ministro de Estado e chefe da Casa Civil [do Presidente da República], Edeltrudes Costa, fez uma queixa ao chefe da Casa de Segurança do PR, general Kopelipa, segundo a qual o seu terreno estava a ser invadido por militares", refere a fonte.

"O general Kopelipa falou com o chefe do Estado-Maior General, o general Nunda, que chamou o general Wala e lhe deu instruções para verificar o que se passava no suposto terreno do ministro", continua.

"No terreno, o general Wala deu conta de que não era nada do que o ministro descrevia e de que o seu terreno não estava a ser invadido por militares. O general apercebeu-se de que o ministro não tinha dito a verdade", assegura a fonte. A comprovar a sua versão, a referida fonte afirma que "o general Wala enviou uma mensagem ao ministro a pedir-lhe para negociar pacificamente com as camponesas proprietárias do terreno. Essa é a verdade. Mas agora quem ouve os insultos é o general Wala".

"Temos de nos sentar todos, o advogados, os generais, a administração municipal de Viana, para sabermos como esse terreno tOI parar às mãos da família do ministro", sugere o soba Moisés Kahungo, coordenador para a resolução de conflitos da área do Bitá Sapú, que congrega o Mukula Ngola.

O historial do terreno

Por que razão insiste Helena Teka no terreno que já levou as autoridades a matarem os seus filhos, irmão e primo? Pelo qual já foi violada e pelo qual arrisca perder a vida? Segundo nos conta Helena, o terreno é na verdade do seu irmão mais velho, Garcia Firmino João Camangumba, que trabalhou na administração de Viana até enlouquecer. Antes de ser afectado gravemente pela doença, esse irmão passou-lhe uma procuração que lhe conferia plenos poderes sobre o terreno. Helena assumiu também a guarda dos seis filhos de Camangumba, que ora vivem consigo. Está desempregada e alojada por graça de uma boa samaritana, que lhe cedeu gratuitamente a sua casa na área vizinha ao terreno até Setembro próximo.

A 13 de Junho de 1989, ao tempo do partido único e do marxismo-leninismo, a União das Associações de Camponeses e Cooperativas Agro-Pecuárias (UNACA) emitiu uma declaração de reconhecimento do direito de posse do referido terreno, de 15 hectares, a favor de Garcia Firmino João Camangumba.

Com a paz podre que se observava no início de 1998, o cidadão Camangumba iniciou um novo processo de legalização do seu terreno, com croqui de localização incluído. Em 2000, solicitou ao administrador de Viana que lhe fosse concedido o "contrato de concessão".

Tendo cumprido todos os trâmites legais, o seu direito de superfície sobre o terreno foi inscrito na Repartição Municipal da Agricultura de Viana sob n.º 1 15/20 I o. Foi com base nesse direito de superfície que, a 14 de Dezembro de 2012, quase seis meses após o assalto policial ao terreno, a referida repartição emitiu duas declarações a favor de Garcia Camangumba, ambas sob n.º 383/2012, uma para o pagamento do imposto industrial e outra "para efeito de comprovação".

O soba Moisés Kahungo confirma facto de Camangumba e sua família terem cultivado sempre o terreno até à expansão dos bairros, que os levou a construir também.

Trafalhas dos militares

Desesperada, com falta de meios para conseguir nova acomodação, Helena Teka voltou a erguer no terreno um "bate-chapas". No início de 2014, Helena Teka pensou ter encontrado no exército um aliado para se manter no seu terreno.

"O [vice-]almirante Pedra [Chicaia] apareceu por intermédio de um jovem Cobra, para ajudar-me a proteger o terreno. Ele ajudou-me a correr com os invasores militares [tendo organizado uma milícia

para o efeito], em troca de uma parcela de 50 x 100 metros. Depois aliou-se aos invasores, ocupou uma grande parte do terreno e começou a vendê-lo a retalho. Agora persegue-me", denuncia.

"Essa senhora [Helena Teka] é bandida. O terreno dela é junto do terreno do ministro. Já nos queixou muito. Ela recuperou uma parte do terreno do ministro e outra parte da tropa", reage o vice-almirante Chicaia, conselheiro do comandante da Marinha de Guerra de Angola, ao ser interpelado pelo Maka Angola.

Segundo o vice-almirante, o terreno é dos militares: "Não sei quem mandou demolir. Já reunimos recentemente. Até a pessoa [representante] do ministro esteve lá. Deu-se razão aos militares. Os que trabalham com o ministro [Edeltrudes Costa] é que usam sempre o nome dele. Um deles pediu-nos, há dias, mais 30 metros quadrados."

"Eu estou a defender as tropas que estavam dispersas depois das demolições. Nós somos grandes soldados", advoga o vice-almirante. E, revela: "O coronel Ndongua chamou-me há dias. Mostrou-me como já se dividiu bem o terreno, qual é a sua parte, a do tenente-general Nelito [conselheiro do comandante da Força Aérea Nacional], a parte do ministro. Ele disse-me que, em troca da protecção dos terrenos pela minha tropa, ele vai passar um documento para regularizar a situação [dos terrenos]."

Helena Teka não se recorda do dia exacto do mês de Agosto de 2014, quando foi chamada por um suposto representante da entidade interessada no terreno. "Apareceu o Falcão, que me pediu para passar com a minha família para sermos indernnizados. O Falcão é um dos funcionários do ministro [Edeltrudes Costa]. Fui com a minha família. Conversámos junto ao por-tão da casa do sr. Ministro", explica.

Segundo Helena Teka, estavam presentes no encontro "o general [vice-almirante] Pedro Chicaia, da Marinha de Guerra, o brigadeiro Afonso e o próprio Rodrigo [chefe da Comissão de Moradores]".

Na conclusão do encontro, foi proibida de regressar ao terreno, conta.

Insatisfeita, Helena Teka decidiu, mais uma vez, erguer uma casa definitiva no terreno. A 27 de Novembro de 2014, efectivos militares do Posto de Comando Unificado deslocaram-se de manhã ao terreno para proteger a máquina que demoliu a sua obra. "Os militares eram comandados pelo coronel

Ndongua e apoderaram-se dos materiais de construção que encontraram", afirma Helena.

Mais tarde, acompanhado por uma coluna de cerca de 20 viaturas com militares, aoarceceu no local o general Simão Carlitos Wala. O que então se passou está descrito na queixa que a cidadã remeteu, a 5 de Novembro de 2015, ao procurador-geral da República, com cópias para o chefe do Estado Maior-General das FAA e o procurador militar. Todas essas entidades ignoraram pura e simplesmente a petição de Helena. Mas o documento prova que as autoridades estavam informadas sobre o caso e nada fizeram.

"(...) no ano de 2014 passou no referido espaço [terreno] proferindo palavras obscenas e ameaças de morte o Senhor Comandante da Região Militar de Luanda a Sua Excelência Tenente General Wala, conhecido apenas por este nome, este e os seus homens deteram [detiveram] a proprietária do espaço [Helena João Teka] onde permei durante três dias (... r, lê-se na queixa).

A cidadã refere também que, quando a libertaram, o general Wala foi ter com ela e reconheceu "que sou legítima proprietária do espaço, e aconselho [u]-nos que os sobas tratassem do resto".

Na queixa dirigida ao general João Maria de Sousa, a cidadã relata ainda um outro episódio protagonizado pelo general Wala: "Sinto-me surpresa [surpreendida] com a presença de uma coluna de viaturas militar[es] dirigindo-me e estacionando dentro da minha parcela de terra, coluna esta comandada pela Sua Excelência Tenente General Comandante da Região Luanda, coadjuvado pelo coronel Silvano Ndongua, actual comandante do PCU [Posto de Comando Unificado] e na presença do tenente-coronel N guinamau, conhecido apenas por este nome, o referido comandante da Região Militar de Luanda, alegava que proprietária tinha que sair dali imediatamente pois que este terreno não é seu e se continuasse a insistir teria me posto nos calabouços ou então serei morta."

Ainda segundo as denúncias enviadas por Helena Teka ao PGR, o general Wala havia proposto um negócio com o referido terreno, como forma de resolver a pressão a que estava sujeita: "(...) não sei se é por ser comandante e chefe das tropas e eu ser simplesmente camponesa, o mesmo antes tínhamos confiança de que esta[va] ali para dar solução nos problemas de terras em litígios dos camponeses, agora torna-se inimigo dos camponeses e um caça fortuna."

Ao Maka Angola, Helena Teka revela mais pormenores sobre o que se passou: "Ele [general

Wala] disse-me que o terreno era do Sr. Ministro [Edeltrudes Costa] e apresentou-me o enviado do ministro. Eu atirei-me ao chão. O coronel França [chefe de Repartição do Serviço de Inteligência e Segurança Militar da RML] disse-me: 'filha, não chora. Nós vamos resolver a situação. Eu e a família ficámos ali a chorar. Ficámos sem força.'

E Helena lamenta: "O general Wala disse-me que já tinha falado com o ministro para poder indemnizar-me e que, no sábado [seguinte] eu me

encontraria com o ministro. Ficámos à espera e o ministro nunca apareceu."

Por sua vez, o soba Moisés Kahungo revela que "no dia 5 de Agosto de 2015, eu promovi um encontro com o general Wala, na presença da D. Helena. Ele pediu os documentos do terreno, lista das populações e disse-me que faria uma carta ao ministro para saber como resolveria o problema". revela

De acordo com o soba, "o tal gabinete devia apresentar um documento a explicar quem da família do ministro, que eu nunca vi, alguma vez veio cultivar nesses terrenos, ou quem são os camponeses que lhe venderam essa propriedade".

Na sequência de mais algumas diligências, em Setembro de 2015, Helena Teka encontrou-se com o general Simão Carlitos "Wala", por iniciativa do soba Moisés Kahungo.

"O general apareceu [no local], conversámos e apresentei os documentos. Ele disse-me que eu tinha direitos e podia ocupar o terreno", afirma Helena.

Mas o diálogo ficou por aí. General Higino Carneiro Intervém Sem cruzar os braços perante o silêncio da PGR, Helena Teka decidiu escrever ao governador de Luanda, general Higino Carneiro. Nessa carta refere que, por via do seu advogado, conseguiu contactar o ministro de Estado Edeltrudes Costa, o qual alegou desconhecer a disputa sobre o terreno.

'Dias depois [o ministro] mandou o seu advogado com o meu que foram ao local constatando as limitações do mesmo", lê-se na carta enviada ao governador.

De forma expedita, Higino Carneiro exarou a 13 de Maio um despacho (Ref" 1481/GAB.GOV/2016), remetendo a carta de Helena João Teka à Região Militar de Luanda, para "pronunciamento": "Convocar pl segunda-feira dia 18-05-16, os sgts [seguintes] membros: v-almirante Pedra [Chicaia]; TGen. [tenentegeneral Nelito; Senhora Helena TeKa, Cor. [coronel] Dongua; sr. Miguel; Cor. França; Capô [capitão] Luís Pedro,'

O governador exigiu também que, após a reunião, os convocados se deslocassem ao terreno para "produzir informação certa".

Por sua vez, a Associação Mãos Livres, que patrocina a defesa legal de Helena João Teka, recorreu novamente ao governador a 23 de Maio, para o informar de que a reunião nunca se realizou porque a petição se fazia acompanhar de advogados. 'Lamentavelmente, a forma como foram acolhidos os causídicos mandatários da Sra Helena não foi a mais urbana e viável. (...) O comportamento dos oficiais da Região Militar de Luanda demonstrou que algo estavam ocultando no sentido de inviabilizar a decisão do referido caso."

"São donos do país. Já não respeitam os pobres porquê?", questiona Helena Teka.

3.9.8 Lotes de terreno para moradores em áreas de risco

Jornal De Angola
11 De Setembro de 2016

Cerca de mil famílias que residem em zonas de risco, na periferia da cidade do Soyo, na província do Zaire, vão beneficiar, nos próximos dias, de lotes de terreno, para auto-construção dirigida, no bairro Fina, informou ontem, naquela circunscrição, a administradora municipal.

Lúcia Maria Tomás, que assegurou estar tudo preparado para a distribuição de terrenos na localidade do Fina, disse que foram preparados, neste novo projecto habitacional, mais de dois mil lotes de 20, 25 e 30 metros quadrados, para atender às populações.

"Queremos, com este projecto, proporcionar melhores condições de habitabilidade e de segurança para a população, sobretudo a que reside em zonas vulneráveis", salientou a administradora.

Lúcia Maria Tomás afirmou que este projecto urbanístico se enquadra no programa de fomento habitacional implementado pelo Governo Provincial do Zaire.

Importa referir que mais de 400 residências sociais foram construídas nos últimos anos, nos projectos urbanísticos de Kinganga e de Mavakala, município do Soyo, numa iniciativa conjunta entre o governo provincial e a Sonangol.

3.9.9 Populares em zonas de risco recebem lotes para moradias

Jornal De Angola

11 De Setembro de 2016

O Governo da província do Namibe procedeu à entrega, na sexta-feira, de 1.174 lotes de terreno a famílias que actualmente vivem em zonas de risco, para a construção de residências no bairro Boa Esperança, na cidade de Moçâmedes.

No acto de entrega dos terrenos, com 400 a 600 metros quadrados, o governador provincial do Namibe, Rui Falcão, garantiu que o Governo vai construir, no local, escolas, centros de saúde, esquadra policial, sistema de tratamento e distribuição de água, lojas campos desportivo polivalente, entre outros equipamentos sociais.

Rui Falcão apelou aos beneficiários a não caírem no erro de venderem os terrenos que receberam gratuitamente. "Saibam aproveitar esta oportunidade, façam construções nos locais apropriados, não aceitem serem enganados, ninguém está autorizado a vender os terrenos. Sem dúvida aparecerão pessoas enganadora com a política de venda de parcelas com preços elevados, sem documentos previstos. Se isso acontecer, denunciem. E quem comprar prestará contas à administração, salientou o governador.

Maria Jamba, uma das beneficiárias, mostrou-se satisfeita com o gesto das autoridades e pediu ao Governo para levar a cabo acção do género noutras localidades da província, de modo a oferecer melhores condições à população que tanto sonha e espera ter uma residência própria e condigna.

A sensação exprimida pela generalidade dos beneficiados com os terrenos é de satisfação e confiança de que, estando numa área segura, podem construir a sua própria residência e viver com a família sem nenhum perigo de vida.

3.9.10 Reservas fundiárias baixam défice de casas Província da Huíla dispõem 57 mil hectares

Jornal de Angola

15 De Setembro de 2016

Texto: Domingos Mucuta

A província da Huíla identificou e criou reservas fundiárias em todos os municípios para reduzir o défice habitacional, estimado em 235 mil casas, informou ontem, no Lubango, o vice-governador

para ao Sector Técnico e Infra-estruturas, Nuno Mahapi.

Ao apresentar a situação do sector do urbanismo e habitação no encontro entre o governador da Huíla, João Marcelino Tyipinge, e a ministra do Urbanismo e Habitação, Nuno Mahapi disse que neste momento a província dispõe de 57 mil hectares para a construção de casas de diversas tipologias, no âmbito dos programas do governo central, da província e outros de construção dirigida.

O vice-governador apontou como programas a distribuição de lotes de terrenos, a construção de fogos nas centralidades da Quilemba e da Eywa e a execução do programa de 200 fogos habitacionais por município, dos quais 2800 concluídos e entregues aos cidadãos como acções que concorrem para redução do défice habitacional.

Grande parte das reservas fundiárias são destinadas aos cidadãos no âmbito dos programas de construção dirigidos pelos orientados pelo governo provincial e pelas administrações municipais, numa altura em que mais de 30 mil lotes foram distribuídos à população.

Nuno Mahapi salientou que a projecção de novas urbanizações e a consequente expansão da cidade, vilas e bairros obriga ao aumento das infra-estruturas de serviços sociais básicos, como energia, água, estradas, unidades de ensino e hospitalares.

Centralidade da Quilemba A ministra do Urbanismo e Habitação visitou as obras da centralidade da Quilemba, onde foi informada do ajustamento havido no Projecto para 8 mil fogos habitacionais, dos 11 mil previstos. Numa visita recente realizada pelo governador da Huíla, João Marcelino Tyipinge, o Jornal de Angola apurou que as restantes residências foram transferidas para Matala, um dos municípios que concentra maior número de habitantes da província.

O vice-governador explicou que neste momento mais de 7.633 casas, das 8 mil previstas na centralidade da Quilemba, estão prontas para habitação e outras em fase de acabamento, numa altura em que a empreiteira chinesa realiza trabalhos finais das infra-estruturas como sistema de drenagem, sinalização de estradas e outras. Cada apartamento inclui uma suite, salas comuns, casas de banho, cozinha e quintais. A ministra constatou que as principais vias de acesso estão asfaltadas.

Os passeios calcetados com betão.

A construção de redes de drenagem de águas pluviais e domésticas, de distribuição e abastecimento de água potável, eléctrica e jardins está na fase final.

A ministra entregou ao governador da Huíla o plano urbanístico do município da Cacula e hoje o de Quiungo e visita projectos urbanísticos no Lubango, Humpata e Quiungo.

3.9.11 Esquecidos da Kinanga ou promessas de realojamento do Governo Angolano

Jornal A República
16 De Setembro de 2016

Há três anos, cerca de 500 famílias, que viram as suas casas serem demolidas na Areia Branca e que passaram duas semanas desabrigadas, construíram habitações de chapa e de papelão, junto a um depósito de lixo na Kinanga.

Maria Conceição, moradora da Kinanga, conta o que a inquieta. "Eu vivo aqui há 3 anos e dois meses. O que está a nos fazer temer agora mesmo é a chuva que está a chegar, as doenças, muita diarreia, muitos vómitos, o lixo aqui nunca acaba, podemos limpar mas tem sempre lixo. E estamos a adoecer por causa disso. O WC aqui é ao ar livre, faz dentro do seu quarto ou num cantinho depois vai atirar aí no lixo. O lixo é aqui mesmo! Kinanga é um dos bairros mais carenciados de Angola Conviver com doenças além da miséria e a falta de saneamento básico que habitam neste bairro de Luanda, que fica a escassos metros da Assembleia Nacional, da sede do Governo Central e da residencial oficial do Presidente Eduardo dos Santos, muitas crianças e adolescentes nem sempre conseguem uma vaga nas escolas públicas, o que lhes hipoteca o futuro.

Mariquinha João é mãe de 5 filhos e neste momento esta grávida. Ela diz à DW África que viver na Kinanga é conviver com todo tipo de doenças/É só doença. As mortes são mesmo demais. Estamos a pedir socorro para sermos tirados daqui. Nós estamos a temer com esta demora por saber que os outros já se foram e, até ao momento, ninguém vem nos dizer nada" No princípio deste ano, o Governador de Luanda, general Higinio Carneiro, visitou a Kinanga e deixou promessas de transferir as mais de 500 famílias para o bairro do Zango. Segundo a moradora Isabel Cândida, no mês de Maio do ano em curso, apenas dezessete famílias foram transferidas. De lá para cá, nunca mais receberam quaisquer informações do Governo Provincial de Luanda, algo que preocupa os moradores. Ele -o governador prometeu mesmo casa, já tiraram algumas famílias e outras ficaram. O Governador disse que vai começar a tirar -transferir - 50 famílias mas até agora só saíram 17 famílias... Estamos a espera mas está tudo parado!: Habitantes da Kinanga Denúncias de

abusos dos militares Enquanto os populares da Kinanga aguardam pelo cumprimento das promessas das autoridades para que sejam transferidos para o Zango, nos arredores deste último bairro mais propriamente nas comunidades de Walale, Cajueiro, Santa Paciência e Cidade Pacífica - centenas de famílias têm vindo assistir à demolição das suas residências por militares afectos a Região Militar de Luanda, liderada pelo tenente -general Simão Carlitos, conhecido por Wala, sob alegação de que os populares teriam construindo numa área afectada à Zona Económica Especial. Há ainda relatos de que algumas senhoras estarão a ser coagidas a terem relações sexuais com os militares em troca da não demolição das residências. Quem o diz é Rafael de Moraes, coordenador da SOS Habitat.

"É muito preocupante porque há situações de violações sexuais e algumas senhoras estão a envolver-se sexualmente com os militares e também os militares estão a extorquir os pacatos cidadãos no sentido de proteger as suas habitações. Só que depois, passando alguns dias, essas casas são demolidas!:

3.9.12 Policia Agride Jovens Que Exigem Fim das Demolições no Zango

Jornal A República
16 De Setembro de 2016
Texto: Coque Mukuta

Em resultado da agressão policial, alguns jovens ficaram com hematomas. A polícia confrontou-se, no último sábado, com cerca de 20 jovens que se manifestavam contra as demolições nos arredores de Luanda. Os jovens exigiam o fim de demolições nos bairros de Walale, Santa Paciência, Cajueiro, Cidade Pacífica, todas no Zango, que as autoridades consideram terem sido ocupados ilegalmente. Em resultado da agressão policial, alguns jovens ficaram com hematomas. Os oficiais envolvidos estão ligados ao Posto Comando Unificado, tutelado pelo Tenente -general Simão Carlitos Wala.

Os Jovens que se manifestaram este sábado junto à administração de Viana gritavam "parem com as demolições!": "Zé Du fora!" e "queremos justiça"

André Dembo Oliveira foi um dos organizadores do protesto. "Exigimos o caso do Rufino, que até agora o caso está assim e o Wala continua em liberdade" disse. Oliveira disse que estão previstas outras manifestações para os próximos dias, mesmo que se registem detenções, perseguições ou tortura. Ele recordou que o direito à habitação está consagrado na

constituição. "Só vamos parar até que o governo resolva o problema dos cidadãos no zango. O cidadão tem direito ao bem estar" disse. No decurso das demolições que se registam há cerca de dois meses, já se registou uma vítima mortal.

Rufino António de 14 anos de idade foi atingido mortalmente pela polícia durante uma operação do género. O Estado-Maior General das Forças Armadas prometeu investigar o incidente. Os populares, mima solicitação dirigida ao Presidente da República e Comandante em Chefe, José Eduardo dos Santos, pediram a exoneração do comandante Simão Carlitos Wala. Até ao momento desconhece-se qualquer reacção por parte da Presidência da República. O Tenente general Simão Carlitos Wala, faz parte da família presidencial por ser casado com uma sobrinha do presidente, José Eduardo dos Santos.

3.9.13 Militares nas demolições no Zango reclamam falta de salário

Novo Jornal

16 De Setembro de 2016

Texto: António Paulo

Os atrasos, segundo os militares, atingem cerca de três mil efectivos, mas o porta-voz das Forças Armadas Angolanas, Tenente-General André Alberto António "Kizua", desmente estas informações, garantindo que todos os efectivos têm os salários regularizados.

A informação de que haveria salários em atraso nas FAA foi avançada ao Novo Jornal, há 15 dias, por militares, durante uma reportagem nas localidades dos Zangos 1, 2, 3 e 4, município de Viana, província de Luanda.

No decurso da reportagem, a equipa do Novo Jornal que tem acompanhado as demolições foi detida e torturada durante seis horas, por efectivos das FAA, que retiverem e fitaram com um gravador e 20 mil kwanzas do jornalista, conforme noticiou o NJ.

A ordem de demolições é da ZEE, mas os militares acrescentaram à missão um rol de barbaridades contra as populações, que se queixam de ataques a residências, roubo de bens, espancamentos, violações, para além da morte de dois menores.

"Meus, aqui também, só estamos a cumprir ordens. O cabrito come onde está amarrado. Um soldado ganha 23 mil kwanzas e, ainda assim, não recebemos o nosso salário, há três anos. Somos muitos os que estão destacados nestas missões. Uns estão no

Benfica, outros no Ramiro, Bengo e noutras partes. Por isso, se têm godo (dinheiro) falem e vos soltamos já", desabafou um soldado, negociando a soltura dos jornalistas do NJ, dando assim a conhecer tactos que ajudam a perceber a fúria que os militares despejam sob as vítimas das demolições.

Em função das reclamações dos soldados, o Novo Jornal contactou, terça-feira, dia 13, o porta-voz das Forças Armadas Angolanas, tenente General André Alberto António "Kizua", que criticou a actuação dos militares no terreno, ao mesmo tempo que negou a existência de salários em atraso nas FAA.

"Se há neste país, apesar das dificuldades que atravessa, instituição que se pode dar ao luxo de dizer que, mesmo com a crise, tem o seu salário em primeira instância assegurado e consegue, bem ou mal, fazer as três refeições são as FAA. Portanto, afirmo e assino em baixo que a informação de falta de salários não corresponde à verdade. É tudo mentira", insistiu o Tenente-General.

O também chefe da Direcção de Comunicação e Imagem da FAA sustentou as suas afirmações com a garantia de que os militares têm recebido os seus ordenados mensais, de maneira adiantada, ou seja, antes mesmo do fim do mês.

"Como sabe, temos um processo extremamente 'suis generis'. Há indivíduos desmobilizados, provenientes da ex - FAPLA, ex - FALA e ex - FLEC, e muitos deles estão adjudicadas à caixa social das FAA e, se calhar, por razões burocráticas, ocorre falta de pagamento. Mas, na verdade, existe ninguém nas FAA que tenha três anos de salários em atraso. Só para o informar, o salário de Setembro já está processado e os efectivos já o terão em mãos, antes mesmo de o mês terminar. Por isso, é tudo mentira sobre os salários em atraso", declarou.

Questionado sobre a actuação dos militares no terreno, que têm sido acusados de cometer barbaridades contra populares indefesos, o Tenente-General André Alberto António lamentou o sucedido, justificando que tal actuação não faz parte da disciplina militar da FAA. E acrescentou que a direcção das Forças Armadas Angolanas não recebeu nenhuma queixa formal por parte dos lesados. "Não posso explicar nada de que não tenho conhecimento. Se aconteceram estas coisas, só tenho a lamentar e dizer que não devo fazer comentários de situações que desconheço. O que as FAA ganhariam com esta atitude dos militares? Até em termos de imagem não fica bem esta doutrina de comportamento pouco civilizado, não se ganha nada com isto. Agora, as pessoas vítimas dos militares devem procurar a direcção das FAA e apresentar queixa", aconselhou.

3.9.14 Não houve expropriação de terras

Jornal O PAÍS

21 De Setembro de 2016

Administrador da Povoação do Ruacanã, Fernando Hifilinha aikete, tem acompanhado a implementação do Projecto Agro- Pecuário de Calueque, assim como a sua extensão no referido território.

Os terrenos em causa suscitaram alguns debates recentemente, existindo mesmo informações de que os agricultores e criadores da região estariam a ser atirados à sua sorte. Fernando Naikete negou categoricamente a existência de casos do género, tendo para o efeito percorrido parcelas do terreno com os jornalistas para avistarem os supostos visados.

'O Presidente da República, José Eduardos Santos, aprovou o projecto para esta área porque a população precisava dele. É uma área em que dificilmente chove.

Quando assim acontece, então inunda tudo', garantiu o administrador.

Segundo ele, actualmente os jovens já não precisam de se deslocar à Namíbia. Terão escolas e poderão fazer as respectivas formações 'in situ'. os últimos dias, já se começa a notar o regresso massivo daqueles que se encontravam do outro lado da fronteira.

'Para mim', garante Naikete, 'é um orgulho ver o que está a acontecer, mas espero que, tendo em conta as nossas idades, os jovens possam dar continuidade ao projecto. E façam com que este projecto de diversificação da economia se desenvolva'.

Conhecedor da área, o nosso interlocutor assegurou que até ao momento perto de 20 famílias terão sido transferidas para outras zonas. Além de terras para erguerem as suas casas, para o pasto dos seus animais e colocação de lavras, estas famílias tiveram ainda como pagamento várias cabeças de gado, charruas e chapas de zinco.

'Alguns até exigem também o próprio massango para cultivarem. Aqui, no meu lado Sul, está há uma família que se vai mudar, mas ainda estão ali e as relações são boas. As pessoas que estão a fomentar estas informações não querem que o país se desenvolva e produza', garantiu o administrador da Povoação do Ruacanã, sentenciando que 'as conversas integram até os próprios sobas. O que as pessoas pedem, é o que se dá também'.

3.9.15 Reação da Sociedade Mineira do Cuango

Jornal Manchete

23 De Setembro de 2016

Texto: Rafael M. De Moraes

O Maka AngoIa contactou a direcção de operações mineiras da SMC para obter a sua versão, mas sem sucesso. O director-adjunto Firmino Valeriano respondeu por via telefónica. através de um subordinado. informando que não será possível um encontro nem sequer responder às perguntas enviadas por escrito, que ora reproduzimos: 1. Desde Agosto passado. a SMC tem estado a destruir as lavras dos camponeses, pagando, como compensação, 40-60 mil kwanzas e vários tambores vazios. Quem autorizou a destruição das lavras? 2. Qual é a área total das lavras destruídas? 3. Quais são os critérios usados para determinar as compensações? 4. Por que razão a SMC não emite recibos pelas lavras destruídas e as compensações pagas?

5. A direcção da SMC acha justo os valores das compensações?

6 como é que SMC define a sua relação com a comunidade e o que faz para o seu bem-estar?

A SMC é um consórcio formado pelas empresas Endiama (41 por cento), ITM-Mining (38 por cento) e Lumanhe (21 por cento).

A Endiama, a sócia principal, é uma empresa pública. detida integralmente pelo Estado angolano. São sócios conhecidos e gestores ITM-Mining o moçambicano Renato Herculano Teixeira (director e presidente). o inglês Andrew John S111ith (director e vice-presidente) e o angolano Sérgio Eduardo Monteiro da Costa (director).

São sócios da Lumanhe. com quo iguais, o ministro de Estado e chefe Casa Militar do Presidente da República. general Hélder Manuel Vieira o'l "Kopelipa", o inspector-geral do Estado Maior General das FAA. general das Carlos Hendrick Vaal ela Silva. o chefe Direcção Principal ele Preparação de T pas e Ensino, general Adriano Makevala Mackenzie, o deputado do MPLA, geral Armando ela CnJZ Neto, e os genel João Baptista de Matos, Luís Pereira ceira e António Emílio Faceira.

3.9.16 Donos das terras agastados com Carlos Cavuquila

Jornal Liberdade

23 De Setembro de 2016

Texto: Kalunga Dos Santos

Os ex-proprietários camponeses das terras do projecto referidos, salientaram que volvidos mais de oito meses até agora não se deu ordem para construção das residências. Paulo Machado, foi dono uma lavra de três hectares de terra, disse que não á satisfeito com o espaço vinte por trinta (20/30) e lhe foi atribuído pela ministração de Cacuaco, acrescentando que até agora têm documentos passados pelas entidades municipais e os respectivos espaços estão a ser comercializados os elementos da administração municipal.

O interlocutor, disse ainda e a administração municipal de Cacuaco usou poder para abusa-los, usaram barafundas com objetivo de surripiar as nossas terras e justificar com implementação do projecto habitacional, mas não se constata esta realidade, o que vemos aqui é simplesmente os carros da fiscalização que vêem aqui medir os espaços para venderem terceiros" revelou.

Paulo Machado, salientou que não sabe como vai construir a casa porque é aposentado, antigo combatente tem um rendimento mensal de vinte e um mil Kwanzas, acrescentou que o governo deveria ajudar a construir do mesmo jeito que nos receberam os nossos espaços.

"O administrador de Cacuaco Carlos Alberto Cavuquila, havia dito que todos aqueles que receberem espaços aqui, têm que construir as suas casas num período de noventa dias e quem quisesse adquirir um espaço seria no valor de trinta e nove mil Kwanzas, isso só passa na cabeça de quem quer retirar coercivamente as terras de quem não tem voz", disse Paulo Pacheco. Por outro lado, Dona Domingas Francisco inconformada, disse que estiveram de acordo quando chegaram a conclusão de que poderiam atribuir espaços para os proprietários das lavras, mas hoje estamos aqui sem o que fazer porque estamos a espera de segundas ordens. Domingas, disse ainda que alguns funcionários da administração municipal de Cacuaco, têm estado a vender terrenos e a falsificarem documentos em nome de alguns administradores que já passaram em Cacuaco para nos receberem os nossos espaços, e os mesmos estão bem identificado.

"Pedimos ao governador provincial de Luanda, para fazer uma visita aqui e constatar as anarquias que os

seus subordinados estão a fazer no projecto "Maye Maye", disse a vítima.

O Jornal Liberdade, contactou o Gabinete de Comunicação e imagem da administração municipal de Cacuaco, fomos informados que poderiam reagir antes do fecho desta edição, mas tudo não passou por meras retóricas. Este semanário promete trazer nas próximas edições os elementos envolvidos na falsificação de documentos para atribuir terrenos a pessoas de sua conveniência.

3.9.17 FAA violam e espancam mulheres no Zango

Jornal Liberdade

23 De Setembro de 2016

Texto: Escrivão José

Dezenas de mulheres foram abusadas sexualmente e outras maltratadas por efectivos do Posto de Comando Unificado CPCU), uma unidade da Região Militar de Luanda, encabeçada pelo General Carlitos Wala, comandante daquele destacamento militar, apurou o "Liberdade" de fontes da SOS- Habitat, organização que está trabalhar no adestramento das senhoras lesadas. "Estamos a cadastrar as mulheres que alegam ter sido abusadas sexualmente por militares que estão a protagonizar as demolições no Zango, mas das várias supostamente violadas só três de abusos sexuais estão a colaborar com a organização por receio de criarem problemas em casa: disse o activista Rafael Morais.

Contudo, explica o responsável, que a ideia é ter o número exacto das pessoas que foram violadas no zango, Viana, e fazer chegar as denúncias à Casa Civil da Presidência da República, ao Ministério da Família e Promoção da Mulher, ao Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos e Assembleia Nacional. "Temos informações fidedignas de pessoas que foram alegadamente violadas, torturadas e extorquidas por militares. Por isso, vamos levar esses dados as autoridades para porem fim nestas demolições e exigirem a imediata retiradas dos militares: insistiu Rafael Morais.

A SOS-Habitat, já solicitou audiências com os órgãos em referência, tendo ainda agendado no dia 23 de Agosto um encontro ao Governo Provincial de Luanda.

Para dar a conhecer os factos devido as vidas das pessoas que estão risco.

Apesar dos vários gritos de socorros de organizações nacionais e internacionais que condenam às

demolições no Zango, Rafael Morais, avança que martelo demolidor do Posto de Comando Unificado, continua a partir várias casas, escolas, igrejas, comissão de moradores e até um Comité de Acção do MPLA não foi poupado.

3.9.18 Governador de Luanda apoia famílias sem teto

Jornal Continente

23 De Setembro de 2016

Texto: Luís Caetano

A área conta previamente com água potável e projecta-se já a construção e outros equipamentos sociais como, escola do I e II ciclos, posto policial, posto de saúde, infantário, bombeiros, igreja, área comercial e vai ocupar uma extensão de 32 hectares, com uma população prevista de mais de cinco mil pessoas. As famílias beneficiadas que viram as suas residências e lavras inundadas na zona de Viana, em consequência das últimas chuvas que assolaram aquela circunscrição provocado pelo transbordo do rio Kwanza.

O programa é enquadrado no âmbito do projecto do governo provincial de Luanda, que visa melhoria das condições dos habitantes dos municípios. O governador da cidade capital, Higinio Carneiro, falou aos presentes que essa iniciativa do Executivo visa proporcionar maior dignidade

à condição de vida dos cidadãos. O governante advertiu as pessoas a deixem de viver em casas de chapas desordenadas, sujeitas a, frio, chuvas, doenças e, fez saber ainda, que o governo está a colocar a disposição das pessoas, energia eléctrica, água potável, urbanização e outros serviços.

O dirigente aconselhou a população, "quem não tem um terreno deve se dirigir à administração local, solicitando o seu lote em projectos infra-estruturas, onde já existem modelos de construção das casas e outros equipamentos sociais, para viverem em segurança e conforto".

Teresa da Silva, feliz contemplada com um lote, agradece a Deus em primeiro lugar e depois administração de Viana por esse gesto.

"Agradeço à Deus, por ter permitido esse agrado da administração, por este espaço de terra" disse Teresa.

Maria João, também atendida com um terreno, agradeceu o Executivo por minimizar esta situação, no seu entender, "o sonho tornou-se realidade".

Ana Maria Sebastião, disse que com esse espaço, vai trabalhar a sério no sentido de erguer uma boa residência, para o bem da sua família.

"Agradeço à Deus por este lote de terreno, e tudo farei para que neste espaço consiga construir uma casa digna para a satisfação da minha família" Fez saber Ana Sebastião. Pedro Dias, agradece ao Governo da Província, em particular a administração municipal, por este feito, que há muito esperava que fosse contemplado com um terreno. Hoje tudo tornou-se verdade.

"Estou muito satisfeito com essa parcela de terra. A zona já tem energia e água potável, contudo vou fazer a casa dos meus sonhos" sublinhou Pedro.

Avançou ainda que antes vivia numa zona de risco, agora vai unir forças juntamente com a sua família no sentido de erguerem uma casa T4 para todos.

A senhora Paula da Assunção agradece a iniciativa do governo, e pede ajuda das entidades na aquisição de material de construção, sobretudo para as pessoas mais necessitadas.

Para que possam entender, o município de Viana, é um dos mais populosos de" Luanda, com dois milhões de habitantes.

No mesmo município, Higinio Carneiro, fez o lançamento da primeira pedra para construção de novos equipamentos sociais na localidade do Zango III, em Viana, com destaque para 800 residências da tipologia T3, dois shopping, mediateca e auditório.

Integra ainda a construção de um hospital, centro infantil, escola do 1º e 2º ciclo, galeria comercial, instalações para as empresas públicas de água e energia eléctrica.

Na oportunidade o administrador municipal de Viana, Jeremias Dumbos, informou que as pessoas interessadas deverão escrever para a administração local solicitando o lote de terreno e o que pretendem fazer no mesmo. Depois disso o seu projecto será devidamente analisado, caso aprovado, então recebe o lugar", Deu a conhecer.

3.9.19 Governante acusado de falsear documentos de posse de terra

Jornal Folha 8

24 De Setembro de 2016

O diretor de gabinete do ministro das Relações Exteriores, André Panzo, é acusado pelos herdeiros da camponesa Luzia Sebastião de lhes esbulhar uma

parcela de terra, na zona do Santo Antônio, município de Belas, em Luanda.

O conflito remonta ao ano de 2010, mas face ao poder político e financeiro do governante, as autoridades de Direito têm penalizado os mais fracos, pois nada fazem para repor a legalidade, ao ponto de permitir que o diretor de gabinete de George Chikoty vedas se o terreno alheio.

Entretanto, por causa do abuso de poder e da força, ainda nessa época, a lesada Luzia Sebastião, conjuntamente com a anciã camponesa Domingas, constituíram um advogado Houve provimento, passando o processo a ter o nº04714-D e que se encontra já, em fase de julgamento no Tribunal Provincial de Luanda.

"Mas nem á abertura do processo levou o diretor de George Chicoty a frear a sua tendência de violação da lei, quanto à ocupação ilícita do terreno, abrigando mesmo o causídico das camponesas a interpor uma providência caurclar, deferi da pelo juiz", providencia um dos herdeiros.

A medida cautelar serve para impedir que no curso do processo, ocorram situações de risco marginal que inviabilizem o resultado útil que se poderia esperar. No entanto, o conceito de risco marginal é oriundo da doutrina italiana, e significa o risco de situações que não dizem respeito ao objecto da ação principal, que lhe podem causar "efetividade".

Mais como é cediço de vários governantes, tal como André Panzo, não se fazem rogados. no cumprimento da lei, daí ter continuado com obras num terreno em litígio c na fase judicial, tanto que conta com a cumplicidade de efectivos das Forças Armadas, como se Angola fosse um país de coronéis, na realidade também é de generais e dos membros do MPLA, cuias ilegalidades têm cobertura.

De recordar que o facto o já mereceu destaque em nosso jornal o F8 envidou esforços em contactar o visado, mas fontes ligadas umbilicalmente ao governante descuraram qualquer possibilidade deste esclarecer o episódio à imprensa.

No caso vertente, o herdeiro de Luzia Sebastião, Jesus Gomes, garante que "os documentos de posse ele terra exibidos por André Panzo são falsos, porquanto o seu requerimento foi dirigido a Joana Quintas, na qualidade de administradora de Viana, na altura, clarifica que o mesmo terá adquirido um terreno no Bitá Tanque, presentemente município do Belas.

"O caricato é que o nosso terreno, ocupado pelo senhor Panzo está localizado no bairro Santo

Antônio e não no Bitá Tanque, Ele tem que procurar o terreno dele no Bitá Tanque como consta na sua declaração", aconselhou o filho de Luzia Sebastião , acrescentando, que, "O senhor Panzo disse na declaração enviada a ex - administradora que adquiriu o terre no, então questiono, adquiriu quem? E de acordo a Declaração da Direcção Provincial e do Desenvolvimento Rural, o mais velho Panzo está inscrito naquela Direcção possui uma parcela de terra para fins agro - pecuários de três hectares. Mas na declaração que de (governante) enviou administração municipal alega que o seu terreno é de 30 metros quadrados. O nosso terreno mede muito mais do que: isso", garantiu.

3.9.20 Atribuição de nome aos bairros e ruas já tem regras

Jornal de Angola

26 De Setembro de 2016

Texto: César Esteves

As pessoas vão deixar de dar nome, a seu bel-prazer, às povoações, aldeias, bairros, ruas, praças, avenidas e outros lugares, como até aqui, como resultado da entrada em vigor da Lede Bases da Toponímia, publicada no dia 12 deste mês, no "Diário da República", que vem Impor regras e procedimentos para atribuição de nomes aos lugares.

Conhecida também como Lei 14/16, o diploma legal determina que, doravante, a atribuição de nomes aos lugares passa a ser da competência das administrações das províncias, depois de ouvido o Conselho de Auscultação da Comunidade, sob proposta do órgão competente da Administração Local.

De igual modo, a atribuição dos nomes às províncias, municípios, comunas e distritos urbanos vai passar a ser da responsabilidade da Assembleia Nacional. Quanto à atribuição de nome às cidades e vilas, a lei estabelece que a competência é do Titular do Poder Executivo.

Em conformidade com esta lei, podem apresentar propostas de nomes para os lugares as pessoas individuais ou colectivas, as comissões de moradores, as diferentes organizações existentes na comunidade e os órgãos competentes da Administração Comunal, da Administração do Distrito Urbano, da Administração Municipal, do Governo Provincial e da Autarquia Local. As propostas dos cidadãos, de acordo com a lei, devem ser apresentadas junto dos órgãos da Administração Local ou dos órgãos autárquicos da área do local a que se propõe o nome do lugar.

Durante o processo de apreciação e de emissão de pareceres sobre os nomes dos lugares, esclarece a lei, o Conselho de Auscultação da Comunidade pode, achando conveniente, auscultar os munícipes através da participação nas comissões de moradores.

A Lei de Bases da Toponímia avança que os nomes de lugares já existentes até à data da sua entrada em vigor vão manter-se, desde que o seu uso utilização não seja eticamente incorrecto nem ofenda a moral pública.

De acordo com a lei, outros motivos que podem levar à alteração do nome de um lugar têm a ver com a questão de reconversão urbanística e a existência de topónimos considerados inoportunos, iguais ou semelhantes, com reflexos negativos nos serviços públicos.

Aceitação na comunidade Os topónimos não oficiais podem ser objecto de apreciação e confirmação pelos órgãos competentes, desde que tenham aceitação no seio da comunidade e respeitem as regras e princípios estabelecidos por essa lei e avança, igualmente, que não são confirmados os topónimos actuais não oficiais que ofendam a moral pública ou se reportem a personalidades sem qualquer relevância histórica ou nomes desprovidos de qualquer significado para a História e cultura angolana. Segundo a Lei de Bases da Toponímia, constituem elementos elegíveis para toponímia figuras ou instituições cuja importância seja reconhecida local, nacional ou internacionalmente, factos com relevância na área da província, município, comuna, distrito urbano, cidade, vila, bairro aldeia ou povoações.

Os aspectos locais, em obediência aos costumes e ancestral idade dos sítios e lugares da respectiva implantação, datas com significado histórico local, nacional ou internacional e nome de países, cidades ou outros locais nacionais ou estrangeiros que, por motivos importantes, se encontrem ligados à vida do local onde é implementando o topónimo fazem igualmente parte da lista dos requisitos para que sejam considerados.

Pessoas vivas A Lei de Bases da Toponímia reconhece que é proibida a atribuição de nomes de pessoas vivas aos lugares, salvo em casos extraordinários em que se reconheça que, por motivos excepcionais, este tipo de homenagem e reconhecimento deva ser prestado em vida. Os nomes das pessoas, esclarece, não' podem ser atribuídos antes de decorrido um ano a contar da data do falecimento, salvo em casos considerados excepcionais, ouvida a família. Para dar nome aos lugares, decreta o diploma, deve-se ter em conta, entre outros elementos, os topónimos populares e

tradicionais," personalidades do mundo das artes, letras e cultura, da vida política, académica, científica, religiosa, desportiva, datas e factos memoráveis de dimensão histórica, política e cultural, bem como os nomes de heróis da luta de resistência anticolonial e da luta de libertação nacional, legalmente reconhecidos.

As vias públicas sem denominação, continua a lei, vão receber um código numérico ou alfanumérico, enquanto aguardam pela atribuição dos nomes. Após a aprovação dos topónimos devem ser afixados editais em locais públicos de grande afluência e promovida a publicidade de anúncios nos órgãos de comunicação social.

O processo de colocação das placas toponímicas vai permitir, segundo o legislador, que se atribua o número de polícia em função dos vãos (distância entre dois apoios consecutivos de uma estrutura) de portas, portões ou cancelas legais, que confinem com a via pública e que dêem acesso a prédios urbanos ou respectivos logradouros (espaços públicos reconhecidos oficialmente pela administração de cada município). A lei explica que compete administração Local do Estado, a atribuição dos números de polícia, pelo facto de a numeração de polícia ser objecto de regulamentação própria.

3.9.21 Porque estamos no "lixo"

Jornal Expansão
30 De Setembro de 2016

A Fitch reviu em baixa as perspectivas de rating de Angola de "B+", com perspectivas estável para "B", com perspectivas negativa, em resposta à degradação das contas públicas e externas do País.

O rating ou classificação de risco de crédito é uma opinião sobre a capacidade de um país fazer face ao serviço da dívida, isto é, pagar os juros mais as amortizações a que está obrigado no âmbito dos empréstimos que contraiu.

As notas da Fitch vão de "D", atribuída aos países que entraram em default, isto é que já falharam o pagamento do serviço da dívida, até "AAN", para países com capacidade extremamente elevada de cumprir com seus compromissos financeiros. Além de atribuir uma classificação, a Fitch divulga também as perspectivas de evolução do rating que refletem a probabilidade da nota ser revista.

Em função da nota atribuída pela Fitch, a dívida dos países é classificada em dois grandes grupos: grau de investimento, que começa em "BBB-" e vai até a

"AAN", e especulativo ou "lixo", que vai de "D" a "BB+".

Desde que se submeteu ao escrutínio das principais agências internacionais de rating, Moody's e Standard and Poor's, além da Fitch, a dívida de Angola sempre foi classificada como lixo. O primeiro rating atribuído a Angola pela Fitch, em Maio de 2010, foi "B+", com perspectivas positiva. A partir daí foi sempre a subir até "BB-", com perspectivas positiva. Depois deste pico, o melhor dos graus especulativo, imediatamente antes do grau de investimento, foi sempre a descer até ao "B", com perspectivas negativa, agora recebido.

Apesar da dívida angolana ser considerada "lixo" pelas três agências, Manuel Nunes Júnior, ministro da Economia à época das primeiras notas, considerou as classificações "muito positivas" porque traduziam "o bom desempenho da economia" do País.

Eu substituiria "bom desempenho da economia" por "bom desempenho do petróleo". É que, basicamente, o rating de Angola anda ao ritmo do preço do petróleo. Quanto mais alto/baixo o preço maior/menor a capacidade de Angola pagar os seus compromissos e melhor/pior a nota do país, Mas por mais caro que esteja o petróleo, Angola dificilmente sairá do "lixo" porque as agências sabem que o petróleo é imprevisível e que Angola depende excessivamente do petróleo - mais de 95% no que toca à angariação de divisas, por exemplo.

3.10 OUTUBRO 2016

3.10.1 Demolições forçam mais de 50 mil famílias a viver em tendas

Jornal O PAÍS

3 De Outubro de 2016

Texto: Domingos Bento

De acordo com André Augusto, coordenador adjunto da OS-Habitat, organização nacional de defesa do direito à habitação, grande parte das demolições ocorreram de forma irregular, sem o mínimo de respeito pelos direitos dos cidadãos que vêm as suas casas destruídas da noite para o dia a meio de tremenda violência que termina, em alguns casos, em mortes.

Segundo a fonte, as províncias de Luanda, Benguela, Huíla e Huambo são as regiões do país onde se assiste, com regularidade, ao facto de um elevado número de pessoas habitarem em tendas ou em habitações precárias devido às demolições perpetradas, na sua maioria, por instituições governamentais ou cidadãos economicamente mais fortes. No entanto, ao todo, conforme explicação de André Augusto, a SOS-Habitat trabalha com um total de 69 comunidades, num universo de 150 mil famílias. Destas, cerca de 50 mil vivem em tendas ou em habitações precárias porque as suas casas foram demolidas e até ao momento o Governo não conseguiu solucionar os diferendos.

Estes números, de acordo com responsável, poderão aumentar drasticamente nos próximos anos, já que não há uma política que vise travar a onda de demolições que a cada dia vão fazendo novas vítimas em todo o país. A título de exemplo, André Augusto referiu a situação da zona do Zango - III, em Luanda, onde se vem constatando, desde o final de Agosto deste ano, destruições que já atiraram abaixo mais de três mil residências.

Para aquele activista social, que falava a OPAIS por ocasião do Dia Mundial da Habitação, que se comemora hoje, o silêncio tumular do Estado, diante do tumulto que se vive naquela parcela de Luanda, e que já vitimou mortalmente um menor de 14 anos de idade, é "arrepicante" e reflecte muito bem a insensibilidade dos agentes do Estado, que precisa de uma reforma urgente nas políticas habitacionais.

"As demolições de residências de cidadãos constituem um grande recuo naquilo que é o nosso processo democrático. Elas não obedecem aos critérios e ao respeito pelas leis. Como podem

constatar, no processo de demolições não tem havido negociações. O que temos vindo a registar é uma tremenda imposição por quem tem maior poder. Entendemos ser uma atitude grosseira que mancha o nosso processo democrático, já que somos um Estado que se assume de direito e democrático", atestou.

André Augusto pediu ao Estado que adopte uma nova postura nas questões das demolições de forma a se evitar conflitos futuros, tendo em conta que, cada vez mais, a maioria das populações vão mostrando insatisfação e saturação diante das injustiças sociais que lhe são infringidas no que toca ao direito à habitação.

O coordenador adjunto da SOS- Habitat solicitou ainda um olhar atento e rigoroso sobre a parte Sul do país, por ser das zonas onde se assiste ao crescer de demolições e expropriações de terras.

"Se o Estado já não constrói casas para os cidadãos, então que não parta quando estes tomam iniciativas. E se há alguma irregularidade, o melhor é ir pela via da negociação. Mas nunca deixar pessoas ao relento, como temos vindo a assistir. Portanto, se queremos construir uma sociedade harmoniosa, é bom que se vele pelas questões ligadas à habitação. Elas são muito determinantes, Não poderemos construir uma sociedade inclusiva e harmoniosa deixando centenas de cidadãos sem tecto", frisou.

Por seu lado, a directora do Intercâmbio do Ministério do Urbanismo e Habitação (MINUHA), Eunice Inglês, disse que o Executivo angolano está interessado em construir habitações condignas para os cidadãos' tendo apontado o surgimento das novas centralidades como um dos exemplos da sua afirmação.

A responsável, que falava ontem ao jornal da Tv. Zimbo, deu a conhecer a realização da conferência nacional sobre habitação que vai decorrer em Luanda no próximo dia 3.

O Dia Mundial do Habitat é celebrado anualmente na primeira segunda-feira de Outubro. Foi designado oficialmente pela ONU e celebrado pela primeira vez em 1986. O objectivo do dia é permitir a reflexão sobre o estado das cidades e do direito humano à moradia adequada, assim como lembrar ao mundo a sua responsabilidade colectiva sobre o habitat das gerações futuras.

3.10,2 No Zango populações comemoram dia do habitat ao relento

Jornal Manchete

07 De Outubro de 2016

Texto: Jorge Neto

O Dia Mundial do Habitat é celebrado anualmente na primeira segunda-feira de Outubro, em todo o mundo. Foi designado oficialmente pela ONU e celebrado pela primeira vez em 1986. O objectivo do dia é permitir, à reflexão sobre o estado das cidades e do direito humano à moradia adequada assim como lembrar ao mundo da sua responsabilidade colectiva sobre o habitat das gerações futuras.

A efeméride foi comemorada sob o lema "Planear o Nosso Futuro Urbano", com o objectivo de salientar a urgência de ir ao encontro das necessidades dos habitantes das cidades, num mundo em rápida urbanização. "Em inúmeras cidades, tanto dos países desenvolvidos como dos países em desenvolvimento, tem-se verificado uma tendência preocupante: por um lado, o crescimento de zonas residenciais de luxo e a multiplicação de condomínios fechados e, por outro, o aumento simultâneo de edifícios com apartamentos superpovoados em zonas pobres, de enclaves étnicos, de bairros degradados e de bairro, de lata", disse o secretário-geral das Nações Unidas Ban Ki-moon, em comunicado de imprensa em relação a efeméride, em 2009.

Ban Ki-moon referira ainda que os principais desafios urbanos do século XXI são o rápido crescimento de muitas cidades e o declínio de outras, a expansão do sector informal da economia e o papel das cidades nas alterações climáticas ou na atenuação dos efeitos destas.

"Observa-se um pouco por todo o mundo que estes desafios estão a ser largamente negligenciados pelos governos, a todos os níveis. A expansão urbana e o desenvolvimento não planeado figuram entre as consequências mais visíveis. Centenas de milhares de habitantes das cidades estão cada vez mais expostos à elevação do nível do mar, às inundações costeiras e a outros perigos relacionados com o clima", disse.

Para o secretário-geral da ONU. É essencial que o planeamento urbano seja melhor e mais equitativo. Novas ideias vindas de cidades inteligentes de todo o mundo apontam o caminho para uma urbanização sustentável. Mas ainda há muito por fazer. Os pobres que vivem nas cidades precisam de um sistema melhor de propriedade fundiária e um melhor acesso às terras.

Ban Ban Ki-moon entende que o planeamento urbano constitui a essência deste programa, mas só funcionará se houver uma boa governação urbana e se os pobres das cidades participarem nas decisões que afectam as suas vidas.

"Esse planeamento produzirá melhores resultados, se combater verdadeiramente a corrupção. Os organismos das Nações Unidas, como o ONU-HABITAT, podem dar uma ajuda vital, sob a forma de reforço das capacidades, investigação e gestão e intercâmbio de conhecimentos", asseverara.

Por cá a efeméride foi comemorada com mais de quatro mil famílias ao relento, por terem visto as suas residências demolidas no bairro Zango III, município de Viana, pelas autoridades.

De acordo com a Lusa, que citava o director do gabinete jurídico da administração municipal de Viana, Hamilton de Lemos, que reagia ao microfone da RNA ao polémico processo de demolições iniciado há uma semana, as autoridades consideraram legítimo o processo de demolição de casas em curso nas zonas do Zango II e III, que afecta apenas obras recentes erguidas em reservas fundiárias do Estado.

"A Zona Económica está a quebrar obras novas, está a demolir obras novas, as obras antigas, aquelas que estão no cadastro da zona económica, que são os bairros antigos que lá já existiam essas estão devidamente preservadas e a seu tempo serão indemnizadas", explicou Hamilton de Lemos.

Acrescentou que as obras erguidas "de forma arbitrária", cujos proprietários fizeram contratos com empresas supostamente sem legitimidade sobre o espaço não vai haver "qualquer responsabilidade por parte da Zona Económica".

De realçar que destas demolições resultaram a morte de um menino de 14 anos de idade na tentativa de recolher das autoridades as razões da demolição da residência dos seus progenitores.

O menor Rufino Marciano António, de 14 anos, que foi morto a tiro durante confrontos com forças de segurança, que asseguravam as demolições de residências na zona do Zango II e III, foi a enterrar no dia 12 de Agosto, no Cemitério de Viana.

3.10.3 Novas demolições no Zango derrubam capela da Igreja Católica

Novo Jornal

07 De Outubro de 2016

Texto: António Paulo

Os interlocutores disseram não entender a razão das demolições, justificando com o facto de, dias antes, a zona ter recebido a visita do governador da província de Luanda, Higino Carneiro e membros do governo municipal e do partido que determinou, na sua presença, a paralisação das demolições e a retirada das tropas.

"Naquela data, as demolições pararam", testemunharam fontes deste jornal que, desde segunda-feira, dia 2, assistem impávidos à destruição das suas moradias.

"vá lá ao terreno para ver o que eles estão a fazer. O próprio governador já tinha constatado a ausências de militares. Agora, estão lá de novo e bem armados, com armas pesadas do tipo PKM (metralhadoras russas), projecteis e tudo" denunciaram.

Testemunhas no local, revelaram ao NJ que as ordens de demolição eram dadas de forma expressa, por um suposto engenheiro, que se encontrava dentro de uma viatura Land Cruiser. "Não estamos a entender nada. Até ontem, praticamente, demoliram 1200 casas. É muita casa demolida pelos militares armados", insistiram.

À semelhança das primeiras áreas demolidas no Zango, os moradores também se queixaram de abusos sexuais, por parte dos militares, para além de pedirem dinheiro aos familiares para que as casas não fossem deitadas abaixo. "Eles olham para as casas onde há jovens bonitas, puxam as moças e as persuadem a deitarem-se com eles para que as suas casas não sejam demolidas. Há pessoas que estão a dar dinheiro para impedir as demolições. Isto é mais complicado", denunciaram as fontes.

Durante o primeiro dia das demolições, segundo os interlocutores, alguns cidadãos foram detidos, momentaneamente, pela Polícia Nacional, por se terem manifestado contra. "Várias pessoas, entre homens e mulheres, foram detidas por protestar contra as demolições. Estávamos a barricar a estrada para impedir que os camiões deles entrassem, quando a polícia encontrou a população a manifestar-se e deteve várias pessoas", pormenorizaram.

Para além de moradias, as demolições atingiram uma capela da Igreja Católica que ali existia há mais de 30

anos, segundo denunciou à Rádio Ecclésia, o porta-voz da Diocese de Viana, padre Queirós Figueira.

O prelado apelou para que sejam responsabilizadas as pessoas envolvidas nas demolições em curso no Zango. "Partiram a nossa capela que existia ali há 30 anos, se calhar, antes de se ter projectado a Zona Económica Especial-ZEE. Não há ninguém que diga nada. Tentámos reclamar, até ao padre os militares queriam bater. Portanto, são situações graves. Deus, no momento oportuno, faz o seu julgamento e, na verdade, vivemos neste mundo e cada um vai pagar pelo seu crime".

Até ao momento, nenhuma autoridade se pronunciou sobre o assunto.

3.10.4 Construções anárquicas em Luanda

Jornal A República

7 De Outubro de 2016

E 2014, a Administração do distrito urbano da Ingombota pretendia aplicar medidas mais rigorosas para conter surgimento de novas habitações na Ilha do Cabo.

A Administração do Distrito Urbano da Ingombota, província de Luanda, pretendia ser mais rigorosa em relação às medidas a serem tomadas para conter as construções anárquicas na Ilha do Cabo. Segundo o administrador interino da circunscrição' Humberto Marcelo, os casebres que se registavam na localidade terão sido construídos durante os fins-de-semana. "Estas construções foram feitas por pessoas oportunistas com intenção de obter outras residências no caso de realojamento, mas na altura da acção da fiscalização estas pessoas desaparecem": referiu. De acordo com o responsável, os cidadãos devem respeitar as acções desenvolvidas pelas autoridades administrativas, caso contrário serão penalizadas. "Os projectos de requalificação, no caso da Ilha do Cabo, são importantes, porque estão a melhorar a imagem da localidade e a tornar o local agradável, em benefício das populações": sublinhou, A administração local destruiu, neste mesmo ano, mais de quarenta casebres de chapas e ferro velho (carcaças de barcos e, viaturas) construídos na zona do Ponto Final, numa zona para execução de projectos de lazer; no âmbito do processo de requalificação da zona.

3.10.5 ONGs pedem ajuda à União Africana

Jornal O PAÍS

7 De Outubro de 2016

Texto: Hermenegildo Tchিপilica

O presidente do Fórum das Organizações da Sociedade Civil, Esteves Machado, considera que a presença da comissão Africana dos Direitos Humanos, Pansy Tlakula, não só se revestiu como de capital importância para o país, mas constituiu uma oportunidade para constatar o trabalho que Angola vem desenvolvendo na promoção e defesa dos direitos humanos.

"Enquanto organizações da sociedade civil e parceiros do governo angolano, nós vamos fazendo o nosso trabalho que visa promover, disseminar o conhecimento nas populações em relação aos direitos humanos", detalhou.

Relativamente às grandes preocupações das organizações da sociedade civil, referiu que uma delas é a sua legalização e que têm estado a trabalhar com o Governo para efectivar esse requisito legal. "Na última reunião africana sobre os direitos humanos, na Gâmbia, já manifestámos este interesse e pensamos que a vinda da mais alta-mandatária da Comissão dos Direitos Humanos poderá trazer alguma influência em relação ao cumprimento deste pressuposto", disse.

Quanto à situação dos direitos humanos em Angola, o responsável sublinhou que "não se apresenta como grave" e adiantou: "entendemos que não há governo nenhum no mundo que, naquilo que são os actos de governação, não interfira neste ou naquele aspecto que tenha incidência na violação dos direitos humanos. Mas, aqui sim, chamamos a atenção ao governo para o respeito das garantias fundamentais dos cidadãos".

A fonte disse que a vinda da representante da União Africana visa a recolha de informações sobre a legalização das organizações da sociedade civil em Angola.

Por sua vez, o secretário-geral da Rede das Organizações da Sociedade Civil e Educação para Todos, Carlos Cambuta, entende que a visita da comissão da União Africana para os Direitos Humanos se enquadra no âmbito da monitoria da situação do direitos humanos à luz da Carta Africana dos Direitos dos Povos, em que a Comissão Africana tem a responsabilidade de discutir com os governos a resolução das situações que inquietam os cidadãos.

Avanços e recuos

Assinalou que as preocupações das organizações da sociedade civil são várias, mas entende que em Angola já se vive um avanço significativo no que concerne à ratificação de documentos importantes. "Temos hoje o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, existe um órgão que elabora um relatório sobre a situação dos direitos humanos e esse órgão integra as organizações da sociedade civil angolana", assegurou. "Do ponto de vista teórico, Angola deu um avanço significativo. Do ponto de vista prático, colocam-se desafios de várias ordens que importa inverter, nomeadamente no domínio da educação. Estamos num país onde grande parte da população tem dificuldades de acesso à educação", disse.

Para o vice-coordenador da SOS- Habitat, André Augusto, a vinda da comissão africana para os Direitos Humanos deve servir para minimizar alguns problemas, pelo que se assume expectante quanto à resolução de algumas deles, já que preocupam a sociedade civil.

O líder associativo adiantou que "é sempre bom o país receber figuras desta dimensão, porque ajuda as autoridades a perceberem mais sobre a questão dos direitos humanos, bem como mantém uma ligação entre o Estado angolano e as entidades internacionais, neste caso, a Comissão Africana dos Direitos Humanos".

O responsável mostrou-se preocupado com a onda de demolições de casas e de outro tipo de obras que ocorrem um pouco por todo o país, principalmente em Luanda, onde são violados alguns direitos fundamentais dos cidadãos e apelou ao reforço do diálogo entre o Governo e as organizações da sociedade civil, no sentido de se encontrar meios para minimizar situações anómalas que afectam as comunidades.

Durante a sua estada em Luanda, a comissão Africana dos Direitos Humanos, Pansy Tlakula, teve encontros com o ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, Rui Manguerra, com o presidente do Tribunal Supremo, Manuel de Aragão, com o Procurador Geral da República, João Maria de Sousa, e ainda com a presidente em exercício da Assembleia Nacional, Joana Una. Com todos eles a representante da União Africana abordou questões ligadas à ratificação de alguns instrumentos internacionais e protocolos da União Africana.

Com a secretária de Estado das Relações Exteriores e Cooperação' Ângela Bragança, a comissão partilhou informações e experiências visando o melhoramento do trabalho em termos dos direitos humanos.

Um encontro com as organizações da sociedade civil estava agendado, visando a recolha de preocupações sobre os direitos humanos, combate à violência doméstica, bem como sobre a legalização daquelas instituições.

3.10.6 Assessores Diplomáticos do Presidente Ebulham Terra

Jornal Folha 8

08 De Outubro de 2016

Texto: Rafael Marques de Morais

O empenho com que os homens do presidente espoliam, de forma ilícita, violenta e impune, camponeses e pobres dos seus terrenos está a tomar-se num passatempo perigoso para os perpetradores e para o que resta da imagem de José Eduardo dos Santos.

Basta lembrar o caso do actual secretário-geral da Presidência da República, Edeltrudes Costa, contra a camponesa Helena Tekka. O banditismo descarado, com recurso à Polícia Nacional e às Forças Armadas Angolanas para os seus saltos à mão armada contra populares indefesos, parece ser agora a ideologia dos que rodeiam o presidente. Desta vez, o Maka Angola reporta sobre as diligências que o secretário da Presidência da República para os Assuntos Diplomáticos e de Cooperação internacional, e o assessor da Presidência da República para a Área Diplomática respectivamente os irmãos Carlos Alberto Saraiva de Carvalho Fonseca e Flávio Saraiva de Carvalho Fonseca - têm tomada para a espoliarem um terreno de sete hectares na área do Bita Sapú, em posse da cidadã Catarina Manuel Damião, pastora da Igreja do Bom Deus.

Em Fevereiro de 2015, o Club-K reportou sobre o assunto e, passado mais de um ano e seis meses, as autoridades continuam a garantir a ocupação do terreno pelos funcionários presidenciais.

A camponesa Isabel Luís Damião cultivava o terreno em questão desde 1980. Por falta de bilhete de identidade, pediu à sua sobrinha, Evita Adão de Oliveira Gomes, com quem co-habitava, que legalizasse o terreno em seu nome, e esta assim procedeu em 1989. O facto é comprovado por uma declaração emitida pelo Governo Provincial de Luanda, datada de 30 de Novembro de 2012, com o número 128/2012. Essa declaração tem como anexo, certificado, o croqui de localização do terreno. Há outros documentos oficiais que certificam a posse jurídica do terreno por Evita Adão de Oliveira Gomes.

Com a pressão demográfica em Luanda e a expansão das zonas habitacionais até essa área, que

anteriormente se confinava à agropecuária, Isabel Luís Damião e seus familiares construíram casas e passaram a viver no terreno onde mantinham a actividade agrícola.

Ciente da sua responsabilidade familiar e para precaver qualquer abuso, Evita Gomes passou uma procuração a Catarina Manuel Damião, a sua prima, filha de Isabel e cabeça de casal dos herdeiros. "O terreno é a herança que a minha falecida mãe deixou para ser dividido entre os seus seis filhos e netos", refere Catarina Damião.

Toda a documentação que Evita apresenta para comprovar a posse do terreno já foi autenticada e declarada verdadeira pelos serviços do Estado, designadamente pelo Gabinete Provincial para o Desenvolvimento Integrado da Província de Luanda. A 23 de Novembro de 2015, este gabinete atestou a veracidade das declarações passadas em nome de Evita Adão de Oliveira Gomes sobre a posse da parcela de terreno com área de sete hectares, no Município de Viana.

Entretanto, os irmãos embaixadores ao serviço da Casa Civil do Presidente da República enamoraram-se do terreno que oficialmente está na posse de Evita. E, contando com o apoio militar das Forças Armadas Angolanas, Carlos Alberto e Flávio Saraiva de Carvalho invadiram a propriedade.

O Maka Angola contactou Carlos Alberto Saraiva de Carvalho por telefone e informou sobre a presente investigação, apesar da má qualidade da linha. Enviou mensagem para confirmar o telefonema e para pedir a sua versão dos factos, mas os telefonemas subsequentes não foram atendidos.

Invasão militar, demolições e litígio

"No dia 17 de Março de 2014, os militares do Posto de Comando Unificado das F AA, comandados pelo Rui Jorge da Silva, sobrinho dos Saraivas, foram ao terreno destruir tudo e apoderar-se dele, sem nenhum mandado", afirma Catarina Damião. "Esses senhores da presidência da República demoliram as oito casas que tínhamos no terreno, enquanto as pessoas estavam fora a trabalhar, com todos os bens que estavam dentro de cada uma delas. Não se tirou nada", denuncia Catarina Damião.

Com os meios de Estado ao seu dispor, os irmãos diplomatas ocuparam o terreno, começaram a preparar a sua vedação e a fazer um levantamento topográfico para realizarem uma empreitada, a cargo de uma empresa chinesa.

Os embaixadores não tiveram dificuldade de criar um imbróglío jurídico que envolveu também

a referenciação errada do terreno, isto é, apresentaram títulos de posse que afirmavam dizer respeito ao terreno da família Damião, mas na realidade diziam respeito a outros terrenos. Todos estes factos levaram Evita a apresentar uma queixa junto do Ministério Público, que originou o processo-crime nº 56/15. Este processo corre os seus termos na Direcção Nacional de Investigação e Acção Penal, e nele são participantes Evita e, entre outros, os embaixadores Carlos Alberto e Flávia Saraiva de Carvalho.

O instrutor do processo é o procurador Gervásio Cauende, No âmbito desse processo-crime contra os consultores do presidente, foi considerado que Catarina Damião, prima de Evita e com procuração desta, demonstrara titularidade do terreno em litígio. Nesse contexto, o procurador-geral adjunto da República enviou um ofício datado de 30 de Outubro de 2015 ao chefe do Estado Maior General das Forças Armadas Angolanas, general Geral do Sachipengo Nunda. No ofício, o procurador-geral adjunto Henrique Santos "aconselha" o general Nunda a garantir a abstenção de quaisquer obras ou de qualquer tipo de intervenção no terreno por parte das forças do Posto de Comando Unificado de Luanda, argumentando que isso poderia gerar "más interpretações", enquanto decorresse; a instrução do processo-crime.

Dito em palavras simples e diplomáticas. O Ministério Público considerava que o terreno era de Evita e não dos embaixadores e por isso o exército devia deixar de proteger os interesses dos membros da Casa Civil do Presidente.

Nessa sequência, o general Nunda despachou "Para devido tratamento com os Senhores Dr. Carlos Alberto e Flávio" a 3 de Novembro de 2015.

A 5 de Novembro de 2015, o director do Gabinete do Comandante da Região Militar de Luanda, major Luís Pedro, despachou com urgência as ordens do seu comandante, general Simão Carlitos "Wala", no sentido de não permitir que se construísse naquele espaço, tendo em conta as indicações do chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, por sua vez baseadas na nota da Procuradoria-Geral da República.

Desta decisão foi dado conhecimento a toda as partes envolvidas, incluindo aos "manos" embaixadores. Vista do terreno esbulhado pelos assessores do presidente.

Em tribunal

A 23 de Novembro de 2015, através do Ofício nº 481/GPDI/GPL, o Governo Provincial de

Luanda respondeu ao Ofício nº 1345/2ª Secção da Sala do Civil e Administrativo do Tribunal Provincial de Luanda, confirmando a autenticidade dos documentos em posse de Evita e Catarina Damião, incluindo a titularidade do terreno de sete hectares.

Passado uma semana, a 1 de Dezembro de 2015, a 2ª Secção do Civil realizou uma audiência sobre o caso, mas só um das partes foi ouvida. Nós não fomos ouvidos em audiência. Só as testemunha que o senhor Carlos Saraiva de Carvalho arrolou. Por exemplo, uma das senhoras disse que começou a trabalhar para o irmão do senhor Carlos em 1975 para dizer que já nessa altura a família dele tinha posse desse terreno e confirma em tribunal que tem 45 anos", explica Catarina Damião.

Essa polícia

Contrariando as provas documentais, o "conselho" da PGR e a abstenção das FAA, eis que surge a Polícia racional para impor a vontade dos manos Saraiva de Carvalho.

"Neste momento, eu nem sequer posso passar frente ao terreno. O comandante Francisco Notícia do Comando de Divisão de Viana tem estado a ameaçar-me pessoalmente, diz que me vai prender se eu voltar a passar pelo terreno."

Para comprovar o envolvimento do superintendente chefe Francisco Notícia na protecção dos interesses dos irmãos embaixadores, Sebastião Manuel, sobrinho de Catarina Damião, conta como a polícia o perseguiu.

"No passado dia 12 apresentei-me no gabinete do comandante Notícia para saber qual era o crime que eu tinha cometido. O comandante Notícia ameaçou-me, ordenando-me que nunca mais pusesse os pés no terreno, porque o mesmo pertence ao doutor Carlos, senão vai-me prender, e toda a minha família vai para a cadeia", revela Sebastião Manuel. E acrescenta: "O comandante ofendeu-me muito e a minha família e chamou a minha tia (Catarina) de burladora". A 5 de Outubro, superintendente chefe Notícia foi promovido a comandante municipal de Belas.

"O Zé Dú (José Eduardo dos Santos) está a trabalhar com gatunos, bandidos. Um embaixador que rouba uma pobre é quê?", interroga-se Catarina Damião. Ela mesma responde: "Cambada de gatunos"

Governantes contra pobres

"Será que o pobre não tem direitos? O que o pobre tem o governante tem de tirar?", interroga-se a pastora Catarina Damião. "É só a ganância, o prazer

de destruírem a vida dos pobres angolanos. Já me mandaram estranhos para me perseguirem. Querem matar-me por causa de um terreno? Deus é que me protege. Não sei como ainda sobrevivo."

Os "manos" ainda ocupam o terreno pela força e não cumprem as ordens do Ministério Público e das Forças Armadas. Esta é mais uma de entre as muitas histórias que chegam ao Maka Angola de esbulho ilegal de terras por parte de altos dirigentes políticos, com o apoio das Forças Armadas.

Além das questões jurídicas que se colocam em termos de direito de propriedade e de direito criminal são cometidos crimes e é desrespeitado o direito da propriedade, há uma questão constitucional que surpreende.

O que andam a fazer as Forças Armadas que no meio destes imbróglis? Porque é que as Forças Armadas são destacadas para ocupar terrenos de camponeses e defender os interesses pessoais de governantes? Não é essa a função das Forças Armadas. As Forças Armadas não são uma força de segurança policial interna.

A Constituição é clara no artigo 207º. "As Forças Armadas Angolanas são a instituição militar nacional permanente, regular e apartidária, incumbida da defesa militar do país." Não se compreende como é que a ocupação de terrenos e a expulsão dos cidadãos proprietários tem que ver com a defesa militar.

Portanto, além de tudo o mais, é tempo de o comandante-chefe das Forças Armadas e os seus chefes máximos ordenarem que as Forças Armadas se abstenham de interferir em tarefas policiais internas corruptas, como a agressão aos detentores de terras. Se a Polícia Nacional não tem capacidade suficiente, então que se explique por que razão continua a receber a segunda maior fatia do Orçamento Geral de Estado e mantém os mesmos comandantes de sempre.

3,10.7 Demolições continuam no Zango após visita do governador

Jornal O País

10 De Outubro

Texto: Domingos Bento

Mesmo depois de o governador de Luanda, Higino Carneiro, ter visitado a zona no passado dia 13 de Setembro, as demolições nos Zangos, no município de Viana, em Luanda, continuam a todo o vapor. Na manhã de Segunda-feira, 03, foi a vez do Zango-4 que assistiu a um total de 150 casas serem destruídas.

Segundo os moradores, "os homens fardados chegaram cedo e munidos de máquinas e armas, prontos para instalarem o caos e a dor" no seio das famílias que acabaram desalojadas.

Para além de perderem as suas casas e pertences, os moradores dizem terem sido brutalmente espancados pelo grupo de militares que nem sequer poupou mulheres, velhos e crianças.

Residente na zona "há mais de dez anos", Neves Sebastião, 29 anos, é um dos moradores cuja casa foi demolida. Com a esposa grávida e desempregado, o jovem revela-se profundamente chocado com toda a situação e clama por justiça.

"Quando a gente pensa que estamos a construir a vida, lá vêm os militares para nos desgraçar. É horrível o que eles vieram fazer. Partiram as nossas casa roubaram os nossos bens", atestou.

Por seu lado, Emilia Hebo, estava esperançada que a visita do governador trouxesse: alguma solução. A esperança caiu por terra ao ver a casa destruída. "Foram desumanos. Eu ainda lhes disse que estou grávida mas nem com isso pararam. Bateram - nos e levaram o dinheiro que tínhamos. Foi horrível"

Josefina Jamba, é outra moradora que viu a sua casa totalmente demolida. Antes da destruição, a jovem, de 30 anos relata que foi barbaramente espancada mesmo diante dos filhos menores. De acordo com Josefina, no passado dia 19 de Setembro, ela e demais moradores haviam recebido a notificação que determinava -a obrigatoriedade de abandonarem o espaço por alegadamente fazer parte do perímetro da Zona Económica Especial (ZEE). Mas, como não tinham onde viver, insistiram em permanecer no local, enquanto aguardavam por uma eventual negociação, já que o prazo estipulado pelos militares, era bastante curto.

"Na Segunda-feira, fomos surpreendidos por um aparato de tropas fortemente armados. Arrastaram-nos com tanta força. As crianças choravam, mas eles (os militares) não queriam saber. Foram maus", lamentou.

Fontenário e igreja católica demolidos

Conforme apurou o OPAIS, as demolições deitaram ainda abaixo uma capela da Igreja Católica e o único fontenário que abastecia a zona com água. Em entrevista ao OPAIS, O porta-voz da Diocese de Viana, padre Queirós Figueira, referiu que a igreja está bastante chocada com o acontecido, tendo adiantado que se está a trabalhar no sentido de responsabilizar os culpados.

"A capela existe lá há trinta anos, antes de qualquer outro projecto. Já se reza aí há bastante tempo. Nós recorreremos às autoridades afins para se resolver esta situação.

Vamos aguardar pelo desfecho final porque até o padre foi ameaçado", salientou.

Também a SOS- Habitat, por via do seu coordenador adjunto, André Augusto, afirmou ter conhecimento da ocorrência e lamenta profundamente a situação, já que está em curso um processo com vista travar a onda de demolições em curso no Zango desde o início de Agosto. "Já tivemos encontros com alguns membros do Governo. Tratamos desta questão. Contudo, sentimo-nos tristes porque houve garantias que os militares deviam ser retirados da zona".

Para os devidos esclarecimentos, OPAIS contactou o porta-voz do Governo provincial de Luanda, Sebastião José, porém este disse desconhecer o assunto por se encontrar de férias. Já o administrador municipal de Viana, Jeremias Dumbo, não atendeu aos nossos contactos, apesar das várias tentativas efectuadas.

3.10.8 Nunda desdramatiza envolvimento das FAA em demolições no Zango

Jornal O País

10 De Outubro de 2016

Texto: Hermenegildo Tchিপilica

O chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas (FAA), general Geraldo Sachipengo Nunda, desdramatizou, em Luanda, o envolvimento dos militares das Forças Armadas Angolanas (FAA) nas demolições ocorridos recentemente no Zango, de que resultou a morte do adolescente Rufino António, de 14 anos.

O general Nunda, que se pronunciava em conferência de imprensa, no âmbito nas comemorações do 25º aniversário das FAA, assinalado ontem, admitiu que o envolvimento dos efectivos das FAA no processo teve o seu aval enquanto chefe do Estado Maior General das FAA e sob orientação do Comandante em Chefe. "Recebemos orientação do Comandante em Chefe para a protecção das reservas fundiárias do Estado, que são aqueles espaços que o Executivo determina que devem ser preservados para a realização de objectivos específicos do Estado. Aquela área do novo aeroporto de Luanda era da responsabilidade de efectivos da Casa de Segurança do Presidente da República e posteriormente esta responsabilidade passou para a Polícia Nacional.

A partir daí, a população começou a demolir as vedações e a construir casas naquele espaço", disse.

Referiu que a presença de efectivos das FAA havia sido solicitada pelo presidente do Conselho de Administração da Zona Económica Especial (ZEE) para repor a legalidade no local, já que, concluída a construção do aeroporto, o mesmo seria inviabilizado, pois que nenhuma organização internacional conceder-lhe-ia o pretendido estatuto internacional se ao seu redor se mantivesse a confusão então verificada.

"Pediram-nos e eu autorizei o Comando da Região Militar de Luanda a fazer o plano para podermos proteger. As FAA não fazem demolições. Apenas estiveram no Zango para assegurar que a ZEE fizesse as demolições de centenas de casas, o que aconteceu", disse.

Nunda assegurou que a acção tinha sido concertada em reunião prévia havida com a Administração Municipal de Viana.

A alta patente militar justificou, que a reacção das FAA se deveu ao facto de no decorrer das demolições ter identificado a acção de um grupo de indivíduos com o plano de queimar as máquinas e de ameaçarmos quatro militares que naquele momento se encontravam em serviço no local. "Foram apanhadas duas armas. E, infelizmente, houve o incidente daquele menino que todos lamentamos", sublinhou. Sobre o destino dado ao autor do disparo que tirou a vida ao adolescente Rufino, o chefe do Estado-Maior das FAA, disse que o mesmo recebera ordens para lá estar e proteger os homens que faziam as demolições.

"A vida dele estava em risco e quando um grupo de indivíduos pretendia ir contra eles tiveram de se defender e na defesa morreu esta criança. O caso está sob instância da Justiça e, posteriormente, o Tribunal soberanamente vai decidir", indicou.

Situação em Cabinda Debruçando-se à situação em Cabinda, o general afirmou que, apesar de existirem relatos de ataques naquela província mais nortenha de Angola, um facto palpável é que a situação é estável, não havendo acções da FLEC desde 2011.

"Nós gostaríamos de dizer que a FLEC certamente gostaria que pudesse matar muitos soldados. Mas, não é verdade, porque as pessoas podem ir à Cabinda não precisam de avisar ninguém, podem ir à Cabinda, podem circular em todos os cantos da província. Não há instabilidade e a vida das populações decorre com normalidade", relatou.

O general frisou que como resultado das acções militares realizadas no território, as bases da FLEC foram desmanteladas em 2003 e a captura sucessiva dos principais comandantes na base principal de Necuto que desde 1989 existia e acabou sendo ocupada.

Sem forças na RDC

O chefe do Estado Maior General das FAA, desmentiu, na ocasião o suposto envolvimento directo de efectivos das FAA em combates na República Democrática do Congo (RDC), tendo referido que "não existem", estando apenas alguns instrutores na região de Kitona que faz fronteira com o nosso país. "Nós temos alguns soldados em Kitona, mas são instrutores", garantiu.

3.10.9 Desalojados do zango esperam por respostas há dois meses

Jornal República

14 De Outubro de 2016

Texto: Manuel José

Cerca de duas mil famílias que viviam no bairro Batechapa, no Zango 3, arredores de Luanda queixam-se de terem sido desalojadas e levadas em camiões para uma mata perto de Calumbo em Agosto passado.

Apesar da promessa de receberem terrenos para construírem as suas casas, dois meses depois, queixam-se do abandono total das autoridades.

Duas mil famílias desalojadas em situação dramática. Aquelas famílias vivem praticamente ao relento, sem quaisquer condições de habitabilidade, estrada, água nem luz.

'Apanhamos água da chuva, não temos latrinas, as pessoas defecam ao ar livre, estamos como se fosse numa capoeira, passamos dias sem tomar banho, os filhos não vão à escola e não podemos trabalhar' queixa-se um morador que adverte para o surgimento em breve da prostituição.

Outro residente crítica o facto de as crianças terem deixado de ir às aulas e agora "perderam o ano lectivo, enquanto quem pôde deixou os filhos com parentes para não correrem esse mesmo risco"

Um morador de 78 anos, que se identificou apenas como João, perguntou que "frente tanto sofrimento, qual é o trabalho do Governo para com o povo?"

A VOA tentou ouvir as autoridades, mas sem qualquer sucesso.

3.10.10 Provedor da Justiça revela que foi impedido por um coronel

Jornal O Crime

15 De Outubro de 2016

Fino âmbito das comemorações do mês do primeiro presidente de Angola e dos 37 anos da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto (FD-UAN) que a Associação dos Estudantes daquela instituição de ensino público teve a iniciativa de convidar o Provedor de Justiça da República de Angola, Paulo Tchilipica, para abordar o tema 'O Provedor de Justiça - O que é? Qual a sua função na defesa dos direitos e garantias fundamentais dos cidadãos?', figura incrementada no país em 2005, sendo que existe no mundo há mais de duzentos anos.

Realizada na segunda-feira, 26 do passado mês de Agosto, o Auditório Maria do Carmo Medina da FD-UAN viu-se sobrelotado com professores e estudantes, não só daquela instituição, mas também das mais distintas universidades privadas, institutos médios e autoridades policiais, na ânsia de serem alimentados pela sapiência daquela figura essencial à Justiça, como descreve a Constituição da República de Angola.

Dissertando, por algum tempo, sobre as disposições que compõem o Estatuto do Provedor de Justiça e a Lei Orgânica da Provedoria de Justiça, Tchilipica, momentos depois, viu-se bombardeado com questões, saídas da plateia ansiosa, as quais respondeu com argúcia, sendo que a primeira foi levantada pelo docente daquela faculdade, Marcos Ngola, que se referiu ao efeito prático do serviço de Provedor de Justiça.

Em resposta, o carismático provedor, não obstante

um elogio feito ao seu respondente, retorquiu "nunca se deve multiplicar os entes sem necessidade", tendo acrescentado, em remate "à possibilidade do acto, basta a ilação". De frisar que essas são traduções literais de máximas latinas expressas por aquele prelector, que a seguir acrescentou "A figura do Provedor de Justiça existe em 150 países e a tendência é se alastrar. Com esses dados, ainda pergunta o efeito do nosso serviço? Quem pergunta

não afirma nem nega, mas tem todo o direito de o fazer".

Entretanto, foi outra pergunta do também civilista que mais expectativas criou aos presentes, por ser um tema bastante veiculado pela Midia, bem como um caso de interesse nacional e internacional. "O doutor disse, aquando da sua dissertação, que o Provedor de Justiça não deve ser impedido no exercício da sua

actividade de protecção dos direitos dos cidadãos. Foi exposto pela Mídia, aquando das demolições de casas no Zango 3, bairro Walale, que o Provedor de Justiça foi 'barrado' pelas instâncias que lá estavam. Como se explica?", indagou o académico.

Respondendo, o provedor advertiu "vou dizer aqui, em hasta pública, e qualquer responsabilidade será imputada ao senhor", o que fez se ouvir risos na sala, percebendo a ironia. Continuou "bem, de facto, nós chegamos lá, aparados por 30 agentes da ordem pública, porque assim o tinha de ser, acalmamos os cidadãos. Aí mesmo, um coronel mandou dizer a nós «diz ao provedor que os militares que estão naquela guarnição só sabem atirar»", sendo que depois das gargalhadas emanadas daquele auditório, Paulo Tchopilica disse "e como nós devemos estar eivados de bom senso, garantimos que tivemos o efeito útil, porém, levamos isso a outros níveis", aquele provedor garantiu que outros níveis significavam as instâncias judiciais, pelo que expectativas nasceram sobre o desfecho desse caso.

3.10.11 Construções ilegais travadas no Lobito

Jornal de Angola
16 De Outubro de 2016

O administrador municipal do Lobito, Alberto Ngongo, exortou os serviços de Fiscalização e os de Protecção Civil e Bombeiros a prestarem atenção e estarem prontos para travar casos de construções habitacionais feitas nas linhas de água e em terrenos susceptíveis de deslizamento. Alberto Ngongo lamentou o facto de muitos cidadãos ignorarem os apelos que os serviços da administração estão a fazer sobre o perigo que as construções anárquicas podem causar para a vida das pessoas, pedindo às entidades religiosas e autoridades tradicionais para cooperarem com a administração na sensibilização das populações.

3.10.12 Bispos católicos manifestam-se contra demolições em Angola

Jornal Manchete
21 De Outubro de 2016

Os representantes da Igreja Católica em Angola e São Tomé e Príncipe (CEAST) manifestam-se contra as demolições, os desalojamentos forçados e a expropriação de terras dos camponeses em Angola, no final de mais urna conferência anual concluída nesta quarta-feira, 19, em Luanda

Segundo a VOA, aqueles responsáveis eclesiais consideram como sendo desumano o modo como estão a ser feitas as demolições "deixando famílias inteiras à mercê da miséria e do sofrimento, bem como a manutenção, por tempo indeterminado, de famílias diferentes numa mesma casa".

A CEAST manifesta-se igualmente preocupada com a ocupação de extensões de terras, uma atitude que considera passível de criar conflitos,

"A ocupação prepotente de grandes extensões de terras para fins agro-industriais inconfessos e gananciosos com total desrespeito para com as comunidades aí residente que, impotentes, assistem à destruição das suas zonas de transumância, de agricultura familiar e até dos seus cemitérios gerando não poucos conflitos", alertam os responsáveis da Igreja Católica, que dizem ter constatado com preocupação que económica e financeira continua a afectar o poder de compra das famílias e a agravar ainda mais a pobreza, o desemprego e algum desespero entre a população.

Os bispos manifestam-se igualmente contra a deflorestação simultânea e generalizada em todo o país com o abate industrial de árvores e outras práticas hostis à biodiversidade, tais como os derrames de petróleo, as queimadas e a produção desenfreada de carvão e a caça indiscriminada.

Outra preocupação revelada no final da conferência vai para a falta de medicamentos nos hospitais públicos e o conseqüente aumento da taxa de mortalidade, sobretudo infantil, e o recurso à prática de feitiçaria.

Os bispos afirmam também que "o desemprego galopante entre os jovens está a provocar o desespero, incertezas e o aumento da criminalidade e assaltos violentos em todo o país",

No campo religioso, a CEAST chama a atenção do Governo para a intolerância política e religiosa e o aumento de seitas religiosas e manifesta-se perplexo com a "facilidade com que algumas religiões são reconhecidas, incluindo não cristãs,

Os bispos encorajam o Governo a adoptar políticas que incentivem diálogo permanente com os cidadãos, a cultura da legalidade, o respeito pela dignidade da pessoa humana e a satisfação paulatina das necessidades mais urgentes da população.

Numa nota final, os bispos católicos renovam o seu apelo à população para aderir ao registo eleitoral em curso.

De recordar que, em Março último, os bispos haviam afirmado que a má gestão e corrupção agravaram a crise em Angola, tendo através de uma nota pastoral, divulgada no final da sua primeira assembleia ordinária, realizada em Ndalatando (Cuanza Norte), denunciado, igualmente, a existência de falta de ética, mentalidade de compadrio e partidarização da Função Pública, bem como pediram competência aos governantes.

Corrupção, má gestão e falta de ética, são as três razões que a Igreja Católica angolana considera terem contribuído para o agravamento da situação económica e financeira que o país vive. Na referida nota pastoral, os participantes na CEAST argumentaram que a crise que se vive não foi apenas o resultado da queda do preço do petróleo.

Segundo os bispos, acumulam-se os sinais de preocupação no país. "Aumentou o clima de insegurança nas cidades e no campo: por tudo e por nada, assassinam-se friamente as pessoas, multiplicam-se as violações sexuais e os roubos e, muitas vezes, os crimes acabam impunes" e "muitos cidadãos perderam fé nas instituições públicas e estatais, encarando o futuro com pessimismo. Por exemplo, nos bancos, quem depositou divisas dificilmente as recebe quando necessita; a reclamação contra os direitos violados nem sempre é atendida com a rapidez que a situação reclama; o mesmo vale para os hospitais e centros de saúde, com carências humanas e físicas de toda a ordem". Perante esta situação, a Conferência Episcopal deixa um pedido aos governantes e outro aos empresários angolanos.

"Aos governantes e aos funcionários públicos, pedimos que façam a gestão da coisa pública com competência, sentido de justiça, transparência, honestidade, sentido de missão e compromisso com a Nação, Só assim estarão à altura de edificar adequadamente o bem comum. Jamais esqueçam que, além do respeito que todos lhes devemos, são servidores do povo".

Quanto aos empresários angolanos a mensagem vai no sentido de que contribuam para o desenvolvimento do país. "Exortamos a que invistam na sua terra, a fim de ajudarem a desenvolver o País e a combater, eficazmente, o desemprego galopante, que tão cruelmente atinge os nossos jovens, atirando-os facilmente para o desespero em relação a um futuro digno", lê-se na nota pastoral.

3.10.13 Saiba mais sobre a Lei de Terras

Jornal Grandes Notícias

21 De Outubro de 2016

Texto: Mito Agostinho

A lei, com 86 artigos, estabelece as bases gerais do regime jurídico das terras integradas na propriedade originária do Estado, os direitos fundiários que sobre estas podem recair e o regime geral de transmissão, constituição, exercício e extinção destes direitos.

Ela aplica-se aos terrenos rurais e urbanos sobre os quais o Estado constitua algum dos direitos fundiários nela previstos, em benefício de pessoas singulares ou colectivas de direito público ou privado, designadamente com vista à prossecução de fins de exploração agrícola, pecuária ou silvícola.

O mesmo acontece em relação à exploração mineral, industrial, comercial, habitacional, de edificação urbana ou rural, de ordenamento do território, protecção do ambiente e de combate à erosão dos solos.

Nos termos da nova lei, "a terra constitui propriedade originária do Estado": pelo que se tornam nulos os negócios de transmissão ou oneração da propriedade dos terrenos integrados nesses domínios. Também não podem adquirir-se por usucapião quaisquer direitos sobre terrenos integrados no domínio privado do Estado ou das comunidades rurais.

A lei estabelece que os direitos fundiários adquiridos, transmitidos ou constituídos extinguem-se pelo seu não exercício ou pela inobservância dos índices de aproveitamento útil e efectivo durante três anos consecutivos ou seis interpolados, qualquer que seja o motivo.

O Estado respeita e protege os direitos fundiários de que sejam titulares as comunidades rurais, incluindo aqueles que se fundam nos usos ou no costume. Contudo, ressalta, os terrenos dessas comunidades podem ser expropriados por utilidade pública ser objecto de requisição, mediante justa indemnização.

No que toca ainda à expropriações, a lei refere que "ninguém pode ser privado, no todo ou em parte, do seu direito fundiário limitado" e que "o Estado e as autarquias locais podem expropriar terrenos, contanto que estes sejam utilizados em um fim específico de utilidade pública" Relativamente aos direitos sobre terrenos, a lei estabelece domínio público do Estado as águas interiores, o mar territorial, a plataforma continental, zona económica exclusiva, os fundos marinhos contíguos, incluindo os recursos vivos e não vivos neles existentes.

Também incluem-se o espaço aéreo nacional, os recursos minerais, estradas, pontes, linhas férreas, as praias e a orla costeira, as zonas territoriais reservadas para fins de defesa militar, à defesa do ambiente' aos portos e aeroportos, os monumentos e imóveis de interesse nacional.

O diploma também salvaguarda os direitos das comunidades rurais em terrenos reservados, às quais o Estado assegura a afectação de despesas que visem a promoção do seu bem-estar resultantes das taxas cobradas pelo acesso aos parques e pela caça, pesca ou actividades turísticas aí desenvolvidas.

No que se refere ao domínio útil consuetudinário, o diploma reconhece às famílias que integram as comunidades rurais a ocupação, posse e os direitos de uso e fruição dos terrenos rurais comunitários por elas ocupados e aproveitados de forma útil e efectiva, segundo o costume.

O exercício deste domínio é gratuito e não prescreve, mas pode extinguir-se pelo não uso e pela livre desocupação nos termos das normas consuetudinárias.

Os litígios relativos aos direitos colectivos de posse, gestão, uso e fruição e domínio útil consuetudinário dos terrenos rurais comunitários são decididos no interior das comunidades rurais, de harmonia com o costume nelas vigente.

A lei estabelece, por último, que as pessoas singulares e colectivas que ocupam, sem qualquer título, terrenos do Estado ou das autarquias locais, devem, no prazo de três anos, requerer a emissão de título de concessão.

Publicado como a Lei das Terras 9/04 de 9 de Novembro, vem dar corpo aos princípios consagrados na Constituição Angolana das questões fundiárias, na qual são estabelecidos os seguintes:

Princípios

Os recursos naturais do solo e subsolo são do Estado e é este que determina o seu aproveitamento, promovendo a sua defesa e orientando a sua exploração em benefício da comunidade.

A terra originalmente pertencente ao Estado pode ser transmitida a cidadãos ou a empresas, associações, institutos, etc.

O Estado exerce respeito e protege a propriedade privada das pessoas singulares e colectivas, reservando-se no direito de expropriar quando interesses maiores de utilidade pública se manifestem de acordo com a respectiva Lei.

A aplicabilidade da Lei das Terras 9/04 estende-se desde a ocupação, ao uso e aproveitamento do solo, à exploração dos recursos mineiros, até à arabilidade de solos.

A Lei das Terras 9/04 vem definir as condições de transmissão de direitos fundiários a terceiros, que se fica apenas pelo direito de superfície e abre o caminho para que possa ser implementado a Política de Ordenamento do Território que se consuma na respectiva Lei nv 3/04 de 25 de Junho.

Atribui classificação aos terrenos, determina quais os que podem ser alvo de concessão, por exemplo os urbanos cujo uso seja construção e os que não podem nomeadamente os de domínio público e em que termos podem as concessões ser atribuídas.

Os direitos fundiários Consagrados na lei das terras são:

- Propriedade privada (é admitida sobre terrenos urbanos e a pessoas singulares ou colectivas nacionais, ex: empresas de direito Angolano; Domínio útil Consuetudinário; Domínio útil Civil; Direito de Superfície (é transmissível a nacionais ou estrangeiros); Direito de Ocupação Precária.

3.10.14 Auto-construção dirigida ganha terreno na Huíla

Jornal Economia e Finanças
28 De Outubro de 2016
Texto: Arão Martins

Um total de 30 mil lotes de terreno, foram distribuídos às populações de toda a extensão da província da Huíla, no quadro do sub-programa habitacional de auto-construção dirigida.

Segundo o vice-governador provincial da Huíla, para o sector Técnico e Infra-estruturas, Nuno Mahapi Ndala, o projecto está a proporcionar a melhoria da qualidade de vida.

"O programa de auto-construção dirigida é um vector importante, em função das políticas gizadas pelo Governo Central, que visam proporcionar conforto à população, distribuindo lotes de terreno em lugares já infra-estruturados e com os principais serviços", disse.

Esclareceu que, nos 14 municípios, o programa de auto-construção dirigida está a surtir os efeitos desejados, com um crescimento aceitável, sendo que à médio e longo prazos, os resultados serão ainda muito mais satisfatórios. Entre os municípios, o do Lubango destaca-se.

"O défice habitacional ainda é considerável. Temos vários programas, sendo que a nossa missão é continuar a dar respostas às preocupações das populações", sustentou.

Revelou que, tanto o governo local como o Executivo angolano têm estado a desenvolver projectos estruturantes para diminuir o actual défice habitacional, apostando na reabilitação e construção das estradas secundárias e terciárias, que "têm uma influência directa no fomento habitacional",

Referiu que na Huíla, a avaliação que se faz na construção de moradias, quer no âmbito do sub-programa habitacional dos 200 fogos por cada município, bem como aos projectos ligados às casas evolutivas e sociais, e ainda o da construção das centralidades da Quilemba e Eywa é considerada de "bastante positivo".

Informou que na Huíla estão igualmente em curso, projectos que estão a ser desenvolvidos por empresas privadas, que constituem uma aposta para o cumprimento dos objectivos do Plano Nacional de Desenvolvimento.

Aquisição

Sobre a aquisição dos apartamentos nas centralidades, Nuno Mahapi Ndala informou que tão logo o empreiteiro conclua os últimos trabalhos ligados à infra-estruturação do projecto, a empresa gestora vai colocar as casas à disposição da população.

O governante explicou que está também em forja um projecto urbanístico que prevê dar uma outra imagem aos "musseques", uma iniciativa que contará com o apoio de empresas ligadas ao sector da construção civil.

Apesar do actual contexto económico e financeiro, o responsável assegura que o mercado local tem vindo a crescer, em função da nova dinâmica, e cada empresa tem primado "pela inovação".

3.10.15 Distribuição de terrenos atinge 1.412 lotes no 'Bié

Jornal Economia e Finanças

28 De Outubro de 2016

Texto: Matias da Costa

A políticas desenvolvidas pelo Governo da Província do Bié, no quadro do sub-programa habitacional de auto-construção dirigida, permitiram à milhares de famílias, realizar o sonho da "casa própria".

A nível da província, as administrações municipais procederam este ano, a distribuição de um total de 1.412 lotes de terrenos urbanizados, para a construção de moradias, sendo 300 no Cuito, Chitembo (500), Cuemba (160), Cunhinga (252), Camacupa (100) e Chinguar, a um preço fixado em 45 mil kwanzas, cada parcela, com dimensões de 600 metros quadrados.

A iniciativa, prevê também, a construção de moradias para distribuição. Neste sentido, o Governo da província do Bié projectou obras para duas mil habitações, na reserva fundiária de Caluapanda, junto a cidade do Cuito, além das residências já distribuídas a nível dos municípios e comunas no quadro do projecto dos 200 fogos.

Na sequência do projecto habitacional, no mês de Agosto, um total de 136 jovens beneficiaram de residências, no bairro São José e outros 86 na localidade de Caluapanda (Cuito), no âmbito do programa "Angola Jovem", sob responsabilidade do Ministério da Juventude e Desportos.

Satisfação

Numa ronda efectuada pela reportagem do JE, em alguns bairros construídos pelo Governo, cujos principais beneficiários são os jovens, era visível o entusiasmo dos contemplados.

Kitine Rafael, jovem contemplado com uma residência no projecto habitacional da juventude, no bairro São José, afirma que com a aquisição do imóvel vê realizada uma das principais "prioridades" da sua vida, tendo acrescentado que "assim se efectiva o sonho da "casa própria".

Por sua vez, Francisco Genivaldo, solteiro de 34 anos, encorajou os jovens que ainda não foram contemplados com terrenos para não se desesperarem e aguardarem pela sua oportunidade.

Lembrou, por outro lado, que o Governo do Bié tem desenvolvido inúmeras actividades de desminagem em várias zonas suspeitas de minas que tão logo sejam clarificadas "serão entregues à população", como realçou.

Genivaldo acredita, para o efeito, que as políticas de acesso ao crédito bancário juvenil vêm, de certo modo, facilitar a aquisição de material para construção de casas para pessoas com pouco recursos.

Mais soluções habitacionais

Na província, foram construídas nos municípios do Cuito, uma centralidade com seis mil apartamentos e outra no Andulo, que conta com mil moradias.

As centralidades das duas circunscrições, contemplam serviços sociais e foram construídas, no âmbito do projecto "Horizonte", desenvolvido pela construtora "Kora Angola".

Em entrevista ao JE, o vice-governador da província para os Serviços Técnicos e Infra-estruturas, José Fernando Tchaturvela, garantiu, para até finais de 2017, a conclusão das áreas complementares, visto que os apartamentos já estão prontos para receber os futuros moradores.

José Fernando Tchaturvela anunciou que as duas centralidades (Cuito e Andulo) poderão albergar um total de 42 mil habitantes, sendo 7 mil famílias, num rácio de seis membros, em cada um dos apartamentos, com a tipologia T3.

O vice-governador explica que no Cuito, já estão prontos três mil imóveis, dos 6 mil previstos, ao passo que no Andulo estão todas concluídas.

3.10.16 Mais de noventa famílias sem residências

Jornal O Crime

20 De Outubro de 2016

Texto: Zeferino Salembé

Sem ter mais onde recorrer, já que até uma queixa-crime foi feita à Procuradoria-Geral da República, alguns proprietários de apartamentos dirigiram-se ao 'O Crime' para denunciar aquilo que chamam de burla da parte da Sonangol Imobiliária e Propriedades (SONIP), a antiga responsável pelo processo de construção e comercialização das centralidades.

Os visados, que preferiram falar sob anonimato, por represálias ou retaliações da parte da SONIP ou da IMOGESTIN, têm em mãos os contratos há mais de um ano, assim como receberam as chaves dos respectivos apartamentos. Mas, para o espanto de tudo e todos, continuam a ver navios no que diz respeito à entrada nas casas que pagaram e das quais são os legítimos proprietários.

"Tudo porque a SONIP alegava, aquando da recepção das chaves, que os apartamentos teriam sido ocupados ilegalmente por outros cidadãos, mas que, no prazo de 30 dias, iria resolver a situação", explicaram os proprietários, visivelmente inconformados com a actual situação.

E não é para menos, pois já lá vão mais de um ano desde que a situação mantém-se e, segundo disseram, tanto a SONIP como a IMOGESTIN não têm sabido dar-lhes uma resposta satisfatória, tal como retirar os ocupantes ilegais para que eles, enquanto proprietários legítimos, já que têm em posse os contratos feitos com a SONIP e toda a documentação que atesta tal facto, consigam morar nas residências que adquiriram em regime de renda resolúvel.

"Mas, até a data em que estamos, a SONIP não se pronuncia, não convoca nenhuma reunião para esclarecer o caso.

As pessoas vão para lá e não atendem ninguém", denunciaram, realçando que nem marcando, via telefónica, através de uma extensão existente no piso inferior do edifício em que funciona a SONIP, os proprietários são recebidos por algum responsável.

Para o descontentamento dos mesmos, a resposta que recebem do outro lado da linha é que há sempre

inconveniência ou indisponibilidade das pessoas do gabinete para os atender.

"O pior ainda é que as pessoas que normalmente atendem o referido telefone, nunca estão a par do assunto ou, pelo menos, fazem parecer que não estão. Pelo contrário, fingem que lamentam muito a nossa situação, apontam a nossa reclamação, mas isso não passa de disfarce", sustentaram, para depois dizer que, mesmo com os dados deixados à pessoa do outro lado da linha telefónica, as coisas nunca mudam.

PGR está a ver navios?

É o que parece estar a acontecer com este caso. Tudo porque, segundo os queixosos, já abriram um processo-crime contra a SONIP na Procuradoria-Geral da República (PGR), sob o número 1042115; mas, para o seu desagrado, nem água vem nem água vai. Tudo continua em 'águas de bacalhau'.

No processo, os promitentes compradores, conforme são designados no contrato assinado entre as partes, denunciavam a situação por que estão a passar ao longo desse tempo todo e solicitavam a devida intervenção deste órgão judicial, pelo facto de os seus apartamentos encontrarem-se ocupados ilegalmente, não obstante terem em sua posse as chaves, contratos e demais documentação.

Todavia, denunciaram, nem este expediente está a surtir efeito para a reposição da legalidade e receberem o que lhes é devido, isto é, os seus apartamentos.

3.10.17 “Os invasores vieram do prédio da Cuca”

Jornal O Crime

29 De Outubro de 2016

depois de os mesmos entrarem, efectivamente, nos apartamentos.

Segundo fizeram saber, a SONIP alega que os invasores são moradores do demolido Prédio Cuca, antes sito no Kinaxixi, e, por isso, não podem sair dos apartamentos porque já decorre, em tribunal, um processo referente a isso.

"E foi o referido tribunal que anuiu a nossa permanência nos apartamentos", rebateram, sublinhando que esta situação não lhes pode ser imputada ou prejudicá-los, porque seguiram todas as normas estabelecidas no contrato com a SONIP, cumprindo com todos os requisitos e exigências, bem como procederam ao pagamento nos mais variados bancos e, depois de um ano, ainda não viram a cor do interior dos seus apartamentos.

"Durante esse tempo todo, a nossa vida baseia-se em bailes. Vamos à SONIP esta remete-se ao silêncio; vamos à PGR, para repor a legalidade, este organismo do Estado apenas diz que vai resolver, mas os dias passam e a situação continua na mesma ou tende a piorar", constataram, para depois dizer que estão com as mãos atadas, pois não sabem mais onde recorrer para ver a sua situação resolvida.

"Muitos de nós vivemos em casas de rendas; outros, em casas dos pais, somos chefes de família e fizemos tudo para termos, cada um, os nossos próprios tectos para vivermos", disseram.

Ainda assim, solicitam a quem de direito no sentido de intervir no caso, ou seja, a fim de saber de que lado pende a verdade.

'Alguém deve-nos uma explicação e revolução deste caso. Mas, ao que parece, ninguém está a se dignar resolvê-lo. Por isso, as instituições do Estado devem vir em socorro dos cidadãos e dirimir este 'imbróglio', uma vez que nós temos a documentação em dia", resumiram, apelando uma intervenção das instituições afins, porque são noventa ou mais famílias que se encontram nesta situação.

Nem a IMOGESTIN assume

Segundo apurou este jornal, a SONIP passou todos os processos para a IMOGESTIN, a nova gestora imobiliária das centralidades. Mas, para o espanto destas famílias, a IMOGESTIN 'lavou' as mãos quanto ao caso em questão, remetendo tal resolução para a SONIP, alegando que só tomará conta do caso

3.11 NOVEMBRO 2016

3.11.1 Preços dos terrenos estão em estudo

Jornal de Angola
13 De Novembro de 2016

O Ministério do Urbanismo e Habitação realiza amanhã, em Luanda, um seminário nacional sobre "Preços a fixar na concessão dos direitos fundiários", informa um documento do departamento ministerial.

No documento, enviado ontem ao Jornal de Angola, o Ministério do Urbanismo e Habitação refere que o objectivo do seminário é definir, de forma simples, clara e objectiva, o preço do metro quadrado dos terrenos em Angola, à luz das diversas modalidades previstas na Lei de Terras.

O seminário, que é realizado em parceria com os ministérios das Finanças e da Administração do Território, é destinado a funcionários de departamentos ministeriais, dos governos provinciais, institutos, empresas públicas, fundações e de organizações da sociedade civil.

O encontro vai recolher contribuições no âmbito da elaboração do Projecto de Decreto Executivo Conjunto dos Ministros do Urbanismo e Habitação e das Finanças, que aprova a tabela de fixação do preço do metro quadro na concessão dos direitos fundiários, à luz do Respectivo regulamento, aprovado através do Decreto nº 58/07, de 13 de Julho.

Regime jurídico das terras

A nova Lei de Terras, que estabelece as bases gerais do seu regime jurídico e o regime geral de concessão e constituição dos direitos fundiários, foi promulgada, em Diário da República, em 2004.

Com 86 artigos, a lei estabelece as bases gerais do regime jurídico das terras integradas na propriedade originária do Estado, os direitos fundiários que sobre estas podem recair e o regime geral de transmissão, constituição, exercício e extinção destes direitos. A lei aplica-se aos terrenos rurais e urbanos sobre os quais o Estado constitua algum dos direitos fundiários nela previstos, em benefício de pessoas singulares ou colectivas de direito público ou privado, com vista à prossecução de fins de exploração agrícola, pecuária ou silvícola.

O mesmo acontece em relação à exploração mineral, industrial, comercial, habitacional, de edificação

urbana ou rural, de ordenamento do território, protecção do ambiente e de combate à erosão dos solos.

Nos termos da nova lei, "a terra constitui propriedade originária do Estado" pelo que se tomam nulos os negócios de transmissão ou oneração da propriedade dos terrenos integrados nesses domínios. Também não podem adquirir-se por usucapião quaisquer direitos sobre terrenos integrados no domínio privado do Estado ou das comunidades rurais. A lei estabelece que os direitos fundiários adquiridos, transmitidos ou constituídos extinguem-se pelo seu não exercício ou pela inobservância dos índices de aproveitamento útil e efectivo durante três anos consecutivos ou seis interpolados, qualquer que seja o motivo.

O Estado respeita e protege os direitos fundiários de que sejam titulares as comunidades rurais, incluindo aqueles que se fundam nos usos ou no costume. A lei ressalta que os terrenos dessas comunidades podem ser expropriados para utilidade pública, mediante justa indemnização. No que toca ainda à expropriações, a lei refere que "ninguém pode ser privado, no todo ou em parte, do seu direito fundiário limitado" e que "o Estado e as autarquias locais podem expropriar terrenos, contanto que estes sejam utilizados para um fim específico de utilidade pública".

Comunidades rurais

O diploma também salvaguarda os direitos das comunidades rurais em terrenos reservados, às quais o Estado assegura a afectação de despesas que visem a promoção do seu bem-estar resultantes das taxas cobradas pelo acesso aos parques e pela caça, pesca ou actividades turísticas ali desenvolvidas.

No que se refere ao domínio útil consuetudinário, o Diploma reconhece às famílias que integram as comunidades rurais a ocupação, posse e os direitos de uso e fruição dos terrenos rurais comunitários por elas ocupados e aproveitados de forma útil e efectiva, segundo o costume.

O exercício deste domínio é gratuito e não prescreve, mas pode extinguir-se pelo não uso e pela livre desocupação nos termos das normas consuetudinárias,

Os litígios relativos aos direitos colectivos de posse, gestão, uso e fruição e domínio útil consuetudinário dos terrenos rurais comunitários são decididos no interior das comunidades rurais, de harmonia com o costume nelas vigente.

A lei estabelece, por último, que as pessoas singulares e colectivas que ocupam, sem qualquer título, terrenos do Estado ou das autarquias locais, devem, no prazo de três anos, requerer a emissão de título de concessão.

3.1.1.2 Abordada clarificação na venda de terrenos

Jornal de Angola

15 De Novembro de 2016

Victorino Joaquim

A Instituição de um quadro legal para clarificar os poderes das autoridades tradicionais, em relação à concessão de direitos fundiários no país, foi defendida ontem, em Luanda, no termo do seminário nacional sobre fixação de preços e direitos da terra.

O seminário promovido pelo Ministério do Urbanismo e Habitação permitiu encontrar a fórmula "simples, clara e uniforme", para o cálculo do metro quadrado de terreno pelas distintas entidades concedentes de direitos fundiários, nas diversas modalidades previstas na Lei da Terra.

Na concessão de direitos fundiários, os participantes recomendaram a definição de uma tabela de preços especial para os antigos combatentes e militares. Defenderam a existência de planos de ordenamento do território, com vista à definição do uso e ocupação dos solos, facilitação e classificação dos terrenos a serem concedidos, e atualização da cartografia do país.

A revisão pontual da Lei de terras e a fiscalização das concessões de terra foram outras recomendações saídas do seminário, que discutiu, entre outros, tema como o enquadramento sobre a problemática da fixação de preços na concessão de direitos fundiários e a arrecadação de receitas provenientes da concessão de direitos de superfície.

Os participantes concluíram que há necessidade dos serviços da administração local do Estado distinguirem competências na concessão de direitos fundiários, embora esteja tipificado na Lei de Terra. A existência de um elevado número de autoridades, que concedem terrenos sem disporem de competência para o efeito, também preocupou os participantes no seminário. Para determinar o preço dos terrenos fundiários, o seminário determinou a observação de valências como a classificação, localização, finalidade, grau de desenvolvimento, prazo de concessão e infra-estruturas.

Ministra do Urbanismo e Habitação disse na abertura do seminário que na sua dimensão jurídica, a problemática da terra não pode deixar de ser tratada de forma integrada e em função dos seus múltiplos usos.

Branca do Espírito Santo apontou os terrenos urbanos integrados no domínio privado do Estado ou das autarquias locais, as pequenas parcelas insuficientes para construção regular, os terrenos concedidos por aforamento ou arrendamento, como os que podem ser sujeitos a venda.

3.1.1.3 Começou venda de lotes em projecto urbanístico

Jornal de Angola

24 De Novembro de 2016

Texto: Jesus Silva

Quatrocentos e trinta e três lotes dos 350 hectares da primeira fase do Projecto de Urbanização Palmar, na Banha do Norte, Lobito, começaram a ser vendidos na terça-feira, depois do lançamento do processo pelo governador de Benguela, Isaac dos Anjos.

Os lotes, preparados há dois anos, têm mil metros quadrados e são servidos por serviços públicos, um sistema de fornecimento de água captada no rio Cubal da Hanha e eletricidade provida pela barragem do Biópio já na fase de construção das habitações, apurou o Jornal de Angola durante o lançamento das licitações.

Cem mil kwanzas é o preço do metro quadrado dos lotes de localização mais valorizada, mas a Oferta prevê preços de entre 27 e 30 mil kwanzas em parcelas de padrão mais baixo.

Vão haver lotes para edificar "mansões com o mar e o céu à volta", disse Isaac dos Anjos, notando que há um considerável espaço para os investidores de rendimentos menores satisfazerem as suas expectativas, posto que "não podem ser excluídos."

Está consagrado um espaço 10- ateadado para alojar as comunidades rurais, com um parque para os rebanhos de gado, uma nova ligação rodoviária para o Egípcio Praia, uma localidade do Lobito, uma pista para receber aviões de pequeno porte e um aeródromo.

O governador de Benguela declarou que as autoridades provinciais pesquisaram sobre o desenvolvimento de projecto do género em Angola e no estrangeiro e que "os arquitetos têm estado a fazer

desenhos espetaculares, os quais podem permitir sonhar."

Isaac dos Anjos indicou que a concepção do projecto foi impulsionada pela perspectiva da construção da Refinaria do Lobito e outros espaços empresariais naquela região, pelo potencial de emprego, a necessidade de ligação entre as cidades do litoral e o desenvolvimento do turismo a sul de Luanda.

As características naturais e as dimensões da região abarcada pelo projecto foram amplamente referidas pelo governador.

Nas três fases seguintes, está prevista a licitação de 1.050 lotes e a extensão de 7,5 quilómetros de estrada. Um resort com investidores já identificados serão construído. Do naquela área.

O vice-governador de Benguela para a Área Técnica e Infraestruturas, o administrador e o administrador adjuntos do Lobito, Victor Moita, Maria Kalesso e John Dalton de Carvalho participaram no lançamento.

3.11.4 Moradores do prédio da ECIL com destino incerto

Jornal O PAÍS

25 De Novembro de 2016

Texto: Afrodite Zumba

Os moradores do prédio da Ecil, onde ocorreu um incêndio de grandes proporções em, consequência de um aquecimento de geradores, conforme explicou à imprensa o secretário de Estado do Interior, Eugénio Laborinho, afirmam que até ontem não tinham recebido qualquer informação sobre o seu alojamento, facto que está a deixá-los de ânimos exaltados.

Alguns pernottaram ao relento, outros no interior de viaturas, enquanto outros refugiaram-se Na casa de familiares. Esta situação está a preocupá-los porque não sabem onde vão passar os próximos dias, tal como afirmou Leandro Silva, morador do referido prédio há mais de 20 anos.

"Não sabemos se vamos ser alojados ou se continuaremos a pernottar na rua, uma vez que até agora nenhum funcionário da Administração do Distrito Urbano da Ingombota se pronunciou", assinalou.

Os desabrigados dizem não entender o motivo do silêncio das autoridades, visto que pela manhã era visível a presença de alguns funcionários da Administração no local, que faziam levantamentos

Sobre o número de apartamentos e de moradores que ficaram sem tecto. Entretanto, a Acção dos técnicos não passou disso, visto que até ao fecho desta edição não havia confirmação de um possível alojamento e os moradores continuavam ao relento. António Mayanputo, morador há mais de 30 anos no edifício, mostrou-se agastado com o volume de informações distorcidas que têm sido veiculadas a respeito do para deíro que se dará aos moradores.

"Ouvi na rádio que fomos alojados, é pura mentira. Dormimos na rua. Estão a passar informações erradas", explicou, acrescentando que o normal seria reunirem com os moradores do prédio e prestar alguns esclarecimentos sobre as medidas que serão tomadas posteriormente.

Para si, o comportamento dos funcionários da Administração revela falta de interesse, porque eles constataram que nos passeios de outros prédios ao redor estão sentadas senhoras com idade avançada e mereciam outra forma de tratamento. Segundo apurou OPAÍS na manhã de ontem, alguns moradores mostravam-se enfurecidos pelo facto de não terem nenhuma assistência de alimentação e água. "Desde manhã nem uma garrafa de água nos deram".

Angolissar quer autorização para colocar novo gerador Este jornal contactou a direcção da empresa Angolissar, que tem escritórios no referido prédio, tendo o seu director de importação, João Maria, afirmado que tiveram danos apenas com o gerador.

"O escritório continua intacto, tivemos prejuízos apenas com o gerador. Não sei dizer exatamente em quanto está orçado", acrescentando que tão logo lhes seja autorizado vão substituí-lo e dar sequência às suas actividades.

Administração remete-se ao silêncio Durante a permanência da equipa de reportagem deste jornal no local, foi possível constatar a presença da equipa de funcionários da Administração do Distrito Urbano da Ingombota, incluindo funcionários dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros (SPCB).

Ao serem interpelados pelo PAÍS afirmaram que estavam a proceder ao levantamento dos apartamentos, dos habitantes e sobre os danos causados. Sendo que posteriormente seriam prestados mais esclarecimentos.

"Estamos a recolher os dados e depois vamos passar as informações", garantiu um dos técnicos do (SPCB). Entretanto, três horas depois não obtivemos resposta alguma, visto que os mesmos se haviam ausentado do plantão. OPAÍS tentou ainda o

contacto com responsáveis da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda (CACL), porém esses mostraram-se indisponíveis a falar à nossa reportagem.

De frisar que pelo menos 10 apartamentos foram afectados pelas chamas. Alguns moradores tiveram as suas residências parcialmente carbonizadas enquanto outros perderam 90 por cento dos respectivos bens.

3.11.5 Urbanismo regulariza concessão de terrenos

Jornal de Angola

26 De Novembro de 2016

Texto: Pereira Dinis

Os serviços de Administração local do Estado encontram dificuldades em distinguir as competências na concessão dos direitos fundiários, constatou o Ministério do Urbanismo e Habitação.

O departamento ministerial reconhece ser preciso cumprir o estabelecido na legislação a esse respeito, sobretudo o tipificado na Lei de Terras.

O debate sobre a questão fundiária, em particular, o que diz respeito a preços, deve ser intensificado, como recomendaram os participantes num seminário sobre esta temática realizado em Luanda.

A ausência de instrumentos do ordenamento de território tem facilitado a ocupação ilegal dos solos, referem especialistas do sector, que acrescentam que o direito de propriedade, como o fundiário, constante na Lei de Terras, só pode ser concedido em relação a terrenos urbanos.

É preciso admitir a concessão do direito de propriedade sobre terrenos rurais mediante a valorização dos mesmos, sem que onerem o Estado em caso de expropriação, dizem os quadros do sector, que consideram necessário clarificar as competências dos intervenientes na tramitação dos processos para a constituição de direitos fundiários. A este respeito, referem que existe uma tabela nacional de preços aprovada para cobrar nas concessões de direitos fundiários a nível nacional.

Para determinar o preço dos terrenos fundiários, devem ser consideradas algumas valências, como a classificação, localização, finalidade, grau de desenvolvimento, infra-estruturas e serviços existentes, referem.

O Ministério do Urbanismo e Habitação refere que existe alguma insuficiência técnica dos diferentes

agentes da Administração Pública em interpretar, quer a Lei de Terras como a Lei do Ordenamento do Território e Urbanismo, tendo como consequência as distorções que se registam na sua aplicação.

"Há uma necessidade urgente de se consagrar em Lei a forma ou procedimento que devem ser observados para materializar a reversão dos direitos fundiários, nos casos em que não ocorra o aproveitamento útil e efectivo dos terrenos concedidos, dentro do prazo estabelecido na Lei de Terras", dizem os especialistas.

Em algumas localidades, existem autoridades que concedem terrenos sem que disponham de competência para o efeito de acordo com a Lei e com falta de articulação entre as mesmas. Sobre isso, há a necessidade de clarificar o papel das autoridades tradicionais, concluíram os técnicos do sector.

Uniformização de critérios

O Ministério do Urbanismo e Habitação recomendou a deslocação às províncias de equipas de trabalho para, em conjunto com as autoridades provinciais, aprofundarem os aspectos apresentados. O ministério deve proceder à uniformização dos contratos de concessão de modo de a serem inseridas cláusulas obrigatórias, como é o caso da garantia do aproveitamento útil e efectivo dos terrenos, assim como instituir um quadro legal para clarificar os poderes das autoridades tradicionais no que concerne à concessão de direitos fundiários.

O Ministério do Urbanismo e Habitação preconiza a definição de uma tabela preços especial para antigos combatentes e militares, na concessão de direitos fundiários e a necessidade da existência de planos de ordenamento de território no sentido de definir o uso e ocupação dos solos, bem como para facilitar a classificação dos terrenos a ser concedidos.

Para os quadros, é necessário clarificar os encargos das infra-estruturas, sejam do Estado, sejam concessionários, e a criação de instrumentos que incentivem o investimento privado no sector do urbanismo.

Como recomendações, o sector considera importante actualizar a cartografia do país, dotar o IGCA de recursos, proceder a uma revisão pontual da Lei de Terras, uniformizar os procedimentos na instrução dos processos e das cobranças de taxas de emolumentos.

Os técnicos recomendam a diferenciação das vendas de terrenos "ambulatórias" e jurídicas, a fiscalização da aplicação da Lei de Terras e do seu regulamento, e as concessões de terrenos, assim como a substituição

das expressões "Município do tipo A", por "Localidade do tipo A".

Agir com base na lei

A ministra do Urbanismo e Habitação, Branca do Espírito Santo, afirmou que a questão da terra "na sua dimensão jurídica não pode deixar de ser tratada de forma integrada e em função dos seus múltiplos usos".

A governante citou, como usos possíveis da terra, o suporte de abrigo ou habitação da população residente no território, o abrigo de riquezas naturais, o suporte do exercício de actividades económicas, agrárias, industriais e de prestação de serviços e o suporte de todos os efeitos resultantes da açamo desregada ou degradante do homem com impacto negativo no equilíbrio ecológico.

Essa situação; descrita na Lei, obriga, no caso de a terra servir de suporte de abrigo ou habitação da população residente no território, implica um adequado regime urbanístico, e o abrigo de riquezas naturais deve-se basear no uso e aproveitamento revela do direito mineiro, agrário, florestal e de ordenamento do território, enquanto a açamo degradante do homem deve ser entendida no quadro do Direito do Ambiente.

Branca do Espírito Santos referiu que a Lei de Terras "estabelece as bases gerais do regime jurídico das terras integradas na propriedade originária do Estado, os direitos fundiários que sobre estas podem recair e o regime geral de transmissão, constituição, exercício e extinção destes direitos".

Esta Lei, prosseguiu, "aplica-se também aos terrenos rurais e urbanos sobre os quais o Estado constitua algum dos direitos fundiários nela previstos em benefício de pessoas singulares ou de pessoas colectivas de direito público ou de direito privado, designadamente com vista à prossecução de fins de exploração agrícola, pecuária, silvícola, mineira, industrial, comercial, habitacional, de edificação urbana ou rural, de ordenamento do território, protecção do ambiente e de combate a erosão dos solos".

Terra pertence ao Estado

A ministra disse que "a terra constitui propriedade originária do Estado, integrada no seu domínio privado ou no seu domínio público", mas "o Estado pode transmitir ou onerar a propriedade dos terrenos integrados no seu domínio privado".

A governante adiantou que a transmissão do direito de propriedade e a constituição de direitos fundiários

limitados sobre terrenos integrados no domínio privado do Estado "podem ter lugar com o objectivo de garantir o aproveitamento útil e efectivo destes". Desta forma, acrescentou, os direitos fundiários adquiridos, transmitidos ou constituídos nos termos da lei "extinguem-se pelo seu não exercício ou pela inobservância dos índices de aproveitamento útil e efectivo durante três anos consecutivos ou seis anos interpolados, qualquer que seja o motivo".

A ministra apontou, como tipos de direitos fundiários que podem ser exercidos por pessoas singulares e colectivas nos terrenos concedíveis integrados no domínio privado do Estado, a propriedade privada, o domínio útil consuetudinário, o domínio útil civil, o direito de ocupação precária e o de superfície.

"A constituição ou concessão dos tipos de direitos fundiários previstos, rege-se pelas disposições e limites da lei e dos seus regulamentos", frisou, para adiantar que só podem ser objecto de venda os terrenos urbanos concedíveis integrados no domínio privado do Estado ou das autarquias locais.

São ainda passíveis de venda as pequenas parcelas de terreno insuficientes para construção regular confinantes com terreno pertencente ao requerente em regime de propriedade perfeita e que não possam aproveitar a qualquer outro proprietário ou concessionário confinante e as parcelas concedidas por aforamento ou arrendamento formando terreno contínuo com parcelas de propriedade privada, no qual se encontre já constituído edifício devidamente aprovado.

Podem ser objecto de concessão os terrenos integrados no domínio público, os terrenos abrangidos por uma reserva total, os terrenos rurais comunitários, enquanto integrados no domínio útil consuetudinário, sem prejuízo do disposto nos números 4 e 5 do artigo 37.0 da Lei n.º 9/04, de 9 de Novembro os terrenos que só possam ser ocupados por meio de licença especial. Branca do Espírito Santo clarificou que "não pode ser transmitido a pessoas singulares ou a pessoas colectivas de direito privado o direito de propriedade sobre terrenos rurais integrados, quer no domínio público do Estado, quer no seu domínio privado".

3.12 DEZEMBRO 2016

3.12.1 Terreno milionário vendido ao ex-BESA

Jornal Manchete

02 De Dezembro de 2016

Fonte: CM

O terreno do Kanhangulo, em Angola, que terá servido de meio para a circulação de oito milhões de euros entre Hélder Bataglia e Carlos Santos Silva e cujo beneficiário terá sido José Sócrates foi efectivamente vendido ao antigo BES Angola (BESA).

O negócio foi feito por mais de metade do preço fixado no contracto promessa de compra e venda entre Angola Investments - do Grupo Lena- e Eninvest Investments - na esfera do antigo presidente da ESCOM, em 2010. Segundo apurou o CM, os dados recolhidos pela investigação indiciam que o contrato-promessa para a venda do Kanhangulo, por 35 milhões de euros, à empresa de Bataglia, terá sido elaborado de forma fictícia para justificar a transferência dos oito milhões de euros. O contrato reporta à data de Dezembro de 2010 mas terá sido feito posteriormente, acreditam os investigadores.

Os emails apreendidos mostram que o BESA avaliou o Kanhangulo em cerca de 13 milhões de euros menos de metade dos 30 milhões acordados no contrato alegadamente simulado. Henrique Resina, antigo consultor do BES Angola à época presidido por Álvaro Sobrinho foi alvo de buscas no âmbito da Operação Marquês. Resina foi um dos elementos que negociaram com o Grupo Lena a efectiva venda do terreno do Kanhangulo, em 2012, emails entre o Grupo Lena e pessoas relacionadas com o BESA, comprovam que a única operação real em torno do terreno do Kanhangulo foi a negociação decorrida entre esse banco e a construtora.

3.12.2 População em zona de risco

Jornal de Angola

05 De Dezembro de 2016

Texto: Nicodemos Paulo

Os municípios do Uíge, Negage, Maquela do Zombo, Quimbele e Dange Quitexe apresentam novas áreas de risco devido ao surgimento de ravinas que ameaçam atingir residências e várias infra-estruturas económicas e sociais ergui das nestas localidades,

informou o comandante provincial dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros.

O subcomissário bombeiro Manuel Pedro Queta manifestou-se preocupado com a situação, mas diz não entender o comportamento da população que insiste em construir em zonas consideradas de risco, em terrenos deprimidos e próximo do leito dos rios e de valas de drenagem.

Os Serviços de Protecção Civil e Bombeiros identificaram 15 novas áreas de risco habitacional nos municípios do Negage, Maquela do Zombo, Quimbele, Uíge e Dange Quitexe. Manuel Pedro Queta lembrou que, em Novembro de 2015 e em igual período de 2016, foram identificados 50 apartamentos com altos níveis de degradação em alguns edifícios da cidade, referindo que muitos destes apresentam fissuras em diversos pontos dos compartimentos, quedas de detritos e humidade, capazes de favorecer o surgimento de sinistros.

Dado a gravidade da situação, o responsável considera importante que sejam desencadeadas acções de demolição preventiva do edifício de carácter residencial e comercial, na rua Comandante Bula, na cidade do Uíge.

Recordou que, nos últimos meses, a corporação procedeu à remoção de produtos tóxicos que atormentavam os alunos do Instituto Médio Politécnico Manuel Quarta Punza, além de ter realizado várias campanhas de sensibilização sobre prevenção e gestão de riscos nos hospitais, escolas e comunidades.

A corporação extinguiu 143 incêndios de pequena e média proporção, que provocaram 11 mortos e prejuízos materiais estimados em 330 milhões e 978 mil kwanzas.

3.12.3 Pai de Rufino ainda chora a morte do filho

Novo Jornal

09 De Dezembro de 2016

Marciano Rufino António, de 41 anos de idade, pai do adolescente Rufino António, de 14 anos, vítima mortal de um disparo feito, alegadamente, por um militar continua a lamentar a tragédia que abalou a sua família, da qual ainda não se refez.

O morador da zona do Walele, onde residia há seis anos, relatou ao Novo Jornal que, após a morte do filho, a sua esposa teve de ser evacuada para a província do Kwanza-Norte por não "aguentar a dor

de perder o seu primeiro rebento. "O Rufino era o mais velho dos quatro filhos que temos. Ele ajudava-nos na lida de casa e a cuidar dos irmãos. A mãe não consegue mais ficar em Luanda e está com problemas da cabeça. Por isso, toda a minha família teve de ser evacuada para a província, apenas fiquei eu", detalhou.

O progenitor de Rufino assegura que o filho foi vítima de um disparo efectuado por militares. "Os miúdos ouviram que o colégio onde estudam estava a ser partido, então, correram para lá. Quando chegaram, encontraram a tropa a dar tiros e uma bala atingiu a cabeça do meu filho. Os militares pegaram no corpo da criança e levaram-no directamente à morgue central de Luanda, onde encontramos o cadáver do meu menino", explicou o pai, lamentando a falta de apoio do governo para o enterro do filho.

"Não tivemos nenhum apoio das autoridades, senão da família, igreja e amigos", desabafou. A. P.

3.12.4 Vítimas de demolições no Zango com futuro incerto

Novo Jornal

09 De Dezembro de 2016

Texto: António Paulo

Sem autorização para reerguer as casas destruídas por militares, populares do Zango sentem-se desolados e exigem uma resposta das autoridades sobre o seu destino. O Novo Jornal regressou, esta semana, à zona das demolições, onde constatou a ausência de militares e uma aparente acalmia para os moradores que, durante meses; tiveram de conviver com o barulho das máquinas demolidoras, tiroteios e um rol de barbaridades perpetrado pelos soldados.

Os escombros estão bem presentes na zona do Guimbi, localidade do Zango 1 muros caídos e casas destruídas. É um cenário de guerra o que se observa naquela zona de Luanda, onde há mais de dois meses ocorreram demolições de residências em massa, atribuídas à Zona Económica Especial, sob protecção de militares armados.

Foi naquela mesma zona que a equipa do Novo Jornal que tem vindo a acompanhar as demolições foi detida e torturada durante seis horas por homens armados que ali se encontravam destacados, tal como reportou este semanário na edição 447, de 2 de Setembro do corrente ano.

Oliveira Cassegunda foi outra das vítimas. Acompanhava a equipa do Novo Jornal e também

sofreu as agruras dos maus-tratos infligidos pelos soldados.

Presidente da comissão de moradores e 1º secretário do Comité de Acção (CAP) 499 do MPLA no sector 68, Cassegunda lembra que, no dia em que foi torturado com os repórteres do NJ António Paulo e Adjali Paulo e o motorista Ramos Njila, teve de desembolsar 100 mil kwanzas para evitar que a sua casa fosse totalmente demolida.

"Primeiro, partiram o quintal, a varanda e a casa de banho. Depois da nossa detenção, regressaram comigo e pediram-me dinheiro para que a minha casa não fosse deitada abaixo por completo", pormenorizou o cidadão, que apela à intervenção do Presidente da República (PR) para que haja uma solução definitiva para o problema.

"Graças a Deus, estamos a viver uma certa acalmia. Mas não sabemos que fim darão ao nosso caso. A população constituiu um advogado que está a trabalhar no assunto, mas as autoridades, até ao momento, não dizem nada. Por isso, queremos que o PR diga alguma coisa para resolver o nosso problema", exprimiu o responsável comunitário, que estima em perto de 10 mil o número de famílias que viram as casas demolidas nos Zangos 1, 2, 3 e 4.

A esposa de Oliveira Cassegunda, Jocelina Noé, de 26 anos, não quer recordar o episódio vivido e apenas apela por justiça. "Aquilo foi horrível, parecia um filme de terror. Nunca vive situação igual. Os militares vinham armados com carros sem matrícula e faziam de tudo. Levaram o meu esposo como se fosse um bandido e depois partiram uma parte da nossa casa. Não há respeito pelos direitos humanos neste país. Isto está mal", lamentou a jovem, exibindo um rosto carregado de tristeza.

"Há três meses que a nossa vida está calma com a saída dos militares, mas vivemos numa tristeza porque estamos quase ao relento. Já não temos dinheiro para reconstruir o que partiram e, psicologicamente, estamos derrotados", lamentou Jocelina, acrescentando que, quando a sua casa foi parcialmente destruída, o seu filho contava apenas três meses de idade.

"Somos lixo ou cidadãos?"

José Manaca, de 57 anos de idade, reside na zona há 16 anos. A sua casa também foi parcialmente destruída pelos militares num dia em que, segundo contou se encontrava ausente. "Tinha saído e, quando voltei, encontrei as paredes do quintal demolidas e as crianças disseram-me que tinham sido os tropas. No dia seguinte, regressaram com tractores

e pediram-me para retirar as coisas para terminar a destruição da casa. Implorei e o chefe do grupo teve compaixão e evitou a destruição. Com a morte do Rufino e todas aquelas confusões, as demolições pararam e continuamos aqui", relatou.

José Manaca também não sabe o que o destino lhe reserva, mas assegura que a saída dos militares deixou a zona sossegada. "Mas, agora, somos lixo ou cidadãos? Vivemos quase ao relento, casas sem quintais, outras destruídas por completo e ninguém resolve o nosso problema", queixou-se o homem.

Sebastiana Fernandes, de 57 anos de idade, vive na zona desde 1981. A mulher, que reside numa casa de chapa, afiançou que a sua residência não foi destruída pelos militares porque eles tinham as atenções viradas para as construções definitivas.

"Eu assisti a tudo. Foram dias de terror. Os militares armados roubaram materiais de construção, e não só. Cobraram dinheiro para não partir casas, bateram nas pessoas, violaram mulheres e mataram um menino. Aqui ninguém mais dormia. Foi muito triste e revoltante. Agora, estamos à espera da decisão do governo: se vamos sair daqui ou não'. O que nós queremos é paz", apelou a munícipe.

3.12.5 Governador do BNA esbulha terreno de cidadão pobre, sob cumplicidade de juiz

*10 De Dezembro de 2016
Jornal Folha 8*

Em Angola fica cada vez mais claro que o pobre não tem acesso a justiça e não pode, sequer, contar com a sua imparcialidade. Os ricos, estes para além das custas não lhes causarem problemas, podem ainda influenciar, através de tráfico de influência e ou outras benesses os juízes.

Nos últimos tempos o autóctone Moisés Sebastião António Mateus já não cabe em si de tanta reza, que o segura, para não cometer um acto tresloucado, intrigado com o comportamento indecoroso e ambição desmedida, por sinal, de um ex-seminarista, agora nas vestes de governador do Banco Nacional de Angola, Walter Filipe, que esbulhou o seu pedaço de terra.

"Ele não é ambicioso é mau! É um homem sem escrúpulos, que não se coíbe de tirar aos pobres, como o meu tio Moisés, um homem honesto, que está a ser roubado, por quem não tem necessidade, mas como é bajulador oficial do Presidente da República, pode roubar com imunidades", disse

Filipe Massokotala, referindo se ao governador do Banco Nacional de Angola, que tem um colégio contíguo ao terreno de Moisés. "Ele pretende ampliar o seu colégio e, então, nada mais está a fazer do que um roubo com apoio e cumplicidade institucional, quer da administração de Luanda, quer dos tribunais, pois ele pode corromper estes órgãos e o juiz, com dinheiro que rouba do BNA". Verdade ou não, Walter Filipe não tinha necessidade de estar a manchar, a reputação em querela de terrenos, pois, com mais duas bajulações ele consegue, outros terrenos, não precisando de roubar, a quem não tem mais nada como património, para si e descendentes".

Moisés Sebastião António Mateus, angolano tem a posse pública e pacífica de uma parcela de terreno desde 1998, na zona de Santo António, onde cunhou com o suor das próprias mãos plantando, mais de duas dezenas de mangueiras (que atingem a maioria em cerca de 3 anos e meio) 12 cajueiros (só dá fruto depois de 5 anos).

Com o avançar da urbanização da cidade capital e a transformação de antigas zonas agrícolas em condomínios, o requerente acautelou-se iniciando um processo de legalização do seu terreno na Administração Municipal de Viana e depois de Belas.

Fê-lo apresentando os competentes comprovativos, bem como o pagamento de impostos no Bairro fiscal, para demonstrar, ao Estado o seu comprometimento com a legalidade. Logo a forma para obter, também, o título de propriedade, capaz de conferir tranquilidade ao seu futuro e de seus descendentes.

Passado alguns tempos e, tardando a resposta dos órgãos da Administração do Estado, quanto a legalização do seu terreno, bate lhe a porta, num belo dia, um emissário do colégio adjacente ao seu terreno, propondo lhe a venda, com base num contrato, considerado a partida como leonino, dada as cláusulas desfavoráveis que o mesmo tinha.

Mas quando pensava estar no seu direito de aceitar ou não uma proposta de venda, Moisés foi confrontado com os maus figados dos novos ricos, ao ver invadida, através do esbulho violento, no dia 07 de Julho de 2016, a destruição dos dois muros de vedação e a invasão do seu terreno, com máquinas pesadas e destruindo as culturas e árvores nele implantadas. Intrigado a vítima não entende como é permitido a uns o recurso à força, não para fazer valer os seus direitos, mas para lesar os dos outros.

O artº 1279 do Código Civil, diz que o possuidor que for esbulhado com violência tem direito de ser

restituído provisoriamente, à sua posse, sem audiência do esbulhador.

Entretanto, intentando uma acção judicial, onde esperava poder contar com a imparcialidade e competência do juiz viu defraudadas todas as expectativas, quando o magistrado, reconhecendo a sua legitimidade, preferiu deferir a favor do mais forte, deixando as mais diversas especulações.

"Para mim o juiz recebeu cerca de 100 mil dólares do governador do Banco Nacional, Walter Filipe, que o corrompeu".

"Os dois são corruptos e envergonham o sistema judiciário e empresarial". Como se vê, deferir mal, encrava o autor junto da comunidade e, mácula a reputação do magistrado, que nunca deveria ter sido posta em causa.

Vejamos a pérola vertida na sentença do digno magistrado da 3ª Secção do Tribunal de Luanda da Sala do Civil e Administrativo, que reconhecendo a posse de Moisés, não lhe outorga o direito de ser proprietário, como se pode ler na sentença.

"Alega que tem a posse pública e pacífica de uma parcela de terreno desde o ano 1998, sita na zona de S. António, próximo do Colégio do Requerido, nesta, tem plantadas 18 (dezoito) mangueiras, e 2 (dois) cajueiros, numa zona que destinava-se para fins agrícolas. Com a implementação do Projecto de construção da cidade do Kilamba, o requerente iniciou o processo de legalização do mesmo, primeiro, na Administração Municipal de Via na e posteriormente do Belas, com apresentação de requerimentos para o efeito", disse o juiz.

Noutra parte o juiz reconhece o uso da força, por parte do governador do BNA, "porém, em meados de Fevereiro do ano em curso, a requeri da procurou pelo Requerente e manifestou o interesse no terreno, tendo para o efeito enviado um Modelo de contrato com propostas. O

Requerente ao analisar o referido contrato verificou que continha um conjunto de cláusulas que lhe eram desfavoráveis, tendo, declinado a proposta. Não se conformando, a Requerido no dia 07 de Julho do ano em curso, tomou de assalto a parcela de terreno e, utilizando máquinas, destruiu o muro de vedação, cortou as mangueiras e os cajueiros nele, plantados." Mas quando se julgava ter o juiz abraço a imparcialidade da lei, eis que começa a desconstruir a lógica da racionalidade "

O requerente invoca, ter sido violado os seus alegados direitos resultantes do direito de propriedade, por via da ocupação, mais não juntou

qualquer título a sustentar a sua qualidade, nem ao menos uma declaração de ocupação emitida por uma Entidade Pública.

Mais adiante o juiz sai da lógica e detem-se na seguinte parcela: "adquiriu o terreno de que se arroga ser sua pertença, tendo declarado que a referida parcela é um espaço cedido pela sua irmã e que anteriormente eram lavras, assim como as intenções manifestadas pelo requerido em relação ao mesmo terreno, tendo este apresentado ao requerente um modelo de contrato com propostas, facto que foi confirmado pela segunda testemunha assim, como a violência realizada nesta parcela. Todas, com excepção da segunda, elucidaram o "modus operandi", da entrada do Requerido no mesmo terreno"

No entanto pese estas observações, no final o juiz considera não haver ilicitude, por o positor do governador do BNA, não ter um título em papel. É caso para dizer se um cidadão cometer um homicídio, mas não tiver uma certidão ou BI, então não cometeu o ilícito.

E é este trocadilho que vai nortear tudo o resto de o rico suplantar sempre o pobre, por mais razões que este tenha.

"Destes preceitos resultam os três requisitos necessários à decretação da providência cautelar de restituição provisória da posse: a posse, o esbulho e a violência.

Nos termos do art, 1251 do Código Civil, posse é o poder que se manifesta quando alguém atua por forma correspondente ao exercício do direito de propriedade ou de outro direito real. Porque a posse integrará, necessariamente os elementos do corpus e animus, só pode arrogar, se possuidor quem se comportar, aparentemente, como titular de um direito real e o exercitar com essa disposição de espírito.

À posse em nome, próprio, definida no citado artº 2, opõe-se, assim, a chamada posse precária, ou detenção, configurada nas alíneas do art.º 1253. do CC.

Importa, pois, verificar se, no caso concreto, o requerente do procedimento é possuidor. Ora, no presente processo, não ficou provado que o Requerente tem ou tinha posse".

Esta observação analítica do juiz é de bradar os céus, pois não à voltas a dar quanto ao facto do homem ser detentor da parcela do terreno, pela posse pacífica e de boa fé, contrário ao comportamento do juiz.

"Para que exista posse é necessário que, para além do mero poder de facto sobre a coisa, haja por parte do agente a intenção de exercer como titular um direito real sobre a coisa.

A simples expressão «posse real, efectivas» traduz uma conclusão, para a obtenção da qual se torna necessária a existência de determinada premissa, que o tribunal não pode suprir officiosamente, uma vez que o julgador se encontra vinculado aos factos e não aos conceitos de direito articulados pelas partes. Da titularidade do direito de propriedade não decorre qualquer presunção de posse, outro sim se verificando a circunstância inversa, ou seja, de que a posse confere ao respectivo possuidor a presunção da titularidade do direito àquela correspondente. A posse pode ter como objecto direitos reais e direitos pessoais ou obrigacionais, mas desde que esses direitos estejam relacionados com coisas ou bens matérias. Como foi dito atrás a posse integra dois elementos, o corpus e o animus. O que quer dizer cada um destes elementos? O corpus da posse, traduz-se no «poder de facto» manifestado pela actividade exercida por forma correspondente ao exercício do direito de propriedade ou de outro direito real (a rt.251. e 1252, n.2, do CC), Actividade que não carece, aliás, de ser sempre efectiva, pois uma vez adquirida posse, o corpus permanece como que espiritualizado, enquanto o possuidor tiver a possibilidade de o exercer (art, 1257. n.1 do CC). Quanto ao animus, é possidendi, é a intenção jurídico real, a vontade de agir como titular de um direito real, que se exprime em certa actuação de facto (art. 1251). A posse contrapõe-se a detenção (artº 1253). No caso subjucede o Requerente não apresentou prova do seu direito de titularidade, não tem nenhum documento que justifica o animus, os seja, não justificou o modo de aquisição do direito de propriedade.

Não tendo nenhum documento que justifique a posse, esta não existe. Porquanto, não se vislumbra nos autos como o requerente adquiriu, embora ficou demonstrado que o mesmo recebeu o espaço por cedência da sua irmã que também, não tem legitimidade para o fazer.

Nos termos do artigo 5.2 da Lei 9/04, de 9 de Novembro (Lei de Terras). “ A terra constitui propriedade originária da terra, integrada no seu domínio privado ou seu domínio público”.

Por conseguinte, sendo a terra pertencente ao estado, ela não pode ser adquirida por usucapião (artigo 6.2 n 2 4 da citada lei).

Todavia a aquisição ou transmissão da terra só pode ser por qualquer dos meios regulados na lei de terras

e destes o requerente não apresentou prova de nenhum (art. 9 6.9 n.22 do citado diploma legal). Ora, no caso presente o Requerente do procedimento cautelar é detentor não qualificado, não dispõe de tutela possessória e não gozando desta, não devia intentar a providência cautelar de restituição provisória da posse.

Contudo, para restituição provisória ela posse é necessário que se verifique esbulho, entendendo se que há esbulho quando alguém foi privado do exercício de retenção ou fruição do objecto possuído ou da possibilidade de o continuar (Moutinho de Almeida, Restituição da posse, ocupação de imóveis, pág., 101, H. Mesquita, in *Direitos Reais*, Coimbra, p.126, c Manuel Rodrigues in *Posse*, 3.2 Ed., Coimbra, 1980, p. 362”.

O atrás vertido é um hino a discriminação dos cidadãos. É o reconhecimento "que os ricos podem sempre mais que os pobres e nestes casos, a solidariedade dos juizes pende sempre a favor dos poderosos, como no caso vertente, em que toda ladainha jurídica visa favorecer Walter Filipe governador do BNA.

Isto tudo por na fundamentação o juiz reconhecer que o "requerente tinha plantadas 18 mangueiras e 2 cajueiros, na parcela sita na zona de S. António, próximo do Colégio do Requerido, na qual era, detentor, tendo adquirido, desde o ano 1998. 0.2.Com a implementação pelo Governo do Projecto Urbano de construção da cidade do Kilamba, o Requerente iniciou o processo de legalização da parcela, primeiro, junto da Administração Municipal de Viana depois de Belas. 0.3.Em Fevereiro do ano em curso, o Requerido contactou o Requerente, manifestando o interesse no imóvel deste, tendo para o efeito enviando o Modelo de contrato com propostas nele insertas.

0.4.0 Requerente, ao analisar o referido contrato verificou que o mesmo continha um conjunto de cláusulas que lhe eram manifestamente desfavoráveis, tendo, declinado a proposta.

0.5.A Requerida, no dia 07 de Julho do ano em curso, usando os fiscais, da Administração do Município de Belas, ou seja por determinação do senhor Bessa responsável do departamento de fiscalização deste Município, tomou de assalto a parcela de terreno e, utilizando máquinas, destruiu o muro de vedação, cortou as mangueiras e os cajueiros nele, plantadas".

Para o juiz isso ficou claro, mas depois diz não ter ficado provado "que o Requerente tem a posse pública e pacífica da parcela de terreno desde o ano

de 1998, sita na Zona de S. António, próximo do Colégio Requerido".

Isto é uma machadada a credibilidade dos magistrados e coloca em cheque a imparcialidade dos tribunais.

3.12.6 SOS Habitat fala de 6 mil casas demolidas este ano

Jornal O País

12 De Dezembro de 2016

Texto: Domingos Bento

Aquela organização da sociedade civil, que trabalha na defesa da habitação como um direito, considera que o direito à moradia tem sido um dos mais violados no país, acusando o Governo e certos grupos economicamente fortes como sendo os principais violadores deste pressuposto indispensável à vida humana.

De acordo com André Augusto, coordenador adjunto da SOS-Habitat, o Governo, que devia ser o principal promotor e defensor do direito à habitação, é o mesmo que promove a todo o instante desalojamentos e demolições arbitrarias que forcem centenas de famílias a virem em condições precárias.

Conforme revelou, de Janeiro a Dezembro deste ano mais de seis mil residências foram demolidas nas províncias de Benguela, Huíla, Cunene e Luanda. Esta ultima, registou perto de cinco mil casas destruídas nas zonas dos Zangos, Cacuaco e Belas. Segundo André Augusto, todas estas demolições tiveram como propósito beneficiar determinados projectos privados cujo impacto não tem reflexo na melhoria da qualidade de vida das comunidades.

Para aquele activista social, que falava ao OPAIS por ocasião do Internacional dos Direitos Humanos, que se comemorou no último Sábado, 10, o Governo aproveita-se da lei que confere a terra como sua propriedade, para demolir milhares de residências e desapropriar as respectivas famílias sem o mínimo de respeito pela vida humana.

Actualmente, fruto de demolições anteriores, o coordenador adjunto da SOS -Habitat deu a conhecer que a sua organização trabalha com um total de 69 comunidades, num universo de 150 mil famílias. Destas, cerca de 50 mil vivem em tendas ou em habitações precárias porque as suas casas foram demolidas e até ao momento o Governo não conseguiu solucionar os diferendos.

"Temos registado que o facto de a Constituição definir a terra como propriedade do Estado, muitos governantes aproveitam-se disso para passarem por cima dos direitos das pessoas, violando grosseiramente o direito à habitação. Por esta via é que temos vindo a notar que o número de famílias desalojadas e sem tecto tem vindo a aumentar todos os dias. O que é mau", lamentou. André Augusto deu a conhecer que o Estado angolano ratificou vários pactos internacionais que visam o respeito pelos direitos humanos. Ao não honrá-los, estará a andar na contramão dos princípios internacionais. Para ele, não é justo que o Estado, que deve ser uma entidade de bem, seja o promotor de conflitos no que toca ao sector habitacional que ainda tem muito por caminhar, apesar de nos últimos anos construir-se centralidades e outros projectos habitacionais que não respondem às reais necessidades das populações.

De acordo com a fonte, ao demolir habitações sem apresentar alternativas viáveis que possam salvaguardar a vida das pessoas, o Estado nada mais faz se não criar problemas que podem "danificar" a harmonia e a paz social. "Quando se parte a casa de um cidadão violam-se outros direitos como, por exemplo, o direito à educação, o direito à saúde e o direito ao emprego. É que a pessoa é retirada de uma zona onde tem todas estas condições criadas para outra área sem o mínimo de condições. Logo, aquilo que devia ser apenas a violação de um direito alarga-se e torna o problema maior ainda". Todavia, de forma a dirimir os conflitos, André Augusto apelou ao Estado para uma maior sensibilidade, apostando sempre no bom senso quando for demolir uma determinada comunidade. "Não somos contra as demolições. Somos sim é contra as demolições arbitrarias. O Estado quando pretende elaborar um determinado projecto deve antes criar as condições básicas para que as pessoas não se sintam frustradas. Não se pode partir a casa do cidadão e deixa-lo à mercê da sua sorte. Não é justo".

3.12.7 Famílias que partilham a mesma casa excluídas das novas

Jornal O País

16 De Dezembro de 2016

Texto: Milton Manaça

Seis anos depois de conviver com outras duas famílias debaixo do mesmo tecto, Francisca Moisés, 32 anos, mãe de sete filhos, exultava de alegria ao ser informada de que estaria entre os desalojados da antiga "Favela" da Praia do Bispo, em Luanda, que receberiam uma das 900 casas do novo projecto.

Para sua tristeza, tudo não passou de um sonho. Apesar de o nome do seu esposo (falecido em 2015) constar na lista de beneficiários, a comissão responsável pelo processo de atribuição dos imóveis recusa-se a entregar-lhe a residência.

"Todos nós, que fomos retirados da Favela, nos conhecemos e suportamos o mesmo sofrimento aqui desde 2010. Hoje, há casas novas e o que vemos é outras pessoas a receber casas no nosso lugar", lamentava Francisca, a lacrimejar.

Na sua condição, estão centenas de famílias das cerca de mil desalojados da antiga Favela, que alegam terem sido excluídas do processo de entrega das "900 casas gêmeas" construídas para os albergar. Por conta disso, alguns deles atiram-se contra os membros da comissão criada para a distribuição das mesmas e acusam-nos de terem substituído os seus nomes por pessoas alheias ao processo.

A interlocutora diz que o seu nome consta na lista dos beneficiários, mas os responsáveis pela distribuição de casas alegam que a casa apenas deve ser entregue a pessoa cujo nome consta no cadastro inicial, no caso o seu esposo já falecido.

"Na Favela não existia ninguém com viaturas V8, mas a maioria das casas cor de rosas estão ocupadas por pessoas de grandes carros que nunca foram vistas aqui", reclamou a anciã Amélia Albertina, 78 anos, que também foi excluída do processo.

Ela diz que a sua casa foi registada em nome do seu filho que faleceu em 2011. Segundo ela, mesmo com a apresentação do boletim de óbito, os responsáveis pelo realojamento recusaram-se a dar um parecer positivo.

Também por razões de morte, Rosária Morais, 20 anos, e os seus sete irmãos foram afastados da lista de beneficiários pelo facto de os seus progenitores, cujos nomes constavam na lista, já não fazerem parte do mundo dos vivos.

"Se a promessa era nos darem novas casas no mesmo ano (2010), passados seis anos não podem impedir os órfãos de as receberem. É preciso terem em conta que muitas pessoas morreram por causa das condições em que viveram".

A maioria das pessoas que não foram contempladas estão concentradas no sector 9. Por conta disso, criou-se um grande alvoroço e instalou-se o sentimento de revolta que forçou a interrupção das actividades laborais de vários chefes de família que, durante as duas últimas semanas, tentam, sem sucesso, obter explicações sobre o facto de o seu nome não figurar na lista dos beneficiários.

Segundo constatou a nossa equipa de reportagem, a maioria deles dizem ter perdido a esperança de sair do marasmo em que se encontram nos últimos seis anos, alegam que todas as residências que lhes seriam destinadas já estão ocupadas.

"Temos beneficiários infiltrados"

Já o cidadão José da Graça, um dos desalojados da favela, teve mais sorte. No momento em que foi interpelado pela nossa equipa de reportagem, na manhã de Quarta-feira, estava a arrumar os restos dos móveis da casa que partilhou com mais duas famílias nos últimos seis anos, a fim de trasladá-los para os seus novos aposentos.

Confirmou que entre os beneficiários há "pessoas infiltradas que jamais foram vistos a partilhar residências com os demais no Panguila, nos momentos mais críticos".

A presença da nossa equipa de reportagem despertou a atenção de muitos moradores que pretendiam manifestar o seu descontentamento. Alguns deles afirmaram ter visto e ouvido cidadãos a negociar com os membros da comissão de realojamento a venda de imóveis, mas não apresentaram nada que comprovasse tal acusação.

Neste momento, algumas das famílias que continuam a partilhar casas desconhecem qual será o seu destino. A única certeza que têm é que continuarão a viver nas mesmas condições, caso o GPL e a Polícia Nacional não desmantelem" os alegados infractores e reponham a legalidade.

3.12.8 Inquilinos lutam por residências

Jornal O País

16 De Dezembro de 2016

Dadas as dificuldades vividas, um número considerável de famílias abandonou o local deixando suas casas sob vigilância de outrem, a custo zero ou em troca de valores monetários, partilhando com outros proprietários a mesma sala, quarto de banho e o dormitório,

Entretanto, muitos são os casos de inquilinos que estão a aproveitar-se da situação para reclamarem por uma habitação, apesar de não possuírem documentos que os titulem como desalojados.

Outros, porém, revenderam alguns dos compartimentos a que tinham direito nas residências compartilhadas para suprirem as dificuldades que enfrentavam, entre as quais a da alimentação. No Panguila, os antigos moradores foram

reassentados em residências construídas sobre uma base de betão, de estruturas pré-fabricadas, de três quartos, sala, quarto de banho, cozinha e dispensa. Quando chove, essas moradias ficam inundadas, segundo os seus ocupantes.

Já os que estão em casas geminadas de dois quartos cada, construídas a base de blocos de cimento sobre uma base de cerca de 10 centímetros de profundidade, não têm esse problema.

Enquanto para uns o desagrado de "chegar em casa e encontrar o vizinho a usar as suas coisas, sem permissão, ficará para a história", outros ainda não estão livres disso.

3.12.9 Ex-funcionário dos CFL recusa sair sem realojamento

Novo Jornal

19 De Dezembro de 2016

Texto: Alexandre Lourenço e Isabel Costa Bordalo

Despedido em 2004 pelos Caminhos-de-Ferro de Luanda (CFL), Alfredo Saraiva trava uma batalha contra a empresa pública para que seja restituído metade do salário que lhe foi retirado durante três anos. E tenta travar o desalojamento do vagão que ocupa, na Estação dos Musseques, onde reside há 23 anos, com alguns dos cinco filhos e 11 netos, sem que seja realojado pela empresa.

O ex-maquinista exige um tratamento idêntico ao que foi dado a outros funcionários despedidos e que, na altura, segundo ele, foram realojados em casas que o Governo provincial de Luanda atribuiu aos antigos trabalhadores do CFL. Pretensão que o Gabinete Jurídico do Ministério dos Transportes (MT) diz ser legítima, no parecer nº 131/08, datado de 10 de Outubro de 2008, na sequência de uma carta que Alfredo Saraiva endereçou ao ministro dos Transportes de então, André Luís Brandão, que foi substituído no cargo pelo actual titular da pasta, Augusto Tomás.

Apesar de o parecer recomendar a devolução dos 50% de salário retidos "sem explicação", o pagamento da indemnização e a negociação do realojamento, tal como fez com outros trabalhadores que ocupavam vagões da linha dos Musseques, "mesmo que já não pertença aos quadros do CFL - EP", a empresa pública não cumpriu a recomendação, arrastando um caso que começou em 2004.

O braço de ferro entre o ex-maquinista e os CFL chegou à barra do tribunal, mas também aí Alfredo

Saraiva não viu solução para o seu caso. A primeira audiência de julgamento esteve marcada, mas foi adiada a pedido do advogado que representa a empresa pública. A partir dali, Alfredo Saraiva perdeu o rasto ao processo, no vaivém de diligências que já efectuou para receber os salários que foram retidos "indevidamente", como refere o parecer dos juristas do MT, a indemnização negociada com a empresa pública e o realojamento.

O porta-voz dos CFL, Augusto Osório, garantiu ao Novo Jornal que a empresa vai "resolver a situação, de acordo com o parecer do Gabinete Jurídico do Ministério dos Transportes", onde Alfredo Saraiva se deve dirigir para, juntos, encontrarem uma solução para o diferendo.

Escusando-se a entrar em detalhes, Osório responsabiliza o ex-maquinista pelo arrastar da situação. Desde 2008, houve três administrações nos CFL e por "falta de insistência do interessado" o assunto ainda não foi resolvido. "A questão nunca foi colocada a esta administração", afirma o porta-voz dos CFL, adiantando que é do interesse da empresa que Saraiva e a família saiam do vagão, uma vez que a sua presença em terrenos dos caminhos-de-ferro levanta questões de insegurança.

Informação que Alfredo Saraiva desmente. O ex-maquinista garante que, em 2015, escreveu uma carta ao actual PCA dos CFL, que continua sem resposta.

Despedimento colectivo.

Alfredo Saraiva, de 63 anos de idade, foi admitido nos CFL-EP, em 1975, para exercer a função de maquinista de locomotiva. Em 2001, não foi abrangido pelo processo de reconversão de carreiras, apesar da sua vontade em continuar na empresa, e, "sem nenhuma explicação", como refere o parecer do Gabinete Jurídico do MT, de 10 de Outubro de 2008, o seu salário foi reduzido em 50%. Três anos mais tarde, o CFL desencadeou o despedimento colectivo que apanhou o ex-maquinista.

"Na altura do pagamento da indemnização o Sr. Alfredo Saraiva reclamou o pagamento da indemnização com base no salário reduzido desde 2001. O Grupo de trabalho prometeu pagar o remanescente e até à presente data não recebeu", escreve o parecer, que, nos factos apurados, afirma ainda que "a desocupação do vagão que ocupa está condicionada ao seu realojamento bem como da sua família à semelhança de outros trabalhadores que ocupavam os referidos vagões".

Alfredo Saraiva pede, em correspondência trocada com o ministro dos Transportes, o Provedor de

Justiça e o governador da Província de Luanda, que lhe seja cedida uma moradia no complexo habitacional onde foram alojadas as famílias cujas residências foram demolidas devido ao projecto de reabilitação dos CFL.

Pretensão que o parecer do Gabinete Jurídico do MT considera legítima.

"Não deve haver discriminação na desocupação dos vagões ocupados pelos trabalhadores na linha dos Musseques, isto é, se houve realojamento de outros trabalhadores, o Sr. Alfredo Saraiva deverá beneficiar do mesmo tratamento mesmo já não estando vinculado ao CFL-EP", lê-se no parecer n.º 131/08.

Augusto Osório considera, contudo, que Alfredo Saraiva não se encaixa no perfil dos realojados, aquando da reabilitação da linha, porque o processo abrangeu "famílias que tinham habitações construídas ilegalmente no perímetro do CFL e não trabalhadores". Ainda assim a empresa, apesar da situação económica desfavorável, está disposta a negociar uma solução para pôs um ponto final no caso, garante o seu porta-voz.

3.12.10 Lotes do Prenda deixam descontos moradores

Jornal O País

21 De Dezembro de 2016

Texto: Milton Manaça

Projectados na década de 60 para acolher parte da população dos musseques, o estado actual da maioria Lotes do Prenda, localizados no distrito urbano da Maianga, em Luanda, está a preocupar os seus habitantes.

O lote 8, por exemplo, é dos que maiores problemas apresenta e os seus moradores queixam-se da falta de organização entre a vizinhança, segundo relatou Josefa de Almeida, residente no edifício desde 1989. A escuridão tomou conta dos corredores e o lixo é avistado logo a partir da entrada, impedindo a circulação de pessoas. As escadas que dão acesso até ao 12.º andar estão sem corrimão e paredes reclamam por uma nova pintura.

A área reservada para o estacionamento de viaturas foi ocupada por casotas que foram construídas para o acondicionamento de reservatórios de água e de geradores, o que, segundo a nossa interlocutora tem impedido a circulação do ar.

Josefa de Almeida diz que os seus vizinhos furtam-se do pagamento da taxa de condómino e alguns fazem

"puxadas" de luz para as suas residências a partir do cabo que alimenta as lâmpadas dos corredores.

Uma das moradoras mais antigas dos lotes é a anciã Ana Pascoal, de 72 anos, residente no Prenda desde 1976. Ela corrobora opinião da primeira interlocutora sobre a falta de colaboração e o não pagamento da taxa de condómino acrescentando que nos primeiros anos da sua existência esta zona do Prenda granjeava o mesmo prestígio que tem hoje o Kilamba.

"Os lotes do Prenda foram o Kilamba do antigamente. Tinham jardins, água e energia a funcionar 24 horas ao dia, mas hoje as caixas de correio estão transformados em residências", disse a anciã.

A poucos dias para termina ano, Ana Pascoal recordou-se dos tempos em que havia uma comemoração conjunta entre toda a vizinhança que vivia como uma família.

A arquitectura dos edifícios não contemplou a construção rampas e os elevadores há muito que deixaram de funcionar. E situação dificulta principalmente os deficientes que se vêm obrigados a fazer grande esforço para se locomoverem no interior do prédios.

Em 2008, o Governo Provincial de Luanda, por via do seu Instituto de Planificação e Gestão Urbana, anunciou a renovação urbana baseado na demolição dos lotes que teria início em 2009, mas tal nunca veio a acontecer.

3.12.11 Ancião desalojado pelo Tribunal acolhido por familiares no Prenda

Novo Jornal

22 De Dezembro de 2016

Texto: Dulcineia Lufua

Uma semana depois do desalojamento de Gabriel Afonso, que residia num apartamento, na rua Ndunduma, o Novo Jornal deslocou-se ao bairro do Prenda, distrito urbano da Maianga, onde o ancião se encontra actualmente a residir na casa de uma das filhas.

Gabriel Afonso afirmou que teve conhecimento do seu despejo somente no dia do acontecimento, após o telefonema de uma das suas filhas.

"Ligaram quando eu estava no óbito da minha irmã e deram-me a notícia de que tinha sido despejado e que uma das minhas filhas tinha sido detida e a outra tinham-lhe rasgado toda a roupa devido à confusão que se instalou durante o processo. Mal fui

informado da situação, a minha pressão subiu e tive de ser levado ao hospital", explicou o ancião.

O idoso confidenciou à nossa reportagem que vivia no apartamento do Miramar na condição de inquilino da Socilam, empresa para quem trabalhou durante anos. Explicou que o apartamento lhe foi entregue por um dos sócios e director da empresa, já falecido, que se chamava Gilberto Neves Coimbra. "O apartamento foi-me dado pelo ex-director da empresa onde eu trabalhava, com a condição de tomar conta da casa e pagar a renda, no valor de 265 kwanzas mês", pormenorizou.

Gabriel Afonso esclareceu que, passados alguns anos, o antigo patrão vendeu o apartamento à Sociborda, com quem assinou um novo contrato de arrendamento, pagando os mesmos valores financeiros. "Explicou-me que o apartamento foi vendido e que eu só estava lá para guardar o lugar. Depois pediram-me para assinar um novo contrato com os novos proprietários e continuei a pagar os mesmos valores.

Gabriel Afonso lembra ainda que, a conselho de um membro da direcção da Sociborda, deixou de pagar as rendas com a garantia de que o incumprimento não lhe causaria problemas. "Passados alguns meses, a nova direcção da Sociborda, encabeçada por Carlos Fernandes, já falecido, pediu-me para deixar de pagar a renda. Tentei questionar, mas ele garantiu-me que não teria problema nenhuns. No decorrer do tempo, apercebi-me que o mesmo senhor tinha problemas com a empresa e que tinha sido demitido", lamentou.

Passado algum tempo, o ancião foi notificado a comparecer em Tribunal, onde foi aconselhado a contactar um advogado para salvaguardar a titularidade da moradia. "Indicaram-me um advogado que me pediu para fazer uma procuração, mas esse advogado deu muitas voltas a tratar o assunto e acabou por não resolver a situação", lembrou, confidenciando que tiveram acesso aos documentos que comprovam a venda da casa à Sociborda.

"Tenho o contrato de arrendamento em nome de Gilberto Neves e o contrato da renda em nome da Sociborda, que foi um contrato obrigatório. Tenho isso, mas esta na confusão", lamentou.

3.12.12 Demolições e futuro incerto no Zango

Novo Jornal

22 De Dezembro de 2016

Texto: António Paulo

O cenário de demolições no Zango foi um dos temas mais badalados no Novo Jornal. A novela teve início no princípio do ano que agora caminha para o fim. Porém, foi no mês de Agosto que o assunto espoletou com a demolição de mais de 600 casas do Fundo de Organização de Bens e Imóveis, Sociedade Lda. (FOBIS) e com o assassinato a tiro de um adolescente, de 14 anos de idade, identificado por Rufino António, numa acção atribuída a militares das forças Armadas Angolanas, destacadas no terreno.

O património da Fobis estava orçado em um bilhão e 200 milhões de kwanzas, de acordo com o director de projectos da imobiliária, Daniel Carlos, entrevistado pelo Novo Jornal em edições anteriores.

A retira das tropas aconteceu no mês de Outubro, após uma visita do governador de Luanda, Higinio Carneiro, que furou a barreira imposta por militares que não permitiam a entrada de quem quer que fosse à zona. Até o provedor de justiça foi barrado, quando pretendia visitar aquela zona, onde, durante meses, populares tiveram de conviver com o barulho das máquinas demolidoras, tiroteios e um rol de barbaridades perpetradas pelos soldados.

Higinio Carneiro visitou o local acompanhado de uma delegação, da qual também faziam parte o administrador municipal de Viana e o secretário itinerante do MPLA, Bento Kamba, para além de outras entidades do governo e do partido no poder. A comitiva do governador, segundo relato das nossas fontes, reportados em edições anteriores deste semanário, foi escoltada por um cordão de segurança, composto por um patrulheiro da Polícia Militar, um motoqueiro da unidade de trânsito e polícias da ordem pública afectas às zonas dos Zangos.

No seguimento do apuramento das informações, este semanário regressou há duas semanas ao zango, onde constatou a ausência de militares na zona do Guimbi. O cenário permanece, contudo, desolador: casas deitadas abaixo, escombros, bairro isolado e quase desabitado.

Sem autorização para reerguerem as casas destruídas por militares, populares do Zango sentem-se desolados e exigem uma resposta das autoridades sobre o seu destino. Foi naquela mesma zona que a equipa do Novo Jornal que tem vindo a acompanhar as demolições foi torturada e detida durante cerca de seis horas por militares armados que ali se encontravam destacados, tal como reportou este jornal, na edição 447, de 2 de Setembro, do corrente ano.

Oliveira Cassegunda foi outra das vítimas. Acompanhava a equipa do Novo Jornal e também sofreu as agruras dos maus-tratos infligidos pelos soldados.

Presidente da Comissão de moradores e 1º Secretário do Comité de Acção 499 (CAP) do MPLA, sector 68, Cassegunda lembra que no dia em que foi torturado com a equipa deste semanário teve de desembolsar 100 mil kwanzas para evitar que a e sua casa fosse demolida por completo.

"Primeiro partiram o quintal, a varanda e a casa de banho, depois da nossa detenção, regressaram comigo e pediram-me dinheiro para que a minha casa não fosse deitada abaixo por completo", pormenorizou o cidadão, que apela à intervenção do Presidente da República (PR) para uma solução definitiva do problema.

"Graças a Deus, estamos a viver uma certa acalmia. Mas não sabemos que fim darão ao nosso caso, A população constituiu um advogado que está a trabalhar no assunto, mas as autoridades, até ao momento, não dizem nada. Por isso, queremos que o PR diga alguma coisa para resolver o nosso problema", exprimiu o responsável comunitário, que estima em perto de 10 mil o número de famílias que viu as casas demolidas nos Zangos 1, 2, 3, e 4.

3.12.13 “Não tem nada a reclamar”

Novo Jornal
22 De Dezembro de 2016

Contactado para tecer alguns esclarecimentos sobre o assunto, o jurista Pedro Kaparakata esclareceu ao Novo Jornal que Gabriel Afonso não tem nada a reclamar, uma vez que, do ponto de vista legal, não tem direito sobre a propriedade.

"Ele era inquilino e pagava a renda. Usufruí do direito do uso da habitação e não há razões para reclamar. Ele não tem nenhum direito de propriedade", afirmou.

Sobre a actuação do Tribunal no desalojamento do ancião sem aviso prévio, Pedro Kaparakata entende que a história está mal contada. "Provavelmente ele recebeu notificações e simplesmente ignorou-as. Realmente, as pessoas recebem notificações e não respondem e, no final, é isso que observamos. E quando o Tribunal ordena é para ser executado", aclarou.

O Novo Jornal tentou novamente o contacto com o advogado de defesa e o Tribunal Provincial de Luanda, mas sem sucesso.

3.12.14 A cidade é para os ricos

Jornal Visão
23 De Dezembro de 2016
Texto: Miguel Gomes

Os graves problemas urbanísticos que as cidades angolanas enfrentam são um fardo para todos os cidadãos, independentemente da classe social. A cidade do Lobito (Benguela) não é excepção. Mas para além das evidências gerais esconde-se uma atitude político-administrativa, motivada pelo lucro fácil e pela corrupção, que tem vedado o acesso a terrenos livres, sobretudo em zonas nobres, a cidadãos com pouca capacidade económica.

As diferenças na qualidade urbanística, no acesso a serviços básicos (saneamento básico, água potável, energia eléctrica, educação e saúde) e na qualidade do espaço público são alguns dos principais caminhos da exclusão social. É uma realidade quase transversal às principais cidades, que também pode ser observada noutros países e noutras realidades.

Se as zonas asfaltadas de Luanda, Benguela, Lobito, Huambo, Lubango ou Cabinda, as ruas largas, os espaços verdes e certa organização do espaço é favorável à actividade humana, já as periferias são autênticos dormitórios apertados pela falta de espaço, pelas ruas mínimas e becos escosos, pela falta de saneamento e pela falta de cuidado.

Se as zonas asfaltadas sofreram vários processos de reabilitação urbana nos últimos 10 anos, quantos subúrbios foram reconvertidos em zonas de qualidade mínima?

Bento Adriano está há 14 anos à espera de um terreno familiar

O Lobito é uma cidade historicamente dividida e segregada economicamente: os ricos, os funcionários da administração pública, os políticos e empresários, os herdeiros de alguma coisa, distribuem-se entre a zona comercial, a Caponte, o Compão e a fabulosa

zona da Restinga uma língua de areia que se abraça ao mar com muito amor.

Na Restinga, há um cheiro a salgadiço e um cheiro a futuro com sol e praia e uma vida solta.

Na zona alta do Lobito o mar também se vê, mas já não se sente muito. A poeira, os becos, as zonas sem asfalto e sem nada, a não ser pessoas, muitas pessoas, ganham de goleada aos quase inexistentes espaços públicos de qualidade. O contexto é duro e desmotivador de grandes igualdades entre os homens todos e as mulheres todas.

O acesso a um terreno para habitação familiar, segundo a Lei de Terras em vigor no país, deveria ser um processo administrativo de fácil resolução.

Mas a realidade para lá dos papéis onde são publicadas as leis mostra-nos que o acesso à terra é, na maior parte dos casos, uma questão de dinheiro na mão e de facilidades por via de amiguismos e proximidades familiares, influências políticas, interferências administrativas. E corrupção.

Bento Adriano fez, em 2002, uma requisição para um terreno para habitação junto da Administração Municipal do Lobito (AML). O terreno está situado no bairro do Compão, uma das zonas nobres da cidade.

“O que me interessou naquele espaço foi apenas o sonho de ter uma habitação familiar”: conta Bento Adriano em conversa com o Rede Angola. Adriano vive no bairro do Luongo, no agora município da Catumbela. O terreno no Compão estava vazio, não tinha qualquer construção. E continua vazio até hoje.

Após o requerimento, as autoridades locais fizeram uma vistoria e decidiram que não havia qualquer impedimento para que o terreno fosse entregue ao cidadão Bento Adriano. Para confirmar que não havia qualquer problema, consultou-se o Registo Predial e toda a documentação conexa. A fase administrativa durou um ano, ainda no tempo do administrador António Bettencourt.

Em 2004, cerca de dois anos depois do início da história, a AML passou, finalmente, a documentação para Bento Adriano pagar o valor correspondente às custas do processo: foram pagos kz 90 mil. Depois do pagamento, foi então autorizada a vedação do espaço no Compão.

"Em menos de 24 horas apareceu alguém a dizer que o terreno lhe pertencia, recorda Bento Adriano. A vedação que tinha sido colocada dias antes foi totalmente destruída.

A parada da Caponte/Mangal, em plena zona baixa do Lobito (Benguela)

"Como foi o Estado que me concedeu o terreno, sempre achei que não seria bom fazer justiça pelas próprias mãos": explica Bento Adriano. O terreno tinha um dono, supostamente. O caso foi exposto a várias instituições municipais e provinciais.

"Passado algum tempo, a AML lá reconheceu o equívoco e concordou ceder outra parcela de terreno. Como estamos perante uma instituição pública, aceitei a proposta" conta Adriano.

A proposta existiu e há documentos que o comprovam. Mas a situação nunca se resolveu e Bento Adriano acabou por avançar para tribunal e para uma exposição ao Governo Provincial de Benguela (GPB), na altura liderado por Armando da Cruz Neto. Que deferiu o pedido e ordenou a reposição da legalidade. Então, a AML propôs que o novo terreno fosse nas reservas fundiárias do Estado, entretanto delimitadas. Bento Adriano aceitou a proposta. Outra vez.

Mesmo assim nunca chegou a receber um novo terreno. O tempo andou e Adriano foi confrontado com um documento oficial que garantia que já teria recebido o terreno.

O documento estava assinado, inclusivamente.

"É mentira. Nunca usufruí de qualquer terreno, como consta no documento, e afirmo sem problemas que a assinatura era do responsável do Gabinete Técnico da AML. Mas, repare, eu não quero problemas com ninguém. Apenas exijo que se reponha a legalidade e que as instituições públicas cumpram as suas próprias deliberações e a lei": frisa Bento Adriano.

O problema é antigo, todos conhecem. "Muitos dos espaços livres em zonas nobres acabaram por ser vendidos a outras pessoas na base da amizade e dos contactos pessoais", acredita Adriano.

O cidadão fez mais uma exposição pública, desta vez endereçada à Comissão da Assembleia Nacional (Direitos Humanos, Petições, Reclamações e Sugestões dos Cidadãos) e reuniu, ao longo do tempo, com diferentes administradores e directores provinciais. Há registo de processos que sumiram sem deixar rasto e documentos oficiais que não foram respeitados.

Recentemente, após 14 anos de luta, surgiu outra proposta das instituições públicas: Bento Adriano poderia receber, caso aceitasse a sugestão, um espaço numa área que ainda está por desenvolver em termos

urbanísticos, que não tem água potável e que apenas tem escola até ao ensino básico, sem estrada e sem luz eléctrica.

Após quase uma década e meia de avanços e recuos e nada de soluções a sensação que paira no ar é que no Compão não pode ser. Mas se Bento Adriano quiser, pode requerer um terreno numa área distante da cidade do asfalto e sem grandes condições de vida. Só que Bento Adriano tem quatro filhos e vive maritalmente. Tem família e uma vida para aligeirar. "Fiquei descontente com a última proposta. Para não falar em que recusei sem conhecer a zona até aceitei visitar o terreno. É uma área que não tem nada, nada mesmo, e fiquei com a sensação que as pessoas não estão a ser sérias comigo": confessa Bento Adriano, irritado por tanta indefinição para um caso puramente administrativo que, à partida, poderia ser simples de resolver. No meio do diz que disse passaram-se 14 anos. Catorze.

Voltou a fazer outra exposição do caso à AN, mas desta vez enviou a denúncia também ao Presidente da República e ao próprio GPB. O GPB voltou a pedir para que a AML resolva o problema. Alberto Ngongo, administrador do Lobito, recebeu Bento Adriano e insistiu na última proposta. Terá ameaçado Adriano: se não aceitar desta vez o terreno, o processo será encerrado definitivamente.

Nunca mais voltaram a falar. "Hoje prefiro me relacionar com homens que usam brinco, com pessoas que pintam o cabelo de várias cores, do que com aqueles que usam fato e casaco e gravata" afirma Bento Adriano.

O feliz 16 de Junho. O Bairro 16 de Junho é um exemplo positivo de reinserção social mínima

A aventura de Bento Adriano ainda não tem um epílogo definido.

A sua história é representativa porque retrata situações que todos os angolanos conhecem como a palma da mão: se os cidadãos podem, segundo a Lei de Terras em vigor, cumprir determinadas formalidades e requerer espaços para habitação e negócios, então porque a tramitação destes processos é tão polémica? Onde estão as zonas reservadas para a construção de habitação, por exemplo? E quem não consegue entrar nos diferentes esquemas e parcerias com o diabo, sobretudo os mais pobres, vão viver e trabalhar onde?

Mas no Lobito há uma realidade que foge apenas a esta dimensão. A cidade foi recebendo, historicamente, pessoas que vieram do interior (do Huambo e do Bié, por exemplo) à procura

de trabalho e de outra vida. O Porto do Lobito e o Carninho-de-Ferro de Benguela foram e continuam a ser factores de atracção. Mas a guerra também provocou um forte êxodo rural.

E assim surgiram as "paradas": locais que foram ocupados por cidadãos sem família conhecida, deslocados de guerra e ex-militares. Depois de 2002, o número de pessoas nestas condições reduziu. Mas ainda é um cenário que continua a marcar o dia-a-dia da cidade.

Neste momento há 12 "paradas" no Lobito. A da Caponte/ Mangal é a maior de todas: 58 famílias ao relento. O administrador municipal, Alberto Ngongo, visitou o local uma vez.

A maioria das crianças não vai à escola por falta de dinheiro, a maioria das pessoas não tem documentos pessoais, perdidos no conflito e na família que já não existe - e os abrigos são de cartão e chapa, sem espaço entre eles. O lixo aperta-se no calor espesso e há cabelos amarelados de forma pouco artificial.

(Talvez as imagens que preenchem a descrição sejam cansativas. Porque, às tantas, não sobram palavras.)

Alberto N' gongo, administrador do Lobito, visitou uma vez a "parada" da Caponte/ Mangal mas a situação não se alterou.

Vitorino é natural do Mbave, município da Tchicala Tchologhanga, província do Huambo. "Na família todos morreram na guerra, estou mesmo assim sozinho, nem sei bem a minha idade" diz.

Clementina Augusta é natural da Ganda (Benguela), tem um filho em Luanda e outro que vive no Cavaco, em Benguela. Apanha comida da rua e faz negócio quando calha.

José Mendes Kandimba nasceu em 1982, também na Ganda. Chegou ao Lobito em 2002. Foi militar e quando voltou à Ganda, no fim das hostilidades, já não encontrou a família. Afirma que tentou receber a pensão de ex-combatente mas não conseguiu.

Na zona alta do Lobito há novos espaços em franca expansão. Uma das áreas situa-se a caminho da Refinaria do Lobito (neste momento a construção está paralisada, como se sabe) que, sob pretexto dos grandes investimentos, recebeu uma nova estrada e alguns serviços básicos.

É ali que está a crescer o Bairro 16 de Junho, um pequeno exemplo de integração de antigos moradores das "paradas" da zona baixa do Lobito.

Depois de muita luta cívica, da intervenção de ONG's como a Okutiuka (que depois deu origem à Omunga, enquanto a Okutiuka fixou-se no Huambo), e de pressão sobre as instituições públicas de reinserção social, Armando da Cruz Neto fartou-se do assunto e resolveu atribuir um terreno, equipado com casas sociais de baixo custo e acesso a serviços de água potável e luz eléctrica para uma das comunidades.

Hoje em dia, o Bairro 16 de Junho tem as condições mínimas de habitação. Há um chafariz público e a maioria das casas tem contrato com a Empresa Nacional de Distribuição de Energia (ENDE). As pessoas organizaram-se. Como há um histórico de luta em comum, foram desenvolvendo as suas vidas no novo local. Já não vivem ao relento e isso faz uma grande diferença.

Alberto Correia é um dos líderes comunitários. Trabalha diariamente com peixe fresco e tem uma cantina. Chegou a beneficiar de um curso de empreendedorismo financiado pelo Banco Sol, e muitos dos residentes têm sido acompanhados pelas instituições de reinserção social.

"Temos de reconhecer que as nossas vidas tiveram muitas melhorias - nós vivíamos na rua. Antes a alimentação vinha do lixo. Quando começámos a trabalhar com a Okutiuka foi possível entrar na escola e avançar um bocado": conta Correia, com orgulho.

No dia a seguir à conversa, Alberto Correia e Jorge António estiveram presentes na sessão do Quintas de Debate (um encontro aberto ao público que debate diversos temas, organizado pela Omunga e realizado no Instituto Superior Politécnico Lusíada do Lobito) para exercer os seus direitos de cidadania. A troca de ideias incidiu sobre a situação da criança em Angola.

Jorge António tem 28 anos, esposa e um filho de 9 meses. Vive de biscates e estudou até à 6ª classe. O Bairro 16 de Junho deveria receber ainda mais casas mas as obras pararam. Através da crise, dizem. Os moradores desconfiam que nunca serão retomadas e até se fala que o espaço restante foi vendido a terceiros. Privatizado. Não se sabe.

Dizem-se tristes com a situação porque aquelas casas poderiam resolver o problema de outras pessoas que vivem na rua. E também reclamam da falta dos registos de propriedade. De resto dizem -se esperançosos.

"Por exemplo, se temos contratos assinados com a ENDE não compreendemos porque ainda não temos qualquer registo de propriedade em relação às

habitações. Vamos continuar a pressionar para resolver a situação. É algo que assusta um pouco os moradores. Nós reaceamos que a falta do registo de propriedade sirva para, no futuro, desalojar as pessoas outra vez. Sem wn documento, corremos sempre esse risco": lembra Alberto Correia

Há guerra no Golf?

Para todos estes casos de falta de acesso à terra, os poderes públicos têm reacções difusas.

No Lobito, a administração municipal chega a dizer publicamente que não há moradores de rua na sua circunscrição (como se as "paradas" conseguissem se tornar invisíveis) e os que se mantêm nessas condições fazem-no, na realidade, por opção de vida. Porque têm família e porque saíram do bairro por opção própria.

Henrique Pascoal, director da repartição municipal dos Assuntos Sociais, explica ao Rede Angola que "cada caso é um caso":

"Muitas vezes não estamos propriamente a falar de crianças de rua, por exemplo. Mas o 16 de Junho é uma realidade. Foi uma forma de minimizar alguns problemas. Reconheço que ainda não temos uma casa de acolhimento para receber este tipo de pessoas. Para além das acções do governo, julgo que a iniciativa privada também pode contribuir para a melhoria das condições de vida de alguns cidadãos"; acredita o dirigente público.

As comunidades em questão debatem-se ainda com uma incrível falta de documentos pessoais. E uma das formas de contornar a falta de documentos e de família conhecida - que dificulta a resolução destes casos por não se saber os nomes do pai ou da mãe - é a emissão do chamado Certificado de Indigência.

Dona Constância e Teresa Caquarta

Na "parada" da Caponte/ Mangal, por exemplo, várias pessoas alegaram que é muito complicado conseguir um documento deste género. Henrique Pascoal diz que não é bem assim mas acaba por falar no cumprimento do respectivo "processo administrativo" - na linguagem da administração pública, é um eufemismo para justificar dias e dias de espera. Às vezes, ínglória.

Para quem não tem o que comer, nem abrigo em condições, passar dias e dias à espera de um papel é um risco demasiado grande. A vida tem outras urgências.

"Nós estamos a emitir o Certificado de Indigência. Mas temos de ter algum cuidado até por uma questão

de segurança nacional. Não queremos estar a legalizar cidadãos que não são angolanos, por exemplo. O Certificado de Indigência implica passar por um processo administrativo que tem de ser cumprido por quem requer este documento'; frisa Pascoal.

Quem praticamente vive na rua e assim meio ao deus-dará é a comunidade do Golf, também numa área próxima da Refinaria do Lobito. A nova refinaria, aliás, é um dos motivos de tantos problemas.

O olho grande dos negócios de terrenos para a construção de condomínios e zonas de lazer nas cercanias da refinaria esteve bem afinado - talvez até tenha reduzido nos últimos tempos. Através da crise. Através da paralisação das obras de construção da infra-estrutura.

Dona Constância é descrita pelos pares como destemida, e realmente é a imagem que resiste na memória de quem a ouve. "Aqui estamos a passar mal a guerra do Huambo parece que foi mais fácil. Temos pessoas na comunidade que "ganham" problemas de saúde com esta confusão"; descreve.

Desde 1937 que o avô tinha lavras na zona do Golf (assim baptizado porque chegou a ter um campo de golf para os magnatas do cimento, no tempo colonial) onde plantava milho, abóbora e melancia. Os terrenos estiveram por ali e a família foi cultivando e fazendo algum negócio.

Como, em 2010, praticamente não choveu, resolveram construir habitações para residir naquele terreno. Porém, provavelmente alertados pelos problemas ligados à legalização, antes de se instalarem dirigiram-se à AML para legalizar definitivamente a propriedade do espaço. Devido ao uso consuetudinário, a Lei de Terras prevê este tipo de casos. Resta saber se a comunidade cumpre os restantes requisitos.

"Certa vez, disseram-nos claramente que a cidade é só para os ricos e não para os pobres", denuncia Constância. Da AML, veio a notícia escandalosa: o terreno já tem dono. É de uma senhora. A população bravou.

"Começaram as ameaças, a presença da polícia e das Forças Armadas Angolanas (FAA). Tem sido uma autêntica guerra. Luta de verdade. Desde 2012 que é só guerra, guerra, guerra" denuncia Constância.

Passou-se o ano de 2013, de 2014 e a solução nunca apareceu. Até que os sobas são chamados a intervir.

"Foi nessa altura que o Regedor convocou uma reunião entre todas as partes interessadas.

A senhora Nádia Furtado, que a AML alega ser a dona do terreno, também esteve presente, assim como a polícia, que dizia que ela tinha direito ao terreno por estar devidamente documentada" explica.

As famílias que se dizem proprietárias do terreno foram construindo as suas habitações, as primeiras bases foram lançadas e até já havia algumas ligações de água a funcionar. Depois desta reunião tudo o que tinha sido construído foi derrubado. Em Outubro de 2015 "a polícia foi lutar com as famílias"; alega Constância

A situação de conflito é "piores do que a guerra do Huambo", dizem os populares

"No dia 17 de Outubro de 2015, no período da tarde, houve aqui uma guerra, não vale a pena... Dois moços chegaram mesmo a ser presos. A polícia alegou que lhes queríamos bater. Era muito dinheiro que estava aqui investido e que perdemos por causa da atitude da polícia" lamenta Constância.

Teresa Caquarta, familiar de Constância, adianta mesmo que a tal Nádia nunca lhe viu ali, mas o governador chegou a lhes dizer "para não a chatearmos muito porque ela faz parte do governo":

Há rumores que indicam que terreno iria ser usado para a construção de um condomínio ou de uma área privada de lazer.

Em Julho, houve mais um encontro com o administrador N' gongo, que terá dado 90 dias para se resolver a questão. "Mas até agora, só voltas e mais voltas.

Cinco anos de luta é muito. E desde a construção da estrada nova que a confusão aumentou", explica Constância, aludindo ao apetite dos especuladores imobiliários e comissionistas ligados à administração pública.

"Não há transparência e não há linhas claras de actuação": lamenta. "Alguns dirigentes provinciais, de instituições ligadas ao Estado, já chegaram a vir aqui ofender as pessoas"; frisa a Dona Constância.

Voltam a surgir às dicas: que fulano terá dito que os pobres não podem ficar em zonas de luxo.

3.12.15 Imposto Predial Urbano vai ser pago em Janeiro de 2017

Jornal Manchete

29 De Dezembro de 2016

Fonte: Angop

A Administração Geral Tributária (AGT) procederá, de 1 a 31 de Janeiro de 2017, a cobrança da 1ª prestação do Imposto Predial Urbano (IPU), contribuição anual que o cidadão deve pagar ao Estado pela posse ou usufruto de uma casa, apartamento, moradia ou terreno.

Trata-se de um imposto que incide sobre o valor patrimonial do imóvel ou sobre o rendimento gerado pelo seu arrendamento.

Para o pagamento do referido imposto, de acordo com uma nota da AGT, os contribuintes devem dirigir-se para a repartição fiscal da área de localização dos imóveis.

Caso pretendam pagar em duas prestações, deverão repetir o processo durante o mês de Julho, informa a AGT num comunicado a que a Angop teve acesso nesta quarta-feira.

Para os imóveis não inscritos, os titulares devem apresentar a declaração modelo 5 de IPU, de modo a que possam proceder à sua inscrição.

Segundo a AGT, sempre que possível, a declaração deverá ser acompanhada de documentos que auxiliem na descrição do imóvel, nomeadamente, memória descritiva, planta do imóvel, certidão ou título de propriedade horizontal, contrato promessa de compra e venda, ou ainda termo de quitação.

Refere a nota, que a ausência dos referidos documentos não impede a inscrição do imóvel, podendo o titular juntar posteriormente.

Importa ressaltar, que os imóveis com valor até cinco milhões de kwanzas estão isentos do pagamento do Imposto Predial Urbano. Acima deste valor, e apenas sobre a diferença, aplica-se uma taxa de 0.5%.

Para que a Administração Geral Tributária avalie o valor patrimonial do imóvel, são necessários determinados factores, nomeadamente, localização, idade, disponibilidade de serviços (água, luz e saneamento básico) e ainda área de construção do imóvel.

A junção destes coeficientes, prossegue o documento, determina o resultado da avaliação (acima ou abaixo de cinco milhões de kwanzas).